

# COLLECÇÃO DAS LEIS

DA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DE

1936

---

VOLUME I

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

(JANEIRO A MAIO)



— RIO DE JANEIRO —

IMPRESA NACIONAL — 1937

---

# INDICE

---

1936

## ACTOS DO PODER EXECUTIVO

	Pags.
N. 574 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1936 — Suspende o estado de sitio no municipio de Aracajú, Capital de Estado de Sergipe, durante o dia 10 de janeiro corrente.....	1
N. 575 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1936 — Suspende o estado de sitio no Estado da Bahia durante o dia 15 de janeiro corrente.....	1
N. 576 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de janeiro de 1936 — Suspende o estado de sitio nos municipios de Jero- menhas, Florianio, Picos, Porto Alegre e São Pedro, no Estado do Piaulhy, durante o dia 26 do corrente mez.....	2
N. 577 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 8 de janeiro de 1936 — Abre ao Mi- nisterio da Educação e Saude Publica o credito suplementar de 198:000\$ á sub- consignação n. 17 — verba 17ª — art. 7ª da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934.....	2
N. 578 — AGRICULTURA — Decreto de 8 de janeiro de 1936 — Outorga a Francisco Garcia Pe- reira Leão, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hydraulica, exclusi- vamente para uso proprio, do rio Divisa ou Paineiras, situado no Districto Federal.....	3



	Pag.
<b>N. 579 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 8 de janeiro de 1936 — Abre, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, os creditos supplementares de 9:416\$700, 33:333\$300 e réis 20:000\$000, a diversas sub- consignações de "Pessoal" e os de 550:000\$000 e 10:000\$000, as sub-consignações numeros 2 e 3 de "Material", da verba n. 13, titulo II — Imprensa Nacional — do art. 2º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934.....	5
<b>N. 580 — MARINHA —</b> Decreto de 8 de janeiro de 1936 — Abre o credito na importancia de 29:229\$688, para pagamento a que tem di- reito Manoel Pessoa de Mello, secretario da Directoria Geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.....	5
<b>N. 581 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS —</b> Decreto de 10 de janeiro de 1936 — Autoriza a cele- bração de contracto, mediante concorrência publica, para o serviço de navegação do rio Amazonas e seus tributarios e da linha mari- tima até o Oyapock.....	6
<b>N. 581-A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 10 de janeiro de 1936 — Suspende o estado de sitio durante o dia 12 de janeiro de 1936, no Estado da Parahyba, para effeito da realização de eleição.....	15
<b>N. 582 — GUERRA —</b> Decreto de 11 de janeiro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Guerra, um credito especial de 2.500:000\$000, para ul- timar o pagamento de despesas de obras ini- ciadas na 7ª Região Militar.....	15
<b>N. 583 — RELAÇÕES EXTERIORES —</b> Decreto de 14 de janeiro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Polonia, da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933.....	16
<b>N. 584 — AGRICULTURA —</b> Decreto de 14 de ja- neiro de 1936 — Declara transferir ao Estado de Minas Geraes attribuições para autorizar e conceder o aproveitamento industrial de aguas e de energia hydraulica e dá outras providencias .....	17
<b>N. 585 — AGRICULTURA —</b> Decreto de 14 de janeiro de 1936 — Regula as areas para as autorizações de pesquisa e as concessões de lavra, de que trata o Codigó de Minas (decreto n. 24.642,	

Pags.

de 10 de julho de 1934), no art. 19, n. II, "*in fine*", e no art. 42, u. II, "*in fine*", e dá outras providencias ..... 18

N. 586 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de janeiro de 1936 — Autoriza a firma "Leprevost & Cia. Limitada", sociedade commercial organizada no Brasil, a pesquisar ouro e diamantes em um trecho de vinte e cinco (25) kilometros de extensão do leito e margens devolutas do rio Ribeira, contados, rio acima, a partir da ponte da estrada Paraná-São Paulo, trecho de rio este situado no districto de Ribeira, municipio de Faxina, no Estado de São Paulo, e no districto de Epitacio Pessoa, municipio de Bocayuva, e districto de Cerro Azul, municipio do mesmo nome, no Estado do Paraná..... 22

N. 587 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de janeiro de 1936 — Autoriza a Companhia Ribeira, S. A., sociedade organizada no Brasil, a pesquisar ouro e diamantes em um trecho de vinte e cinco (25) kilometros de extensão do leito e margens devolutas do rio Ribeira, contadas, rio abaixo, a partir da ponte da estrada Paraná São Paulo, trecho do rio este situado nos districtos de Ribeira e Itaóca, municipio de Apiahy, no Estado de São Paulo, e no districto de Epitacio Pessoa, municipio de Bacayuva, no Estado do Paraná..... 24

N. 588 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de janeiro de 1936 — Autoriza o cidadão brasileiro David A. da Silva Carneiro, por sociedade ou companhia que organizar, a pesquisar carvão pyritoso em terrenos pertencentes a Tacito Marcondes Zanardini e outros, no lugar denominado "Rio da Areia", municipio de Teixeira Soares, comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná ..... 26

N. 589 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 15 de janeiro de 1936 — Concede á sociedade anonyma Fabrica de Peixes em Conserva da ilha Grande autorização para funcionar ..... 28

N. 590 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de janeiro de 1936 — Suspende o estado de sitio no municipio de São João de Camamu, Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 19 do corrente mez..... 29

N. 591 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO E FAZENDA — Decreto de 15 de janeiro de

	Pags.
1936 — Approva o regulamento da arrecadação, execução e fiscalização da taxa de previdência social, destinada ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Commercialios....	29
N. 592 — GUERRA — Decreto de 16 de janeiro de 1936 — Approva o Regulamento para a Escola de Veterinaria do Exercito.....	32
N. 593 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1936 — Approva o projecto e o orçamento, na importancia de réis 3.029:848\$800, para consolidação das plataformas dos molhes da barra do Rio Grande....	64
N. 594 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1936 — Reconhece o excesso da despesa feita pela Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá com a construcção de uma ponte no ramal de Lauro Muller, da Estrada de Ferro D. Thereza Christina .....	64
N. 595 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de janeiro de 1936 — Suspende o estado de sitio no municipio de Urucariaea, no Estado do Amazonas, durante o dia 1 de fevereiro do corrente anno.....	65
N. 596 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de janeiro de 1936 — Suspende o estado de sitio no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 22 deste mez.....	65
N. 597 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 20 de janeiro de 1936 — Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito de réis 44:654\$000, suplementar á sub-consignação n. 59 — Remuneração, etc., verba 3ª, art. 7º — Lei n. 5, de 12 de novembro de 1931.....	66
N. 598 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1936 — Manda prestar a sua magestade Jorge V, rei da Inglaterra, as honras de chefe de Estado.....	66
N. 599 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de janeiro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Justiça, o credito extraordinario de 1.000:000\$, para pagamento de despesas decorrentes do movimento extremista no Estado de Pernambuco.....	67
N. 600 — FAZENDA — Decreto de 22 de janeiro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o	

	Pags.
credito especial de 2.600:000\$, para despesas com a cunhagem de moedas no corrente anno...	67
N. 601 — FAZENDA — Decreto de 22 de janeiro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 579:700\$, para pagar ao pessoal da Directoria das Rendas Aduaneiras e da Fiscalização dos Impostos Internos nas Estradas de Rodagem.....	68
N. 602 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de janeiro de 1936 — Approva, com modificação, os novos estatutos da Sociedade de Seguros Maritimos e Terrestres "Porto Alegre", adoptado pela assembléa geral de seus accionistas realizada a 10 de outubro de 1935.....	69
N. 603 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de janeiro de 1936 — Concede á Companhia Commissaria de Café de Minas Geraes autorização para continuar a funcionar	70
N. 604 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de janeiro de 1936 — Suspende o estado de sitio no municipio de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 20 do corrente mez.....	70
N. 605 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 27 de janeiro de 1935 — Abre, ao Ministerio da Educação e Saude Publica, os creditos supplementares de 564:160\$000 e 224:500\$000 às sub-consignações ns. 10 e 11 da verba 17ª, art. 7º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1924.	70
N. 606 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da China, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmados em Genebra, a 27 de julho de 1929.....	71
N. 607 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de janeiro de 1936 — Faz publico a adhesão do Estado livre da Irlanda á Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional e ao Protocollo Additional firmados em Varsovia, a 12 de outubro de 1929 .....	73
N. 608 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o	

	Pags.
credito especial de 157.934:840\$000 para at- tender ao pagamento do abono provisorio con- cedido aos militares.....	74
N. 609 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 80.000:000\$000, destinado a attender ao pagamento de abono provisorio ao funcceionalismo civil da União.....	74
N. 610 — FAZENDA — Decreto de 29 de janeiro de 1936 — Suspende por 15 dias a execução do regulamento expedido com o decreto n. 591, de 15 de janeiro de 1936.....	75
N. 611 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de janeiro de 1936 — Approva os novos estatutos da Mannheimer Versiche- rungs-Gesellschaft, adoptados pela assembléa geral ordinaria de seus accionistas, realizada a 24 de junho de 1935.....	75
N. 612 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 29 de janeiro de 1936 — Concede á Sociedade Anonyma Industrias Reunidas F. Matarazzo autorização para continuar a func- cionar .....	76
N. 613 — GUERRA — Decreto de 30 de janeiro de 1936 — Approva em caracter provisorio, o Re- gulamento da Inspectoria Especial de Fron- teiras .....	77
N. 614 — GUERRA — Decreto de 30 de janeiro de 1936 — Approva o Regulamento do Archivo do Exercito .....	85
N. 615 — GUERRA — Decreto de 30 de janeiro de 1936 — Approva o Regulamento da Commissão de Promoções do Exercito (C. P. E.).....	95
N. 616 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1936 — Approva a construcção, pela Rêde Mineira de Viação, do prolongamen- to da linha de Barra Mansa a Angra dos Reis, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, até o caes do porto de Angra dos Reis, e de um desvio no mesmo caes, para o Moinho Santista.....	106
N. 617 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1936 — Approva o projecto e orçamento para a construcção de um novo edificio para a estação de Baependy, da linha de Barra a Soledade, Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rêde Mineira de Viação .....	107

## Pags.

- N. 618 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1936 — Approva o projecto e orçamento para a construção de um muro de fechamento, em São Christovão, isolando as linhas de concessão da "Leopoldina Railway Company, Limited"..... 108
- N. 619 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1936 — Approva os projectos e orçamentos para a construção de um novo armazem na estação "Cerqueira Cezar" e ampliação da instalação para lavagem de gaiolas em "Caiuá", no ramal federal de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana ..... 108
- N. 620 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de janeiro de 1936 — Approva os projectos e orçamentos de diversas obras na Rêde Mineira de Viação..... 109
- N. 621 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de fevereiro de 1936 — Approva o regulamento para execução da lei n. 490, de 16 de janeiro de 1936 ..... 111
- N. 622 — FAZENDA — Decreto de 5 de fevereiro de 1936 — Autoriza o ministro de Estado dos Negocios da Fazenda a promover e executar os accordos para a liquidação de dividas commerciaes atrazadas ..... 116
- N. 623 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de fevereiro de 1936 — Abre ao Ministerio da Agricultura o credito especial de 300:200\$000, para pagamento no corrente exercicio, do pessoal a que se refere a lei n. 150, de 20 de dezembro de 1935 ..... 117
- N. 624 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1936 — Suspende o estado de sitio nos municipios de Soledade, Arroio Grande e Tupaceretan, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 16 de fevereiro do corrente anno ..... 117
- N. 625 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1936 — Suspende o estado de sitio nos municipios de Palmeira dos Indios, São José da Lage e Pilar, no Estado de Alagoas, durante o dia 9 de fevereiro do corrente anno ..... 118
- N. 626 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1936 — Suspende o estado de sitio nos municipios de Boa Vista

	Pags.
do Tocantins, Sant'Anna e Jaraguá, no Estado de Goyaz, durante o dia 15 de fevereiro do corrente anno .....	118
N. 627 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1936 — Suspende o estado de sitio no municipio de Bom Jesus, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 9 de fevereiro do corrente anno .....	119
N. 628 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de fevereiro de 1936 — Autoriza a celebração de um termo additivo aos contractos celebrados com a "The Amazon Telegraph Company, Limited", para a exploração do serviço telegraphico entre Belém e Manáos, por meio de cabos sub-fluviaes. ....	119
N. 629 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1936 — Approva os projectos e orçamentos de diversas obras na Estrada de Ferro Oeste de Minas, da Rêde Mineira de Viação .....	121
N. 630 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1936 — Approva os projectos e orçamentos das obras e aquisição de material que constituem parte do programma quadriennial 1935-1938, a ser executado pela Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá, na Estrada de Ferro D. Thereza Christina .....	122
N. 631 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1936 — Approva o projecto e orçamento para reforma do edificio da estação de "Tres Corações" e respectivas dependencias, da Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rêde Mineira de Viação .....	123
N. 632 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1936 — Approva os projectos e orçamentos para alargamento de côrtes do ramal de Paranapanema .....	124
N. 633 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1936 — Approva novos projecto e orçamento relativos ás obras de melhoramentos do porto de Corumbá .....	125
N. 634 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1936 — Promulga a adhesão do Brasil aos accords relativos, respectivamente, á unificação dos signaes maritimos e ás barcas-pharóes guarnecidas, concluidos em Lisboa a 23 de outubro de 1930 .....	125

Pags.

N. 635 —	RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1936 — Faz publica a adesão, por parte do Governo da Nicaragua, á Convenção Internacional para suppressão do trafico das mulheres e das creanças, firmada em Genebra, a 30 de setembro de 1921.....	136
N. 636 —	RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação por parte do Governo da Colombia, da Convenção sobre Agentes Consulares, firmada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, por ocasião da VI Conferencia Pan-americana .....	137
N. 637 —	RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção sobre Condição de Estrangeiros firmada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, por ocasião da VI Conferencia Panamericana .....	139
N. 638 —	AGRICULTURA — Decreto de 11 de fevereiro de 1936 — Autoriza a cidadã brasileira Amandina Carmelita Magalhães, por sociedade que organizar, a pesquisar ouro em terras de sua propriedade, sitas na Fazenda do Capão, municipio de Sabará, Estado de Minas Geraes .....	141
N. 639 —	AGRICULTURA — Decreto de 11 de fevereiro de 1936 — Concede á cidadã brasileira Maria Thereza Becker a lavra, a titulo provisorio, da jazida de mica e pedras coradas denominadas "Golconda", situada no lugar denominado "Ribeirão do Onça", no municipio de Peçanha, no Estado de Minas Geraes .....	143
N. 640 —	GUERRA — Decreto de 13 de fevereiro de 1936 — Approva o regulamento para a Escola das Armas .....	144
N. 641 —	GUERRA — Decreto de 13 de fevereiro de 1936 — Denomina de "engenheiro industrial e de armamento" o curso de armamento da Escola Technica do Exercito .....	164
N. 642 —	FAZENDA — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — GUERRA — MARINHA — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1936 — Regulamenta os dispositivos da lei n. 158, de 30 de dezembro de 1935 .....	165



	Pags.
N. 643 — FAZENDA — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 14 de fevereiro de 1936 — Manda executar o regulamento expedido com o decreto n. 591, de 15 de janeiro de 1936 .....	166
N. 644 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1936 — Approva o projecto e orçamento relativos á construção de um predio para uma estação, no km. 122 da linha de Barra, Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rede Mineira de Viação .....	167
N. 645 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1936 — Approva os projectos e orçamentos para a construção de uma ponte de atracação e de dois armazens no porto de Ilhéos .....	169
N. 646 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1936 — Approva os projectos e orçamentos das obras que constituirão parte do programma quadriennal (1935-1938), a ser executado na Rede de Viação Paraná-Santa Catharina .....	169
N. 647 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1936 — Approva os projectos e orçamentos para a execução de diversas obras na Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul .....	176
N. 648 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1936 — Approva os projectos e orçamentos para a execução de diversas obras na Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul .....	172
N. 649 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de fevereiro de 1936 — Approva o projecto de ampliação do pateo da estação de Valença, da Linha Auxiliar, da Estrada de Ferro Central do Brasil, e desapropria o terreno e respectivas benfeitorias, necessarias á sua execução .....	173
N. 650 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de fevereiro de 1936 — Faz publica a ratificação da adhesão, pela Austria, á Convenção para regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra a 24 de setembro de 1931. ....	174
N. 651 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de fevereiro de 1936 — Suspensão do estado de sitio no Estado de Santa Catharina, durante o dia 1 de março do corrente anno .....	175

## Pags.

- N. 652 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de fevereiro de 1936 — Suspende o estado de sitio nos municipios de Junqueiro, Bello Monte, São Braz, Leopoldina e Piassabussú, no Estado de Alagoas, durante o dia 1 de março do corrente anno ..... 175
- N. 653 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de fevereiro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Justiça, o credito extraordinario de 2.700:000\$000 para pagamento de despesas decorrentes do movimento extremista ..... 176
- N. 654 — GUERRA — Decreto de 15 de fevereiro de 1936 — Approva as Instruções para a Carteira de Garantia de Empréstimos da Caixa de Construções de Casas para o pessoal do Ministerio da Guerra ..... 176
- N. 655 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de fevereiro de 1936 — Abre um credito suplementar de 170:150\$000, á verba 4ª do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1935 ..... 183
- N. 656 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de fevereiro de 1936 — Approva as alterações introduzidas nos estatutos da Prudencia Capitalização Companhia Nacional para Favorecer a Economia, pela assembléa geral extraordinaria de seus accionistas realizada a 16 de dezembro de 1935 ..... 183
- N. 657 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de fevereiro de 1936 — Suspende o Estado de sitio no Estado do Rio Grande do Norte, durante o dia 22 deste mez..... 184
- N. 658 — GUERRA — Decreto de 20 de fevereiro de 1936 — Altera o Regulamento da Escola de Estado Maior ..... 184
- N. 658-A — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1936 — Declara encerrada a conta de capital da Companhia Docas de Santos, reaberta por força do decreto n. 18.284, de 16 de junho de 1928, e autoriza a abertura da primeira conta de capital adicional da mesma companhia, de accordo com o art. 9º do decreto n. 24.599, de 6 de junho de 1934..... 191
- N. 659 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1936 — Approva o projecto e orçamento para a construção de um reservatorio d'agua na estação de Gravatá, linha Oeste da Estrada de Ferro Central de

	Page.
Pernambuco, arrendada á "Great Western of Brasil Railway C <sup>o</sup> ., Ltd.", assim como os documentos que menciona .....	192
N. 660 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1936 — Approva novo orçamento, na importancia de 3.682:783\$830, para a construcção de um cáes de saneamento no porto do Rio Graude, na parte noroeste da cidade. ....	193
N. 661 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de fevereiro de 1936 — Desappropria diversos terrenos e accêita a cessão gratuita de outros, todos necessarios á construcção da Estrada de Ferro Jaguary-São Thiago-São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul .....	195
N. 662 — FAZENDA — Decreto de 22 de fevereiro de 1936 — Modifica as tabellas de diarias do pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brazil, e dá outras providencias.....	195
N. 663 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de fevereiro de 1936 — Suspênde o estado de sitio no Estado de São Paulo durante o dia 15 de março do corrente anno	197
N. 664 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de fevereiro de 1936 — Suspênde o estado de sitio no municipio de Fundão, Estado do Espirito Santo, durante o dia 1 de março proximo .....	197
N. 665 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de fevereiro de 1936 — Suspênde o estado de sitio no municipio de Campos, no Estado de Sergipe, durante o dia 8 de março do corrente anno .....	198
N. 666 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de fevereiro de 1936 — Faz publica a adhesão do Governo da Islandia á Convenção Internacional sobre circulação de automoveis, firmada em Paris a 24 de abril de 1926.....	198
N. 667 — AGRICULTURA — Decreto de 29 de fevereiro de 1936 — Proroga até 1 de setembro de 1936 o prazo para a execução do decreto numero 24.541, de 3 de julho de 1934 .....	200
N. 668 — FAZENDA — Decreto de 29 de fevereiro de 1936 — Proroga por cento e vinte (120) dias, a contar de 1 de março de 1936, o prazo fixado no decreto n. 4, de 30 de julho de 1934 .....	200

	Paga.
N. 669 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1936 — Suspende o estado de sitio no municipio de Herval, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 8 de março do corrente anno .....	201
N. 670 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de março de 1936 — Suspende o estado de sitio nos municipios de Pedras de Fogo e Arcia, Estado da Parahyba, durante o dia 15 do corrente mez .....	201
N. 671 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de março de 1936 — Approva o projecto e o orçamento, na importancia de réis 2.105:843\$000, relativos á modificação do traçado da muralha de contorno e consequente aumento do aterro do Aeroporto do Rio de Janeiro .....	201
N. 672 — NÃO FOI PUBLICADO.....	202
N. 673 — GUERRA — Decreto de 4 de março de 1936 — Approva o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra .....	202
N. 674 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 4 de março de 1936 — Approva as alterações introduzidas nos estatutos da Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres Rio Grandense, pela assembléa geral dos seus accionistas, realizada a 20 de junho de 1931..	206
N. 675 — FAZENDA — Decreto de 4 de março de 1936 — Créa uma collectoria para arrecadação das rendas federaes em Timbó, districto de In- dayal, no Estado de Santa Catharina.....	207
N. 676 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1936 — Approva plantas, es- pecificações e orçamentos de diversas obras relativas ao aeroporto para dirigiveis, em Santa Cruz .....	207
N. 677 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1936 — Approva plantas, orçamento e especificações technicas rela- tivos á construcção da rampa de acesso para hydroaviões nas installações da "Pan Ameri- can Airways, Inc.", no Aeroporto do Rio de Janeiro .....	208
N. 678 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de março de 1936 — Desapropria uma faixa de terreno necessaria para melhorar a segurança do trafego no trecho da linha da	

	Pags.
Estrada de Ferro Central do Brasil, á altura do quarteirão 4º da 6ª Secção Suburbana de Bello Horizonte, no Estado de Minas Geraes..	209
N. 679 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 10 de março de 1936 — Dá execução á lei n. 173, de janeiro de 1936, sobre a organização da Universidade de Porto Alegre..	209
N. 680 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de março de 1936 — Suspende o estado de sitio no município de Jacuhy, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 15 de março do corrente anno .....	210
N. 681 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de março de 1936 — Concede á sociedade anonyma Nebiolo autorização para continuar a funcionar na Republica	221
N. 682 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 11 de março de 1936 — Approva as alterações introduzidas nos estatutos da Companhia Adriatica de Seguros, com sede em Trieste, pela assembléa geral extraordinaria de seus accionistas, realizada a 11 de dezembro de 1934 .....	211
N. 683 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 12 de março de 1936 — Approva as alterações introduzidas nos estatutos da "Assicurazioni Generali, com sede em Trieste", pela assembléa geral extraordinaria de seus accionistas, realizada a 24 de novembro de 1934 .....	212
N. 684 — GUERRA — Decreto de 12 de março de 1936 — Declara insubsistente o decreto n. 67, de 25 de setembro de 1934, referente á desapropriação de uma area á Estrada da Graciosa, em Curitiba .....	212
N. 685 — GUERRA — Decreto de 12 de março de 1936 — Altera o § 3º do art. 9 do Regulamento da Ordem do Merito Militar, annexo ao decreto n. 24.769, de 14 de julho de 1934 .....	213
N. 686 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1936 — Approva projecto e orçamento de obras para defesa da Baixada dos Goytacazes (Baixada Fluminense)..	213
N. 687 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1936 — Desapropria diversos terrenos necessarios á Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul.....	214

	Pags.
N. 688 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1936 — Approva os projectos e orçamentos de diversas obras na Rêde Mineira de Viação .....	215
N. 689 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de março de 1936 — Approva, com modificações, o projecto e orçamento na importância de 4.853:292\$000, das obras a serem executadas no porto de São Sebastião, no Estado de São Paulo, em substituição aos approvados pelo decreto n. 148, de 4 de maio de 1935 .....	216
N. 690 — FAZENDA — Decreto de 13 de março de 1936 — Abre, ao Ministerio da Fazenda, o credito extraordinario de 200:000\$000, para soccorrer o Estado de Sergipe.....	217
N. 691 — GUERRA — Decreto de 13 de março de 1936 — Approva o regulamento de Pontes de Circumstancia (nova edição) .....	218
N. 692 — GUERRA — Decreto de 16 de março de 1936 — Regula o funcionamento do Conselho de que trata a lei n. 23.825, de 2 de fevereiro de 1934 .....	218
N. 693 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de março de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação (com reserva), por parte do Egypto, da Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris a 21 de junho de 1926 .....	222
N. 694 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de março de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Finlandia, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha, firmada em Genebra a 27 de julho de 1929.....	224
N. 695 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de março de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pelo Governo da Belgica, da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933 .....	225
N. 696 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de março de 1936 — Faz publica a accessão, por parte da União das Republicas Sovieticas Socialistas, á Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, firmada em Bruxellas a 5 de julho de 1890 .....	227

	Paga.
N. 697 — <b>RELAÇÕES EXTERIORES</b> — Decreto de 17 de março de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Japão, da Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris a 21 de junho de 1926 ....	228
N. 698 — <b>JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES</b> — Decreto de 18 de março de 1936 — Suspende o estado de sitio no municipio de Florianopolis, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 22 do corrente .....	229
N. 699 — <b>FAZENDA</b> — Decreto de 18 de março de 1936 — Approva o regulamento sobre a execução dos serviços da Directoria do Imposto de Renda .....	230
N. 700 — <b>MARINHA</b> — Decreto de 18 de março de 1936 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 1.000:000\$000 .....	249
N. 701 — <b>AGRICULTURA</b> — Decreto de 20 de março de 1936 — Approva o regulamento para a 5ª Exposição Nacional de Animaes e Productos Derivados .....	249
N. 702 — <b>JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES</b> — <b>FAZENDA</b> — <b>VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS</b> — <b>GUERRA</b> — <b>MARINHA</b> — <b>AGRICULTURA</b> — <b>EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA</b> — <b>TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO</b> — Decreto de 21 de março de 1936 — Declara, pelo prazo de noventa dias, equiparada ao estado de guerra, a commoção intestina grave, em todo o territorio nacional	301
N. 703 — <b>RELAÇÕES EXTERIORES</b> — Decreto de 24 de março de 1936 — Faz publica a adhesão, por parte da Zona de Tanger a dois actos internacionaes relativos á Propriedade Industrial, revistos na Haya, a 6 de novembro de 1925 .....	303
N. 704 — <b>AGRICULTURA</b> — Decreto de 24 de março de 1936 — Dá novo regulamento ao Entrepasto Federal de Pesca no Districto Federal	304
N. 705 — <b>AGRICULTURA</b> — Decreto de 24 de março de 1936 — Autoriza o cidadão brasileiro Ismael Simões Lopes, por sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio São João, em um trecho de doze (12) kilometros de extensão, situado nos municipios de Pequy e Pitanguy, no Estado de Minas Geraes.....	309

## Pags.

- N. 706 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de março de 1936 — Autoriza o cidadão brasileiro Nuno Bueno Brandão, por sociedade que organizar, a pesquisar ouro em um trecho de vinte cinco (25) kilometros de extensão do leito e margens devolutas do rio das Velhas, no municipio de Santa Luzia, Estado de Minas Geraes ..... 310
- N. 707 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de março de 1936 — Autoriza a "Gesso Nacional Tapuyo Limitada", sociedade organizada no Brasil, a pesquisar gypsita em uma área de cerca de quinhentos e setenta e oito (578) hectares de terras devolutas, situadas no municipio de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte..... 312
- N. 708 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de março de 1936 — Autoriza a "Electro-Chimica Brasileira, S. A." a pesquisar ouro no leito do rio Maynart ou Gualaxo do Sul e no do ribeirão do Fundão, situados nos municipios de Ouro Preto e Marianna, no Estado de Minas Geraes ..... 314
- N. 709 — AGRICULTURA — Decreto de 24 de março de 1936 — Outorga á Sociedade Julius Arp & Comp., concessão para aproveitamento da energia hydraulica em determinado trecho do Rio Grande, no mesmo municipio ..... 316
- N. 710 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de março de 1936 — Approva as alterações introduzidas nos estatutos de Aachener and Muenchener Feuer-Versicherungs-Gesellschaft, pela assembléa geral de seus accionistas, realizada a 6 de maio de 1935 ..... 319
- N. 711 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de março de 1936 — Approva as alterações introduzidas nos estatutos de The Home Insurance Company pela assembléa geral extraordinaria dos accionistas realizada a 10 de maio de 1935 ..... 319
- N. 712 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 25 de março de 1936 — Concede á Warner Bros. First National Pictures of Brasil Inc., autorização para continuar a funcionar na Republica ..... 320
- N. 713 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de março de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 do cor-



	Pags.
rente, no Estado do Ceará, durante o dia 29 deste mez .....	321
N. 714 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de março de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 do cor- rente, nos municipios de São José, Palhoça e Itajahy, no Estado de Santa Catharina, du- rante o dia 29 de março do corrente anno....	321
N. 715 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de março de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 do cor- rente mez, nos municipios de Jaraguá, Lages e Palhoça, no Estado de Santa Catharina, du- rante o dia 5 de abril do corrente anno.....	321
N. 716 — GUERRA — Decreto de 26 de março de 1936 — Modifica o decreto n. 24.256, de 16 de maio de 1934, que ampliou o de n. 21.541, de 16 de junho de 1932, instituindo a Caixa de Construcções de Casas do Ministerio da Guerra .....	322
N. 717 — GUERRA — Decreto de 26 de março de 1936 — Approva as Instrucções para o funciona- mento, em 1936, da Escola Technica do Exercito .....	322
N. 718 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de março de 1936 — Approva o pro- jecto e orçamento para a installação de tele- phones selectivos na Estrada de Ferro do Paraná e no ramal de Antonina, da referida estrada .....	330
N. 719 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de março de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez, no municipio de Iraty, no Estado do Paraná, durante o dia 5 de abril do corrente anno ....	331
N. 720 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de março de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez, nos municipios de Recife, Olinda, Jaboatão, Morenos, Cabo, Itambé, Bom Itambé, São Vi- cente, Goyanna, Bom Jardim, Surubim, Queimadas, Vertentes e Floresta dos Leões, no Estado de Pernambuco, durante o dia 2 de abril do corrente anno .....	331
N. 721 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de março de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez,	

	Pags.
no municipio de Borba, no Estado do Amazonas, durante o dia 4 de abril do corrente anno .....	332
N. 722 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de março de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez, no municipio de Guarapuava, no Estado do Paraná, durante o dia 12 de abril do corrente anno .....	332
N. 723 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 30 de março de 1936 — Abre o credito especial de 76:800\$000, para pagamento ao Dr. Irineu de Mello Machado, professor de Direito Industrial e Legislação Operaria, nos exercicios de 1932 a 1935 .....	333
N. 724 — FAZENDA — Decreto de 2 de abril de 1936 — Approva o augmento de capital de "The Royal Bank of Canadá" .....	333
N. 725 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de abril de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no municipio de Rebouças, no Estado do Paraná, durante o dia 12 de abril do corrente anno .....	334
N. 726 — GUERRA — Decreto de 2 de abril de 1936 — Regula provisoriamente a execução da lei de promoções .....	334
N. 727 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de abril de 1936 — Concede permissão á Sociedade Bandeirante de Radio Diffusão para estabelecer uma estação radiodifusora ..	335
N. 728 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de abril de 1936 — Desapropria um terreno e respectiva pedreira, necessarios aos serviços de lastramento de linhas da Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul..	339
N. 729 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de abril de 1936 — Desapropria diversos terrenos e aceita a doação de outro todos necessarios á construcção do trecho "Riachuelo" (ex-"Lontras") — "Rio do Sul", do prolongamento da Estrada de Ferro Santa Catharina .....	340
N. 730 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de abril de 1936 — Autoriza a Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul a escripturar na conta ao "fundo de melhoramentos" as despesas que menciona .....	340

- N. 731 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 3 de abril de 1936 — “Concede permissão á Sociedade Radio Club de Marília, Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora.” 341
- N. 732 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de abril de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no municipio de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 12 de abril do corrente anno ..... 345
- N. 733 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de abril de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de São Salvador, Alagoinhas, Nazareth, Ilhéos, Itabuna, Itacaré, Caravellas, Joazeiro, Feira de Sant’Anna e Amaro, no Estado da Bahia, durante o dia 16 do corrente mez ..... 345
- N. 734 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 6 de abril de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no municipio de Socorro, no Estado do Piahy, durante o dia 21 de abril do corrente anno ..... 346
- N. 735 — **EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA** — Decreto de 6 de abril de 1936 — Dispõe sobre o aproveitamento do saldo da sub-consignação n. 27, da verba 1ª do orçamento de 1935, do Ministerio da Educação e Saude Publica..... 346
- N. 736 — **GUERRA** — Decreto de 6 de abril de 1936 — Approva, em caracter provisorio, o Regulamento do Serviço de Protecção aos Indios a que se refere a lei n. 24.700, de 12 de julho de 1934 ..... 347
- N. 737 — **EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA** — Decreto de 7 de abril de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Minas Geraes.... 364
- N. 738 — **EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA** — Decreto de 7 de abril de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados do Ceará, Alagoas, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Districto Federal ..... 367

	Pags.
N. 739 — MARINHA — Decreto de 9 de abril de 1936 — Restabelece os exames a que está sujeito o pessoal da Marinha Mercante .....	368
N. 740 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de abril de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municípios de Cabrobó, Pesqueira, Alagôa de Baixo, Petrolina, Tacaratú, São Gonçalo, Caruarú, Brejo, São Caetano, Moluto e Rio Branco, no Estado de Pernambuco, durante o dia 21 de abril do corrente anno....	369
N. 741 — GUERRA — Decreto de 8 de abril de 1936 — Perda de patente e posto de officiaes do Exército .....	369
N. 742 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de abril de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no município de Manicoré, no Estado do Amazonas, durante o dia 3 de maio do corrente anno .....	370
N. 743 — FAZENDA — Decreto de 13 de abril de 1936 — Concede á firma Leão Junior & Comp., estabelecida em Curitiba, Estado do Paraná, os favores do decreto n. 24.195, de 4 de maio de 1934 .....	370
N. 744 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de abril de 1936 — Approva os novos estatutos da Sociedade Cooperativa de Seguros Operarios em Fabricas de Tecidos, Responsabilidade Limitada, adoptados por uma assembléa geral de seus associados, e as alterações nelles introduzidas por outra assembléa, e autoriza a mesma sociedade a continuar a funcionar .....	371
N. 745 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de abril de 1936 — Concede á Cooperativa de Seguros do Syndicato de Lojistas do Rio de Janeiro autorização para funcionar em operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho e approva os seus estatutos .....	372
N. 746 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de abril de 1936 — Concede á Sociedade Cooperativa de Seguros do Syndicato dos Commereiantes Atacadistas do Rio de Janeiro Responsabilidade Limitada, autorização para funcionar em operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho e approva os seus estatutos .....	373

	Pags.
N. 747 — MARINHA — Decreto de 16 de abril de 1936 — Destitue do seu posto, com perda da respectiva patente, o capitão tenente, reformado, do Corpo de Officiaes da Armada, Roberto Henrique Faller Sisson .....	747
N. 748 — MARINHA — Decreto de 16 de setembro de 1936 — Destitue do seu posto, com perda da respectiva patente, o capitão de corveta, aviador naval, Amarilio Vieira Cortez .....	374
N. 749 — MARINHA — Decreto de 16 de abril de 1936 — Destitue de seu posto, com perda da respectiva patente, o capitão-tenente do Corpo de Officiaes da Armada, Hercolino Cascardo.	375
N. 750 — GUERRA — Decreto de 16 de abril de 1936 — Perda de patente e posto de officiaes do Exército .....	376
N. 751 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de abril de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Laguna, Caçador, Mafra, Indaial, Urussanga e Timbó, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 26 de abril do corrente anno .....	376
N. 752 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de abril de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo no municipio de Jatahy, no Estado de Goyaz, durante o dia 27 de maio do corrente anno .....	377
N. 753 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de abril de 1936 — Approva novos projecto e orçamento para construção de um armazem na estação de Cacequy, e o projecto e orçamento para reconstrução das alvenarias e caixas de vigas de uma ponte da Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul .....	377
N. 754 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de abril de 1936 — Autoriza a escripturação da despesa que menciona, na conta do "fundo de melhoramentos" da Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, e rectifica o paragrapho unico do artigo 2º do decreto n. 23.949, de 23 de fevereiro de 1934	379
N. 755 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de	

	Pags.
Villa Bella e Belmonte, no Estado de Pernambuco, durante o dia 24 de abril do do corrente anno.....	380
N. 756 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 20 de abril de 1936 — Approva o regulamento que estabelece as normas a que deve obedecer o funcionamento do Serviço de Identificação Profissional.....	380
N. 756 A — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — RELAÇÕES EXTERIORES — MARINHA — Decreto de 21 de abril de 1936 — Autoriza a transladação para o Brasil, das cinzas dos Inconfidentes, e dá outras providencias ....	390
N. 757 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de abril de 1936 — Approva o projecto e orçamento para construcção de uma casa para moradia de empregados da "Great Western of Brasil Railway Company, Limited", na esplanada da estação de Natal, da linha Norte, da Rêde de Viação Ferrea a seu cargo .....	391
N. 758 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de abril de 1936 — Concede autorização á Companhia Paulista de Seguros para operar em seguros e resseguros contra riscos de accidentes do trabalho e continuar a operar em seguros e resseguros privados, e approva seus novos estatutos .....	392
N. 759 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de abril de 1936 — Concede á Sociedade Cooperativa de Seguros do Centro dos Proprietarios de Hoteis, Restaurantes e Classes Annexas do Rio de Janeiro (Syndicato Profissional), autorização para funcionar em operações de seguros de accidentes do trabalho e approva os seus estatutos ....	393
N. 760 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 22 de abril de 1936 — Concede á Sociedade Cooperativa de Seguros do Syndicato dos Industriaes em Calçados e Couros autorização para funcionar em operações de seguros de accidentes do trabalho e approva os seus estatutos .....	394
N. 761 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de abril de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 24 de março findo, nos municipios de Tamandaré e Carlópolis, no Estado do Paraná, durante o dia 1º de maio do corrente anno .....	394

	<b>Pags.</b>
N. 762 — AGRICULTURA — Decreto de 23 de abril de 1936 — Outorga á Companhia Siderurgica Belgo-Mineira S. A., com séde na cidade de Bello Horizonte, concessão para o aproveitamento de energia hydraulica em duas quedas d'agua existentes no Ribeirão Carneirinhos, no Estado de Minas Geraes .....	395
N. 763 — GUERRA — Decreto de 23 de abril de 1936 — Instrucções para o hasteamento de bandeiras no territorio nacional .....	398
N. 764 — GUERRA — Decreto de 23 de abril de 1936 — Perda de patente e posto de official do Exercito .....	399
N. 765 — GUERRA — Decreto de 23 de abril de 1936 — Perda de patente e posto de official honorario .....	400
N. 766 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de abril de 1936 — Suspende os effeitos do decerto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Amaragy, São Joaquim, Bezerras, Gravatá, Catende, Barreiros, Canhotinho Panellas, Bom Conselho e Garanhuns, no Estado de Pernambuco, durante o dia 26 do corrente mez de abril .....	400
N. 767 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de abril de 1936 — Altera o art. 103 do Regulamento Geral dos Transportes, approvedo pelo decreto n. 19.204, de 30 de abril de 1913, já modificado pelo de numero 20.633, de 9 de novembro de 1931....	401
N. 768 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de abril de 1936 — Rectifica o decreto n. 20.571, de 26 de outubro de 1931, na parte relativa á disponibilidade do pintor do deposito de Entre Rios, da Estrada de Ferro Central do Brasil, João José Amorim .....	402
N. 769 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no municipio de Araguaya, no Estado Pará, durante os dias 11 e 20 de maio do corrente anno .....	402
N. 770 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Belém, Gurupá, Obidos, Castanhal, Curuca, Mocajuba, Soure, Breves e Araguaya, durante o dia 10 de maio do corrente anno .....	403

## Pags.

N. 771 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Decreto de 27 de abril de 1936 — Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Instituto de Ensino Secundário com sede no Districto Federal .....	403
N. 772 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Decreto de 27 de abril de 1936 — Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio N. S. de Lourdes, com sede em Curitiba, Paraná.....	403
N. 773 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Decreto de 27 de abril de 1936 — Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio São José, com sede em Mendes, Estado do Rio de Janeiro .....	404
N. 774 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Decreto de 27 de abril de 1936 — Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio Metropolitano, com sede no Districto Federal .....	404
N. 775 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Decreto de 27 de abril de 1936 — Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio Santa Maria, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Geraes .....	405
N. 776 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Decreto de 27 de abril de 1936 — Concede inspecção permanente á Escola de Engenharia de Juiz de Fora .....	405
N. 777 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Decreto de 27 de abril de 1936 — Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio São João, com sede em Fortaleza, Ceará .....	405
N. 778 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Austria, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929..	406
N. 779 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de abril de 1936 — Faz publica a adhesão, por parte da Estonia, á Convenção Inter-	



	Pags.
nacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923.....	408
N. 780 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — GUERRA MARINHA — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 28 de abril de 1936 — Crea a comissão permanente de fiscalização de entorpecentes.....	409
N. 781 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1936 — Autoriza o cidadão William Seig a comprar e exportar pedras preciosas.....	411
N. 782 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1936 — Autoriza o cidadão hollandez Jonas Polak a comprar pedras preciosas .....	412
N. 783 — FAZENDA — Decreto de 29 de abril de 1936 — Supprime a Collectoria Federal de Guaratuba, Estado do Paraná.....	412
N. 784 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de abril de 1936 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2.500:000\$000..	412
N. 785 — GUERRA — Decreto de 30 de abril de 1936 — Rectifica-se o nome de um official que perdeu a patente e posto, por decreto de 9 de abril, sob n. 741 .....	413
N. 786 — GUERRA — Decreto de 30 de abril de 1936 — Dá nova redacção ao § 4º, do art. 17 do Regulamento para o Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra .....	413
N. 787 — MARINHA — Decreto de 30 de abril de 1936 — Desdobra, em dous annos lectivos, a titulo provisorio, o 3º anno do curso Superior da Escola Naval e dispõe sobre sua constituição .....	414
N. 788 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de maio de 1936 — Estabelece, na Contadoria Central Ferroviaria, uma taxa de trafego mutuo, em substituição á taxa de expediente alli em vigor e modifica o art. 7º, do respectivo regulamento .....	415
N. 789 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de maio de 1936 — Suspende as restricções impostas ás immunidades parla-	

	Pags.
mentares em consequencia da equiparação, ao estado de guerra, da commoção intestina grave, em todo o territorio nacional .....	416
N. 790 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Barras, no Estado do Piauhý, durante o dia 13 de maio do corrente anno .....	417
N. 791 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de maio de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de São Thiago do Bo- queirão, no Estado do Rio Grande do Sul, du- rante o dia 10 de maio do corrente anno ....	417
N. 792 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 4 de maio de 1936 — Concede inspecção permanente á Faculdade de Direito de Pelotas	417
N. 793 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 4 de maio de 1936 — Concede ins- pecção permanente ao Gymnasio do Crato, com séde no Crato, Estado do Ceará.....	418
N. 794 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 4 de maio de 1936 — Concede ins- pecção permanente ao Gymnasio de Miracema, com séde em Miracema.....	418
N. 795 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 4 de maio de 1936 — Concede ins- pecção permanente ao Gymnasio Indepen- dência, com séde em São Paulo .....	419
N. 796 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 4 de maio de 1936 — Concede auxí- lios, relativos ao exercicio de 1936, a varias instituições nos Estados de São Paulo, Pa- raná, Santa Chatarina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Matto Grosso .....	419
N. 797 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 4 de maio de 1936 — Concede auxí- lios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Per- nambuco, Parahyba, Bahia, Rio de Janeiro e Districto Federal .....	422
N. 798 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 5 de maio de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Fin-	

	Pags.
landia, da Convenção para a regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra, a 24 de setembro de 1931 .....	424
N. 799 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de maio de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Rio do Sul, Tijucas, São Bento, Brusque, Canoinhas e Lages, no Estado de Santa Catharina, no dia 10 do corrente mez de maio.....	425
N. 800 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 6 de maio de 1936 — Concede á Cooperativa de Seguros contra Accidentes do Trabalho, da União dos Proprietarios de Marcenarias, autorização para funcionar e approva os seus estatutos .....	426
N. 801 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no Municipio de Porto Bello, no Estado de Santa Catharina, no dia 10 do corrente mez de maio .....	426
N. 802 — GUERRA — Decreto de 7 de maio de 1936 — Approva as instrucções para o funcionamento, em 1936, da Escola de Aviação Militar .....	427
N. 803 — FAZENDA — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — AGRICULTURA — Decreto de 8 de maio de 1936 — Reduz a tarifa de farinha de trigo e institue uma comissão para estabelecer a porcentagem minima do trigo nacional que deve ser adicionado ao trigo estrangeiro .....	430
N. 804 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de maio de 1936 — Concede permissão á Radio Educadora do Brasil, S. A., para estabelecer uma estação radiodifusora .....	431
N. 805 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de maio de 1935 — Concede permissão á Radio Diffusora São Paulo, S. A., para estabelecer uma estação radio-difusora.....	435
N. 806 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de maio de 1936 — Approva o orçamento nas importancias de 315:394\$175, papel, e £ 11.700, ouro, para aquisição e installação dos appparelhos "Zerolit" em diversas estações de "The Great Western of Brasil Railway Company Limited".....	439

	Pags.
N. 807 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de maio de 1936 — Approva os projectos e orçamentos para a execução de diversas obras na Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul.....	439
N. 808 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de maio de 1936 — Desapropria diversos terrenos necessarios á construcção da estrada de ferro Jaguary-S. Thiago-S. Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.....	441
N. 809 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 11 de maio de 1936 — Concede equiparação á Faculdade de Direito de Goyaz, com sede na capital do Estado de Goyaz.....	441
N. 810 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de maio de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Caropolis, no Estado do Paraná, durante o dia 21 do corrente mez de maio .....	442
N. 811 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de maio de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Nitheroy, Estado do Rio de Janeiro, durante os dias 12, 13, 15, 19, 20 e 22 de maio do corrente anno.....	442
N. 812 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 12 de maio de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Austria, da Convenção para fixar a idade minima de admissão de crianças nos trabalhos industriaes ( <i>Washington</i> , 1ª sessão — 1909) .....	443
N. 813 — FAZENDA — Decreto de 13 de maio de 1936 — Approva as alterações feitas nos estatutos da Assistencia Judiciaria Ferroviaria..	444
N. 814 — FAZENDA — Decreto de 13 de maio de 1936 — Approva as alterações feitas nos estatutos da Sociedade Benificente Auxiliar dos Funcionarios .....	444
N. 815 — FAZENDA — Decreto de 13 de maio de 1936 — Approva as alterações feitas nos estatutos da Associação Civil e Militar de Beneficencia .....	444
N. 816 — FAZENDA — Decreto de 13 de maio de 1936 — Approva as alterações feitas nos estatutos da Sociedade Beneficente Dr. Pereira Junior .....	445

	Pags.
N. 817 — FAZENDA — Decreto de 13 de maio de 1936 — Approva as alterações feitas nos estatutos da Caixa Auxiliar dos Empregados Postaes	445
N. 818 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 13 de maio de 1936 — Approva os novos estatutos da Companhia Italo-Brasileira de Seguros Geraes adoptados pela assembléa geral extraordinaria dos seus accionistas, de 15 de agosto de 1935 e as modificações nelles introduzidas pela de 5 de março de 1936 .....	446
N. 819 — GUERRA — Decreto de 15 de maio de 1936 — Rectifica o nome de um official que perdeu a patente e posto por decreto de 9 de abril, sob n. 741.....	446
N. 820 — MARINHA — Decreto de 15 de maio de 1936 — Regula o aproveitamento do producto da venda de material inutil e imprestavel.....	447
N. 821 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de maio de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Fortaleza, Estado do Ceará, durante os dias 18, 19, 20 e 21 de maio do corrente anno.....	448
N. 822 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de maio de 1936 — Approva nova planta das obras de construcção do porto de Nietheroy, em substituição á que se refere o decreto n. 17.980, de 12 de novembro de 1927.....	449
N. 823 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1936 — Eleva a noventa e a trinta dias os prazos a que alludem os artigos onze e doze do decreto n. 254, de 1 de agosto de 1935.....	449
N. 824 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 19 de maio de 1936 — Concede inspecção permanente ao Instituto São Luiz, com séde em Fortaleza, Ceará.....	450
N. 825 — GUERRA — Decreto de 19 de maio de 1936 — Approva o regulamento para o abono da vantagem de que trata o decreto n. 23.867, de 9 de fevereiro de 1934.....	450
N. 826 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de maio de 1936 — Approva novo orçamento e projecto para as obras do porto de Maceió, na enseada de Jaraguá.....	452

Pags.

- N. 827 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Decreto de 19 de maio de 1936 — Concede auxílios relativos aos 1º e 2º semestres de 1935 a várias instituições nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso e Acre..... 452
- N. 828 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Decreto de 19 de maio de 1936 — Concede auxílios relativos aos 1º e 2º semestres de 1935 a várias instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal ..... 455
- N. 829 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de maio de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar a Caixa Rural de Alagôa Grande (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ilimitada), no Estado da Parahyba do Norte.. 458
- N. 830 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de maio de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar no Estado do Rio de Janeiro, a Sociedade Cooperativa, de Responsabilidade Limitada, "Banco de Parahyba do Sul"..... 459
- N. 831 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de maio de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar a Cooperativa de Crédito Agrícola de Esperança, Estado da Parahyba do Norte ..... 459
- N. 832 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de maio de 1936 — Outorga ao cidadão Primo Tedesco ou a sociedade que organizar concessão para o aproveitamento da energia hydraulica no Rio do Peixe, Estado de Santa Catharina..... 460
- N. 833 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municípios de Pilar e São Braz, no Estado de Alagoas, durante o dia 24 do corrente mez ..... 462
- N. 834 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de maio de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no município de Santiago do Bonqueirão, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 24 do corrente mez..... 462

	Pags.
N. 835 — <b>RELAÇÕES EXTERIORES</b> — Decreto de 19 de maio de 1936 — Eleva a representação diplomatica do Brasil em Berlim á categoria de Embaixada.....	463
N. 836 — <b>TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO</b> — Decreto de 20 de maio de 1936 — Concede á Companhia de Seguros União Panificadora autorização para funcionar em seguros de accidentes de trabalho e approva seus estatutos..	463
N. 837 — <b>TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO</b> — Decreto de 20 de maio de 1936 — Autoriza a Companhia Seguranga Industrial a continuar a operar em seguros de accidentes do trabalho e em seguros terrestres e maritimos sob a denominação de — Seguranga Industrial, Companhia Nacional de Seguros, — e approva os novos estatutos .....	464
N. 838 — <b>TRABALHO INDUSTRIA E COMMERCIO</b> — Decreto de 20 de maio de 1936 — Concede á Sociedade Cooperativa de Seguros contra Accidentes do Trabalho, do Syndicato dos Proprietarios de Padarias e Confeitarias do Rio de Janeiro, autorização para funcionar, e approva os seus estatutos.....	465
N. 839 — <b>TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO E FAZENDA</b> — Decreto de 20 de maio de 1936 — Autoriza o ministro do Trabalho, Industria e Commercio a realizar um emprestimo para occorrer ás despesas com a construção do respectivo ministerio .....	465
N. 840 — <b>GUERRA</b> — Decreto de 21 de maio de 1936 — Approva o regulamento para o exercicio e o emprego da engenharia (2º e 3º volumes)..	466
N. 841 — <b>GUERRA</b> — Decreto de 21 de maio de 1936 — Rectifica o nome de um official que perdeu a patente e posto, por decreto de 9 de abril, sob n. 750 .....	467
N. 843 — <b>JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES</b> — Decreto de 22 de maio de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Serra e Domingos Martins, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 24 de maio do corrente anno.....	467
N. 842 — <b>JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES</b> — Decreto de 22 de maio de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Santa Leopoldina, no	

	Pags.
Estado do Espirito Santo, durante o dia 14 de junho do corrente anno.....	468
N. 844 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de maio de 1936 — Concede permissão á Radio Sociedade Jahúense, para estabelecer uma estação radiodifusora.....	468
N. 845 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de maio de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Nietheroy, Estado do Rio de Janeiro, durante os dias 26 e 27 de maio corrente .....	472
N. 846 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 25 de maio de 1936 — Concede inspecção permanente ao Lyceu Rio Branco, com séde em Curitiba .....	472
N. 847 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 25 de maio de 1936 — Concede inspecção permanente ao "Collegio Regina Coeli", no Districto Federal .....	472
N. 848 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 25 de maio de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados do Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Paraná, Minas Geraes e Matto Grosso .....	473
N. 849 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, na cidade de Therezina, capital do Estado do Piahy, durante o dia 30 do corrente mez..	474
N. 850 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Santa Rita do Parahyba, Burity Alegre e Joraguá, no Estado de Goyaz, durante o dia 7 de junho do corrente anno .....	475
N. 851 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Joaquim Tavora, no Estado do Paraná, durante o dia 14 de junho do corrente anno .....	475
N. 852 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1936 — Suspende os	



	Pags.
effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios do Rio do Sul, União, Mafra e Chapecó, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 31 do corrente mez de maio....	476
N. 853 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1936 — Declara extinta a Comissão Permanente de Codificação de Direito Internacional Publico, creada pelo decreto numero 20.453, de 29 de setembro de 1931.....	476
N. 854 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de maio de 1936 — Concede á Sociedade Anonyma Metropole Companhia Nacional de Seguros de Accidentes do Trabalho, autorização para funcionar em operações de seguros e resseguros contra riscos de accidentes do trabalho e approva os seus estatutos.....	477
N. 855 — FAZENDA — Decreto de 27 de maio de 1936 — Approva as alterações feitas nos estatutos do "Funcionalismo" e concede-lhe autorização para transigir com seus associados, mediante consignação em folha de pagamento.....	478
N. 856 — FAZENDA — Decreto de 27 de maio de 1936 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos....	478
N. 857 — FAZENDA — Decreto de 27 de maio de 1936 — Approva os estatutos da "União Social de Beneficencia" e concede-lhe autorização para transigir com seus associados, mediante consignação em folha de pagamento.....	479
N. 858 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Sant'Anna, Cariry e Assaré, no Estado do Ceará, durante o dia 7 de junho proximo.....	479
N. 859 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1936 — Altera o regulamento da Policia Civil do Districto Federal, baixado com o decreto n. 24.531, de 2 de junho de 1934 .....	480
N. 860 — FAZENDA — Decreto de 29 de maio de 1936 — Inclue na divida passiva da União as indemnizações do Tratado de Pedras Altas....	481

---

# ACTOS DO PODER EXECUTIVO

---

## 1936

DECRETO N. 574 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no municipio de Aracajú, Capital do Estado de Sergipe, durante o dia 10 de janeiro corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve:

Suspender o estado de sitio no municipio de Aracajú, Capital do Estado de Sergipe, durante o dia 10 de janeiro corrente, afim de ser alli realizada a eleição de um deputado á Assembléa Legislativa do Estado.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

DECRETO N. 575 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no Estado da Bahia durante o dia 15 de janeiro corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve:

Suspender o estado de sitio no Estado da Bahia, durante o dia 15 de janeiro corrente, fim de serem alli realizadas

**as eleições municipaes, revogadas as disposições em contrario.**

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 576 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio nos municipios de Jeromenhas, Floriano, Picos, Porto Alegre e São Pedro, no Estado do Piauhý, durante o dia 20 do corrente mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve:

Suspender o estado de sitio nos municipios de Jeromenhas, Floriano, Picos, Porto Alegre e São Pedro, no Estado do Piauhý, durante o dia 20 do corrente mez, afim de serem alli realizadas eleições municipaes supplementares, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 577 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito supplementar de 198:000\$ á sub-consignação n. 17 — verba 17ª — art. 7º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere a lei n. 169, de 7 de janeiro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito supplementar de cento e noventa e oito contos de réis (198:000\$000) á sub-consignação n. 17, verba 17ª, art. 7º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934,

destinado a attender ao pagamento, no segundo semestre de 1935, dos inspectores regionaes de estabelecimentos e demais fiscaes da Inspectoria Geral do Ensino Commercial.

Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.  
*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 578 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Outorga a Francisco Garcia Pereira Leão, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hydraulica, exclusivamente para uso proprio, do rio Divisa ou Paineiras, situada no Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o § 1.º do art. 56 da Constituição e tendo em vista o decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934. (Codigo de Aguas), decreta:

Art. 1.º É outorgada a Francisco Garcia Pereira Leão concessão para o aproveitamento progressivo da energia hydraulica do rio Divisa ou Paineiras, situado no Districto Federal, no trecho comprehendido entre as cotas 55 e 500 metros.

§ 1.º O aproveitamento destina-se á producção de energia hydraulica ou hydro-electrica, utilizada exclusivamente a uso proprio.

§ 2.º O concessionario poderá com previa approvação do Governo transferir a presente concessão á firma ou companhia que organizar.

Art. 2.º A titulo de exigencias preliminares e complementares das contidas no art. 158 do Codigo de Aguas, e que, por isso mesmo deverão ser cumpridas integralmente sob pena de ficar de nenhum effeito o presente decreto, o concessionario obriga-se a:

1 — Apresentar dentro do prazo de tres (3) mezes, contados da data da publicação deste decreto, e em tres vias:

a) planta geral em escala de 1:2.000, do trecho do rio aproveitado, com indicação dos terrenos marginaes inundados para effeito do barramento;

b) projecto da usina, com toda a machinaria em escala de 1:50. Orçamento;

c) calculo e projecto da barragem, do canal de derivação, do castello de agua, dos tubos de carga. As escalas serão: 1:100 para as plantas. 1:50 para as secções e para os perfis — horizontal: 1:200, vertical: 1:100. Orçamento;

d) turbina. Justificação do typo adoptado, rendimento a 1/4, 1/2, 3/4 e plena carga. Velocidade caracteristica de embalagem, rotações por minuto. Potencia, orçamento;

---

e) geradores. Typo, tensão, potencia, rendimento, numero e phases, frequencia. Quadro de manobra. Orçamento.

II — Assignar o contracto de concessão dentro do prazo de um mez, contado da data da publicação do acto de approvação da respectiva minuta pelo ministro da Agricultura.

III — Apresentar, dentro de tres (3) mezes a partir da data da publicação do presente decreto, escriptura publica de desistencia em seu beneficio, passada pelos demais interessados, da preferencia legal que lhes confere o art. 148 doCodigo de Aguas para a concessão em causa, optando estes, nessas condições, pela remuneração pecuniaria a que se refere o art. 198 do mesmo Codigo.

Art. 3.º A minuta do contracto da qual constarão todas as exigencias de ordem technica, fiscal administrativa e penal, previstas no Codigo de Aguas, será preparada pelo Serviço de Aguas do Departamento Nacional da Producção Mineral do Ministerio da Agricultura e submettida á approvação do ministro da Agricultura.

Art. 4.º A concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) annos, contados a partir da data da assignatura do respectivo contracto.

Art. 5.º Findo o prazo da concessão as installações de produção de energia hydraulica, reverterão para o patrimonio da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; mediante indemnização de seu custo historico, isto é, capital effectivamente invertido menos a depreciação.

§ 1.º Si o Governo Municipal do Rio de Janeiro não fizer uso dessa faculdade, fica livre ao concessionario obter prorrogação do prazo da concessão, ou repor por sua conta o curso das aguas no seu primitivo estado.

§ 2.º Para effeitos do paragrapho anterior, fica o concessionario obrigado a dar conhecimento ao Governo Federal da decisão do Governo Municipal do Rio de Janeiro, e entrar com o requerimento de prorrogação ou desistencia desta, ou reversão, conforme for, dentro dos seis (6) ultimos mezes de vigor de sua concessão.

§ 3.º Si o Governo Municipal do Rio de Janeiro fizer uso da faculdade de que trata estes artigo, ficará assegurada ao actual concessionario preferencia á nova concessão, em igualdade de condições, devendo em todo o caso, ser-lhe garantido o direito a energia que não for utilizada para serviços publicos, mediante preços calculados na fórmula estabelecida no Codigo de Aguas.

Art. 6.º O concessionario, dadas as condições peculiares do aproveitamento, fica dispensado das reservas de energia de que trata o art. 153, alinea e) do Codigo de Aguas.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

## DECRETO N. 579 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Abre, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, os créditos supplementares de 9:416\$700, 33:333\$300 e réis 20:000\$000, a diversas sub-consignações de “Pessoal” e os de 550:000\$000 e 10:000\$000, as sub-consignações numeros 2 e 3 de “Material”, da verba n. 13, titulo II — Imprensa Nacional — do art. 2º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização legislativa constante da lei n. 162, de 2 de janeiro de 1936 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 92 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, os créditos supplementares de nove contos quatrocentos e dezeseis mil e setecentos réis (9:416\$700), trinta e tres contos trescentos e trinta e tres mil e trescentos réis (33:333\$300) e vinte contos de réis (20:000\$000), respectivamente, ás sub-consignações ns. 27, 30 e 32, da Consignação “Pessoal”, da verba 13ª, titulo II — Imprensa Nacional e de quinhentos e cinquenta contos de réis (550:000\$000) e dez contos de réis (10:000\$000), respectivamente, ás sub-consignações numeros 2 e 3, da Consignação “Material” da mesma verba, do art. 2º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 580 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Abre o credito na importancia de 29:229\$688, para pagamento a que tem direito Manoel Pessoa de Mello, secretario da Directoria Geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, nos termos da lei n. 124, de 2 de dezembro do anno proximo findo e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas e o Ministerio da Fazenda, na forma do regulamento annexo ao decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministerio da Marinha, o credito de vinte e nove contos duzentos e vinte e nove mil seiscentos e oitenta e oito réis (29:229\$688) para occorrer ao pagamento a que tem direito Manoel Pessoa de Mello, secretario da Directoria Geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, proveniente de differença de vencimentos, no pe-

	Pags.
effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios do Rio do Sul, União, Mafra e Chapecó, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 31 do corrente mez de maio....	476
N. 853 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de maio de 1936 — Declara extinta a Comissão Permanente de Codificação de Direito Internacional Publico, creada pelo decreto numero 20.453, de 29 de setembro de 1931.....	476
N. 854 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de maio de 1936 — Concede á Sociedade Anonyma Metropole Companhia Nacional de Seguros de Accidentes do Trabalho, autorização para funcionar em operações de seguros e resseguros contra riscos de accidentes do trabalho e approva os seus estatutos.....	477
N. 855 — FAZENDA — Decreto de 27 de maio de 1936 — Approva as alterações feitas nos estatutos do "Funcionalismo" e concede-lhe autorização para transigir com seus associados, mediante consignação em folha de pagamento.....	478
N. 856 — FAZENDA — Decreto de 27 de maio de 1936 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos....	478
N. 857 — FAZENDA — Decreto de 27 de maio de 1936 — Approva os estatutos da "União Social de Beneficencia" e concede-lhe autorização para transigir com seus associados, mediante consignação em folha de pagamento.....	479
N. 858 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Sant'Anna, Cariry e Assaré, no Estado do Ceará, durante o dia 7 de junho proximo.....	479
N. 859 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de maio de 1936 — Altera o regulamento da Policia Civil do Districto Federal, baixado com o decreto n. 24.531, de 2 de junho de 1934 .....	480
N. 860 — FAZENDA — Decreto de 29 de maio de 1936 — Inclue na divida passiva da União as indemnizações do Tratado de Pedras Altas....	481

---

# ACTOS DO PODER EXECUTIVO

---

## 1936

DECRETO N. 574 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no municipio de Aracajú, Capital do Estado de Sergipe, durante o dia 10 de janeiro corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve:

Suspender o estado de sitio no municipio de Aracajú, Capital do Estado de Sergipe, durante o dia 10 de janeiro corrente, afim de ser alli realizada a eleição de um deputado á Assembléa Legislativa do Estado.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

DECRETO N. 575 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no Estado da Bahia durante o dia 15 de janeiro corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve:

Suspender o estado de sitio no Estado da Bahia, durante o dia 15 de janeiro corrente, fim de serem alli realizadas



**as eleições municipaes, revogadas as disposições em contrario.**

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 576 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio nos municipios de Jeromenhas, Floriano, Picos, Porto Alegre e São Pedro, no Estado do Piauhý, durante o dia 20 do corrente mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve:

Suspender o estado de sitio nos municipios de Jeromenhas, Floriano, Picos, Porto Alegre e São Pedro, no Estado do Piauhý, durante o dia 20 do corrente mez, afim de serem alli realizadas eleições municipaes supplementares, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 577 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito supplementar de 198:000\$ á sub-consignação n. 17 — verba 17ª — art. 7º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere a lei n. 169, de 1 de janeiro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito supplementar de cento e noventa e oito contos de réis (198:000\$000) á sub-consignação n. 17, verba 17ª, art. 7º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934,

destinado a attender ao pagamento, no segundo semestre de 1935, dos inspectores regionaes de estabelecimentos e demais fiscaes da Inspectoria Geral do Ensino Commercial.

Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 578 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Outorga a Francisco Garcia Pereira Leão, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hydraulica, exclusivamente para uso proprio, do rio Divisa ou Paineiras, situada no Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o § 1.º do art. 56 da Constituição e tendo em vista o decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934. (Codigo de Aguas), decreta:

Art. 1.º E' outorgada a Francisco Garcia Pereira Leão concessão para o aproveitamento progressivo da energia hydraulica do rio Divisa ou Paineiras, situado no Districto Federal, no trecho comprehendido entre as cotas 55 e 500 metros.

§ 1.º O aproveitamento destina-se á producção de energia hydraulica ou hydro-electrica, utilizada exclusivamente a uso proprio.

§ 2.º O concessionario poderá com previa approvação do Governo transferir a presente concessão á firma ou companhia que organizar.

Art. 2.º A titulo de exigencias preliminares e complementares das confidas no art. 158 do Codigo de Aguas, e que, por isso mesmo deverão ser cumpridas integralmente sob pena de ficar de nenhum effeito o presente decreto, o concessionario obriga-se a:

1 — Apresentar dentro do prazo de tres (3) mezes, contados da data da publicação deste decreto, e em tres vias:

a) planta geral em escala de 1:2.000, do trecho do rio aproveitado, com indicação dos terrenos marginaes inundados para effeito do barramento;

b) projecto da usina, com toda a machinaria em escala de 1:50. Orçamento;

c) calculo e projecto da barragem, do canal de derivação, do castello de agua, dos tubos de carga. As escalas serão: 1:100 para as plantas. 1:50 para as secções e para os perfis — horizontal: 1:200, vertical: 1:100. Orçamento;

d) turbina. Justificação do typo adoptado, rendimento a 1/4, 1/2, 3/4 e plena carga. Velocidade caracteristica de embalagem, rotações por minuto. Potencia, orçamento;

---

e) geradores. Typo, tensão, potencia, rendimento, numero e phases, frequencia. Quadro de manobra. Orçamento.

II — Assignar o contracto de concessão dentro do prazo de um mez, contado da data da publicação do acto de approvação da respectiva minuta pelo ministro da Agricultura.

III — Apresentar, dentro de tres (3) mezes a partir da data da publicação do presente decreto, escriptura publica de desistencia em seu beneficio, passada pelos demais interessados, da preferencia legal que lhes confere o art. 148 doCodigo de Aguas para a concessão em causa, optando estes, nessas condições, pela remuneração pecuniaria a que se refere o art. 198 do mesmo Codigo.

Art. 3.º A minuta do contracto da qual constarão todas as exigencias de ordem technica, fiscal administrativa e penal, previstas no Codigo de Aguas, será preparada pelo Serviço de Aguas do Departamento Nacional da Producção Mineral do Ministerio da Agricultura e submettida á approvação do ministro da Agricultura.

Art. 4.º A concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) annos, contados a partir da data da assignatura do respectivo contracto.

Art. 5.º Findo o prazo da concessão as installações de produção de energia hydraulica, reverterão para o patrimonio da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; mediante indemnização de seu custo historico, isto é, capital effectivamente invertido menos a depreciação.

§ 1.º Si o Governo Municipal do Rio de Janeiro não fizer uso dessa faculdade, fica livre ao concessionario obter prorrogação do prazo da concessão, ou repor por sua conta o curso das aguas no seu primitivo estado.

§ 2.º Para effeitos do paragrapho anterior, fica o concessionario obrigado a dar conhecimento ao Governo Federal da decisão do Governo Municipal do Rio de Janeiro, e entrar com o requerimento de prorrogação ou desistencia desta, ou reversão, conforme for, dentro dos seis (6) ultimos mezes de vigor de sua concessão.

§ 3.º Si o Governo Municipal do Rio de Janeiro fizer uso da faculdade de que trata estes artigo, ficará assegurada ao actual concessionario preferencia á nova concessão, em igualdade de condições, devendo em todo o caso, ser-lhe garantido o direito a energia que não for utilizada para serviços publicos, mediante preços calculados na fórmula estabelecida no Codigo de Aguas.

Art. 6.º O concessionario, dadas as condições peculiares do aproveitamento, fica dispensado das reservas de energia de que trata o art. 153, alinea e) do Codigo de Aguas.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

## DECRETO N. 579 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Abre, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, os créditos supplementares de 9:416\$700, 33:333\$300 e réis 20:000\$000, a diversas sub-consignações de "Pessoal" e os de 550:000\$000 e 10:000\$000, as sub-consignações numeros 2 e 3 de "Material", da verba n. 13, titulo II — Imprensa Nacional — do art. 2º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização legislativa constante da lei n. 162, de 2 de janeiro de 1936 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 92 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir, ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, os créditos supplementares de nove contos quatrocentos e dezeseis mil e setecentos réis (9:416\$700), trinta e tres contos trescentos e trinta e tres mil e trescentos réis (33:333\$300) e vinte contos de réis (20:000\$000), respectivamente, ás sub-consignações ns. 27, 30 e 32, da Consignação "Pessoal", da verba 13ª, titulo II — Imprensa Nacional e de quinhentos e cinquenta contos de réis (550:000\$000) e dez contos de réis (10:000\$000), respectivamente, ás sub-consignações numeros 2 e 3, da Consignação "Material" da mesma verba, do art. 2º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 580 — DE 8 DE JANEIRO DE 1936

*Abre o credito na importancia de 29:229\$688, para pagamento a que tem direito Manoel Pessoa de Mello, secretario da Directoria Geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, nos termos da lei n. 124, de 2 de dezembro do anno proximo findo e tendo ouvido previamente o Tribunal de Contas e o Ministerio da Fazenda, na forma do regulamento annexo ao decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministerio da Marinha, o credito de vinte e nove contos duzentos e vinte e nove mil seiscentos e oitenta e oito réis (29:229\$688) para occorrer ao pagamento a que tem direito Manoel Pessoa de Mello, secretario da Directoria Geral do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, proveniente de differença de vencimentos, no pe-

riodo de 1 de janeiro de 1929 até 13 de julho de 1934, correndo a despesa por meio de uma operação de credito, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique Aristides Guilhen.*

DECRETO N. 581 — DE 10 DE JANEIRO DE 1936

*Autoriza a celebração de contracto, mediante concorrência publica, para o serviço de navegação do rio Amazonas e seus tributarios e da linha maritima até o Oyapock*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante da lei n. 107, de 25 de outubro de 1935, decreta:

Artigo unico. — Fica autorizada a celebração de contractos, mediante concorrência publica, em conjunto ou para cada linha isoladamente, pelo prazo de dez annos, para o serviço de navegação do rio Amazonas e tributarios e linha maritima até o Oyapock, que estava a cargo da The Amazon River Steam Navigation Company (1911) Limited, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro de Estado da Viação e Obras Publicas, podendo dispende-se, para tanto, até o limite da subvenção de 3.000:000\$000 (tres mil contos de réis).

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 581, DESTA DATA

I

O contractante, cuja sede e domicilio legal serão em Belém, Estado do Pará, ou em Manaus, Estado do Amazonas, podendo ainda ter apenas uma agencia especial, na ultima dessas cidades e a sede do serviço em Belém, obriga-se a realizar o serviço de navegação mencionado a seguir, em conjunto ou para cada linha isoladamente:

a) com partida inicial de Belém, no Estado do Pará

1 — *Linha do Madeira* — Com uma viagem mensal até Porto Velho, com escala pelos portos de Urucará, Silves, Ita-

coatiára, Borba, Vista Alegre, Bocca do Rio Aripuanã, Santa Rosa, Manicoré, Bom Futuro, Bocca do Carapanatuba, Bocca das Tres Casas, Cintra, Humaylá, Missão de São Francisco, Boa Hora e Bocca do Javary;

2 — *Linha do Solimões-Javary* — Com uma viagem mensal até Remate dos Males, no rio Javary, com escalas pelos portos de Manãos, Manacapurú, Codajaz, Coary, Teffé, Caissára, Fonte Boa, Foz do Jutahy, Tocantins, São Paulo de Olivença e Tabatinga;

3 — *Linha do Purús-Acre* — Com uma viagem mensal até Napary, no rio Acre, até Senna Madureira, no rio Purús, com escalas pelos portos de Manãos, Manacapurú, Bocca do Purús, Berury, Guajaratuba, Piranhas, Arimã, Tanaria, Jaburú, Bocca do Tapauá, Carotiá, Canotama, Bella Vista, Axioma, Assahytuba, Labréa, Providencia, Sapatingy, Hyutanahan e Cachoeira e dahi em diante com escalas pelos portos das margens dos respectivos rios.

Não podendo os navios proseguir, a viagem terminará no porto accessivel, sem prejuizo da subvenção normal;

4 — *Linha do Oyapock* — Com uma viagem mensal até Oyapock, e com escalas pelos portos de Chaves, Bailique, Amapá, Calçoene e Counani;

5 — *Linha do Tapajoz* — Com uma viagem de dois em dois mezes até Itaituba, no rio Tapajoz, com escalas pelos portos de Antonio Lemos, Garupá, Prainha, Monte Alegre, Santarém, Boim, Aveiras, Uricurituba e Brasília Legal;

6 — *Linha de Manãos* — Com uma viagem mensal até Manãos, no Estado do Amazonas, com escalas pelos portos de Breves, Gurupá, Porto do Moz, Prainha, Monte Alegre, Santarém, Alenquer, Obidos, Parintins, Uricuritiba e Itacoatiára.

As linhas do Oyapock e do Solimões-Javary poderão ser, respectivamente, prolongadas até Cayenne e Iquitos, respeitadas rigorosamente as preferencias para o transporte das cargas nacionaes, reservando-se nas viagens de volta as praças para os embarques das mercadorias brasileiras. Em caso contrario, serão cassadas as autorizações para esses prolongamentos.

b) com partida inicial de Manãos, no Estado do Amazonas:

1 — *Linha do Madeira* — Com uma viagem mensal até Santo Antonio, no rio Madeira, com escala pelos portos de Borba, Vista Alegre, Bocca de Aripuanã, Santa Rosa, Manicoré, Bom Futuro, Bocca do Carapanatuba, Bocca das Tres Casas, Cintra, Humaylá, Missão do São Francisco, Boa Hora e Bocca do Javary;

2 — *Linha do Rio Negro* — Com uma viagem mensal até Santa Izabel, no Rio Negro, com escalas pelos portos de Taubapeçassú, Ayráo, Moura, Carvoeiro, Barcellos, Moreira e Thomar;

3 — *Linha do Rio Branco* — Com uma viagem mensal até Caracarahy, no Rio Branco, com escalas pelos portos de Bocca do Rio Branco, Calimany e São José do Auaná;

4 — *Linha do Jurú* — Com uma viagem mensal até Cruzeiro do Sul, no rio Jurú, com escalas pelos portos de Teffé, Bocca do Jurú, Marary e S. Felipe.

Na época da vasante, não podendo os navios proseguir a viagem, terminará no porto accessivel, sem prejuizo da subvencção normal;

**5 — Linha do Maués** — Com uma viagem mensal, com escalas que serão posteriormente apresentadas.

O Governo Federal poderá determinar ou o contractante resolver que seja augmentado o numero de viagens nas linhas a que se refere esta clausula, sempre que o trafego de mercadorias o exigir, sem qualquer augmento de despesas para os cofres publicos.

Além das escalas determinadas para cada linha, poderá, outrossim, o Governo, de accordo com o contractante, estabelecer outras escalas, supprir ou substituir as que ficam mencionadas por outras que mais convenham aos interesses ge-neraes, sem novos onus para o Governo no primeiro caso e com reduccção proporcional na respectiva subvencção para o segundo caso, si fôr diminuida a extensão da linha.

## II

De conformidade com os dados actuaes, fica officialmente fixada, na fórma abaixo, a extensão em milhas por viagem de ida e volta e pelo total de viagens annuaes em cada linha das previstas na clausula I:

a) com partida inicial de Belém, no Estado do Pará:

	Milhas
1 — <i>Linha do Madeira</i> , de Belém a Porto Velho:	
3.675 milhas a 12 viagens por anno.....	36.900
2 — <i>Linha do Solimões-Javary</i> , de Belém a Remate dos Males:	
3.500 milhas a 12 viagens por anno .....	42.000
3 — <i>Linha Purús-Acre</i> , de Belém a Xapury e Senna Madureira:	
6.438 milhas a 12 viagens por anno.....	77.256
4 — <i>Linha do Oyapock</i> , de Belém a Cayenne:	
1.678 milhas a 12 viagens por anno.....	20.136
5 — <i>Linha do Tapajoz</i> , de Belém a Itaituba:	
1.420 milhas a 6 viagens por anno.....	8.520
6 — <i>Linha de Mandós</i> , de Belém a Manáos:	
1.950 milhas a 12 viagens por anno.....	22.200

b) com partida inicial de Manáos, no Estado do Amazonas:

1 — <i>Linha do Madeira</i> , de Manáos a Porto Velho:	
1.340 milhas a 12 viagens por anno.....	16.080
2 — <i>Linha do Rio Negro</i> , de Manáos a Santa Izabel:	
846 milhas a 12 viagens por anno .....	10.152

3 — *Linha do Rio Branco*, de Manáos a Caracarahy:

1.080 milhas a 12 viagens por anno..... 12.960

4 — *Linha do Juruá*, de Manáos a Cruzeiro do Sul:

1.870 milhas a 12 viagens por anno ..... 58.440

5 — *Linha de Maués*, de Manáos a Maués:

510 milhas a 12 viagens por anno..... 6.120

---

Total das milhas percorridas annualmente.. 310.764

### III

O contractante obriga-se:

1.º A empregar no serviço em numero sufficiente navios novos ou remodelados, examinados e acceitos pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, de marcha de oito milhas por hora, luz electrica, ventiladores, filtros,apparelhos sanitarios de rigorosa hygiene, camaras frigorificas ou geladeiras, conforme a tonelagem, etc., devendo cada um desses navios attender ás possibilidades da navegação dos trechos que lhes incumbir, nas diversas quadras do anno; além de satisfazer ás seguintes condições:

a) os destinados ás linhas do Solimões-Javary e do Purús-Acre, terão capacidade para 300 toneladas de carga, no minimo, além do combustivel, accomodações para 60 passageiros de camara e 100 de prôa;

b) os destinados á linha do Oyapock, do Tapajoz, do Madeira e do Juruá, terão a capacidade de transportar 300 toneladas de cargas, no minimo, além do combustivel, accomodações para 30 passageiros de camara, em beliches, e alojamento para 50 de prôa;

c) os destinados ás linhas do Rio Negro, do Rio Branco e de Maués terão a capacidade minimo de 100 toneladas de carga, além do combustivel, accomodações para 15 passageiros de camara e 30 de prôa.

2.º A substituir as embarcações que se inutilizarem no serviço por outras, que satisfacem as condições do numero anterior, dentro do prazo maximo de 12 mezes, podendo o serviço, enquanto não se verificar a substituição, ser feito por embarcações tomadas a freta, e acceita pela Departamento Nacional de Portos e Navegação.

3.º A iniciar o serviço dentro do prazo de 60 dias, contados da data do registro do contracto, sendo esse prazo augmentado até 300 dias apenas para o caso de aquisição de navios novos em construcção.

4.º A apresentar, dentro do prazo de 60 dias, contados da data em que o contracto entrar em vigor, o horario de suas linhas com partidas fixas dos portos de Belém e Manáos, nas viagens de subida e, bem assim, no prazo de 90 dias, as tabelas de fretes e passagens para serem approvadas pelo Minis-



terio da Viação e Obras Publicas, devendo os fretes attender ao valor mercantil das mercadorias e favorecer os generos de primeira necessidade, aos productos agricolas e extractivos da Amazonia, e sendo as passagens de 3ª classe, reduzidas, afim de facilitar a immigração.

As tarifas não poderão ser superiores ás approvadas pela portaria de 5 de março de 1931, para a The Amazon River Steam Navigation Company (1911) Limited, publicadas no *Diario Official* de 18 de março do mesmo anno, e com as reduções de 50 % para castanha e borracha, nas linhas do Purús, Juruá e Madeira, as quaes vigorarão até que sejam approvadas as novas tabellas.

Essas tabellas, cuja publicação, á sua custa, no *Diario Official* e no jornal official do Governo do Estado do Pará, o contractante se obriga a effectuar, só poderão ser alteradas depois de tres annos de vizença e por mutuo accordo.

5.º A não commerciar, por sua conta ou de outrem, nos mercados servidos pelas linhas de navegação contractadas, nem permittir que seus subordinados o façam.

6.º A distribuir equitativamente a praça das embarcações, rateando-a entre os embarcadores quando houver accumulo de carga, mas dando preferencia ás mercadorias de facil deterioração.

7.º A cumprir e fazer cumprir os regulamentos e decisões expedidos pelo Governo Federal, referentes ou applicaveis ao serviço de navegação a seu cargo, no que não contrariarem o respectivo contracto.

8.º A remover á sua custa, sempre que possivel, os troncos de arvores ou quaesquer outros obstaculos que difficultem a navegação nas linhas contractuaes.

9.º A promover o estabelecimento de trafego mutuo com as empresas de viação que venham a ter portos de escala servidos pelas mesmas linhas.

10. A observar a lotação fixada para as embarcações e a fazer a tripulação destas deoportunamente tardada.

11.º — A ter a bordo os sobressalentes e material necessarios para os serviços de atracação, carga e descarga, para accidentes de navegação e incendio, objectos de serviço de passageiros e tripulação.

#### IV

Os navios do contractante gozarão do regalias de paquete, nos termos do regulamento approved pelo decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913 e estarão sujeitos a esse regulamento e a todos os demais relativos a navegação.

#### V

Além das vistorias exigidas pela legislação em vigor, ficarão as embarcações que realizarem o serviço sujeitas ás que o Departamento Nacional de Portos e Navegação considerar necessarias, obrigando-se o contractante a proceder, no prazo fixado, aos reparos e concertos julgados necessarios em taes vistorias.

## VI

O Governo Federal se reserva o direito de comprar ou tomar a frete, compulsoriamente, as embarcações do contractante, ficando este dispensado, no caso de fretamento, da execução do serviço correspondente, enquanto não se verificar a devolução e devendo substituí-las, dentro do prazo de 12 meses, na hypothese de compra.

Calcular-se-á o preço da embarcação, pelo valor desta, na data de sua incorporação, com o abatimento de 5% relativo a cada anno decorrido; o preço de fretamento, relativamente a cada embarcação, pela respectiva renda liquida no triennio anterior, considerando-se renda liquida a differença entre a receita bruta do trafego, accrescida das subvenções, e o total das despesas de custeio. Na hypothese de não haver renda liquida, ou de ser inferior a 10 % do valor da unidade fretada, a indemnização corresponderá a essa ultima porcentagem.

Para os effeitos desta clausula, o contractante se obriga a apresentar ao Departamento Nacional de Portos e Navegação, dentro do prazo de 60 dias, contados da data em que entrar em vigor o contracto, uma relação discriminada do material flutuante que possuir, com o valor comprovado de cada unidade.

## VII

O contractante obriga-se a transportar gratuitamente em suas embarcações:

1º, o director do Departamento Nacional de Portos e Navegação e os funcionarios desse departamento encarregados da inspecção e da fiscalização dos serviços;

2º, os empregados do Correio, Alfandega e do Fisco Estadual, quando seguirem em serviço do mesmo vapor, não excedendo, porém, em cada viagem, de um empregado de cada repartição;

3º, dois funcionarios publicos em serviço, designados pelo governo do Estado do Pará e do Amazonas ou do Territorio do Acre, em cada vapor e viagem;

4º, as malas do correio, que serão entregues e recebidas nas respectivas agencias postaes, mediante recibo, sendo que o recebimento dellas terá logar uma hora antes da fixada para a partida do vapor e a entrega quando este chegar ao porto, tambem uma hora, no maximo, depois de ter fundeado. A condução das malas de terra para bordo e vice-versa será gratuitamente feita pelo contractante;

5º, os dinheiros ou valores pertencentes ou destinados aos cofres federaes ou estaduais, territoriaes do Acre ou municipios.

Nas capitães dos Estados do Pará e do Amazonas e nas Prefeituras do Territorio do Acre, o contractante receberá e entregará os volumes de dinheiros ou valores, por seus agentes ou prepostos, passando e recebendo quitação nas competentes repartições; no interior os commandantes dos vapores farão a entrega e o recebimento a bordo, não sendo, entretanto, quer nas capitães, quer no interior, obrigatoria a verificação das importancias, cessando a responsabilidade do contractante desde que na occasião da entrega se reconhecer acharem-se intactos os sellos appostos, sem nenhum signal de violação;

6º, os objectos remettidos á Secretaria de Viagem e Obras Publicas, ao Museu Nacional do Pará, do Amazonas e do Acre;

7º, os objectos destinados ás exposições officiaes ou auxiliares pelo Governo Federal ou dos Estados;

8º, as sementes e mudas de plantas destinadas aos jardins e estabelecimentos publicos;

9º, os animaes reproductores de raça pura á requisição do Governo Federal, dos Estados ou da administração do Acre, não excedente de dois em cada vapor e viagem, correndo o trato pelo requisitante;

10. as machinas agricolas e adubos chimicos, á requisição do Governo Federal, dos Estados ou da administração do Acre, até duas toneladas de peso, em cada vapor e viagem;

11, duas toneladas de cargas pertencentes ao Governo Federal, ou ao Estado ou á administração do Acre, não incluindo os objectos mencionados nos paragraphos anteriores;

12, um ou dois praticos do Governo que fôr ou forem encarregados da verificar canaes.

### VIII

Todos os demais transportes requisitados pelo Governo Federal gozarão do abatimento de 30% sobre os preços fixados nas respectivas tabellas.

### IX

Quando os portos de Urucará e Silves, nos mezes de setembro a dezembro, se tornarem inacessiveis, devido á vassante dos rios, deixarão de ser visitados pelos respectivos vapores, sem prejuizo da subvenção, obrigando-se, porém, a contractante, durante esse tempo, a fazer o serviço de malas, cargas e passageiros do porto de Uricurituba, que fica proximo.

### X

Para as despesas de fiscalização, entrará o contractante para o Thesouro Nacional, por semestres adiantados, com a quantia de 12:000\$ annuaes, no caso de ser o serviço feito em conjunto e com a importancia de 1:200\$ annuaes, tambem por semestres adiantados, si se tratar de serviço isolado para cada linha.

### XI

O contractante fornecerá ao Departamento Nacional de Portos e Navegação, até 15 de março de cada anno, copia do balanço do anno anterior, assim como os dados estatísticos referentes ao serviço contractado, sempre que esses lhes forem pedidos.

### XII

Para garantia da execução do contracto, o contractante depositará no Thesouro Nacional, em titulos da divida publica de portos, ou em moeda corrente, a caução de 30:000\$, no caso

do serviço ser feito em conjuncto e de 8:000\$, também em títulos da dívida publica ao portador ou em moeda corrente si se tratar de serviço isolado para cada linha.

Essa caução responderá pelo pagamento de multas ou por qualquer outro encargo de que tratem as presentes clausulas e só poderá ser restituída após a terminação do contracto.

### XIII

Pela inobservancia de clausulas do contracto, salvo caso de força maior, reconhecido pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, o contractante ficará sujeito ás seguintes multas:

1º, de 50% da importancia que teria de receber, si deixar de fazer algumas das viagens contractuaes;

2º, de 1:000\$ a 2:000\$, si a viagem começada não fór concluida, caso em que não terá direito á respectiva subvenção; si a viagem fór, porém, interrompida por motivo de força maior, não lhe será imposta multa, nem deixará de receber a subvenção devida ao numero de milhas navegadas, que será calculado pela derrota entre o ponto inicial da viagem e o logar em que se tiver dado o impedimento;

3º, de 5% da subvenção, por atraso de mais de 24 horas do horario da partida das embarcações;

4º, de 50\$ a 200\$, pela demora na entrega das malas postaes e de 200\$, no caso de extravio;

5º, de 300\$ a 500\$, por infracção ou inobservancia de qualquer das clausulas do contracto para a qual não haja multa especial.

As multas serão impostas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação e recolhidas á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional do Estado do Pará, dentro do prazo de 10 dias de sua imposição, sob pena de serem deduzidas do primeiro pagamento de subvenção devida ao contractante. Haverá recurso das multas, depois de previamente depositadas, para o Ministerio da Viação e Obras Publicas.

### XIV

Em retribuição dos serviços especificados na clausula I, o contractante receberá, por milha navegada, a subvenção que propuzer, não podendo o respectivo total, na vigencia do contracto ou contractos a que se referem as presentes clausulas, exceder a importancia de 3.000:000\$ (art. 3º, da lei n. 107, de 26 de outubro de 1935), assim dividida, por viagem redonda, nas linhas abaixo mencionadas:

a) com partida inicial de Belém, no Estado do Pará:

1—Linha do Madeira. . . . .	29:684\$900
2—Linha do Solimões-Javary. . . . .	33:787\$700
3—Linha do Purús-Acre. . . . .	62:150\$000
4—Linha do Oyapock. . . . .	16:198\$800
5—Linha do Tapajoz. . . . .	13:708\$100
6—Linha de Manáos. . . . .	17:869\$200

b) com partida inicial de Manáos, no Estado do Amazonas:

1—Linha do Madeira. . . . .	12:935\$900
2—Linha do Rio Negro. . . . .	8:167\$000
3—Linha do Rio Branco. . . . .	10:425\$900
4—Linha do Juruá. . . . .	17:013\$200
5—Linha de Maués. . . . .	4:923\$300

O pagamento da subvenção — subordinado ao corrente exercício, á verba 12ª, sub-consignação n. 11, art. 3º (annexo 7) da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935, e nos exercícios subsequentes ás verbas votadas para o mesmo fim pelo Poder Legislativo — far-se-á em prestações mensaes, na Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Pará, mediante requerimento instruido com os certificados expedidos pela fiscalização do porto do Pará e por ella encaminhados. Nas viagens que não forem realizadas integralmente, proceder-se-á na subvenção ao devido e proporcional desconto, para o que o contractante submeterá á approvação do Departamento Nacional de Portos e Navegação, no prazo de 90 dias contados da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas (clausula 15) a tabella de distancias entre os portos de escala das diversas linhas a que se refere o contracto.

Paraphrasso unico. Além dessa subvenção e demais favores outorgados pelo Governo Federal, é licito ao contractante receber subvenções e favores dos governos dos Estados do Pará e do Amazonas, ficando os serviços concedidos e respectivo aparelhamento instalado e utilizado exclusivamente para o objecto da concessão, isentos de quaesquer tributos estaduais ou municipaes.

## XV

O prazo de duração do contracto a que se referem as presentes clausulas é o de 10 annos, contado da data do seu registro pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo Federal por indemnização alguma, no caso de lhe ser negado registro.

## XVI

As duvidas que se suscitarem entre o Governo Federal e o contractante, sobre a intelligencia das disposições contractuaes, decidir-se-ão por arbitramento. No caso de não ficar resolvida a duvida para a qual este houver sido instituido, designarão os arbitros de cada parte, por mutuo accordo, terceiro arbitro, ou, na hypothese de não chegarem a accordo, organizarão uma lista de quatro nomes, para a qual indicará cada arbitro dois nomes, dentre os quaes será escolhido o desempatador.

## XVII

Independentemente de acção ou interpellação judicial ou extra-judicial, o Governo poderá decretar a rescisão do contracto, sempre com perda da caução de que trata a clausula XII:

- 1º, si o serviço contractado fôr interrompido por mais de 30 dias, salvo caso de força maior, devidamente comprovado;
- 2º, si fôr imposta ao contractante, por tres vezes, no mesmo anno, multa pela mesma infracção;

3º, si o contractante transferir o contracto, sem prévia autorização do Governo Federal;

4º, si fôr decretada a fallencia do contractante.

### XVIII

A concorrência publica prevista neste decreto será processada de accordo com as presentes clausulas e outras formalidades legaes, preferindo-se a proposta que menor subvenção exija, e no caso de empate, o maior abatimento proposto sobre as tarifas approvadas pela portaria de 5 de março de 1931, para a The Amazon River Steam Navigation Company (1911) Limited, publicadas no *Diario Official* de 18 de março de 1931, com as reduções de 50% para castanha e borracha nas linhas dos rios Purús, Juruá e Madeira, vigorando como fôrceira condição de preferencia o melhor aparelhamento de material fluctuante.

Em igualdade de condições terá preferencia o concorrente que apresentar proposta para execução do serviço em conjunto ou para maior numero de linhas.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

#### DECRETO N. 584-A — DE 10 DE JANEIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio durante o dia 12 de janeiro de 1936, no Estado da Parahyba, para effeito da realização de eleição*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender o estado de sitio durante o dia doze de janeiro de 1936, no Estado da Parahyba, afim de serem alli realizadas eleições, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1936; 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

---

#### DECRETO N. 582 — DE 11 DE JANEIRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Guerra, um credito especial de réis 2.500:000\$000, para ultimar o pagamento de despesas de obras iniciadas na 7ª Região Militar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 66, de 13 de junho do anno passado, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma da legislação em vigor, resolve abrir, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial da importancia de réis 2.500:000\$000 (dois mil e quinhentos contos de réis) para

ultimar o pagamento com a despesa de obras iniciadas na 7ª Região Militar.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1936; 115 da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*João Gomes Ribeiro Filho.*

DECRETO N. 583 — DE 14 DE JANEIRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Polónia, da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pelo Governo da Polónia, da Convenção sanitaria internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933, devendo tal ratificação ter validade cento e vinte dias após a data do deposito, conforme communicação feita pelo Ministerio das Relações Exteriores dos Paizes Baixos à Legação do Brasil na Haya, por nota de 26 de junho do corrente anno, enviada com a cópia da acta do referido deposito, cujas respectivas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 14 de janeiro de 1936, 114º da Independência e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

TRADUÇÃO OFFICIAL

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Direcção do Protocollo — N. 20.871.

NOTA

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de remetter, em annexo, á Legação dos Estados Unidos do Brasil, de accôrdo com o art. 63 da Convenção sanitaria internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933, cópia authentica da acta do deposito do instrumento de ratificação, pela Polónia, dessa Convenção.

O Ministerio roga á Legação remetter a referida acta ao Governo brasileiro e accusar recepção da presente.

Haya, 26 de junho de 1935.

## ACTA

Do deposito do instrumento de ratificação por parte de S. Ex. o Sr. Presidente da Republica da Polonia. da convenção sanitaria internacional para a navegação aérea, concluída na Haya a 12 de abril de 1933.

De accôrdo com o disposto no art. 63 da Convenção sanitaria internacional para a navegação aérea, concluída na Haya a 12 de abril de 1933, S. Ex. o Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica da Polonia na Haya, apresentou-se, hoje, ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes Baixos, para proceder ao deposito do instrumento de ratificação da referida Convenção, por parte de S. Ex. o Sr. Presidente da Republica da Polonia.

Esse instrumento de ratificação sendo julgado após exame, em boa e devida fôrma, foi entregue ao Governo dos Paizes Baixos para ser depositado nos seus archives.

De accôrdo com os termos do art. 63, alinea 3, a Convenção entrará em vigor para a Republica da Polonia cento e vinte dias após a data do deposito do referido instrumento de ratificação.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente acta, sendo remettida uma cópia authenticada a cada uma das Altas Partes Contractantes e á Repartição internacional de Hygiene publica.

Feito na Haya a 22 de junho de 1935.

O Ministro dos Negocios Estrangeiros de Sua Magestade a Rainha dos Paizes Baixos.— *De Graeff*.

O Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Republica da Polonia.— *W. Babinski*.

Pela cópia autentica:

O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros nos Paizes Baixos.— (*Assignatura illegict*).

---

DECRETO N. 581 — DE 11 DE JANEIRO DE 1936

*Declara transferir ao Estado de Minas Geraes attribuições para autorizar e conceder o aproveitamento industrial de aguas e de energia hydraulica e dá outras providencias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe conferem os arts. 56, § 1º, e 119, § 3º, da Constituição Federal, e

Considerando que o Estado de Minas Geraes já organizou os serviços technicos e administrativos julgados necessarios ao exercicio da attribuição conferida ao Governo Federal pelo art. 119 da Constituição Federal;

Considerando que o Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministerio da Agricultura, pelo Serviço de Aguas, directamente inspecionou a organização e o aparelhamento tecnico de taes serviços, concluindo por julgar-os plenamente



satisfatórios, pelo que, nos termos do § 3º, do referido artigo 119, áquelle Estado deve ser transferida a attribuição acima mencionada;

Considerando que o decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934, Código de Aguas, lei federal applicavel na especie, indica, pelo art. 193, os casos em que tal attribuição não pode ser transferida;

Considerando, porém, que, ainda nos ditos casos, convem que se evitem os inconvenientes resultantes da dualidade de serviços pertinentes ao aproveitamento de quedas d'agua e á distribuição de energia electrica para consumo publico e privado;

Considerando que o § 1º do art. 5º da Constituição Federal faculta ao Governo Federal fazer executar, por funcionarios dos Estados, mediante accordo com os respectivos governos, seus actos, decisões e serviços;

Decreta:

Art. 1.º Fica delegada ao Estado de Minas Geraes, emquanto satisfizer as condições estabelecidas em lei e possuir os serviços technicos e administrativos julgados necessarios, a competencia para autorizar e conceder o aproveitamento industrial de quedas d'agua e de energia hydraulica a que se refere o art. 119 da Constituição.

Art. 2.º A delegação abrange o exercicio de todas as attribuições conferidas á administração federal pelo decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934, sob reserva do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 193, inclusive o das relativas ao encaminhamento dos pedidos attinentes ás concessões resalvadas pelas alíneas *a*, *b*, *c* e *d* do citado artigo, desde que destinadas á distribuição de energia sobre o territorio do Estado.

Paraphrapho unico. O Ministerio da Agricultura transferirá, por accordo, na forma do § 1º do art. 5º da Constituição, ao Estado de Minas Geraes, a execução dos actos, decisões e serviços de fiscalização que se relacionarem com as concessões acima resalvadas, no convenio regulando a distribuição das taxas creadas pelo decreto n. 24.673, de 11 de julho de 1934.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

#### DECRETO N. 585 — DE 14 DE JANEIRO DE 1936

*Regula as áreas para as autorizações de pesquisa e as concessões de lava, de que trata o Código de Minas (decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934), no art. 19, n. II, "in fine", e no art. 42, n. XVII, "in fine", e dá outras providências.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o n. 1, do art. 56 da Constituição, e tendo em vista os artigos 3º (§§ 2º e 3º), 18

(§ 4º), 19 ( ns. II, *in fine*, V e VI), 21 (n. I), 41 (§ 1º), 42 (n. XVII, *in fine*), 89 e 93 do Código de Minas. e

Considerando que o art. 14 do Código de Minas estabeleça duas phases para aproveitamento de uma jazida mineral, sendo a primeira de prospecção e a segunda de pesquisa;

Considerando que o art. 18, § 1º determina que se proceda á delimitação da superficie em que são permittidos os trabalhos de pesquisa, em cada caso concreto;

Considerando que tal delimitação deve ser regulamentada por outras normas que as admittidas como provisórias pelo art. 93, paragrapho unico. do Código de Minas, segundo experiencia adquirida durante dezete mezes de vigencia do mesmo Código;

Considerando que a experiencia industrial de aproveitamento do minerio de uma jazida faz parte integrante do plano de pesquisa;

Considerando a necessidade de serem traçadas as normas geraes para a revisão dos contractos a que alludem o art. 12 das disposições transitorias da Constituição Federal e o art. 89 do Código de Minas;

Decreta:

Art. 1º As áreas das autorizações de pesquisa, applicaveis ás diversas classes de jazidas estabelecidas no art. 2º do Código de Minas e ás duas phases de que trata o art. 14 do mesmo Código, não poderão exceder ás limitações estabelecidas na tabella abaixo:

#### Phase I

	Individuos	Companhias
Classe I . . . . .	10- 500 Ha.	100- 1.000 Ha.
Classe II . . . . .	10- 500 Ha.	100- 1.000 Ha.
Classe III . . . . .	10- 25 Km.	10- 200 Km.
Classe IV . . . . .	10- 100 Ha.	10- 1.000 Ha.
Classe V . . . . .	10- 100 Ha.	100- 500 Ha.
Classe VI . . . . .	1- 10 Km.	10- 50 Km.
Classe VII . . . . .	10-1.000 Ha.	10- 5.000 Ha.
Classe VIII . . . . .	10-1.000 Ha.	10-10.000 Ha.
Classe IX . . . . .	10-1.000 Ha.	10-10.000 Ha.
Classe X . . . . .	200-4.000 Ha.	4.000-20.000 Ha.
Classe XI. (Vide art. 6º e seu paragrapho unico).		

#### Phase II

	Individuos	Companhias
Classe I . . . . .	10- 50 Ha.	50- 500 Ha.
Classe II . . . . .	10- 50 Ha.	50- 500 Ha.
Classe III . . . . .	1- 10 Km.	10- 100 Km.
Classe IV . . . . .	5- 50 Ha.	10- 500 Ha.
Classe V . . . . .	5- 50 Ha.	10- 250 Ha.
Classe VI . . . . .	1- 5 Km.	1- 25 Km.
Classe VII . . . . .	10-100 Ha.	10- 500 Ha.
Classe VIII . . . . .	10-100 Ha.	10-1.000 Ha.
Classe IX . . . . .	10-100 Ha.	10-1.000 Ha.
Classe X . . . . .	20-400 Ha.	1.000-10.000 Ha.
Classe XI. (Vide art. 6º e seu paragrapho unico).		

§ 1º Só será concedida á área especial para a phase de prospecção (phase I) quando os trabalhos de pesquisa pro-

priamente dita (phase II) necessitarem, para a sua conveniente locação, que se proceda previamente ao reconhecimento geológico da região consdierada e, neste caso, ultimado o reconhecimento geológico em prazo preestabelecido e locada a área restricta para a pesquisa propriamente dita, ficará livre a área restante, podendo ser desde logo objecto de nova autorização a quem a pretender pesquisar.

§ 2.º As áreas nunca poderão ser parcelladas e formarão um todo sem discontinuidade em cada autorização de pesquisa, devendo ser observada a mesma continuidade com relação ás extensões lineares nos leitos de rios e nas praias de mar.

§ 3.º. As áreas serão delimitadas por linhas rectas, qualquer que seja a configuração do solo, e, tanto quanto possível, rectangulares, devendo, de preferencia, approximar-se da forma do quadrado. No caso de rectangulos o lado maior será maximo igual a cinco (5) vezes o menor.

Art. 2.º Os relatorios apresentados em virtude do que determinam o n. V do art. 19 e o n. I do art. 21 do Codigo de Minas, deverão ser assignados por profissional, de accordo com as estipulações dos arts. 5º e 6º, e seu paragrapho unico, combinados com o art. 34 o decreto n. 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Art. 3.º As quantidades dos minerios e materiaes extrahidos nos trabalhos de pesquisa, de que o autorizado poderá utilizar-se para analyses e ensaios industriaes, a que allude o n. VI do art. 19 do Codigo de Minas, são as constantes da tabella abaixo:

Classe I	até	10 tons.
Classe II	até	100 m³
Classe III	até	100 m³
Classe IV	até	5 tons.
Classe V	até	100 m³
Classe VI	até	100 m³
Classe VII	até	20 tons.
Classe VIII	até	200 tons.
Classe IX	até	200 tons.
Classe X	Petroleo até	200 tons.

Paragrapho unico. Verificada pelo autorizado a conveniencia de proseguir nos estudos economicos e metallurgicos dos minerios extrahidos, poderá montar, para esse fim, uma instalação experimental (*pilot-plant*) de beneficiamento, cuja capacidade não exceda de quinze (15) toneladas em vinte e quatro horas (24) para minerios brutos, mediante justificação e projecto previamente approvados pelo Governo, ouvido o Departamento Nacional da Producção Mineral.

Art. 4.º. As áreas das concessões de lavra, applicaveis ás dievrsas classes de jazidas estabelecidas no art. 2º do Codigo de Minas, não poderão exceder as limitações maximas estipuladas no art. 1º deste Regulamento para a segunda (II) phase dos trabalhos de pesquisa (Cod. cit. art. 42, n. XVII, *in ifne*).

Paragrapho unico. As demarcações serão feitas de accordo com o art. 36 do Codigo de Minas.

Art. 5.º Os pedidos de autorização de pesquisa ou de concessão de lavra não terão andamento no Departamento

Nacional da Produção Mineral sem que os interessados depositem no mesmo Departamento uma quantia em dinheiro que cubra aproximadamente o sello a que está sujeito o titulo de autorização ou o titulo de concessão (arts. 19, § 4º e 41 § 1º do Código de Minas), e bem assim a importancia devida pela publicação do respectivo decreto no *Diário Official*.

§ 1.º No caso de não ser deferido o pedido, será restituída ao interessado a quantia depositada mediante recibo.

§ 2.º No caso de ser deferido o pedido, si a quantia, depositada deixar saldo depois de satisfeitas as despesas a que se destina, será o saldo entregue ao interessado mediante recibo, e, si a dita quantia fôr insufficiente, será previamente integrada pelo interessado.

§ 3.º Os depositos a que se refere este artigo serão estabelecidos de accordo com os limites previstos nas letras a) e b) do art. 2º do decreto n. 24.673, de 11 de julho de 1934.

Art. 6º. Para o effeito do § 2º do art. 3º do Código de Minas, só ficam exceptuadas as jazidas de substancias mineiras proprias para construção quando taes substancias possam ter emprego immediato *in natura* ou sem outro beneficio além do seu talhe e forma para assentamento e, ainda assim, não se destinem ás construcções de interesse publico.

Paragrapho unico. No caso de occorrerem nas jazidas de que trata este artigo outras substancias mineiras de valor economico superante, taes jazidas serão classificadas mediante parecer do Departamento Nacional da Produção Mineral, na conformidade do paragrapho unico do art. 1º do Código de Minas, e ficarão sujeitas ás disposições do mesmo Código e deste regulamento.

Art. 7º. Todas as demais jazidas de substancias mineiras proprias para construção ficam declaradas sujeitas ao regimen de autorizações e concessões instituido no Código de Minas, de accordo com a faculdade contida no § 3º do citado art. 3º do referido Código, e bem assim, portanto, ás disposições deste regulamento.

Art. 8º. A revisão dos contractos a que alude o art. 89 do Código de Minas far-se-ha mediante concessão de lavra da mina ou jazida aos respectivos contractantes, expressando-se no titulo de concessão as condições geraes, accidentaes e especiaes de que tratam os arts. 42 e 43, e seu paragrapho unico, do Código de Minas, com as seguintes alterações:

I — Todas as condições geraes, menos a da área maxima, que será a que constar do contracto;

II — As condições accidentaes que no caso couberem;

III — As condições especiaes convencionadas no contracto que não forem incompativeis com as condições geraes e accidentaes.

§ 1.º Não se consideram incompativeis as contribuições especiaes a que estiver sujeito o contractante, pelo tempo em que as mesmas devem durar de accordo com o contracto.

§ 2.º Os contractantes ficam sujeitos ao deposito de que trata o art. 5º deste regulamento.

Art. 9.º Fica derogado, por força deste regulamento, o parágrafo unico do art. 93 do Código de Minas.

Rio de Janeiro, 14 de Janeiro de 1936, 115.º da Independência e 48.º da República.

GÉTULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

DECRETO N. 586 — DE 14 DE JANEIRO DE 1936

*Autoriza a firma "Léprevost & Cia. Limitada", sociedade commercial organizada no Brasil, a pesquisar ouro e diamantes em um trecho de vinte e cinco (25) kilometros de extensão do leito e margens devolutas do rio Ribeira, contados, rio acima, a partir da ponte da estrada Paraná-São Paulo, trecho do rio este situado no districto de Ribeira, município de Faxina, no Estado de São Paulo, e no districto de Epitácio Pessoa, município de Bocayuva, e districto de Cerro Azul, município do mesmo nome, no Estado do Paraná.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1.º, da Constituição Federal, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Código de Minas);

Decrêta:

Art. 1.º Fica autorizada a firma "Léprevost & Cia. Limitada", sociedade commercial organizada no Brasil, a pesquisar ouro e diamantes em um trecho de vinte e cinco (25) kilometros de extensão do leito e margens devolutas do rio Ribeira, contados, rio acima, a partir da ponte da estrada Paraná-São Paulo, trecho do rio este situado no districto de Ribeira, município de Faxina, no Estado de São Paulo, e no districto de Epitácio Pessoa, município de Bocayuva, e districto de Cerro Azul, município do mesmo nome, no Estado do Paraná, mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4.º do art. 18 do Código de Minas, será pessoal e somente transmissivel nos casos de herdeiros necessários ou conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial;

II — Esta autorização durará dois (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Código de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder á extensão kilometrica no mesmo marcada;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pela autorizada e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o, para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidos pelo Governo no curso delles, a autorizada deverá apresentar ao Ministerio da Agricultura um relatório circunstanciado, acompanhado de perfis geológicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os cortes que se houverem feito no campo da pesquisa, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção dos veieiros ou depositos que se houverem descoberto, espessura média e area dos mesmos, seu volume e teor medio em ouro por metro cubico de minério ou cascalho, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da ou das jazidas;

VI — Do minerio e material extrahido, a autorizada não poderá se utilizar senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispor do mais depois de iniciada a lavra;

VII — A autorizada não poderá prejudicar o trabalho dos fiscadores e garimpeiros porventura existentes no trecho de rio objecto desta autorização, desde que o referido trabalho se exerça na forma da respectiva legislação (decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934);

VIII — Ficam resalvados os interesses da navegação e os da fluctuação no trecho de rio a que se refere a presente autorização, sujeitando-se, portanto, a autorizada, ás exigencias que lhe forem impostas neste sentido, pelas autoridades competentes;

IX — Serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcindo a autorizada damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 do Código de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Código de Minas, nas seguintes condições:

I — Si a autorizada não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data do registro a que se refere o art. 6.º deste decreto;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa, dentro dos tres (3) primeiros mezes do praso a que se refere o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 6.º deste decreto, sem ter sido renovado na forma do art. 20 do Código de Minas, não apresentar, dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. I do art. 1.º.

Art. 4.º Si a autorizada infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na forma do art. 28 do Código de Minas.

Art. 5.º A autorizada deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação do presente decreto no *Diário Official*, dentro do prazo de trinta (30) dias contados da data do convite para esse fim publicado naquelle órgão official, sob pena de ficar o mesmo sem effeito.

Art. 6.º O titulo a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000) e só será valido depois de transcripto no livro de registro competente, após o pagamento do sello, na forma do § 5.º do art. 18 do Código de Minas, — pagamento este que deverá ser effectuado dentro do prazo de trinta (30) dias contados da data da publicação do presente decreto no *Diário Official*, sob pena de ficar o mesmo sem effeito.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario. .

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

#### DECRETO N. 587 — DE 14 DE JANEIRO DE 1936

*Autoriza a Companhia Ribeira, S. A., sociedade organizada no Brasil, a pesquisar ouro e diamantes em um trecho de vinte e cinco (25) kilometros de extensão do leito e margens devolutas do rio Ribeira, contados, rio abaixo, a partir da ponte da estrada Paraná-São Paulo, trecho do rio este situado nos districtos de Ribeira e Itaóca, municipio de Apiahy, no Estado de São Paulo, e no districto de Epitacio Pessoa, municipio de Bocayuva, no Estado do Paraná*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1.º, da Constituição Federal, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a "Companhia Ribeira, S. A.", sociedade organizada no Brasil, a pesquisar ouro e diamantes em um trecho de vinte e cinco (25) kilometros de extensão do leito e margens devolutas do rio Ribeira, contados, rio abaixo, a partir da ponte da estrada Paraná-São Paulo, trecho do rio este situado nos districtos de Ribeira e Itaóca, municipio de Apiahy, no Estado de São Paulo, e no districto de Epitacio Pessoa, municipio de Bocayuva, no Estado do Paraná, mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4.º do art. 18 do Código de Minas, será pessoal e sómente transmissivel nos casos de herdeiros necessarios ou conjuge sobrevivente, bem como no de **successão commercial**;

II — Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder á extensão kilometrica no mesmo marcada;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pela autorizada e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o, para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles a autorizada deverá apresentar ao Ministerio da Agricultura um relatório circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e copia, onde sejam indicados com exactidão os cortes que se houverem feito no campo da pesquisa, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção dos veieiros ou depositos que se houverem descoberto, espessura media e área dos mesmos, seu volume e theor medio em ouro por metro cubico de minerio ou cascalho, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da ou das jazidas;

VI — Do minerio e material extrahido, a autorizada não poderá se utilizar senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispôr do mais depois de iniciada a lavra;

VII — A autorizada não poderá prejudicar o trabalho dos faiscadores e garimpeiros porventura existentes no trecho do rio objecto desta autorização, desde que o referido trabalho se exerça na fôrma da respectiva legislação (decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1931);

VIII — Ficam resalvados os interesses da navegação e os da fluctuação no trecho de rio a que se refere a presente autorização, sujeitando-se, portanto, a autorizada, ás exigencias que lhe forem impostas neste sentido, pelas autoridades competentes;

IX — Serão respeitados os direitos de terceiros, resarcindo a autorizada damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos;

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 do Codigo de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si a autorizada não iniciar os trabalhos de pesquisas dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data do registro a que se refere o art. 6º deste decreto;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa dentro dos tres (3) primeiros mezes do prazo a que se refere o n. I deste artigo;



**IV** — Si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 6.º deste decreto, sem ter sido renovado na forma do art. 20 do Código de Minas, não apresentar, dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. 1 do artigo 1.º.

Art. 4.º Si a autorizada infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter às exigências da fiscalização, será annullada esta autorização, na forma do art. 23 do Código de Minas.

Art. 5.º A autorizada deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação do presente decreto no *Diário Official*, dentro do prazo de trinta (30) dias contados da data do convite para esse fim publicado naquella orgão official, sob pena de ficar o mesmo sem effeito.

Art. 6.º O título a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000) e só será valido depois de transcripto no livro de registro competente, após o pagamento do sello, na forma do § 5.º do art. 13 do Código de Minas, pagamento este que deverá ser effectuado dentro do prazo de trinta (30) dias contados da data da publicação do presente decreto no *Diário Official*, sob pena de ficar o mesmo sem effeito.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1934. 115.º da Independência e 43.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga

#### DECRETO N. 588 — DE 14 DE JANEIRO DE 1934

*Autoriza o cidadão brasileiro David A. da Silva Carneiro, por sociedade ou companhia que organizar, a pesquisar carvão pyritoso em terrenos pertencentes a Tacito Marcondes Zanardini e outros, no lugar denominado "Rio da Areia", municipio de Teixeira Soares, comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1.º, da Constituição Federal, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro David A. da Silva Carneiro, por sociedade ou companhia que organizar, a pesquisar carvão pyritoso em terrenos pertencentes a Tacito Marcondes Zanardini, Trajano Marcondes Zanardini, Analirio Francisco Leal, Onilio Marcondes Zanardini, João Roberto da Costa, Augusto Chemin, Pedro Marcondes Zanardini, Innocencio Raymundo dos Santos, Leocadia Maria de Jesus e João Chemin, respectivamente com as áreas de 98,1552 hecta-

res, 503,36 hectares, 98,1552 hectares, 98,1552 hectares, 98,1552 hectares, 98,1552 hectares, 121 hectares, 154,88 hectares 43,56 hectares e 1524,6 hectares, num total de 2838,1760 hectares, e situados no lugar denominado "Rio da Areia", município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na fórmula do § 4º do art. 18 do Código de Minas, será pessoal e somente transmissível nos casos de herdeiros necessários e conjuges sobreviventes, bem como no de successão commercial;

II — Esta autorização durará dois (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Código de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo não podendo exceder as áreas no mesmo indicadas;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles o autorizado deverá apresentar ao Ministerio da Agricultura um relatório circumstanciado acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os côrtes que se houverem feito nos terrenos, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção das camadas, veieiros ou depositos que se houverem descoberto, espessura media e área dos mesmos, seu volume, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessários para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minerio e material extrahido o autorizado não poderá se utilizar senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios indutriaes, só podendo dispor do mais depois de iniciada a lavra;

VII — Serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Código de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não inciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data do registro a que se refere o art. 5º deste decreto;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa dentro dos tres (3) primeiros mezes do prazo a que se refere o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 5º deste decreto, sem ter sido renovado na forma do art. 20 do Código de Minas, não apresentar, dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior.

Art. 3º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1º, ou não se submeter às exigências da fiscalização, será annullada esta autorização na forma do art. 28 do Código de Minas.

Art. 4º O autorizado deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação do presente decreto no *Diário Official* dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data do convite para esse fim, publicado naquella orgão official, sob pena de ficar o mesmo sem effeito.

Art. 5º O título a que allude o n. I do art. 1º, pagará de sello a quantia de quinhentos mil réis (500\$000) e só será valido depois de transcripto no livro de registro competente, após o pagamento do sello, na forma do § 5º do art. 18 do Código de Minas, pagamento este que deverá ser effectuado dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data da publicação do presente decreto no *Diário Official*, sob pena de ficar o mesmo sem effeito.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odion Braga.*

---

DECRETO N. 589 — DE 15 DE JANEIRO DE 1936

*Concede á sociedade anonyma Fabrica de Peixes em Conserva da Ilha Grande autorização para funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Fabrica de Peixes em Conserva da Ilha Grande, com séde nesta cidade do Rio de Janeiro, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma Fabrica de Peixes em Conserva da Ilha Grande autorização para funcionar com os estatutos que apresentou, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

## DECRETO N. 590 — DE 15 DE JANEIRO DE 1936

*Suspende o estado de sítio no município de São João de Camaquam, Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 19 do corrente mez.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender o estado de sítio no município de São João de Camaquam, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 19 de janeiro corrente, afim de serem ali realizadas as eleições para vereadores e prefeito, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

## DECRETO N. 591 — DE 15 DE JANEIRO DE 1936

*Approva o regulamento da arrecadação, execução e fiscalização da taxa de previdencia social, destinada ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Commerciantes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 56 da Constituição e tendo em vista a autorização constante do § 2° do art. 6° da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935, resolve approvar o regulamento que a este acompanha.

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS,

*Agamemnon Magalhães.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

**Regulamento da arrecadação, execução e fiscalização da taxa de previdencia social, destinada ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialios**

Art. 1.º A taxa de previdencia social, creada pelo art. 6.º da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935, em substituição á do art. 5.º e seus paragraphos, do decreto n. 24.273, de 22 de maio de 1934, e suas successivas modificações nesse particular, incidirá na razão de 2 % sobre o valor, em moeda nacional, de todas as mercadorias importadas do exterior, por via marítima, terrestre, fluvial ou aerea, com excepção apenas do combustivel e do trigo.

Art. 2.º A cobrança da taxa de que trata o artigo anterior, será feita nas estações aduaneiras, por ocasião do pagamento dos direitos de importação, devendo ser incluída como receita nos despachos respectivos.

Paragrapho unico. No corrente exercício de 1936, o producto da arrecadação de que trata o presente artigo, será escripturado como "Depositos" e assim recolhido ao Banco do Brasil. A partir do exercício de 1937 a arrecadação será escripturada como renda da União, da rubrica propria que o orçamento consignar, observado quanto ao recolhimento ao Banco do Brasil o disposto no art. 4.º.

Art. 3.º As repartições aduaneiras calcularão esta nova taxa sobre o valor commercial das mercadorias, competindo-lhes a necessaria fiscalização.

Art. 4.º A importancia dessa taxa será recolhida ao Banco do Brasil, na conta "Receita da União", da mesma forma e obedecendo as mesmas formalidades exigidas com relação ao recolhimento das rendas das estações aduaneiras.

Art. 5.º A Contadoria Central da Republica dará conhecimento, mensalmente, á Directoria Geral da Fazenda Nacional da importancia da "taxa de previdencia social" arrecadada em todo o paiz, no mez anterior, afim de que seja devidamente processado, dentro do limite da arrecadação effectuada, o recolhimento ao Banco do Brasil, em conta especial do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, do duodecimo da respectiva verba orçamentaria.

Art. 6.º A conta especial do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, aberta no Banco do Brasil, por força do art. 8.º da lei n. 159, citada, será movimentada pelo Conselho Nacional do Trabalho.

Paragrapho unico. Remetterá o Banco do Brasil ao referido Conselho, diariamente, extracto da conta a que se refere o presente artigo.

Art. 7.º O Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio providenciará, por intermedio do Conselho Nacional do Trabalho, para que seja depositada no Banco do Brasil, em conta do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialios até o dia 15 do mez seguinte áquelle em que for devida, a quota que a este couber mensalmente.

Paragrapho unico. O duodecimo referido neste artigo será calculado mensalmente pela Contadoria Central do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialios, cujo balancete será encaminhado ao Conselho Nacional do Trabalho, nos dez (10) primeiros dias de cada mez.

Art. 8.º Recebido o balancete do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialios, o Conselho Nacional do Trabalho fiscalizará a igualdade de contribuições e autorizará o Banco do Brasil, no prazo de 15 dias, previsto no artigo anterior, a creditar ao Instituto a importancia respectiva.

Paragrapho unico. Si dentro do prazo aqui estabelecido o Banco do Brasil não houver recebido essa autorização, solicitará directamente ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialios as necessarias providencias para o fim indicado neste artigo.

Art. 9.º As importancias creditadas na conta do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, proveniente da arrecadação prevista nos artigos deste regulamento, serão pelo mesmo utilizadas para attender á contribuição do Estado devida ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialios.

Paragrapho unico. O saldo que se verificar nesta conta, annualmente, e que não houver sido destinado a novos Institutos ou Caixas de Pensões e Aposentadoria creados durante o anno, nos termos do § 2º do art. 8º da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935, ficará vinculado á observancia do que dispõe o art. 10 da referida lei, revertendo á Receita Geral da União, como renda eventual, em cada triennio, no computo do saldo da quota de previdencia.

Art. 10. O Ministerio da Fazenda, no corrente anno, autorizará o Banco do Brasil a transferir para a conta especial do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio os adiantamentos correspondentes aos duodecimos da quantia annual de 20.000:000\$000, nos termos do § 3º do art. 8º da referida lei n. 159.

§ 1.º A Contadoria Central da Republica providenciará para que sejam centralizados no Thesouro Nacional os depositos a que se refere o paragrapho unico do art. 2º deste regulamento, a cujo debito serão levados os pagamentos de que trata o presente artigo.

§ 2.º O saldo credor que se verificar em deposito, no fim do corrente exercicio, será transferido para a Receita da União, como renda eventual.

Art. 11. Este regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, observados os prazos estabelecidos no artigo 2º da Introducção do Codice Civil.

Art. 12. Revogam-se as disposições contrarias. — A. de Souza Costa.

---

**DECRETO N. 592 — DE 16 DE JANEIRO DE 1936*****Approva o Regulamento para a Escola de Veterinaria do Exercito***

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição e o disposto na Lei do Ensino Militar (decreto n. 23.126, de 21 de agosto de 1933), decreta:

Art. 1.º Fica approvedo o Regulamento annexo para a Escola de Veterinaria do Exercito, assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, Ministro de Estado da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*João Gomes Ribeiro Filho.*

---

**Regulamento para a Escola de Veterinaria do Exercito****TITULO I****CAPITULO I****DA ESCOLA E SEUS FINS**

Art. 1.º De accordo com o que dispõe a lei n. 23.126, de 21 de agosto de 1933 (Lei do Ensino Militar), a Escola de Veterinaria do Exercito tem por finalidade:

a) ministrar a instrução relativa á formação de officiaes medicos-veterinarios, para tornal-os aptos ao exercicio das respectivas funcções, até o posto de Capitão;

b) ministrar a instrução de aperfeiçoamento para Capitães, e, transitoriamente, para officiaes superiores;

c) ministrar a instrução relativa á formação de ferradores e enfermeiros-veterinarios;

d) ministrar a instrução de aperfeiçoamento aos officiaes medicos-veterinarios da reserva;

e) ministrar a instrução relativa á formação de especialistas em determinados ramos de medicina veterinaria.

Art. 2.º Na Escola de Veterinaria devem funcionar os seguintes cursos:

1. Curso de Formação de Medicos-Veterinarios;

2. Curso de Aperfeiçoamento de Medicos-Veterinarios da Activa;

3. Cursos de Formação de Mestres-Ferradores, Ferradores e Enfermeiros-Veterinarios;

4. Curso de Aperfeiçoamento de Medicos-Veterinarios da Reserva;

5. Curso de Especialização de Medicos-Veterinarios.

Art. 3.º A Escola dispõe de:

- Hospital Veterinario do Exercito;
- Polyclinica Veterinaria;
- Pharmacia Veterinaria;
- Laboratorio de Sôros e Vaccinas;
- Laboratorio de Productos Chimicos;
- Ferradoria Modelo.

Paragrapho unico. Além dessas dependencias, a Escola disporá de uma Thesouraria, um Almozarifado, um Serviço Medico, uma Bibliotheca e um Archivo.

## CAPITULO II

### DO PLANO GERAL DO ENSINO

Art. 4.º As diferentes materias ensinadas na Escola de Veterinaria do Exercito, relativas aos *Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Medicos-Veterinarios*, são grupadas em aulas, com a discriminação abaixo estabelecida.

§ 1.º As profissionaes são em numero de 12. a saber:

- 1.ª Anatomia Veterinaria e Hippologia;
- 2.ª Physica biologica e Chimica physiologica;
- 3.ª Parasitologia, Doenças parasitarias;
- 4.ª Histologia e Embryologia, Anatomia e Physiologia pathologicas, Teratologia, Medicina Legal Veterinaria;
- 5.ª Pathologia geral, Hygiene Veterinaria;
- 6.ª Pharmacologia, Toxicologia, Arte de formular, Analyses;
- 7.ª Bacteriologia, Doenças infecto-contagiosas e respectiva clinica, Policia Sanitaria;
- 8.ª Clinica medica dos grandes animaes, Clinica propeudeutica veterinaria;
- 9.ª Pathologia cirurgica, obstetricia e respectivas clinicas, Technica operatoria, Ferradoria;
- 10.ª Physiologia, Pathologia e Clinica medica dos pequenos animaes;
- 11.ª Zootechnia geral e especial. Noções de Agronomia geral, Plantas forrageiras e toxicas, Alimentação dos animaes domesticos e especialmente dos equinos;
- 12.ª Therapeutica, Inspeção de carnes e conservas, Matadouros.

§ 2.º As militares são em numero de tres:

— Organização do Exercito, Organização e funcionamento do Serviço Veterinario, Legislação militar, Instrução militar geral, Escripuração do Serviço Veterinario;



— Noções de Topographia, Leitura de cartas, Orientação em Campanha;

— Equitação.

§ 3.º Os assumptos tratados nas diversas cadeiras ou aulas serão discriminados em *programmas de ensino*, organizados pelo Commando da Escola de Veterinaria do Exercito e submettidos á approvação do Estado-Maior do Exercito, tendo principalmente em vista sua applicação ás necessidades do Exercito. Nelles têm parte accentuadamente preponderante tudo que se refere aos animaes utilizados pelo Exercito (cavallos, pombos e cães.)

§ 4.º Esses programmas comprehenderão a descripção pormenorizada dos respectivos assumptos a serem ministrados e sua distribuição pelo numero de sessões de ensino em que devam ser repartidos. Consignarão, além disso, a discriminação das provas e trabalhos a que, sobre o respectivo assumpto, deverão ser submettidos os alumnos, bem como a natureza de cada prova ou trabalho pratico.

#### A) Curso de formação de medicos-veterinarios:

Art. 5.º O Curso de Formação de Medicos-Veterinarios terá a duração de quatro annos. Nelle serão leccionadas todas as aulas referidas no art. 4º, distribuidas como se segue:

##### 1º anno:

1ª aula — Anatomia Veterinaria (1ª parte) — Hippologia;

2ª aula — Physica biologica e chimica physiologica;

4ª aula — Histologia e embryologia;

10ª aula — Physiologia.

##### 2º anno:

1ª aula — Anatomia veterinaria (2ª parte);

3ª aula — Parasitologia;

4ª aula — Anatomia e Physiologia pathologicas (primeira parte);

5ª aula — Pathologia geral;

6ª aula — Pharmacologia — Toxicologia — Arte de formular;

8ª aula — Clinica propedeutica medico-veterinaria;

12ª aula — Therapeutica;

##### 3º anno:

3ª aula — Molestias parasitarias e respectiva clinica;

4ª aula — Anatomia e Physiologia pathologicas (2ª parte)

— Teratologia e Medicina Legal Veterinaria;

7ª aula — Bacteriologia;

8ª aula — Clinica Medica dos grandes animaes (1ª parte);

9ª aula — Pathologia cirurgica e respectiva clinica (1ª parte);

10ª aula — Pathologia e clinica medica dos pequenos animaes;

11ª aula — Zootechnia geral — Noções de Agronomia — Plantas forrageiras e toxicas;

— Equitação;

## 4º anno:

- 5ª aula — Hygiene Veterinaria;  
 7ª aula — Molestias infecto-contagiosas e respectiva clinica — Policia sanitaria;  
 8ª aula — Clinica medica dos grandes animaes (2ª parte);  
 9ª aula — Pathologia cirurgica, obstetricia e respectiva clinica — Technica operatoria (2ª parte) — Ferraduria;  
 11ª aula — Zootechnica especial — Alimentação de animaes domesticos;  
 12ª aula — Inspeção de carnes e conservas;  
 — Organização do Exército — Organização e funcionamento do Serviço de Veterinaria na paz e em campanha — Legislação militar — Instrução militar geral — Escripção do Serviço Veterinario;  
 — Noções de topographia — Leitura de cartas e orientação em campanha;  
 — Equitação.

## B) Curso de aperfeiçoamento de medicos-veterinarios da activa:

\*Art. 6.º O Curso de Aperfeiçoamento de Medicos-Veterinarios da Activa terá a duração de um anno. Visa elle aperfeiçoar e ampliar os conhecimentos technicos dos officiaes do Serviço Veterinario do Exército e preparal-os para o desempenho das funcções de officiaes superiores veterinarios, na paz e na guerra.

Nelle serão leccionadas as seguintes materias:

1. Bacteriologia — Molestias infectuosas e parasitarias — Preparação de sôros e vaccinas;
2. Pathologia medica e clinica dos grandes animaes;
3. Pathologia cirurgica, obstetricia e clinicas respectivas (grandes animaes) — Ferraduras de correcção e suas applicações;
4. Zootechnia especial dos equideos com sua especialização militar;
5. Inspeção de carnes e derivados;
6. Toxicologia — Analyses;
7. Legislação Militar;
8. Noções de topographia — Leitura de cartas — Utilização da carta no terreno.

## C) Curso de Especialização de Medicos-Veterinarios:

Art. 7.º Os Cursos de Especialização de Medicos-Veterinarios destinam-se a formar especialistas em certos ramos da actividade profissional veterinaria no Exército. Duram um anno e se referem ás seguintes especialidades:

1. Zootechnia;
2. Microbiologia — Preparação de sôros, vaccinas e productos injectaveis, em geral;
3. Carnes e seus derivados — Matadouro em campanha.

§ 1.º O Curso de Especialização de Zootechnia comprehende o estudo desenvolvido dos assumptos relativos á 11ª

aula (Zootechnia), especialmente no que diz respeito á Zootechnia dos equideos — Methodos de julgamento do cavallo — Raças e sua adaptação ao nosso meio;

*Genetica;*

*Higiene veterinaria* — da reproducção, especialmente do poldro;

*Coudelarias* — Serviço de monta e criação do cavallo;

*Arraçoamento* — Plantas forrageiras e toxicas — cultura dos campos.

§ 2.º O Surco de Especialização em Microbiologia comprehende o estudo desenvolvido dos assumptos relativos a essa aula e especialmente:

Bacteriologia, mycologia e protozoologia;

Doenças parasitarias;

Doenças infecto-contagiosas;

Exames e trabalhos de laboratorios;

Preparo de séros e vacinas;

Preparo de productos injectaveis.

§ 3.º O *Curso de Especialização em Carne e seus derivados* comprehende o estudo desenvolvido dos assumptos relativos á 12ª aula e mais especialmente:

Produção de gado de corte na *America do Sul* e, particularmente, no *Brasil*;

Inspecção de carnes e seus derivados.

Do frio industrial — Frigorificos — Carnes conservadas para a guerra;

Transporte de carnes;

Serviço de reabastecimento de gado de corte e matadouro em campanha — Aproveitamento dos sub-productos em campanha.

**D) Cursos de formação de Ferradores e Enfermeiros-Veterinarios:**

Art. 8.º Os *Cursos de Formação de Ferradores e Enfermeiros-Veterinarios* têm por fim preparar sargentos e graduados, especializados nas funcções de auxiliares do Serviço Veterinario. Comprehendem:

a) Curso de Formação de Ferradores;

b) Curso de Formação de Enfermeiros-Veterinarios.

Art. 9.º O *Curso de Formação de Ferradores* terá duração de dois annos.

§ 1.º Este curso será desdobrado em dois periodos, de um anno, de modo a constituir:

a) no 1º anno — o *Curso de Ferrador*, destinado a formar soldados e 2ºs cabos ferradores.

b) no 2º anno — o *Curso de Mestre-Ferrador*, para formação de 1ºs cabos e sargentos-mestres-ferradores.

§ 2.º O *Curso de Ferradores* atraz mencionado (letra c do art. 1.º) comprehende o estudo de assumptos relativos á 9ª aula (ferradoria), assim discriminados:

1) Material de forja e processos de forjar; exame da materia prima; carvão, ferro, cravos;

- 2) Noções anatomicas do pé;
- 3) Meios de contensão;
- 4) Ferradura regulamentar — ferraduras normaes e correctivas;
- 5) Confecção e applicação das ferraduras;
- 6) Principaes doencas dos pés e curativos indicados;
- 7) Hygiene do pé.

§ 3.º O *Curso de Mestres-Ferradores* (letra *b* do § 1º), comprehende a revisão dos conhecimentos adquiridos no anno anterior (Curso de Ferradores) e mais o estudo dos seguintes assumptos:

- 1) Applicação das ferraduras pathologicas;
- 2) Irregularidades dos aprumos e meios de corrigil-os;
- 3) Defeitos de andaduras e ferragem adequada para corrigil-as;
- 4) Ferraduras especiaes ou excepçionaes; placas, patins eapparelhos protectores;
- 5) Ferraduras para boi;
- 6) Atribuições do sargento-mestre-ferrador nos corpos de tropa e em campanha;
- 7) Installações de ferradorias.

Art. 10. O *Curso de Formação de Enfermeiros-Veterinarios*, para soldados, terá a duração de um anno. Compreenderá o estudo das disciplinas seguintes:

- 1) Noções de anatomia e Hippologia;
- 2) Noções de physiologia e therapeutica;
- 3) Manipulação das formulas medicamentosas;
- 4) Hygiene e forragens;
- 5) Molestias internas; noções geraes e applicações practicas de tratamento;
- 6) Molestias contagiosas — Noções geraes, medidas prophylacticas e de tratamento;
- 7) Molestias externas — Noções geraes e applicação practica de tratamento — Exercicios manuaes operatorios simples;
- 8) Escripturação applicada ao Serviço Veterinario dos Corpos de Tropa e estabelecimentos militares;
- 9) Obrigações do enfermeiro-veterinario na paz e em campanha.

*E*) Curso de aperfeiçoamento de Medicos-Veterinarios da Reserva:

Art. 11. O *Curso de Aperfeiçoamento de Medicos-Veterinarios da Reserva* destina-se a aperfeiçoar os conhecimentos dos medicos-veterinarios, officiaes veterinarios da reserva. Este curso será feito sob a forma de estagio na Escola de Veterinaria do Exercito e terá a duração de um anno.

Nelle serão estudadas as seguintes materias:

- 1) Clinica medico-veterinaria;
- 2) Clinica cirurgica — Technica operatoria — Ferragem dos animaes do Exercito;
- 3) Molestias contagiosas — Exames de laboratorio;
- 4) Inspecção de carnes;

- 5) Organização do Exército em tempo de paz e de guerra — Instrução militar geral — Legislação militar. Funcionamento e emprego do Serviço Veterinário em Campanha;
- 6) Equitação;
- 7) Topographia: orientação — leitura de cartas.

### CAPITULO III

#### DOS METHODOS E PROCESSOS DE ENSINO

Art. 12. O ensino será ministrado de maneira que a instrução seja gradual, successiva, objectiva e tão pratica quanto possivel.

Compreenderá:

- a) prelecções sobre os differentes assumptos constitutivos das diversas aulas que comportam este methodo de ensino;
- b) conferencias sobre assumptos de interesse especial;
- c) demonstrações praticas, feitas pelos instructores, sobre todos os assumptos já tratados em conferencias ou prelecções, de modo a completar os ensinamentos adquiridos;
- d) exercicios praticos feitos pelos alumnos sobre os mesmos assumptos, mas convenientemente orientados pelos instructores;
- e) exercicios praticos feitos de plena iniciativa dos alumnos, mas sempre sobre a vigilancia dos instructores;
- f) demonstrações de saber ou provas de verificação mensaes e semestraes, feitas pelos alumnos sobre questões propostas pelos instructores;
- g) excursões scientificas ou visitas a estabelecimentos industriaes ou de ensino, sob a direcção dos instructores;

§ 1.º As demonstrações ou exercicios praticos de que trata o presente artigo e referentes ás differentes aulas serão realizados, conforme o caso:

- 1) nas clinicas do Hospital Veterinario do Exército e da Polyclínica Veterinaria;
- 2) nos laboratorios da Escola (preparo e applicação de sôros, vaccinas e solutos injectaveis);
- 3) no amphitheatro de anatomia (dissecção de cadavres);
- 4) nos laboratorios especializados adequados (analyses, exames, pesquisas diversas e exercicios praticos);
- 5) na pharmacia e laboratorios da Escola (manipulação e posologia dos productos therapeuticos);
- 6) na ferradoria modelo.

§ 2.º. A instrução militar, inclusive educação physica, será ministrada pelo methodo prescripto nos regulamentos respectivos. O estudo do emprego do Serviço Veterinario em Campanha será exclusivamente feito pelo methodo *dos casos concretos*.

§ 3.º. Sobre os assumptos estudados na Escola, poderão ser fornecidos *resumos escriptos*, organizados sob a responsabilidade do instructor da aula respectiva e submettidos á approvação do Commando da Escola (Direcção de Ensino.)

Art. 13. O aproveitamento dos alumnos nos differentes cursos da Escola será julgado por meio de:

- 1.º) arguições e provas praticas, a juizo dos instructores;
- 2.º) provas escriptas mensaes;
- 3.º) exames parciaes;
- 4.º) exame de promoção;
- 5.º) exame final.

§ 1.º. Para os Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Medicos-Veterinarios, as provas ou trabalhos mensaes serão escriptos e constarão de questões organizadas dentro dos assumptos estudados durante o mez respectivo. Os exames parciaes, escriptos ou pratico-oraes, serão realizados no decurso do 6.º mez de funcionamento do curso e comprehendirão toda a materia já estudada no semestre, para os Cursos de Aperfeiçoamento e de Especialização; e no inicio do 4.º e do 7.º mez, para o de Formação de Medicos-Veterinarios.

Para o Curso de Aperfeiçoamento de Officiaes Veterinarios de Reserva só haverá provas mensaes e finaes.

§ 2.º. Para os Cursos de Formação de Ferradores e de Enfermeiros-Veterinarios, as provas mensaes serão pratico-oraes e versarão sobre todos os assumptos estudados durante o mez. Os exames parciaes ou provas de habilitação revestirão a mesma forma e serão em numero de dois: o primeiro, ao findar o 3.º mez de estudos e o segundo, ao findar o sexto. A materia para o primeiro desses exames será a estudada durante o trimestre respectivo; para o segundo, a do semestre, comportando, no minimo, uma questão relativa á materia estudada no 1.º trimestre.

§ 3.º. As provas mensaes serão realizadas sob a responsabilidade exclusiva do instructor da aula; os exames parciaes serão realizados perante uma banca examinadora composta de tres membros, para cada materia, nomeada pelo commandante, e da qual fará parte obrigatoriamente o instructor da aula respectiva.

§ 4.º. Para equitação só haverá exame final; cada alumno, porém, receberá uma nota mensal dada pelo instructor.

Art. 14. Os exames de promoção ou finaes versarão sobre toda a materia estudada durante o anno lectivo no ambito de cada disciplina e constarão de *provas escriptas, oraes e praticas* ou *pratico-oraes*, assim discriminadas:

A) Curso de formação de medicos-veterinarios:

1º anno:

Prova escripta — Physiologia;

Prova oral — Todas as materias;

Prova pratica — Chimica physiologica, Anatomia Veterinaria — Hyppologia.

2º anno:

Prova escripta: Anatomia pathologica — Therapeutica — Pathologia geral.

Prova oral: Todas as materias.

Prova pratica: Anatomia Veterinaria — Anatomia pathologica — Clinica propedeutica — Parasitologia.

**3º anno:**

**Prova escripta:** Doenças parasitarias — Anatomia pathologica — Clinicas medicas — Pathologia cirurgica e clinica — Bacteriologia — Zootechnia geral — Obstetricia.

**Prova oral:** Todas as materias, excepto Equitação.

**Prova pratica:** Clinicas medicas — Clinica cirurgica — Technica operatoria — Bacteriologia — Clinica de molestias contagiosas.

**4º anno:**

**Prova escripta:** Molestias infecto-contagiosas — Clinica medica — Pathologia cirurgica e clinica — Ferradoria e Obstetricia — Zootechnia, Hygiene — Inspeção de carnes e conservas — Emprego do serviço de veterinaria em campanha.

**Prova oral:** Todas as materias, excepto Equitação.

**Prova pratica:** Molestias infecto-contagiosas — Clinica medica — Pathologia e clinica cirurgica — Technica operatoria — Inspeção de carnes e conservas — Equitação.

**B) Curso de aperfeiçoamento de medicos-veterinarios da activa:**

**Prova escripta:** Molestias contagiosas; pathologia e clinica medica das grandes animaes; Pathologia e clinica cirurgica; Zootechnia especial dos equideos; Toxicologia e analyse; Obstetricia.

**Prova oral:** Todas as materias.

**Prova pratica:** Clinica medica; Technica operatoria; Bacteriologia; Inspeção de carnes e conservas.

**C) Curso de formação de ferradores e enfermeiros-veterinarios:**

Provas escriptas, para todas as materias do Curso de Formação de Enfermeiros-Veterinarios.

Provas oraes, para todas as materias dos dois cursos.

Provas praticas:

*Curso de Formação de Ferradores* — Confecção de ferraduras, exame da materia prima e ferragem dos animaes.

*Curso de Formação de Enfermeiros-Veterinarios* — Tratamento e penso dos animaes; manipulação de medicamentos.

**D) Curso de especialização de medicos-veterinarios:**

Haverá provas escriptas, oraes e praticas, dentro de cada especialidade, para todas as materias leccionadas nos cursos respectivos.

Provas escriptas: Clinica, molestias contagiosas, inspeção de carnes e emprego do Serviço de Veterinaria em campanha.

Provas oraes: Todas as materias, excepto equitação.

Provas praticas: Technica operatoria, inspeção de carnes, equitação.

**E) Curso de aperfeiçoamento de medicos-veterinarios da reservã:**

Provas escriptas: Clinica — Molestias contagiosas — Inspecção de carnes — Emprego do Serviço de Veterinaria em campanha.

Provas oraes: Todas as materias, excepto Equitação.

Provas praticas: Technica operatoria — Inspecção de carnes — Equitação.

Art. 15. Os exames de promoção ou finaes serão realizardos, para cada materia, perante uma banca examinadora, composta de tres membros, designados pelo commandante.

§ 1.º O instructor da aula fará obrigatoriamente parte da banca examinadora respectiva.

§ 2.º Nos Cursos de Especialização de Medicos-Veterinarios e nos de Formação de Ferradores e Enfermeiros-Veterinarios, os exames de promoção ou finaes serão realizardos perante uma unica banca examinadora de tres membros para cada curso. Essas bancas serão tambem organizadas pelo commandante. Deverão fazer parte da banca examinadora do Curso de Formação de Ferradores o professor de Pathologia Cirurgica e o encarregado da ferradoria.

§ 3.º A banca examinadora será presidida sempre pelo instructor mais graduado que nella tomar parte.

Art. 16. Ao presidente da banca examinadora compete:

a) mandar distribuir aos alumnos por occasião das provas escriptas os papeis previamente rubricados pelos membros da banca.

b) mandar proceder á chamada dos alumnos e em seguida, fazer sortear, para cada turma de prova escripta, um ponto, e um ponto para cada alumno nas demais provas ;

c) marcar, de accordo com os demais membros da banca e conforme a natureza do assumpto constante do ponto sorteado, o tempo de duração das provas, que não deverá exceder de 25 minutos na oral ou pratica e de tres horas, na escripta;

d) zelar pela bõa ordem no interior das salas de exame e impedir que os alumnos se utilizem de meios illicitos durante a realização das provas;

e) considerar reprovado, sem prejuizo das demais penas disciplinares a que ficar sujeito, todo alumno que, a juizo da banca, se portar de modo inconveniente por occasião da realização de qualquer prova;

f) tomar parte no julgamento dessas provas juntamente com os demais membros da banca, fazendo-os julgar separadamente e na fórma prescripta por este regulamento, cada prova ou examinando e verificando si cada examinador lança á margem das provas escriptas a nota que conferir, rubricando-a;

g) apurar com os demais membros da banca o resultado de cada prova ou exame, de accordo com as normas estabelecidas neste regulamento;



*h)* findo o exame, ordenar ao membro mais moderno da banca a lavratura da acta respectiva no livro especial, assignando-a seguido dos demais membros da banca.

Art. 17. O julgamento das provas obedecerá ao seguinte critério:

*a)* as provas ou trabalhos de qualquer natureza serão julgados por grãos de zero a 10;

*b)* a prova ou trabalho que haja merecido grão inferior a 3 será considerado como nota má; de 4 a 5, soffrível; de 6 a 9, boa; 10, optima;

*c)* nos exames parciaes, de promoção ou finaes, o grão de cada prova é a media arithmetica dos grãos conferidos pelos examinadores; a nota zero em qualquer das provas inhabilitará o examinando;

*d)* a média arithmetica dos grãos de todas as provas de cada materia, constituirá a nota de exame que sommada a conta de anno e dividida por 2 dará a nota de approvação do alumno;

*e)* a nota de habilitação é a média arithmetica entre a nota do exame de habilitação e as notas dos trabalhos mensaes que tenham feito anteriormente.

§ 1.º Serão considerados "inaptos" para proseguir o curso e como taes desligados da Escola os alumnos que obtiverem nos exames parciaes média inferior a *quatro* no conjunto das materias e grão inferior a tres em qualquer dellas, para os Cursos de Formação de Medicos-Veterinarios, Formação de Ferradores, Enfermeiros-Veterinarios e de Aperfeiçoamento de Officiaes Medicos-Veterinarios de Reserva; e cinco no conjunto e quatro em qualquer materia nos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização de Medicos-Veterinarios.

§ 2.º A conta de anno do alumno será a média arithmetica entre os exames parciaes e as provas mensaes que hajam feito depois do ultimo exame parcial.

§ 3.º Serão considerados approvados com as notas a que fizeram jús e aptos á promoção ao anno seguinte os alumnos que obtiveram no fim do anno lectivo:

*a)* para o Curso de Formação de Medicos-Veterinarios — média geral "cinco" ou maior e nenhum grão inferior a *quatro* em qualquer materia do anno em que se acharem matriculados;

*b)* para o Curso de Formação de Ferradores e Enfermeiros-Veterinarios:

— média geral *cinco* ou maior e nenhum grão inferior a *quatro* em qualquer das materias do anno em que se acharem matriculados.

§ 4.º Quando se tratar de exames finaes, as notas referidas no § 2.º, para approvação por média, serão as seguintes:

*a)* Para o Curso de Formação de Medicos-Veterinarios:

— média geral *cinco* ou maior e nenhum grão médio inferior a *quatro* em qualquer das materias do anno;

*b) Para os Cursos de Aperfeiçoamento e de Especialização de Médicos-Veterinários:*

— média geral seis ou maior e nenhum grão médio inferior a quatro em qualquer das materias do anno;

*c) Para os Cursos de Formação de Ferradores e Enfermeiros-Veterinários:*

— média geral cinco ou maior e nenhum grão médio inferior a quatro em qualquer das materias do anno;

*d) Para o Curso de Aperfeiçoamento de Officiaes Médicos-Veterinários da Reserva:*

— média geral cinco ou maior e nenhum grão médio inferior a quatro em qualquer materia.

§ 5.º Os alumnos matriculados em qualquer dos cursos que não hajam satisfeito as exigencias constantes dos §§ 3.º e 4.º, no maximo, em duas materias serão submettidos a exame, na fórmula prescripta por este regulamento, das materias que não têm média base.

§ 6.º Os alumnos matriculados em qualquer dos cursos que desojem, podem desistir de gozar os direitos que lhes conferem os §§ 3.º e 4.º em qualquer numero de materias e neste caso serão submettidos a exames das referidas materias na fórmula prescripta por este regulamento.

Art. 18. Além das notas obtidas nos exames finaes das differentes materias, os alumnos matriculados nos cursos da Escola, merecerão, por occasião da conclusão dos mesmos, um conceito formulado pelo Commandante da Escola, ouvido o sub-director do Ensino, e uma nota de "apreciação geral", expressa em grão de zero a 10.

§ 1.º A "nota de apreciação geral" será computada no calculo da "nota de conclusão de curso" dos alumnos, esta obtida pela média arithmetica entre aquella e a "média geral dos exames".

§ 2.º A "nota de apreciação geral" será obtida pela média arithmetica entre os grãos obtidos nas seguintes apreciações sobre o alumno, todas ellas expressas em grãos de 0 a 10:

- Frequencia;
- Aptidão para a profissão;
- Dedicção e interesse pelo trabalho;
- Conducta em geral.

§ 3.º A "nota de apreciação geral" e o conceito, relativos a cada alumno, deverão ser registrados na Secretaria da Escola, em sobre-carta fechada e lacrada, o mais tardar até dois dias antes de iniciados os exames dos alumnos a quem ellas se referirem e não poderão soffrer qualquer alteração. As sobre-cartas em apreço só poderão ser abertas pelo Secretario e na presença do commandante da Escola e do interessado, após a apuração do resultado do ultimo exame e para que possam ser calculadas as notas de conclusão do curso.

§ 4.º Os alumnos que forem approvados: a) no curso de Formação de Medicos-Veterinarios, serão declarados Aspirantes a official do Serviço de Veterinaria sendo a promoção ao primeiro posto regulada pela Lei de Promoções;

b) nos cursos de Formação de Ferradores e Enfermeiros-Veterinarios será averbada em seus assentamentos esta occurencia e serão promovidos de accordo com as vagas existentes e o instituido no Regulamento Interno e dos Serviços Geraes nos Corpos de Tropa do Exercito.

## CAPITULO IV

### DA DIRECÇÃO E DO PESSOAL DO ENSINO

Art. 19. O Commandante da Escola de Veterinaria do Exercito é o principal responsavel pela efficiencia do ensino professado nos diversos cursos da Escola.

§ 1.º Ao commandante da Escola, além das demais attribuições, que lhe são proprias, cabe zelar pelo recrutamento do pessoal de ensino e fazer ao E. M. E. as indicações do pessoal para os diversos encargos, objecto de propostas deste ao Ministro, bem como quaesquer outras que interessem ao melhor funcionamento da Escola.

§ 2.º Para auxilia-lo na direcção do ensino dispõe do Sub-director de Ensino.

Art. 20. Ao Sub-director de Ensino caberá:

a) propor a organização dos programmas geraes de ensino, harmonizando os programmas relativos aos diferentes cursos, organizados pelos respectivos chefes de curso, de accordo com o regulamento e directrizes do commando da Escola;

b) *fiscalizar* o funcionamento geral dos cursos;

c) *propor* ao commandante as modificações a introduzir nos methodos ou processos de ensino, nos programmas, no regimen dos cursos, etc.;

d) orientar os instructores na organização dos programmas didacticos e fazer cumpril-os dentro do horario geral fixado para os trabalhos;

e) *dirigir e fiscalizar* os exames, conforme as decisões do Commandante da Escola;

f) *encaminhar* ao Commandante, as requisições de material feitas pelos instructores, depois de examinal-as e corrigil-as;

g) *levar ao conhecimento* do Commandante as occorrenças havidas com os alumnos e com o pessoal encarregado do ensino e quaesquer outras que interessem ao bom funcionamento do ensino.

Paragrapho unico. O Sub-Director de Ensino será auxiliado em suas funcções por um *Adjunto* e substituido em seus impedimentos pelo instructor mais graduado.

Art. 21. Os instructores-veterinarios da Escola são em numero de 12, correspondentes ás 12 aulas constantes do art. 4.º, § 1.º.

Paragrapho unico. Haverá ainda tres instructores respectivamente para as outras referidas no mesmo artigo, § 2.º.

**Art. 22. Aos instructores-veterinarios cabe:**

- a) manter, durante as aulas ou trabalhos praticos, a necessaria ordem e disciplina;
- b) communicar ao Director de Ensino quaesquer occorrencias relativas á disciplina ou administração de sua aula, bem assim todos os factos concernentes á instrucção;
- c) leccionar as aulas e realizar os trabalhos praticos, de accordo com os programmas e horarios estabelecidos;
- d) fazer pedidos, por intermedio do Sub-Director de Ensino, do material necessario ao ensino das disciplinas de que são encarregados;
- e) solicitar ao Sub-Director de Ensino, com a devida antecedencia, as providencias necessarias á realização das aulas que devem ser ministradas fóra das dependencias da Escola, conforme os programmas do ensino;
- f) fornecer em época opportuna, ao Sub-Director de Ensino, os pontos para o exame da respectiva aula, e tomar parte nas bancas examinadoras para que fôr designado;
- g) apresentar no fim do anno lectivo ao Sub-Director de Ensino o relatorio summario dos trabalhos realizados, bem como propôr as alterações que julgar convenientes ao programma de sua aula para o anno seguinte.

**Art. 23.** O recrutamento dos instructores e instructores-veterinarios da Escola será feito no quadro de officiaes das armas, veterinarios ou do Corpo de Saude de accordo com a Lei do Ensino.

**Art. 24.** As 1ª, 4ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª aulas dispoñão, cada uma, de um auxiliar de instructor-veterinario.

**Art. 25. Aos auxiliares cabe:**

- substituir o titular da aula nos seus impedimentos;
- auxiliar o instructor em suas funcções e executar todos os trabalhos didacticos por elle ordenados;
- fazer parte das bancas examinadoras para que fôr designado.

Parapho unico. Quando em substituição do instructor, ao auxiliar cabem os mesmos direitos e deveres estipulados para aquelle no presente regulamento.

**Art. 26.** Aos instructores-veterinarios e demais officiaes do ensino cumpre ainda desempenhar no Hospital, Laboratorios e Ferradoria as funcções que lhes forem attribuidas pelo commando da Escola.

**Art. 27.** Aos instructores militares cabem as mesmas attribuições dos instructores-veterinarios, em tudo que lhes fôr applicavel.

**CAPITULO V****DA MATRICULA**

**Art. 28.** O numero de alumnos admissivel em cada curso da Escola será fixado annualmente, pelo Ministro da Guerra, por proposta do Chefe do Estado-Maior do Exercito, ouvidos o Director do Serviço Veterinario e o commandante da Escola.

Art. 22. Só serão matriculados em qualquer dos Cursos da Escola, os candidatos que, dentro do numero de vagas fixado para cada curso, satisfizerem todos os requisitos estabelecidos neste regulamento.

§ 1º. Todo o processo relativo a matriculas é effectuado pelo commando da Escola, sob a fiscalização do Estado-Maior do Exercito na forma determinada por seu Chefe. Os casos omissos ou duvidosos e quaesquer reclamações são submittidas á consideração do Chefe do Estado-Maior do Exercito.

§ 2º. Encerrado o processo de matriculas o commando da Escola o apresentará ao Chefe do Estado Maior do Exercito em relatório pormenorizado para decisão final.

A) Curso de formação de medicos-veterinarios:

Art. 30. Para a matricula no Curso de Formação de Medicos-Veterinarios, os candidatos deverão satisfazer os seguintes requisitos:

1) requerer ao Chefe do Estado-Maior do Exercito por intermedio da Secretaria da Escola até o dia 31 de janeiro de cada anno;

2) instruir os requerimentos com os seguintes documentos:

a) *attestado de boa conducta*, o qual consistirá, para os candidatos civis, de uma folha corrida, passada pela policia civil; para os militares, de um attestado passado pelo commandante de unidade ou chefe de repartição, a cujas ordens servirem;

b) *certidão de idade*, passada pelo registo civil de nascimento, provando ser brasileiro e ter mais de 17 annos e menos de 25 annos de idade, sendo estas idades referidas ao ultimo dia do mez de fevereiro;

c) *caderneta de reservista* ou documento equivalente, ou ainda certificado de alistamento voluntario para o serviço militar;

d) *attestado de vaccinação*;

e) *certidão de conclusão de curso gymnasial* ou certificados de approvação, passados por estabelecimentos de ensino secundario, officiaes ou officializados, reconhecidos pelo Departamento Nacional de Educação, dos seguintes preparatorios: Portuguez, Latim, Inglez ou Allemão, Francez, Arithmetica, Algebra, Geometria e Trigonometria, Geographia e Chorographia do Brasil, Historia do Brasil e Universal, Physica, Chimica e Historia Natural;

3) possuir *aptidão physica*, verificada em inspecção de saude por junta medica militar;

4) ser classificado, por ordem de merecimento intellectual, dentro do numero de vagas fixado para a matricula em curso de admissão.

§ 1.º. Os documentos de que tratam as alineas a, b, c, d e e só serão considerados validos quando devidamente sellados e com as firmas reconhecidas por tabellião.

§ 2.º. O concurso de admissão, de que trata o n. 4 do artigo 30, será realizado no mez de fevereço e obedecerá ás normas seguintes:

a) constará de provas escriptas e oraes, realizadas perante uma banca de tres membros, nomeada pelo commandante e relativas ás seguintes materias: Portuguez, Physica, Chimica e Historia Natural;

b) para as provas escriptas, os candidatos serão grupados em uma só turma, sempre que possível; para as provas oraes, em turmas de 20, no maximo;

c) as notas correspondentes ás provas oraes e escriptas serão expressas em grau de zero (0) a dez (10) e a nota final do concurso será obtida, em cada materia, pela média arithmetica entre os grãos das duas provas;

d) o candidato que tiver nota 2 ou inferior na prova escripta de qualquer das disciplinas, será inhabilitado para a oral;

e) será considerado inhabilitado o candidato que não obtiver nota final *quatro* (4) ou maior em cada materia do concurso ou que, a juizo da banca examinadora, se portar de modo inconveniente durante a realização de qualquer prova;

f) os resultados dos exames de cada turma serão consignados em uma acta, assignada pelos tres membros da banca e entregue á Secretaria da Escola;

g) a classificação final do concurso será feita pela Secretaria da Escola, em face dos resultados parciaes consignados nas actas de exame e pela ordem decrescente da média dos grãos obtidos em cada materia;

h) feita a classificação final do concurso de admissão, por merecimento intellectual, o commandante mandará matricular os candidatos approvados, dentro do numero de vagas fixadas, disso dando sciencia ao Estado-Maior do Exercito.

**Art. 31.** Em igualdade de condições, terão preferencia á matricula:

— os militares sobre os civis e, entre estes, os reservistas de 1.ª em seguida os de 2.ª categoria;

— entre os reservistas da mesma categoria e praça, primeiro, os que tenham serviço em campanha, em seguida os mais antigos e finalmente os de maior idade.

**B) Curso de aperfeiçoamento de medicos-veterinarios da activa:**

**Art. 32.** Poderão ser matriculados no Curso de Aperfeiçoamento para Medicos-Veterinarios da activa, de accordo com o que dispõe os arts. 29 e 30, todos os officiaes do Quadro do Serviço Veterinario do Exercito que ainda não tiverem esse curso.

§ 1.º. A matricula será feita por ordem do Ministro, por proposta do Chefe do Estado-Maior do Exercito, mediante indicação do Director do Serviço Veterinario, conforme a ordem decrescente da classificação no Almanack do Ministerio da Guerra e consultados os interesses, com tres mezes, pelo meos, de antecedencia.

§ 2.º. Aos officiaes indicados para a matricula é facultada a desistencia, uma vez feita a respectiva declaração, por escripto, dos motivos que o levaram a essa decisão. Esta declaração será dirigida ao Chefe do Departamento do Pessoal do Exercito, afim de que esta autoridade determine a averbação da desistencia em apreço na fé de officio do official.

§ 3.º Uma vez approvadas pelo Ministro da Guerra as propostas feitas pelo Chefe do Estado-Maior do Exercito, o Commandante da Escola requisitará ao Departamento do Pessoal do Exercito a apresentação dos candidatos á matricula, de modo que elles se apresentem á Escola 10 dias antes do fixado para inicio do curso.

*C) Curso de especialização para medicos-veterinarios:*

Art. 33. Só poderão ser matriculados nos cursos de especialização para medicos veterinarios, capitães ou primeiros tenentes do quadro do Serviço Veterinario do Exercito, diplomados no Curso de Medicina Veterinaria, com mais de dois annos de serviço como medico-veterinario, em corpo de tropa.

§ 1.º As matriculas serão feitas mediante requerimento dirigido ao Ministro da Guerra, por intermedio da Directoria do Serviço Veterinario e do Chefe do Estado-Maior do Exercito.

§ 2.º A selecção dos candidatos á matricula obedecerá, dentro do numero de vagas fixado, ao criterio de antiguidade de posto.

§ 3.º As disposições para a matricula no Curso de Aperfeiçoamento serão applicadas aos Cursos de Especialização em tudo que não collidirem com as prescripções deste artigo.

*D) Curso de formação de ferradores e enfermeiros veterinarios:*

Art. 34. Os candidatos á matricula nos Cursos de Formação de Ferradores e Enfermeiros-Veterinarios deverão satisfazer aos seguintes requisitos:

*a) Curso de Formação de Ferradores:*

- 1º) ter mais de 18 e menos de 28 annos de idade;
- 2º) ter aptidão physica necessaria ao officio a que se destinam, comprovada em inspecção de saude;
- 3º) ter, no minimo, 6 mezes de serviço e considerado mobilizavel;
- 4º) ter bom comportamento;
- 5º) assumir o compromisso prévio de engajamento por cinco annos após a conclusão do curso;
- 6º) obter approvação no exame de selecção;
- 7º) ter feito aprendizagem prévia nas ferradorias dos corpos de tropa em que servirem.

*b) Curso de Formação de Enfermeiros-Veterinarios:*

Satisfazer aos requisitos de ns. 1 a 6, estabelecidos para a matricula no Curso de Formação de Ferradores.

§ 1.º O exame de selecção para os candidatos á matricula no Curso de Formação de Ferradores constará de uma prova oral, de leitura de um trecho em prosa e de uma prova escripta versando sobre um dictado de 20 linhas e quatro questões sobre as quatro operações arithmeticas, relativas aos numeros inteiros. Para os candidatos ao Curso de Formação de Enfermeiros-Veterinarios esse exame comportará tambem provas oral e escripta relativas á leitura de um trecho em prosa; dictado de 20 linhas; questões arithmeticas sobre as quatro operações de numeros inteiros e fraccionarios e systema metrico decimal.

§ 2.º Os exames de selecção acima referidos serão realizados nos corpos de tropa ou estabelecimentos em que estejam servindo os candidatos, devendo as provas relativas aos exames de cada candidato, bem como os seus asentamentos, ser annexados ao requerimento respectivo. Estas provas serão acompanhadas de um "conceito" emitido pelo veterinario da unidade sobre a aptidão profissional do candidato.

§ 3.º A selecção dos candidatos será feita mediante uma severa classificação das provas de conjunto annexadas ao requerimento, na ordem decrescente do seu valor. Em igualdade de condições, terão preferencia os candidatos com serviço em campanha, em seguida os mais antigos e finalmente, os de maior idade.

§ 4.º Feita a selecção dos candidatos, o Commandante da Escola requisitará os que houverem sido classificados, dentro do numero fixado para a matricula, ao Chefe do Departamento do Pessoal do Exercito, não deixando, porém, de levar em conta a representação equitativa das differentes unidades ou estabelecimentos a que pertencerem os concorrentes e depois de approvação do Chefe do Estado-Maior do Exercito.

§ 5.º A data unica para a matricula nos dois cursos será a de 1 de março; entretanto, os requerimentos deverão ser dirigidos ao Chefe do Estado-Maior do Exercito e remettidos directamente á Secretaria da Escola de modo ali darem entrada até 30 de novembro do anno anterior ao da matricula.

*E) Curso de aperfeiçoamento para medicos-veterinarios da Reserva:*

Art. 35. As matriculas no Curso de Aperfeiçoamento para Medicos-Veterinarios da reserva serão concedidas mediante requerimento dos interessados, dirigidos ao Chefe do Estado-Maior do Exercito, por intermedio do Director do Serviço Veterinario.

§ 1.º Os requerimentos deverão ser instruidos com os seguintes documentos:

a) certidão de idade, provando que o candidato tem menos de 40 annos;

b) diploma conferido por escola de medicina veterinaria official ou officializada, federal ou estadual, reconhecida.



§ 2.º As matriculas serão concedidas dentro do numero de vagas fixado, segundo o que dispõem os arts. 29 e 30, quando preferencia aos candidatos que tiverem maior tempo de serviço como officiaes de reserva, a contar da data da nomeação ao primeiro posto.

## CAPITULO VI

### DO FUNCIONAMENTO DOS CURSOS

Art. 36. Para os Cursos de Formação de Medicos Veterinarios, de Aperfeiçoamento e de Especialização, o periodo lectivo será de 9 mezes, a contar de 1 de março até 30 de novembro.

Paragrapho unico. O mez de dezembro será destinado aos exames de promoção e finais.

Art. 37. Quando por motivo de força maior os programmas de ensino das aulas não tiverem sido dados por inteiro, o Commandante, por proposta do Sub-Director de Ensino pederá determinar, em boletim, a prorrogação das aulas até 15 de dezembro, estabelecido um novo horario e ficando o respectivo exame para a segunda quinzena do mez. Sendo necessaria uma prorrogação além dessa data, cabe ao Chefe do Estado Maior do Exercito decidir.

Art. 38. Os mezes de janeiro e fevereiro são destinados ás férias escolares.

Art. 39. Os horarios dos trabalhos escolares serão propostos pelo Sub-Director do Ensino, e submettidos á approvação do Commandante da Escola; serão publicados em boletim da Escola.

Art. 40. O programma de ensino de cada cadeira será organizado pelo instructor respectivo e submettido á approvação do Commandante, por intermedio do Sub-Director do Ensino com o seu parecer.

Art. 41. A frequencia ás aulas e trabalhos praticos é obrigatoria.

§ 1.º Ao alumno que, por motivo justificado, faltar no mesmo dia a uma ou mais aulas ou trabalhos praticos, se marcará um ponto; se, porém, a falta não fôr justificada, se lhe marcarão tres pontos, além da penalidade disciplinar em que por ventura incorrer.

§ 2.º Se um grande numero de alumnos (1/3 da turma) faltar a uma aula ou trabalho pratico sem motivo justificado, marcar-se-ão cinco pontos a cada um, além de outras penas em que possam ter incorrido.

§ 3.º A justificação das faltas será feita perante o commandante da Escola com recurso para o Chefe do Estado Maior do Exercito.

As faltas ás aulas serão annotadas pelos instructores, nas cadernetas de chamadas, que serão remettidas depois ao Sub-Director de Ensino.

§ 4.º Logo que um alumno atinja a trinta (30) pontos, o commandante o desligará da Escola, fazendo as communições devidas ás autoridades competentes.

§ 5.º Será, também, passível de desligamento o alumno que, durante o seu curso escolar, demonstrar persistente negligencia no cumprimento de seus deveres ou for considerado prejudicial á disciplina, tornando-se, assim, incompatível com a sua futura condição de official.

Art. 42. Durante as férias escolares, o serviço hospitalar e o da polyclínica serão assegurados pelos alumnos dos 3.º e 4.º annos, divididos em turnos, as quaes trabalharão por periodos de tempo fixados pelo commandante da Escola.

Art. 43. O Curso de Formação de Ferradores será dividido em dois periodos, com inicio em 1 de março e terminação em 30 de novembro de cada anno.

§ 1.º O primeiro periodo lectivo é o de formação de soldados e segundos cabos ferradores; o segundo, para primeiros cabos e saingentos ferradores, é o de formação de mestres-ferradores.

§ 2.º Os trabalhos do Curso de Formação de Ferradores serão realizados, em todos os dias uteis, conforme programma geral e horarios quinzenaes elaborados pelo Sub-Director do Ensino. Qualquer alteração de horario devera ser previamente communicada ao commandante da Escola.

Art. 44. No inicio de cada tempo de instrucção, o monitor de dia fará a chamada dos alumnos e, apuradas as faltas, communicar-as-á ao encarregado da Ferradoria, para os devidos fins.

Art. 45. O Curso de Formação de Enfermeiros-Veterinarios será feito em um unico periodo de oito mezes, a contar de 1 de março, sendo o mez de novembro destinado aos exames finais.

Paragrapho unico. Os enfermeiros-veterinarios auxiliação obrigatoriamente os serviços clinicos do Hospital Veterinario do Exercito e da Polyclínica.

Art. 46. Ao alumno dos Cursos de Formação de Ferradores ou Enfermeiros-Veterinarios que, por motivo justificado, faltar a uma chamada, marcar-se-á um ponto; e tres pontos ao alumno que faltar sem motivo justificado, independente das penalidades regulamentares em que porventura incorrer.

§ 1.º O alumno que completar 30 pontos será desligado do curso. Se as faltas resultarem de molestia ou accidente de serviço, o alumno poderá, a juizo do commandante, ser conservado na Escola até completar 40 pontos.

§ 2.º Será também desligado o alumno que commetter falta disciplinar passível de punição com mais de oito dias de prisão, a juizo do commandante da Escola.

Art. 47. Para verificação da frequencia dos empregados, haverá livros de ponto ou outros meios quaesquer determinados pelo commandante.

Art. 48. Os alumnos dos differentes Cursos da Escola, ficam inteiramente á disposição do commandante da Escola, para todos os effeitos, excepto alojamento.

#### DO SYSTEMA DISCIPLINAR — PENAS

Art. 49. Todo o pessoal da Escola, permanente ou temporario, ficará sob a acção disciplinar do commandante.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os officiaes mais graduados ou mais antigos de posto que o commandante, quando eventualmente frequentem a escola.

Art. 50. O commandante da Escola é competente para impor ao seu pessoal as penas disciplinares especificadas no Regulamento Interno e dos Serviços Geraes dos Corpos de Tropa do Exercito, e ainda:

— desligar da Escola os alumnos que incorrerem nas penas de desligamento, expressas neste regulamento;

— suspender o empregado civil que commetter faltas disciplinares e, consoante a gravidade da mesma, propor á autoridade superior a demissão do funcçionario faltoso;

— impor aos funcçionarios e serventes, á seu juizo, penas de reprehensão, bem como a de multa, de um a quinze dias de gratificação, consoante a gravidade da falta.

Art. 51. Os alumnos detidos ou presos no recinto da Escola ou, quartel proximo, ficarão obrigados aos serviços escolares.

Art. 52. Toda damnificação de qualquer parte do estabelecimento ou de qualquer objecto pertencente á Fazenda Nacional será reparada á custa de quem a tiver causado, além das penas regulamentares em que o alumno ou o funcçionario porventura incorrer.

Art. 53. As penas disciplinares, que podem ser applicadas aos alumnos pelo commandante, são as constantes do Regulamento Interno e dos Serviços Geraes dos Corpos de Tropa do Exercito e mais a retirada da aula ou instrucção, com marcação de pontos, o desligamento e a exclusão da Escola.

Paragrapho unico. Para os alumnos do Curso de Formação de Medicos Veterinarios, as penas disciplinares serão: reprehensão em particular; reprehensão em presença da aula ou de instrucção; reprehensão motivada em boletim escolar; retirada da aula ou instrucção, com marcação de pontos; detenção de um a trinta dias, no recinto da Escola ou quartel proximo; prisão em sala especial ou destinada a sargento, até 30 dias, na Escola ou quartel proximo; desligamento da Escola; exclusão da Escola e das fileiras do Exercito a bem da disciplina.

Art. Os instructores podem por occasião da instrucção e por faltas commettidas durante a lição, applicar as seguintes penas:

- a) reprehensão em particular;
- b) reprehensão em presença dos alumnos;
- c) retirada da aula, com marcação de um ponto.

Paragrapho unico. Quando a falta commettida merecer punição maior, o instructor dará conhecimento por escripto, por intermedio do sub-director do Ensino, ao commandante, para os devidos fins.

## CAPITULO VII

### DA DIRECÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA

Art. 55. O commandante da Escola é a principal autoridade administrativa e disciplinar, com attribuições identicas ás que são conferidas pelo Regulamento Interno e dos

**Serviços Geraes dos Corpos de Tropa do Exercito aos commandantes de corpos, no que fôr compativel com o regime escolar.**

**Art. 56.** A administração da Escola será constituida do pessoal seguinte:

- 1 commandante, major veterinario;
- 1 sub-commandante e fiscal administrativo, capitão veterinario;
- 1 sub-director de Ensino, capitão veterinario;
- 1 adjuncto do sub-director de Ensino, 1º tenente veterinario;
- 1 encarregado do Hospital Veterinario, capitão veterinario;
- 1 ajudante-secretario, 1º tenente veterinario;
- 1 medico, capitão ou 1º tenente do respectivo quadro;
- 1 pharmaceutico, official subalterno do respectivo quadro;
- 1 thesoureiro, 1º tenente de administração do Exercito;
- 1 almoxarife, 2º tenente de administração do Exercito;
- 1 encarregado do Laboratorio de Sôros e Vaccinas, capitão ou 1º tenente veterinario;
- 1 assistente do Laboratorio de Sôros e Vaccinas, 1º tenente veterinario;
- 1 encarregado do Laboratorio de Productos Chimicos, 1º tenente veterinario;
- 1 conservador, 1º tenente veterinario;
- 1 encarregado da Ferradoria, 1º tenente veterinario.

§ 1.º A Escola possuirá o seguinte quadro de auxiliares:

- 4 escreventes;
- 1 photographo, civil;
- 2 segundos sargentos enfermeiros-veterinarios; quatro terceiros sargentos e 4 primeiros cabos para o Hospital Veterinario do Exercito, Canil, Laboratorio de Sôros e Vaccinas e Pharmacia;
- 3 sargentos enfermeiros-veterinarios para o Hospital Veterinario do Exercito;
- 1 porteiro, civil;
- 1 continuo, civil;
- 12 serventes, civis.

§ 2.º Para a guarda e demais serviços auxiliares, a Escola terá um contingente cujo effectivo será annualmente fixado pelo Ministro.

**Art. 57.** Ao Commandante da Escola cabe:

- Corresponder-se directamente, em objecto de serviço do estabelecimento, com qualquer autoridade militar, quando o assumpto não exigir a intervenção da autoridade superior.
- Propor os reservistas que julgar idoneos para os empregos da Escola;
- Organizar as instrucções complementares que julgar necessarias para o cumprimento das disposições deste Regulamento, submettendo-as á approvação do Chefe do Estado-Maior do Exercito;

— Designar, no caso de falta ou impedimento de um instructor ou de qualquer membro da administração, quem deva substituí-lo provisoriamente, fazendo a necessaria comunicação, quando a nomeação effectiva competir á autoridade superior;

— Apresentar, por via hierarchica, durante a 2.<sup>a</sup> quinzena do mez de Janeiro, um relatório succinto das occorrencias relativas á administração e disciplina da Escola e dos trabalhos executados, no anno anterior, propondo as medidas que julgar necessarias ao bom andamento do serviço, juntando-lhe uma proposta para o orçamento das despesas para o novo anno.

— Indicar ao Chefe do Estado-Maior do Exército o pessoal a ser proposto para a Escola.

Paragrapho unico. O Commandante será substituído, em seus impedimentos temporarios, pelo sub-commandante, salvo quando o Sub-Director de Ensino for mais graduado ou mais antigo do que este, a quem competirá, então, assumir o commando da Escola.

Art. 58. Ao Sub-Commandante e Fiscal Administrativo, além das attribuições conferidas no Regulamento Interno e dos Serviços Geraes dos Corpos de Tropa do Exército, ao Sub-Commandante de corpo, que forem compatíveis com o regime escolar, compete:

— Fiscalizar a disciplina escolar e o modo por que são cumpridas as ordens emanadas do commandante;

— Inspeccionar os serviços de limpeza e conservação em todas as dependencias da Escola;

— Facilitar aos instructores os elementos precisos para a preparação do material de instrucção;

— Fiscalizar a escripturação de carga e descarga geraes da Escola, verificando se a distribuição de todo o material é feita com regularidade;

— Verificar e pôr o "confere" em todos os documentos da receita e despesa da Escola;

— Dirigir o serviço da Secretaria.

Paragrapho unico. O Sub-Commandante, será substituído em seus impedimentos pelo official mais graduado ou antigo, exercendo cargo administrativo na Escola.

Art. 59. Ao ajudante secretario, compete:

a) como ajudante: as attribuições que o Regulamento Interno e dos Serviços Geraes dos Corpos de Tropa do Exército confere ao ajudante de corpo de tropa, no que forem compatíveis com o regime escolar;

b) como secretario: superintender a execução do serviço da Secretaria da Escola, e, para isso:

— ter em dia o livro de matricula dos alumnos,

— organizar o historico da Escola;

— escripturar as folhas de alterações dos officiaes e fazer escripturar as das praças;

— apresentar diariamente ao Sub-Commandante a nota das faltas dos alumnos aos trabalhos escolares que lhe forem enviadas pelo Sub-Director do Ensino;

— redigir a correspondencia da Escola, de accordo com as ordens do commandante;

— executar ou fazer executar, pelos seus auxiliares, todos os serviços não discriminados neste Regulamento, que se referirem á Secretaria ou lhe forem determinados pelo Commandante ou Sub-Commandante;

— organizar os balancetes da receita e despesa do Conselho de Administração.

Art. 60. Ao medico incumbem as attribuições que estão affectas no Regulamento Interno e dos Serviços Geraes dos Corpos de Tropa do Exercito e no Regulamento do Serviço de Saude aos medicos dos corpos de tropa, isto é:

— passar diariamente visita medica, em hora determinada pelo commandante;

— tratar dos alumnos e officiaes da Escola e pessoas doentes de suas familias, em suas residencias;

— prestar soccorros medicos aos empregados civis e militares do estabelecimento, como ás suas familias, quando residirem nas proximidades da Escola;

— participar immediatamente ao commandante qualquer inicio de molestia contagiosa ou epidemia que se manifeste no estabelecimento, indicando os meios para debellar o mal;

— ter a seu cargo a relação da carga e descarga de todo o material e utensilios necessarios ao exercicio de sua profissão, assignada pelo Almojarife e com o "confere" do Fiscal Administrativo;

— todas as obrigações consignadas no regulamento n. 58, para o regular funcionamento das Formações Sanitarias, no que fôr compativel com o regime escolar.

Art. 61. Ao almoxarife e ao thesoureiro incumbem as funções conferidas neste regulamento e nos especiaes desse serviço, em tudo que fôr compativel com o regime escolar.

Paragrapho unico. Terão como auxiliares um sargento contador e o pessoal necessario á execução do serviço.

Art. 62. Ao porteiro, incumbem:

a) providenciar sobre a abertura e fechamento das portas da Secretaria e salas de aula, conservando sob a sua guarda as respectivas chaves;

b) receber a correspondencia, protocolal-la distribuir a interna e expedir a externa;

c) providenciar sobre a limpeza da portaria, secretaria e salas de aulas;

d) pedir á Secretaria o material necessario ás salas de aulas e providenciar sobre a sua distribuição;

e) ter em dia a carga dos moveis da portaria, salas de aulas e da secretaria, providenciando as substituições devidas;

f) entender-se com o ajudante-secretario sobre as necessidades acima referidas e os pedidos a fazer sobre as occorrencias do serviço;

g) residir o mais perto possivel da Escola.

Art. 63. Ao continuo, que será o substituto eventual do porteiro e aos serventes cabem auxiliar-o em suas funções.

## DAS NOMEAÇÕES DO PESSOAL

Art. 64. O Commandante da Escola será nomeado por decreto, mediante proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército. Os officiaes da administração e do ensino serão nomeados, por decreto os officiaes superiores, pelo Ministro os demais, todos por proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército.

## DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 65. O Conselho de Administração compor-se-á do commandante, como presidente; do fiscal administrativo, relator; do thesoureiro e do ajudante-secretario, servindo este como archivista e secretario do Conselho.

Paraphrasso unico. O Conselho de Administração se regerá pelo Regulamento de Administração dos Corpos do Tropa e regulamentos especiaes, observado o seguinte:

— os fundos e todos os documentos de valor serão depositados, sob a responsabilidade do Conselho, em cofre especial de tres chaves, sendo clavicularios o commandante, o fiscal administrativo e o thesoureiro;

— as quantias superiores a dois contos de réis serão depositadas em Banco, devendo os documentos de retirada ser assignados pelo thesoureiro e visados pelo sub-commandante, após autorização do commandante;

— os pagamentos aos fornecedores serão feitos em presença do Conselho, quando superiores a um conto de réis, e apenas com a presença da maioria dos seus membros, quando a importancia fôr menor;

— serão permittidos pequenos adeantamentos ao thesoureiro, para despesas de prompto pagamento.

## DIVERSAS DISPOSIÇÕES

Art. 66. Para o serviço da Secretaria, terá a Escola no quadro do seu pessoal, quatro escreventes.

Art. 67. O contingente será commandado pelo ajudante-secretario.

Paraphrasso unico. A instrucção militar dos sargentos, fuz. cabos e praças do contingente será ministrada pelo 2º sargento.

Art. 68. Os officiaes matriculados no Curso de Aperfeiçoamento são considerados alumnos da Escola, ficando durante o curso, dispensados de qualquer outra commissão ou serviço externo.

Art. 69. Todo o pessoal da Escola, militar e civil, terá direito a férias annuaes, de accordo com as disposições dos regulamentos em vigor.

Paraphrasso unico. Os membros da administração, os instructores e adjunctos, obtida a permissão do commandante, poderão gozar fóra da séde do estabelecimento as férias do periodo lectivo, communicando préviamente á Secretaria os lugares em que pretendem aproveitar-se dessa concessão.

Art. 70. Os alumnos do Curso de Formação de Medicos-Veterinarios terão uniforme de sargentos com os distinctivos escolares.

Art. 71. Os candidatos civis, reservistas, nada perceberão dos cofres publicos durante o tempo de frequencia da Escola; os militares, excepto os segundos tenentes convocados, perderão a graduação, passarão á categoria de alumnos e receberão o fardamento mencionado no art. 70 e os vencimentos analogos aos cadetes da Escola Militar, inclusive a etapa.

§ 1.º Os candidatos civis por occasião da matricula devem apresentar dois uniformes de brim verde-oliva, que usarão sómente em serviço interno; e depositarão 50\$000 (cincoenta mil réis), para despesas eventuaes.

§ 2.º Quando desligado da Escola, por pontos ou reprovação após o anno de tolerancia, o alumno que se matriculou como civil terá immediata exclusão da Escola.

Art. 72. Os alumnos dos Cursos de Formação de Ferradores e Enfermeiros-Veterinarios serão alojados na Escola ou nos corpos de tropa mais proximos.

Art. 73. O alumno mais graduado ou mais antigo, de cada curso ou série escolar, será designado pelo commandante da Escola para exercer o papel de chefe da respectiva turma. Nesta função, exercida simultaneamente com os encargos que lhe cabem como alumno, elle deverá:

- verificar a presença dos alumnos de suas turmas, por occasião dos exercicios realizados no exterior, dando parte ao Sub-Director do Ensino das faltas occorridas;

- communicar immediatamente ao Sub-Commandante, toda occorrença havida na instrucção ou fóra della, que reclame a applicação de medida disciplinar ou administrativa;

- servir de intermediario entre os alumnos e os instructores e administração da Escola.

Paragrapho unico. Elle será auxiliado pelo mais moderno, que se denominará *secretario* da respectiva turma.

Art. 74. As gratificações a que têm direito os instructores-veterinarios, instructores e auxiliares serão fixadas pelo Ministro da Guerra por proposta do Chefe do Estado-Maior do Exercito.

Art. 75. O Hospital Veterinario, os Laboratorios, a Polyclinica, a Ferradoria e a Pharmacia fazem parte integrante da Escola, e funcionam com o pessoal em serviço na mesma e sob a responsabilidade de seu commandante.

§ 1.º Ao encarregado do Hospital Veterinario do Exercito cumpre:

- escripturar o livro de altas e baixas do Hospital Veterinario e enviar diariamente, ao Sub-Commandante, as alterações occorridas no serviço;

- ter, sob sua responsabilidade, todo o material do Hospital Veterinario;

- fiscalizar a distribuição de dietas e applicação dos tratamentos prescriptos;

- zelar pela completa hygiene das dependencias do Hospital Veterinario.



§ 2.º Aos encarregados das clínicas cumpre especialmente: passar diariamente a visita veterinária, examinando os animais baixados ao Hospital e estabelecendo os respectivos tratamentos.

§ 3.º No Hospital Veterinário haverá um official medico-veterinario especialmente encarregado do Canil. Competem-lhe responsabilidades analogas ás do encarregado do Hospital no que se refere ao Canil.

§ 4.º Os sargentos enfermeiros-veterinarios ficarão á disposição dos chefes de clinica e auxiliarão todos os serviços clinicos do Hospital Veterinario, inclusive a sua escripturação.

Art. 76 Os órgãos a que se refere o artigo anterior (75) regem-se de accordo com instrucções organizadas, pelo commando da Escola, na conformidade deste regulamento e seu annexo, approvadas pelo Chefe do Estabelecimento do Exército.

Paragrapho unico. As rendas dos órgãos a que se refere este artigo serão applicadas no aperfeiçoamento de suas installações e na aquisição dos materiais necessarios á sua produção ou funcionamento, respeitadas as regulaméntos em vigor sobre o assumpto. Só com autorização do Ministro da Guerra poderão ser empregadas em despesas com o pessoal.

Art. 77. Aos instructores-veterinarios e auxiliares, além das attribuições no ensino, cabe ainda o desempenho de funções administrativas e technicas dos Laboratorios, Hospital Veterinario do Exército, Ferradoria e Polyclínica.

Os instructores-veterinarios e auxiliares, capitães e tenentes, concorrerão diariamente na escala de fiscal de dia.

Paragrapho unico. Os alumnos dos diversos cursos poderão ser escalados para serviços correspondentes a suas categorias, a criterio do commandante.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1936. — General *João Gomes*.

## ANNEXO I

### DA POLYCLINICA

A Escola, para obter o maximo dos meios praticos de ensino, manterá serviços clinicos, que funcionarão, seja na consulta publica na Polyclínica Veterinaria, seja no Hospital Veterinario.

Serão encarregados desses serviços os instructores-veterinarios da pathologia cirurgica e clinica, de doenças contagiosas, de clinicas medicas, com a collaboração dos seus auxiliares nas partes que se referirem ás suas especialidades.

As consultas para os animais pertencentes ou não ao Exército terão lugar todos os dias uteis, de accordo com o horario estabelecido pelo commandante.

Elas serão pagas, consoante a respectiva tabella, para os animais de particulares. Excepcionalmente, e com autorização do commandante da Escola, poderão ser baixados, para

estudos, gratuitamente, animais doentes que apresentem particular interesse para a instrução dos alumnos, desde que os proprietarios concordem com as demais condições de internamento.

Todos os alumnos dos 3º e 4º annos serão obrigados a assistir ás consultas e trabalhos clinicos.

#### DO HOSPITAL VETERINARIO

Poderão ser internados no Hospital Veterinario, para tratamento, animais grandes e pequenos, pertencentes ou não ao Exercito.

Os animais hospitalizados serão distribuidos em quatro serviços, de que serão encarregados os respectivos instructores-veterinarios:

- 1º, clinica cirurgica;
- 2º, clinica medica dos grandes animais;
- 3º, clinica medica dos pequenos animais;
- 4º, clinica de doenças contagiosas.

Os instructores-veterinarios e auxiliares dessas cadeiras poderão, eventualmente e por exigencia do serviço, ser substituidos por instructores-veterinarios e auxiliares de outra cadeiras.

Os cavallos e muares do Exercito, que forem baixados ao Hospital Veterinario, serão acompanhados da respectiva baixa, em que constarão a resenha do doente, os antecedentes e as observações clinicas.

O animal, uma vez curado, deverá ser retirado pela unidade a que pertencer. No caso de ser julgado incuravel, a Escola pedirá ao commandante da unidade a necessaria autorização para sacrificar o doente, afim de aproveitá-lo nos estudos praticos.

As despesas de alimentação e tratamento dos animais de propriedade particular, serão indemnizadas pelo pagamento da diaria estabelecida em tabella annual.

Os animais abandonados no Hospital pelos seus proprietarios durante o prazo de 15 dias, serão vendidos em hasta publica, afim de cobrir as despesas de hospitalização, ou sacrificados para os trabalhos praticos.

Diariamente, será escalado, como interno de dia, um alumno do 4º anno, que será auxiliado, em suas funções, por um ou mais alumnos do 3º ou do 2º anno. O interno de dia attenderá a todos os serviços clinicos do Hospital, do que dará conhecimento ao fiscal de dia.

A escripturação do livro de altas e baixas do Hospital ficará a cargo do encarregado do Hospital.

#### DA PHARMACIA

A Pharmacia da Escola tem por fim aviar o receituário do Hospital Veterinario e fornecer tudo que for necessario ás aulas praticas da cadeira de Pharmacologia e Therapeutica.

A Pharmacia será dirigida por um official pharmaceutico.

Para auxiliar o serviço, especialmente a limpeza e conservação, a Pharmacia terá um servente.

Os alumnos dos Cursos de Formação de Medicos-Veterinarios e os de Aperfeiçoamento, da activa e da reserva, serão escalados por periodos de tempo, para auxiliar o serviço technico da Pharmacia, sob a direcção do instructor da cadeira e sem prejuizo dos demais trabalhos escolares.

#### DOS LABORATORIOS

Annexos á Escola de Medicina Veterinaria do Exercito funcionarão dois laboratorios, um para producção de sôros e vaccinas e outro para o preparo de productos chimicos.

#### LABORATORIO DE SÔROS E VACCINAS

O Laboratorio de Sôros e Vaccinas (L. S. V.) terá duas secções:

##### 1ª Secção, de Sôros e Vaccinas:

Destina-se ao preparo dos productos biologicos para uso veterinario.

Esta Secção continuará o preparo dos seus actuaes productos, ampliando a producção na medida das necessidades e fabricando outras especialidades julgadas efficazes e necessarias.

##### 2ª Secção, de Medicina Experimental:

Terá por objectivo o estudo experimental das doencas contagiosas e de surtos epizooticos, os exames e pesquisas de laboratorio e trabalhos praticos escolares.

#### PESSOAL

O Laboratorio de Sôros e Vaccinas terá o seguinte pessoal:

— Um chefe, que será o official veterinario mais graduado que nelle servir, devendo ter o Curso do Instituto Oswaldo Cruz ou congenere;

— Dois officiaes veterinarios assistentes, que serão os encarregados das duas secções, nomeados para tal cargo por indicação do respectivo chefe, de accordo com o commandante da Escola de Veterinaria do Exercito;

— Um conservador, official veterinario, que será o encarregado do "stock" de producção, da entrada e sahida de material, dos productos e da escripturação dos respectivos livros;

— um preparador dos meios de cultura, que será funcionario civil, reservista, assemelhado em suas funcções ao conservador do Arsenal Cirurgico do Hospital Central do Exercito, e terá a seu cargo não só o preparo dos meios de culturas como todos os demais serviços auxiliares do Laboratorio;

---

— um sargento ou 1º cabo, enfermeiro-veterinario, como escrevente, que terá a seu cargo toda a escripturação pertencente ao Laboratorio;

— dois ou mais serventes, escolhidos dentre os actuaes da Escola de Veterinaria do Exercito, os quaes ficarão á disposição do respectivo chefe do Laboratorio.

Os animaes necessarios á producção de sôros serão fornecidos para tal fim pela Directoria de Remonta, cu adquiridos por compra; poderão tambem ser aproveitados, para immunização e experiencias, os animaes destinados aos estudos praticos e escolares, desde que estejam em condições.

#### LABORATORIO DE PRODUCTOS CHIMICOS

O Laboratorio de Productos Chimicos (L. P. C.), tem por fim o preparo de solutos injectaveis e productos medicamentosos para uso veterinario.

O Laboratorio de Productos Chimicos será dirigido por um official veterinario, como seu encarregado, auxiliado por um manipulador.

Para o serviço de limpeza do Laboratorio de Productos Chimicos será designado um dos serventes da Escola, que ficará á disposição do respectivo encarregado.

Para a manutenção dos serviços dos Laboratorios, a Escola cobrará aos corpos e estabelecimentos militares, como indemnização dos productos fornecidos, o quantitativo da tabella approvada pelo ministro da Guerra.

Parapho unico. Os pedidos destes productos para os corpos e estabelecimentos militares serão feitos directamente ao commandante da Escola.

As attribuições administrativas sobre a regularização das vendas e escripturação dos respectivos productos cabem ao Conselho de Administração da Escola.

Os pedidos de material para os Laboratorios serão feitos pelos respectivos chefes ao commandante da Escola.

O official conservador do Laboratorio poderá, por emergencia de serviço, accumular sua função com a de encarregado de uma das secções.

O numero de officiaes em serviço no Laboratorio será fixado de accôrdo com o seu desenvolvimento e as necessidades do serviço.

#### DA FERRADORIA

Annexa á Escola funcionará uma Ferradoria Modelo, destinada ao ensino do Curso de Formação de Ferradores e aos trabalhos praticos escolares e dos serviços clinicos.

A Ferradoria Modelo, que é directamente subordinada ao Commandante da Escola, será dirigida por um official veterinario, como seu encarregado.

Para a perfeita regularidade do ensino pratico de ferraria, a Escola poderá se encarregar dos cuidados de ferragem de certo numero de animaes de unidades proximas.

Além destes animaes, poderão ser ferrados, com autorização do commandante da Escola, os cavallos de quaesquer

unidades e de particulares, mas em numero que não acarrete perturbação da marcha do ensino.

As ferraduras applicadas pela Ferradoria da Escola serão indemnizadas de accordo com as tabellas vigentes.

Os soldados alumnos ficarão addidos á Escola e terão os vencimentos de soldados especialistas; os alumnos do Curso de Mestres-Ferradores terão os vencimentos de cabos.

#### DOS MONITORES DA FERRADORIA

Para auxiliar a instrucção dos ferradores, como chefes de turmas, a Ferradoria terá um quadro de monitores, constituido de seis sargentos mestres-ferradores, sob a direcção technica e disciplinar immediata do encarregado da Ferradoria.

A designação dos monitores será feita pelo Chefe do Estado Maior do Exercito e proposta do commandante da Escola de accordo com as possibilidades orçamentarias.

Os monitores serão escolhidos dentre os mestres ferradores que mais se distinguirem no respectivo curso.

Os monitores permanecerão no exercicio de suas funcções, enquanto bem as desempenharem.

O commandante designará, dentre elles, o chefe dos monitores.

Os monitores do Curso de Formação de Ferradores terão a diaria de 3\$000, durante o tempo em que servirem na Escola, no exercicio dessa funcção.

#### ANNEXO II

##### QUADRO DO PESSOAL DA ESCOLA DE VETERINARIA DO EXERCITO

- Um commandante — Major veterinario;
- Um sub-commandante — Capitão veterinario;
- Um sub-director de ensino — Capitão veterinario;
- Um encarregado do Hospital Veterinario — Capitão veterinario;
- Um adjunto do sub-director — 1º tenente veterinario;
- Um ajudante-secretario — 1º tenente veterinario;
- Um medico — Capitão ou 1º tenente medico;
- Um pharmaceutico — Subalterno pharmaceutico;
- Um thesoureiro — Subalterno de Administração;
- Um almoxarife — 2º tenente de Administração;
- Um encarregado do Laboratorio de Sôros e Vaccinas — Capitão ou 1º tenente veterinario;
- Um assistente do Laboratorio — Subalterno, veterinario;
- Um encarregado do Laboratorio de Productos Chímicos — 1º tenente veterinario;
- Um conservador — 1º tenente veterinario;
- Um encarregado da Ferradoria — 1º tenente veterinario.
- Um preparador dos meios de cultura do Laboratorio de Sôros e Vaccinas — Funcionario civil (reservista).

## ESCREVENTES

Quatro escreventes.

## CONTINGENTE

Fixado, annualmente, podendo ter:

Um 2° sargento;  
Um 3° sargento;  
Dois primeiros cabos;  
Seis segundos cabos;  
40 soldados.

## FERRADORIA

Um monitor — Sargento-ajudante,  
Dois monitores — primeiros sargentos,  
Um monitor — 2° sargento;  
Um monitor — 3° sargento;  
Um monitor — 1° cabo;  
Um monitor — 2° cabo.

## HOSPITAL

Um enfermeiro-veterinario — Sargento-ajudante;  
Um enfermeiro-veterinario — 1° sargento;  
Um enfermeiro-veterinario — 2° sargento.

## FUNCIONARIOS CIVIS

Um photographo;  
Um porteiro;  
Um continuo;  
12 serventes.

## LABORATORIO DE SÔROS

Um escrevente — Sargento ou 1° cabo, enfermeiro veterinario.

## PESSOAL DO ENSINO

12 instructores-veterinarios — Officiaes;  
Tres instructores — Officiaes;  
Sete auxiliares de instructor-veterinario — Officiaes;  
Um monitor de instrucção militar — Sargento;  
Um monitor de educação physica — Sargento.

---

## DECRETO N. 593 — DE 17 DE JANEIRO DE 1936

*Approva o projecto e o orçamento, na importância de 3.029:848\$800, para consolidação das plataformas dos molhes da barra do Rio Grande.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Fica aprovado o projecto das obras de consolidação das plataformas dos molhes da barra do Rio Grande e bem assim o respectivo orçamento, reduzido à importância total de 3.029:848\$800 (tres mil e vinte nove contos oitocentos e quarenta e oito mil e oitocentos réis), em virtude das correções feitas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, os quaes com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 594 — DE 17 DE JANEIRO DE 1936

*Reconhece o excesso da despesa feita pela Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá com a construcção de uma ponte no ramal de Lauro Müller, da Estrada de Ferro D. Thereza Christina*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo em parte, de accordo com os pareceres prestados, ao que requereu a Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá, decreta:

Artigo unico. Fica reconhecido o excesso da despesa feita pela Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá, na importância de 13:679\$18½ (treze contos seiscentos e setenta e nove mil cento e oitenta e quatro réis), com a construcção de uma ponte de oito metros de vão, com vigas de concreto armado, no km. 75+820 do ramal de Lauro Müller,

da Estrada de Ferro D. Thereza Christina, de que é arrendataria, visto se ter verificado que no orçamento dessa obra, approved, assim como o respectivo projecto, pelo decreto n. 23.945, de 2 de março de 1934 (artigo unico, alinea a), houve omissão de um dos encontros da referida ponte.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1936; 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 595 — DE 18 DE JANEIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no municipio de Urucariaca, no Estado do Amazonas, durante o dia 1 de fevereiro do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender o estado de sitio no municipio de Urucariaca, no Estado do Amazonas, durante o dia 1 de fevereiro do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 18 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*Vicente Rdo*

---

DECRETO N. 596 — DE 20 DE JANEIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 22 deste mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve:

Suspender o estado de sitio no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia vinte e dois do corrente mez, afim de ser



promulgada a Constituição do mesmo Estado, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 597 — DE 20 DE JANEIRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito de 44:654\$000, complementar á sub-consignação n. 59 — Remuneração, etc., verba 3°, art. 7° — Lei n. 5, de 12 de novembro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere a lei n. 165, de 2 de janeiro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito de 44:654\$000, complementar á sub-consignação n. 59 — Remuneração, etc., verba 3° VI — Faculdade de Direito do Rio de Janeiro — art. 7°, da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934, para attender ao pagamento do pessoal docente pelo desdobramento de turmas do 1° ao 5° anno, em 1935.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 598 — DE 21 DE JANEIRO DE 1936

*Manda prestar a sua magestade Jorge V, rei da Inglaterra, as honras de chefe de Estado*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo recebido comunicação official do fallecimento occorrido hontem, de sua magestade Jorge V, rei da Inglaterra, resolve que lhe sejam tributadas as honras funebres compe-

lentes e decreta luto nacional por tres dias, transmittindo-se o texto do presente decreto telegraphicamente aos governadores dos Estados e prefeito do Districto Federal.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETÚLIO VARGAS.

*Vicente Ráo*

*Mario de Pimentel Brandão*

---

DECRETO N. 599 — DE 22 DE JANEIRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Justiça, o credito extraordinario de 1.000:000\$, para pagamento de despesas decorrentes do movimento extremista no Estado de Pernambuco*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, na conformidade do disposto na ultima parte do § 1° do artigo 186 da Constituição, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do Regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

**Artigo unico.** Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça, o credito extraordinario de 1.000:000\$ (mil contos de réis) para occorrer ao pagamento de despesas com a repressão do movimento de character extremista verificado no Estado de Pernambuco, inclusive indemnização das effectuadas pelo Governo do referido Estado.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 600 — DE 22 DE JANEIRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de réis 2.600:000\$, para despesas com a cunhagem de moedas no corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização confida no art. 6° da lei n. 128, de 6 de dezembro de 1935, e tendo ouvido o Tribunal de Contas,

---

nos termos do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 2.600:000\$ (dois mil e seiscentos contos de réis), para attender ás despesas com cunhagem de moedas auxiliares e divisionarias, de que trata o art. 1.º do decreto numero 565, de 31 de dezembro de 1935, no corrente anno.

Art. 2.º O credito, a que se refere o artigo anterior, será applicado da seguinte fórma: mil contos de réis (1.000:000\$) para material permanente; mil e quatrocentos contos de réis (1.400:000\$), para material de consumo, e duzentos contos de réis (200:000\$), para gratificação por serviços extraordinarios do pessoal.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 604 — DE 22 de JANEIRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de réis 579:700\$, para pagar ao pessoal da Directoria das Rendas Aduaneiras e da Fiscalização dos Impostos Internos nas Estradas de Rodagem*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 121, de 27 de novembro de 1935, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórma do Regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de quinhentos e setenta e nove contos e setecentos mil réis (579:700\$), sendo: trezentos e cincoenta contos de réis (350:000\$), para attender ao pagamento de gratificações legaes devidas aos funcionarios commissionados na Directoria de Rendas Aduaneiras; e duzentos e vinte e nove contos de réis (229:000\$), para as despesas com o serviço de fiscalização dos impostos internos nas estradas de rodagem de São Paulo e do Districto Federal, isto é, cento e noventa e quatro contos e setecentos mil réis (194:700\$), para o pessoal do quadro fixado pelo decreto n. 24.058, de 1934, e trinta e

cinco contos de réis (35:000\$), para material, gazolina, óleo e pneumáticos.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 602 — DE 22 DE JANEIRO DE 1936

*Approva, com modificação, os novos estatutos da Sociedade de Seguros Maritimos e Terrestres "Porto Alegre", adoptado pela assembléa geral de seus accionistas realizada a 10 de outubro de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade de Seguros Maritimos e Terrestres "Porto Alegre", com séde em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a funcionar pela carta-patente n. 201, de 17 de janeiro de 1925, em seguros e reseguos maritimos e terrestres, resolve approvar os novos estatutos adoptados pela assembléa geral extraordinaria de seus accionistas realizada a 10 de outubro de 1935, inclusive a alteração de seu nome para o de Sociedade de Seguros "Porto Alegre", mediante as seguintes condições:

I — No art. 30, substituam-se as palavras finaes — da Inspectoria de Seguros pelas — do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização.

II — A Sociedade requerente continuará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto de suas operações.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

## DECRETO N. 603 — DE 22 DE JANEIRO DE 1936

*Concede á Companhia Commissaria de Café de Minas Geraes  
autorização para continuar a funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Commissaria de Café de Minas Geraes, autorizada a funcionar pelo decreto numero 20.162, de 1 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. E' concedida á Companhia Commissaria de Café de Minas Geraes autorização para continuar a funcionar, com a modificação introduzida no artigo 3º dos respectivos estatutos, por deliberação da assembléa geral de accionistas realizada a 24 de abril de 1934, ficando a mesma Companhia obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS

*Agamenon Magalhães.*

## DECRETO N. 604 — 24 DE JANEIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no municipio de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 26 do corrente mez.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender o estado de sitio no municipio de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 26 de janeiro corrente, afim de serem alli realizadas as eleições para prefeito e vereadores; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

## DECRETO N. 605 — DE 27 DE JANEIRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Educacão e Saude Publica os creditos supplementares de 564:160\$000 e 224:500\$000 ds sub-consignações ns. 10 e 11 da verba 17ª, art. 7º da lei numero 5, de 12 de novembro de 1934.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere a lei n. 177, de

9 de janeiro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, decreta:

Artigo unico. Ficam abertos, ao Ministerio da Educação e Saude Publica os creditos de 564:160\$000 e 224:500\$000, supplementares, respectivamente, ás sub-consignações numeros 10 e 11, da verba 17ª — Serviço de Inspeção do Ensino — II — Inspectoria Geral do Ensino Secundario, consignação "Pessoal", art. 7º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934, destinados a attender ao pagamento de remuneração aos inspectores do Ensino Secundario, em 1935.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 606 — DE 28 DE JANEIRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da China, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmados em Genebra, a 27 de julho de 1929.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Presidente do Governo Nacional da Republica chinesa, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 31 de dezembro de 1935, enviada com a cópia authentica da acta do deposito da ratificação, cujas respectivas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

LEGAÇÃO DA SUÍSSA — VI-2-154-2 WH

Em cumprimento das disposições finais da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluidas em Genebra a 27 de julho de 1929, a Legação da Suíssa, de ordem do seu Governo, tem a honra de remetter, em annexo, ao Ministerio das Relações Exteriores, uma cópia authentica da acta lavrada a 19 de novembro de 1935, para registar, o deposito, nos archivos da Confederação Suíssa, dos instrumentos de ratificação de Sua Excellencia o Presidente do Governo Nacional da Republica chinesa.

De accordo com o art. 33 da primeira Convenção e do art. 92 da segunda, essas ratificações produzirão effeito seis mezes depois da data do deposito, ou seja a partir de 19 de maio de 1936.

A Legação da Suíssa agradeceria ao Ministerio das Relações Exteriores accusar o recebimento da presente comunicação e aproveita esta occasião para lhe renovar os protestos da sua alta consideração.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1935. — 1 annexo.

Ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

## TRADUÇÃO OFFICIAL

ACTA DO DEPOSITO DAS RATIFICAÇÕES DA CHINA RELATIVA A CONVENÇÃO PARA A MELHORIA DA SORTE DOS FERIDOS E ENFERMOS NOS EXERCITOS EM CAMPANHA E A CONVENÇÃO RELATIVA AO TRATAMENTO DOS PRISIONEIROS DE GUERRA, CONCLUIDAS EM GENEBRA, A 27 DE JULHO DE 1929.

O Ministro da China em Berna, Sua Excellencia Chi-Tsai Hoo, apresentou-se, hoje, ao Departamento Politico Federal para proceder ao deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Senhor Presidente do Governo Nacional da Republica Chinesa, relativo á Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929.

Esse instrumento, achado em boa e devida forma, será depositado nos Archivos da Confederação Suíssa.

O deposito do instrumento será notificado aos paizes partes nas Convenções.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente acta.

Feita em Berna, a 19 de novembro de 1935. — O Chefe do Departamento Politico Federal, *Motta*. — O Ministro de China, *Chi-Tsai-Hoo*.

E' cópia authentica.

O chefe da Divisão dos Negocios Estrangeiros do Departamento Politico Federal, illegivel

---

**DECRETO N. 607 — DE 28 DE JANEIRO DE 1936**

*Faz publica a adhesão do Estado livre da Irlanda, á Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional e ao Protocollo Adicional firmados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão, do Estado livre da Irlanda, á Convenção para a unificação de certas regras, relativas ao transporte aereo internacional e ao Protocollo Adicional, firmados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929, devendo tal adhesão ter validade a partir do nonagesimo dia, a contar de 20 de Setembro de 1935, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Polonia nesta Capital, por nota de 25 de Dezembro de 1935, cuja copia acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 1936, 115<sup>o</sup> da Independência e 48<sup>o</sup> da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

**COPIA OFFICIAL**

O Ministro da Polonia cumprimenta attentiosamente Sua Excellencia o Senhor Ministro das Relações Exteriores e tem a honra de communicar que o Governo da Polonia registrou, em 20 de Setembro de 1935, a adhesão do Estado livre da Irlanda, á Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional e ao Protocollo Adicional, assignados em Varsovia, no dia 12 de Outubro de 1929.



De accôrdo com a alinea 3 do art. 38 dessa Convenção, esta adesão entrará em vigor no nonagesimo dia a contar da data do registro, isto é, de 20 de Setembro de 1935.

Rio de Janeiro, em 25 de Dezembro de 1935.

---

DECRETO N. 608 — DE 29 DE JANEIRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 157.934:840\$000, para attender ao pagamento do abono provisorio concedido aos militares.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 2.º da lei n. 186, de 15 de janeiro do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de cento e cincoenta e sete mil novecentos e trinta e quatro contos oitocentos e quarenta mil réis (157.934:840\$000), destinado a attender ao pagamento do abono provisorio concedido aos militares, de accôrdo com a lei n. 186, citada, e que será distribuido da seguinte forma: Ministerio da Guerra, 111.126:320\$000; Ministerio da Marinha, 36.402:624\$000; Ministerio da Justiça, 10.405:896\$000.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

---

DECRETO N. 609 — DE 29 DE JANEIRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 80.000:000\$000, destinado a attender ao pagamento de abono provisorio ao funcionalismo civil da União.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 29 da lei n. 183, de 13 de janeiro do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórmula do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de oitenta mil contos de réis (80.000:000\$);

destinado a attender ao pagamento de abono provisorio ao funcionalismo civil da União, de accôrdo com a lei n. 183, citada,

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

---

DECRETO N. 610 — DE 29 DE JANEIRO DE 1936

*Suspende por 15 dias a execução do regulamento expedido com o decreto n. 591, de 15 de janeiro de 1936*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e

Considerando que no regulamento expedido pelo decreto n. 591, de 15 de janeiro corrente, não ficou expresso e de fôrma clara o modo de calcular a taxa de 2 %, creada pelo art. 6° da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935;

Considerando não terem sido alli previstas as excepções a attender, providencias essas indispensaveis para que as Alfandegás possam cumprir o disposto no art. 1° do mesmo regulamento, decreta:

Artigo unico. Fica suspensa por 15 dias, a partir da publicação deste, a execução do regulamento approved pelo decreto n. 591, de 15 de janeiro corrente, para a arrecadação, execução e fiscalização da taxa de previdencia social, destinada ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

---

DECRETO N. 611 — DE 29 DE JANEIRO DE 1936

*Approva os novos estatutos da Mannheimer Versicherungs-Gesellschaft, adoptados pela assembléa geral ordinaria de seus accionistas, realizada a 24 de junho de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Mannheimer Versicherungs-Gesellschaft, com séde em Mannhein, Allemanha,

autorizada a funcionar no Brasil, pelo decreto n. 23.582, de 13 de dezembro de 1933, para operar nos seguros compreendidos no grupo A a que se refere o art. 2º do regulamento approved pelo decreto n. 21.828, de 14 de setembro de 1932, resolve approvar os novos estatutos, adoptados pela assembléa geral ordinaria de seus accionistas, realizada a 24 de junho de 1935, continuando a requerente integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 612 — DE 29 DE JANEIRO DE 1936

*Conceda á Sociedade Anonyma Industrias Reunidas F. Matarazzo autorização para continuar a funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Anonyma Industrias Reunidas F. Matarazzo, com séde em São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, autorizada a funcionar pelos decretos ns. 8.812, de 5 de julho de 1911; 11.675, de 18 de agosto de 1915; 12.569, de 11 de julho de 1917; 12.835, de 12 de janeiro de 1918; 13.769, de 20 de setembro de 1919; 16.466, de 7 de maio de 1924; 17.544, de 10 de novembro de 1926; 18.568, de 22 de janeiro de 1929 e 2, de 25 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. E' concedida á Sociedade Anonyma Industrias Reunidas F. Matarazzo autorização para continuar a funcionar, com as alterações introduzidas nos respectivos estatutos, por deliberação da assembléa geral de accionistas, realizada a 28 de novembro de 1935, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir todas as leis e regulamentos em vigor concernentes ao objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

## DECRETO N. 613 — DE 30 DE JANEIRO DE 1936

*Approva, em character provisorio, o Regulamento da Inspectoria Especial de Fronteiras*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica approvedo, em character provisorio, o Regulamento da Inspectoria Especial de Fronteiras, que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*João Gomes Ribeiro Filho.*

---

**Regulamento Provisorio da Inspectoria Especial de Fronteiras****DOS OBJECTIVOS DA INSPECTORIA ESPECIAL DE FRONTEIRAS**

Art. 1.º “A’ Inspectoria Especial de Fronteiras, directamente subordinada ao Chefe do Estado-Maior do Exercito, cabe:

— tratar das questões relativas ás fronteiras da Amazonia e do Noroeste de Matto Grosso;

— zelar pelos interesses de sua nacionalização e desenvolvimento;

— colher e manter em dia as informações a ellas relativas e necessarias ao conhecimento da respectiva situação (\*);

— superintender o Serviço de Protecção aos Indios (\*\*).

Paragrapho unico. A Inspectoria Especial de Fronteiras não tem character permanente (\*).

Art. 2.º A Inspectoria Especial de Fronteiras poderá, eventualmente, sem prejuizo de sua missão geographica relativa ás fronteiras, ser encarregada de explorações ou estudos de regiões ou zonas que se relacionem com os differentes sectores da faixa fronteiriça, no interesse da defesa nacional.

---

(\*) Art. 19 da Lei de Organização Geral do Ministerio da Guerra, a que se refere o decreto n. 23.976, de 8 de março de 1934, do Governo Provisorio.

(\*\*) Decreto n. 24.700, de 12 de julho de 1934.

Art. 3.º Compete, á Inspectoria Especial de Fronteiras:

a) adquirir minucioso conhecimento da zona fronteiriça, pelo estudo *systematico* de seus differentes sectores, sob suas diversas feições — *physisca*, *economica* e *humana* — do ponto de vista da *geographia* militar;

b) organizar e manter em dia, por meio de um serviço cartographico especial, a carta *geographica* da fronteira;

c) promover a colonização militar da zona fronteiriça, obedecendo a planos economicos que conciliem os interesses nacionaes e regionaes, tendo em vista, especialmente, a defesa da integridade territorial do Paiz, a segurança das fronteiras, o progresso das regiões fronteiriças e a evolução social e economica de suas populações no sentido de sua integração na Nacionalidade Brasileira;

d) prestar protecção e assistencia aos indios, amparando-lhes a vida, a liberdade e a propriedade, resguardando-os da oppressão e da espoliação, erguendo-lhes o nivel social e economico, com o fim de incorporal-os á sociedade.

Art. 4.º Ao inspector de fronteiras cabe, especialmente:

a) velar pela efficiencia dos Serviços de Fronteiras e pela execução dos planos de trabalhos que lhes forem commettidos;

b) coordenar os Serviços de Fronteiras, harmonizando seus interesses e unificando tanto quanto possivel seus planos de acção, a bem da maior efficiencia de cada um;

c) propor ao chefe do Estado do Exercito os *programmas* annuaes de inspecção e os planos de trabalhos relativos ao desenvolvimento e á nacionalização da zona fronteiriça;

d) dirigir a execução destes *programmas* e planos de trabalhos;

e) communicar-se, com os *commandos* de Regiões Militares, bem como com autoridades federaes, estaduais e municipaes, sobre assumptos de interesse dos Serviços de Fronteiras, desde que não seja indispensavel a intervenção do chefe do Estado Maior do Exercito ou do ministro da Guerra e a ambos dê conhecimento;

f) manter relações officiaes com institutos e commissões scientificas, no interesse dos Serviços de Fronteiras;

g) apresentar *suggestões* ao E. M. E. sobre a localização de destacamentos de vigilancia de fronteiras.

#### DA ORGANIZAÇÃO DA INSPECTORIA ESPECIAL DE FRONTEIRAS

Art. 5.º A Inspectoria Especial de Fronteiras compete:

Gabinete;

Bibliotheca-archivo;

Portaria;

Serviços auxiliares (Fundos e Transmissões);

Serviço de Exploração de Fronteiras;

Serviço de Protecção aos Indios;

Serviço de Colonização Militar;

Commissões technicas (eventualmente).

**Art. 6.º Ao Gabinete compete:**

- a) auxiliar o inspector na administração da Inspectoria Especial de Fronteiras;
- b) elaborar e expedir todas as ordens ou instrucções emanadas do inspector e velar por sua execução;
- c) secundar o inspector no estudo das questões de fronteiras;
- d) reunir os elementos necessarios á elucidação opportuna das questões de fronteiras, em uma collectanea de informações impressa em fasciculos, cuja divulgação far-se-á conforme instrucções do E. M. E.

**Art. 7.º Ao Serviço de Exploração de Fronteiras compete:**

- a) executar os trabalhos de campo — levantamentos geographicos e topographicos, reconhecimentos e estudos complementares da zona fronteiriça e das regiões que se relacionem com os diversos sectores daquella zona, tendo em vista determinar-lhes a constituição geologica, a physiographia, as climatericas, a distribuição geographica da flora, da fauna e das riquezas mineraes, assim como dos recursos economicos e, sobretudo, das massas-humanas e seu melhor conhecimento, do ponto de vista da geographia ethnographica;
- b) concluir e manter em dia a carta geographica da fronteira;
- c) colligir os trabalhos geographicos nacionaes e estrangeiros de interesse para o melhor conhecimento da zona fronteiriça.

**Art. 8.º O Serviço de Protecção aos Indios tem por objectivos:**

- a) trazer os selvícolas arredios ao contacto da civilização, por meios suasorios;
- b) facilitar-lhes recursos materiaes que attenuem suas privações, contribuindo para melhorar suas condições de vida, despertando-lhes o interesse pelo proprio aperfeiçoamento, de modo que evoluam para a mentalidade do colono;
- c) erguer o nivel social e economico dos selvícolas, por meio de uma educação adequada ao meio e ás suas aptidões naturaes, com o fim de incorporal-os á sociedade sertaneja;
- d) prestar-lhes protecção e assistencia em todo o territorio nacional, amparando-lhes a vida, a liberdade e a propriedade, resguardando-os da oppressão e da espoliação.

**Art. 9.º O Serviço de Colozinação Militar tem por fim o desenvolvimento e nacionalização das fronteiras pela colozinação militar.**

**Art. 10. As Commissões technicas subordinadas á Inspectoria Especial de Fronteiras se destinam á execução de trabalhos que, em virtude da importancia para a defesa nacional, da natureza e do vulto do empreendimento a que se liguem, não devam ser executados, directamente, pelos órgãos normaes da Inspectoria Especial de Fronteiras (vias de comunicações, prophylaxia, fomento, etc.).**

Art. 11. O Gabinete da Inspectoria Especial de Fronteiras comprehende:

Chefia;

1.<sup>a</sup> Secção;

2.<sup>a</sup> Secção;

Art. 12. Ao chefe do Gabinete cumpre:

a) coordenar os trabalhos de collaboração entre a 2.<sup>a</sup> Secção do Gabinete e as Secções do Serviço de Exploração de Fronteiras;

b) conhecer a zona fronteiriça, especialmente as unidades de fronteiras e as vias de communicações que interessem ás fronteiras;

c) manter constantes relações com os Serviços de Fronteiras, por intermedio dos respectivos directores (ou chefes) afim de conhecer exactamente sua situação, sob todos os aspectos e com todas as minucias, e poder assim fornecer ao Inspector cabaes informações a respeito.

Art. 13. São encargos da 1.<sup>a</sup> Secção do Gabinete:

a) organização do boletim interno;

b) administração do pessoal auxiliar da Inspectoria Especial de Fronteiras;

c) assumptos disciplinares, justiça e legislação militar;

d) assumptos referentes ao pessoal militar dos Serviços de Fronteiras;

e) correspondencia official com autoridades militares;

f) relações administrativas com os Serviços Auxiliares da Inspectoria Especial de Fronteiras e os Serviços de Fronteiras.

Art. 14. São encargos da 2.<sup>a</sup> Secção do Gabinete:

a) serviço de informações relativas ás fronteiras;

b) relações com autoridades civis, institutos geographicos e comissões scientificas;

c) correspondencia cifrada;

d) estatística militar da zona fronteiriça;

e) geographia militar das regiões fronteiriças;

f) relações technicas com o Serviço de Exploração de Fronteiras, as Comissões Demarcadoras de Fronteiras e o Serviço de Limites e Actos Internacionais do Ministerio das Relações Exteriores;

g) relações com os ministerios civis, no interesse dos Serviços de Fronteiras;

h) organização da collectanea de informações geographicas a que se refere o art. 6.<sup>o</sup> do presente regulamento.

§ 1.<sup>o</sup> O serviço de informações relativas ás fronteiras e os trabalhos de estatística e geographia militar das regiões fronteiriças serão objecto de um plano e de programmas annuaes de estudos geographicos da Inspectoria Especial de Fronteiras.

§ 2.<sup>o</sup> Em principio, deverão collaborar na execução dos programmas acima referidos, além dos officiaes do Gabinete, todos os officiaes e serventuarios dos Serviços de Fronteiras, segundo as aptidões e sem prejuizo de seus encargos normaes.

§ 3.º Ao Chefe do Gabinete, caberá especialmente, na execução dos programmas annuaes de estudos geographicos, secundado pelo chefe da 2ª Secção do Gabinete, coordenar o trabalho das Secções do Serviço de Exploração de Fronteiras e dessa Secção, assim como as contribuições individuaes.

#### DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA INSPECTORIA ESPECIAL DE FRONTEIRAS

Art. 15. Os Serviços Auxiliares da Inspectoria Especial de Fronteiras serão organizados de accordo com o orçamento do Ministerio da Guerra e as instrucções que os estabelecerem.

§ 1.º Os Serviços Auxiliares reger-se-ão de accordo com os regulamentos que lhes corresponderem e conforme ordens emanadas do Inspector de Fronteiras.

§ 2.º São extensivas aos Serviços Auxiliares as normas estabelecidas no presente regulamento para o Serviço de Exploração de Fronteiras, em tudo que lhes fôr applicavel.

#### DO SERVIÇO DE EXPLORAÇÃO DE FRONTEIRAS

Art. 16. O Serviço de Exploração de Fronteiras comprehende:

Chefia:

Tres secções technicas (1ª, 2ª e 3ª);

Uma secção scientifica (4ª secção);

Archivo.

Art. 17. Ao chefe do Serviço de Exploração de Fronteiras incumbe a administração do Serviço a coordenação do trabalho das secções, bem como a responsabilidade technica dos trabalhos commettidos ao mesmo Serviço.

Art. 18. Cabe, pois, ao chefe do Serviço de Exploração de Fronteiras:

a) distribuir o trabalho de campo pelos ajudantes technicos e topographos auxiliares;

b) designar o pessoal que deya constituir as turmas de campo;

c) organizar os programmas de trabalho das turmas de campo, de accordo com as instrucções do inspector;

d) fiscalizar ou, eventualmente, dirigir o trabalho de campo das turmas do Serviço de Exploração de Fronteiras;

e) distribuir e orientar os trabalhos de escriptorio das secções, assim como os da competencia individual dos ajudantes technicos (relatorios, memorias geographicas, etc.);

f) exercer constante fiscalização sobre o pessoal responsavel pelo material technico, zelando pela sua conservação e eficiencia;

g) velar pelo aperfeiçoamento technico dos officiaes e serventuarios do Serviço de Exploração de Fronteiras, procurando estimulal-os no trato quotidiano dos instrumentos e nos encargos scientificos de sua especialidade;

h) procurar conhecer as regiões fronteiriças e percorrel-as com frequencia, afim de dar sua contribuição pessoal aos trabalhos geographicos da competencia do Serviço.



Paragrapho unico. O chefe do Serviço de Exploração de Fronteiras, apresentará ao inspector, semestralmente, um relatório dos trabalhos e estudos executados pelo Serviço, emittindo sua opinião acerca do funcionamento das secções e o juizo dos officiaes e serventuarios, formulando as observações que julgar opportunas para melhor rendimento dos futuros trabalhos e maior efficiencia do Serviço de Exploração de Fronteiras.

Art. 19. Ao chefe de secção do Serviço de Exploração de Fronteiras compete:

- a) responder perante a chefia do Serviço pelo regular funcionamento da secção;
- b) zelar pela conservação e efficiencia do material tecnico a cargo da secção;
- c) concorrer pelo trabalho e exemplo pessoal para o aperfeiçoamento tecnico dos serventuarios da secção, nas respectivas especialidades, procurando estimulal-os no trato quotidiano dos instrumentos e nos encargos technicos concernentes ao Serviço, tendo em vista a efficiencia dos trabalhos de campo e o exito das campanhas.

Paragrapho unico. Os chefes de secção do Serviço de Exploração de Fronteiras apresentarão, semestralmente, ao chefe do Serviço um relatório dos trabalhos executados pela secção, emittindo seu juizo sobre os officiaes e serventuarios sob suas ordens, bem como as suggestões que julgar opportunas para maior efficiencia do serviço.

Art. 20. Os ajudantes technicos e os topographos auxiliares, durante os trabalhos de escriptorio, ficarão subordinados á 1ª secção ou directamente á chefia do Serviço de Exploração de Fronteiras, conforme as necessidades do serviço, e, durante os trabalhos de campo, aos respectivos chefes de turma.

Art. 21. A 1ª secção do Serviço de Exploração de Fronteiras compete:

- a) a execução dos trabalhos de reparo — levantamentos geographicos e topographicos explorações, reconhecimentos — e confecção de minutas de campo e relatorios correspondentes;
- b) estudos e trabalhos meteorologicos;
- c) a conservação do material tecnico — aferição, reparação de instrumentos de campo e de escriptorio.

Art. 22. A 2ª Secção de Exploração de Fronteiras compete:

- a) a confecção de folhas topographicas, de accordo com as minutas de campo;
- b) a confecção de cartas geographicas, cartas geraes e estudos historicos das regiões fronteiriças.

Paragrapho unico. Annexa á 2ª Secção funcionará a Mappotheca do Serviço de Exploração de Fronteiras.

Art. 23. A 3ª Secção do Serviço de Exploração de Fronteiras compete:

- a) a execução dos trabalhos photographicos requisitados pela 2ª Secção;

b) a documentação photographica dos trabalhos de campo da Inspectoria Especial de Fronteiras;

c) a documentação cinematographica dos Serviços de Fronteiras.

Art. 24. A 1ª Secção do Serviço de Exploração de Fronteiras incumbem:

a) o proseguimento dos trabalhos ethnographicos empreendidos pela Comissão Rondon;

b) o estudo da geographia ethnographica das regiões fronteiriças;

c) o estudo da archeologia brasileira como complemento dos trabalhos de geographia humana da competencia da Inspectoria Especial de Fronteiras;

d) o estudo das linguas indigenas do Brasil Central, especialmente das regiões fronteiriças.

#### DO SERVIÇO DE PROTECÇÃO AOS INDIOS E SERVIÇO DE COLONIZAÇÃO MILITAR

Art. 25. O Serviço de Protecção aos Indios e o Serviço de Colonização Militar subordinados ao inspector de Fronteiras, por intermedio do Gabinete, reger-se-ão pelos regulamentos que lhes corresponderem.

#### DAS COMISSÕES TECHNICAS

Art. 26. As Comissões technicas subordinadas á Inspectoria Especial de Fronteiras serão organizadas e administradas conforme as instrucções especiaes que lhes corresponderem.

**Paragrapho unico.** O emprego das Comissões technicas será regulado por instrucções propostas ao E. M. E. pelo inspector de Fronteiras, e approvadas pelo ministro da Guerra.

#### DO PESSOAL DA INSPECTORIA ESPECIAL DE FRONTEIRAS

Art. 27. O quadro do pessoal da Inspectoria Especial de Fronteiras é o seguinte:

Inspector: Coronel de Estado-Maior (com o curso pelo regulamento de 1920 ou posterior);

Chefe do Gabinete: Tenente-coronel de Estado-Maior;

Dous chefes de Secção: Majores;

Um bibliothecario-archivista: Official da reserva.

§ 1.º O pessoal dos Serviços Auxiliares do Q. G. consta dos respectivos regulamentos e do orçamento da despesa do Ministerio da Guerra.

§ 2.º O Serviço de Portaria da Inspectoria Especial de Fronteiras será feito por civis contractados, a saber:

Um porteiro;

Um continuo;

Um servente.

§ 3.º O pessoal militar necessario ao serviço das turmas de campo da Inspectoria Especial de Fronteiras será fornecido pelas Regiões Militares em que operarem, mediante requisição do inspector de Fronteiras ao E. M. E.

Art. 28. O pessoal do Serviço de Exploração de Fronteiras comprehende:

Chefe: Tenente-coronel;

Quatro chefes de Secção: Dous capitães (1ª e 2ª secções) e dous officiaes da activa ou de reserva, ou civis (3ª e 4ª secções) com habilitações especiaes;

Dous ajudantes technicos: Capitães ou primeiros tenentes;

Um topographo auxiliar: Official da Reserva ou civil contractado;

Um desenhista cartographo de 1ª classe, contractado;

Um desenhista cartographo de 2ª classe, idem;

Um desenhista cartographo de 3ª classe, idem;

Um auxiliar tecnico, idem;

Um operador photocinematographista de campo, idem;

Um servente, idem.

§ 1.º Os desenhistas cartographos do Serviço de Exploração de Fronteiras desempenharão funcções de topographos auxiliares, nos trabalhos de campo.

§ 2.º Um desenhista cartographo exercerá as funcções de mappothecario do Serviço de Exploração de Fronteiras.

§ 3.º O numero de ajudantes technicos, topographos auxiliares, desenhistas de 3ª classe, auxiliares technicos, operadores photocinematographistas e photographos auxiliares de laboratorio do Serviço de Exploração de Fronteiras poderá ser alterado, por proposta do E. M. E. ao ministro da Guerra, consoante as necessidades do serviço.

Art. 29. O pessoal das Commissões technicas será fixado pelo ministro da Guerra, por ocasião de sua organização, ficando susceptivel de alterações propostas annualmente pelo inspector de Fronteiras, por intermedio do E. M. E., em vista dos recursos orçamentarios.

Art. 30. O pessoal do Serviço de Protecção aos Indios e do Serviço de Colonização Militar será fixado de accordo com os respectivos regulamentos.

#### DAS NOMEAÇÕES E DAS DESIGNAÇÕES — DOS ESTAGIOS

Art. 31. O inspector de Fronteiras e os chefes de Commissões technicas serão nomeados por decreto do Governo, mediante proposta do chefe do E. M. E.

Art. 32. O chefe e os officiaes do Gabinete e do Serviço de Exploração de Fronteiras serão nomeados por portaria do ministro da Guerra, mediante proposta do inspector de Fronteiras, por intermedio do chefe do E. M. E.

Art. 33. Os officiaes dos Serviços Auxiliares serão designados na forma dos respectivos regulamentos.

**Art. 34.** O funcionamento dos Serviços de Fronteiras será assegurado por officiaes da activa, designados para estagiar na Inspectoria Especial de Fronteiras, por periodos de 1 a 3 annos; funcionarios federaes e estaduaes, em commissão, e serventuarios especiaes contractados.

Paragrapho unico. Estão comprehendidos no presente artigo os scientistas e technicos civis, cuja collaboração se tornar necessaria aos trabalhos geographicos da Inspectoria Especial de Fronteiras ou aos Serviços de Fronteiras.

**Art. 35.** Para os trabalhos de escripta e archivo a Inspectoria Especial de Fronteiras terá o numero de escreventes fixado pelo D. P. E.

**DA ADMINISTRAÇÃO E DO SERVIÇO CORRENTE DA INSPECTORIA ESPECIAL DE FRONTEIRAS**

**Art. 36.** De accordo com as respectivas funcções, os officiaes em serviço na Inspectoria Especial de Fronteiras terão attribuições disciplinares especificadas no R. I. S. G.

**Art. 37.** São applicaveis á Inspectoria Especial de Fronteiras as disposições do R. n. 25 referentes á marcha do serviço corrente nos Quartéis Generaes em tempo de paz.

**DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS**

**Art. 38.** Será aproveitado, na organização da Inspectoria Especial de Fronteiras, o pessoal civil contractado da antiga Inspeção de Fronteiras, que for necessario, respeitadas as disposições orçamentarias.

**Art. 39.** A Inspectoria Especial de Fronteiras é a depositaria dos relatorios e mais publicações scientificas da extincta Comissão Constructora de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto Grosso ao Amazonas (Comissão Rondon) e da antiga Inspeção de Fronteiras, assim como da mappotheca, cartas originaes, cadernetas de campo e mais documentos cartographicos das referidas commissões.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1936. — *João Gomes Ribeiro Filho.*

---

**DECRETO N. 614 — DE 30 DE JANEIRO DE 1936**

*Approva o Regulamento do Archivo do Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

**Art. 1.º** Fica approvedo o Regulamento do Archivo do Exercito annexo ao presente decreto, assignado pelo general

**de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.**

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1936, 115.º da Independência e 48.º da República.

GETULIO VARGAS.

General, *João Gomes Ribeiro Filho.*

---

### Regulamento do Archivo do Exército

#### CAPITULO I

##### DO ARCHIVO E SEUS FINS

Art. 1.º O Archivo do Exército directamente subordinado ao Departamento de Administração Geral do Exército, creado de conformidade com o paragrapho unico do art. 6.º, do capitulo II, do decreto n. 23.976, de 8 de março de 1934, é o orgão destinado a receber, reunir, catalogar e conservar os documentos pertencentes ao Ministerio da Guerra, que não são mais necessarios aos trabalhos correntes das suas diversas dependencias.

Incumbe-lhe:

1) receber, reunir e conservar, devidamente catalogados, os documentos: manuscriptos, dactylographados, impressos e desenhados de qualquer natureza;

2) prestar informações delles e passar certidões, de conformidade com o estabelecido em lei;

3) organizar memorias, fazer reconstituições historicas e organizar exposições relativas á documentação archivada;

4) facilitar o estudo de documentos a seu cargo aos interessados;

5) organizar e publicar catalogos dos documentos existentes no Archivo, que sejam de interesse geral;

6) recolher ao Archivo Nacional todos os documentos que não interessem ao Ministerio da Guerra e nelle não devam ser conservados.

§ 1.º O Archivo do Exército terá uma sala de consultas das obras editadas pelo Ministerio da Guerra, bem como de outras publicações nelle existentes e documentos archivados.

§ 2.º Para effeito do paragrapho anterior o director do Archivo providenciará directamente ou solicitará do Departamento de Administração Geral do Exército providencias no sentido de serem enviados regularmente os exemplares das leis, regulamentos e outras publicações officiaes de interesse para o Ministerio da Guerra.

## CAPITULO II

Art. 2.º O Archivo do Exercito comprehende:

- a) director;
- b) gabinete;
- c) duas secções;
- d) serviços internos.

Paragrapho unico. O cargo de director será exercido por um coronel da reserva de 1ª classe.

Art. 3.º Ao gabinete compete:

- 1) auxiliar o director na administração interna da repartição e coordenar os trabalhos das secções;
- 2) receber, protocolar, encaminhar, distribuir e expedir todos os documentos atinentes aos serviços do Archivo;
- 3) elaborar a correspondencia sobre assumptos que não sejam da alçada das secções;
- 4) organizar, redigir e conferir o boletim interno do Archivo;
- 5) conferir os documentos de ordem interna antes de serem submettidos a despacho;
- 6) transmitir as ordens do director do Archivo;
- 7) escripturar as alterações do pessoal civil e militar;
- 8) reunir e conferir os documentos elaborados pelas secções, que devam ser submettidos á consideração do director;
- 9) enviar á Pagadoria do Archivo as relações de alterações do pessoal para effeito de vencimentos;
- 10) enviar á Pagadoria todos os pedidos e demais papeis relativos á compra ou aquisição de material necessario ao funcionamento do Archivo;
- 11) elaborar o relatório annual do Archivo.

Paragrapho unico. O Gabinete superintende a Portaria, a sala de consultas e a sua bibliotheca.

## DAS SECÇÕES

Art. 4.º As secções são órgãos do archivo que têm por fim:

- a) classificar os documentos e organizar o fichario;
- b) inspeccionar os documentos;
- c) prestar informações sobre documentos;
- d) archivar e conservar os documentos;
- e) extrahir certidões.

Art. 5.º A 1ª secção tem por fim receber, passar recibo de todos os documentos que forem enviados; classificar, inspeccionar, organizar o fichario e prestar informações sobre a existencia dos documentos a cargo do Archivo do Exercito.

Art. 6.º A 1ª secção comprehende duas sub-secções.

§ 1.º A' 1ª sub-secção incumbem:

- a) classificar os documentos e organizar o fichario;
- b) inspecionar os documentos;
- c) manter convenientemente alteradas, e em dias, as relações dos documentos entrados;
- d) registar os documentos de accordo com a classificação feita;
- e) prestar informações sobre documentos.

§ 2.º Na inspecção de documentos, á 1ª sub-secção compete expurgar, para serem incinerados, os documentos julgados sem valor historico ou administrativo, bem como relacionar os documentos que devem ser enviados ao Archivo Nacional.

§ 3.º Os documentos julgados inserviveis serão relacionados, devendo o chefe da 1ª secção fazer communicação ao director do Archivo, para os devidos fins.

§ 4.º A' 2ª sub-secção compete:

- a) mandar encadernar livros, relatorios, revistas, boletins e demais publicações, grupados por annos, e reparar os documentos que se encontrem em máo estado;
- b) entregar devidamente relacionados os documentos, depois de encadernados ou reparados, para serem enviados á 2ª secção;
- c) fazer a estatística dos documentos entrados com a indicação summaria de sua natureza.

Art. 7.º A 2ª secção tem por fim archivar, conservar os documentos, extrahir certidões e fornecer, mediante recibo, os documentos que forem requisitados pelo gabinete.

Art. 8.º A 2ª secção comprehende tres sub-secções.

§ 1.º A' 1ª sub-secção incumbem archivar e conservar os documentos relativos á historia e pessoal do Exercito.

§ 2.º A' 2ª sub-secção incumbem archivar e conservar os documentos relativos á engenharia, saude e instrucção militar.

§ 3.º A' 3ª sub-secção incumbem archivar e conservar os documentos relativos á contabilidade, material e intendencia.

§ 4.º A's sub-secções compete extrahir as certidões que lhes forem pedidas.

#### DOS SERVIÇOS INTERNOS

Art. 9.º O Archivo do Exercito, afim de satisfazer a sua finalidade, disporá dos seguintes serviços:

- a) Pagadoria;
- b) Sala de consultas;
- c) Bibliotheca, mappaoteca e filmotheca;
- d) Portaria.

§ 1.º A Pagadoria compete todo o movimento de fundos do Archivo, de conformidade com o regulamento em vigor.

§ 2.º A sala de consultas é destinada:

- a) á consulta publica de livros, revistas e documentos pertencentes ao Archivo, mediante pedidos;
- b) a sala de consultas será chefiada por um funcionario do Archivo designado pelo director.

§ 3.º O Archivo do Exército terá organizada uma bibliotheca de obras publicadas pelo Ministerio da Guerra e outras e será regida pelo regulamento interno.

§ 4.º A Portaria é constituída de porteiro e continuos. Compete á Portaria:

- a) abrir e fechar as diversas dependencias do Archivo ás horas regulamentares;
- b) receber e entregar ao Protocollo Geral a correspondencia official, acompanhada do livro official para tal fim;
- c) guarda e asseio das diversas dependencias do Archivo;
- d) o serviço de correio;
- e) zelar pela segurança de tudo que existir no Archivo.

### CAPITULO III

#### ATTRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 10. Ao director compete:

a) dirigir os serviços do Archivo do Exército, na conformidade dos regulamentos e instrucções baixadas pelo chefe da Directoria de Administração Geral do Exército;

b) propor quaesquer medidas que julgar convenientes ou opportunas para o bom desempenho dos serviços a seu cargo, que escapam á sua alçada;

c) corresponder-se directamente com os chefes das repartições congêneres ao paiz em assumptos que interessem ao serviço do Archivo, desde que não envolvam decisão ou questões que ainda não esteja formada doutrina pela Directoria de Administração Geral do Exército;

d) distribuir o pessoal pelas diversas secções, de accordo com as necessidades do serviço;

e) requisitar das autoridades exemplares de leis, avisos e mais disposições regulamentares e administrativas;

f) propôr á autoridade competente a nomeação dos officiaes e mais empregados do estabelecimento, de accordo com os quadros approvados;

g) dar posse aos funcionarios do Archivo, licença, conceder férias regulamentares, justificar faltas do pessoal, fazer executar o regulamento e manter a disciplina, de accordo com as disposições regulamentares em vigor;

h) collaborar com as demais repartições do Exército em tudo que fôr de interesse para o serviço;

i) receber as offertas dirigidas ao Archivo;

j) requisitar da Imprensa do Ministerio da Guerra o numero de volumes que fôr fixado para a bibliotheca e distribuição ás pequenas bibliothecas dos corpos e estabelecimentos;

k) distribuir aos corpos e estabelecimentos da Guerra a demonstração de documentos organizada pelo Archivo, de accordo com as instrucções do chefe da Directoria de Administração Geral do Exército;

l) apresentar relatório annual sobre os serviços a seu cargo, dentro do mez de janeiro, fazendo demonstração de sua situação, dos trabalhos executados e das necessidades para conservação e desenvolvimento dos mesmos serviços.



**Art. 11.** Ao chefe do Gabinete do Archivo do Exercito compete:

- a) dirigir o gabinete do Archivo, receber e expedir a correspondencia, protocollando-a convenientemente;
- b) distribuir o serviço a seus auxiliares equitativamente e fiscalizal-os;
- c) distribuir os documentos a informar, pelas secções correspondentes;
- d) organizar, no mez de janeiro de cada anno, o relatório do anno anterior do Archivo do Exercito;
- e) organizar o boletim diario do Archivo, no qual serão mencionadas todas as occurrencias de interesse para o serviço;
- f) fazer funcionar com regularidade, presteza e polidez a sala de consultas;
- g) organizar os pedidos do material e utensilios necessarios ao bom funcionamento dos departamentos da jurisdicção do gabinete.

Paragrapho unico. O chefe do gabinete terá para auxiliares dois escreventes e um dactylographo.

**Art. 12.** Ao pagador compete:

- a) organizar as folhas de pagamento de todo o pessoal do Archivo do Exercito, apresentando-as ao gabinete para o "confere", o que será feito pelo auxiliar mais graduado;
- b) organizar e ter em dia o mappa-carga de todo o material do Archivo, com a indicação de seu destino, nas diversas repartições;
- c) organizar, de conformidade com as tabellas em vigor, todos os pedidos feitos pelas repartições do Archivo;
- d) organizar mensalmente o balancete demonstrativo das pequenas despesas de prompto pagamento;
- e) fechar diariamente o ponto dos empregados civis do Archivo, tirando no ultimo dia de cada mez uma nota das faltas, entregando-a ao gabinete, para o director determinar os respectivos descontos;
- f) examinar e collocar em ordem todas as contas do Archivo do Exercito, cotejando com os pedidos as notas dos artigos entrados, afim de serem presentes ao Conselho Administrativo, para a respectiva prestação de contas;
- g) receber da Contabilidade da Guerra a importancia da folha de vencimentos, os quantitativos attribuidos ao Archivo para sua despeza, recolhendo ao cofre os que não tiverem applicação immediata;
- h) effectuar todos os pagamentos internos e externos do Archivo do Exercito;
- i) levar ao conhecimento do director, em parte escripta entregue ao gabinete, todas as occurrencias, recebimentos e pagamentos, para publicidade em boletim do Archivo, bem como as irregularidades que encontrar em relação a artigos de sua carga;
- j) ter a seu cargo e em dia o livro de alterações e registro de todas as obras á venda;
- k) incumbir-se, por si ou por intermedio de um escrevente de sua confiança, da venda das publicações officiaes do Estado-Maior do Exercito ou de publicações particulares.

estas com permissão do director, mediante percentagem de 10 %, quanto ás primeiras e de 20 % quanto ás ultimas, importancias estas que, escripturadas pelo Conselho Administrativo, serão destinadas á aquisição de publicações para a bibliotheca e á conservação de livros e documentos;

l) incumbir-se de receber do correio todas as importancias em dinheiro, destinadas á compra de livros;

m) exercer todas as attribuições inherentes aos pagadores já estabelecidas em regulamentos.

Art. 13. Aos chefes de secções compete:

a) dirigir o serviço de sua secção, distribuindo equitativamente pelos seus auxiliares e escreventes o serviço a executar, de modo a serem promptamente attendidas as informações ou passadas as certidões;

b) conferir as cópias de documentos pedidos, authenticando com o seu "confere" a exactidão;

c) requisitar do director, por intermedio do gabinete do Archivo, o material que necessitar a sua secção, para o bom desempenho do serviço e conservação dos documentos e papeis a seu cargo;

d) enviar ao gabinete do Archivo, mensalmente, a estatística do movimento da secção;

e) manter na melhor ordem e arranjo e rigoroso asseio os documentos a seu cargo, communicando ao director, por intermedio do gabinete, qualquer modificação que julgar conveniente para esse fim;

f) enviar á Pagadoria, por intermedio do gabinete, todos os fins de anno, a relação do material a ser consumido em sua secção durante o anno entrante calculando de modo a não haver falta nem estancijamento.

Paragrapho unico. Os chefes de secções terão officiaes auxiliares e escreventes de conformidade com o presente regulamento.

Art. 14. Aos auxiliares, encarregados das sub-secções, compete:

a) dirigir as sub-secções para as quaes forem designados;

b) executar com zelo, precisão e exactidão os serviços atinentes ás suas respectivas sub-secções;

c) auxiliar ao respectivo chefe de secção nas pesquisas e buscas de documentos, de modo a facilitar as informações e extracção de certidões pedidas;

d) manter na maior ordem, arranjo e asseio os papeis e documentos a seu cargo, pelos quaes é responsavel.

Paragrapho unico. Terá para auxiliar um escrevente.

Art. 15. Aos escreventes compete o dever de executar os serviços que lhes forem designados pelos seus chefes, sob cujas ordens immediatas servirem, sendo responsaveis pelos livros e papeis entregues á sua guarda.

Art. 16. Compete ao encarregado da sala de consultas:

a) zelar pelo asseio, ordem e arranjo da sala de modo a offerecer a maior commodidade e silencio aos consulentes;

b) receber e attender com polidez aos consulentes, apresentando-lhes, para assignatura, o livro respectivo;

c) entregar aos consulentes os cartões para pedidos, os quaes deverão ser colleccionados para o serviço de estatística;

d) solicitar, mediante o cartão que servirá de guia de pedido (visado pelo encarregado), á 2ª secção os documentos ou livros pedidos pelos consulentes;

e) recolher á 2ª secção, logo que forem restituídos pelos consulentes, os livros ou documentos consultados, mediante a restituição do cartão guia de pedido;

f) exercer rigorosa e discreta fiscalização sobre os consulentes, afim de salvaguardar os interesses do Archivo;

g) quando a consulta fór feita sobre documentos preciosos, raros e antigos communicar préviamente ao chefe do gabinete do Archivo, para que por este seja destacado um funcionario de conformidade com a categoria do consulente, para exercer segura vigilancia de modo a evitar a mutilação ou subtracção do documento;

h) manter a estatística de todos os documentos consultados;

i) diariamente, entregar ao chefe do gabinete do Archivo a relação numerica dos consulentes e dos documentos consultados;

j) organizar e entregar ao chefe do gabinete, mensalmente, a estatística do movimento da sala de consultas;

k) entregar as certidões pedidas, cujas estampilhas serão préviamente fornecidas pelos interessados.

§ 1.º Os documentos considerados reservados só serão dados á consulta mediante autorização do director.

§ 2.º Para auxiliar o encarregado da sala de consultas existirá um escrevente e um continuo.

#### Art. 17. Compete ao porteiro:

a) promover, dirigir e fiscalizar os trabalhos de limpeza e asseio dos compartimentos do Archivo;

b) trazer em perfeito estado de conservação e asseio os moveis, utensilios e objectos a seu cargo;

c) abrir e fechar nas horas regulamentares, ou nas que lhe forem determinadas, os compartimentos do Archivo;

d) receber e entregar ao gabinete os livros, papeis e correspondencia trazidos á Portaria e promover a prompta expedição e entrega dos que lhe forem determinados;

e) fiscalizar os serviços dos continuos e serventes que lhe forem subordinados;

f) receber as pessoas que procurarem o Archivo, attendendo-as e informando-as, impedindo, porém, conforme o criterio estabelecido, a entrada de pessoas extranhas ás salas de trabalho.

#### Art. 18. Compete aos continuos:

a) cuidar do asseio dos moveis, livros e utensilios das salas das quaes forem encarregados;

b) executar com presteza o serviço de correio:

c) prover as mesas dos objectos necessarios ao expediente;

d) acudir aos chamados e cumprir as ordens recebidas em objecto de serviço;

e) fechar e abrir as salas a seu cargo, durante as horas de expediente, mantendo-as no mais perfeito estado de limpeza;

f) zelar pela segurança de tudo que existir nas salas das quaes forem encarregados.

Art. 19. Compete aos serventes executar os serviços de faxina.

Art. 20. A's ordenanças compete executar os serviços de ordens.

#### CAPITULO IV

##### DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 21. O Conselho Administrativo obedece ao mesmo regulamento e é destinado aos mesmos fins que os das demais repartições da Guerra; compõe-se do director, dos chefes de secções, do chefe do gabinete e do pagador.

§ 1.º O director exercerá as funções de presidente o chefe de secção mais graduado a de relator, o chefe do gabinete do Archivo de secretario do conselho e o pagador de thesoureiro.

§ 2.º O conselho receberá do pagador as quantias provenientes das vendas de livros mediante guias visadas pelo chefe de secção mais graduado e as entregará ao gabinete para remessa a quem de direito fôr determinado.

#### CAPITULO V

##### DO PESSOAL

##### *Nomeação e admissão*

Art. 22. O pessoal do Archivo do Exercito será o seguinte:

a) um director, coronel da reserva de 1ª classe;

b) um chefe do gabinete, capitão ou official subalterno da reserva de 1ª classe;

c) um pagador, capitão ou official subalterno do quadro de administração;

d) dous chefes de secções, tenentes-coroneis ou maiores da reserva de 1ª classe;

e) cinco encarregados das sub-secções, capitães da reserva de 1ª classe;

f) quatro auxiliares, officiaes subalternos da reserva de 1ª classe;

g) 15 escreventes do Ministerio da Guerra;

h) um porteiro;

f) quatro continuos, sendo um para o gabinete, um para a sala de consultas e dous para as secções;

j) dous ordenanças para o gabinete;

k) tres serventes, sendo um para o gabinete, sala de consultas, Bibliotheca, Pagadoria e Portaria, e dous para as secções.

§ 1.º O director distribuirá o pessoal, de conformidade com este regulamento.

§ 2.º O director do Archivo do Exército será nomeado por decreto do Governo e os demais funcionarios por portaria do Ministerio da Guerra, mediante proposta do director.

§ 3.º As substituições serão feitas do seguinte modo:

a) do director, em seus impedimentos, pelo chefe do secção mais graduado;

b) do chefe do gabinete e demais funcionarios do Archivo, por quem o director designar;

c) do chefe de secção, em seus impedimentos, pelo encarregado da sub-secção mais graduado ou mais antigo.

## CAPITULO VI

### DOS VENCIMENTOS, DESCONTOS E PONTO

Art. 23. Os officiaes da reserva que servirem no Archivo do Exército perceberão os vencimentos militares estabelecidos em lei, com as gratificações especiaes determinadas pelo ministro da Guerra.

Art. 24. Os empregados civis — porteiro, continuos e serventes — perceberão os mesmos vencimentos dos empregados civis de igual categoria do Departamento do Pessoal do Exército.

Art. 25. O empregado civil que faltar ao serviço sem causa justificada ou que se retirar antes de terminados os trabalhos diarios, sem licença do director, perderá a gratificação correspondente ao tempo da falta.

Art. 26. Haverá um livro para ponto dos funcionarios civis do Archivo do Exército, que ficará com o porteiro, para as assignaturas daquelles funcionarios, nos primeiros vinte minutos após a abertura regimental da repartição.

Art. 27. Não perderá a gratificação o empregado que faltar até oito dias, por motivo de molestia comprovada, com attestado medico, nojo ou gala, sendo que nestes dous ultimos casos deve haver prévia licença do director.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 28. O Regimento Interno do Archivo do Exército será opportunamente baixado pelo chefe da Directoria de Ad-

ministração Geral do Exercito; o archivamento dos documentos será feito de accôrdo com o que prescreve o Regulamento para o Expediente do Exercito.

Art. 29. Organizado o Archivo do Exercito, a elle serão incorporados todos os documentos que lhe devem ser remettidos pelas corporações militares, conforme preceitua o Regulamento para o Expediente do Exercito.

Art. 30. Os officiaes da reserva de 1.<sup>a</sup> classe que servem nos actuaes archivos, como encarregados ou auxiliares, serão conservados na nova organização, obedecendo ao determinado no presente regulamento.

Art. 31. Os funcionarios civis que servem, como continuos ou serventes, nos actuaes archivos, serão aproveitados na presente organização, de accôrdo com as disposições do presente regulamento.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1936. — General *João Gomes Ribeiro Filho*.

---

DECRETO N. 615 — DE 30 DE JANEIRO DE 1936

*Approva o Regulamento da Comissão de Promoções do Exercito (C. P. E.)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.<sup>o</sup> Fica approvedo o Regulamento da Comissão de Promoções do Exercito (C. P. E.), que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Art. 2.<sup>o</sup> Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1936, 115.<sup>o</sup> da Independencia e 48.<sup>o</sup> da Republica.

GETULIO VARGAS.

*João Gomes Ribeiro Filho.*

---

## **Regulamento da Comissão de Promoções do Exercito**

### **TITULO I**

#### **Da Comissão de Promoções do Exercito**

#### **CAPITULO I**

##### **ATTRIBUIÇÕES**

Art. 1.º A Comissão de Promoções do Exercito (C. P. E.) é o órgão encarregado da formação de uma hierarchia efficiente do Exercito pela esmerada apuração do merito dos officiaes.

Art. 2.º A C. P. E. incumbem:

1.º, orientar e fiscalizar a acção dos diversos escalões de commando no processo relativo ás promoções;

2.º, centralizar as informações e os julgamentos relativos ao valor profissional dos officiaes;

3.º, apreciar e comparar o valor de taes documentos (artigo 43);

4.º, proceder directamente á busca de informações quando as respectivas autoridades deixarem de apresental-as;

5.º, promover junto aos chefes ou ex-chefes sob cujas ordens servirem ou tiverem servido os officiaes, os esclarecimentos que julgar necessarios para sua qualificação (artigo 45);

6.º, classificar os officiaes por ordem de merecimento apurado pelo estudo e cotejo dos documentos de que dispuzer (artigo 42);

7.º, responsabilizar os infractores da Lei de Promoções, promovendo junto ás autoridades competentes as acções necessarias (arts. 51 e 59);

8.º, julgar os recursos dos officiaes contra actos a elles referentes relativos a promoções (§§ 6º e 2º dos arts. 41 e 48);

9.º, propor ao Governo as medidas complementares necessarias ao cumprimento da Lei de Promoções (art. 61);

10.º, interpretar os textos da Lei de Promoções e de outras disposições legais referentes a promoções e deste regulamento quando houver duvidas;

11.º, estudar a situação relativa dos diversos quadros para defini-la quanto á velocidade de accesso, á idade e ao valor profissional dos officiaes nos diversos postos (art. 60);

12.º, propor ao Governo a fixação dos limites de idade para promoção (arts. 17 e 60);

13.º, organizar os quadros de accesso para as promoções por antiguidade, merecimento e escolha e apresental-os ao ministro da Guerra até 15 de dezembro de cada anno;

14.º, organizar as listas dos aspirantes que devam ser promovidos;

15.º, propor a transferencia para a reserva dos aspirantes que não preencherem as condições necessarias ao ingresso no quadro de officiaes;

16, organizar a relação dos officiaes que, satisfazendo ao requisito 1º do art. 22 da Lei de Promoções, deixem de possuir os demais requisitos do referido artigo;

17, organizar a relação dos officiaes que devam ser transferidos para a reserva em virtude de terem sido julgados insufficientes para promoção em dois annos successivos;

18, dar conhecimento aos officiaes incluídos na relação acima dos motivos dessa classificação;

19, estudar e emitir parecer sobre os assumptos relativos a promoções, julgamentos, collocação nos quadros de accesso, antiguidade, spuação no Almanack, precedência e outros que digam respeito a direitos hierarchicos;

20, rever quinquenalmente, a legislação relativa a promoção;

21, propor a regulamentação das promoções em tempo de guerra;

22, responsabilizar as autoridades que attribuem a officiaes falsas qualidades que influam no conceito para effeito de promoção;

23, propor os modelos dos quadros de accesso a serem mandados adoptar pelo ministro da Guerra.

## CAPITULO II

### DA CONSTITUIÇÃO DA COMMISSÃO DE PROMOÇÕES DO EXERCITO

Art. 3.º A C. P. E. é constituida: pelo chefe do Estado Maior do Exercito, como presidente, pelos inspectores de grupos de regiões, pelo chefe do Departamento do Pessoal do Exercito e por mais tres generaes de divisão, ou, em falta destes, de brigada, em função na Capital Federal.

Paragraphe unico. No impedimento do chefe do Estado Maior do Exercito a commissão será presidida pelo mais graduado de seus membros presentes á sessão.

Art. 4.º Ao comparecer pela primeira vez á Commissão de Promoções, o general nomeado prestará o seguinte compromisso:

“Sei que as questões tratadas nesta commissão têm o character reservado e prometto esforçar-me pela justiça das promoções, a bem da solidez da hierarchia militar.”

Art. 5.º Junto á C. P. E. e directamente subordinada ao seu presidente, funcionará a respectiva secretaria com organização e attribuições fixadas neste regulamento.

## CAPITULO III

### DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 6.º Ao presidente da C. P. E. compete:

1, responsabilizar os infractores da Lei de Promoções;

2, convocar as reuniões ordinarias e extraordinarias;



3, designar os relatores e comissões revisoras para estudo dos assumptos que tenham de ser resolvidos pela Comissão;

4, convocar os chefes dos serviços quando fôr julgado conveniente ouvir-os para organização dos quadros de acesso;

5, apurar a votação da comissão e proclamar seu resultado;

6, providenciar para que as diversas autoridades forneçam os documentos e informações necessários aos trabalhos da comissão;

7, apresentar ao ministro, até 20 de fevereiro de cada anno, o relatório sobre os trabalhos da comissão.

## CAPITULO IV

### DOS RELATORES E COMISSÃO REVISORA

Art. 7.º Os membros relatores são encarregados do estudo dos assumptos sobre os quaes a comissão tenha de se manifestar.

Art. 8.º Aos relatores compete:

1, proceder a minucioso exame dos documentos informativos das promoções, bem como de outros que instruem os processos que tenham de ser julgados pela comissão;

2, apresentar relatórios syntheticos sobre os processos que lhe tenha cabido estudar, podendo justificar verbalmente, em plenário, seus pareceres;

3, propor a classificação para organização do quadro de acesso;

4, solicitar por intermedio do presidente, as informações de que carecer para apreciação do merito ou direito dos officiaes;

5, assignalar as irregularidades, falta de criterio ou falhas que observar nos documentos informativos referentes ao merito dos officiaes para que a comissão os tome em consideração ao apreciar o "valor moral" dos responsaveis;

6, propor á comissão as providencias que julgar necessárias para corrigir a inobservancia da lei e das disposições sobre promoções.

Art. 9.º Os relatórios referentes á organização dos quadros de acesso e as listas de promoções, serão revistos por uma "Comissão Revisora", constituída por dois outros membros designados pelo presidente.

Parapho unico. No caso das comissões revisoras discordarem do trabalho dos relatores, examinarão juntamente com elles as causas de divergencia e apresentarão em seguida seus relatórios para julgamento final da comissão.

Art. 10. Os membros da C. P. E. são individualmente responsaveis pela observancia da lei e das disposições regulamentares sobre promoções.

## CAPITULO V

## DOS TRABALHOS DA COMMISSÃO

Art. 11. Os trabalhos da Commissão de Promoções comprehendem:

- a) organização dos quadros de accesso, das listas de promoções e de propostas ou exposições a serem apresentadas ao Governo;
- b) julgamento de processos relativos a promoções, meritos e direitos de hierarchia;
- c) julgamento de processos relativos aos infractores da lei e disposições sobre promoções;
- d) estudos e informações de assumptos que digam respeito a promoções.

Art. 12. Todos os trabalhos da C. P. E. serão considerados de character "reservado".

Art. 13. A commissão funcceiona com a maioria de seus membros.

Art. 14. Todas as decisões da commissão serão tomadas por maioria de votos, inclusive o do presidente, que será preponderante em caso de empate.

Paragrapho unico. Os votos acima referidos serão por escripto, de proprio punho ou dactylographados, neste caso devidamente authenticados pelo signatario, e ficarão archivados com character reservado na secretaria da commissão.

Art. 15. Nenhum membro da commissão poderá se abster de votar, salvo nos casos em que se der por suspeito.

## CAPITULO VI

## DA ORGANIZAÇÃO DOS QUADROS DE ACCESSO

Art. 16. O processo de organização dos quadros de accesso comprehende tres phases distinctas, a saber:

- 1.º Estudo dos documentos informativos por um relator; terá inicio em 20 de setembro e terminará a 20 de outubro.
- 2.º Revisão desse estudo por uma commissão revisora; se processará entre 20 e 30 de outubro.
- 3.º Julgamento, ou decisão final, pela commissão em plenario; transcorrerá entre 1 e 30 de novembro.

Art. 17. A primeira phase tem por fim a apuração dos officiaes que poderão ser incluídos nos quadros de accesso; para isso o relator, depois de minucioso exame da documentação informativa, apresentará relatorio circunstanciado concluindo por apresentar uma proposta de classificação dos officiaes para organização dos quadros de accesso.

§ 1.º Para organização do quadro de accesso ás promoções por "antiguidade", os relatores verificarão cuidadosamente a exactidão das relações apresentadas pela secretaria,

em que figurem por ordem de antiguidade os officiaes que satisfaçam as condições estabelecidas nos capitulos III e IV da Lei de Promoções.

§ 2.º Para organização do quadro de accesso ás promoções por "merecimento", os relatores principiarão por examinar quaes os officiaes que satisfazem os requisitos do artigo 22 da lei, e em seguida apreciarão as manifestações que recommendam o official como o mais apto ao exercicio das funcções no posto immediato. Nesta apreciação os relatores tomam por base os julgamentos das autoridades sob cujas ordens servirem os officiaes, comparam-nos com os anteriores, examinam as divergencias acaso existentes, e concluem exprimindo numericamente seu julgamento em cada manifestação de merecimento, de accordo com o art. 42 da lei; em seguida attribuem os coefficients determinados no artigo 47 da lei e, finalmente, procedem á classificação dos officiaes por ordem decrescente da somma dos pontos assim obtidos.

Art. 18. A segunda phase tem por fim ratificar o trabalho effectuado na primeira.

§ 1.º As "Commissões Revisoras" examinarão meteticulosamente os trabalhos dos relatores e provocarão novas informações que julguem necessarias para esclarecimento dos julgamentos.

§ 2.º No caso de divergencia com os pareceres dos relatores se procederá de accordo com o paragrapho unico do artigo 9º deste regulamento, e ambos os relatorios serão submettidos á decisão da commissão.

Art. 19. A terceira phase consiste na apuração em plenario dos nomes que constituirão os quadros de accesso.

Paragrapho unico. Essa apuração se procederá separadamente, conforme se trate de promoção por antiguidade ou por merecimento.

Art. 20. O quadro de accesso para promoção a generaes de brigada e de divisão será organizado relacionando-se os coroneis e generaes de brigada que satisfaçam as condições para promoção exigidas na lei.

Art. 21. Na apreciação das manifestações de merecimento para a promoção aos postos de general são preponderantes as relativas ao valor moral, ao character, á capacidade de commando, á intelligencia e á cultura systematizada.

Paragrapho unico. As informações relativas ao merecimento dos officiaes a que se refere este artigo serão transmittidas ao Governo, em character secreto, pelo chefe do Estado-Maior do Exercito.

Art. 22. As listas de promoção ao primeiro posto serão organizadas por arma ou serviço com os nomes dos aspirantes a official que satisfaçam as condições legais e por ordem de merecimento em que tiverem sido classificados ao terminarem os respectivos cursos.

Art. 23. Só serão incluídos na lista de promoção ao primeiro posto os aspirantes que, além das condições estabelecidas no art. 16 da lei, tiverem irreprehensivel conducta militar e civil e vocação profissional reconhecida por dois terços dos officiaes do corpo de tropa ou estabelecimento em que servirem.

Paragrapho unico. Os aspirantes da arma de Aviação deverão ainda satisfazer as exigencias minimas de tempo de voo:

a) quando alumnos do curso de official aviador, deverão realizar os vãos dos programmas da Escola de Aviação Militar;

b) quando estiverem arregimentados, deverão satisfazer as provas aereas exigidas para os officiaes da aviação.

## CAPITULO VII

### DOS RECURSOS

Art. 24. Os recursos, cujos julgamentos estão affectos á Comissão de Promoções, comprehendem:

1) os relativos a julgamentos emittidos sobre officiaes por seus commandantes ou chefes;

2) os relativos a classificação ou inclusão nos quadros de accesso.

Art. 25. A Comissão de Promoções só tomará conhecimento dos recursos formulados por escripto e fundamentados com apresentação de factos, sem apreciações a respeito de autoridades, e que lhe tenham sido encaminhados por via hierarchica, devidamente informados pelos diversos chefes do recorrente.

Art. 26. A decisão da commissão, se fôr favoravel ao recorrente, importará em alteração de sua folha de qualificação; se lhe fôr contraria, além da alteração na classificação de seu valor moral, poderá occasionar providencias disciplinares.

Art. 27. Quando a commissão reconhecer fundamento no recurso relativo á classificação ou inclusão em quadros de accesso, providenciará junto ao Governo para a devida correção.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 28. No mez de janeiro de cada anno a commissão examinará a situação dos officiaes que, durante o processo para a organização dos quadros de accesso, forem julgados incurros no dispositivo do paragrapho unico do art. 16 da Lei de Promoções, afim de providenciar junto ao Governo para a reforma ou transferencia para a reserva dos mesmos, segundo o caso e na forma da lei.

Art. 29. Na mesma occasião, a C. P. E. providenciará igualmente junto ao Governo para a reforma administrativa ou transferencia para a reserva dos officiaes e aspirantes a que se referem os ns. 17 e 15 do art. 2º deste regulamento.

Art. 30. O provimento das necessidades administrativas da Comissão de Promoções será feito pelo E. M. E., emquanto não for organizado o Departamento de Administração Geral do Exercito, ao qual caberá, então, aquelle provimento.

**Art. 31.** Os pareceres emitidos pelos relatores serão dactylographados, copiados e distribuidos aos demais membros da comissão pelo menos 48 horas antes da reunião em que devam ser julgados, salvo os de que trata o art. 9º deste regulamento.

**Art. 32.** O processo relativo á organização dos quadros de acesso obedecerá ao seguinte calendario:

15 de agosto — Telegramma circular fixando os limites a que se refere o § 1º do art. 22;

15 de setembro — Finda o prazo para o recebimento das fichas de informações;

20 de setembro — Distribuição aos relatores;

20 de outubro — Distribuição aos revisores;

1 de novembro — Início da organização dos quadros de acesso;

30 de novembro — Conclusão dos quadros de acesso;

15 de dezembro — Apresentação das propostas;

Até 15 de janeiro — Publicação dos quadros de acesso.

## CAPITULO IX

### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

**Art. 33.** Para regular a transição entre a antiga lei de promoções e a actual, os quadros de acesso serão organizados para as promoções de 7 de setembro de 1936.

§ 1.º O preparo dos elementos necessarios áquelle fim obedecerá ao seguinte calendario:

3 de janeiro — Telegramma circular fixando os limites a que se refere o § 1º do art. 22;

3 de fevereiro — Finda o prazo para o recebimento das fichas de informações;

8 de fevereiro — Distribuição aos relatores;

8 de março — Distribuição aos revisores;

18 de março — Início da organização dos quadros de acesso;

20 de abril — Conclusão dos quadros de acesso;

30 de abril — Apresentação das propostas;

Até 30 de maio — Publicação dos quadros de acesso.

## TITULO II

### Da Secretaria da Comissão

## CAPITULO I

### ORGANIZAÇÃO E ATTRIBUIÇÕES

**Art. 34.** A secretaria é encarregada do processo de todo o expediente da Comissão de Promoções, e comprehende duas secções.

**Art. 35.** A 1ª secção centraliza os assumptos de ordem administrativa: incumbê-lhe:

1) elaborar a correspondência;

2) receber, protocolar; distribuir e expedir todos os documentos que transitarem pela Comissão de Promoções;

3) elaborar o boletim da secretaria;

4) extrahir as copias dos relatorios, pareceres e outros documentos que devam ser distribuidos aos membros da Comissão;

5) escripturar as alterações do pessoal da secretaria;

6) solicitar os recursos e material necessarios ao funcionamento da secretaria;

7) organizar e manter em dia o archivamento systematizado de todos os trabalhos da Comissão, em original ou em copias;

8) colligir os elementos para a redacção do relatorio annual.

Art. 36. A 2ª secção centraliza os assumptos de ordem tecnica; incumbê-lhe:

1) organizar a documentação necessaria para:

a) a fixação do numero de officiaes que devem ser incluídos nos quadros de acesso;

b) estudo do merito dos officiaes;

c) apuração da antiguidade dos officiaes que estiverem em condições de ser incluídos em quadro de acesso;

d) organização das listas para promoção de aspirantes;

e) estudo annual do valor profissional dos quadros de officiaes;

f) comparação de idade entre os diversos quadros e velocidade de acesso;

2) organizar as fichas de informações e de qualificação, os resumos de fés de officio e demais documentos necessarios aos processos de promoções;

3) organizar e manter em dia:

a) o registo de informações relativas a official que devam respeito a promoções;

b) o archivo dos documentos informativos sobre officiaes, para effeito de promoção;

c) a catalogação de leis e resoluções referentes a promoções ou a assumptos que interessem á Comissão;

d) o registo das alterações relativas a vagas nos diversos quadros das armas e serviços, com indicação dos principios que devem regular as promoções para o seu preenchimento;

e) o registo das promoções occorridas durante o anno em diversos quadros, com indicação dos postos e motivos;

4) manter alterado em dia o "Almanak do Ministerio da Guerra";

5) organizar estatisticas:

a) das idades dos officiaes do mesmo posto nos diversos quadros;

b) do tempo médio de permanencia em cada posto nos diversos quadros;

c) da progressividade da carreira dos officiaes oriundos de uma mesma turma em comparação nas diferentes armas;

d) da differença entre a situação dos quadros nas diversas armas.

## CAPITULO II

## DO PESSOAL.

Art. 37. A secretaria terá o seguinte pessoal:

1 secretario — coronel do quadro de officiaes de Estado-Maior;

1 sub-secretario — major, idem, idem;

1 chefe de secção — capitão do quadro das armas;

2 adjuntos — 1.º tenentes ou capitães, idem;

10 escreventes;

2 serventes;

1 continuo;

2 ordenanças.

§ 1.º O major e os capitães não devem estar incluídos no terço mais antigo do respectivo quadro.

§ 2.º O sub-secretario será o chefe da 1.ª secção.

## CAPITULO III

## ATTRIBUIÇÕES DO PESSOAL.

Art. 38. Ao secretario compete:

1) dirigir, coordenar e fiscalizar os trabalhos da secretaria;

2) requisitar, em nome do presidente, quando autorizado, os documentos e demais elementos necessários aos trabalhos da Comissão;

3) prestar as informações de que carecem os membros da Comissão;

4) dar posse aos empregados civis;

5) rubricar os livros de escripturação;

6) encaminhar á autoridade competente os pedidos de material necessário aos serviços da Comissão;

7) distribuir os trabalhos das secções;

8) assignar o Boletim da Secretaria;

9) avisar aos membros da Comissão os dias em que houver sessão;

10) encaminhar aos membros da Comissão todos os documentos que lhes sejam distribuídos para estudo;

11) redigir as minutas das actas das sessões e lê-las em plenário, mandando lavrál-as em livro apropriado, depois de approvadas;

12) authenticar a exactidão da lavratura das actas e sub-metter-as á assignatura dos membros da Comissão;

13) mandar fazer o registo dos pareceres votados e verificar seu lançamento e exactidão;

14) distribuir o pessoal pelas secções;

Art. 39. Ao Sub-Secretario compete:

- 1) coadjuvar o secretario em todas suas attribuições, e substituí-lo em seus impedimentos;
- 2) organizar o boletim interno;
- 3) visar os pedidos de material.

Art. 40. Aos Chefes de Secção compete:

- 1) responder perante o secretario pelo regular funcionamento da secção;
- 2) distribuir o serviço pelos auxiliares;
- 3) conferir os documentos que devem ser encaminhado ao secretario;
- 4) suggerir as medidas que a pratica aconselhar para melhor rendimento dos trabalhos da secção;
- 5) apresentar, trimestralmente, ao secretario, o resumo dos trabalhos da secção;
- 6) colligir os elementos necessarios á fiscalização a cargo da Comissão de Promoções;
- 7) levar ao conhecimento do secretario qualquer irregularidade verificada nos serviços ou documentos a seu cargo;
- 8) organizar, annualmente, estatísticas dos trabalhos da secção.

Art. 41. Aos adjuntos compete auxiliar os chefes de secção em todos os trabalhos.

Art. 42. Aos escreventes compete:

- 1) executar os trabalhos de escripta e dactylographia que lhes forem determinados pelos chefes ou adjuntos;
- 2) registrar, com presteza e exactidão, os lançamentos que lhes forem determinados;
- 3) indicar ao respectivo chefe ou adjunto qualquer falha que notar na execução dos trabalhos a seu cargo;
- 4) auxiliar em todos os trabalhos de expediente.

Art. 43. Aos serventes e continuos cumpre executar todos os serviços de limpeza e outros que lhes forem determinados, de accordo com a natureza de sua categoria.

Art. 44. — Um dos adjuntos será encarregado da guarda e conservação do material distribuido á Comissão de Promoções, cabendo-lhe as attribuições que competem ao almoxarife nas unidades administrativas.

Art. 45. Ao findar o primeiro anno de execução do presente regulamento, será feita a sua revisão para as emendas que a pratica tiver aconselhado.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1936. — *João Gomes Ribeiro Filho.*

---



## DECRETO N. 616 — DE 31 DE JANEIRO DE 1936

*Approva a construcção, pela Rêde Mineira de Viação, do prolongamento da linha de Barra Mansa a Angra dos Reis, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, até o caes do porto de Angra dos Reis, e de um desvio no mesmo caes, para o Moinho Santista*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Rêde Mineira de Viação, arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Art. 1.º Fica approvada a construcção, pela Rêde Mineira de Viação, do prolongamento da linha da Barra Mansa a Angra dos Reis, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, até o caes do porto de Angra dos Reis, com a extensão de 500 (quinhentos) metros, e de um desvio no mesmo caes, para o Moinho Santista, com a extensão de 115 (cento e quinze) metros, de conformidade com o projecto e orçamento apresentados pela requerente e que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas,

Art. 2.º As despesas que forem opportunamente apuradas em regular tomada de contas, como realmente effectuadas com a construcção do prolongamento da linha e do desvio, até o maximo do referido orçamento, o qual, em virtude das deducções feitas pela Inspectoria Federal das Estradas, importa no total de 10:549\$448 (dez contos quinhentos e quarenta e nove mil quatrocentos e quarenta e oito réis), serão inscriptas na conta de custeio, de accordo com o disposto na clausula V, n. 2, alinea c, *in fine*, do termo decorrente do decreto n. 18.699, de 12 de abril de 1929, que modificou o contracto de arrendamento a que se refere o decreto n. 15.406, de 22 de março de 1922, applicavel ao de arrendamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas, autorizado pelo decreto n. 19.602, de 19 de janeiro de 1931, como determina a clausula II deste ultimo.

Art. 3.º O desvio citado no art. 1.º deste decreto, fica incorporado ás obras do porto de Angra dos Reis, e reverterá, assim, ao dominio da União, com as mesmas obras, findo o prazo de concessão destas, nos termos da clausula XXX do contracto de concessão celebrado com o Estado do Rio de Janeiro, em face do decreto n. 16.964, de 24 de junho de 1925.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1936, 115.º da Independência e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 617 — DE 31 DE JANEIRO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento para a construção de um novo edificio para a estação de Baependy, da linha de Barra a Soledade, Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rêde Mineira de Viação*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Rêde Mineira de Viação, arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para a construção de um novo edificio para a estação de Baependy, situada no kilometro 31 da linha de Barra a Soledade, Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rêde Mineira de Viação. Em consequencia desta approvação, fica sem effeito o decreto n. 20.473, de 2 de outubro de 1931, na parte em que approvou a construção, pela referida Rêde, de um augmento do actual edificio daquela estação, visto o mesmo não ter sido levado a effeito, como consta do processo protocolado na alludida Secretaria de Estado, sob numero 19.393-935.

§ 1.º De conformidade com o disposto na clausula II, alinea g e na clausula IV do termo decorrente do decreto n. 18.699, de 12 de abril de 1929, que modificou o contracto de arrendamento da antiga Rêde de Viação Sul-Mineira, hoje Rêde Mineira de Viação, autorizado pelo decreto n. 15.406, de 22 de março de 1922, as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, com a construção do novo edificio, até o maximo do orçamento ora approvado, na importancia total de 62:793\$755 (sessenta e dous contos setecentos e noventa e tres mil setecentos e cincoenta e cinco réis), serão levadas á conta do "fundo de melhoramentos" a que se reporta a citada clausula IV.

§ 2.º Para a conclusão das obras fica fixado o prazo de 10 (dez) mezes, a contar da data em que a Rêde for notificada dopresente decreto.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 618 — DE 31 DE JANEIRO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento para a construção de um muro de fechamento, em São Christovão, isolando as linhas de concessão da "Leopoldina Railway Company, Limited".*

O presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem "The Leopoldina Railway Company, Limited", e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para a construção de um muro de fechamento, em São Christovão, com 447 metros de comprimento, isolando as linhas de concessão da requerente (entre a passagem de nivel da rua General Canabarro e o canto do Club Hyppico, nesta capital).

§ 1.º De accordo com o disposto no art. 6º, paragrapho unico, das Instruções approvadas pela portaria n. 839, de 7 dezembro de 1933, expedida pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, as despesas a serem effectuadas, até o maximo do orçamento ora approvado, na importancia total de 46:974\$770 (quarenta e seis contos novecentos e setenta e uma mil setecentos e setenta réis), correrão á conta do producto da arrecadação da taxa adicional de 10 % sobre as tarifas em vigor, depois de apuradas pela forma determinada no art. 8º das referidas Instruções.

§ 2.º Para a conclusão das obras fica fixado o prazo de 2 (dois) mezes, a contar da data em que a requerente fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

## DECRETO N. 619 — DE 31 DE JANEIRO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos para a construção de um novo armazem na estação "Cerqueira Cezar" e ampliação da installação para lavagem de gótiolas em "Caiuá", no ramal federal de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a Estrada de Ferro Sorocabana, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos que ora baixam, rubricados pelo director geral de

Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Vição e Obras Publicas, com as correções feitas pela Inspectoria Federal das Estradas, e nas importancias, respectivamente, de 74:995\$264 (setenta e quatro contos novecentos e noventa e cinco mil duzentos e sessenta e quatro réis), para a construção de um novo armazem na estação "Cerqueira Cezar", e 39:830\$199 (trinta e nove contos oitocentos e trinta mil cento e noventa e nove réis), para ampliação da instalação para lavagem de gaiolas em "Caiuá", no ramal federal de Tibagy, da Estrada de Ferro Sorocabana.

Pragrapho unico. Essas obras ficam consideradas como parte do programma quadriennal approved pelo decreto numero 365, de 4 de outubro de 1935, para ser executado no periodo de 1934-1937, e as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas pela forma determinada no art. 8º das Instruções approvedas pela portaria n. 839, de 7 de dezembro de 1933, do Ministerio da Vição e Obras Publicas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvedos, correrão á conta do producto da arrecadação da taxa adicional de 10 % sobre as tarifas, no mencionado quadriennio.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 43º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

#### DECRETO N. 620 — DE 31 DE JANEIRO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos de diversas obras na Rede Mineira de Vição*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Rede Mineira de Vição, arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvedos os projectos e orçamentos, nas importancias em seguida discriminadas, os quaes ora baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Vição e Obras Publicas, das obras abaixo descriptas, na Rede Mineira de Vição:

- |  |            |
|--|------------|
| a) Construção de um pontilhão no km. 11+640 da linha de Sítio a Paraopeba, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, entre as estações de Campolide e Sítio..... | 6:726\$955 |
| b) Duas instalações sanitarias na estação de Barra do Paraopeba, no km. 601+800 da linha de Sítio a Paraopeba, da Estrada de Ferro Oeste de Minas.....     | 2:200\$987 |

c)	Reconstrução do edificio da estação de Itanhandú, no km. 46+500 da linha tronco da Estrada de Ferro Sul de Minas, destruido por incendio em fevereiro de 1935.....	89:997\$581
d,	Construção de um boeiro no km. 1.005+705,20 do ramal de Uberaba, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, entre as estações de Almeida Campos e Itiquapira.....	16:273\$419
e)	onstrução de um boeiro capeado, no km. 1.002+591 do mesmo ramal, entre as referidas estações.....	23:321\$933
f)	Construção (já executada), de um boeiro aberto, no km. 288 da linha de Sítio a Paraopeba, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, entre as estações de Folha Larga e Carmo da Matta.....	2:625\$961
g)	Construção de um boeiro aberto, no km. 896+374 da linha Garças a Bello Horizonte, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, entre as estações de Carlos Prates e Bernardo Monteiro.....	9:731\$363
h)	Construção (já executada), de duas vigas de concreto armado, no km. 878+330 da Estrada de Ferro de Paracatú .....	5:177\$780
i)	Construção (já executada), de um boeiro aberto, no km. 288+263 da linha de Sítio a Paraopeba, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, entre as estações de Folha Larga e Carmo da Matta.....	1:138\$135

§ 1.º As despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados (já attendidas as rectificações feitas pela Inspectoria Federal das Estradas nos relativos ás obras descriptas nas alíneas *b* a *h*) serão assim escripturadas:

Na conta do "fundo de melhoramentos", as referentes ás obras de que tratam as alíneas *a*, *c* (parte, limitada em 77:997\$581), *d*, *e*, *f*, *g* (parte, limitada em 7:025\$719), *h* e *i*, de accordo com a clausula II (parte inicial e alínea *g*) e IV do termo decorrente do decreto n. 18.699, de 12 de abril de 1929, que modificou o contracto de arrendamento da antiga Rede de Viação Sul-Mineira, hoje Rede Mineira de Viação, autorizado pelo decreto n. 15.406, de 22 de março de 1922, e com a clausula II do de arrendamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas, celebrado em face do decreto n. 19.602, de 19 de janeiro de 1931;

Na conta de custeio, as referentes ás obras de que tratam as alíneas *b* e *c* (parte restante, limitada em 12:000\$000), de accordo com as clausulas IV, n. 2, alínea *c* do referido termo; II do alludido contracto de arrendamento da E. F. Oeste de Minas, e VII, n. 3, alíneas *b* e *c* do mencionado contracto autorizado pelo decreto n. 15.406, de 22 de março de 1922.

§ 2.º Serão também inscriptas na conta de custeio as despesas feitas pelo Governo Federal com o boeiro existente

no km. 896+374, citado na alínea *g* do artigo unico deste decreto, ao tempo em que por elle era administrada a Estrada de Ferro Oeste de Minas, — as quaes foram orçadas pela Réde Mineira de Viação em 2:705\$644, mediante applicação da tabella em vigor na mesma Réde, por não existir registro sobre o custo dessa obra, na época de sua execução.

§ 3º Para a conclusão das obras mencionadas nas alíneas *a* a *e* e *g*, ficam fixados, respectivamente, os prazos de 4, 2, 5, 3 e 6 mezes, todos a contar da data em que a requerente for notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 621 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva o regulamento para execução da lei n. 190, de 16 de janeiro de 1936*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1 da Constituição Federal, e de conformidade com o disposto no art. 9º da lei n. 190, de 16 de janeiro de 1936, decreta:

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento, que com este baixa, assignado pelo ministro de Estado da Viação e Obras Publicas, para execução da lei n. 190, de 16 de janeiro de 1936.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

**Regulamento a que se refere o decreto n. 621, desta data**

DA ADMINISTRAÇÃO AUTONOMA

Art. 1.º A exploração commercial e os melhoramentos do porto do Rio de Janeiro ficarão a cargo de uma administração autonoma, que se denominará Administração do Porto do Rio de Janeiro, e obedecerá, em tudo quanto lhe for applicavel, aos dispositivos do decreto n. 24.599, de 6 de julho de 1934, e integralmente, aos decretos ns. 24.447, de 22 de junho de 1934, e 24.511, de 29 de junho de 1934, e mais aos termos do presente regulamento.

Paraphrapho unico. Os serviços do porto ficarão sujeitos á fiscalização do Departamento Nacional de Portos e Navegação.

Art. 2.º Compete á Administração do Porto:

1, conservar as profundidades projectadas para o canal de accesso e bacia de evolução do porto.

2, conservar e renovar as obras e installações pertencentes ao acervo do porto recebido da União;

3, executar as obras e installações necessarias ao desenvolvimento commercial do porto;

4, realizar a exploração commercial do porto, arrecadando a receita, constante da tarifa e contractos em vigor, pagando as despesas, feitas na conformidade do presente regulamento, e praticando todos os actos necessarios ao bom e completo desempenho de suas attribuições.

§ 1.º Na escripturação das despesas serão, nitidamente, separadas as despesas de custeio das despesas com obras novas, por conta de capital.

§ 2.º A receita, as despesas de custeio e as despesas com obras novas, por conta de capital, serão classificadas de maneira a permittir o confronto da receita e despesa de cada serviço portuario e o custo de cada obra ou installação nova.

§ 3.º A União entregará á Administração, independentemente de quaesquer onus, os terrenos de marinha ou accrescidos de marinha e os terrenos baldios do Patrimonio Nacional que forem necessarios á execução de obras e installações de porto, approvadas pelo Ministerio da Viação.

§ 4.º A Administração gozará das seguintes prerrogativas, além das constantes na legislação portuaria em vigor:

a) servidão das vias publicas da zona do porto, para, sem prejuizo do trafego das mesmas, construir installações complementares das installações portuarias e linhas de transmissão, de comunicação e adducção, necessarias aos serviços a seu cargo;

b) isenção de direitos aduaneiros, na fórmula da legislação em vigor, para os materiaes, combustiveis, machinismos ou aparelhos que importar, para a realização de obras e provimento do aparelhamento do porto, bem como, para conservação e renovação das installações portuarias e para o serviço de trafego do porto;

c) isenção de todos os demais impostos federaes e municipaes, como mandatária que é do Governo da União.

DO CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3.º A Administração será constituída por um Conselho de seis membros, sendo dous representantes do Governo da União, dous representantes dos armadores, um do commercio e um da industria da cidade do Rio de Janeiro.

§ 1.º Os representantes do Governo da União serão designados pelo Ministro da Viação e Obras Publicas, entre os engenheiros do Departamento Nacional de Portos e Navegação, por indicação do respectivo director.

Os cargos exercidos por estes funcionarios serão de confiança do Governo e remunerados pela Administração, na forma estabelecida neste regulamento e o seu exercicio dará direito á contagem de tempo de serviço publico, para todos os efeitos legais e regulamentares.

§ 2.º O Syndicato de Armadores Nacionais, o Centro de Navegação Transatlantica, a Associação Commercial do Rio de Janeiro e a Federação Industrial do Rio de Janeiro indicarão, de accordo com as disposições dos respectivos estatutos, no prazo maximo de dez dias e dentro dos seus quadros sociaes, quatro representantes de notoria idoneidade no seio da classe e que sejam brasileiros natos ou naturalizados.

A relação dos representantes indicados será enviada, immediatamente, ao Ministro da Viação e Obras Publicas, por intermedio do Departamento Nacional de Portos e Navegação.

§ 3.º Dentre os quatro nomes indicados pelas associações anteriormente mencionadas, o Ministro da Viação designará um representante e um supplente, para cada uma dellas, afim de integrar o Conselho da Administração do Porto.

§ 4.º Os representantes de classe são designados por tres annos e a sua substituição obedecerá ás mesmas normas, anteriormente estabelecidas.

§ 5.º Sómente os membros effectivos funcionarão no Conselho da Administração. Os supplentes serão convocados para substituir os respectivos membros effectivos, nas suas faltas e impedimentos.

§ 6.º Na primeira sessão que realizar depois de constituido, o Conselho da Administração elegerá, por escrutinio secreto, um gerente e um supplente de gerente, entre os seus membros effectivos.

§ 7.º Os membros do Conselho da Administração perceberão as seguintes gratificações mensaes:

Superintendente. . . . .	5:000\$000
Gerente. . . . .	4:000\$000
Conselheiros. . . . .	1:500\$000

As gratificações dos engenheiros do Departamento Nacional de Portos e Navegação, designados para o Conselho pelo Ministro da Viação, não serão inferiores aos vencimentos do proprio cargo accrescidos da gratificação attribuida aos conselheiros.

§ 8.º Os representantes do Governo, no Conselho, funcionarão como assistentes technicos do superintendente.

Art. 4.º Dentre os seis membros do Conselho da Administração, o Ministro da Viação e Obras Publicas designará um superintendente e um supplente, para substitui-lo, nas suas faltas e impedimentos.

Art. 5.º Sob a presidencia do superintendente, o Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, no primeiro dia util de cada quinzena e todas as vezes que for convocado pelo superintendente, por carta ou telegramma, com a antecedencia minima de 24 horas.



Paragrapho unico. Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas actas em livro proprio, as quaes serão assignadas por todos os membros presentes.

Art. 6.º O Conselho de Administração só poderá deliberar, em primeira convocação, com a presença de dous terços, dos seus membros, e, em segunda convocação, com os membros que comparecerem.

§ 1.º As resoluções do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes.

§ 2.º Nos casos de empate, prevalecerá o voto do superintendente.

Art. 7.º Compete ao Conselho da Administração:

1º, inteirar-se, minuciosamente, de todos os actos de gestão da Administração, pelos quaes é solidariamente responsável, uma vez que os approve;

2º, deliberar sobre os actos administrativos que importem em despesas além das ordinarias e em modificar as normas seguidas na exploração do porto;

3º, receber o acervo do porto do Rio de Janeiro do Departamento Nacional de Portos e Navegação, mediante minucioso inventario e recibo, e, mediante recibo, os fundos existentes na conta da actual administração, aberta no Banco do Brasil e, bem assim, a responsabilidade pela ultimação dos contractos da mesma administração para fornecimento de material ou execução de serviços que estiverem em vigor.

4º, submeter á approvação do Ministerio da Viação e Obras Publicas os projectos de melhoramentos e obras novas, cujos orçamentos excedam de cincoenta contos de réis.... (50:000\$000), e á approvação do Departamento Nacional de Portos e Navegação os mesmos projectos de valor inferior a cincoenta contos de réis (50:000\$000);

5º, propor ao Ministro da Viação e Obras Publicas as alterações no quadro do pessoal da Administração, que forem exigidas pelo serviço;

6º, apresentar, mensalmente, ao Departamento Nacional de Portos e Navegação o balancete da gestão do mez anterior, comprovado com os originaes dos documentos de despesa e assignado por todos os membros da Administração, e submeter-se, annualmente, á tomada de contas por commissão especial, organizada na fórma das leis em vigor para os demais portos do paiz;

7º, realizar as operações de credito, que forem previamente approvadas pelo Governo, para custear a execução de melhoramentos de que careça o porto e que se enquadrem, rigorosamente, nas possibilidades financeiras da receita;

8º, propor ao Ministro da Viação e Obras Publicas as modificações na tarifa do porto, necessarias ao perfeito equilibrio financeiro da exploração e ao incremento do commercio, especialmente de mercadorias nacionaes;

9º, submeter á approvação do Departamento Nacional de Portos e Navegação o regulamento dos serviços da Administração.

## DO SUPERINTENDENTE

Art. 8.º Compete ao superintendente:

1º, arrecadar a receita do porto produzida por taxas aprovadas pelo Governo, na conformidade dos decretos números 24.508, de 29 de junho de 1934, e recolhê-la, diariamente, ao Banco do Brasil, em conta especial. Nessa receita, não se compreenderá o adicional de 10 % sobre os direitos aduaneiros, a que se refere o decreto n. 24.577, de 4 de julho de 1934, a qual continuará a ser recolhida ao Thesouro Nacional, para financiamento dos compromissos assumidos, pela União, com a construção das obras já executadas no porto;

2º, pagar as despesas de exploração, conservação e melhoramento do porto com o producto da receita, observado o disposto no n. 2 do art. 9º.

3º, adquirir, mediante concorrência, feita em consulta epistolar no minimo a tres firmas commerciaes, especializadas nas mercadorias de que carecer, os materiaes estritamente necessarios á exploração, conservação e melhoramentos do porto;

4º, realizar, mediante concorrência publicada no *Diário Official*, entre firmas idoneas e especializadas, as aquisições e obras cujo valor exceda de 50:000\$000 (cincoenta contos de réis);

5º, preencher ou supprimir as vagas que occorrerem no quadro do pessoal do porto, aprovado pelo Ministro da Viação e Obras Publicas, cujos salarios e ordenados só poderão ser alterados mediante aprovação do mesmo Ministro;

6º, executar e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração;

7º, representar a Administração do Porto em juizo e perante o Governo, commercio, armadores e clientes do porto em geral;

8º, zelar pelos interesses da Administração do Porto, praticando os actos que forem de sua alçada e propondo ao Conselho as demais medidas que julgar necessarias ao bom andamento dos serviços portuarios;

9º, zelar pela pontualidade e economia de todos os serviços do porto;

10º, applicar penálidades previstas em lei e regulamentos aos empregados e clientes do porto;

11º, negar serviços portuarios aos clientes do porto que estiverem em debito para com a Administração.

## DO GERENTE

Art. 9.º Compete ao gerente:

1º, cooperar com o superintendente no desempenho de attribuições pela fórmula que for combinada entre ambos;

2º, firmar, com o superintendente, os cheques e ordens de pagamento exigidos para custear as despesas e movimentar os fundos da Administração;

3º, firmar com o superintendente, os contractos em que for parte a Administração do Porto.

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 10. As leis portuarias e aduaneiras em vigor se estenderão á Administração do Porto do Rio de Janeiro, em tudo aquillo em que lhe forem applicaveis.

Art. 11. Desde que as rendas do Cães do Porto, sob o regime de autonomia, diminuam, tornando-se inferiores á renda minima conseguida pela companhia particular que já explorou os respectivos serviços, com proveito proprio e vantagem para o Thesouro, fica o Governo autorizado a prover, novamente, ao arrendamento dos alludidos serviços, mediante concorrência publica.

#### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 12. Para assegurar a continuidade administrativa do Conselho, a primeira designação dos representantes do Syndicato de Armadores Nacionais e da Associação Commercial do Rio de Janeiro será por tres annos, a do representante do Centro de Navegação Transatlantica por dous annos e a do representante da Federação Industrial do Rio de Janeiro por um anno.

Paragrapho unico. As designações que se seguirem obedecerão aos precisos termos deste regulamento.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

#### DECRETO N. 622 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1936

*Autoriza o ministro de Estado dos Negocios da Fazenda a promover e executar os accordos para a liquidação de dividas commerciaes atrozadas.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56 da Constituição e tendo em vista as leis ns. 110, de 31 de outubro, e 129, de 7 de dezembro, e os decretos legislativos ns. 4, de 18 de novembro, e 7, de 20 de dezembro, todos de 1935, decreta:

Artigo unico. Fica o ministro de Estado dos Negocios da Fazenda autorizado a promover e realizar todos os actos necessarios á fiel execução do accordo celebrado entre o Brasil e o Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte,

para liquidação das dividas commerciaes em atrazo, e á ultimação do accordo a ser celebrado com os credores norte-americanos ou seus representantes, com a mesma finalidade, sendo-lhe attribuidas em relação a este ultimo as mesmas faculdades quanto ás posteriores providencias indispensaveis á respectiva execução.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1936, 115 da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 623 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Agricultura o credito especial de réis 300:200\$000, para pagamento no corrente exercicio, do pessoal a que se refere a lei n. 150, de 20 de dezembro de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida no art. 9° da lei n. 150, de 20 de dezembro de 1935 e attendendo ao que resolveu o Tribunal de Contas em sessão de 29 de janeiro de 1936,

Decreta:

Art. 1° — Fica aberto, ao Ministerio da Agricultura, o credito especial de 300:200\$000 (tresentos contos e duzentos mil réis), para attender, no corrente exercicio, ao pagamento de despesas "Pessoal" decorrentes da remodelação de que trata a lei n. 150, de 20 de dezembro de 1935.

Art. 2° — Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 624 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio nos municipios de Soledade, Arroio Grande e Tupaceretan, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 16 de fevereiro do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve ssuspender o estado de sitio nos municipios de Soledade, Arroio Grande e Tupaceritan, no Estado do Rio Grande do Sul,

durante o dia 16 de fevereiro do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

DECRETO N. 625 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio nos municipios de Palmeira dos Indios, São José da Lage e Pilar, no Estado de Alagoas, durante o dia 9 de fevereiro do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve suspender o estado de sitio nos municipios de Palmeira dos Indios, São José da Lage e Pilar, no Estado de Alagoas, durante o dia 9 de fevereiro do corrente anno, a fim de serem alli realizadas eleições municipaes, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

DECRETO N. 626 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio nos municipios de Boa Vista do Tocantins, Sant'Anna e Jaraguá, no Estado de Goyaz, durante o dia 15 de fevereiro do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, resolve suspender o estado de sitio nos municipios de Boa Vista do Tocantins, Sant'Anna e Jaraguá, no Estado de Goyaz, durante o dia 15 de fevereiro do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

DECRETO N. 627 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no municipio de Bom Jesus, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 9 de fevereiro do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender o estado de sitio no municipio de Bom Jesus, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 9 de fevereiro do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

DECRETO N. 628 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1936

*Autoriza a celebração de um termo additivo aos contractos celebrados com a "The Amazon Telegraph Company, Limited", para a exploração do serviço telegraphico entre Belém e Manáos, por meio de cabos sub-fluviaes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu "The Amazon Telegraph Company, Limited", usando da autorização constante da Lei numero 139, de 16 de dezembro de 1935 e de accordo com as informações prestadas pelo Departamento dos Correios e Telegraphos, decreta:

Artigo unico. Ficam approvadas as clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro de Estado da Viação e Obras Publicas, para lavratura de um termo additivo aos contractos celebrados com "The Amazon Telegraph Company Limited", em virtude dos decretos ns. 2.000, de 2 de abril de 1895 e 7.481, de 29 de julho de 1909, para a exploração do serviço telegraphico entre Belém e Manáos, por meio de cabos sub-fluviaes.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1936; 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

**Clausulas a que se refere o decreto n. 628, desta data****I**

Fica fixada para "The Amazon Telegraph Company, Limited", e até final de suas concessões em 2 de abril de 1945, a subvenção annual de 1.450:000\$, em substituição á que vigorou até 2 de abril de 1935, por força das clausulas XIII do decreto n. 2.000, de 2 de abril de 1895 e V, do de n. 7.481, de 29 de julho de 1909.

Paragrapho unico. O pagamento da subvenção relativa aos 2º, 3º e 4º trimestres de 1935, será effectuado na mesma base de 1.450:000\$, annuaes.

**II**

A companhia reduzirá de pelo menos 20 % as taxas que vigoram actualmente para seu serviço ordinario, internacional e interior, e, uma vez estabelecidas, as novas taxas não poderão ser elevadas sem consentimento do Governo.

Paragrapho unico. A redução das taxas do serviço interior só entrará em vigor depois de approvada pelo Departamento dos Correios e Telegraphos, não se permitindo concurrencia prejudicial ás rendas do Telegrapho Nacional.

**III**

A companhia fica obrigada a transmittir, nas condições do art. 29, letras *b* e *c*, do regulamento baixado com o decreto n. 21.701, de 3 de agosto de 1932, as communicações que interessarem ao serviço meteorologico.

**IV**

As despesas decorrentes do presente contracto correrão por conta dos creditos que forem opportunamente votados pelo Poder Legislativo.

**V**

O termo de contracto additivo que fôr celebrado de conformidade com as presentes clausulas só será exequivel depois de registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo Federal por indemnização alguma se aquelle Instituto denegar-lhe registro.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 629 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos de diversas obras na Estrada de Ferro Oeste de Minas, da Rêde Mineira de Viação.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Rêde Mineira de Viação, arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos, nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, das obras, abaixo descriptas, na Estrada de Ferro Oeste de Minas, da Rêde Mineira de Viação:

- |  |             |
|--|-------------|
| a) construcção, executada em 1933, de uma valeta de protecção do aterro existente no km. 716 - - 550 da linha de Angra dos Reis a Patrocinio, entre as estações de Uruburetama e Campos Altos .....            | 30:578\$484 |
| b) construcção de um commodo no 3º pavimento da Rêde, em Bello Horizonte, para installação da Secção de Estatística. . . . .   | 7:093\$769  |
| c) construcção, executada em 1931, de um barracão no pateo do citado edificio, para abrigo do pessoal da carpintaria quando em execução de obras avulsas, e para guarda de materiaes das mesmas obras. . . . . | 4:079\$739  |

§ 1.º As despesas que forem realmente apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, já attendidas as correcções feitas pela Inspectoria Federal das Estradas, nos relativos ás obras descriptas nas alineas *a* e *b*, serão assim escripturadas:

Na conta de custeio, as referentes ás obras mencionadas nas alineas *b* e *c*, de accordo com a clausula II do contracto de arrendamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas, autorizado pelo decreto n. 19.602, de 19 de janeiro de 1931, combinada com a clausula VII, n. 3, alinea *c* do de arrendamento da antiga Rêde de Viação Sul-Mineira, hoje Rêde Mineira de Viação, celebrado de conformidade com o decreto n. 15.406, de 22 de março de 1922, e com a clausula V, numero 2, alinea *c* do termo que o modificou em face do decreto n. 18.699, de 12 de abril de 1929;

Na conta do "fundo de melhoramentos", as relativas á obra citada na alinea *a*, de accordo com a clausula II do alludido contracto autorizado pelo decreto n. 19.602, de 19 de janeiro de 1931, combinada com a clausula II (parte inicial) do termo decorrente do referido decreto n. 18.699.



§ 2.º Para a conclusão das obras a que se refere a alínea b, fica fixado o prazo de 4 (quatro) mezes, a contar da data em que a requerente for notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1936, 115.º da Independência e 48.º da República.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

DECRETO N. 630 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos das obras e aquisição de material que constituem parte do programma quadriennal 1935-1938, a ser executado pela Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, na Estrada de Ferro D.ª Thereza Christina.*

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá, e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, — das obras e aquisição de material que constituem parte do programma quadriennal 1935-1938, approvado pelo aviso n. 924, de 26 de março de 1935, do referido Ministerio á Inspectoria Federal das Estradas, para ser executado na Estrada de Ferro Da. Thereza Christina, arrendada á requerente:

a) Construcção de uma ponte de 8 metros de vão, no km. 9 + 600 do ramal de Lauro Müller. . . . .	93:547\$142
b) Construcção de um abrigo de carros no km. 1 do referido ramal. . . . .	71:515\$544
c) Construcção de um boeiro duplo, de 0m,80 x 1m,50 no km. 18 do mesmo ramal. . . . .	30:444\$196
d) Construcção de um desvio na Parada São Pedro, no km. 19 + 300 do ramal de Urussanga. . . . .	12:506\$813
e) Construcção de um muro no pateo das officinas de Tubarão, no km. 1 + 100 do ramal de Lauro Müller. . . . .	20:062\$012
f) Construcção e collocação de 240 postes kilometricos, de concreto armado. . . . .	7:296\$000
g) Aquisição de um torno para rodas. . . . .	90:000\$000
h) Aquisição de um motor para as officinas. . . . .	60:000\$000
i) Aquisição de um automove! Ford, inclusive adaptacção, para trafegar na via ferrea. . . . .	20:000\$000

Parapho unico. As despesas que forem realmente effectuadas com as alludidas obras e aquisição de material, e apuradas pela fórma determinada no art. 8.º das "Instrucções para a cobrança da taxa adicional de 10% sobre as tarifas nas estradas de ferro arrendadas ou concedidas e applicação do respectivo producto", approvadas pela Portaria n. 839, de 7 de dezembro de 1933, do Ministerio da Viação e Obras Publicas, — até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, já attendidas as rectificações — feitas pela Inspectoria Federal das Estradas nos relativos ás obras descriptas nas alineas a a e do artigo unico deste decreto, na importancia total de 405:371\$707 (quatrocentos e cinco contos trezentos e setenta e um mil setecentos e sete réis), correrão á conta do mesmo producto, arrecadado no periodo quadriennal citado, como determina o art. 6.º das mencionadas "Instrucções".

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1936; 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 631 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento para reforma do edificio da estação de "Tres Corações" e respectivas dependencias, da Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rêde Mineira de Viação.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Rêde Mineira de Viação, arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de acôordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para reforma do edificio da estação de "Tres Corações" e respectivas dependencias, da Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rêde Mineira de Viação, os quaes substituem os que foram approvados pelo decreto n. 199, de 21 de junho de 1935, que fica, assim, declarado sem effeito.

§ 1.º De conformidade com o disposto na clausula II, alinea g e na clausula IV do termo decorrente do decreto n. 18.699, de 12 de abril de 1929, modificativo do contracto de arrendamento da antiga Rêde de Viação Sul-Mineira, hoje Rêde Mineira de Viação, autorizado pelo decreto n. 15.406, de 22 de março de 1922, — as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo do orçamento ora approvado, na importancia total de 117:839\$238 (cento e dezesete contos oitocentos e trinta e

nove mil duzentos e trinta e oito réis), já attendidas as rectificações nelle feitas pela Inspectoria Federal das Estradas, serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos" a que se refere a citada clausula IV.

§ 2.º Para a conclusão dos trabalhos fica fixado o prazo de 6 (seis) mezes, a contar da data em que a Rede fôr notificada do presente decreto.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 632 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1936

Approva os projectos e orçamentos para alargamento de côrtes  
*do ramal de Paranapanema*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que propoz a Superintendencia da Rede de Viação Paraná-Santa Catharina, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para alargamento dos côrtes do ramal do Paranapanema, situados nas posições kilometricas mencionadas nos citados documentos.

Paragrapho primeiro. Na despeza com os respectivos trabalhos, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, nas importancias totaes de 148:928\$421 (cento e quarenta e oito contos novecentos e vinte e oito mil quatrocentos e vinte e um réis) e 176:078\$476 (cento e setenta e seis contos setenta e oito mil quatrocentos e setenta e seis réis), já attendidas as rectificações nelles feitas pela Inspectoria Federal das Estradas, deverá applicar-se o producto da taxa de 10 % sobre todas as passagens e fretes, excepto o das madeiras, taxa essa que vinha sendo empregada desde 1924 nas obras de construcção do referido prolongamento.

Paragrapho segundo. Para a conclusão dos trabalhos fica fixado o prazo de 6 (seis) mezes, a contar da data em que a Superintendencia da Rede fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 633 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1936

***Approva novos projecto e orçamento relativos ás obras de melhoramentos do porto de Corumbá***

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que propoz o Departamento Nacional de Portos e Navegação, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os novos projecto e orçamento, na importancia total de 1.648:295\$000 (mil seiscentos e quarenta e oito contos duzentos e noventa e cinco mil réis), relativos ás obras de melhoramentos do porto de Corumbá, no Estado de Matto Grosso, os quaes foram organizados pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, e ora baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, em substituição aos approvados pelo decreto n. 23.092, de 17 de agosto de 1933 (art. 1°).

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 634 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1936

***Promulga a adhesão do Brasil aos accordos relativos, respectivamente, á unificação dos signaes maritimos e ás barcas-pharões guarnecidas, concluidos em Lisboa a 23 de outubro de 1930***

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

havendo o Chefe do Governo Provisorio determinado, em 7 de dezembro de 1931, a adhesão definitiva do Brasil aos accordos relativos, respectivamente, á unificação dos signaes maritimos e ás barcas-pharoes, quando fóra de suas posições, concluidos em Lisboa a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da balisagem e de illuminação das costas, realizada na mesma Capital;

Tendo sido registrada essa adhesão a 21 de novembro de 1932 no secretariado da Liga das Nações; e

Attendendo ao disposto no art. 18 das Disposições Transitorias da constituição da Republica, em virtude do que ficaram approvados os actos do Governo Provisorio;

Decreta que os referidos accordos, acompanhados dos respectivos regulamentos, appensos por cópias ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

### Accordo relativo a signaes maritimos

Os governos contractantes, representados pelos abaixo assignados, tendo resolvido unificar certas categorias de signaes maritimos, convieram nas seguintes disposições:

#### Artigo I

Em todos os casos em que, pelas autoridades competentes nos territorios dos governos contractantes, foram dadas aos navegantes, por signaes visuaes, as informações ou avisos que constituem o objecto do regulamento annexo, cada um desses governos se compromette a que, para tal fim, sejam sómente tomadas, pelas referidas autoridades, as medidas que estiverem de accordo com o mencionado regulamento. As medidas de execução, para isso necessarias, deverão ser tomadas dentro de dous annos, a contar da entrada em vigor do presente Accordo.

#### Artigo II

As disposições do regulamento annexo só poderão deixar de ser cumpridas nos casos em que, devido ás condições locais ou a circumstancias exceptionaes, não possam ellas ser razoavelmente applicadas e, especialmente, nos casos em que a sua adopção ameace pôr em perigo a navegação, ou acarrete despesas desproporcionadas ao trafico existente. Taes excepções deverão ser, aliás, tão limitadas quanto permittam as exigencias da situação a que terão de fazer frente. Os navegadores deverão ser devidamente informados sobre essas derogações. Todas as precauções deverão, tanto quanto possivel, ser tomadas para se evitar, em taes casos, qualquer confusão com os outros signaes previstos no regulamento.

#### Artigo III

O presente Accordo não deverá ser considerado como modificativo, por qualquer fórma, da situação de direito existente nos differentes paizes, no que concerne ás relações entre o publico e as autoridades encarregadas de transmittir os signaes em questão.

## Artigo IV

O presente Accordo, cujos textos francez e inglez farão igualmente fé, será datado de hoje; e poderá, até 30 de abril de 1931, inclusive, receber a assignatura de qualquer governo que se tenha feito representar na Conferencia que o elaborou, ou que haja sido convidado para nella se fazer representar.

## Artigo V

A acceitação do presente Accordo, por parte de um governo, poderá effectuar-se por simples assignatura, no caso em que esta seja dada sem reserva de ratificação, por via de ratificação, ou de adhesão. Os instrumentos de ratificação serão remettidos ao secretario geral da Liga das Nações, que notificará o respectivo recebimento aos governos interessados.

A data da entrada em vigor do Accordo será o nonagesimo dia a contar da respectiva acceitação por parte de cinco governos.

## Artigo VI

A partir de 1 de maio de 1931, o presente Accordo poderá receber a adhesão de qualquer dos governos referidos no artigo IV.

Os instrumentos de adhesão serão remettidos ao secretario geral da Liga das Nações, que notificará o respectivo recebimento aos governos interessados.

## Artigo VII

Cada assignatura, ratificação ou adhesão, que sobrevier á entrada em vigor do Accordo, de conformidade com o artigo V, produzirá os seus effeitos a partir do nonagesimo dia, a contar da data da assignatura ou do recebimento, pelo secretario geral da Liga das Nações, dos instrumentos de ratificação ou da notificação da adhesão.

## Artigo VIII

O presente Accordo poderá ser denunciado por qualquer dos governos contractantes, depois de um periodo de sete annos, a partir da data de sua entrada em vigor para o governo denunciante, por notificação escripta, dirigida ao secretario geral da Liga das Nações, que do facto dará sciencia a todos os governos referidos no artigo IV. A denuncia produzirá os seus effeitos um anno após a data em que for recebida pelo secretario geral da Liga das Nações a respectiva notificação valendo apenas para o governo denunciante. A expiração de cada periodo de sete annos, depois de entrar em vigor o presente Accordo, qualquer governo contractante poderá propor a sua revisão. Em qualquer outra occasião esse pedido só poderá ser apresentado por uma quarta parte dos governos contractantes.

## Artigo IX

Qualquer governo contractante, no acto da assignatura, da ratificação ou da adhesão, poderá declarar que, pela acceitação do presente Accordo, não assume obrigação alguma relativamente a qualquer colonia, protectorado ou territorio collocado sob suzerania ou mandato; em tal caso, o presente Accordo não será applicavel aos territorios que constituem o objecto dessa declaração.

Qualquer governo contractante poderá, em qualquer época posterior, notificar ao secretario geral da Liga das Nações a sua intenção de tornar o presente Accordo applicavel a qualquer parte dos territorios que constituíram o objecto da declaração prevista na alinea precedente. Em tal caso, o Accordo applicar-se-á aos territorios mencionados na notificação, noventa dias após o recebimento desta pelo secretario geral da Liga das Nações.

Qualquer governo contractante poderá declarar, quer á expiração do prazo de sete annos depois da notificação prevista no paragrapho precedente, quer por occasião da denuncia prevista no artigo 8º, que considera sustada a applicação do presente Accordo a qualquer colonia, protectorado ou territorio collocado sob suzerania ou mandato; em tal caso, o Accordo cessará de ser applicavel aos territorios que constituem o objecto dessa declaração um anno depois do recebimento da mesma pelo secretario geral da Liga das Nações. Na ausencia de tal declaração, a denuncia prevista no artigo 8º não terá effeito algum no que concerne os territorios mencionados no presente artigo.

## Artigo X

Cada um dos governos contractantes poderá subordinar a acceitação do presente Accordo á participação de um ou varios dos governos mencionados no artigo IV.

## Artigo XI

Cada um dos governos contractantes poderá declarar, no momento da assignatura, da ratificação ou da adhesão, que a obrigação mencionada no artigo primeiro deverá ser comprehendida como só tendo effeito, para elle, no que diz respeito ás disposições de tal ou qual capitulo especialmente designado no regulamento annexo. Não poderá, nesse caso, prevalecer-se da obrigação contrahida pelos outros governos contractantes, senão relativamente á materia contida nos capitulos a cujos compromissos elle proprio se haja obrigado.

## Artigo XII

O presente Accordo será registrado pelo secretario geral da Liga das Nações, na data da sua entrada em vigor.

Em fé do que, os abaixo assignados appuzeram suas assignaturas no presente *Accordo*.

Allemanha. — *Gustav Meyer* (sob reserva de ratificação).

Belgica. — *F. Urbain* (sob reserva de ratificação).

União Sul-Africana. — *F. F. Pienaar* (sob reserva de ratificação).

China. — *Woo Kaiseng* (sob reserva de ratificação).

Cuba. — *Arturo Loynaz del Castillo* (sob reserva de ratificação).

Cidade Livre de Dantzig. — *Solski*, capitão de fragata (sob reserva de ratificação).

Hespanha. — *José Herbellá*. — *Rafael Estrada* (sob reserva de ratificação).

Estonia. — *T. Gulman* (sob reserva de ratificação).

Finlandia. — *Sakari Tainio* (sob reserva de ratificação).

França. — *P. H. Watier* (sob reserva de ratificação).

Marrocos. — *A. de Rouville* (sob reserva de ratificação).

Tunisia. — *A. de Rouville* (sob reserva de ratificação).

Grecia. — *D. Rasi-Kotsikas* (sob reserva de ratificação).

Monaco. — Conde *C. J. HL de Babone* (sobre reserva de ratificação).

Paizes-Baixos. — *P. van Braam van Vloten* (sob reserva de ratificação).

A presente assignatura não inclui as Indias orientaes neerlandezas, nem Surinam e Curaçáo.

*Langeler* (sob reserva de ratificação). Fica entendido que esta assignatura não acarreta nenhuma obrigação para o Governo dos Paizes-Baixos no que concerne aos territorios colonniaes neerlandezes nas Indias orientaes e occidentaes.

Polonia. — *Solski*, capitão de fragata (sob reserva de ratificação).

Portugal. — *Ernesto de Vasconcellos*. — *Manoel Norton*.

Rumania. — *C. Antoniadé* (sob reserva de ratificação).

Suecia. — *Erik Hagg* (sob reserva de ratificação).

Yugoslavia. — *I. Choumenkivitch* (sob reserva de ratificação).

União das Republicas Sovieticas Socialistas. — *S. J. Brahtman Brodowsky*.

—

### **Accordo sobre barcas-pharóes guarneçadas, quando fóra de suas posições normaes**

Os governos contractantes, representados pelos abaixo assignados, tendo resolvido unificar os signaes das barcas-pharóes guarneçadas, quando se encontrem fóra de suas posições normaes, convieram nas seguintes disposições:

#### **ARTIGO I**

Os governos contractantes se comprometttem a pôr em execução as disposições do regulamento annexo, relativas a barcas-pharóes, quando fóra de suas posições normaes. As me-



didas de execução, necessarias para tal effeito, deverão ser tomadas dentro de um anno, a contar da data da entrada em vigor do presente accordo.

## ARTIGO II

O presente accordo não deverá ser considerado como modificativo, por qualquer fórma, da situação de direito existente nos diferentes paizes, no que concerne ás relações entre o publico e as autoridades encarregadas dos serviços de barcas-pharóes.

## ARTIGO III

O presente accordo, cujos textos francez e inglez farão igualmente fé, será datado de hoje; poderá, até 30 de abril de 1931, inclusive, receber a assignatura de qualquer governo que se tenha feito representar na Conferencia que o elaborou ou que haja sido convidado para nella se fazer representar.

## ARTIGO IV

A acceitação do presente accordo por parte de um governo poderá effectuar-se por simples assignatura, no caso em que esta seja dada sem reserva de ratificação, por via de ratificação ou de adhesão.

Os instrumentos de ratificação serão remettidos ao secretario geral da Liga das Nações, que notificará o respectivo recebimento aos governos interessados. A data da entrada em vigor do accordo será o nonagesimo dia a contar da respectiva acceitação por parte de cinco governos.

## ARTIGO V

A partir de 1 de maio de 1931 o presente accordo poderá receber a adhesão de qualquer dos governos referidos no artigo 3.

Os instrumentos de adhesão serão remettidos ao secretario geral, da Liga das Nações que notificará o respectivo recebimento aos governos interessados.

## ARTIGO VI

Cada assignatura, ratificação ou adhesão que sobrevier á entrada em vigor do accordo, de conformidade com o artigo 4, produzirá os seus effeitos a partir do nonagesimo dia a contar da data da assignatura ou do recebimento, pelo secretario geral da Liga das Nações, dos instrumentos de ratificação ou da notificação da adhesão.

## ARTIGO VII

O presente accordo poderá ser denunciado, por qualquer dos governos contractantes, depois de um periodo de sete annos a partir da data de sua entrada em vigor para o governo denunciante, por notificação escripta, dirigida ao secretario geral da Liga das Nações, que do facto dará sciencia a todos os governos referidos no artigo 3.

---

A denuncia produzirá os seus effeitos um anno após a data em que fôr recebida pelo secretario geral da Liga das Nações a respectiva notificação, valendo apenas para o governo denunciante.

A' expiração de cada periodo de sete annos, depois de entrar em vigor o presente accordo, qualquer governo contractante poderá propôr a sua revisão. Em qualquer outra occasião, esse pedido só poderá ser apresentado por uma quarta parte dos governos contractantes.

### ARTIGO VIII

Qualquer governo contractante, no acto da assignatura, da ratificação ou da adhesão, poderá declarar que, pela acceitação do presente accordo, não assume obrigação alguma relativamente a qualquer colonia, protectorado ou territorio collocado sob suzerania ou mandato; em tal caso o presente accordo não será applicavel aos territorios que constituem o objecto dessa declaração.

Qualquer governo contractante poderá, em qualquer época posterior, notificar o secretario geral da Liga das Nações, a sua intenção de tornar o presente accordo applicavel a qualquer parte dos territorios que constituíram o objecto da declaração prevista na alinea precedente. Em tal caso, o accordo applicar-se-ha aos territorios mencionados na notificação, noventa dias após o recebimento desta pelo secretario geral da Liga das Nações.

Qualquer governo contractante poderá declarar, quer a expiração do prazo de sete annos depois da notificação prevista no paragrapho precedente, quer por occasião da denuncia prevista no art. 7º, que considera sustada a applicação do presente accordo a qualquer colonia, protectorado ou territorio collocado sob suzerania ou mandato; em tal caso, o accordo cessará de ser applicavel aos territorios que constituem o objecto dessa declaração um anno depois do recebimento da mesma declaração pelo secretario geral da Liga das Nações. Na ausencia de tal declaração a denuncia prevista no art. 7º, não terá effeito algum no que concerne territorios mencionados no presente artigo.

### ARTIGO IX

Cada um dos governos contractantes poderá subordinar a acceitação do presente accordo á participação de um ou varios governos mencionados no art. 3º.

### ARTIGO X

O presente accordo será registrado pelo secretario geral da Liga das Nações na data da sua entrada em vigor.

*Allemanha* — Gustav Meyer, sob reserva de ratificação.

*Belgica* — F. Urbain, sob reserva de ratificação.

*Gran-Bretanha e Irlanda do Norte*, bem como todas as partes do Imperio Britannico que não são membros separados da Liga das Nações.

Declaro que a minha assignatura não comprehende as colonias, protectorados ou territorios sob suzerania ou mandato.  
— John Balwin.

---

*India* — Declaro que a minha assignatura não comprehende nenhum dos Estados da India sob suzerania britannica. — Edward Headlam.

*Cuba* — Arturo Loynaz del Castillo, sob reserva de ratificação.

*Hespanha* — José Herbella — Rafael Estrada, sob reserva de ratificação.

*Estonia* — T. Gulman, sob reserva de ratificação.

*Filandia* — Sakari Tainio, sob reserva de ratificação.

*França* — P. H. Watier.

*Marrocos* — A. de Rouville.

*Tunisia* — A. de Rouville.

*Grecia* — D. Rasi-Koissicas.

*Monaco* — Comte C. J. H. de Bobone.

*Paizes-Baixos* — P. van Braam van Vloten; a presente assignatura não inclue as Indias Orientaes neerlandezas, Surinam e Curaçao. Langeler. Fica entendido que esta assignatura não acarreta nenhuma obrigação para o Governo dos Paizes-Baixos no que concerne aos territorios coloniaes neerlandezes nas Indias Orientaes e Occidentaes.

*Portugal* — Ernesto de Vasconcellos, sob reserva de ratificação.

*Suecia* — Erik Hagg, sob reserva de ratificação.

—

## Regulamento relativo a certas categorias de signaes maritimos

### CAPITULO I

#### AVISO DE TEMPESTADES SUSCEPTIVEIS DE AFFECTAR A LOCALIDADE

A) — Direcção do vento.

Indica-se:

1.º— Uma rajada de vento começando no quadrante N. W.; durante o dia, por um cone com a ponta voltada para cima; á noite, por duas luzes vermelhas super-postas.

2.º— Uma rajada de vento começando no quadrante S. W.; durante o dia, por um cono com a ponta voltada para baixo; á noite, por duas luzes brancas super-postas.

3.º— Uma rajada de vento começando no quadrante N. E.; durante o dia, por dois cones com as pontas voltadas para cima e superpostos.

4.º— Uma rajada de vento começando no quadrante S. E.; durante o dia, por dois cones com as pontas para baixo, superpostas; á noite por uma luz branca sobre uma luz vermelha.

B) — Probabilidade de máo tempo, tufão ou vento violento.

Indica-se:

1.º — O mau tempo provavel:

Durante o dia, por uma esphera negra; á noite, por uma luz vermelha içada na ponta do mastro.

2.º — Tufão ou vento violento provaveis:

Durante o dia, por duas espheras negras superpostas; á noite, por duas luzes vermelhas em linha horizontal, na ponta do mastro.

Desde que se possa prevêr a direcção do vento, pôde-se efectuar a substituição tanto do signal correspondente do paragrapho A) precedente, pelo signal do paragrapho B), como arvorar simultaneamente esses dois signaes.

C) — Mudança de direcção do vento:

Indica-se:

1.º — Uma mudança de vento para a direita (no sentido dos ponteiros de relógio) por uma bandeira preta ou por um cylindro negro.

2.º — Uma mudança de vento para a esquerda (no sentido inverso dos ponteiros de relógio) por duas bandeiras pretas superpostas ou por dois cylindros negros super-postos.

O signal indicativo da mudança de direcção do vento é içado ao lado da indicação da direcção do vento. A distancia entre dois elementos superpostos, de um signal diurno deve ser pelo menos igual á maior dimensão de um elemento.

A distancia entre duas luzes colocadas em linha vertical deve ser de dois metros (seis pés), pelo menos.

A utilização dos signaes prescriptos pelo preesnte regulamento não exclue o emprego de outros signaes, quando os mesmos se tornarem necessarios e notavelmente dos signaes do cyclone, taes como os foram codificados pelo observatorio do Zi-Ka-Wei, de accordo com o Departamento maritimo das Alfandegas Maritimas Chinezas.

## CAPITULO II

### SIGNAES DE MARÉ E DE ALTURA D'AGUA

A) — Direcção de variação do nivel da maré

Indica-se:

1.º — á maré vasante:

Durante o dia, por um cone muito fino e comprido, com a ponta voltada para baixo; á noite por uma luz branca superposta a outra verde.

2° — á preamar:

Durante o dia, por um cone muito fino e comprido, com a ponta voltada para cima; durante á noite, por uma luz verde superposta a outra branca.

A altura do cone terá pelo menos tres vezes o diametro de sua base.

B)—Altura d'agua

Salvo excepções, que serão indicadas nas instrucções nauticas, as alturas da agua são medidas a partir de zero hydrographico.

As unidades adoptadas são o duplo decimetro, nos paizes que adoptam o systema metrico e o pé inglez nos outros paizes.

Indica-se:

Uma altura de agua, equivalente a uma unidade (pé ou duplo decimetro):

Durante o dia, por um cone com a ponta voltada para baixo ou por uma esphera; á noite, por uma luz verde ou por uma luz branca.

Indica-se:

Uma altura de agua equivalente a cinco unidades (um metro ou cinco pés):

Durante o dia, por um cylindro; á noite, por uma luz vermelha.

Indica-se:

Uma altura de agua equivalente a 25 unidades (5 metros ou 25 pés):

Durante o dia, por uma esphera; á noite, por uma luz branca.

Si conveniente, poder-se-á medir uma altura de agua equivalente a meia unidade (um decimetro ou um meio pé):

Durante o dia, por um cylindro; á noite por uma luz vermelha.

Os signaes são içados do modo seguinte:

Os cones (ou espheras) indicando unidades podem ser dispostos, quer em linha uma vertical, quer em duas. O cylindro indicando a sub-divisão da unidade póde ser collocado, quer na mesma linha e abaixo das unidades, quer á esquerda da vertical das unidades.

As espheras indicando, cada um, cinco unidades são dispostos, em linha vertical á direita da linha ou das linhas das indicadas unidades.

As espheras indicando, cada uma 25 unidades, são dispostas em linha vertical, á extrema direita. A esquerda e a direita são consideradas do ponto de vista do navegante vindo do largo. As mesmas disposições se applicam aos signaes nocturnos.

A signalização por semaphoro, com o alphabeto Morse optico, pelo Codigo Internacional de Signaes, pela radiographia ou radiophonia, como tambem a indicação da altura da agua em algarismo, é tambem permittida, quer conjuntamente, quer em substituição da signalização prevista no presente regulamento.

### CAPITULO III

#### SIGNAES CONCERNENTES AO MOVIMENTO DE NAVIOS, Á ENTRADA DOS PORTOS OU CANAES IMPORTANTES

##### A) — Em caso de graves acontecimentos

Indica-se:

A' interdicção absoluta de entrada, em caso de graves acontecimentos:

Durante o dia, por tres espheras superpostas: á noite por tres luzes vermelhas superpostas.

##### B) — Em circumstancias normaes:

Indica-se:

##### 1° — A interdicção de entrada:

Durante o dia, por um cone com a ponta voltada para cima, entre duas espheras dispostas em linha vertical; á noite, por uma luz branca entre duas luzes vermelhas dispostas em linha vertical.

##### 2ª — A interdicção de entrada e de sahida:

Durante o dia por um cone com a ponta voltada para cima, tendo por cima um outro cone com a ponta voltada para baixo e superposto a uma esphera; á noite por uma luz branca tendo por cima uma outra luz verde e superposta a uma luz vermelha;

##### 3° — A interdicção de sahida:

Durante o dia, por um cone com a ponta voltada para cima, entre dous cones com as pontas voltadas para baixo, em linha vertical; á noite por uma luz branca entre duas outras verdes, em linha vertical.

Os signaes devem ser collocados a uma altura tal que se evite toda e qualquer confusão com outros signaes do porto.

O espaço entre os elementos componentes dos differentes signaes será tal que sejam os mesmos visiveis á distancia, em que devam ser normalmente perceptíveis.

---

**Regulamento relativo aos signaes para as barca-pharóes guardadas, quando fóra de suas posições normaes**

1 — Quando uma barca-pharol deslocar-se de sua posição normal, por ter garrado, partido as amarras ou por estar demandando sua posição ou um porto, não emittirá signaes luminosos proprios para a noite ou para a cerração.

2 — Uma barca-pharol que tiver garrado ou partido as amarras içará um signal especial, que, de preferencia será:

Durante o dia, duas grandes espheras pretas, uma avante e outra á ré; á noite, duas luzes vermelhas, uma avante e a outra á ré.

Deverá, outrosim, arriar suas características visiveis, si forem ellas moveis.

Quando as circumstancias não permittirem o uso dos signaes previstos na primeira alinea do presente paragrapho, ou quando esses já forem empregados como característicos normaes de barca-pharóes, serão usadas bandeiras vermelhas em vez de espheras negras.

3 — Outrosim, como medida de precaução supplementar, a barca-pharol garrada ou que tenha as suas amarras cortadas:

a) durante o dia içará o signal por meio de bandeiras que significa:

“Não estou na minima posição normal.”

De accordo com os dispositivos do Codigo Internacional de Signaes;

b) á noite, accende de qarto em quarto de hora pelo menos e simultaneamente dous fogos de Bengala um vermelho e outro branco.

Quando as circumstancias não permittirem, o uso de fogo de Bengala, serão expostos simultaneamente uma luz vermelha e outra branca.

4—Finalmente, uma barca-pharol em movimento deve levar as mesmas luzes e emittir os mesmos signaes sonoros que qualquer embarcação em viagem e, si tiver propulsão autonoma, levar, durante o dia o signal previsto no paragrapho 2°.

---

DECRETO N. 635 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1936

*Faz publica a adhesão, por parte do Governo da Nicaragua, á Convenção Internacional para supressão do trafico das mulheres e das creanças, firmada em Genebra, a 30 de setembro de 1921.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico a adhesão, por parte do Governo da Nicaragua, á Convenção Internacional para a supressão do trafico das mulheres e das creanças, firmada em Genebra, a 30 de setembro

de 1921, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores, pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota, de 19 de dezembro de 1935, cuja tradução official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

### LIGA DAS NAÇÕES

C. L. 209-1935. IV.

#### **Convenção Internacional para a suppressão do trafico das mulheres e das creanças**

(Genebra, 30 de setembro de 1921)

#### *Adhesão da Nicaragua*

Genebra, 19 de dezembro de 1935.

Tenho a honra de informar a V. Ex., que o Sr. delegado permanente da Republica de Nicaragua, junto á Liga das Nações, me tranmittiu, de accordo com as disposições do artigo 10, da Convenção Internacional para suppressão do trafico das mulheres e das creanças, firmada em Genebra, a 30 de setembro de 1921, o instrumento de adhesão de S. Ex. o Presidente da Republica da Nicaragua a essa Convenção.

O referido instrumento de adhesão foi depositado no Secretariado da Liga das Nações, a 12 de dezembro de 1935.

Queira aceitar os protestos da minha alta consideração.  
— Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico p. i. do Secretariado, *M. Mc. E. Wood.*

---

## DECRETO N. 636 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação por parte do Governo da Colombia, da Convenção sobre Agentes Consulares, firmada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, por occasião da VI Conferencia Pan-americana.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção sobre Agen-



tes Consulares, firmada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, por ocasião da VI Conferencia Pan-americana, conforme comunicação feita á Embaixada do Brasil em Washington pela União Pan-Americana, por nota de 3 de janeiro do corrente anno, enviada com o teor da acta do referido deposito, documentos esses cuja cópia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

União Pan-americana, Washington, D. C., E. U. A., 3 de janeiro de 1936.

Excellentissimo Senhor Embaixador:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia cópias certificadas da acta de deposito e dos instrumentos de ratificação, por parte da Republica de Colombia, das convenções sobre Agentes Consulares e sobre a Condição dos Estrangeiros, assignadas na Sexta Conferencia Internacional Americana.

Rogo a Vossa Excellencia dignar-se informar o seu Governo do deposito dos instrumentos de ratificação a que acima me refiro.

Renovo-lhe, Senhor Embaixador, os protestos da minha alta estima e distincta consideração. — *L. S. Rowe*, director geral.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Oswaldo Aranha, Embaixador do Brasil, Washington, D. C.

#### TRADUCÇÃO OFFICIAL

ACTA DO DEPOSITO DOS INSTRUMENTOS DE RATIFICAÇÃO POR PARTE DO GOVERNO DA REPUBLICA DA COLOMBIA, DAS CONVENÇÕES SOBRE AGENTES CONSULARES E SOBRE CONDIÇÃO DOS ESTRANGEIROS.

Os abaixo assignados, S. E. o Sr. Don Miguel López Pumarejo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica da Colombia junto ao Governo dos Estados Unidos da America e Representante da Republica da Colombia no Conselho Directivo da União Pan-americana; o Director Geral da União Pan-Americana e o Vice-Director e Secretario do Conselho Directivo da União Pan-Americana se reuniram, nesta data, com o fim de proceder ao deposito na

União Pan-Americana dos instrumentos da ratificação por parte do Governo da Republica da Colombia das Convenções sobre Agentes Consulares e sobre Condição dos Estrangeiros subscriptos na Sexta Conferencia Internacional Americana, celebrada em Havana de 16 de janeiro a 20 de fevereiro de 1928.

Os instrumentos de ratificação foram entregues por Sua Excellencia o Ministro da Republica da Colombia ao Director Geral da União Pan-Americana, de conformidade com o disposto nos artigos respectivos das Convenções acima mencionadas.

Em firmeza do que, os abaixo assignados subscrevem a presente acta, em Washington, a 26 de dezembro de 1935.

(S) *L. S. Rowe*, director geral da União Pan-Americana.

(S) *E. Gil-Borges*, vice-director e Secretario do Conselho Directivo.

Certifico que o documento acima transcripto é cópia fiel do original da acta do deposito dos instrumentos de ratificação pelo Governo da Republica da Colombia das Convenções sobre Agentes Consulares e sobre Condição dos Estrangeiros, subscriptas na Sexta Conferencia Internacional Americana.

(S) *E. Gil Borges*, secretario do Conselho Directivo da União Pan-Americana.

---

DECRETO N. 637 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção sobre Condição de Estrangeiros firmada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, por ocasião da VI Conferencia Panamericana.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Colombia, da Convenção sobre Condição de Estrangeiros, firmada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, por ocasião da VI Conferencia Panamericana — conforme comunicação feita á Embaixada do Brasil em Washington pela União Panamericana, por nota de 3 de janeiro do corrente anno, enviada com o teôr da Acta do referido deposito, documentos esses cuja cópia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

União Pan-Americana — Washington, D. C., E. U. A.  
— 3 de janeiro de 1936.

Excellentissimo Senhor Embaixador:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia cópias certificadas da Acta de Deposito e dos instrumentos de ratificação, por parte da Republica de Colombia, das convenções sobre Agentes Consulares e sobre a Condição dos Estrangeiros, assignadas na Sexta Conferencia Internacional Americana.

Rogo a Vossa Excellencia dignar-se informar o seu Governo do deposito dos instrumentos de ratificação a que acima me refiro.

Renovo-lhe, Senhor Embaixador, os protestos de minha alta estima e distincta consideração.— *L. S. Rowe*, director geral.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Oswaldo Aranha, Embaixador do Brasil, Washington, D. C.

---

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

##### ACTA DO DEPOSITO DOS INSTRUMENTOS DE RATIFICAÇÃO POR PARTE DO GOVERNO DA REPUBLICA DA COLOMBIA DAS CONVENÇÕES SOBRE AGENTES CONSULARES E SOBRE CONDIÇÃO DOS ESTRANGEIROS.

Os abaixo assignados, S. E. o Senhor Don Miguel López Pumarejo, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica da Colombia junto ao Governo dos Estados Unidos da America e Representante da Republica da Colombia no Conselho Directivo da União Panamericana; o director geral da União Panamericana e o vice-director e secretario do Conselho Directivo da União Panamericana se reuniram, nesta data, com o fim de proceder ao deposito, na União Panamericana, dos instrumentos da ratificação por parte do Governo da Republica da Colombia das Convenções sobre Agentes Consulares e sobre Condição dos Estrangeiros, subscritas na Sexta Conferencia Internacional Americana, celebrada em Havana de 16 de janeiro a 20 de fevereiro de 1928.

Os instrumentos de ratificação foram entregues por Sua Excellencia o Ministro da Republica da Colombia ao director geral da União Panamericana de conformidade com o disposto nos artigos respectivos das Convenções acima mencionadas.

Em firmeza do que, os abaixo assignados subscrevem a presente acta, em Washington, a 26 de dezembro de 1935.— (E.) *L. S. Rowe*, director geral da União Panamericana.— (F.) *E. Gil-Borges*, vice-director e secretario do Conselho Directivo.

Certifico que o documento acima transcripto é cópia fiel do original da Acta do deposito dos instrumentos de ratificação pelo Governo da Republica da Colombia das Con-

venções sobre Agentes Consulares e sobre Condição dos Estrangeiros, subscriptas na Sexta Conferencia Internacional Americana.— *E. Gil Borges*, secretario do Conselho Directivo da União Panamericana.

---

DECRETO N. 638 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1936

*Autoriza a cidadã brasileira Amandina Carmelita Magalhães, por sociedade que organizar, a pesquisar ouro em terras de sua propriedade, sitas na Fazenda do Capão, município de Sabará, Estado de Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista o decreto n. 21.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a cidadã brasileira Amandina Carmelita Magalhães, por sociedade que organizar, a pesquisar ouro em uma área não superior a cincoenta (50) hectares de terras de sua propriedade, sitas na Fazenda do Capão, no districto de Raposos, município e comarca de Sabará, no Estado de Minas Geraes, — e mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4º, do art. 18, do Codigo de Minas, será pessoal, e sómente transmissivel nos casos previstos no n. I, do artigo 19 do referido Codigo;

II — Esta autorização durará dois (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder á área no mesmo marcada;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pela autorizada e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produccão Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o, para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, a autorizada deverá apresentar ao Ministerio da Agricultura um relatório circumstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os cortes que se houverem feito nos terrenos, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção dos veielros, camadas ou depositos que se houverem descoberto, espessura média e área dos mesmos, seu volume e theor medio em ouro por metro cubico de minerio, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação das jazidas;

VI — Do minerio e material extrahido, a autorizada não poderá se utilizar senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispor do mais, depois de iniciada a lavra;

VII — Serão respeitados os direitos de terceiros, resarcindo a autorizada damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico, do art. 27 do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si a autorizada não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data do registro a que se refere o art. 5º, deste decreto;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa dentro dos tres (3) primeiros mezes do prazo a que se refere o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 5º deste decreto, sem ter sido renovado na fórmula do art. 20 do Codigo de Minas, não apresentar, dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatorio final, nas condições especificadas no n. V, do artigo anterior.

Art. 3.º Si a autorizada infringir o n. I ou o n. VI, do art. 1º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na fórmula do art. 28 do Codigo de Minas.

Art. 4.º A autorizada deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação do presente decreto no *Diario Official*, dentro do prazo de trinta (30) dias contados da data do convite para esse fim publicado naquelle órgão official, sob pena de ficar o mesmo sem effeito.

Art. 5.º O titulo a que allude o n. I, do art. 1º, pagará de sello a quantia de trezentos mil réis (300\$000), e só será valido depois de transcripto no livro de registro competente, após o pagamento do sello, na fórmula do § 5º, do art. 18 do Codigo de Minas, — pagamento este que deverá ser effectuado dentro do prazo de trinta (30) dias contados da data da publicação do presente decreto no *Diario Official*, sob pena de ficar o mesmo sem effeito.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

## DECRETO N. 639 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1936

*Concede á cidadã brasileira Maria Thereza Becker a lavra, a titulo provisorio, da jazida de mica e pedras coradas denominadas "Golconda", situada no lugar denominado "Ribeirão do Onça", no municipio de Peçanha, no Estado de Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1º, da Constituição Federal, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas);

Decreta:

Art. 1.º Fica concedida á cidadã brasileira Maria Thereza Becker, a lavra, a titulo provisorio, da jazida de mica e pedras coradas denominada "Golconda", existente na fazenda de propriedade de Gonçalo da Costa Coelho e sua mulher D. Geralda Dias Costa, com uma área de cerca de cem (100) hectares, fazenda esta situada no lugar denominado "Ribeirão do Onça", no districto de Figueira, municipio de Peçanha, Estado de Minas Geraes, immovel este que se limita ao Norte com terras de Carlos Thomes, ao Sul com terras de Urias Coelho, a Léste com terrenos devolutos do Estado de Minas Geraes e á Oeste com terras de Florinda Candida de Souza.

Paragrapho unico. A parte concedida será correspondente á area de trinta (30) hectares, a ser demarcada pela concessionaria dentro do referido immovel.

Art. 2.º A concessionaria será obrigada a satisfazer, dentro dos respectivos prazos, as exigencias contidas nos arts. 36, 37, 38 e 39 do Codigo de Minas.

Paragrapho unico. Si a concessionaria deixar de satisfazer as exigencias a que alludem os arts. 38 e 39 do citado Codigo dentro do prazo de seis (6) mezes, contados da data da publicação deste decreto, considera-se abandonada a concessão, para os effeitos legaes, salvo motivo justificado de força maior, a juizo do Governo.

Art. 3.º A concessão é feita sob as clausulas geraes contidas no art. 42 do Codigo de Minas e mais as que forem julgadas convenientes pelo Governo e que serão expressas no titulo definitivo, na forma da lei.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

## DECRETO N. 640 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva o regulamento para a Escola das Armas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, e tendo em vista o disposto na lei n. 189, de 16 de janeiro findo, decreta:

Art. 1.º Fica approvedo o regulamento para a Escola das Armas, que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1936; 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*João Gomes Ribeiro Filho.*

---

CAPITULO I

## FINS DA ESCOLA E ORGANIZAÇÃO GERAL

Art. 1.º A Escola das Armas (E. Arm.) destina-se aos officiaes e sargentos de infantaria, cavallaria, artilharia e engenharia e tem por fim:

a) aperfeiçoar primeiros sargentos e capitães como instructores e bons commandantes de sub-unidades das respectivas armas e ampliar sua cultura geral;

b) preparar sargentos para instructores e commandantes de pelotão ou secção, habilitando-os á promoção aos postos de primeiros sargento a sub-tenente e a official de Reserva;

c) constituir um centro especial de estudos e apresentação das diversas modalidades de questões que interessam ás armas e a certas especialidades.

Art. 2.º Para a realização dos fins do ensino haverá:

a) Curso de Aperfeiçoamento de primeiros tenentes e capitães (Curso A);

b) Curso de Sargento (Curso B).

Paragapho unico. Eventualmente funcionarão na Escola das Armas ou na sede de uma das Regiões Militares:

a) Curso de Aperfeiçoamento de maiores, com o fim de aperfeiçoal-os no commando das unidades de suas respectivas armas e desenvolver-lhes os conhecimentos de tactica, sobretudo pelo estudo da cooperação das armas no combate.

Esse curso substituirá o extinto Curso de Aperfeiçoamento para Officiaes Superiores;

b) Curso de Informações de Tenentes Coronéis e Coronéis, destinado a aperfeiçoal-os no commando de destacamentos.

Art. 3.º A E. Arm. será inteiramente subordinada ao Estado-Maior do Exército.

Art. 4.º A E. Arm. será dirigida por um General de Brigada ou Coronel, com o curso de estado-maior a partir de 1920, ou de revisão, que exercerá as funções de commandante e director do ensino e disporá para o exercício de seu cargo de:

- a) Administração Central;
- b) Direcção do Ensino;
- c) Cursos das Armas;
- d) Curso Especial de Transmissões;
- e) Curso Especial de Equitação;
- f) Unidades Escolas;
- g) Contingente Especial.

Art. 5.º A Administração Central comprehenderá:

- a) Commandante;
- b) Sub-Commandante, coronel ou tenente-coronel;
- c) Fiscal-Administrativo — major;
- d) Ajudante — capitão de arma montada (commandante do Contingente Especial);
- e) Secretario — capitão ou 1.º tenente;
- f) 2 subalternos — para o Contingente — primeiros tenentes de arma montada;
- g) 1 medico (capitão ou 1.º tenente);
- h) 2 veterinarios (tenentes);
- i) 1 thesoureiro, 1 almoxarife e 1 aprovisionador;
- j) um quadro de auxiliares civis.

Art. 6.º A Direcção do Ensino constará do seguinte pessoal:

- a) Director do Ensino (o Commandante);
- b) Sub-Director do Ensino — Côronel ou tenente-coronel, com o curso de estado-maior a partir de 1920, ou de Revisão;
- c) Instructor-chefe de Tactica — o Sub-Director do Ensino;
- d) Adjuncto da Direcção do Ensino — capitão, com o curso de Aperfeiçoamento;
- e) 1 instructor-chefe para cada arma — major ou tenente-coronel com o curso de estado-maior a partir de 1920;
- f) 1 adjuncto para o curso de cada arma — capitão, com o curso de aperfeiçoamento;
- g) instructores — dos cursos das armas de tactica, de transmissões (um) de equitação (um) e de educação phisica (um), capitães com o curso de aperfeiçoamento ou da especialidade;
- h) auxiliares de instructor para certas disciplinas, na razão de um para 20 alumnos — capitães com o curso de aperfeiçoamento ou da especialidade.

Art. 7.º Os Cursos das Armas constarão de:

- a) Curso de Infantaria;
- b) Curso de Cavallaria;
- c) Curso de Artilharia;
- d) Curso de Engenharia.



**Art. 8.º** O Curso Especial de Transmissões será disciplinar, administrativa e didacticamente subordinado á Escola das Armas e tecnicamente ao Serviço Telegraphico do Exército.

Continuará a ser regido pelas Instrucções para o Centro de Instrucção de Transmissões da Capital Federal, constantes do annexo II do Regulamento n. 91 do Serviço Telegraphico do Exército, em tudo que não collidir com este regulamento.

**Art. 9.º** O Curso Especial de Equitação (C. E. E.) limitado exclusivamente a primeiros tenentes de cavallaria e artilharia, com tres annos de serviço arregimentado completos, funcionará annexo ao Regimento-Escola (Regimento Andrade Neves) e terá como director o commandante dessa unidade.

Destina-se a preparar e seleccionar instructores de equitação e tornar-os optimos executantes, afim de conservar e desenvolver no Exército a unidade de doutrina relativamente a essa especialidade.

Paragrapho unico. O C. E. E. disporá do numero estritamente necessario de sargentos habilitados para auxiliar os instructores no adestramento dos cavallos novos.

**Art. 10.** As Unidades Escolas constituirão um destacamento escolar, sob o commando do General ou Coronel commandante da Escola e terão as seguintes denominações:

Batalhão-Escola;  
Regimento-Escola  
Grupo-Escola;

Companhia-Escola de Engenharia (uma Secção de Pontoneiros e duas Secções de Sapadores Mineiros);  
Companhia-Escola de Transmissões.

Estas unidades destinam-se a:

a) satisfazer ás necessidades do ensino ministrado nos diversos cursos, treinando os alumnos por meio de exercicios e demonstrações com tropa;

b) preparar sargentos para as finalidades previstas na letra b do art. 1.º;

c) experimentar a organização normal prevista para as unidades tacticas elementares de cada arma, segundo instrucções do Estado-Maior do Exército ou iniciativa do commandante da Escola das Armas;

d) estudar e experimentar as modificações suggeridas no emprego dos regulamentos das armas, do armamento e material.

Para satisfazer a essas condições as unidades-escolas deverão ter os effectivos reforçados e a dotação de armamento e material completa.

Manterão com o Commandante da Escola (e do destacamento) relações identicas ás unidades não embrigadas com o commando de Divisão.

Uma sub-unidade-quadro, annexa ao Batalhão-Escola terá a seu cargo o Curso de Sargentos.

Esse Curso, nas outras armas será ministrado num pelotão ou secção de instrução; o pessoal necessario (instructores, monitores e praças) será accrescido ao effectivo normal da unidade-Escola, da qual fará parte; os alumnos sargentos serão addidos ás sub-unidades para effeito administrativo e disciplinar apenas, ficando inteiramente á disposição do Curso para a instrução.

Art. 11. Os alumnos serão incluídos:

- a) os officiaes como alumnos nos cursos dos respectivos annos,
- b) os sargentos nas sub-unidades de instrução das unidades-escolas (companhia, pelotão ou secção de alumnos-sargentos).

Art. 12. A instrução dos alumnos-sargentos será dirigida em cada arma por um capitão com o curso de Aperfeiçoamento, ajudado por auxiliares de instructor (subalternos) e monitores, indicados pelo instructor, de accordo com o commandante da unidade-escola.

## CAPITULO II

### PLANO DO ENSINO E REPARTIÇÃO DOS ESTUDOS

Art. 13. O ensino a ser ministrado na Escola se distribue:

1º, para o Curso de Aperfeiçoamento de primeiros tenentes e capitães (Curso A):

I — *Instrução commum a todas as armas:*

- a) Tactica elemental, visando especialmente o estudo da coopeção das armas em combate;
- b) Cultura Militar Geral; Historia e Geographia Militares da America;
- c) Administração dos Corpos de Tropa;
- d) Instrução technica summaria sobre os gases de combate e meios de protecção;
- e) Transmissões;
- f) Equitação;
- g) Educação physica (methodo e desenvolvimento da instrução).

II — *Instrução peculiar a cada arma:*

A — *Infantaria:*

1º, emprego Tactico da Infantaria;

2º, instrução technica, comprehendendo:

- a) aperfeiçoamento da instrução do armamento, material e tiro; pratica dos motores de explosão;
- b) topographia;
- c) organização do terreno e serviço em campanha;
- d) observação e informações;
- e) methodos e organização da instrução na arma.

B — *Cavallaria*:

- 1º, emprego tactico da cavallaria;
- 2º, instrucção technica, comprehendendo:

- a) armamento, material e tiro; pratica dos motores de explosão;
- b) topographia;
- c) organização do terreno e destruições;
- d) methodos e organização da instrucção na arma

C — *Artilharia*:

- 1º, emprego tactica da artilharia;
- 2º, instrucção technica, comprehendendo:

- a) organização do material. Pratica dos motores de explosão;
- b) technica e execução do tiro. Noções sobre o tiro anti-aereo;
- c) topographia applicada (do official orientador e observador);
- d) serviço em campanha e organização do terreno;
- e) methodo e organização da instrucção na arma.

D — *Engenharia*:

- 1º, emprego tactico da Engenharia; serviço em campanha;
- 2º, instrucção technica, comprehendendo:

- a) topographia;
- b) organização do terreno, minas e destruições;
- c) pontes de equipagem e de circumstancia;
- d) estradas e pistas;
- e) sciencias applicadas;
- f) instrucção dos meios motorizados (pratica dos motores de explosão);
- g) methodo e organização da instrucção na arma.

Art. 14. Para o Curso de Sargentos (Curso B), as disciplinas serão grupadas, conforme o annexo deste regulamento.

Art. 15. A instrucção technica dos officiaes de cada arma, correspondente ao conhecimento e ao emprego dos orgãos de fogo e a seus meios de acção particulares, será ministrada de preferencia no terreno, sob a forma de exercicios de applicação. Em nenhum caso receberá a forma theorica de nomenclatura e funcionamento estudados em detahe.

A instrucção tactica da arma será sempre ministrada sob a forma de estudos de casos concretos quer na carta, quer no terreno, com ou sem tropa.

A instrucção de tactica geral elementar comprehenderá essencialmente o estudo de casos concretos, na carta e no terreno, exercicios de conjunto das armas e sessões especialmente organizadas para demonstrar aos officiaes a actualiação pratica de cada arma.

O estudo relativo ás disciplinas communs das letras b, c, d e g, será feito sob a forma de palestras ou lições, em numero que não deverá exceder de uma por quinzena e disciplina.

Art. 16. Os trabalhos escolares serão regulados por programmas annuaes organizados pelo Director de Ensino e submettidos á approvação do Chefe do Estado-Maior do Exercito, um mez antes da abertura das aulas.

Nesses programmas serão indicadas especialmente.

- a) as partes da instrucção commum;;
- b) a distribuição dos differentes assumptos a tratar pelos instructores;
- c) a menção dos exercicios principaes de demonstração;
- d) as datas de realização das provas parciaes;
- e) os pormenores para a realização dos exames finaes.

### CAPITULO III

#### DAS MATRICULAS

Art. 17. O ministro da Guerra, por proposta do Estado-Maior do Exercito, fixará annualmente, no mez de dezembro, o numero de officiaes e sargentos que deverão frequentar os cursos da Escola no anno seguinte.

Art. 18. Para a matricula no Curso A, dois terços das vagas destinar-se-ão aos capitães e um terço aos primeiros tenentes (ver as Disposições Transitorias).

Paragrapho unico. No Curso A só poderão matricular-se primeiros tenentes e capitães que tenham pelo menos 2 (dois) annos de serviço arregimentado.

Art. 19. Na primeira quinzena de janeiro os officiaes serão scientificados da proxima matricula, sendo facultado desistirem da mesma somente por motivo justificado, a juizo do Estado-Maior do Exercito. As declarações nesse sentido deverão ser feitas por escripto, até 3 (tres) dias depois da scientificação.

§ 1.º O commandante de unidade ou chefe de repartição a que estiver subordinado o official, enviará immediatamente esta declaração ao Estado-Maior do Exercito, por via telegraphica.

§ 2.º Os candidatos á matricula no Curso A serão submettidos, préviamente, na séde das respectivas Regiões Militares á inspecção de saude e a *um exame de admissãõ que constará:*

a) de uma prova pratica consistindo no commando de companhia, esquadrão ou bateria para os capitães, e, pelotão ou secção (ou linha de fogo, na artilharia) para os tenentes, de modo que revelem desembaraço e acerto, quer na instrucção, quer em applicações simples dessas sub-unidades em campanha ou combate;

b) de uma prova oral sobre armamento, tiro, transmissão, observação e informações;

c) somente para os candidatos da cavallaria, uma prova de equitação corrente em picadeiro, seguida de outra no exterior — pista de 12 obstaculos variaveis entre 0m.90 e 1m.00 de altura e 2m.50 e 3m.00 de largura.

§ 3.º A comissão examinadora será composta pelo chefe do estado-maior regional e dois officiaes com o curso de aperfeiçoamento.

§ 4.º O resultado do exame será expresso pelos grãos de 0 a 10; os candidatos que obtiverem grão 4 ou superior ficarão habilitados e os demais inhabilitados.

§ 5.º A comissão organizará uma relação em 3 vias, onde os officiaes serão classificados na ordem decrescente dos grãos obtidos e a enviará, por intermedio do commandante da Região Militar, por via aerea, ao Estado-Maior do Exército, até 31 de janeiro.

Art. 20. O chefe do Estado-Maior do Exército requisitará do Departamento do Pessoal do Exército com a necessaria antecedencia, a apresentação dos officiaes qualificados para a matricula, afim de que todos estejam apresentados á Escola até o 1.º dia util de março.

Art. 21. Os officiaes do curso A serão distribuidos pelos cursos de cada arma.

Art. 22. Concorrerão á matricula no Curso de Sargentos os terceiros e segundos sargentos formados nos corpos de tropa pertencentes ás 1.ª, 2.ª e 4.ª Regiões Militares e que satisfaçam as seguintes condições:

1 — Bom comportamento, sem pena de prisão nos dous ultimos annos;

2 — Ter no maximo 30 annos de idade, referidos á data fixada para a matricula e no minimo dous annos como sargento prompto em corpo de tropa;

3 — Ter sido approved em prova de selecção prévia, realizada no corpo;

4 — Ter saude e robustez physica comprovadas.

Estas condições serão periodicamente reguladas em instrucções baixadas pelo ministro da Guerra, por proposta do Estado-Maior do Exército.

Art. 23. Os candidatos á matricula no Curso Especial de Transmissões, categoria A, serão submettidos, nas mesmas condições do § 2.º do art. 23, a um exame de admissão que constará de uma prova escripta de noções de electricidade e outra tambem escripta sobre conhecimentos geraes dos meios de transmissões dos corpos de tropa e sua utilização.

Art. 24. No Curso Especial de Equitação serão matriculados primeiros tenentes de cavallaria e artilharia, seleccionados nas seguintes condições e na proporção de 4/5 para a cavallaria e 1/5 para a artilharia:

a) indicação dos commandantes de Região, estabelecimentos e corpos não subordinados ás Regiões, de officiaes que em provas praticas, tenham revelado accentuada aptidão para equitação e gosto esportivo;

b) convocação de numero correspondente ao de vagas, majorado de 1/4, para uma prova de selecção a realizar-se no Curso Especial de Equitação, na segunda quinzena de fevereiro, consoante programma organizado pelo dito curso e approved pelo Estado-Maior do Exército.

---

## CAPITULO IV

## DO TEMPO LECTIVO E DA FREQUENCIA

Art. 25. O anno lectivo começará a 1 de março e terminará a 30 de outubro, exclusive o periodo de exames.

Art. 26. O emprego do tempo será regulado pelo director do Ensino, em quadros de trabalho semanaes ou quinzenaes, dos quaes dará conhecimento ao Estado-Maior do Exercito.

Art. 27. A frequencia é obrigatoria.

§ 1.º Ao alumno que por motivo justificado fallar em um mesmo dia a uma ou mais aulas, conferencias ou exercicios, marcar-se-á um ponto.

Marcar-se-ão tres pontos ao alumno que faltar a uma ou mais aulas, conferencias ou exercicios, em um mesmo dia, sem motivo justificado; incorrerá além disso, na transgressão disciplinar do n. 13 do R. I. S. G.

§ 2.º O alumno que completar 20 pontos será desligado. Entretanto, se as faltas, numerosas e consecutivas, resultarem de caso de força maior (doença grave ou accidente) e o alumno tiver obtido nos seus trabalhos anteriores a média geral 5 ou maior, o desligamento só será effectuado quando attingidos 40 pontos.

§ 3.º Também será desligado o alumno que commetter falta grave, a juizo do commandante da escola.

§ 4.º O comparecimento dos officiaes alumnos será verificado pela assignatura no livro de presença.

## CAPITULO V

## DO EXAME PARCIAL

Art. 28. Os alumnos serão submettidos a um exame parcial, que se realizará no fim do terceiro mez de instrução, tendo character eliminatorio.

Paragrapho unico. O resultado do exame será dado pela média arithmetica das provas constantes do art. 32.

Art. 29. O exame constará:

a) para o Curso A:

De uma prova escripta de topographia e outra de tactica da arma para a infantaria;

Para a artilharia e engenharia, das duas provas acima, e mais uma de technica da arma (tiro para a artilharia);

Para a cavallaria, das duas provas citadas, mais uma prova de equitação (pratica).

b) para o Curso B:

De provas de todas as disciplinas ministradas nos tres primeiros mezes do curso.

Parapho unico. Essas provas versarão sobre assumptos simples, já estudados na escola no decorrer do curso.

Serão corrigidas pelos respectivos instructores e julgadas pelo instructor-chefe (pelo instructor, nos cursos de sargentos).

Art. 30. O alumno, cuja média arithmetica das notas dos exames parciaes fôr inferior a 4, será considerado sem aproveitamento e desligado.

Art. 31. O alumno desligado por falta de aproveitamento revelado no exame parcial sómente poderá ser novamente matriculado decorrido um anno de instrucção completo em corpo de tropa de sua arma.

## CAPITULO VI

### DO JULGAMENTO E RESULTADOS FINAES DOS CURSOS

#### *Do julgamento*

Art. 32. O aproveitamento dos alumnos dos differentes cursos da escola será apreciado em funcção dos trabalhos de toda sorte a elles exigidos, das arguições oraes e da actuação dos mesmos nos exercicios na carta, no terreno, com e sem a tropa.

O julgamento de cada trabalho ou exercicio será expresso por uma nota variavel de 0 a 10, levando-se em conta os seguintes coefficients:

Trabalho ou exercicio no terreno.....	5
Trabalho ou exercicio em sala.....	3
Trabalho em domicilio.....	1

Nem todos os trabalhos serão sujeitos a grãos, a juizo do instructor-chefe ou sub-director de ensino.

Art. 33. A média arithmetica de todas as notas conferidas ao alumno durante o mez, em cada disciplina, constituirá a nota mensal correspondente.

A média arithmetica das notas mensaes relativas a cada disciplina constituirá a conta de anno correspondente para apuração das contas de anno respectivas.

Art. 34. Terminado o anno lectivo apurar-se-á a nota de conjunto que será constituída pela somma dos productos das contas de anno de cada disciplina, multiplicada pelos coefficients de importancia correspondentes e dividida pela somma dos mesmos coefficients.

Esses coefficients são fixados em annexo ao presente regulamento.

Art. 35. Qualquer trabalho ou exercicio será julgado pelo encarregado de ministrar a respectiva disciplina e aprovado pelo instructor-chefe; este enviará ao sub-director do ensino, até o dia 10 de cada mez, uma relação das notas do mez anterior.

O sub-director do ensino examinará essas relações apondo suas observações ou correcções, se fôr o caso e as entregará ao director de ensino que, depois de approvadas, as mandará registrar.

§ 1.º Quando o sub-director do ensino fôr menos graduado que um instructor-chefe, limitar-se-á a encaminhar ao director do ensino os documentos assignados ou approvados pelo instructor em questão. Em tal caso, não haverá subordinação do instructor-chefe ao sub-director de ensino.

§ 2.º Para os Cursos de Sargentos, os sub-directores e directores de ensino serão, respectivamente, os sub-commandantes e commandantes das unidades-escolas correspondentes (para o Curso de Sargentos de Engenharia, não haverá sub-director de ensino).

Art. 36. Além das notas correspondentes ao aproveitamento intellecto-profissional do alumno, o julgamento será também apreciado atravez das manifestações de personalidade; da rapidez e precisão na apprehensão das questões, ordens ou missões; do espirito de decisão; facilidade e propriedade de linguagem; a firmeza no cumprimento de ordens ou deveres escolares; do espirito de iniciativa; da capacidade de trabalho; do vigor physico e conducta militar e civil revelados durante o curso.

Essa apreciação será expressa por um synthetico conceito, resultante do exame das qualidades acima mencionadas e uma nota de aptidão variavel de 0 a 10, que represente o resumo de tal conceito.

Art. 37. No fim do curso os instructores-chefes emitirão conceito e darão a nota de que trata o artigo anterior relativos a seus alumnos. Essas relações serão submittidas á apreciação do sub-director de ensino e, depois, mandadas registrar pelo director de ensino.

### *Dos resultados finais dos cursos*

Art. 38. Após o encerramento do anno lectivo terão inicio os exames.

Paragrapho unico. Obedecendo á orientação traçada no programma annual o director de ensino organizará instrucções para a sua realização, inclusive os pormenores necessarios á execução material das provas.

Art. 39. Para os alumnos do Curso A haverá exames escriptos e oraes.

§ 1.º Os escriptos constarão de provas de tactica da arma e topographia, nas quaes intervirão, respectivamente, os co-efficientes 5 e 3; para o curso de artilharia a prova de tactica será substituida por uma de technica do tiro; para a engenharia, aquella prova será substituida por uma de technica da arma.

§ 2.º Os exames oraes abrangerão as seguintes partes:

a) para os officiaes de infantaria:

	Coeffi- cienles
1.º Emprego tactico da arma.....	2
2.º Armamento e emprego dos orgãos de fogo.....	1
3.º Transmissões .....	1

b) para os officiaes de cavallaria:

1.º Emprego tactico da arma.....	2
2.º Armamento, explosivos e destruições.....	1
3.º Transmissões .....	1



c) para os officiaes de artilharia:

1.º Technica do tiro.....	2
2.º Emprego tactico da arma e transmissões.....	1

d) para os officiaes de engenharia:

1.º Especialidades technicas da engenharia.....	2
2.º Transmissões .....	1
3.º Emprego tactico da engenharia.....	1

Art. 40. Para os alumnos do Curso B haverá exames escriptos, oraes ou praticos de todas as disciplinas.

Art. 41. Os alumnos do Curso de Aperfeiçoamento de maiores farão exames escriptos das disciplinas do curso, que terão os seguintes coefficients:

Emprego tactico da arma.....	3
Tactica elementar.....	1

Art. 42 No julgamento das provas escriptas serão sempre levadas em conta a correcção de linguagem, clareza, precisão e concisão.

Art. 43. As provas oraes para os alumnos do Curso A, serão prestadas perante uma comissão julgadora, auxiliada pelos instructores da escola e composta de tres membros nomeados pelo chefe do Estado-Maior do Exercito.

Para o Curso B, perante uma comissão composta do commandante, sub-commandante e um capitão da unidade-escola (ou designada pelo commandante da E. Arm., para a engenharia).

Art. 44. A nota de approvação de curso dos alumnos de todas as categorias será expressa pela média arithmetica da nota de conjuncto e da média dos grãos obtidos nos exames.

Art. 45. Os alumnos que obtiverem a nota 4 ou superior em cada materia e concomitantemente 5 ou superior no conjuncto, estarão approvados no curso respectivo, se não preferirem submeter-se a exame para melhorar os seus grãos.

Naquelle caso, a nota de approvação de curso será a de conjuncto; e a da classificação final, a média arithmetica entre esta ultima e o grão de aptidão.

Os alumnos que não obtiverem as notas acima serão submettidos a exame:

Os de nota de conjuncto inferior a cinco, porém com a nota base em cada disciplina, farão exames dos assumptos do art. 39;

Os de nota de conjuncto igual ou superior a cinco e média inferior a 4 em uma ou mais disciplinas, farão exames apenas dessas disciplinas.

Art. 46. Terminados os exames, os cursos organizarão as relações de classificação dos alumnos de cada arma.

Taes relações serão remettidas pelo director do ensino, em triplice via, ao chefe do Estado-Maior do Exercito, que as publicará em seu boletim e providenciará para a publicação das mesmas no Boletim do Exercito.

## CAPITULO VII

## DAS RECOMPENSAS

Art. 47. Anualmente e por proposta do chefe do Estado-Maior do Exército, o ministro da Guerra poderá enviar ao estrangeiro, afim de aperfeiçoar conhecimentos numa das escolas de applicação, o melhor alumno de cada arma, do Curso A, que satisfaça as condições do aviso n. 11, de 8 de fevereiro de 1929.

## CAPITULO VIII

## DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 48. Compete ao commandante, além das attribuições de commandante de unidade, compatíveis com o regime escolar, mais as seguintes:

Propor os reservistas do Exército que julgar idoneos para os empregos da escola;

Organizar as instrucções que julgar necessarias para o cumprimento das disposições deste regulamento, no que disser respeito ás partes disciplinar e administrativa;

Apresentar, durante o mez de janeiro de cada anno, um relatório succinto das condições do estabelecimento e de seu funcionamento, propondo as reformas e melhoramentos que convenham e o orçamento das despesas;

Suspender o empregado civil que commetter falta grave contra a disciplina ou a moralidade do estabelecimento, dando parte motivada de seu acto á autoridade superior, quando necessario;

Impôr as penas de reprehensão, bem como a de multa, de um a oito dias de gratificação ou ordenado ou de todo o vencimento, conforme a gravidade da falta, a seu juizo, aos empregados sobre os quaes não houver disposição especial no presente regulamento;

Desligar da escola os officiaes-alumnos comprehendidos no art. 27.

Paragrapho unico. O commandante será substituido, em seus impedimentos temporarios, pelo official mais graduado em exercicio na escola (inclusive Unidade-Escola); se este não possuir o curso de estado-maior, a função de director de ensino caberá ao mais graduado official com esse curso.

Art. 49. Ao sub-commandante da escola compete, além das attribuições conferidas no R. I. S. G. a um sub-commandante de regimento e compatíveis com o regime escolar, mais as seguintes:

Fiscalizar a disciplina escolar, particularmente no que diz respeito ao pessoal da administração e do contingente e o modo por que são cumpridas as ordens emanadas do commandante;

Dirigir o serviço da Secretaria da Escola.

Paragrapho unico. Será substituido, em seus impedimentos, pelo fiscal administrativo.

Art. 50. Ao fiscal administrativo competem, além das attribuições conferidas pelo R. I. S. G. e por outros regulamentos ao fiscal administrativo de regimento, mais as seguintes:

Facilitar á direcção de ensino e aos cursos os elementos precisos para a preparação do material de instrucção;

Inspeccionar os serviços de limpeza e conservação de todas as dependencias da escola, inclusive cavallariças, parques e picadeiros;

Fiscalizar a escripturação da carga e descarga geraes da escola, verificando se a distribuição de todo o material é feita com regularidade;

Pôr o seu "confere" em todos os documentos da receita e despesa da escola.

Art. 51. O ajudante da escola é o auxiliar immediato do sub-commandante. Suas attribuições são as que o R. I. S. G. confere ao ajudante de regimento, no que forem compatíveis com o regime escolar. Será o commandante do Contingente Especial.

Art. 52. Os adjunctos do Curso de Armas são encarregados de toda a parte material do ensino, necessaria ao funcionamento do curso e, eventualmente, de ministrar as instrucções que lhes forem designadas.

Dispõem do pessoal necessario, competindo-lhes:

1 — Preparar a correspondencia a ser submittida ao sub-director de ensino ou instructor chefe do curso;

2 — Prever, em tempo util, todas as necessidades dos cursos;

3 — Dirigir-se ao sub-commandante ou fiscal administrativo, directamente, sobre os assumptos materiaes correntes, do curso, devendo solicitar approvação do seu chefe immediato quando se tratar de medida nova ou importante;

4 — escripturar os grãos obtidos pelos officiaes alumnos e preparar as relações de grãos a serem enviadas á Direcção do Ensino;

5 — Encarregar-se do archivo e da bibliotheca especializada do curso;

6 — Ter sob sua guarda todos os artigos distribuidos ao curso;

7 — Ter em dia uma relação nominal dos officiaes instructores e alumnos com as respectivas residencias;

8 — Solicitar, em tempo util, o concerto do material de ensino, orientando sobre o modo de realização dos mesmos, se fôr necessario;

9 — Entregar á secretaria, no ante-penultimo dia de cada semana, os Quadros de Trabalho da semana vindoura;

10 — Remetter, directamente, ás Unidades-Escolas, das respectivas armas, assignados pelos instructores-chefes, os pedidos de pessoal e material e as informações necessarias á execução dos Quadros de Trabalho;

11 — Dirigir a *Secção de Notas* de instrucção, esforçando-se para o seu maior rendimento;

12 — Manter a correspondencia externa, exclusivamente necessaria ao serviço da mesma secção;

13 — Encerrar, com a propria assignatura, diariamente, o livro de presença dos alumnos, entregando a relação de faltas á secretaria, no ultimo dia da semana;

14 — Exercer sobre as praças empregadas no curso as attribuições dadas pelo R. I. S. G. aos chefes de serviço regimentaes.

Paragrapho unico. O adjuncto da Direcção de Ensino terá a mesma função acima especificada, no que lhe fôr applicavel.

Art. 53. O secretario será o responsavel pela execução dos serviços da Secretaria e como tal lhe cabe:

Ter em dia o livro de matricula dos alumnos;

Organizar o historico da Escola;

Dirigir a escripturação das alterações dos officiaes e fazer escripturar as das praças (quando do antigo modelo);

Apresentar semanalmente ao sub-commandante uma nota das faltas de aula occorridas na semana anterior, recebida dos adjunctos dos Cursos das Armas;

Ter em dia um registro das faltas dos alumnos;

Redigir a correspondencia da Escola, de accordo com as ordens do commandante, recebidas directamente ou por intermedio do sub-commandante;

Executar ou fazer executar pelos seus auxiliares todos os serviços não discriminados no presente regulamento, que se referirem á Secretaria;

Zelar pelo sigillo dos serviços affectos á Secretaria que, por sua natureza não devam ser divulgados, taes como os juizos do commandante sobre os officiaes, mostrados apenas aos respectivos interessados;

Organizar os balancetes da receita e despesa do Conselho de Administração.

Art. 54. Aos medicos incumbem:

Tratar dos alumnos e pessoas de suas familias, doentes, em suas residencias;

Prestar soccorros de sua profissão, não só aos officiaes da Escola e empregados civis e militares do estabelecimento, como ás suas familias;

Participar immediatamente ao commandante e por intermedio deste ao seu chefe tecnico, qualquer indicio de moléstia contagiosa ou epidemica que se manifeste no estabelecimento, indicando os meios e providenciando pessoalmente a extinção do mal;

Ter a seu cargo a relação de todo a material e utensilios distribuidos á Formação Sanitaria da Escola;

Ter todas as obrigações consignadas no regulamento numero 58 para o regular funcionamento das Formações Sanitarias, no que fôr compativel com o regime escolar.

Art. 55. Aos subalternos do Contingente Especial competem as funções determinadas no R. I. S. G. para um subalterno de sub-unidade montada no que forem compatíveis com o regime escolar.

Art. 56. Aos officiaes de administração incumbem as funções conferidas neste regulamento e nos especiaes aos officiaes desse serviço, no que forem compatíveis com o regime escolar.

Art. 57. Os veterinarios têm as attribuições que lhes são conferidas pelo regulamento especial do serviço e pelas disposições do R. I. S. G.

Art. 58. Os chefes de turma, que serão os officiaes alumnos mais graduados ou mais antigos, pertencentes a cada uma dellas, exercerão, simultaneamente com os encargos que lhes cabem como alumnos, as funcções seguintes:

Verificar a presença dos alumnos de suas turmas por ocasião dos exercicios realizados no exterior, dando ao adjuncto do instructor-chefe parte das faltas occorridas;

Alvitrar a essa autoridade as medidas que julgue necessarias ao bom desempenho de suas funcções;

Communicar immediatamente ao adjuncto do Curso qualquer occorrença havida na instrucção ou fóra della que reclame applicação de medida disciplinar ou administrativa.

§ 1.º Os chefes de turma serão substituidos em seus impedimentos pelo official que, na turma respectiva, se lhes seguir na ordem hierarchica.

§ 2.º Os chefes de turma numerosa terão, se assim o exigir o serviço, a juizo do commandante, um auxiliar com a denominação de sub-chefe, cabendo este encargo ao official-alumno immediato em hierarchia.

Art. 59. A Escola possuirá um quadro de auxiliares civis necessarios aos differentes serviços, a saber:

- 2 porteiros;
- 6 escreventes;
- 6 continuos;
- 4 feitores;
- 5 serventes artifices e
- 33 serventes braçaes.

Art. 60. Ao porteiro incumbe:

Ter sob sua guarda, cuidado e fiscalização, a limpeza das salas de aulas e de todas as dependencias da secretaria;

Receber e distribuir a correspondencia, devendo, antes disso, protocollar a que fôr destinada á Escola;

Protocollar a correspondencia que lhe fôr entregue peia secretaria e expedil-a;

Fazer os pedidos de todo o material necessario ao serviço das aulas, asseio das salas em que estas funcionam, da secretaria e suas dependencias;

Ter a relação dos moveis e utensilios existentes na portaria e salas de aulas da Direcção do Ensino.

Art. 61. Os continuos e serventes que trabalhem nas salas, coadjuvarão o porteiro no exercicio de suas funcções e cumprirão suas ordens relativas ao serviço que lhes cumpre fazer.

Art. 62. Os escreventes farão a escripturação da secretaria e serão incumbidos da confecção dactylographica e impressão das notas de aulas dos respectivos cursos (cada secção de notas terá á sua disposição pelo menos, um).

Art. 63. Os serventes artifices servirão nas officinas, nos trabalhos especiaes ou em qualquer outro que lhe fôr designado.

**Art. 64.** Ao feitor, como encarregado do asseio do estabelecimento, incumbe:

Fazer diariamente a chamada do pessoal que deve ficar á sua disposição;

Fiscalizar os sreviços braçaes;

Ter sob sua responsabilidade a ferramenta e utensilios a seu cargo, dando parte ao ajudante de qualquer extravio ou avaria.

**Art. 65.** Os serventes braçaes farão, sob a direcção immediata do respectivo feitor, todos os trabalhos de faxina, capinação, terraplenagem, limpeza de vallas, drenagem do terreno, limpeza e asseio das privadas, etc.

**Art. 66.** Todos os funcionarios da Escola, permanentes ou eventuaes, assim como os alumnos e outros militares brasileiros em serviço no estabelecimento, estão subordinados á acção disciplinar do commandante da Escola.

## CAPITULO X

### DO MATERIAL DE ENSINO E DEPENDENCIAS DA ESCOLA

**Art. 67.** Para que o ensino possa ser ministrado com o necessario desenvolvimento, haverá na Escola:

a) uma bibliotheca, com livros, revistas, regulamentos em vigor no Exercito e outras quaesquer publicações de importancia militar;

b) salas d'armas;

c) salas para conferencias, trabalhos na carta e aulas;

d) armamento e demais material bellico necessario ao ensino;

e) picadeiro coberto, picadeiro ao ar livre, pista de obstaculos e campo de obstaculos;

f) cavallos necesarios ao ensino e á equitação.

§ 1.º Cada curso de armas poderá dispor de uma pequena bibliotheca especializada.

§ 2.º O commandante distribuirá as dependencias da Escola de modo que a direcção de ensino e os cursos de armas, assim como a administração e seus auxiliares fiquem com os serviços de que são encarregados convenientemente instalados.

## CAPITULO XI

### DAS NOMEAÇÃO

**Art. 68.** O commandante da Escola e os officiaes superiores da administração serão nomeados por decreto; os demais officiaes pelo Ministro da Guerra, todos por proposta do Chefe do Estado-Maior do Exercito.

**Art. 69.** Para os assumptos *b*, *c* e *d* do n. I do item 1º do art. 13, não haverá nomeações de instructores especiaes. O commandante da Escola por intermedio do E. M. E.

providenciará sobre a designação de officiaes e instructores ou professores de outras Escolas (ou especialistas) para taes cursos.

O instructor de transmissões da E. Arm. será um dos instructores do Curso Especial de Transmissões.

Art. 70. Nos cursos de Sargentos:

Um dos medicos da unidade-escola será encarregado da instrucção sobre Hygiene, Soccorros Medicos de Urgencia e Noções de Physiologia e biometria;

Um dos officiaes de administração da Unidade-Escola, terá a seu cargo a instrucção de Escripuração Militar.

## CAPITULO XII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 71. Os alumnos desligados por qualquer motivo que não seja conclusão de curso, alteração de saude comprovada perante junta medica militar, ou ordem do Ministro da Guerra, justificada por exigencias inadiveis de serviço, indemnizarão os cofres publicos das despesas pecuniarias occasionadas pela matricula (transporte, ajudas de custo, diarias, etc.).

Art. 72. Aos officiaes da administração, o Governo, sempre que possivel, proporcionará residencia nas proximidades do estabelecimento.

Art. 73. Os sargentos approvados no Curso *B* ficarão habilitados ao accesso até o posto de sub-tenente e receberão o certificado de aptidão para o commando de pelotão ou secção.

Art. 74. Os officiaes instructores dos Cursos de Sargentos concorrerão ás substituições temporarias decorrentes de cargos vagos nas Unidades-Escolas, sómente em casos de incompatibilidade hierarchica.

## CAPITULO XIII

### DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 75. Para a matricula no anno de 1936 e 1937 ficam, sómente os capitães, dispensados do exame de admissão constante do § 2º do art. 19.

Art. 76. Emquanto fôr elevado em cada arma o numero de capitães sem o curso de aperfeiçoamento, a juizo do Chefe do E. M. E., a matricula obedecerá ao seguinte criterio:

50 % das vagas serão destinadas aos capitães collocados no terço mais antigo do quadro e o restante aos que occupam o terço mais moderno, por ordem de antiguidade;

Se o numero de capitães a matricular, no terço mais antigo, fôr inferior ao de vagas correspondente, o excesso reverterá em favor dos collocados no segundo terço;

Se, ao contrario, fôr superior, os do terço mais antigo terão preferencia sobre os mais modernos.

Art. 77. No corrente anno o Curso de Aperfeiçoamento para Majores funcionará na E. Arm. a partir de 1 de julho.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1936. — General *João Gomes*.

## ANNEXO

### Annexo ao projecto de regulamento para a Escola das Armas

#### I

#### CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE PRIMEIROS TENENTES E CAPITÃES

##### (Curso A)

##### Coefficientes das disciplinas:

##### A — *Infantaria e Cavallaria*:

Emprego tactico da arma . . . . .	5
Armamento, material e tiro e pratica de motores a explosão . . . . .	1
Topographia . . . . .	3
Organização do Terreno e Serviço em Campanha (destruições para a Cavallaria) . . . . .	3
(Para a Cavallaria) . . . . .	2
Observação e informações . . . . .	2
Methodos e organização da instrucção . . . . .	1

##### B — *Artilharia*:

Emprego tactico da arma . . . . .	3
Organização do material e motores . . . . .	1
Technica e execução do tiro . . . . .	5
Topographia applicada . . . . .	3
Serviço em Campanha e Organização do Terreno . . . . .	2
Methodo e organização da instrucção . . . . .	1

##### C — *Engenharia*:

Emprego tactico e Serviço em Campanha . . . . .	3
Topographia . . . . .	3
Organização do Terreno, Minas e Destruições . . . . .	5
Pontes . . . . .	5
Estradas e pistas . . . . .	4
Sciencias applicadas . . . . .	3
Instrucção dos meios motorizados . . . . .	1
Methodo e Organização da Instrucção . . . . .	1

##### D — *Instrucção commum a todas as armas*.

Tactica elementar . . . . .	2
Transmissões . . . . .	1
(Para a Engenharia) . . . . .	3



**Equitação:**

<b>Cavallaria</b> . . . . .	5
<b>Artilharia</b> . . . . .	2
<b>Infantaria e Engenharia</b> . . . . .	1

**II****CURSO DE SARGENTOS****(Curso B)**

São as seguintes as disciplinas dos Cursos, com os respectivos agrupamentos e coefficients:

**A — Infantaria****1º Grupo:**

Combate e Serviço em Campanha . . . . .	3
Organização do Terreno . . . . .	2
Topographia elementar e sua applicação ás missões do sargento em campanha . . . . .	2
Observação . . . . .	2
Maneabilidade . . . . .	2

**2º Grupo:**

Armamento, material e tiro . . . . .	3
Transmissões . . . . .	2
Pratica de motores de explosão . . . . .	1
Protecção contra os gases de combate . . . . .	1

**3º Grupo:**

Instrucção physica e Ordem Unida . . . . .	2
Hygiene e soccorros medicos de urgencia. Noções de phy- siologia e biometria . . . . .	1
Instrucção moral, civica e geral . . . . .	2

**4º Grupo:**

Escrifpturação militar. . . . .	2
---------------------------------	---

**B — Cavallaria:****1º Grupo:**

Combate e Serviço em Campanha . . . . .	3
Organização do terreno e Destruições . . . . .	2
Topographia elementar e suas applicações ás missões do sargento em campanha . . . . .	3
Observação . . . . .	2
Ordem unida e maneabilidade . . . . .	1

**2º Grupo:**

Armamento, material e tiro . . . . .	3
Transmissões . . . . .	2
Pratica de motores de explosão . . . . .	1
Protecção contra gases de combate . . . . .	1

## 3º Grupo:

Educação Physica — Noções de Physiologia e Biometria.	2
Hygiene e soccorros de urgencia . . . . .	1
Instrucção moral, civica e geral . . . . .	2

## 4º Grupo:

Escripturação Militar . . . . .	2
---------------------------------	---

## 5º Grupo:

Instrucção Equestre — Atrelagem e conducção de viaturas . . . . .	3
---	---

C — *Artilharia*

## 1º Grupo:

Combate e Serviço em Campanha . . . . .	3
Noções sobre a technica de tiro . . . . .	2
Topographia . . . . .	2
Observação . . . . .	2
Organização do Terreno . . . . .	1

## 2º Grupo:

Material de artilharia . . . . .	1
Transmissões . . . . .	2
Armamento portatil, metralhadora pesada e tiro . . . . .	2
Pratica de motores de explosão . . . . .	1
Protecção contra os gazes de combate . . . . .	1

## 3º Grupo:

Educação physica e noções de physiologia e biometria . . . . .	2
Ordem unida . . . . .	1
Instrucção moral e civica e geral . . . . .	2
Hygiene e soccorros medicos de urgencia . . . . .	1

## 4º Grupo:

Escripturação Militar. . . . .	2
--------------------------------	---

## 5º Grupo:

Instrucção equestre (equitação e conductores) . . . . .	2
---	---

D — *Engenharia.*

## 1º Grupo:

Organização do Terreno . . . . .	3
Destruições e minas . . . . .	3
Pontes de equipagem e de circumstancia . . . . .	3

## 2º Grupo:

Emprego das Companhias de Engenharia e Serviço em Campanha . . . . .	2
Topographia . . . . .	2
Estradas e pistas . . . . .	2

## 3º Grupo:

Educação physica e noções de physiologia e biometria.	2
Ordem unida e maneabilidade . . . . .	2
Instrucção moral e civica e geral . . . . .	2
Armamento e tiro. . . . .	1
Hygiene e soccorros medicos e de urgencia. . . . .	1
Protecção contra os gases de combate . . . . .	1

## 4º Grupo:

Escripturação Militar. . . . .	2
--------------------------------	---

## 5º Grupo:

Instrucção equestre (equitação e conducção de viaturas). . . . .	2
--	---

## 6º Grupo:

Transmissões . . . . .	3
Noções praticas sobre motores a explosão e machinas de ar comprimido . . . . .	2

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1936. — *João Gomes Ribeiro Filho.*

## DECRETO N. 641 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1936

*Denomina de “engenheiro industrial e de armamento” o curso de armamento da Escola Technica do Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que: — o titulo conferido aos que concluem o curso de armamento pela Escola Technica do Exercito não traduz a sua finalidade; — já está prevista a denominação de — engenheiro industrial e de armamento — na regulamentação que se processa em obediencia á orientação e espirito da lei do ensino militar;

Decreta, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição e ao disposto na lei do Ensino Militar:

Artigo unico. Fica modificado o Regulamento da Escola Technica do Exercito na parte referente ao curso de armamento, que se denominará de “engenheiro industrial e de armamento”; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*João Gomes Ribeiro Filho.*

## DECRETO N. 642 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1936

*Regulamenta os dispositivos da lei n. 158, de 30 de dezembro de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Os funcionarios publicos que substituirem interinamente os licenciados, perceberão, além dos seus vencimentos o que perderem os substituidos.

§ 1.º Em hypothese alguma o vencimento do substituto poderá exceder o do substituido.

§ 2.º Nos casos de substituição eventual ou decorrente de férias, em que o titular do cargo nada perca dos seus vencimentos, nenhuma differença caberá ao substituto.

Art. 2.º Os funcionarios que substituirem interinamente os que estiverem em comissão, em serviço obrigatorio por lei e os licenciados, nos termos do decreto n. 42, de 15 de abril de 1935, perceberão os vencimentos do seu cargo e a gratificação ou quotas ou percentagens do substituido, pela verba "Eventuaes" do orçamento do respectivo ministerio; não podendo o substituto receber mais do que o substituido.

Art. 3.º Reputar-se-á unicamente substituição, para o effeito dos artigos precedentes, o exercicio interino dos lugares de chefia ou direcção, que invistam o substituto de funções diversas das inherentes ao seu proprio cargo, em virtude de leis e regulamentos.

Art. 4.º As pessoas estranhas que servirem em cargo vago, interinamente, perceberão os vencimentos integraes desse cargo.

§ 1.º As substituições de que trata este artigo só poderão ter logar quando absolutamente necessarias e provada a impossibilidade da designação de funcionario publico, e após autorização expressa do Presidente da Republica.

§ 2.º Considera-se cargo vago aquelle ainda não provido regularmente ou cujo titular delle esteja afastado definitivamente.

Art. 5.º Todas as substituições, excepto as que se derem automaticamente, por força de dispositivo regulamentar, dependem de decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6.º O funcionario publico commissionedado não poderá afastar-se do cargo, com as vantagens que lhe são attribuidas pelo exercicio da comissão, salvo no goso de férias regulamentares ou por conveniencia do serviço publico, a juizo do ministro respectivo e por prazo não excedente de 30 dias; nesta ultima hypothese o substituto perceberá as vantagens da comissão pela verba "Eventuaes".

Paragrapho unic. Excedido o prazo a que se refere o presente artigo, o substituido perderá as vantagens inherentes á commissão, que serão pagas ao substituto pela verba propria.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

*Vicente Rdo.*

*Marques dos Reis.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*João Gomes Ribeiro Filho.*

*Aristides Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 643 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1936

*Manda executar o regulamento expedido com o decreto n. 591, de 15 janeiro de 1936*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição e tendo em vista a autorização constante do § 2º do art. 6º da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935, resolve mandar executar o regulamento expedido com o decreto numero 591, de 15 de janeiro de 1936, com as modificações constantes deste decreto.

Art. 1.º A arrecadação da taxa de previdencia social destinada ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Commerciantes, será effectuada de accordo com o regulamento approved pelo decreto n. 591, de 15 de janeiro de 1936, com as modificações ora estabelecidas.

Art. 2.º Além do combustivel e do trigo, ficam excluidas da cobrança da taxa de previdencia social, as mercadorias para as quaes a tarifa das alfandegas, mandada executar pelo decreto n. 24.343, de 5 de junho de 1934, não estipulou taxa a cobrar; aquellas que forem despachadas com isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, previstas no art. 12 do decreto n. 24.023, de 21 de março de 1934; as especificadas no Tratado de Commercio celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da America, assignado em Washington a 2 de fevereiro de 1935 e approved pelo decreto

legislativo n. 4, de 18 de novembro do mesmo anno; as decorrentes de contractos com o Governo Federal, nos quaes esteja expressa a isenção dos direitos de importação e demais taxas aduaneiras e as que tenham obtido identica isenção em virtude de concessões especiaes.

Art. 3.º Nos despachos de encommendas postaes internacionais, para as quaes não exista factura consular, nem valor declarado nos documentos de fiscalização aduaneira; nas apprehensões realizadas nas repartições postaes; nas mercadorias de commercio encontradas entre a bagagem dos passageiros, para as quaes não houver sido extrahida a competente factura consular; naquellas que, na fórma do disposto no artigo 4º do decreto n. 22.717, de 16 de maio de 1934, não é exigivel a factura consular e nas encommendas aereas, desacompanhadas desse documento, a taxa de previdencia social será calculada e cobrada sobre os direitos que forem arrecadados.

Art. 4.º Nas mercadorias cahidas em commissão ou apprehendidas como contrabando e vendidas em leilão nas alfandegas, a taxa de previdencia será cobrada sobre o preço da arrematação.

Art. 5.º Não será permittido o abandono de que trata o artigo 255 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas, sem que o requerente tenha pago a taxa de previdencia prevista neste regulamento, sendo na hypothese de abandono tacito cobrada a referida taxa do consignatário ou dono da mercadoria.

Art. 6.º A base de cambio para a arrecadação da taxa de previdencia será a da média cambial fornecida pela Junta de Corretores para a cobrança dos direitos de importação *ad-valorem*.

Art. 7.º O presente decreto entrará em vigor no dia 17 de fevereiro corrente e será transmittido por telegramma ás repartições arrecadoras do Paiz.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

Agamemnon Magalhães.

---

DECRETO N. 644 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento relativos á construcção de um predio para uma estação, no km. 122 da linha de Barra, Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rêde Mineira de Viação.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Rêde Mineira de Viação.

---

arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Art. 1.º Ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, relativos á construcção de um predio para uma estação, que se denominará "Silviano Brandão", no km. 122 da linha de Barra, Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rêde Mineira de Viação.

§ 1.º As despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo do orçamento ora approvedo, na importancia total de 34:912\$474 (trinta e quatro contos novecentos e doze mil quatrocentos e setenta e quatro réis), já attendidas as rectificações nelle feitas pela Inspectoria Federal das Estradas, serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos", de conformidade com o disposto na clausula II, alinea g e na clausula IV do termo decorrente do decreto n. 18.699, de 12 de abril de 1929, que modificou o contracto de arrendamento da referida Rêde, autorizado pelo decreto n. 15.406, de 22 de março de 1922.

§ 2.º Para a conclusão dos trabalhos fica fixado o prazo de cinco mezes, a contar da data em que a Rêde for notificada deste decreto.

Art. 2.º Em consequencia da approvação a que se refere o art. 1.º, fica sem effeito o decreto n. 23.944, de 2 de março de 1934, na parte em que approvou o projecto e orçamento para a construcção de um posto telegraphico no kilometro 121 -|- 790 da linha de Barra (artigo unico, alinea c) entre as estações de Carvalhos e Livramento, o qual não foi construido.

Art. 3.º E' acceita a doação que á Rêde Mineira de Viação fizeram José Gomes de Oliveira e sua mulher, de uma faixa de terras com 2.598m,200 (dous mil e quinhentos e noventa e oito metros quadrados), nos termos da escriptura publica datada de 29 de janeiro de 1935 e lavrada no livro de notas n. 36, do 2º tabellionato da cidade de Ayuruóca, comarca de Ayuruóca, Estado de Minas Geraes, conforme 2º traslado que ora baixa, devidamente rubricado, acompanhado da planta, em duas vias, da referida faixa de terras, a qual é necessaria á construcção do predio para a estação de que trata o art. 1.º deste decreto.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marquês dos Reis.*

---

## DECRETO N. 645 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos para a construcção de uma ponte de atracação e de dois armazens no porto de Ilhéos.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Industrial de Ilhéos, cessionaria da construcção, uso e gozo das obras de melhoramentos do porto de Ilhéos, e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para a construcção de uma ponte de atracação, em concreto armado, e de dois armazens, no porto de Ilhéos, de que é cessionaria a Companhia requerente, em virtude do contracto celebrado nos termos do decreto n. 166, de 15 de maio de 1935.

Paragrapho unico. As despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo dos orçamentos ora approvados, nas importancias totaes de 488:450\$000 (quatrocentos e oitenta e oito contos quatrocentos e cincoenta mil réis) quanto á ponte, e réis 986:282\$000 (novecentos e oitenta e seis contos duzentos e oitenta e dois mil réis) quanto aos dois armazens, serão levadas á conta de capital do porto, como determina a clausula IX do citado contracto.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 646 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos das obras que constituirão parte do programma quatriennal (1935-1938), a ser executado na Rêde de Viação Paraná-Santa Catharina*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que propoz a Superintendencia da Rêde de Viação Paraná-Santa Catharina, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Art. 1.º Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Se-



cretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, das obras abaixo descriptas, na Rêde de Viação Paraná-Santa Catharina:

a) Lastramento, com pedra britada, das seguintes linhas e ramaes:

Estrada de Ferro do Paraná.	10.000 metros	195:860\$000
Linha de Serrinha.....	10.000 metros	195:860\$000
Ramal de Paranapanema....	25.000 metros	517:025\$000
Linha de S. Francisco a Por- to União .....	15.000 metros	293:790\$000
Linha de Itararé ao rio Uru- guay . .....	40.000 metros	783:440\$000
	<hr/> 100.000 metros	<hr/> 1.985:975\$000

b) Augmento do armazem de mercadorias da estação "Rio Capinzal", situada na linha de Itararé ao rio Uruguay ..... 17:154\$376

Art. 2.º As referidas obras constituirão parte do programma quadriennal (1935-1938), que a Superintendencia da citada Rêde é obrigada a submeter á approvação do ministro de Estado da Viação e Obras Publicas em cumprimento ao disposto no art. 3º das "Instrucções" a que se reporta a portaria n. 839, de 7 de dezembro de 1933, do mesmo ministerio, para ser executado á conta do producto da arrecadação da taxa adicional de 10 % sobre as tarifas em vigor, naquelle quadriennio, devendo as respectivas despesas, limitadas ao maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, já attendidas as correções feitas no relativo á obra citada na alinea b, ser apuradas pela forma determinada no art. 8º das alludidas "Instrucções".

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

#### DECRETO N. 647 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos para a execução de diversas obras na Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes

a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para a execução das obras abaixo descriptas, na Rêde de Viação Ferrea Federal arrendada ao referido Estado:

- |   |             |
|---|-------------|
| a) reconstrucção total das alvenarias de elevação, e previsão de uma superstructura metallica, nova, em substituição á existente no pontilhão do km. 140+107,8, da linha de Santa Maria a Porto Alegre..... | 26:325\$134 |
| b) construcção de um deposito, como dependencia do almoxarifado, para armazenar inflammaveis, no km. 3,00 da linha de Santa Maria a Porto Alegre.....   | 23:726\$627 |
| c) construcção de um desvio morto, na estação de Parobé, no km. 47+630 doramal de Rio dos Sinos a Taquara.....  | 14:537\$064 |
| d) construcção de um armazem na estação de Santa Thereza, no km. 325+740 da linha de Cacequy a Rio Grande.....  | 14:514\$379 |
| e) construcção de um armazem na parada Alegria, situada no km. 428+750 da linha de Cacequy a Rio Grande.....  | 15:482\$463 |

§ 1.º As despesas que forem realmente efectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, já attendidas as correções feitas pela Inspectoria Federal dos Estradas nos referentes ás obras descriptas nas alíneas *a* e *b*, serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos", de accordo com a clausula I e o *item* 2º da clausula II do termo decorrente do decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, que modificou o contracto de arrendamento autorizado pelo decreto numero 15.438, de 10 de abril de 1922.

§ 2.º Para a conclusão de cada obra fica fixado o prazo de tres (3) mezes, a contar da data em que a Rêde for notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1936; 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 648 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1936

***Approva os projectos e orçamentos para a execução de diversas obras na Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul***

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para a execução das obras abaixo descriptas, na Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, arrendada ao referido Estado:

- |    |  |              |
|----|--|--------------|
| a) | ampliação do edificio da estação de Fachi- |              |
|    | nal, no km. 29 + 127 do ramal de Cruz      |              |
|    | Alta a Giruá. ....                         | 24:440\$560, |
| b) | construcção de uma casa para moradia do    |              |
|    | guarda-chaves da estação de Rio Pardo,     |              |
|    | no km. 182 + 734 da linha de Santa         |              |
|    | Maria a Porto Alegre.....                  | 18:325\$385  |
| c) | reforço, montagem e pintura de super-      |              |
|    | estructuras metallicas situadas nas posi-  |              |
|    | ções kilometricas da linha de Santa Ma-    |              |
|    | ria a Cacequy, mencionadas nos proje-      |              |
|    | ctos, sendo:                               |              |
|    | 16 a 7:669\$007.....                       | 122:704\$112 |
|    | 34 a 5:215\$503.....                       | 177:327\$102 |
|    | 2 a 5:168\$397.....                        | 10:336\$794  |
| d) | construcção de um estabulo destinado a     |              |
|    | pernoite de animaes em transito, na es-    |              |
|    | tacção de Santa Maria, da linha de Santa   |              |
|    | Maria a Porto Alegre.....                  | 19:082\$657  |
| e) | construção de quatro superestructuras me-  |              |
|    | tallicas, de 3m,80 de centro a centro de   |              |
|    | apoios, nos kms. 313 + 481, 336 + 532,     |              |
|    | 337 + 480 e 348 + 150 da linha de Santa    |              |
|    | Maria a Porto Alegre, a 2:377\$540.....    | 9:510\$160   |

§ 1.º As despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, serão escripturadas na conta de "fundo de melhoramentos", de conformidade com a clausula I e o item 2º da clausula II do termo decorrente do decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, que modificou o contracto de arrendamento autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, excepto as relativas ás obras de que trata a alinea a, as quaes serão escripturadas na conta de custeio, á vista do disposto na clausula III, n. II, alinea c, e na clausula X do referido contracto, não modificado, nessa parte, pelo mencionado termo.

§ 2.º Para a conclusão das obras descriptas nas alíneas *a*, *b*, *d* e *e*, ficam fixados, respectivamente, os prazos de 2, 2 mezes, 40 e 30 dias, e para as descriptas na alínea *c* (16, 34 e 2 superestructuras), os de 6, 6 mezes e 40 dias.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 649 — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva o projecto de ampliação do pateo da estação de Valença, da Linha Auxiliar, da Estrada de Ferro Central do Brasil, e desapropria o terreno e respectivas bemfeitorias, necessarias á sua execução.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que propoz a Directoria da Estrada de Ferro Central do Brasil, decreta:

Art. 1.º Fica approvedo o projecto que com este baixa, rubricado pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, de ampliação do pateo da estação de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, situada na Linha Auxiliar, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 2.º Em consequencia desta aprovação, e de accôrdo com o art. 3.º n. 3 do regulamento de consolidação e modificação do processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade publica, approvedo pelo decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903; art. 590, § 2º, n. II do Codigo Civil, e artigo 113, n. 17 da Constituição Federal, ficam desapropriados, por serem necessarios á execução do citado projecto, o terreno e respectivas bemfeitorias, representados na planta que tambem baixa, em uma via, rubricada pela forma determinada no artigo 1º deste decreto.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 650 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1936

*Faz publica a ratificação da adesão, pela Austria, á Convenção para regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra a 24 de setembro de 1931.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a ratificação da adesão, por parte da Austria, á Convenção para regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra a 24 de setembro de 1931, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado geral da Liga das Nações, por nota de 21 de janeiro ultimo, cuja tradução official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## LIGA DAS NAÇÕES

### Convenção para regulamentação da pesca da baleia

(Genebra, 24 de setembro de 1931)

#### *Ratificação da adesão da Austria*

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o Senhor Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario Representante permanente da Austria junto á Sociedade das Nações, depositou no Secretariado, a 2 de janeiro de 1936, o instrumento de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Presidente Federal da Austria, da adesão, pelo mesmo paiz, á Convenção para regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra a 24 de setembro de 1931.

Queira acceitar os protestos de minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral. — O Conselheiro juridico do Secretariado, *E. M. Mc Wood*.

---

## DECRETO N. 651 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no Estado de Santa Catharina, durante o dia 1 de março do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender o estado de sitio no Estado de Santa Catharina, durante o dia 1 de março do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 652 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio nos municipios de Junqueiro, Bello Monte, São Braz, Leopoldina e Piassabussú, no Estado de Alagôas, durante o dia 1 de março do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender o estado de sitio nos municipios de Junqueiro, Bello Monte, São Braz, Leopoldina e Piassabussú, no Estado de Alagôas, durante o dia 1 de março do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 653 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Justiça, o credito extraordinario de 2.700:000\$000 para pagamento de despesas decorrentes do movimento extremista.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, na conformidade do disposto na ultima parte do § 1º do artigo 186 da Constituição, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça, o credito extraordinario de 2.700:000\$000 (dous mil e setecentos e tantos de réis) para attender ao pagamento de despesas com a repressão do movimento de caracter extremista, recém-verificado no paiz, sendo:

Para a Policia Militar.....	1.000:000\$000
Para a Policia Civil.....	1.500:000\$000
Para o Departamento de Propaganda e Dif-	
fusão Cultural.....	200:000\$000
	<hr/>
	2.700:000\$000
	<hr/>

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 654 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva as Instrucções para a Carteira de Garantia de Empréstimos da Caixa de Construcções de Casas para o pessoal do Ministerio da Guerra.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam approvedas as Instrucções que com este baixam, assignadas pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, Ministro de Estado da Guerra, destinadas á Carteira de Garantia de Empréstimos da Caixa de Construcções de Casas para o pessoal do Ministerio da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*João Gomes Ribeiro Filho.*

---

## CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS DO MINISTERIO DA GUERRA

### “Instruções para a Carteira de Garantia de Empréstimos”

Art. 1.º É creada a Carteira de Garantia de Empréstimos com o fim de assegurar as operações de credito que os contribuintes e mutuarios da Caixa de Construções de Casas (Modalidades —B—) realizarem com esta Caixa.

Art. 2.º A garantia consistirá em substituir a Carteira ao mutuario fallecido nos pagamentos pelo mesmo devidos á Caixa, de accôrdo com o estabelecido nestas instruções e desde que o obito se verifique depois de decorrido o periodo de carencia.

Paraphrased unico. O periodo de carencia a que se refere este artigo será de tres annos a partir da inscripção na Carteira.

Art. 3.º A inscripção na Carteira será feita logo após a entrada do interessado para a Caixa de Construções, salvo se o candidato optar pela modalidade prevista no art. 18 do Regulamento da Caixa, do que fará declaração escripta no acto da inscripção.

Art. 4.º O valor inicial da inscripção na Carteira será igual á importancia de inscripção para o empréstimo na Caixa.

Art. 5.º A inscripção na Carteira será feita mediante pedido de accordo com o modelo n. 1 e após o apagamento de uma taxa a titulo de Joia, no valor de 30\$000 (trinta mil réis).

Art. 6.º Não serão inscriptos na Carteira mutuarios maiores de 60 annos, sendo considerados para todos os effeitos como de 21 annos, os menores desta idade.

§ 1.º No acto da inscripção será feita a prova de idade mediante certidão de registro civil, ou documento equivalente, a criterio da Directoria da Caixa.

§ 2.º Em principio não será exigida a inspecção de saude para admissão na Carteira; em casos especiaes, porém, tal exigencia poderá ser feita pela directoria, sem prejuizo do estabelecido nestas instruções.

Art. 7.º O prazo de pagamento das contribuições na Carteira de Garantia comprehenderá duas phases: a 1ª, a partir da inscripção até a data da consignação a que se refere o § 1º do art. 13 do Regulamento da Caixa; a 2ª, a contar dessa ultima data até o pagamento da 156ª consignação de que trata o art. 9º, tendo-se em vista o disposto no paraphrased unico deste artigo.



Paragrapho unico. Ao iniciar-se a 2ª phase, far-se-á uma revisão na inscripção de garantia para que dahi por deante tal inscripção se refira ao debito real do mutuario em relação á Caixa.

Art. 8.º A importancia da contribuição na Carteira de Garantia por conto de réis será feita de accordo com a tabella annexa, ficando estabelecido que a idade será a que corresponder ao anniversario mais proximo.

Art. 9.º O numero maximo de contribuições para a Carteira de Garantia não poderá normalmente exceder nas duas phases de 156 consignações, das quaes 36 corresponderão ao periodo de carencia, mesmo quando por força das circumstancias, a inscripção na referida Carteira tiver lugar na 2ª phase.

Art. 10. As contribuições serão pagas mensal e antecipadamente, mediante consignação em folha e, para esse effeito, no acto da inscripção, o mutuario assignará em duplicata, a competente formula de consignação.

Paragrapho unico. A primeira via da formula de que trata este artigo, será remettida á unidade administrativa em que servir o mutuario e a segunda ficará archivada na Carteira.

Art. 11. As contribuições relativas ás garantias dos emprestimos aos aviadores em serviço activo, serão calculadas pelo triplo nas duas phases.

Art. 12. Em caso de fallecimento do mutuario durante o periodo de carencia, a carteira restituirá integralmente aos seus legitimos herdeiros os premios recebidos, não assumindo responsabilidade alguma.

Art. 13. Se o obito do mutuario se verificar durante a primeira phase do periodo referido no art. 7.º, a Carteira nenhuma responsabilidade assumirá a não ser a de restituir aos herdeiros do inscripto a importancia das consignações que lhe forem pagas, desde que o mutuario fallecido não tenha sido contemplado nas distribuições.

Art. 14. Reservado o caso previsto no artigo 12, se o inscripto fallecer depois do inicio da segunda phase, assumirá a Carteira as responsabilidades definidas no art. 17 destas instrucções.

Art. 15. Salvo o caso previsto no art. 12, se o mutuario fallecer depois de ter sido contemplado na distribuição, havendo iniciado o pagamento previsto na tabella annexa, mas antes de se utilizar do emprestimo, a Carteira assumirá as mesmas responsabilidades estabelecidas no artigo anterior, desde que os seus herdeiros se utilizem do emprestimo da Caixa, na forma estabelecida pelo seu Regulamento, dentro do prazo de 6 (seis) mezes a contar do obito. Caso não seja utilizado o emprestimo por qualquer circumstancia, nenhuma restituição pela Carteira será feita a outrem.

Art. 16. Em todos os demais casos, em que o obito se verifique, a Carteira não assumirá nenhuma responsabilidade a não ser a de restituir aos herdeiros a importancia das contribuições pagas pelo mutuario fallecido.

Art. 17. Nos casos de fallecimento previsto nos arts. 14 e 15 a Carteira assumirá uniformemente a responsabilidade de pagar á Caixa em quotas mensaes e a partir da data do obito, a importancia correspondente a 1/200 da garantia do emprestimo, proseguindo neste pagamento até a terminação do prazo estabelecido para amortização do saldo devedor.

Art. 18. Os recursos da Carteira serão depositados em estabelecimentos de credito reconhecidamente idoneos, podendo tambem ser applicados em titulos de divida ou em financiamentos, a Juizo do Conselho de Administração da Caixa,

Paragrapho unico. As retiradas das quantias depositadas serão feitas por meio de cheques assignados pelo director thesourciro, visados pelo relator e autorizados pelo director geral.

Art. 19. A applicação dos recursos da Carteira não deverá ser feito á taxa inferior a 6 % e os juros provenientes de sua applicação serão escripturados em c/corrente especial, dando-se-lhe segura inversão, de accordo com este artigo.

Art. 20. As despesas de pessoal e material com a Carteira de Garantia inclusive a de sua installação, correrão por conta dos elementos de sua receita geral.

Art. 21. A Carteira de Garantia, além das reservas technicas apuradas annualmente, terá tambem reserva de contingencia, constituída pelos lucros obtidos nas suas operações, até 10 % da primeira reserva.

Paragrapho unico. As reservas technicas calculadas actuarialmente comprehenderão os valores dos riscos em curso e os das liquidações dos mutuarios fallecidos, de conformidade com estas instrucções.

Art. 22. Apuradas as reservas technicas e de contingencia na forma prevista no artigo anterior, do excedente dos lucros da Carteira serão deduzidos:

70 % — para bonificação aos mutuarios da referida Carteira, por occasião da terminação do pagamento dos premios, segundo fôr resolvido pelo Conselho de Administração;

30 % — para a Caixa de Construcções.

Art. 23. A direcção superior dos Trabalhos da Carteira caberá á directoria da Caixa, que poderá ser assistida por um consultor tecnico da sua confiança.

Art. 24. Os actuaes mutuarios no goso de emprestimo e os contemplados ou não nas distribuições farão desde logo as suas inscrições na Carteira de Garantia, de accordo com as disposições contidas nestas instrucções, ficando isentos os que já tiverem apresentado taes garantias á directoria.

§ 1.º Os actuaes mutuarios contemplados que dentro de 90 dias ocutados da data da approvação das presentes instrucções não tiverem satisfeito o disposto neste artigo, serão considerados como tendo optado pela modalidade estabelecida no art. 18 do Regulamento da Caixa e em consequencia deverão apresentar as apolices de seguro correspondentes.

§ 2.º Ao mutuario que tiver optado pela modalidade estabelecida no art. 18 do Regulamento da Caixa e que desejar, mais tarde, inscrever-se na Carteira de Garantia, será facultado fazel-o mediante exame medico e sem prejuizo do periodo de carencia.

Art. 25. O contribuinte que se retirar da Caixa de Construcções, por desistencia, será automaticamente excluido da Carteira de Garantia, não lhe cabendo restituição alguma.

Art. 26. O mutuario inscripto na Carteira receberá uma caderneta onde se anotarão todas as suas alterações de credito

em relação á Carteira, servindo essa caderneta como documento equivalente ao previsto no § 1º do art. 18 do Regulamento da Caixa.

Art. 27. A Carteira de Garantia terá organização técnica com os registros indispensaveis para apuração annual das reservas technicas, observação da taxa de mortalidadee, apuração da conta de lucros e perdas, além da collecta de elementos estatísticos e de outros necessarios ao conhecimento de seu perfeito funcionamento.

Art. 28. As tabellas de contribuições que acompanham as presentes instrucções serão revistas de 5 em 5 annos.

Art. 29. Nos casos omissos a directoria procederá de accordo com o espirito do Regulamento da Caixa de Construções.

Art. 30. A directoria da Caixa tomará todas as providencias complementares para assegurar o pleno funcionamento da Carteira, respeitando as normas geraes, constantes do Regulamento da Caixa, no que fôr applicavel.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1936. — General *João Gomes*.

FREMI0 MENSAL POR CONTO DE RÉIS DE CAPITAL EMPRESTADO

Idade	Premio	Idade	Premio
21	\$430	41	\$620
22	\$440	42	\$650
23	\$440	43	\$670
24	\$440	44	\$700
25	\$450	45	\$740
26	\$450	46	\$780
27	\$460	47	\$820
28	\$460	48	\$870
29	\$470	49	\$920
30	\$480	50	\$980
31	\$480	51	1\$050
32	\$490	52	1\$120
33	\$500	53	1\$200
34	\$510	54	1\$290
35	\$520	55	1\$390
36	\$530	56	1\$490
37	\$550	57	1\$610
38	\$560	58	1\$730
39	\$580	59	1\$870
40	\$600	60	2\$020

---

MINISTERIO DA GUERRA  
CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS

—X—

CARTEIRA DE GARANTIA

Nº..... Rs.... 30\$000

Recebi do Sr.....

.....

.....

a titulo de JOIA.

Rio,...de.....de 193....

.....

MINISTERIO DA GUERRA  
CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS

—X—

CARTEIRA DE GARANTIA

Nº.....

Rs.... 30\$000

Recebi do Sr.....

..... a importancia de Rs. 30\$000

( trinta mil réis ), a titulo de JOIA na CARTEIRA DE GARANTIA.

.....

Rio ....de..... de 193....

.....

Pelo director thesoureiro

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

MINISTERIO DA GUERRA  
CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS

Mod. n. 1

482

— — — X — — —  
CARTEIRA DE GARANTIA  
Pedido de inscrição n.....

.....  
( Nome )

.....  
( Posto ou categoria )

.....  
( Arma ou serviço )

Inscripto nessa CAIXA sob o nº.....  
e residente a rua....., nº..... Tel..... deseja fazer a garantia de  
empréstimo de Rs.....\$..... e vem declarar o seguinte :

1º ) — Que está de accordo com todas as instrucções até agora publicadas, que regulamentam a inscrição de garantia que ora pretende fazer:

2º ) — Que, presentemente, o declarante conta a idade de.....annos, conforme provam os documentos aqui juntos :

- a ) — .....  
b ) — .....  
c ) — .....

3º ) — Que é casado em..... nupcias com D.....

4º ) — Que, actualmente, possuem..... filhos, sendo:

....., com..... annos de idade.  
....., » ..... » » »  
....., » ..... » » »  
....., » ..... » » »  
....., » ..... » » »

5º ) — .....

6º ) — .....

Rio de Janeiro,....de..... de 193....

( Assinatura ).....

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

## DECRETO N. 655 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1936

*Abre um credito suplementar de 170:150\$000, á verba 4ª do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de conformidade com o artigo 1º da lei n. 163, de 2 de janeiro de 1936, tendo ouvido o Ministerio dos Negocios da Fazenda e consultado o Tribunal de Contas, nos termos dos artigos 92 e 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de janeiro de 1932, decreta:

Art. 1º — Fica aberto á verba 4ª do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores, para o exercicio de 1935, um credito suplementar de cento e setenta contos cento e cincoenta mil réis (170:150\$000), sendo cincoenta e oito contos novecentos e cincoenta mil réis (58:950\$000) para a consignação "Pessoal", sub-consignação n. 2, Sector Oeste, e cento e onze contos e duzentos mil réis (111:200\$000) para a consignação "Material", sub-consignação n. 2, Sector Oeste.

Art. 2º — As despesas resultantes desta lei serão custeadas nos termos da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS

*José Carlos de Macedo Soares*

## DECRETO N. 656 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva as alterações introduzidas nos estatutos da Prudencia Capitalização Companhia Nacional para Favorecer a Economia, pela assembléa geral extraordinaria de seus accionistas realizada a 16 de dezembro de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Prudencia Capitalização Companhia Nacional para Favorecer a Economia, com séde na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, e autorizada a funcionar, pelo decreto numero 19.380, de 22 de outubro de 1930, em operações de capitalização de economias, resolve approvar as alterações introduzidas nos respectivos estatutos pela assembléa geral extraordinaria dos seus accionistas, realizada a 16 de dezem-

bro de 1935, continuando a mesma companhia integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 657 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1936

*Suspende o Estado de sitio no Estado do Rio Grande do Norte, durante o dia 22 deste mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Resolve suspender o Estado de sitio, no Estado do Rio Grande do Norte, durante o dia 22 do corrente mez, afim de ser promulgada a Constituição do mesmo Estado, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 658 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1936

*Altera o Regulamento da Escola de Estado Maior*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição decreta:

Artigo unico. Ficam introduzidas no Regulamento da Escola de Estado Maior baixado com o decreto n. 24.539, de 3 de julho de 1934 e alterado pelo de n. 95, de 21 de março de 1935 as modificações que a este acompanham, assignadas pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*João Gomes Ribeiro Filho.*

---

Art. 1.º O Regulamento da Escola de Estado Maior mandado adoptar por decreto n. 24.539, de 3 de julho e alterado pelo de n. 95 de 21 de março de 1935, é modificado como em seguida se estabelece.

§ 1.º Os artigos, paragraphos e itens, que se seguem, passam a ter a seguinte redacção:

### Primeira parte

Art. 5.º .....

§ 1.º .....

§ 2.º Os assumptos de cultura geral, comprehendem:

- questões de Direito Internacional;
- questões de actualidade internacional que interessem ao Brasil;
- questões economicas e sociaes;
- pratica do francez e do hespanhol (obrigatorio);
- pratica do inglez e do allemão (facultativo).

§ 3.º .....

Art. 10. Curso de Estado-Maior:

1.º — Categoria A — O ensino dos officiaes desta categoria será ministrado da seguinte maneira:

Primeiro anno (anno preparatorio) — Revisão do estudo da organização, da technica e da tactica das armas durante um periodo de 23 semanas, regulado pelas instrucções constantes do Annexo n. 1.

Dactylographia. Equitação.

Segundo anno: Revisão e complemento do estudo da tactica das armas no quadro da Divisão.

— Tactica geral e funcionamento dos estados maiores e serviços no escalão Divisão (D. I., D. C.) e U. Aéreas.

— Estudo das missões das U. Aéreas. Sua cooperação na Divisão.

— Geographia e Historia militares.

— Cryptotechnia.

— Francez e hespanhol.

— Exercicios tacticos na carta, carta-relêvo e no terreno, relativos ao emprego combinado das armas; exercicios de Divisão (D. I. e D. C.) visando o funcionamento dos estados maiores dessas grandes unidades.

— Viagens para o estudo de tactica das armas e de tactica geral.

— Equitação.

Terceiro anno: Tactica geral e funcionamento dos estados-maiores e serviços no escalão Exercito. Revisão dos estudos relativos ao escalão Divisão. Emprego das U. Aéreas e seus serviços.

— Organização dos Exercitos. Questões relativas á mobilização militar e nacional.

— Geographia e Historia militares.

— Qustões economicas, sociaes e de direito internacional.



- Francez e hespanhol (obligatorio).
- Inglez ou allemão (facultativo).
- Exercicios na carta, carta-relevo e no terreno, visando o funcionamento dos estados-maiores, o estudo da tactica geral e o emprego dos Servicos no Exercito e na Divisão.
- Viagens para o estudo das operações de Divisão, e de Exercito no terreno. Viagens de estado-maior ás regiões de fronteiras.
- Equitação e esgrima.

2.º .....

Art 11. O anno escolar começará no primeiro dia util da segunda quinzena de março e terminará em data que será fixada pelo chefe do Estado Maior do Exercito, de accordo com os programmas annuaes, não devendo, em principio, ultrapassar o mez de dezembro, inclusive os trabalhos finais do curso.

Art. 14. O ensino dos assumptos essencialmente militares se professa por meio de:

- conferencias, destinadas a fornecer aos officiaes uma documentação doutrinaria relativa aos conhecimentos de ordem tecnica e tactica que interessem o official de estado-maior;

- trabalhos escriptos em domicilio, destinados a provocar o estudo objectivo, meditado e methodico dos problemas da guerra, e a desenvolver as faculdades de concepção do official como chefe, nos diferentes escalões do commando;

- trabalhos escriptos na Escola, com tempo limitado, destinados a evidenciar o grão de assimilação dos ensinamentos ministrados e a capacidade de trabalho dos officiaes;

- exercicios praticos de tactica na carta e no terreno, destinados, principalmente, a desenvolver o espirito de iniciativa e de decisão dos officiaes; esses exercicios comprehendão, successivamente, o estudo de problemas *simples e des-tacados* das differentes situações de guerra, o estudo de *problemas continuos*, em que as operações serão estudadas segundo a sequencia natural dos factos, e, finalmente, os exercicios de *dupla acção*;

- exercicios praticos de funcionamento dos estados-maiores de Divisão e de Exercito, durante uma phase de operações, na carta ou no terreno;

- viagens para o estudo de situações tacticas das armas;

- viagens de estado-maior ás regiões de fronteiras, para o estudo de operações de Divisão e de Exercito.

Art. 18. Os officiaes do curso de Estado Maior executarão durante o anno lectivo:

- a) trabalhos correntes;
- b) trabalhos finais.

Os *trabalhos correntes* comprehendem: trabalhos escriptos executados na escola ou em domicilio; trabalhos tacticos realizados no terreno; exercicios praticos de funcionamento de estados-maiores; estagios nos corpos de tropa, etc.

Os *trabalhos finais* são os ultimos trabalhos escriptos realizados na escola, no fim de cada anno do curso.

**Art. 19.** O julgamento dos trabalhos correntes é feito pelos professores dos respectivos cursos e se expressa por:

— uma nota numerica:

— uma apreciação escripta e synthetica, relativa á qualidade do trabalho julgado e nelle exarada, quando se tratar de trabalho escripto.

§ 1.º As notas conferidas aos trabalhos escriptos executados na Escola (tactica e linguas estrangeiras), são elementos de formação das medias finaes dos cursos, que serão calculadas na fórmula do art. 23.

§ 2.º .....

§ 3.º As notas superiores a 5 (cinco) obtidas nos trabalhos de linguas estrangeiras serão computadas na formação das medias finaes do curso.

**Art. 21.** A execução dos trabalhos finaes obedece ás seguintes normas:

a) o 2º anno do curso (categoria A) encerrar-se-á com um trabalho final escripto, de tactica na carta. Para esse trabalho será organizado um thema de tactica geral, no escalão Divisão, do qual resultem decisões e redacção de ordens.

Compreenderá varias partes, de duração maxima de 3 horas cada uma, que poderão ser realizadas em dias consecutivos;

b) o 3º anno do curso (categoria A), encerrar-se-á com um trabalho final escripto de tactica geral na carta, compreendendo o estudo de uma operação no escalão Exército (D. I., D. C., U. Ae., Serviços) da qual resultem decisões e redacção de ordens.

Esse trabalho deverá comprehender varias partes e terá a duração effectiva minima de sete horas, de maneira a pôr á prova, pela duração e intensidade de esforços exigido, a capacidade de trabalho dos officiaes (conhecimentos assimilados e resistencia á fadiga mental).

**Art. 22.** Os trabalhos escriptos finaes são realizados com a presença do commandante da Escola, do sub-director do ensino e de dous representantes do Estado-Maior do Exército (um general e um official superior), nomeados pelo chefe desse Estado-Maior, os quaes os julgarão.

Os professores dos cursos de armas e de tactica geral auxiliarão á comissão acima referida, preparando os themas e tomando parte no julgamento.

**Art. 23.** A cada trabalho final escripto corresponderá uma nota numerica que entrará na constituição da media final dos cursos, a qual é calculada da maneira seguinte:

a) media final do 2º anno: é a media ponderada de duas parcelas;

— a media simples das notas dos trabalhos escriptos de tactica e de linguas estrangeiras realizados na Escola (artigo 19), inclusive a da prova annual de equitação;

— a nota media conferida ao trabalho final escripto multiplicada pelo coeeficiente 10;

b) media final do 3º anno: é a media ponderada de duas parcelas:

— a media simples das notas dos trabalhos escriptos de tactica e de linguas estrangeiras realizados na Escola (artigo 19), inclusive a da prova annual de equitação;

— a nota media conferida ao trabalho final de tactica, multiplicada pelo coeſiciente 20.

Paragrapho unico. Quando a nota media final do 2º anno fôr inferior a 5, o official é considerado "sem aproveitamento" e, como tal, desligado da Escola. De igual modo se procederá com o official do 3º anno cuja nota media dos trabalhos escriptos correntes realizados na Escola (artigo 18), fôr inferior a 5, na data da realização do trabalho escripto final.

Art. 24. O julgamento da pratica de equitação é feita mediante uma prova annual, realizada na presença do commandante ou do sub-director do ensino da Escola, do professor do curso de cavallaria, do instructor e de um adjuneto de arma montada.

O programma dessa prova é organizado pelo respectivo instructor e approvedo pelo commandante da Escola.

Art. 30. São elementos subsidiarios para a formação do conceito definitivo emittido pelo commandante da Escola, na fórma do art. 28, os resultados obtidos pelos officiaes:

- nos trabalhos relativos aos cursos;
- nos estagios;
- dactylographia;
- eventualmente, em trabalhos especiaes relativos aos assumptos de cultura geral.

Art. 59. Para o exercicio de sua funcção de commando, o commandante da Escola dispõe de:

- a) um quadro de instrucção;
- b) um quadro de administração;

1. O quadro de instrucção comprehende:

- a) um sub-director do ensino, coronel ou tenente-coronel;
- b) um professor de tactica geral e estado-maior, coronel ou tenente-coronel, e 6 adjunetos, majores ou capitães;
- c) um professor de tactica de infantaria, official superior e dous adjunetos, majores ou capitães;
- d) um professor de tactica de cavallaria, official superior, e dous adjunetos, majores ou capitães;
- e) um professor de tactica de artilharia, official superior, e dous adjunetos, majores ou capitães;
- f) um professor de tactica aérea, official superior, e dous adjunetos, majores ou capitães;
- g) um professor de engenharia;
- h) um professor de transmissões;
- i) um professor de francez;
- j) um professor de hespanhol;
- k) eventualmente, um professor de inglez e um de allemão;

l) um certo numero de estagiarios, capitães, para os differentes cursos, a ser fixado annualmente pelo chefe do Estado Maior do Exercito;

m) um instructor de equitação, capitão ou major de cavallaria;

n) um mestre d'armas;

o) officiaes ou civis que, por suas habilitações especiaes, sejam indicados pelo chefe do Estado Maior do Exercito para collaborarem no ensino dos assumptos de cultura geral, constante do plano de que trata o titulo II deste regulamento.

O sub-director do ensino, os professores, adjunctos e estagiarios devem possuir o curso de Estado Maior, obtido depois do anno de 1920, ou de revisão, e pertencer aos quadros das armas correspondentes ao ensino que ministrarem, excepto o primeiro, e os professores, adjunctos e estagiarios de tactica geral e estado-maior, que podem pertencer a qualquer arma.

O instructor de equitação deve ter o curso especial de equitação da Escola de Cavallaria.

2. ....

Artigo 82. ....

8. O anno de 1936, para os officiaes matriculados nos 2º e 3º annos do curso de Estado-Maior é de transição no que se refere á passagem dos programmas de ensino anteriores para o actual. Os programmas relativos a esses dois annos do curso serão organizados da maneira seguinte:

— para o 2º anno: completar, no inicio do curso, os estudos de tactica das armas e passar depois ao estudo da tactica geral no escalão Divisão;

— para o 3º anno: estudar, no inicio do curso, a tactica geral no escalão Divisão e passar depois ao estudo do Exercito.

Artigo 86. Os actuaes inspectores de alumnos continuão no desempenho de suas funcções. As vagas que occorrem serão preenchidas de preferencia por funcionarios addidos, da mesma categoria.

Os primeiros e segundos officiaes.....

#### ANNEXO N. 1

##### *Prescripções relativas aos estagios*

O emprego do tempo durante o 1º anno do curso de estado-maior (categoria A) comprehenderá dois periodos:

1º — um periodo de 14 semanas — estagio na Escola, para revisão do estudo de tactica das armas (pequenas unidades) como preparação para os estagios nas armas;

2º — um periodo de 23 semanas — estagio em cada uma das armas de infantaria, cavallaria, artilharia, aviação e Curso Especial de Transmissões, nas seguintes condições:

— 6 semanas na infantaria;

— 4 semanas na cavallaria;

- 5 semanas na artilharia;
- 6 semanas na aviação;
- 2 semanas nas transmissões.

Os estagios nas armas serão feitos nas unidades-escolas, o de Aviação, na Escola de Aviação Militar e o de Transmissões no Curso Especial de Transmissões. As condições pormenorizadas de execução dos estagios, serão determinadas pelo chefe do Estado-Maior do Exército, por proposta do commandante da Escola de Estado-Maior.

A data precisa de inicio e fim de cada estagio será fixada annualmente no programma de estagios.

Durante os estagios de Infantaria, Cavallaria e Artilharia, os professores das aulas de tactica dessas armas acompanharão os trabalhos dos alumnos e proporão as medidas que julgarem convenientes para maior efficiencia do estagio.

Esses trabalhos serão orientados, commentados e completados em reuniões realizadas, em principio, no fim de cada semana. Ficarão, portanto, os instructores autorizados a assistir os diversos exercicios executados pelas unidades nas quaes existem alumnos em estagio.

Para cada official será organizada uma "Caderneta de Estagio", destinada ao registro:

- das obrigações do official durante os estagios nas armas;
- dos trabalhos realizados pelo official durante os estagios (com o visto dos commandantes de corpos);
- das observações pessoais do official, relativas aos estagios;
- do julgamento synthetico dos professores que dirigiram os estagios, relativamente aos resultados apresentados pelo official;
- das observações dos commandantes das unidades e escolas em que os officiaes tenham estagiado, relativas aos trabalhos realmente effectuados e ao interesse manifestado pelos mesmos officiaes durante o seu estagio.

### Segunda parte

Art. 1.º As presentes instrucções reúnem e completam as diversas disposições que regulam a matricula na Escola de Estado-Maior e entram em vigor para as matriculas a partir de 1937, inclusive.

Art. 11. ....

§ 1.º ....

e) prática de condução de automoveis, coefficiente 1.

§ 2.º São supprimidos os artigos ou incisos abaixo:

### Primeira parte

Artigo 5. ....

— ....., e prática de condução de automoveis.

Artigo 26. A' prova prática de direcção de automoveis corresponde apenas a um dos conceitos: "apto" ou "inapto" (ver artigo 30).

Artigo 46. ....

8º, automoveis, providos de duplo commando, para a instrucção.

§ 3.º E' introduzido em seguida ao artigo 84 da 1ª parte, o seguinte artigo:

Artigo. Ficam dispensados da prática de conducção de automoveis os alumnos matriculados na Escola até 1936, inclusive.

Artigo 2.º O Ministerio da Guerra fará republicar o Regulamento com as alterações do presente decreto.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1936.

---

DECRETO N. 658-A — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1936

*Declara encerrada a conta de capital da Companhia Docas de Santos, reaberta por força do decreto n. 18.284, de 16 de junho de 1928, e autoriza a abertura da primeira conta de capital adicional da mesma companhia, de accordo com o art. 9º, do decreto n. 24.599, de 6 de junho de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Docas de Santos e de accordo com as informações, decreta:

Art. 1.º Fica encerrada, a partir de 16 de junho de 1935, *ex-vi* do disposto na clausula V do decreto n. 18.284, de 16 de junho de 1928, a conta de capital da Companhia Docas de Santos reaberta por esse decreto, á qual serão entretanto incorporadas as despesas com obras novas e aquisições concluidas ou effectuadas até a data do seu encerramento, mas ainda não comprovadas.

Art. 2.º E' autorizada a abertura, pelo prazo de dez annos, a contar de 16 de junho de 1935, da primeira conta de capital adicional da Companhia Docas de Santos, de accordo com o disposto no art. 9º, do decreto n. 24.599, de 6 de junho de 1934, na qual serão incluidas, depois de devidamente aprovadas pelo Governo, ás despesas provenientes:

1º) Da realização de obras novas e aquisições, previstas no decreto n. 18.284, de 16 de junho de 1928, não terminadas até 16 de junho de 1935:

2º) Da conclusão das obras, em proveito dos serviços federaes no porto de Santos, determinadas pela clausula I, letras c, d e f, do decreto n. 18.284, de 16 de junho de 1928, até a importancia maxima de dez mil contos de réis (10.000:000\$000), estipulada na clausula VIII do mesmo decreto, salvo accordo entre o Governo e a Companhia;

3º) De outras obras novas e aquisições exigidas pelos serviços do porto de Santos, previamente autorizadas pelo Governo Federal e que sejam concluidas ou effectuadas até 16 de junho de 1945.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

---

DECRETO N. 659 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento para a construção de um reservatorio d'agua na estação de Gravatá, linha Oeste da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, arrendada á "Great Western of Brasil Railway C., Ltd.", assim como os documentos que menciona.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu "The Great Western of Brasil Railway, Company, Limited", em cumprimento ao determinado no § 1º, do artigo unico do decreto n. 19.418, de 21 de novembro de 1930, que approvou o projecto e orçamento para execução das obras de abastecimento d'agua á estação de Gravatá, situada no km. 89 + 210 da linha Oeste, da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, de que é arrendataria, e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os seguintes documentos, que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas:

a) projecto e orçamento, na importancia de 20:756\$460 (vinte contos setecentos e cincoenta e seis mil quatrocentos e sessenta réis), para a construção de um reservatorio d'agua na citada estação;

b) escripturas publicas pelas quaes a requerente adquiriu, por compra, diversos immoveis necessarios á execução do projecto mencionado na alinea anterior;

c) o contracto datado de 2 de setembro de 1931 e rectificado a 31 de julho de 1933, celebrado entre a supplicante e a Municipalidade de Gravatá, regulando o fornecimento, a esta, das obras d'agua destinadas ao abastecimento da estação de Gravatá;

d) a escriptura publica datada de 8 de outubro de 1931 e rectificada e ratificada pela de 8 de agosto de 1935, de doação, á Estrada de Ferro Central de Pernambuco, por parte da Sra. D. Thereza de Jesus Lemos e Silva, de um terreno igualmente necessario á execução do projecto a que se refere a alinea a, com a área de 2.225m2,00 (dois mil duzentos e vinte e cinco metros quadrados);

e) a carta de adjudicação passada a favor da Municipalidade de Gravatá, no Estado de Pernambuco (cujos direitos foram por ella transferidos á requerente), relativa á desapropriação, pela Municipalidade de Gravatá, de uma faixa de terra necessaria á passagem dos encanamentos d'agua;

f) as plantas em que estão representados os immoveis mencionados nas alíneas b e e.

§ 1.º Serão levadas á conta de capital, *ex-vi* do disposto na clausula 22 do contracto autorizado pelo decreto n. 14.326, de 24 de agosto de 1920, as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo do orçamento ora approvado, assim como, pela mesma forma apuradas, as relativas á aquisição dos immoveis e á desapropriação feita pela Municipalidade de Gravatá e já indemnizadas pela Companhia requerente, limitadas, aquellas, em 28:500\$000 (vinte e oito contos e quinhentos mil réis), e estas em 9:850\$750 (nove contos oitocentos e cincoenta mil setecentos e cincoenta réis).

§ 2.º Para a conclusão das obras do reservatorio, fica fixado o prazo de 8 (oito) mezes, a contar da data em que a Companhia fôr notificada do presente decreto.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 660 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1936

*Approva novo orçamento, na importancia de 3.682:783\$830, para a construção de um cães de saneamento no porto do Rio Grande, na parte noroeste da cidade.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, na qualidade de contratante da construção do porto da cidade do Rio Grande;

Considerando que o decreto n. 21.295, de 14 de abril de 1932, approvou o projecto introduzindo modificações no que fôra approvado pelo decreto n. 11.736, de 6 de outubro de 1915, para a construção de um cães de saneamento no referido porto, assim como o respectivo orçamento, na importancia de 2.827:770\$000;

Considerando que no processo protocolado na Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas sob numero 22.585-934, relativo ao direito, allegado pela Prefeitura Municipal da cidade do Rio Grande, de dominio da municipalidade, sobre os terrenos de marinha e os accrescidos, naturaes ou artificiaes, no littoral da cidade, o Sr. Consultor Juridico do mesmo Ministerio emittiu parecer concluindo, diante dos fundamentos que invocou,



“que se não devem considerar de dominio municipal os terrenos de marinha e os accrescidos no porto do Rio Grande, salvo, quanto aos primeiros, os que já tenham sido destinados a logradouros publicos, sem possibilidade de outra applicação, na fórmula da legislação então em vigor”;

Considerando que, caso fosse reconhecido aquelle direito, caberia á Prefeitura indemnizar o Estado contractante, do valor dos aterros por elle depositados sobre os mencionados terrenos;

Considerando, entretanto, que o Ministerio resolveu de accôrdo com o alludido parecer, o que exigiu, em consequencia, a revisão do orçamento approved pelo decreto n. 21.295, de 14 de abril de 1932, afim de ser incluída a parcella relativa áqueles aterros;

Considerando, finalmente, que a revisão se tornou necessaria, attenta, ainda, a circumstância de ultimamente haverem soffrido grande augmento os preços de certos materiaes e os de mão de obra, conforme razão apresentada pelo Estado e confirmada pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação;

E de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Fica approved o novo orçamento que com este baixa, rubricado pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, em substituição ao organizado pelo Estado do Rio Grande do Sul e ao approved pelo decreto n. 21.295, de 14 de abril de 1932, para a construção de um cães de sancamento no porto do Rio Grande, na parte noroeste da cidade.

Paragrapho unico. De conformidade com o disposto nas clausulas VII e XIX do contracto decorrente do decreto numero 24.617, de 9 de julho de 1934, as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo do orçamento ora approved, organizado pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, na importancia total de 3.682:783\$830 (tres mil seiscientos e oitenta e dois contos setecentos e oitenta e tres mil oitocentos e trinta réis), serão inscriptas na conta de capital do porto e barra do Rio Grande.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

---

## DECRETO N. 661 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1936

*Desapropria diversos terrenos e aceita a cessão gratuita de outros, todos necessários á construção da Estrada de Ferro Jaguary-São Thiago-São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1.º De conformidade com o disposto nos arts. 3º, numero 3, 5º e 8º do regulamento de consolidação e modificação do processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade publica, approved pelo decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903, e no art. 56, numero 1, da Constituição Federal, ficam desapropriados, por utilidade publica, os terrenos representados nas 6 (seis) plantas que ora baixam, rubricadas pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, assim como as bemfeitorias existentes no de propriedade de Azzolin Pietro e sua mulher, visto os referidos immoveis serem necessários á construção, a cargo da União, da Estrada de Ferro Jaguary-São Thiago-São Borja, cujos estudos definitivos foram approved pelos decretos numeros 9.559, 9.668, 9.699 e 9.772, datados, respectivamente, de 2 de maio, 17 e 31 de julho, e 18 de setembro de 1912.

Art. 2.º E' aceita a cessão gratuita, que á União fazem os respectivos proprietarios dos terrenos representados nas 2 (duas) plantas que também baixam, rubricadas, necessários á construção da Estrada de Ferro a que se refere o artigo 1º.

Art. 3.º As despesas decorrentes da desapropriação correrão á conta da verba 14ª, letra c, sub-consignação numero 21, annexo ao numero 7, a que se refere o art. 3º da lei numero 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1936; 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 662 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1936

*Modifica as tabellas de diarias do pessoal jornalheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, e dá outras providencias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 7º da lei n. 183, de 13 de janeiro ultimo, e,

Considerando que o pessoal jornalheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil não se comprehende entre os beneficiados pelo art. 1º da referida lei n. 183, visto não constituir um

quadro fixo, com as características exigidas pela legislação em vigor;

Considerando que a circumstancia de não existir numero determinado para cada categoria e serem providos os respectivos logares pela propria directoria da estrada, feitos os pagamentos á conta de verbal global, crêa para esses serventuarios uma situação especial;

Considerando, porém, as ponderosas razões apresentadas com o fim de justificar a melhoria dos estipendios attribuidos aos mesmos serventuarios;

Considerando que a tabella actual exige ainda uma revisão mais completa, de modo que, reduzido o numero de classes, fique assegurada uma melhor distribuição das diarias e uma escala de accesso mais facil e equitativa, decreta:

Art. 1.º As diarias do pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, constantes da tabella annexa ao regulamento baixado com o decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931, ficam substituidas pelas seguintes:

Encarregado de turma.....	22\$000
Officiaes de 1ª e correspondentes.....	20\$000
Officiaes de 2ª e correspondentes.....	18\$000
Officiaes de 3ª e correspondentes.....	15\$500
Officiaes de 4ª e correspondentes.....	13\$500
Ajudantes de 1ª e correspondentes.....	11\$000
Ajudantes de 2ª e correspondentes.....	10\$000
Ajudantes de 3ª e correspondentes.....	9\$000
Ajudantes de 4ª e correspondentes.....	8\$000
Aprendizes de 1ª e correspondentes.....	6\$500
Aprendizes de 2ª e correspondentes.....	5\$500
Aprendizes de 3ª e correspondentes.....	4\$500
Aprendizes de 4ª e correspondentes.....	3\$000

Art. 2.º A diaria de 3\$000 (tres mil réis) se destina aos aprendizes alumnos dos 1º e 2º annos da Escola Profissional "Silva Freire" e de outras escolas que a estrada venha a crear e aos aprendizes com menos de 2 (dous) annos de serviço.

Art. 3.º Ficam vedadas novas admissões no quadro dos jornaleiros, durante dous annos, a partir da data da publicação do presente decreto, servindo nos logares vagos, quando julgados indispensaveis, empregados extranumerarios.

Art. 4.º Dentro de 60 (sessenta) dias da data deste decreto, deverá o Ministerio da Viação e Obras Publicas submeter á approvação do Presidente da Republica a tabella definitiva do pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, com indicação das categorias e classes, fixação do numero de serventuarios e diarias respectivas, de modo a tornar mais proporcional a sua distribuição, e, consequentemente, mais facil o accesso as classes superiores.

Art. 5.º A despeza decorrente do augmento de diarias de que trata o art. 1º será attendida á conta da dotação organometaria consignada para esse fim.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 663 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no Estado de São Paulo durante o dia 15 de março do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender o estado de sitio no Estado de São Paulo durante o dia 15 de março do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 664 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no municipio de Fundão, Estado do Espirito Santo, durante o dia 1 de março proximo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender o estado de sitio no municipio de Fundão, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 1 de março proximo, afim de serem alli realizadas as eleições municipaes, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 665 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1936

***Suspende o estado de sitio no municipio de Campos, no Estado de Sergipe, durante o dia 8 de março do corrente anno***

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender o estado de sitio no municipio de Campos, no Estado de Sergipe, durante o dia 8 de março do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 666 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1936

***Faz publica a adhesão do Governo da Islandia á Convenção Internacional sobre circulação de automoveis, firmada em Paris a 21 de abril de 1926***

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo da Islandia á Convenção Internacional sobre circulação de automoveis, firmada em Paris a 24 de abril de 1926, devendo tal adhesão ter validade a partir de 1 de março de 1936, conforme communicação feita á Embaixada do Brasil em Paris, pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros de França, por nota de 4 de dezembro de 1935, enviada com a copia authentica da acta de adhesão, cujas traducções officiaes, respectivamente, acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

Republica franceza, Paris, 1935.

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Sub-direcção dos Negocios Administrativos e das Uniões Internacionais.

---

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de levar ao conhecimento das Potencias ligadas pela Convenção Internacional de 24 de abril de 1926, relativa á circulação de automoveis, a adhesão do Reino da Islandia á alludida Convenção.

Vae annexa á presente nota uma copia da acta de adhesão firmada pelo Sr. P. Munch, ministro dinamarquez dos Negocios Estrangeiros.

Foram escolhidas as letras IS como signal distinctivo dos automoveis matriculados na Islandia.

Notificando essa adhesão na data de 15 de novembro de 1935, o ministro da Dinamarca em Paris, em nome do Governo islandez, manifestou o desejo de que sua adhesão á Convenção produza effeito a partir de 1 de março de 1936.

Nessas condições, o Governo francez propõe a vigencia desse acto para o Reino da Islandia, a partir de 1 de março de 1936, si, antes disso, nenhuma Potencia formular objecções á adopção desta suggestão.

Paris, 4 de dezembro de 1935.

#### ACTA DE ADHESÃO

Considerando que a Convenção Internacional relativa á circulação de automoveis firmada em Paris, a 24 de abril de 1926, estipula no seu artigo 13, que todo Estado não signatario da referida Convenção poderá a ella adherir transmittindo ao Governo francez uma acta de adhesão;

Considerando que o Governo da Islandia deseja usar deste direito;

Considerando que a Dinamarca, em virtude da lei da União Dinamarca-Islandeza, está encarregada de gerir os Negocios Estrangeiros da Islandia;

Considerando, enfim, que as autoridades islandezas competentes, de accordo com a Constituição e a lei da União, preencheram as formalidades necessarias para a adhesão da Islandia á referida Convenção,

O abaixo assignado, Peter Rochegune Munch, ministro dos Negocios Estrangeiros da Dinamarca, declara, em virtude de autorização Real, dada para esse effeito, que o Governo da Islandia adhere á Convenção Internacional de 24 de abril de 1926, relativa á circulação de automoveis.

Feita em Copenhague, a 6 de abril de 1935. — *P. Munch.*

E' copia autentica. — O ministro plenipotenciario subdirector dos Negocios Administrativos e das Uniões Internacionais, *D. Tétreau.*

---

## DECRETO N. 667 — DE 29 DE FEVEREIRO DE 1936

*Proroga até 1 de setembro de 1936 o prazo para a execução do decreto n. 24.541, de 3 de julho de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando a necessidade de ser ampliado o prazo concedido para a execução do decreto n. 24.541, de 3 de julho de 1934, decreta:

Art. 1º. Fica novamente prorogado, até 1 de setembro de 1936, o prazo para a execução do decreto n. 24.541, de 3 de julho de 1934.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 668 — DE 29 DE FEVEREIRO DE 1936

*Proroga por cento e vinte (20) dias, a contar de 1 de março de 1936, o prazo fixado no decreto n. 4, de 30 de julho de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e

Considerando não ter sido ainda sanccionada pelo Poder Executivo o projecto n. 22-A, de 1935, da Camara dos Deputados, que dispõe sobre a nova lei do sello federal;

Considerando a conveniencia que ha em ser novamente prorogada a execução do decreto n. 24.501, de 29 de junho de 1934, em face da necessidade de regulamentação do referido projecto de lei do sello.

Decreta:

Artigo unico. Fica prorogado até 28 de junho de 1936, o prazo estabelecido no decreto n. 24.613, de 7 de julho de 1934.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 669 — DE 2 DE MARÇO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no municipio de Herval, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 8 de março do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender o estado de sitio no municipio de Herval, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 8 de março do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 2 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

## DECRETO N. 670 — DE 2 DE MARÇO DE 1936

*Suspende o estado de sitio nos municipios de Pedras de Fogo e Areia, Estado da Parahyba, durante o dia 15 do corrente mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender o estado de sitio nos municipios de Pedras de Fogo e Areia, no Estado da Parahyba, durante o dia 15 de março corrente, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 2 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

## DECRETO N. 671 — DE 2 DE MARÇO DE 1936

*Approva o projecto e o orçamento, na importancia de réis 2.105:843\$000, relativos á modificação do traçado da muralha de contorno e consequente augmento do aterro do Aeroporto do Rio de Janeiro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Tendo em vista o disposto na clausula quarta do contracto celebrado, em 31 de março de 1934, com a Companhia Nacional de Construcções Civis e Hydraulicas, em virtude do de-



creto n. 22.421, de 1 de fevereiro de 1933, de accordo com os pareceres prestados e em additamento ao decreto n. 22.857, de 26 de junho de 1933, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e o orçamento, na importancia de 2.105:843\$000 (dous mil cento e cinco contos oitocentos e quarenta e tres mil réis), relativos á modificação do traçado da muralha de contorno e consequente augmento do aterro do Aeroporto de Rio de Janeiro, de accordo com os documentos que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1936; 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 672 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 673 — DE 4 DE MARÇO DE 1936

*Approva o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição e tendo em vista o que preceitua o § 2° do art. 2° do decreto numero 23.976, de 8 de março de 1934, decreta:

Art. 1°. Fica approvado o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra, que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*João Gomes Ribeiro Filho.*

---

**Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra****CAPITULO I**

O ministro de Estado da Guerra disporá, além da Secretaria de Estado, de um Gabinete que, de modo particular, o auxiliará no estudo e exame de assumptos ou questões que lhe caiba decidir, esclarecer ou promover.

**CAPITULO II****ORGANIZAÇÃO**

O Gabinete terá a organização seguinte:

**1. Chefia** (encarregada da superintendencia do serviço):

- a) chefe, um coronel com o curso de Estado-Maior;
- b) officiaes, dous maiores ou capitães;
- c) official encarregado do serviço secreto, um major ou capitão com o curso de Estado-Maior;
- d) consultor juridico, um membro do Ministerio Publico Militar;
- e) ajudantes de ordens, dous capitães ou primeiros tenentes;
- f) official thesoureiro, um capitão do quadro de officiaes de administração;
- g) almoxarife, um official da Secretaria da Guerra;
- h) escreventes, dous serventuarios do respectivo quadro.

**2. Secções:**

a) *secção do pessoal* (além de outras attribuições, terá a seu cargo as relações internas do Ministerio da Guerra, relativas ao pessoal, estudando todos os assumptos militares recebidos do Conselho Superior de Segurança Nacional, Estado-Maior do Exercito, Departamento do Pessoal do Exercito, Inspectorias e Commandos de Regiões, Directorias, Commissão de Promoções do Exercito, Justiça Militar e das Commissões nomeadas pelo ministro, permanentes ou não, que tratem de questões especiaes);

— seis officiaes, sendo um tenente-coronel com o curso de Estado-Maior, que será o chefe da secção e cinco maiores ou capitães dos quaes dous, no minimo, com o curso de Estado-Maior:

— escreventes: quatro serventuarios do respectivo quadro.

b) *secção permanente* (encarregada das relações internas do Ministerio da Guerra relativas ao material, estudando todos os assumptos referentes ás necessidades materiaes do Exercito, recebidos dos seus differentes órgãos de direcção e da Commissão de Orçamento e Fiscalização Financeira e do Conselho de Economias da Guerra; superintende as commissões mili-

tares no estrangeiro, podendo ter outras attribuições a juizo do chefe do Gabinete);

— quatro officiaes, sendo um tenente-coronel com o Curso Technico do Exercito ou, na sua falta, com o curso de Estado-Maior, que será o chefe da secção, e tres maiores ou capitães dos quaes um, no minimo, com o curso de Estado-Maior;

— escreventes, dous serventuarios do respectivo quadro.

### 3. *Serviço de transmissões:*

a) chefe, um tenente ou sub-tenente radiotelegraphista do Serviço Telegraphico do Exercito;

b) equipe radiotelegraphica, cinco praças, radiotelegraphistas do Serviço Telegraphico do Exercito;

c) equipe telegraphica, cinco praças telegraphicas do Serviço Telegraphico do Exercito;

d) estafetas, quatro praças.

### 4. *Serviço de ordens:*

a) dous continuos e tres serventes da Secretaria da Guerra;

b) ordenanças (praças) em numero a criterio do chefe do Gabinete.

### 5. *Serviços de transportes:*

Além dos motoristas da Secretaria da Guerra será fornecido o pessoal necessario pelo Serviço Central de Transportes.

## CAPITULO III

### ATTRIBUIÇÃO DO PESSOAL

#### 6. Compete ao chefe do Gabinete:

a) dirigir o pessoal e coordenar os trabalhos;

b) completar, se necessario, os documentos dependentes de solução e levar-os á decisão do ministro;

c) encaminhar, "por ordem", os documentos que dependem de informações complementares e assignar, do mesmo modo, os que se relacionam com os assumptos geraes do serviço diario;

d) assegurar a transmissão das ordens ou instrucções do ministro e velar pela respectiva execução;

e) fiscalizar o bom andamento dos trabalhos da Secretaria da Guerra;

f) receber e apresentar ao ministro as autoridades civis que desejem tratar de assumptos do Ministerio da Guerra, bem como os militares que venham tratar de assumptos de serviço;

g) em relação ao pessoal militar do Gabinete, exercer attribuições de commando de corpo.

#### 7. Aos officiaes do Gabinete compete:

a) estudar convenientemente os documentos que lhes forem distribuidos, promovendo as informações que se tornarem necessarias, encaminhando-os, por intermedio do chefe da secção, á assignatura, esclarecimento ou decisão do ministro;

b) os chefes de secção despacharão directamente com o Sr. ministro, nos casos de decisão final, com o conhecimento e assistência do chefe do Gabinete.

8. Ao consultor juridico compete:

— fornecer pareceres e informações sobre a legislação em geral, especialmente a militar;

— examinar as questões de interesse privado que se liguem á administração do Exército;

— trazer em dia todas as alterações relativas á Justiça Militar, afim de poder prestar quaesquer informações a respeito.

9. Pessoal dos serviços auxiliares (Escréventes, Serviços de Transmissões, Ordens e Transportes) terá a incumbencia detalhada nas instrucções internas do Gabinete, opportunamente expedidas e de accordo com as necessidades do serviço.

## CAPITULO IV

### CONSELHO ADMINISTRATIVO

10. O Conselho Administrativo do Gabinete tem por fim gerir as verbas e numerarios distribuidos para o seu funcionamento.

Compõe-se do seguinte:

- a) presidente, chefe do Gabinete;
- b) relator, o tenente-coronel mais antigo;
- c) vogal, um dos officiaes do Gabinete;
- d) thesoureiro, o official thesoureiro do Gabinete;
- e) secretario, o almoxarife do Gabinete.

As attribuições dos seus membros e o seu funcionamento serão os dos Conselhos Administrativos, previstos no Regulamento de Administração dos Corpos de Tropa e Estabelecimentos Militares.

## CAPITULO V

### SUBSTITUIÇÃO DO PESSOAL

11. O chefe do Gabinete será substituido, no caso de impedimento, pelo tenente-coronel mais antigo.

12. Os demais officiaes, em impedimento que não determine a sua exclusão do Gabinete, por designação do chefe do Gabinete.

## CAPITULO VI

### BOLETIM INTERNO DO GABINETE

13. O boletim interno do Gabinete, organizado pela Secção do Pessoal, com todos os caracteristicos de um boletim regimental de corpo de tropa, mencionará, em itens diferentes, todos os assumptos que a criterio do coronel chefe devam ser do conhecimento do Gabinete.

14. Esse boletim, onde serão também publicadas todas as alterações relativas ao pessoal do Gabinete, será assignado pelo chefe do Gabinete com conferencia do chefe da Secção do Pessoal.

#### SUMMARIO DO PESSOAL DO GABINETE

- 1 coronel, chefe do Gabinete.
- 14 officiaes de Gabinete.
- 1 consultor juridico.
- 2 ajudantes de ordens.
- 1 tenente ou sub-tenente radiotelegraphista.
- 1 almoxarife.
- 8 escreventes.
- 5 praças radiotelegraphistas.
- 5 praças telegraphistas do Exercito.
- 2 continuos da Secretaria da Guerra.
- 3 serventes da Secretaria da Guerra.
- 14 motoristas, sendo quatro da Secretaria da Guerra e dez do Serviço Central de Transportes.
- 4 praças estafetas.
- Ordenanças (numero variavel).

Rio de Janeiro, 4 de março de 1936. — General *João Gomes Ribeiro Filho*.

#### DECRETO N. 674 — DE 4 DE MARÇO DE 1936

*Approva as alterações introduzidas nos estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Rio Grandense, pela assembléa geral dos seus accionistas, realizada a 20 de junho de 1931*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Rio Grandense, com séde na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a funcionar pela carta-patente n. 13, de 18 de outubro de 1902, em operações de seguros e resseguros marítimos e terrestres, resolve approvar as alterações introduzidas nos seus estatutos pela assembléa geral extraordinaria dos respectivos accionistas, realizada a 20 de junho de 1931, continuando a mesma companhia integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Megalhães.*

## DECRETO N. 675 — DE 4 DE MARÇO DE 1936

*Crêa uma collectoria para arrecadação das rendas federaes em Timbó, districto de Indayal, no Estado de Santa Catharina*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, n. 1, da Constituição Federal e de accordo com o que estabelece o art. 4º do decreto n. 24.502, de 29 de junho de 1934, resolve crear uma collectoria para arrecadação das rendas federaes em Timbó, districto de Indayal, no Estado de Santa Catharina.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

## DECRETO N. 676 — DE 6 DE MARÇO DE 1936

*Approva plantas, especificações e orçamentos de diversas obras relativas ao aeroporto para dirigiveis, em Santa Cruz*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "Luftschiffbau Zeppelin G. m. b. H." e tendo em vista os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados, de accordo com o disposto na clausula VIII do contracto assignado em 9 de maio de 1934, em virtude do decreto n. 24.069, de 31 de março do mesmo anno, as plantas, orçamentos e especificações, que com este baixam, rubricados pelo director geral do Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, relativos á construcção das obras abaixo discriminadas, na importancia total de 1.324:267\$400 (mil trezentos e vinte e um contos duzentos e sessenta e sete mil e quatrocentos réis), do aeroporto para dirigiveis, no Campo de São José, em Santa Cruz (Districto Federal), a cargo da "Luftschiffbau Zeppelin G. m. b. H.":

a) estradas, cercas e canalização d'agua.....	165:132\$000
b) linhas ferreas para manobras da aeronave e linhas de ancoragem da torre.....	547:551\$600
c) dous tanques para oleo "Diesel".....	41:712\$000
d) gazometro para hydrogenio, de 500m"...	106:260\$000
e) installações para escoamento das aguas pluvias e do lastro dos dirigiveis....	127:490\$000

f) uma casa para bombas.....	4:290\$000
g) edificio para carpintaria, deposito e garage	65:010\$000
h) guincho para virar o dirigivel.....	130:754\$800
i) dous grupos de casas, de duas casas cada um, para residencia de empregados.....	133:067\$000
	<hr/> 1.321:267\$400 <hr/>

Parapho unico. Os documentos relativos ás obras constantes da alinea *f* substituem os que foram approvados pelo decreto n. 244, de 19 de julho de 1935, artigo unico, alinea *a*.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

#### DECRETO N. 677 — DE 6 DE MARÇO DE 1936

*Approva plantas, orçamento e especificações technicas relativas á construção da rampa de acesso para hydroaviões nas installações da "Pan American Airways, Inc.", no Aeroporto do Rio de Janeiro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "Pan American Airways, Inc.", tendo em vista o disposto na clausula quinta do contracto celebrado com a referida empresa em 21 de maio de 1935, em virtude do decreto n. 49, de 15 de fevereiro do mesmo anno, e de accordo com os pareceres prestados.

Decreta:

Artigo unico. Ficam approvados as plantas, orçamento e especificações technicas, estas com as alterações propostas pelo Departamento de Aeronautica Civil, no officio n. 1.936, de 19 de novembro de 1935, relativos á construção da rampa de acesso para hydroaviões nas installações da "Pan American Airways, Inc.", no Aeroporto do Rio de Janeiro, de accordo com os documentos que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 678 — DE 6 DE MARÇO DE 1936

*Desapropria uma faixa de terreno necessaria para melhorar a segurança do trafego no trecho da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil, á altura do quarteirão 4º da 6ª Secção Suburbana de Bello Horizonte, no Estado de Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que expoz e solicitou a Estrada de Ferro Central do Brasil, decreta:

Artigo unico. De accordo com o art. 3º, n. 3, combinado com o art. 5º do regulamento de consolidação e modificação do processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade publica, approved pelo decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903; e com o art. 590, § 2º, n. II, do Codigo Civil, fica desapropriada, por utilidade publica, a faixa de terreno representada na planta que a este acompanha, em uma via rubricada pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, a qual, com a área de 287m2,1571 (duzentos e oitenta e sete metros mil quinhentos e setenta e um centimetros quadrados), é necessaria para melhorar a segurança do trafego no trecho da linha da Estrada de Ferro Central do Brasil, á altura do quarteirão 4º da 6ª Secção Suburbana de Bello Horizonte, no Estado de Minas Geraes, visto a respectiva cerca distar apenas 0m,95 do trilho externo da linha, e o regulamento para a segurança, polieia e trafego das estradas de ferro, approved pelo decreto n. 15.673, de 7 de setembro de 1922, exigir, no art. 15, paragrapho unico, parte final, a distancia minima de 6 (seis) metros, do mesmo trilho.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 679 — DE 10 DE MARÇO DE 1936

*Dá execução á lei n. 173, de janeiro de 1936, sobre a organização da Universidade de Porto Alegre*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere a lei n. 173, de 6 de janeiro de 1936, resolve:

Art. 1.º A Faculdade de Medicina de Porto Alegre, com suas Escolas de Odontologia e Pharmacia, somente para os effeitos de administração interna e cooperação cultural, fica



incorporada á Universidade de Porto Alegre, creada pelo decreto n. 5.578, de 28 de novembro de 1934, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Ficam igualmente incorporados á Universidade de Porto Alegre os seguintes institutos de ensino da Universidade Technica do Rio Grande do Sul:

- 1º, Escola de Engenharia, com os serviços de astronomia;
- 2º, Instituto de Montlaury, curso superior de electricidade e mechanica;
- 3º, Instituto de Chimica Industrial;
- 4º, Instituto Borges de Medeiros, curso superior de agro-nomia e veterinaria.

Art. 3.º Para cumprimento do disposto neste decreto será feito accordo, que assignará, por parte do Governo Federal, o ministro da Educação e Saude Publica.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 680 — DE 11 DE MARÇO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no municipio de Jacuhy, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 15 de março do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender o estado de sitio no municipio de Jacuhy, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 15 de março do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipales, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 681 — DE 11 DE MARÇO DE 1936

*Concede á sociedade anonyma Nebiolo autorização para continuar a funcção na Republica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Anonyma Nebiolo, com séde em Turim, Italia, autorizada a funcção na Republica, pelo decreto n. 23.331, de 8 de novembro de 1933, decreta:

Artigo unico. E' concedida á Sociedade Anonyma Nebiolo autorização para continuar a funcção na Republica, com as alterações introduzidas nos respectivos estatutos, em virtude de deliberação das assembléas geraes de seus accionistas, realizadas a 18 de março de 1933 e 27 de março de 1935, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 682 — DE 11 DE MARÇO DE 1936

*Approva as alterações introduzidas nos estatutos da Companhia Adriatica de Seguros, com séde em Trieste, pela assembléa geral extraordinaria de seus accionistas, realizada a 11 de dezembro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Adriatica de Seguros, sociedade anonyma, com séde em Trieste, Reino da Italia, autorizada a funcção no Brasil pelo decreto n. 18.669, de 27 de março de 1929, rectificado e ratificado pelo de n. 19.167, de 9 de abril de 1930, em operações de seguros e resseguros terrestres, maritimos, de vida e accidentes, em todos os seus ramos e modalidades, resolve approvar as alterações introduzidas nos seus estatutos pela assembléa geral extraordinaria dos respectivos accionistas, realizada a 11 de Dezembro de 1934, continuando a companhia integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou quem vierem a vigorar sobre o objecto de sua autorização.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*AGAMEMNON MAGALHÃES.*

## DECRETO N. 683 — DE 12 DE MARÇO DE 1936

*Approva as alterações introduzidas nos estatutos da "Assicurazioni Generali, com séde em Trieste", pela assembléa geral extraordinaria de seus accionistas, realizada a 24 de novembro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Assicurazioni Generali, com séde em Trieste, Reino da Italia, autorizada a funcionar no Brasil, pelo decreto n. 16.783, de 13 de janeiro de 1925, em operações de seguros terrestres, marítimos, de vida e de accidentes pessoais, resolve aprovar a alteração introduzida nos seus estatutos pela assembléa geral extraordinaria dos respectivos accionistas, realizada a 24 de novembro de 1934, para o fim de augmentar o capital social de sessenta milhões (60.000.000) para cento e vinte milhões (120.000.000) de liras, continuando a companhia integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 12 de março de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 684 — DE 12 DE MARÇO DE 1936

*Declara insubsistente o decreto n. 67 de 25 de setembro de 1934, referente á desapropriação de uma area á Estrada da Graciosa, em Curityba*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica insubsistente o decreto n. 67 de 25 de setembro de 1934, que desapropriou, por necessidade publica, a area de 110,949ms2,48 de terreno situado á Estrada da Graciosa, em Curityba, para ampliação do campo de pouso do 5º Regimento de Aviação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario

Rio de Janeiro, 12 de março de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*General João Gomes.*

## DECRETO N. 685 — DE 12 DE MARÇO DE 1936

*Altera o § 3º do art. 9 do Regulamento da Ordem do Merito Militar, anexo ao decreto n. 24.769, de 14 de julho de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1º — Fica redigido pela fórmula que se segue o § 3º do art. 9 do regulamento anexo ao decreto n. 24.769, de 14 de julho de 1934 para a Ordem do Merito Militar:

"Art. 9: .....

§ 3.º As autoridades acima referidas deverão enviar ao conselho as propostas de admissão nos mezes de dezembro e maio e as de promoção em qualquer época do anno."

Rio de Janeiro, 12 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes.

## DECRETO N. 686 — DE 13 DE MARÇO DE 1936

*Approva projecto e orçamento de obras para defesa da Baixada dos Goytacazes (Baixada Fluminense)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que propoz o Departamento Nacional de Portos e Navegação e tendo em vista os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento, na importancia total de Rs. 40.500:000\$000 (quarenta mil e quinhentos contos de réis), que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, relativos ás obras abaixo discriminadas, para defesa da Baixada dos Goytacazes, constante do programma de trabalhos elaborado pela Comissão de Sanamento da Baixada Fluminense, subordinada ao Departamento Nacional de Portos e Navegação:

Ramal ferreo da estação de Boa Vista a Barra do Furado, em uma extensão de —	
11,50 kms.....	777:000\$000
Obras e installações nas barras do Furado, Assú, Lagamar e Grussahy, inclusive a Seccão "F" (Rio Novo) e o canal da barra .	6.262:000\$000

Diques de defesa.....	4.366:000\$000
Vertedores nos diques.....	1.294:000\$000
Secção "A" .....	1.763:000\$000
Secção "B" .....	3.469:000\$000
Secção "C" .....	6.923:000\$000
Secções "D e "E".....	7.007:000\$000
Rio Ururahy .....	3.300:000\$000
Administração .....	3.517:000\$000
Instalação .....	1.822:000\$000
Total .....	40.500:000\$000

Rio de Janeiro, 13 de março de 1936, 115ª da Independência e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

#### DECRETO N. 687 — DE 13 DE MARÇO DE 1936

##### *Desapropria diversos terrenos necesarios á Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. De conformidade com o disposto nos artigos 3º, 5º e 8º do regulamento de consolidação e modificação do processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade publica, approved pelo decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903; art. 590, § 2º, n. II do Codigó Civil; art. 113, n. 17 da Constituição Federal, e na clausula I do termo decorrente do decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, que modificou o contracto de arrendamento da Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, celebrado em virtude do decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, ficam desapropriados, por utilidade publica, os terrenos representados na planta que ora baixa, em duas vias rubricadas pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, visto os referidos immoveis serem necesarios á exploração da pedreira situada na estação de Pinhal, da linha de Santa Maria a Marcellino Ramos, daquella Rêde, para extração das pedras destinadas ao serviço de lastramento de diversos trechos, conforme autorização contida no decreto numero 118, de 26 de outubro de 1934.

Paraphrapho unico. As despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, com a desapropriação, accrescidas das de administração, escriptura, re-

gistro, etc., serão levadas á conta do "fundo de melhoramentos" da Rêde, como determina a clausula I do citado termo.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

DECRETO N. 688 — DE 13 DE MARÇO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos de diversas obras na Rêde Mineira de Viação*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Rêde Mineira de Viação, arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, — das obras abaixo descriptas, nas Estradas de Ferro Sul e Oéste de Minas, da Rêde Mineira de Viação:

*Na Estrada de Ferro Sul de Minas*

- |  |             |
|--|-------------|
| a) construcção, em Cruzeiro, de um novo prédio para a officina telegraphica. . . .                         | 29:449\$889 |
| b) construcção, nas officinas de Cruzeiro, de um carro para o transporte de enfermos                       | 50:805\$700 |
| c) construcção de um muro divisionario, de de concreto armado, no morro dos Ingleses, em Cruzeiro. . . . . | 4:378\$853  |

*Na Estrada de Ferro Oéste de Minas*

- |   |            |
|---|------------|
| d) construcção, executada em 1932, em virtude de urgencia, de um muro de pedra secca no km. 718- -200, da linha de Angra dos Reis a Patrocínio, entre as estações de Campos Altos e Pratinha. . . . | 5:909\$658 |
| e) construcção, executada em 1934, em virtude de urgencia, de um muro de arrimo no km. 736- -360, da referida linha, entre as citadas estações. . . . .   | 4:864\$519 |

§ 1.º As despesas que forem realmente apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, já attendidas as correcções fei-

tas pela Inspectoria Federal das Estradas nos relativos ás obras descriptas nas alíneas *c* e *e*, serão levadas á conta do “fundo de melhoramentos”, de accordo com o disposto nas clausulas II, parte inicial e alíneas *a* e *g*, e IV do termo decorrente do decreto n. 18.699, de 12 de abril de 1929, que modificou o contracto de arrendamento da antiga Rêde de Viação Sul-Mineira, hoje Rêde Mineira de Viação, autorizado pelo decreto n. 15.406, de 22 de março de 1922, combinadas com a clausula II do contracto de arrendamento da Estrada de Ferro Oêste de Minas, celebrado nos termos do decreto n. 19.602, de 19 de janeiro de 1931.

§ 2.º Para a conclusão das obras mencionadas nas alíneas *a* a *c*, ficam fixados, respectivamente, os prazos de 6, 4 e 2 mezes, todos a contar da data em que a Rêde for notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 689 — DE 13 DE MARÇO DE 1936

*Approva, com modificações, o projecto e orçamento na importância de 4.853:292\$000, das obras a serem executadas no porto de São Sebastião, no Estado de São Paulo, em substituição aos approvados pelo decreto n. 148, de 4 de maio de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo ao que solicitou o Estado de S. Paulo, concessionario da construcção e exploração do porto de São Sebastião, no litoral do mesmo Estado, conforme o contracto autorizado pelos decretos ns. 24.599, 24.729 e 23, respectivamente de 6 e 13 de julho e 23 de agosto de 1934, e tendo em vista os pareceres prestados pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação e consultor tecnico do Ministerio da Viação e Obras Publicas,

Decreta:

Artigo unico. Fica approvado o projecto das obras a serem executadas no porto de São Sebastião, no Estado de São Paulo, que com este baixa rubricado pelo director geral da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, em substituição ao approvado pelo decreto n. 148, de 4 de maio de 1935, com as seguintes modificações:

1º, augmento de 0m,50 na largura da plataforma do enrocamento do caes de 4 (quatro) metros e como consequencia, acrescimo da largura de todo o enrocamento, conforme se acha indicado na secção desenhada na planta;

2º, estabelecimento em 0,005, no mínimo, da camada de recobrimento dos ferros das armaduras, em vez de 0,003, previstos nas especificações apresentadas;

3º, remate, com alvenaria cyclopica e em uma espessura de 0,050 da plataforma do enrocamento do caes de 4 (quatro) metros, conforme se acha consignado na planta respectiva;

4º, Substituição das defensas constantes do projecto, por outro typo em que as pressões não sejam transmittidas, directamente, ás pegas de concreto armado.

Paragrapho unico. Fica igualmente approved o orçamento, na importancia total de 4.853:292\$000 (quatro mil oitocentos e cincoenta e tres contos duzentos e noventa e dois mil réis), das referidas obras, que tambem com este baixa, devidamente rubricado, em substituição ao que foi approved pelo decreto n. 148, de 4 de maio de 1935.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1936; 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 690 — DE 13 DE MARÇO DE 1936

*Abre, ao Ministerio da Fazenda, o credito extraordinario de Rs. 200:000\$000, para soccorrer o Estado de Sergipe*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante da lei n. 97, de 20 de setembro de 1935, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, resolve:

Art. 1º. Fica aberto ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), para soccorrer o Estado de Sergipe, em razão da situação calamitosa em que se encontra em consequencia das ultimas enchentes dos rios que regam o territorio do mesmo Estado.

Art. 2º. Sobre a applicação desse auxilio, o Governo do Estado de Sergipe prestará ao da União as devidas contas.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---



**DECRETO N. 691 — DE 13 DE MARÇO DE 1936*****Approva o regulamento de Pontes de Circumstancia (nova edição)***

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica approvedo o regulamento de Pontes de Circumstancia (nova edição), que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes.

---

**DECRETO N. 692 — DE 16 DE MARÇO DE 1936*****Regula o funcionamento do Conselho de que trata a lei numero 23.825, de 2 de feveiro de 1934***

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica approvedo o Regulamento a este annexo para funcionamento do Conselho de que trata o art. 18 da lei n. 23.825, de 2 de feveiro de 1934, assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

João Gomes Ribeiro Filho.

---

**Regulamento a que se refere o decreto n. 692, de 16 de março de 1936**

**I — DO CONSELHO**

**Art. 1º.** Os commandantes de Regiões Militares têm autoridade para suspender temporariamente do exercicio de suas funcções os officiaes que se revelarem flagrantemente incompetentes, quer no exercicio normal de commando, quer por occasião de exercicios, manobras ou operações de guerra, sob sua direcção.

Nos casos em que a direcção das manobras ou operações de guerra estiverem sob a direcção de autoridade superior á do commandante da Região, caberão a essa autoridade superior as attribuições previstas neste artigo.

**Art. 2º.** O acto da suspensão do exercicio das funcções será, com toda a documentação comprovante da incapacidade do official, submittido ao ministro da Guerra, que o mandara julgar por um conselho.

§ 1º. Si o official houver respondido a inquerito policial-militar, constituirá este a documentação referida.

§ 2º. O official suspenso do exercicio de suas funcções na fórma do art. 1º, será mandado apresentar ao Departamento do Pessoal do Exercito, onde permanecerá addido até final julgamento; em operações de guerra, á Grande Unidade onde deve ser julgado.

§ 3º. O official suspenso do exercicio de suas funcções em virtude da presente lei, será obrigatoriamente submittido a conselho.

**II — DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO**

**Art. 3º.** O Conselho compor-se-ha de quatro officiaes, juizes, com funcção na Capital Federal e com precedencia sobre o accusado, sob a presidencia do chefe do Estado-Maior do Exercito, quando se tratar do julgamento de official superior ou general; em caso contrario a presidencia do Conselho caberá, alternadamente, a cada sub-chefe. Em operações de guerra, o Conselho será constituido na Grande Unidade onde deva ser julgado o official, sob a presidencia do commandante dessa mesma Grande Unidade.

**Art. 4º.** Os juizes do Conselho serão nomeados pelo Ministro da Guerra, por indicação do Chefe do Departamento do Pessoal do Exercito, que, para esse fim, terá escalas separadas de officiaes combatentes, de officiaes dos quadros do Intendencia e Saude, dentro dos quaes deverá, quanto possível, attender á especialidade do official em julgamento.

Em operações de guerra o Conselho será nomeado pelo commandante em chefe das forças.

**Art. 5º.** Não podem fazer parte do Conselho:

a) as autoridades a que estiver successivamente subordinado o accusado, até áquella que o suspender do exercicio de suas funcções;

b) os officiaes que tenham entre si ou com o accusado parentesco consanguineo ou afim, na linha recta ou até o quarto gráo civil, na collateral;

c) os capitães e officiaes subalternos.

Art. 6°. Quando a suspensão fôr imposta pelo chefe do Estado-Maior do Exercito, o Conselho será presidido pelo general de divisão mais antigo em commissão na Capital Federal.

Art. 7°. A inobservancia de qualquer das prescripções acima referidas tornará nullo o processo.

### III — DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 8°. O Conselho funcçãoará na Capital Federal ou, quando em operações de guerra no Quartel da Grande Unidade, com a maioria de seus membros. Na sessão de julgamento, porém, exige-se a presença de todos.

Art. 9°. O presidente do Conselho nomeará o juiz interrogante, servindo de escrivão o juiz menos graduado ou mais moderno.

Art. 10. Reunido o Conselho no lugar, dia e hora designados, segundo a convocação feita pelo presidente, serão pelo escrivão apresentados e lidos ao Conselho o despacho de nomeação do mesmo, a fé de officio do accusado e a documentação referente ao facto ou factos ao mesmo attribuidos; o que tudo será autoado.

Em seguida, determinará o presidente seja requisitada da autoridade competente a presença do accusado para o dia da nova reunião, e citadas as testemunhas.

Art. 11. Presente o accusado, o official interrogante procederá á sua qualificação e interrogatorio, ouvindo-se em seguida as testemunhas de accusação residentes no lugar em que funcçãoar o Conselho. As testemunhas que residirem em lugar distante serão ouvidas por precatório, dirigido ao commandante da Guarnição em que servirem, ou á autoridade militar mais proxima da sua residencia, sendo a testemunha civil.

Ao accusado, bem como a qualquer juiz é facultado apresentar quesitos.

§ 1°. Os juizes do Conselho poderão lembrar perguntas ás testemunhas e o accusado reinquiril-as.

§ 2°. Tanto do interrogatorio como dos depoimentos se lavrará um auto, que será assignado pelos membros do Conselho, pelo accusado e pelas testemunhas.

Art. 12. Declarando o accusado ao ser interrogado que tem testemunhas que justificam o seu procedimento, apresentará no acto o rol das mesmas, com a indicação de nomes, profissão e residencia, as quaes o Conselho mandará notificar para comparecimento em lugar, dia e hora que designar.

§ 1°. Presentes no lugar, dia e hora designados o accusado e as testemunhas de defesa, proceder-se-ha á inquirição destas lavrando-se auto que será assignado pela testemunha, pelo accusado e pelo Conselho.

§ 2°. E' permittido ao accusado fazer-se acompanhar de um official de sua arma ou serviço que fará sua defesa e poderá requerer por elle.

§ 3º. Ao official submettido ao julgamento do Conselho, a que se refere este artigo facilitar-se-ha a documentação que necessitar para sua defesa, sem despeza para o interessado.

§ 4º. Todos os documentos, inclusive razões de defesa, apresentados pelo accusado serão juntos aos autos, desde que estejam redigidos em linguagem compativel com a disciplina.

Art. 13. Finda a inquirição das testemunhas de defesa, entendendo o Conselho estar sufficientemente esclarecido, o presidente declarará encerradas as diligencias, do que se lavrará um termo.

O Conselho poderá determinar quaesquer diligencias para melhor esclarecimento do facto e da responsabilidade do accusado e receber os esclarecimentos que lhe forem fornecidos.

Art. 14. A prova poderá ser apenas testemunhal ou apenas documental.

Art. 15. Encerradas as diligencias, o Conselho, a requerimento do accusado, conceder-lhe-ha o prazo de cinco dias para apresentar sua defesa escripta, facultando-lhe o exame dos autos, os quaes, porém, não sahirão do poder do escrivão, sob pena de responsabilidade deste.

Art. 16. Reunido o Conselho, com a presença de todos os seus membros, para o julgamento, decidirá por maioria de votos da procedencia ou improcedencia da accusação de incompetencia revelada pelo official, indicando mais os factos que, por ventura, possam constituir falta disciplinar ou crime.

O despacho será lavrado pelo juiz interrogante e assignado por todos os juizes, devendo justificarem seus votos os que assignarem vencidos.

Paragrapho unico. O presidente, além do voto deliberativo, terá em caso de empate, o de qualidade.

Art. 17. A sessão do julgamento será secreta.

Art. 18. O escrivão lavrará uma acia de cada sessão do Conselho, a qual será junta aos autos.

Art. 19. Encerrado o processo e lavrado o respectivo termo, serão os autos remettidos ao Sr. ministro da Guerra dentro de 48 horas.

Art. 20. O ministro da Guerra, no prazo de 15 dias, por despacho exarado no processo, confirmará ou não o julgamento do Conselho; neste ultimo caso dirá dos motivos de sua decisão.

§ 1º. Si o accusado fôr considerado apto mas occorrer existencia de falta disciplinar ou crime, será por aquella punido, remettendo-se, no segundo caso, os autos á justiça competente.

§ 2º. Sendo considerado apto sem qualquer outra circumstancia a decisão constará dos assentamentos do accusado e o processo archivado, voltando elle ao exercicio das suas funções.

§ 3º. Si fôr considerado inapto, será o accusado reformado na conformidade do disposto no art. 18 do decreto n. 23.825, de 2 de fevereiro de 1934, com as vantagens pecuniarias relativas ao posto e ao tempo de serviço que tiver, ficando absorvida por esta penalidade qualquer falta disciplinar apurada. Verificando-se a existencia de crime militar ou commun, serão remettidas cópias dos documentos ou depoimentos referentes ao facto, á justiça competente.

Art. 21. Até decisão final não soffrerá o official desconto em seus vencimentos pelo facto de responder a processo.

Art. 22. Os casos omissos serão regulados pelo Código de Justiça Militar, no que lhes fôr applicavel.

Art. 23. No processo e julgamento previstos neste decreto será observado, com a conveniente adaptação, o Formulário do Processo Criminal Militar.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1936. — General *João Gomes*.

---

DECRETO N. 693 — DE 17 DE MARÇO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação (com reserva), por parte do Egypto, da Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris a 21 de junho de 1926*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei do Egypto, da Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris a 21 de junho de 1926 — conforme communicação feita á Embaixada do Brasil em Paris pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros de França, por nota de 15 de janeiro do corrente anno, enviada com a copia authentica da Acta de ratificação, cujas traducções officiaes, respectivamente, acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Protocollo — Republica Franceza — Paris, 15 de janeiro de 1936.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de remetter, em annexo, á Embaixada do Brasil:

1°, uma copia authentica da acta do deposito da ratificação do Egypto;

2°, uma copia authentica da acta do deposito da ratificação do Japão;

relativas á Convenção Sanitaria Internacional de 1926.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros agradeceria lhe accusar o recebimento da presente remessa.

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

ACTA DO DEPOSITO DE RATIFICAÇÃO DO EGYPTO RELATIVA Á CONVENÇÃO SANITARIA INTERNACIONAL, FIRMADA EM PARIS, A 21 DE JUNHO DE 1926 E SOBRE SEU ANNEXO.

O Ministro do Egypto em Paris apresentou-se, hoje, ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica franceza e depositou o instrumento de ratificação por parte de Sua Majestade o Rei do Egypto relativo á Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris, a 21 de junho de 1926, e seu annexo formulando as seguintes reservas:

*Reserva ao art. 70*

O Governo Real reserva-se não ratificar o dispositivo do art. 70, nos termos do qual o regulamento elaborado pelo Conselho e acceito pelas Potencias determinará o numero minimo de medicos que devem ficar affectos a cada estação bem como o modo de admissão, a retribuição e attribuições desses medicos e de todos os funcionarios encarregados de assegurar, sob a autoridade do Conselho Sanitario Maritimo e Quarentenario do Egypto, a vigilancia e execução das medidas prophylacticas.

Essa disposição, que não se achava nas Convenções anteriores, é, de facto, contraria á lei organica de 19 de junho de 1893 e ao decreto Ministerial do mesmo dia que attribuem, nessa materia, o direito de decisão do Governo Egypteo.

*Esclarecimento do sentido do art. 163*

O Governo Real julga necessario esclarecer que o sentido da phrase: "a data da entrada em vigor da presente Convenção, que figura no art. 163 II (2) reporta-se á data da ratificação da Convenção pelo Egypto".

*Reserva relativa á participação do Sudão*

O Governo Real reitera suas reservas anteriores no que se refere á presença, na Conferencia Sanitaria Internacional de Paris, de um delegado representando o Sudão, formula as reservas as mais expressas quanto á ratificação da Convenção pelo Governo Geral do Sudão e declara que esses actos não attingiriam os direitos de soberania do Egypto.

Apresentado esse instrumento e tendo sido, após exame, encontrado em bõa e devida forma, foi confiado ao Governo da Republica franceza para ficar depositado nos seus Archivos.

Uma copia authenticada da presente Acta será remettida ás Partes contractantes.

Em firmeza do que, os abaixo assignados subscreveram a presente Acta nella appondo os seus sellos.

Feita em Paris a 20 de novembro de 1935.— *Pierre Laval.*— *Fakhry.*

E' copia authentica. O Ministro Plenipotenciario, chefe do Serviço do Protocollo, *P. de Fouquières.*

---

DECRETO N. 694 — DE 17 DE MARÇO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Finlândia, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha, firmada em Genebra a 27 de julho de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Presidente da Republica da Finlândia, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha, firmada em Genebra a 27 de julho de 1929, devendo tal ratificação ter validade a partir de 8 de agosto de 1936 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 6 do corrente, enviada com a copia authentificada da Acta do deposito da ratificação, cujas respectivas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

Legação da Suissa — VI.2-157/2 WH.

Em cumprimento das disposições finaes da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha, concluida em Genebra, a 27 de julho de 1929, a Legação da Suissa, de ordem do seu Governo, tem a honra de remetter, em annexo, ao Ministerio das Relações Exteriores uma copia authentificada da Acta lavrada, a 8 de fevereiro de 1936, para registar o deposito, nos Archivos da Confederação Suissa, do instrumento de ratificação por parte de Sua Excellencia o Presidente da Republica finlandeza.

De accordo com o art. 33 da Convenção, a ratificação produzirá effeito seis mezes depois da data do deposito, ou seja a partir de 8 de agosto de 1936.

A Legação da Suíça agradeceria ao Ministerio das Relações Exteriores accusar o recebimento da presente communição e aproveita esta occasião para lhe renovar os protestos de sua alta consideração.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1936.

Ao Ministerio das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil.

---

ACTA DO DEPOSITO DA RATIFICAÇÃO DA FINLANDIA RELATIVA Á CONVENÇÃO PARA A MELHORIA DA SORTE DOS FERIDOS E ENFERMOS NOS EXERCITOS EM CAMPANHA, CONCLUIDA EM GENEBRA A 27 DE JULHO DE 1929.

O Ministro da Finlândia em Berna, Sua Excellencia o Senhor Holsti, apresentou-se, hoje, ao Departamento Politico Federal para proceder ao deposito do instrumento de ratificação por parte de Sua Excellencia o Senhor Presidente da Republica finlandeza relativo á Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha, concluida em Genebra a 27 de julho de 1929.

Esse instrumento, achado em boa e devida forma, será depositado nos Archivos da Confederação Suíssa.

O deposito do instrumento será notificado aos paizes Parte na Convenção.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente Acta.

Feita em Berna, a 8 de fevereiro de 1936.— O chefe do Departamento Politico Federal, *Motta*.— O Ministro da Finlândia, *Holsti*.

E' copia authentica.— O chefe da Divisão dos Negocios Estrangeiros do Departamento Politico Federal, *Bonna*.

---

DECRETO N. 695 — DE 17 DE MARÇO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pelo Governo da Belgica, da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação por parte de Sua Magestade o Rei dos Belgas, da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933, devendo tal ratificação ter validade cento e vinte dias após a data do deposito — conforme communicação feita pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes Baixos á Legação do Brasil na Haya, por nota



de 6 de novembro de 1935, enviada com a copia authentica da acta do referido deposito, cujas respectivas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

### TRADUCÇÃO OFFICIAL

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Direcção do Protocollo — N. 36.201.

#### NOTA

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de remetter, em annexo, á Legação dos Estados Unidos do Brasil, em execução do art. 63 da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933, uma cópia authenticada da acta do deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei dos Belgas, dessa Convenção.

O Ministerio roga á Legação remetter a referida acta ao Governo dos Estados Unidos do Brasil e de lhe accusar o recebimento da presente remessa.

Haya, 6 de novembro de 1935.

---

**ACTA DO DEPOSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO DE SUA MAJESTADE O REI DOS BELGAS RELATIVA Á CONVENÇÃO SANITARIA INTERNACIONAL PARA A NAVEGAÇÃO AÉREA, CONCLUIDA NA HAYA, A 12 DE ABRIL DE 1933.**

De accordo com o disposto no art. 63, da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, concluida na Haya, a 12 de abril de 1933, Sua Excellencia o Senhor Charles Maskens, Enviado extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Rei dos Belgas na Haya, apresentou-se, hoje, no Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes Baixos, para proceder ao deposito do instrumento de ratificação por parte de Sua Majestade o Rei dos Belgas da referida Convenção.

Esse instrumento de ratificação tendo sido, após exame, encontrado em boa e devida forma, foi confiado ao Governo dos Paizes Baixos para ser depositado nos seus Archivos.

De accordo com os termos do art. 63, alinea 3, a Convenção entrará em vigor para a Belgica cento e vinte dias após a data do deposito do referido instrumento de ratificação.

---

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente Acta, da qual uma cópia authenticada será remettida a cada uma das Altas Partes contractantes e á Repartição Internacional de Hygiene Publica.

Feito na Haya, a 28 de outubro de 1935.— O Ministerio dos Negocios Estrangeiros de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, *De Graeff*.— O Enviado extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Sua Majestade o Rei dos Belgas na Haya, *Ch. Maskens*.

E' cópia authenticica.— O secretario geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes Baixos, *A. M. Jonceer*.

---

DECRETO N. 696 — DE 17 DE MARÇO DE 1936

*Faz publica a accessão, por parte da União das Republicas Sovieticas Socialistas, á Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, firmada em Bruxellas a 5 de julho de 1890*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a accessão, por parte da União das Republicas Sovieticas Socialistas, á Convenção relativa ao estabelecimento de uma União internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, firmada em Bruxellas a 5 de julho de 1890, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada da Belgica nesta capital, por nota de 19 de fevereiro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

EMBAIXADA DA BELGICA

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1936 — N. 266.

Senhor Ministro,

De accordo com o art. 14 da Convenção de 5 de julho de 1890, que instituiu a União internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, tenho a honra de levar ao conheci-

mento de Vossa Excellencia que o Governo da União das Republicas Sovieticas socialistas notificou ao meu Governo a accessão, por parte desse Estado, á referida Convenção.

Essa accessão entrou em vigor a 1 de janeiro de 1936.

Aproveito esta occasião, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excellencia os protestos de minha mais alta consideração.— *E. Robyns de Schneidauer*.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

#### DECRETO N. 697 — DE 17 DE MARÇO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Japão, da Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris a 21 de junho de 1926*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Imperador do Japão, da Convenção Sanitaria Internacional, firmada em Paris a 21 de junho de 1926 — conforme communicação feita á Embaixada do Brasil em Paris pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros de França. por nota de 15 de janeiro do corrente anno, enviada com a copia authentica da Acta de ratificação, cujas traducções officiaes, respectivamente, acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

#### TRADUCÇÃO OFFICIAL

Ministerio dos Negocios Estrangeiros — Protocollo — Republica franceza — Paris, 15 de janeiro de 1936.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de remetter, em annexo, á Embaixada do Brasil:

- 1°, uma cópia authentica da acta do deposito da ratificação do Egypto;
- 2°, uma cópia authentica da acta do deposito da ratificação do Japão;

relativas á Convenção Sanitaria Internacional de 1926.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros agradeceria lhe accusar o recebimento da presente remessa.

## TRADUÇÃO OFFICIAL

## ACTA DO DEPOSITO DE RATIFICAÇÃO DO JAPÃO RELATIVA Á CONVENÇÃO SANITARIA INTERNACIONAL, FIRMADA EM PARIS, A 21 DE JUNHO DE 1926

De accordo com as disposições do art. 170 da Convenção Sanitaria Internacional firmada em Paris a 21 de junho de 1926, o Embaixador do Japão em Paris apresentou-se, hoje, ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica franceza e depositou o instrumento de ratificação por parte de Sua Majestade o Imperador do Japão desse Acto Internacional.

Esse instrumento, tendo sido após exame, encontrado em bôa e devida fôrma, foi confiado ao Governo da Republica franceza para ficar depositado nos seus Archivos.

Uma cópia authenticada da Acta será remetida ás Partes contractantes.

Em firmeza do que, os abaixo assignados subscreveram a presente acta nella appondo seus sellos.

Feita em Paris a 17 de dezembro de 1935.— *Pierre Laval.*— *Sato.*

E' cópia authentica.— O Ministro Plenipotenciario, chefe do Serviço do Protocollo, *P. de Fouquières.*

---

DECRETO N. 698 — DE 18 DE MARÇO DE 1936

*Suspende o estado de sitio no municipio de Florianopolis, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 22 do corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender o estado de sitio no municipio de Florianopolis, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 22 do corrente mez de março, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 699 — DE 18 DE MARÇO DE 1936

*Approva o regulamento sobre a execução dos serviços da Directoria do Imposto de Renda*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e

Considerando que a execução dos serviços do imposto de renda deve subordinar-se a normas especiaes, que lhe assegurem eficiencia e controle de fiscalização;

Considerando que a amplitude dessas normas torna necessaria a expedição de regulamento, afim de que possam ser observadas pelas repartições ás quaes incumbe auxiliar a arrecadação do imposto;

Considerando que esse acto do Poder Executivo está autorizado pelo art. 7º do decreto n. 23.841, de 7 de fevereiro de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica approvedo o regulamento annexo, que dispõe sobre a execução dos serviços da Directoria do Imposto de Renda, e vae assignado pelo ministro da Fazenda; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

**Regulamento da Directoria do Imposto de Renda****TITULO I****Da Directoria do Imposto sobre a Renda****CAPITULO I****SUA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL, JURISDICÇÃO E COMPETENCIA**

Art. 1.º Compete á Directoria do Imposto de Renda a superintendencia dos serviços do imposto no territorio nacional.

Art. 2.º A' Directoria do Imposto de Renda cabe, privativamente, o trabalho de lançamento.

Paragrapho unico. O serviço de arrecadação será realizado com o concurso da Recebedoria do Districto Federal e, nos Estados, com o das exactorias, recebedorias, alfandegas, mesas de rendas e delegacias fiscaes.

---

**Art. 3.º** A Directoria do Imposto de Renda continuará a ter em cada Estado, bem como na cidade de Santos, uma secção especialmente destinada á execução dos trabalhos do imposto.

**Paragrapho unico.** As secções, nos Estados, são annexas ás respectivas delegacias fiscaes e a de Santos á alfandega local.

**Art. 4.º** As secções do Imposto de Renda, nos Estados, serão providas do pessoal, a juizo do director, de accordo com as necessidades de cada uma.

**Art. 5.º** Os chefes de secção, nos Estados, serão nomeados, em comissão, pelo director, com approvação da Directoria Geral da Fazenda Nacional, e escolhidos dentre os funcionarios da directoria.

**Paragrapho unico.** Serão tambem nomeados, em comissão, pelo director, os chefes das secções da directoria, no Districto Federal, e os sub-chefes da secção em São Paulo, indicados estes pelo chefe respectivo.

**Art. 6.º** O expediente da repartição, no Districto Federal, e das secções, nos Estados, começará ás 11 horas e terminará ás 17, podendo ser prorogado pelo director e pelos chefes de secções nos Estados, mas quando a prorrogação acarretar despesa, só será feita mediante prévia autorização da Directoria Geral da Fazenda Nacional.

## TITULO II

### Da Directoria no Districto Federal

#### CAPITULO I

##### DA DIVISÃO EM SECÇÕES

**Art. 7.º** A Directoria do Imposto de Renda, no Districto Federal, terá as seguintes secções:

- a) Gabinete;
- b) Cadastro;
- c) Lançamento.
- d) Recepção;
- e) Revisão;
- f) Secretaria.

#### CAPITULO II

##### DO DIRECTOR

**Art. 8.º** Compete ao director do Imposto de Renda:

a) superintender e orientar a execução do imposto em todo o territorio nacional, expedindo para isso as instrucções e ordens necessarias;

b) propor a dispensa ou exoneração dos funcionarios do imposto de renda, nos casos em que essa medida tenha lugar e mediante as formalidades legais;

c) transferir os funcionarios do Districto Federal para os Estados e vice-versa, bem como os de um para outro Estado, quando julgar conveniente, e designar a secção em que deve ter exercicio cada chefe;

d) designar os funcionarios para o serviço da fiscalizaçào no interior dos Estados ou fóra da séde da directoria, no Districto Federal, podendo autorizar os chefes de secção, nos Estados, a fazer a designação, quanto aos que servirem na secção;

e) arbitrar as diarias a serem pagas aos funcionarios incumbidos do serviço extraordinario e de fiscalizaçào;

f) expedir as instrucções necessarias á boa execuçào dos trabalhos de fiscalizaçào;

g) nomear os chefes das diversas secções da directoria; os chefes de secção nos Estados, com approvaçào da Directoria Geral da Fazenda Nacional, e os sub-chefes da secção em São Paulo, indicados estes pelo chefe respectivo;

h) designar ou autorizar a designação de peritos para realizaçào de exames de escripta das firmas ou sociedades, quando os interessados solicitarem a diligencia ou não se oppuzerem a ella, e providenciar, em caso contrario, afim de que o exame seja effectuado na fórmula do artigo 173, paragrapho 1º, do regulamento do imposto de renda;

i) conceder férias e licenças — estas até 30 dias — aos funcionarios que servem no Districto Federal, inclusive aos chefes de secção, na fórmula das disposições legais que regem a materia;

j) resolver as duvidas sobre o lançamento do imposto no Districto Federal;

k) julgar os processos de lançamento *ex-officio*, iniciados no Districto Federal ou nos Estados, no caso de mudança do interessado para a Capital Federal;

l) deliberar sobre os pedidos de rectificaçào do lançamento;

m) applicar as multas por infracção do regulamento do imposto de renda;

n) prohibir a entrada no recinto da repartição ás pessoas que se tornarem suspeitas ao interesse da Fazenda Nacional ou cuja presença fór incompativel com a ordem e o decore da repartição;

o) applicar aos funcionarios da directoria, por desobediencia, desrespeito ás ordens legais, ausencia do serviço, sem causa justificada, por mais de oito dias consecutivos ou 15 interpolados, durante o mez ou em dois seguidos, e por outras faltas disciplinares que não constituam crime definido na legislacção vigente, as seguintes penas:

A) advertencia;

B) reprehensão verbal ou por escripto;

C) suspensào até 30 dias, com perda total dos vencimentos;

n) resolver sobre as duvidas attinentes á intelligencia do regulamento de imposto de renda e, bem assim, sobre a autoridade competente para o applicar, no caso de pluralidade de domicilio no Brasil;

q) reconhecer o direito á restituição do imposto ou multa, pagos indevidamente, no Districto Federal, ou requisitar o levantamento de deposito feito para interposição de recurso, no caso de provimento total ou parcial deste;

r) distribuir o pessoal da directoria pelas secções de que se compõe;

s) apresentar, annualmente á Directoria Geral de Fazenda Nacional, relatorio circumstanciado dos serviços do imposto de renda.

### CAPITULO III

#### DO SUB-DIRECTOR

Art. 9.º Ao sub-director compete:

a) julgar os processos de lançamento *ex-officio* contra contribuintes domiciliados no Districto Federal, quando o valor do imposto não exceder de 1:000\$000;

b) despachar as reclamações contra o lançamento ordinario e *ex-officio*, observado o limite da alinea supra;

c) proferir despachos interlocutorios, para exigencia de esclarecimentos e diligencias necessarias ao andamento e solução dos processos que correm pela directoria;

d) ordenar as remessas ás secções nos Estados e delegacias fiscaes de processos ou papeis, que lhes devam ser transmittidos ou restituídos, assignando os respectivos officios;

e) permittir a revalidação ou alteração de declarações de rendimentos, nos casos previstos no regulamento;

f) despachar os pedidos de concessão de prazo para entrega de declaração nos casos previstos na legislação vigente;

g) representar ao director sobre tudo quanto interessar á boa márchia do serviço e suggerir as providencias que julgar convenientes á regularidade do expediente, á prevenção de abusos e ao aperfeiçoamento do regime do imposto de renda;

h) desempenhar qualquer outra funcção que lhe commetter o director.

### CAPITULO IV

#### DO GABINETE

Art. 10. A' Secção do Gabinete, que será dirigida pelo sub-director, compete:

a) encaminhar a despacho do director, com o necessario estudo, todos os processos que tiverem de ser por elle resolvidos;

b) fazer o expediente relativo á correspondencia de caracter urgente, que o director determinar;

c) organizar e manter em perfeita ordem uma bibliotheca de trabalhos sobre o imposto de renda e promover estudo sobre a legislação estrangeira relativa ao alludido imposto, acompanhando as suas alterações e, bem assim, tudo que possa interessar ao aperfeiçoamento do systema do imposto de renda no Brasil;



d) encaminhar ao sub-director os processos que devem ser por elle apreciados e submeter-lhe, devidamente informados, aquellos cuja resolução fôr de sua competencia;

e) prestar informação sobre os pedidos de restituição e sobre os recursos interpostos de decisão do director, sub-director e chefes de secção nos Estados;

f) fazer o expediente relativo á publicação dos despachos que não devam ser notificados pela Secção de Lançamento;

g) organizar o resumo do ponto e assentamento do pessoal.

**Art. 11.** — Funcionário como serviços directamente subordinados ao Gabinete do Director: a divida activa, a estatística geral do imposto, o serviço de controle da arrecadação e o almoxarifado.

#### DO ALMOXARIFADO

**Art. 12.** A Directoria do Imposto de Renda manterá um almoxarifado, para guardar e distribuir, pela mesma e pelas secções nos Estados, os materiaes de que necessitarem e que, a juizo do director, forem adquiridos no Districto Federal.

§ 1.º O almoxarifado possuirá escripta devidamente organizada, na qual se registrará, especificadamente, com clareza e sem rasuras, a entrada e sahida do material, de modo que, a qualquer tempo, se possa conhecer, com exactidão:

a) quantidade, especie e qualidade do material entrado;

b) a quem foi o mesmo distribuido, com indicação da respectiva quantidade, especie, qualidade, nome do funcionario requisitante e numero da requisição;

c) qual o stock existente.

§ 2.º Será designado um funcionario de categoria nunca inferior a 3º official, para se encarregar dos serviços affectos ao almoxarifado.

### CAPITULO V

#### DA SECRETARIA

**Art. 13.** A' Secretaria cabe:

a) fazer o expediente relativo á correspondencia do director e sub-director;

b) expedir as intimações e redigir os pedidos de esclarecimentos, tomando por termo os que forem prestados verbalmente;

c) lavrar os termos de responsabilidade e fiança, para a interposição de recurso;

d) organizar o assentamento e averbações do movimento de todo o pessoal da directoria, no Districto Federal e nos Estados, pela forma indicada na alinea b. do art. 35, do decreto n. 24.036, de 26 de março de 1934, remetendo taes elementos á Directoria do Expediente e do Pessoal;

e) lavrar os termos de posse dos funcionarios;

f) registrar em livro proprio as dotações orçamentarias destinadas ao custeio das despesas da Directoria do Imposto de Renda e das secções nos Estados, bem como todos os gastos destas e da directoria, referentes a material e pessoal;

g) processar e classificar, para o respectivo pagamento, as contas e facturas concernentes a despesas da directoria;

h) fazer o expediente relativo á designação e transferencias do pessoal da directoria e das secções nos Estados;

i) passar as certidões autorizadas pelo director e sub-director.

Paragrapho unico. O secretario, além dos deveres contidos no art. 19, alíneas a a e, terá o de:

a) assignar as certidões que forem passadas na secretaria;

b) assignar, juntamente com os interessados e com o sub-director, os termos de responsabilidade ou fiança, lavrados na Secretaria.

#### DO PROTOCOLLO

Art. 14. O serviço de protocollo, que será dirigido por funcionario que o director designar, ficará subordinado á Secretaria e comprehende:

a) a recepção, registro e autuação dos papeis, officios e processos destinados á directoria;

b) o archivamento dos papeis e processos, já solucionados, que não devam ser archivados no cadastro;

c) providenciar afim de que as secções devolvam, dez dias depois da remessa, os papeis ou processos que lhes houverem sido transmittidos e que não tiverem voltado ao protocollo.

#### CAPITULO VI

##### DA RECEPÇÃO

Art. 15. A' Secção de Recepção incumbem:

a) receber e numerar as declarações de renda, fornecendo o recibo correspondente, bem como extrahir os talões de pagamento por cheque e os de pagamento a dinheiro, encaminhando estes ao encarregado do recebimento e cobrança;

b) fazer as relações de cheques, pela fórmula e para os fins indicados na legislação vigente;

c) preparar e remetter as guias de recolhimento do imposto pago por cheque, bem como a relação dos talões de recolhimento em dinheiro;

d) extrahir os talões para conversão em renda do depósito para recurso, no caso de não ser provido no todo ou em parte e passar em julgado a decisão;

e) organizar a nota ou relação discriminada de todos os pagamentos realizados diariamente e fornecer, mensalmente, ou sempre que o director determinar, informação sobre a totalidade do imposto pago por cheque e a dinheiro;

*f)* averbar o pagamento do imposto nas notificações de lançamento, bem como nas declarações de renda com pagamento no acto da entrega;

*g)* fazer o cruzamento dos cheques e a indicação para pagamento ao Banco do Brasil, quando esses titulos não contiverem taes requisitos.

**Paragrapho unico.** Ao chefe da Secção de Recepção, além das attribuições definidas no artigo 19, compete tambem:

*a)* endossar os cheques emittidos em favor da Directoria do Imposto de Renda;

*b)* assignar as guias de recolhimento de imposto pago por cheque, expedidas pela Secção.

## CAPITULO VII

### DO CADASTRO

**Art. 16.** A' Secção de Cadastro incumbe:

*a)* coordenar e fichar todos os elementos concernentes á situação economica dos contribuintes, bem como todos os demais dados e informes necessarios ao controle e revisão das declarações de rendimentos e ao lançamento ou cobrança do imposto, no caso de falta de poeta de declaração de renda ou no de declaração inexacta;

*b)* catalogar, archivar e trazer em boa ordem todas as declarações de rendimentos, processos de lançamento *ex-officio*, guias de recolhimento do imposto pelas fontes de renda e informações fornecidas quanto aos rendimentos pagos;

*c)* iniciar o lançamento *ex-officio* por falta de declaração de rendimentos, expedindo para isso as intimações para prestação dos esclarecimentos, que devem preceder ao lançamento;

*d)* solicitar os informes ou esclarecimentos que forem necessarios á organização do cadastro, enviando os boletins ou fórmulas, cujo preenchimento se tornar preciso;

*e)* averbar nas declarações de renda os dados que interessarem ao seu exame e revisão pela secção incumbida desse mister;

*f)* providenciar afim de serem remettidos ás Secções nos Estados, os elementos de informação que interessarem ao seu serviço;

*g)* receber os esclarecimentos prestados pelos contribuintes sujeitos a lançamento *ex-officio* por falta de declaração de renda e mandar archivar o respectivo processo, quando não tiver sido ainda feita a intimação do lançamento e se verificar que elle resulta de simples equivoco de informação ou erro de facto;

*h)* instruir os processos de reclamação e recurso contra lançamentos, com os elementos que possuir e que lhes forem pertinentes, fazendo delles carga ao protocollo geral;

*i)* organizar o serviço de *arrecadação nas fontes*, providenciando no sentido de ser feito, com regularidade, o recolhimento do imposto que cabe aos procuradores e ás fontes pagadoras deduzir, para o que o chefe respectivo destacará funcionarios que se incumbam, especialmente, desse serviço.

## CAPITULO VIII

## DA REVISÃO

Art. 17. A' Secção de Revisão compete:

a) effectuar o calculo do imposto devido, em face das declarações de rendimentos e dos processos de lançamento *ex-officio* ou de cobrança na fonte, que tiver recebido da Secção de Cadastro, ou que houver iniciado;

b) solicitar dos contribuintes ou de outras pessoas, bem como de qualquer das Secções da Directoria, os esclarecimentos que julgar necesarios á exacta determinação do debito;

c) instruir as partes ou contribuintes sobre o preenchimento das declarações de renda;

d) prestar informações e emittir parecer sobre processos que, para esse fim, lhe forem encaminhados;

e) iniciar o lançamento *ex-officio* por declaração *inexacta* ou omissão de rendimentos, solicitando dos interessados, independente de ordem superior, os esclarecimentos necesarios, na fórmula do art. 114, do regulamento do imposto de renda;

f) encaminhar á Secção de Lançamento, á medida que se concluirem os calculos, as declarações de rendimentos e os processos de lançamento *ex-officio*, e, quando o lançamento depender de decisão do director ou sub-director, transmittir as declarações e os processos ao Gabinete;

g) proceder á revisão das declarações de renda dos exercicios anteriores;

h) tomar por termo os esclarecimentos que as partes prestarem verbalmente.

Paraphrased unico. Ao chefe da Secção de Revisão, quando autorizado pelo director, cabe designar contadores ou peritos de sua secção para a realização de exames de escripta.

## CAPITULO IX

## DO LANÇAMENTO

Art. 18 — A' Secção de Lançamento compete:

a) expedir todas as notificações de lançamentos ou cobrança de imposto, bem como as relativas a despachos sobre reclamações contra lançamento e as concernentes ás multas que tiverem sido applicadas;

b) anotar nas fichas apropriadas todas as importancias lançadas e exigidas do contribuinte, bem como as que por elles forem satisfeitas, quer directamente, quer por meio de conversão em renda do deposito para recurso, de modo que se possa conhecer, a qualquer momento, qual a sua situação perante a Fazenda Nacional no tocante ao imposto de renda;

c) organizar, diariamente, relações: da arrecadação, discriminadamente, por exercícios; das notificações expedidas com indicação de numero e importancia correspondente a cada uma; dos lançamentos suspensos e dos cancelados, obedecendo á ordem numerica das notificações e indicando os respectivos totaes correspondentes a cada exercicio de lançamento, bem como especificação do imposto, multa e total a annular.

As relações serão assignadas pelo funcionario que as organizar, conferidas e vizadas por outro que, para esse fim, fôr designado pelo chefe da Secção.

## CAPITULO X

### DOS CHEFES DAS SECÇÕES DA DIRECTORIA

Art. 19. A cada um dos chefes das Secções da Directoria, no Districto Federal, incumbe tambem:

- a) manter a ordem e a disciplina na Secção que dirigir;
- b) assignar os pedidos de esclarecimentos, *memoranda* ou intimações, que tiverem de ser expedidos pela Secção;
- c) distribuir os serviços pelo pessoal da Secção, de modo que se executem com regularidade e presteza;
- d) levar, immediatamente, ao conhecimento do director qualquer acto offensivo da disciplina ou da ordem, que se verificar na Secção;
- e) prestar os esclarecimentos solicitados pelos chefes de outras Secções.

## CAPITULO XI

### DA PORTARIA

Art. 20. Ao porteiro da Directoria incumbe:

- a) abrir e fechar as portas do edificio da Directoria, ás horas regulamentares, ou de accordo com o que fôr estabelecido pelo director, respondendo pelas respectivas chaves;
  - b) cuidar da limpeza e asseio da repartição, bem como da conservação dos moveis e mais objectos nella existentes, e responder pela guarda dos mesmos e dos livros e papeis que nella se encontrem;
  - c) manter a ordem e o respeito entre os que se acharem na portaria e não permittir alli agrupamento de pessoas que não tenham negocios a tratar na repartição;
  - d) receber toda a correspondencia official dirigida á Directoria e entregal-a immediatamente á Secção a que fôr destinada;
  - e) encaminhar ao seu destino a correspondencia official, que lhe fôr entregue pela Secretaria ou pelo Gabinete;
  - f) dirigir e fiscalizar o serviço dos mensageiros e serventes e distribuil-os pelas Secções, de accordo com as necessidades de cada uma e as instrucções do director;
-

g) exercer a maior vigilancia sobre a conducta dos que servirem sob suas ordens e levar ao conhecimento do director qualquer acto de indisciplina ou qualquer irregularidade que praticarem;

h) executar as ordens e instrucções da autoridade superior, relativas ao serviço a seu cargo.

Art. 21. Ao continuo da Directoria cumpre auxiliar o serviço do porteiro, substitui-lo nos seus impedimentos temporarios, fazer a conducção de papeis, livros e objectos, bem como os demais serviços do Gabinete.

Art. 22. Aos serventes da Directoria incumbe:

a) todo o serviço de asseio da repartição e conservação do mobiliario sob a inspecção do porteiro;

b) o serviço de transporte e remoção de moveis nas Secções ou de uma Secção para outra;

c) a entrega da correspondencia e demais trabalhos de que forem encarregados e que se relacionarem com o serviço da Directoria.

### TITULO III

#### Da Secção do Imposto de Renda em São Paulo

##### CAPITULO I

###### DO CHEFE DA SECÇÃO

Art. 23. Ao chefe da Secção no Estado de São Paulo compete:

a) transferir de umas para outras os chefes das Sub-secções;

b) distribuir o pessoal pelas Sub-secções;

c) dar instrucções para que se executem os serviços em toda a Secção;

d) fiscalizar a assiduidade dos funcionarios e sua dedicação ao serviço.

##### CAPITULO II

###### I — DA DIVISÃO EM SUB-SECÇÕES

Art. 24. A Secção do Imposto de Renda em São Paulo terá as seguintes sub-secções:

a) Expediente;

b) Recepção;

c) Cadastro;

d) Revisão e Lançamento;

e) Interior.

###### II — DOS CHEFES DAS SUB-SECÇÕES

Art. 25. A cada um dos chefes das sub-secções de que se compõe a Secção no Estado de São Paulo cumpre apresentar, annualmente, ao respectivo chefe, o relatório dos tra-

---

balhos realizados na sua Sub-seccção, velar pela ordem e disciplina da mesma e executar as instrucções e ordens superiores.

### CAPITULO III

#### DA SUB-SECÇÃO DE EXPEDIENTE

Art. 26. A' Sub-seccção de Expediente cabe:

- a) preparar a correspondencia da Secção;
- b) passar as certidões autorizadas pelo chefe;
- c) receber a correspondencia da Secção;
- d) fazer o expediente relativo ás notificações dos despachos do chefe da Secção;
- e) protocollear os papeis e processos e distribuil-os pelas outras Sub-seccções;
- f) fiscalizar o ponto, fazer o respectivo resumo e organizar as folhas de pagamento do pessoal da Secção.

Paragrapho unico. Ao chefe da Sub-seccção de Expediente cumpre tambem proferir despachos relativos á exigencia de esclrecimentos ou diligencias, necessarios á solução dos processos.

### CAPITULO IV

#### DA SUB-SECÇÃO DE RECEPÇÃO

Art. 27. A' Sub-seccção de Recepção incumbe:

- a) receber as declarações de rendimentos e as guias de recolhimento do imposto deduzido nas fontes ou pago pelos procuradores de residentes no estrangeiro;
- b) controlar a arrecadação do imposto effectuada pela Recebedoria local, mediante a cópia das notificações do lançamento e as segundas vias dos recibos expedidos pela mesma Recebedoria;
- c) escripturar, com a necesarsia discriminação, a receita arrecadada;
- d) organizar, mensalmente, demonstração da receita arrecadada, discriminando-lhe a proveniencia: imposto pago espontaneamente, lançamento supplementar, lançamento *ex-officio* e multas;
- e) ter em boa guarda e distribuir o material de expediente da Secção adoptando para isso livro de carga e descarga;
- f) verificar os preços, por meio de concurrencia, no caso de aquisição de material para a Secção.

Paragrapho unico. Ao chefe de Sub-seccção de Recepção incumbe tambem:

- a) fiscalizar em toda a Secção o emprego do material distribuido;
- b) zelar pela boa conservação do material permanente da Secção;
- c) providenciar afim de que os materiaes ou moveis da Secção tenham os reparos de que precisarem.

## CAPITULO V

## DA SUB-SECÇÃO DE CADASTRO

Art. 28. A' Sub-secção de Cadastro compete:

a) coordenar, fichar e ter em bôa guarda os dados e informes sobre os rendimentos dos contribuintes e sobre tudo que possa interessar ao controle e revisão das respectivas declarações;

b) prestar á Sub-secção de Lançamento e á do Interior todos os esclarecimentos de que carecerem para o serviço de exame e revisão de declarações;

c) fazer a collecta de elementos indispensaveis ao Cadastro;

d) iniciar o lançamento *ex-officio* por falta de declaração, solicitando do interessado os esclarecimentos que o devam preceder e encaminhar os respectivos processos ao chefe da Secção, para o julgamento, depois de effectuado o calculo preciso.

Paragrapho unico. Ao chefe da Sub-secção de Cadastro cabe tambem:

a) assignar as intimações e pedidos de esclarecimentos que a Sub-secção tiver de expedir;

b) mandar fazer as intimações e pedidos de esclarecimentos e informações de que a Sub-secção carecer.

## CAPITULO VI

## DA SUB-SECÇÃO DE REVISÃO E LANÇAMENTO

Art. 29. A' Sub-secção de Revisão e Lançamento incumbe:

a) proceder ao lançamento do imposto relativo ás declarações entregues com ou sem pagamento do imposto, na Capital do Estado;

b) rever as declarações de renda e expedir as notificações ou pedidos de esclarecimentos necessarios ao exame e revisão das declarações;

c) fazer as intimações necessarias ao processo *ex-officio*, por declaração inexacta;

d) encaminhar ao chefe da Secção, para o devido julgamento, os processos de lançamento *ex-officio* por declaração inexacta;

e) extrahir as certidões de divida decorrentes de impostos ou de multas e relaciona-las, para serem remettidas á delegacia fiscal;

f) organizar a estatistica geral do imposto.

Paragrapho unico. Ao chefe da Sub-secção de Revisão e Lançamento compete tambem:

a) assignar as intimações ou pedidos de esclarecimentos expedidos pela Secção;

b) mandar fazer as intimações, que se tornarem necessarias, quer por edital, quer por outra forma.



## CAPITULO VII

## DA SUB-SECÇÃO DO INTERIOR

Art. 30. A' Sub-Secção do Interior incumbem:

a) proceder ao lançamento attinente ás declarações de rendimento apresentadas, sem pagamento, nas collectorias do interior, e rever as que foram alli entregues com pagamento, no acto da apresentação;

b) solicitar os esclarecimentos necessarios ao exame e revisão das declarações;

c) preparar as listas de cobrança suplementar do total do imposto;

d) encaminhar á Sub-Secção de Cadastro todos os elementos que obtiver e interessarem ao serviço daquelle Sub-Secção;

e) fazer o expediente concernente ás intimações e pedidos de esclarecimentos que se tornarem indispensaveis á revisão ou exame das declarações e ao lançamento *ex-officio*, por declaração inexacta ou falta de declaração;

f) encaminhar ao chefe da Secção, para o devoto julgamento, os processos de lançamento *ex-officio* que houver iniciado.

Paragrapho unico. Ao chefe da Sub-Secção do Interior cabe:

a) assignar os officios referentes á remessa ou devolução de processos, listas de cobrança e pedidos de informação ás collectorias e inspectores no interior;

b) proferir despachos interlocutorios, relativos á exigencia de esclarecimentos e a intimações.

## TITULO IV

## Das Secções do Imposto de Renda nos Estados

## CAPITULO I

## SUA ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL, JURISDIÇÃO E ATRIBUIÇÕES

Art. 31. A cada uma das demais secções do Imposto de Renda nas capitães dos Estados incumbem:

a) receber declarações de rendimentos dos contribuintes da capital do Estado e fornecer o recibo respectivo;

b) extrahir as guias ou talões para recolhimento do tributo, quando o contribuinte quizer fazer o pagamento em dinheiro, no acto da entrega da declaração, ou fornecer o recibo respectivo, quando o pagamento fôr realizado por cheque;

c) proceder ao lançamento do imposto no tocante ás declarações recebidas no Estado, sem pagamento no acto da entrega;

d) proceder ao lançamento *ex-officio*, por falta de declaração de rendimento ou por declaração inexacta, em relação aos contribuintes do Estado;

e) rever as declarações dos contribuintes do Estado e expedir listas de cobrança suplementar ou integral do imposto;

f) numerar as declarações e guias de recolhimento e anotar naquellas o pagamento do tributo que houver sido effectuado, no acto da entrega das mesmas, bem como a multa de móra, se esta tiver sido paga;

g) fazer o cruzamento dos cheques e a indicação nelles, do Banco do Brasil, quando fôrem apresentados sem essas formalidades;

h) lançar no verso dos cheques o numero do recibo respectivo ou os dos recibos, si o cheque corresponder a pagamento de mais de uma declaração;

i) fazer a relação, por bancos, dos cheques recebidos, com indicação das importancias e dos numeros respectivos;

j) organizar o cadastro referente a todo o Estado e colligir os elementos para aperfeiçoal-o;

k) enviar a outras secções ou á Directoria no Rio de Janeiro todos os informes e dados, que colher e disserem respeito ao cadastro desses outros departamentos;

l) fazer o resumo de ponto do pessoal e envial-o á Delegacia fiscal, solicitando o pagamento dos vencimentos dos funcionarios;

m) registar todas as despesas referentes a pessoal e material da Secção;

n) fiscalizar a execução do imposto em todo o Estado, na parte que respeita aos serviços affectos á Secção;

o) fazer a estatística geral do tributo, de accordo com as instruções que houver recebido;

p) encaminhar devidamente informados os recursos interpostos de decisões do chefe da Secção;

q) extrahir e remetter á autoridade competente, para promover a cobrança judicial, as certidões de divida decorrentes do imposto e de multas por infracção do regulamento respectivo.

## CAPITULO II

### DA SECÇÃO DO IMPOSTO DE RENDAS EM SANTOS

Art. 32. A Secção do Imposto de Renda, em Santos, compete as mesmas attribuições commettidas ás demais, limitada, porém, sua jurisdição á cidade de Santos.

## CAPITULO III

### DOS CHEFES DAS SECÇÕES NOS ESTADOS

Art. 33. A cada um dos chefes de Secção nos Estados cabe:

a) velar pela ordem e disciplina na secção;

b) distribuir o pessoal pelos differentes serviços da secção;

c) designar funcionarios para o serviço de fiscalização no interior, quando a isso autorizado;

d) conceder ferias regulamentares e justificar faltas;

e) impor aos seus subordinados, por desobediencia, desrespeito ás ordens legaes, ausencia do serviço, sem causa justificada, por mais de oito dias consecutivos ou quinze interpolados, durante o mez ou em dois seguidos as seguintes penas:

- A) advertencia;
- B) reprehensão verbal ou por escripto;
- C) suspensão até 15 dias, com perda total dos vencimentos, submittendo taes actos á approvação da directoria;
- f) assignar todo o expediente e correspondencia da Secção, podendo autorizar um dos funcionarios mais graduados a assignar as intimações, bem como os pedidos de esclarecimentos que se fizerem necessarios;
- g) assignar as certidões e termos, passadas e lavrados na Secção;
- h) resolver as duvidas suscitadas pelo lançamento do imposto;
- i) applicar as multas por infracção do regulamento do imposto;
- j) dar solução aos pedidos de restituição do imposto, de rectificação de lançamento, de correccão de declaração e de prorrogação de prazo para entrega de declaração de renda, na forma da lei;
- k) consultar á Directoria sobre as duvidas que tiver quanto á execução ou intelligencia do regulamento do imposto de renda;
- l) designar funcionarios ou peritos da Secção para procederem a exame na escripta dos contribuintes, quando entender necessaria a diligencia e os interessados não se oppuzerem á mesma;
- m) providenciar, afim de que o exame da escripta do contribuinte se effectue na forma prescripta no art. 173 do regulamento do imposto de renda, quando parecer indispensavel essa medida;
- n) dar instrucções quanto á execução dos serviços do imposto de renda pelas exactorias do Estado;
- o) corresponder-se, directamente, com as exactorias, Mesas de Rendas e Alfandegas do Estado, bem como com a Directoria e demais secções do Imposto de Renda em tudo o que disser respeito aos smerviços do imposto;
- p) prestar informações, mensalmente e sempre que a Directoria o exigir, sobre a receita arrecadada no Estado;
- q) prohibir a entrada no recinto da secção ás pessoas que perturbarem o expediente ou se tornarem inconvenientes.

## CAPITULO IV

### DAS DELEGACIAS FISCAES, ALFANDEGAS E MESAS DE RENDA

Art. 34. Em relação ao imposto de renda, cabe aos delegados fiscaes do Thesouro Nacional nos Estados e ao inspector da Alfandega de Santos:

- a) submeter á apreciação da Directoria qualquer alteração que entenda dever ser feita na organização ou no modo de execução dos serviços da Secção;

b) levar ao conhecimento do director do Imposto de Renda quaesquer medidas que julgar convenientes, no interesse da arrecadação;

c) providenciar afim de que sejam effectuadas as diligencias solicitadas pelo chefe da Secção e que dependerem de sua autorização ou interferencia;

d) tomar as providencias necessarias afim de que se realize normalmente o pagamento dos vencimentos do pessoal da Secção.

Art. 35. O delegado fiscal em São Paulo dará instruções para a cobrança do imposto de renda pela Recebedoria da Capital do Estado, ouvido o chefe daquella repartição e guardadas as disposições deste regulamento, applicaveis ao caso.

Art. 36. As Alfandegas e Mesas de Rendas, que recebem declarações de rendimento e o respectivo imposto, cumpre observar, na parte que lhes fôr applicavel, o disposto no artigo 37 e suas alíneas.

## CAPITULO V

### DAS COLLECTORIAS FEDERAES

Art. 37. Compete ás Collectorias Federaes, no tocante ao imposto de renda:

a) receber as declarações apresentadas pelos contribuintes, numeral-as seguidamente e authenticar-as com o carimbo da collectoria e data da entrega, appostos na ocasião da entrega, fornecendo á parte o competente recibo;

b) calcular e arrecadar, ao serem apresentadas as declarações de rendimentos, si assim o preferir o contribuinte, o imposto respectivo ou a primeira quota, e fornecer o recibo necessario, anotando o pagamento no logar proprio da formula, com indicação do numero e da data do recibo, authenticadas taes annotações com a assignatura do exactor;

c) encaminhar sem delongas á secção competente as reclamações e os recursos apresentados pelos interessados, na forma da lei, e prestar a respeito todas as informações necessarias á apreciação do feito;

d) intimar os interessados para o pagamento de multas ou de lançamentos supplementares, normas ou *ex-officios*, sempre que lhes forem remettidos para tal fim, pela Secção de Renda no Estado, processo ou listas de cobrança;

e) organizar cadastro, tão completo quanto possivel, de todos os contribuintes da circumscripção, de maneira a se saber com rapidez, uma vez expirado o prazo para apresentar declaração, quaes os que se não desobrigaram desse encargo para com o fisco e quaes os que omittiram rendimentos em suas declarações;

f) fazer á Secção de Renda a precisa comunicação no tocante a fallencias, transferencia ou extinção de negocio, para a necessaria annotação no cadastro geral do Estado;

g) collectar, cuidadosamente, nas fontes proprias os elementos necessarios para o lançamento do imposto de renda;

h) exigir o cumprimento rigoroso do estatuido nos artigos 78 a 84, do regulamento, das pessoas, firmas, enprezas ou estabelecimentos bancarios da sua circumscripção;

i) prestar todas as informações e proceder ás diligencias que se tornarem necessarias ao bom andamento do serviço, sempre que lhes forem exigidas pela Secção ou pela Delegacia Fiscal no Estado;

j) remetter á competente Secção, nas épocas propria, todas as declarações entregues e demais documentos referentes ao imposto sobre a renda, que tenham dado entrada na exactoria;

k) enviar, mensalmente, á Secção no Estado, até o dia 5 de cada mez, o boletim da arrecadação do mez anterior, discriminando a parte de imposto e de multas.

## CAPITULO VI

### DA FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA NO INTERIOR

Art. 38. Aos funcionarios incumbidos da fiscalização do imposto, no interior, cumpre:

a) auxiliar as exactorias na colheita e remessa de dados necessarios ao cadastro da Secção;

b) fazer ou assignar as intimações e pedidos de esclarecimentos que se tornarem precisos para a revisão de declarações e a collecta dos elementos para o cadastro;

c) quando especialmente autorizados, proceder a lançamentos relativo a declarações apresentadas ás exactorias e iniciar lançamento *ex-officio*, por falta de declaração ou declaração inexacta;

d) prestar os esclarecimentos que os collectores e os contribuintes solicitarem, para a execução do regulamento; verificar se os serviços do imposto, a cargo das collectorias, estão organizados e funcionam regularmente;

e) encaminhar, por intermedio da collectoria, ao chefe da Secção a que estiverem subordinados, os processos de lançamento *ex-officio* e os que dependerem de decisão do referido chefe;

f) apresentar ou remetter á autoridade competente relatorio circunstanciado dos trabalhos realizados e do estado em que se encontram os serviços das collectorias, que houverem inspecionado.

## TITULO IV

### Do pessoal

#### CAPITULO I

##### DOS DIREITOS E DEVERES DOS FUNCIONARIOS

Art. 39. A todos os funcionarios do Imposto de Renda incumbe, sem excepção:

a) cumprir, fielmente, as ordens e instrucções de seus chefes ou superiores;

b) comparecer á Repartição com pontualidade e desempenhar com zelo e dedicação o serviço que lhes fôr distribuído;

c) tratar com urbanidade as partes e, quando tiverem de attendel-as ou lhes aviar os negocios, em razão do officio, fazel-o com presteza e imparcialidade;

d) guardar reserva sobre os assumptos ou serviços da repartição que, por sua natureza, o exigirem;

e) guardar tambem inviolavel sigillo sobre a situação de fortuna dos contribuintes, sob pena de serem submettidos a processo criminal, como violadores de segredo, nos termos do art. 161 do decreto 17.390, de 26 de julho de 1926, e da Consolidação das Leis Penaes.

Art. 40. A obrigação de guardar reserva sobre a situação de fortuna dos contribuintes se estende a todos os funcionarios do Ministerio da Fazenda que, por dever de officio, vierem a ter conhecimento dessa situação.

Art. 41. Aos funcionarios do imposto de renda são extensivas as disposições applicaveis aos funcionarios da Fazenda relativas a concurso, licenças, faltas, penas disciplinares, ajudas de custo, prohibições e incompatibilidades.

## CAPITULO II

### DAS PROMOÇÕES

Art. 42. As promoções do pessoal da Directoria e das Secções do Imposto de Renda nos Estados serão feitas na razão de 2/3 por merecimento e 1/3 por antiguidade.

## CAPITULO III

### DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 43. Nos impedimentos temporarios, não excedentes de 30 dias, o director será substituido pelo sub-director e este pelo chefe de Secção que o director designar.

Art. 44. Salvo deliberação especial do director do imposto de Renda, os chefes de Secções da directoria, os das Secções nos Estados e os das Sub-Secções em São Paulo serão substituidos, nos impedimentos que não excederem de 30 dias, pelo funcionario da respectiva secção ou sub-secção mais antigo e de categoria mais elevada, sendo que o chefe da secção em São Paulo o será pelo sub-chefe mais antigo e de maior categoria.

## CAPITULO IV

## DAS RESPONSABILIDADE E PROIBIÇÕES

Art. 45. Os funcionarios do Imposto de Renda são responsáveis:

a) pelo extravio ou desaparecimento de papeis, declarações de renda e processos que lhes forem entregues;

b) pelos erros de calculos que commetterem contra a Fazenda Nacional, por impericia, desattenção ou incuria.

Art. 46. Aos funcionarios do Imposto de Renda é vedado prestar serviços a firmas e sociedades commerciaes ou industriaes, como empregado, guarda-livros ou contador.

## TITULO VI

## Disposições geraes

Art. 47. As disposições das alineas *a* a *h* do art. 9º — não excluem a competencia do director para desempenhar os actos ali previstos.

Art. 48. A' Recebedoria do Districto Federal caberá a arrecadação em dinheiro do imposto de renda no mesmo districto.

Paragrapho primeiro — Para os fins previstos neste artigo, o director da Recebedoria designará funcionarios dessa repartição que procedam, no proprio edificio da directoria, em local para isso especialmente reservado, ao recebimento da importancia do tributo e das multas decorrentes da infracção do regulamento do imposto.

Paragrapho segundo — Os funcionarios a que se refere o paragrapho anterior deverão entender-se com o director do imposto de Renda, no tocante ás duvidas ou difficuldades que encontrarem no desempenho de suas funcções na directoria, e ficarão sujeitos ás instrucções e regras que ali vigorarem, quanto ás horas de expediente e disciplina da repartição.

Art. 49. O director do Imposto de Renda poderá transferir qualquer serviço de uma para outra secção da directoria, bem como autorizar o chefe de Secção em S. Paulo, a fazel-o, quanto aos serviços das Sub-Secções.

Art. 50. Os funcionarios que servem nos Estados não poderão ser distrahidos para serviços extranhos ao imposto de renda, sem prévia autorização do respectivo director.

Art. 51. Dos despachos favoraveis á reclamação contra exigencia de imposto não haverá recurso *ex-officio*, quando a exigencia tiver resultado de engano no controle da declaração de rendimentos, equivoco da fonte informante ou simples erro de facto.

*A. de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 700 — DE 18 DE MARÇO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de*  
1.000:000\$000

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, na conformidade do disposto na ultima parte do § 1º do art. 186 da Constituição, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do regulamento aprovado pelo decreto n. 15.786, de 6 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Marinha, o credito extraordinario de 1.000:000\$000 (mil contos de réis), para attender ao pagamento de despesas decorrentes da repressão do movimento de caracter extremista recém verificado no paiz.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique A. Guilhem.*

## DECRETO N. 701 — DE 20 DE MARÇO DE 1936

*Approva o regulamento para a 5ª Exposição Nacional de*  
*Animaes e Productos Derivados*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições, que lhe confere o art. 56, n. 1º, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o regulamento para a 5ª Exposição Nacional de Animaes e Productos Derivados, que com este baixa, assignado pelo ministro de Estado dos Negocios da Agricultura.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*



## **Regulamento da 5ª Exposição de Animaes e Productos Derivados**

### **CAPITULO I**

#### **A EXPOSIÇÃO E SEUS FINS**

**Art. 1.º** A 5ª Exposição Nacional de Animaes e Productos Derivados tem por fim reunir os indices de desenvolvimento da Industria Animal das differentes regiões do paiz, afim de que se possa aquilatar do seu progresso e estabelecer melhor contacto entre os productores e criadores dessas regiões, como elemento de ensino e divulgação.

**Art. 2.º** A Exposição se realizará de 20 a 27 de junho de 1936.

**Art. 3.º** Sua inauguração será realizada com a presença de altas autoridades e convidados no dia 20 de junho de 1936.

**Art. 4.º** A 5ª Exposição Nacional de Animaes e Productos Derivados será organizada e dirigida por uma Comissão Executiva Central, designada pelo Ministerio da Agricultura.

Paragrapho unico. Essa Comissão será auxiliada por Comissões Executivas Regionaes com actuação nos Estados.

### **CAPITULO III**

#### **DIVISÃO**

**Art. 5.º** A 5ª Exposição Nacional de Animaes e Productos Derivados comprehenderá as seguintes secções:

- a) bovinos;
- b) equinos, asininos e muares;
- c) ovinos e caprinos;
- d) suinos;
- e) avicultura;
- f) apicultura;
- g) cunicultura;
- h) piscicultura;
- i) sericicultura;
- j) productos de origem animal manufacturados ou não.

**Art. 6.º** A secção de avicultura comprehenderá os gallinaeos, palmipedes, colombinos, passaros e aves ornamentaes.

**Art. 7.º** Na secção de apicultura figurarão as abelhas domesticas criadas no paiz.

**Art. 8.º** Na secção de cunicultura serão exhibidos coelhos nacionaes e estrangeiros criados no paiz.

**Art. 9.º** A secção de piscicultura comprehenderá peixes ornamentaes e de valor industrial, quer de criação de amadores quer de profissionaes.

**Art. 10.** A secção de sericicultura consistirá na apresentação do bomhix-mori nas differentes phases de sua criação.

**Art. 11.** A secção de productos de origem animal comprehenderá artigos alimentares, industriaes e de utilidade fabricados com materia prima nacional.

**Art. 12.** As secções se dividirão em classes e categorias, conforme a ordem seguinte:

*Secção A) — Bovinos*

**Classe I — Raça hollandeza, preta e branca:**

**Puros de pedigree:**

- 1ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 2ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 3ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 4ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 5ª categoria — Femeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 6ª categoria — Femeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 7ª categoria — Femeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 8ª categoria — Femeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

**Classe II — Raça holandeza, preto e branco:**

**Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima):**

- 9ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 10ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 11ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 12ª categoria — Femeas até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 13ª categoria — Femeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 14ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

**Classe III — Raça hollandeza, vermelha e branca:**

**Puros de pedigree:**

- 15ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 16ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 17ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 18ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 19ª categoria — Fêmeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 20ª categoria — Fêmeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 21ª categoria — Fêmeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 22ª categoria — Fêmeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe IV — Raça hollandeza, vermelha e branca:

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima):

- 23ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 24ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 25ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 26ª categoria — Fêmeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 27ª categoria — Fêmeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 28ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe V — Raça guernesey:

Puros de pedigree:

- 29ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 30ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 31ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 32ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 33ª categoria — Fêmeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 34ª categoria — Fêmeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 35ª categoria — Fêmeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 36ª categoria — Fêmeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe VI — Raça guernesey:

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima):

- 37ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 38ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 49ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 40ª categoria — Fêmeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
41ª categoria — Fêmeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
42ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe VII — Raça Jersey:

Puros de pedigree:

- 43ª categoria — Machos de 19 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
44ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
45ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
46ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
47ª categoria — Fêmeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
48ª categoria — Fêmeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
49ª categoria — Fêmeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
50ª categoria — Fêmeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe VIII — Raça Jersey:

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima):

- 51ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
52ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
53ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
54ª categoria — Fêmeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
55ª categoria — Fêmeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
56ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe IX — Raça Schwytz:

Puros de pedigree:

- 57ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 58ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 59ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 60ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 61ª categoria — Femeas de 10 a 18 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 62ª categoria — Femeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 63ª categoria — Femeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 64ª categoria — Femeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe X — Raça Schwytz:

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima):

- 65ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 66ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 67ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 68ª categoria — Femeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 69ª categoria — Femeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 70ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XI — Raça Simmenthal:

Puros de pedigree:

- 71ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 72ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 73ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 74ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 75ª categoria — Femeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 76ª categoria — Femeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 77ª categoria — Femeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 78ª categoria — Femeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XII — Raça Simmenthal:

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima):

- 79ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 80ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 81ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 82ª categoria — Fêmeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 83ª categoria — Fêmeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 84ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XIII — Raça Flamenga:

Puros de pedigree:

- 85ª categoria — Machos de 10 a 8 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 86ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 87ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 88ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 89ª categoria — Fêmeas de 10 a 8 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 90ª categoria — Fêmeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 91ª categoria — Fêmeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 92ª categoria — Fêmeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XIV — Raça Flamenga:

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima):

- 93ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 94ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 95ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 96ª categoria — Fêmeas de 2 dentes.

- Premios: 1º, 2º e 3º  
 97ª categoria — Fêmeas de 4 dentes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 98ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XV — Raça Normanda:

Puros de pedigree:

- 99ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 100ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 101ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 102ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 103ª categoria — Fêmeas de 10 a 18 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 104ª categoria — Fêmeas de 18 a 30 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 105ª categoria — Fêmeas de 30 a 48 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 106ª categoria — Fêmeas de 4 a 7 annos.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XVI — Raça Normanda:

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima):

- 107ª categoria — Machos até 2 dentes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 108ª categoria — Machos de 4 dentes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 109ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 110ª categoria — Fêmeas de 2 dentes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 111ª categoria — Fêmeas de 4 dentes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 112ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XVII — Raça Red Polled:

Puros de pedigree:

- 113ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.

- 114ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 115ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 116ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 117ª categoria — Femeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 118ª categoria — Femeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 119ª categoria — Femeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 120ª categoria — Femeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XVIII — Raça Red Polled:

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima):

- 121ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 122ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 123ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 124ª categoria — Femeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 125ª categoria — Femeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 126ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XIX — Raça South Devon:

Puros de pedigree:

- 127ª categoria — Machos de 10 a 18 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 128ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 129ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 130ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 131ª categoria — Femeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 132ª categoria — Femeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 133ª categoria — Femeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 134ª categoria — Femeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.



## Classe XX — Raça South Devon:

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima):

- 135ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 136ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 137ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 138ª categoria — Femeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 139ª categoria — Femeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 140ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXI — Raça North Devon

Puros de pedigree

- 141ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 142ª categoria — Machos de 18 a 20 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 143ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 144ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 145ª categoria — Femeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 146ª categoria — Femeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 147ª categoria — Femeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 148ª categoria — Femeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXII — Raça North Devon

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de  $\frac{7}{8}$  para cima)

- 149ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 150ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 151ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 152ª categoria — Femeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 153ª categoria — Femeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 154ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXIII — Raça hereford

## Puros de pedigree

- 155ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 156ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 157ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 158ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 159ª categoria — Femeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 160ª categoria — Femeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 161ª categoria — Femeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 162ª categoria — Femeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXIV — Raça hereford

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de  $\frac{3}{8}$  para cima)

- 163ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 164ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 165ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 166ª categoria — Femeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 167ª categoria — Femeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 168ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXV — Raça polled angus

## Puros de pedigree

- 169ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 170ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 171ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 172ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 173ª categoria — Femeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 174ª categoria — Femeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 175ª categoria — Femeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 176ª categoria — Femeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXVI — Raça polled angus

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de  $\frac{7}{8}$  para cima)

- 177ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 178ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 179ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 180ª categoria — Femeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 181ª categoria — Femeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 182ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXVII — Raça shorthorn

Puros de pedigree

- 183ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 184ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 185ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 186ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 187ª categoria — Femeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 188ª categoria — Femeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 189ª categoria — Femeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 190ª categoria — Femeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXVIII — Raça shorthorn

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de  $\frac{7}{8}$  para cima)

- 191ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 192ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 193ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 194ª categoria — Femeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 195ª categoria — Femeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 196ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXIX — Raça charolleza

## Puros de pedigree

- 197ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 198ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 199ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 200ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 101ª categoria — Fêmeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 202ª categoria — Fêmeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 203ª categoria — Fêmeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 204ª categoria — Fêmeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXX — Raça charolleza

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de  $\frac{7}{8}$  para cima)

- 205ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 206ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 207ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 208ª categoria — Fêmeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 209ª categoria — Fêmeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 210ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXXI — Raça caracú

## Puros de pedigree

- 211ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 212ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 213ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 214ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 215ª categoria — Fêmeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 216ª categoria — Fêmeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 217ª categoria — Fêmeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 218ª categoria — Fêmeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXXII — Gado mocho nacional

## Puros de pedigree

- 219ª categoria — Machos de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 220ª categoria — Machos de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 221ª categoria — Machos de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 222ª categoria — Machos de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 223ª categoria — Fêmeas de 10 a 18 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 224ª categoria — Fêmeas de 18 a 30 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 225ª categoria — Fêmeas de 30 a 48 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 226ª categoria — Fêmeas de 4 a 7 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXXIII — Raça Gyr:

- 227ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 228ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 229ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 230ª categoria — Fêmeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 231ª categoria — Fêmeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 232ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXXIV — Raça Nellore:

- 233ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 234ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 235ª categoria — Machos de mais de 4 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 236ª categoria — Fêmeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 237ª categoria — Fêmeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 238ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXXV — Raça Guzzerat:

- 239ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 240ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 241ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 242ª categoria — Fêmeas de 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 243ª categoria — Fêmeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 244ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XXXVI — Raça Indobrasil:

- 245ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 246ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 247ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 248ª categoria — Fêmeas até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 249ª categoria — Fêmeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 250ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XXXVII — Outras raças:

- 251ª categoria — Machos até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 252ª categoria — Machos de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 253ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 254ª categoria — Fêmeas até 2 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 255ª categoria — Fêmeas de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 256ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

*Secção B) — Equinos, asininos e muares*

Classe XXXVIII — Equinos de raça Árabe:

Puros de pedigree.

- 257ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 258ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 259ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 260ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 261ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 262ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XXXIX — Equinos de raça Árabe:

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima).

- 263ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 264ª categoria — Machos de 2 a 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 265ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 266ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 267ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 268ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XL — Equinos de raça Ingleza de Corrida:

Puros de pedigree.

- 269ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 270ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 271ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 272ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 273ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 274ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XLI — Equinos de raça Anglo-Árabe:

Puros de pedigree.

- 275ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 276ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 277ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 278ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 279ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 280ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XLII — Equinos de raça Anglo-Árabe:

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima).

- 281ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 282ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 283ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 284ª categoria — Femeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 285ª categoria — Femeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 286ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XLIII — Equinos de raça Polo-Poney:

Puros de pedigree.

- 287ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 288ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 289ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 290ª categoria — Femeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 291ª categoria — Femeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 292ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XLIV — Equinos de raça Polo-Poney:

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima).

- 293ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 294ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 295ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 296ª categoria — Femeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 297ª categoria — Femeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 298ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XLV — Equinos de raça Oldemburgueza:

Puros de pedigree.

- 299ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 300ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.



- 301ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 302ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 303ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 304ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XLVI — Equinos da raça Oldemburgueza:

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima).

- 305ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 306ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 307ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 308ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 309ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 310ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XLVII — Equinos de raça Anglo-Normanda:

Puros de pedigree.

- 311ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 312ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 313ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 314ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 315ª categoria — Fêmeas de 2 a 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 316ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XLVIII — Equinos de raça Anglo-Normanda.

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima).

- 317ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 318ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 319ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 320ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 321ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 322ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XLIX— Equinos da raça Ardeneza.

Puros de Pedigree:

- 323ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 324ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 325ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 326ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 327ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 328ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe L — Equinos da raça Ardeneza.

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima).

- 329ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 330ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 331ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 332ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 333ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 334ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LI — Equinos da raça Percheron.

Puros de Pedigree:

- 335ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 336ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 337ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 338ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 339ª categoria — Femeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 340ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LII — Equinos da raça Percheron.

Sem pedigree (puros de origem e productos de cruzamento de 7/8 para cima).

- 341ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 342ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 343ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 344ª categoria — Femeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 345ª categoria — Femeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 346ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LIII — Equinos da raça Mangalarga.

Puros de Pedigree:

- 347ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 348ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 349ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 350ª categoria — Femeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 351ª categoria — Femeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 352ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LIV — Equinos de raça Mangalarga.

Sem Pedigree:

- 353ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 354ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 355ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 356ª categoria — Femeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 357ª categoria — Femeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 358ª categoria — Femeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

**Classe LV — Equinos da raça Crioula do Rio Grande do Sul.****Puros de Pedigree:**

- 359ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 360ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 361ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 362ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 363ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 364ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

**Classe LVI — Equinos da raça Campolina.**

- 365ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 366ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 367ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 368ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 369ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 370ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

**Classe LVII — Outras raças de equinos.**

- 371ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 372ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 373ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 374ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 375ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 376ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

**Classe LVIII — Asininos da raça Catalã.**

- 377ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 378ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 379ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 380ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
381ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
382ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LIX — Asininos da raça Italiana.

- 383ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
384ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
385ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
386ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
387ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
388ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LX — Asininos de raça Poitou.

- 389ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
390ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
391ª classe — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
392ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
393ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
394ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXI — Asininos de raça Pêga.

- 395ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
396ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
397ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
398ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
399ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
400ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXII — Asininos da raça Paulista:

- 401ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 402ª categoria — Machos de 2 a 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 403ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 404ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 405ª categoria — Fêmeas de 2 a 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 406ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXIII — Muares:

- 407ª categoria — Machos de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 408ª categoria — Fêmeas de mais de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

*Secção C) — Ovinos e caprinos*

Classe LXIV — Ovinos da raça Merino:

Puros de Pedigree:

- 409ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 410ª categoria — Machos de 2 a 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 411ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXV — Ovinos da raça Merino:

Sem Pedigree (puros de origem e productos de alto cruzamento):

- 412ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 413ª categoria — Machos de 2 a 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 414ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 415ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 416ª categoria — Fêmeas de 2 a 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 417ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXVI — Ovinos da raça Romney Marsh:

Puros de Pedigree:

- 418ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 419ª categoria — Machos de 2 a 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 420ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 421ª categoria — Femeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 422ª categoria — Femeas de 2 a 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 423ª categoria — Femeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXVII — Ovinos da raça Romney Marsh:

Sem pedigree (puros de origem e productos de alto cruzamento)

- 424ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 425ª categoria — Machos de 2 a 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 426ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 427ª categoria — Femeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 428ª categoria — Femeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 429ª categoria — Femeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXVIII — Ovinos da raça Schropshire:

Puros de Pedigree:

- 430ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 431ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 432ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 433ª categoria — Femeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 434ª categoria — Femeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 435ª categoria — Femeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXIX — Ovinos da raça Schropshire:

Sem Pedigree (puros de origem e productos de alto cruzamento)

- 436ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 437ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 438ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 439ª categoria — Femeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 440ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 441ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXX — Ovinos de raça Karakul:

Puros de Pedigree:

- 442ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 443ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 444ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 445ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 446ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 447ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXXI — Ovinos de raça Karakul:

Sem Pedigree (puros de origem e productos de alto cruzamento)

- 448ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 449ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 450ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 451ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 452ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 453ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXXII — Caprinos de raça Angorá:

Puros de Pedigree:

- 454ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 455ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 456ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 457ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 458ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 459ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.



## Classe LXXIII — Caprinos de raça Angorá:

Sem Pedigree (puros de origem e productos de alto cruzamento)

- 460ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 461ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 462ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 463ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 464ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 465ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe LXXIV — Caprinos de raça Nubiana:

Puros de Pedigree:

- 466ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 467ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 468ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 469ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 470ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 471ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe LXXV — Caprinos de raça Nubiana:

Sem Pedigree (puros de origem e productos de alto cruzamento)

- 482ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 473ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 474ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 475ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 476ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 477ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe LXXVI — Caprinos de raça Tegenburgo:

Puros de Pedigree:

- 478ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 479ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 480ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 481ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 482ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 483ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXXVII — Caprinos de raça Toggemburgo:

Sem *pedigree* (puros de origem e productos de alto cruzamento):

- 484ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 485ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 486ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 487ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 488ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 489ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXXVIII — Caprinos de raça Murcia:

Puros de *pedigree*:

- 490ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 491ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 492ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 493ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 494ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 495ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXXIX — Caprinos de raça Murcia:

Sem *pedigree* (puros de origem e productos de alto cruzamento):

- 496ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 497ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 498ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 499ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
500ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
501ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXXX — Caprinos de raça Saanen:

Puros de *pedigree*:

- 502ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
503ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
504ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
505ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
506ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
507ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXXXI — Caprinos de raça Saanen:

Sem *pedigree* (puros de origem e productos de alto cruzamento):

- 508ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
509ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
510ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
511ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
512ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
513ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXXXII — Caprinos de raça Mambrina:

Puros de *pedigree*:

- 514ª categoria — Machos sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
516ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
516ª categoria — Machos acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
517ª categoria — Fêmeas sem muda.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
518ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
519ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe LXXXIII — Caprinos de raça Mambrina:

Sem *pedigree* (puros de origem e productos de alto cruzamento):

520ª categoria — Machos sem muda.

Premios: 1º, 2º e 3º.

521ª categoria — Machos de 2 e 4 dentes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

522ª categoria — Machos acima de 4 dentes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

523ª categoria — Fêmeas sem muda.

Premios: 1º, 2º e 3º.

524ª categoria — Fêmeas de 2 e 4 dentes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

525ª categoria — Fêmeas acima de 4 dentes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

## Secção D) — Suínos

## Classe LXXXIV — Raça Polland China:

Puros de *pedigree*:

526ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

527ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

528ª categoria — Machos acima de 15 mezes, até 3 annos.

Premios: 1º, 2º e 3º.

529ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

530ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

531ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe LXXXV — Raça Polland China:

Sem *pedigree* (puros de origem e productos de alto cruzamento):

532ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

533ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

534ª categoria — Machos acima de 15 mezes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

535ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

536ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

537ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe LXXXVI — Raça Duroc-Jersey:

Puros de *pedigree*:

538ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.

Premios: 1º, 2º e 3º.

- 539ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 540ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 541ª categoria — Femeas de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 542ª categoria — Femeas de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 543ª categoria — Femeas acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXXXVII — Raça Duroc-Jersey:

*Sem pedigree* (puros de origem e productos de alto cruzamento):

- 544ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 545ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 546ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 547ª categoria — Femeas de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 548ª categoria — Femeas de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 549ª categoria — Femeas acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXXXVIII — Raça Hampshire:

Puros de *pedigree*:

- 550ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 551ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 552ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 553ª categoria — Femeas de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 554ª categoria — Femeas de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 555ª categoria — Femeas acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe LXXXIX — Raça Hampshire:

*Sem pedigree* (puros de origem e productos de alto cruzamento):

- 556ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 557ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 558ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 559ª categoria — Femeas de 5 a 10 mezes.

- Premios: 1º, 2º e 3º.  
 560ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 561ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XC — Raça Large Black

Puros de pedigree.

- 562ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 563ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 564ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 565ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 566ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 567ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XCI — Raça Large Black.

Sem pedigree (puros de origem e productos de alto cruzamento).

- 568ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 569ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 570ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 571ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 572ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 573ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe XCII — Raça Berkshire.

Puros de pedigree.

- 574ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 575ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 576ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 577ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 578ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.  
 579ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.  
 Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XCIII — Raça Berkshire.

Sem pedigree (puros de origem e productos de alto cruzamento).

- 580ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 581ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 582ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 583ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 584ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 585ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XCIV — Raça Chester White.

Puros de *pedigree*.

- 586ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 587ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 588ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 589ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 590ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 591ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe XCIV — Raça Chester White.

## Classe XCV — Raça Chester White.

Sem *pedigree* (puros de origem e productos de alto cruzamento).

- 592ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 593ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 594ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 595ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 596ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 597ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
-

**Classe XCVI — Raça Yorkshire.****Purosde *pedigree*.**

- 598ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 599ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 600ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 601ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 602ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 603ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

**Classe XCVII — Raça Yorkshire.****Sem *pedigree* (puros de origem e productos de alto cruzamento).**

- 604ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 605ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 606ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 307ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 608ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 609ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

**Classe XCVIII — Raça Canastrão.**

- 610ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 611ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 612ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 613ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 614ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 615ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

**Classe XCIX — Raça Piáu.**

- 616ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 617ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.



- 618ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 619ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 620ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 621ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe C — Raça Pereira.

- 622ª categoria — Machos de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 623ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 624ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 625ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 626ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 627ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe CI — Outras raças.

- 628ª categoria — Machos de 5 a 10 annos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 629ª categoria — Machos de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 630ª categoria — Machos acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 631ª categoria — Fêmeas de 5 a 10 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 632ª categoria — Fêmeas de 11 a 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 633ª categoria — Fêmeas acima de 15 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe CII — Suínos typo frigorifico.

- 634ª categoria — Typo A.  
Lote de 3 a 6 capados, até 14 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- Typo B (presunto).  
Lote de 3 a 6 capados, até 9 mezes.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

SECÇÃO E) — AVICULTURA

Classe CIII — Gallinaeos.

- 635ª categoria — Raças brasileiras — aves isoladas até 1 anno.
- 636ª categoria — Raças brasileiras — aves isoladas acima de 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 637ª categoria — Raças brasileiras — ternos de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 638ª categoria — Raças brasileiras — quinas de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 639ª categoria — Raças americanas — aves isoladas até 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 640ª categoria — Raças americanas — aves isoladas acima de 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 641ª categoria — Raças americanas — ternos de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 642ª categoria — Raças americanas — quinas de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 643ª categoria — Raças asiaticas — aves isoladas até 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 644ª categoria — Raças asiaticas — aves isoladas acima de 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 645ª categoria — Raças asiaticas — ternos de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 646ª categoria — Raças asiaticas — quinas de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 647ª categoria — Raças mediterraneas — aves isoladas até 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 648ª categoria — Raças mediterraneas — aves isoladas acima de 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 649ª categoria — Raças mediterraneas — ternos de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 650ª categoria — Raças mediterraneas — quinas de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 651ª categoria — Raças inglezas — aves isoladas até 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 652ª categoria — Raças inglezas — aves isoladas acima de 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 653ª categoria — Raças inglezas — ternos de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 654ª categoria — Raças inglezas — quinas de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 655ª categoria — Raças topetudas — aves isoladas até 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 656ª categoria — Raças topetudas — aves isoladas  
acima de 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 657ª categoria — Raças topetudas — ternos de jo-  
vens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 658ª categoria — Raças topetudas — quinas de jo-  
vens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 659ª categoria — Raças hamburguezas — aves iso-  
ladas até 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 660ª categoria — Raças hamburguezas — aves iso-  
ladas acima de 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 661ª categoria — Raças hamburguezas — ternos de  
jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 662ª categoria — Raças hamburguezas — quinas de  
jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 663ª categoria — Raças francezas — aves isoladas  
até 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 664ª categoria — Raças francezas — aves isoladas  
acima de 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 665ª categoria — Raças francezas — ternos de jo-  
vens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 666ª categoria — Raças francezas — quinas de jo-  
vens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 667ª categoria — Raças continentaes — aves isoladas  
até 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 668ª categoria — Raças continentaes — aves isoladas  
acima de 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 669ª categoria — Raças continentaes — ternos de  
jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 670ª categoria — Raças continentaes — quinas de  
jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 671ª categoria — Raças combatentes — aves isoladas  
até 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 672ª categoria — Raças combatentes — aves isoladas  
acima de 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 673ª categoria — Raças combatentes — ternos de  
jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 674ª categoria — Raças combatentes — quinas de  
jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

- 675ª categoria — Raças orientaes — aves isoladas até 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 676ª categoria — Raças orientaes — aves isoladas acima de 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 677ª categoria — Raças orientaes — ternos de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 678ª categoria — Raças orientaes — quinas de joven ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 679ª categoria — Raças de aves de luxo — isoladas até 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 680 categoria — Raças de aves de luxo — isoladas acima de 1 anno.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 681ª categoria — Raças de aves de luxo — ternos de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 682ª categoria — Raças de aves de luxo — quinas de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 683ª categoria — Raças de perús industriaes — aves isoladas jovens.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 684ª categoria — Raças de perús industriaes — aves isoladas adultas.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe CIV — Palmipedes:

- 685ª categoria — Raças de patos e marrecos industriaes — aves isoladas jovens ou adultas.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 686ª categoria — Raças de patos e marrecos industriaes — ternos de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 687ª categoria — Raças de patos e marrecos industriaes — quinas de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 688ª categoria — Raças de marrecos de luxo — aves isoladas jovens e adultas.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 689ª categoria — Raças de marrecos de luxo — ternos de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 690ª categoria — Raças de marrecos de luxo — quinas de jovens ou adultos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 691ª categoria — Raças de gansos — aves isoladas jovens ou adultas.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

692ª categoria — Raças de gansos — ternos de jovens ou adultos.

Premios: 1º, 2º e 3º.

693ª categoria — Raças de gansos — quinas de jovens ou adultos.

Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe CV — Colombinos:

694ª categoria — Raças de pombos industriaes — casaes jovens ou adultos.

Premios: 1º, 2º e 3º.

695ª categoria — Raças de pombos correios — casaes jovens ou adultos.

Premios: 1º, 2º e 3º.

696ª categoria — Raças de pombos de luxo — casaes jovens ou adultos.

Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe CVI — Passaros:

697ª categoria — Raças de canarios — aves isoladas jovens ou adultos.

Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe CVII — Concurso de peso (gallinaceos com excepção de perús):

698ª categoria — Lote de 10 aves da mesma raça — machos e femeas.

Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe CVIII — Concurso de uniformidade (gallinaceos com excepção de perús):

699ª categoria — Lote de 10 aves da mesma raça — femeas.

Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe CIX — Concurso de ovos:

700ª categoria — Ovos de frangas — 24 ovos entre 550 grs. e 660 grs. por duzia. Brancos e pardos.

Premios: 1º, 2º e 3º.

701ª categoria — Ovos de gallinhas — 24 ovos de mais de 660 grs. por duzia. Brancos e pardos.

Premios: 1º, 2º e 3º.

702ª categoria — Ovos de marrecos — 24 ovos de mais de 680 grs. por duzia. Brancos.

Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe CX — Material avicola:

703ª categoria — Demonstração com material avicola.

Premios: 1º, 2º e 3º.

*Secção F — Apicultura*

## Classe CXI — Abelhas:

704ª categoria — Enxames;  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe CXII — Mel:

705ª categoria — Mel em favos e secções; mel aquecido; mel granulado, etc.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe CXIII — Cêra:

706ª categoria — Cera fundida pelo calor solar ou pelo calor artificial; cera alvejada.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe CXIV — Sub-productos do mel:

707ª categoria — Xaropes, vinagres, licores, etc.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

*Secção G) — Cunicultura*

## Classe CXV — Raças de pello comprido:

708ª categoria — Gigante de Flandres.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
709ª categoria — Gigante da Normandia.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
710ª categoria — Branco de Bouscat.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
711ª categoria — Branco de Vienna.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
712ª categoria — Azul de Vienna.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
713ª categoria — Angorá.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
714ª categoria — Chinchilla.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
715ª categoria — Outras raças.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe CXVI — Raças de pello curto — Rex:

716ª categoria — Chinchilla.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
717ª categoria — Castor.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
718ª categoria — Havana.  
Premios: 1º, 2º e 3º.  
719ª categoria — Branco.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

720ª categoria — Alaska.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

721ª categoria — Outras raças.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe CXVII — Pelles de coelho:

722ª categoria — Pelles preparadas.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

### *Secção H) — Piscicultura*

Classe CXVIII — Peixes ornamentaes:

723ª categoria — Peixes ornamentaes, brasileiros,  
de profissionais.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

724ª categoria — Peixes ornamentaes, brasileiros,  
de amadores.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

725ª categoria — Peixes ornamentaes, estrangeiros,  
de profissionais.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

726ª categoria — Peixes ornamentaes, estrangeiros,  
de amadores.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe CXIX — Peixes para industria:

727ª categoria — Peixes de valor industrial de pro-  
fissionais.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

728ª categoria — Peixes de valor industrial de  
amadores.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

Classe CXX — Concurso dos aquarios:

729ª categoria — Conjunto de aquarios de pro-  
fissionais.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

730ª categoria — Conjunto de aquarios de amado-  
res.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

731ª categoria — Aquário mais perfeito em con-  
junto, de profissionais.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

732ª categoria — Aquário mais perfeito em con-  
junto, de amadores.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

### *Secção I) — Sericicultura*

Classe CXXI — Casulos de bicho da seda:

733ª categoria — Casulos suffocados de quaesquer  
raças, colloração e forma,  
com prova de uniformidade,  
rendimento e fição. Amos-  
tras de 1 kilo, no minimo.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe CXXII — Fios:

734ª categoria — Meadas de fio crú, alvejado e tinto.

Premios: 1º, 2º e 3º.

735ª categoria — Carreteis com fio crú, alvejado e tinto.

Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe CXXIII — Concurso de mostruários:

736ª categoria — “Stand” melhor apresentado.

Premios: 1º, 2º e 3º.

*Secção J) — Productos de origem animal*

## Classe CXXIV — Leite e derivados:

737ª categoria — Leites conservados.

Premios: 1º, 2º e 3º.

738ª categoria — Leites fermentados.

Premios: 1º, 2º e 3º.

739ª categoria — Manteigas e creme.

Premios: 1º, 2º e 3º.

740ª categoria — Queijos e requeijões.

Premios: 1º, 2º e 3º.

741ª categoria — Caseína alimentar ou industrial e seus derivados.

Premios: 1º, 2º e 3º.

742ª categoria — Outros productos do leite.

Premios: 1º, 2º e 3º.

## Classe CXXV — Carne e derivados:

743ª categoria — Carnes enlatadas, salgadas, defumadas, etc.

Premios: 1º, 2º e 3º.

744ª categoria — Productos de salchicharias e embutidos.

Premios: 1º, 2º e 3º.

745ª categoria — Gorduras em geral: toucinho, banha, sebos, oleos, margarina, etc.

Premios: 1º, 2º e 3º.

746ª categoria — Extractos e farinhas de carne.

Premios: 1º, 2º e 3º.

747ª categoria — Phaneros: Lãs, pellos, cerdas, unhas, chifres, etc.

Premios: 1º, 2º e 3º.

748ª categoria — Couros, pelles e artefactos.

Premios: 1º, 2º e 3º.

749ª categoria — Alimentos para animais e adubos.

Premios: 1º, 2º e 3º.

750ª categoria — Productos diversos.

Premios: 1º, 2º e 3º.



## Classe CXXVI — Caça e pesca:

- 751ª categoria — Conservas finas em azeite, tomate e outros condimentos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 752ª categoria — Conservas em sal (enlatadas).  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 753ª categoria — Peixes conservados seccos, salgados ou defumados.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 754ª categoria — Couros, pelles e artefactos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 755ª categoria — Pennas e artefactos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 756ª categoria — Chifres e artefactos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 757ª categoria — Esponjas e artefactos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 758ª categoria — Coraes e artefactos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 759ª categoria — Madreperolas, perolas e artefactos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 760ª categoria — Adubos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 761ª categoria — Oleos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 762ª categoria — Productos chimicos.  
Premios: 1º, 2º e 3º.
- 763ª categoria — Artes applicadas.  
Premios: 1º, 2º e 3º.

## CAPITULO III

## FUNCIONAMENTO

Art. 13. A visitação publica á Exposição só será permittida após o acto inaugural.

Art. 14. O ingresso do publico será feito mediante o pagamento de 1\$000 por pessoa.

§ 1.º Estão isentos deste pagamento os funcçionarios do Ministerio da Agricultura, os expositores e seus empregados, as instituições de ensino, senhoras e as crianças menores de 12 annos, quando acompanhadas.

§ 2.º Os concessionarios de bars, restaurantes, etc., pagarão para si e seus empregados um ingresso permanente de 5\$000, que será individual e fornecido pela Commissão Central.

Art. 15. A Exposição estará franqueada ao publico das 10 ás 22 horas.

Paragrapho unico. Fóra deste horario, só terão entrada os expositores, seus prepostos e empregados.

Art. 16. Podem concorrer á Exposição criadores, industriaes e commerciantes das classes que constituem as diviões contidas no capitulo II.

§ 1.º Será facultado aos industriaes e commerciantes de artigos que se relacionem com a pecuaria a montagem de "stands" para exhibição de seus artigos ou productos.

§ 2.º Estes expositores custearão todas as despesas de installação para seus mostruarios.

§ 3.º Nenhum "stand" será construido sem que os respectivos "croquis" sejam previamente approvados pela Commissão Executiva Central.

## CAPITULO IV

### INSCRIPÇÃO

Art. 17. Nenhum animal ou producto será admittido á Exposição, sem que esteja previamente inscripto na Commissão Executiva Central.

Paragrapho unico. Para effeito de inscripção, os interessados deverão procurar os formularios impressos, que serão encontrados na sede do Departamento Nacional da Produccão Animal, nas diversas repartições do mesmo departamento nos Estados, nas Secretarias e Directorias de Agricultura dos Estados e nas Comissões Executivas Regionaes.

Art. 18. Os pedidos de inscripção e de local serão recebidos na sede da Commissão Executiva Central, á rua Matta Machado sem numero, Rio de Janeiro, até o dia 3 de junho do corrente anno, ou nas sedes das entidades enumeradas no artigo anterior.

§ 1.º Os formularios deverão ser integralmente preenchidos com letra clara e legivel, sem o que não serão considerados.

§ 2.º Nestes formularios deverão os interessados declarar se o producto exposto destina-se ou não á venda.

Art. 19. A inscripção é inteiramente gratuita e assegura ao expositor o direito de vender os animaes expostos e faculta a distribuição de informações impressas ou dactylographadas referentes a esses animaes.

Art. 20. Igual direito assiste aos demais expositores que, entretanto, não poderão, em hypothese alguma, desfalcicar os mostruarios exhibidos.

Art. 21. A Commissão Executiva Central fará imprimir um catalogo geral da Exposição com todas as indicações referentes aos animaes.

Paragrapho unico. O mesmo catalogo conterá a relação de todos os expositores de productos.

## CAPITULO V

### TRANSPORTES

Art. 22. Todos os animaes e productos destinados á 5.ª Exposição Nacional de Animaes e Productos Derivados, terão transporte de ida e volta por conta do Ministerio de Agricultura.

**Art. 23.** A Comissão Executiva Central promoverá por todos os meios ao seu alcance, facilidades no transporte, de modo a que se faça com segurança e rapidez, procurando cercar os animais de todas as garantias.

**Art. 24.** Todos os animais ou productos que se destinarem á Exposição deverão ser consignados á Comissão Executiva Central.

**Parapho unico.** Para facilidade de serviço, deve a referida Comissão ser avisada telegraphicamente dos embarques effectuados.

**Art. 25.** Todo animal destinado á Exposição deverá ser acompanhado de tratador munido do indispensavel material de asseio.

## CAPITULO VI

### POLICIA SANITARIA E ASSISTENCIA VETERINARIA

**Art. 26.** Os animais destinados á Exposição devem ser examinados pela Comissão Regional e embarcados acompanhados de um certificado sanitario firmado pelo veterinario indicado por essa Comissão, em cujo certificado se declare ter o animal boa saude no dia do embarque, bem como a não existencia, no logar de procedencia, de doença contagiosa nos 30 dias anteriores ao embarque.

**Parapho unico.** Tratando-se de animais procedentes do estrangeiro ficam os mesmos sujeitos ás exigencias do Regulamento do Serviço de Defesa Sanitaria Animal.

**Art. 27.** Os animais serão examinados na occasião da chegada ao Rio de Janeiro por um veterinario da Comissão Auxiliar de Veterinaria, ou pelo que fôr por esta indicado, o qual visará o certificado a que se refere o artigo anterior.

**Art. 28.** Os animais atacados ou suspeitos de doenças infecto-contagiosas não serão admittidos no recinto da Exposição, providenciando a Comissão Executiva Central quanto ao seu destino conveniente.

**Art. 29.** Durante o periodo da Exposição os animais terão assistencia veterinaria, dirigida e exercida pela Comissão Auxiliar de Veterinaria que determinará as medidas julgadas necessarias.

§ 1.º Nenhum medicamento poderá ser administrado, a qualquer animal, sem o consentimento do profissional encarregado do serviço.

§ 2.º Não se tratando de doença infecto-contagiosa e com a prévia autorização da Comissão Auxiliar de Veterinaria, os animais poderão ser tratados por profissional de confiança do proprietario.

**Art. 30.** A Comissão Central não se responsabilizará pelos danos porventura soffridos pelos animais, seja em consequencia de accidentes, molestias ou outro qualquer que se verifiquem durante, antes ou depois do certamen.

Art. 31. Fica expressamente prohibido o ingresso no recinto de qualquer animal não inscripto na Exposição.

Art. 32. As Comissões Executivas Regionaes providenciarão para que seja feita a desinfecção de vagões, boxes, etc., que servirem para o transporte de animaes destinados á Exposição.

## CAPITULO VII

### MANUTENÇÃO E RECEBIMENTO DE ANIMAES E MOSTRUARIOS

Art. 33. Os animaes que se destinarem á Exposição serão recebidos desde oito até tres dias antes da data inaugural.

§ 1.º Os animaes que procederem de pontos distantes, poderão, a juizo da Comissão Executiva Central e com o prévio consentimento desta, ter esse prazo antecipado até 15 dias.

§ 2.º Os animaes que chegarem após a data inaugural serão recebidos, porém, não concorrerão a premios.

§ 3.º Os mostruarios serão recebidos e organizados desde 15 dias antes da inauguração do certamen.

Art. 34. Nenhum animal será admittido no recinto da Exposição sem que sejam satisfeitas as exigencias deste regulamento e sem que tenha um responsavel directo perante a Comissão Executiva Central.

Art. 35. Os animaes sem o conveniente preparo ou brávijs, serão recolhidos em local apropriado e o seu proprietario sciencificado no sentido de seu immediato retorno.

Art. 36. Só serão admittidos os animaes que se apresentarem mundos de cabresto, buçal ou elemento que assegure sua perfeita contenção.

Art. 37. Uma vez admittidos na Exposição, serão os animaes levados para o local que lhes tiver cabido na organização do certamen, de onde não poderão ser mudados.

Paragrapho unico. Do local que lhe competir o animal só poderá sahír para os desfiles, ou exercicios nas horas proprias que forem determinadas pela Comissão Executiva Central.

Art. 38. Desde o momento do recebimento, os namiaes ou productos expostos ficam sob a direcção da Comrmissão Executiva Central, não podendo os expositores retirar-os antes do encerramento do certamen.

Art. 39. Os tratadores e empregados dos expositores, bem como os empregados de bars, restaurantes, etc., ficam sob a direcção da Comissão Executiva Central, a cujos membros deverão todo o respeito e acatamento de ordens, relativas a serviços que lhes estiverem affectos.

Art. 40. Os tratadores obrigam-se a estar devidamente trajados nas horas de frequencia á Exposição.

Art. 41. A alimentação dos animaes correrá por conta da Comissão Executiva Central, durante o periodo da Exposição.

§ 1.º Em horas certas, determinadas pela Comissão Executiva Central, devem os tratadores se apresentar ao almoxarifado afim de receber a ração dos animaes sob sua responsabilidade.

§ 2.º Fóra das horas determinadas pela Comissão, não será feita entrega de forragens sob qualquer pretexto.

## CAPITULO VIII

### JULGAMENTO

Art. 42. Todos os animaes ou productos expostos dentro da classificação constante do Capitulo II, do presente regulamento, serão julgados por commissões previamente designadas pela Comissão Executiva Central.

Art. 43. Essas commissões serão compostas, no minimo, de tres membros.

Art. 44. O "veredictum" dos juizes é inapellavel.

Art. 45. Os julgamentos serão publicos, devendo os assistentes se manterem afastados do local em que se realizar, afim de não perturbar o trabalho dos juizes.

Art. 46. Os trabalhos de julgamento terão inicio tres afim de não perturbar os trabalhos dos juizes.

Paragrapho unico. Para isso os juizes designados pela Comissão Executiva Central deverão apresentar-se, á mesma, quatro dias antes da data inaugural do certamen.

Art. 47. O desacato a qualquer membro das commissões julgadoras por um dos expositores ou seus prepostos, implicará na retirada immediata de seus animaes e na prohibição de concorrer a qualquer Exposição Nacional de Animaes, pelo prazo de tres annos.

Art. 48. O resultado do julgamento será affixado junto ao animal ou producto premiado.

Art. 49. Sempre que um animal premiado fôr conduzido a desfile, deverá levar em local visivel o distinctivo do premio que lhe foi conferido.

Art. 50. Os animaes procedentes do estrangeiro e os de propriedade dos Governos Federal, Estadual ou Municipal, não concorrem aos julgamentos.

Art. 51. O julgamento dos animaes será feito pelo processo comparativo.

Art. 52. As aves serão julgadas de accôrdô com o "Standard" Americano de Perfeição, excepto as brasileiras.

## CAPITULO IX

### PREMIOS

Art. 53. A Comissão Executiva Central conferirá os premios constantes deste regulamento, de accôrdô com a classificação das commissões de julgamento.

Art. 54. Os premios mencionados no Capitulo II deste regulamento consistirão em placas com inscripções de 1.º, 2.º ou 3.º premios.

Art. 55. Ao melhor reproductor de cada raça tirado dentre os que alcançaram 1º premio, na respectiva categoria, será conferido o titulo de "Campeão da Raça", o qual deverá ser puro de pedigree.

Art. 56. Será conferido o titulo de "Grande Campeão" ao melhor reproductor bovino, escolhido dentre os campeões das respectivas raças, e o de "Reservado-Campeão", ao classificado em 2º lugar nesse concurso.

Art. 57. A Comissão Julgadora poderá attribuir menções honrosas aos animaes ou productos das differentes categorias, cuja apresentação ou qualquer particularidade, os destaque dentre outros de sua categoria, que não tenham sido premiados.

Art. 58. A qualquer premio instituido neste regulamento, corresponderá sempre um distinctivo e um diploma que serão conferidos pela Comissão Executiva Central, ao respectivo expositor.

Art. 59. A Comissão Executiva Central acceitará qualquer objecto artistico ou importancia em dinheiro, que os governos, sociedades, institutos ou particulares queiram conferir a uma determinada classe ou categoria da 5ª Exposição Nacional de Animaes e Productos Derivados.

Art. 60. As commissões de julgamento poderão deixar de adjudicar um ou mais premios em cada categoria, inclusive o de "Campeão da Raça", desde que não encontrem animaes ou productos dignos de merecel-os.

Art. 61. Como premio especial ao "Grande Campeão" haverá uma taça denominada "Ministerio da Agricultura".

§ 1.º Esta taça que será fornecida pelo Ministerio da Agricultura será disputada nas exposições nacionaes successivas.

§ 1.º Nella serão escriptos os nomes do proprietario e do animal premiado em cada anno, continuando sempre em poder do ministerio, até que um mesmo criador a obtenha durante tres exposições nacionaes successivas, com animaes de sua criação.

Art. 62. Além dos referidos nos artigos anteriores, a Comissão Executiva Central conferirá os seguintes premios:

Na secção "A" — Bovinas:

Ao "Grande Campeão" — 1 touro puro de pedigree e a importancia de 10:000\$000;

Ao "Reservado Campeão" a Exposição — 1 touro puro de pedigree e a importancia de 5:000\$000;

Aos "Campeões de Raça" — 2:000\$ a cada um;

A' melhor vacca de raça leiteira ou mixta — 1 touro puro de pedigree;

A' melhor vacca de raça de corte — 1 touro puro de pedigree;

Ao melhor conjuncto de animaes puros de pedigree — 1 touro puro sangue e a importancia de 1:000\$000;

Ao melhor conjuncto de animaes sem pedigree — 1 touro puro sangue.

Na secção "B" — Equinos, asininos e muares:

Ao melhor garanhão de cada raça, desde que tenha alcançado 1º premio na respectiva categoria — 1:000\$ a cada um;

A' melhor egua de cada raça, desde que tenha alcançado o 1º premio da respectiva categoria — 500\$ a cada uma;

Ao melhor jumento de raça nacional — 1:000\$000;

Ao melhor jumento de raça exótica — 1:000\$000;

A' melhor jumenta de raça nacional — 250\$000;

A' melhor jumenta de raça exótica — 250\$000;

Ao melhor muar — 200\$000;

Ao melhor conjunto de equinos — 500\$000;

Ao melhor conjunto de asininos — 500\$000.

Na secção "C" — Ovinos e caprinos:

Ao melhor carneiro de cada raça — 1 reproductor;

Ao melhor caprino de cada raça — 1 reproductor.

Na secção "D" — Suinos:

Ao melhor leitão ou varrão de cada raça, classificado com 1º premio na respectiva categoria — 200\$ a cada um;

A' melhor leitão ou porca de cada raça classificada com 1º premio na respectiva categoria — 150\$ a cada uma;

Ao melhor lote de suinos typo frigorifico (categoria 534, typo "A"), classificado com 1º premio — 800\$000;

Ao melhor lote de suinos typo frigorifico (categoria 534, typo B) classificado com 1º premio — 1:000\$000.

Na secção "E" — Avicultura:

Ao melhor producto macho da Exposição — 500\$000;

Ao melhor producto fema da Exposição — 400\$000;

A' melhor ave de finalidade industrial de cada classe — 200\$000;

A' melhor ave de cada um dos grupos de raças do capitulo II — Secção "E"), de finalidade industrial — 100\$000;

A cada um dos detentores do 1º premio das categorias 598 a 603 — 100\$000.

Na secção "F" — Apicultura:

Ao melhor *stand* apresentado — 300\$000.

Na secção "G" — Cunicultura:

Ao melhor animal das raças de pello comprido — 200\$000;

Ao melhor animal das raças de pello curto — 200\$000;

Ao melhor conjunto das raças de pello comprido — 150\$000;

Ao melhor conjunto das raças de pello curto — 150\$000.

Na secção "H" — Piscicultura:

A cada um dos detentores de primeiros ou segundos premios das categorias 622 a 631 — 200\$ e 100\$, respectivamente.

## Na secção "I" — Sericicultura:

Aos detentores dos 1º, 2º e 3º premios da 632ª categoria — 300\$, 200\$ e 100\$, respectivamente;

A cada um dos detentores de 1º premio das 633ª e 634ª categorias — 200\$000;

A cada um dos detentores dos 1º, 2º e 3º premios da 635ª categoria — 300\$, 200\$ e 100\$, respectivamente.

## CAPITULO X

## VENDAS

Art. 63. A Exposição Nacional de Animaes e Productos Derivados tem caracter de exposiçao-feira.

Art. 64. Durante o correr da Exposição será permittido aos expositores venderem particularmente seus animaes ou artigos ou submettel-os aos leilões que se realizarem em horas e dias previamente annunciados pela Commissão Executiva Central.

Paragrapho unico. Os leilões só terão inicio tres dias após a inauguração.

Art. 65. Sempre que um expositor effectuar qualquer venda directa, deverá communicar-a por escripto á Commissão Executiva Central, afim de que esta annote a transferencia.

Paragrapho unico. Para que esta venda se torne efectiva, deverá o termo de transferencia ser assignado pelo comprador e vendedor ou seus bastantes procuradores.

Art. 66. As vendas em leilão serão realizadas por um ou mais leiloeiros officiaes, escolhidos pela Commissão Executiva Central aos quaes caberá uma commissão de 5%.

§ 1.º Destes 5%, metade será paga pelo comprador e a outra metade pelo vendedor.

§ 2.º Quando se tratar de animal, pertencente ao Governo a commissão será apenas de 2,5% e correrá por conta exclusiva do comprador.

Art. 67. Será facultado aos expositores fixarem os preços minimos de seus animaes submettidos a leilão.

Art. 68. Os lances maximos dos leilões serão garantidos com pagamento immediato de um signal correspondente a 20% do valor da compra, que reverterão em beneficio do vendedor, descontada a quota do leiloeiro, caso o comprador não effectue o resto do pagamento ou desista da compra dentro de 48 horas.

## CAPITULO XI

## CONCURSO DE GADO GORDO

Art. 69. Os animaes inscriptos no concurso de gado gordo serão divididos em classes e categorias.

---



*Classe I*

Raças européas de corte ou mestiços dessas raças  
Categoria 1 — Vitellos de menos de 2 annos (baby-beef).  
Categoria 2 — Novilhos de 2 a 4 annos.

*Classe II*

Raças nacionaes ou mestiços dessas raças

Categoria 3 — Vitellos de menos de 2 annos.  
Categoria 4 — Novilhos de 2 a 4 annos.

*Classe III*

Raças indianas ou mestiços dessas raças

Categoria 5 — Vitellos de menos de 2 annos.  
Categoria 6 — Novilhos de 2 a 4 annos.

Art. 70. Em qualquer das classes só será permittida a inscripção de lotes de 4 a 6 animaes da mesma categoria.

Art. 71. O concurso visará especialmente o typo industrial frigorifico e o julgamento será feito em duas etapas:

- a) apreciação dos animaes em pé;
- b) controle da carne.

§ 1.º Na primeira phase de julgamento os lotes serão classificados em 1º, 2º e 3º logar. A Comissão Julgadora poderá ainda conferir o premio de "Mensão Honrosa", si julgar conveniente, e não adjudicar qualquer dos outros premios si os lotes expostos não o justificarem.

§ 2.º Só será feito o controle da carne entre os lotes que houverem obtido o primeiro premio, afim de ser determinado o lote *campeão de gado gordo* e o *vice-campeão*.

Art. 72. Os lotes premiados em 1º logar serão abatidos para o necessario controle da carne.

§ 1.º Os animaes abatidos de accordo com este artigo serão indemnizados pela Comissão Examinadora pelo preço commum do mercado de gado de corte.

§ 2.º A pedido do expositor, exclusivamente para sua orientação pessoal, sem qualquer effeito para julgamento e classificação e sem indemnização, a Comissão Julgadora poderá fazer o controle da carne de qualquer outro animal dos lotes não classificados em 1º logar.

Art. 73. Para o controle da carne a Comissão Julgadora verificará inicialmente a classificação das carcassas segundo os padrões de exportação internacional e

- a) a relação entre o peso vivo e o peso morto, ou seja o rendimento total da carne;
- b) relação entre os quartos posteriores e anteriores;
- c) apuração e classificação da carne em suas diversas categorias (1º, 2º e 3º);
- d) rendimento de cada uma dessas categorias e percentagens respectivas;

e) distribuição da gordura externa, interna e intersticial;

f) apreciação dos diversos pedaços de carne levando-se em consideração o peso, o aspecto, a textura e a degustação;

g) apreciação das massas musculares quanto á côr, consistencia, tamanho, forma, espessura e ao mesmo tempo a delicadeza do grão;

h) relação entre o esqueleto e o rendimento da carne;

i) peso das peças principaes dos sub-productos.

Art. 74. O abate dos animaes para o controle da carne será feito em local apropriado, com a assistencia das pessoas interessadas, que não poderão, entretanto, por qualquer forma, perturbar os trabalhos da Commissão Julgadora.

Art. 75. O corte da carcassa para a apuração das diferentes categorias de carne, será o commumente adoptado pelos matadouros frigorificos.

Art. 76. Aos lotes que obtiverem 1º, 2º e 3º logares, na apreciação dos animaes em pé, serão conferidas placas com inscrições referentes aos premios.

Parapho unico. Aos lotes classificados em primeiros logares, será conferido ainda o premio de 400\$ a cada um.

Art. 77. Ao lote campeão de gado gordo será conferido o premio de 1:000\$ e ao vice-campeão o premio de 500\$000.

## CAPITULO XII

### CONCURSO DE VACCAS LEITEIRAS

Art. 78. Poderão ser inscriptas, no concurso, vacas de qualquer raça leitera ou mixta ou mestiça dessas raças.

Art. 79. A raça ou o cruzamento da vacca concorrente constará do boletim de inscripção, como do relatorio da Commissão Julgadora.

Art. 80. As vacas concorrentes deverão apresentar aspecto clinico de boa saude.

Art. 81. As vacas inscriptas no concurso, deverão entrar no recinto da Exposição, tres dias antes da inauguração desta.

Art. 82. O concurso de vacas leiteiras será julgado por uma comissão designada pela Commissão Executiva Central.

Art. 83. Não poderão concorrer a premios as vacas importadas, bem com as de propriedade da União, dos Estados ou municipios.

Art. 84. A Commssão Julgadora não levará em consideração para effeito de classificação, os caracteres zootechnicos dos animaes.

Art. 85. As vacas serão submettidas a tres ordenhas completas por dia, em horas predeterminadas, durante tres dias, sendo o leite de cada ordem pesado e analysado para determinação da percentagem de gordura.

Art. 86. Os ordenhadores deverão usar vestes brancas e gorros da mesma côr.

Art. 87. Além da classificação para determinar a vencedora do concurso de leite, serão feitas mais as seguintes:

I — Quantidade de leite — Premios: 1º, 2º e 3º;

II — Quantidade global de gordura — Premios: 1º, 2º e 3º;

III — Percentagem de gordura — Premios: 1º, 2º e 3º.

Art. 88. Nenhuma vacca poderá ser premiada desde que a produção média diária, durante o concurso, seja inferior a 10 kilos.

Art. 89. A vacca vencedora do concurso de leite será conferido como premio um touro puro sangue.

Paragrapho unico. A's detentoras dos primeiros premios deste concurso, será conferida a importancia de 200\$ a cada uma.

### CAPITULO XIII

#### OUTROS CONCURSOS

Art. 90. Na Exposição poderão ser realizados outros concursos, a juizo da Comissão Executiva Central, que os fará annunciar com antecedencia, divulgando ao mesmo tempo as bases para sua realização.

Art. 91. Para cada concurso haverá uma comissão julgadora designada pela Comissão Central.

Art. 92. Para estes concursos também serão conferidos premios a criterio da Comissão Central.

Art. 93. Os julgamentos desses concursos também serão publicos e inappellaveis.

### CAPITULO XIV

#### RETIRADA DOS ANIMAES E PRODUCTOS

Art. 94. Terminada a Exposição, todos os animaes e productos expostos deverão ser retirados dentro do prazo maximo de cinco dias.

Paragrapho unico. Decorrido este prazo a Comissão Executiva Central não será responsavel pelo trato nem pelas despesas com os animaes ou productos que não tiverem sido retirados.

Art. 95. A retirada de animaes e productos do recinto do certamen, só será permittida com autorização escripta da Comissão Executiva Central.

Paragrapho unico. No acto do recebimento dessa autorização deverá o proprietario passar o competente recibo á referida comissão.

Art. 96. O Departamento Nacional da Produção Animal só acceitará, para as suas exposições permanentes, os mostruarios ou parte destes, desde que os expositores façam prévia declaração escripta e que os artigos desses mostruarios convenham a taes exposições.

## CAPITULO XV

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 97. A Commissão Executiva Central poderá permittir a installação de restaurantes, bars, cafés, diversões, etc., dentro do recinto do certamen.

Art. 98. As despeças das installações referidas no artigo anterior correrão por conta exclusiva dos concessionarios que se obrigam a acceitar o local que lhes fôr designado e a apresentar á approvação da Commissão Central os planos das referidas installações.

Art. 99. Os concessionarios das installações em apreço só poderão cobrar ao publico pelas mercadorias á venda, preços de uma tabella previamente approvada pela Commissão Executiva Central.

Paraphrapho unico. Os que infringirem a tabella approvada terão sua licença immediatamente cassada.

Art. 100. Os tratadores e empregados ficam prohibidos de fazer algazarra e ajuntamentos que prejudiquem a boa ordem da exposição.

Art. 101. Os empregados e tratadores estão na obrigação de zelar pela boa conservação das installações, animaes e productos expostos.

Art. 102. E' expressamente prohibida a manutenção de inflammaveis ou productos corrosivos dentro do recinto da exposição sem a devida licença da Commissão Executiva Central.

Art. 103. Todas as pessoas que estiverem dentro do recinto da Exposição ficam sujeitas ao presente regulamento, qualquer que seja a sua qualidade ou funcção.

Art. 104. Os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pela Commissão Executiva Central.

---

DECRETO N. 702 — DE 21 DE MARÇO DE 1936

*Declara, pelo prazo de noventa dias, equiparada ao estado de guerra, a commoção intestina grave, em todo o territorio nacional*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, autorizado pelo artigo segundo do decreto legislativo numero oito, de 21 de dezembro de 1935, e nos termos do artigo segundo do decreto n. 532, de 24 de dezembro do mesmo mez e anno:

Attendendo a que novas diligencias e investigações revelaram grave recrudescimento das actividades subversivas das instituições politicas e sociaes;

Atendendo a que se tornam indispensaveis as mais energicas medidas de prevenção e repressão;

Atendendo a que é dever fundamental do Estado defender, a par das instituições, os principios da autoridade e da ordem social:

Resolve:

Art. 1.º E' equiparada ao estado de guerra, pelo prazo de noventa dias e em todo o territorio nacional, a commoção intestina grave articulada em diversos pontos do paiz desde novembro de 1935, com a finalidade de subverter as instituições politicas e sociaes.

Art. 2.º Durante o periodo a que se refere o artigo anterior, ficarão mantidas, em toda sua plenitude, as garantias constantes dos numeros 1, 5, 6, 7, 10, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 28, 30, 32, 34, 35, 36 e 37, do art. 113 da Constituição da Republica, ficando suspensas, nos termos do art. 161, as demais garantias especificadas no citado art. 113 e bem assim as estabelecidas, explicita ou implicitamente, no art. 175 e em outros artigos da mesma Constituição.

Art. 3.º O ministro de Estado da Justiça e Negocios Inteiros superintenderá a execução das medidas decorrentes das disposições anteriores, expedindo, para esse fim, as instrucções que se tornarem necessarias.

Art. 4.º O presente decreto entrará em vigor immediatamente e seu texto será communicado por via telegraphica aos governadores dos Estados e interventor federal do Territorio do Acre.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de março de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

*A. de Sousa Costa.*

*Marques dos Reis.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*General João Gomes.*

*Henrique A. Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

## DECRETO N. 703 DE 24 DE MARÇO DE 1936

*Faz publica a adhesão, por parte da Zona de Tanger a dois actos internacionaes relativos á Propriedade Industrial, revistos na Haya, a 6 de novembro de 1925*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão, por parte da Zona de Tanger, aos seguintes actos internacionaes:

1, Convenção da União de Paris, de 20 de março de 1883, para protecção da propriedade industrial, revista, por ultimo, na Haya, a 6 de novembro de 1925;

2, Accordo de Madrid, de 14 de abril de 1891, relativo á repressão das falsas indicações de precedencia sobre as mercadorias, revisto na Haya, a 6 de novembro de 1925, devendo tal adhesão ter validade a partir de 6 de março de 1936 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores, pela Legação da Suissa nesta capital, por nota de 29 de fevereiro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 24 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*José Carlos de Macedo Soares*

## TRADUÇÃO OFFICIAL.

Senhor ministro de Estado.

De ordem do meu Governo, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, por nota de 1 de fevereiro de 1935, a Embaixada de França communicou ao Conselho Federal Suiso o seguinte:

“A pedido de M. Ponsol, residente geral da França em Marrocos, na sua qualidade de ministro dos Negocios Estrangeiros de sua majestade o sultão, a Embaixada de França foi encarregada de communicar ao governo federal que, nos termos de uma deliberação de 25 de outubro de 1934, promulgada a 22 de novembro seguinte, a Assembléa Legislativa da Zona de Tanger resolveu adherir:

1, á Convenção da União de Paris de 20 de março de 1883 para a protecção da propriedade industrial, revista, por ultimo, na Haya a 6 de novembro de 1925;

2, ao Accordo de Madrid de 14 de abril de 1891, revisto na Haya a 6 de novembro de 1925, relativo á repressão das falsas indicações de precedencia sobre as mercadorias,

3, ao Accordo de Madrid de 14 de abril de 1891, revisto na Haya a 6 de novembro de 1925, relativo ao registro internacional de marcas de fabrica ou de commercio e ao regulamento de execução;

4, ao Accordo de Haya de 6 de novembro de 1925 relativo ao deposito internacional dos desenhos ou modelos industriaes e ao accordo de execução.

A assembléa resolveu, ainda, nessa occasiço, que a Zona de Tanger prestasse a sua adhesão á Repartição Internacional de Berna para a Protecção Industrial.

De accordo com o artigo 16, paragrapho 2 da Convenção revista na Haya, a embaixada tem a honra de notificar ao Governo federal a adhesão, por parte da Zona de Tanger, ás Convenções e Accordos acima referidos.

Por nota de 17 de janeiro de 1936, a Embaixada de França precisou que a Zona de Tanger desejava ser incluída na 6ª das classes previstas pelo art. 13 da Convenção e relativo á repartição das despesas da Repartição da União.

Em cumprimento do art. 16 da Convenção da União e dos arts. 5, 11 e 22 dos referidos accordos, a adhesão em apreço produzirá effeito a partir de 6 de março de 1936.

Rogando a Vossa Excellencia queira tomar nota do que precede, aproveito esta occasião, senhor ministro de Estado, para lhe renovar os protestos da minha mais alta consideração. — (a) *Gerstch.*

---

DECRETO N. 704 — DE 24 DE MARÇO DE 1936

*Dá novo regulamento ao Entrepasto Federal de Pesca  
no Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56 n. 1, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica approvedo o Regulamento do Entrepasto Federal de Pesca do Districto Federal, que a este acompanha e vae assignado pelo ministro de Estado dos Negocios da Agricultura.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1936, 115º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

### **Regulamento do Entrepasto Federal de Pesca no Districto Federal**

Art. 1.º O Entrepasto Federal de Pesca tem por fim a concentração total do pescado a ser consumido no Districto Federal e exportado, sua inspecção sanitaria, classificação commercial, venda e conservação.

Art. 2.º Todo pescado recolhido ao entreposto será pesado, inspecionado e classificado commercialmente.

Paragrapho unico. A classificação será feita tomando-se por base o valor bromatologico do pescado para a alimentação humana.

Art. 3.º A inspecção sanitaria de todo o pescado será feita por medicos veterinarios do Departamento Nacional da Produccão Animal.

Art. 4.º Só poderão servir-se do entreposto pescadores devidamente legalizados ou empresas de pesca devidamente organizadas, em que só trabalhem pescadores matriculados.

Art. 5.º O Entrepasto Federal de Pesca, como dependencia que é da Directoria de Caça e Pesca, gozará de todas as prerogativas dos serviços publicos federaes e será administrado, em comissão, por um assistente do Departamento Nacional da Produccão Animal com a colaboração de uma Junta Auxiliar constituida por pescadores e armadores.

Art. 6.º O assistente encarregado da administração do entreposto será commissionado pelo director do Serviço de Caça e Pesca, com approvação do ministro da Agricultura.

Art. 7.º A Junta Auxiliar será composta de tres membros, eleitos dois pelos pescadores e um pelos armadores, annualmente, na tarde do primeiro domingo de janeiro, de accordo com as instrucções que para isso forem baixadas pelo ministro.

Paragrapho unico. A eleição da primeira Junta Auxiliar far-se-á na segunda quinzena, após a publicação deste, na tarde do primeiro domingo.

Art. 8.º Compete ao encarregado do entreposto:

a) fazer observar, no que estiver ao seu alcance, o Codigo de Caça e Pesca;

b) cumprir e fazer cumprir este regulamento e as instrucções e ordens emanadas do Serviço de Caça e Pesca;

c) manter a ordem, a disciplina e o asseio no recinto do entreposto e na doca annexa, fazendo retirar ou prender os desobedientes e os recalcitrantes;

d) resolver, ouvida a Junta Auxiliar, as questões levantadas sobre a applicação aos casos occorrentes dos dispositivos regulamentares e ordens de serviço.

Art. 9.º Compete á Junta Auxiliar:

a) cooperar com o encarregado do entreposto para que sejam cumpridas em boa harmonia as leis, dispositivos regulares de 1936 — Vol. I



lamentares e ordens de serviço relativos á pesca e ao Entreposto;

b) manifestar-se sobre os casos submettidos á sua apreciação em virtude do artigo anterior;

c) arbitrar as questões que no Entreposto forem suscitadas entre partes sobre vendas de pescado e liquidações de créditos, desde que para isso seja livremente convocada pelos interessados em divergencia;

d) opinar sobre preços de pescado na execução de contractos de compra e venda;

e) propôr ao encarregado do Entreposto ou ao Serviço de Caça e Pesca o que lhe parecer conveniente ao bom funcionamento e á expansão do entreposto.

Art. 10. A Junta Auxiliar deliberará por maioria, fazendo registrar as duas decisões em livro proprio, aberto, numerado e rubricado pelo director do Serviço de Caça e Pesca.

§ 1.º Os membros da Junta são obrigados a comparecer ao entreposto diariamente.

§ 2.º Serão succedidos pelos respectivos supplentes os membros renunciantes e os que faltarem sem causa justificada por mais de tres dias consecutivos.

§ 3.º Nas faltas por motivo justificado, a juizo do encarregado do entreposto, a substituição se fará pelos supplentes que comparecerem.

§ 4.º A falta de todos os membros por cinco dias consecutivos será considerada como renuncia collectiva, realizando-se nova eleição no primeiro domingo da segunda quinzena que a ella se seguir.

Art. 11. O entreposto funcionará diariamente das 5 ás 18 horas.

Art. 12. O transporte de todo o pescado de bordo para o interior do entreposto será feito pelos pescadores ou armadores, ou pessoas por elles designadas.

Art. 13. As vendas do pescado serão feitas:

- a) por atacado;
- b) em leilão;
- c) por contracto.

§ 1.º Vendas por atacado são as de grandes lotes de pescado, feitas por preço global ou de kilo pedido pelo pescador.

§ 2.º Vendas a leilão são as de uma ou mais unidades de pescado ou medida — cestas, caixas ou tinas — feitas sempre sob pregão, com especificação de qualidade e peso, pelos preços de maior lance.

Art. 14. As vendas por atacado ou em leilão serão obrigatoriamente feitas no entreposto, pela manhã e á tarde, salvo nos domingos e feriados, quando apenas haverá o leilão da manhã.

§ 1.º As vendas por atacado e as communicações de venda por contracto serão feitas no maximo até ás 8 horas, pela manhã, e ás 15 horas á tarde, expondo-se a leilão, nas horas immediatas, o pescado ainda não vendido.

§ 2.º As vendas em leilão deverão estar impreterivelmente concluidas ás 10 e 17 horas.

Art. 15. As vendas por atacado ou em leilão poderão ser realizadas pelos proprios interessados ou por leiloeiros de sua livre escolha.

§ 1.º Os leiloeiros escolhidos deverão ser propostos mensalmente ao encarregado do entreposto por cinco ou mais pescadores e terão direito ás commissões estabelecidas na tabella annexa.

§ 2.º A retirada do pescado adquirido por atacado ou em leilão correrá por conta dos compradores e será feita immediatamente após a arrematação.

Art. 16. As vendas por contracto, seja por encomenda ou por offerta, deverão ser communicadas ao encarregado.

§ 1.º Feita e registrada a communicação, que deverá conter todas as especificações necessarias, será a entrega effectuada no entreposto, depois de examinada, classificada e conferida.

§ 2.º Não serão admittidos contractos de cumprimento a termo.

§ 3.º Serão cancellados os contractos firmados por preços inferiores aos das vendas por atacado ou leilões da vespera. a juizo da Junta Auxiliar.

§ 4.º As compras deverão ser pagas á vista, salvo accordo prévio das partes, submettido ao exame a approvação da Junta Auxiliar.

Art. 17. Todas as vendas deverão ser feitas em rigoroso accordo com a classificação official do pescado.

Art. 18. Nenhuma contribuição pagará o pescador pelo transito e venda do pescado no entreposto, salvo as taxas de armazenagem daquelle que deva ser recolhido ao frigorifico.

Paragrapho unico. Estas taxas serão préviamente approvadas pela Directoria de Caça e Pesca e serão affixadas em quadro collocado em lugar bem visivel no entreposto.

Art. 19. Como dependencia do Entreposto Federal de Pesca funcionará o frigorifico destinado a conservação do pescado.

§ 1.º Depois de recolhido ao frigorifico, o pescado não poderá ser vendido de mistura com o do dia, nem tão pouco ser retirado das camaras, senão para ser vendido, não podendo, em caso algum, voltar ao frigorifico.

§ 2.º A retirada do pescado das camaras frigorificas será feita apenas dentro do horario approved pela Directoria de Caça e Pesca, não podendo ser aberta, fóra de taes horas, sob qualquer pretexto, as camaras frigorificas.

Art. 20. A concessionaria do frigorifico obrigar-se-á a manter as camaras frias á temperatura variando de 0º a 10º C.

Art. 21. Juntamente com o frigorifico funcionará a fabrica de gelo, exclusivamente destinada aos pescadores e emprezas de pesca.

Art. 22. A venda de gelo será feita mediante uma tabella approved pela Directoria de Caça e Pesca, sendo a entrega do mesmo feita pela concessionaria.

Art. 23. O funcionamento da fabrica de gelo ficará sob a fiscalização da Directoria de Caça e Pesca, da mesma fórma que o frigorifico.

Art. 24. Todas as divergencias que surgirem entre a concessionaria e as partes serão resolvidas pela Directoria de Caça e Pesca; em instancia superior pelo Departamento Nacional da Producção Animal e, em ultima instancia, pelo ministro da Agricultura.

Art. 25. Todos os casos omissos no presente regulamento serão resolvidos pelo ministro da Agricultura, por meio de instrucções, portarias e despachos, após informação da Directoria de Caça e Pesca, do Departamento Nacional da Producção Animal, ouvidos, sempre que fôr conveniente, o Conselho de Caça e Pesca e a Junta Auxiliar.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1936.— *Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 705 — DE 24 MARÇO DE 1936

*Autoriza o cidadão brasileiro Ismael Simões Lopes, por sociedade que organizar, a pesquisar ouro no leito do rio São João, em um trecho de doze (12) kilometros de extensão, situado nos municipios de Pequy e Pitanguy, no Estado de Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista os decretos numeros 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas) e 585, de 14 de janeiro de 1936, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Ismael Simões Lopes, por sociedade que organizar, a pesquisar ouro em um trecho de doze (12) kilometros de extensão, no leito do rio São João, contados, rio abaixo, a partir da barra do correjo da Onça, trecho de rio este situado nos municipios de Pequy e Pitanguy, no Estado de Minas Geraes, e mediante as seguintes condições:

I. O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel nos casos previstos no n. I do art. 19 do referido Codigo:

II, esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder á extensão nelle marcada;

III, a pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Producção Mineral;

IV, o Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V, na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Ministerio da Agricultura, um relatório circumstanciado, acompanhado de perfis geologicos e planta, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os cortes que se houverem feito no campo da pesquisa, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção dos veieiros ou depositos que se houverem descoberto, espessura média e área dos mesmos, seu volume e theor médio em ouro por metro cubico de minerio ou cascalho, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI, do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá se utilizar senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispor do mais, depois de iniciada a lavra;

VII, o autorizado não poderá prejudicar o trabalho dos faiscadores e garimpeiros porventura existentes no trecho do rio objecto desta autorização, desde que o referido trabalho se exerça na forma da respectiva legislação (decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934);

VIII, ficam resalvados os interesses da navegação e da fluctuação no trecho do rio a que se refere a presente autorização, sujeitando-se, portanto, o autorizado, ás exigencias que lhe forem impostas neste sentido, pelas autoridades competentes;

IX, serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 doCodigo de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 doCodigo de Minas, nas seguintes condições:

I, si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisas dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data do registro a que se refere o art. 5º deste decreto;

II, si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III, si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa dentro dos tres (3) primeiros mezes do prazo a que se refere o n. I deste artigo;

IV, si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 5º deste decreto, sem ter sido renovado na forma do art. 20 deCodigo de Minas, não apresentar dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do art. 1º.

Art. 4.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização na fôrma do art. 28 do Código de Minas.

Art. 5.º O titulo a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de cento e cincoenta mil réis (150\$000) e só será valido depois de transcripto no livro de registro competente, na fôrma do § 5.º do art. 18 do Código de Minas.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1936, 115.º da Independência e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 706 — DE 24 DE MARÇO DE 1936

*Autoriza o cidadão brasileiro Nuno Bueno Brandão, por sociedade que organizar, a pesquisar ouro em um trecho de vinte cinco (25) kilometros de extensão do leito e margens devolutas do rio das Velhas, no municipio de Santa Luzia, Estado de Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista os decretos ns. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Código de Minas), e 585, de 14 de janeiro de 1936;

Decreta:

Art. 1.º. Fica autorizado o cidadão brasileiro Nuno Bueno Brandão, por sociedade que organizar, a pesquisar ouro em um trecho de vinte e cinco (25) kilometros de extensão do leito e margens devolutas do rio das Velhas, contados, rio abaixo, a partir da ponte existente sobre o referido rio na cidade de Santa Luzia até um ponto situado á um (1) kilometro abaixo da foz do rio Macalubas, seu affluente da margem direita, trecho de rio esse situado no municipio de Santa Luzia, no Estado de Minas Geraes, e mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na fôrma do § 4.º do art. 18 do Código de Minas, será pessoal e sómente transmissivel nos casos previstos no n. I do art. 19 do referido Código;

II — Esta autorização durará dois (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Código de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder á extensão kilometrica nelle marcada:

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Producção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o, para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Ministerio da Agricultura um relatorio circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos e planta, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os córtes que se houverem feito no campo da pesquisa, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção dos veieiros ou depositos que se houverem descoberto, espessura media e área dos mesmos; seu volume e teor medio em ouro por metro cubico de minerio ou cascalho, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minerio e material extrahido, o autorizado não poderá se utilizar senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispôr do mais depois de iniciada a lavra;

VII — O autorizado não poderá prejudicar o trabalho dos fiscadores e garimpeiros porventura existentes no trecho de rio objecto desta autorização, desde que o referido trabalho se exerça na fórma da respectiva legislação (decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934);

VIII — Ficam resalvados os interesses da navegação e da fluctuação no trecho de rio a que se refere a presente autorização, sujeitando-se, portanto, o autorizado ás exigencias que lhe forem impostas neste sentido, pelas autoridades competentes;

IX — Serão respeitadas os direitos de terceiros, resarciendo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao título, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 doCodigo de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do § unico do art. 27 doCodigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data do registro a que se refere o art. 5.º deste decreto;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois da iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa dentro dos tres (3) primeiros mezes de prazo a que se refere o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 5.º deste decreto, sem ter sido renovado na fôrma do art. 20 do Código de Minas, — não apresentar, dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do art. 1.º

Art. 4.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter às exigências da fiscalização, será annullada esta autorização, na fôrma do art. 28 do Código de Minas.

Art. 5.º O titulo a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000) e só será valido depois de transcripto no livro de registro competente, na fôrma do § 5.º do art. 18 do Código de Minas.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

#### DECRETO N. 707 — DE 24 DE MARÇO DE 1936

*Autoriza á “Gesso Nacional Tapuyo Limitada”, sociedade organizada no Brasil, a pesquisar gypsita em uma área de cerca de quinhentos e setenta e oito (578) hectares de terras devolutas, situadas no municipio de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1.º, da Constituição Federal, e tendo em vista o decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a “Gesso Nacional Tapuyo Limitada”, sociedade organizada no Brasil, a pesquisar gypsita em uma área de cerca de quinhentos e setenta e oito (578) hectares de terras devolutas, situadas no municipio de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, terras estas comprehendidas num parallelogrammo limitado ao Norte por terras devolutas do Estado, ao Sul pela linha divisoria da data de Cajazeiras, a Leste por terrenos devolutos do Estado e a Oeste pela linha divisoria da data de Tapuyo, mediante as seguintes condições:

I, o titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na fôrma do § 4.º do art. 18 do Código de Minas, será pessoal e sómente transmissivel nos casos de herdeiros necessarios e conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial;

II, esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder os limites das terras no mesmo referidas;

III, a pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pela autorizada e submittido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV, o Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alterar-o, para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V, na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, a autorizada deverá apresentar ao Ministerio da Agricultura um relatorio circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os cortes que se houverem feito no terreno, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção dos depositos que se houverem descoberto, espessura média, área pelos mesmos occupada, seu volume, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI, do minerio e material extrahido, a autorizada não poderá se utilizar senão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispor do mais depois de iniciada a lavra;

VII, serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcindo a autorizada damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I, si a autorizada não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data da autorização;

II, si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III, si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa em tempo util para poder dar inicio á sua execução dentro do prazo a que allude o n. I deste artigo;

IV, si, findo o prazo da autorização, sem ter sido renovado na fôrma do art. 20 do Codigo de Minas, não apresentar, dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatorio final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior.

Art. 3.º Si a autorizada infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na fôrma do art. 28 do Codigo de Minas.



Art. 4.º O titulo a que allude o n. I do art. 1.º pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000), e só será valido depois de transcripto no livro de registro competente após o pagamento do sello, na fôrma do § 5.º do art. 18 do Codigo de Minas, pagamento este que deverá ser effectuado dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data da publicação do presente decreto no *Diario Official*, sob pena de ficar o mesmo sem effeito.

Art. 5.º A autorizada deverá satisfazer o pagamento da taxa da publicação do presente decreto no *Diario Official* dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data do convite para esse fim publicado naquelle órgão official, sob pena de ficar o mesmo sem effeito.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1936, 115.ª da Independencia e 48.ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 708 — DE 24 DE MARÇO DE 1936

*Autoriza a "Electro-Chimica Brasileira, S. A." a pesquisar ouro no leito do rio Maynart ou Gualaxo do Sul e no do ribeirão do Fundão, situados nos municipios de Ouro Preto e Marianna, no Estado de Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista os decretos n.ºs 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), e 585, de 14 de janeiro de 1936, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a "Electro-Chimica Brasileira, S. A.", empresa organizada no Brasil, a pesquisar ouro no leito do ribeirão do Fundão, em uma extensão de seis (6) kilometros, contados, ribeirão acima, a partir de sua confluencia com o ribeirão de Itatiaia, proximo á ponte dos Taboões, trecho este situado no municipio de Ouro Preto, bem como no leito do rio Maynart ou Gualaxo do Sul, em uma extensão de dezoito (18) kilometros, contados, rio a baixo, a partir da cachoeira da Chapada até um ponto localizado a cinco (5) kilometros abaixo da cachoeira do Funil, trecho de rio este situado, os primeiros treze (13) kilometros, no municipio de Ouro Preto, e os restantes cinco (5) kilometros, no municipio de Marianna, no Estado de Minas Geraes, mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na fôrma do § 4.º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel, nos casos previstos no n. I do art. 19 do referido Codigo;

II — Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Código de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder ás extensões nelle marcadas;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pela autorizada e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o, para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, a autorizada deverá apresentar ao Ministerio da Agricultura um relatório circumstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em téla e copia, onde sejam indicados com exactidão os côrtes que se houverem feito no campo da pesquisa, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção dos veieiros ou depositos que se houverem descoberto, espessura média e área dos mesmos, seu volume e teor médio em ouro por metro cubico de minerio ou cascalho, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação das jazidas;

VI — Do minerio e material extrahido, a autorizada não poderá se utilizar sinão de pequenas quantidades, sufficientes para analyses e ensaios industriaes, só podendo dispôr do mais, depois de iniciada a lavra;

VII — A autorizada não poderá prejudicar o trabalho dos fazeadores e garimpeiros porventura existentes nos trechos de rios objecto desta autorização, desde que o referido trabalho se exerça na fórma da respectiva legislação (decreto numero 24.193, de 3 de maio de 1934);

VIII — Ficam resalvados os interesses da navegação e da fluctuação nos trechos de rios a que se refere a presente autorização, sujeitando-se, portanto, a autorizada, ás exigencias que lhe forem impostas neste sentido pelas autoridades competentes;

IX — Serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcindo a autorizada damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao título, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n.º VIII do art. 19 do Código de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Código de Minas, nas seguintes condições:

I — Si a autorizada não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes, contados da data do registro a que se refere o art. 5.º deste decreto;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa, dentro dos tres (3) primeiros mezes do prazo a que se refere o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 5º deste decreto, sem ter sido renovado, na fôrma do art. 20 do Código de Minas, não apresentar, dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do art. 1º.

Art. 4º Si a autorizada infringir o n. I ou o n. VI do art. 1º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na fôrma do art. 28 do Código de Minas.

Art. 5º O titulo a que allude o n. I do art. 1º, pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000), e só será valido depois de transcripto no livro de registro competente, na fôrma do § 5º do art. 18 do Código de Minas.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

#### DECRETO N. 709 — DE 24 DE MARÇO DE 1936

*Outorga á Sociedade Julius Arp & Com., concessão para aproveitamento da energia hydraulica, em determinado trecho do Rio Grande, no mesmo municipio*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o que requereu a Sociedade Julius Arp & Comp., e usando das attribuições que lhe conferem o § 1º do art. 56 da Constituição Federal e o art. 150 do decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Aguas):

Decreta:

Art. 1º E' outorgada á Julius Arp & Comp. ou a sua eventual sucessora, a Companhia de Electricidade de Nova Friburgo S. A., concessão para o aproveitamento da energia hydraulica do Rio Grande, situado no municipio de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, no trecho comprehendido entre os tererons da Familia Pintel, terrenos estes distantes cerca de 450 metros do kilometro 165 do ramal de Sumidouro da "The Leopoldina Railway" e terras dos herdeiros da Viuva Leocadia Correia de Oliveira, terras estas distantes 2,5 kilometros da estação de Rio Grande da "The Leopoldina Railway", contados sobre a estrada de rodagem de Rio Grande a Murinelly, no mesmo municipio de Nova Friburgo, com uma descarga inicial de mil litros (14000 l.) por segundo e uma

altura de queda de cento e quarenta e quatro (144) metros, podendo esta descarga ser progressivamente augmentada até o limite de dous mil (2.000) metros por segundo com a mesma altura de queda.

Paragrapho unico. O aproveitamento destina-se á produção, transmissão e distribuição de energia hydro-electrica para serviços publicos federaes, estaduais e municipaes, para serviços de utilidade publica e para o commercio de energia no municipio de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º A titulo de exigencia preliminar das contidas no art. 138, do Codigo de Aguas, e que, por isso mesmo, deverão ser cumpridas integralmente, sob pena de ficar de nenhum effeito o presente decreto, a concessionaria obriga-se a:

I — Apresentar dentro do prazo de um anno, contado da data da publicação deste decreto, em tres (3) vias:

a) planta do trecho do rio a aproveitar e dos terrenos marginaes a serem inundados pelo "remous" da barragem, em escala de um por dous mil (1 : 2.000);

b) planta da secção do rio onde for projectada a barragem, em escala de um por duzentos (1 : 200);

c) projecto da barragem, vertedouros, comportas, etc., em escala de um por duzentos (1:200), com detalhes em escala de um por cinquenta (1:50) e um por vinte (1:20)é;

d) projecto do canal de adducção em escala de um por duzentos (1:200), com perfis transversaes;

e) projecto do castello de agua em escala de um por cinquenta (1:50);

f) projecto e calculo dos tubos de carga, em escala de um por cem (1:100);

g) projecto da usina hydro-electrica para produzir corrente triphasica com 50 cyclos, desenho das turbinas, descrição dos alternadores, transformadores, pára-raios, etc.;

h) projecto das linhas de transmissão acompanhado de mappa da região em escala razoavel e com detalhes;

i) memoria justificativa, incluindo orçamento global e detalhado de todas as partes do projecto, bem como das desapropriações a fazer.

II — Assignar o contracto de concessão dentro do prazo de um mez, contado da data da publicação do acto de approvação da respectiva minuta pelo ministro da Agricultura.

Art. 3.º A minuta do contracto disciplinar desta concessão, do qual constarão todas as exigencias de ordem tecnica, fiscal, administrativa e penal previstas no Codigo de Aguas, será preparada pelo Serviço de Aguas do Departamento Nacional da Produção Mineral e submettida á approvação do ministro da Agricultura.

Art. 4.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) annos, contados da data da assignatura do respectivo contracto.

Art. 5.º As condições de exigibilidade das reservas de energia de que trata o art. 155, do Codigo de Aguas, bem

como as *hypotheses* de exigencia, de não exigencia e de aviso prévio estipulado no contracto de concessão serão posteriormente regulamentadas.

Art. 6.º O capital a remunerar será o effectivamente invertido nas installações da concessionaria em funcção de sua industria e concorrendo de fórma permanente, para produção e transformação de energia electrica.

Art. 7.º As tabellas de preço de nergia nos "*bornes*" da usina serão fixadas de accordo com o que estabelece a respeito o Codigo de Aguas, fixando-se tambem no contracto de concessão a justa remuneração do capital, a que se refere o inciso III, do art. 180, do mesmo Codigo.

Art. 8.º Para manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 6º do presente decreto, será creado um fundo de reserva que proverá as renovações determinadas pela depreciação ou impostas por accidentes.

Paragrapho unico. A constituição desse fundo, que se denominará fundo de estabilização, será realizada por quotas especiaes que incidirão sobre as tarifas sob a fórma de percentagem. Essas quotas serão determinadas, tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação o dito fundo terá de attender, podendo ser modificadas triennalmente, na epoca da revisão das tarifas.

Art. 9.º Si a receita da companhia fôr insufficiente para remuneração do capital invertido nas installações na base que for estabelecida no contracto de concessão e para attender á manutenção dos serviços, os *deficits* verificados em cada triennio (periodo marcado na lei para revisão das tarifas) serão registrados a debito de uma conta especial intitulada "Lucros a compensar", cujo saldo vencerá os juros que forem fixados para o capital invertido (art. 6º do presente decreto), saldo que será amortizado em periodos de tarifas subsequentes, sendo para isto computado como despesa nesse periodo.

Art. 10. Si, ao contrario, a receita exceder ás necessidades a que se refere o artigo precedente, a parte excedente será registrada a credito de uma conta, tambem especial, que será denominada: "Lucros de compensação".

Paragrapho unico. O saldo desta conta será considerado como receita no periodo de tarifas subsequentes.

Art. 11. Findo o prazo de concessão reverterão para o Estado do Rio de Janeiro, mediante indemnização pelo custo historico menos á depreciação, todas as installações de produção de energia da concessionaria a que se refere a presente concessão.

Art. 12. Si o Estado do Rio de Janeiro não fizer uso do direito de que trata o artigo precedente, a concessionaria poderá requerer ao Governo Federal renovação da concessão.

Art. 13. O concessionario gosará desde a data da assinatura do contracto de concessão e enquanto este vigorar, dos favores constantes do art. 151, do Codigo de Aguas e de leis especiaes de apoio ás empresas de serviços de utilidade publica.

Art. 14. Fica declarado sem effeito o decreto n. 426, de 12 de novembro de 1935, que será substituído pelo presente.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 710 — DE 25 DE MARÇO DE 1936

*Approva as alterações introduzidas nos estatutos da Aachener and Muenchener Feuer-Versicherungs-Gesellschaft, pela assembléa geral de seus accionistas, realizada a 6 de maio de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Aachener und Muenchener Feuer-Versicherungs-Gesellschaft, com séde em Aachen, Alemanha, autorizada a funcionar no Brasil pelos decretos ns. 5.367, de 12 de novembro de 1904 e 20.074, de 3 de junho de 1934, em operações de seguros de fogo e transportes, resolve approvar as alterações introduzidas nos respectivos estatutos pela assembléa geral dos accionistas, realizada a 6 de maio de 1935, continuando a mesma companhia integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 711 — DE 25 DE MARÇO DE 1936

*Approva as alterações introduzidas nos estatutos de The Home Insurance Company pela assembléa geral extraordinaria dos accionistas realizada a 10 de maio de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu The Home Insurance Company, sociedade anonyma com séde na cidade de New York, Estados Unidos da America, autorizada a funcionar no Brasil pelo decreto n. 14.549, de 16 de dezembro de 1920, em operações de seguros terrestres e marítimos, resolve approvar as alte-

rações introduzidas nos respectivos estatutos pela assembléa geral extraordinaria dos accionistas, realizada a 10 de maio de 1935, continuando a mesma sociedade integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

DECRETO N. 712 — DE 25 DE DE MARÇO DE 1936

*Concede á Warner Bros. First National Pictures of Brasil, Inc., autorização para continuar a funcção na Republica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Warner Bros. First National Pictures of Brasil, Inc., com séde em Wilmington, Estado de Delaware, Estados Unidos da America, autorizada a funcção na Republica pelos decretos ns. 19.672, de 4 de fevereiro de 1931 e 23.612, de 20 de dezembro de 1933, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma Warner Bros. First National Pictures of Brasil, Inc. autorização para continuar a funcção na Republica sob a denominação de Warner Bros First National South Films, Inc., e augmentar o seu capital para duzentos mil dollares, de accordo com a resolução da assembléa geral dos respectivos accionistas, realizada a 18 de dezembro de 1935, e com o certificado de alteração do Certificado de Incorporação, de 2 de janeiro de 1936, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 24 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 713 — DE 25 DE MARÇO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 do corrente, no Estado do Ceará, durante o dia 29 deste mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez, durante o dia 29 de março corrente, no Estado do Ceará, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 25 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

---

## DECRETO N. 714 — DE 25 DE MARÇO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 do corrente, nos municipios de São José, Palhoça e Itajahy, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 29 de março do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez, nos municipios de São José, Palhoça e Itajahy no Estado de Santa Catharina, durante o dia 29 de março do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicentee Rão.*

---

## DECRETO N. 715 — DE 25 DE MARÇO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 do corrente mez, nos municipios de Jaraguá, Lages e Palhoça, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 5 de abril do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 do corrente mez, nos municipios de Jaraguá, Lages e Palhoça, no



Estado de Santa Catharina, durante o dia 5 de abril do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 25 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 716 — DE 26 DE MARÇO DE 1936

*Modifica o decreto n. 24.256, de 16 de maio de 1934, que ampliou o de n. 21.541, de 16 de junho de 1932, instituindo a Caixa de Construcções de Casas do Ministerio da Guerra*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Os órgãos de que trata o art. 9º do decreto numero 24.256, de 16 de maio de 1934 zelam pelo bom funcionamento da modalidade — B — prevista no art. 1º do mesmo decreto, cabendo á Directoria de Engenharia executar as construcções a que se refere o decreto n. 21.541, de 16 de junho de 1932, que instituiu a Caixa de Construcções de Casas do Ministerio da Guerra (modalidade A).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1936, 114° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gen. João Gomes Ribeiro Filho.*

---

DECRETO N. 717 — DE 26 DE MARÇO DE 1936

*Approva as Instrucções para o funcionamento, em 1936, da Escola Technica do Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo á conveniencia de ser revisto o Regulamento da Escola Technica do Exercito para adaptalo ao disposto na Lei do Ensino Militar, resolve approvar as Instrucções que a

este acompanham para o funcionamento em 1936, da alludida Escola, assignadas pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*João Gomes Ribeiro Filho.*

---

**Instrucções para o funcionamento, em 1936, da Escola Technica do Exercito**

Art. 1.º Funcionarão no corrente anno, na Escola Technica do Exercito, os seguintes cursos: de Engenheiro Industrial e de Armamento, de Engenheiro Mecanico-Electricista, de Engenheiro Radio-Electricista, de Engenheiro Constructor e de Chimico Industrial.

Art. 2.º Esses cursos comportarão as disciplinas abaixo discriminadas e assim distribuidas:

**CURSO DE ENGENHEIRO INDUSTRIAL E DE ARMAMENTO**

**PRIMEIRO ANNO**

*Primeiro periodo:*

Mecanica technica.

Resistencia dos Materiaes; ensaios de materiaes.

Geologia economica; metallurgia geral.

Desenho tecnico (elementos de machinas, ferramentas e machinas).

Electrotechnica geral e industrial.

*Segundo periodo:*

Mecanica technica.

Resistencia dos materiaes; ensaios de materiaes.

Geologia economica; metallurgia geral.

Metallurgia (docimasia).

Elementos organicos das machinas.

Electrotechnica geral e industrial.

Technologia (mecanica).

**SEGUNDO ANNO**

*Primeiro periodo:*

Geologia economica.

Metallurgia geral e docimasia.

Physica industrial (thermotechnica).  
 Machinas operatrizes.  
 Desenho technico (machinas; material de fundição, fornos, etc.).  
 Estatistica mathematica.

*Segundo periodo:*

Metallurgia (metallographia geral e applicada).  
 Physica industrial (thermotechnica).  
 Machinas operatrizes.  
 Technologia (metallurgia).

TERCEIRO ANNO

*Primeiro periodo:*

Complementos de balistica.  
 Estatistica mathematica.  
 Machinas operatrizes.  
 Armamento. Projectos de armamento.  
 Munições.  
 Boccas de fogo. Projectos de boccas de fogo.

*Segundo periodo:*

Complementos de balistica.  
 Economia politica. Finanças.  
 Organização industrial.  
 Armamento. Projectos de armamento.  
 Munições.  
 Boccas de fogo. Projecto de boccas de fogo.

CURSO DE ENGENHEIRO MECANICO-ELECTRICISTA

PRIMEIRO ANNO

*Primeiro periodo:*

Mecanica technica.  
 Resistencia dos materiaes; ensaios de materiaes.  
 Geologia economica; metallurgia geral.  
 Desenho technico (elementos de machinas).  
 Electrotechnica geral; trabalhos praticos de electricidade.

*Segundo periodo:*

Mecanica technica.  
 Resistencia dos materiaes; ensaios de materiaes.  
 Geologia economica; metallurgia geral.  
 Elementos organicos das machinas.  
 Desenho technico (material electrico, machinas).  
 Electritechnica geral.  
 Technologia (mecanica).

## SEGUNDO ANNO

*Primeiro periodo:*

Geologia economica.  
 Corrente alternativa.  
 Machinas e aparelhagens electricas; projecto, construção, instalação e manobra.  
 Trabalhos praticos de electricidade.  
 Desenho technico (machinas e material electrico; convenções).  
 Estatistica mathematica.

*Segundo periodo:*

Metallurgia geral.  
 Corrente alternativa.  
 Machinas e aparelhagens electricas: projecto, construção, instalação e manobra.  
 Trabalhos praticos de electricidade.  
 Technologia (metallurgia e electrica).

## TERCEIRO ANNO

*Primeiro periodo:*

Complementos de medidas electricas.  
 Tracção electrica.  
 Aparelhagens electricas. Grandes instalações (projecto, execução e manobra).  
 Electrotechnica industrial.  
 Technica da construção civil e militar (materias de construção).  
 Estatistica mathematica.

*Segundo periodo:*

Complementos de medidas electricas.  
 Tracção electrica.  
 Electrotechnica militar.  
 Electrotechnica industrial.  
 Technica da construção civil e militar (processos geraes de construção; estabilidade).  
 Economia politica. Finanças.

## CURSO DE ENGENHEIRO RADIO-ELECTRICISTA

## PRIMEIRO ANNO

*Primeiro periodo:*

Mecanica technica.  
 Electrotechnica geral; trabalhos praticos de electricidade.  
 Medidas electricas; trabalhos praticos correspondentes.  
 Thermodynamica technica e machinas motrizes.  
 Desenho technico (elementos de machinas).

*Segundo periodo:*

Mecanica technica.  
 Electrotechnica geral.  
 Medidas electricas; trabalhos praticos correspondentes.  
 Thermodynamica technica e machinas motrizes.  
 Electronica.  
 Desenho technico (material electrico, machinas).

## CURSO DE ENGENHEIRO-CONSTRUCTOR

## PRIMEIRO ANNO

*Primeiro periodo:*

Mecanica technica.  
 Resistencia dos materiaes; ensaios de materiaes.  
 Geologia economica; metallurgia geral.  
 Desenho technico (elementos de machinas, ornatos e  
 sombras).  
 Electrotechnica geral e industrial.

*Segundo periodo:*

Mecanica technica.  
 Resistencia dos materiaes; ensaios de materiaes.  
 Geologia economica; metallurgia geral.  
 Elementos organicos das machinas.  
 Desenho technico (sombras).  
 Electrotechnica geral e industrial.  
 Technologia (mecanica).

## SEGUNDO ANNO

*Primeiro periodo:*

Geologia economica.  
 Hydrotechnica (topographia e hydrologia).  
 Estabilidade das construcções (estatica das estruturas;  
 escolha das fórmãs e dos materiaes).  
 Desenho technico (perspectiva de edificios e grandes con-  
 juntos).  
 Estatistica mathematica.

*Segundo periodo:*

Metallurgia geral.  
 Hydrotechnica (abastecimento dagua).  
 Estabilidade das construcções (estructuras estaticamente  
 determinadas).  
 Desenho technico (perspectiva de edificios e grandes con-  
 juntos); applicações de ornatos e sombras).  
 Technologia (construcção).

## TERCEIRO ANNO

*Primeiro periodo:*

Estatistica mathematica.  
 Hydrotechnica (hydrologia, abastecimento dagua).  
 Estabilidade das construcções (estructuras estaticamente indeterminadas).  
 Architectura. Desenho de architectura.  
 Technica da construcção civil e militar (projectos: predios residenciaes, quarteis de unidades-escola).  
 Fortificação permanente. Projectos de fortificação.

*Segundo periodo:*

Economia politica. Finanças.  
 Hydrotechnica (abastecimento dagua, saneamento).  
 Estabilidade das construcções (systemas continuos e superficies curvas).  
 Architectura. Desenho de architectura.  
 Technica da construcção civil e militar (projecto: fabricas e arsenaes; hospitaes e enfermarias).  
 Fortificação permanente.

## CURSO DE CHIMICO-INDUSTRIAL

## PRIMEIRO ANNO

*Primeiro periodo:*

Chimica geral, inorganica e analytica.  
 Physico-chimica.  
 Electrotechnica geral e industrial.

*Segundo periodo:*

Chimica geral, inorganica e analytica.  
 Physico-chimica.  
 Electro-technica geral e industrial.

## SEGUNDO ANNO

*Primeiro periodo:*

Chimica geral, inorganica e analytica.  
 Chimica organica.  
 Physica industrial (thermotechnica).  
 Electrotechnica geral e industrial.

*Segundo periodo:*

Chimica organica.  
 Physica industrial (thermotechnica).  
 Electrotechnica e electrometallurgia.

Art. 3.º Cada periodo terá a duração de cinco mezes effectivos de aulas, inclusive a realização dos differentes trabalhos abaixo indicados.

Art. 4.º O ensino das disciplinas dos cursos de que trata o art. 2.º será regulado por meio de programmas estabelecidos em linhas geraes pela Direcção do Ensino, detalhados pelos respectivos professores e submettidos á approvação do Estado-Maior do Exercito.

Art. 5.º O commandante da Escola Technica do Exercito é tambem o director do Ensino, tendo como auxiliar immediato um sub-director do Ensino, official superior, possuindo um dos cursos technicos.

Art. 6.º O anno lectivo terá a duração de 10 mezes, destinando-se o 5.º e o 10.º mezes á realização de trabalhos que serão parciaes para as materias cujo ensino não termine no periodo considerado e finaes para todas as outras.

Paragrapho unico. O trabalho final de cada materia será realizado sobre todo o programma do curso.

Art. 7.º O conjunto dos trabalhos diarios não poderá exceder, em principio, de 6 horas, salvo em caso de viagem ou visitas de instrucção.

Art. 8.º Os trabalhos correntes e parciaes de qualquer natureza não poderão nunca exceder de 5 horas de trabalho effectivo devendo-se executar-as por partes, caso a natureza dos assumptos a tratar exija um esforço mais prolongado.

Art. 9.º Os alumnos da Escola Technica do Exercito — á semelhança do que estabeleceu o decreto n. 95, de 21 de março de 1935, que adaptou os processos de apuração e de julgamento do grau de assimilação e do preparo profissional dos officiaes matriculados nos cursos da Escola de Estado-Maior á lei n. 11, de 12-12-934 — executarão durante o anno para cada materia do curso:

- a) trabalhos correntes;
- b) trabalhos parciaes ou finaes.

Os trabalhos correntes comprehendem: trabalhos escriptos executados em sala, ou em domicilio, sendo aquelles com ou sem auxilio de documentação e livros; trabalhos praticos em salas de risco, officinas, laboratorios e gabinetes de ensaios.

Os trabalhos parciaes e finaes são os de que trata o artigo 6.º.

Paragrapho unico. A Direcção do Ensino, ouvidos os professores, determinará o numero de trabalhos correntes e marcará as épocas de realizal-os.

Art. 10. O julgamento dos trabalhos correntes é feito pelos professores das respectivas materias, com posterior approvação da Direcção do Ensino, e se expressa por:

Uma nota numerica, de zero a dez;

Uma apreciação escripta e synthetica relativa á qualidade do trabalho julgado e nelle exarada, quando se tratar de trabalho escripto.

§ 1.º As notas conferidas aos trabalhos correntes (trabalhos escriptos, trabalhos oraes, trabalhos de pratica pro-

fissional) são elementos de formação das médias finais das materias, médias que serão calculadas da maneira adiante prescripta (art. 12).

Art. 11. A execução dos trabalhos finais obedecerá ás seguintes normas:

Os alumnos receberão um thema tecnico relativo á materia em que vão ser examinados e tratarão de desenvolvê-lo: por escripto e segundo as alterações que poderão ir sendo formuladas, de tempos em tempos, pela commissão examinadora; oralmente, quando chamados á defesa do que, no momento, já esteja redigido e, afinal, de todo o trabalho.

Esse trabalho poderá comprehender varias partes e terá a duração effectiva minima de 7 horas, de maneira a pôr á prova, pela duração e intensidade do esforço exigido, além do grau de assimilação dos conhecimentos tecnico-profissionais, a capacidade de trabalho dos officiaes.

§ 1.º Os trabalhos parciaes serão executados de maneira analoga, entrando, porém, apenas a materia leccionada no periodo correspondente.

§ 2.º A cada trabalho parcial ou final corresponderá uma nota numerica que entrará na constituição da média final da maneira adiante prescripta (art. 12).

Art. 12. A média final de cada materia é calculada da maneira seguinte:

Média ponderada destas parcelas:

I — Média simples dos trabalhos correntes realizados em sala com peso dois;

II — Média simples dos trabalhos correntes realizados em domicilio com peso um;

III — Média simples dos trabalhos parciaes com peso tres;

IV — Grau do trabalho final com peso cinco.

Paragrapho unico. A Direcção do Ensino poderá dispensar a realização de trabalhos correntes feitos em domicilio.

Art. 13. Os trabalhos finais são eliminatorios. Se o grau de qualquer um desses trabalhos for inferior a 4, o official é considerado "sem aproveitamento" e, como tal, desligado da escola.

Paragrapho unico. Para apuração desse resultado não será arredondada, em nenhum caso, a parte fraccionaria das notas obtidas.

Art. 14. Para que seja promovido de anno, o alumno que satisfizer a exigencia do art. 12 deverá obter ainda, em cada materia, no minimo a média quatro e concomitantemente a média cinco no conjunto, tudo de accordo com a lei n. 14, de 29-1-936.

Art. 15. O official que não obtiver nota de promoção ou o que não obtiver approvação em uma ou duas disciplinas, porém, que tenha satisfeito as exigencias do art. 13, poderá submeter-se a exame na primeira quinzena de março.



§ 1.º Os exames de que trata este artigo constarão: de prova escripta e oral ou pratico-oral nas materias que admittirem trabalhos de laboratorios e de gabinete; de prova escripta, de prova oral e de prova graphica nas materias que comportam organização de projecto, exclusivamente de prova graphica em Desenho Technico. Versarão essas provas sobre todos os pontos do programma approved para o anno lectivo.

§ 2.º A somma dos graus obtidos nas provas escriptas e oraes ou praticas, e da média dos trabalhos do anno, dividida por 3, dará a nota final, em cada disciplina, nos exames de que trata este artigo.

§ 3.º Será considerado reprovado o alumno que obliher nota final inferior a 4 (quatro).

§ 4.º Em Desenho technico a nota final será a da prova graphica.

Art. 16. A classificação final, por ordem de merecimento, dos officiaes que terminarem cada um dos cursos da Escola Technica do Exercito resulta da "Nota média definitiva", que é a média das tres notas obtidas em cada anno.

§ 1.º O valor numerico da nota definitiva dá lugar á classificação dos officiaes em tres "chaves", ás quaes corresponde uma menção especial, como se segue:

*Primeira chave* — menção *muito bem*, correspondente ás notas médias definitivas de 8 (inclusive) a 10;

*Segunda chave* — menção *bem*, correspondente ás notas médias definitivas de 6 (inclusive) a 8 (exclusive);

*Terceira chave* — menção *regular*, correspondente ás notas médias definitivas de 5 (inclusive) a 6 (exclusive).

§ 2.º O official que obtiver nota média definitiva inferior a 5 (cinco) é considerado *insufficiente*, portanto, incapaz para o exercicio das funções technicas.

Art. 17. Continuarão em vigor todas as demais disposições do regulamento actual da Escola Technica do Exercito que não contrariem as presentes instrucções.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1936. — General *João Gomes*.

---

DECRETO N. 718 — DE 27 DE MARÇO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento para a installação de telephones selectivos na Estrada de Ferro do Paraná e no ramal de Antonina, da referida estrada*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou a Superintendencia da Rêde de Viação Paraná-Santa Catharina, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approveds o projecto e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras

Publicas, para a installação de telephones selectivos entre as estações de Curitiba e Paranaguá, da Estrada de Ferro do Paraná, de propriedade da União, ora administrada pela referida Superintendencia, e no ramal de Antonina, da mesma estrada, correndo as respectivas despezas, até o maximo do orçamento, na importancia de 178:230\$768 (cento e setenta e oito contos duzentos e trinta mil setecentos e sessenta e oito réis), á conta do producto da arrecadação da taxa adicional de 10 % sobre as tarifas.

Paragrapho unico. Para a conclusão dos trabalhos, fica fixado o prazo de 10 (dez) mezes, a contar da data em que a Superintendencia fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 719 — DE 27 DE MARÇO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez, no municipio de Iraty, no Estado do Paraná, durante o dia 5 de abril do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os efeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez, no municipio de Iraty, no Estado do Paraná, durante o dia 5 de abril do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 720 — DE 27 DE MARÇO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez, nos municipios de Recife, Olinda, Jaboatão, Morenos, Cabo, Itambé, Bom Itambé, São Vicente, Goyanna, Bom Jardim, Surubim, Queimadas, Vertentes e Floresta dos Leões, no Estado de Pernambuco, durante o dia 2 de abril do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os efeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez, nos municipios de Recife, Olinda, Jaboatão, Morenos,

Cabo, Itambé, Bom Itambé, São Vicente, Goyanna, Bom Jardim, Surubim, Queimadas, Vertentes e Floresta dos Leões, no Estado de Pernambuco, durante o dia 2 de abril do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes: revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 721 — DE 27 DE MARÇO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez, no municipio de Borba, no Estado do Amazonas, durante o dia 4 de abril do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez, no municipio de Borba, no Estado do Amazonas, durante o dia 4 de abril do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 722 — DE 27 DE MARÇO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez, no municipio de Guarapuava, no Estado do Paraná, durante o dia 12 de abril do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 deste mez, no municipio de Guarapuava, no Estado do Paraná, durante o dia 12 de abril do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 723 — DE 30 DE MARÇO DE 1936

*Abre o credito especial de 76:800\$000, para pagamento ao Dr. Irineu de Mello Machado, professor de Direito Industrial e Legislação Operaria, nos exercicios de 1932 a 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 200, de 23 de janeiro de 1936, e depois de ouvidos o Ministerio da Fazenda e o Tribunal de Contas a respeito, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de setenta e seis contos e oitocentos mil réis (76:800\$000), destinado a attender ao pagamento devido ao professor em disponibilidade da extincta cadeira de Direito Industrial e Legislação Operaria, da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, doutor Irineu de Mello Machado, pelos seus vencimentos no periodo de 1 de janeiro de 1932 a 31 de dezembro de 1935.

Rio de Janeiro, 30 de março de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 724 — DE 2 ABRIL DE 1936

*Approva o augmento de capital de "The Royal Bank of Canada"*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu "The Royal Bank of Canada", com sede em Montreal, Dominio do Canadá, autorizado a funcionar no Brasil pelo decreto n. 13.619, de 28 de maio de 1919, e tendo em vista os documentos apresentados, resolve approvar o augmento para 9.000:000\$000 do seu capital destinado ás operações no Brasil, de accordo com a deliberação tomada pela sua directoria em sessão realizada em 19 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 725 — DE 2 DE ABRIL DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no município de Rebouças, no Estado do Paraná, durante o dia 12 de abril do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no município de Rebouças, no Estado do Paraná, durante o dia 12 de abril do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

## DECRETO N. 726 — DE 2 DE ABRIL DE 1936

*Regula provisoriamente a execução da lei de promoções*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando:

— que a Lei de Promoções deverá estar em pleno vigor a partir de 15 de junho do corrente anno e que até a presente data não foi organizado o regulamento a que se referem os arts. 25 e 44, § 5º, da citada lei;

— que a Lei de Movimento de Quadros, intimamente entrozada nas de Promoções e Organização de Quadros e Effectivos, não poudé até o presente alcançar a plenitude de sua execução por motivos varios;

— que a questão da gradatividade da execução da Lei de Promoções, sempre controversa, por falta de indicações precisas neste particular, e por não estar regulamentada ainda, tem trazido grave repercussão nas decisões do Governo quando se trata de applical-a;

— que por esses motivos e casos outros, onde taes difficuldades teem surgido, o Governo em tempo util expoz ao poder competente a conveniencia de serem revistas as leis existentes;

— que assim se impõe definir com precisão aquillo que é immediatamente exequivel e tambem pôr um fim á desharmonia existente entre os textos das leis citadas (decretos numeros 24.068, de 29 de março de 1934; 23.925, de 2 de fevereiro de 1934, e 24.287, de 24 de maio de 1934), decreta, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição:

Art. 1.º Até o pronunciamento definitivo dos poderes competentes, as promoções se processarão de accordo com as

disposições do art. 71 (Disposições transitórias) da Lei de Promoções (decreto n. 24.068, de 29 de março de 1934), respeitando-se o criterio estabelecido pela nota do Ministerio da Guerra n. 161, de 6 de setembro de 1934, á Commissão de Promoções do Exercito.

Art. 2.º Ao Ministerio da Guerra caberá pelos seus órgãos competentes o encargo de organizar o ante-projecto consolidando as leis supra-mencionadas, harmonizando-se entre si e eliminando prescripções impraticaveis.

Paragrapho unico. Esse ante-projecto deverá estar ultimado de modo a ser encaminhado ao Poder Legislativo no inicio dos seus trabalhos no corrente anno.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes Ribeiro Filho.

---

DECRETO N. 727 — DE 3 DE ABRIL DE 1936

*Concede permissão á Sociedade Bandeirante de Radio Diffusão para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Bandeirante de Radio Diffusão, com séde na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), e de accôrdo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto numero 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Sociedade Bandeirante de Radio Diffusão, com séde na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radio-difusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

---

**Clausulas a que se refere o decreto n. 727, desta data****I**

Fica assegurado á Sociedade Bandeirante de Radio Diffusão o direito de estabelecer, na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodiffusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

**II**

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

**III**

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

a) admitir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros, natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso assista á sociedade direito a quaesquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o pan-americano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a **empregar**;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuída á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todos as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos, sem prévia approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de cinco (5) kilometros do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.



## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impôr á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, i (in-fine), j, k e l* da clausula III;

b) si não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea *c* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infracções passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1936. — *Marquês dos Reis*.

---

## DECRETO N. 728 — DE 3 DE ABRIL DE 1936

*Desapropria um terreno e respectiva pedreira, necessarios aos serviços de lastramento de linhas da Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. De conformidade com o disposto nos artigos 3.º, 5.º e 8.º do regulamento de consolidação e modificação do processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade publica, aprovado pelo decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903; art. 590, § 2.º, n. II do Codigo Civil; art. 113, n. 17 da Constituição Federal, e na clausula I do termo decorrente do decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, que modificou o contracto de arrendamento da Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, celebrado com o referido Estado em face do decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922 — ficam desapropriados, por utilidade publica, o terreno, com a area total de 168.086m2,58 (cento e sessenta e oito mil e oitenta e seis metros e cincoenta e oito decimetros quadrados), e respectiva pedreira, representados na planta que ora baixa, em duas vias rubricadas pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, os quaes, de propriedade de João Link Sobrinho e situados no km. 4 + 250 da linha de Santa Maria a Marcellino Ramos, da citada Rêde, são necessarios para extracção das pedras destinadas ao serviço de lastramento de diversos trechos, autorizados pelo decreto n. 118, de 26 de outubro de 1934.

Paragrapho unico. De accordo com a clausula I do termo decorrente do mencionado decreto n. 18.551, serão escripturadas na conta do “fundo de melhoramentos” as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de 84:000\$000 (oitenta e quatro contos de réis).

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1936; 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 729 — DE 3 DE ABRIL DE 1936

*Desapropria diversos terrenos e aceita a doação de outro, todos necessários á construção do trecho "Riachuelo" (ex-"Lontras") — "Rio do Sul", do prolongamento da Estrada de Ferro Santa Catharina.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil attendendo ao que solicitou o Estado de Santa Catharina, arrendatario da Estrada de Ferro Santa Catharina e contractante da construção do prolongamento da mesma estrada, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. De conformidade com os arts. 3º, n. 3, e 5º do regulamento de consolidação e modificação do processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade publica, approved pelo decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903; art. 590, § 2º, n. II doCodigo Civil, e art. 113, n. 17 da Constituição Federal. — ficam desapropriados, por utilidade publica, os terrenos representados nas 28 (vinte e oito) plantas que ora baixam, rubricadas, em duas vias, pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, — visto os referidos terrenos serem necessários á construção do trecho entre "Riachuelo" (ex-"Lontras") e "Rio do Sul", do prolongamento da Estrada de Ferro Santa Catharina, cujos estudos definitivos e respectivo orçamento foram approved pelo decreto n. 23.733, de 12 de janeiro de 1934.

Paragrapho primeiro. As despesas decorrentes dessa desapropriação correrão á conta do credito a que se refere a lei n. 198, de 22 de janeiro do corrente anno.

Paragrapho segundo. E' aceita a doação que á União, proprietaria da Estrada de Ferro Santa Catharina, faz o proprietario Oswaldo Schroeder, do terreno igualmente necessário á construção mencionada no artigo unico deste decreto, situado entre as estacas 850 + 0,90 e 867 + 10,70 e com a área de 16.220m2,00 (dezesseis mil duzentos e vinte metros quadrados), conforme planta e termo de doação que tambem baixam, devidamente rubricados.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 730 — DE 3 DE ABRIL DE 1936

*Autoriza a Réde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul a escripturar na conta ao "fundo de melhoramentos" as despesas que menciona.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul,

**arrendatario da Rêde de Viação Ferrea Federal do referido Estado, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:**

**Artigo unico.** Fica a Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, em vista do disposto na clausula I do termo decorrente do decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, que modificou o contracto de arrendamento da mesma Rêde, celebrado em conformidade com o decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, autorizada a escripturar na conta do "fundo de melhoramentos", as seguintes despesas, depois de effectuadas e apuradas em regular tomada de contas:

5 % sobre a importancia de 28:609\$100, valor maximo da aquisição de 28.609m2,10 de terreno de propriedade de Lorenzo e Argentino Ferreira de Albuquerque, autorizada pelo art. 1.º do decreto n. 63, de 22 de fevereiro de 1935 .....	1:430\$455
Valor maximo da desapropriação de 2.137m2,00 de terreno, de propriedade de Arnaldo Graeff, de que trata o art. 2.º do mesmo decreto, á razão de 1\$000 por metro quadrado, preço esse accedido pelo proprietario após a expedição do acto de desapropriação .....	2:137\$000
5 % sobre essa importancia, relativa, como a percentagem acima, ás despesas a serem feitas com as respectivas escripturas .....	106\$850
<b>no total, maximo, de .....</b>	<b><u>3:674\$305</u></b>

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1936; 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

#### DECRETO N. 731 — DE 3 DE ABRIL DE 1936

*"Concede permissão á Sociedade Radio Club de Marília, Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora."*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Radio Club de Marília, Limitada, com séde na cidade de Marília (Estado de São Paulo), e de accordo com o estabelecido no decreto numero 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approvedo pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

**Artigo unico.** Fica concedida á Sociedade Radio Club de Marília, Limitada, com séde na cidade de Marília (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas:

**Paragrapho unico** O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

**Clausulas a que se refere o decreto n. 731. desta data**

**I**

Fica assegurado á Sociedade Radio Club de Marilia, Limitada o direito de estabelecer, na cidade de Marilia (Estado de São Paulo), uma estação de ondas medias, destinada a executar o serviço de radio-diffusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

**II**

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

**Paragrapho unico.** O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

**III**

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admitir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição

da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo governo, bem como ao pagamento, adeantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programma e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do governo o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do governo as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocommunição (decreto n. 24.144) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem previa approvação do governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

## V

Fica estabelecido que a concessionaria, quanto á localização de sua estação transmissora, a uma distancia minima do centro da cidade, se submeterá ao que nesse sentido vier a ser determinado.

## VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o governo poderá pelo órgão fiscalizador, impôr a concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização;

a) si, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alineas *a, b, c, d, i (in-fine), j, k, e l* da clausula III.

b) si não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alinea *e* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinads na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar

a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 1936. — *Marques dos Reis*.

---

DECRETO N. 732 — DE 6 DE ABRIL DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 12 de abril do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no município de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 12 de abril do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 733 — DE 6 DE ABRIL DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municípios de São Salvador, Alagoinhas, Nazareth, Ilhéos, Itabuna, Itacaré, Caravellas, Joazeiro, Feira de Sant'Anna e Santo Amaro, no Estado da Bahia, durante o dia 16 do corrente mez.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, durante o dia 16 do corrente mez, nos municípios de São Salvador, Alagoinhas, Nazareth, Ilhéos, Itabuna, Itacaré, Caravellas, Joazeiro, Feira de Sant'Anna e Santo Amaro, no Estado da Bahia, afim de serem realizadas eleições



ções de deputados e vereadores classistas á Assembléa Legislativa do Estado e Camaras Municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 734 — DE 6 DE ABRIL DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no municipio de Soccorro, no Estado do Piauhý, durante o dia 21 de abril do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no municipio de Soccorro, no Estado do Piauhý, durante o dia 21 de abril do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 735 — DE 6 DE ABRIL DE 1936

*Dispõe sobre o aproveitamento do saldo da sub-consignação n. 27, da verba 1ª do orçamento de 1935, do Ministerio da Educação e Saude Publica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 184, de 13 de janeiro ultimo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórmula do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Art. 1.º Fica revigorado o saldo de 6.400:000\$000, a que se refere a sub-consignação n. 27, da verba 1ª do art. 7º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934, feita a distribuição dos auxílios e subvenções, pelo Governo, ás instituições de caridade e

educação, cultura e previdência social, estabelecimentos de ensino tecnico ou que interessem o serviço de nacionalização do ensino, quando custeados pelos municípios, que requererem habilitação até 31 de dezembro de 1935, na conformidade do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1934.

Art. 2.º Por conta do saldo do credito a que se refere o art. 1º, correrão as despesas de auxilio para a instalação do Hospital do Funcionario Publico, creado pelo decreto numero 24.247, de 9 de maio de 1934, até a importancia de 800:000\$000 e, bem assim, a de 4.000:000\$000, para construcção e manutenção de leprosarios em todo o territorio do paiz.

Paragrapho unico. As despesas referentes a este ultimo credito serão realizadas pelo Ministerio da Educação e Saude Publica, mediante prévia autorização do Presidente da Republica, sendo as parcelas necessarias á execução dos trabalhos requisitadas pelo funcionario federal para tal fim designado.

Art. 3.º Por conta ainda do saldo a que se refere o artigo 1º, correrão as despesas com o auxilio de 200:000\$000, ao Leprosario Antonio Diogo, em Cannafistula, Ceará, réis 200:000\$000, á Sociedade Protectora dos Lazaros da Bahia.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 736 — DE 6 DE ABRIL DE 1936

*Approva, em character provisorio, o Regulamento do Serviço de Protecção aos Indios a que se refere a lei n. 24.700, de 12 de julho de 1934.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica approved, em character provisorio, o Regulamento a que se refere a lei n. 24.700, de 12 de julho de 1934, do Serviço de Protecção aos Indios, annexo a este, assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*General João Gomes.*

---

**Regulamento do Serviço de Protecção aos Indios**

**Art. 1.º** O Serviço de Protecção aos Indios, constituindo órgão da Inspectoria Especial de Fronteiras, terá por fim:

a) prestar aos indios do Brasil, protecção e assistência, amparando a vida, a liberdade e a propriedade dos aborígenes; defendendo-os do extermínio, resguardando-os da oppressão e da expoliação, bem como abrigando-os da miséria; quer vivam aldeiaados, reunidos em tribus ou promiscuamente com civilizados;

b) pôr em execução medidas e ensinamentos para a nacionalização dos selvícolas, com o objectivo de sua incorporação á sociedade brasileira.

**CAPITULO I****DA PROTECÇÃO AOS INDIOS**

**Art. 2.º** A protecção, assistência, defesa ou amparo de que trata o art. 1.º, deverão ser dadas na propria terra habitada pelos selvícolas, salvo os casos de afastamento por motivo de enchentes, secas, epidemias ou outras calamidades e motivos justificaveis; e terá por fim:

a) promover a effectivação dos direitos e garantias que as leis vigentes conferem aos indios;

b) garantir a effectividade da posse das terras habitadas pelos indios, como condição indispensavel e basica de sua tranquillidade e de seu desenvolvimento futuro;

c) pôr em pratica os meios mais promptos e efficazes para que os civilizados respeitem as terras dos indios e vice-versa;

d) fazer respeitar a organização interna das tribus, seus habitos e instituições, só intervindo para lateral-os quando indispensavel, com brandura e persuasão;

e) fiscalizar o modo como são tratados os indios nos estabelecimentos publicos ou particulares, leigos ou religiosos; nos termos do art. 47, do decreto n. 5.484, de 28 de junho de 1928;

f) exercer vigilancia e impedir que os indios sejam coagidos a prestar serviços ou sejam explorados de qualquer maneira, velando pelos contractos que forem feitos com elles para qualquer genero de trabalho, bem como assistindo e zelando para que não sejam lesados em suas relações commerciaes e economicas com os civilizados, devendo ficar estatuido em taes contractos, sempre feitos por livre vontade dos indios, as seguintes obrigações essenciaes por parte do contractante:

1º) Estabelecer para os indios, salarios sufficientes ás suas mensalidades, cujo pagamento deverá ser fiscalizado por funcionarios do Serviço de Protecção aos Indios;

2º) Facultar ao funcionario ou delegado do Serviço de Protecção aos Indios e exame da escripturação referente ao trabalho e transacções dos indios, ficando claro que por motivo de dividas nenhum indio poderá ser retido ou preso, nem privado dos objectos de seu uso;

3º) Não vender, dar ou proporcionar de qualquer modo, bebidas alcoolicas aos indios;

4º) Respeitar a organização da tribu e familia dos indios, não os maltratar nem obrigar a trabalhos superiores ás suas forças;

5º) Tratar-os nas suas doenças, fornecendo-lhes, gratuitamente, medicamentos e outros recursos que então carecerem

g) impedir pelos meios legais que os funcionarios do Serviço de Protecção aos Indios, ou quaesquer particulares leigos ou religiosos, se tornem parceiros ou possuidores dos bens ou das *terras dos Indios*; entende-se por terra dos indios;

1º) Aquellas em que presentemente vivem e que já primariamente habitavam;

2º) Aquellas em que habitam e são necessarias ao meio de vida compativel com o seu estado social; caça e pesca, industria extractiva, lavoura ou criação;

3º) As que já lhes tenham sido ou venham a ser reservadas para seu uso, ou reconhecidas como de sua propriedade a título qualquer.

h) promover a punição dos crimes que se commetterem contra os indios, na forma da lei n. 5.484, de 27 de junho de 1928; bem assim, que aos indios sejam assegurados os effectos das disposições especiaes dos artigos 28 a 31 da referida lei;

i) attrahir a tribus arredias, pacificando as hostis e intervindo por meios brandos para fazer cessar ou impedir as guerras entre os indios;

j) fornecer, na fórma do art. 8º deste Regulamento, os recursos necessarios ao tratamento das doenças, inclusive dietas, mesmo aos indios que vivam em promiscuidade com os civilizados, quando disso carecerem;

k) diligenciar para que os indios das fronteiras não cedam á attracção das nações limitrophes e para que se desenvolvam nelles, vivamente, os sentimentos da nacionalidade brasileira.

Art. 3.º O Serviço de Protecção aos indios promoverá os actos mais convenientes:

a) para impedir que as terras habitadas pelos selvícolas sejam tratadas como se devolutas fossem, demarcando-as, fazendo respeitar, garantir, reconhecer e legalizar a posse dos indios, já pelos Governos Estadocaes ou Municipaes, já pelos particulares;

b) para que na falta de accordo sejam requeridos ao Juiz Federal correspondente os remedios legais competentes, para garantir aos selvícolas as suas posses, na forma do decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928;

c) para que, igualmente, sejam respeitadas as posses dos indios já reconhecidas em virtude da lei de 18 de setembro de 1850 e outras posteriores, ainda mesmo nos casos de extinção dos aldeamentos, provando que o facto dos Governos terem

deixado de administrar esses aldeamentos ou estabelecimentos, ou de superintendel-os, não justifica que os indios, ou seus descendentes, sejam expoliados de suas terras;

d) para que sejam cedidas as terras que forem julgadas necessarias aos estabelecimentos do Departamento do Serviço de Protecção aos Indios;

e) para em caso de coacção ou imminencia de coacção, por illegalidade ou abuso de poder contra indios, applicar recursos legais e tomar providencias complementares immediatas que assegurem aos indios todas as garantias, cumprindo sempre, concomitantemente, communicar esses factos ás autoridades superiores.

Art. 4.º Os indios não poderão arrendar, alienar ou gravar com onus reaes as terras de sua posse ou occupação.

Art. 5.º Nas zonas habitadas por indios serão installados Postos que além do amparo e mais funcções consignadas neste e no seguinte Capitulo, procurarão especialmente, por meios brandos, attrahir os indios que viverem em estado nomade, pacificador os que se mantiverem hostis, reeducar os habitua-dos ao nomadismo pelas cidades e povoados e nacionalizar os indios em geral, especialmente os das regiões de fronteiras.

Art. 6.º Para evitar e corrigir o pendor para o nomadismo urbano, os funcionarios do Serviço de Protecção aos Indios diligenciarão por manter os aborigenes em suas aldeias e postos de residencia onde de accôrdo com o art. 2.º receberão a assistencia systematica do presente capitulo.

§ 1.º E' vedado a qualquer civilizado retirar, sob que pre-texto fôr, indios menores, de suas aldeias ou malócas, cabendo ao funcionario do Serviço de Protecção aos Indios promover perante as autoridades competentes, a respectiva apprehensão.

§ 2.º Os funcionarios do Serviço de Protecção aos Indios entrarão em entendimento com as autoridades dos portos e das localidades do interior:

a) para que exerçam vigilancia no sentido de impedir que qualquer civilizado conduza consigo indios nas condições do § 1.º e os apprehendam e entreguem á autoridade desse Serviço na circumscripção mais proxima;

b) para que não forneçam passagem, salvo para o regresso ás aldeias, aos indios que vivam em vagabundagem.

§ 3.º Indios menores, orphãos de paes e sem assistencia da tribu, poderão ser adoptados por familias idoneas com o assentimento por escripto e responsabilidade exclusiva do respectivo Inspector, continuando sujeitos á vigilancia da Inspectoria, especialmente quanto ao tratamento e educação, até a sua emancipação:

a) o assentimento do inspector poderá ser suspenso e determinada a devolução do menor indio á Inspectoria por justo motivo e em qualquer tempo que essa autoridade julgar conveniente.

## CAPITULO II

### DA NACIONALIZAÇÃO E INCORPORAÇÃO DOS INDIOS

Art. 7.º As medidas e ensinamentos a que se refere a letra b do art. 1.º, têm por fim a incorporação dos indios á

sociedade brasileira, economicamente productivos, independentes e educados para o cumprimento de todos os deveres civicos; e podem ser assim classificados:

- a) medidas e ensinos de natureza hygienica;
- b) escolas primarias e profissionais;
- c) exercicios physicos em geral e especialmente os militares;
- d) educação moral e civica;
- e) ensinos de applicação agricola ou pecuaria;

Art. 8.º O Serviço de Protecção aos Indios, observado o estatuido no § 1.º do art. 5.º da Constituição da Republica e de accordo com ns. 14 a 16 do art. 2.º do decreto n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911, sempre que convier, fará dadivas collectivas ou individuaes a tribus ou a indios;

§ 1.º Essas doações serão feitas, já em reconhecimento de serviços prestados, já para crear ou estimular habitos de trabalho, ou de paz e concordia; já como meio de estabelecer e desenvolver relações de commercio e de amizade entre tribus ou entre ellas e os civilizados.

§ 2.º Esses donativos poderão consistir tanto em ferramentas ou instrumentos de trabalho, como em machinas de beneficiamento de suas culturas ou ainda em sementes, mudas e animaes domesticos de criação, preferindo-se, sempre, a especie de pecuaria e plantação mais adequada ao gráo de civilização dos aborigenes e á natureza das terras em que habita cada tribu; bem assim em roupas ou fazendas, material de caça e pesca, material escolar, material de construção e tudo o mais quanto possa contribuir para a incorporação dos selvcolas á sociedade brasileira.

Art. 9.º Nos Postos Indigenas serão fundadas, na proporção dos recursos fornecidos, escolas e instituições educativas de caracter pratico e civico, para effectivação das providencias do presente capitulo e de accôrdo com a situação dos indios correspondentes.

Art. 10. Os indios trabalharão livremente e terão plenos direitos ao producto integral de seu trabalho e de suas propriedades, ressalvadas as restricções do decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928.

Art. 11. Os indios que se quizerem installar em nucleos agricolas fundados pelo Governo Federal, não poderão alienar os lotes que lhes forem gratuitamente distribuidos.

Art. 12. Quando fôr julgado necessario para attender melhor á nacionalização das fronteiras ou ao desenvolvimento e policiamento dos sertões, habitados por indios, o Serviço de Protecção aos Indios proporá a fundação dos nucleos militares, a que se referem os arts. 4.º e 6.º do decreto n. 24.700, de 12 de julho de 1934, destinados a reservistas, trabalhadores nacionais, e mesmo a indios nas condições do artigo anterior.

Paragrapho unico. Opportunamente serão expedidas instruções para a fundação e funcionamento desses nucleos militares.

## CAPITULO III

## DA ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTECÇÃO AOS INDIOS

Art. 13. O Serviço de Protecção aos Indios terá a seguinte organização:

- a) uma chefia com duas Secções, na sede da Inspectoria Especial de Fronteiras;
- b) Inspectorias, com sede nos Estados;
- c) Postos Indigenas, nos sertões e nas terras de fronteiras onde habitam indios;
- d) Nucleos militares.

Art. 14. A' 1ª Secção incumbem:

- 1º) Estudar todos os assumptos e providencias referentes ao capitulo I do presente Regulamento (Protecção aos Indios);
- 2º) Organizar o expediente referente a esses assumptos e providencias;
- 3º) Instruir, coordenar e fiscalizar a parte administrativa das Inspectorias;
- 4º) Zelar pelas medidas necessarias á boa administração e desenvolvimento dos estabelecimentos indigenas;
- 5º) Conservar constantes relações com as tribus por intermedio das Inspectorias;
- 6º) Proceder ao levantamento da estatistica geral dos indios do Brasil, com declaração de suas origens, linguas occupações, situação actual, habitos e tendencias;
- 7º) Estabelecer cooperação com o Museu Nacional, a bem aos trabalhos ethnographicos desse estabelecimento e da investigação das condições de vida peculiares a cada tribu;
- 8º) Propor annualmente, ou quando seja conveniente, as tabellas, de mensalidade, diarias ou jornaes do pessoal variavel dos postos e serviços de fronteiras e do sertão, tendo em vista o custo da subsistencia em cada região do Paiz.

Paraphrapho unico. A 1ª Secção terá tambem a seu cargo a conservação do archivo do Serviço de Protecção aos Indios, o registro de papeis e toda a escripturação que fôr necessaria ao bom andamento do serviço.

Art. 15. A' 2ª Secção incumbem:

- 1º) Estudar os assumptos e providencias referentes ao capitulo II do presente Regulamento (Nacionalização e Incorporação dos Indios);
- 2º) Organizar o expediente relativo a esses assumptos e providencias e aos projectos, execução e julgamento dos trabalhos technicos do Serviço de Protecção aos Indios, a saber:
  - a) demarcação de terra de indios ou necessaria aos estabelecimentos do Serviço de Protecção aos Indios;
  - b) estradas de rodagem e outros meios de communicacão que interessem aos estabelecimentos e postos indigenas;
  - c) obras de saneamento e outras;
  - d) instalações agricolas e pastoris ou industriaes;
  - e) edificações nos postos indigenas e nucleos militares.

## Art. 16. A' Inspectoria compete:

a) executar as medidas de protecção legal e administrativa consignadas no decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928, no presente Regulamento e nas Instrucções que lhes forem expedidas pela Chefia do Serviço;

b) velar pela rigorosa execução de todos os trabalhos tecnico-administrativos determinados pelo Regulamento ou pela Chefia do Serviço;

c) promover, por si ou mediante instrucções da Chefia do Serviço, junto aos Governos dos Estados ou dos Municipios, os actos necessarios para que se legalizem as posses de terras occupadas por indios, para que sejam respeitadas as concessões de terras feitas de accordo com a lei de 18 de setembro de 1850 e cedidas ao Governo Federal as terras devolutas que forem julgadas necessarias ao estabelecimentos do Serviço de Protecção aos Indios e, em seguida, promover providencias para a legalização das posses dos indios respectivos;

d) attrahir e pacificar por meios brandos os indios que viverem em estado nomade ou hostil e prestar aos que se mantiverem em promiscuidade com os civilizados as mesmas garantias das citadas leis;

e) propor a fundação e manutenção de Postos Indigenas e Nucleos Militares necessarios á acção efficiente junto á população indigena de sua jurisdicção;

f) exercer vigilancia sobre os sertões nacionaes ou terras de fronteiras habitadas por indios, no sentido de resguardal-as de invasões que perturbem de qualquer modo as prescripções deste Regulamento, de manter os indios dentro do nosso territorio e nacionalidade e de dar cumprimento ao decreto n. 22.098, de 11 de maio de 1933;

g) zelar pela execução das medidas para tornar effectiva *in-loco* a protecção ás tribus indigenas, evitar ou fazer cessar a invasão dos seus territorios e obstar conflictos de tribus entre si ou entre ellas e os civilizados, envidando esforços para se tornarem, pacificas e amistosas as relações entre estes e aquelles;

h) promover os actos necessarios á protecção dos indios empregados em domicilios ou como jornaleiros, em estabelecimentos particulares, leigos ou religiosos;

i) promover tambem as medidas necessarias á manutenção da ordem, segurança e ao desenvolvimento dos postos indigenas, nucleos militares das regiões habitadas por indios;

j) verificar o estado das tribus indigenas das respectivas circumscripções e adoptar as medidas mais proprias á sua educação, tratamento e adaptação ás actividades correntes, que forem do agrado dellas;

k) prover e manter tratamentos para as endemias ou moléstias occorrentes;

l) fundar nos estabelecimentos indigenas quando a situação permittir, campos de demonstração e experiencia e postos de monta para a melhoria da lavoura e pecuaria locais, inclusive dos moradores visinhos;

m) superintender os Postos Indigenas e Nucleos Militares, distribuindo equitativamente as providencias e os recursos disponiveis, de modo a obter de cada um o maior progresso compativel com a sua situação;



n) aproveitar, quando possível, os indígenas em todos os serviços compatíveis com as suas aptidões, remunerando-os segundo a sua capacidade de trabalho e o estabelecido para os demais trabalhadores e de conformidade com o § 1º do art. 121 da Constituição da Republica de accordo tambem com o decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928;

o) velar para que, nos Postos Indigenas, os indios gozem o producto integral do seu trabalho e tudo o mais applicado em seu beneficio,

p) a responsabilidade pela conservação do patrimonio nacional, bem como pelo dos indios, mantendo em dia as respectivas cargas e apresentando o inventario nas épocas proprias;

q) gerir, nos termos do art. 37 do decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928, combinado com o art. 1º do decreto numero 24.700, de 12 de julho de 1934, os referidos bens dos indios e fiscalizar as transacções e trocas que a posse de alguns bens (gados, colheitas, etc.) possa normalmente determinar;

r) zelar para que seja mantido em dia o expediente, a contabilidade e a escripturação de todos os estabelecimentos e as operações de pagamento, dentro das verbas distribuidas;

s) manter correspondencia com as autoridades federaes, estaduais e municipais, com os funcionarios, e delegados do Serviço de Protecção aos Indios e com particulares, no intuito de um perfeito encaminhamento de todos os trabalhos;

t) proceder ao levantamento da estatistica dos indios da circumscripção respectiva, com declaração de suas origens, linguas, occupações, situação actual, habitos e tendencias;

u) admitir e dispensar o pessoal mensalista ou diarista para os diversos serviços, dentro das tabellas variaveis, previamente approvadas pelo Ministerio da Guerra, e dos recursos que lhe forem distribuidos, de accordo com o art. 7º do decreto n. 18.088, de 27 de janeiro de 1928;

v) requisitar, ou providenciar sobre recebimento de adiantamentos; requisitar, effectuar ou providenciar os pagamentos na forma dos arts. 263 a 266 do Regulamento doCodigo de Contabilidade da União, ou dos dispositivos vigorantes no Ministério da Guerra, bem como requisitar transportes do material e pessoal em objecto de serviço.

**Art. 17.** Os Postos Indigenas são órgãos do Serviço de Protecção aos Indios em immediato contacto com os aborigenes, agindo directamente sobre elles; e classificam-se em:

a) Postos de Attracção, Vigilancia e Pacificação;

b) Postos de Assistencia, Nacionalização e Educação.

**Art. 18.** Incumbe aos Postos de Attracção, Pacificação e Vigilancia:

a) impedir pelos meios legais e policiaes ao seu alcance, que as populações civilizadas ataquem os indios ou invadam as suas terras, communicando ás autoridades os factos desta natureza que occorrerem:

b) attrair por meios brandos as tribus arredias ou hostis, estabelecendo entre ellas relações amistosas esforçando-se por estender taes relações ás populações proximas;

c) não permittir qualquer violencia physica contra os selvícolas, ainda quando partam delles as hostilidades, observando e fazendo observar religiosamente a divisa do Serviço de Protecção aos Indios: "Morrer se preciso fôr; matar, nunca".

1) Aproveitar essas circumstancias para demonstrar a grandeza, a efficiencia e a generosidade de nossa civilização, usando dos amplos meios com que a sciencia e a industria modernas superiormente nos apparellham, não para destruir povos imbeles, desarmados e na infancia social, mas sim para despertar-lhes o desejo de compartilhar connosco do progresso a que attingimos;

2) Empregar, em consequencia, instrumento de ferro, uso dos phosphoros e outros meios de obter facilmente o fogo; projecções luminosas, apparelhos sonoros ou falantes; caçadas com armas de fogo e ajuda de cães; uso dos pequenos motores nas embarcações e, quando possível, vôos de aviões e autogiros ou outros recursos que attraiam os indios e os levem a desejar a nossa convivencia;

3) Entreter e avivar estes desejos com dadas appropriadas, tanto de objectos de ferro, de utilidade immediata nas selvas, como de fructos e alimentos cobigados pelos indios. Os presentes deverão ser collocados ainda quando parte dos indios permaneça arredia ou hostil, em ranchos ao longo das estradas e em torno dos acampamentos de pacificação, e consistirão principalmente em objectos de ferro: machados, facões ou foices, e outros artigos de utilidade;

4) Ter muito em conta que os indios arredios, só se utilizam de alimentos — mandioca, milho, canna ou outros já de uso delles, quando os encontram ainda em roças, de modo que elles proprios possam colhel-os: a principio na supposição de que o fazem sem nosso consentimento, acabando por verificar a nossa dadia e intenções amistosas;

5) Manter sempre o acampamento na mais perfeita ordem moral e material e de modo a dar aos indios a melhor impressão de nossa civilização; estabelecendo desde o primeiro dia o culto systematico á bandeira nacional, com a assistencia de hymnos cantados ou mesmo phonographados;

6) Qualquer funcionario do Serviço de Protecção aos Indios, seja qual fôr a sua categoria, aqui mais do que em qualquer outra parte, deverá sentir nitidamente que é seu primeiro dever bem preencher a sua propria função especial, mas que a boa ordem dos trabalhos a que se devotou exige que cada qual assista ou coadjuve na medida de suas forças, á realização das outras funções quaesquer, de modo que todos concorram e convirjam o seu devotamento civico e social, para a mais perfeita e rapida consecução dos objectivos communs, fazendo com que a conducta de cada um, como de todos em conjuncto, possa servir de modelo ou exemplo aos indigenas attrahidos;

d) não consentir que seja imposta aos selvícolas nenhuma obrigação relativamente a serviços, religião, ensino, e aprendizagem que não accitem;

e) prestar todo o amparo aos indios, attrahidos e pacificados;

f) afastar do contacto com os indios, quaesquer pessoas portadoras de molestias contagiosas, e vicios ou costumes insociaveis;

g) fazer respeitar a familia indigena, tanto em sua constituição como em seu decoro, afastando irrevogavelmente qualquer funcionario, ou pessoa estranha ao Serviço que se tornar culpada, promovendo, si fôr caso para isso, a responsabilidade criminal de um ou de outra;

h) fiscalizar a entrada para o sertão de pessoas estranhas ao Serviço, e velar pela fronteira proxima de accordo com as instruções que lhe forem expeditas;

i) ter a iniciativa das medidas de emergencia mais proprias ao successo da missão de pacificação, esclarecimento, vigilancia e demais operações que lhe competem;

j) trazer a Inspectoria informada de todas as occorrenças extraordinarias ou imprevistas.

Art. 19. Os Postos de Assistencia, Nacionalização e Educação, além das attribuições do artigo anterior caracterizam-se:

a) pelo agrupamento de indios, de uma ou mais tribus, em relações pacificas, já sedentarias e capazes de se adaptarem á criação e á lavoura e á outras occupações normaes;

b) pelo estabelecimento das instituições constantes do artigo 26, destinadas a ensinns e exercicios dos indios, ministrados, uns e outros, sem nenhuma especie de coacção, de accordo com o art. 9º do presente Regulamento.

c) pela instituição de um serviço de tratamento das endemias e molestias occorrentes e ensinamentos hygienicos;

d) pelo arruamento de uma área para séde da administração e das familias indigenas que ali queiram residir;

e) pela organização da lavoura e da pecuaria, nos moldes e no gráo mais intensivo e mais tecnico a que os indios possam attingir;

f) pelo culto civico á bandeira e por outras instituições destinadas a incentivar o civismo brasileiro entre os indios, sem distincção de sexo, inclusive o ensinamento da historia patria e a explicação das datas nacionais.

Art. 20. Nos Postos de Assistencia, Nacionalização e Educação os indios aprenderão a trabalhar sem contrangimento, sendo levados a isto, por conselhos, premios, demonstrações e outros meios suasorios.

Art. 21. Nos Postos de Assistencia, Nacionalização e Educação, os indios receberão gratuitamente a alimentação e roupas, emquanto fôr necessario, soccorros medicos e outros recursos, como ferramentas, sementes, animaes para inicio de criação, de cultura, etc., para um melhor encaminhamento de suas actividades.

Art. 22. Os postos serão ligados sempre que fôr possível uns aos outros e aos povoados, por caminhos ou estradas de rodagem em cuja construcção se applicarão, de preferencia, os indios que nellas queiram trabalhar.

Paragrapho unico. Nas regiões fluviaes ou onde seja difficil a construcção de estradas, essa ligação será feita por serviços de transportes adequados, aéreos ou fluviaes, em que tambem se aproveitarão os indigenas tanto quanto possível.

Art. 23. Os postos de assistência nacionalização e educação manterão em dia a escripturação dos livros referentes ás occurrencias, expediente, registro civil dos indios, á contabilidade e ao patrimonio, tanto nacional como dos indios.

Art. 24. Em cada posto indigena será destinada uma área de matta para *Reserva Florestal*.

Art. 25. Sempre que for possivel serão feitos o estudo e a cultura dos vegetaes uteis á região, pomares e viveiros de plantas uteis, fructíferas e de reflorestamento.

Art. 26. O Serviço de Protecção aos Indios estabelecerá nos postos, sempre que for possivel, as instituições de ensinamentos, de utilização e beneficiamento de culturas, que o estado social e economico dos indios respectivos determinar, e que consistirão em:

a) escolas primarias, com curso diurno e nocturno, para os indios de ambos os sexos e de todas as idades;

b) apprendizado agricola e de criação, inclusive, cursos praticos de apicultura, sericicultura e outros que forem necessarios;

c) campos de experiencia e demonstração com depositos de instrumentos de lavoura e animaes reproductores adequados a cada zona;

d) silos, paiões e outras installações para beneficiamento e conservação das colheitas, vegetaes ou animaes, inclusive, conserva de carnes, peixes, fructas e outros productos;

e) educação physica e instrucção militar, organizando-se para essa instrucção nas terras de fronteiras e nas de sertão linhas de tiro, sempre que a população indigena for sufficientemente densa e que seu estado social o permita.

Paragrapho unico. As escolas e mais estabelecimentos de ensino poderão ser frequentados pelas crianças dos arredores ainda que não sejam indigenas.

Art. 27. O numero de postos indigenas poderá ser augmentado ou diminuido, de accordo com as necessidades do serviço, podendo, em casos especiaes, ficar alguns delles sob a immediata administração da Chefia do Serviço;

Art. 28. Para que possam ser attendidos os interesses dos indios em logares onde não esteja ainda systematizada a acção do Serviço de Protecção aos Indios, os inspectores poderão instituir delegacias, que serão exercidas por funcionarios do Serviço, ou, gratuitamente por pessoas idoneas, da confiança dos ditos inspectores, e por elles nomeadas nos termos do § 2º do art. 6º, do decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928, dando desses actos immediato conhecimento á Chefia do Serviço por telegramma, confirmado por officio.

Art. 29. As delegacias do Serviço de Protecção aos Indios têm por funcção:

a) representar os inspectores nos casos do § 2º do alludido art. 6º;

b) trazer essas autoridades, e quaesquer outras, quando necessario, informadas de tudo quanto interessar á marcha do Serviço de Protecção aos Indios, na respectiva região;

c) solicitar quando for necessario, das autoridades federaes e estaduais de sua circumscripção, as providencias in-

dispensaveis ao cumprimento do decreto acima citado, dando, desses actos immediato conhecimento ás Inspectorias, por telegrapha, confirmado por officio.

Paragraphe unico. E' vedado, aos delegados do Serviço de Protecção aos Indios empregar em proveito seu, ou alheio, o trabalho ou a fazenda dos indios.

## CAPITULO IV

### DO PESSOAL

Art. 30. Os cargos de direcção do Serviço de Protecção aos Indios, serão providos na fórma do art. 2º e seus paragaphos, do decreto n. 24.700, de 12 de julho de 1934.

Os seus trabalhos poderão ser confiados:

1º, o de chefe a um official superior da activa, da reserva ou reformado, de reconhecida competencia nos assumptos referentes ao Serviço de Protecção aos Indios;

2º, os da 1ª Secção enumerados no art. 14 do presente regulamento, a pessoas que tenham, pelo menos, 2 annos de trabalhos no interior do paiz, junto dos indios, prestados no Serviço de Protecção aos Indios, na inspecção e Guarnições de Fronteiras, nas commissões de Limites ou em quaesquer outros trabalhos publicos;

3º, os da 2ª Secção enumerados no art. 15 do presente regulamento, a pessoas que já tenham provado a sua competencia em trabalhos technicos analogos aos ali especificados;

4º, os de expediente administrativo, como organização e execução de methodos de escripta, inventarios, tombamentos, exame e classificação de documentos de despesa ou de receita, etc. a officiaes de Administração do Exercito ou a civis que tenham demonstrado conhecimentos de contabilidade e escripturação, auxiliados por escreventes do Exercito;

5º, os de desenho, archiva, ethnographia, protocollo e portaria, sempre que for possivel, aos antigos serventuarios do Serviço de Protecção aos Indios, de modo que haja pelo menos um serventuario responsavel para cada um dos serviços.

§ 1.º As sub-divisões administrativas de direcção do Serviço de Protecção aos Indios, bem como, as inspectorias e demais órgãos do mesmo Serviço nos Estados, deverão ser organizadas, de preferencia, com pessoal militar ou civil especializado no conhecimento e trato dos problemas indigenas, no Serviço de Protecção aos Indios, na inspecção e Guarnições de Fronteiras, nas Commissões de Limites ou, em quaesquer outros trabalhos publicos.

1. O numero e categoria hierarchica desses serventuarios deverão annualmente, ou quando se fizer necessario, ser propostos mediante indicação do chefe do Serviço de Protecção aos Indios, pelo inspector de Fronteiras, de modo que a acção desses Serviços se estenda a todas as regiões ou zonas indigenas, tanto das fronteiras, como do interior do paiz.

2. O numero de inspectores e de chefes de serviços de que trata o art. 5º, *in-fine* será fixado de modo que haja pelo menos:

a) quanto a inspectores: 1) um para o Amazonas e Territorio do Acre; 2) um para o Pará; 3) um para o Maranhão; 4) um para os Estados da Parahyba, Pernambuco e Bahia; 5) um para São Paulo e Sul de Matto Grosso; 6) um para Matto Grosso (centro do norte); 7) um para os Estados do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul; 8) um para Goyaz; e os que forem necessarios para os trabalhos especificados na letra c deste paragrapho;

b) quanto aos auxiliares immediatos dos inspectores ou chefes de serviços:

1. Oito na Inspectoria do Amazonas e Territorio do Acre, sendo: um para o Acre; um para o Rio Branco; um para o Rio Negro; um para o Solimões; um para o Juruá e Jutahy; um para o Purús; um para o Javary e um para o Madeira.

Quatro na Inspectoria do Pará, sendo: um para o Oya-pock; um para o Tocantins; um para o Xingú e um para o Tapajóz.

Tres na Inspectoria do Maranhão, sendo: um para o Gurupy; um para o Tury-Assú e um para o Barra do Corda.

Dois na Inspectoria da Parahyba, Pernambuco e Bahia, sendo: um para a Parahyba e Pernambuco e um para a Bahia.

Um nos Estados do Espirito Santo e Minas Geraes, immediatamente subordinado á Directoria (ou chefia).

Tres na Inspectoria de São Paulo e Sul de Matto Grosso, sendo: um para Miranda, Nioac e Aquidauana (Terenos e Cadiucus); um para S. Paulo (Guarany e Caingangues); um para o extremo Sul de Matto Grosso (Cayuaés).

Tres na Inspectoria do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, sendo: um para o Paraná, um para Santa Catharina e um para o Rio Grande do Sul.

Quatro na Inspectoria de Matto Grosso (Zona Centro e Norte), sendo: um para o Xingú e Telles Pires; um para o Juruena e Linhas Telegraphicas; um para o Guaporé e Paraguay e um para S. Lourenço.

Tres na Inspectoria de Goyaz, sendo: um para o Alto Tocantins; um para o Araguaya e um para o Rio das Mortes; e os que forem necessarios para os trabalhos especificados na letra c deste paragrapho.

c) Tambem na direcção do Serviço de Protecção aos Indios poderão servir Inspectores e Chefes de serviços referidos na letra b para a necessaria ligação e coordenação dos trabalhos nos Estados, com a direcção geral e substituição e serviços julgados indispensaveis.

§ 2.º Os funcionarios da antiga secção do Serviço de Protecção aos Indios, provindos do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, por força do decreto n. 24.700, de 12 de julho de 1934, serão aproveitados, sem prejuizo das

garantias, vencimentos e vantagens que gozavam nos ministerios de onde provieram, a saber:

I. No proprio Serviço de Protecção aos Indios, ou em qualquer outra repartição ou commissão do Ministerio da Guerra, se assim preferirem e houver conveniencia do serviço publico.

II. Nos ministerios civis d'onde provieram ou já serviram, ou em outros, se desejarem, mediante entendimento do Ministerio da Guerra com os referidos ministerios civis.

Neste caso, a transferencia de funcionario ou funcionarios deverá ser feita com as respectivas verbas e sem prejuizo de seus vencimentos e garantias legais.

§ 3.º Qualquer serventuario subordinado ao Serviço de Protecção aos Indios, militar ou civil, poderá ser designado para, na fórma do art. 75 do decreto n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911, desempenhar em qualquer estabelecimento do referido Serviço nos Estados, trabalhos que forem necessarios e de accordo com as respectivas aptidões e categorias.

§ 4.º Para constituirem o Conselho de Administração do Serviço de Protecção aos Indios, serão designados, além dos officiaes contadores, os militares e civis que já se tenham especializado nos trabalhos que terão de administrar, sempre que fôr possivel e necessario e de accordo com os regulamentos respectivos.

Art. 31. Os encarregados de Postos, tambem serventuarios em commissão, e seus auxiliares, inclusive professores, terão seus vencimentos arbitrados pelo Ministerio da Guerra, tendo em vista o custo da vida em cada região.

Art. 32. O Ministerio da Guerra poderá arbitrar as vantagens de que trata o § unico do art. 2.º do decreto n. 24.700, de 12 de julho de 1934, individualmente ou por meio de tabellas que lhe forem propostas por intermedio do Estado Maior do Exercito e de accordo com as possibilidades e recursos existentes.

Art. 33. Os serventuarios do Serviço de Protecção aos Indios, quando em viagem de serviço publico, terão direito ás ajudas de custo ou diarias relativas ás suas vantagens, de accordo com as tabellas correspondentes adoptadas no Ministerio da Guerra.

Art. 34. O numero desses serventuarios será essencialmente variavel, podendo ser augmentado ou diminuido, segundo as necessidades do serviço publico e os recursos fornecidos ao Serviço de Protecção aos Indios.

Art. 35. O chefe do Serviço de Protecção aos Indios, distribuirá o pessoal pelas Secções, conforme as necessidades do serviço, de preferencia sempre nos logares e tribus indigenas desprovidas de qualquer outra assistencia.

Art. 36. Os officiaes que servirem no Serviço de Protecção aos Indios, gozarão de todas as vantagens das regiões militares em que se acharem.

## CAPITULO V

## DOS DEVERES DOS FUNCIONARIOS

Art. 37. Ao chefe do Serviço de Protecção aos Indios compete:

a) exercer as attribuições inherentes á direcção e fiscalização do Serviço, de accordo com este regulamento e com o regulamento da Inspectoria Especial de Fronteiras, com o decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928 e com as instrucções que lhe forem dadas por aquella Inspectoria;

b) propôr á Inspectoria Especial de Fronteiras, as medidas e ordens de serviço que se fizerem necessarias ao bom andamento dos trabalhos do Serviço, sempre que taes medidas ou providencias dependerem de decisões dessa autoridade ou que ainda não tenham sido previstas pelas leis, regulamentos ou instrucções;

c) corresponder-se com as Inspectorias, assim como, com os Departamento administrativos, associações ou com particulares sobre a protecção aos indios, quando se tratar de soluções já determinadas pelas leis e regulamentos, decisões judiciais ou ministeriaes e por despacho da Inspectoria Especial de Fronteiras;

d) tomar a iniciativa, quando necessaria, de accordo com as prescripções do art. 6.º do decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928, das providencias indispensaveis á defesa dos direitos dos indios, definidos pelo Codigo Civil e pela lei referida;

e) providenciar sobre adeantamentos, pagamentos e transportes de material e pessoal, que se refiram ás verbas do Serviço de Protecção aos Indios;

f) zelar pela rigorosa execução da lei que regula a situação dos indios nascidos no territorio nacional e dos dispositivos dos arts. 5.º, 129 e outros da Constituição da Republica applicaveis aos indios;

g) informar e dar parecer sobre todos os assumptos que interessarem aos indios do Brasil;

h) organizar directrizes de trabalhos de pacificação e assistencia aos indios, bem assim dar parecer sobre os trabalhos projectados ou executados por particulares quaesquer, interessando aos indios ou ás regiões por elles habitadas;

i) prestar esclarecimentos e expedir instrucções para a boa comprehensão, ordem e desenvolvimento do serviço, indicando as providencias indispensaveis e tomando as que já estejam definidas por leis, regulamentos e instrucções;

j) propôr á Inspectoria Especial de Fronteiras a nomeação, promoção e transferencia de inspectores e mais funcionarios do Serviço de accordo com as necessidades do serviço;

k) dar parecer e encaminhar as tabellas de vencimentos, jornaes ou diarias do pessoal mensalista ou diarista, que deve exercer, permanente ou transitoriamente, as funcções relativas ao Serviço de Protecção aos Indios, ou desempenhar qualquer serviço occorrente;



l) propôr o logar da séde e a zona de acção dos inspectores do Serviço de Protecção aos Indios, ou de serviços isolados;

m) apresentar, mediante as informações providas das Inspectorias, o relatório annual dos trabalhos realizados, e propôr o plano dos trabalhos a realizar, bem como a respectiva tabella orçamentaria;

n) exercer outras attribuições decorrentes das leis, regulamentos ou instrucções em vigor, inclusive inspecções directas aos estabelecimentos nos Estados, quando fôr necessario;

o) cooperar com o Inspector das Fronteiras para o estabelecimento das ligações entre o Serviço de Protecção aos Indios e os mais serviços daquela Inspectoria.

Art. 38. Aos chefes de secção e demais serventuários incumbem, respectivamente, dirigir as secções a que pertencerem e executar os trabalhos affectos ás mesmas, de accordo com os regulamentos e instrucções em vigor.

Art. 39. Os demais serventuários, tanto technicos como administrativos, executarão os serviços de sua capacidade, de accordo com as instrucções que receberem dos chefes respectivos.

Art. 40. Os deveres e attribuições dos inspectores não constantes dos regulamentos e do decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928, e os do pessoal dos estabelecimentos do Serviço de Protecção aos Indios, nas mesmas condições, serão discriminados em instrucções especiaes expedidas pelo chefe do Serviço com a approvação do inspector especial de Fronteiras.

## CAPITULO VI

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 41. Nas terras reservadas para os indios ou por elles habitadas, nas de sua propriedade ou nas terras a que se refere o art. 129 da Constituição da Republica, ninguém poderá construir ou fazer bemfeitorias para gozo ou lucro proprio, sob pena de incorrer nas comminações da ultima parte do art. 547 do Código Civil e mais disposições legais que resguardam as propriedades em geral e especialmente as propriedades dos indios.

Art. 42. Todos os immoveis construidos em terras dos indios, bens moveis e semoventes ali existentes, a que se refere o artigo anterior ou ali introduzidos, resarcidos os danos consequentes (Const. Bras. art. 113 n. 17) serão considerados de propriedade da comunidade indigena habitante das terras respectivas, resalvadas as propriedades e bemfeitorias das associações particulares, leigas ou religiosas, que se dedicam á manutenção de obras de assistencia em beneficio dos indios.

Art. 43. Os encargos e attribuições do Serviço de Protecção aos Indios, só poderão ser tomados e exercidos por funcionarios desse Serviço de accordo com o § 1º, do art. 5º da Constituição da Republica.

Paragrapho unico. A cooperação dos governos estadoaes para a obra de pacificação dos indios e a protecção de que carecerem será invocada ou acceita nos termos do art. 49 e seus paragraphos do decreto n. 5.484, de 27 de junho de 1928.

Art. 44. Nas zonas de fronteira do Brasil só brasileiros natos ou naturalizados poderão dirigir obras de natureza educativa e de caracter nacional junto aos indios.

§ 1.º As pessoas e associações que ahí já se encontrem estabelecidas, com a missão de catechisar ou educar os indios, poderão permanecer no mesmo local observadas as garantias asseguradas aos indios pela Constituição e leis vigentes.

§ 2.º Nenhuma associação, ou pessoa estrangeira, poderá estabelecer-se nas fronteiras do Brasil para agir sobre indios, sem prévio assentimento do Governo Federal ouvidos o Conselho de Segurança Nacional e o Serviço de Protecção aos Indios.

§ 3.º As autoridades militares attenderão ás requisições de força, devidamente justificadas, feitas pelos serventuários do Serviço de Protecção aos Indios, para a defesa da vida dos indios e do patrimonio nacional e indigena a cargo do referido Serviço.

Art. 45. E' vedado ao Serviço de Protecção aos Indios estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercicio de cultos religiosos junto aos indios, sem prejuizo da collaboraçãõ reciproca em prol do interesse colectivo.

§ 1.º Será especialmente defeso aos serventuários do Serviço de Protecção aos Indios, fazer propaganda ou catechese religiosa, seja qual fór a crenga de sua preferencia pessoal.

§ 2.º Será sempre garantida aos sacerdotes ou pregadores, sem distincção de cultos ou doutrinas a faculdade de fazer catechese ou praticar cerimoniaes religiosas.

§ 3.º Esta liberdade religiosa será mantida em toda a sua plenitude, desde que a pregagão ou catechese, as praticas ou cerimoniaes religiosas, não perturbem os trabalhos de estabelecimentos ou aldeias e sejam feitas sem onus para os cofres publicos e sem constrangimento ou coacção dos indios.

§ 4.º A collaboraçãõ prestada ou a prestar, em beneficio dos indios, por qualquer pessoa ou associação, leiga ou religiosa, será reconhecida e acceita, mas não isenta, junto desses indios, os serventuários do Serviço de Protecção aos Indios dos deveres, attribuições e obrigações constantes da lei e do presente regulamento.

§ 5.º Os indios são tambem inteiramente livres, quando o queiram, de guardar e praticar as crengas e os ritos de seus maiores e com elles attingirem a incorporação á nacionalidade, intervindo apenas os funcionarios do Serviço de Protecção aos Indios, por meios suaves:

1º) Para modificar praticas anti-hygienicas e anti-sociaes, si existirem;

2º) Para dar aos aborigenes a esse respeito, tão sómente, educação civica e profissional e pol-os em contacto com os methodos mais apropriados do trabalho.

Art. 46. A actividade util de cada estabelecimento ou população indigena, deve ser organizada e dirigida, tendo em consideração as contingencias do ambiente physico e social, em relação á cultura da terra, á criação de animaes e ás industrias locais, inclusive as extractivas de cada região, visando que cada posto ou grupo de estabelecimento proximos venha a produzir, pelo menos, o bastante á propria manutenção.

Art. 47. E' tambem especialmente vedado aos serventuarios do Serviço de Protecção aos Indios:

1) Dispor a titulo qualquer, mesmo pagando arrendamento, de terras de indios, para utilização propria ou extranha ao Serviço de Protecção aos Indios, só podendo criar ahí animaes domesticos para consumo de suas familias, bem como sómente fazer plantações com essa exstricta finalidade;

2) Comprara e vender quaesquer objectos e productos dos indios ou manter commercio de qualquer natureza, salvo as compras da administração em que actuem como simples prepostos ou as vendas dos productos indigenas, nos termos da letra g, do art. 16 do presente regulamento, em que funcioenam como fiscaes obrigados;

3) Utilizar em proveito proprio ou extranho, animaes, meios de transporte, ferramentas e tudo o mais que fôr destinado á administração do Serviço de Protecção aos Indios ou auxiliar aos indios de qualquer maneira.

Paragrapho unico. E' igualmente vedado aos encarregados dos Postos e Aldeias indigenas possuirem ou administrarem, nas proximidades desses postos e aldeias, estabelecimentos agricolas, pecuarios, industriaes ou commerciaes, o mesmo se dando relativamente aos demais serventuarios do Serviço de Protecção aos Indios nas zonas das attribuições respectivas.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1936. — General, *João Gomes Ribeiro Filho*.

---

DECRETO N. 737 — DE 7 DE ABRIL DE 1936

*Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1934, conceder auxilios no corrente exercicio, ás instituições nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Minas Geraes, abaixo indicadas, devendo o pagamento do auxilio, no 2º semestre, ser feito nos termos do decreto numero

23.071, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação n. 1, da verba 21ª — Subvenções — artigo 3º — anexo 5, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Casa de Saude Maritima do Pará-Belém — Pará . . . . .	30:000\$000
Asylo Orphanologico Santa Luzia — São Luiz — Maranhão . . . . .	8:000\$000
Academia de Commercio do Maranhão — São Luiz — Maranhão . . . . .	6:000\$000
Faculdade de Pharmacia e Odontologia — São Luiz — Maranhão . . . . .	10:000\$000
Seminario Santo Antonio — São Luiz — Mara- nhão . . . . .	10:000\$000
Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra — São Luiz — Maranhão.	5:000\$000
União Artistica Operaria Caxiense — Caxias — — Maranhão . . . . .	10:000\$000
Collegio Santa Thereza de Jesus — Crato — Ceará . . . . .	10:000\$000
Escola Agricola — Goyanna — Pernambuco ..	8:000\$000
Instituto de Assistencia e Protecção á Infan- cia — Maceió — Alagoas . . . . .	6:000\$000
Asylo Filhas de Anna — Cachoeira — Bahia..	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Belmonte — Bahia . . . . .	6:000\$000
Instituto de Menores Anormaes — Petropolis — Rio de Janeiro . . . . .	25:000\$000
Academia Carioca de Lettras — Districto Fe- deral . . . . .	5:000\$000
Polyclinica de Copacabana — Districto Federal	10:000\$000
Polyclinica de Botafogo — Districto Federal..	15:000\$000
Asylo Maria Immaculada — Santos — São Paulo	5:000\$000
Collegio N. S. Auxiliadora — Batataes — São Paulo . . . . .	6:000\$000
Instituto das Pequenas Missionarias de Maria Immaculada — São José dos Campos — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Hospital Anna Cintra — Amparo — São Paulo	5:000\$000
Hospital de Caridade — Jundiaby — São Paulo	5:000\$000
Hospital Santa Isabel — Jaboticabal — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Liga Paulista Contra a Tuberculose — São Paulo . . . . .	23:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Jacarehy — São Paulo . . . . .	2:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Lorena — São Paulo . . . . .	5:000\$000

Sociedade Protectora do Asylo de Mendigos — Taubaté — São Paulo . . . . .	5:000\$000
Sociedade Feminina de Assistencia á Infancia — Campinas — São Paulo . . . . .	15:000\$000
Albergue Nocturno — Curityba — Paraná . . .	5:000\$000
Escola Superior de Veterinaria — Curityba — Paraná . . . . .	20:000\$000
Faculdade Medicina — Curityba — Paraná..	60:000\$000
Hospital São Vicente de Paulo — Guarapuava — — Paraná . . . . .	15:000\$000
Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos — Laguna — Santa Catharina.....	8:000\$000
Asylo Santo Antonio e Santa Izabel de Hungria — Ouro Preto — Minas Geraes . . . . .	3:000\$000
Academia de Commercio — Guaxupé — Minas Geraes . . . . .	5:000\$000
Asylo de Orphãos Sagrados Corações de Jesus e de Maria — Barbacena — Minas Geraes.	10:000\$000
Escola Domestica e Technico Profissional N. S. da Aparecida — Passa Quatro — Minas Geraes . . . . .	10:000\$000
Escola Profissional Delphin Moreira — Pouso Alegre — Minas Geraes . . . . .	10:000\$000
Hospital Regional do Sul de Minas — Varginha — Minas Geraes . . . . .	6:000\$000
Hospital Antonio Moreira da Costa — Santa Rita do Sapucahy — Minas Geraes . . . . .	15:000\$000
Instituto Gammon — Lavras — Minas Geraes.	15:000\$000
Orphanato N. S. do Carmo — Carmo do Rio Claro — Minas Geraes . . . . .	5:000\$000
Sociedade São Vicente de Paulo — Santa Rita do Sapucahy — Minas Geraes . . . . .	6:000\$000
Sociedade Philantropica Santaritense — Santa Rita de Sapucahy — Minas Geraes.....	8:000\$000
<b>Total . . . . .</b>	<b>466:000\$000</b>

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1936, 114° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

## DECRETO N. 738 — DE 7 DE ABRIL DE 1936

*Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituções nos Estados do Ceará, Alagoas, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxilios no corrente exercicio, as instituições nos Estados do Ceará, Alagoas, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Districto Federal, abaixo indicadas, devendo o pagamento do auxilio, no 2º semestre, ser feito nos termos do decreto n. 23.074, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação n. 4, da verba 21ª — Subvenções — art. 3º — annexo n. 5 da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Maternidade Dr. João Moreira — Fortaleza — Ceará . . . . .	23:000\$000
Orphanato São Domingos — Maceió — Alagoas	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Maceió — Alagoas . . . . .	25:000\$000
Sociedade Bahiana de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra — Salvador — Bahia . . . . .	2:000\$000
Escola Superior de Commercio — Victoria — Espirito Santo . . . . .	2:000\$000
Polyclinica Antonio Aguirre — Victoria — Espirito Santo . . . . .	8:000\$000
Associação das Damas de Caridade São Vicente de Paulo — Nitheroy — Rio de Janeiro...	12:000\$000
Associação Mantenedora do Asylo N. S. do Carmo — Campos — Rio de Janeiro .....	6:000\$000
Hospital Santa Thereza — Petropolis — Rio de Janeiro . . . . .	20:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Campos — Rio de Janeiro . . . . .	25:000\$000
Casa dos Expostos — Districto Federal.....	60:000\$000
Dispensario São José — Districto Federal.....	5:000\$000
Instituto de Artes e Officios da Divina Providencia — Districto Federal .....	10:000\$000
Orphanato Santo Antonio — Districto Federal.	23:000\$000
Assistencia á Infancia — Santos — São Paulo.	30:000\$000
Asylo de Mendicidade — Limeira — São Paulo	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Lins — São Paulo . . . . .	2:000\$000

Santa Casa de Misericórdia — Pindamonhan- gaba — São Paulo .....	3:000\$000
Total . . . . .	<u>271:000\$000</u>

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

DECRETO N. 739 — DE 9 DE ABRIL DE 1936

*Restabelece os exames a que está sujeito o pessoal da Marinha Mercante*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que não mais subsistem os motivos que determinaram a expedição do decreto n. 24.683, de 12 de julho de 1934;

Considerando que, attentas as necessidades dos serviços da Marinha Mercante em diversas regiões do Paiz, necessario se torna que sejam estabelecidas condições especiaes para os exames a serem exigidos para o exercicio de determinadas profissões;

Considerando que, attentas ainda as mesmas necessidades, os exames em geral devem ter inicio no mais breve tempo possivel;

Resolve:

Art. 1.º Ficam restabelecidos os exames a que está sujeito o Pessoal da Marinha Mercante, por força das disposições regulamentares.

Paragrapho unico. Para a execução do disposto no presente artigo, o ministro da Marinha baixará as necessarias instrucções.

Art. 2.º Ficam revogados o decreto n. 24.683, de 12 de julho de 1934 e demais disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique A. Guilhem.*

## DECRETO N. 740 — DE 9 DE ABRIL DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Cabrobó, Pesqueira, Alagôa de Baixo, Petrolina, Tacaratú, São Gonçalo, Caruarú, Brejo, São Caetano, Motuto e Rio Branco, no Estado de Pernambuco, durante o dia 21 de abril do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Cabrobó, Pesqueira, Alagoa de Baixo, Petrolina, Tacaratú, São Gonçalo, Caruarú, Brejo, São Caetano, Motuto e Rio Branco, no Estado de Pernambuco, durante o dia 21 de abril do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 741 — DE 9 DE ABRIL DE 1936

*Perda de patente e posto de officiaes do Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando:

Que a sublevação irrompida na Escola de Aviação Militar, no 3° regimento de infantaria e 21° e 29° batalhões de caçadores, em novembro de 1935, era parte de um plano geral de subversão das instituições politicas e sociaes vigentes;

Que está exuberantemente provado atravez de inqueritos procedidos a respeito, que os officiaes abaixo indicados participaram activamente para aquelle fim:

Decreta, nos termos da emenda n. 2, á Constituição da Republica:

Art. 1.° Perdem a patente e em consequencia o posto, sem prejuizo de outras penalidades e resalvados os effeitos da acção judicial que no caso couber, os seguintes officiaes: majores Carlos da Costa Leite e Alcedo Baptista Cavalcanti; major intendente de guerra Alfredo Nogueira Junior; capitães Luiz Carlos Prestes, Silo Soares Furtado de Meirelles, Octacilio Alves de Lima, Agostinho Pereira Alves Filho, André Trifino Corrêa, Antonio Rolemberg, Renato Tavares da Cunha Melio, Germano Donner, Euclides de Oliveira e Samuel Lobo; pri-



meiros tenentes Paulo Machado Carrion, Lauro Fontoura, Helio de Albuquerque Lima, Augusto Paes Barreto, Nemo Canabarro Lucas, Antonio Travassos de Barros, Sildio Pinto Dias, Saturnino Sant'Anna Filho, veterinario, Cicero Carneiro Neivas, Carlindo Gonçalves Lopes, Hugo de Souza Silveira, Luiz Xavier de Souza e Alvaro Costa Leite; segundos tenentes Soveral Ferreira de Souza, Appolonio Pinto de Carvalho, Lamartine Coutinho Corrêa de Oliveira e Roberto Bomilcar Besouchet.

Art. 2.º A execução do presente decreto compete ao Ministério da Guerra que, para esse fim, determinará as providencias necessarias.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes Ribeiro Filho.

---

DECRETO N. 742 — DE 13 DE ABRIL DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no municipio de Manicoré, no Estado do Amazonas, durante o dia 3 de maio do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no municipio de Manicoré, no Estado do Amazonas, durante o dia 3 de maio do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

---

DECRETO N. 743 — DE 13 DE ABRIL DE 1936

*Concede á firma Leão Junior & Comp., estabelecida em Curityba, Estado do Paraná, os favores do decreto n. 24.195, de 4 de maio de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição e tendo em vista o decreto n. 24.195, de 4 de maio de 1934, decreta:

Artigo unico. Ficam concedidos á firma Leão Junior & Comp., estabelecida em Curityba, Estado do Paraná, e proprietaria das minas de ouro da "Ferraria" e do "Ribeirão do

Ouro", situadas nos municípios de Curitiba. Araucaria e Campo Largo, no mesmo Estado, os favores do decreto numero 24.195, de 4 de maio de 1934, visto haver a referida firma preenchido as condições exigidas no citado decreto.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 744 — DE 13 DE ABRIL DE 1936

*Approva os novos estatutos da Sociedade Cooperativa de Seguros Operarios em Fabricas de Tecidos, Responsabilidade Limitada, adoptados por uma assembléa geral de seus associados, e as alterações nelles introduzidas por outra assembléa, e autoriza a mesma sociedade a continuar a funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Cooperativa de Seguros Operarios em Fabricas de Tecidos, Responsabilidade Limitada, com séde na cidade do Rio de Janeiro e que, fundada pelo syndicato profissional Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, foi autorizada a funcionar pelo decreto n. 14.680, de 21 de fevereiro de 1921, resolve approvar os seus novos estatutos, adoptados pela assembléa geral de seus associados realizada a 16 de setembro de 1935, e as alterações nelles introduzidas pela assembléa realizada a 24 de dezembro do mesmo anno, bem como a substituição de sua fórmula anonyma pela de cooperativa de que trata o decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, podendo a referida sociedade continuar a operar em seguros contra riscos de accidentes do trabalho, mediante as condições seguintes:

I — O capital de responsabilidade minimo da sociedade para as suas operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho é de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), integralmente realizado, nos termos do art. 1° do decreto numero 164, de 14 de maio de 1935.

II — A sociedade, como garantia inicial das suas operações, manterá no Thesouro Nacional o deposito de 100:000\$000 (cem contos de réis), o qual poderá ser augmentado, nos termos da alinea a do art. 41 do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, e paragrapho unico do art. 6° do regulamento approvedo pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

III — A sociedade ficará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 745 — DE 13 DE ABRIL DE 1936

*Concede á Cooperativa de Seguros do Syndicato de Lojistas do Rio de Janeiro autorização para funcionar em operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho e approva os seus estatutos.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu o Syndicato dos Lojistas do Rio de Janeiro, resolve conceder á Cooperativa de Seguros do Syndicato dos Lojistas do Rio de Janeiro, sociedade de responsabilidade limitada, autorização para que funcione em operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho e, bem assim, approvar os seus estatutos, adoptados pela assembléa geral dos respectivos socios, realizada a 27 de dezembro de 1935, mediante as seguintes condições:

I — O capital de responsabilidade minimo da sociedade para as suas operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho é de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), integralmente realizados, nos termos do art. 1° do decreto n. 164, de 14 de maio de 1935.

II — A sociedade, para garantia inicial das suas operações, fará no Thesouro Nacional, na forma da lei, o deposito de 100:000\$000 (cem contos de réis), o qual poderá ser augmentado, nos termos da alinea a, do art. 41 do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, e paragrapho unico do art. 6° do regulamento approved pelo decreto n. 87, de 14 de março de 1935.

III — A sociedade ficará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

## DECRETO N. 746 — DE 13 DE ABRIL DE 1936

*Concede á Sociedade Cooperativa de Seguros do Syndicato dos Commercialistas Atacadistas do Rio de Janeiro Responsabilidade Limitada, autorização para funcção em operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho e approva os seus estatutos.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Cooperativa do Syndicato dos Commercialistas Atacadistas do Rio de Janeiro, Responsabilidade Limitada, resolve conceder-lhe autorização para que funcção em operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho e, bem assim, approvar os seus estatutos, adoptados pela assembléa geral dos respectivos socios, realizada a 27 de dezembro de 1935, mediante as seguintes condições:

I. O capital de responsabilidade minimo da sociedade para as suas operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho é de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), integralmente realizados, nos termos do art. 1º do decreto n. 164, de 14 de maio de 1935.

II. A sociedade, para garantia inicial das suas operações fará no Thesouro Nacional, na fórmula da lei, o deposito de 100:000\$000 (cem contos de réis), o qual poderá ser augmentado, nos termos da alinea a do art. 41 do decreto n. 24.657, de 10 de julho de 1934, e paragrapho unico do art. 6º do regulamento approved pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

III. A sociedade ficará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

## DECRETO N. 747 — DE 16 DE ABRIL DE 1936

*Destitue do seu posto, com perda da respectiva patente, o capitão tenente, reformado, do Corpp de Officiaes da Armada, Roberto Henrique Faller Sisson.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista os elementos de convicção e prova colhidos pela Policia, por exercicio de actividades subversivas das instituições politicas e sociaes,

Resolve, nos termos da emenda n. 2 á Constituição da Republica, destituir do seu posto o capitão tenente, reformado, do Corpo de Officiaes da Armada, Roberto Henrique Faller Sisson, com perda da respectiva patente e, consequentemente, de todas as honras, privilegios, liberdades e isenções que lhe eram assegurados, sem prejuizo, entretanto, de outras penalidades e resalvados os effeitos da decisão judicial que no caso couber.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique Aristides Guilhem.*

## DECRETO N. 748 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1936

*Destitue do seu posto, com perda da respectiva patente, o capitão de corveta, aviador naval, Amarilio Vieira Cortez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista os elementos de convicção e prova colhidos pela Policia, por exercicio de actividades subversivas das instituições politicas e sociaes;

Resolve, nos termos da emenda n. 2 á Constituição da Republica, destituir do seu posto o capitão de corveta, aviador

naval, Amarilio Vieira Cortez, com perda da respectiva patente e, consequentemente, de todas as honras, privilegios, liberdades e isenções que lhe eram assegurados, sem prejuizo, entretanto, de outras penalidades e resalvados os effeitos da decisão judicial que no caso couber.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique A. Guilhem.*

---

DECRETO N. 749 — DE 16 DE ABRIL DE 1936

*Destitue de seu posto, com perda da respectiva patente, o capitão-tenente do Corpo de Officiaes da Armada, Hercolino Cascardo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista os elementos de convicção e prova colhidos pela Policia, por exercicio de actividades subversivas das instituições politicas e sociaes;

Resolve, nos termos da emenda n. 2 á Constituição da Republica, destituir do seu posto o capitão-tenente do Corpo de Officiaes da Armada, Hercolino Cascardo, com perda da respectiva patente e, consequentemente, de todas as honras, privilegios, liberdades e isenções que lhe eram assegurados, sem prejuizo, entretanto, de outras penalidades e resalvados os effeitos da decisão judicial que no caso couber.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique A. Guilhem.*

---

## DECRETO N. 750 — DE 16 DE ABRIL DE 1936

*Perda de patente e posto de officiaes do Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em face das razões já expostas no decreto n. 741, de 9 do corrente, decreta, nos termos da emenda n. 2 á Constituição da Republica:

Art. 1.º Perdem a patente e em consequencia o posto, sem prejuizo de outras penalidades e reservados os effeitos da acção judicial que no caso couber, os seguintes segundos tenentes da reserva de 1ª classe, convocados: Heraclito Victorio, Aristides de Souza Torres, Oscar Martinez, Fleury Ribeiro da Costa, João Baptista, Victal Carmim Mecchi, Al-dobrantino Chaves Segura e Benjamim Franklin Pacheco d'Avila.

Art. 2.º A execução do presente decreto compete ao Ministerio da Guerra que, para esse fim, determinará as providencias necessarias.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETÚLIO VARGAS.

General João Gomes.

## DECRETO N. 751 — DE 17 DE ABRIL DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Laguna, Caçador, Mafra, Indaial, Urussanga e Timbó, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 26 de abril do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Laguna, Caçador, Mafra, Indaial, Urussanga e Timbó, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 26 de abril do corrente anno, afim de serem

alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão..*

---

DECRETO N. 752 — DE 17 DE ABRIL DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo no municipio de Jatahy, no Estado de Goyaz, durante o dia 27 de maio do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no municipio de Jatahy, no Estado de Goyaz, durante o dia 27 de maio do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

---

DECRETO N. 753 — DE 17 DE ABRIL DE 1936

*Approva novos projecto e orçamento para construcção de um armazem na estação de Cacequy, e o projecto e orçamento para reconstrucção das alvenarias e caixas de vigas de uma ponte da Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que expoz e solicitou o Estado do Rio



**Grande do Sul, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:**

Artigo unico. Ficam approvados os novos projecto e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para construcção de um armazem de mercadoria no pateo da estação de Cacequy, no kilometro 112 -|- 890 da linha de Santa Maria a Uruguayana, da Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, arrendada ao referido Estado, em substituição aos approvados pelo artigo unico, alinea *a* do decreto n. 9, de 11 de janeiro de 1935; assim como o projecto e orçamento que tambem baixam, rubricados, para reconstrucção das alvenarias e caixas de vigas da ponte do km. 192 -|- 643, da linha de Santa Maria a Porto Alegre, e acquisição de uma superstructura metallica de 16 metros de vão de centro, a centro de apoios e pintura da mesma, os quaes substituirão os approvados pelo artigo unico, alinea *h*, do referido decreto, para acquisição, montagem e pintura de uma superstructura identica, naquella posição kilometrica.

§ 1.º De conformidade com o disposto na clausula I e no item 2º da clausula II, do termo decorrente do decreto numero 18.551, de 31 de dezembro de 1928, que modificou o contracto de arrendamento autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos" da Rêde as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora aprovados, nas importancias de 226:213\$739 (duzentos e vinte e seis contos duzentos e treze mil setecentos e trinta e nove réis) quanto ao armazem, e 36:009\$387 (trinta e seis contos nove mil trezentos e oitenta e sete réis) quanto á ponte, já attendidas as rectificações feitas nos citados orçamentos pela Inspectoria Federal das Estradas.

§ 2.º Para a conclusão das obras do armazem e da ponte, ficam fixados, respectivamente, os prazos de 15 e 3 mezes, respectivamente, todos a contar da data em que a Rêde fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 754 — DE 17 DE ABRIL DE 1936

*Autoriza a escripturação da despesa que menciona, na conta do “fundo de melhoramentos” da Réde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, e rectifica o paragrapho unico do artigo 2º do decreto n. 23.919, de 23 de fevereiro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que consta do processo protocollado na Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas sob n. 4.894-36, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a escripturação, na conta do “fundo de melhoramentos” da Réde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, arrendada ao referido Estado, da despesa que fôr realmente apurada em regular tomada de contas, com as installações sanitarias de duas casas de moradia do encarregado da parada e do guarda-chaves, construidas no km. 212 -|- 750 da linha de Cacequy a Rio Grande, até o total de 7:224\$668 (sete contos duzentos e vinte e quatro mil seiscentos e sessenta e oito réis), representado no orçamento das mesmas installações, o qual, assim como o respectivo projecto baixou, rubricado pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado daquelle ministerio, com o decreto n. 23.919, de 23 de fevereiro de 1934, acompanhado dos projectos e orçamentos das casas e do desvio de cruzamento a que se refere o art. 2º do citado decreto.

Art. 2.º Fica rectificado o paragrapho unico do art. 2º do decreto n. 23.919, de 23 de fevereiro de 1934, na parte final, que diz “já attendidas as correcções feitas pela Inspectoria Federal das Estradas nos relativos ás obras descriptas nas alineas a e c”, para o fim de se declarar, como ora se declara, que as correcções foram feitas nos orçamentos relativos ás obras descriptas na alinea a do art. 1º e no art. 2º desse decreto.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 755 — DE 20 DE ABRIL DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Villa Bella e Belmonte, no Estado de Pernambuco, durante o dia 21 de abril do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Villa Bella e Belmonte, no Estado de Pernambuco, durante o dia 21 de abril do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

---

DECRETO N. 756 — DE 20 DE ABRIL DE 1936

*Approva o regulamento que estabelece as normas a que deve obedecer o funcionamento do Serviço de Identificação Profissional*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, resolve, na conformidade do disposto no art. 4°, do decreto n. 23.513, de 28 de novembro de 1933, approvar o regulamento que a este acompanha, assignado pelo ministro de Estado dos Negocios do Trabalho, Industria e Commercio, estabelecendo as normas a que deve obedecer o funcionamento do Serviço de Identificação Profissional, do Departamento Nacional do Trabalho.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

**Regulamento a que se refere o decreto n. 756, de 20 de abril de 1936**

**CAPITULO I**

**DO SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

**Art. 1.º** O Serviço de Identificação Profissional tem a seu cargo:

a) a emissão da carteira profissional regulada pelo decreto n. 22.055, de 29 de outubro de 1932 e pelo regulamento expedido pelo decreto n. 57, de 20 de fevereiro de 1935;

b) a regularização dos livros e fichas estabelecidos pelo art. 12, alínea a, do decreto n. 21.186, de 22 de março de 1932, art. 16, alínea b, do decreto n. 23.766, de 18 de janeiro de 1934, art. 5º, e alíneas do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934 e portarias de 4 de setembro de 1934 e 20 de julho de 1935, nos termos do decreto n. 22.489, de 22 de fevereiro de 1933;

c) o registro a que se referem o § 4º do art. 2º e o art. 4º do regulamento approved pelo decreto n. 57, de 20 de fevereiro de 1935;

d) o recebimento, verificação e archivamento das relações a que allude o art. 15, do decreto n. 22.042, de 3 de novembro de 1932.

**Art. 2.º** O Serviço de Identificação Profissional comprehende:

Gabinete do superintendente;  
Secretaria;  
Contadoria;  
Cinco Divisões;  
Thesouraria;  
Almoxarifado;  
Portaria;  
Officinas.

**CAPITULO II**

**DO GABINETE DO SUPERINTENDENTE**

**Art. 3.º** O gabinete do superintendente será constituído de um assistente que perceberá a gratificação determinada pelo ministro e tantos auxiliares quantos forem necessários à boa marcha do serviço.

Paragrapho unico. O pessoal do gabinete será escolhido pelo superintendente entre os funcionarios contractados e ta-refeiros internos.

## CAPITULO III

## DA SECRETARIA

Art. 4.º A Secretaria terá a seu cargo:

- a) o registro de entrada e o expediente de todos os papeis recebidos, com indicação dos tramites que forem seguindo até o final dos processos;
- b) indicação de livros e fichas necessarios á escripturação e protocollos;
- c) a organização e fiscalização dos archivos de papeis e processos entrados;
- d) o preparo dos processos sujeitos a despacho do superintendente.

Paragrapho unico. Ficarão subordinados á Secretaria os serviços de Protocollo, Archivo e Portaria.

## CAPITULO IV

## DA CONTADORIA

Art. 5.º A Contadoria terá a seu cargo:

- a) executar toda a parte contabil;
- b) determinar os recebimentos e recolhimentos;
- c) organizar o ponto para pagamento do pessoal;
- d) organizar balancetes mensaes e balanço annual;
- e) fazer o expediente que lhe concerne e que tenha de ser assignado pelo superintendente;
- f) fiscalização e exame geral da Thesouraria, Almoxarifado e Officinas.

## CAPITULO V

## DAS DIVISÕES, SEUS ENCARGOS E ATRIBUIÇÕES

Art. 6.º A 1ª Divisão terá a seu cargo:

- a) a identificação dos candidatos á carteira profissional;
- b) o cumprimento dos arts. 5º, 6º e 7º, do decreto numero 22.035, de 29 de outubro de 1932;
- c) o preenchimento da carteira profissional;
- d) archivamento das fichas individuaes;

Art. 7.º A 2ª Divisão terá a seu cargo:

- a) a remessa de material, livros de declarações, impressos e carteiras destinadas ás Inspectorias Regionaes, ao Estado de São Paulo e á entrega na séde;
- b) a distribuição de toda correspondencia em protocollos em que se possa verificar o seu recebimento;
- c) a conferencia da numeração dos livros de declarações e respectivos talões de emolumentos;
- d) a arrecadação, revisão e archivamento dos livros de declarações, usados no Districto Federal.

Art. 8.º A 3ª Divisão terá a seu cargo:

a) a regularização de livros e fichas para registro de empregados compreendidos no art. 1º, alínea b, do presente regulamento;

b) o registro dos documentos a que se referem o § 4º do art. 2º, e art. 4º, do regulamento aprovado pelo decreto numero 57, de 20 de fevereiro de 1935;

c) a organização do promptuario de empregadores, mantendo em dia os respectivos assentamentos.

Art. 9.º A 4ª Divisão terá a seu cargo:

a) attender ao expediente relativo a reclamações, formando os processos, de accordo com a legislação e portaria de 8 de julho de 1935;

b) organizar em ficharios o registro das reclamações, separadamente por reclamante e reclamado, onde serão annotadas as occorrencias oriundas das mesmas reclamações.

Art. 10. A 5ª Divisão terá a seu cargo:

a) o registro de menores, para effeito do disposto no § 2º do art. 2º e artigo 16, paragrapho unico, do decreto numero 22.042, de 3 de novembro de 1932, e o recebimento, verificação e archivamento das relações a que se refere o art. 15 do alludido decreto;

b) a organização do promptuario de empregados, mantendo em dia os respectivos assentamentos;

c) a organização do cadastro dos estabelecimentos commerciaes e industriaes;

d) o fornecimento á fiscalização de todos os elementos colligidos, para a execução dos serviços de suas attribuições.

## CAPITULO VI

### DO ALMOXARIFADO, THESOURARIA, PORTARIA E OFFICINAS

Art. 11. O almoxarifado terá a seu cargo:

a) guardar e conservar o material;

b) fazer ás secções os fornecimentos solicitados;

c) fornecer, quando autorizado pela Contadoria, o material necessario á identificação e legalização de livros e fichas para registro de empregados.

Art. 12. A Thesouraria terá a seu cargo:

a) a arrecadação e recolhimento da receita de carteiras profissionais, de registro de chimicos e de regularização de livros e fichas para registro de empregados, no Districto Federal e nos Estados e Territorio do Acre, quando, por motivos justificados, não houver sido recolhida ás repartições indicadas nas respectivas legislações;

b) a escripturação em ordem e em dia do livro caixa.

Art. 13. A Portaria terá a seu cargo:

a) a abertura das portas do Serviço, pelo menos uma hora e meia antes do inicio do expediente;

b) a segurança e asseio do edificio e a fiscalização do pessoal incumbido desses serviços.

Art. 14. As officinas terão a seu cargo:

a) a impressão da carteira profissional e de todo o material necessario ao Serviço de Identificação Profissional, solicitado pela Superintendencia;

b) fornecer ao Almoarifado, em tempo opportuno, o material que lhe fôr pedido para supprimento dos serviços.

## CAPITULO VII

### DO PESSOAL

Art. 15. O Serviço de Identificação Profissional, que será dirigido por um funcionario do ministerio, em commissão, constará de pessoal contractado (tabella annexa) e de tarefeiros, estes de accordo com as exigencias do serviço, na conformidade do disposto no art. 2º do decreto n. 23.513, de 28 de novembro de 1933.

§ 1.º Os tarefeiros se dividem em internos e externos e ganharão "pro labore"; aquelles, classificados conforme suas aptidões, não podem perceber, mensalmente e por tarefa, importância superior a 500\$000.

§ 2.º Os tarefeiros externos que trabalharem em domicilio serão encarregados do preenchimento da carteira profissional.

§ 3.º As despesas decorrentes do augmento de mensalidades, bem assim os contractos para os cargos novos constantes da Tabella a que se refere este artigo até o fim do corrente exercicio, correrão por conta da sub-consignação n. 2 — Título II — Pessoal variavel — Verba 2ª da lei n. 115, annexo 6, de 13 de novembro de 1935.

Art. 16. Para as vagas decontractados terão preferencia os tarefeiros internos, e para as destes os tarefeiros externos, de accordo com as aptidões demonstradas no serviço.

Art. 17. Cada Divisão ficará a cargo de um chefe de Divisão, sendo os demais funcionarios designados pelo superintendente, na ordem que melhor consulte as necessidades do serviço.

Art. 18. Serão designados com a denominação de chefe de serviço — o chefe da Secretaria, o contador e o thesoureiro.

Art. 19. O thesoureiro e o ajudante de thesoureiro são obrigados a fiança, arbitrada pelo ministro.

Paragrapho unico. O ajudante de thesoureiro será um funcionario da confiança do thesoureiro.

## CAPITULO VIII

### ATTRIBUIÇÕES COMMUNS ÁS DIVISÕES E DEMAIS SERVIÇOS

Art. 20. Incumbe ás Divisões e serviços:

a) o registro dos papeis que lhes forem distribuidos e a distribuição destes pelos funcionarios;

b) a guarda dos livros e papeis relativos a assumptos pendentes de solução;

c) o exame das questões, as informações e os pareceres nos respectivos processos.

## CAPITULO IX

### DO PROCESSO DO EXPEDIENTE, ORDEM DOS TRABALHOS E METHODO DOS SERVIÇOS

Art. 21. A verificação da entrada e destino dos papeis endereçados ao Serviço de Identificação Profissional será feita pela consulta ao Protocollo e ao Archivo.

Art. 22. Os officios e telegrammas redigidos nas secções serão numerados, obedecendo a ordem numerica da secretaria, sendo os numeros precedidos das iniciaes indicativas do Serviço de Identificação Profissional e de um algarismo que designe a secção.

Art. 23. Os papeis e processos encaminhados ás secções terão rapido andamento, falando sobre o respectivo assumpto, dentro do prazo de tres dias, o funcionario a quem forem distribuidos pelos chefes. Estes, emittindo os seus pareceres, os encaminharão, sem demora, á escretaria, que poderá opinar ainda, antes de submittel-o a despacho do superintendente.

Art. 24. Os promptuarios dos empregados e empregadores serão organizados, o primeiro por ordem alphabetica, numerica e por classificação dactyloscopica e o segundo pelo ramo de actividade e ordem alphabetica.

§ 1.º O promptuario do empregado, iniciado pela ficha de declaração, terá o espaço sufficiente para os assentamentos de todas as intercorrencias de sua vida de trabalho, communicadas ou colhidas nos livros e fichas de registro, nas carteiras profissionais e nas relações referentes ao decreto numero 20.291, de 12 de agosto de 1931.

§ 2.º Do promptuario do empregador, iniciado pelo nome e especie do estabelecimento, endereço e razão social, constará o numero de seus empregados, registrando-se nelle as infracções, multas e todas as occurrencias relativas á legislação do trabalho.

Art. 25. O registro de menores será organizado em fichas, por ordem alphabetica, com a indicação do numero e serie da respectiva carteira profissional.

Paragrapho unico. Nesse registro constará, acerca de cada menor, o nome e o endereço do estabelecimento, com a especificação da industria em que trabalha e a dispensa da prova de saber ler, escrever e contar, quando nas condições do § 2º do art. 2º do decreto n. 22.042, de 3 de novembro de 1932.

Art. 26. O cadastro dos estabelecimentos commerciaes e industriaes será organizado em ordem alphabetica.



## CAPITULO X

## DA REMESSA DO MATERIAL DE IDENTIFICAÇÃO E CARTEIRAS PREENCHIDAS E RECEBIMENTO DE FICHAS DE DECLARAÇÃO

Art. 27. A entrega ou remessa dos livros de fichas de declaração e material, para o processo de pedidos de carteiras profissionais, obedecerá ás seguintes normas:

a) os livros de fichas individuais, bem como os respectivos talões de recibos de emolumentos, não poderão ser utilizados antes de numerados, rubricados e registrados na Contadoria, sob pena de responsabilidade do infractor;

b) o registro a que se refere a alinea anterior deverá conter, obrigatoriamente, o numero do livro e da guia de remessa e o nome do funcionario ao qual vae ser debitado;

c) os inspectores regionaes só poderão empregar no serviço de identificação os identificadores designados pelo ministro, de accordo com proposta que fizerem por intermedio do Serviço;

d) os livros de fichas só serão expedidos ás Inspectorias a pedido dos respectivos inspectores;

e) a distribuição de livros será feita sob exclusiva responsabilidade do inspector, que só poderá distribuil-os a pessoas devidamente designadas para esse fim e que respondem sempre pelo seu extravio;

f) a entrega de livros aos identificadores da séde sómente poderá ser feita depois de examinada a respectiva conta corrente, não podendo haver entrega aos que se acharem em atraso, sob pena de responsabilidade do contador do Serviço ou do superintendente si, informado da impossibilidade, mandar entrega-los;

g) os inspectores regionaes deverão enviar ao Serviço de Identificação Profissional, quinzenalmente, a relação das pessoas que receberem os livros a que se refere este artigo;

h) o inspector, feita a distribuição nos termos da alinea d, comunicará ao Serviço não só o numero do livro recebido como o lugar para onde tenha sido remetido e o nome do identificador,

i) o identificador, á medida que forem sendo preenchidas as fichas, fará immediatamente o seu recolhimento nos termos do decreto n. 22.035, remettendo ao Serviço a guia de recolhimento em original e a 2ª via á Inspectoria a que estiver subordinado;

j) as fichas, devidamente preenchidas, serão devolvidas em relação em duas vias, com indicação dos respectivos numeros e séries, acompanhadas de officio no qual será mencionada a quantia recolhida, o numero do livro correspondente e o numero da guia de recolhimento, sendo uma daquellas vias devolvida com recibo;

k) a numeração e a série das declarações deverão constar das guias do recolhimento;

l) as fichas inutilizadas serão devolvidas pelas Inspetorias com justificação dos motivos desse acto, acompanhadas dos recibos de emolumentos, afim de serem substituídas;

m) os identificadores, após o preenchimento dos livros de fichas, os devolverão à Inspectoria, que os examinará e mandará archivar-los depois de visados;

n) o Serviço de Identificação Profissional, sciencificado das distribuições feitas e de posse das guias de recolhimento, providenciará no sentido de ser o *stock* de fichas, existente nas Inspetorias, igual ao limite estabelecido na tabella que for approvada pelo ministro, a qual poderá ser modificada de accordo com as necessidades do serviço em cada Estado,

o) as carteiras preenchidas serão remetidas às Inspetorias Regionaes mediante relação em duas vias, com citação dos numeros e respectivas séries, sendo uma das vias devolvida com recibo;

p) o material de identificação solicitado pelo Departamento Estadual do Trabalho do Estado de São Paulo será remetido por officio em duas vias, com especificação de sua natureza e quantidade, devendo ser uma das vias devolvida com o respectivo recibo.

## CAPITULO XI

### DOS DEVERES E ATTRIBUIÇÕES DOS FUNCIONARIOS

Art. 28. Ao superintendente compete:

a) dirigir e fiscalizar os trabalhos affectos ao Serviço de Identificação Profissional, nos termos do presente regulamento;

b) encaminhar ao director do Departamento do Trabalho as propostas dos funcionarios que devem ser incumbidos do serviço de carteiras nos Estados e no Territorio do Acre, para a designação prevista no art. 27, alinea c, podendo o mesmo funcionario discordar das indicações feitas pelos inspectores, quando houver, para isso, motivo justificado;

c) designar os funcionarios que deverão constituir cada Divisão, podendo transferil-los de uma para outra, quando necessario, respeitada a hierarchia;

d) expedir instrucções para o bom andamento dos serviços sob sua direcção;

e) lançar o seu "Visto", quando não tiver de dar parecer, em todos os papeis que tenham de ser encaminhados para fóra das dependencias do Serviço;

f) impôr penas disciplinares, de accordo com as normas regulamentares em vigor.

Art. 29. A cada um dos chefes de Divisão e de serviço, bem como aos encarrégados do Almoxarifado e Officinas, únicos responsaveis perante o superintendente pelos serviços da dependencia a seu cargo, compete:

a) auxiliar a direcção dos trabalhos, segundo as instrucções do superintendente, distribuindo aos funcionarios os serviços da competencia de cada um;

b) dirigir, promover, examinar e fiscalizar todos os trabalhos sob sua direcção;

c) cumprir e fazer cumprir as determinações do superintendente;

d) propor as medidas que julgar convenientes á ordem e ao methodo dos trabalhos, communicando ao superintendente as occurrencias e necessidades do serviço;

Art. 30. Compete ao chefe da Secretaria:

a) velar pela ordem dos serviços do gabinete e pela guarda e sigilo dos papeis e assumptos que por elle e pela Secretaria tenham curso;

b) receber das secções e apresentar ao superintendente os processos e papeis que por este tenham de ser despachados;

c) fazer a expedição da correspondencia da Superintendencia;

d) attender ás partes que procurarem informações e reclamarem alguma providencia, entendendo-se, para isso, directamente, com os chefes de Divisão e de serviços; gos sob sua direcção, propondo ao superintendente as medidas que julgar convenientes á ordem e ao methodo dos trabalhos, bem como ao pessoal que servir sob sua dependencia;

f) substituir o superintendente em seus impedimentos.

Art. 31. Compete ao contador:

a) dirigir, distribuir e fiscalizar os serviços da Contadoria;

b) assignar, com o superintendente, os balancos e documentos necessarios.

Art. 32. Compete ao thesoureiro:

a) receber, quando autorizado pela Contadoria, as importancias que forem encaminhadas á Thesouraria;

b) recolher ao Thesouro Nacional as importancias recebidas pela Thesouraria, no dia immediato ao seu recebimento.

Art. 33. Compete ao ajudante do thesoureiro:

a) fiscalizar o recinto da Thesouraria, não permittido a presença de pessoas estranhas, salvo em caso de ordem superior;

b) substituir o thesoureiro.

Art. 34. Ao encarregado do Almojarifado compete:

a) a fiscalização da entrada e sahida do material, pelo qual será responsavel, mantendo em dia a respectiva escripturação, em contacto permanente com a Contadoria;

b) providenciar em tempo opportuno para a renovação do *stock*, organizando, de accordo, com a Contadoria, o excedente referente aos pedidos á Commissão Central de Compras.

Art. 35. Ao encarregado do Protocollo compete:

a) receber e numerar os processos e papeis que tiverem de ser protocollados, bem como numerar as fichas correspondentes, fornecendo, quando exigidos, os respectivos cartões de recibo;

b) proceder ao registro do andamento dos papeis e processos, fazendo constar nas fichas as respectivas juntadas, até ao despacho final.

Art. 36. Ao encarregado do Archivo compete:

a) classificar todos os papeis, archivando-os em ordem de classificação;

b) fornecer, quando autorizado, as informações que lhe forem solicitadas.

Art. 37. Ao porteiro compete:

a) determinar o trabalho dos serventes;

b) executar qualquer serviço compatível com as suas funções e os que lhe forem determinados por ordem superior;

Art. 38. Ao encarregado das Officinas compete:

a) remetter, mensalmente, á Contadoria um mappa demonstrativo da produção das officinas, e da materia prima empregada;

b) zelar pelo funcionamento da machinaria, levando ao conhecimento da Superintendencia qualquer occorrença que acarrete paralysação de qualquer machina.

Art. 39. São extensivas ao Serviço de Identificação Profissional, na parte que lhe for applicavel, sem prejuizo do que este regulamento determinar, as disposições dos regulamentos approvados pelos decretos ns. 23.567, de 8 de dezembro de 1933 e 24.692, de 12 de julho de 1934.

Art. 40. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1936. — *Agamemnon Magalhães.*

—

Tabella a que se refere o art. 15 do regulamento approved pelo decreto n. 756, de 20 de abril de 1936.

1 superintendente. . . . .	31:800\$000	31:800\$000
1 chefe da Secretariá. . . . .	19:800\$000	19:800\$000
1 contador. . . . .	19:800\$000	19:800\$000
1 thesoureiro. . . . .	19:800\$000	19:800\$000
5 chefes de Divisão . . . . .	14:400\$000	72:000\$000
5 chefes de Serviço. . . . .	11:400\$000	57:000\$000
1 sub-contador. . . . .	11:400\$000	11:400\$000

8 auxiliares de 1ª classe. . .	9:000\$000	72:000\$000
1 encarregado da officina. . .	7:200\$000	7:200\$000
10 auxiliares de 2ª classe. ....	7:200\$000	72:000\$000
1 ajudante de thesoureiro. . .	7:200\$000	7:200\$000
15 auxiliares de 3ª classe. ....	4:800\$000	72:000\$000
1 porteiro. . . . .	7:200\$000	7:200\$000
1 continuo. . . . .	6:600\$000	6:600\$000
7 serventes . . . . .	4:900\$000	33:600\$000
		<hr/> 509:400\$000 <hr/>

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1936. — *Agamemnan Magalhães.*

DECRETO N. 756 A — DE 21 DE ABRIL DE 1936

*Autoriza a transladação para o Brasil, das cinzas dos Inconfidentes, e dá outras providencias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que a conjuração mineira de 1789 congregou, no mesmo ideal de autonomia politica e de governo republicano, intellectuaes, militares, sacerdotes, magistrados, agricultores, commerciantes e trabalhadores, brasileiros e portuguezes e escravos africanos, todos identificados no anseio de fundar no Brasil uma patria livre;

Considerando que ás pessoas envolvidas na conjuração e denominados historicamente Inconfidentes, soffreram duras penas de carcere, degredo e martyrio, sendo o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, justamente proclamado o proto-martyr da Inconfidencia e da Republica;

Considerando que os despojos desses Inconfidentes, mortos no exilio, não receberam a consagração de repousar em terra brasileira:

Resolve:

Art. 1.º Fica autorizado o Ministro da Educação e Saude Publica, em combinação com o das Relações Exteriores e o da Marinha, a providenciar para que, obtidas as permissões necessarias de quem de direito, sejam exhumadas de suas sepulturas nas terras de degredo e transportadas para o Brasil as cinzas dos Inconfidentes, cujos nomes constam da sentença de 20 de abril de 1792 da Alçada Regia no Rio de Janeiro.

Art. 2.º A cidade de Ouro Preto ficará confiada a guarda desses despojos, que, depositados em monumento, receberão o culto civico nacional.

Art. 3.º Fica autorizado o Ministro da Educação e Saúde Publica a fazer a publicação dos autos do processo da Inconfidência Mineira e de todas as demais peças existentes em archivo, relativas a esse facto historico.

Art. 4.º As despesas decorrentes da execução desse decreto serão effectuadas por conta da verba 6ª, sub-consignação n. 2, do Ministerio das Relações Exteriores, e da verba 1ª, sub-consignação n. 38, do Ministerio da Educação e Saúde Publica.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

*José Carlos de Macedo Soares..*

*Henrique A. Guilhem.*

---

DECRETO N. 751 — DE 22 DE ABRIL DE 1936

*Approva o projecto e orçamento para construcção de uma casa para moradia de empregados da "Great Western of Brasil Railway Company, Limited", na esplanada da estação de Natal, da linha Norte, da Réde de Viação Ferrea a seu cargo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu "The Great Western of Brasil Railway Company, Limited", e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para construcção de uma casa para moradia de empregados da companhia requerente, na esplanada da estação de Natal, da linha Norte, da Réde de Viação Ferrea a seu cargo.

§ 1.º De conformidade com o disposto na clausula 22, alinea c do contracto autorizado pelo decreto n. 14.326, de 24 de agosto de 1920, serão inscriptas na conta de capital as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo do orçamento ora approvado, o qual, com as rectificações nelle feitas pela Inspectoria Federal das Estradas, importa em 17:597\$400 (dezesete contos quinhentos e noventa e sete mil e quatrocentos réis).

§ 2.º Para a conclusão dos trabalhos fica fixado o prazo de quatro mezes, a contar da data em que a requerente fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 758 DE 22 DE ABRIL DE 1936

*Concede autorização á Companhia Paulista de Seguros para operar em seguros e resseguros contra riscos de accidentes do trabalho e continuar a operar em seguros e resseguros privados, e approva seus novos estatutos.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Paulista de Seguros, com sede na capital do Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelo decreto n. 6.054, de 30 de maio de 1906, em operações de seguros terrestres e marítimos, e pelo decreto n. 6.414, de 14 de março de 1907, em operações de seguros de vida, resolve approvar os novos estatutos adoptados pela assembléa geral extraordinaria dos seus accionistas, realizada a 17 de fevereiro de 1936, e bem assim conceder-lhe autorização para operar em seguros e resseguros contra riscos de accidentes do trabalho, e para continuar a operar nos seguros e resseguros comprehendidos nos grupos A e B a que se refere o art. 2º do regulamento approvado pelo decreto n. 21.828, de 14 de setembro de 1932, mediante as seguintes condições:

I — O capital de responsabilidade da Companhia para as operações de seguros e resseguros privados, comprehendidos nos grupos A e B a que se refere o art. 2º do regulamento approvado pelo decreto n. 21.828, de 14 de setembro de 1932, é de 2.500:000\$000 (dois mil e quinhentos contos de réis), integralmente realizados, e para as operações de seguros e resseguros contra riscos de accidentes do trabalho é de 500:000\$000 (quinhentos contos de réis), com a realização de que trata o art. 97 do regulamento approvado pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

II — A Sociedade manterá os depositos feitos no Thesouro Nacional para garantia inicial das suas operações de seguros e resseguros comprehendidos nos grupos A e B a que se refere o art. 2º do regulamento approvado pelo decreto n. 21.828, de 14 de setembro de 1932, e fará, no Thesouro Nacional ou na Delegacia Fiscal do mesmo Thesouro no Estado de São Paulo o deposito de 100:000\$000 (cem contos de réis) para garantia inicial de suas operações de seguros e resseguros contra riscos de accidentes do trabalho, podendo o mesmo deposito ser augmentado nos termos da alinéa a do art. 41 do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, e paragrapho unico do art. 6º do regulamento approvado pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

III — A Sociedade ficará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto das suas autorizações.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 759 — DE 22 DE ABRIL DE 1936

*Concede á Sociedade Cooperativa de Seguros do Centro dos Proprietarios de Hoteis, Restaurantes e Classes Annexas do Rio de Janeiro (Syndicato Profissional), autorização para funcçãoar em operações de seguros de accidentes do trabalho e approva os seus estatutos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Cooperativa de Seguros do Centro dos Proprietarios de Hoteis, Restaurantes e Classes Annexas do Rio de Janeiro (Syndicato Profissional), resolve conceder-lhe autorização para funcçãoar em operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho, e bem assim approvar os seus estatutos, adoptados pela assembléa geral dos respectivos socios, realizada a 7 de janeiro de 1936, mediante as seguintes condições:

I — O capital de responsabilidade minimo da Sociedade para as suas operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho é de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), integralmente realizados, nos termos do art. 1° do decreto n. 164, de 14 de maio de 1935.

II — A Sociedade, para garantia inicial das suas operações, fará no Thesouro Nacional, na fórmula da lei, o deposito de 100:000\$000 (cem contos de réis), o qual poderá ser augmentado nos termos da alinea a do art. 41 do decreto numero 24.637, de 10 de julho de 1934, e paragrapho unico do art. 6° do regulamento approvado pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

III — A Sociedade ficará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---



## DECRETO N. 760 — DE 22 DE ABRIL DE 1936

*Concede á Sociedade Cooperativa de Seguros do Syndicato dos Industriaes em Calçados e Couros autorização para funcionar em operações de seguros de accidentes do trabalho e approva os seus estatutos.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Cooperativa de Seguros do Syndicato dos Industriaes em Calçados e Couros, resolve conceder-lhe autorização para funcionar em operações de seguros de accidentes do trabalho, e bem assim approvar os seus estatutos, adoptados pela assembléa geral dos respectivos socios, realizada a 27 de dezembro de 1935, mediante as seguintes condições:

I. O capital de responsabilidade minimo da sociedade para as suas operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho é de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), integralmente realizados, nos termos do art. 1º do decreto numero 164, de 14 de maio de 1935.

II. A sociedade, para garantia inicial das suas operações fará no Thesouro Nacionl, na fórmula da lei, o deposito de 100:000\$000 (cem contos de réis), o qual poderá ser augmentado nos termos da alinea a do art. 41 do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, e paragrapho unico do art. 6º do regulamento approved pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

III. A sociedade ficará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 761 — DE 23 DE ABRIL DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Tamandaré e Carlopolis, no Estado do Paraná, durante o dia 1º de maio do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Tamandaré e Carlopolis,

no Estado do Paraná, durante o dia 1º de maio do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

DECRETO N. 762 — DE 23 DE ABRIL DE 1936

*Outorga á Companhia Siderurgica Belgo-Mineira S. A., com séde na cidade de Bello Horizonte, concessão para o aproveitamento de energia hydraulica em duas quédas dagua existentes no Ribeirão Carneirinhos, no Estado de Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe conferem o § 1º do art. 56 da Constituição Federal e o art. 150 do decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Aguas) e tendo em vista o que requereu a Companhia Siderurgica Belgo-Mineira S. A., decreta:

Art. 1.º E' outorgada á Companhia Siderurgica Belgo-Mineira S. A., com séde na cidade de Bello Horizonte, concessão para o aproveitamento de energia hydraulica em duas quédas dagua existentes no Ribeirão Carneirinhos, affluente do Rio Piracicaba, no municipio de Rio Piracicaba, Estado de Minas Geraes e situadas respectivamente a cento e cincoenta (150) metros e setecentos e cincoenta (750) metros da confluencia desse ribeirão com o Rio Piracicaba.

Paragrapho unico. O aproveitamento destina-se á producção de energia electrica para uso exclusivo da concessionaria, que não poderá ceder energia a terceiros, mesmo a titulo gratuito.

Art. 2.º A titulo de exigencias preliminares e complementares das contidas no art. 158 do Codigo de Aguas e que, por isso mesmo, deverão ser cumpridas integralmente, sob pena de ficar de nenhum effeito o presente decreto, a concessionaria obriga-se a:

I—Fazer prova dentro do prazo de seis (6) mezes, contados da data da publicação do presente decreto, de haver satisfeito a exigencia constante do art. 195, § 1º, do Codigo de Aguas.

II — Apresentar dentro do prazo de seis (6) mezes, contados da data da publicação do presente decreto, para cada aproveitamento e em tres (3) vias:

a) planta geral, em escala razoavel, de toda a área da propriedade servida pelas ruas centraes, com indicação de todas as suas installações;

b) planta em escala de um por dous mil (1:2.000) do trecho do rio aproveitado; planta em escala conveniente, dos terrenos marginaes inundados pelo remous da barragem; perfil longitudinal do rio a montante da barragem, em escala conveniente e o calculo do remous;

c) plantas em escala de um por duzentos (1:200) das obras hydraulicas;

d) barragem; methodo de calculo, projecto e justificação do typo adoptado. Castello dagua, comportas, grades, canal de adducção, conductos, etc. Descarga maxima utilizada. Accumulação dagua. As escalas adoptadas para a barragem e accessorios serão as seguintes: um por cem (1:100) para as plantas e um por cincoenta (1:50) para as secções transversaes. Escala razoavel para os longos canaes de adducção e conductos. Cubagem de toda a obra e orçamentos;

e) conductos forçados. Calculo e justificação do typo adoptado. Planta e perfil, com todas as indicações necessarias, em escalas; para as plantas um por duzentos (1:200), para os perfis escala horizontal de um por duzentos (1:200) e escala vertical de um por cem (1:100). Elevação e abaixamento de pressão. Tempo de fechamento e de ajustamento. GD<sup>o</sup> do volante e do rotor do gerador, gráo de irregularidade. Protecção da tubulação. Stand Pipe, seu calculo e tempo de oscillação. Assentamento e fixação por meio de pilares, pontes e blocos de ancoragem, seus calculos e desenhos;

f) centraes, turbinas — justificação do typo adoptado, rendimento em diferentes cargas em multiplos inteiros de 1/4 ou 1/8 até a plena carga. Velocidade caracteristica ou de embalagem. Dimensões e peso das turbinas e dos volantes respectivos. Numero de rodas, esguichos ou tubos de sucção das turbinas, desenhos. Apparelhos de medição, aparelhos de regulação, seus typos e detalhes. Regulação da velocidade com -|- 25 %, -|- 50 %, -|- 100 % de variação da carga. Canal de fuga, vertedores, orçamento, etc.

g) geradores — justificação do typo adoptado. Potencia, tensão, factor de potencia com que foi calculado, rendimento em diferentes cargas em multiplos inteiros de 1/4 ou 1/8 até a plena carga respectivamente com  $\cos \phi = 1$  e  $\cos \phi = 0.8$ . Frequencia. Regulação da tensão, sua variação. Reguladores, justificação do typo. Excitadores, typo, potencia, tensão, rendimento e accoplamento; queda de tensão de curto circuito dos geradores. Detalhes e caracteristicos em escala apreciavel, fornecidos pelos fabricantes. Orçamento;

h) transformadores elevadores, as mesmas exigencias feitas aos geradores;

i) installação de distribuição: paineis, numero, fixação e material. Apparelhos de medição, aparelhos de manobra,

apparelhos de protecção, apparelhos de controle, apparelhos de synchronismo. Isoladores, cabos e barras; ligações, terras e schemas completos dos paineis e suas ligações aos geradores e transformadores. Projecto detalhado das centraes em escala conveniente. Orçamento;

j) apparelhos montados fóra dos paineis na alta tensão de transmissão antes e depois das barras geraes. Isoladores, chaves, interruptores, transformadores de corrente de tensão. Cabos, barras e seguranças, disposições entre si e as paredes;

k) linha de sahida de alta tensão de transmissão. Pararaíolos, bobinas de choque, ligações á terra. Isoladores. Cabos interruptores. Protecção contra supertensões. Calculo meca-nico e calculo electrico da linha de transmissão com todos os detalhes. Largura da faixa a ser desapropriada, desenhos da linha, sua fixação. Isoladores. Escala conveniente para planta e perfil. Orçamento;

l) estação de transformação. As mesmas exigencias quanto:

- 1) Linha de entrada.
- 2) Aparelhos montados.
- 3) Transformadores.
- 4) Instalação de distribuição para illuminação parti-cular e de energia para os serviços do concessionario. Projecto em escala de um por cem (1:100), schema de suas installações e com as respectivas ligações, regulação, global, incluindo as obras preparatorias, demolição, etc., normas adoptadas.

III— Assignar o contracto de concessão dentro do prazo de um (1) mez, contado da data da publicação do acto de approvação da respectiva minuta pelo ministro da Agricultura.

Art. 3.º A minuta do contracto de que constarão as exigencias de ordem technica, fiscal, administrativa e penal, previstas pelo Codig de Aguas será preparada pelo Serviço de Aguas do Departamento Nacional da Producção Mineral do Ministerio da Agricultura e submettida á approvação do Sr. ministro da Agricultura.

Art. 4.º A concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) annos contados a partir da data da assignatura do respectivo contracto.

Art. 5.º Findo o prazo da concessão, as installações a que se refere o art. 165 do Codigo de Aguas reverterão para o patrimonio do municipio de Rio Piracicaba do Estado de Minas Geraes, mediante indemnização do capital efectiva-mente gasto em taes installações, menos a depreciação.

§ 1.º Si a municipalidade de Rio Piracicaba não fizer uso desta faculdade, fica livre á concessionaria obter proro-gação do prazo da concessão ou repor, por sua conta, o curso dagua no seu primitivo estado.

§ 2.º Para os effeitos do paragrapho anterior, fica a con-cessionaria obrigada a dar conhecimento ao Governo Federal da decisão da municipalidade de Rio Piracicaba e a entrar

com seu requerimento de prorrogação ou de desistencia desta, ou reversão, conforme for, dentro dos seis (6) ultimos mezes de vigor da concessão.

§ 3.º Si a municipalidade de Rio Piracicaba fizer uso da faculdade de que trata este artigo, ficará assegurada á actual concessionaria preferencia á concessão em igualdade de condições, devendo, em todo o caso, ser-lhe garantido o direito á energia que não for utilizada para serviços publicos, mediante preço calculado na fórmula estabelecida no Codigo de Aguas.

Art. 6.º A concessionaria gozará desde a data da assignatura do contracto de concessão e enquanto esta vigorar, dos favores constantes do Codigo de Aguas (arts. 151 e 161).

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS

*Odilon Braga.*

---

#### DECRETO N. 763 — DE 23 DE ABRIL DE 1936

##### *Instrucções para o hasteamento de bandeiras no territorio nacional*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, resolve approvar as seguintes instrucções: para o hasteamento de bandeiras no territorio nacional:

Art. 1.º Em todo o territorio nacional, excepto nas Embaixadas Legações e Consulados estrangeiros, nenhuma bandeira de nação estrangeira poderá ser hasteada, mesmo á meia haste, sem que fluetue ao lado a bandeira brasileira.

1) Quando o hasteamento de bandeira estrangeira deva ser feito á meia haste, a bandeira brasileira só será hasteada nas mesmas condições, por motivo de luto official.

Nesse caso particular, tanto ao ser içada como arriada, a bandeira brasileira deverá primeiramente ir ao topo do mastro.

2) Quando tiverem de ser hasteadas duas bandeiras, a brasileira ficará á direita.

Quando forem hasteadas diversas, a Nacional ficará no centro si o total fôr numero impar, ou occupará o logar mais proximo do centro, á direita deste, si o numero fôr par.

Art. 2.º As disposições do artigo anterior, tambem são applicaveis quando ao lado da bandeira brasileira devam fluetuar outras bandeiras que não sejam estrangeiras, isto é, estaduais, municipaes, esportivas, de companhias diversas, etc.

Art. 3.º A ordem de precedencia de collocação entre as bandeiras, estrangeiras ou não, ao lado da bandeira brasileira, é contada pela disposição alternada ao lado desta partindo da direita quando o numero de bandeiras fôr impar ou da esquerda no caso contrario.

• Art. 4.º Em todos os casos de que tratam estas instruções, a bandeira brasileira deverá sempre ser hasteada em primeiro logar e arriada por ultimo.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes Ribeiro Filho.

---

DECRETO N. 764 — DE 23 DE ABRIL DE 1936

*Perda de patente e posto de official do Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que o coronel Felipe Moreira Lima, de artilharia, é adepto fervoroso de idéas fundamentalmente contrarias ao actual regime politico-social consubstanciado em a nossa Constituição, e, após o movimento subversivo de 27 de novembro do anno findo, tomou a si a tarefa de articular outra tentativa de subversão da ordem com o fim de implantar no paiz o regime communista, conforme tudo consta de documentos que se acham em poder das autoridades militares e policiaes;

Que, por essa fórma, esse official superior desintegrou-se da missão do Exercito que é a de manter as instituições politicas e sociaes vigentes;

Que o referido official não attendendo ao chamamento das autoridades militares, estando por isso considerado desertor do Exercito, comprovou sua attitude de rebeldia ás nossas leis;

Decreta, nos termos da emenda n. 2 á Constituição da Republica:

Art. 1º — Perde a patente e em consequencia o posto, sem prejuizo de outras penalidades e resalvados os effectos da acção judicial que no caso couber, o coronel Felipe Moreira Lima, da arma de artilharia.

Art. 2º — A execução do presente decreto compete ao Ministerio da Guerra que, para esse fim, determinará as providencias necessarias.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*General João Gomes.*

---

DECRETO N. 765 — DE 23 DE ABRIL DE 1936

*Perda de patente e posto de official honorario*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que o general de brigada honorario Miguel Costa é adepto fervoroso de idéas contrarias ao actual regime politico-social estabelecido em a nossa Constituição, conforme consta de documentos existentes em poder das autoridades policiaes desta Capital e de São Paulo;

Que essa attitude torna-o incompativel com as honras do posto que lhe foram concedidas;

Decreta, nos termos da emenda n. 2 á Constituição da Republica:

Art. 1º — E' cassada a patente e em consequencia as honras do posto, sem prejuizo de outras penalidades e reservados os effeitos da acção judicial que no caso couber, do general de brigada Miguel Costa

Art. 2º — A execução do presente decreto compete ao Ministerio da Guerra que, para esse fim, determinará as providencias necessarias.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de abril de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*General João Gomes.*

---

DECRETO N. 766 — DE 23 DE ABRIL DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Amaragy, São Joaquim, Bezerros, Gravatá, Catende, Barreiros, Canhotinho, Panellas, Bom Conselho e Garanhuns, no Estado de Pernambuco, durante o dia 26 do corrente mez de abril*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Amaragy, São Joaquim, Bezerros, Gravatá, Catende, Barreiros, Canhotinho, Panellas,

Bom Conselho e Garanhuns, no Estado de Pernambuco, durante o dia 26 de abril corrente, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

---

DECRETO N. 767 — DE 24 DE ABRIL DE 1936

*Altera o art. 103 do Regulamento Geral dos Transportes, approvedo pelo decreto n. 10.204, de 30 de abril de 1913, já modificado pelo de n. 20.633, de 9 de novembro de 1931*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereram as companhias São Paulo Railway, Limited, Mogyana de Estradas de Ferro e a Estrada de Ferro Sorocabana, e, de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Fica autorizado o seguinte acrescimo á lista das mercadorias cujos pesos são determinados por cubação para o calculo de fretes, de que trata o art. 103 do Regulamento Geral dos Transportes, approvedo pelo decreto numero 10.204, de 30 de abril de 1913, já modificado pelo de n. 20.633, de 9 de novembro de 1931:

“Mercadorias da tabella 14-A, não especificadas acima (por metro cubico) — 500 kilos.”

Paragrapho unico. Fica reduzido a 1.500 kilós o peso de 1.800 kilos, para o calculo dos despachos da pedra britada ou cascalho (por metro cubico), constante da relação a que se refere o art. 103, modificado pelo alludido decreto n. 20.633, de 9 de novembro de 1931.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.



## DECRETO N. 768 — DE 24 DE ABRIL DE 1936

*Rectifica o decreto n. 20.571, de 26 de outubro de 1931, na parte relativa á disponibilidade do pintor do deposito de Entre Rios, da Estrada de Ferro Central do Brasil, João José Amorim*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o que consta do processo n. 3.172-36, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, decreta:

Artigo unico. Fica rectificado o art. 2º do decreto numero 20.571, de 26 de outubro de 1931, para o fim de declarar que se chama João José Amancio e não João José Amorim o pintor do deposito de Entre Rios da Estrada de Ferro Central do Brasil, posto em disponibilidade em virtude do citado artigo do referido decreto; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 769 — DE 27 DE ABRIL DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, no municipio de Araguaya, no Estado do Pará, durante os dias 11 e 20 de maio do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, durante os dias 11 e 20 de maio do corrente anno, no municipio de Araguaya, no Estado do Pará, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 770 — DE 27 DE ABRIL DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, nos municipios de Belém, Gurupá, Obidos, Castanhal, Curuca, Mocajuba, Soure, Breves e Araguaia, durante o dia 10 de maio do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março findo, durante o dia 10 de maio do corrente anno, nos municipios de Belem, Gurupá, Obidos, Castanhal, Curuca, Mocajuba, Soure, Breves e Araguaia, no Estado do Pará, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 771 — DE 27 DE ABRIL DE 1936

*Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Instituto de Ensino Secundario com sede no Districto Federal*

O Presidente de Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55 do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Instituto de Ensino Secundario, com sede no Districto Federal.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 772 — DE 27 DE ABRIL DE 1936

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, nos termos do artigo 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao

curso fundamental do Gymnasio N. S. de Lourdes, com séde em Curityba, Paraná.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1936; 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 773 — DE 27 DE ABRIL DE 1936

*Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio São José, com séde em Mendes, Estado do Rio de Janeiro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio São José, com séde em Mendes, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 774 — DE 27 DE ABRIL DE 1936

*Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio Metropolitano, com séde no Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio Metropolitano, com séde no Districto Federal.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 775 — DE 27 DE ABRIL DE 1936

*Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio Santa Maria, com séde em Bello Horizonte, Estado de Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, nos termos do art. 55 do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio Santa Maria, com séde em Bello Horizonte, Minas Geraes.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 776 — DE 27 DE ABRIL DE 1936

*Concede inspecção permanente á Escola de Engenharia de Juiz de Fóra*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, tendo em vista o disposto no art. 19 do decreto numero 20.179, de 6 de julho de 1931, e nos termos do art. 11 do mesmo decreto, com a redacção que lhe deu o art. 1° do decreto n. 23.546, de 5 de dezembro de 1933, conceder inspecção permanente á Escola de Engenharia de Juiz de Fóra, Estado de Minas Geraes.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 777 — DE 27 DE ABRIL DE 1936

*Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio São João, com séde em Fortaleza, Ceará*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de

abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Gynnasio São João, com séde em Fortaleza, Estado do Ceará.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 778 DE 28 DE ABRIL DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Austria, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Presidente da Confederação Austriaca, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929, devendo tal ratificação ter validade seis mezes depois da data do deposito ou seja a partir de 13 de setembro de 1936 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 7 de abril do corrente anno, enviada com a cópia authenticada da Acta do deposito de ratificação, cujas respectivas traducções officinaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

Legação da Suissa — VI.S-158/2 RH.

Em cumprimento das disposições finaes da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento

dos prisioneiros de guerra, concluidas em Genebra a 27 de julho de 1929, a Legação da Suíça tem a honra de remetter, em annexo, ao Ministerio das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, uma cópia authenticada da Acta, lavrada a 13 de março de 1936, para registrar o deposito, nos Archivos da Confederação Suíça, do instrumento de ratificação por parte de Sua Excellencia o Presidente da Confederação Austriaca.

De accordo com os arts. 33 da primeira Convenção e 92 da segunda, essa ratificação produzirá effeito seis mezes depois da data do deposito, ou seja a partir de 13 de setembro de 1936.

A Legação da Suíça agradecerá ao Ministerio das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil accusar o recebimento da presente communicação e aproveita esta occasião para lhe renovar o protesto de sua alta consideração.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1936.

Ao Ministerio das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro — Palacio Itamaraty.

---

ACTA DO DEPOSITO DE RATIFICAÇÃO POR PARTE DA AUSTRIA, RELATIVA Á CONVENÇÃO PARA A MELHORIA DA SORTE DOS FERIDOS E ENFERMOS NOS EXERCITOS EM CAMPANHA E Á CONVENÇÃO RELATIVA AO TRATAMENTO DOS PRISIONEIRO DE GUERRA, CONCLUIDAS EM GENEBRA, A 27 DE JULHO DE 1929

O Ministro da Austria em Berna, Sua Excellencia o Senhor Wilhelm Engerth, apresentou-se, hoje, ao Departamento Politico Federal para proceder ao deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Presidente da Confederação Austriaca, relativo á Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e á Convenção concernente ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluidas em Genebra, a 17 de julho de 1929.

Esse instrumento, achado em boa e devida fórma, será depositado nos Archivos da Confederação Suíça.

O deposito do instrumento será notificado aos Governos dos paizes, Partes na Convenção.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente Acta.

Feita em Berna, a 13 de março de 1936. — O Ministro da Austria, *W. Engerth*. — O Chefe do Departamento Politico Federal, *Motta*.

E' cópia authenticca. — O chefe de divisão dos Negocios Estrangeiros, *Bonna*.

---

## DECRETO N. 779 — DE 28 DE ABRIL DE 1936

*Faz publica a adesão, por parte da Estonia, á Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adesão, por parte do Presidente da Republica da Estonia, á Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 23 de março ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## TRADUCÇÃO OFFICIAL

C. L. 56-1936-IV.

## LIGA DAS NAÇÕES

**Covenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas**

(Genebra, 12 de setembro de 1923).

## ADHESÃO DA ESTONIA

Genebra, 23 de março de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Secretario da Delegação permanente da Estonia junto á Liga das Nações, delegado permanente a. i., depositou no Secretariado, a 10 de março de 1936, o instrumento de adesão, por parte de Sua Excellencia o Senhor Presidente da Republica da Estonia á Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico das publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923.

Queira acceitar os protestos de minha alta consideração.  
— Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico do Secretariado, *J. Nisot.*

## DECRETO N. 780 — DE 28 DE ABRIL DE 1936

*Crêa a comissão permanente de fiscalização de entorpecentes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que cumpre á União, aos Estados e aos municipios cuidar da hygiene mental e incentivar a lucta contra os venenos sociaes, *ex-vi* do art. 138 lettra *g* da Constituição Federal;

Considerando a utilidade de dotar nossa administração com os elementos indispensaveis á fiscalização legal e á repressão ao trafego e uso illicitos de entorpecentes, compatíveis com o aperfeiçoamento dos serviços congeneres em outros paizes, tendo em vista a solidariedade internacional;

Considerando que o Brasil, signatario das convenções internacionaes, que regulam a materia, não se acha em grão de lhes dar cabal execução, por falta de competente aparelhamento legal e administrativo;

Considerando a necessidade de intensificar, em todo o territorio da Republica, a fiscalização do commercio licito e a acção repressiva, solidaria entre as autoridades competentes, contra o uso e o trafico illicitos de entorpecentes, repressão, que, sob os auspícios da Liga das Nações, tão proficuos resultados vêm apresentado, no campo internacional e, internamente, em diversos paizes, compartes nas Convenções internacionaes de Haya de 1912 e nas de Genebra de 1925 e 1931, referentes á materia;

Considerando a conveniencia de revisão da legislação brasileira, neste particular, de modo a facultar ás autoridades os meios indispensaveis á efficiencia de sua acção fiscalizadora e repressiva;

Considerando a oportunidade de fixar a cooperação de todos os órgãos encarregados da fiscalização do commercio de entorpecentes e de repressão de seu trafico e uso illicitos;

Considerando a necessidade de attribuir á coordenação das actividades fiscalizadora e repressiva, caracter permanente, de forma a permittir e facilitar a estreita collaboração do Governo brasileiro com os órgãos technicos internacionaes da Liga das Nações.

Resolve:

Artigo 1º.

Fica creada, com caracter permanente, a Comissão nacional de fiscalização de Entorpecentes, directamente subordinada ao Ministerio das Relações Exteriores.

Artigo 2º.

Em virtude de suas funcções, farão obrigatoriamente parte da referida Comissão as seguintes autoridades: o Chefe dos Actos Internacionaes do Ministerio das Relações Exteriores; o Inspector da Fiscalização do Exercício Profissional do Ministerio da Educação e Saude Pública; o 1º Delegado Auxiliar do Districto Federal; o Inspector da Alfandega do Rio



de Janeiro; o Director do Instituto de Chimica do Ministerio da Agricultura; um director de estabelecimento clinico especializado em toxicomanias; um funcionario do Ministerio das Relações Exteriores, que exercerá as funções de secretario da mesma Commissão.

§ 1.º Serão membros de direito da mencionada Commissão o Director Nacional de Saude e Assistencia Medico-Social; o Procurador dos Feitos da Educação e Saude Publica e representantes dos Ministerios da Justiça e Negocios Interiores e do Trabalho, Industria e Commercio.

§ 2.º A Commissão poderá, quando julgar conveniente, convocar, por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores, qualquer funcionario federal, afim de prestar as informações que a mesma julgar necessarias, sem prejuizo das respectivas funções.

§ 3.º O Presidente da Commissão nacional de fiscalização dos Entorpecentes será o Director Nacional de Saude e Assistencia Medico-Social e, na sua ausencia, o Inspector de Fiscalização do Exercicio Profissional.

§ 4.º Os membros dessa Commissão serão nomeados por portaria do Ministerio das Relações Exteriores.

#### Artigo 3º.

A Commissão terá a seu cargo o estudo e a fixação do normas geraes de acção fiscalizadora do cultivo, extracção, produção, fabricacção, transformacção, preparo, posse, importacção, reexportacção, offerta, venda, compra, troca, cessão, bem como a repressão do trafico e uso illicitos de drogas entorpecentes, incumbindo-lhe todas as attribuições decorrentes dos objectivos geraes, para os quaes é constituida.

#### Artigo 4º.

A Commissão terá, ainda, a seu cargo a elaboracção do ante-projecto de consolidacção das leis, em vigor, sobre entorpecentes a ser submettida ao Poder Legislativo; o preparo de instrucções a serem approvadas pelos Ministerios competentes, bem como as que dizem respeito á actuacção dos delegados, plenipotenciarios ou representantes do Brasil em congressos ou conferencias internacionaes sobre a materia.

#### Artigo 5º.

Para os fins de execução dos dispositivos das Convenções internacionaes, como para outros, julgados opportunos, a Commissão nacional de fiscalização de Entorpecentes constituirá o órgão consultivo do Ministerio das Relações Exteriores e do Ministerio da Educação e Saude Publica para a orientacção do Governo em tudo quanto se refira ás relações do mesmo Governo com o Comité Central do Opio, da Liga das Nações, e demais autoridades e entidades estrangeiras e internacionaes.

Paragrapho unico. As mesmas funções consultivas exercerá a Commissão no que diz respeito á acção interna de fiscalização e repressão e do contacto do Governo Federal com as autoridades e entidades nacionaes.

## Artigo 6º.

Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Vicente Ráo.*

*Marceus dos Reis.*

*General João Gomes.*

*Henrique A. Guillhen.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon de Magalhães*

---

DECRETO N. 781 — DE 29 DE ABRIL DE 1936

*Autoriza o cidadão William Selig a comprar e exportar pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 4, da Constituição Federal; e tendo em vista o decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, que regula a industria da faiseação do ouro alluvionar e o commercio de pedras preciosas, decreta:

Artigo unico. Fiva autorizado o cidadão William Selig a comprar e exportar pedras preciosas, nos termos do artigo 7º do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, constituindo titulo desta autorização uma via authentica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 782 — DE 29 DE ABRIL DE 1936

*Autoriza o cidadão hollandez Jonas Polak a comprar pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista o decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, que regula a industria da faiscação do ouro alluvionar e o commercio de pedras preciosas, decreta:

Artigounico. Fica autorizado o cidadão hollandez Jonas Polak a comprar pedras preciosas, nos termos do art. 7º do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, constituindo titulo desta autorização uma via authentica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 783 — DE 29 DE ABRIL DE 1936

*Supprime a Collectoria Federal de Guaratuba, Estado do Paraná*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, resolve supprimir a Collectoria Federal de Guaratuba, Estado do Paraná.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 784 — DE 29 DE ABRIL DE 1936

*Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2.500:000\$000*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, na conformidade do disposto na ultima parte do paragrapho 1º do art. 186 da Constituição, e tendo ouvido o Tribunal de

---

Contas na forma do regulamento approved pelo decreto numero 15.786, de 6 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de dois mil e quinhentos contos de réis (2.500:000\$000), para attender a despesas da Policia Civil do Districto Federal, em virtude dos gastos extraordinarios decorrentes da situação actual.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

#### DECRETO N. 785 — DE 30 DE ABRIL DE 1936

*Rectifica-se o nome de um official que perdeu a patente e posto, por decreto de 9 de abril, sob n. 741*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, decreta:

Artigo unico. A perda de patente e consequente posto determinada pelo artigo primeiro do decreto n. 741, de 9 de abril do anno em curso refere-se a Sylo Furtado Soares de Meirelles, 1° tenente, e não a Silo Soares Furtado de Meireles, capitão; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes.

#### DECRETO N. 786 — DE 30 DE ABRIL DE 1936

*Dá nova redacção ao § 4° do art. 17 do Regulamento para o Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica redigido pela fórmula que se segue o § 4° do art. 17 do Regulamento para o Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra baixado com o decreto n. 95, de 15 de outubro de 1934:

“Art. 17. ....

§ 4.º Será considerado inhabilitado o candidato que não alcançar sessenta pontos (3 x 20) ou media inferior a tres (3) nas materias acima mencionadas."

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes.

DECRETO N. 787 — DE 30 DE ABRIL DE 1936

*Desdobra, em dous annos lectivos, a titulo provisorio, o 3º anno do curso Superior da Escola Naval e dispõe sobre sua constituição*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que lhe expoz o ministro de Estado dos Negocios da Marinha sobre a necessidade de reduzir-se, em bem do ensino, o numero de materias do 3º anno do Curso Superior da Escola Naval e usando das attribuições que lhe conferem os arts. 8º do decreto n. 24.581, de 5 de julho de 1934, 110, do Regulamento approved pelo decreto n. 19.877, de 16 de abril de 1931, e 56, n. 1, da Constituição da Republica, decreta:

Art. 1.º Fica desdobrado em dous annos lectivos, a titulo provisorio, o 3º anno do Curso Superior da Escola Naval.

Art. 2.º Os referidos annos lectivos ficarão constituidos das seguintes materias:

3º anno:

- a) Astronomia;
- b) Direito Penal Militar precedido do estudo da Constituição Brasileira;
- c) Instrumentos nauticos;
- d) Machinas a vapor: e
- e) Armamentos (Organização do material de artilharia, torpedos, minas e aviação).

4º anno:

- a) Navegação;
- b) Topographia e Hydrographia;
- c) Balística e Direcção dos Tiros de Artilharia e Torpedos;
- d) Machinas especiaes; e
- e) Direito Internacional.

Art. 5.º Quaesquer dessas materias, até que fique definitivamente resolvido o assumpto, de conformidade com e que a

experiencia aconselhar, poderão ser, por acção do ministro da Marinha, mediante proposta do director da referida Escola e audiência da Directoria do Ensino Naval, leccionados em um ou em outro dos referidos annos.

Art. 4.º A medida constante desse decreto deve ser applicada sómente aos alumnos que ora vão cursar o 3º anno, sem prejuizo, porém, do direito á promoção a Guarda-Marinha que lhes estava assegurado por approvação em todos os exames desse curso.

Art. 5.º Esses alumnos, embora promovidos áquelle posto, cursarão, durante o anno de 1937, o 4º anno e, no anno seguinte, 1938, após a viagem de instrucção e approvação nos exames do curso pratico de bordo, serão então promovidos a 2º tenente.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique Aristides Guilhem.*

---

DECRETO N. 788 — DE 2 DE MAIO DE 1936

*Estabelece, na Contadoria Central Ferroviaria, uma taxa de trafego mutuo, em substituição á taxa de expediente alli em vigor e modifica o art. 1º, do respectivo regulamento*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e tendo em vista a proposta approvada pelo Conselho Administrativo da Contadoria Central Ferroviaria, em reunião extraordinaria realizada a 24 de janeiro do corrente anno, proposta essa submettida pelo seu presidente á approvação do Governo, em officio n. C.A/16, de 1 de fevereiro ultimo, conforme o disposto no art. 79 do regulamento approved pelo decreto n. 21.327, de 25 de abril de 1932,

Decreta:

Art. 1.º Nos despachos de trafego mutuo com taxa de percurso superior a 5\$000, effectuados nas empresas filiadas á Contadoria Central Ferroviaria, será cobrada a taxa de trafego mutuo de 2\$000 por despacho. Nos demais despachos, tanto de trafego mutuo, como proprio, será mantida a taxa actual de expediente.

Art. 2.º A taxa de trafego mutuo será apurada pela Contadoria Central Ferroviaria, á vista dos despachos, e será deduzida, para o seu custeio, das contas mensaes que a mesma extrahir.

Art. 3.º As filiadas contribuirão, no mez de janeiro de cada anno, para o custeio da mesma Contadoria, ainda com a importancia fixa de 4:000\$000 annuaes.

**Art. 4.º** Fica modificado, pela forma abaixo, o art. 7º do regulamento da Contadoria Central Ferroviária, approved pelo decreto n. 21.317, de 25 de abril de 1932:

**Art. 7.º** Nas votações relativas á nomeação do chefe, admissão, promoção e vencimentos do pessoal e outras medidas concernentes á despesa, as empresas gozarão do direito de voto proporcionalmente ao respectivo producto da taxa de tráfego mutuo, no anno anterior, a saber:

a) um voto para o producto até 10:000\$, dois votos para o até 50:000\$, tres votos para o até 100:000\$ e quatro votos para o superior a esta importancia;

b) a classificação das empresas, quanto ao direito de voto, uma vez feita, prevalecerá até a verificação do producto ulterior da mesma taxa;

c) o representante da Inspectoria Federal das Estradas terá direito a um voto, como em quaesquer outras votações.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 789 — DE 3 DE MAIO DE 1936

*Suspende as restricções impostas ás immunities parlamentares em consequencia da equiparação, ao estado de guerra, da commoção intestina grave, em todo o territorio nacional.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe conferem a emenda n. UM, combinada com o art. 161 da Constituição da Republica e o artigo 2º do decreto legislativo n. 8, de 21 de dezembro de 1935, resolve:

**Art. 1.º** Resalvada a validade dos actos já praticados pela autoridade publica, ficam suspensas as restricções impostas ás immunities parlamentares, em consequencia da equiparação, ao estado de guerra, da commoção intestina grave, em todo o territorio nacional (decreto n. 702, de 21 de março de 1936).

**Art. 2.º** Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

## DECRETO N. 790 — DE 4 DE MAIO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Barras, no Estado do Piauhy, durante o dia 13 de maio do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Barras, no Estado do Piauhy, durante o dia 13 de maio do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

---

## DECRETO N. 791 — DE 4 DE MAIO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de São Thiago do Boqueirão, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 10 de maio do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de São Thiago do Boqueirão, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 10 de maio do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

---

## DECRETO N. 792 — DE 4 DE MAIO DE 1936

*Concede inspecção permanente á Faculdade de Direito de Pelotas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, tendo em vista o disposto no art. 49 do decreto numero 20.179, de 6 de julho de 1931, e nos termos do art. 11



do mesmo decreto, com a redacção que lhe deu o art. 1º do decreto n. 23.646, de 5 de dezembro de 1933, conceder inspecção permanente á Faculdade de Direito de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1936, 115ª da Independência e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 793 — DE 4 MAIO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Gymnasio do Crato, com  
sede no Crato, Estado do Ceará*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55 do decreto n. 21.244, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio do Crato, com sede no Crato, Estado do Ceará.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1936, 115ª da Independência e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 794, DE 4 DE MAIO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Gymnasio de Miracema, com  
sede em Miracema*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Resolve, nos termos do artigo 55 do Decreto 21.244, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio de Miracema, com sede em Miracema, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1936, 115ª da Independência e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 795 — DE 4 DE MAIO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Gymnasio Independencia, com sede em São Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55 do decreto n. 21.244, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio Independencia, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1936. 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 796 — DE 4 DE MAIO DE 1936

*Concede auxilios, relativos ao exercicio de 1936, a varias instituições nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Mato Grosso.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxilios, no corrente exercicio, às instituições nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Mato Grosso, abaixo indicadas, devendo o pagamento do auxilio, no 2º semestre, ser feito nos termos do decreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação n. 4 da verba 21ª— Subvencões — art. 3º — anexo n. 5, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Asylo e Casa dos Pobres — Lorena — São Paulo	8:000\$000
Associação Protetora da Infancia Desvalida — Santos — São Paulo	26:000\$000
Asylo Maria Immaculada — São Paulo	12:000\$000
Asylo de Mendicidade S. Vicente de Paulo — Bragança — São Paulo	2:000\$000
Asylo de Orphãos e Invalidos — São Paulo	26:000\$000
Associação Evangelica Beneficente — São Paulo	10:000\$000
Associação Espirita Anjo Gabriel — São Paulo	5:000\$000
Associação Grêche Asylo Analia Franco — Santos — São Paulo	20:000\$000
Associação Auxilios aos Necessitados — Santos — São Paulo	10:000\$000

Asylo de Invalidos — Santos — São Paulo .....	20:000\$000
Associação das Damas de Caridade de São Vicente de Paulo — Mararé — São Paulo....	2:000\$000
Asylo Bom Pastor — São Paulo .....	10:000\$000
Asylo São Vicente de Paulo — Tatuhy — São Paulo . . . . .	2:000\$000
Asylo de Orphãos Dr. José Julio — São Simão — São Paulo . . . . .	5:000\$000
Associação Religiosa e de Caridade — Zelatrici del Sacro Cuore — (Externato São José) — Baurú — São Paulo . . . . .	5:000\$000
Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo — Soccorro — São Paulo.....	1:000\$000
Escolas Profissionais Salesianas — São Paulo. Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora — São Paulo . . . . .	30:000\$000
Hospital da Casa de São Vicente de Paulo — São Manoel — São Paulo.....	2:000\$000
Hospital São Luiz — Araras — São Paulo....	3:000\$000
Irmadade da Misericordia — Porto Ferreira — São Paulo . . . . .	5:000\$000
Instituto D. Bosco — São Paulo .....	10:000\$000
Irmadade da Misericordia (Hospital Santa Isabel) — Taubaté — São Paulo.....	10:000\$000
Orphanato N. S. do Calvario — Campinas — São Paulo. . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Faxina — São Paulo . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — São Luiz do Parahytinga — São Paulo . . . . .	2:000\$000
Sociedade S. Vicente de Paulo (Conferencia Senhor Bom Jesus do Livramento) Bananal — São Paulo . . . . .	2:000\$000
Sociedade de Medicina e Cirurgia — São Paulo	5:000\$000
Sociedade de São Vicente de Paulo — Jacarehy — São Paulo . . . . .	2:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Areias — São Paulo . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Rio Claro — São Paulo . . . . .	6:000\$000
Sociedade de São Vicente de Paulo — Lorena — São Paulo . . . . .	2:000\$000
Sociedade Beneficente (Santa Casa) — Ribeirão Preto — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Barretos — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia São José — Cachoeira — São Paulo . . . . .	16:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Soccorro — São Paulo . . . . .	4:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Casa Branca — São Paulo . . . . .	2:000\$000
Sociedade São Vicente de Paulo — Iguape — São Paulo . . . . .	5:000\$000
Sociedade de S. Vicente de Paulo — Pindamonhangaba — São Paulo .....	2:000\$000

Escola Agronomica do Paraná — Curitiba — Paraná . . . . .	50:000\$000
Faculdade de Engenharia — Curitiba — Paraná . . . . .	50:000\$000
Faculdade de Direito — Curitiba — Paraná . . . . .	50:000\$000
Instituto de Chimica do Paraná — Curitiba — Paraná . . . . .	15:000\$000
Hospital São Braz — Porto União — Santa Catharina . . . . .	20:000\$000
Academia Rio Grandense de Lettras — Porto Alegre — Rio Grande do Sul . . . . .	2:000\$000
Hospital D. Vital de Oliveira — Vaccaria — Rio Grande do Sul . . . . .	12:000\$000
Instituto São José — Canoas — Rio Grande do Sul . . . . .	30:000\$000
Associação de Caridade — Pouso Alegre — Minas Geraes . . . . .	2:000\$000
Associação Protectora dos Pobres e Menores Desamparados — Lambary — Minas Geraes . . . . .	10:000\$000
Asylo de Orphãos — Marianna — Minas Geraes . . . . .	10:000\$000
Associação das Damas de Caridade da Cathedral da Boa Viagem — Bello Horizonte — Minas Geraes . . . . .	5:000\$000
Collegio S. José — Juiz de Fóra — Minas Geraes . . . . .	20:000\$000
Casa de Caridade — Paraisopolis — Minas Geraes . . . . .	2:000\$000
Conferencia São Vicente de Paulo — Jacutinga — Minas Geraes . . . . .	1:000\$000
Casa de Caridade — São João Evangelista — Minas Geraes . . . . .	6:000\$000
Casa de Caridade — Alfenas — Minas Geraes . . . . .	6:000\$000
Casa de Caridade Santo Antonio — Curvello — Minas Geraes . . . . .	20:000\$000
Collegio N. S. Auxiliadora — Ponte Nova — Minas Geraes . . . . .	15:000\$000
Escola Normal de Collegio São José — Santos Dummont — Minas Geraes . . . . .	5:000\$000
Escola Domestica Santa Therezinha — Lambary — Minas Geraes . . . . .	16:000\$000
Escola Domestica Santa Therezinha — Pouso Alegre — Minas Geraes . . . . .	5:000\$000
Hospital São Vicente de Paulo — Marianna — Minas Geraes . . . . .	6:000\$000
Hospital Santo Antonio — Pegaonha — Minas Geraes . . . . .	20:000\$000
Hospital N. S. das Graças — Sete Lagoas — Minas Geraes . . . . .	6:000\$000
Instituto Commercial Mineiro — Juiz de Fóra — Minas Geraes . . . . .	20:000\$000
Instituto Profissional Feminino — Santa Rita do Sapucahy — Minas Geraes . . . . .	10:000\$000
Sociedade Mineira de Assistencia á Infancia — Bello Horizonte — Minas Geraes . . . . .	3:000\$000
Sociedade Mineira de Protecção aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra — Bello Horizonte Minas Geraes . . . . .	30:000\$000

Sociedade de São Vicente de Paulo — Varginha	1:000\$000
— Minas Geraes . . . . .	
Santa Casa de Misericórdia — Barbacena — Minas Geraes . . . . .	15:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Caldas — Minas Geraes . . . . .	3:000\$000
Asylo Maria Auxiliadora — Coxipó da Ponte — Matão Grosso . . . . .	20:000\$000
Total . . . . .	<u>817:000\$000</u>

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1936, 115° da Independência e 48° da República.

Getúlio Vargas,

Gustavo Capanema.

#### DECRETO N. 797 — DE 4 DE MAIO DE 1936

*Concede auxílios relativos ao exercício de 1936 a varias instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Parahyba, Bahia, Rio de Janeiro e Districto Federal.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxílios, no corrente exercício, ás instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Parahyba, Bahia, Rio de Janeiro e Districto Federal, abaixo indicadas, devendo o pagamento do auxilio, no 2° semestre, ser feito nos termos do decreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1932 e correr a despesa por conta da sub-consignação n. 1 da verba 21° — Subvenções — art. 3° — anexo n. 5 da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Missões Salesianas — Amazonas . . . . .	20:000\$000
Prelazia do Rio Negro — Rio Negro — Amazonas	200:000\$000
Prelazia do Porto Velho — Porto Velho — Amazonas . . . . .	150:000\$000
Faculdade de Medicina e Cirurgia — Belém — Pará . . . . .	50:000\$000
Arco Bom Pastor — Fortaleza — Ceará . . . .	20:000\$000
Associação Luiza de Murilloz — Fortaleza — Ceará . . . . .	8:000\$000
Escola Noturna de São Vicente — Fortaleza — Ceará . . . . .	3:000\$000
Capharnaum Collegio da Immaculada da Conceição — Fortaleza — Ceará . . . . .	15:000\$000

Provincia Brasileira das Lemãs de São Vicente de Paulo — (Mantenedora dos Patronatos de Aracaty e Pacoly)—Fortaleza — Ceará	20:000\$000
Atheniu Teixeira Mendes — São Luiz — Maranhão . . . . .	6:000\$000
Centro Artistico Operario Caxiense — Caxias — Maranhão . . . . .	5:000\$000
Centro Artistico Operario Maranhense — São Luiz — Maranhão . . . . .	20:000\$000
Instituto de Letras e Officios Gomes de Souza Coroaá — Maranhão . . . . .	8:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Natal — Rio Grande do Norte . . . . .	10:000\$000
Collegio N. S. Auxiliadora — Petrolina — Pernambuco . . . . .	3:000\$000
Collegio N. S. de Lourdes — Palmares — Pernambuco . . . . .	6:000\$000
Sociedade dos Cooperadores Parochiaes — Recife — Pernambuco . . . . .	50:000\$000
Hospital Pedro I — Campina Grande — Parahyba . . . . .	6:000\$000
Liga Bahiana contra a Mortalidade Infantil — Salvador — Bahia . . . . .	25:000\$000
Asylo da Divina Providencia — Nietheroy — Rio de Janeiro . . . . .	6:000\$000
Asylo Furquin — Vassouras — Rio de Janeiro	6:000\$000
Collegio N. S. Auxiliadora — Campos — Rio de Janeiro . . . . .	20:000\$000
Caixa de Esmolas — Campos — Rio de Janeiro	2:000\$000
Escolas Profissionais Subsidadas — Nietheroy — Rio de Janeiro . . . . .	80:000\$000
Federação Espirita do Rio de Janeiro—Nietheroy — Rio de Janeiro . . . . .	6:000\$000
Grupo Espirita Fé e Esperança — Entre Rios — Rio de Janeiro . . . . .	4:000\$000
Pa. da Casa de Misericordia — Nova Friburgo — Rio de Janeiro . . . . .	12:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Recife — Rio de Janeiro . . . . .	20:000\$000
Santa Casa de Misericordia — São João da Barra — Rio de Janeiro . . . . .	10:000\$000
Asylo N. S. de Nazareth — Districto Federal	20:000\$000
Academia Nacional de Medicina — Districto Federal . . . . .	25:000\$000
Asylo Bom Pastor — Districto Federal . . . . .	25:000\$000
Casa dos Artistas — Districto Federal . . . . .	50:000\$000
Casa da Providencia — Districto Federal . . . . .	12:000\$000
Collegio Cardual Leão (Academia Technico Commercial) — Districto Federal . . . . .	10:000\$000
Instituto Propedeutico de Musica — Districto Federal . . . . .	6:000\$000
Instituto Brasileiro de Contabilidade — Districto Federal . . . . .	115:000\$000
Instituto Commercial do Rio de Janeiro — Districto Federal . . . . .	10:000\$000

Liga Esperantista Brasileira — Districto Federal . . . . .	1:000\$000
Orphanato Immaculada Conceição — Districto Federal . . . . .	20:000\$000
Sociedade Brasileira de Bellas Artes — Districto Federal . . . . .	3:000\$000
Tenda Espirita de Caridade—Districto Federal	10:000\$000
Total . . . . .	<u>1.000:000\$000</u>

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

DECRETO N. 798 — DE 5 DE MAIO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, pela Finlândia, da Convenção para a regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra, a 24 de setembro de 1931*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Finlândia, da Convenção para a regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra, a 24 de setembro de 1931, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 4 de abril ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## TRADUÇÃO OFFICIAL

C. L. 62. 1936.II.B.

## LIGA DAS NAÇÕES

Convenção para a regulamentação da pesca da baleia  
(Genebra, 24 de setembro de 1931)

## RATIFICAÇÃO PELA FINLÂNDIA

Genebra, 4 de abril de 1936.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o Senhor Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Delegado permanente da Finlândia junto á Liga das Nações, depositou no Secretariado da Liga, a 21 de março de 1936, o instrumento de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Presidente da Republica da Finlândia, da Convenção para a regulamentação da pesca da baleia, firmada em Genebra a 24 de setembro de 1931, de accordo com as disposições do artigo 15 da referida Convenção.

Queira acceitar os protestos de minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o Conselheiro juridico do Secretariado, *L. A. Podesta Costa*.

---

DECRETO N. 799 — DE 5 DE MAIO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Rio do Sul, Tijucas, São Bento, Brusque, Canoinhas e Lages, no Estado de Santa Catharina, no dia 10 do corrente mez de maio*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Rio do Sul, Tijucas, São Bento, Brusque, Canoinhas e Lages, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 10 de maio corrente, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---



## DECRETO N. 800 — DE 6 DE MAIO DE 1936

*Concede á Cooperativa de Seguros contra Accidentes do Trabalho, da União dos Proprietarios de Marcenarias, autorização para funcionar e approva os seus estatutos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade de responsabilidade limitada Cooperativa de Seguros contra Accidentes do Trabalho, da União dos Proprietarios de Marcenarias, com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, resolve conceder-lhe autorização para que funcione em operações de seguros de accidentes do trabalho e approvar os seus estatutos, adoptados pela assembléa geral dos respectivos socios, realizada a 26 de dezembro de 1935, mediante as seguintes condições:

I — O capital de responsabilidade minimo da sociedade para as operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho é de 250:000\$ (duzentos e cincoenta contos de réis), integralmente realizados, nos termos do art. 1º do decreto n. 164, de 14 de março de 1935.

II — A sociedade, para garantia inicial das suas operações, fará, no Thesouro Nacional, na forma da lei, o deposito de 100:000\$ (cem contos de réis), o qual poderá ser augmentado, nos termos da alinea a do art. 41 do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, e paragrapho unico do art. 6º do regulamento approved pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

III — A sociedade ficará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto de sua autorização.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 801 — DE 6 DE MAIO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 março ultimo, no Município de Porto Belle, no Estado de Santa Catharina, no dia 10 do corrente mez de maio.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Porto Belle, no Estado de

Santa Catharina, durante o dia 10 de maio corrente, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1936, 115° da Independência e 18° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

---

DECRETO N. 802 — DE 7 DE MAIO DE 1936

*Approva as instrucções para o funcionamento, em 1936, da Escola de Aviação Militar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo á conveniencia de ser revisto o Regulamento da Escola de Aviação Militar para adaptal-o á lei do ensino militar, decreta:

Art. 1.º Ficam approvadas as instrucções que a este acompanham para o funcionamento da Escola de Aviação Militar, durante o anno de 1936, assignadas pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1936, 115° da Independência e 18° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*João Gomes Ribeiro Filho.*

---

Instrucções para o funcionamento, em 1936, da Escola de Aviação Militar, a que se refere o dec. n. 802, desta data

Art. 1.º Funcionará no corrente anno, na Escola de Aviação Militar, os seguintes cursos:

- Curso de official aviador;
- Curso de sargento-aviador.

Paragrapho unico. Annexo á Escola de Aviação Militar funcionará ainda o curso de aviação militar destinado aos cadetes dos 2.º e 3.º annos da Escola Militar, matriculados neste curso, repetindo-se o plano de ensino traçado para os mesmos.

Art. 2.º O curso de official aviador (C. O. Av.) terá a duração de nove mezes effectivos de aulas, comprehendendo dois periodos de instrucção:

a) *Primeiro periodo* (duração: quatro mezes) — Destina-se ao conhecimento theorico e theorico-pratico, indispensavel á formação do observador militar;

b) *Segundo periodo* (duração: cinco mezes) — Destina-se ao aperfeiçoamento pratico do observador e á preparação completa do piloto militar, de modo a tornal-o capaz de executar todas as missões de guerra, inclusive em collaboração com o observador.

Paragrapho unico. A instrucção pratica de pilotagem deverá, entretanto, ter inicio no 1º periodo, afim de permittir que, desde o inicio do 2º periodo, a instrucção de vôo se faça em aviões de guerra.

Art. 3.º A instrucção do 2º periodo comportará, ainda, tres estagios, a saber:

- Navegação e transmissões;
- Informações e photographia;
- Tiro, bombardeio e defesa anti-aérea.

Paragrapho unico. A duração em cada um desses estagios será de 30 a 45 dias.

Art. 4.º Os assumptos a serem tratados durante o 1º periodo constarão de:

a) *Tactica das armas*:

- Estudos sobre o combate de infantaria;
- Noções do tiro de artilharia;
- Noções sobre o combate da cavallaria;
- Estudos sobre os regulamentos da arma e serviços da aviação;
- Estudo das missões de defesa aérea e do material empregado para esse fim.

b) *Technica de aviação*:

- Theoria do avião;
- Construcção de aviões;
- Navegação (estimada, radiogoniometrica e astronomica);
- Electricidade e radio-transmissões;
- Noções de metallurgia applicada;
- Meteorologia;
- Tiro e bombardeio aéreos.

c) *Pratica da pilotagem*.

d) *Hygiene do aviador*.

Art. 5.º Na falta absoluta de maiores para o exercicio das funções de chefes das sub-divisões da 1ª Divisão, funções essas a cargo dos chefes dos Departamentos de Instrucção Militar e de Technica de Aviação, poderão ser nomeados para as mesmas capitães do quadro de officiaes navegantes, com a designação de instructores-chefes.

Art. 6.º O commandante da Escola de Aviação Militar é tambem o director do ensino, tendo como auxiliar immediato o chefe da 1ª Divisão que desempenhará as funções de sub-director do ensino.

Art. 7.º O curso de sargento-aviador (C. S. Av.) terá a duração de dois annos, sendo cada anno lectivo dividido em dois periodos de quatro mezes cada um, mais um mez para estagios.

§ 1.º O ensino do curso de sargento-aviador comprehenderá uma parte geral e outra de instrucção militar, cujos assumptos serão assim distribuidos:

#### PRIMEIRO ANNO

##### *Primeiro periodo:*

##### *a) parte geral — Noções de:*

- Portuguez;
- Arithmetica;
- Algebra;
- Geometria;
- Desenho projectivo;
- Hygiene.

*b) Instrucção militar* — Toda a instrucção de infantaria até, a escola do grupo ou da peça mtr., de modo a tornar o alumno uma praça mobilizavel.

##### *Segundo periodo:*

##### *a) Parte geral — Noções de:*

- Trigonometria;
- Physica;
- Electricidade;
- Mecanica;
- Desenho technico;
- Hygiene.

*b) Instrucção militar* — Visará desenvolver os conhecimentos adquiridos no 1º periodo, e sua applicação no quadro da instrucção correspondente ao pelotão ou secção de metralhadoras e preparar o alumno para exercer as funcções de 2º cabo de aviação.

§ 2.º Abrangendo os dois periodos do 1º anno serão ainda ministrados:

— Conhecimentos da Geographia (physica e politica) e Historia do Brasil;

— Exercicios praticos de officinas (100 horas, no minimo).

§ 3.º Não funcionará no corrente anno o 2º anno do curso de sargento-aviador.

Art. 8.º Haverá, para ambos os cursos, tres trabalhos correspondentes a cada uma das materias ou assumptos praticos, cujo resultado será expresso por uma nota numerica, de zero a dez.

§ 1.º O julgamento dos differentes trabalhos (escriptos, oraes ou praticos) em ambos os cursos, é feito pelos instructores das respectivas materias, ou assumptos praticos, com posterior approvação da direcção do ensino.

§ 2.º A média final de cada materia, ou assumpto pratico, é calculada pela somma dos grãos obtidos nos trabalhos parciaes, os quaes serão, no minimo, de tres em cada periodo.

§ 3.º Para apuração dos resultados finais não será arredondada, em nenhum caso, a parte fraccionaria das notas obtidas.

§ 4.º A média inferior a 4 em qualquer das materias ou assumptos praticos, ou o conjunto inferior a 5, para o curso de officiaes aviadores, e a média inferior a tres em qualquer das materias ou assumptos praticos, ou conjunto quatro, para o curso de sargento-aviador, no fim de cada periodo, impedem a continuação do respectivo curso.

§ 5.º O aproveitamento em cada um dos estagios, constantes do § 2.º do art. 2.º, das presentes instrucções, será julgado levando-se em conta o estudo, a preparação, a execução e o relatório de cada missão dada para esse fim, uma vez por semana pelo menos.

§ 6.º Na apreciação do aproveitamento relativo aos trabalhos praticos nas officinas se levará em conta tambem a frequencia do alumno ás sessões marcadas para esse fim.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1936. — General *João Gomes*.

---

#### DECRETO N. 303, DE 8 DE MAIO DE 1936

*Reduz a tarifa de farinha de trigo e institue uma comissão para estabelecer a porcentagem minima do trigo nacional que deve ser adicionado ao trigo estrangeiro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 4, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 23 do decreto n. 24.023, de 24 de março de 1934, e no inciso I do art. 4.º das disposições preliminares da Tarifa das Alfândegas, mandada executar pelo decreto n. 24.343, de 5 de junho, tambem de 1934, e:

Considerando que um *trust* internacional tem procurado exercer acção profunda e perturbadora no consumo de uma mercadoria indispensavel á alimentação do povo, qual a farinha de trigo;

Considerando que o preço desse producto vem soffrendo ha longo tempo uma alta injustificavel;

Considerando que os lucros obtidos pela industria moageira são desproporcionadamente elevados em relação ao capital nella empregado, quasi todo de origem estrangeira;

Considerando que o alludido preço da farinha é superior ao do producto importado, incluídos os respectivos direitos;

Considerando a necessidade de serem tomadas, com urgencia, medidas que estimulem a produção do trigo nacional, determinando-se a porcentagem minima da sua addição ao trigo importado, e ainda a porcentagem dos sub-productos do trigo que possam ser exportados, sem prejuizo do consumo interno;

**Decreta:**

Art. 1º. Ficam reduzidas, durante dois annos, as taxas das Tarifas das Alfandegas, classe 8ª — productos e sub-productos — n. 245 — farinha de trigo por tonelada, peso legal: de 182\$320 para 145\$856 e de 154\$990 para 123\$992;

Art. 2º. O Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, de accordo com o da Agricultura, organizará uma commissão afin de estabelecer a porcentagem minima do trigo nacional que deve ser adicionado ao trigo estrangeiro importado, para aproveitamento obrigatorio no fabrico da farinha, e ainda a dos sub-productos do trigo que possa ser exportada, sem prejuizo da economia nacional.

Paragrapho unico. A Commissão apresentará, dentro do prazo de 60 dias da sua organização, o resultado dos seus trabalhos.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1936, 48ª da Republica e 115ª da Independencia.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

Agamenon Magalhães.

Odilon Braga.

---

DECRETO N. 801 — DE 8 DE MAIO DE 1936

*Concede permissão á Radio Educadora do Brasil, S. A., para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Radio Educadora do Brasil, S. A., com sede na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.141, de 1 de março de 1932, e no decreto numero 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Radio Educadora do Brasil, S. A., com sede na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viceção e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a con-

tar da data da publicação deste decreto no *Diário Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1936. 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

Clausulas a que se refere o decreto n. 304, desta data

I

Fica assegurado á Radio Educadora do Brasil, S. A., o direito de estabelecer, na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admitir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocommunição (decreto n. 21.111), ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da au-

loridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registo de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o pan-americano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registo do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo as plantas-orçamento e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia aprovação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.



## V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de dez (10) kilometros do centro da cidade.

## VI

No regimen de fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (1000\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, i (in-fine), j, k e l* da clausula III;

b) si não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alinea *e* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a

incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 805 — DE 8 DE MAIO DE 1936

*Concede permissão á Radio Diffusora São Paulo, S. A., para estabelecer uma estação radio-difusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Radio Diffusora São Paulo S. A., com séde na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo) e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto numero 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Radio Diffusora São Paulo, S. A., com séde na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radio-difusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 805, DESTA DATA

I

Fica assegurado á Radio Diffusora São Paulo, S. A., o direito de estabelecer, na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), uma estação de ondas médias, destinada a executar

---

o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigências instituídas neste acto de concessão.

## II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que elle assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragraphe unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas deregar o registro do contracto de que trata esta clausula.

## III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estas funções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinatl., o serviço todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radio-communicação (decreto n. 21.141) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permitlam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data, de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia da liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 24.114) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localisada a uma distancia, minima, de cinco (5) kilometros do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe approuver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$00), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alineas *a, b, c, d, i* (in-fine), *j, k* e *l* da clausula III;

b) si não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alinea *e* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infracções passiveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1936. — *Marques dos Reis*.

---

## DECRETO N. 806 — DE 8 DE MAIO DE 1936

*Approva o orçamento nas importancias de 315:394\$175, papel, e £ 11.700, ouro, para aquisição e installação dosapparelhos "Zerolit" em diversas estações de "The Great Western of Brasil Railway Company Limited".*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu "The Great Western of Brasil Railway Company Limited", e de accordo com os pareceres, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os orçamentos que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, para aquisição e installação dos apparelhos "Zerolit" em diversas estações de "The Great Western of Brasil Railway Company Limited".

§ 1.º As despesas realmente effectuadas, até o maximo do orçamento ora approvado, nas importancias de 315:394\$175 (trezentos e quinze contos trezentos e noventa e quatro mil cento e setenta e cinco réis), papel e £ 11.700 (onze mil e setecentas libras) ouro, serão, depois de regularmente apuradas em tomadas de contas, inscriptas na conta de capital da companhia.

§ 2.º A conversão, em moeda nacional, do orçamento ora approvado, terá logar, quando da inscripção das despesas á conta de capital da companhia, servindo de base á conversão o valor da libra nas cambias que forem opportunamente adquiridas.

§ 3.º Para conclusão das obras, fica marcado o prazo de 12 (doze) mezes, a contar da data em que a requerente for notificada dos termos deste decreto.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 807 — DE 8 DE MAIO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos para a execução de diversas obras na Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este

acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para a execução das obras abaixo descriptas, na Rêde de Viação Ferrea Federal arrendada ao referido Estado:

a) Construcção de linhas telegraphicas e installação de phonopóros nas estações da variante de Barreto a Gravatahy.....	153:206\$700
b) Construcção de um desvio e girador na estação de "Beira Mar" (Casino), no km. 612 + 620 do ramal da Costa do Mar....	13:814\$388
c) Duplicação do circuito phonopóreo existente entre as estações do ramal de Montenegro a Canella .....	44:682\$000
d) Aquisição e montagem de 100 engates "Alliance" e 100 caixas "Simplex", em 50 locomotivas e tenders .....	172:028\$300
e) Installação de um girador junto ao desvio morto, situado no km. 41 + 536 do ramal de Taquara a Canella .....	7:038\$947
f) Construcção de um novo trapiche de carvão em "Margem", no km. 2 + 108 no ramal de Margem a Taquary.....	89:982\$357
g) Construcção de um girador no desvio "Blauth", situado no km. 84 + 453 do ramal de Montenegro a Caxias.....	13:419\$046
h) Installação de luz electrica em 52 casas pertencentes á Rêde e que servem de moradia de empregados do Almojarifado e das 2ª, 3ª e 4ª Divisões .....	9:271\$000

§ 1.º As despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, já attendidas as correções feitas pela Inspectoria Federal das Estradas nos referentes ás obras descriptas nas alíneas *b* e *h*, serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos", de accordo com a clausula I e o item 2º da clausula II do termo decorrente do decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, que modificou o contracto de arrendamento autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922.

§ 2.º Para a conclusão das obras citadas nas alíneas *a* a *h*, ficam fixados, respectivamente, os prazos de 5, 3 e 6 mezes, 1 anno, 3 e 5 mezes, 30 dias e 4 mezes, todos a contar da data em que a Rêde fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

## DECRETO N. 808 — DE 8 DE MAIO DE 1936

*Desapropriar diversos terrenos necessarios á contrucção da estrada de ferro Jaguary-S. Thiago- S. Borja, no Estado do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de conformidade com o disposto nos arts. 3º, n. 3, 5º e 8º, do regulamento de consolidação e modificação do processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade publica, aprovado pelo decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903; artigo 590. § 2º, n. II, do Código Civil, e art. 113, n. 17 da Constituição Federal, decreta:

Artigo unico. Ficam desapropriados, por utilidade publica, os terrenos representados nas quatro plantas que ora baixam, em duas vias, rubricadas pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viagem e Obras Publicas, visto os referidos immoveis serem necessarios á construcção, a cargo da União, da estrada de ferro Jaguary-S. Thiago-S. Borja, no Estado do Rio Grande do Sul, cujos estudos definitivos foram approvados pelos decretos ns. 9.559, 9.668, 9.699 e 9.772, datados, respectivamente, de 2 de maio, 17 e 31 de julho, e 18 de setembro de 1912.

Paragrapho unico. As despesas decorrentes da desapropriação correrão á conta da verba 14ª, consignação I, alínea c, sub-consignação n. 24, letra a, do annexo n. 7 a que se refere o art. 3º da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 809 — DE 11 DE MAIO DE 1936

*Concede equiparação á Faculdade de Direito de Goyaz, com séde na capital do Estado de Goyaz*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 3º, decreto n. 20.179, de 6 de julho de 1931, conceder equiparação á Faculdade de Direito de Goyaz, com séde na capital do Estado de Goyaz.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*



## DECRETO N. 810 — DE 11 DE MAIO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Carlopolis, no Estado do Paraná, durante o dia 24 do corrente mez de maio*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Carlopolis, no Estado do Paraná, durante o dia 24 de maio corrente, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 811 — DE 11 DE MAIO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Nictheroy, Estado do Rio de Janeiro, durante os dias 12, 13, 15, 19, 20 e 22 de maio do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Nictheroy, durante os dias 12, 13, 15, 19, 20 e 22 de maio do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições de representantes profissionaes á Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 812 — DE 12 DE MAIO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Austria, da Convenção para fixar a idade minima de admissão de crianças nos trabalhos industriaes, (Washington, 1ª sessão — 1919)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Austria, da Convenção para fixar a idade minima de admissão de crianças aos trabalhos industriaes, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua primeira sessão, realizada em Washington, de 29 de outubro a 29 de novembro de 1919, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 13 de março ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

## LIGA DAS NAÇÕES

C. L. 47. 1936. V — 13 de março de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Representante permanente da Austria junto á Liga das Nações, remetteu-me a ratificação formal pelo seu Governo, da Convenção para fixar a idade minima de admissão de crianças aos trabalhos industriaes, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua primeira sessão (Washington, 29 de outubro — 29 de novembro de 1919).

Tenho, igualmente, a honra de informar a Vossa Excellencia que, de accordo com o artigo 351 do Tratado de Saint Germain, essa ratificação official foi registrada pelo Secretariado, a 26 de fevereiro de 1936.

O texto da ratificação foi transmittido á Repartição Internacional do Trabalho para ser publicado no Boletim Official.

A presente notificação é feita de accordo com o artigo 10 da referida Convenção.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o Conselheiro juridico p. i. do Secretariado. — *M. Mc. E. Wood.*

---

## DECRETO N. 813 — DE 13 DE MAIO DE 1936

*Approva as alterações feitas nos estatutos da Assistencia  
Judiciaria Ferroviaria*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que pediu a Assistencia Judiciaria Ferroviaria, associação de classe com séde no Districto Federal, resolve approvar as alterações de seus estatutos, feitas em assembléa geral extraordinaria de 28 de outubro de 1935, conforme acta publicada no *Diario Official* de 5 de novembro do mesmo anno.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 814 — DE 13 DE MAIO DE 1936

*Approva as alterações feitas nos estatutos da Sociedade Be-  
neficente Auxiliar dos Funcconarios*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que pediu a Sociedade Beneficente Auxiliar dos Funcconarios, associação de classe, com séde no Districto Federal, resolve approvar as alterações de seus estatutos, feitas em assembléa geral extraordinaria, de 9 de outubro de 1935, conforme acta publicada no *Diario Official* de 12 do mesmo mez.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 815 — DE 13 DE MAIO DE 1936

*Approva as alterações feitas nos estatutos da Associação Civil  
e Militar de Beneficencia*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que pediu a Associação Civil e Militar de Beneficencia, com séde no Districto Federal, resolve approvar as

alterações de seus estatutos, feitas na assembléa geral extraordinária de 12 de junho de 1935, conforme a acta publicada no *Diário Official* de 25 do mesmo mez.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 816 — DE 13 DE MAIO DE 1936

*Approva as alterações feitas nos estatutos da Sociedade Beneficente Dr. Pereira Junior*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que pediu a Sociedade Beneficente Dr. Pereira Junior, associação de classe, com séde no Districto Federal, resolve approvar as alterações de seus estatutos, feitas nas assembléas geraes extraordinarias, de 22 de setembro e 16 de dezembro de 1935.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 817 — DE 13 DE MAIO DE 1936

*Approva as alterações feitas nos estatutos da Caixa Auxiliar dos Empregados Postaes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que pediu a Caixa Auxiliar dos Empregados Postaes, associação de classe com séde no Districto Federal, resolve approvar as alterações de seus estatutos, feitas nas assembléas geraes extraordinarias de 29 de setembro de 1934 e 30 de abril de 1935, conforme actas publicadas no *Diário Official* de 20 de dezembro de 1934 e 8 de outubro de 1935, com exclusão, porém, das seguintes expressões: no art. 32 —

“que não affecte os interesses da Caixa”, no art. 75 — “não prejudicando os interesses da Caixa”.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 818 — DE 13 DE MAIO DE 1936

*Approva os novos estatutos da Companhia Italo-Brasileira de Seguros Geraes adoptados pela assembléa geral extraordinaria dos seus accionistas, de 15 de agosto de 1935 e as modificações nelles introduzidas pela de 5 de março de 1936*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Italo-Brasileira de Seguros Geraes, com séde na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, autorizada a funcionar, pelo decreto n. 14.877, de 15 de junho de 1921, em operações de seguros terrestres e maritimos, e, pelo decreto n. 16.205, de 7 de novembro de 1923, em operações de seguros de vida, resolve aprovar os novos estatutos adoptados pela assembléa geral extraordinaria, dos respectivos accionistas, realizada a 15 de agosto de 1935, e as modificações nos mesmos introduzidas pela assembléa geral extraordinaria realizada a 5 de março de 1936, continuando a sociedade integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes, ou que vierem a vigorar, sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 819 — DE 15 DE MAIO DE 1936

*Rectifica o nome de um official que perdeu a patente e posto por decreto de 9 de abril, sob n. 741*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, decreta:

Artigo unico. A perda de patente e consequente posto determinada pelo art. 1° do decreto n. 741, de 9 de abril findo,

refere-se a Alberto Bomilcar Besouchet, 2º tenente, e não Roberto Bomilcar Besouchet; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1936, 115º da Independência e 48º da República.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes Ribeiro Filho.

---

DECRETO N. 820 — DE 15 DE MAIO DE 1936

*Regula o aproveitamento do producto da venda de material inutil e imprestavel*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição contida no art. 56, n. 1, da Constituição, e,

Considerando que o regulamento para o serviço de Fazenda da Marinha, approved pelo decreto n. 22.071, de 10 de novembro de 1932, em seu art. 140, paragrapho unico, estabelece que o material considerado inutil sem materia prima utilizavel, será destruido immediatamente, após a lavratura do respectivo termo;

Considerando, porém, que essa norma, impedindo a venda do referido material, não concilia os interesses do erario e foi, por isso, alterada, por acto do Governo Provisorio, de 28 de junho de 1934, que mandou applicar o producto da venda de materiaes julgados então inserviveis, na aquisição de material novo e execução de reparos necessarios, ficando, assim, firmada doutrina, com força de lei, por ter emanado então de autoridade competente;

Considerando mais que essa doutrina se harmonisa com o preceito do art. 840, ultima parte, do Regulamento doCodigo de Contabilidade Publica, approved pelo decreto numero 15.783, de 8 de novembro de 1922;

Considerando que, já cogitando de assumpto identico, o regulamento para os Conselhos Economicos da Marinha, é da maior conveniencia a unificação das normas existentes para melhor aproveitamento, beneficio e fiscalização dos serviços:

Decreta:

Art. 1.º Fica o Ministerio da Marinha autorizado a providenciar, de accordo com a resolução do Governo Provisorio de 28 de junho de 1934, combinada com a ultima parte do

**art. 840, do Regulamento do Código de Contabilidade, sobre a venda de material julgado imprestável ou inútil e aplicação da receita proveniente.**

**Art. 2.º** Na aplicação da receita a que se refere o artigo anterior, será observado o decreto n. 22.098, de 17 de novembro de 1932, com a conveniente alteração nas percentagens, de que trata o art. 31 do citado regulamento, que serão distribuídos na proporção de 70 %, 20 %, 5 % e 5 %, respectivamente, pelas alíneas *a, b, c e d*.

**Art. 3.º** A medida constante deste decreto deve ser adoptada tão sómente pelos Arsenaes, Depósitos e Directoria do Armamento.

Paragrapho unico. Nas demais Unidades se continuará a observar o processo até agora seguido.

**Art. 4.º** Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique A. Guilhem.*

---

DECRETO N. 821 — DE 15 DE MAIO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Fortaleza, Estado do Ceará, durante os dias 18, 19, 20 e 21 de maio do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Fortaleza, durante os dias 18, 19, 20 e 21 de maio do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições de representantes profissionais á Assembléa Legislativa do Estado do Ceará; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS,

*Vicente Rão.*

---

## DECRETO N. 822 — DE 15 DE MAIO DE 1936

*Approva nova planta das obras de construção do porto de Nictheroy, em substituição á que se refere o decreto numero 17.980, de 12 de novembro de 1927*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu o Estado do Rio de Janeiro e de conformidade com o paragrapho unico, clausula II, das que baixaram com o decreto n. 16.962, de 24 de junho de 1925, decreta:

Artigo unico. Fica modificada e substituida pela que com este baixa, assignada pelo director geral de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, a planta das obras de construção do porto de Nictheroy, no Estado do Rio de Janeiro, approvada pelo decreto n. 17.980, de 12 de novembro de 1927.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 823 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Eleva a noventa e a trinta dias os prazos a que alludem os artigos onze e doze do decreto n. 254, de 1 de agosto de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que as informações a serem prestadas á Comissão Revisora, instituida pelo decreto n. 254, de 1 de agosto de 1935, na maioria dos casos não podem ser remetidas no prazo improrogavel de 30 dias, dependentes, como estão, de elementos existentes em repartições dos Estados;

Considerando ainda que, conforme ponderou a mesma commissão, pelo órgão do seu Presidente, tambem é insufficiente o prazo de quinze dias, estabelecido parâ apresentação dos pareceres dos relatores;



Decreta:

Art. 1.º Ficam respectivamente elevados a noventa e a trinta dias os prazos a que alludem os artigos onze e doze do decreto n. 254, de 1 de agosto de 1935.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

DECRETO N. 824 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Instituto São Luiz, com sede em Fortaleza, Ceará*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55 do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Instituto São Luiz, com sede em Fortaleza, Estado do Ceará.

Rio de Janeiro 19 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

---

DECRETO N. 825 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Approva o regulamento para o abono da vantagem de que trata o decreto n. 23.867, de 9 de fevereiro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o art. 1º do decreto n. 23.867, de 9 de fevereiro de 1934 e no uso da attribuição que lhe confere a constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o regulamento que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra, para o abono da vanta-

gem de que trata o decreto n. 23.867, de 9 de fevereiro de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gen. *João Gomes Ribeiro Filho.*

---

REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 825, DESTA DATA, PARA O ABONO DA VANTAGEM DE QUE TRATA O DECRETO NUMERO 23.867, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1934

Art. 1.º Aos sargentos effectivos dos corpos de tropa, quando nelles estiverem promptos, será abonada mais uma etapa de alimentação.

Art. 2.º Para cumprimento do disposto no artigo anterior, entende-se por corpos de tropa os constantes dos artigos, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 do decreto n. 24.287, de 24 de maio de 1934 (Lei de Organização dos Quadros e Effectivos do Exercito activo em tempo de paz) e 49 e 54 do de numero 23.977, de 9 de fevereiro de 1934 (Lei de Organização Geral do Exercito).

Art. 3.º Quando um corpo de tropa, pelas exigencias do serviço, mudar o seu typo de effectivo de paz para um outro mais fraco, os sargentos que ficarem sem funções na sua unidade terão direito á percepção da etapa de alimentação, emquanto não forem transferidos para outros corpos de tropa. Os sargentos em questão serão considerados excedentes e não aggregados.

Paragrapho unico. Um sargento incluído por transferencia não póde ser classificado como excedente, mesmo que nessa qualidade estivesse no corpo de origem.

Art. 4.º Os sargentos effectivos e promptos em suas unidades, quando matriculados nas Escolas de Armas, Educação Physica, Aviação (Companhias de Alumnos e Corpo de Pracas) e Centros de Instrução, serão considerados *effectivos e promptos* nesses estabelecimentos de ensino e como taes perceberão a etapa de alimentação.

Paragrapho unico. Os sargentos assim considerados não poderão ser aggregados em seus corpos, emquanto matriculados nas citadas escolas.

Art. 5.º Os sargentos matriculados nas Escolas de formação (Intendencia e Veterinaria) não teem direito á etapa de alimentação.

Art. 6.º Tambem terão direito etapa de alimentação os radiotelegraphistas pertencentes aos quadros de effectivos das unidades, quando em serviço da especialidade nas rêdes regionaes correspondentes.

Art. 7.º Os sargentos monitores de estabelecimentos de ensino militar, por conveniencia da instrucção, vencerão uma diaria fixada em quatro mil réis (4\$000) em vez de gratificação mensal de 90\$000.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936. — General *João Gomes*.

---

DECRETO N. 826 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Approva novo orçamento e projecto para as obras do porto de Maceió, na enseada de Jaraguá*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado de Alagoas, concessionario da construcção e exploração do trafego do porto de Maceió, na enseada de Jaraguá, na conformidade da clausula VI, § 1º do contracto de 30 de novembro de 1933, autorizado pelo decreto n. 23.459, de 16 do mesmo mez e anno, e tendo em vista os pareceres technicos prestados pelos órgãos competentes do Ministerio da Viação e Obras Publicas, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento, na importancia total de 19.397:784\$600 (dezenove mil trezentos e noventa e sete contos setecentos e oitenta e quatro mil e seiscentos réis), que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, para as obras a serem executadas no porto de Maceió, na enseada de Jaraguá, no Estado de Alagoas, em substituição ao que foi approvado pelo decreto n. 24.594, de 6 de julho de 1934.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 827 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Concede auxilios relativos aos 1º e 2º semestres de 1935, a varias instituições nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso e Acre.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade do disposto no art. 24, do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxilios nos 1º e

2º semestres de 1935, ás instituições nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Matto Grosso, e Acre, abaixo indicadas, correndo a despesa por conta do credito revigorado pelo decreto n. 735, de 16 de abril de 1936:

Associação Protectora de Instrucção e Trabalho para Cegos — Santos — São Paulo (1º e 2º semestres) . . . . .	6:000\$000
Associação de Ensino — Ribeirão Preto — São Paulo (1º e 2º semestre) . . . . .	5:000\$000
Bandeira Paulista de Alphanetização — São Paulo (1º e 2º semestre) . . . . .	10:000\$000
Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil — São Paulo (1º e 2º semestre) . . . .	20:000\$000
Escola de Commercio—Christovão Colombo — Piracicaba — São Paulo (1º e 2º semestre) . . . . .	10:000\$000
Polyclínica de São Paulo — São Paulo (1º e 2º semestre) . . . . .	3:000\$000
Sociedade de São Vicente de Paulo — Amparo — São Paulo (1º e 2º semestres) . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericórdia (Hospital Virgílio Pereira) — São José do Barreiros — São Paulo (1º e 2º semestre) . . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Santa Cruz do Rio Pardo — São Paulo (1º e 2º semestre) . . . .	10:000\$000
Asylo São Vicente de Paulo — Castro — Paraná (1º e 2º semestre) . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Paranaguá — Paraná (1º e 2º semestres) . . . . .	10:000\$000
Associação Irmão Joaquim — Florianópolis — Santa Catharina (1º e 2º semestres) . . . . .	5:000\$000
Asylo de Orphãos N. S. da Conceição — Pelotas — Rio Grande do Sul (1º e 2º semestres) . . . .	20:000\$000
Bibliotheca Publica Pelotense — Pelotas — Rio Grande do Sul (1º e 2º semestres) . . . . .	3:000\$000
Collegio Sagrado Coração de Jesus — S. Borja — Rio Grande do Sul (1º e 2º semestres) . . . .	10:000\$000
Faculdade de Pharmacia e Odontologia — Santa Maria — Rio Grande do Sul (1º e 2º semestres) . . . . .	3:000\$000
Hospital de Caridade — Passo Fundo — Rio Grande do Sul (1º e 2º semestres) . . . . .	20:000\$000
Hospital dos Pobres — S. Borja — Rio Grande do Sul (1º e 2º semestres) . . . . .	15:000\$000
Sociedade de Beneficencia e Caridade — Lageado — Rio Grande do Sul (1º e 2º semestres) . .	5:000\$000
Sociedade de Educação Christã — Pelotas — Rio Grande do Sul (1º e 2º semestres) . . . . .	3:000\$000
Asylo de Orphãos João Emilio — Juiz de Fóra — Minas Geraes (1º e 2º semestres) . . . . .	10:000\$000
Asylo Bom Pastor — Bello Horizonte — Minas Geraes (1º e 2º semestres) . . . . .	5:000\$000
Assistencia Bom Jesus — Pouso Alegre — Minas Geraes (1º e 2º semestres) . . . . .	2:000\$000

Associação de Caridade — Paraopeba — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	2:000\$000
Asylo S. Vicente de Paulo — Uberaba — Minas Geraes (1º e 2º semestres) .....	3:000\$000
Asylo S. Vicente de Paulo — Paraisopolis — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	1:000\$000
Academia Mineira de Commercio — Bello Horizonte — Minas Geraes (1º e 2º semestres)..	10:000\$000
Asylo de Caridade — Bom Successo — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	10:000\$000
Abrigo de Invalidos — Lavras — Minas Geraes (1º e 2º semestres) .....	1:000\$000
Colonia Bahiana Beneficente — Pirapora—Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	3:000\$000
Casa de Caridade — Baependy — Minas Geraes (1º e 2º semestres) .....	10:000\$000
Conferencia N. S. do Carmo — Oliveira — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	5:000\$000
Collegio N. S. Auxiliadora — Ponte Nova—Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	15:000\$000
Casa de Caridade — S. João Evangelista — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	7:000\$000
Casa de Caridade S. Vicente de Paulo — Ubá — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	3:000\$000
Casa de Caridade — Arassuahy — Minas Geraes 1º e 2º semestres).....	3:000\$000
Escola de Agricultura e Pecuaria — Passa Quatro — Minas Geraes (1º e 2º semestre).....	20:000\$000
Escola de Pharmacia e Odontologia — Juiz de Fôra — Minas Geraes (1º e 2º semestres)..	20:000\$000
Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinaria — Bello Horizonte — Minas Geraes (2º semestre).....	5:000\$000
Escola de Electricidade e Radio Telegraphia — Bello Horizonte — Minas Geraes (2º semestre).....	5:000\$000
Hospital S. João Baptista — Rio Branco — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	10:000\$000
Hospital S. Vicente de Paulo — Pomba — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	5:000\$000
Hospital N. S. das Dores — Itabira — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	2:000\$000
Hospital S. Vicente de Paulo — Matheus Lima — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	5:000\$000
Hospital S. Salvador — Além Parahyba — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	3:000\$000
Hospital da Misericordia — Santos Dumont — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	5:000\$000
Hospital S. Vicente de Paulo — Theophilo Ottoni — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	10:000\$000
Irmandade N. S. do Rosario — Rezende Costa — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	4:000\$000
Orphanato N. S. de Nazareth — Lafayette — Minas Geraes (1º e 2º semestres).....	10:000\$000

Patronato S. José — Juiz de Fora — Minas Geraes (1° e 2° semestres).....	12:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Caxambu — Minas Geraes (1° e 2° semestres).....	10:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Serro — Minas Geraes (1° e 2° semestres).....	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Guanhões — Minas Geraes (1° e 2° semestres).....	4:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Perdões — Minas Geraes (1° e 2° semestres).....	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Machado — Minas Geraes (1° e 2° semestres).....	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Araxá — Minas Geraes (1° e 2° semestres).....	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Sacramento — Minas Geraes (1° e 2° semestres).....	5:000\$000
Collegio N. S. Auxiliadora — Bomfim — Goyaz (1° e 2° semestres).....	20:000\$000
Conferencia S. Vicente de Paulo — Santa Luzia — Goyaz (1° e 2° semestres).....	3:000\$000
Asylo Santa Rita — Cuyabá — Matto Grosso (1° e 2° semestres).....	10:000\$000
Hospital de Caridade — Tres Lagoas — Matto Grosso (1° e 2° semestres).....	10:000\$000
Ordem Terceira Regular de S. Francisco — São Luiz de Cáceres — Matto Grosso (1° e 2° semestres).....	10:000\$000
Sociedade Beneficente — Campa Grande — Matto Grosso (1° e 2° semestres).....	2:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Acre (2° semestre)	15:000\$000
Total.....	484:000\$000

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

#### DECRETO N. 828 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Concede auxílios relativos aos 1° e 2° semestres de 1935, a varias instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro e Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxílios nos 1° e

2º semestres de 1935, ás instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro e Districto Federal, abaixo indicadas, correndo a despesa por conta do credito revigorado pelo decreto n. 735, de 16 de abril de 1936:

Instituto D. Bosco — Manãos — Amazonas (1º e 2º semestres) .....	10:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Belém — Pará (2º semestre).....	10:000\$000
Sociedade das Filhas do Coração Immaculado de Maria — Pinheiro — Pará (1º e 2º semestres) . . . . .	3:000\$000
Faculdade de Direito — S. Luiz — Maranhão (1º e 2º semestres) .....	5:000\$000
Associação dos Empregados no Commercio — Crato — Ceará (1º e 2º semestres).....	20:000\$000
Provincia Brasileira das Irmãs de S. Vicente de Paulo (Mantenedora dos Patronatos de Pacoty e Aracaty) — Fortaleza — Ceará — (1º e 2º semestres).....	6:000\$000
Leprosario Antonio Diogo — Fortaleza — Ceará (2º semestre) .....	30:000\$000
União Artistica Beneficente do Crato — Crato — Ceará (1º e 2º semestres).....	12:000\$000
Escola Feminina de Commercio — Natal — Rio Grande do Norte (1º e 2º semestres) ..	4:000\$000
Hospital Pedro I — Campina Grande — Parahyba (1º e 2º semestres).....	6:000\$000
Associação Mantenedora do Hospital Centenario — Recife — Pernambuco (1º e 2º semestres) . . . . .	35:000\$000
Asylo Bom Pastor — Recife — Pernambuco (1º e 2º semestres).....	10:000\$000
Cruz Vermelha Pernambucana — Recife — Pernambuco (1º e 2º semestres).....	40:000\$000
Cruzada Pernambucana de Educação — Recife — Pernambuco (1º e 2º semestres).....	10:000\$000
Escola de Engenharia — Recife — Pernambuco (1º e 2º semestres).....	30:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Recife — Pernambuco (1º e 2º semestres) . . . . .	10:000\$000
Liga Pernambucana Contra a Mortalidade Infantil — Recife — Pernambuco (1º e 2º semestres) . . . . .	20:000\$000
Asylo de Orphãs Desvalidas N. S. do Bom Conselho — Maceió — Alagoas (1º e 2º semestres) . . . . .	5:000\$000
Sociedade Amor e Caridade — Viçosa — Alagoas (1º e 2º semestres).....	10:000\$000

Hospital de Caridade S. João de Deus — Laranjeiras — Sergipe (1° e 2° semestres) ..	5:000\$000
Oratorio Festivo Beato D. Bosco — Aracajú — Sergipe (1° e 2° semestres) .....	3:000\$000
Casa Pia do Collegio N. S. do Sallote — Salvador — Bahia (1° e 2° semestres) .....	12:000\$000
Instituto Polytechnico — Salvador — Bahia (1° e 2° semestres) .....	20:000\$000
Instituto S. José — Salvador — Bahia (1° e 2° semestres) .....	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Salvador — Bahia (1° e 2° semestres) .....	30:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Nazareth — Bahia (1° e 2° semestres) .....	12:000\$000
Santa Casa de Misericordia — S. Felix — Bahia (1° e 2° semestres) .....	12:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Valença — Bahia (1° e 2° semestres) .....	2:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Victoria — Espirito Santo (1° e 2° semestres) .....	30:000\$000
Escola Technico Fluminense — Nietheroy — Rio de Janeiro (1° e 2° semestres) .....	12:000\$000
Federação Espirita do Rio de Janeiro — Nietheroy — Rio de Janeiro (1° e 2° semestres) . . .	10:000\$000
Assistencia Dentaria Infantil — Districto Federal (1° e 2° semestres) .....	12:000\$000
Associação Asylo S. Luiz para a Velhice Desamparada — Districto Federal (1° e 2° semestres) . . .	20:000\$000
Academia de Commercio do Rio de Janeiro — Districto Federal (1° e 2° semestres) ..	20:000\$000
Asylo Isabel — Districto Federal (1° e 2° semestres) . . .	20:000\$000
Casa da Creança — Districto Federal (1° e 2° semestres) . . .	15:000\$000
Cruzada Nacional contra a Tuberculose — Districto Federal (1° e 2° semestres) .....	30:000\$000
Cruzada Espirita Suburbana — Districto Federal (1° e 2° semestres) .....	2:000\$000
Congregação de Notre Dame — Districto Federal (1° e 2° semestres) .....	5:000\$000
Casa da Providencia — Districto Federal — (1° e 2° semestres) .....	12:000\$000
Departamento da Creança no Brasil — Districto Federal (1° e 2° semestres) .....	30:000\$000
Externato N. S. de Lourdes — Districto Federal (1° e 2° semestres) .....	5:000\$000
Escola da Marinha Mercante do Rio de Janeiro — Districto Federal (2° semestre) .....	10:000\$000
Hospital Hahnemaniano — Districto Federal (1° e 2° semestres) .....	10:000\$000
Liga de Protecção aos Cegos no Brasil — Districto Federal (1° e 2° semestres) .....	10:000\$000
Orpheão de Professores — Districto Federal (2° semestre) . . .	5:000\$000



Orphanato S. José — Districto Federal (1° e 2° semestres) . . . . .	12:000\$000
Obra do Berço — Districto Federal (1° e 2° semestres) . . . . .	15:000\$000
Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra — Districto Federal (1° e 2° semestres) . . . . .	3:000\$000
Total . . . . .	<u>665:000\$000</u>

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

DECRETO N. 829 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcçãoar a Caixa Rural de Alagôa Grande, (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ilimitada), no Estado da Parahyba do Norte*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, de accordo com o art. 17, letra c do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder á Caixa Rural de Alagôa Grande (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ilimitada), no Estado da Parahyba do Norte, autorização para se constituir e funcçãoar na fórmula da mesma lei, e, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 830 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcçãoar no Estado do Rio de Janeiro, á Sociedade Cooperativa, de Responsabilidade Limitada, "Banco de Parahyba do Sul"*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, de accordo com a lettra c, art. 17, do decreto numero 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder á Sociedade Cooperativa, de Responsabilidade Limitada, Banco de Parahyba do Sul, autorização para se constituir, na fórmula da mesma lei, e, após registo na Directoria de Organização e Defesa da Produccão, do Ministerio da Agricultura, funcçãoar no municipio de Parahyba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

## DECRETO N. 831 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcçãoar á Cooperativa de Credito Agricola de Esperança, Estado da Parahyba do Norte*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, de accordo com o art. 17, lettra a, do decreto numero 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder ao Consorcio Profissional-Cooperativo de Agricultores e Creadores de Esperança, Estado do Parahyba do Norte, autorização para constituir, na fórmula da mesma lei, a Cooperativa de Credito Agricola de Esperança, e, após registo na Directoria de Organização e Defesa da Produccão, do Ministerio da Agricultura, para o respectivo funcionamento.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

## DECRETO N. 832 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Outorga ao cidadão Primo Tedesco ou á sociedade que organizar concessão para o aproveitamento da energia hydraulica no Rio do Peixe, Estado de Santa Catharina.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o que requereu o cidadão Primo Tedesco, e usando das attribuições que lhe conferem o art. 56, § 1º da Constituição Federal e o art. 150 do decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Aguas),

Decreta:

Art. 1.º E' outorgada ao cidadão Primo Tedesco ou á sociedade que organizar, com approvação do Governo Federal, concessão para o aproveitamento da energia hydraulica do Salto Bom Successo, situado no Rio do Peixe, 1º districto do Municipio de Caçador, Estado de Santa Catharina.

Paragrapho unico. O aproveitamento destina-se á produção, transmissão e distribuição de energia hydro-electrica para serviços publicos federaes, estaduais e municipaes, para serviços de utilidade publica e para commercio de energia, no Municipio de Caçador, Estado de Santa Catharina.

Art. 2.º A titulo de exigencias preliminares das contidas no art. 158 do Codigo de Aguas, e que, por isso mesmo deverão ser cumpridas integralmente, sob pena de ficar de nenhum effeito o presente decreto, o concessionario obriga-se a:

I — Apresentar dentro do prazo de um (1) anno, contado da data da publicação deste decreto, em tres (3) vias:

a) planta do trecho do rio a aproveitar e dos terrenos marginaes a serem inundados pelo "remous" da barragem, em escala de um por dois mil (1:2000);

b) planta da secção do rio onde fôr projectada a barragem, em escala de um por duzentos (1:200);

c) projecto da barragem, vertedouros, comportas, etc., em escala de um por duzentos (1:200), com detalhes em escala de um por cinquenta (1:50) e um por vinte (1:20);

d) projecto do canal de adducção em escala de um por dois mil (1:2000) com perfis transversaes;

e) projecto do castello dagua em escala de um por cinquenta (1:50);

f) projecto e calculo dos tubos de carga em escala de um por cem (1:100);

g) projecto da usina hydro-electrica para produzir corrente triphasica com 50 cyclos, desenho das turbinas, descrição dos alternadores, transformadores, para-raios, etc.;

h) projecto das linhas de transmissão e da rede de distribuição acompanhado de mappa da região em escala razoavel e com detalhes;

i) memoria justificativa, incluindo orçamento global e detalhado de todas as partes do projecto, bem como das desapropriações a fazer.

II — Assignar o contracto de concessão dentro do prazo de um (1) mez, contado da data da publicação do acto de

aprovação da respectiva minuta pelo ministro da Agricultura.

Art. 3.º A minuta do contracto disciplinar desta concessão, do qual constarão todas as exigencias de ordem technica, fiscal, administrativa e penal previstas no Codigo de Aguas, será preparada pelo Serviço de Aguas do Departamento Nacional da Produção Mineral e submettida á aprovação do ministro da Agricultura.

Art. 4.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) annos, contados da data da assignatura do respectivo contracto.

Art. 5.º Em quanto o concessionario gozar da autorização de que trata o artigo precedente, poderá dispor das reservas de energia de que trata o art. 155 do Codigo de Aguas.

Art. 6.º O capital a remunerar será o effectivamente invertido nas installações do concessionario em função da sua industria e concorrendo, de forma permanente, para produção e transformação de energia electrica.

Art. 7.º As tabellas de preço de energia nos "bornes" da usina serão fixadas de accordo com o que estabelece a respeito o Codigo de Aguas, fixando-se tambem no contracto de concessão a justa remuneração do capital a que se refere o inciso III do art. 180 do mesmo Codigo.

Art. 8.º Para manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 6.º do presente decreto, será creado um fundo de reserva que proverá ás renovações determinadas pela depreciação ou impostas por accidentes.

Paragrapho unico. A constituição desse fundo, que se denominará fundo de estabilização, será realizada por quotas especiaes que incidirão sobre as tarifas sob a forma de percentagem. Essas quotas serão determinadas tendo-se em vista a duração media do material a cuja renovação o dito fundo terá de attender, podendo ser modificadas triennalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 9.º Si a receita da Empresa fôr insufficiente para remuneração do capital invertido nas installações, na base que fôr estabelecida no contracto de concessão, e, ainda mais, para attender á manutenção dos serviços, os "deficits" verificados em cada triennio (periodo marcado na lei para revisão de tarifas) serão registrados a debito de uma conta especial intitulada "Lucros a compensar", cujo saldo vencerá os juros que forem fixados para o capital invertido (art. 6.º do presente decreto), saldo que será amortizado em periodo de tarifas subsequente, sendo para isto computado como despesa neste periodo.

Art. 10. Si, ao contrario, a receita exceder as necessidades a que se refere o artigo precedente, a parte excedente será registrada a credito de uma conta, tambem especial, que será denominada "Lucros de compensação".

Paragrapho unico. — O saldo desta conta será considerado como receita no periodo de tarifas subsequente.

Art. 11. Findo o prazo da concessão, reverterão para o Estado de Santa Catharina, mediante indemnização pelo custo historico menos a depreciação, todas as installações de produção de energia do concessionario a que se refere a presente concessão.

Art. 12. Si o Estado de Santa Catharina não fizer uso do direito de que trata o artigo precedente, o concessionario poderá requerer ao Governo Federal renovação da concessão.

Art. 13. O concessionario gozará desde a data da assignatura do contracto de concessão, e enquanto esta vigorar, dos favores constantes do art. 151 do Codigo de Aguas e de leis especiaes de apoio ás empresas de serviços de utilidade publica.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 833 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Pilar e São Braz, no Estado de Alagoas, durante o dia 24 do corrente mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Pilar e São Braz, no Estado de Alagoas, durante o dia 24 do corrente mez, afim de serem all realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 834 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Santiago do Boqueirão, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 24 do corrente mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Santiago do Boqueirão, no Estado do

---

Rio Grande do Sul, durante o dia 24 do corrente mez, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 835 — DE 19 DE MAIO DE 1936

*Eleva a representação diplomatica do Brasil em Berlim á categoria de Embaixada*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lei n. 203, de 18 do corrente, decreta\*

Artigo unico. Fica elevada a representação diplomatica do Brasil em Berlim á categoria de Embaixada.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 836 — DE 20 DE MAIO DE 1936

*Concede á Companhia de Seguros União Panificadora autorização para funcionar em seguros de accidentes de trabalho e approva seus estatutos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia de Seguros União Panificadora, sociedade anonyma com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, resolve conceder-lhe autorização para funcionar em operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho, e, bem assim, approvar os estatutos com que se constituiu, por escriptura publica datada de 21 de agosto de 1935, e as modificações nelles introduzidas pela assembléa geral dos respectivos accionistas realizada a 16 de janeiro de 1936, mediante as seguintes condições:

I — O capital de responsabilidade da sociedade para as suas operações de seguros contra riscos de accidentes do tra-

balho é de 1.000:000\$000 (mil contos de réis), com a realização constante do art. 2º, alínea a, do regulamento aprovado pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

II — A sociedade, para garantia inicial das suas operações, fará no Thesouro Nacional, na fórmula da lei, o depósito de 100:000\$000 (cem contos de réis), o qual poderá ser augmentado nos termos da alínea a do art. 41 do decreto numero 24.637, de 10 de julho de 1934, e paragrapho unico do art. 6º do regulamento aprovado pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

III — A sociedade ficará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 837 — DE 20 DE MAIO DE 1936

*Autoriza a Companhia Segurança Industrial a continuar a operar em seguros de accidentes do trabalho e em seguros terrestres e maritimos sob a denominação de — Segurança Industrial, Companhia Nacional de Seguros, — e approva os novos estatutos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Segurança Industrial, com séde nesta cidade do Rio de Janeiro, autorizada a funcionar pelo decreto n. 14.121, de 31 de março de 1920, em operações de seguros de accidentes do trabalho, e pelo de n. 14.932, de 5 de agosto de 1921, em operações de seguros terrestres e maritimos, resolve approvar os seus novos estatutos contendo a alteração de seu nome, para o de Segurança Industrial, Companhia Nacional de Seguros, adoptados pela assembléa geral extraordinaria dos respectivos accionista realizada a 23 de dezembro de 1935, continuando a alludida companhia integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

## DECRETO N. 838 — DE 20 DE MAIO DE 1936

*Concede á Sociedade Cooperativa de Seguros contra Accidentes do Trabalho, do Syndicato dos Proprietarios de Padarias e Confeitarias do Rio de Janeiro, autorização para funcionar, e approva os seus estatutos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a Sociedade Cooperativa de Seguros contra Accidentes do Trabalho, do Syndicato dos Proprietarios de Padarias e Confeitarias do Rio de Janeiro, com séde nesta Capital, resolve conceder-lhe autorização para funcionar em operações de seguros de accidentes do trabalho e hem assim, approvar os seus estatutos, adoptados pela assembléa geral dos respectivos socios realizada a 27 de dezembro de 1935, mediante as seguintes condições:

I — O capital de responsabilidade minimo da sociedade para as suas operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho é de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), integralmente realizado, nos termos do art. 1º do decreto numero 164, de 15 de maio de 1935.

II — A sociedade, para garantia inicial das suas operações, fará, no Thesouro Nacional, na fôrma da lei, o deposito de 100:000\$000 (cem contos de réis), o qual poderá ser augmentado, nos termos da alinea a do art. 41 do decreto numero 24.637, de 10 de julho de 1934, e parographo unico do art. 6º do regulamento approvado pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

III — A sociedade ficará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS,

*Agememnon Magalhães.*

## DECRETO N. 839 — DE 20 DE MAIO DE 1936

*Autoriza o ministro do Trabalho, Industria e Commercio a realizar um emprestimo para occorrer ás despesas com a construcção do edificio do respectivo ministerio.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o inciso 1º do artigo 56 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica o ministro de Estado dos Negocios do Trabalho, Industria e Commercio autorizado a effectuar, com o



Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Commercialios, nos termos do artigo 2º da lei n. 201, de 4 de fevereiro de 1936, um empréstimo, até o montante de 6.000:000\$000 (seis mil contos de réis), para occorrer ás despesas com as obras de construcção do edificio do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio.

Art. 2.º Revogaam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamenon Magalhães*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 840 — DE 21 DE MAIO DE 1936

*Approva o regulamento para os exercicios e o emprego da engenharia (2º e 3º volumes)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica approvado o regulamento para os exercicios e o emprego da engenharia (2º e 3º volumes), a este annexo, assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*General João Gomes Ribeiro Filho..*

---

## DECRETO N. 841 — DE 24 DE MAIO DE 1936

*Rectifica o nome de um official que perdeu a patente e posto, por decreto de 9 de abril, sob n. 750*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, decreta:

Artigo unico. A perda de patente e consequente posto, determinada pelo art. 1º, do decreto n. 750, de 9 de abril ultimo, refere-se a Victal Carmani Nechi, 2º tenente da reserva, e não Victal Carmin Mecchi; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1936, 145º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*General João Gomes Ribeiro Filho.*

## DECRETO N. 842 — DE 22 DE MAIO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 24 de março ultimo, nos municipios de Serra e Domingos Martins, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 24 de maio do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os efeitos do decreto n. 702, de 24 de março ultimo, nos municipios de Serra e Domingos Martins, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 24 de maio do corrente anno, atim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1936, 145º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

## DECRETO N. 843 — DE 22 DE MAIO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Santa Leopoldina, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 14 de junho do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Santa Leopoldina, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 14 de junho do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1936. 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 844 — DE 22 DE MAIO DE 1936

*Concede permissão á Radio Sociedade Jahúense, para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Radio Sociedade Jahúense, com séde na cidade de Jahú (Estado de São Paulo), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio do 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Radio Sociedade Jahúense, com séde na cidade de Jahú (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

**Clausulas a que se refere o decreto n. 844, desta data****I**

Fica assegurado á Radio Sociedade Jahúense, o direito de estabelecer, na cidade de Jahú (Estado de São Paulo), uma estação de ondas medias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

**II**

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura á legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

**III**

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem previa audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111), ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas, determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocommunição (decreto n. 21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem previa approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de um (1) kilometro do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impôr á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, i (in-fine), j, k, e l* da clausula III

b) si não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea *e* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infracções passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada preempta si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1936. — *Marques dos Reis*.

---

## DECRETO N. 845 — DE 23 DE MAIO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Nictheroy, Estado do Rio de Janeiro, durante os dias 26 e 27 de maio corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Nictheroy, durante os dias 26 e 27 de maio do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições de representantes profissionaes á Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 846 — DE 25 DE MAIO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Lyceu Rio Branco, com séde em Curityba*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Lyceu Rio Branco, com séde em Curityba, Estado do Paraná.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1936; 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 847 — DE 25 DE MAIO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao "Collegio Regina Coeli", no Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, nos termos do artigo 55 do decreto 21.241, de 4 de

abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do *Collegio Reginal Coeli*, com séde no Districto Federal.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1936; 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 848 — DE 25 DE MAIO DE 1936

*Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados do Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Paraná, Minas Geraes e Matto Grosso*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxilios, no corrente exercicio, ás instituições nos Estados do Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Minas Geraes e Matto Grosso, abaixo indicadas, devendo o pagamento de auxilio, no 2° semestre, ser feito nos termos do decreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1933, e correr á despesa por conta da sub-consignação n. 1 da verba 21ª — Subvenções — Art. 3° — Anexo n. 5 da lei n. 115, de 13 de novembro de 1933.

Associação dos Empregados no Commercio —	
São Luiz — Maranhão . . . . .	10:000\$000
Academia Maranhense de Letras — São Luiz	
— Maranhão . . . . .	2:000\$000
Centro Caixaeral — São Luiz — Maranhão....	6:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — São Luiz —	
Maranhão . . . . .	25:000\$000
Sociedade das Senhoras de Caridade — São	
Luiz — Maranhão . . . . .	6:000\$000
Liga Pernambucana Contra a Mortalidade In-	
fantil — Recife — Pernambuco . . . . .	20:00\$000
Associação de Caridade — Juparatuba — Ser-	
gipe . . . . .	5:000\$000
Associação de Caridade — Rosario — Ser-	
gipe . . . . .	5:000\$000
Casa Pia e Collegio N. S. de Salette — Sal-	
vador — Bahia . . . . .	12:000\$000
Lyceu de Artes e Offícios — Salvador — Bahia	30:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Maragogipe —	
Bahia . . . . .	10:000\$000



Plá Associação dos Devotos de Maria Santíssima Auxiliadora — Santa Leopoldina — Espirito Santo . . . . .	2:000\$000
Asylo da Velhice Desamparada — Cantagallo — Rio de Janeiro . . . . .	3:000\$000
Collegio Renasceença — Districto Federal... .	6:000\$000
Externato N. S. de Lourdes — Districto Federal . . . . .	10:000\$000
Escola de Medicina e cirurgia do Instituto Hahnemanniano — Districto Federal . .	30:000\$000
Associação Feminina Beneficente e Instructiva — São Paulo . . . . .	10:000\$000
anta Casa de Misericórdia — Bananal — São Paulo . . . . .	5:000\$000
Sociedade Soccorro aos Necessitados — Curitiba — Paraná . . . . .	20:000\$000
Hospital da Conferencia Vicentina N. S. dos Anjos — Hambacury — Minas Geraes..	3:000\$000
Irmãdade da Misericórdia — Guaxupé — Minas Geraes . . . . .	5:000\$000
Maternidade Therezinha de Jesus — Juiz de Fôra — Minas Geraes . . . . .	6:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Oliveira — Minas Geraes . . . . .	3:000\$000
Sociedade Propagadora de Sciencias e Artes (Mantenedora da Academia de Commercio) — Juiz de Fôra — Minas Geraes...	10:000\$000
Academia Mattogrossense de Letras — Cuyabá Matto Grosso . . . . .	2:000\$000
Collegio Salesiano Santa Thereza — Corumbá — Matto Grosso . . . . .	20:000\$000
Total . . . . .	<u>266:000\$000</u>

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

#### DECRETO N. 849 — DE 25 DE MAIO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, na cidade de Therezina, capital do Estado do Piauhy, durante o dia 30 do corrente mez.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, na cidade Therezina, capital do Estado do

**Plauhy, durante o dia 30 do corrente mez, afim de serem alli realizadas eleições de deputados estaduaes classistas; revogadas as disposições em contrario.**

Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

**GETULIO VARGAS.**

*Vicente Rdo.*

---

**DÉCRETO N. 850 — DE 25 DE MAIO DE 1936**

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Santa Rita do Paranahyba, Burity Alegre e Jaraguá, no Estado de Goyaz, durante o dia 7 de junho do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolveu suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Santa Rita do Paranahyba, Burity Alegre e Jaraguá, no Estado de Goyaz, durante o dia 7 de junho do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

**GETULIO VARGAS.**

*Vicente Rdo.*

---

**DÉCRETO N. 851 — DE 25 DE MAIO DE 1936**

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Joaquim Tavora, no Estado do Paraná, durante o dia 14 de junho do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolveu suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Joaquim Tavora, no Estado do Paraná, durante o dia 14 de junho do corrente anno.

afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 852 — DE 26 DE MAIO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Rio do Sul, União, Mafra e Chapecó, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 31 do corrente mez de maio*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Rio do Sul, União, Mafra e Chapecó, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 31 do corrente mez de maio, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 853 — DE 26 DE MAIO DE 1936

*Declara extinta a Comissão Permanente de Codificação do Direito Internacional Publico, creada pelo decreto numero 20.453, de 29 de setembro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que a VII Conferencia Internacional Americana, reunida em Montevideo em 1933, em sua Resolução LXX estabeleceu novas normas para a codificação progressiva do Direito Internacional;

Considerando que a Comissão Permanente de Codificação do Direito Internacional Publico com sede no Rio de Janeiro, creada em virtude de resolução da VI Conferencia In-

ternacional Americana, reunida em Havana em 1928, verificou estar extinto o seu mandato desde que as suas attribuições foram dadas, pela VII Conferencia, a uma outra Commissão, resolve:

Art. 1.º Declarar extinta a Commissão creada pelo decreto n. 20.453, de 29 de setembro de 1931.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

DECRETO N. 854 — DE 27 DE MAIO DE 1936

*Concede á Sociedade Anonyma Metropole, Companhia Nacional de Seguros de Accidentes do Trabalho, autorização para funcionar em operações de seguros e resseguros contra riscos de accidentes do trabalho e approva os seus estatutos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Anonyma Metropole, Companhia Nacional de Seguros de Accidentes do Trabalho, com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, resolve conceder-lhe autorização para que funcione em operações de seguros e resseguros contra riscos de accidentes do trabalho e, bem assim, approvar os estatutos constantes da escriptura publica de constituição da alludida sociedade, lavrada a 4 de março de 1936, mediante as seguintes condições:

I — O capital de responsabilidade da sociedade para as suas operações de seguros e resseguros contra riscos de accidentes do trabalho é de 1.000:000\$000 (mil contos de réis), com a realização constante do art. 2º, alinea a, do regulamento approved pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

II — A sociedade, para garantia inicial das suas operações, fará, no Thesouro Nacional, na forma da lei, o deposito de 100:000\$000 (cem contos de réis), o qual poderá ser augmentado, nos termos da alinea a do art. 41 do decreto numero 24.637, de 10 de julho de 1934, e paragrapho unico do art. 6º do regulamento approved pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

III — A sociedade ficará integralmente sujeita às leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agmemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 855 — DE 27 DE MAIO DE 1936

*Approva os estatutos de "A Protectora do Funcionalismo" e concede-lhe autorização para transigir com seus associados, mediante consignação em folha de pagamento*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu "A Protectora do Funcionalismo", associação de classe com séde no Districto Federal, resolve approvar os seus estatutos, que a este acompanham, e autoriza-a a transigir com os seus associados, com a garantia de consignação em folha de pagamento, na conformidade do decreto n. 24.576, de 27 de junho de 1932.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 856 — DE 27 DE MAIO DE 1936

*Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que pediu o Banco dos Funcionarios Publicos, com séde nesta Capital, resolve approvar as alterações de seus estatutos, feitas em assembléa geral extraordinária de 2

de maio de 1935, conforme acta publicada no *Diario Official* de 16 do citado mez, exceptuada, porém, a alteração feita no art. 7°.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 857 — DE 27 DE MAIO DE 1936

*Approva os estatutos da "União Social de Beneficencia" e concede-lhe autorização para transigir com seus associados, mediante consignação em folha de pagamento*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "União Social de Beneficencia", associação de classe com sede no Districto Federal, resolve aprovar os seus estatutos, que a este acompanham, e autoriza-a a transigir com os seus associados, com a garantia de consignação em folha de pagamento, na conformidade do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 858 — DE 27 DE MAIO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Sant'Anna, Cariry e Assaré, no Estado do Ceará, durante o dia 7 de junho proximo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Sant'Anna, Cariry e Assaré, no

Estado do Ceará, durante o dia 7 de junho proximo, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

DECRETO N. 859 — DE 27 DE MAIO DE 1936

*Altera o regulamento da Policia Civil do Districto Federal, baixado com o decreto n. 24.531, de 2 de julho de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o inciso 1° do art. 56 da Constituição da Republica, decreta:

Art. 1.° Os §§ 2°, 3° e 5° do art. 23 do Regulamento da Policia Civil do Districto Federal, baixado com o decreto numero 24.531, de 2 de julho de 1934, passarão a ter a seguinte redacção:

“§ 2.° Os delegados auxiliares pelos delegados”;

“§ 3.° Os delegados pelos commissarios inspectores”;

“§ 5.° Os escrivães de delegacias auxiliares pelos escrivães de delegacias districtaes, estes pelos escreventes e finalmente estes ultimos pelos investigadores devidamente habilitados”.

Art. 2.° Accrescente-se ao art. 32 do regulamento citado, o inciso 8°, assim redigido:

“8.° Proceder trimestralmente á correição nas delegacias cuja fiscalização lhes competir, na conformidade dos §§ 1°, 2° e 3° do art. 33, verificando se occorreram, no serviço, irregularidades, faltas e infracções regulamentares ou de responsabilidade penal, do que dará immediato conhecimento ao chefe de Policia em breve exposição escripta.”

Art. 3.° Accrescente-se aos §§ 1° e 3° do art. 33, do regulamento referido.

Ao § 1.° “IV — Fiscalizar as delegacias districtaes do 1° ao 10° districto policial, providenciando para que nellas o serviço se faça com toda regularidade”.

Ao § 3.° “III — Fiscalizar as delegacias districtaes do 21° ao 30° districto policial, providenciando para que nellas o serviço se faça com toda regularidade e proveito para o publico”.

Paragrapho unico. — Substitua-se o inciso II do § 2º do art. 33, acima citado, pelo seguinte:

“II — Fiscalizar as delegacias districtaes do 11º ao 20º districto policial, inclusive, providenciando para que nellas o serviço se faça com toda regularidade e proveito para o publico”.

Art. 4º — Substitua-se o art. 34 pelo seguinte:

“Art. 34. Os livros de termos de fiança serão abertos e rubricados pelos delegados auxiliares a que estiver subordinada a delegacia do districto, a data do recolhimento da mesma aos cofres do Thesouro Nacional, e os numeros da guia expedida e do conhecimento.

Art. 5º — Accrescente-se ao art. 35 do mesmo regulamento:

“XXVI — Proceder a inqueritos sobre crimes da competencia da Justiça Federal quando para tal especialmente designado, ficando nesse caso automaticamente prorogada a respectiva jurisdicção”.

“XXVII — Corresponder-se directamente com os delegados auxiliares a cuja fiscalização estiverem subordinados, de accordo com os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 33, solicitando as providencias que dependerem da repartição central, e remettedolhes uma parte diaria sob a fórma de relatorio succinto dos delictos, contravenções e occorrencias que se derem em seus districtos e as providencias adoptadas. O delegado auxiliar que a receber providenciará sobre que fór necessario, remettedo-a ao chefe de Policia com a indicação das medidas tomadas.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

---

DECRETO N. 860 — DE 29 DE MAIO DE 1936

*Inclue na divida passiva da União as indemnizações do Tratado de Pedras Altas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere a Constituição e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 3º da Lei n. 89, de 20 de agosto de 1935, resolve:

Art. 1.º Na divida passiva da União, a ser attendida com o credito de 250.000:000\$ (duzentos e cincoenta mil contos de réis), aberto pelo decreto n. 23.298, de 27 de outubro de 1933, ficam incluidas as indemnizações estipuladas no



Tratado de Pedras Altas, que poz fim ao movimento revolucionario de 1923, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

# COLLECÇÃO DAS LEIS

DA

## REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DE

# 1936

---

VOLUME II

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

(JUNHO A AGOSTO)



— RIO DE JANEIRO —

IMPRENSA NACIONAL — 1937

---

# INDICE

---

1936

## ACTOS DO PODER EXECUTIVO

	Page.
N. 861 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 1 de junho de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Parahyba, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Goyaz....	1
N. 862 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 1 de junho de 1936 — Concede inspecção permanente ao Gymnasio Espirito Santo do Pinhal, no Estado de São Paulo.....	3
N. 863 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 1 de junho de 1936 — Concede inspecção permanente ao Gymnasio Santo Alberto, com sede em São Paulo.....	3
N. 864 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 1 de junho de 1936 — Concede equiparação á Faculdade de Direito do Piauhý, em Therezina, Estado do Piauhý.....	3
N. 865 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 1 de junho de 1936 — Concede inspecção permanente ao Collegio Castello Branco, com sede em Fortaleza, Estado do Ceará.....	4
N. 866 — Não foi publicado.....	4
N. 867 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de junho de 1936 — Suspende os	

	Pags.
efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Mineiras, no Estado de Goyaz, durante o dia 5 do corrente mez de junho .....	4
N. 868 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de junho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Pacuty no Estado do Ceará, durante o dia 7 do corrente mez de junho .....	5
N. 869 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de junho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no Estado do Rio Grande do Norte, durante os dias 8, 9 e 10 do mez de junho do corrente anno .....	5
N. 870 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de junho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Encantado, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 14 de junho do corrente anno.....	6
N. 871 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA, GUERRA, TRABALHO INDUSTRIA E COMMERCCIO, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, AGRICULTURA, RELAÇÕES EXTERIORES E MARINHA — Decreto de 1 de junho de 1936 — Approva o regulamento para admissão de contractados nos serviços federaes.....	8
N. 872 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA, GUERRA, TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCCIO, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, AGRICULTURA, RELAÇÕES EXTERIORES E MARINHA — Decreto de 1 de junho de 1936 — Dispõe sobre a classificação e remuneração do pessoal contractado, e dá outras providencias.	318
N. 873 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de junho de 1936 — Dispõe sobre classificação e remuneração do pessoal jornaleiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, e dá outras providencias .....	364
N. 874 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 2 de junho de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados de Pernambuco, Sergipe,	

	Pags.
Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Minas Geraes e Matto Grosso .....	370
N. 875 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de junho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no Estado de Minas Geraes, durante os dias 5, 6 e 7 de junho do corrente anno.....	372
N. 876 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de junho de 1936 — Concede á Sociedade Cooperativa de Seguros contra Accidentes do Trabalho "A Textil" (Responsabilidade Limitada) autorização para funcionar em operações de seguros de accidentes do trabalho e approva os seus estatutos.....	373
N. 877 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 3 de junho de 1936 — Approva as alterações introduzidas nos estatutos da "National" Allgemeine Versicherung-Aklien-Gesellschaft pela assembléa geral ordinaria dos seus accionistas realizada a 7 de junho de 1935 .....	374
N. 878 — GUERRA — Decreto de 3 de junho de 1936 — Approva em character provisorio, o Regulamento da Fabrica de Polvora e Explosivos de Piquete .....	374
N. 879 — GUERRA — Decreto de 3 de junho de 1936 — Approva o regulamento para os exercicios o emprego e o tiro de artilharia (Titulo I — Bases geraes da instrucção).....	394
N. 880 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de junho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Porangaba, no Estado de São Paulo, durante o dia sete de junho corrente .....	394
N. 881 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de junho de 1936 — Decreta a intervenção federal no Estado do Maranhão, nos termos do art. 12, § 6º, lettra B, da Constituição da Republica .....	395
N. 882 — MARINHA — Decreto de 5 de junho de 1936 — Approva e manda executar o regulamento para a Caixa de Construcções de Casas para o pessoal de Marinha.....	396

	<b>Pags.</b>
<b>N. 883 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS —</b> Decreto de 5 de junho de 1936 — Approva a planta e orçamento, na importancia de 6:589\$500, para a construção de passeios na parte externa dos terrenos do pateo da estação de Poços de Caldas, da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro .....	408
<b>N. 884 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS —</b> Decreto de 5 de junho de 1936 — Approva o orçamento, na importancia de 144:213\$000, para a substituição de trilhos de 19.500 kg. por outros de 25.900 kg. no ramal de Caldas da linha do Rio Grande, da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro .....	409
<b>N. 885 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 8 de junho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Conceição da Barra e Calçado, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 14 do corrente mez de junho.....	410
<b>N. 886 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES —</b> Decreto de 8 de junho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Campos Novos e Tijucas, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 14 do corrente mez de junho.....	410
<b>N. 887 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA —</b> Decreto de 8 de junho de 1936 — Concede o auxilio de 342:000\$000 ao Estado de Santa Catharina para o serviço de nacionalização do ensino, no exercicio corrente .....	411
<b>N. 888 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA —</b> Decreto de 8 de junho de 1936 — Concede inspecção permanente ao Gymnasio da Associação de Ensino, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo .....	411
<b>N. 889 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA —</b> Decreto de 8 de junho de 1936 — Concede inspecção permanente ao Gymnasio José Bonifacio, com sede em Santos.....	412
<b>N. 890 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO E FAZENDA —</b> Decreto de 9 de junho de 1936 — Approva o regulamento pelo qual ter-se-á de reger a execução da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935.....	412
<b>N. 891 — AGRICULTURA —</b> Decreto de 9 de junho de 1936 — Declara sem effeito a autorização con-	

	Pags.
cedida a Roberto Muller, pelo decreto n. 154, de 20 de novembro de 1934.....	421
N. 892 — AGRICULTURA — Decreto de 9 de junho de 1936 — Declara sem effeito a autorização con- cedida a Roberto Muller, pelo decreto n. 154, de 20 de novembro de 1934.....	422
N. 893 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de junho de 1936 — Cassa a au- torização concedida á Companhia de Seguros Maritimos e Terrestres Amphitrite para func- cionar .....	423
N. 894 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 10 de junho de 1936 — Approva as alterações introduzidas nos estatutos de The London Assurance pela assembléa geral extra- ordinaria dos seus accionistas, realizada a 8 de maio de 1935.....	423
N. 895 — MARINHA — Decreto de 11 de junho de 1936 — Perdôa inferiores e praças da Armada..	424
N. 896 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1936 — Providencia para o sup- primento de energia electrica á Estrada de Ferro Central do Brasil e dá outras provi- dencias .....	424
N. 897 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1936 — Concede permissão ao "Radio-Club de Sorocaba" para estabelecer uma estação radiodifusora .....	426
N. 898 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1936 — Concede permissão ao Governo do Estado da Parahyba, para estabe- lecer uma estação radiodifusora.....	430
N. 899 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de junho de 1934 — Concede permissão á Sociedade Radio Cultura "A Voz do Espaço" para estabelecer uma estação radiodifusora..	433
N. 900 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 15 de junho de 1936 — Concede o auxilio de 216:000\$000 ao Estado do Paraná, para o ser- viço de nacionalização do ensino, no exercicio actual .....	436
N. 901 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 15 de junho de 1936 — Concede inspecção permanente ao Lycée Français, com séde no Districto Federal .....	437

	<b>Pags.</b>
N. 902 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 15 de junho de 1936 — Concede inspecção permanente ao Gymnasio Carneiro Ribeiro, com séde na cidade do Salvador, Bahia.....	437
N. 903 — AGRICULTURA — Decreto de 16 de junho de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar á Cooperativa de Producção dos Agricultores e Criadores, do Districto de Riacho da Sôla, Município da Arraial, Estado do Ceará .....	438
N. 904 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de junho de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação (com reservas), por parte da Finlândia, da Convenção Sanitaria Internacional e Protocollo de Assignatura, firmados em Paris, a 21 de junho de 1926.....	438
N. 905 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de junho de 1936 — Faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha tornando vigente (com reserva) nos territorios de Papua e da Ilha de Norfolk e ao territorio sob mandato da Nova Guiné, a Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933.....	440
N. 906 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de junho de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar á Cooperativa Agricola Central de Fortaleza, Estado do Ceará.....	441
N. 907 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de junho de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar na cidade de Viçosa, Estado de Alagoas, o Banco de Viçosa (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada...	441
N. 908 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de junho de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar á Sociedade Cooperativa de Credito Agricola de Cachoeira de Itapemirim, Estado do Espirito Santo.....	442
N. 909 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 17 de junho de 1936 — Approva as alterações introduzidas nos estatutos da "Albingia" Versicherungs-Aktiengesellschaft, por varias assembléas geraes de seus accionistas..	442
N. 910 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 18 de junho de 1936 — Regula a concessão de recursos financeiros para viagens de estu-	



	Pags.
dantes pertencentes aos estabelecimentos federaes de ensino .....	443
N. 911 — GUERRA — Decreto de 18 de junho de 1936 — Suspende a execução do regulamento da Inspectoria Especial de Fronteiras e estabelece a subordinação do Serviço de Protecção aos Indios .....	444
N. 912 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1936 — Approva os planos geraes do "hangar" da Pan American, Airways, Inc, no Aeroporto do Rio de Janeiro.....	444
N. 913 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1936 — Approva modificações do projecto e orçamento approvados pelo decreto n. 24.364, de 8 de junho de 1934. para remodelação das officinas da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em Divinopolis.....	445
N. 914 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de junho de 1936 — Declara a rescisão do contracto celebrado com o governo do Pará, em virtude do decreto n. 15.563, de 13 de julho de 1922, para o arrendamento da Estrada de Ferro de Bragança .....	445
N. 915 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, RELAÇÕES EXTERIORES, GUERRA, MARINHA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA E TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de junho de 1936 — E' prorogado, por noventa dias, o prazo de que trata o art. 1º do decreto n. 702, de 24 de março de 1936 .....	446
N. 916 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de junho de 1936 — Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 800:000\$000, para attender á conclusão da ferrovia Limoeiro-Bom Jardim.....	447
N. 917 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 22 de junho de 1936 — Concede auxilios relativos aos 1º e 2º semestres de 1935 a varias instituições nos Estados do Maranhão, Rio de Janeiro, Districto Federal e Minas Geraes....	448
N. 918 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de junho de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 deste mez, nos municipios de Maribá e Mopú no Estado do Pará, durante o dia 28 do corrente mez de junho .....	448

	Pags.
N. 919 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de junho de 1936 — Approva os projectos e orçamentos para construção de um novo edificio para a estação “Aureliano Mourão”, Estrada de Ferro Oeste de Minas, da Rêde Mineira de Viação, e modificação das respectivas linhas . . . . .	149
N. 920 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de junho de 1936 — Concede permissão á Radio Nacional para estabelecer uma estação radiodifusora . . . . .	150
N. 921 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de junho de 1936 — Concede permissão ao Governo do Estado de Minas Geraes, para estabelecer uma estação radiodifusora . . . . .	153
N. 922 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de junho de 1936 — Desapropria um terreno necessario á construção da Estrada de Ferro Jaguary-S. Thiago-S. Borja, no Estado do Rio Grande do Sul . . . . .	156
N. 923 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de junho de 1936 — Approva os projectos e orçamentos para a construção de vagões isothermicos e de diversas obras na Rêde Mineira de Viação . . . . .	157
N. 924 — FAZENDA — Decreto de 29 de junho de 1936 — Proroga até 31 de dezembro do corrente anno o prazo estabelecido no art. 25 do decreto n. 23.938, de 28 de fevereiro de 1934. . . . .	158
N. 925 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de junho de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho corrente, nos municipios de Pereiras e Bebedouro, no Estado de São Paulo, durante o dia 5 de julho proximo vindouro . . . . .	159
N. 926 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de junho de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho corrente, no municipio de Mineiros, no Estado de Goyaz, durante o dia 5 de julho proximo vindouro . . . . .	159
N. 927 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de junho de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 deste mez, no municipio da Capital do Estado de São Paulo, durante o dia 5 de julho do corrente anno . . . . .	160

	Pags.
N. 928 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de junho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 deste mez, nos municipios de Carauary e Canutama, no Estado do Amazonas, durante o dia 10 de julho do corrente anno . . . . .	460
N. 929 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de junho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 deste mez, no municipio de Santo Amaro, no Estado de Sergipe, durante o dia 12 de julho do corrente anno . . . . .	461
N. 930 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de junho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho corrente, no municipio de Rancharia, no Estado de São Paulo, durante o dia 12 de julho proximo vindouro . . . . .	461
N. 931 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de junho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho corrente, nos municipios de Bofete e São Luiz do Parahytinga, no Estado de São Paulo, durante o dia 30 de agosto do corrente anno. . . . .	462
N. 932 — FAZENDA — Decreto de 29 de junho de 1936 — Proroga por noventa (90) dias, a contar de 29 de junho de 1936, o prazo fixado no decreto n. 4, de 30 de julho de 1934. . . . .	462
N. 933 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 29 de junho de 1936 — Concede inspeção permanente ao Parthenon Paranaense, em Curitiba, Estado do Paraná. . . . .	463
N. 934 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 30 de junho de 1936 — Concede inspeção permanente ao Collegio "Antonio Vieira" na cidade do Salvador, Bahia. . . . .	463
N. 935 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Siqueira Campos, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 5 do corrente mez de julho. . . . .	464
N. 936 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de julho de 1936 — Faz publica a denuncia, por parte do Governo da Esthonia, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua primeira sessão (Washington, 1919) . . . . .	464

	Pag.
N. 937 — <b>RELAÇÕES EXTERIORES</b> — Decreto de 1 de julho de 1936 — Faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha tornando vigente na Nigeria (Colonia, Protectorado e Camerum, sob mandato britannico), bem como Sierra Leone (Colonia e Protectorado) a Convenção internacional relativa á circulação de automoveis, firmada em Paris, a 24 de abril de 1926..	465
N. 938 — <b>AGRICULTURA</b> — Decreto de 1 de julho de 1936 — Proroga o prazo a que se refere o n. 1 do art. 2º do decreto n. 237, de 17 de julho de 1935 . . . . .	467
N. 939 — <b>TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO</b> — Decreto de 1 de julho de 1936 — Autoriza a Société Colonnière Belge-Brésilienne a continuar a funcionar na Republica, com as alterações introduzidas em seus estatutos pela assembléa geral dos respectivos accionistas, realizada a 30 de junho de 1935.....	468
N. 940 — <b>TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO</b> — Decreto de 1 de julho de 1936 — Approva as alterações introduzidas nos estatutos da Companhia Antartica Paulista pelas assembléas geraes de 21 de janeiro e 21 de outubro de 1935 e 24 de abril de 1936.....	468
N. 941 — <b>AGRICULTURA</b> — Decreto de 1 de julho de 1936 — Outorga ao cidadão brasileiro Agostinho Antonio Rodrigues, ou á sociedade que organizar, concessão para o aproveitamento de energia hydraulica de uma corredeira existente no rio Itabira, municipio de Itabirito, Estado de Minas Geraes . . . . .	469
N. 942 — <b>JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES</b> — Decreto de 3 de julho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho deste anno, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 5 de julho corrente.....	472
N. 943 — <b>VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS</b> — Decreto de 3 de julho de 1936 — Revoga, em parte, o decreto n. 363, de 4 de outubro de 1935, que approvou o plano geral das obras da nova estação D. Pedro II da Estrada de Ferro Central do Brasil e declara a urgencia da desapropriação dos immoveis necessarios á execução do mesmo plano . . . . .	472
N. 944 — <b>EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA</b> — Decreto de 6 de julho de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Piauhy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagôas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo e Matto Grosso.....	473

	Pags.
N. 945 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 6 de julho de 1936 — Concede inspecção permanente ao Instituto Bahiano de Ensino, na cidade de São Salvador, Bahia.....	475
N. 946 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, RELAÇÕES EXTERIORES, GUERRA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA E TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 7 de julho de 1936 — Regula a celebração da Convenção Nacional de Estatística.	476
N. 947 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1936 — Faz publico o deposito de instrumento de ratificação, por parte do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte, pela União Sul-Africana, do Protocolo relativo a apatridia, firmados na Haya, a 12 de abril de 1930 . . . . .	483
N. 948 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Hungria, da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929.....	485
N. 949 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de julho de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo francez, pela França, Marrocos e Tunisia, da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929 e faz, igualmente, publica a applicação á Algeria dessa Convenção . . . . .	486
N. 950 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de julho de 1936 — Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Lartigau Seabra a pesquisar galena argentífera numa área de 500 Ha., sita no immoveel denominado "Sítio do Camargo", pertencente a Adriano Seabra e situado no Districto de Iporanga, municipio e comarca de Faxina, Estado de São Paulo. . . . .	488
N. 951 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de julho de 1936 — Autoriza o cidadão brasileiro Victor Manoel Trevisani, por sociedade que organizar, a pesquisar ouro e diamantes no leito dos Ribeirões do Café e da Anta-Brava, municipio de Thomazina, do Estado do Paraná.....	490
N. 952 — AGRICULTURA — Decreto de 7 de julho de 1936 — Autoriza os cidadãos brasileiros	

	Pags.
Francisco da Silva Monteiro e Miguel Nogueira a pesquisar arsenico (pyrita arsenical), em uma área de 30 Ha., sita em terras de propriedade do primeiro acima mencionado, denominada "Riacho da Prata", municipio de Areia, Estado da Bahia .....	492
N. 953 — Não foi publicado.....	493
N. 954 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 7 de julho de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados de São Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Matto Grosso..	493
N. 955 — MARINHA — Decreto de 10 de julho de 1936 — Reforma do pessoal subalterno da Armada que incidir nos dispositivos do art. 26 e seus paragraphos do regulamento para o Corpo de Marinheiros, approved pelo decreto n. 23.514, de 28 de novembro de 1933.....	495
N. 956 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de julho de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Pentecoste, no Estado do Ceará, durante o dia 15 de julho corrente.	496
N. 957 — GUERRA — Decreto de 10 de julho de 1936 — Supprime, temporariamente, por falta de alumnos, a aula de allemão no Collegio Militar do Ceará . . . . .	497
N. 958 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1936 — Approva os projectos e orçamentos para aquisição e adaptação de materiaes e execução de diversas obras na Réde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul . . . . .	497
N. 959 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1936 — Approva os projectos e orçamentos para execução de diversas obras na Réde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul .....	499
N. 960 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de julho de 1936 — Approva o projecto e orçamento para a construcção de um armazem para mercadorias, na estação de Varginha, Estrada de Ferro Sul de Minas, da Réde Mineira de Viação .....	500
N. 961 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1936 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial na importancia de 8:037\$530, para pagamento ao Dr. Octavio Kelly, da gratificação de exercicio que lhe é devida.....	501

	Pags.
N. 962 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no município de Pirassununga, no Estado de São Paulo, durante o dia 26 de julho corrente . . . . .	501
N. 963 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, nos municípios de São José do Duro, Palma, Conceição do Norte, São Domingos e Santa Maria do Araguaia, no Estado de Goyaz, durante o dia 13 de setembro do corrente anno	502
N. 964 — AGRICULTURA — Decreto de 14 de julho de 1936 — Revigora o decreto n. 578, de 8 de janeiro de 1936 e altera a data de contagem dos prazos nelle estipulados . . . . .	502
N. 965 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 14 de julho de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação (com reserva), por parte do Japão, da Convenção internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923 . . . . .	503
N. 966 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de julho de 1936 — Declara de utilidade publico a Polyclinica de São Paulo . . .	504
N. 967 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no município do Cabo, no Estado de Pernambuco, durante o dia 19 de julho corrente . . . . .	505
N. 968 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de julho de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, nos municípios de Palhoça, Araranguá e Lages, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 19 do corrente mez de julho . . . . .	505
N. 969 — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1936 — Approva os estatutos da "Sociedade de Educação e Beneficencia dos Funcionarios Publicos" e concede-lhe autorização para transigir com seus associados, mediante consignação em folha de pagamento . . . . .	506
N. 970 — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1936 — Autoriza o cidadão norte americano Joseph C. Gutwirth a comprar e exportar pedras preciosas . . . . .	506

	Pags.
N. 971 — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1936 — Autoriza o cidadão José Fernandes de Oliveira a comprar pedras preciosas.....	507
N. 972 — FAZENDA — Decreto de 15 de julho de 1936 — Autoriza o cidadão Osorio Corrêa da Costa a comprar pedras preciosas.....	508
N. 973 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de julho de 1936 — Concede permissão á Radio Cultura Araraquara para estabelecer uma estação radiodifusora .....	508
N. 974 — FAZENDA — Decreto de 20 de julho de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 10.000:000\$000, para pagamento de melhoria de vencimentos do pessoal contractado . . . . .	512
N. 975 — GUERRA — Decreto de 20 de julho de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Itapeverica, no Estado de São Paulo, durante o dia 30 de agosto do corrente anno.....	512
N. 976 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de julho de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 28:567\$700, para pagamento de vencimentos ao funcionario da Secretaria da Camara dos Deputados, Eloy Fontes.....	513
N. 977 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de julho de 1936 — Autoriza a renovação do contracto com a Empresa de Viação Bahiana do São Francisco (Governo do Estado da Bahia) para a navegação do rio São Francisco	513
N. 978 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 21 de julho de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Luxemburgo, da Convenção para limitar a fabricaçao e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.	514
N. 979 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de julho de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, nos municipios de Cachoeiro do Itapemirim e Calçado, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 26 do corrente mez de julho.....	515
N. 980 — FAZENDA — Decreto de 22 de julho de 1936 — Dispõe sobre os serviços de controle e fiscalização do intercambio commercial do Brasil com os outros paizes, e dá outras providencias.	516



N. 981 — GUERRA — Decreto de 23 de julho de 1936 — Approva o Regulamento para o Serviço de Material Bellico em tempo de guerra (1ª parte)	518
N. 982 — GUERRA — Decreto de 23 de julho de 1936 — perda de patente e posto de um official do Exercito. . . . .	518
N. 983 — GUERRA — Decreto de 23 de julho de 1936 — Dá nova redacção ao art. 9º, § 1º. (3ª sub- secção) do Regulamento do Estado Maior do Exercito . . . . .	519
N. 984 — GUERRA — Decreto de 23 de julho de 1936 — Approva o Regulamento para o Serviço de Saude em tempo de paz. . . . .	520
N. 985 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1936 — Concede permissão á Radio Sociedade Gaucha, para estabelecer uma estação radiodifusora . . . . .	565
N. 986 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de julho de 1936 — Concede permissão á Radio São Paulo para estabelecer uma estação radiodifusora . . . . .	569
N. 987 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 27 de julho de 1936 — Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio Santo Antonio, com sede em Natal, Rio Grande do Norte . . . . .	572
N. 988 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de julho de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Viacão e Obras Publicas, o credito especial de 3.000:000\$000, para occorrer a uma in- demnização devida ao Estado de Santa Catha- rina . . . . .	573
N. 989 — AGRICULTURA E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de julho de 1936 — Transfere para o Ministerio de Estado da Agricultura, em entendimento com a Pre- feitura Municipal, o tabellamento de generos de primeira necessidade, no Districto Federal. . . . .	573
N. 990 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — De- creto de 27 de julho de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 945, de 24 de junho findo, no municipio de Gravata, no Estado de Pernambuco, durante o dia 2 de agosto pro- ximo vindouro . . . . .	574
N. 991 — GUERRA, MARINHA, FAZENDA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, VIACÃO E OBRAS PUBLICAS, RELAÇÕES EXTERIORES, AGRI-	

	Pags.
CULTURA, EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA E TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 27 de julho de 1936 — Organiza a Comissão de Estudos de Segurança Nacional	575
N. 992 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 27 de julho de 1936 — Concede inspecção permanente a Academia Santa Gertrudes, com séde em Olinda, Estado de Pernambuco.....	577
N. 993 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de julho de 1936 — Faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Estonia, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929....	577
N. 994 — FAZENDA — Decreto de 28 de julho de 1936 — Institue o "drawback" para as materias primas necessarias á producção de mercadorias reconhecidas em condições de concorrer, fora do paiz, com as similares estrangeiras...	579
N. 995 — FAZENDA — Decreto de 29 de julho de 1936 — Concede á Companhia Brasileira de Fructas autorização para continuar a funcionar . . . . .	584
N. 996 — AGRICULTURA — Decreto de 30 de julho de 1936 — Abre ao Ministerio da Agricultura o credito de 183:000\$000, para pagamento á Companhia Administrativa e Constructora Rosario . . . . .	585
N. 997 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1936 — Approva os projectos e orçamentos para reconstrucção de 14 carros de passageiros e dous de correio-bagagem, da Réde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul . . . . .	586
N. 998 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1936 — Approva o projecto e orçamento provavel, na importancia de réis 296:286\$300, das despesas com a construcção dos tanques OCA-1 e OCA-2, na ilha Barnabé, para deposito de oleo de caroço de algodão, da firma Anderson, Clayton & Companhia Limitada, incluindo muros de recinto, plataforma, casa de bombas, encanamentos e pertences, no Porto de Santos.....	587

Pag.

- N. 999 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 31 de julho de 1936 — Approva o projecto e orçamento provavel, na importancia de réis 1.036:974\$197, das despesas, com a construção do tanque GZ-8, na ilha Barnabé, para deposito de gazolina da Atlantic Refining Company of Brazil incluindo muros de recinto, enclaustramentos e pertences no Porto de Santos... 587
- N. 1.000 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 31 de julho de 1936 — Approva o projecto e orçamento provavel, na importancia de réis 939:115\$381, das despesas com a aquisição de tres locomotivas de bitola de um metro e construção de linhas ferreas para ligação e entrada de vagões da Estrada de Ferro Sorocabana (linha de Juquiá), no Porto de Santos.. 588
- N. 1.001 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** -- Decreto de 31 de julho de 1936 — Concede permissão á Sociedade Radio Educadora de Campinas para estabelecer uma estação radiodifusora..... 589
- N. 1.002 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 31 de julho de 1936 — Proroga, por tres mezes, o prazo concedido pelo decreto n. 340, de 13 de setembro de 1935, para conclusão de obras na Estrada de Ferro Central de Pernambuco . . . . . 593
- N. 1.003 — **EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA** — Decreto de 1 de agosto de 1936 — Suspende a inspecção preliminar da Escola de Pharmacia e Odontologia de Uberaba, Minas Geraes.... 593
- N. 1.004 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 3 de agosto de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho deste anno, nos municipios de Ipameri e Bananeiras, no Estado de Goyaz, durante o dia 6 de agosto corrente . . . . . 594
- N. 1.005 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 4 de agosto de 1936 — Faz publica a applicação, por parte de Sua Magestade o Rei da Gran-Bretanha, Irlanda, Dominios britannicos de além mar, Imperador das Indias, e diversos territorios britannicos de além mar, da Convenção para limitar a fabricacão e regulamento a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra a 13 de julho de 1931..... 594
- N. 1.006 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 4 de agosto de 1936 — Faz publica a adhesão, por parte do Governo da Hungria, á Convenção para a unificação de certas regras relativas

	Pags.
ao transporte aereo internacional e Protocollo Adicional, firmados em Varsovia, a 12 de ou- tubro de 1929 . . . . .	597
N. 1.007 — AGRICULTURA — Decreto de 4 de agosto de 1936 — Crêa a Comissão reguladora de ta- bellamento dos generos de primeira necessida- de; manda pôr novamente em vigor o regula- mento a que se refere o decreto n. 14.027, de 21 de janeiro de 1920, com as alterações que in- dica, e dá outras providencias. . . . .	598
N. 1.008 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1936 — Faz publica a denuncia, por parte do Governo da Suissa, da Conven- ção relativa ao trabalho nocturno das mulhe- res, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1ª sessão (Washington, 1919) . . . . .	600
N. 1.009 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1936 — Faz publica a adhesão, do Governo da Austria, à Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artis- ticas, revista em Roma a 2 de junho de 1928. . . . .	601
N. 1.010 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de agosto de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Go- verno da Dinamarca, da Convenção para limi- tar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931 . . . . .	603
N. 1.011 — AGRICULTURA E FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1936 — Autoriza a prorroga- ção, por tres annos, do prazo do contracto fir- mado em 21 de agosto de 1933, para financia- mento, amparo e defesa da industria do assu- car e do alcool . . . . .	604
N. 1.012 — FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1936 — Autoriza o cidadão João Petrolino de Araujo a comprar pedras preciosas. . . . .	604
N. 1.013 — FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1936 — Autoriza o cidadão Bermudes Affonso Alves a comprar pedras preciosas. . . . .	605
N. 1.014 — FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1936 — Supprime a Collectoria Federal de Li- vramento, Estado de Matto Grosso. . . . .	605
N. 1.015 — FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1936 — Approva a reforma dos estatutos do Circulo dos Funcionarios. . . . .	606

Pags.

- N. 1.016 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de agosto de 1936 — Modifica o regulamento do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, aprovado pelo decreto n. 24.337, de 5 de junho de 1934..... 606
- N. 1.017 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1936 — Approva o projecto e orçamento provavel, na importancia de réis 744:738\$892, das despesas com a construção das installações parciaes do aeroporto de Santos, sob index OR-144-59..... 611
- N. 1.018 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1936 — Approva o projecto e orçamento para construção de um deposito de locomotivas na linha de Natal a Angicos, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, e desapropria os immoveis necesarios á mesma construção ..... 612
- N. 1.019 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1936 — Approva o orçamento para execução de diversos trabalhos no novo trecho de Jaguaré a Curussú, da Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul. 613
- N. 1.020 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1936 — Approva novos projecto e orçamento para a construção de um novo edificio para a estação de Baependy, da linha de Barra a Soledade, Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rêde Mineira de Viação..... 614
- N. 1.021 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de agosto de 1936 — Approva es projectos e organentos para execução de diversas obras na estação "Amoroso Costa", Estrada de Ferro Oeste de Minas, da Rêde Mineira de Viação.... 615
- N. 1.022 — FAZENDA, RELAÇÕES EXTERIORES, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, EDUCAÇÃO E SAÚDE PUBLICA, GUERRA, MARINHA, AGRICULTURA E TRABALHO, INDUSTRIA E COMMER-CIO — Decreto de 11 de agosto de 1936 — Approva e ratifica a Convenção Nacional de Estatística ..... 615
- N. 1.023 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de agosto de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Finlândia, do accordo relativo aos signaes marítimos, firmado em Lisboa, a 23 de outubro de 1930, por occasião da Conferencia para verificação da balisagem e illuminação das costas, realizada na mesma capital..... 637

	Pags.
N. 1.024 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de agosto de 1936 — Approva a nova tabella e respectivas instrucções para a nova distribuição de gratificação ao pessoal do Departamento dos Cerreios e Telegraphos, de que tratam os decretos ns. 24.768, de 14 de julho e 8 de agosto, ambos de 1934.....	638
N. 1.025 — AGRICULTURA — Decreto de 12 de agosto de 1936 — Approva os estatutos e concede autorização para funcionar no Estado da Bahia á “Cooperativa Instituto de Pecuaria da Bahia”	640
N. 1.026 — TRABALHO — Decreto de 12 de agosto de 1936 — Concede á sociedade anonyma Cinzano S. A. autorização para continuar a funcionar . . . . .	641
N. 1.027 — FAZENIA — Decreto de 12 de agosto de 1936 — Approva os estatutos da “Associação Auxiliadora Postal Telegraphica”, de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.....	641
N. 1.028 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, nos municipios de Curitibaos e Caçador, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 16 de agosto do corrente anno.....	642
N. 1.029 — GUERRA — Decreto de 13 de agosto de 1936 — Dá nova redacção á letra c do art. 7º do regulamento para formação e manutenção do posto de sub-tenente.....	642
N. 1.030 — GUERRA — Decreto de 13 de agosto de 1936 — Dá nova redacção á letra a, § 4º, do artigo 18, do Regulamento da Escola de Veterinaria do Exercito . . . . .	643
N. 1.031 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de agosto de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Alegre, no Estado do Espirito Santo, durante os dias 16, 18, e 20 do corrente mez de agosto.....	643
N. 1.032 — FAZENDA — Decreto de 14 de agosto de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 6.460:055\$100, para occorrer á liquidação de dividas de exercicios anteriores..	644
N. 1.033 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de agosto de 1936 — Approva os projectos e orçamentos de diversas obras na Bôda	

	Pags.
Mineira de Vição, e aceita a doação gratuita de um terreno, feita á Estrada de Ferro Sul de Minas, da mesma Rêde.....	644
N. 1.034 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, no municipio de Porto Velho, no Estado do Amazonas, durante o dia 20 de setembro do corrente anno.....	646
N. 1.035 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, no municipio de Canutama, no Estado do Amazonas, durante o dia 30 de agosto do corrente anno . . . . .	646
N. 1.036 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de agosto de 1936 — Declara sem effeito o decreto n. 274, de 6 de agosto de 1935.....	647
N. 1.037 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de agosto de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, no municipio de Piratiny, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 26 do corrente mez . . . . .	647
N. 1.038 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de agosto de 1936 — Autoriza a cidadã brasileira Amalia dos Santos Macedo a pesquisar ouro, amiantho e talco, em São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul . . . . .	648
N. 1.039 — AGRICULTURA — Decreto de 19 de agosto de 1936 — Outorga a Antonio Frederico Ribeiro ou á sociedade que organizar, concessão para o aproveitamento progressivo de uma quêda d'agua situada no Arroio dos Ribeiros ou Arroio da Cascata, no 2º districto do Municipio de Taquary, Estado do Rio Grande do Sul . . . . .	650
N. 1.040 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de agosto de 1936 — Concede á Cooperativa de Seguros de Accidentes do Trabalho da Associação dos Constructores Civis do Rio de Janeiro autorização para funcionar e approva os seus estatutos.....	652
N. 1.041 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de agosto de 1936 — Approva a relação do pessoal contratado para estudos geologicos e pesquisas de petroleo no Territorio do Acre e Estado do Amazonas . . . . .	653

	Pags.
N. 1.042 — GUERRA — Decreto de 20 de agosto de 1936 — Atribue ao 1º Regimento de Cavallaria Divisionario a denominação de "Dragões da Independencia" . . . . .	654
N. 1.043 — MARINHA — Decreto de 20 de agosto de 1936 — Torna sem effeito o decreto de reforma de fuzileiro naval, musico de primeira classe, Paulo José de Oliveira e a respectiva provisão, ficando excluido das fileiras da Armada. . . . .	655
N. 1.044 — MARINHA — Decreto de 20 de agosto de 1936 — Destitue do seu posto, com perda da respectiva patente, o 2º tenente reformado (CA) Nestor Cezino Jagge. . . . .	655
N. 1.045 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1936 — Desapropria terreno necessario á construcção da Estrada de Ferro Jaguarý-São Thiago-São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul. . . . .	656
N. 1.046 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1936 — Approva o projecto e o orçamento para o alargamento de cortes no ramal do Paranapanema, da Rêde de Viação Paraná-Santa Catharina . . . . .	657
N. 1.047 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1936 — Approva os projectos e orçamentos de diversas obras já executadas pela Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas, na linha de Victoria a Ilhira, de sua concessão . . . . .	657
N. 1.048 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1936 — Approva projecto e orçamento, na importancia de 554:000\$000 (quinhentos e cincoenta e quatro contos de réis), para dragagem de um trecho do rio Guandú-Mirim . . . . .	658
N. 1.049 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1936 — Incorpora ao capital das obras do porto do Rio de Janeiro a importancia de 170:077\$464, despendida com a construcção de vestiarios destinados ao pessoal operario . . . . .	659
N. 1.050 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de agosto de 1936 — Approva projecto e orçamento na importancia de 150:700\$000, para installação de uma rêde telephonica, ligando as diversas dependencias da Administracção do Porto do Rio de Janeiro. . . . .	660



Pags.

- N. 1.051 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 21 de agosto de 1936 — Approva projecto e orçamento na importancia de 986:755\$000, para a execução de calçamento a paralelepipedo, numma área de 33.000 metros quadrados, no Cães do Porto do Rio de Janeiro..... 660
- N. 1.052 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 21 de agosto de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, nos municipios de Sapezal, São Bento do Sapucahy e Mogy das Cruzes, no Estado de São Paulo, durante o dia 30 de agosto do corrente anno. . . . . 661
- N. 1.053 — **EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA** — Decreto de 21 de agosto de 1936 — Approva o regulamento, para ligações domiciliares de esgoto, nas rêdes do Districto Federal, construidas de accôrdo com os decretos ns. 24.532, de 2 de julho de 1934 e 24.623, de 9 do mesmo mez e anno . . . . . 661
- N. 1.054 — **EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA** — Decreto de 21 de agosto de 1936 — Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de 559:000\$000, para auxiliar a conclusão e inauguração dos monumentos a Santos Dumont e aos heróis da Laguna e Dourados . . . . . 662
- N. 1.055 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de agosto de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, nos municipios de São José dos Campos e São Pedro, no Estado de São Paulo, durante o dia 30 do corrente mez..... 664
- N. 1.056 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 24 de agosto de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario na importancia de réis 4.239:000\$000, para attender a despesas da Casa de Detenção e da Polícia Civil do Districto Federal, de natureza urgente e imprevisista, decorrentes do movimento de caracter extremista verificado no Faiz..... 664
- N. 1.057 — **FAZENDA** — Decreto de 24 de agosto de 1936 — Approva a reforma dos estatutos da S. A. "Lar Brasileiro", que passa a denominar-se "Banco Hypothecario Lar Brasileiro". 665
- N. 1.058 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 25 de agosto de 1936 — Autoriza acrescimos e alterações na pauta e no regulamento

	Pags.
Geral dos Transportes, approvedo pelo decreto n. 10.204, de 30 de abril de 1913.....	666
N. 1.059 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1936 — Faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha, tornando vigente nos territorios de Papua, na Ilha de Norfolk e nos territorios sob mandato da Nova-Guiné e de Naurú, a Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Roma, a 2 de junho de 1928.....	667
N. 1.060 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1936 — Faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha de estender ao territorio da Ilha de Norfolk; territorio sob mandato de Naurú, a Convenção para a protecção da propriedade industrial, firmada na Haya, a 6 de novembro de 1925.....	668
N. 1.061 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de agosto de 1936 — Faz publica a adhesão do Governo da Rumania, á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Roma, a 2 de junho de 1928 . . . . .	668
N. 1.062 — FAZENDA — Decreto de 26 de agosto de 1936 — Autoriza o cidadão belga Emmanuel Valensa a comprar e exportar pedras preciosas	669
N. 1.063 — FAZENDA — Decreto de 26 de agosto de 1936 — Autoriza o cidadão Sebastião Dias a comprar pedras preciosas . . . . .	669
N. 1.064 — FAZENDA — Decreto de 26 de agosto de 1936 — Approva a reforma dos estatutos da Sociedade Beneficente União Telegraphica....	670
N. 1.065 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1936 — Approva os projectos e orçamentos, na importancia total de réis 1 585:663\$889, para execução de obras pela Companhia Mogyana de Estradas de Ferro...	670
N. 1.066 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1936 — Concede permissão á Empresa Radiodifusora Porto Alegrense para estabelecer uma estação radiodifusora...	672
N. 1.067 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1936 — Autoriza a celebração de contracto, mediante concorrência publica, para o serviço de navegação da linha dos Antozes, no Estado de Amazonas,.....	675

	Pags.
N. 1.068 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1936 — Approva plantas, especificações e orçamentos de diversas obras relativas ao aeroporto para dirigíveis, em Santa Cruz . . . . .	682
N. 1.069 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1936 — Considera dispensada a auxiliar diarista da Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas, D. Helena Osorio Bastos de Oliveira, para effeito de abono de dous mezes de vencimentos . . . . .	685
N. 1.070 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de agosto de 1936 — Autoriza a celebração de contracto, mediante concorrência publica, para o serviço de navegação da linha do Alto Tapajoz, affluente do rio Amazonas . . . . .	683
N. 1.071 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 31 de agosto de 1936 — Concede inspecção permanente ao Collegio Izabella Hendrix, de Bello Horizonte . . . . .	689

folha original em branco

---

# ACTOS DO PODER EXECUTIVO

---

## 1936

DECRETO N. 861 — DE 1 DE JUNHO DE 1936

*Concede auxílios relativos ao exercício de 1936 a varias instituições nos Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Parahyba, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Goyaz*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto numero 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxílios, no corrente exercício, ás instituições nos Estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Parahyba, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Goyaz, abaixo indicadas, devendo o pagamento do auxilio, no 2º semestre, ser feito nos termos do decreto numero 23.071, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação n. 1 da verba 21ª — Subvenções — art. 3º, annexo n. 5 da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

União Artistica Operaria Picoense — Picos —

Maranhão..... 3:000\$000

Associação dos Empregados no Commercio-Crato  
— Ceará..... 20:000\$000

Congregação N. S. do Amparo (Collegio Santa  
Rita) — Maranguape — Ceará..... 6:000\$000

Casa de Caridade — Crato — Ceará..... 2:000\$000

Dispensario dos Pobres — Fortaleza — Ceará 20:000\$000

Santa Casa de Misericordia — Fortaleza—Ceará 60:000\$000

Academia Pernambucana de Letras — Recife —  
Pernambuco..... 1:000\$000

Sociedade de Agricultura — João Pessoa — Pa-  
rahyba..... 5:000\$000

Associação de Caridade — Capella — Sergipe	2:000\$000
Associação das Senhoras de Caridade — Salvador — Bahia.....	20:000\$000
Instituto S. José — Salvador — Bahia.....	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Santo Amaro — Bahia.....	10:000\$000
Sociedade Fluminense de Agricultura e Industrias Rurais — Nictheroy — Rio de Janeiro.....	20:000\$000
Academia Pratica de Commercio — Districto Federal.....	5:000\$000
Abrigo da Criança Pobre — Districto Federal	25:000\$000
Academia Nacional de Commercio (Gymnasio Santa Thersa) — Districto Federal.....	10:000\$000
Casa Luiza de Marillac — Districto Federal....	20:000\$000
Escola Pratica de Commercio Avulfred — Districto Federal.....	12:000\$000
Patronato Operario da Gavea — Districto Federal.....	10:000\$000
Patronato de Menores — Districto Federal....	348:000\$000
Associação das Damas de Caridade — Barretos S. Paulo.....	7:000\$000
Casa de Saude Allan Kardec — Franca — São Paulo.....	3:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Cruzeiro — São Paulo.....	15:000\$000
Asylo S. Vicente de Paulo — Castro — Paraná	10:000\$000
Faculdade de Medicina — Curityba — Paraná (diferença).....	40:000\$000
Orphanato N. S. da Piedade — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.....	25:000\$000
Escola de Engenharia — Juiz de Fôra — Minas Geraes.....	90:000\$000
Hospital S. Vicente de Paulo — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	30:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	80:000\$000
Hospital de Caridade — Goyaz.....	6:000\$000
Total.....	910:000\$000

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 862 — DE 1 DE JUNHO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Gymnasio Espirito Santo do Pinhal, no Estado de São Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55 do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio do Espirito Santo do Pinhal, com séde em Espirito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 863 — DE 1 DE JUNHO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Gymnasio Santo Alberto, com séde em São Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55 do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio Santo Alberto, com séde em São Paulo, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 864 — DE 1 DE JUNHO DE 1936

*Concede equiparação á Faculdade de Direito do Piauhv, em Therezina, Estado do Piauhv*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 3°, do decreto n. 20.179, de

6 de julho de 1931, conceder equiparação á Faculdade de Direito do Piauhy, com séde em Therezina, capital do Estado do Piauhy.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 865 — DE 1 DE JUNHO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Collegio Castello Branco, com séde em Fortaleza, Estado do Ceará*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55 do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio Castello Branco, com séde em Fortaleza, Estado do Ceará.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 866 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 867 — DE 1 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Mineiros, no Estado de Goyaz, durante o dia 5 do corrente mez de junho*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Mineiros, no Estado de Goyaz,



durante o dia 5 do corrente mez de junho, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

DECRETO N. 868 — DE 1 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Pacuty, no Estado do Ceará, durante o dia 7 do corrente mez de junho*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Pacuty, no Estado do Ceará, durante o dia 7 do corrente mez de junho, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

DECRETO N. 869 — DE 1 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no Estado do Rio Grande do Norte, durante os dias oito, nove e dez do mez de junho do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no Estado do Rio Grande do Norte, durante os dias oito, nove e dez do mez de junho do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições dos representantes pro-

fissionaes á Assembléa Legislativa do mesmo Estado; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

DECRETO N. 870 — DE 1 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Encantado, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 14 de junho do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Encantado, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 14 de junho do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

DECRETO N. 871, DE 1 DE JUNHO DE 1936

*Approva o regulamento para admissão de contractados nos serviços federaes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere a Constituição da Republica e tendo em vista o disposto no artigo 13 da Lei n. 183, de 13 de Janeiro deste anno, resolve approvar o Regulamento que a este acompanha, para admissão de contractados nos ser-

viços federaes, que vae assignado por todos os Ministros de Estado.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Gustavo Capanema.*

*João Gomes Ribeiro Filho.*

*Agamemnon Magalhães.*

*Marques dos Reis.*

*Odilon Braga.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Henrique Aristides Guilhem.*

---

**Regulamento que dispõe sobre a admissão de contractados para serviços federaes, a que se refere o decreto n. 871. desta data**

Art. 1°. São contractados todos os que executarem serviços necessarios á administração publica, de natureza transitória, considerados como taes os de duração inferior a um anno (art. 12, paragrapho unico, da Lei n. 183, de 13 de janeiro de 1936); os que desempenharem cargos technicos que não possam ser incluídos no quadro do funcionalismo (artigo 12, paragrapho unico, da Lei n. 183, citada), ou ainda os que se incumbirem de serviços permanentes ou não, sem cargos creados em lei especial, que tenham sido regularmente admittidos por portaria de Ministro ou por directores e chefes de serviço, mediante autorização escripta do titular da respectiva pasta em data anterior á da lei acima citada.

Art. 2°. A partir da data da publicação deste regulamento, a admissão do pessoal a que se refere o artigo anterior só se poderá verificar após autorização do Presidente da Republica. As propostas dos directores e chefes de serviço, devidamente justificadas, serão levadas á consideração do respectivo Ministro, que, no caso de approval-as, as submeterá a despacho final do Presidente da Republica, em exposição de motivos numerada, assignada pelo mesmo titular.

Art. 3°. Não será admittido nenhum contractado nos serviços publicos sem sujeitar-se, previamente, á prova ou exhi-

buição de documentos que comprovem satisfatoriamente a sua capacidade para o exercício das funcções que deverá exercer, salvo quando se tratar de funcção subalterna em que possa ser dispensada essa formalidade.

Art. 4.º Nenhuma proposta de admissão de contractados poderá ser feita, salvo o caso de contracto de estrangeiros sem que á mesma estejam appensos, fornecidos pelo candidato, os seguintes documentos: folha corrida, prova de quitação com o serviço militar, carteira eleitoral e attestado medico, com firma reconhecida, declarando estar o candidato apto ao exercício da funcção e não soffrer de molestia infecto-contagiosa.

Art. 5.º Os novos contractos de valor superior a 18:000\$000 annuaes só se poderão effectuar para serviços technicos, legalmente provada a capacidade profissional do candidato.

Paragrapho unico. Os contractos de que trata este artigo deverão ser lavrados em livro proprio e dependerão, para a sua validade, de registro previo do Tribunal de Contas, exceptuados os que interessarem á segurança publica ou á defesa do paiz.

Art. 6.º O prazo dos contractos não excederá o periodo do anno financeiro.

Paragrapho unico. Exceptuam-se, apenas, os celebrados na forma do paragrapho unico do artigo 5º deste Regulamento, para serviço tecnico e especializado, com pessoa de indiscutivel competencia profissional a juizo do Presidente da Republica.

Art. 7.º As vagas de funcções exercidas por contractados não serão preenchidas salvo casos especiaes, quando fôr imprescindivel o preenchimento, que só poderá ser effectivado de accordo com a disposições deste Regulamento, após plenamente justificado pelo chefe do serviço, homologado pelo Ministro e approvedo, finalmente, pelo Presidente da Republica, na fórma do art. 2º.

Art. 8.º Quando, por motivo de interesse da administração, fôr contractada qualquer pessoa para exercer funcção technica e especializada prevista nas tabellas orçamentarias, a remuneração fixada no contracto será paga pela verba correspondente a essa funcção, até á importancia estabelecida na competente tabella, correndo a differença, se houver, pela verba destinada ao pessoal contractado.

Art. 9.º Verificando-se, no correr do anno vaga de provimento indispensavel, a admissão do contractado, sujeita ás regras estabelecidas neste Regulamento, será feita apenas pelo prazo que faltar ao contracto rescindido.

Art. 10. Occorrendo vaga, nos Estados, de lugar que exija immediato provimento, por necessidade reconhecida do serviço, a proposta de admissão poderá ser feita por telegramma e todo o expediente terá caracter urgente.

Paragrapho unico. A admissão, nesses casos, será a titulo precario, sendo valida até resolução da autoridade competente.

Art. 11. No provimento dos lugares de quadro fixados em lei, os contractados terão preferencia, em igualdade de condições, respeitadas as disposições legais e regulamentares em vigor.

Art. 12. Na primeira quinzena do mez de novembro de cada anno, os ministerios organizarão as relações de todo o pessoal contractado constando das mesmas, além dos nomes dos contractados, numero das respectivas portarias, datas de sua admissão, estipendios propostos e os lugares não providos com as remunerações pagas ao ultimo occupante.

Paragrapho unico. Nessas relações figurarão tambem os novos lugares, previamente autorizados, na forma dos artigos anteriores, por exigencia do serviço, com as respectivas remunerações e para cujo custeio tenham sido augmentadas as dotações existentes ou fixadas novas no orçamento a vigorar no anno seguinte, devendo, neste caso, a proposta de augmento do numero de contractados ser acompanhada da competente justificação em tempo apresentada e approvada.

Art. 13. Na revisão annual que se fará nas relações de contractados, serão excluidos todos aquelles cujos serviços não forem mais necessarios, bem como os que não corresponderem plenamente á espectativa no exercicio das suas funcções.

Art. 14. Organizadas as relações de cada Ministerio a que se refere o art. 12, dentro das dotações orçamentarias para o futuro exercicio, serão enviadas ao Ministerio da Fazenda que as coordenará, submettendo-as, em seguida com o seu parecer, á apreciação do Presidente da Republica.

Art. 15. A approvação presidencial implicará na renovação dos contractos existentes, sendo feita, neste caso, pelo Ministro, a apostilla de renovação, na portaria de contracto a que se refere o art. 20 deste Regulamento.

Art. 16. Após a approvação pelo Presidente da Republica das relações de contractados previstos no art. 12 deste Regulamento, serão as mesmas enviadas, por copia, pelo Ministerio da Fazenda ao Tribunal de Contas, para controle quando do registro das folhas de pagamento do respectivo pessoal.

Art. 17. Os contractos realizados deverão ser communicados pelo chefe de serviço respectivo, no prazo de trinta dias, á repartição pagadora competente.

Art. 18. Nas folhas avulsas do pessoal contractado deverão ser mencionados o numero e data da portaria de admissão e, quando houver, a data da ultima renovação.

Paragrapho unico. Quando se tratar de contracto de natureza do previsto pelo art. 5º deste Regulamento, deverá constar a data em que foi o mesmo registrado pelo Tribunal de Contas.

Art. 19. Pelo pagamento effectuado com inobservancia das determinações constantes deste Regulamento serão responsáveis os funcionarios que tenham processado a folha.

Art. 20. Depois de approvadas pelo Presidente da Republica as relações de contractados de cada Ministerio, será feita a publicação das mesmas no *Diario Official* e expedidas, pelo Ministro, as portarias de contracto, segundo o modelo annexo, approved pela Comissão Permanente da Padronização.

§ 1º. A partir da data da publicação deste Regulamento, a admissão de novos contractados far-se-á nos precisos termos das suas disposições, não lhes sendo dado exercicio sem a apresentação da portaria de contracto acima referida.

§ 2º. As portarias para os contractados admittidos em data anterior á vigencia deste Regulamento, serão expedidas por occasião da renovação dos contractos actuaes.

Art. 21. Exceptuados os contractos de locação de serviços já registrados pelo Tribunal de Contas, todos os demais serão revistos, observadas as prescripções do presente Regulamento.

Art. 22. Na fixação da remuneração para os contractados, deve-se ter em vista a natureza da função a ser desempenhada pelos mesmos, não podendo, em hypothese alguma, attribuir-se ao contractado remuneração superior á concedida a funcçionarios effectivos, quando houver equivalencia de categorias.

Art. 23. Os contractados não poderão ter exercicio senão na repartição para a qual tenham sido admittidos.

Art. 24. Consideram-se *operarios* os que forem admittidos para a execução de obras, serviços de campo e outros trabalhos braçaes, de natureza transitoria, sendo neste caso arbitrada uma diaria nunca superior a 20\$000, de accôrdo com a respectiva especialidade do operario, ficando entendido que essa diaria só será abonada nos dias em que se tiver verificado a prestação do serviço.

Paragrapho unico. Na hypothese deste artigo, deverão ser dispensados os trabalhadores, uma vez concluidos os serviços para que foram admittidos.

Art. 25. A admissão de *operarios* será feita pelo director ou chefe do serviço, dentro das dotações especialmente destinadas ao trabalho a executar, não se applicando a esse pessoal as exigencias do art. 20 e seus paragraphos.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936.

*Vicente Ráo*

*Arthur de Souza Costa.*

*Gustavo Capanema.*

*João Gomes Ribeiro Filho.*

*Agamemnon Magalhães.*

*Marques dos Reis.*

*Odilon Braga.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Henrique Aristides Guilhem.*

---

Portaria n.....de ..... de .....de 19...

O MINISTRO DE ESTADO — devidamente autorizado pelo Presidente da Republica, em despacho exarado na exposição de motivos n...., de...de.....de 19...e na forma do art. 20 do Regulamento approved pelo decreto n. 871, de 1º de Junho de 1936 — resolve contractar ..... pelo prazo de .....mezes, para exercer as funções de ..... mediante a remuneração mensal de.....\$ (.....), correndo a despesa correspondente por conta da verba ....., consignação "Pessoal Variavel", subconsignação n...., titulo....., do orçamento em vigor.

Este contracto poderá ser rescindido antes do prazo nelle estipulado se assim convier aos interesses da administração publica, sem que fique ao contratado qualquer direito a indemnização ou reclamação.

Rio de Janeiro,.....de.....de 19.....

De accordo com o despacho exarado pelo  
Sr. Presidente da Republica na exposiçãõ de motivos n....  
deste Ministerio, fica o presente contracto prorogado até.....  
de ..... de 19....

Rio de Janeiro,.....de.....de 19.....  
.....

De accordo com o despacho exarado pelo  
Sr. Presidente da Republica na exposiçãõ de motivos n....  
deste Ministerio, fica o presente contracto prorogado até.....  
de ..... de 19....

Rio de Janeiro,.....de.....de 19.....  
.....

De accordo com o despacho exarado pelo  
Sr. Presidente da Republica na exposiçãõ de motivos n....  
deste Ministerio, fica o presente contracto prorogado até.....  
de ..... de 19....

Rio de Janeiro,.....de.....de 19.....  
.....

De accordo com o despacho exarado pelo  
Sr. Presidente da Republica na exposiçãõ de motivos n....  
deste Ministerio, fica o presente contracto prorogado até.....  
de ..... de 19....

Rio de Janeiro,.....de.....de 19.....  
.....

De accordo com o despacho exarado pelo  
Sr. Presidente da Republica na exposiçãõ de motivos n....  
deste Ministerio, fica o presente contracto prorogado até.....  
de ..... de 19....

Rio de Janeiro,.....de .....de 19.....  
.....



# MINISTERIO DA FAZENDA

## DIRECTORIA DE ESTATISTICA ECONOMICA E FINANCEIRA

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

13

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
11	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	66:000\$000
20	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	108:000\$000
4	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	26:400\$000
2	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
42				235:800\$000

# DIRECTORIA DO DOMINIO DA UNIAO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	BAIXADA FLUMINENSE			
1	Sub-ajudante tecnico de 2ª classe.....	800\$000	9:600\$000	9:600\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
2	Auxiliares technicos de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
11	Auxiliares de 1ª classe .....	450\$000	5:400\$000	59:400\$000
23	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	96:600\$000
1	Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
3	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
10	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	36:000\$000
55				257:400\$000

SERVIÇOS DE ENGENHARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO DISTRICTO FEDERAL			
9	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000
PROPRIO NACIONAL DA RUA AQUEDUTO N. 1.632			
1	Guarda Fiscal de 3ª classe.....	550\$000	6:600\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000
2			10:200\$000
VIGIAS DOS PROPRICE NACIONAES			
3	Guardas de 1ª classe.....	400\$000	4:800\$000
TRABALHADORES DE CAMPO DAS ADMINISTRAÇÕES JUNTO AS DELEGACIAS			
12	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000
6	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000
51	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000
24	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000
93			226:800\$000

## CAIXA DE AMORTIZAÇÃO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensual	Anual	
1	Artífice de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000

# DELEGACIA FISCAL EM PERNAMBUCO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

17

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO</b>			
1	Guarda fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
4	Guardas fiscaes de 2ª classe.....	600\$000	7:200\$000	28:800\$000
9	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	43:200\$000
14				79:800\$000

# DELEGACIA FISCAL EM S. PAULO

18

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	SERVIÇO DA FISCALIZAÇÃO			
32	Guardas fiscaes de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	249:600\$000

# COMMISSÃO CENTRAL DE COMPRAS

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

19

NÚMERO DA CONTRATADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
DEPARTAMENTO CENTRAL				
3	Intendentes . . . . .	2:000\$000	24:000\$000	72:000\$000
6	Sub-intendentes de 3ª classe.....	1:600\$000	19:200\$000	115:200\$000
7	Administradores de 5ª classe.....	1:250\$000	15:000\$000	105:000\$000
2	Sub-assistentes technicos de 3ª classe.....	1:250\$000	15:000\$000	30:000\$000
6	Inspectores fiscaes de 3ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	75:600\$000
6	Escripturarios de 4ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	75:600\$000
4	Inspectores de 1ª classe.....	900\$000	10:800\$000	43:200\$000
12	Amanuenses de 2ª classe.....	900\$000	10:800\$000	129:600\$000
8	Amanuenses de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	72:000\$000
1	Guarda fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
20	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	156:000\$000
1	Sub-ajudante technico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Adjuncto de archivista de 2ª.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Telephonista de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
44	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	290:400\$000
3	Continuos de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Ajudante de motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000

(Continuação)

20

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Guarda fiscal de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
5	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	27:000\$000
11	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	46:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	8:400\$000
2	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
1	Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
147	ARMAZEM DE TRANSITO			1.311:600\$000
1	Administrador de 5ª classe.....	1:250\$000	15:000\$000	15:000\$000
1	Sub-administrador de 4ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000



3	Amanuenses de 2ª classe.....	900\$000	10:800\$000	54:000\$000
1	Inspector de 1ª classe.....	900\$000	10:800\$000	10:800\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Continuo de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
6	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	39:600\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
9	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	37:800\$000
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
27				<u>195:000\$000</u>

## MINISTERIO DA JUSTIÇA

## CAMARA

REMUNERAÇÃO				AUG
ACTUAL		PROPOSTA		
Mensal	Annual	Mensal	Annual	Mensal
300\$000	3:600\$000	350\$000	4:200\$000	50\$00
350\$000	4:320\$000	450\$000	5:400\$000	90\$00
550\$000	6:600\$000	600\$000	7:200\$000	50\$00
700\$000	8:400\$000	750\$000	9:000\$000	50\$00

# **E NEGOCIOS INTERIORES**

## **DOS DEPUTADOS**

<b>EMENTO</b>	<b>NUMERO DE CONTACTADOS</b>	<b>DESPESA ANNUAL</b>		<b>AUGMENTO DA DESPESA</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
		<b>Actual</b>	<b>Proposta</b>		
<b>600\$000</b>	<b>1</b>	<b>3:600\$000</b>	<b>4:200\$000</b>	<b>600\$000</b>	
<b>1:080\$000</b>	<b>32</b>	<b>138:240\$000</b>	<b>172:800\$000</b>	<b>34:560\$000</b>	
<b>600\$000</b>	<b>4</b>	<b>26:400\$000</b>	<b>28:800\$000</b>	<b>2:400\$000</b>	
<b>600\$000</b>	<b>2</b>	<b>16:800\$000</b>	<b>18:000\$000</b>	<b>1:200\$000</b>	
	<b>39</b>	<b>185:040\$000</b>	<b>223:800\$000</b>	<b>38:760\$000</b>	

# CAMARA DOS DEPUTADOS

Verba 4ª

Sub-Conservação n. 5

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
32	Serventes de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	172:800\$000

Verba 4ª

Sub-Conservação N. 7

2	Amanuenses de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	18:000\$000
4	Auxiliares de escripta de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	28:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
7				51:000\$000

# ESCOLA QUINZE DE NOVENBRO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

25

CONTRATADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Coadjuvantes de ensino de 5ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
3	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
2	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
3	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
3	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	5:400\$000
16				49:200\$000

# INSTITUTO SETE DE SETEMBRO

26

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

CONTABILIDADE	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>DIVISÃO MASCULINA</b>			
1	Ajudante de motorista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Ajudante de machinista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
4	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
3	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
1	Trabalhador de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	1:800\$000
11				37:200\$000

# DIVISÃO FEMININA

4	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
1	Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
3	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	5:400\$000
8				22:200\$000
19				59:400\$000

# ESCOLA JOÃO LUIZ ALVES

28

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

CONTRATADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Artifice de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Guarda de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Cosinheiro de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
1	Trabalhador de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	1:800\$000
6				21:000\$000



# **PATRONATO AGRICOLA ARTHUR BERNARDES**

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Dentista de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Artifice de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Capataz de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Ajudante de motorista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Coadjuvante de ensino de 5ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
1	Cosinheiro de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
3	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
6	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	14:400\$000
4	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	7:200\$000
<b>22</b>				<b>70:200\$000</b>

# PATRONATO WENCESLAU BRAZ

30

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Dentista de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Capataz de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Ajudante de motorista de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
1	Cosinheiro de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
5	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	12:000\$000
3	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	5:400\$000
17				54:600\$000

# **POLICIA CIVIL DO DISTRICTO FEDERAL**

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

31

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Artifice de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
13	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	78:000\$000
11	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	59:400\$000
2	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
4	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
5	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
36				191:400\$000

# POLICIA MILITAR DO DISTRICTO FEDERAL

32

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Mestre de 1ª classe.....	950\$000	11:400\$000	11:400\$000
5	Mestres de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	45:000\$000
1	Contra-mestre de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
2	Contra-mestres de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
2	Feitores de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
2	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
6	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	36:000\$000
17	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	91:800\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Cosinheiro de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Cosinheiro de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
3	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
2	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
3	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
47				270:000\$000

# CORPO DE BOMBEIROS

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Ajudante tecnico de 5ª classe.....	900\$000	10:800\$000	10:800\$000
1	Mestre de 2ª classe.....	900\$000	10:800\$000	10:800\$000
8	Artifices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	57:600\$000
5	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	33:000\$000
4	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	24:000\$000
3	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
3	Aprendizes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
4	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	4:800\$000
7	Mestres-escola de 3ª classe.....	200\$000	2:400\$000	16:800\$000
1	Mestre-escola de 4ª classe.....	150\$000	1:800\$000	1:800\$000
39				189:600\$000

# IMPrensa Nacional

34

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Amanuenses de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	20:400\$000
9	Auxiliares de escripta de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	75:600\$000
1	Auxiliar de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
3	Auxiliares de escripta de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	48:000\$000
10	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	42:000\$000
1	Chefe de secção de 4ª classe.....	1:300\$000	15:600\$000	15:600\$000
2	Artifices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	14:400\$000
48	Artifices de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	288:000\$000
48	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	259:200\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
4	Auxiliares de 5ª.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
7	Aprendizes de 2ª classe.....	150\$000	1:800\$000	12:500\$000
8	Serventes de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	48:000\$000
150				850:800\$000

# DIRECTORIA DE ESTATISTICA GERAL

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
16	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	86:400\$000
18				98:400\$000

**MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**  
**SECRETARIA DE ESTADO**

20

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DE CONTRATADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Anual	
2	Ajudantes technicos de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	25:200\$000
3	Ajudantes technicos de 4ª classe.....	950\$000	11:400\$000	34:200\$000
3	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	24:400\$000
18	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	118:800\$000
10	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	60:000\$000
6	Adjunctos de archivista de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	39:600\$000
6	Adjunctos de archivista de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	48:000\$000
6	Adjunctos de archivista de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
3	Motoristas de 5ª classe.....	550\$000	6:600\$000	19:800\$000
5	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	27:000\$000
2	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
3	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
36	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	151:200\$000
106				607:800\$000



**MINISTERIO DA EDUCACAO E SAUDE PUBLICA**  
**SERVICO DE LOCOMOÇÃO**

Verba 1ª

Sub-Consignação n. 22

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Mestre de 4ª classe.....	800\$000	9:600\$000	9:600\$000
1	Auxiliar de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Artifice de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
6	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	36:000\$000
6	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
3	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
26	Ajudantes de motoristas de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	156:000\$000
4	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Trabalhador .....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
1	Aprendiz de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
53				298:800\$000

# DIRECTORIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

38

Verba 1'

Sub-Conservação n. 22

QUANTIDADE DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TÍTULOS DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Sub-Intendente de 3ª classe.....	1:600\$000	19:200\$000	19:200\$000
6	Amanuenses de 1ª classe.....	950\$000	11:400\$000	68:400\$000
1	Amanuense de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
8	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	62:400\$000
1	Auxiliar do escripta de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
2	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Ajudante do motorista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
5	Serventes de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	30:000\$000
25				214:200\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# SUPERINTENDENCIA DE OBRAS E TRANSPORTES

Verba 1ª

Sub-Conservação n. 23

NÚMERO DE CONTRACTOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Assistente tecnico de 2ª classe.....	1:550\$000	18:600\$000	18:600\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
3	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	19:800\$000
1	Servente de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
3	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
1	Despachante de 1ª classe.....	950\$000	11:400\$000	11:400\$000
12				85:800\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# INSPECTORIA DE ENGENHARIA SANITARIA

Verba 1ª

Sub-Conservação n. 38

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Technico especializado.....	2:000\$000	24:000\$000	24:000\$000
4	Assistente tecnico de 2ª classe.....	1:550\$000	18:600\$000	18:600\$000
1	Sub-assistente tecnico de 1ª classe.....	1:350\$000	16:200\$000	16:200\$000
4	Ajudante tecnico de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
4	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	23:400\$000
3	Auxiliares technicos de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	19:800\$000
1	Auxiliar tecnico de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Auxiliares technicos de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000

3	Amanuenses de 4ª classe.....	800\$000	9:600\$000	28:800\$000
5	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	39:000\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
13	Capatazes de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	70:200\$000
13	Capatazes de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	62:400\$000
6	Ajudantes de motoristas de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	28:800\$000
2	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
14	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	58:800\$000
37	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	133:200\$000
115	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	345:000\$000
3	Trabalhadores de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
31				<u>954:000\$000</u>

# INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Verba 2ª

Sub-Conservação n. 126

42

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Auxiliar tecnico de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
3	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
18	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	43:200\$000
1	Cosinheiro de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
3	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
26				72:000\$000

# INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS

Verba 2ª.

Sub-Conservação n. 142

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

43

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
4	Coadjuvantes de ensino de 1ª classe.....	550\$000	6:600\$000	23:400\$000
1	Coadjuvante de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Dentista auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Artífice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Servente de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
5	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
1	Cosinheiro de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
8	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	19:200\$000
24				89:400\$000

# INTERNATO DO COLLEGIO PEDRO II

Verba 2ª.

Sub-Conservação n. 86

44

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
	Mensal	Annual	
2 Artifices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$00	14:400\$000
1 Dentista ajudante de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1 Contra-mestre de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2 Auxiliares technicos de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
2 Cosinheiros de 1ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
35 Serventes de 3ª classe .....	400\$000	4:800\$000	168:000\$000
43			216:600\$000



# EXTERNATO DO COLLEGIO PEDRO II

Verba 2ª.

Sub-Conservação n. 87

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Artifice de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
25	Serventes de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	120:000\$000
26				127:200\$000

# FACULDADE DE DIREITO DE RECIFE

Verba 2ª

Sub-Conservação n. 4

Nº ORÇÃO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Anual	
1	Thesoureiro de 4ª classe.....	1:250\$000	15:000\$000	15:000\$000
1	Fiel de thesoureiro de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Sub-administrador de 4ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
1	Arquivista de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Adjuncto arquivista de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
3	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	62:400\$000
1	Continuo de 3ª classe.....	300\$000	3:000\$000	3:000\$000
3	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	43:200\$000
3	Continuos de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	43:200\$000
1	Artifice de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
14	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	58:800\$000
2	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
1	Trabalhador de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	1:800\$000
48				274:800\$000

# FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

Verba 2-

Sub-Con apço n. 22

NÚMERO DE CONTRATADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Assistente de ensino de 1ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
33	Assistentes de ensino de 3ª classe.....	950\$000	11:400\$000	378:200\$000
1	Auxiliar de ensino de 4ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
2	Amanuenses de 1ª classe.....	950\$000	11:400\$000	22:800\$000
1	Fiel de thesoureiro de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Administrador de 5ª classe.....	1:250\$000	15:000\$000	15:000\$000
1	Almoxarife de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Contra-mestre de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Arquivista de 5ª classe.....	850\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de escripta de 1ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
4	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
1	Adjuncto de almoxarife de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Adjuncto archivista de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Pharmaceutico ajudante de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

47

(Continuação)

48

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Auxiliar tecnico de 4ª classe.....	450\$000		5:400\$000
1	Pharmaceutico auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	5:400\$000	4:200\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	4:200\$000	7:800\$000
1	Guarda-fiscal de 5ª classe.....	450\$000	7:800\$000	5:400\$000
4	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	5:400\$000	9:600\$000
3	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	2:400\$000	5:400\$000
27	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	1:800\$000	81:000\$000
40	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	3:000\$000	168:000\$000
			4:200\$000	
130				818:400\$000

# FAÇULDADE DE MEDICINA DE PORTO ALEGRE

Verba 2ª

Sub-Consignação n. 5

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

49

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensual	Annual	
5	Auxiliares de ensino de 2ª classe.....	750\$000	9:000\$000	45:000\$000
30	Coadjuvantes de ensino de 1ª classe.....	550\$000	6:600\$000	198:000\$000
9	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	48:600\$000
7	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	21:000\$000
1	Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Arquivista de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Fiel de thesoureiro de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Adjuncto almoxarife de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
4	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
59				355:200\$000

# FACULDADE DE MEDICINA E UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

50

Verba 3ª

Sub-Conservação n. 24

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Adjunctos technicos de 4ª classe.....	950\$000	11:400\$000	22:800\$000
1	Sub-ajudante technico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar technico de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Artifice de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Artifice de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Ajudante de motorista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
10				69:600\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# ESCOLA NACIONAL DE BELLAS ARTES

Verba 3ª

Sub-Conservação n. 72

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

51

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
4	Artífices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	24:000\$000
1	Artífice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Servente de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
12				60:600\$000

# INSTITUTO NACIONAL DE MUSICA

52

Verba 3ª

Sub-Conservação n. 96

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Amanuense de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
2	Coadjuvantes de ensino de 2ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Coadjuvante de ensino de 5ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
4	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
4	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
4	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
17				84:600\$000



# FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

Verba 3ª

Sub-Conservação n. 119

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

53

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Auxiliar de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
2	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
4				20:400\$000

# **ESCOLA DE MINAS (OURO PRETO)**

64

Verba 3ª

Sub-Conservação n. 139

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Trabalhadores. . . . .	100\$000	1:200\$000	2:400\$000
3	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	3:600\$000
5				6:000\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# ESCOLA POLYTECHNICA

Verba 4ª

Sub-Conservação n. 15

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
3				12:000\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# ESCOLA NACIONAL DE CHIMICA

Verba 4ª

Sub-Conservação n. 34

56

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000

# SUPERINTENDENCIA DO ENSINO INDUSTRIAL

Verba 5ª

Sub-Conservação n. 2

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

57

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Assistentes de ensino de 5ª classe.....	850\$000	10:200\$000	20:400\$000
2	Auxiliares de ensino de 1ª classe.....	800\$000	9:600\$000	19:200\$000
5	Auxiliares de ensino de 4ª classe.....	650\$000	7:800\$000	39:000\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Coadjuvante de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
13				102:600\$000

# **ESCOLA DE APRENDIZES ARTIFICES**

**Verba 5ª**

**Sub-Consignação n. 15**

58

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>Amazonas:</b>			
10	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	54:000\$000
	<b>Pará:</b>			
9	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	48:600\$000
	<b>Maranhão:</b>			
12	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	64:800\$000
1	Coadjuvante de ensino de 5ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
13				69:000\$000

**Plauhy:**

7	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	37:800\$000
---	--	----------	------------	-------------

**Ceará:**

14	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	75:600\$000
1	Coadjuvante de ensino de 5ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000

15				79:800\$000
----	--	--	--	-------------

**Rio Grande do Norte:**

6	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
---	--	----------	------------	-------------

**Parahyba:**

15	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	81:000\$000
1	Coadjuvante de ensino de 5ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000

16				85:200\$000
----	--	--	--	-------------

**Pernambuco:**

1	Contra-mestre de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
16	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	86:400\$000
1	Codjuvante de ensino de 5ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000

19				103:800\$000
----	--	--	--	--------------

(Continuação)

60

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>Alagôas:</b>			
9	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	48:600\$000
1	Coadjuvante de ensino de 5ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
10				52:800\$000
	<b>Sergipe:</b>			
13	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	70:200\$000
1	Coadjuvante de ensino de 5ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
15				79:800\$000



**Bahia:**

2	Contra-mestres de 2ª classe .....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
26	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe .....	150\$000	5:400\$000	140:400\$000
1	Coadjuvante de ensino de 5ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Medico-auxiliar de 5ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Auxiliar de 1ª classe .....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar de 3ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000

32

175:800\$000

**Espirito Santo:**

5	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe .....	450\$000	5:400\$000	27:000\$000
---	---	----------	------------	-------------

**Estado do Rio de Janeiro:**

1	Auxiliar de ensino de 4ª classe .....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
11	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe .....	450\$000	5:400\$000	59:400\$000
1	Coadjuvante de ensino de 5ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Auxiliar de 1ª classe .....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000

14

76:800\$000

**São Paulo:**

13	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe .....	450\$000	5:400\$000	70:200\$000
1	Coadjuvante de ensino de 5ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000

14

74:400\$000

(Continuação)

62

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>Paraná:</b>			
9	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe .....	450\$000	5:400\$000	48:600\$000
	<b>Santa Catharina:</b>			
1	Auxiliar de ensino de 4ª classe .....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
9	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe .....	450\$000	5:400\$000	48:600\$000
1	Auxiliar de 1ª classe .....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
11				61:800\$000
	<b>Minas Geraes:</b>			
9	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe .....	450\$000	5:400\$000	48:600\$000
1	Auxiliar de 1ª classe .....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
10				54:000\$000

<b>Matto Grosso:</b>				
2	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe .....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
<b>Goyaz:</b>				
2	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe .....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000

# ESCOLA NORMAL ARTES E OFFICIOS WENCESLAU BRAZ

Verba 5'

Sub-Consignações ns. 27 e 28

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Assistente de ensino de 1ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
1	Assistente de ensino de 5ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
2	Auxiliares de ensino de 2ª classe.....	750\$000	9:000\$000	18:000\$000
1	Auxiliar de ensino de 5ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
14	Coadjuvantes de ensino de 1ª classe.....	550\$000	6:600\$000	92:400\$000
2	Coadjuvantes de ensino de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
5	Coadjuvantes de ensino de 4ª classe.....	400\$000	4:800\$000	24:000\$000
1	Capataz de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
7	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	25:200\$000
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
37				217:800\$000

# MUSEU NACIONAL

Verba 8ª

Sub-Conservação n. 2

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Ajudante tecnico de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar tecnico de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
3	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
7	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	33:600\$000
1	Ajudante de motorista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
4	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
8	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	33:600\$000
2	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
32				173:400\$000

## OBSERVATORIO NACIONAL

66

Verba 9ª

Sub-Consignaões ns. 3 e 4

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Sub-assistentes technicos de 2ª classe.....	1:300\$000	15:600\$000	46:800\$000
4	Sub-ajudante tecnico de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
1	Amanuense de 4ª classe.....	800\$000	9:600\$000	9:600\$000
1	Auxiliar tecnico de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
12				110:400\$000

# BIBLIOTHECA NACIONAL

Verba 10ª

Sub-Conservação n. 3

NUMERO DE CONTRACIADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensual	Annual	
3	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000

# DIRECTORIA DE DEFESA SANITARIA INTERNACIONAL DA CAPITAL DA REPUBLICA

68

Verba 11ª

Sub-Consignações ns. 45, 46 e 3

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
24	Medicos auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	129:600\$000
7	Medicos auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	29:400\$000
6	Dentistas auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
1	Dentista auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
2	Pharmaceuticos auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
3	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	23:400\$000
3	Guardas fiscaes de 4ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
8	Guardas de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	33:600\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO



1	Guarda de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Guarda de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
11	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	46:200\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
2	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Artifice de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Servente de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
15	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	45:000\$000
8	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	19:200\$000
1	Cosinheiro de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
99				436:800\$000

# DIRECTORIA DE PROTECÇÃO A' MATERNIDADE E INFANCIA

Verba 13°

Sub-Conservação n. 4

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Auxiliar tecnico de 1° classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
10	Medicos auxiliares de 1° classe.....	450\$000	5:400\$000	54:000\$000
4	Auxiliar de 1° classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Auxiliares de 2° classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
4	Auxiliar de 3° classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Auxiliares de 4° classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
4	Trabalhadores de 4° classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000
22				100:800\$000

# DIRECTORIA DE ASSISTENCIA HOSPITALAR

Verba 14\*

Sub-Consiguação n. 2

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Medicos assistentes de 3ª classe.....	1:350\$000	16:200\$000	32:400\$000
2	Medicos assistentes adjuntos de 4ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	25:200\$000
7	Medicos auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	37:800\$000
7	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	29:400\$000
4	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000
22				<b>134:400\$000</b>

# HOSPITAL S. FRANCISCO DE ASSIS

Verba 14-

Sub-Consignações ns. 5 e 6

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Medico assistente de 4ª classe.....	1:300\$000	15:600\$000	15:600\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
6	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	14:400\$000
8				34:200\$000

# HOSPITAL PEDRO II

Verba 14ª

Sub-Conservação n. 9

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Guarda de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
2	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
1	Pharmaceutico auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
6				19:200\$000

# HOSPITAL ESTACIO DE SA

Verba 14\*

Sub-Consiguação n. 12

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Chefe de Clinica de 4ª classe.....	1:550\$000	18:600\$000	18:600\$000
1	Medico adjunto de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
9	Medicos auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	48:600\$000
1	Dentista auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Pharmaceuticos auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
10	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	42:000\$000
9	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	32:400\$000
10	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	30:000\$000
2	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
1	Cosinheiro de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Cosinheiro de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
47	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	112:800\$000
1	Guarda de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
96				324:600\$000

# DIRECTORIA DE ASSISTENCIA A PSYCHOPATAS E PROPHYLAXIA MENTAL

Verba 15\*

Sub-Consiguação n. 2

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Medico assistente de 5ª classe.....	1:250\$000	15:000\$000	15:000\$000
6	Medicos assistentes adjuntos de 4ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	75:600\$000
4	Medicos de 1ª classe.....	950\$000	11:400\$000	45:600\$000
1	Medico de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
2	Medicos adjuntos de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
1	Auxiliar tecnico de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
15				163:200\$000

# DIRECTORIA DE ASSISTENCIA A PSYCHOPATAS E PROPHYLAXIA MENTAL

Verba 15\*

Sub-Conservação n. 6

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Medico de 1ª classe.....	950\$000	11:400\$000	11:400\$000
1	Medico de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Medico adjunto de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
28	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	84:000\$000
8	Guardas de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	19:200\$000
2	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
42				139:200\$000



# **COLONIA DE PSYCHOPATAS (Homens)**

Verba 15ª

Sub-Conservação n. 13

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Auxiliar tecnico de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
5	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	12:000\$000
8				24:000\$000

# COLONIA DE PSYCHOPATAS (Mulheres)

78

Verba 15ª

Sub-Conservação n. 19

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
6	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	14:400\$000
9				23:400\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# INSPECTORIA GERAL DE ENSINO SUPERIOR

Verbo 16º

Sub-Conservação n. 2

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Amanuense de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Auxiliar de escripta de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
5				33:000\$000

# INSPECTORIA GERAL DE ENSINO SECUNDARIO

80

Verba 16ª

Sub-Conservação n. 16

Nº DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Auxiliar de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
5	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
7				34:200\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# INSPECTORIA GERAL DE ENSINO COMMERCIAL

Verba 16\*

Sub-Consiguação n. 30

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
8	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	52:800\$000
6	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	36:000\$000
1	Servente de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Servente de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
16				99:000\$000

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
1	Auxiliar tecnico de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
3	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
5	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
3	Auxiliares technicos de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
15	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	54:000\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
4	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	24:000\$000
5	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	27:000\$000
4	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	19:200\$000
2	Ajudantes de motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Servente de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
8	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	33:600\$000
22	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	79:200\$000
1	Ajudante de motorista de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Cosinheiro de 1ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
80				351:000\$000

# INSPECTORIA DE AGUAS E ESGOTOS

Verba 18\*

Sub-Consignação n. 4

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Chefes de Serviço de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	30:600\$000
11	Chefes de Serviço de 4ª classe.....	800\$000	9:600\$000	105:600\$000
1	Médico de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
2	Mestres de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	20:400\$000
1	Mestre de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Sub-ajudante técnico de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
5	Sub-Chefes de Serviço de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	42:000\$000
9	Sub-Chefes de Serviço de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	64:800\$000
16	Sub-Chefes de Serviço de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	96:000\$000
1	Inspector de 4ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Auxiliar de escripta de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	8:400\$000
5	Auxiliares de escripta de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	36:000\$000
13	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	85:800\$000
29	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	174:000\$000
3	Contra-mestres de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	25:200\$000
5	Feitores de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	42:000\$000
3	Feitores de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	21:600\$000
4	Feitores de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	26:400\$000

CLASSIFICACAO

de  
ca

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
6	Feitores de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	36:000\$000
19	Motoristas de 2ª classe.....	700\$000	8:400\$000	159:600\$000
14	Motoristas de 4ª classe.....	600\$000	7:200\$000	100:800\$000
2	Auxiliares technicos de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	14:400\$000
1	Auxiliar technico de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
3	Artifices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	21:600\$000
34	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	224:400\$000
49	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	294:000\$000
164	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	885:600\$000
36	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	172:800\$000
12	Guardas fiscaes de 2ª classe.....	600\$000	7:200\$000	86:400\$000



28	Guardas fiscaes de 3ª classe.....	550\$000	6:600\$000	114:000\$000
19	Guardas fiscaes de 4ª classe.....	500\$000	6:000\$000	300\$008:781
194	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	1.047:600\$000
18	Ajudantes de motorista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	108:000\$000
1	Ajudante de motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
5	Ajudantes de motorista de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	24:000\$000
4	Telephonistas de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	24:000\$000
16	Capatazes de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	86:400\$000
488	Capatazes de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	2.342:400\$000
3	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
19	Guardas de 1ª classe.....	400\$000	4:800\$000	91:200\$000
48	Serventes de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	259:200\$000
5	Serventes de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	24:000\$000
5	Marinheiros de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	24:000\$000
1.306				7.169:400\$000

# INSPECTORIA DE AGUAS E ESGOTOS

(5ª Divisão)

Verba 18ª

Sub-Consignação n. 13

86

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
	Mensal	Annual	
3 Assistentes technicos de 2ª classe.....	1:550\$000	18:600\$000	148:800\$000
5 Ajudantes technicos de 1ª classe.....	1:100\$000	13:200\$000	66:000\$000
2 Sub-assistentes technicos de 3ª classe.....	1:250\$000	15:000\$000	30:000\$000
1 Ajudante tecnico de 4ª classe.....	950\$000	11:400\$000	11:400\$000
2 Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	850\$000	7:800\$000	15:600\$000
3 Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	850\$000	7:800\$000	23:400\$000
4 Auxiliar de escripta de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
2 Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	54:000\$000
2 Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1 Capataz de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
18 Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	75:600\$000
24 Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	86:400\$000
76			534:600\$000

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Assistente tecnico de 2ª classe.....	1:550\$000	18:600\$000	18:600\$000
2	Sub-assistentes technicos de 2ª classe.....	1:300\$000	15:600\$000	31:200\$000
4	Auxiliares de escripta de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	33:300\$000
8	Auxiliares technicos de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	43:200\$000
34	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	183:600\$000
5	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	27:000\$000
3	Serventes de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Capataz de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
24	Capatazes de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	115:200\$000
41	Contra-mestres de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	92:400\$000
41	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	39:400\$000
19	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	114:000\$000
1	Intendente. . . . .	1:830\$000	21:960\$000	21:960\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 4ª classe.....	700\$000	8:400\$000	16:800\$000
126				778:560\$000

NOTA — O pessoal constante desta relação foi incluído apenas por haver figurado na proposta do Ministerio da Educação e Saude Publica.

Esse pessoal recebe por dotação subordinada á Conservação "Material", não devendo portanto ser computado entre os contractados de que trata a lei n. 183.

# MINISTERIO DO TRABALHO

## SECRETARIA DE ESTADO

88

Verba 1ª

Sub-Conservação n. 7

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
5	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	39:000\$000
4	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	26:400\$000
1	Contra-mestre de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
2	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Servente de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
13				90:000\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# Actuariado

Verba 1ª

Sub-Conservação n. 5

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

89

N.º CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
5	Sub-ajudantes technicos de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	51:000\$000
3	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	23:400\$000
1	Archivista de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
3	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
12				94:800\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO

90

Verba 2ª — I

Sub-Conservação n. 2

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Chefes de clinica de 4ª classe.....	1:550\$000	18:600\$000	55:800\$000
17	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	132:600\$000
3	Auxiliares technicos de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	19:800\$000
6	Guardas fiscaes de 3ª classe.....	550\$000	6:600\$000	39:600\$000
10	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	60:000\$000
2	Continuos de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
6	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
47				343:800\$000

Verba 2ª — I

(Continuação)

Sub-Consignação n. 3

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
11	Inspectores fiscaes de 3ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	138:600\$000
9	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	70:200\$000
20	Guardas fiscaes de 3ª classe.....	550\$000	6:600\$000	132:000\$000
26	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	156:000\$000
4	Guardas de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
1	Servente de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
71				517:200\$000

# SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Verba 2ª — II

Sub-Consiguação n. 1

92

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Intendente . . . . .	2:500\$000	30:000\$000	30:000\$000
1	Sub-Intendente de 4ª classe . . . . .	1:550\$000	18:600\$000	18:600\$000
1	Assistente tecnico de 2ª classe . . . . .	1:550\$000	18:600\$000	18:600\$000
1	Thesoureiro de 1ª classe . . . . .	1:400\$000	16:800\$000	16:800\$000
5	Sub-Administradores de 4ª classe . . . . .	1:050\$000	12:600\$000	63:000\$000
5	Chefes de Serviços de 3ª classe . . . . .	850\$000	10:200\$000	51:000\$000
1	Ajudante tecnico de 3ª classe . . . . .	1:000\$000	12:000\$000	12:000\$000
8	Auxiliares de escripta de 2ª classe . . . . .	650\$000	7:800\$000	62:400\$000
1	Almoxarife de 5ª classe . . . . .	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
11	Auxiliares de escripta de 4ª classe . . . . .	550\$000	5:400\$000	72:600\$000
15	Auxiliares de 1ª classe . . . . .	450\$000	6:600\$000	81:000\$000
1	Porteiro de 5ª classe . . . . .	500\$000	5:400\$000	6:000\$000
1	Continuo de 4ª classe . . . . .	450\$000	6:000\$000	5:400\$000
7	Serventes de 4ª classe . . . . .	350\$000	4:200\$000	29:400\$000
	Quebras do Thesoureiro . . . . .	.....	.....	1:800\$000
59				476:400\$000



# Junta de Conciliação e Julgamento, etc.

Verba 2ª — III

Sub-Consignação n. 1

ANEXO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
7	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	54:600\$000
1	Inspector fiscal de 3ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
4	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	24:000\$000
2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Continuo de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
17				115:800\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

94

Verba 3ª

Sub-Consiguação n. 2

NÚMERO DOS CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Contra-mestre de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
4	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	24:000\$000
5	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	27:000\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
12				67:200\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# DEPARTAMENTO NACIONAL DO POVOAMENTO

Verba 5ª

Sub-Conservação n. 5

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Medico Assistente adjunto de 4ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
3	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	19:800\$000
4	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	24:000\$000
2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
3	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
2	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
3	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
6	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	21:600\$000
24				129:000\$000

# DEPARTAMENTO DE ESTATISTICA E PUBLICIDADE

96

Verba 6ª

Sub-Consignação n. 5

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Sub-ajudantes technicos de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	20:400\$000
2	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
4	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	26:400\$000
5	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	30:000\$000
4	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
17				109:200\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# DEPARTAMENTO DE ESTATISTICA E PUBLICIDADE

Verba 6ª

Sub-Consignação n. 4

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
4	Contra-mestres de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	31:200\$000
4	Artifices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	28:800\$000
10	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	66:000\$000
5	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	30:000\$000
3	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
3	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
4	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
3	Serventes de 4ª classe.....		4:200\$000	12:600\$000
1	Guarda de 2ª classe.....		4:200\$000	4:200\$000
37		350\$000 350\$000		220:200\$000

# CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO

98

Verba 7ª

Sub-Conservação n. 3

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO

Verba 8ª

Sub-Conservação n. 3

3	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	19:800\$000
---	--	----------	------------	-------------

# INSPECTORIAS REGIONAES

Verba 9ª

Sub-Conservação n. 3

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
6	Inspectores fiscaes de 3ª classe.....	1:050\$00	35\$000	75:600\$000
50	Guardas-fiscaes de 3ª classe.....	550\$000	12:600\$000	330:000\$000
5	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	6:600\$000	39:000\$000
24	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	7:800\$000	144:000\$000
20	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	6:000\$000	108:000\$000
10	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	5:400\$000	42:000\$000
115			4:200\$000	738:600\$000

# INSTITUTO NACIONAL DE TECHNOLOGIA

Verba 10ª

Sub-Consiguação n. 2

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Technico especializado.....	2:000\$000	24:000\$000	24:000\$000
2	Assistentes technicos de 1ª classe.....	1:600\$000	19:200\$000	38:400\$000
1	Sub-Assistente technico de 1ª classe.....	1:350\$000	16:200\$000	16:200\$000
5	Ajudantes technicos de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	75:600\$000
1	Amanuense de 1ª classe.....	950\$000	11:400\$000	11:400\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	20:400\$000
2	Mestres de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	20:400\$000
2	Mestres de 4ª classe.....	800\$000	9:600\$000	19:200\$000
1	Sub-ajudante technico de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Sub-ajudante technico de 4ª classe.....	700\$000	8:400\$000	8:400\$000
3	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	23:400\$000
1	Contra-mestre de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Adjuncto de almoxarife de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
2	Artifices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	21:600\$000
1	Auxiliar technico de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1-10



2	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
1	Adjuncto de archivista de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
11	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	72:600\$000
4	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	3:000\$000	24:000\$000
1	Guarda fiscal de 4ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Continuo de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
1	Continuo de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Artifice de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
10	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	42:000\$000
8	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	33:600\$000
4	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
78				568:200\$000

# MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

## DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAPHOS

Directoria Regional e Directorias Regionaes Especiaes

102

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	PESSOAL DIARISTA			
1	Telegraphista de 2ª .....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
11	Telegraphistas de 5ª .....	500\$000	6:000\$000	66:000\$000
12	Telegraphistas adjunctos de 1ª .....	450\$000	5:400\$000	64:800\$000
1	Telegraphista adjuncto de 2ª .....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
24	Telegraphistas adjunctos de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	100:800\$000
29	Telegraphistas adjunctos de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	104:400\$000
6	Telegraphistas adjunctos de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	18:000\$000
13	Telegraphistas auxiliares de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	31:200\$000
97				397:800\$000

1	Telegraphista de 3ª .....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
1	Telegraphista de 5ª .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Telegraphistas adjuntos de 1ª .....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
10	Telegraphistas adjuntos de 2ª .....	400\$000	4:800\$000	48:000\$000
58	Telegraphistas adjuntos de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	243:600\$000
72	Telegraphistas adjuntos de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	259:200\$000
22	Telegraphistas adjuntos de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	66:000\$000
9	Telegraphistas auxiliares de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	21:600\$000
5	Telegraphistas auxiliares de 3ª .....	100\$000	1:200\$000	6:000\$000
180				668:400\$000
27	Mensageiros de 1ª .....	450\$000	5:400\$000	145:600\$000
9	Mensageiros de 2ª .....	400\$000	4:800\$000	43:200\$000
11	Mensageiros de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	46:200\$000
53	Mensageiros de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	190:800\$000
36	Mensageiros de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	108:000\$000
204	Mensageiros ajudantes de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	489:600\$000
121	Mensageiros ajudantes de 3ª .....	100\$000	1:200\$000	145:200\$000
461				1.168:800\$000
4	Serventes de 2ª .....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
2	Serventes de 3ª .....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
23	Serventes de 4ª .....	350\$000	4:200\$000	96:600\$000

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
49	Serventes de 5ª .....	300\$000	3:600\$000	176:400\$000
54	Trabalhadores de 3ª .....	250\$000	3:000\$000	162:000\$000
55	Trabalhadores de 4ª .....	200\$000	2:400\$000	79:200\$000
155				545:400\$000
51	Ajudantes de motorista de 1ª .....	500\$000	6:000\$000	306:000\$000
52	Ajudantes de motorista de 2ª .....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
53	Ajudantes de motorista de 5ª .....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
59				342:000\$000

# DIRECTORIAS REGIONAIS DE 1ª CLASSE

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

105

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
PESSOAL DIARISTA				
12	Telegraphistas de 1ª .....	700\$000	8:400\$000	100:800\$000
1	Telegraphista de 2ª .....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
11	Telegraphistas de 3ª .....	600\$000	7:200\$000	79:200\$000
9	Telegraphistas de 4ª .....	550\$000	6:600\$000	59:400\$000
14	Telegraphistas de 5ª .....	500\$000	6:000\$000	324:000\$000
52	Telegraphistas adjuntos de 1ª .....	450\$000	5:400\$000	280:800\$000
25	Telegraphistas adjuntos de 2ª .....	400\$000	4:800\$000	124:800\$000
37	Telegraphistas adjuntos de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	365:400\$000
16	Telegraphistas adjuntos de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	165:600\$000
19	Telegraphistas adjuntos de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	57:000\$000
17	Telegraphistas auxiliares de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	40:800\$000
10	Telegraphistas auxiliares de 3ª .....	100\$000	1:200\$000	12:000\$000
344				1.617:600\$000

(Continuação)

CONTRACTUADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
4	Telegraphista de 3ª .....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
18	Telegraphistas adjuntos de 1ª .....	450\$000	5:400\$000	97:200\$000
25	Telegraphistas adjuntos de 2ª .....	400\$000	4:800\$000	120:000\$000
145	Telegraphistas adjuntos de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	609:000\$000
105	Telegraphistas adjuntos de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	702:000\$000
66	Telegraphistas adjuntos de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	258:000\$000
59	Telegraphistas auxiliares de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	141:600\$000
4	Telegraphistas auxiliares de 3ª .....	100\$000	1:200\$000	7:200\$000
535				1.942:200\$000
20	Mensageiros de 1ª .....	450\$000	5:400\$000	108:000\$000
6	Mensageiros de 2ª .....	400\$000	4:800\$000	28:800\$000
25	Mensageiros de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	105:000\$000

21	Mensageiros de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	111:600\$000
44	Mensageiros de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	132:000\$000
179	Mensageiros ajudantes de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	429:600\$000
145	Mensageiros ajudantes de 3ª .....	100\$000	1:200\$000	174:000\$000
450				1.089:000\$000
1	Servente de 3ª .....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
9	Serventes de 4ª .....	350\$000	4:200\$000	37:800\$000
25	Serventes de 5ª .....	300\$000	3:600\$000	126:000\$000
24	Trabalhadores de 1ª .....	250\$000	3:000\$000	102:000\$000
18	Trabalhadores de 4ª .....	200\$000	2:400\$000	48:200\$000
4	Trabalhadores . . . . .	100\$000	1:200\$000	4:800\$000
191				318:600\$000

# DIRECTORIAS REGIONAES DE 2ª CLASSE

108

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DE CATEGORIA CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>PESSOAL DIARISTA</b>			
6	Telegraphista adjuncto de 1ª .....	450\$00	5:400\$00	5:400\$00
5	Telegraphistas adjunctos de 3ª .....	350\$00	4:200\$00	21:000\$00
7	Telegraphistas adjunctos de 4ª .....	300\$00	3:600\$00	25:200\$00
1	Telegraphistas adjunctos de 5ª .....	250\$00	3:000\$00	9:000\$00
2	Telegraphistas auxiliares de 1ª .....	200\$00	2:400\$00	4:800\$00
<b>38</b>				<b>65:400\$00</b>
4	Telegraphistas adjunctos de 2ª .....	400\$00	4:800\$00	19:200\$00
15	Telegraphistas adjunctos de 3ª .....	350\$00	4:200\$00	189:000\$00
33	Telegraphistas adjunctos de 4ª .....	300\$00	3:600\$00	226:800\$00
32	Telegraphistas adjunctos de 5ª .....	250\$00	3:000\$00	126:000\$00
23	Telegraphistas auxiliares de 1ª .....	200\$00	2:400\$00	69:600\$00
5	Telegraphistas auxiliares de 3ª .....	100\$00	1:200\$00	6:000\$00
<b>188</b>				<b>636:600\$00</b>



2	Mensageiros de 1ª .....	400\$000	5:400\$000	10:800\$000
3	Mensageiros de 2ª .....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
5	Mensageiros de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
3	Mensageiros de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
5	Mensageiros de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
59	Mensageiros ajudantes de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	141:600\$000
4	Mensageiros ajudantes de 2ª .....	150\$000	1:800\$000	7:200\$000
34	Mensageiros ajudantes de 3ª .....	100\$000	1:200\$000	40:800\$000
15				<hr/> 261:600\$000 <hr/>
2	Serventes de 4ª .....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
3	Serventes de 5ª .....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
11	Trabalhadores de 3ª .....	250\$000	3:000\$000	33:000\$000
1	Trabalhador de 4ª .....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Trabalhador .....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
18				<hr/> 55:800\$000 <hr/>

# DIRECTORIAS REGIONAES DE 3ª CLASSE

410

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

COTAÇÃO	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Telegraphista de 5ª .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
6	Telegraphistas adjuntos de 1ª .....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
2	Telegraphistas adjuntos de 2ª .....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
3	Telegraphistas adjuntos de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
2	Telegraphistas adjuntos de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
2	Telegraphistas adjuntos de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
3	Telegraphistas auxiliares de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	12:000\$000
3	Telegraphistas auxiliares de 3ª .....	100\$000	1:200\$000	2:400\$000
3				88:200\$000
3	Telegraphistas adjuntos de 1ª .....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
2	Telegraphistas adjuntos de 2ª .....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
3	Telegraphistas adjuntos de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	151:200\$000
3	Telegraphistas adjuntos de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	154:800\$000

13	Telegraphistas adjuntos de 5ª.....	250\$000	3:000\$000	129:000\$000
13	Telegraphistas auxiliares de 1ª.....	200\$000	2:400\$000	79:200\$000
9	Telegraphistas auxiliares de 3ª.....	100\$000	1:200\$000	10:800\$000
39				550:800\$000
2	Mensageiros de 1ª.....			
3	Mensageiros de 2ª.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
2	Mensageiros de 3ª.....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
5	Mensageiros de 5ª.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
17	Mensageiros ajudantes de 1ª.....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
57	Mensageiros ajudantes de 3ª.....	200\$000	2:400\$000	40:800\$000
		100\$000	1:200\$000	68:400\$000
86				157:800\$000
1	Servente de 4ª.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Servente de 5ª.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Trabalhadores de 3ª.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
1	Trabalhador de 4ª.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
5				16:200\$000

# DIRECTORIAS REGIONAES DE 4ª CLASSE

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
7	Telegraphistas adjuntos de 1ª.....	450\$000	5:400\$000	37:800\$000
2	Telegraphistas adjuntos de 2ª.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
5	Telegraphistas adjuntos de 3ª.....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
7	Telegraphistas adjuntos de 4ª.....	300\$000	3:600\$000	25:200\$000
2	Telegraphistas adjuntos de 5ª.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
23				99:600\$000
1	Telegraphista adjunto de 1ª.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
4	Telegraphistas adjuntos de 2ª.....	400\$000	4:800\$000	19:200\$000
35	Telegraphistas adjuntos de 3ª.....	350\$000	4:200\$000	147:000\$000
42	Telegraphistas adjuntos de 4ª.....	300\$000	3:600\$000	151:200\$000
5	Telegraphistas adjuntos de 5ª.....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
22	Telegraphistas auxiliares de 1ª.....	200\$000	2:400\$000	52:800\$000
109				390:600\$000

4	Mensageiros de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
8	Mensageiros de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	28:800\$000
2	Mensageiros de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
19	Mensageiros ajudantes de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	45:600\$000
5	Mensageiros ajudantes de 3ª .....	100\$000	1:200\$000	6:000\$000
38				103:200\$000
1	Servente de 4ª .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
4	Serventes de 5ª .....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
5	Trabalhadores de 3ª .....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
1	Trabalhador de 4ª .....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
11				36:000\$000

# DIRECTORIA GERAL

## Diaristas Diversos

144

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	AUXILIARES DO TRAFEGO			
4	Auxiliares de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
15	Auxiliares de 4ª .....	360\$000	3:600\$000	54:000\$000
7	Praticantes de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	16:800\$000
26				87:600\$000

# DISTRICTO FEDERAL

## Diaristas Diversos

CONTRACTAÇÃO	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL
		Mensual	Annual	DA DESPESA
	<b>AUXILIARES DO TRAFEGO</b>			
2	Ajudantes do trafego de 5ª.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
31	Auxiliares de 1ª .....	450\$000	5:400\$000	167:400\$000
10	Auxiliares de 2ª .....	400\$000	4:800\$000	48:000\$000
140	Auxiliares de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	462:000\$000
57	Auxiliares de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	961:200\$000
37	Auxiliares de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	111:000\$000
20	Praticantes de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	120:000\$000
10	Praticantes de 2ª .....	100\$000	1:200\$000	12:000\$000
317				1.893:600\$000

**SÃO PAULO**  
**Diaristas Diversos**

416

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

CONTINÚO	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>AUXILIARES DO TRAFEGO</b>			
2	Auxiliares de 1ª .....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
4	Auxiliares de 2ª .....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
6	Auxiliares de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
50	Auxiliares de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	180:000\$000
15	Auxiliares de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	45:000\$000
20	Praticantes de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	48:000\$000
9	Praticantes de 2ª .....	100\$000	1:200\$000	10:800\$000
105				334:200\$000



# AUXILIARES DE EXPEDIENTE

Directoria Geral

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

117

CONTRACTADOS POR MÊSES	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Auxiliar de escripta de 5ª .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
4	Auxiliares de 1ª .....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
6	Auxiliares de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
8	Auxiliares de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	21:600\$000
2	Auxiliares de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
3	Praticantes de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	12:000\$000
1	Praticante de 3ª .....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
35				93:600\$000
DISTRICTO FEDERAL				
1	Auxiliar de escripta de 2ª .....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
23	Auxiliares de 1ª .....	450\$000	5:400\$000	124:200\$000
12	Auxiliares de 2ª .....	400\$000	4:800\$000	57:600\$000
25	Auxiliares de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	105:000\$000
70	Auxiliares de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	252:000\$000
7	Auxiliares de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	21:000\$000
5	Praticantes de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	12:000\$000
1	Praticante de 3ª .....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
145				586:800\$000

**São Paulo**

CONTRATADO	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
5	Auxiliares de 1ª .....	450\$000	5:400\$000	27:000\$000
3	Auxiliares de 2ª .....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
4	Auxiliares de 3ª .....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
4	Auxiliares de 4ª .....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
16	Auxiliares de 5ª .....	250\$000	3:000\$000	48:000\$000
2	Praticantes de 1ª .....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
34				125:400\$000

# CONTINUOS, SERVENTES E TRABALHADORES

Directoria Geral

120

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DA CLASSIFICAÇÃO	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
20	Continuos de 4ª .....	450\$000	5:400\$000	54:000\$000
2	Continuos de 5ª .....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
5	Serventes de 4ª .....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
22	Serventes de 5ª .....	300\$000	3:600\$000	43:200\$000
3	Trabalhadores de 3ª .....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
12	Trabalhadores de 4ª .....	200\$000	2:400\$000	28:800\$000
2	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	2:400\$000
45				168:000\$000

# Diaristas Diversos.

CONTINUAÇÃO	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Anual	
	<b>Districto Federal :</b>			
3	Continuos de 4ª .....	450\$000	5:400\$000	54:000\$000
4	Continuo de 5ª .....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
3	Serventes de 4ª .....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
4	Serventes de 5ª .....	300\$000	3:600\$000	39:600\$000
3	Trabalhadores de 3ª .....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
4	Trabalhadores de 4ª .....	200\$000	2:400\$000	40:800\$000
1	Trabalhador.....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
5				<b>162:000\$000</b>

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	São Paulo:			
1	Trabalhador de 4ª .....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
4	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	4:800\$000
5				7:200\$000

# DIRECTORIAS REGIONAES DE 1ª CLASSE

## Diaristas Diversos

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

423

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	AUXILIARES DO TRAFEGO			
	Amazonas:			
2	Ajudantes do trafego de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
6	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
5	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	24:000\$000
5	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
24	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	86:400\$000
1	Praticante de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
43				178:200\$000

(Continuação.)

DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
	Mensal	Anual	
<b>Pará:</b>			
4 Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
3 Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	32:400\$000
3 Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
2 Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
1 Praticante de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
<b>21</b>			<b>70:200\$000</b>
<b>Geará:</b>			
2 Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1 Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	29:400\$000
1 Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
3 Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
2 Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	24:600\$000
<b>23</b>			<b>80:400\$000</b>



**Pernambuco:**

4	Auxiliares de 3ª classe.....
13	Auxiliares de 4ª classe.....
38	Auxiliares de 5ª classe.....
6	Praticantes de 1ª classe.....
1	Praticante de 3ª classe.....

62

**Bahia:**

5	Auxiliares de 2ª classe.....
5	Auxiliares de 3ª classe.....
30	Auxiliares de 4ª classe.....
14	Auxiliares de 5ª classe.....
9	Praticantes de 1ª classe.....

63

**Rio de Janeiro:**

4	Auxiliares de 1ª classe.....
4	Auxiliares de 2ª classe.....
16	Auxiliares de 3ª classe.....
28	Auxiliares de 4ª classe.....
19	Auxiliares de 5ª classe.....
8	Praticantes de 1ª classe.....
1	Praticante de 2ª classe.....

80

350\$000  
200\$000  
250\$000  
200\$000  
100\$000

4:200\$00  
3:600\$00  
3:000\$00  
2:400\$00  
1:200\$00

16:800\$000  
46:800\$000  
114:000\$000  
14:400\$000  
1:200\$000

193:200\$000

400\$000  
350\$000  
300\$000  
250\$000  
200\$000

4:800\$00  
4:200\$00  
3:600\$00  
3:000\$00  
2:400\$00

24:000\$000  
21:000\$000  
108:000\$000  
42:000\$000  
21:600\$000

216:600\$000

450\$000  
400\$000  
350\$000  
300\$000  
250\$000  
200\$000  
150\$000

5:400\$00  
4:800\$00  
4:200\$00  
3:600\$00  
3:000\$00  
2:400\$00  
1:800\$00

21:600\$000  
19:200\$000  
67:200\$000  
100:800\$000  
57:000\$000  
19:200\$000  
1:800\$000

286:800\$000

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>Paraná:</b>			
4	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
7	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	25:200\$000
4	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
4	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000
<b>16</b>				<b>51:000\$000</b>
	<b>Santa Catharina:</b>			
4	Ajudante de tráfego de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
6	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
4	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
8	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	24:000\$000
9	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	21:600\$000
<b>28</b>				<b>91:200\$000</b>

## Rio Grande do Sul:

2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
6	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
27	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	97:200\$000
3	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
12	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	28:800\$000
17	Praticantes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	20:400\$000
67				191:400\$000

## Minas Geraes:

1	Ajudante do trafego de 5ª.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
7	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	29:400\$000
17	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	61:200\$000
14	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	42:000\$000
17	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	40:800\$000
59				194:400\$000

## AUXILIARES DE EXPERIENTE

## Amazonas:

1	Auxiliar de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
3	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000

(Continuação)

128

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

CONTAS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL
		Mensal	Anual	DA DESPESA
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$	4:200\$000
2	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$	7:200\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$	3:000\$000
9				44:400\$000
	Total:			
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Praticante de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
5				20:400\$000

## Ceará:

3	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:800\$000
3	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
2	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
5	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	12:000\$000
13				41:400\$000

## Pernambuco:

1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
4	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
3	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
1	Praticante de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Praticante de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
12				40:200\$000

## Bahia:

2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
6	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
3	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
4	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
1	Praticante de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
17				66:000\$000

(Continuação)

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>Rio de Janeiro:</b>			
4	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	19:200\$000
6	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
8	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	28:800\$000
4	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
2	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
24				90:000\$000
	<b>Paraná:</b>			
3	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
	<b>Santa Catharina:</b>			
4	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
7	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	25:200\$000

3	Auxiliares de 2ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
1	Praticante de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
12				40:800\$000
<b>Rio Grande do Sul:</b>				
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
2	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
1	Praticante de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
3	Praticantes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	3:600\$000
8				21:600\$000
<b>Minas Geraes</b>				
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
6	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	18:000\$000
2	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
13				42:600\$000
<b>MINISTROS, TÉCNICOS E TRABALHADORES</b>				
<b>Para</b>				
1	Auxiliar de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000

(Continuação)

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL
		Mensal	Annual	DA DESPESA
	<b>Geará:</b>			
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
3	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
5				14:400\$000
	<b>Pernambuco:</b>			
2	Continuos de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
2	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
3	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
1	Trabalhador .....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
8				26:400\$000



**Bahia:**

1	Continuo de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Servente de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
4	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000

---

22:200\$000

---

**Rio de Janeiro:**

1	Continuo de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Continuo de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
3	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	14:400\$000
1	Trabalhador.....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000

---

36:000\$000

---

**Minas Geraes:**

1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
4	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
4	Trabalhadores.....	100\$000	1:200\$000	4:800\$000

---

28:200\$000

---

# DIRECTORIAS REGIONAES DE 2ª CLASSE

134

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

CONTRACTADOR	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>AUXILIARES DO TRAFEGO</b>			
	<b>Maranhão:</b>			
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
2	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
1	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	33:000\$000
1	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000
2	Praticantes de 2ª classe.....	150\$000	1:800\$000	3:600\$000
3	Praticantes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	7:200\$000
30				<b>82:800\$000</b>
	<b>Parahyba:</b>			
3	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000

3	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
1	Praticante de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
7	Praticantes de 3ª classe .....	100\$000	1:200\$000	8:400\$000
16				43:800\$000
	<b>Alagóas:</b>			
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
5	Auxiliares de 5ª classe .....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
1	Praticante de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
9				30:000\$000
	<b>Espirito Santo:</b>			
2	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
11	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	33:000\$000
2	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
15				45:000\$000
	<b>Ribeirão Preto:</b>			
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
10	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	24:000\$000
11				29:400\$000

(Continuação)

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	Juiz de Fóra:			
3	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
3	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
5	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	18:000\$000
3	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
13				49:800\$000
	Uberaba:			
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
4	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
4	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000
10				31:800\$000

# AUXILIARES DE EXPEDIENTE

## Maranhão:

1	Auxiliar de 1ª classe.....
1	Auxiliar de 2ª classe.....
1	Auxiliar de 4ª classe.....
1	Auxiliar de 5ª classe.....
2	Praticantes de 1ª classe.....

6

## Parahyba:

1	Auxiliar de 2ª classe .....
3	Auxiliares de 3ª classe.....
2	Auxiliares de 5ª classe.....
1	Praticante de 1ª classe.....

7

## Alagôas:

1	Auxiliar de 1ª classe.....
2	Auxiliares de 3ª classe.....
1	Auxiliar de 5ª classe.....

4

450\$000  
400\$000  
300\$000  
250\$000  
200\$000

5:100\$000  
4:800\$000  
3:600\$000  
3:000\$000  
2:400\$000

5:400\$000  
4:800\$000  
3:600\$000  
3:000\$000  
4:800\$000

21:600\$000

400\$000  
350\$000  
250\$000  
200\$000

4:800\$000  
4:200\$000  
3:000\$000  
2:400\$000

4:800\$000  
12:600\$000  
6:000\$000  
2:400\$000

25:800\$000

450\$000  
350\$000  
250\$000

5:400\$000  
4:200\$000  
3:000\$000

5:400\$000  
8:400\$000  
3:000\$000

16:800\$000

(Continuação)

CONTRACTUADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL
		Mensal	Annual	DA DESPESA
	<b>Espírito Santo:</b>			
4	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Auxiliares de 4ª classe .....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
8				37:800\$000
	<b>Ribeirão Preto:</b>			
3	Auxiliares de 5ª classe .....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
1	Praticante de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
4				11:400\$000
	<b>Juiz de Fóra:</b>			
2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000

2	Auxiliares de 4ª classe.....	360\$000	3:600\$000	7:200\$000
5	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
				<hr/> 42:000\$000
Uberaba:				
		300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Auxiliar de 4ª classe.....			<hr/>
CONTINUOS, SERVENTES E TRABALHADORES				
Maranhão:				
1	Continuo de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Continuo de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
3	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
1	Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
				<hr/> 23:400\$000
Juiz de Fôra:				
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
				<hr/>

# DIRECTORIAS REGIONAES DE 3ª CLASSE

## Diaristas Diversos

140

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	AUXILIARES DO TRAFEGO			
	Rio Grande do Norte:			
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
14	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	42:000\$000
15	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	36:000\$000
3	Praticantes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	3:600\$000
37				101:400\$000



**Sergipe:**

1	Auxiliar de 1ª classe.....
4	Auxiliares de 4ª classe.....
2	Auxiliares de 5ª classe.....
7	Praticantes de 1ª classe.....

450\$000  
300\$000  
250\$000  
200\$000

5:400\$000  
3:600\$000  
3:000\$000  
2:400\$000

5:400\$000  
14:400\$000  
6:000\$000  
16:800\$000

42:600\$000

14

**Santa Maria:**

3	Auxiliares de 2ª classe.....
1	Auxiliar de 3ª classe.....
2	Auxiliares de 4ª classe.....
1	Auxiliar de 5ª classe.....
1	Praticante de 1ª classe.....
1	Praticante de 3ª classe.....

400\$000  
350\$000  
300\$000  
250\$000  
200\$000  
100\$000

4:800\$000  
4:200\$000  
3:600\$000  
3:000\$000  
2:400\$000  
1:200\$000

14:400\$000  
4:200\$000  
7:200\$000  
3:000\$000  
2:400\$000  
1:200\$000

32:400\$000

9

**Campanha:**

1	Auxiliar de 2ª classe.....
2	Auxiliares de 4ª classe.....
5	Auxiliares de 5ª classe.....
1	Praticante de 1ª classe.....

400\$000  
300\$000  
250\$000  
200\$000

4:800\$000  
3:600\$000  
3:000\$000  
2:400\$000

4:800\$000  
7:200\$000  
15:000\$000  
2:400\$000

29:400\$000

9

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
Diamantina:				
1	Auxilia de 1ª classe.....			
1	Auxiliar de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
4	Auxiliares de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
5	Auxiliares de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
13	Auxiliares de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	18:000\$000
24		250\$000	3:000\$000	39:000\$000
				84:000\$000
Botucatu :				
2	Auxiliares de 1ª classe.....			10:800\$000
2	Auxiliares de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	7:200\$000
5	Auxiliares de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	15:000\$000
4	Praticantes de 1ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:600\$000
13		200\$000	2:400\$000	42:600\$000

## AUXILIARES DE EXPEDIENTE

## Rio Grande do Norte:

1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Praticante de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
5			18:600\$000	
2	Sergipe:			
1	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
3	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
			10:200\$000	
1	Santa Maria:			
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
3			12:000\$000	
2	Campanha:			
	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000

(Continuação)

SOTA NÚMERO DE	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>Diamantina:</b>			
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
6				25:200\$000
	<b>CONTINUOS, SERVENTES E TRABALHADORES</b>			
2	Trabalhadores. . . . .	100\$000	1:200\$000	2:400\$000

# DIRECTORIAS REGIONALES DE 4ª CLASSE

Diarista Diversos

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Anual	
	<b>AUXILIARES DO TRAFEGO</b>			
	<b>Piauhv:</b>			
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
9	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	32:400\$000
2	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
8	Praticantes de 1ª classe. . . . .	200\$000	2:400\$000	19:200\$000
<b>21</b>				<b>66:000\$000</b>
	<b>Matto Grosso:</b>			
2	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
18	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	75:600\$000

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
11	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	39:600\$000
9	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	27:000\$000
2	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
1	Praticante de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
43				157:800\$000
Corumbá:				
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
3	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
8				27:000\$000

**Goyaz:**

1	Auxiliar de 2ª classe.....
1	Auxiliar de 4ª classe.....
1	Praticante de 1ª classe.....
3	Praticantes de 3ª classe.....

6

**AUXILIARES DE EXPEDIENTE**

**Piauhv:**

1	Auxiliar de 4ª classe.....
2	Auxiliares de 5ª classe.....

3

**Matto Grosso:**

1	Auxiliar de 2ª classe.....
2	Auxiliares de 3ª classe.....
3	Auxiliares de 4ª classe.....
1	Auxiliar de 5ª classe.....

7

400\$000  
300\$000  
200\$000  
100\$000

4:800\$000  
3:600\$000  
2:400\$000  
1:200\$000

4:800\$000  
3:600\$000  
2:400\$000  
3:600\$000

14:400\$000

300\$000  
250\$000

3:600\$000  
3:000\$000

3:600\$000  
6:000\$000

9:600\$000

500\$000  
350\$000  
300\$000  
250\$000

4:800\$000  
4:200\$000  
3:600\$000  
3:000\$000

4:800\$000  
8:400\$000  
10:800\$000  
3:000\$000

27:000\$000

(Continuação)

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>Corumbá:</b>			
3	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
	<b>Goyaz:</b>			
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
2	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
4				12:600\$000



# CONTINUOS, SERVENTES E TRABALHADORES

## Piauhv:

1	Servente de 5ª classe. . . . .	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
3	Trabalhadores de 4ª classe. . . . .	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
1	Trabalhador. . . . .	160\$000	1:200\$000	1:200\$000
5				12:000\$000

## Matto Grosso:

1	Servente de 4ª classe. . . . .	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Serventes de 5ª classe. . . . .	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
3				11:400\$000

# DIRECTORIA GERAL E REGIONAES ESPECIAES

## Linhas

150

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Guarda-fio de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
6	Guardas-fio de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
14	Guardas-fio de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	67:200\$000
55	Guardas-fio de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	231:000\$000
77	Guardas-fio de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	277:200\$000
38	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	114:000\$000
191				727:800\$000

# DIRECTORIAS REGIONAES DE 1ª CLASSE

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
11	Guardas-fio de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	59:400\$000
108	Guardas-fio de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	518:400\$000
200	Guardas-fio de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	840:000\$000
304	Guardas-fio de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	1.094:400\$000
374	Trabalhadores de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	1.122:000\$000
90	Trabalhadores de 4ª classe .....	200\$000	2:400\$000	216:000\$000
2	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	2:400\$000
1.089				3.852:600\$000

# DIRECTORIAS REGIONAES DE 2ª CLASSE

452

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Guardas-fio de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
25	Guardas-fio de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	120:000\$000
90	Guardas-fio de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	378:000\$000
62	Guardas-fio de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	223:200\$000
109	Trabalhadores de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	327:000\$000
30	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	72:000\$000
1	Trabalhador .....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
319				1.132:200\$000

# DIRECTORIAS REGIONAES DE 3ª CLASSE

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
7	Guardas-fio de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	37:800\$000
36	Guardas-fio de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	172:800\$000
69	Guardas-fio de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	289:800\$000
38	Guardas-fio de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	136:800\$000
87	Trabalhadores de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	261:000\$000
27	Trabalhadores de 4ª classe .....	200\$000	2:400\$000	64:800\$000
284				963:000\$000

# DIRECTORIAS REGIONAES DE 4ª CLASSE

154

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Guarda-fios de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
29	Guardas-fio de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	139:200\$000
86	Guardas-fio de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	361:200\$000
54	Guardas-fio de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	194:400\$000
59	Trabalhadores de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	177:000\$000
21	Trabalhadores de 4ª classe .....	200\$000	2:400\$000	50:400\$000
250				927:600\$000

# COMMISSÃO RONDON

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Inspector de 1ª classe. . . . .	900\$000	10:800\$000	10:800\$000
1	Inspector de 2ª classe. . . . .	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Inspector de 3ª classe. . . . .	800\$000	9:600\$000	9:600\$000
2	Inspectores de 4ª classe. . . . .	750\$000	9:000\$000	27:000\$000
5	Guardas-fiscaes de 3ª classe. . . . .	550\$000	6:600\$000	33:000\$000
2	Telegraphistas de 4ª classe. . . . .	550\$000	6:600\$000	19:800\$000
7	Telegraphistas de 5ª classe. . . . .	500\$000	6:000\$000	42:000\$000
3	Sub-assistentes technicos de 2ª classe. . . . .	1:300\$000	15:600\$000	46:800\$000
2	Ajudantes technicos de 1ª classe. . . . .	1:100\$000	13:200\$000	26:400\$000
26				225:600\$000

# INSPECTORIA FEDERAL DAS ESTRADAS

156

Verba 18\*

Sub-Conservação n. 3

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
5	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	39:000\$000
7	Auxiliares de escripta de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	50:400\$000
9	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	59:400\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
22				154:800\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO



# ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PIAUHY

Verba 6ª

Sub-consignação n. 2

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Assistente tecnico de 5ª classe.....	1:400\$000	16:800\$000	16:800\$000
3	Contra-mestres de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
6	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
5	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Mensageiros de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
14	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	50:400\$000
11	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	33:000\$000
12	Capatazes de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	36:000\$000
18	Guardas de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	43:200\$000
63	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	151:200\$000
8	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	9:600\$000
144				423:000\$000

# ESTRADA DE FERRO SAO LUIZ A THEREZINA

Verba 6ª

156

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL
		M. sal	Annual	DA DESPESA
1	Adjuncto de almoxarife de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
2	Contra-mestres de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Feitor de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
9	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	48:600\$000
1	Ajudante de motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
9	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	43:200\$000
25	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	105:000\$000
31	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	111:600\$000
8	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	28:800\$000
45	Capatazes de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	135:000\$000
45	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	135:000\$000
290	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	696:000\$000
75	Guardas de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	180:000\$000
11	Aprendizes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	26:400\$000
9	Aprendizes de 2ª classe.....	150\$000	1:800\$000	16:200\$000
18	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	21:600\$000
2	Mensageiros ajudantes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	2:400\$000
582				1.580:400\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# **ESTRADA DE FERRO PETROLINA A THEREZINA**

Verba 6ª

Sub-consignação n. 3

NÚMERO DE CONTRATADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Contra-mestre de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Capataz de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Capatazes de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
5	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	18:000\$000
1	Servente de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
13	Capatazes de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	39:000\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
1	Guarda de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
39	Guardas de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	93:600\$000
37	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	88:800\$000
7	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	12:600\$000
2	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	2:400\$000
<b>112</b>				<b>288:600\$000</b>

# ESTRADA DE FERRO RIO GRANDE DO NORTE

160

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Verba 6ª

Sub-consignação n. 3

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Sub-chefe de serviço de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Sub-chefe de serviço de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Sub-chefe de serviço de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Adjuncto de almoxarife de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Adjuncto de almoxarife de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
2	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	37:800\$000

2	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
6	Ajudantes de machinista de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	21:600\$000
12	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	43:200\$000
1	Capataz de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
3	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
14	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	42:000\$000
11	Guardas de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	26:400\$000
1	Telegraphista auxiliar de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
60	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	144:000\$000
1	Mensageiro ajudante de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
129	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	154:800\$000
257				<u>538:800\$000</u>

# ESTRADA DE FERRO GOYAZ

Verba 1.

Sub-consignação n. 2

NÚMERO DE CONTRATADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Anual	
1	Ajudante tecnico de 1ª classe.....	1:100\$000	13:200\$000	13:200\$000
1	Guarda-fiscal de 1ª classe.....	250\$000	7:800\$000	7:800\$000
3	Artifices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	21:600\$000
1	Artifico de 2ª classe.....	250\$000	3:500\$000	6:600\$000
6	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	3:000\$000	36:000\$000
1	Telegraphista de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
12	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	64:800\$000
2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
3	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	38:400\$000
1	Auxiliar tecnico de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
6	Ajudantes de machinista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
1	Ajudante de motorista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
25	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	105:000\$000
2	Telegraphistas adjunctos de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
12	Ajudantes de machinista de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	43:200\$000

1	Ajudante de motorista de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
8	Guardas-fios de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	28:800\$000
40	Capatazes de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	144:000\$000
12	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	43:200\$000
2	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
40	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	144:000\$000
2	Telegraphistas adjuntos de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
5	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
265	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	795:000\$000
4	Telegraphistas auxiliares de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000
1	Aprendiz de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
12	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	28:800\$000
9	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	10:800\$000
484				1.637:400\$000

# REDE VIAÇÃO CEARENSE

Verba 5

Sub-consignação n. 2

164

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensa.	Annual	
1	Sub-chefe de serviço de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
8	Feltores de 5ª classe.....	550\$000	6:600\$000	52:800\$000
15	Artífices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	90:000\$000
20	Artífices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	108:000\$000
1	Auxiliar-técnico de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
52	Artífices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	249:600\$000
1	Adjuncto de almoxarife de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Guardas de 1ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
19	Guardas de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	79:800\$000
1	Capataz de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
62	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	260:400\$000
5	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
8	Capatazes de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	28:800\$000
16	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	57:600\$000
16	Ajudantes de machinista de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	57:600\$000
3	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000



3	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:000\$00	10:800\$000
82	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$00	295:200\$000
141	Capatazes de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$00	423:000\$000
44	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$00	132:000\$000
9	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$00	27:000\$000
233	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$00	699:000\$000
214	Guardas de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$00	513:600\$000
18	Telegraphistas auxiliares de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$00	43:200\$000
4	Mensageiros ajudantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$00	9:600\$000
860	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$00	2.064:000\$000
5	Mensageiros ajudantes de 2ª classe.....	150\$000	1:800\$00	9:000\$000
28	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$00	33:600\$000
<b>1.871</b>				<b>5.308:200\$000</b>

# ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

Verba 4ª

Sub-consignação n. 3

166

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Ajudantes technicos de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	37:800\$000
3	Medicos de 1ª classe.....	950\$000	11:400\$000	34:200\$000
1	Chefe de serviço de 1ª classe.....	950\$000	11:400\$000	11:400\$000
3	Sub-ajudantes technicos de 2ª classe.....	800\$000	9:600\$000	28:800\$000
12	Medicos de 4ª classe.....	800\$000	9:600\$000	19:200\$000
3	Mestres de 4ª classe.....	800\$000	9:600\$000	28:800\$000
8	Mestres de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	72:000\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 4ª classe.....	700\$000	8:400\$000	16:800\$000
12	Contra-mestres de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	100:800\$000
12	Feitores de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	23:400\$000
12	Contra-mestres de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	93:600\$000
1	Sub-chefe de serviço de 3ª classe.....	650\$000	7:800\$000	93:600\$000
16	Feitores de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
1	Adjuncto de almoxarife de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	115:200\$000
3	Medicos adjunctos de 2ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
58	Artifices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	417:600\$000

1	Auxiliar tecnico de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Adjuncto de almoxarife de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
101	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	666:600\$000
3	Sub-chefes de serviço de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
9	Feitores de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	54:000\$000
132	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	792:000\$000
1	Capataz de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
13	Auxiliares technicos de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	70:200\$000
5	Ajudantes de machinista de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	27:000\$000
1	Adjuncto de almoxarife de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
111	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	599:400\$000
12	Guardas-fios de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	61:800\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Pharmaceuticos auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
3	Guardas de 1ª classe.....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
9	Capatazes de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	43:200\$000
7	Adjunctos de almoxarife de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	33:600\$000
62	Auxiliares technicos de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	297:600\$000
156	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	748:800\$000
35	Ajudantes de machinista de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	168:000\$000
2	Enfermeiros ajudantes de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
202	Guardas de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	818:400\$000
822	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	3.452:400\$000
160	Capatazes de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	672:000\$000
1	Telegraphista adjuncto de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
7	Ajudantes de motorista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	29:400\$000
103	Ajudantes de machinista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	432:600\$000
11	Mensageiros de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	33:000\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
6	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	14:400\$000

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
15	Mensageiros ajudantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	36:000\$000
70	Aprendizes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	168:000\$000
2	Continuos de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
24	Mensageiros ajudantes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	25:200\$000
39	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	46:800\$000
2	Enfermeiros ajudantes de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
4	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
1.172	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	4.219:200\$000
35	Telegraphistas adjunctos de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	126:000\$000
3.482				14.898:000\$000

# DIRECTORIA GERAL DE ILLUMINAÇÃO

Sub-Consiguação n. 2

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Motoristas de 3ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000

# INSPECTORIA DE AERONAUTICA CIVIL

Verba 5ª

Sub-Consiguação n. 5

		1:050\$00	12:600\$00	12:600\$000
1	Ajudante tecnico de 2ª classe.....	850\$00	10:200\$00	10:200\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 1ª classe .....	650\$00	7:000\$00	7:800\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	450\$00	5:400\$00	32:400\$000
3	Auxiliares technicos de 4ª classe.....	350\$00	4:200\$00	29:400\$000
7	Auxiliares de 3ª classe.....	250\$00	3:000\$00	9:000\$000
3	Auxiliares de 5ª classe.....			
19				101:400\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO

Verba 1ª

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	Porto de Manaus:			
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Servente de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
3				13:800\$000
	Porto de Belém:			
2	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Contra-mestre de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Ajudante de machinista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000

1	Ajudante de motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Marinheiros de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
1	Cosinheiro de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000

15

Porto de São Luiz do Maranhão:

1	Auxiliar de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Ajudante de motorista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Contra-mestre de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Capataz de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Capataz de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Capataz de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Servente de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Marinheiro de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Guardas de 1ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
4	Trabalhadores de 1ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
3	Trabalhadores de 3ª classe.....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
2	Trabalhadores.....	100\$000	1:200\$000	2:400\$000

19

Porto do Ceará:

1	Almoxarife de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000

70:800\$000

60:000\$000

(Continuação)

172

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRATADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Anual	
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Ajudante de motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Capatazes de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Capatazes de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
1	Marinheiro de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
2	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
14	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	42:000\$000
10	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	24:000\$000
43				154:800\$000
	Porto de Natal:			
1	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	31:200\$000
1	Contra-mestre de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Feitor de 2ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000



1	Feitor de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Contra-mestre de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Ajudante de machinista de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Ajudante de almoxarife de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Artifice de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
10	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	60:000\$000
1	Adjuncto de archivista de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Ajudantes de machinista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
2	Ajudantes de motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
18	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	97:200\$000
3	Capatazes de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
2	Ajudantes de machinista de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
3	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
16	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	67:200\$000
1	Capataz de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
23	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	82:800\$000
11	Marinheiros de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	39:600\$000
7	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	25:200\$000
4	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000

117

547:200\$000

## Porto de Cabedello:

1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Almoxarife de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Feitor de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
3	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
1	Adjuncto de almoxarife de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000

(Continuação)

174

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Contra-mestres de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Ajudante de motorista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Auxiliares technicos de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Ajudante de archivista de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Ajudante de machinista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar technico de 3ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Guardas-fiscas de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Ajudante de machinista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Guardas de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
5	Marinheiros de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	18:000\$000
3	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
34				169:800\$000

Porto de Recife:

1	Almoxarife de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
2	Contra-mestres de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
6	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	46:800\$000
1	Feitor de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
1	Contra-mestre de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
3	Auxiliares technicos de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
3	Ajudantes de motorista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
1	Ajudante de machinista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Adjuncto de almoxarife de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
6	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	36:000\$000
8	Guardas-fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	43:200\$000
2	Capatazes de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
10	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	54:000\$000
6	Capatazes de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
1	Ajudante de machinista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
11	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	46:200\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
17	Guardas de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	71:400\$000
40	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	144:000\$000
12	Marinheiros de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	43:200\$000
3	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
20	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	60:000\$000
7	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	21:000\$000
1	Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
3	Aprendizes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
4	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	4:800\$000
				741:000\$000

(Continuação)

176

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	Porto de São Salvador:			
1	Almoxarife de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Contra-mestre de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
3	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
2	Auxiliares technicos de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Ajudante de machinista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Contra-mestre de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Ajudante de motorista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
3	Auxiliares technicos de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
4	Guardas-fios de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar tecnico de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Ajudante de machinista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Ajudante de motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Capataz de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
4	Ajudantes de machinista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000

2	Guardas de 2ª classe.....
4	Auxiliares de 3ª classe.....
2	Serventes de 5ª classe.....
21	Marinheiros de 5ª classe.....

55

**Porto de Victoria:**

2	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....
3	Guardas-fiscaes de 5ª classe.....
1	Ajudante de machinista de 2ª classe.....
2	Marinheiros de 5ª classe.....

8

**Porto do Rio de Janeiro:**

4	Inspectores de 4ª classe.....
3	Chefes de serviço de 5ª classe.....
1	Motorista de 1ª classe.....
1	Almoxarife de 3ª classe.....
4	Auxiliares de escripta de 1ª classe.....
2	Feitores de 1ª classe.....
5	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....
2	Contra-mestres de 2ª classe.....
2	Motoristas de 3ª classe.....
2	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....
1	Feitor de 2ª classe.....
1	Contra-mestre de 3ª classe.....
2	Motoristas de 4ª classe.....

350\$000	4:200\$000	8:400\$000
350\$000	4:200\$000	16:800\$000
300\$000	3:600\$000	7:200\$000
300\$000	3:600\$000	75:600\$000

262:200\$000

650\$000	7:800\$000	15:600\$000
450\$000	5:400\$000	16:200\$000
450\$000	5:400\$000	5:400\$000
300\$000	3:600\$000	7:200\$000

44:400\$000

750\$000	9:000\$000	36:000\$000
750\$000	9:000\$000	27:000\$000
750\$000	9:000\$000	9:000\$000
750\$000	9:000\$000	9:000\$000
700\$000	8:400\$000	33:600\$000
700\$000	8:400\$000	16:800\$000
650\$000	7:800\$000	39:000\$000
650\$000	7:800\$000	15:600\$000
650\$000	7:800\$000	15:600\$000
650\$000	7:800\$000	15:600\$000
650\$000	7:800\$000	7:800\$000
600\$000	7:200\$000	7:200\$000
600\$000	7:200\$000	14:400\$000

(Continuação)

NUMERO DE  
CONTRACTADOS

## DENOMINAÇÕES

## REMUNERAÇÃO

Mensal

Annual

TOTAL  
DA DESPESA

13	Artifices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	93:600\$000
9	Guardas-fiscaes de 2ª classe.....	600\$000	7:200\$000	64:800\$000
1	Machinista de 4ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
2	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
4	Feitores de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	26:400\$000
3	Contra-mestres de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	19:800\$000
1	Ajudante de machinista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Ajudantes de motorista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
15	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	90:000\$000
11	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	66:000\$000
2	Feitores de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
5	Guardas-fiscaes de 4ª classe.....	500\$000	6:000\$000	30:000\$000
2	Ajudantes de machinistas de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Ajudante de motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
15	Guardas-fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	81:000\$000
10	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	48:000\$000
16	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	76:800\$000
7	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	29:400\$000
63	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	264:600\$000
6	Marinheiros de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000

13	Guardas de 2ª classe .....	350\$000	4:200\$000	54:600\$000
18	Trabalhadores de 2ª classe .....	300\$000	3:600\$000	64:800\$000
8	Aprendizes de 1ª classe .....	200\$000	2:400\$000	19:200\$000
2	Aprendizes de 3ª classe .....	100\$000	1:200\$000	2:400\$000
260				1.375:200\$000
Porto do Estado do Rio de Janeiro:				
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6.000\$000
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Guarda-fiscal de 5ª classe .....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Guardas de 2ª classe .....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
2	Auxiliares de 2ª classe .....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
1	Trabalhador de 1ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
9				44:400\$000
Porto de Santos:				
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
Porto de Paranaguá:				
1	Almoxarife de 3ª classe .....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Contra-mestre de 5ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Ajudante de motorista de 1ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Auxiliar tecnico de 4ª classe .....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Guardas-fiscaes de 5ª classe .....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Ajudante de motorista de 2ª classe .....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000

(Continuação)

180

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Guarda de 2ª classe.....		4:200\$000	4:200\$000
2	Marinheiros de 5ª classe.....	350\$000	3:600\$000	7:200\$000
1	Guarda de 4ª classe.....	300\$000	3:000\$000	3:000\$000
		250\$000		
11				57:000\$000
	Porto de Santa Catharina:			
1	Almoxarife de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Contra-mestre de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Adjuncto de almoxarife de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Ajudante de machinista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
3	Auxiliares technicos de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Ajudante de machinista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
3	Ajudantes de motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
6	Guardas-fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
1	Capataz de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Guardas de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
17	Marinheiros de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	61:200\$000



1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
3	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
42				193:200\$000
Porto do Rio Grande do Sul:				
1	Almoxarife de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
3	Machinistas de 4ª classe.....	600\$000	7:200\$000	21:600\$000
1	Adjuncto de almoxarife de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
4	Contra-mestres de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	24:000\$000
1	Artifice de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
6	Guardas-fiscaes de 4ª classe.....	500\$000	6:000\$000	36:000\$000
4	Auxiliares technicos de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
1	Ajudante de machinista de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
3	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
5	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
12	Marinheiros de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	50:400\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
42				216:600\$000
Porto de Corumbá:				
2	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
1	Auxiliar technico de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
4				25:800\$000

# MINISTERIO DA MARINHA

182

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADURA	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensual	Annual	
3	Pharmaceuticos ajudantes de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	19:800\$000
4	Pharmaceutico auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Auxiliares technicos de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
4	Auxiliares de escripta de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	8:400\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Contra-mestre de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Assistente tecnico de 2ª classe.....	1:550\$000	18:600\$000	18:600\$000
1	Mestre de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Sup-assistente tecnico de 3ª classe.....	1:250\$000	15:000\$000	15:000\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 2ª classe.....	800\$000	9:600\$000	9:600\$000
1	Technico especializado .....	2:800\$000	33:600\$000	33:600\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Assistente de ensino de 1ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
1	Mestre de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000

1	Sub-assistente tecnico de 1ª classe.....	1:350\$000	16:200\$000	16:200\$000
1	Aprendiz de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Chefe de serviço de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Artifice de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Artifice de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
4	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
1	Technico especializado.....	2:000\$000	24:000\$000	24:000\$000
1	Assistente de ensino de 1ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
2	Auxiliares de ensino de 4ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
3	Medicos assistentes adjuntos de 4ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	37:800\$000
9	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	37:800\$000
3	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
1	Servente de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Feitor de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
5	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	12:000\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
1	Cosinheiro de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
18	Auxiliares de (Irmãs de Caridade) de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	54:000\$000
3	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
38	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	159:600\$000
4	Serventes de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
23	Medicos assistentes adjuntos de 4ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	289:800\$000
6	Dentistas de 4ª classe.....	800\$000	9:600\$000	57:600\$000
1	Sub-ajudante tecnico (massagista) de 2ª classe.....	800\$000	9:600\$000	9:600\$000
				1.044:000\$000

(Continuação)

184

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Technico especializado .....	2:800\$000	33:600\$000	33:600\$000
1	Technico especializado .....	2:000\$000	24:000\$000	24:000\$000
1	Assistente-technico de 2ª classe.....	1:550\$000	18:600\$000	18:600\$000
1	Sub-assistente technico de 1ª classe.....	1:350\$000	16:200\$000	16:200\$000
1	Sub-assistente technico de 3ª classe.....	1:250\$000	15:000\$000	15:000\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 2ª classe.....	800\$000	9:600\$000	19:200\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	18:000\$000
2	Auxiliares technicos de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
2	Assistentes de ensino de 1ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	25:200\$000
2	Auxiliares de ensino de 4ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
26	Medicos assistentes adjuntos de 4ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	327:600\$000
3	Pharmaceuticos ajudantes de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	19:800\$000
1	Pharmaceutico auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
6	Dentistas de 4ª classe.....	800\$000	9:600\$000	57:600\$000
1	Auxiliar de escripta de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	8:400\$000
3	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
39	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	163:800\$000

18	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	54:000\$000
1	Chefe de serviço de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Mestre de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Mestre de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Contra-mestre de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Artifice de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Artifice de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
3	Serventes de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	27:000\$000
9	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	37:800\$000
2	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
1	Feitor de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
4	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
5	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
7	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	16:800\$000
1	Aprendiz de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Cozinheiro de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
155				1.043.000\$000

# MINISTERIO DA GUERRA

## Administração Central

### [ I — COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Verba 1ª

Sub-Conservação n. 4

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL
		Mensal	Annual	DÁ DESPESA
3	Auxiliares de escrição 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	23:400\$000

### II — SECRETARIA DE ESTADO DA GUERRA

Verba 1ª

Sub-Conservação n. 5

1	Auxiliar de escripta de 3ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
---	--	----------	------------	------------

### III — DIRECTORIA DO SERVIÇO DE FUNDOS DO EXERCITO

Verba 1ª

Sub-Conservação n. 6

NUMERO DE CONTRATADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
7	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	54:800\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
9	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	48:600\$000
17				109:800\$000

### IV — DEPARTAMENTO DO PESSOAL DO EXERCITO

Verba 1ª

Sub-Conservação n. 7

1	Auxiliar de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
3				16:200\$000

## V — DIRECTORIA DO SERVIÇO MILITAR E DA RESERVA

Verba 3ª

Sub-Consiguação 4

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
3				11:400\$000

## VI — COMMISSAO DE ARCHIVOS DA GUERRA

Verba 1ª

1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
---	----------------------------	----------	------------	------------



**JUSTIÇA MILITAR**  
**Secretaria da Procuradoria Geral**

Verba 2ª

Sub-Conservação n. 4

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Auxiliar de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2				12:000\$000

**ESTADO MAIOR DO EXERCITO**  
**I — GABINETE PHOTOCARTOGRAPHICO**

Verba 3ª

Sub-Conservação n. 2

4	Aprendizes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000
4				

## II — SERVIÇO GEOGRAPHICO DO EXERCITO

Verba 3<sup>a</sup>

Sub-Consignação 6

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Ajudante tecnico de 2 <sup>a</sup> classe.....	1:050\$000	12:300\$000	12:600\$000
1	Trabalhador de 3 <sup>a</sup> classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
2				15:600\$000

### III — SERVIÇO DE PROTECÇÃO AOS INDIOS

Verba 3ª

Sub-Consiguação n. 9

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
40	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	192:000\$000
9	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	37:800\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Ajudante de machinista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Ajudante de machinista de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Mestre-escola de 1ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Mestre-escola de 2ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
3	Mestres-escola de 3ª classe.....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
7	Mestres-escola de 5ª classe.....	100\$000	1:200\$000	8:400\$000
2	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
1	Capataz de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
2	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
57	Trabalhados de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	136:800\$000
35	Trabalhadores. . . . .	100\$000	1:200\$000	42:000\$000
166				477:600\$000

## INSTRUÇÃO MILITAR

## — INSTITUTO GEOGRAPHICO MILITAR

Verba 4ª

Sub-Conservação n. 10

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Assistentes-technicos (professores) .....	1:600\$000	19:200\$000	38:400\$000
2				

## II — ESCOLA TECHNICA DO EXERCITO

Verba 4ª

Sub-Conservação n. 12

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Coadjuvantes de ensino de 1ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
3	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
8				88:400\$000

**SERVIÇO DE MATERIAL BELICO**  
**I — ARSENAL DE GUERRA DO RIO GRANDE DO SUL**

Verba 5ª

Sub-Conservação n. 10

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Mestre de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Artifice de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
9	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	54:000\$000
9	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	48:600\$000
3	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
2	Aprendizes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
2	Aprendizes de 2ª classe.....	150\$000	1:800\$000	3:600\$000
7	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	8:400\$000
3	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
10	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	36:000\$000
54				221:400\$000

194

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

— FABRICA DE PROJECTEIS DE ARTILHARIA

Verba 5ª

Sub-Consignação 2ª

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Administrador de 4ª classe.....	1:300\$000	15:600\$000	15:600\$000
1	Administrador de 5ª classe.....	1:250\$000	15:000\$000	15:000\$000
1	Sub-assistente tecnico de 2ª classe.....	1:300\$000	15:600\$000	15:600\$000
1	Sub-assistente tecnico de 5ª classe.....	1:150\$000	13:800\$000	13:800\$000
1	Ajudante tecnico de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
1	Mestre de 1ª classe.....	950\$000	11:400\$000	11:400\$000
1	Mestre de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 2ª classe.....	800\$000	9:600\$000	9:600\$000
1	Almoxarife de 2ª classe.....	800\$000	9:600\$000	9:600\$000
5	Amanuenses de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	45:000\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
7	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	51:600\$000
5	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	33:000\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
2	Feitores de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Continuo de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
			Annual	
1	Continuo de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
11	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	66:000\$000
39	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	163:800\$000
8	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	28:800\$000
5	Contra-mestres de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	42:000\$000
6	Contra-mestres de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	46:800\$000
6	Artifices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	43:200\$000
8	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	52:800\$000
33	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	198:000\$000
23	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	124:200\$000
10	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	48:000\$000
3	Ajudantes de motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	18:200\$000
3	Ajudantes de motorista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
30	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	126:000\$000
1	Enfermeiro-ajudante de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
4	Guardas de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
2	Aprendizes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
4	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	4:800\$000
230				1.296:000\$000



### III — FABRICA DE MATERIAL CONTRA GAZES

Verba 5ª

Sub-Consignação 29

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Administrador de 5ª classe.....	1:250\$000	15:000\$000	15:000\$000
1	Mestre de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Mestre de 4ª classe.....	800\$000	9:600\$000	9:600\$000
4	Mestres de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	36:000\$000
1	Ajudante tecnico de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 2ª classe.....	800\$000	9:600\$000	9:600\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Almoxarife de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
7	Contra-mestres de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	54:600\$000
2	Amanuenses de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	20:400\$000
3	Amanuenses de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	27:000\$000
7	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	54:600\$000
8	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	48:000\$000
1	Porteiro de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Feitor de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Guardas-fiscaes de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
11	Artífices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	79:200\$000
27	Artífices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	162:000\$000
74	Artífices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	399:600\$000
78	Artífices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	230:400\$000
5	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
23	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	82:800\$000
1	Mensageiro de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
22	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	92:400\$000
53	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	190:800\$000
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Capataz de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
309				1.622:400\$000

# **IV — FABRICA DE ESTOJOS E ESPOLETAS DE ARTILHARIA**

Verba 5ª

Sub-consignação n. 30

NÚMERO DE CONTRACTOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
4	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Capataz de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Ajudante de motorista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
21				53:400\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

199

# V — FABRICA DE CANOS E SABRES PARA ARMAMENTO PORTATIL

200

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Verba 5ª

Sub-consignação n. 31

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Sub-administrador de 4ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
2	Mestres de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	20:400\$000
4	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	31:200\$000
1	Guarda fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
2	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
6	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
5	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	24:000\$000
8	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
3	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
2	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
1	Capataz de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
3	Capatazes de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
1	Capataz de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000

1	Ajudante de motorista de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
39	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	247:800\$000
72	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	259:200\$000
79	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	237:000\$000
104	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	249:600\$000
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Guarda de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
10	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	30:000\$000
7	Artífices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	37:800\$000
28	Artífices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	134:400\$000
400				<b>1.417:800\$000</b>

# **VI — FABRICA DE VIATURAS DO EXERCITO**

Verba 5ª

Sub-consignação n. 32

202

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Porteiro de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Guarda fiscal de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
3	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
26	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	109:200\$000
17	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	61:200\$000
3	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
3	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
3	Ajudantes de motorista de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000

1	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
3	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
2	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
1	Artifice de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
31	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	167:400\$000
1	Artifice de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Contra-mestres de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
3	Contra-mestres de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	57:600\$000
24	Contra-mestres de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	84:000\$000
41	Aprendizes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	26:400\$000
16	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	19:200\$000
				<u>668:400\$000</u>

# VII — DEPOSITO DO MATERIAL BELICO

DA 4ª R. M.

Verba 5ª

Sub-consignação n. 33

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensual	Annual	
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
3				11:400\$000



# VIII — ARSENAL DE GUERRA DO RIO DE JANEIRO

Verba 5ª

Sub-consignação n. 6

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	CONTRACTADOS		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Auxiliar de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de escripta de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
9	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	54:000\$000
9	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	48:600\$000
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
13	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	54:600\$000
1	Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Ajudante de motorista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Auxiliar tecnico de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
1	Contra-mestre de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	8:400\$000
1	Contra-mestre de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
3	Artifices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	21:600\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

205

(Continuação)

206

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
12	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	79:200\$000
25	Artifices de 3ª classe .....	500\$000	6:000\$000	150:000\$000
52	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	280:800\$000
45	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	216:000\$000
37	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	155:400\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
4	Serventes de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
9	Serventes de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	43:200\$000
10	Serventes de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	42:000\$000
238				1.229:400\$000

# IX — DEPOSITO CENTRAL DE MATERIAL BELICO

Verba 5ª

Sub-consignação n. 3

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

207

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPEZA
		Mensal	Annual	
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
1	Artifice de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Artifice de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
5	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	18:000\$000
8	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	24:000\$000
19				70:200\$000

# **X — FABRICA DE POLVORA DA ESTRELLA**

208

Verba 5'

Sub-Consiguação n. 15

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
2	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
3	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
20	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	60:000\$000
4	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000
1	Contra-mestre de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Artifice de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Guarda de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Aprendiz de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
35				112:800\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# **XI — FABRICA DE CARTUCHOS DE INFANTARIA**

Verba 5ª

Sub-consignação n. 20

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Ajudante de machinista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Ajudantes de machinistas de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
10	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	30:000\$000
2	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
3	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
17	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	81:600\$000
25	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	105:000\$000
64	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	230:400\$000
245	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	735:000\$000
19	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	45:600\$000
87	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	156:600\$000
8	Aprendizes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	19:200\$000
12	Aprendizes de 2ª classe.....	150\$000	1:800\$000	21:600\$000
5	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	6:000\$000
500				1.474:200\$000

## XII — FABRICA DE POLVORA SEM FUMAÇA DE PIQUETE

210

Verba 5ª

Sub-consignação n. 26

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Sub-ajudante tecnico de 2ª classe.....	800\$000	9:600\$000	9:600\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Ajudante de motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Ajudantes de motorista de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
7	Ajudantes de motorista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	29:400\$000
3	Ajudantes de motorista de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
2	Contra-mestres de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	16:800\$000
2	Contra-mestres de 3ª classe.....	600\$000	7:200\$000	14:400\$000
1	Contra-mestre de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
3	Auxiliares technicos de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
6	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

9	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	32:400\$000
5	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
2	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
3	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
1	Guarda de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Pharmaceutico auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Capataz de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
11	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	59:400\$000
7	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	33:600\$000
43	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	180:600\$000
154	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	554:400\$000
81	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	243:000\$000
9	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	21:600\$000
6	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	7:200\$000
5	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	6:000\$000
369				1.340:400\$000

## SERVIÇO DE ENGENHARIA

## I — DIRECTORIA DE ENGENHARIA

Verba 6ª.

Sub-Consiguação n. 1

NUMERO DE CONTRACTAÇÕES	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Artifice de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
3	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
2	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
8	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	33:600\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Servente de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Ajudantes technicos de 5ª classe.....	900\$000	10:800\$000	21:600\$000
1	Auxiliar Technico de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Auxiliares Technicos de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Auxiliar Technico de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
24				128:400\$000



## II — SERVIÇO ELECTROTECHNICO

Verba 6ª.

Sub-Consiguação n. 7

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Mestre de 2ª classe.....	900\$000	10:800\$000	10:800\$000
2	Artífices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	14:400\$000
3	Artífices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
1	Artífice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
4	Artífices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	19:200\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
8	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	28:800\$000
1	Guarda-fiscal de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
22				110:400\$000

### III — DEPOSITO CENTRAL DE MATERIAL DE TRANSMISSÕES

Verba 6ª

Sub-Conservação n.º

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Mestre de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
2	Contra-mestres de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
5	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	33:000\$000
8	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	43:200\$000
7	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	33:600\$000
11	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	43:200\$000
3	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
7	Aprendizes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	16:800\$000
5	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	6:000\$000
49				212:400\$000

# IV — CAMPO DE INSTRUÇÃO DE GERIÇÃO

Verba 6ª.

Sub-Conservação n. 12

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Feitor de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Feitor de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Capataz de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
4	Artífices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
2	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
6	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	21:600\$000
21	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	63:000\$000
1	Ajudante de motorista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Guarda de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
15	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	45:000\$000
53				184:200\$000

## V — CENTRO DE INSTRUÇÃO DE TRANSMISSÕES

Verba 6ª.

Sub-Conservação n.

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000

## SERVIÇO DE INTENDENCIA

## ESTABELECIMENTO DE MATERIAL DE INTENDENCIA DA 2ª R. M.

Verba 8ª.

Sub-Conservação n. 6

1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
5	Aprendizes de 2ª classe.....	150\$000	1:800\$000	9:000\$000
6				13:200\$000

# SERVIÇO DE SAUDE

## I — POLYCLINICA MILITAR

Verba 9ª.

Sub-Conservação n. 2

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Enfermeiros ajudantes de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000

## II — HOSPITAL CENTRAL

Verba 9ª.

Sub-Conservação n. 3

2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
3	Praticantes de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
1	Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
9				30:000\$000

## III — LABORATORIO CHIMICO PHARMACEUTICO MILITAR

Verba 9ª

Sub-Conservação n. 10.

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
8	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	28:800\$000
3	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
11				41:400\$000

## IV — SANATORIO MILITAR DE ITATIAYA

Verba 9ª.

Sub-Conservação n. 14.

1	Ajudante de motorista de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
7	Serventes de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	25:200\$000
10	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	30:000\$000
18				58:800\$000

# V — ENFERMARIA REGIMENTAL DO FORTE

Marechal Hermes

Verba 9ª

Sub-Conservação n. 8.

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
1	Cosinheiro de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
3				9:000\$000

# MINISTERIO DA AGRICULTURA

## DIRECTORIA DO EXPEDIENTE E CONTABILIDADE

Verba 1ª — II

Sub-Conservação n. 5

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
4	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	31:200\$000
4	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	26:400\$000
1	Artifice de 3ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
6	Auxiliares de 1ª classe .....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
1	Auxiliar de 2ª classe .....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
3	Auxiliares de 3ª classe .....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
5	Trabalhadores de 1ª classe .....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
24				134:400\$000



# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

## Secção de Expediente e Contabilidade

Verba 2ª — II

Sub-Consignação n.º 8

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Servente de 3ª classe .....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Servente de 5ª classe .....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
5				23:400\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

## Laboratorio Central

Verba 2ª — II

Sub-Conservação n. 9

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Sub-ajudante tecnico de 1ª classe .....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe .....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
1	Auxiliar tecnico de 2ª classe .....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Auxiliares technicos de 3ª classe .....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe .....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Artifices de 3ª classe .....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Artifice de 4ª classe .....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar de 3ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
4	Serventes de 4ª classe .....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
15				89:400\$000

# Serviço de Fomento da Produção Mineral

Verba 2ª — II

Sub-Conservação n. 11

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Technico especializado .....	5:000\$000	60:000\$000	60:000\$000
1	Technico especializado .....	2:000\$000	24:000\$000	24:000\$000
1	Technico especializado .....	2:000\$000	24:000\$000	24:000\$000
1	Assistente technico de 1ª classe.....	1:600\$000	19:200\$000	19:200\$000
2	Sub-assistentes technicos de 1ª classe.....	1:350\$000	16:200\$000	32:400\$000
2	Ajudantes technicos de 2ª classe .....	1:050\$000	12:600\$000	25:200\$000
1	Sub-ajudante technico de 1ª classe .....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
9				195:000\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

## Serviço de Fomento da Produção Mineral

Verba 2ª — II

Sub-Conservação n. 12

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Sub-ajudante tecnico de 1ª classe .....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 1ª classe .....	700\$000	8:400\$000	8:400\$000
2	Auxiliares de escripta de 2ª classe .....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe .....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Contra-mestre de 2ª classe .....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Artifice de 3ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
4	Auxiliares de 1ª classe .....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
1	Auxiliar de 3ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Servente de 4ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
18				84:600\$000

# Serviço de Fomento da Produção Mineral nos Estados

Verba 2ª — II

Sub-Consignação n. 13

NÚMERO DE CONTRATAÇÕES	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>PESQUISA DE PETROLEO EM MONTE ALEGRE — PARA</b>			
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe .....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Trabalhadores de 1ª classe .....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
3	Trabalhadores de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
8				33:600\$000
	<b>PROSPECÇÃO NA REGIÃO DO GURUPY E TURYASSO</b>			
1	Auxiliar tecnico de 1ª classe .....	600\$000	7:200\$000	7:200\$000
1	Capataz de 3ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
8	Trabalhadores de 2ª classe .....	300\$000	3:600\$000	28:800\$000
10				40:200\$000

(Continuação)

226

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annuo	
	PESQUISA DE CARVÃO DE PEDRA EM LAGOA DA MATTA — PIAUHY			
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe .....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Trabalhador de 1ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
4	Trabalhadores de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
6				24:000\$000
	ESTUDOS DE JAZIDAS METALLIFERAS — MINAS GERAES			
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe .....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Artifice de 3ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Artifice de 4ª classe .....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Trabalhador de 1ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
13	Trabalhadores de 2ª classe .....	300\$000	3:600\$000	46:800\$000
1	Servente de 5ª classe .....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
19				79:800\$000

# SONDAGEM EM CONGO-SOCCO — MINAS GERAES

1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe .....
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe .....
1	Capataz de 2ª classe .....
1	Auxiliar de 3ª classe .....
1	Trabalhador de 1ª classe .....
3	Trabalhadores de 2ª classe.....

650\$000  
500\$000  
400\$000  
350\$000  
350\$000  
300\$000

7:800\$000  
6:000\$000  
4:800\$000  
4:200\$000  
4:200\$000  
3:600\$000

7:800\$000  
6:000\$000  
4:800\$000  
4:200\$000  
4:200\$000  
10:800\$000

37:800\$000

8

## PROSPECÇÃO EM SÃO PEDRO — SÃO PAULO

1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....
---	--

650\$000

7:800\$000

7:800\$000

## PROSPECÇÃO DE JAZIDAS DE GALENA — SÃO PAULO

1	Auxiliar tecnico de 3ª classe.....
5	Trabalhadores de 2ª classe.....

500\$000  
300\$000

6:000\$000  
3:600\$000

6:000\$000  
18:000\$000

24:000\$000

6

## PESQUISAS DE JAZIDAS AURIFERAS — PARANA

1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....
---	--

650\$000

7:800\$000

7:800\$000

(Continuação)

228

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>SONDAGENS EM PONTA GROSSA — PARANÁ</b>			
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
4				18:000\$000
	<b>PESQUISAS POR SONDAGEM DE CARVÃO DE PEDRA EM BARRA-BONITA — PARANÁ</b>			
2	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
7	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	25:200\$000
10				45:000\$000



# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

## Serviço de Aguas

Verba 2ª — II

Sub-Conservação n. 14

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

229

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Assistentes technicos de 1ª classe.....	1:600\$000	19:200\$000	38:400\$000
5	Sub-assistentes technicos de 1ª classe.....	1:350\$000	16:200\$000	81:000\$000
1	Sub-assistente technico de 3ª classe.....	1:250\$000	15:000\$000	15:000\$000
2	Ajudantes technicos de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	25:200\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	20:400\$000
12	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	93:600\$000
2	Auxiliares technicos de 2ª classe.....	550\$000	3:600\$000	13:200\$000
6	Auxiliares technicos de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
34				327:600\$000

# Serviços de Agua nos Estados

230

Verba 2ª — II

Sub-Conservação n. 15

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1º DISTRICTO				
9	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	32:400\$000
4	Observadores de 1ª classe.....	100\$000	1:200\$000	4:800\$000
5	Observadores de 2ª classe.....	50\$000	600\$000	3:000\$000
30	Observadores de 4ª classe.....	30\$000	360\$000	10:800\$000
48				51:000\$000
2º DISTRICTO				
9	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	32:400\$000
4	Observadores de 1ª classe.....	100\$000	1:200\$000	4:800\$000

1	Observador de 2ª classe.....	50\$000	600\$000	600\$000
1	Observador de 3ª classe.....	40\$000	480\$000	480\$000
29	Observadores de 4ª classe.....	30\$000	360\$000	10:440\$000
44				48:720\$000
3º DISTRICTO				
9	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	32:400\$000
1	Observador de 1ª classe.....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
1	Observador de 2ª classe.....	50\$000	600\$000	600\$000
1	Observador de 3ª classe.....	40\$000	480\$000	480\$000
39	Observadores de 4ª classe.....	30\$000	360\$000	14:040\$000
51				48:720\$000
4º DISTRICTO				
12	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	43:200\$000
7	Observadores de 1ª classe.....	100\$000	1:200\$000	8:400\$000
13	Observadores de 2ª classe.....	50\$000	600\$000	7:800\$000
26	Observadores de 4ª classe.....	30\$000	360\$000	9:360\$000
58				68:760\$000

(Continuação)

232

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
5º DISTRICTO				
6	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	21:600\$000
21	Observadores de 1ª classe.....	100\$000	1:200\$000	25:200\$000
6	Observadores de 2ª classe.....	50\$000	600\$000	3:600\$000
16	Observadores de 4ª classe.....	30\$000	360\$000	5:760\$000
49				56:160\$000
6º DISTRICTO				
6	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	14:400\$000
4	Observadores de 1ª classe.....	100\$000	1:200\$000	4:800\$000
10	Observadores de 4ª classe.....	30\$000	360\$000	3:600\$000
20				22:800\$000

## 7° DISTRICTO

5	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	12:000\$000
3	Observadores de 1ª classe.....	100\$000	1:200\$000	3:600\$000
4	Observadores de 2ª classe.....	50\$000	600\$000	2:400\$000
18	Observadores de 4ª classe.....	30\$000	360\$000	6:480\$000
				<hr/>
				24:480\$000
				<hr/>

## 8° DISTRICTO

2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
4	Observadores de 1ª classe.....	100\$000	1:200\$000	4:800\$000
1	Observador de 2ª classe.....	50\$000	600\$000	600\$000
				<hr/>
				12:600\$000
				<hr/>

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

## Directoria do Serviço Geologico e Mineralogico

Verbo 2º — II

Sub-Conservação n. 16

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Ajudante tecnico de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
3	Sub-ajudantes technicos de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	30:600\$000
3	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	23:400\$000
1	Artifice de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
3	Serventes de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
11				87:800\$000

Serviço Geológico e Mineralógico nos Estados

Verba 2ª — II

Sub-Conservação n. 17

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	PERNAMBUCO			
8	Trabalhadores de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	19:200\$000
	BAHIA			
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	8:000\$000
9	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	21:600\$000
10				27:600\$000
	SANTA CATHARINA			
4	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000

# Serviço de Fomento da Produção Mineral nos Estados

236

Verba 2ª — III

Sub-Conservação n. 27

NÚMERO DE CONTRACTADOS	I DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	PESQUISAS DE PETROLEO EM ALAGOAS — PERNAMBUCO — SERGIPE			
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
2	Ajudantes motoristas de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
10	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	36:000\$000
13				55:800\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO



# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

Directoria Geral

Verba 3ª -- II

Sub-Consignação n. 29

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Auxiliares de escripta de 1ª classe.....	700\$000	8:400\$000	25:200\$000
2	Serventes de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
6				39:000\$000

# Instituto de Biologia Vegetal

Verba 3ª — II

Sub-Consiguação n. 80

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
2	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
1	Artifice de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Ajudante de motorista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Guarda fiscal de 4ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
8	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	43:200\$000
11	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	59:400\$000
4	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
15	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	63:000\$000
42	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	151:200\$000
8	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	24:000\$000
5	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	12:000\$000
102				427:200\$00

# Instituto de Chimica Agricola

Verba 3ª -- II

Sub-Consiguação n. 31

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Sub-ajudante tecnico de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
7	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	54:600\$000
1	Auxiliar tecnico de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
4	Auxiliares technicos de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	24:000\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
6	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
5	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	27:000\$000
1	Artifice de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
30				183:000\$000

# Directoria do Ensino Agricola

240

Verba 3ª — II

Sub-Consignação n. 32

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Assistente tecnico de 1ª classe.....	1:600\$000	19:200\$000	19:200\$000
1	Amanuense de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
2	Amanuenses de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	18:000\$000
3	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	23:400\$000
8	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	52:800\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
20				147:000\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Escola Nacional de Agronomia

Verba 3ª — II

Sub-Conservação n. 33

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Assistente de ensino de 3ª classe.....	950\$000	11:400\$000	11:400\$000
2	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
2	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	250\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Ajudante motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Guarda fiscal de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
8	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	28:800\$000
4	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
1	Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Servente de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
28				123:600\$000

# Escola Agricola de Barbacena

Verba 3ª — II

Sub-Consiguação n. 34

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Auxiliares technicos de 3ª classe.....	500\$000	6.000\$000	12.000\$000
1	Auxiliar technico de 4ª classe.....	450\$000	5.400\$000	5.400\$000
3	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5.400\$000	16.200\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4.200\$000	4.200\$000
1	Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3.600\$000	3.600\$000
1	Guarda fiscal de 5ª classe.....	450\$000	5.400\$000	5.400\$000
2	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5.400\$000	10.800\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4.200\$000	4.200\$000
9	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3.600\$000	32.400\$000
9	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3.000\$000	27.000\$000
37	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2.400\$000	88.200\$000
1	Trabalhador de 5ª classe.....	150\$000	1.800\$000	1.800\$000
7	Trabalhadores .....	100\$000	1.200\$000	8.400\$000
8	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3.000\$000	24.000\$000
83				244.200\$000

# Directoria do Ensino Agricola

Verba 3ª — II

Sub-Consignação n. 35

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
APRENDIZADO AGRICOLA — ACRE				
1	Dentista ajudante de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Ajudante de machinista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
2	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
3	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
3	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	19:200\$000
19				61:800\$000
APRENDIZADO AGRICOLA — PARA				
1	Dentista ajudante de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
6	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	18:000\$000

ACREAR DO PODER EXECUTIVO

((Continuação))

244

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
4	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000
6	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	10:800\$000
3	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	3:600\$000
20				48:600\$000
APRENDIZADO AGRICOLA — PARAHYBA				
1	Dentista ajudante de 4ª classe .....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
6	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	18:000\$000
1	Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
2	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	3:600\$000
13	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	15:600\$000
23				46:200\$000



# APRENDIZADO AGRICOLA — PERNAMBUCO

1	Dentista ajudante de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Pharmaceutico ajudante de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
7	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	21:000\$000
6	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	14:400\$000
2	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	2:400\$000

19

58:800\$000

# APRENDIZADO AGRICOLA — ALAGOAS

1	Dentista ajudante de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Ajudante motorista de 5ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
4	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000
5	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	9:000\$000
19	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	22:800\$000

31

54:600\$000

# APRENDIZADO AGRICOLA — SERGIPE

1	Dentista ajudante de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	7:200\$000	7:200\$000
4	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
3	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000

(Continuação)

246

Atos do Poder Executivo

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	5:400\$000
11	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	13:200\$000
25				55:800\$000
APRENDIZADO AGRICOLA — BAHIA				
1	Dentista ajudante de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Pharmaceutico ajudante de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
9	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	27:000\$000
7	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	16:800\$000
4	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	4:800\$000
26				76:800\$000

# APRENDIZADO AGRICOLA — MINAS GERAES

1	Dentista ajudante de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
8	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	24:000\$000
7	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	16:800\$000
4	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	4:800\$000

23

64:200\$000

# APRENDIZADO AGRICOLA — RIO DE JANEIRO

1	Assistente tecnico de 1ª classe.....	1:600\$000	19:200\$000	19:200\$000
1	Ajudante tecnico de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
1	Guarda de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000

3

35:400\$000

# APRENDIZADO AGRICOLA — RIO GRANDE DO SUL

1	Dentista ajudante de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
11	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	33:000\$000
1	Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
5	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	9:000\$000

21

63:000\$000

# Serviço de Fomento da Produção Vegetal

248

Verba 3ª — II

Sub-Consignação n. 36

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
6	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	39:600\$000
1	Motorista de 5ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
9				54:600\$000
	ARMAZEM DO CAES DO PORTO			
1	Contra mestre de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
15	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	63:000\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
18				78:600\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

## ESTAÇÃO DE ENSAIO DE MACHINAS EM SANTA CRUZ

1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Ajudante motorista de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
6	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	21:600\$000
12	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	36:000\$000
2	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
1	Trabalhador .....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000

25

82:800\$000

## SERVIÇO DE COOPERAÇÃO EM S. GONÇALO — NICTHEROY

4	Ajudantes motoristas de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	19:200\$000
4	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
7	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	25:200\$000

15

61:200\$000

# SERVIÇO DE FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

## Inspeorias e Sub-Inspeorias Agricolas

Verba 3ª — II

Sub-Conservação n. 37

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	SUB-INSPECTORIA AGRICOLA — AMAZONAS E ACRE			
6	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
8				32:400\$000
	INSPECTORIA AGRICOLA — PARA			
4	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
5				20:400\$000

SUB-INSPECTORIA AGRICOLA — MARANHÃO

2 Trabalhadores de 1ª classe.....  
1 Trabalhador de 2ª classe.....

350\$000  
300\$000

4:200\$000  
3:600\$000

8:400\$000  
3:600\$000

3

12:000\$000

INSPECTORIA AGRICOLA — PIAUHY

3 Trabalhadores de 1ª classe.....  
1 Trabalhador de 2ª classe.....

350\$000  
300\$000

4:200\$000  
3:600\$000

12:600\$000  
3:600\$000

4

16:200\$000

SUB-INSPECTORIA AGRICOLA — CEARA

3 Trabalhadores de 1ª classe.....  
1 Trabalhador de 2ª classe.....

350\$000  
300\$000

4:200\$000  
3:600\$000

12:600\$000  
3:600\$000

4

16:200\$000

SUB-INSPECTORIA AGRICOLA — RIO GRANDE DO NORTE

3 Trabalhadores de 1ª classe.....  
1 Trabalhador de 2ª classe.....

350\$000  
300\$000

4:200\$000  
3:600\$000

12:600\$000  
3:600\$000

4

16:200\$000

(Continuação)

252

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	SUB-INSPECTORIA AGRICOLA — PARAHYBA			
4	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
7				25:200\$000
	INSPECTORIA AGRICOLA — PERNAMBUCO			
4	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
5				20:400\$000



**SUB-INSPECTORIA AGRICOLA — ALAGOAS**

3 Trabalhadores de 1ª classe.....  
1 Trabalhador de 2ª classe.....

350\$000  
300\$000

4:200\$000  
3:600\$000

12:600\$000  
3:600\$000

4

16:200\$000

**INSPECTORIA AGRICOLA — BAHIA**

6 Trabalhadores de 1ª classe.....  
3 Trabalhadores de 2ª classe.....

350\$000  
300\$000

4:200\$000  
3:600\$000

25:200\$000  
10:800\$000

9

36:000\$000

**SUB-INSPECTORIA AGRICOLA — SERGIPE**

3 Trabalhadores de 1ª classe.....  
1 Trabalhador de 2ª classe.....

350\$000  
300\$000

4:200\$000  
3:600\$000

12:600\$000  
3:600\$000

4

16:200\$000

**SUB-INSPECTORIA AGRICOLA — ESPIRITO SANTO**

2 Trabalhadores de 1ª classe.....  
1 Trabalhador de 2ª classe.....

350\$000  
300\$000

4:200\$000  
3:600\$000

8:400\$000  
3:600\$000

3

12:000\$000

(Continuação)

254

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	INSPECTORIA AGRICOLA — ESTADO DO RIO			
6	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
3	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
9				36:000\$000
	INSPECTORIA AGRICOLA — S. PAULO			
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
6	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
9				36:600\$000

SUB-INSPECTORIA AGRICOLA — GOYAZ			
2	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000
4			15:800\$000
INSPECTORIA AGRICOLA — MATTO GROSSO			
3	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000
5			19:800\$000
INSPECTORIA AGRICOLA — PARANA			
3	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000
5			19:800\$000
SUB-INSPECTORIA AGRICOLA — SANTA CATHARINA			
3	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000
4			16:200\$000

(Continuação)

256

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensual	Annual	
INSPECTORIA AGRICOLA — RIO GRANDE DO SUL				
5	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
7				28:200\$000
INSPECTORIA AGRICOLA — MINAS GERAES				
7	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	29:400\$000
5	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	18:000\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
18	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	43:200\$000
1	Trabalhador de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	1:800\$000
3	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	3:600\$000
35				99:000\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

## SERVIÇO DE FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Verba 3ª — II

Estações Experimentaes

Sub-Conservação n. 38

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CANNA DE ASSUCAR EM CURADO — RECIFE			
1	Artifice de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Capataz de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Ajudante de motorista de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
2	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	19:200\$000
33	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	39:600\$000
45				78:600\$000

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annuat	
	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CANNA DE ASSUCAR EM CAMPOS			
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Ajudante de motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Capataz de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
3	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
6	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	18:000\$000

60	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	144:000\$000
1	Trabalhador .....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
75				201:000\$000
ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CEREAS E LEGUMINOSAS EM PONTA GROSSA				
2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$300	5:400\$000	10:800\$000
1	Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Capataz de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
9	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	32:400\$000
13	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	39:000\$000
4	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000
31				108:200\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

## Serviço de Fomento da Produção Vegetal

Verba 3ª — 14

Sub-Conservação n.º 35

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	CAMPO DE SEMENTES DE CACAO EM TOCANTINS			
1	Artífice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Capataz de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
1	Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Trabalhador de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	1:800\$000
24	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	28:800\$000
30				49:200\$000



## CAMPO DE SEMENTES DE FUMO EM TRACUATEUA

1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Capataz de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
7	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	16:800\$000
2	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	3:600\$000
13	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	15:600\$000
25				<u>48:000\$000</u>

## CAMPO DE SEMENTES DE CANNA DE ASSUGAR DO CARIRY EM BARBALHA -- CEARA

1	Capataz de 5ª classe .....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
3	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
4				<u>13:800\$000</u>

## CAMPO DE SEMENTES DE CANNA DE ASSUGAR DO CARIRY EM BARBALHA --- PARA

6	Trabalhadores de 4ª classe .....	200\$000	2:400\$000	14:400\$000
3	Trabalhadores de 5ª classe .....	150\$000	1:800\$000	5:400\$000
14	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	16:800\$000
23				<u>36:600\$000</u>

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	CAMPO DE SEMENTES DE CEREAE E LEGUMINOSAS EM GUAYUBA — CEARÁ			
1	Capataz de 4ª classe .....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe .....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
1	Trabalhador de 4ª classe .....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
33	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	39:600\$000
39				58:800\$000
	CAMPO DE SEMENTES DE COQUEIROS EM ARACAJÓ — SERGIPE			
1	Ajudante motorista de 5ª classe .....	300\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Trabalhador de 1ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000

3	Trabalhadores de 4ª classe .....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
17	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	20:400\$000
22				<u>35:400\$000</u>
CAMPO DE SEMENTES DE FUMO EM SÃO GONÇALO DOS CAMPOS — BAHIA				
1	Capataz de 3ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe .....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
3	Trabalhadores de 5ª classe .....	150\$000	1:800\$000	5:400\$000
29	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	34:800\$000
35				<u>51:600\$000</u>
CAMPO DE SEMENTES DE PLANTAS OLEAGINOSAS EM ITAOCARA — ESTADO DO RIO				
1	Capataz de 4ª classe .....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Trabalhador de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
34	Trabalhadores de 4ª classe .....	200\$000	2:400\$000	81:600\$000
1	Trabalhador .....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
37				<u>89:400\$000</u>

(Continuação)

264

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	CAMPO DE SEMENTES DE CEREAS E LEGUMINOSAS EM SETE LAGOAS — MINAS			
1	Capataz de 2ª classe .....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
3	Trabalhadores de 2ª classe .....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
12	Trabalhadores de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	36:000\$000
16	Trabalhadores de 4ª classe .....	200\$000	2:400\$000	38:400\$000
32				90:000\$000
	CAMPO DE SEMENTES DE CEREAS E LEGUMINOSAS EM S. SIMÃO — SÃO PAULO			
1	Ajudante machinista de 4ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
11	Trabalhadores de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	33:000\$000

27	Trabalhadores de 4ª classe .....	200\$000	2:400\$000	64:800\$000
4	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	4:800\$000
43				106:800\$000
	CAMPO DE SEMENTES DE CEREAS E LEGUMINOSAS EM SÃO BORJA — RIO GRANDE DO SUL			
4	Trabalhadores de 1ª classe .....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
7	Trabalhadores de 2ª classe .....	300\$000	3:600\$000	25:200\$000
8	Trabalhadores de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	24:000\$000
19				66:000\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

## Serviço de Defesa Sanitaria Vegetal

Verba 3ª — II

Sub-Consiguação n. 40

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	DIRECTORIA			
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
4				19:800\$000
	ESTAÇÃO DE DESINFECÇÃO DE PLANTAS E PRODUCTOS AGRICOLAS			
3	Auxiliares de escripta de 5ª classe .....	500\$000	6:000\$000	18:000\$000
2	Ajudantes de machinistas de 1ª classe .....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000

6	Auxiliares de 1ª classe .....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
2	Auxiliares de 2ª classe .....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
1	Guarda de 1ª classe .....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Capatazes de 2ª classe .....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
2	Artifices de 5ª classe .....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
32	Trabalhadores de 1ª classe .....	350\$000	4:200\$000	134:400\$000
50				230:400\$000
POSTO DE DEFESA AGRICOLA				
1	Auxiliar de 2ª classe .....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
3	Ajudantes motoristas de 3ª classe .....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
15	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	63:000\$000
19				82:200\$000
INSPECTORIA NO PORTO DE SANTOS				
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe .....			6:600\$000
4	Trabalhadores de 1ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
		350\$000	4:200\$000	16:800\$000
5				23:400\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

## Serviços de Fructicultura

Verba 3º — II

Sub-Consiguação n. 41

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	<b>DIRECTORIA</b>			
3	Sub-ajudantes technicos de 1ª classe .....	850\$000	10:200\$000	30:600\$000
1	Amanuense de 5ª classe .....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
3	Auxiliares de escripta de 2ª classe .....	650\$000	7:800\$000	23:400\$000
4	Auxiliares de escripta de 4ª classe .....	550\$000	6:600\$000	26:400\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Artifices de 3ª classe .....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
2	Ajudantes motoristas de 2ª classe .....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
7	Guardas fiscaes de 3ª classe .....	550\$000	6:600\$000	46:200\$000
9	Guardas fiscaes de 4ª classe.....	500\$000	6:000\$000	54:000\$000
12	Guardas de 1ª classe .....	400\$000	4:800\$000	57:600\$000
3	Auxiliares de 3ª classe .....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
<b>47</b>				<b>288:600\$000</b>



# ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE POMOLOGIA

2	Auxiliares de escripta de 4ª classe .....
3	Auxiliares de 1ª classe.....
5	Auxiliares de 3ª classe.....
2	Trabalhadores de 1ª classe .....
44	Trabalhadores de 2ª classe.....
16	Trabalhadores de 3ª classe .....
7	Trabalhadores de 4ª classe .....
6	Trabalhadores .....

85

## LABORATÓRIO DE INDUSTRIA FRUCTICOLA EM DEODORO

2	Auxiliares de escripta de 2ª classe .....
1	Adjuncto de archivista de 4ª classe.....
1	Servente de 5ª classe .....

4

## 2ª SECÇÃO TECHNICA EM SANTOS

2	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....
2	Guardas fiscaes de 3ª classe.....
7	Guardas fiscaes de 4ª classe.....
1	Trabalhador de 3ª classe.....

12

550\$000  
450\$000  
350\$000  
350\$000  
300\$000  
250\$000  
200\$000  
100\$000

6:600\$000  
5:400\$000  
4:200\$000  
4:200\$000  
3:600\$000  
3:000\$000  
2:400\$000  
1:200\$000

13:200\$000  
16:200\$000  
21:000\$000  
8:400\$000  
158:400\$000  
48:000\$000  
16:800\$000  
7:200\$000

289:200\$000

650\$000  
450\$000  
300\$000

7:800\$000  
5:400\$000  
3:600\$000

15:600\$000  
5:400\$000  
3:600\$000

24:600\$000

650\$000  
550\$000  
500\$000  
250\$000

7:800\$000  
6:600\$000  
6:000\$000  
3:000\$000

15:600\$000  
13:200\$000  
42:000\$000  
3:000\$000

73:800\$000

(Continuação)

270

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	3ª SECÇÃO TECHNICA EM RECIFE			
2	Guardas fiscaes de 4ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3				16:200\$000
	TRABALHOS DE FISCALIZAÇÃO — RIO GRANDE DO SUL			
1	Guarda fiscal de 3ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

## Directoria do Serviço de Plantas Texteis

Verba 3ª — II

Sub-consignação n. 42

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Sub-ajudantes technicos de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	30:600\$000
3	Amanuenses de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	27:000\$000
4	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	31:200\$000
3	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	19:800\$000
3	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
3	Guardas-fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Ajudante motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
3	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
24				162:000\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

## Serviço de Plantas Texteis nos Estados

Verba 3' — II

Sub-consignação n. 43

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO — PARA			
2	Guardas fiscaes de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
3	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
7				40:200\$000
	COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO — MARANHÃO			
3	Guardas fiscaes de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	23:400\$000
7	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	37:800\$000

1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
13				73:800\$000
COMMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO — PIAUHY				
1	Guarda fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
3	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
6				33:600\$000
COMMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO — CEARA				
3	Guardas fiscaes de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	23:400\$000
4	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
11				65:400\$000

(Continuação)

274

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO — RIO GRANDE DO NORTE			
2	Guardas fiscaes de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
3	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
4	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
12				61:200\$000
	COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO — PARAHYBA			
1	Guarda fiscal de 1ª classe.....	350\$000	7:800\$000	7:800\$000
3	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000

2	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
9				49:800\$000
COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO — PERNAMBUCO				
5	Guardas fiscaes de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	39:000\$000
8	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	43:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
3	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
18				108:000\$000
COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO — ALAGOAS				
5	Guardas fiscaes de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	39:000\$000
6	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	32:400\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
13				79:800\$000

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
COMMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO — SERGIPE				
2	Guardas fiscaes de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
3	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
7				40:200\$000
COMMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO — BAHIA				
2	Guardas fiscaes de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
3	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	8:600\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
8				47:400\$000



## COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO — SÃO PAULO

3	Guardas fiscaes de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	23:400\$000
8	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	43:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
7	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	37:800\$000
20				<hr/> 117:000\$000 <hr/>

## COMISSÃO DE CLASSIFICAÇÃO — MINAS GERAES

1	Amanuense de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
6	Guardas fiscaes de 1ª classe.....	950\$000	7:800\$000	46:800\$000
3	Guardas fiscaes de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
12				<hr/> 81:600\$000 <hr/>

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PLANTAS TEXTÉIS EM  
SERIDÓ — RIO GRANDE DO NORTE

1	Capataz de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000

(Continuação)

278

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Anual	
3	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
24	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	57:600\$000
1	Trabalhador .....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
1	Guarda de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
34				91:200\$000
	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PLANTAS TÊXTEIS EM ALAGCINHA — PARAHYBA			
1	Capataz de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
3	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
4	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000
32	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	38:400\$000
44				78:600\$000

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PLANTAS TEXTIS EM SU-  
RUBIM -- PERNAMBUCO

1	Capataz de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
4	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
1	Treinador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
50	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	50:000\$000
1	Guarda de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
57				79:800\$000

LABORATORIO DE FIBRAS EM JOÃO PESSOA -- PARAHYBA

1	Sub-ajudante tecnico de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
3	Auxiliares technicos de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	19:800\$000
1	Ajudante de motorista de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
7				45:600\$000

LABORATORIO DE SEMENTES EM JOÃO PESSOA --  
PARAHYBA

2	Auxiliares technicos de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
3				18:600\$000

# Serviços de Irrigação, Reflorestamento e Colonização

280

Verba 3ª — II

Sub-Consiguação n. 44

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	DIRECTORIA			
1	Assistente tecnico de 1ª classe.....	1:600\$000	19:200\$000	19:200\$000
1	Sub-assistente tecnico de 1ª classe.....	1:350\$000	16:200\$000	16:200\$000
1	Ajudante tecnico de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
2	Amanuenses de 1ª classe.....	950\$000	11:400\$000	22:800\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	20:400\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
2	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
18	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	118:800\$000
1	Adjuncto archivista de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Motoristas de 5ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
4	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

3	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
4	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
1	Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
43				310:800\$000
1ª SECÇÃO TECHNICA				
3	Sub-assistentes technicos de 1ª classe.....	1:350\$000	16:200\$000	48:600\$000
3	Ajudantes technicos de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	37:800\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
9				100:200\$000
SERVIÇO DE IRRIGAÇÃO NO RIO S. FRANCISCO — MINAS E BAHIA				
1	Assistente tecnico de 1ª classe.....	1:600\$000	19:200\$000	19:200\$000
3	Sub-ajudantes de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	30:600\$000
10	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	24:000\$000
14				73:800\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

## Serviços de Irrigação, Reflorestamento e Colonização

Verba 3ª — II

Sub-Consignação n. 45

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	HORTO FLORESTAL DE UBAJARA — CEARA			
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
3	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	7:200\$000
5	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	9:000\$000
17	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	20:400\$000
30				54:600\$000

# HORTO FLORESTAL DE IBURA — SERGIPE

3	Trabalhadores de 2ª classe.....
2	Trabalhadores de 3ª classe.....
1	Trabalhador de 4ª classe.....
4	Trabalhadores de 5ª classe.....
26	Trabalhadores .....

36

# HORTO FLORESTAL — DISTRICTO FEDERAL

5	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....
1	Feitor de 4ª classe.....
1	Auxiliar de 1ª classe.....
4	Auxiliares de 2ª classe.....
3	Auxiliares de 3ª classe.....
1	Auxiliar de 4ª classe.....
2	Ajudantes de motoristas de 1ª classe.....
3	Artifices de 5ª classe.....
2	Capatazes de 3ª classe.....
1	Guarda de 1ª classe.....
2	Guardas de 2ª classe.....
1	Trabalhador de 1ª classe.....
30	Trabalhadores de 2ª classe.....
4	Trabalhadores de 4ª classe.....

60

300\$000  
250\$000  
200\$000  
150\$000  
100\$000

3:600\$000  
3:000\$000  
2:400\$000  
1:800\$000  
1:200\$000

10:800\$000  
6:000\$000  
2:400\$000  
7:200\$000  
31:200\$000

57:600\$000

550\$000  
550\$000  
450\$000  
400\$000  
350\$000  
300\$000  
500\$000  
400\$000  
350\$000  
400\$000  
350\$000  
350\$000  
300\$000  
300\$000  
200\$000

6:600\$000  
6:600\$000  
5:400\$000  
4:800\$000  
4:200\$000  
3:600\$000  
6:000\$000  
4:800\$000  
4:200\$000  
4:800\$000  
4:200\$000  
4:200\$000  
3:600\$000  
2:400\$000

33:000\$000  
6:600\$000  
5:400\$000  
19:200\$000  
12:600\$000  
3:600\$000  
12:000\$000  
14:400\$000  
8:400\$000  
4:800\$000  
8:400\$000  
4:200\$000  
108:000\$000  
9:600\$000

250:200\$000

(Continuação)

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	HORTO FLORESTAL DE LORENA — S. PAULO			
1	Guarda fiscal de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Capataz de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
3	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
23	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	55:200\$000
3	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	3:600\$000
31				76:800\$000
	1ª SECÇÃO TECHNICA DE DRIGAÇÃO — CEARA			
1	Assistente tecnico de 1ª classe.....	1:600\$000	19:200\$000	19:200\$000
4	Sub-assistentes technicos de 1ª classe.....	1:350\$000	16:200\$000	64:800\$000
1	Sub-assistente tecnico de 3ª classe.....	1:250\$000	15:000\$000	15:000\$000



1	Ajudante tecnico de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	350\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar tecnico de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Amanuense de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
2	Auxiliares de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
6	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	27:000\$000
4	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	19:200\$000
4	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	18:800\$000
2	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
1	Almoxarife de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Artifice de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Ajudante motorista de 3ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Ajudante motorista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Ajudante machinista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
8	Ajudantes de machinistas de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	33:600\$000
17	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	61:200\$000
18	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	54:000\$000
13	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	31:200\$000
8	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	14:400\$000
258	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	309:600\$000
356				764:400\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

## Serviços de Irrigação, Reflorestamento e Colonização

Verba 3ª — II

Sub-Conservação n. 46

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	NUCLEO COLONIAL "INGLEZ DE SOUZA" — PARA			
1	Sub-ajudante tecnico de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
1	Medico de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Pharmaceutico auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
3	Coadjuvantes de ensino de 5ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
1	Ajudante motorista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
14	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	33:600\$000
29				119:400\$000

NUCLEO COLONIAL CLEVELAND — PARA				
1	Guarda-fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2				11:400\$000
NUCLEO COLONIAL AFFONSO PENNA — ESPIRITO SANTO				
1	Guarda fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
NUCLEO COLONIAL MONÇÃO — S. PAULO				
1	Guarda fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Trabalhador de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	1:800\$000
4				16:200\$000
SECÇÃO DE COLONIZAÇÃO EM CURITYBA				
1	Auxiliar de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar tecnico de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
4				22:800\$000

(Continuação)

288

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	NUCLEO COLONIAL MARQUEZ DE ABRANTES — PARANA			
1	Ajudante tecnico de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Medico de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Ajudante motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Pharmaceutico auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Coadjuvantes de ensino de 5ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
3	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
3	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	9:000\$000
31	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	74:400\$000
48				174:000\$000

## NUCLEO COLONIAL CRUZ MACHADO — PARANA

1	Guarda fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Guarda de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
4	Trabalhadores de 2ª classe.....	200\$000	2:400\$000	9:600\$000

8

29:400\$000

## NUCLEO COLONIAL CANDIDO DE ABREU — PARANA

1	Sub-ajudante tecnico de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Medico de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Ajudante motorista de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Pharmaceutico auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Coadjuvante de ensino de 5ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Guarda de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
19	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	45:600\$000

30

109:800\$000

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTADOS E OREMEUN	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	NUCLEO COLONIAL EM SENADOR CORRÊA — PARANÁ			
1	Guarda fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1				7:800\$000
	NUCLEO COLONIAL SENADOR ESTEVES JUNIOR			
1	Guarda fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1				7:800\$000

NUCLEO COLONIAL ANNITAPOLIS — ESTADO DE  
SANTA CATHARINA

1	Guarda fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Guarda de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
4				19:800\$000

NUCLEO COLONIAL JOÃO PINHEIRO — MINAS GERAES

1	Guarda fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
2				10:800\$000

NUCLEO COLONIAL INCONFIDENTES — MINAS GERAES

1	Guarda fiscal de 1ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
2				13:200\$000

COMISSÃO FUNDADORA DO NUCLEO COLONIAL SANTA  
CRUZ — DISTRICTO FEDERAL

1	Assistente tecnico de 2ª classe.....	1:550\$000	18:600\$000	18:600\$000
1	Sub-assistente tecnico de 1ª classe.....	1:350\$000	16:200\$000	16:200\$000

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Ajudantes technicos de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	25:200\$000
5	Ajudantes technicos de 4ª classe.....	950\$000	11:400\$000	57:000\$000
1	Amanuense de 1ª classe.....	950\$000	11:400\$000	11:400\$000
6	Sub-ajudantes technicos de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	61:200\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 2ª classe.....	800\$000	9:600\$000	19:200\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
1	Almoxarife de 1ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000
10	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	66:000\$000
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Auxiliares technicos de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
1	Contra mestre de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Artifice de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
8	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	43:200\$000
9	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	37:800\$000
7	Ajudantes motoristas de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	37:800\$000
5	Guardas de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
1	Pharmaceutico auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000



8	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	33:600\$000
16	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	57:600\$000
90	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	270:000\$000
98	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	235:200\$000
3	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	5:400\$000

281

1.075:200\$000

# NUCLEO COLONIAL SAO BENTO — DISTRICTO FEDERAL

1	Technico especializado.....	1:800\$000	21:600\$000	21:600\$000
1	Medico assistente de 3ª classe.....	1:350\$000	16:200\$000	16:200\$000
1	Sub-assistente tecnico de 1ª classe .....	1:350\$000	16:200\$000	16:200\$000
1	Sub-assistente tecnico de 5ª classe .....	1:150\$000	13:800\$000	13:800\$000
1	Amanuense de 1ª classe.....	950\$000	11:400\$000	11:400\$000
1	Aimoxarife de 1ª classe .....	800\$000	10:200\$000	10:200\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 4ª classe .....	700\$000	8:400\$000	8:400\$000
1	Sub-ajudante tecnico de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
1	Pharmaceutico ajudante de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	7:800\$000
2	Auxiliares de escripta de 2ª classe .....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
9	Auxiliares de escripta de 4ª classe .....	550\$000	6:600\$000	59:400\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Auxiliar tecnico de 4ª classe .....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Artifice de 3ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
4	Artifices de 4ª classe .....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
5	Artifices de 5ª classe .....	400\$000	4:800\$000	24:000\$000
3	Ajudantes de motoristas de 2ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Ajudantes motoristas de 3ª classe .....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
11	Auxiliares de 1ª classe .....	450\$000	5:400\$000	59:400\$000
12	Auxiliares de 2ª classe .....	400\$000	4:800\$000	62:400\$000
5	Auxiliares de 3ª classe .....	350\$000	4:200\$000	25:200\$000
1	Ajudante machinista de 4ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Guardas de 2ª classe .....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
4	Trabalhadores de 1ª classe .....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
26	Trabalhadores de 2ª classe .....	300\$000	3:600\$000	93:600\$000
75	Trabalhadores de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	225:000\$000
2	Trabalhadores de 4ª classe .....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
180				792:000\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

## Campo de Cooperação no Estado de São Paulo

Verba 3ª — II

Sub-Consignação n. 48

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Guarda fiscal de 3ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
3	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
11	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	33:000\$000
16				55:800\$000

## DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO VEGETAL

## Serviço Técnico do Café

Verba 12ª - II

Sub-Conservação n. 49

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CAFÉ S. PAULO			
1	Sub-assistente tecnico de 1ª classe.....	1:350\$000	16:200\$000	16:200\$000
2	Ajudantes technicos de 2ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	25:200\$000
1	Medico assistente adjunto de 4ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
2	Amanuenses de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	20:400\$000
5	Amanuenses de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	45:000\$000
1	Auxiliar de escripta de 1ª classe .....	700\$000	8:400\$000	8:400\$000
2	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
4	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	24:000\$000
2	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe .....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
1	Auxiliar tecnico de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	6:600\$000
1	Auxiliar tecnico de 3ª classe .....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Adjuncto de almoxarife de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000

1	Adjuncto de almoxarife de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
8	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	43:200\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
4	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	21:600\$000
2	Capatazes de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
2	Capatazes de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
2	Capatazes de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
1	Guarda de 1ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
4	Guardas de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000	16:800\$000
5	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	18:000\$000
2	Guardas de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
2	Ajudante de motoristas de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
61				367:200\$000
2	Artifices de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	10:800\$000
2				10:800\$000

# CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DAS EXPEDIÇÕES ARTÍSTICAS E CIENTÍFICAS DO BRASIL

Verba 3ª — III

Sub-Conservação n. 67

NÚMERO DE CONTRATADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Amanuense de 3ª classe.....	850\$000	10:200\$000	10:200\$000

**DIRECTORIA GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL**

Verba 4ª — II

Sub-Consiguação n. 15

NÚMERO DE CONTRATADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Sub-assistente tecnico de 3ª classe .....	1:250\$000	15:000\$000	15:000\$000
1	Auxiliar de 4ª classe .....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
4	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
3	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
1	Trabalhador de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
<b>10</b>				<b>46:800\$000</b>

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

## Instituto de Biologia Animal

Verba 4ª — II

Sub-Conservação n. 16

300

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Auxiliar de 1ª classe .....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar de 3ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
3	Auxiliares de 4ª classe .....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
2	Artífices de 5ª classe .....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
1	Ajudante de motorista de 4ª classe .....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
6	Trabalhadores de 2ª classe .....	300\$000	3:600\$000	21:000\$000
8	Trabalhadores de 3ª classe .....	250\$000	3:000\$000	24:000\$000
28	Trabalhadores de 4ª classe .....	200\$000	2:400\$000	67:200\$000
50				147:000\$000



DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

Directoria do Serviço de Fomento da Produção Animal

Verba 4ª — II

Sub-consignação n. 17

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Artifice de 5ª classe.....			
18	Trabalhadores de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
19		300\$000	3:600\$000	64:800\$000
				69:600\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

## Serviço de Fomento da Produção Animal

Verba 4ª — II

Sub-consignação n. 18

302

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	INSPECTORIA REGIONAL EM TIGIPIÓ — PERNAMBUCO			
2	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
3	Capatazes de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
4	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
23	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	55:200\$000
36	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	64:800\$000
3	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	3:600\$000
2	Guardas de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
73				158:400\$000

# INSPECTORIA REGIONAL EM CATU -- BAHIA

1	Auxiliar de escripta de 5ª classe.....
2	Capatazes de 1ª classe.....
1	Capataz de 2ª classe.....
5	Capatazes de 5ª classe.....
1	Auxiliar de 3ª classe.....
1	Auxiliar de 5ª classe.....
5	Trabalhadores de 3ª classe.....
17	Trabalhadores de 4ª classe.....
5	Trabalhadores de 5ª classe.....
83	Trabalhadores .....
1	Guarda de 5ª classe.....

122

# INSPECTORIA REGIONAL EM PEDRO LEOPOLDO -- MINAS GERAES

2	Capatazes de 3ª classe.....
2	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....
9	Trabalhadores de 3ª classe.....
41	Trabalhadores de 4ª classe.....

54

500\$000  
450\$000  
400\$000  
250\$000  
350\$000  
250\$000  
250\$000  
200\$000  
150\$000  
100\$000  
200\$000

6:000\$000  
5:400\$000  
4:800\$000  
3:000\$000  
4:200\$000  
3:000\$000  
3:000\$000  
2:400\$000  
1:800\$000  
1:200\$000  
2:400\$000

8:000\$000  
10.800\$000  
4:800\$000  
15:000\$000  
4:200\$000  
3:000\$000  
15:000\$000  
40:800\$000  
9:000\$000  
99:600\$000  
2:400\$000

210:600\$000

4:200\$000  
3:000\$000  
3:000\$000  
2:400\$000

8:400\$000  
6:000\$000  
27:600\$000  
98:400\$000

139:800\$000

(Continuação)

NÚMERO DE CONTRACTAÇÃO	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Anual	
	<b>INSPECTORIA REGIONAL EM PINHEIRO — RIO DE JANEIRO</b>			
4	Capatazes de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
2	Guardas de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000	4:800\$000
2	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
3	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
5	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
64	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	153:600\$000
1	Trabalhador .....	100\$000	1:200\$000	1:200\$000
81				205:800\$000
	<b>INSPECTORIA REGIONAL EM BARBENOS — SÃO PAULO</b>			
3	Capatazes de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
2	Ajudantes de motoristas de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000

1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
7	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	29:400\$000
49	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	147:000\$000
2	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000

64

208:800\$000

# INSPECTORIA REGIONAL EM PONTA GROSSA — PARANA

1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000		
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Capatazes de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
2	Capatazes de 4ª classe.....	300\$000	4:200\$000	8:400\$000
4	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
17	Trabalhadores de 3ª classe.....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
34	Trabalhadores de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	51:000\$000
1	Guarda de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	81:600\$000
		250\$000	3:000\$000	3:000\$000

68

174:600\$000

# INSPECTORIA REGIONAL — RIO GRANDE DO SUL

1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Capataz de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
15	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	45:000\$000

18

57:000\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

## Serviço de Fomento da Produção Animal

### Inspeção Regional de Sericultura em Barbacena

Verba 4ª — II

Sub-consignação n. 13

CONTRACTADOS NÚMERO DE	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Anual	
1	Artífice de 5ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Capataz de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
4	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
30	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	72:000\$000
2	Trabalhadores de 5ª classe.....	150\$000	1:800\$000	3:600\$000
14	Trabalhadores .....	100\$000	1:200\$000	16:800\$000
2	Aprendizes de 3ª classe.....	100\$000	1:200\$000	2:400\$000
57	.....			129:600\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

Directoria do Serviço de Defesa Sanitaria Animal

Verba 4<sup>a</sup> — II

Sub-consignação n. 20

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annuat	
9	Trabalhadores de 2 <sup>a</sup> classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
12	Trabalhadores de 3 <sup>a</sup> classe.....	250\$000	3:000\$000	36:000\$000
15				46:800\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

307

# SERVICO DE DEFESA SANITARIA ANIMAL NOS ESTADOS

Verba 4ª — II

Sub-Conservação n. 21

308

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
	INSPECTORIA REGIONAL — RECIFE			
2	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	7:200\$000
	INSPECTORIA REGIONAL — S. SALVADOR			
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
	INSPECTORIA REGIONAL — BELLO HORIZONTE			
4	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:600\$000
5				17:400\$000



## INSPECTORIA REGIONAL — BARRETOS

5	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	18:000\$000
4	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	12:000\$000
5	Trabalhadores de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	12:000\$000
14				42:000\$000

## INSPECTORIA REGIONAL — PORTO ALEGRE

6	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	21:600\$000
1	Trabalhador de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
8				27:000\$000

Serviço de Inspeção de Productos de Origem Animal nos Estados

310

Verba 4<sup>a</sup> — II

Sub-Consignação n. 23

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Anual	
INSPECTORIA REGIONAL EM BELLO-HORIZONTE				
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
2	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
4				14:400\$000
INSPECTORIA REGIONAL — S. PAULO				
3	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Trabalhador de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	3:600\$000
5				20:400\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

INSPECTORIA REGIONAL EM CURITYBA				
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
3	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	10:800\$000
5				19:200\$000
INSPECTORIA REGIONAL EM PORTO ALEGRE				
2	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	9:600\$000
3	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	12:600\$000
5				22:200\$000

## DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

## Serviço de Caça e Pesca

Verba 4ª — II

Sub-Conservação n. 24

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	14:400\$000
16	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	67:200\$000
1	Ajudante motorista de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
5	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	3:000\$000	15:000\$000
1	Trabalhador de 4ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Guarda de 4ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
27				106:200\$000

# DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL

## Escola Nacional de Veterinaria

Verba 4' — II

Sub-consignação N. 25

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
2	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
5	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	21:000\$000
4	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
12				52:800\$000

# DIRECTORIA DE ESTATISTICA DA PRODUÇÃO

314

Verba 5ª — II

Sub-consignação n. 2

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
3	Sub-ajudantes technicos de 5ª classe.....	650\$000	7:800\$000	23:400\$000
2	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	13:200\$000
2	Auxiliares de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
3	Auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	16:200\$000
5	Auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	4:800\$000	24:000\$000
17	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	71:400\$000
4	Auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	3:600\$000	14:400\$000
2	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	6:000\$000
1	Adjuncto archivista de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Trabalhador de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
40				190:200\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

# DIRECTORIA DE ESTATISTICA E PRODUÇÃO

## Officinas Graphicas

Verba 5ª — II

Sub-consignação n. 3

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Sub-administrador de 4ª classe.....	1:050\$000	12:600\$000	12:600\$000
1	Mestre de 5ª classe.....	750\$000	9:000\$000	9:000\$000
3	Sub-ajudantes technicos de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	27:000\$000
2	Contra-mestres de 2ª classe.....	650\$000	7:800\$000	15:600\$000
8	Artifices de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000	57:600\$000
7	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	46:200\$000
1	Auxiliar de escripta de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Mensageiro de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Artifice de 4ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
4	Artifices de 5ª classe.....	400\$000	4:800\$000	19:200\$000
2	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
1	Servente de 4ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
1	Aprendiz de 1ª classe.....	200\$000	2:400\$000	2:400\$000
35				231:000\$000

# DIRECTORIA DE ESTATISTICA E PRODUÇÃO

## Inspectores de Estatistica

Verba 5ª — II

Sub-consignação n. 4

NUMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
4	Auxiliares de escripta de 4ª classe.....	550\$000	6:600\$000	26:400\$000
1	Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	4:200\$000
14	Auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	42:000\$000
20				78:000\$000



# DIRECTORIA DE ORGANIZAÇÃO E DEFESA DA PRODUÇÃO

Verba 6ª — II

Sub-Conservação n. 2

NÚMERO DE CONTRACTADOS	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO		TOTAL DA DESPESA
		Mensal	Annual	
1	Assistente tecnico de 1ª classe.....	1:600\$000	19:200\$000	19:200\$000
7	Ajudantes technicos de 4ª classe.....	950\$000	11:400\$000	79:800\$000
6	Ajudantes technicos de 5ª classe.....	900\$000	10:800\$000	64:800\$000
17	Sub-ajudantes technicos de 3ª classe.....	750\$000	9:000\$000	153:000\$000
14	Auxiliares technicos de 2ª classe.....	550\$000	6:600\$000	92:400\$000
2	Auxiliares de 3ª classe.....	350\$000	4:200\$000	8:400\$000
1	Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	3:000\$000	3:000\$000
48				420:600\$000

## DECRETO N. 872 — DE 1 DE JUNHO DE 1936

*Dispõe sobre a classificação e remuneração do pessoal contratado, e dá outras providencias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 7º da lei n. 183, de 13 de janeiro do corrente anno, e

Considerando a necessidade inadiavel de regularizar a situação dos contractados admittidos para os differentes serviços da Administração Federal;

Considerando que a falta de ordem, quanto ao processo de admissão e fixação de estipendios e denominações dos serventuários contractados, creou um estado de verdadeira confusão, certo como é que nesse particular se procede sem unidade de vistas e sem qualquer criterio legal ou regulamentar;

Considerando que a inexistencia de uma *tabella padrão* tem concorrido para difficultar cada vez mais o encaminhamento desse importante problema a uma solução racional e equitativa;

Considerando que a falta de um controle real e efficiente e de normas reguladoras dos ajustes ou contractos, impossibilita o julgamento dos pedidos de creditos a esse fim destinados e consequentemente a restricção das dotações orçamentarias ao minimo indispensavel;

Considerando ainda que o numero elevadissimo de modalidades de remunerações e denominações actualmente existente impede a rapida organização das respectivas folhas, com evidente prejuizo dos demais serviços,

Resolve:

Art. 1º. A remuneração do pessoal contractado a que se refere o artigo primeiro do Regulamento aprovado pelo decreto n. 871, de 1 de junho de 1936, a partir de 1 de abril do corrente anno, obedecerá á escala da tabella annexa, de accordo com as denominações nella estabelecidas (Tabella A).

Paragrapho unico. Exceptuam-se os contractos bilateraes, a que se referem o artigo 5º e seu paragrapho unico, do regulamento acima citado.

Art. 2º. A melhoria de remuneração dos contractados obedecerá rigorosamente á ordem crescente estabelecida na escala, sendo responsabilizados os que lhes concederem augmento maior do que a remuneração da classe immediatamente superior.

Paragrapho unico. A melhoria referida no presente artigo só se verificará em virtude de novo contracto.

Art. 3º. O pessoal contractado, actualmente existente, será distribuido de accordo com as relações annexas, que sómente poderão ser alteradas por acto do Presidente da Republica, á vista de justificação do Ministro da pasta respectiva,

ouvido previamente o Ministerio da Fazenda, na forma prescripta pelo Regulamento approved pelo decreto n. 871, de 1 de junho de 1936.

Art. 4.º O Ministerio da Viação submeterá á approvação do Presidente da Republica, dentro de 30 dias da vigencia deste decreto, uma nova tabella de distribuição da gratificação de que tratam os decretos ns. 24.768, de 14 de julho, e 8, de 3 de agosto, ambos de 1934, até o limite de 3.500:000\$000, attendendo, não só ao augmento ora concedido, como ainda á natureza dos serviços attribuidos a cada um dos beneficiarios.

Art. 5.º O augmento de estipendios dos contractados será concedido na proporção estabelecida na *tabella B*.

Paragrapho unico. Não serão beneficiados com augmento de que trata este artigo os contractados de remuneração superior a 1:500\$000 mensaes e os observadores do Ministerio da Agricultura.

Art. 6.º Ficam renovados, até 31 de dezembro de 1936, com as remunerações constantes da *tabella A*, os contractos que vigoraram até 31 do mez de março do corrente anno.

Art. 7.º As despesas decorrentes do reajustamento dos contractados correrão, no exercicio vigente, á conta das dotações ás quaes vinham sendo imputadas, feitas as supplementações necessarias de accordo com a *tabella C*.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Gustavo Capanema.*

*João Gomes Ribeiro Filho*

*Agamemnom Magalhães.*

*Marques dos Reis.*

*Odilon Braga.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Henrique Aristides Guilhem.*

---

## TABELLA A

## NOVAS DENOMINAÇÕES DOS CONTRACTADOS DE ACCORDO COM AS RESPECTIVAS FUNCÇÕES

NUMERO	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO MENSAL				
		1ª classe	2ª classe	3ª classe	4ª classe	5ª classe
1	Intendente . . . . .	<i>Remuneração superior a 1:700\$000</i>				
2	Sub-Intendente . . . . .	1:700\$000	1:650\$000	1:600\$000	1:550\$000	1:500\$000
3	Administrador . . . . .	1:450\$000	1:400\$000	1:350\$000	1:300\$000	1:250\$000
4	Sub-Administrador . . . . .	1:200\$000	1:150\$000	1:100\$000	1:050\$000	1:000\$000
5	Chefe de Serviço . . . . .	950\$000	900\$000	850\$000	800\$000	750\$000
6	Sub-Chefe de Serviço . . . . .	700\$000	650\$000	600\$000	550\$000	500\$000
7	Chefe de Secção . . . . .	1:450\$000	1:400\$000	1:350\$000	1:300\$000	1:250\$000
8	Escripturario . . . . .	1:200\$000	1:150\$000	1:100\$000	1:050\$000	1:000\$000
9	Amanuense . . . . .	950\$000	900\$000	850\$000	800\$000	750\$000
10	Auxiliar de Escrip.ta . . . . .	700\$000	650\$000	600\$000	550\$000	500\$000

11	Auxiliar (x) .....	450\$000	400\$000	350\$000	300\$000	250\$000	
12	Thesoureiro .....	1:400\$000	1:350\$000	1:300\$000	1:250\$000	1:200\$000	
13	Fiel de Thesoureiro.....	850\$000	800\$000	750\$000	700\$000	650\$000	
14	Almoxarife .....	850\$000	800\$000	750\$000	700\$000	650\$000	
15	Adjunto de Almoxarife.....	600\$000	550\$000	500\$000	450\$000	400\$000	
16	Archivista .....	850\$000	800\$000	750\$000	700\$000	650\$000	
17	Adjunto de Archivista.....	600\$000	550\$000	500\$000	450\$000	400\$000	
18	Technico Especializado .....		Remuneração superior a 1:600\$000				
19	Assistente Technico .....	1:600\$000	1:550\$000	1:500\$000	1:450\$000	1:400\$000	
20	Sub-Assistente Technico .....	1:350\$000	1:300\$000	1:250\$000	1:200\$000	1:150\$000	
21	Ajudante Technico .....	1:100\$000	1:050\$000	1:000\$000	950\$000	900\$000	
22	Sub-Ajudante Technico .....	850\$000	800\$000	750\$000	700\$000	650\$000	
23	Auxiliar Technico .....	600\$000	550\$000	500\$000	450\$000	400\$000	
24	Medico Especialista .....		Remuneração superior a 1:700\$000				
25	Chefe de Clinica.....	1:700\$000	1:650\$000	1:600\$000	1:550\$000	1:500\$000	
26	Medico Assistente .....	1:450\$000	1:400\$000	1:350\$000	1:300\$000	1:250\$000	
27	Medico Assistente Adjunto.....	1:200\$000	1:150\$000	1:100\$000	1:050\$000	1:000\$000	
28	Medico .....	950\$000	900\$000	850\$000	800\$000	750\$000	
29	Medico Adjunto .....	700\$000	650\$000	600\$000	550\$000	500\$000	
30	Medico Auxiliar .....	450\$000	400\$000	350\$000	300\$000	250\$000	
31	Dentista .....	950\$000	900\$000	850\$000	800\$000	750\$000	
32	Dentista Ajudante .....	700\$000	650\$000	600\$000	550\$000	500\$000	
33	Dentista Auxiliar .....	450\$000	400\$000	350\$000	300\$000	250\$000	
34	Pharmaceutico .....	950\$000	900\$000	850\$000	800\$000	750\$000	

(\*) — A classe dos Auxiliares abrange os sem função especificada a serem distribuidos pelos diferentes serviços.

NUMERO	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO MENSAL				
		1ª classe	2ª classe	3ª classe	4ª classe	5ª classe
35	Pharmaceutico Ajudante .....	700\$000	650\$000	600\$000	550\$000	500\$000
36	Pharmaceutico Auxiliar .....	450\$000	400\$000	350\$000	300\$000	250\$000
37	Enfermeiro .....	600\$000	550\$000	500\$000	450\$000	400\$000
38	Enfermeiro Ajudante .....	350\$000	300\$000	250\$000	200\$000	150\$000
39	Assistente de Ensino.....	1:050\$000	1:000\$000	950\$000	900\$000	850\$000
40	Auxiliar de Ensino.....	900\$000	750\$000	700\$000	650\$000	600\$000
41	Coadjuvante de Ensino.....	550\$000	500\$000	450\$000	400\$000	350\$000
42	Mestre Escola .....	300\$000	250\$000	200\$000	150\$000	100\$000
43	Telegraphista .....	700\$000	650\$000	600\$000	550\$000	500\$000
44	Telegraphista Adjunto .....	450\$000	400\$000	350\$000	300\$000	250\$000
45	Telegraphista Auxiliar .....	200\$000	150\$000	100\$000	—	—
46	Telephonista .....	700\$000	650\$000	600\$000	550\$000	500\$000
47	Ajudante do Trafego.....	700\$000	650\$000	600\$000	550\$000	500\$000
48	Praticante .....	200\$000	150\$000	100\$000	—	—
49	Mensageiro .....	450\$000	400\$000	350\$000	300\$000	250\$000
50	Mensageiro Ajudante .....	200\$000	150\$000	100\$000	—	—

51	Guarda Fios .....	500\$000	450\$000	400\$000	350\$000	300\$000
52	Inspector Fiscal .....	1:150\$000	1:100\$000	1:050\$000	1:000\$000	950\$000
53	Inspector .....	900\$000	850\$000	800\$000	750\$000	700\$000
54	Guarda Fiscal .....	650\$000	600\$000	550\$000	500\$000	450\$000
55	Guarda .....	400\$000	350\$000	300\$000	250\$000	200\$000
56	Mestre .....	950\$000	900\$000	850\$000	800\$000	750\$000
57	Contra Mestre .....	700\$000	650\$000	600\$000	550\$000	500\$000
58	Artifice .....	600\$000	550\$000	500\$000	450\$000	400\$000
59	Aprendiz .....	200\$000	150\$000	100\$000	—	—
60	Feitor .....	700\$000	650\$000	600\$000	550\$000	500\$000
61	Capataz .....	450\$000	400\$000	350\$000	300\$000	250\$000
62	Trabalhador .....	350\$000	300\$000	250\$000	200\$000	150\$000

# TABELLA A

(Continuação)

324

NUMERO	DENOMINAÇÕES	REMUNERAÇÃO MENSAL				
		1ª classe	2ª classe	3ª classe	4ª classe	5ª classe
63	Trabalhador . . . . .	—	<i>Remuneração de 100\$000</i>			
64	Machinista . . . . .	750\$000	700\$000	650\$000	600\$000	550\$000
65	Ajudante de Machinista . . . . .	500\$000	450\$000	400\$000	350\$000	300\$000
66	Motorista . . . . .	750\$000	700\$000	650\$000	600\$000	550\$000
67	Ajudante do Motorista . . . . .	500\$000	450\$000	400\$000	350\$000	300\$000
68	Porteiro . . . . .	700\$000	650\$000	600\$000	550\$000	500\$000
69	Continuo. . . . .	600\$000	550\$000	500\$000	450\$000	400\$000
70	Servente . . . . .	500\$000	450\$000	400\$000	350\$000	300\$000
71	Marinheiro . . . . .	500\$000	450\$000	400\$000	350\$000	300\$000
72	Cosinheiro . . . . .	400\$000	350\$000	300\$000	250\$000	200\$000
73	Despachante . . . . .	950\$000	900\$000	850\$000	800\$000	750\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Os observadores do Ministerio da Agricultura terão a remuneração mensal de 100\$000, 50\$000, 40\$000 e 30\$000, e não foram incluídos na tabella em virtude da natureza especialissima do serviço.



## TABELLA B

### TABELLA PARA O REAJUSTAMENTO DO PESSOAL CONTRACTADO

CATEGORIAS	REMUNERAÇÃO			
	ACTUAL		PROPOSTA	
	Mensal		Mensal	Annual
	de	até		
1ª classe . . . . .	—	90\$000	100\$000	1:200\$000
2ª " . . . . .	91\$000	100\$000	150\$000	1:800\$000
3ª " . . . . .	101\$000	150\$000	200\$000	2:400\$000
4ª " . . . . .	151\$000	200\$000	250\$000	3:000\$000
5ª " . . . . .	201\$000	250\$000	300\$000	3:600\$000
6ª " . . . . .	251\$000	300\$000	350\$000	4:200\$000
7ª " . . . . .	301\$000	350\$000	400\$000	4:800\$000
8ª " . . . . .	351\$000	400\$000	450\$000	5:400\$000

(Continuação)

326

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

CATEGORIAS			REMUNERAÇÃO			
			ACTUAL		PROPOSTA	
			Mensal		Mensal	Annual
9ª	"	.....	401\$000	450\$000	500\$000	6:000\$000
10ª	"	.....	451\$000	500\$000	550\$000	6:600\$000
11ª	"	.....	501\$000	550\$000	600\$000	7:200\$000
12ª	"	.....	551\$000	600\$000	650\$000	7:800\$000
13ª	"	.....	601\$000	650\$000	700\$000	8:400\$000
14ª	"	.....	651\$000	700\$000	750\$000	9:000\$000
15ª	"	.....	701\$000	750\$000	800\$000	9:600\$000
16ª	"	.....	751\$000	800\$000	850\$000	10:200\$000
17ª	"	.....	801\$000	850\$000	900\$000	10:800\$000
18ª	"	.....	851\$000	900\$000	950\$000	11:400\$000
19ª	"	.....	901\$000	950\$000	1:000\$000	12:000\$000

20ª	"	.....	951\$000	1:000\$000	1:050\$000	12:600\$000
21ª	"	.....	1:001\$000	1:050\$000	1:100\$000	13:200\$000
22ª	"	.....	1:051\$000	1:100\$000	1:150\$000	13:800\$000
23ª	"	.....	1:101\$000	1:150\$000	1:200\$000	14:400\$000
24ª	"	.....	1:151\$000	1:200\$000	1:250\$000	15:000\$000
25ª	"	.....	1:201\$000	1:250\$000	1:300\$000	15:600\$000
26ª	"	.....	1:251\$000	1:300\$000	1:350\$000	16:200\$000
27ª	"	.....	1:301\$000	1:350\$000	1:400\$000	16:800\$000
28ª	"	.....	1:351\$000	1:400\$000	1:450\$000	17:400\$000
29ª	"	.....	1:401\$000	1:450\$000	1:500\$000	18:000\$000
30ª	"	.....	1:451\$000	1:500\$000	1:550\$000	18:600\$000

OBSERVAÇÕES — O abono só attinge as remunerações até 1:500\$000.

# TABELLA C

328

Demonstração da despesa com o pagamento do pessoal reajustado, de abril a dezembro de 1936

NUMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 193, de 13-1-1936
		Annual	Em 9 meses		
2	FAZENDA				
	ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL E THESOURO NACIONAL				
	<i>II — Directoria de Estatistiea Economica e Financeira</i>				
	Sub-consignação n. 22 -- Pessoal.....	{ 235:800\$000	176:250\$000	{ 132:750\$000 42:200\$000 }	1:300\$000
	Sub-consignação n. 23 -- Pessoal.....				

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

II — Directoria do Dominio da União					
	Sub-consignação n. 32 — Pessoal.....	37:800\$000	28:350\$000	24:300\$000	4:050\$000
	Sub-consignação n. 55 — Pessoal.....	10:200\$000	7:650\$000	6:258\$000	1:392\$000
	Sub-consignação n. 56 — Pessoal.....	14:400\$000	10:800\$000	9:000\$000	1:800\$000
	Sub-consignação n. 58 — Pessoal.....	257:400\$000	193:050\$000	163:080\$000	29:970\$000
	Sub-consignações ns. 34 a 53 — Pessoal....	226:800\$000	170:100\$000	120:420\$000	49:680\$000
5	CAIXA DE AMORTIZAÇÃO				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	6:600\$000	4:950\$000	4:500\$000	450\$000
13	FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO DE CONSUMO				
	Sub-consignação n. 4 — Pessoal.....	79:800\$000	59:850\$000	53:250\$000	6:600\$000
	Sub-consignação n. 5 — Pessoal.....	249:600\$000	187:200\$000	184:950\$000	2:250\$000
19	COMISSÃO CENTRAL DE COMPRAS				
	Sub-consignação n. 1 — Pessoal.....	} 1.311:600\$000	} 983:700\$000	} 890:100\$000	} 62:100\$000
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....				
	Sub-consignação n. 4 — Pessoal.....				
		195:000\$000	146:250\$000	134:100\$000	12:150\$000
					171:742\$000

(CONTINUAÇÃO)

330

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183, de 13-1-1936
		Annual	Em 9 meses		
5	<b>JUSTIÇA</b>				
	<b>INSTITUTOS DISCIPLINARES</b>				
	<i>Escola Quinze de Novembro</i>				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	49:200\$000	36:900\$000	29:430\$000	7:470\$000
	<i>Instituto Sete de Setembro</i>				
	Divisão Masculina				
	Sub-consignação .....	37:200\$000	27:900\$000	22:950\$000	4:950\$000
	Divisão Feminina				
	Sub-consignação .....	22:200\$000	16:650\$000	13:050\$000	3:600\$000

	<i>Escola João Luiz Alves</i>				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	21:000\$000	15:750\$000	13:050\$000	2:700\$000
	<i>Patronato Agricola Arthur Bernardes</i>				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	70:200\$000	52:650\$000	41:310\$000	11:340\$000
	<i>Patronato Agricola Wenceslão Braz</i>				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	54:600\$000	40:950\$000	35:045\$000	5:905\$000
6	POLICIA CIVIL DO DISTRICTO FEDERAL				
	Sub-consignação n. 33 — Pessoal.....	191:400\$000	143:550\$000	122:565\$000	20:985\$000
7	POLICIA MILITAR DO DISTRICTO FEDERAL				
	Sub-consignação n. 10 — Pessoal.....	270:000\$000	202:500\$000	210:000\$000	—
11	CORPO DE BOMBEIROS				
	Sub-consignação n. 5 — Pessoal.....	189:600\$000	142:200\$000	{ 15:300\$000 }	22:140\$000
	Sub-consignação n. 6 — Pessoal.....			{ 104:760\$000 }	

(Continuação)

NUMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orga- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183, de 13-1-1936
		Annual	Em 9 meses		
13	DEPARTAMENTO DE PROPAGANDA E DIFFUSÃO CULTURAL  <i>II — Imprensa Nacional</i>				
	Sub-consignação n. 29 — Pessoal.....	850:800\$000	638:100\$000	135:000\$000	—
	Sub-consignação n. 32 — Pessoal.....			270:000\$000	
	Sub-consignação n. 33 — Pessoal.....			262:500\$000	
14	DIRECTORIA DE ESTATISTICA GERAL				
	Sub-consignação n. 3 — Pessoal.....	98:400\$000	73:800\$000	65:700\$000	8:100\$000
IV	CAMARA DOS DEPUTADOS				
	Sub-consignação n. 5 — Pessoal.....	172:800\$000	129:600\$000	105:408\$000	24:192\$000
	Sub-consignação — Pessoal.....	51:000\$000	38:250\$000	35:100\$000	3:150\$000
					114:532\$000



	<b>EXTERIOR</b>				
1	SECRETARIA DE ESTADO				
	Sub-consignação n. 4 — Pessoal.....	607:800\$000	455:850\$000	411:200\$000	44:800\$000
	<b>EDUCAÇÃO</b>				
1	SECRETARIA DE ESTADO				
	<i>Serviço de Locomoção</i>				
	Sub-consignação n. 22 — Pessoal.....	298:800\$000	224:106\$000	214:290\$000	9:810\$000
	<i>Inspectoria de Engenharia Sanitaria</i>				
	Sub-consignação n. 38 — Pessoal.....	954:000\$000	715:500\$000	743:547\$000	—
	<i>Directoria Nacional de Educação</i>				
	Sub-consignação n. 22 — Pessoal.....	214:200\$000	160:650\$000	149:850\$000	10:800\$000
	<i>Superintendencia de Obras e Transportes</i>				
	Sub-consignação n. 23 — Pessoal.....	85:800\$000	64:350\$000	57:735\$000	6:615\$000

(Continuação)

334

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orga- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183, de 13-1-1936
		Annual	Em 9 meses		
2	INSTITUTOS DE ENSINO				
	<i>Instituto Benjamin Constant</i>				
	Sub-consignação n. 126 — Pessoal.....	72:000\$000	54:000\$000	43:740\$000	10:260\$000
	<i>Instituto Nacional de Surdos e Mudos</i>				
	Sub-consignação n. 142 — Pessoal.....	89:400\$000	67:050\$000	54:090\$000	12:960\$000
	<i>Faculdade de Direito de Recife</i>				
	Sub-consignação n. 4 — Pessoal.....	274:800\$000	206:100\$000	184:500\$000	21:600\$000
	<i>Faculdade de Medicina da Bahia</i>				
	Sub-consignação n. 22 — Pessoal.....	818:400\$000	613.800\$000	670:700\$000	—

<i>Faculdade de Medicina de Porto Alegre</i>				
Sub-consignação n. 51 — Pessoal.....	355:200\$000	266:400\$000	245:266\$100	21:133\$900
<i>Internato do Collegio Pedro II</i>				
Sub-consignação n. 86 — Pessoal.....	216:600\$000	162:450\$000	135:135\$000	27:315\$000
<i>Externato do Collegio Pedro II</i>				
Sub-consignação n. 87 — Pessoal.....	127:200\$000	95:400\$000	93:087\$000	2:313\$000
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO				
<i>Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro</i>				
Sub-consignação n. 24 — Pessoal.....	69:600\$000	52:200\$000	76:100\$000	—
<i>Escola Nacional de Bellas Artes</i>				
Sub-consignação n. 72 — Pessoal.....	60:600\$000	45:450\$000	39:150\$000	6:300\$000
<i>Instituto de Musica</i>				
Sub-consignação n. 96 — Pessoal.....	84:600\$000	63:450\$000	55:800\$000	7:650\$000
<i>Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro</i>				
Sub-consignação n. 119 — Pessoal.....	20:400\$000	15:300\$000	13:500\$000	1:800\$000

(Continuação)

NÚMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 133, de 13-1-1936
		Annual	Em 9 meses		
4	<i>Escola de Minas (Ouro Preto)</i>				
	Sub-consignação n. 139 — Pessoal.....	6:000\$000	4:500\$000	3:500\$000	1:000\$000
	UNIVERSIDADE TECHNICA FEDERAL				
	<i>Escola Polytechnica</i>				
5	Sub-consignação n. 15 — Pessoal.....	12:000\$000	9:000\$000	7:510\$000	1:490\$000
	<i>Escola Nacional de Chimica</i>				
	Sub-consignação n. 34 — Pessoal.....	7:200\$000	5:400\$000	7:500\$000	—
	SUPERINTENDENCIA DO ENSINO INDUSTRIAL				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	102:600\$000	76:950\$000	79:380\$000	—

*Escola de Aprendizizes Artífices*

## Sub-consignação n. 15 — Pessoal:

Amazonas .....	54:000\$000	40:500\$000	825:000\$000	66:450\$000
Pará .....	48:600\$000	36:450\$000		
Maranhão .....	69:000\$000	51:750\$000		
Piauí .....	37:800\$000	28:350\$000		
Ceará .....	79:800\$000	59:850\$000		
Rio Grande do Norte.....	32:400\$000	24:300\$000		
Parahyba .....	85:200\$000	63:900\$000		
Pernambuco .....	103:800\$000	77:850\$000		
Alagoas .....	52:800\$000	39:600\$000		
Sergipe .....	79:800\$000	59:850\$000		
Bahia .....	175:800\$000	131:850\$000		
Espirito Santo.....	27:000\$000	20:250\$000		
Rio de Janeiro.....	76:800\$000	57:600\$000		
S. Paulo.....	74:400\$000	55:800\$000		
Paraná .....	48:600\$000	36:450\$000		
Santa Catharina.....	61:800\$000	46:350\$000		
Minas Geraes.....	54:000\$000	40:500\$000		
Matto Grosso.....	10:800\$000	8:100\$000		
Goyaz .....	16:200\$000	12:150\$000		

*Escola Normal de Artes e Offícios  
Wenceslão Braz*

Sub-consignação n. 27 — Pessoal.....	217:800\$000	163:350\$000	67:123\$750	25:256\$250
Sub-consignação n. 28 — Pessoal.....			74:970\$000	

(Continuação)

338

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NÚMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183, de 13-1-1936
		Annual	Em 9 meses		
8	MUSEU NACIONAL				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	173:400\$000	130:050\$000	112:419\$000	17:631\$000
3	OBSERVATORIO NACIONAL				
	Sub-consignação n. 3 — Pessoal.....	110:490\$000	82:800\$000	43:110\$000	6:390\$000
	Sub-consignação n. 4 — Pessoal.....			33:300\$000	
10	BIBLIOTHECA NACIONAL				
	Sub-consignação n. 3 — Pessoal.....	10:800\$000	8:100\$000	6:750\$000	1:350\$000
11	DIRECTORIA DA DEFESA SANITARIA INTERNACIONAL, ETC.				
	Sub-consignação n. 45 — Pessoal.....	436:800\$000	327:600\$000	312:434\$000	—
	Sub-consignação n. 46 — Pessoal.....				
	Sub-consignação n. 3 — Pessoal.....				

13	DIRECTORIA DE PROTECCAO A' MATER- NIDADE E A' INFANCIA				
	Sub-consignação n. 4 — Pessoal.....	100:800\$000	75:600\$000	54:395\$000	21:205\$000
14	DIRECTORIA DE ASSISTENCIA HOSPITALAR				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	134:400\$000	100:800\$000	399:580\$000	—
	<i>Hospital S. Francisco de Assis</i>				
	Sub-consignação n. 5 — Pessoal.....	34:200\$000	25:650\$000	100:489\$500	—
	Sub-consignação n. 6 — Pessoal.....				
	<i>Hospital Pedro II</i>				
	Sub-consignação n. 9 — Pessoal.....	19:200\$000	14:400\$000	24:360\$000	—
	<i>Hospital Estacio de Sá</i>				
	Sub-consignação n. 12 — Pessoal.....	324:600\$000	243:450\$000	659:920\$000	—
15	DIRECTORIA DE ASSISTENCIA A PSYCHO- PATHAS, ETC.				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	163:200\$000	122:400\$000	127:650\$000	—
	Sub-consignação n. 6 — Pessoal.....	139:200\$000	104:400\$000	82:240\$000	22:160\$000
	<i>Colonia de Psychopathas (Homens)</i>				
	Sub-consignação n. 13 — Pessoal.....	24:000\$000	18:000\$000	19:350\$000	—

(Continuação)

DAS VALIAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183, de 13-1-1936
		Annual	Em 9 meses		
3	<i>Colonia de Psychopathas (Mulheres)</i>				
	Sub-consignação n. 19 — Pessoal.....	23:400\$000	17:550\$000	19:500\$000	—
	SERVIÇO DE INSPECÇÃO SUPERIOR DO ENSINO				
	<i>Inspectoria Geral do Ensino Superior</i>				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	33:000\$000	24:750\$000	22:500\$000	2:250\$000
	<i>Inspectoria Geral do Ensino Secundario</i>				
	Sub-consignação n. 16 — Pessoal.....	31:200\$000	25:650\$000	22:500\$000	3:150\$000
	<i>Inspectoria Geral do Ensino Commercial</i>				
	Sub-consignação n. 30 — Pessoal.....	99:000\$000	74:250\$000	77:670\$000	—



17	INSTITUTO OSWALDO CRUZ (Filial de Bello Horizonte)				
	Sub-consignação n. 3 — Pessoal.....	351:000\$000	263:250\$000	216:540\$000	46:710\$000
18	INSPECTORIA DE AGUAS E ESGOTOS				
	Sub-consignação n. 4.....	7.169:400\$000	5.377:050\$000	4.519:682\$250	857:367\$750
	5ª Divisão				
	Sub-consignação n. 13.....	534:600\$000	400:950\$000	439:106\$000	—
	Serviços de Esgotos				
	Sub-consignação n. 41 — Material.....	778:560\$000	583:920\$000	—	—
					<u>1.210:966\$900</u>
	TRABALHO				
1	SECRETARIA DE ESTADO				
	Sub-consignação n. 7.....	90:000\$000	67:500\$000	61:475\$500	6:024\$500
	Actuariado				
	Sub-consignação n. 5.....	94:800\$000	71:100\$000	68:400\$000	2:700\$000

(Continuação)

NUMERO DAS VENCIDAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orga- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183, de 13-1-1936
		Annual	Em 9 meses		
2	DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO				
	TITULO I				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	343:800\$000	257:850\$000	236:700\$000	21:150\$000
	Sub-consignação n. 3 — Pessoal.....	517:200\$000	387:000\$000	356:253\$775	31:646\$225
	TITULO II				
	<i>Serviço de Identificação Profissional</i>				
	Sub-consignação n. 1 e 2 — Pessoal.....	476:400\$000	357:300\$000	630:935\$775	
	TITULO III				
	<i>Junta de Conciliação, etc.</i>				
	Sub-consignação n. 1 — Pessoal.....	115:800\$000	86:850\$000	79:200\$000	7:650\$000

3	DEPARTAMENTO NACIONAL DA PROPRIE- DADE INDUSTRIAL				
	TITULO II				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	67:200\$000	50:400\$000	45:250\$475	5:149\$525
5	DEPARTAMENTO NACIONAL DO POVOA- MENTO				
	Sub-consignação n. 5 — Pessoal.....	129:000\$000	96:750\$000	86:270\$725	10:479\$275
6	DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTATIS- TICA E PUBLICIDADE				
	Sub-consignação n. 4 — Pessoal.....	220:200\$000	165:150\$000	146:293\$059	18:856\$050
	Sub-consignação n. 5 — Pessoal.....	109:200\$000	81:900\$000	75:474\$175	6:425\$825
7	CONSELHO NACIONAL DO TRABALHO				
	Sub-consignação n. 3.....	13:200\$000	9:900\$000	9:000\$000	900\$000
8	DEPARTAMENTO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO				
	Sub-consignação n. 3 — Pessoal.....	19:800\$000	14:850\$000	13:500\$000	1:350\$000

(Continuação)

NÚMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183. de 13-1-1936
		Annual	Em 9 mezes		
9	INSPECTORIAS REGIONAES				
	Sub-consignação n. 3 — Pessoal.....	738:600\$000	553:250\$000	512:764\$150	41:185\$850
10	INSTITUTO NACIONAL DE TECHNOLOGIA				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	569:200\$000	426:150\$000	393:085\$375	33:064\$625
					186:581\$875
	VIAÇÃO				
2	CORREIOS E TELEGRAPHOS				
	Sub-consignação n. 1 — <i>Pro-rata</i> .....			448:594\$125	
	Sub-consignação n. 2.....			620:213\$334	
	Sub-consignação n. 4.....			281:141\$250	
	Sub-consignação n. 6.....	25.196:400\$000	18:897:300\$000	13.875:000\$000	2.500:851\$291
	Sub-consignação n. 10.....			1.171:500\$000	

4	<b>ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL</b>				
	Sub-consignação n. 3.....	14.898:000\$000	11.173:500\$000	9.082:500\$000	2.091:000\$000
5	<b>RÊDE DE VIAÇÃO CEARENSE</b>				
	Sub-consignação n. 2.....	5.308:200\$000	3.981:150\$000	2.857:500\$000	1.123:650\$000
6	<b>INSPECTORIA FEDERAL DE ESTRADAS</b>				
	a) Sub-consignação n. 2.....	154:800\$000	116:100\$000	104:544\$000	11:556\$000
	b) Estrada de Ferro S. Luiz a Therezina:				
	Sub-consignação n. 2.....	1.530:400\$000	1.185:300\$000	843:314\$250	341:985\$750
	c) Estrada de Ferro Petrolina Therezina:				
	Sub-consignação n. 3.....	288:600\$000	216:450\$000	138:325\$875	78:124\$125
	d) Estrada de Ferro Central do Piauhv:				
	Sub-consignação n. 2.....	423:000\$000	317:250\$000	231:045\$000	86:205\$000
	e) Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte:				
	Sub-consignação n. 2.....	533:800\$000	404:100\$000	320:835\$000	83:265\$000

(Continuação)

NUMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 193 de 13-1-1936
		Annual	Em 9 mezes		
	<b>f) Estrada de Ferro de Goyaz:</b>				
	Sub-consignação n. 1.....	1.637:400\$000	1.228:050\$000	928:286\$250	299:763\$750
7	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO				
	Sub-consignação n. 2.....	3.982:200\$000	2.986:650\$000	2.376:000\$000	610:650\$000
9	DEPARTAMENTO DE AERONAUTICA CIVIL				
	<i>Inspectoria de Aeronautica Civil</i>				
	Sub-consignação n. 5.....	101:400\$000	76:050\$000	67:500\$000	8:550\$000

11	INSPECTORIA GERAL DE ILLUMINAÇÃO				
	<i>Directoria Geral de Illuminação</i>				
	Sub-consignação n. 2.....	15:600\$000	11:700\$000	10:440\$000	1:260\$000
					<u>11.555:035\$916</u>
	<b>MARINHA</b>				
23	EVENTUAES, PESSOAL EXTRAORDINARIO E CONTRACTADO				
	Sub-consignação n. 3 — Pessoal.....	1.044:000\$000	783:000\$000	706:695\$000 (*)	<u>76:305\$000</u>
	<b>GUERRA</b>				
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL				
	<i>I — Comissão de Orçamento, etc.</i>				
	Sub-consignação n. 4.....	23:400\$000	17:550\$000	16:200\$000	1:350\$000
	<i>II — Secretaria de Estado da Guerra</i>				
	Eventuaes .....	7:800\$000	5:850\$000	5:400\$000	485\$000

## (CONTINUAÇÃO)

NUMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183, de 13-1-1936
		Annual	Em 9 meses		
	<i>III — Directoria dos Serviços de Fundos</i>				
	Sub-consignação n. 6.....	109:800\$000	82:350\$000	71:100\$000	11:250\$000
	<i>IV — Departamento do Pessoal do Exercito</i>				
	Sub-consignação n. 7.....	7:800\$000	5:850\$000	5:400\$000	450\$000
	Eventuaes .....	8:400\$000	6:300\$000	5:400\$000	900\$000
	<i>Commissão de Archivo da Guerra</i>				
	Eventuaes .....	4:200\$000	3:150\$000	2:700\$000	450\$000
2	JUSTIÇA MILITAR				
	Sub-consignação n. 4 — Pessoal.....	12:000\$000	9:000\$000	7:920\$000	1:080\$000



3	ESTADO MAIOR DO EXERCITO				
	<i>I — Gabinete Photocartographico</i>				
	Eventuaes .....	9:600\$000	7:200\$000	5:400\$000	1:800\$000
	<i>III — Serviço de Protecção aos Indios</i>				
	Sub-consignação n. 9 — Pessoal.....	447:600\$000	335:700\$000	277:518\$750	58:181\$250
	<i>IV — Directoria de Serviço Militar e Reserva</i>				
	Eventuaes .....	11:400\$000	8:550\$000	6:768\$900	1:781\$100
	<i>VI — Serviço Geographico do Exercito</i>				
	Sub-consignação n. 6 — Pessoal.....	15:600\$000	11:700\$000	450:000\$000	—
4	INSTRUCÇÃO MILITAR				
	<i>I — Instituto Geographico Militar</i>				
	Sub-consignação n. 10 — Pessoal.....	38:400\$000	28:800\$000	28:400\$000	—
	<i>II — Escola Technica do Exercito</i>				
	Sub-consignação n. 12 — Pessoal.....	38:400\$000	28:800\$000	450:000\$000	—

(Continuação)

NÚMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183, de 13-1-1933
		Annual	Em 9 meses		
5	SERVIÇO DE MATERIAL BELICO				
	<i>Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul</i>				
	Sub-consignação n. 10 — Pessoal.....	221:400\$000	166:050\$000	75:000\$000	+ 91:050\$000
	<i>Fabrica de Projectis de Artilharia</i>				
	Sub-consignação n. 28 — Pessoal.....	1.295:000\$000	972:000\$000	1.500:000\$000	—
	<i>Fabrica de Material contra Gazes</i>				
	Sub-consignação n. 29 — Pessoal.....	1.622:400\$000	1.216:800\$000	1.125:000\$000	91:800\$000
	<i>Fabrica de Espoleta e Estojos de Artilharia</i>				
	Sub-consignação n. 30 — Pessoal.....	53:400\$000	40:050\$000	1.500:000\$000	—

<i>Fabrica de Canos e Sabres</i>				
Sub-consignação n. 31 — Pessoal.....	1.417:800\$000	1.063:350\$000	1.125:000\$000	—
<i>Fabrica de Viaturas do Exercito</i>				
Sub-consignação n. 32 — Pessoal.....	368:400\$000	501:300\$000	450:000\$000	51:300\$000
<i>Deposito de Material Bellico</i>				
Sub-consignação n. 33 — Pessoal.....	11:400\$000	8:550\$000	6:588\$000	1:972\$000
<i>Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro</i>				
Sub-consignação n. 6 — Pessoal.....	1.229:400\$000	922:050\$000	862:500\$000	59:550\$000
<i>Deposito Central do Material Bellico</i>				
Sub-consignação n. 3 — Pessoal.....	70:200\$000	52:650\$000	45:000\$000	7:650\$000
<i>Fabrica de Polvora da Estrella</i>				
Sub-consignação n. 12 — Pessoal.....	112:800\$000	84:600\$000 +	45:000\$000	39:000\$000
<i>Fabrica de Cartuchos de Infantaria</i>				
Sub-consignação n. 20 — Pessoal.....	1.474:200\$000	1.105:650\$000	825:000\$000	280:650\$000

(Continuação)

NÚMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 193, de 13-1-1935
		Annual	Em 9 meses		
6	<i>Fabrica de Polvora sem Fumaça de Piquete</i>				
	Sub-consignação n. 26 — Pessoal.....	1.340:400\$000	1.005:300\$000	1.125:000\$000	—
	<b>SERVIÇOS DE ENGENHARIA</b>				
	<i>Directoria de Engenharia</i>				
	Eventuaes .....	128:400\$000	96:300\$000	82:530\$000	13:770\$000
	<i>Serviço Electrotechnico</i>				
	Sub-consignação n. 7.....	110:400\$000	82:800\$000	45:000\$000 23:950\$000	14:850\$000
	Eventuaes .....				
	<i>Serviço Central de Transmissão</i>				
	Sub-consignação n. 4.....	212:400\$000	159:300\$000	187:500\$000	—

(Continuação)

NUMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183, de 13-1-1936
		Annual	Em 9 mezes		
	<i>Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar</i>				
	Eventuaes .....	41:400\$000	31:050\$000	24:399\$000	6:651\$000
	<i>Serviço Militar de Itatiaya</i>				
	Sub-consignação n. 14 — Pessoal.....	53:800\$000	44:100\$000	31:500\$000	12:600\$000
	<i>Enf. R. do Forte Marechal Hermes</i>				
	Eventuaes .....	9:000\$000	6:750\$000	4:625\$100	2:124\$900
					<u>792:266\$250</u>

AGRICULTURA				
SECRETARIA DE ESTADO				
<i>Directoria do Expediente e Contabilidade</i>				
Sub-consignação n. 5.....	134:400\$000	100:800\$000	90:000\$000	10:800\$000
<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <span>2</span> <div> DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRO- DUCCÃO MINERAL </div> </div>				
<i>Secção de Expediente e Contabilidade</i>				
Sub-consignação n. 8 — Pessoal.....	23:400\$000	17:550\$000	15:000\$000	2:550\$000
<i>Laboratorio Central</i>				
Sub-consignação n. 9 — Pessoal.....	89:400\$000	67:050\$000	60:000\$000	7:050\$000
<i>Serviço de Fomento da Producção Mineral</i>				
Sub-consignação n. 11 — Pessoal.....	195:000\$000	146:250\$000	150:000\$000	—
Sub-consignação n. 12 — Pessoal.....	84:600\$000	63:450\$000	60:000\$000	3:450\$000

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

(Continuação)

356

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

NUMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183, de 13-1-1935
		Annual	Em 9 mezes		
	<i>Serviço de Fomento da Produção Mineral nos Estados</i>				
	Sub-consignação n. 13 — Pessoal.....	318:000\$000	238:500\$000	240:000\$000	—
	<i>Serviço de Aguas</i>				
	Sub-consignação n. 14 — Pessoal.....	327:600\$000	245:700\$000	232:500\$000	13:200\$000
	<i>Serviço de Aguas nos Estados</i>				
	Sub-consignação n. 15 — Pessoal.....	333:240\$000	249:930\$000	217:500\$000	32:430\$000
	<i>Directoria do Serviço Geologico e Mineralogico</i>				
	Sub-consignação n. 16 — Pessoal.....	87:600\$000	65:700\$000	60:000\$000	5:700\$000

<i>Serviços Geologico e Mineralogico nos Estados</i>					
Sub-consignação n. 17 — Pessoal.....	61:200\$000	45:900\$000	90:000\$000	—	
Pesquisas de Petroleo.....	55:800\$000	41:850\$000	375:000\$000	—	
3 DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRO- DUÇÃO VEGETAL					
<i>Directoria Geral</i>					
Sub-consignação n. 29 — Pessoal.....	39:000\$000	29:250\$000	26:250\$000	3:000\$000	
<i>Instituto de Biologia Vegetal</i>					
Sub-consignação n. 30 — Pessoal.....	427:200\$000	320:400\$000	292:500\$000	27:900\$000	
<i>Instituto de Chimica Agricola</i>					
Sub-consignação n. 31 — Pessoal.....	183:000\$000	137:250\$000	123:750\$000	13:500\$000	
<i>Directoria do Ensino Agricola</i>					
Sub-consignação n. 32 — Pessoal.....	147:000\$000	110:250\$000	108:000\$000	2:250\$000	
<i>Escola Nacional de Agronomia</i>					
Sub-consignação n. 33 — Pessoal.....	123:600\$000	92:700\$000	99:000\$000	—	



(Continuação)

NUMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183, de 13-1-1936
		Annual	Em 9 meses		
	<i>Escola Agricola de Barbacena</i>				
	Sub-consignação n. 34 — Pessoal.....	244:200\$000	183:150\$000	135:000\$000	48:150\$000
	<i>Directoria do Ensino Agricola</i>				
	Sub-consignação n. 35 — Pessoal.....	565:200\$000	423:900\$000	330:000\$000	93:900\$000
	<i>Serviço de Fomento da Produção Vegetal</i>				
	Sub-consignação n. 36 — Pessoal.....	277:200\$000	207:900\$000	172:500\$000	35:400\$000
	<i>Inspectoria e Sub-Inspectorias Agricolas</i>				
	Sub-consignação n. 37 — Pessoal.....	510:600\$000	382:950\$000	315:000\$000	67:950\$000

<i>Estações Experimentaes</i>				
Sub-consignação n. 38 — Pessoal.....	385:800\$000	289:350\$000	221:250\$000	68:100\$000
<i>Serviço de Fomento da Produção Vegetal nos Estados</i>				
Sub-consignação n. 39 — Pessoal.....	645:600\$000	484:200\$000	341:512\$500	142:687\$500
<i>Serviços de Defesa Sanitaria Vegetal</i>				
Sub-consignação n. 40 — Pessoal.....	355:800\$000	266:850\$000	225:000\$000	41:850\$000
<i>Serviços de Fructicultura</i>				
Sub-consignação n. 41 — Pessoal.....	699:000\$000	524:250\$000	450:000\$000	74:250\$000
<i>Directoria de Plantas Texteis</i>				
Sub-consignação n. 42 — Pessoal.....	162:000\$000	121:500\$000	108:750\$000	12:750\$000
<i>Serviços de Plantas Texteis nos Estados</i>				
Sub-consignação n. 43 — Pessoal.....	1.111:800\$000	833:850\$000	716:250\$000	117:600\$000
<i>Serviços de Irrigação, Reflorestamento e Colonização</i>				
Sub-consignação n. 44 — Pessoal.....	484:800\$000	363:600\$000	600:000\$000	—

(Continuação)

NÚMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183, de 13-1-1936
		Annual	Em 9 meses		
	<i>Serviços de Irrigação, Reflorestamento e Colonização nos Estados</i>				
	Sub-consignação n. 45 — Pessoal.....	1.203:600\$000	902:700\$000	900:000\$000	2:700\$000
	<i>Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização</i>				
	Sub-consignação n. 46 — Pessoal.....	2.417:400\$000	1.813:050\$000	1.500:000\$000	313:050\$000
	<i>Campo de Cooperação no Estado de S. Paulo</i>				
	Sub-consignação n. 48 — Pessoal.....	55:800\$000	41:850\$000	33:750\$000	8:100\$000
	<i>Serviço Technico do Café</i>				
	Sub-consignação n. 49 — Pessoal.....	378:000\$000	283:500\$000	521:250\$000	

<i>Conselho de Fisc. das Exp. Arts. e Scientificas</i>				
Sub-consignação n. 67 — Pessoal.....	10:200\$000	7:650\$000	27:150\$000	—
<b>DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL</b>				
<i>Directoria Geral da Producção Animal</i>				
Sub-consignação n. 15 — Pessoal.....	46:800\$000	35:100\$000	29:531\$250	5:568\$750
<i>Instituto de Biologia Animal</i>				
Sub-consignação n. 16 — Pessoal.....	147:000\$000	110:250\$000	80:897\$500	29:362\$500
<i>Directoria de Fomento da Producção Animal</i>				
Sub-consignação n. 17 — Pessoal.....	69:600\$000	52:200\$000	42:918\$750	9:281\$250
<i>Serviços de Fomento da Producção Animal nos Estados</i>				
Sub-consignação n. 18 — Pessoal.....	1.155:000\$000	866:250\$000	593:906\$250	272:343\$750
<i>Inspectoria Regional de Sericultura em Barbacena</i>				
Sub-consignação n. 19 — Pessoal.....	129:600\$000	97:200\$000	65:625\$000	31:575\$000

(Continuação)

NUMERO DAS VERBAS	MINISTERIOS	DESPESA (Reajustada)		Dotações orça- mentarias não applicadas	Supplementação Lei n. 183, de 13-1-1936
		Annual	Em 9 mezes		
	<i>Directoria de Defesa Sanitaria Animal</i>				
	Sub-consignação n. 20 — Pessoal.....	46:800\$000	35:100\$000	25:500\$000	9:600\$000
	<i>Serviços de Defesa Sanitaria Animal nos Estados</i>				
	Sub-consignação n. 21 — Pessoal.....	97:200\$000	72:900\$000	52:500\$000	20:400\$000
	<i>Serviços de Inspeção dos Productos de Origem Animal nos Estados</i>				
	Sub-consignação n. 23 — Pessoal.....	76:200\$000	57:150\$000	45.750\$000	11:400\$000
	<i>Serviço de Caça e Pesca</i>				
	Sub-consignação n. 24 — Pessoal.....	106:200\$000	79:650\$000	65:250\$000	14:400\$000

	<i>Escola Nacional de Veterinaria</i>				
	Sub-consignação n. 25 — Pessoal.....	52:809\$000	39:600\$000	32:812\$500	6.787\$500
5	DIRECTORIA DE ESTATISTICA DA PRODUCCÃO				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	190:200\$000	142:650\$000	135:900\$000	6:750\$000
6	DIRECTORIA DE ORGANIZAÇÃO E DEFESA DA PRODUCCÃO				
	Sub-consignação n. 2 — Pessoal.....	420:600\$000	315:450\$000	300:000\$000	15:450\$000
5	DIRECTORIA DE ESTATISTICA E PRO- DUCCÃO				
	Sub-consignação n. 4 — Pessoal.....	231:000\$000	173:250\$000	152:100\$000	21:150\$000
5	DIRECTORIA DE ESTATISTICA E PRO- DUCCÃO				
	Sub-consignação n. 3 — Pessoal.....	78:000\$000	58:500\$000	49:500\$000	9:000\$000
					1.611:386\$250

## DECRETO N. 873. — DE 1 DE JUNHO DE 1936

*Dispõe sobre classificação e remuneração do pessoal jornalheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil, e da outras providencias.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 4º do decreto n. 662, de 22 de fevereiro ultimo,

Resolve:

Art. 1º. A actual tabella do pessoal jornalheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil fica substituida pela tabella A, annexa, com as denominações e remunerações nella indicadas.

§ 1º. Fica tambem approvada a tabella B, de excedentes, cujos logares serão extinctos á proporção que se forem vagando.

§ 2º. As vagas que occorrerem na tabella B reverterão á tabella A, da maneira seguinte: as de encarregados especiaes reverterão á quota de artifices de 1ª; as de feitores especiaes á de feitores de 1ª; as de officiaes especiaes á de auxiliares de artifices de 2ª; as de guardas especiaes á de guardas de 1ª classe e as de trabalhadores especiaes á de trabalhadores de 1ª classe.

§ 3º. As vagas da tabella A que aguardam reversão das que occorrerem na tabella B, somente poderão ser preenchidas, quando estas se verificarem.

Art. 2º. A partir da data da vigencia do presente decreto, só serão admittidos empregados extranumerarios e extraordinarios nos serviços da Estrada de Ferro Central do Brasil com a diaria maxima de 8\$000.

Paragrapho unico. Respeitada a situação actual, fica limitada em 5.000:000\$000 a dotação destinada ao pagamento de diarias aos empregados extranumerarios e extraordinarios, devendo a Directoria da Estrada providenciar afim de ser restringido o numero desses serventuarios, não preenchendo as vagas que se verificarem até que se emquadre a despesa na verba indicada.

Art. 3º. Exceptuando-se apenas o abono por serviços prestados em zona insalubre, que passa a ser de 10 %, ficam suprimidos todos os demais abonos e gratificações, até então outorgados sob denominações diversas aos empregados jornalheiros, taes como a do § 2º do art. 91 do decreto n. 24.671, que alterou o regulamento em vigor naquella Estrada, diarias, etc.

Art. 4º. O Departamento do Pessoal da Estrada de Ferro Central do Brasil, através de seus serviços de Cadastro, Folhas de Pagamento, Contabilidade de Pessoal, Identificação, Legislação do Trabalho e Social, Serviço Medico, Ensino etc., assegurará a perfeita execução do presente decreto na parte que couber áquella via-ferrea.

Paragrapho unico. O Departamento do Pessoal, directamente subordinado ao director da Estrada de Ferro Central do Brasil, organizará as instrucções normaes e codigos assim como as tabellas de distribuição de pessoal a serem baixadas pela directoria, afim de assegurar nos diversos serviços, de modo uniforme, os principios estabelecidos.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1936, 115 da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---



ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL. — *Departamento do Pessoal*

## Relação do pessoal mensalista

Numero de ordem	Numero de empregados	Denominações	Remuneração mensal	Despesa mensal	Despesa annual
1	100	Contra-mestres .....	700\$000	70:000\$000	840:000\$000
2	400	Artifices de 1ª classe.....	600\$000	240:000\$000	2.880:000\$000
3	1.000	Artifices de 2ª classe.....	550\$000	550:000\$000	6.600:000\$000
4	1.600	Artifices de 3ª classe.....	500\$000	800:000\$000	9.600:000\$000
5	2.000	Auxiliares de artifice de 1ª classe....	350\$000	700:000\$000	8.400:000\$000
6	2.200	Auxiliares de artifice de 2ª classe....	300\$000	660:000\$000	7.920:000\$000
7	100	Aprendizes de 1ª classe.....	200\$000	20:000\$000	240:000\$000
8	200	Aprendizes de 2ª classe.....	150\$000	30:000\$000	360:000\$000
9	400	Ajudantes de machinista de 1ª classe.	500\$000	200:000\$000	2.400:000\$000
10	600	Ajudantes de machinista de 2ª classe.	450\$000	270:000\$000	3.240:000\$000
11	700	Ajudantes de machinistas de 3ª classe.	350\$000	245:000\$000	2.940:000\$000
12	300	Feitores de 1ª classe.....	450\$000	135:000\$000	1.620:000\$000
13	400	Feitores de 2ª classe.....	400\$000	160:000\$000	1.920:000\$000
14	1.000	Trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	350:000\$000	4.200:000\$000
15	2.200	Trabalhadores de 2ª classe.....	300\$000	660:000\$000	7.920:000\$000
16	2.300	Trabalhadores de 3ª classe.....	250\$000	575:000\$000	6.900:000\$000
17	1.000	Guardas de 1ª classe.....	400\$000	400:000\$000	4.800:000\$000
18	1.500	Guardas de 2ª classe.....	350\$000	525:000\$000	6.300:000\$000
19	1.700	Guardas de 3ª classe.....	300\$000	510:000\$000	6.120:000\$000
	19.700			7.100:000\$000	85.200:000\$000

## TABELLA B

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL. — *Departamento do Pessoal*  
Quadro especial

Numero de empregados	Categorias especiaes	Remuneração mensal	Despesa mensal	Despesa annual
18	Encarregados especiaes.....	660\$000	11:880\$000	142:560\$000
7	Feitores especiaes.....	550\$000	3:500\$000	42:000\$000
8	Guardas especiaes.....	450\$000	3:600\$000	43:000\$000
976	Officiaes especiaes.....	420\$000	409:920\$000	4.919:040\$000
86	Trabalhadores especiaes.....	400\$000	34:400\$000	412:800\$000
			463:300\$000	5.559:600\$000

Relação e numero de cargos do “Quadro geral” que aguardam reversão de vagas do “Quadro especial”

18	artifices de 1ª classe.....	600\$000	10:800\$000	129:600\$000
7	feitores de 1ª classe.....	450\$000	3:150\$000	37:800\$000
8	guardas de 1ª classe.....	400\$000	3:200\$000	38:400\$000
733	auxiliares de artifices de 2ª classe.....	300\$000	219:900\$000	2.638:800\$000
86	trabalhadores de 1ª classe.....	350\$000	30:100\$000	361:200\$000
			267:150\$000	3.205:800\$000

## QUADRO DO PESSOAL JORNALEIRO EFFECTIVO DA ESTRADA DE

Categorias	Quantidade por			
	1ª	2ª	3ª	4ª
Encarregado . . . . .	8	1	28	55
Official de 1ª . . . . .	6	—	70	224
Official de 2ª . . . . .	14	—	140	427
Official de 3ª . . . . .	21	1	400	804
Official de 4ª . . . . .	32	—	490	1.047
Ajudante de 1ª . . . . .	11	—	415	984
Ajudante de 2ª . . . . .	12	—	393	572
Ajudante de 3ª . . . . .	20	—	390	178
Ajudante de 4ª . . . . .	11	—	265	146
Aprendiz de 1ª . . . . .	5	—	23	39
Aprendiz de 2ª . . . . .	4	—	17	30
Aprendiz de 3ª . . . . .	11	—	18	48
Aprendiz de 4ª . . . . .	—	—	40	57
Feitor de 1ª . . . . .	1	27	240	13
Feitor de 2ª . . . . .	—	—	131	—
Feitor de 3ª . . . . .	—	—	245	—
Conferente de carga . . . . .	2	—	—	—
Guardas de 1ª . . . . .	2	221	27	110
Guardas de 2ª . . . . .	—	166	65	13
Guardas de 3ª . . . . .	—	179	270	6
Guardas de 4ª . . . . .	—	—	120	1
Serventes de 1ª . . . . .	8	40	68	85
Serventes de 2ª . . . . .	—	33	15	6
Serventes de 3ª . . . . .	—	24	20	8
Serventes de 4ª . . . . .	—	—	9	—
Serventes de 5ª . . . . .	—	—	—	1
Trabalhadores de 1ª . . . . .	44	662	—	314
Trabalhadores de 2ª . . . . .	3	255	30	155
Trabalhadores de 3ª . . . . .	4	314	1.343	22
Trabalhadores de 4ª . . . . .	—	—	2.490	6
Manobreiro de 1ª . . . . .	—	18	—	—
Manobreiro de 2ª . . . . .	—	22	—	—
Manobreiro de 3ª . . . . .	—	182	—	3
Guarda-chaves de 1ª . . . . .	—	828	—	—
Guarda-chaves de 2ª . . . . .	—	343	—	—
Guarda-chaves de 3ª . . . . .	—	445	—	—
Guarda-armazem de 1ª . . . . .	—	213	—	—
Guarda-armazem de 2ª . . . . .	—	121	—	—
Guarda-armazem de 3ª . . . . .	—	110	—	—
Guarda-dormitorio . . . . .	—	70	—	—
Guarda-freios de 1ª . . . . .	—	534	—	—
Motoristas . . . . .	—	—	—	5
Motoristas . . . . .	—	—	—	3
Motoristas . . . . .	—	—	—	2
Motoristas . . . . .	—	—	—	6
Motoristas . . . . .	—	—	—	4
Ajudante de motorista . . . . .	—	—	—	918
Foguistas . . . . .	—	—	—	35
Foguistas . . . . .	—	—	—	2
Graxeiros . . . . .	—	—	—	553
Graxeiros . . . . .	—	—	—	21
Graxeiros . . . . .	—	—	—	65
Graxeiros . . . . .	—	—	—	—
Total annual . . . . .	219	4.809	7.762	6.968

Total annual . . . . .

## FERRO CENTRAL DO BRASIL (Calculado com as novas diarias)

Divisões			Total das categorias	Diarias	Total diario
Secret.	Elect.	D. P.			
1	2	—	95	22\$000	2:090\$000
15	4	2	321	20\$000	6:420\$000
8	6	4	599	18\$000	10:782\$000
—	8	16	1.250	15\$500	19:375\$000
—	15	—	1.584	13\$500	21:384\$000
—	1	—	1.411	11\$000	15:521\$000
—	—	—	977	10\$000	9:770\$000
—	—	—	588	9\$000	5:292\$000
—	—	—	422	8\$000	3:376\$000
—	—	—	67	6\$500	435\$500
—	—	—	51	5\$500	280\$500
—	—	—	77	4\$500	346\$500
—	—	—	97	3\$000	291\$000
—	4	—	285	13\$500	3:847\$500
—	—	—	131	11\$000	1:441\$000
—	—	—	245	10\$000	2:450\$000
—	—	—	2	13\$500	27\$000
—	30	—	390	11\$000	4:290\$000
—	—	—	244	10\$000	2:440\$000
—	—	—	455	9\$000	4:095\$000
—	—	—	121	8\$000	968\$000
3	—	—	204	11\$000	2:244\$000
—	—	—	54	10\$000	540\$000
—	—	—	52	9\$000	468\$000
—	—	—	9	8\$000	72\$000
—	—	—	1	6\$500	6\$500
—	6	—	1.026	11\$000	11:826\$000
—	4	—	447	10\$000	4:470\$000
—	9	—	1.692	9\$000	15:228\$000
—	—	—	2.496	8\$000	19:968\$000
—	—	—	18	18\$000	324\$000
—	—	—	22	15\$500	341\$000
—	—	—	185	13\$500	2:497\$500
—	—	—	328	11\$000	9:108\$000
—	—	—	343	10\$000	3:430\$000
—	—	—	445	9\$000	4:005\$000
—	—	—	213	11\$000	2:343\$000
—	—	—	121	10\$000	1:210\$000
—	—	—	110	9\$000	990\$000
—	—	—	70	11\$000	770\$000
—	—	—	534	11\$000	5:874\$000
—	6	—	11	15\$500	170\$500
—	—	—	3	20\$000	60\$000
—	—	—	2	18\$000	36\$000
—	—	—	6	13\$500	81\$000
—	—	—	4	11\$000	44\$000
—	—	—	918	13\$500	12:393\$000
—	—	—	35	11\$000	385\$000
—	—	—	2	12\$000	24\$000
—	—	—	553	11\$000	6:083\$000
—	—	—	21	10\$000	210\$000
—	—	—	65	9\$000	585\$000
27	95	22	19.902		220:168\$500

80.581:671\$000

## DECRETO N. 874 — DE 2 DE JUNHO DE 1936

*Concede auxílios relativos ao exercício de 1936 a varias instituições nos Estados de Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Minas Geraes e Matto Grosso*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto numero 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxílios, no corrente exercício, ás instituições nos Estados de Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Districto Federal, S. Paulo, Minas Geraes e Matto Grosso, abaixo indicadas, devendo o pagamento do auxilio, no 2º semestre, ser feito nos termos do decreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação numero 1, da verba 21ª — Subvenções — Art. 3º, anexo 5, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Instituto Archeologico, Historico e Geographico — Recife — Pernambuco.....	5:000\$000
Sociedade da Velhice Desamparada — Estancia — Sergipe.....	5:000\$000
Asylo Conde Pereira Marinho — Salvador — Bahia.....	12:000\$000
Hospital N. S. da Piedade — Bomfim — Bahia.....	10:000\$000
Orphanato Coração de Jesus — Victoria — Espirito Santo.....	15:000\$000
Casa de Caridade — Parahyba do Sul — Rio de Janeiro .....	3:000\$000
Irmadade da Santa Casa de Misericordia — Valença — Rio de Janeiro.....	15:000\$000
Asylo Sagrado Coração de Maria — Districto Federal.....	15:000\$000
Associação Feminina Beneficente e Instructiva — Districto Federal.....	10:000\$000
Orphanata Casa de Lucía — Districto Federal	20:000\$000
Asylo de Invalidos — Tieté — S. Paulo.....	2:000\$000
Asylo de Mendicidade S. Vicente de Paulo — Cruzeiro — S. Paulo.....	2:000\$000

Associação Feminina Santista — Santos — São Paulo.....	10:000\$000
Escola Superior de Commercio — Jahú — São Paulo.....	3:000\$000
Orphanato Santista — Santos — S. Paulo....	20:000\$000
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia — Sertãozinho — S. Paulo.....	20:000\$000
Irmandade do Hospital da Misericórdia Santo André — S. Bernardo — S. Paulo.....	10:000\$000
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia — Serra Negra — S. Paulo.....	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Mogy das Cruzes —S. Paulo.....	3:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Caçapava — São Paulo.....	18:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Araraquara — S. Paulo.....	18:000\$000
Sanatorio Maria Auxiliadora — S. Paulo.....	5:000\$000
Sociedade Beneficente S. Camillo — S. Paulo	20:000\$000
Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia — Tieté — S. Paulo.....	2:000\$000
Asylo N. S. do Perpetuo Soccorro — Santa Barbara — Minas Geraes.....	10:000\$000
Asylo da Piedade — Cacté — Minas Geraes....	10:000\$000
Asylo de Invalidos D. Maria Adelaide — Brásopolis — Minas Geraes.....	3:000\$000
Associação das Damas de Caridade da Parochia de S. José — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	3:000\$000
Casa de Caridade — Formiga — Minas Geraes	12:000\$000
Dispensario dos Pobres — Uberlandia — Minas Geraes.....	3:000\$000
Escola de Pharmacia, Odontologia e Veterinaria — Juiz de Fôra — Minas Geraes.....	20:000\$000
Hospital S. João de Deus — Santa Luzia — Minas Geraes.....	5:000\$000

Orphanato Santo Antonio — Curvello — Minas Geraes.....	10:000\$000
Orphanato Santo Antonio — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	15:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Juiz de Fôra — Minas Geraes.....	30:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Itajubá — Minas Geraes.....	15:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Ouro Preto — Minas Geraes.....	25:000\$000
Sociedade Beneficente — Campo Grande — Matto Grosso.....	2:000\$000
Total.....	416:000\$000

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

DECRETO N. 875 — DE 3 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no Estado de Minas Geraes, durante os dias cinco, seis e sete de junho do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no Estado de Minas Geraes, durante os dias cinco, seis e sete de junho do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 876 — DE 3 DE JUNHO DE 1936

*Concede á Sociedade Cooperativa de Seguros contra Accidentes do Trabalho "A Textil" (Responsabilidade Limitada) autorização para funcionar em operações de seguros de accidentes do trabalho e approva os seus estatutos.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Cooperativa de Seguros contra Accidentes do Trabalho "A Textil" (Responsabilidade Limitada), com séde na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, e fundada pelo Syndicato Patronal das Industrias Textis do Estado de São Paulo, resolve conceder-lhe autorização para que funcione em operações de seguros de accidentes do trabalho e, bem assim, approvar os seus estatutos, adoptados pelas assembléas geraes dos respectivos socios, realizadas a 13 de dezembro de 1935 e 19 de maio de 1936, mediante as seguintes condições:

I — O capital de responsabilidade minimo da sociedade para as suas operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho é de 200:000\$000 (duzentos contos de réis) integralmente realizado, nos termos do art. 1º do decreto n. 164, de 14 de maio de 1935.

II — A sociedade, para garantia inicial das suas operações, fará, no Thesouro Nacional, ou na Delegacia Fiscal do mesmo Thesouro no Estado de São Paulo, na fórmula da lei, o deposito de 100:000\$000 (cem contos de réis), o qual poderá ser augmentado, nos termos da alinea a do art. 41 do decreto n. 24.637, de 10 de julho de 1934, e paragrapho unico do art. 6º do regulamento approved pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

III. A sociedade ficará integralmente sujeita ás leis ou regulamentos vigentes, ou que vierem a vigorar, sobre o objecto de sua autorização.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---



## DECRETO N. 877 — DE 3 DE JUNHO DE 1936

*Approva as alterações introduzidas nos estatutos da "National" Allgemeine Versicherungs-Aktien-Gesellschaft pela assembléa geral ordinaria dos seus accionistas realizada a 7 de junho de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma "National" Allgemeine Versicherungs-Aktien-Gesellschaft, com séde em Stettin, Allemanha, autorizada, pelo decreto n. 16.993, de 29 de junho de 1925, a funcionar, no Brasil, em operações de seguros e reseguos terrestres e marítimos, resolve approvar as alterações introduzidas nos seus estatutos pela assembléa geral ordinaria dos respectivos accionistas, realizada a 7 de junho de 1935, continuando a alludida sociedade integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes, ou que vierem a vigorar, sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

## DECRETO N. 878 — DE 3 DE JUNHO DE 1936

*Approva, em character provisorio, o Regulamento da Fabrica de Polvora e Explosivos de Piquete*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica approvedo, em character provisorio, o Regulamento da Fabrica de Polvora e Explosivos de Piquete, que com este baixa, assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gen. João Gomes Ribeiro Filho.*

---

# **Regulamento provisorio da Fabrica de Polvora e Explosivos de Piquete**

## **PRIMEIRA PARTE**

### **TITULO UNICO**

#### **Dos objectivos e subordinação do Estabelecimento**

1. A Fabrica de Polvoras e Explosivos de Piquete, situada em Piquete (Estado de São Paulo), terá como objectivo principal: fabricar polvoras chimicas e explosivos, para supprir o Exército e a Marinha, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra.

§ 1.º Este Estabelecimento em tempo de paz poderá também, sem prejuizo dos seus objectivos militares, concorrer nos mercados consumidores, com a venda dos seus productos, visando com isto:

a) a obtenção do maximo de rendimento de suas instalações, para maior garantia de sua efficiencia, durante a guerra, tirando dellas os maiores resultados economicos possiveis, de modo a aliviar e mesmo libertar, de futuro, os orçamentos do Estado dos onus que acarretam annualmente;

b) incentivar a criação ou desenvolvimento de industrias, mormente as extractivas de materia prima nacional, com o objectivo de tornar aos poucos a produção da Fabrica independente dos mercados estrangeiros;

c) reduzir no paiz, cada vez mais, a importação dos productos similares estrangeiros.

§ 2.º No cumprimento do estipulado acima, deverá ser evitada toda competição systematica com os productos similares nacionaes.

2. A administração da Fabrica ficará directamente subordinada ao Departamento Technico do Material de Guerra.

## **SEGUNDA PARTE**

### **TITULO I**

#### **Da divisão dos trabalhos**

### **CAPITULO I**

#### **DOS SERVIÇOS E SUAS PRINCIPAES FINALIDADES**

1. Os trabalhos correntes da Fabrica de Polvora e Explosivos de Piquete são distribuidos pelos Serviços Technicos, de Fundos, de Saude e Hygiene Industrial, Commerciaes, Geraes e Transporte e de Segurança.

2. Os Serviços Technicos terão como objectivo o estudo, preparo, controle e manutenção de todas as operações necessarias á fabricação das polvoras e explosivos.

3. Os demais serviços terão as seguintes finalidades:

a) *Serviços de Fundos* — Gerir todos os Fundos do Estabelecimento, provenientes das dotações orçamentarias e de outra qualquer fonte interna de renda, de accordo com as normas estabelecidas nos regulamentos ns. 1, 3, de Fundos, Código de Contabilidade Publica da União, etc.;

b) *Serviços de Saude e Hygiene Industrial* — Velar pela saude e hygiene do corpo social da Fabrica, estudando e suggerindo a adopção de normas de prophylaxia peculiares aos estabelecimentos fabris, afim de diminuir a acção nociva das chamadas doenças profissionaes e attender aos casos de accidentes de trabalho.

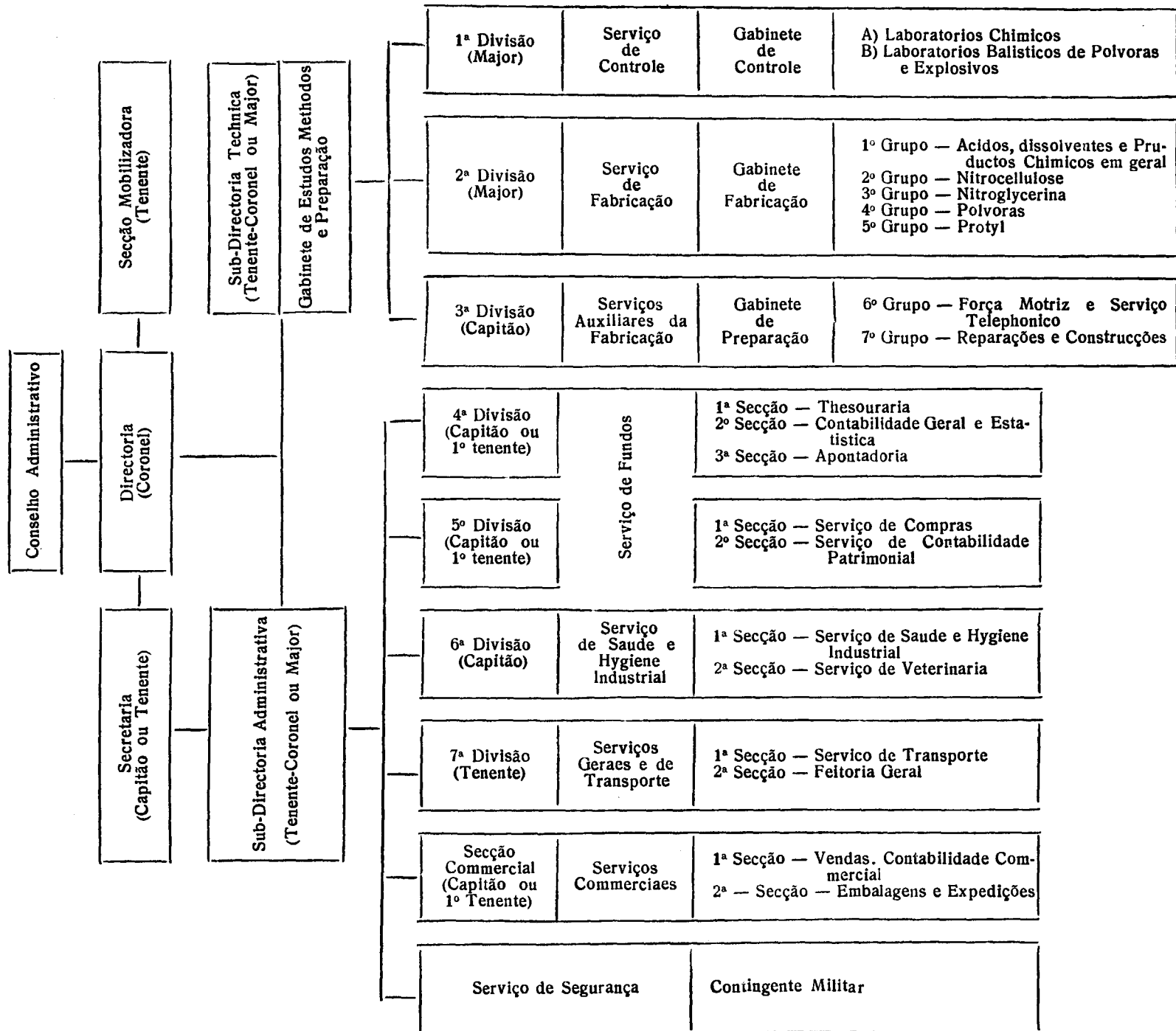
Velar pela saude dos animaes pertencentes ao Estabelecimento.

c) *Serviços Commerciaes*—Effectuar as vendas dos productos e sub-productos nas differentes praças do paiz, nos moldes adoptados no commercio;

d) *Serviços Geraes de Transporte* — Velar pela conservação dos logradouros, mananciaes, etc., pertencentes á Fabrica; ter a seu cargo o transporte de todos os materiaes adquiridos pela fabrica e aquelles que tenham de ser expedidos, com excepção dos destinados á venda.

---

**QUADRO DE ORGANIZAÇÃO DA FABRICA DE POLVORAS E EXPLOSIVOS DE PIQUETE**



## CAPITULO II

## DA ORGANIZAÇÃO GERAL DA FABRICA E ATTRIBUIÇÕES

## DOS SEUS ORGÃOS

I — *Da organização geral da fabrica*

4. A organização geral da Fabrica de Polvora e Explosivos de Piquete é a seguinte:

- A) Directoria;
- B) Secretaria;
- C) Secção mobilizadora;
- D) Duas Sub-directoria;
- I) Sub-directores Technica.

a) Gabinete..... { Estudos;  
Methodos;  
Preparação Technica,

b) Bibliotheca.

c) 3 Divisões;

1º) Serviço de controle..... { Gabinete de controle;  
Laboratorios Chímicos;  
Laboratorio balístico de pol-  
vora explosivos.

2ª) Serviço de Fabricação..... { Gabinete de Fabricação;  
5 Grupos de Fabricação;

3ª) Serviços auxiliares de fabri- { Gabinete de Preparação;  
cação..... { 6 Grupo;  
7 Grupo;

2) Sub-Directoria Administrativa;

4ª Divisão. { Thcsouraria ..... { 1ª Secção — Thesonraria .  
Apontadorio..... { 2ª Secção — Contabilidade  
geral e estatística  
3ª Secção — Apontadoria..

5ª Divisão.. { Almoxarifado . .... { 1ª Secção-Secção de com-  
pras e almoxarifado  
Aprovisionamento.. { 2ª Secção — Contabilidade  
Patrimonial.....

5ª Divisão. { Serviço de saude .. { 1ª Secção-Saude e hygiene  
industrial  
Hygiene industrial. { 2ª Secção-Serviço Veterinario.

7ª Divisão { Serviços geraes e de { 1ª Secção-Serviço transporte  
transporte ..... { 2ª Secção-Feitoria Geral

— Secção Commercial..... { 1ª Secção — Vendas de pro-  
ductos  
Contabilidade co mercial.  
2ª Secção — Embalagem e ex-  
pedição.

— Contingente militar (Serviço de segurança)

*II—Ligações e attribuições principaes dos órgãos dos serviços***A) Conselho de Administração**

5. O Conselho de Administração terá a organização prevista nos regulamentos ns. 1, 3 e Regulamento do Serviço de Fundos.

6. Suas attribuições serão as constantes dos referidos regulamentos.

**B) Directoria**

7. A directoria exercida pelo director terá como attribuições:

a) coordenação e fiscalização das acções dos diferentes serviços o bom desempenho do programma de producção exigido pelo Departamento Technico do Material de Guerra e dos planos de vendas e melhoramentos necessarios ao perfeito funcionamento das installações e seu crescente rendimento;

b) estabelecer ligações não só entre as duas Sub-directorias internamente mas também entre o estabelecimento e as autoridades superiores;

c) entender-se directamente com as autoridades civis ou militares dando ou solicitando informações que interessem a boa marcha da administração;

d) nomear, na falta ou impedimento de qualquer empregado, substituto interino ou definitivo, se lhe competir o provimento do cargo, e fazel-o interinamente, dentre o pessoal da fabrica, dando conhecimento ao Departamento Technico do Material de Guerra se o provimento couber ao Governo;

e) admittir pessoal extranumerario todas as vezes que por accumulo de trabalho o serviço não possa ser feito pelo pessoal ordinario e dispensal-o quando não fôr preciso;

f) rubricar as guias de expedição a qualquer destino de material fornecido pela fabrica.

8. Além dessas attribuições o director terá as constantes dos demais regulamentos militares no que forem applicaveis.

**C) Secretaria**

9. A secretaria terá as seguintes attribuições:

1ª Secção — encarregada do expediente, correspondencia, ordens, historico da fabrica, redacção do boletim, etc.

2ª Secção (Pessoal) — Encarregada do registro das alterações do pessoal desde sua admissão até a exclusão do estabelecimento, confecção do almanack, etc.

3ª Secção (Protocollo) — Encaregada do registro de todo o movimento de papeis e documentos do estabelecimento e serviço de correio.

4ª Secção (Archivo) — Destinada a classificar e archivar todos os papeis e documentos da vida administrativa do estabelecimento.

#### D) Secção Mobilizadora

Terá por fim estudar todas as medidas permittindo a passagem do estabelecimento, do regimen em tempo de paz para o de guerra, preparando plano de sua mobilização.

#### E) Das Sub-directorias

10. As Sub-directorias Technica e Administrativa, respectivamente, como delegados do director, deverão:

a) fazer funcionar as divisões do seu departamento, ordenando seus esforços e fiscalizando continuamente suas actividades;

b) estabelecer ligações não só entre ellas inteiramente por meio das chefias respectivas, mas tambem entre todo seu departamento e a directoria.

11. A Sub-directoria Technica disporá para seu funcionamento de um gabinete de estudos, pesquisas e preparação, com as seguintes attribuições:

a) collaborar nos estudos para criação de novos typos de polvoras e explosivos, necessarios ao Exercito e á Marinha, e que possam ser fabricados no estabelecimento;

b) estudar para melhorar, os typos de producção do estabelecimento e aperfeiçoar os methodos de sua fabricação;

c) collaborar nos estudos sobre a substituição das materias primas estrangeiras pelo emprego de outras nacionaes equivalentes;

d) estudar as possibilidades de aproveitamento de todos os residuos de fabricação;

e) collocar na organização dos cadernos de encargos as materias primas e materiaes e determinar as characteristics dos productos de fabricação;

f) estudar para crear, melhorar e modificar as installações necessarias ao funcionamento da 2ª Divisão de modo a manter o perfeito equilibrio entre as capacidades de producção de suas differentes officinas;

g) preparar nos seus minimos detalhes, todos os trabalhos de fabricação indicando as melhores condições technicas a serem preenchidas, os melhores methodos para a execução dos trabalhos.

Paragrapho unico. O gabinete será constituido pelo sub-director technico e pelos chefes das divisões (1ª, 2ª e 3ª).

## F) Das Chefias das Divisões

12. As Chefias das Divisões exercidas pelos chefes respectivos como delegados dos sub-directores, deverão:

a) fazer funcionar os serviços de sua divisão, coordenando seus esforços e fiscalizando-lhes sua acção;

b) estabelecer ligações não só entre elles internamente mas também entre seu conjunto e a Sub-directoria da qual dependem.

## G) Das Divisões

## 1ª Divisão:

13. A 1ª Divisão terá como objectivo verificar durante as diversas phases da fabricação se são obedecidas as condições technicas estabelecidas e se os productos finaes possuem as características admittidas.

Para desempenho de suas funcções disporá de um gabinete de *Contrôle* e dos seguintes órgãos de execução:

## I. Laboratorio Chimico para:

a) controle da fabricação dos productos do 1º, 2º, 3º e 4º grupos;

b) analyses de materias primas;

c) *contrôle* da fabricação dos productos do 5º grupo.

## II. Laboratorios balísticos de polvoras e explosivos para:

a) determinação das características (physicas, chimicas e mecanicas) das polvoras e explosivos fabricados no estabelecimento;

b) executar as experiencias que se tornarem necessarias ao estudo das polvoras e explosivos de procedencia estrangeira, por solicitação da Chefia da Divisão.

Paragrapho unico. O Gabinete de *Contrôle* terá as attribuições de:

a) verificar si as materias primas empregadas na fabricação satisfazem os cadernos de encargos respectivos;

b) fiscalizar assiduamente as condições dos productos fabricados e armazenados na fabrica;

c) fiscalizar as condições technicas de embalagem e de expedição das polvoras e explosivos.

## 2ª Divisão:

14. A 2ª Divisão disporá, para distribuição e execução dos trabalhos da fabricação industrial, de um Gabinete de Fabricação e de 5 grupos (numerados de 1 a 5).

15. O Gabinete de Fabricação, dirigido pelo chefe da Divisão, terá como objectivo principal: A repartição das tarefas pelas officinas de todos os grupos da Divisão de modo a ser alcançado num tempo determinado o fim almejado.



Para isso deverá:

a) coordenar, tanto no tempo como no espaço, todas as actividades de cada grupo, e bem assim, do conjuncto delles, de modo que cada uma das operações indispensaveis á fabricação seja realizada no momento preciso;

b) fiscalizar assiduamente a marcha da fabricação, providenciando para que a mesma não se afaste do curso previsto e procurando reconduzila quando por qualquer motivo d'elle se tenha afastado;

c) providenciar para que os grupos disponham sempre do pessoal preciso aos seus serviços;

d) effectuar o ponto industrial da Divisão;

e) providenciar para que os grupos sejam aprovisionados de material e materias primas necessarias aos seus trabalhos, velando pelo seu conveniente emprego, verificando seu armazenamento e escripturando todo o movimento, desde o momento de seu recebimento pela Divisão até o seu consumo;

f) calcular o preço de custo directo dos productos de fabricação, fornecendo todos os dados para que possam ser contabilizados.

Dos Grupos:

16. O 1º Grupo — Acidos, dissolventes, productos chimicos em geral comprehenderá as seguintes secções:

1ª, constituida por todas as officinas e installações necessarias á fabricação, purificação, recuperação e remessa de acido sulphurico e de seus derivados e dos depositos de manutenção de suas materias primas e de armazenamento de productos obtidos;

2ª, constituida por todas as officinas e installações necessarias á fabricação, purificação, recuperação e remessa dos acidos nitrico, chlorhydrico e de seus derivados e dos depositos de manutenção de suas materias primas e de armazenamento dos productos obtidos;

3ª, constituida por todas as officinas e installações necessarias á fabricação, purificação e remessa de alcool, ether, acetona e de seus derivados e dos depositos de manutenção de suas materias primas e de seu armazenamento dos productos obtidos.

17. O 2º Grupo — Nitrocellulose — comprehenderá as seguintes secções:

1ª, constituida pelas officinas de purificação e secagem do algodão (cellulose), embalagem e deposito de materias primas e de armazenamento dos productos obtidos;

2ª, constituida pelas officinas e installações necessarias á fabricação, aproveitamento e remessa de misturas sulpho-nitricas de nitrção de algodão (cellulose) e deposito correspondente;

3ª, constituida pelas officinas de purificação de algodão polvora (nitrocellulose) e depositos.

20. 3º Grupo — Nitroglycerina — compreenderá as seguintes secções:

1ª, constituída pelas officinas e installações necessarias á fabricação e remessa da glycerina e dos depositos correspondentes;

2ª, constituída pelas officinas e installações necessarias á fabricação, purificação, remessa, etc., das misturas sulphonitricas, nitração da glycerina, "quina", mistura prévia e depositos.

18. 4º Grupo — Polvoras (base simples e dupla) — compreenderá as seguintes secções:

1ª, constituída pelas officinas, installações e depositos necessarios á deshydratação da nitrocellulose, maceração e granulação das polvoras e recuperação dos dissolventes residuaes;

2ª, constituída pelos seccadores, officinas de graphilagem, cobertura das polvoras, mistura dos lotes, embalagem de paíões.

19. O 5º grupo — comprehenderá as seguintes secções:

1ª, constituída pelas officinas e installações necessarias á fabricação do mono, di e trinitrotolueno. Detolitação;

2ª, constituída pelas officinas e installações necessarias á purificação do dinitrotolueno e trinitrotolueno (Trotyl). Embalagem e paíões.

3ª secção — Constituída pelas officinas e installações necessarias á fabricação, aproveitamento e remessa de misturas sulphonitricas e depositos.

### 3ª Divisão:

20. A 3ª Divisão disporá para distribuição, preparação e execução dos seus trabalhos, de um Gabinete de Preparação e de 2 grupos (6º e 7º).

21. O Gabinete de Preparação dirigido pelo chefe da Divisão terá as attribuições do n. 17 no que lhe for applicavel.

22. O 6º grupo, força motriz e serviço telephonico, será constituído: pelas Casas de Força e demais installações destinadas a assegurar a produção e distribuição de vapor, ar comprimido, energia hydraulica, refrigeração, abastecimento de agua, etc. Trafego do serviço de telephones.

Paragrapho unico. As installações para produção, transformações e distribuição de energia electrica, bem como as reparações respectivas, ficarão a cargo do Serviço Especial de Preparação creado por aviso n. 320, de 17 de junho de 1932 e cujo chefe será subordinado ao sub-director technico.

23. 7º grupo — Reparação e Obras Novas será constituído pelas seguintes secções:

1ª, turma de inspecção de machina, tendo por missão inspecionar periodicamente, o estado de conservação, funcionamento de todas as machinas, installações diversas, transmissões, etc., de todos os grupos; effectuar, no local, todas as reparações e ajustagem que não possam ser feitas na of-

ficinas especiaes, e proceder ás novas montagens e remontagens;

2ª, constituída pelas officinas para trabalhos e tratamento de metaes:

- a) fundição;
- b) forja e solda;
- c) caldeira e latoaria;

d) usinagem e ajustagem mecânica, commum e de precisão e depositos correspondente de ferramentas e modelos, materias primas e peças de substituição.

3ª, constituída pelas officinas para trabalhos em madeira:

a) serreria e deposito; b) carpintaria; c) marcenaria e modelação.

4ª, constituída pelas seguintes turmas:

a) turma geral de construcções destinada a conservação e reparações dos predios e demais obras de alvenaria da Fabrica, dos edificios residencias e de suas installações de agua e esgoto;

b) turma de conserva e terraplenagem para conservação de estradas de rodagem, de caminhos, de estrada de ferro, movimentos de terra, etc..

5ª Secção — Constituída pela officina de typographia e de encadernação e por quesquer outras officinas de confecção ou fabricação que não possam ser incluídas, nem nos outros Grupos, nem nas outras secções deste Grupo.

4ª Divisão:

24. 1ª Secção — Thesouraria — terá como attribuição effectuar todos os pagamentos e receber todas as importancias, não só as provenientes de dotações orçamentarias e especiaes, como também as de vendas de productos da Fabrica e de outras fontes quaesquer de renda.

Além dessas attribuições terá aquellas previstas nos regulamentos 1, 3 e de Fundos.

2ª Secção — Contabilidade Geral e Estatística — encarregada da escripturação de todos os dinheiros geridos pelo Conselho de Administração e de preparar o processo de prestações de contas, além das outras funcções previstas nos regulamentos ns. 1, 3 e de Fundos.

3ª Secção — Apontadoria — Centralizar o serviço do ponto geral do estabelecimento.

5ª Divisão:

25. 1ª Secção — Compras e Almoxarifado — tendo as attribuições previstas nos regulamentos 1, 3 e de Fundos e mais:

a) relacionar e colher todos os dados referentes ás fontes de materias primas, principalmente nacionaes, necessarias ao funcionamento de todos os serviços do estabelecimento;

b) manter constantemente em dia, as cotações desses materiais e materias primas.

2ª Secção — Contabilidade Patrimonial — terá as attribuições de inventariar todos os bens patrimoniaes do esta-

belecimento, registando todas as suas alterações, desde a sua inclusão no património da Fabrica até sua descarga final.

#### 6ª Divisão:

26. A 6ª Divisão — Serviço de Saude e Hygiene Industrial — para o desempenho das suas attribuições disporá de Gabinetes medicos, pharmacia, hospital, gabinete dentario, enfermaria e outros que se tornarem necessarios.

Paragrapho unico. A Secção de Veterinaria disporá de enfermaria, banheiros carrapaticida, ferraria, etc.

#### 7ª Divisão:

27. A 7ª Divisão terá as seguintes attribuições:

I) Serviço de transporte — Effectuar todas as expedições e transportes dos materiaes adquiridos e expedidos pelo estabelecimento, exceptuando-se os destinados á venda. Para esse fim disporá do material ferroviario e rodoviario.

II) A Feitoria Geral será encarregada:

a) da conservação e limpeza das ruas, praças, jardins, represas, rios, pastos, etc.;

b) do corte, plantio e replantio racional das arvores;

c) da guarda dos predios e carga respectiva, quando desoccupados;

d) de manter a ordem nas villas operarias, situadas nos terrenos do estabelecimento;

e) de auxiliar o contingente militar, no policiamento interno do estabelecimento;

f) de policiar as mattas;

g) da extinctão de incendios nas mattas e campos;

h) do serviço de pedreiras;

i) de cultivar racionalmente, os terrenos vagos com plantação que interesse a Fabrica.

28. Secção Commercial — Terá as attribuições constantes do decreto que regula o funcionamento das Secções Commercias dos estabelecimentos do Ministerio da Guerra.

29. Contingente Militar.

O contingente militar será encarregado da manutenção da ordem e policiamento geral nas dependencias do estabelecimento.

## TITULO II

### Do funcionamento geral dos Serviços

30. Ao ter conhecimento do programma de produção para fins militares determinado pelo Departamento Technico do Material de Guerra a administração da Fabrica determinará o estudo e preparação pelos departamentos technicos e administrativos de todas as medidas que devem ser tomadas para a realização completa dos encargos attribuidos ao estabelecimento.

31. Os Serviços Technicos — principalmente os de execução da fabricação constituem a finalidade da Fabrica, sendo

os demais embora essenciaes e indispensaveis, os meios que lhe facilitam a acção.

32. Os interesses particulares de cada serviço deverão sempre ser subordinados ao interesse geral do conjunto delles.

33. As ligações entre os serviços deverão normalmente ser asseguradas pela via hierarchica correspondente. No entanto, em dados casos e para sua melhor rapidez de transmissão poderão ser permittidas temporariamente, relações directas entre chefes de serviço, mesmo de departamentos diversos, uma vez que a via hierarchica pela qual deveria ser feita a ligação normalmente, seja disto sciencificada.

34. As ordens para funcionamento dos serviços deverão também seguir normalmente a via hierarchica correspondente.

Quando porém por qualquer circumstancia isto não possa ser conseguido deverá quem a receber communicar logo que possivel ao seu chefe directo.

Sub-Directoria Technica.

35. O sub-director technico estabelecerá normas para o seu funcionamento as quaes constituirão o seu Regulamento Interno.

Nellas deverá entre outras, ser estabelecido que nenhuma execução de trabalho deverá ser iniciada sem que seja precedida de estudos e de preparação correspondente, e só dispor de todos os meios a ella necessarios.

Os laboratorios de contróle da fabricação deverão, além dos methodos completos e precisos de ensaios, adoptar outros expeditos que permittam obter rapidamente o conhecimento do estado da fabricação sem atrazar a sua marcha.

Sub-Directoria Administrativa.

36. Os serviços de Fundos adoptarão as normas estabelecidas nos regulamentos 1, 3 e de Fundos, Código de Contabilidade Publica da União e jurisprudencia firmada pelo Tribunal de Contas e pelo Ministerio da Guerra.

37. Os Serviços Commerciaes adoptarão as normas estabelecidas nas Instrucções para o funcionamento das Seções Commerciaes, approvadas em 10-6-931.

38. Os demais serviços seguirão as disposições para elles já vigentes.

## TERCEIRA PARTE

### Do pessoal

#### CAPITULO I

##### DA CLASSIFICAÇÃO DO PESSOAL

1. O pessoal da Fabrica de Polvora e Explosivos de Piquete será classificado em: *militar* (officiaes e praças) e *civil*.

2. Os *officiaes* desempenharão os cargos previstos no Quadro 1.

3. As praças não servindo no Contingente Militar, serão classificadas no mesmo modo que os *civis*.

4. Os *civis* serão classificados de accordo com as suas funções em duas categorias:

a) empregados;

b) operarios.

5. Os *empregados* poderão ser *administrativos* ou *technicos*, de accordo com os cargos que occuparem no Quadro 2.

6. Os *operarios* serão classificados em:

a) operarios profissionaes, isto é, aquellos com as aptidões das chamadas profissões elementares;

b) operarios especialistas, isto é, com aptidões para conduzir ou executar operações de fabricação, condução de machinas automaticas, de meios de transportes, etc.;

c) aprendizes;

d) serventes, como auxiliares de categorias A e B.

§ 1.º Os operarios profissionaes e especialistas poderão ser classificados em 5 classes (1ª a 5ª) para effeito da remuneração, segundo a capacidade de cada um.

§ 2.º Os aprendizes e serventes classificados em duas classes (1ª e 2ª) para o fim do paragrapho anterior.

7. O numero de operarios, será o do regulamento approved pelo decreto n. 8.215, de 15 de setembro de 1910, accrescido dos contractados necessarios ao desempenho do programma de produção annual.

8. Os *civis*, de accordo com a natureza dos serviços, são classificados, ainda, em *permanentes* e em contractados, conforme as funções que desempenharem, forem definitivas ou transitorias.

## CAPITULO II

### DAS ALTERAÇÕES DO PESSOAL CIVIL

9. O pessoal dos ns. 5 e 6 acima, será contractado, feitas as respectivas propostas pelo director da Fabrica, por intermedio do Departamento Technico do Material de Guerra.

10. Os contractados necessarios aos serviços serão admitidos na fórmula das leis em vigor.

11. São condições indispensaveis á admissão, na Fabrica:

a) quitação com o serviço militar;

b) aptidão physica comprovada em exame medico;

c) aptidão para o cargo.

12. Em regra geral, o contractado ingressará na classe inferior da sua profissão ou especialidade salvo conveniencia do serviço ou comprovada aptidão.

13. Não poderão ser readmittidos os excluidos, por motivos de ordem disciplinar e de serviço.

14. Todo contractado será demittido na fórmula da legislação em vigor, ou:

a) por motivo de ordem disciplinar;

- b) por conveniencia dos serviços, observando-se a legislação vigente;
- c) por abandono do serviço;
- d) a pedido ou termo de obrigação.

### CAPITULO III

#### DA DISCIPLINA

15. Serão impostas as seguintes penalidades: *reprehensão*, *suspensão* até 30 dias e *exclusão*.

Estas penas poderão ser agravadas com indemnização, no caso de prejuizos materiaes causados por disidia ou propositalmente.

16. Na applicação das penas acima, serão adoptadas as normas do Regulamento Interno e dos Serviços Geraes dos Corpos de Tropa do Exercito, substituindo-se, nellas, a palavra *prisão* pela de *suspensão*.

O director ficará, para isto, investido das attribuições de commandante de regimento, os sub-directores das de batalhão incorporado e os chefes de divisão das de commandante de companhia.

### CAPITULO IV

#### RECOMPENSAS

As recompensas são: o louvor verbal (publico ou particular); o louvor escripto e a dispensa do serviço.

Na applicação das recompensas acima, serão adoptadas as normas do Regulamento Interno e dos Serviços Geraes dos Corpos de Tropa do Exercito, ficando o director, sub-directores e chefes de divisões, investidos das funcções de commandante de regimento, commandante de batalhão incorporado e commandante de companhia, respectivamente.

### CAPITULO V

#### DO REGIMEN DO TRABALHO, DA CONTAGEM DE TEMPO E FREQUENCIA

17. A duração normal dos serviços será, no maximo, de 8 horas consecutivas de trabalho util, e segundo horarios preestabelecidos pelo director da Fabrica.

Nenhum contractado poderá trabalhar, diariamente, durante mais de 16 horas consecutivas, salvo casos excepçionaes.

19. Aos sabbados, a duração dos serviços será de 4 horas.

20. As 8 primeiras horas uteis serão sempre contadas como serviço ordinario, salvo nas officinas em que a natureza dos trabalhos exija a suspensão das horas de refeição, e, bem assim, aos domingos e feriados nacionaes, em que este numero de horas se reduzirá a 6.

21. Todo trabalho executado, além do maximo de horas consecutivas de trabalho util, nas condições do numero anterior, será considerado como extraordinario.

22. Aos que não tiverem faltas durante a semana, serão contadas as 4 horas de trabalho dos sabbados como 8.

23. As horas de trabalho extraordinario á noite serão multiplicadas pelo coefficiente 1,5 e as dos operarios que trabalhem em officinas onde o ar contenha vapores nocivos á saude, pelo coefficiente 1,3.

24. As faltas por mais de 8 dias consecutivos, sem motivo justificado, ocasionarão ao contractado sua demissão por abandono do serviço.

25. Ao pessoal cujo merito e assiduidade sejam reconhecidos, poderão ser abonadas, pelo director, até duas faltas durante o mez.

## CAPITULO VI

### DOS AUXILIOS E BENEFICENCIAS, DAS FÉRIAS E LICENÇAS E DOS ACCIDENTES DE TRABALHO

26. Aos contractados fica mantido o direito á inscripção nas caixas de auxilios ou beneficencias creadas por lei em diversas repartições industriaes, no Instituto de Previdencia ou nas Caixas de Aposentadoria e Pensões dos ferroviarios e congeneres, de conformidade com a repartição ou serviço a que pertença, e com os regulamentos dessas instituições.

Os permanentes têm direito a férias e licenças e, bem assim, á aposentadoria, quando leis especiaes expressamente tenham concedido taes direitos (art. 10), decreto n. 18.088, de 27-1-928).

27. Os accidentes de serviço serão amparados pela legislação vigente.

## QUARTA PARTE

### Das disposições transitorias

1. Enquanto não forem publicados os regulamentos de organização e funcionamento do Departamento do Material de Guerra toda referencia, a elle feita, no presente, será attribuida á Directoria do Material Bellico.

2. O presente regulamento entrará em vigor, durante o corrente anno, de modo a não ultrapassar as dotações orçamentarias já estabelecidas.

3. Enquanto não houver officiaes, em numero sufficiente, com os requisitos previstos no quadro A, seus cargos poderão ser preenchidos como até então.



4. O director da Fabrica poderá dar novas attribuições aos funcionarios especificados no regulamento da Fabrica de Polvora sem Fumaça (decreto n. 8.215, de 15-9-910) de modo a adaptal-os ás novas funcções do quadro B do presente regulamento.

5. Enquanto não houver operarios do quadro citado em o n. 4, 3ª parte, as suas promoções serão effectuadas de accordo com as "Instrucções" approvadas pelo Ministerio da Guerra em 31-7-934, com a seguinte modificação no seu item 5:

"As vagas de serventes de 1ª ou 2ª classes que deixarem de ser preenchidas em um dado Grupo, pela ausencia nelle de classes inferiores, serão transferidas para outros que ainda as possuam, levando-se em conta, para isto, a maior antiguidade entre os ns. 1 dos classificados nestas categorias inferiores. Assim por exemplo, quando deixarem de ser preenchidos os logares de serventes de 1ª classe do 3º Grupo por falta de serventes de 2ª, estas vagas serão transferidas para um dos demais que, ainda, possuam esta ultima classe, isto é, para aquelle cujo n. 1 dos serventes de 2ª, seja mais antigo entre os demais da mesma classe dos outros Grupos.

No entretanto, as vagas, a partir da classe de operario de 5, que não puderem ser preenchidas, seja pela ausencia, no Grupo, de classes inferiores, seja pela falta de capacidade profissional de seus componentes, serão preenchidas:

a) primeiramente, por meio de concurso entre todos os de classe immediatamente inferior de todos os grupos que a ellas se candidatarem; e neste caso, os logares continuarão no Grupo, sendo, para ella, transferidos os classificados;

b) caso isto não seja conseguido, proceder-se-á como com as vagas de servente. E assim as promoções se processarão no novo Grupo como si o logar a elle definitivamente pertencesse, isto é, seguindo-se o criterio ou de merecimento ou de antiguidade, conforme o caso.

Fica estabelecido, porém, que em todos os casos acima as vagas de um dos tres quadro A, B ou C do 5º grupo do antigo regulamento, serão trasferidas para outros grupos, quando não aproveitarem a qualquer um dos dois outros delles."

6. Enquanto não forem extintos os cargos de feitor das mattas e guarda geral, serão attribuidos, respectivamente, ao primeiro, as funcções previstas nas alíneas *b, f, g, h e i*, e ao segundo as alíneas *a, c, d e e*, e todas do n. 30 da 2ª parte.

7. Com a extinção do Escriptorio da Fabrica, o actual escrivão passa para a categoria de contador.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1936. — General *João Gomes*.

---

REGULAMENTO PROVISÓRIO DA F. P. EX. P.

Officiaes

QUADRO 1

Cargos	Postos					Observações
	Coronel	Tenente-Coronel	Major	Capitão	Tenente	
Director.....	1	—	—	—	—	Com qualquer curso technico.
Sub-director administrativo.....	—	1 ou 1	—	—	—	Com qualquer curso technico.
Sub-director technico.....	—	1 ou 1	—	—	—	Curso de Chimica.
Chefe da Secção Mobilizadora.....	—	—	—	—	1	Com qualquer curso technico.
Secretario.....	—	—	—	—	1	Com qualquer curso technico.
Primeira Divisão:						
Chefe da Primeira Divisão .....	—	—	1	—	—	Curso de Chimica.
Laboratorios Chimicos — Chimicos.....	—	—	—	5 ou 5 (1)	—	Curso de Chimica.
Laboratorio Ballistico de {	—	—	—	1 ou 1	—	Curso de Armamento.
Polvoras e Explosivos : {						
Adjunto do Laboratorio Ballistico.....	—	—	—	—	1	Curso de Armamento.

<b>Segunda Divisão:</b>						
Chefe da Segunda Divisão.....	—	—	1	—	—	Curso de Chimica.
Chefes de grupos.....	—	—	—	5	ou 5 (2)	Curso de Chimica.
Adjuntos de fabricação.....	—	—	—	—	2	Curso de Chimica.
<b>Terceira Divisão:</b>						
Chefe da Segunda Divisão.....	—	—	—	1	—	Curso de Engenharia.
Chefes de grupos.....	—	—	—	—	2	Curso de Engenharia.
Quarta Divisão — Chefe da Quarta Divisão.....	—	—	—	1	ou 1	Administração.
Quinta Divisão — Chefe da Quinta Divisão.....	—	—	—	1	ou 1	Administração.
<b>Sexta Divisão:</b>						
Chefe da Sexta Divisão.....	—	—	—	1	—	Serviço de Saúde.
Medicos Adjuntos.....	—	—	—	—	2	Serviço de Saúde.
Pharmaceutico.....	—	—	—	—	1	Serviço de Saude.
Veterinario.....	—	—	—	—	1	Serviço de Saúde.
Setima Divisão — Chefe da Setima Divisão.....	—	—	—	—	1	Administração.
Secção Commercial — Chefe da Secção Commercial....	—	—	—	1	ou 1	Administração.

(1) Civis ou militares.

Officiaes superiores..... 5

(2) Para o 5º grupo.

Capitães e 1ºs tenentes..... 28

## REGULAMENTO PRO'

## EMPREGADOS TECHNICOS

Serviços	Technicos					
	Auxiliares de chimico	Preparadores	Desennistas	Copistas	Contra-mestres de 1ª	Contra-mestres de 2ª
Sub-Directoria Administrativa e Secretari2.....	—	—	—	—	—	—
Secção Mobilizadora.....	—	—	—	—	—	—
Sub-Directoria Technica — Gabinete de Estudos, Methodos e Preparação ...	—	—	2	1	—	—
Bibliotheca.....	—	—	—	—	—	—
1ª Divisão. { Gabinete.....	—	—	—	—	—	—
1ª Divisão. { Laboratorios Chímicos...	4	4	—	—	—	—
1ª Divisão. { Laboratorio Balístico .....	—	3	—	—	—	—
2ª Divisão. { Gabinete de Fabricação ..	—	—	—	—	—	—
2ª Divisão. { 1º Grupo.....	—	—	—	—	1	2
2ª Divisão. { 2º Grupo.....	—	—	—	—	1	2
2ª Divisão. { 3º Grupo.....	—	—	—	—	1	1
2ª Divisão. { 4º Grupo.....	—	—	—	—	1	1
2ª Divisão. { 5º Grupo.....	—	—	—	—	1	2
3ª Divisão. { Gabinete de Preparação..	—	—	—	—	—	—
3ª Divisão. { 6º Grupo .....	—	—	—	—	—	1
3ª Divisão. { 7º Grupo .....	—	—	—	—	2	3
4ª Divisão. { Thesouraria.....	—	—	—	—	—	—
4ª Divisão. { Apontadoria.....	—	—	—	—	—	—
5ª Divisão. { Secção de Compras. ....	—	—	—	—	—	—
5ª Divisão. { Almoxarife.....	—	—	—	—	—	—
6ª Divisão. { Serviço de Saude.....	—	—	—	—	—	—
6ª Divisão. { Serviço de Veterinaria....	—	—	—	—	—	—
7ª Divisão. { Serviço de Transporte....	—	—	—	—	—	—
7ª Divisão. { Serviços Geraes... ..	—	—	—	—	—	—
Secção Com-mercial { Serviço de Vendas — Con-	—	—	—	—	—	—
Secção Com-mercial { tabilidade Commercial	—	—	—	—	—	—
Secção Com-mercial { Serviço de Expedição e	—	—	—	—	—	—
Secção Com-mercial { Transporte .....	—	—	—	—	—	—
	4	7	2	1	7	12

(1) Sargentos. (2) Civil. (3) Sargento enfermeiro-veterinario



## DECRETO N. 879 — DE 3 DE JUNHO DE 1936

*Approva o regulamento para os exercicios, o emprego e o tiro de artilharia (Titulo I — Bases geraes da instrucção)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica approvedo o Regulamento para os Exercicios, os Empregos e Tiro de Artilharia (Titulo I — Bases geraes da instrucção) annexo a este, assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

Gen. João Gomes Ribeiro Filho.

GETULIO VARGAS.

---

## DECRETO N. 880 — DE 5 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Porangaba, no Estado de São Paulo, durante o dia sete de junho corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, no municipio de Porangaba, no Estado de São Paulo, durante o dia sete de junho do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1936, 115º da Indenpendencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

## DECRETO N. 881 — DE 5 DE JUNHO DE 1936

*Decreta a intervenção federal no Estado do Maranhão, nos termos do art. 12, § 6º, letra B, da Constituição da República*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que a Assembléa Legislativa do Estado do Maranhão, nos termos do art. 12, n. IV e § 3º da Constituição da Republica, solicitou a intervenção federal afim de ser mantido e cumprido o decreto de accusação do Governador do Estado, que importa no afastamento deste do exercicio do cargo;

Considerando que a solicitação foi regularmente instruída, inclusive com o atestado de legitimidade dos representantes do Poder Legislativo estadual, de accordo com o que preceitua o art. 12, § 8º da Constituição;

Considerando que a Córte de Appellação local, pela maioria de seus membros, concedeu uma ordem de *habeas-corpus* ao presidente da Assembléa Legislativa, afim de que assumia o exercicio das funções de governador até ser decretada a intervenção federal solicitada pela mesma Assembléa;

Considerando que a situação de anormalidade, em que se encontra o Estado, aconselha a immediata decretação da medida reclamada pela Assembléa;

Considerando que compete ao Presidente da Republica decretar a intervenção quando solicitada pelo Poder Legislativo local (citado art. 12, § 6º, letra B) com o fundamento acima invocado,

Resolve:

Art. 1.º E' decretada a intervenção federal no Estado do Maranhão, nos termos do art. 12, n. IV, § 3º, letra A, § 6º, letra B e § 8º da Constituição da Republica.

Art. 2.º Fica interrompido, temporariamente, o exercicio da autoridade do actual Governador do Estado (art. 12, § 4º, da mesma Constituição), até que a autoridade competente se pronuncie atinal sobre sua responsabilidade (artigo 64 da Constituição do Estado) e, no caso de condemnação, até que seja eleito e empossado o seu substituto.

Art. 3.º E' nomeado interventor federal no Estado do Maranhão o major Roberto Carneiro de Mendonça, que assumirá o exercicio do Poder Executivo local, observando as instruções que vierem a ser expedidas pelo ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 4.º O presente decreto entrará em vigor immediatamente e seu texto será communicado por via telegraphica ao Governador e á Assembléa Legislativa do Estado do Maranhão.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

## DECRETO N. 882 — DE 5 DE JUNHO DE 1936

*Approva e manda executar o regulamento para a Caixa de Construcções de Casas para o pessoal de Marinha*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve de conformidade com a lei n. 188, de 15 de janeiro do corrente anno, approvar e mandar executar, a partir de 11 de junho corrente, regulamento, que a este acompanha, assignado pelo vice-almirante Henrique Aristides Guilhem, ministro de Estado dos Negocios da Marinha, para a Caixa de Construcções de casas para officiaes, sub-officiaes, sargentos, officiaes honorarios e operarios dos quadros dos Arsenaes da Marinha de Guerra.

Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique Aristides Guilhem.*

---

**Regulamento da Caixa de Construcções de Casas a que se refere o decreto n. 882, de 5 de junho de 1936**

**CAPITULO I**

**SEDE FINALIDADE E OPERAÇÕES**

Art. 1°. A Caixa de Construcções de Casas, creada pela lei n. 188, de 15 de janeiro de 1936, funcionará annexa ao Ministerio da Marinha, tendo sua sede nesta capital, em edificio pertencente ao mesmo Ministerio.

Art. 2°. A sua finalidade é facilitar aos officiaes, officiaes honorarios, sub-officiaes, sargentos e musicos de 1°, 2°, e 3° classes da Marinha de Guerra e aos operarios do quadro dos Arsenaes de Marinha, a acquisição de casas para a moradia das respectivas familias, tudo nos termos do presente regulamento.

Art. 3°. Para a consecução de sua finalidade, a Caixa poderá fazer as operações seguintes:

a) receber e gerir os recursos destinados ao seu movimento financeiro;

b) emprestar dinheiro ao pessoal ennumerado no art. 2° para construcções, reconstrucções, acquisições e liquidacões de hypothecas de casas destinadas á moradia das respectivas familias;

e) praticar todos os actos compativeis com a sua finalidade.



## CAPITULO II

## RECURSOS FINANCEIROS

Art. 4º. Os recursos para o movimento financeiro da Caixa serão assim obtidos:

I, contribuição inicial de 100\$000, a titulo de joia, de todo o pretendente a emprestimo;

II, entrada de 10 %, no minimo, sobre o valor de emprestimo pretendido;

III, emprestimo annual de 2.000:000\$000, por conta do Fundo Naval, nos exercicios de 1936 a 1940;

IV, auxilios e doações de caracter official e particular;

V, receitas e saldos diversos inherentes ao funcionamento da Caixa.

Paraphrapho unico. O emprestimo de que trata o item III, será posto á disposição da Caixa em parcelas de 500:000\$, nos meses de março, junho, setembro e dezembro e será indemnizado em quotas mensaes de 1/120 do seu total, a partir de janeiro de 1941.

Art. 5º. Os dinheiros da Caixa serão depositados em bancos, evitando-se, tanto quanto possivel, a existencia de numerario em cofre.

§ 1º. Os pagamentos serão effectuados por meio de cheques assignados pelo director-thesoureiro e autorizados pelo director-presidente.

§ 2º. Os juros provenientes dos depositos, serão escripturados em conta especial, sendo considerados lucros da Caixa.

## CAPITULO III

## INSCRIPÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E MODO DE PAGAMENTO

Art. 6º. As inscripções dos pretendentes a emprestimos serão feitas conforme o modelo n. 1, annexo.

Art. 7º. As contribuições serão pagas do seguinte modo:

a) a joia de uma só vez, ou em prestações mensaes de 25\$, no minimo, na sede da Caixa ou por consignação em folhas de pagamento:

b) a entrada, de que trata o item II do art. 4º. em prestações mensaes consignadas, de uma ou mais quotas iguaes a 0,1 % do emprestimo pretendido.

§ 1º. A consignação a que se refere a letra b) é obrigatoria até a data em que começar a amortização do emprestimo.

§ 2º. E' facultado aos contribuintes fazer pagamentos supplementares, na sede da Caixa, para a constituição da entrada, de valor correspondente a uma ou mais quotas de 0,1 % do emprestimo pretendido.

§ 3º. Os contribuintes só poderão iniciar o pagamento da entrada depois que tiverem terminado o pagamento da joia.

§ 4º. O não pagamento integral da joia, dentro do prazo de quatro mezes, contado da data da entrada da inscripção da

Caixa, importará na annullação desta, nenhuma restituição cabendo ao contribuinte.

Art. 8º. Os contribuintes que possuírem terrenos de valor correspondente a 10 % ou mais do empréstimo pretendido e nelles desejarem construir, ficarão dispensados da entrada minima estabelecida no item II do art. 4º. sendo, entretanto, obrigados á consignação de que trata a letra b do art. 7º, até a data em que começaram a amortização do empréstimo.

§ 1º. Esses terrenos serão avaliados pela Caixa, correndo as despesas da avaliação por conta dos seus proprietarios.

§ 2º. Nos demais casos, a entrada de 10 % será obrigatória.

§ 3º. Até a data da cessão da plena propriedade do terreno á Caixa, o contribuinte poderá substituí-lo por dinheiro desde que pague de uma só vez, a quantia que elle representar, accrescida de juros á razão de 4,5 % ao anno, pelo tempo decorrido.

## CAPITULO IV

### EMPRÉSTIMO, CONDIÇÕES E GARANTIAS

Art. 9º. A importancia maxima do empréstimo não excederá de 30 vezes os vencimentos mensaes do pretendente.

§ 1º. Ao pretendente collocado na primeira metade do seu quadro, desde que lhe seja garantido accesso automatico ao posto immediato, será permittido empréstimo correspondente a este posto.

§ 2º. O pretendente poderá antes de contemplado na distribuição augmentar o valor do empréstimo até o maximo a que então tiver direito, não podendo o augmento exceder, porém, a 1/2 do empréstimo primitivo; em tal caso, o pretendente deverá pagar, de uma só vez, a differença entre o valor das prestações com que estiver contribuindo e a do novo empréstimo, bem como juros a razão de 4,5 % ao anno sobre a differença de cada prestação, contados da data do pagamento respectivo.

Art. 10. Sobre o total emprestado pela Caixa, depois de deduzida a quantia já pertencente ao contribuinte na occasião da assignatura do respectivo contracto, será cobrada a taxa de 10 %, a titulo de *despesas diversas e constituição do fundo de reservas*.

Art. 11. Os empréstimos serão amortizaveis á razão minima de 0,5 % e no prazo maximo de 200 mezes, incluídas nas prestações as quantias relativas á taxa de que trata o art. 10 e aos seguros de vida e contra fogo.

Art. 12. Os pagamentos dos empréstimos taxa e seguros, serão feitos por consignação em folha de vencimentos, dos interessados, sendo facultado qualquer pagamento anticipado na séde da Caixa.

§ 1º. Os pagamentos dos empréstimos e taxa começarão 30 dias depois entregue a chave da casa ao consignante.

§ 2º. As consignações estabelecidas em favor da Caixa não estão sujeitas ao limite de que trata o art. 12 do decreto nu-

mero 21.576, de 28 de junho de 1932 e só serão suspensas por solicitação da Caixa.

Art. 13. A distribuição dos empréstimos será feita entre os pretendentes que já tiverem entrado com os 10 % a que se refere o item II do art. 4º e na ordem decrescente do numero de pontos apurados a favor de cada um.

§ 1º. A apuração dos pontos se fará de accordo com o numero de dias decorridos desde a data do pagamento de cada prestação até a da distribuição do empréstimo, tomando-se como data de pagamento das prestações consignadas o dia 1 do mez seguinte áquelle a que corresponder a consignação.

§ 2º. Na contagem dos dias será usado o anno commercial, de 12 mezes de 30 dias, subtrahindo-se uma data da outra.

§ 3º. Cada quota de 0,1 % do empréstimo dará logar á contagem de um ponto por dia.

§ 4º. No caso de empate na contagem de pontos, terá preferencia o pretendente de inscripção mais antiga e para as inscripções da mesma data prevalecerá o numero da ordem de inscripção mais baixo.

§ 5º. Os numeros de inscripção dos contribuintes serão dados na data de entrada das inscripções na Caixa.

§ 6º. Guardar-se-á absoluto sigillo sobre a apuração de pontos até a data da distribuição do empréstimo.

§ 7º. Cada contribuinte só poderá ter conhecimento dos pontos que lhe disserem respeito.

§ 8º. Depois de cada distribuição de empréstimo, será facultado o exame, a qualquer parte interessada, dos pontos apurados a favor dos que tiverem sido contemplados.

§ 9º. As distribuições de empréstimo serão feitas no ultimo dia util dos mezes da março, Junho, setembro e dezembro.

Art. 14. Quando a entrada de 10 % fôr representada por terreno, o mutuario só receberá 90 % do empréstimo.

Art. 15. As construcções, reconstrucções, aquisições e liquidacões de hypothecas de casas serão tratadas pelos interessados ou seus representantes legitimos, com assistencia tecnica e administrativa da Caixa.

§ 1º. Essa assistencia terá o fim principal de evitar negocios prejudiciaes á Caixa e aos seus contribuintes.

§ 2º. Os empréstimos serão empregados, exclusivamente, no pagamento da casa do contribuinte inclusive as despesas de transmissão e outras connoxas, sendo os pagamentos effectuados directamente pela Caixa.

§ 3º. Quando o empréstimo fôr insufficiente para o fim a que o destinar o contribuinte, este depositará na Caixa, previamente, a quantia que faltar.

§ 4º. A directoria da Caixa escolherá tabellião e despachante idoneos para os serviços da Caixa.

Art. 16. O contribuinte, antes applicação do empréstimo, assignará um contracto relativo á transacção a effectuar.

Art. 17. Para o fim de garantir, em caso de seu fallecimento, o pagamento de, pelo menos, a metade de seus compromissos, o contribuinte inscrever-se-á na Carteira de Garantia

de Empréstimos, ou fará seguro de vida em companhia julgada idonea pela directoria da Caixa.

§ 1º. No caso de fallecimento do contribuinte, o restante da divida será cobrado do principal herdeiro em prestações mensaes que não excedam á metade da que vinha sendo paga, antes.

§ 2º. Para a assignatura do contracto de empréstimo, é indispensavel o prévio cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 18. Será annullada a distribuição de empréstimo cuja applicação não tiver sido iniciada dentro do prazo de oito mezes, contado da data da distribuição.

Paragrapho unico. Nesse caso a Caixa devolverá ao contribuinte a importancia da entrada paga, com deducção do 5 %.

## CAPITULO V

### DIRECÇÃO E EXECUÇÃO DO SERVIÇO DA CAIXA

Art. 19. Para zelar pelo bom funcionamento da Caixa, são precisos os seguintes órgãos:

Directoria, para direcção e fiscalização immediatas;  
Gerencia, para execução dos trabalhos de escripta e gestão do patrimonio da Caixa;  
Secção Technica, para execução dos serviços de natureza technica.

Paragrapho unico. A directoria dará conta dos seus actos ao ministro da Marinha, para quem haverá recurso das suas deliberações.

Art. 20. A directoria terá a seguinte composição;

Um director-presidente;  
Um director-thesoureiro.

§ 1º. Os membros da directoria serão nomeados pelo ministro da Marinha e poderão ser officiaes em serviço activo da reserva ou reformados.

§ 2º. Ao presidente compete:

a) administrar a Caixa com os poderes expressos neste Regulamento e outros que implicitamente do mesmo decorrerem;

b) representr a Caixa em todos os actos de construcções, reconstrucções, aquisições e resgate de hypothecas de casas, assignando-os com as outras partes interessadas;

c) convocar a directoria e presidir as suas reuniões;

d) prestar contas dos negocios da Caixa ao ministro da Marinha;

e) nomear e demittir os empregados da Caixa, de accordo com as disposições deste regulamento;

f) autorizar os pagamentos e as retiradas de dinheiro dos Bancos;

g) apresentar relatorio annual dos trabalhos da Caixa ao ministro da Marinha;

h) adoptar as medidas necessarias ao desenvolvimento e regularidade dos serviços da Caixa;

i) fiscalizar, quando entender, qualquer registo, livro ou documento avulso da escripta da Caixa;

j) zelar pela boa execução dos serviços confiados á Secção Technica;

k) rebricar todos os livros de escripturação da Caixa;

l) assignar a correspondencia da Caixa;

§ 3º. Incumbe ao thesoureiro:

a) substituir o presidente nos seus impedimentos,

b) zelar pela boa gestão e escripta dos fundos;

c) effectuar os recebimentos e pagamentos externos,

d) assignar os cheques de retiradas de dinheiro e demais papeis de circulação externa, com relação a fundos;

e) fazer os depositos de dinheiros nos bancos;

f) tomar diariamente, contas ao gerente, rubricando os documentos de despesa e os canchotos dos documentos de receita;

g) assignar, com o 1º escripturario, os balanços financeiros e patrimonial da Caixa;

h) redigir e mandar lavrar em livro proprio as actas das reuniões e deliberações da directoria;

i) elaborar, com o presidente, o relatorio annual.

Art. 24. A gerencia será assim constituida:

Gerente;

Escripturarios;

Dactylographos;

Serventes.

§ 1º. São attribuições do gerente:

a) executar, com os outros empregados, os trabalhos de escripta e gestão do patrimonio da Caixa;

b) effectuar os recebimentos e pagamentos internos, como auxiliar do director-thesoureiro, prestando-lhe contas ao fim do dia;

c) escripturar, pessoalmente, o livro Caixa e o de contagem de pontos;

d) apresentar á directoria, até o decimo dia util de cada mez, os balanços financeiro e patrimonial da Caixa, attinentes ao movimento do mez anterior;

e) apresentar á directoria, para servir de base á distribuição de empréstimos, uma demonstração dos fundos a distribuir e bem assim uma relação dos contribuintes que já tiverem pago a entrada minima de 10 %, classificados pelo numero de pontos contados, tendo em vista as quotas pagas até o dia da distribuição;

f) responder pelo expediente da Caixa na ausencia dos directores;

g) ter sob suas ordens os empregados da gerencia e fazer os executar os serviços que lhes forem distribuidos;

§ 2º. Compete aos escripturarios e dactylographos:

a) ter em ordem os serviços que lhes foram distribuidos e pessoalmente ao primeiro escripturario, escripturar os livros Diario, Razão e de Contas Correntes e fazer os balanços mensaes e annuaes;

b) dar cumprimento ás ordens dos directores e de gerente.

§ 3º. Cabe aos serventes;

a) zelar pelo asseio das dependencias da Caixa;

b) desempenhar fóra das horas de limpeza as funções de continuo e estafeta.

Art. 22. A Secção Technica é o órgão do estudo da parte technica dos negocios propostos á Caixa e da fiscalização das obras em andamento financeiros pela Caixa e dos immoveis ainda não amortizados.

Art. 23. A Secção Technica terá a seguinte composição;

Assistente technico;

Fiscaes; ..

Auxiliares;

Motorista.

§ 1º. São attribuições do assistente technico:

a) ministrar ás partes interessadas as informações de ordem technica necessaria á organização dos projectos, inclusive as exigencias especiaes da Caixa;

b) estudar os projectos e propostas apresentadas á Caixa pelos contribuintes, e apresental-os ao director-presidente com o seu parecer;

c) manter em dia o archivo e escripta da Secção;

d) controlar o andamento das obras;

e) exercer as funções de fiscal, de accordo com as possibilidades do serviço;

f) ter sob suas ordens directas os fiscaes e auxiliares e fazel-os executar os trabalhos que lhes forem distribuidos;

g) dedicar-se durante as horas do expediente exclusivamente ao serviço da Caixa.

§ 2º. Compete aos fiscaes;

a) fiscalizar, diariamente, todas as obras a seu cargo;

b) comparecer, diariamente, á Secção Technica, após a visita feita ás obras, para informar ao assistente technico das occurencias dos seus serviços;

c) tomar junto aos constructores as providencias que se fizerem necessarias para corrigir irregularidades na construção, cinfirmadas, sempre, por memorandum, do director-presidente;

d) dar cumprimento ás ordens da directoria e do assistente technico.

§ 3º. Aos auxiliares e motoristas compete:

a) ter em boa ordem os trabalhos que lhes forem distribuidos;

b) dar cumprimento ás ordens da directoria e do assistente technico.

Art. 24. O assistente technico será um militar ou civil, formado em engenharia, e de reconhecido tirocinio na especialidade de construcções civis.

Art. 25. Para a boa execução dos serviços a seu cargo a Secção Technica exigirá dos mutuarios:

a) projecto completo do predio, comprehendendo, além das plantas, cortes e elevação exigidas pela Prefeitura Municipal, todos os detalhes necessarios;

b) planta do terreno, com as indicações plammetricas e allimetricas necessarias ao estudo do movimento de terras e das fundações;

c) copias do projecto e respectivos detalhes, além dos originaes em tela e papel vegetal (para os detalhes);

Art. 26. A obra será contractada com um constructor indicado pelo mutuario e que mereça a confiança da Caixa.

§ 1.º Quando o prego da obra exceder ao orgão pela Caixa, o mutuario depositará nesta, previamente, a differença de pregos, para attender ao respectivo pagamento.

§ 2.º Os constructores se sujeitarão ao desconto de 2 % sobre o valor do contracto, para pagamento da fiscalização da Caixa.

Art. 27. A Secção Technica organizará o caderno de encargos da Caixa, que fará sempre parte integrante dos contractos de construção.

Art. 28. A Caixa terá um consultor juridico, nomeado pelo presidente.

## CAPITULO VI

### VINANÇAS E CONTABILIDADE — LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO

Art. 29. O exercicio e o anno financeiro coincidirão com o anno civil.

Art. 30. No balanço financeiro figurarão as receitas arrecadadas e as despesas pagas, bem como o saldo respectivo; no balanço patrimonial será mencionado o valor de todo o activo e passivo da Caixa, de modo a ficar bem conhecido o saldo ou "defielt" no fim de cada mez e anno.

Art. 31. A contabilidade obedecerá ao systema de escripturação por partidas dobradas, com as adaptações peculiares ao regimen especial da Caixa.

Paragrapho unico. Para acompanhar o movimento de suas contas o contribuinte receberá uma caderneta distribuida pela Caixa .

Art. 32. Os lucros serão assim distribuidos:

a) 5 % para bonificação ao pessoal da Caixa, sendo 3 % para os directores e o restante distribuido a criterio da Directoria;

a) 5 % para fundo de pensão e assistencia aos empregados da Caixa;

c) 90 % para fundo de reserva.

§ 1.º O fundo de reserva poderá ser empregado em empréstimos com juros de 6 % ao anno, aos contribuintes que houverem pago a entrada minima de 10 % estabelecida neste regulamento, attendidos na ordem de antiguidade de inscrição, sendo tais empréstimos transformados, automaticamente, em empréstimos sem juros, logo que se verifique a contemplação dos contribuintes.

§ 2.º Quando os lucros annuaes forem insufficientes para attender ás despesas de custeio da Caixa, a directoria poderá retirar, o que faltar, do fundo de reserva.

Art. 33. As consignações estabelecidas em favor da Caixa, serão recebidas das repartições pagadoras do Ministerio da Marinha, até o decimo dia util de cada mez, mediante folha organizada pela gerencia e assignada pelo director-thesoureiro.

## CAPITULO VII

### DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CAIXA E DOS CONTRIBUINTE

Art. 34. São direitos da Caixa, principalmente:

a) exigir dos contribuintes a fiel observancia deste regulamento;

b) tomar posse dos bens immoveis adquiridos com os seus recursos nos casos de heranças vagas e em outros previstos neste regulamento e nos contractos de empréstimos e construcções;

c) exercer assistencia technica e administrativa sobre os negocios propostos pelos contribuintes;

d) fixar remuneração e cobral-a quando prestar serviços extraordinarios e especiaes aos contribuintes;

e) cobrar judicialmente os debitos que não forem saldados pelos meios amigaveis e administrativos, mediante acção summaria;

f) immitir-se, immediatamente, na posse do immovel, até liquidação final da divida, de accordo com o artigo 805 doCodigo Civil, quando, por qualquer motivo, os mutuarios ou seus herdeiros deixarem de satisfazer, por tres mezes consecutivos, os pagamentos a que estiverem obrigados.

Art. 35. São obrigações da Caixa:

a) pôr á dispsooisição dos contribuintes os empréstimos que lhes couberem nas épocas de distribuição;

b) suspender as consignações logo após a liquidação dos compromissos por ellas garantidas;

c) zelar pelos interesses dos mutuarios evitando-lhes negocios prejudiciaes;

d) restituir aos legitimos herdeiros do contribuinte, integralmente, as quotas de entrada que elle houver pago, se occorrer o seu fallecimento antes de ser contemplado na distribuição do empréstimo.

Art. 36. São direitos dos contribuintes:

a) participar dos serviços da Caixa depois de paga a joia de 100\$000;

b) habilitar-se ao empréstimo que pretender mediante o pagamento, em uma só vez ou em quotas, da entrada minima de 10 % sobre o seu valor;

c) verificar a contagem dos seus pontos e dos mutuarios já contemplados;

d) modificar o valor do empréstimo que pretender, de accordo com o paragrapho 2º do artigo 9º;

e) desistir da inscripção ao empréstimo, antes de ser contemplado, levantando a importancia que tiver depositado



para esse fim, na primeira distribuição que se seguir á desistencia, sujeita ao desconto de 5 %;

f) desistir do emprestimo em que tiver sido contemplado, antes de iniciar a sua applicação, levantando a importancia já depositada, logo após a desistencia, sujeita ao desconto de 5 %.

g) transferir o seu contracto, depois de iniciada a applicação do emprestimo, a outro contribuinte da Caixa que preencha os requisitos exigidos e assuma todas as obrigações contractuaes, e mediante prévio consentimento da Caixa.

Paragrapho unico. A soma das restituções feitas de accordo com a letra "e" deste artigo, não poderá exceder, em cada distribuição, a mais de 10 % do fundo a distribuir, attendendo-se as desistencias pela ordem em que forem apresentadas.

Art. 37. São obrigações dos contribuintes:

a) pagar, pontualmente, as contribuições a que estiver sujeito;

b) autorizar os descontos em folha das importancias dos seus compromissos com a Caixa;

c) observar estrictamente o presente Regulamento;

d) sujeitar-se á assistencia technica e administrativa da Caixa;

e) obrigar-se a receber a casa que fôr objecto do seu emprestimo.

## CAPITULO VIII

### PESSOAL DA CAIXA — VENCIMENTOS E VANTAGENS ESPECIAES

Art. 38. Os empregados serão nomeados pelo presidente, mediante contracto de duração variavel, conforme a importancia do cargo.

Paragrapho unico. Esses empregados serão conservados nos empregos enquanto bem servirem.

Art. 39. O quadro de empregados será o seguinte:

Um gerente . . . . .	}	Gerencia
Um 1º escriptuario . . . . .		
Um 2º escriptuario . . . . .		
Dois dactylographos . . . . .		
Dois serventes . . . . .	}	Secção technica
Um assistente technico . . . . .		
Um motorista . . . . .		

§ 1.º Inicialmente, só serão preenchidos o lugar de gerente, o de assistente technico, os de escriptuarios, um de dactylographo e um de servente, sendo os demais preenchidos posteriormente, a criterio do presidente

2.º Os vencimentos serão os constantes da tabella apensa e este Regulamento.

§ 3.º Os directores receberão mensalmente, a titulo de representação, a quantia de 600\$000, independente das bonificações que lhes couberem.

§ 4.º Todo o pessoal da Caixa terá direito ás vantagens constantes da alinea "a" do artigo 32.

§ 5.º Todo o pessoal da Caixa terá direito, tambem, a férias annuaes, segundo as disposições em vigor no Ministerio da Marinha.

Art. 40. A Caixa terá mais, para o funcionamento da Secção technica, o numero sufficiente de auxiliares e fiscaes, remunerados com recursos provenientes do desconto de que trata o paragrapho 2º do artigo 26.

Art. 41. O consultor juridico será remunerado com recursos provenientes da taxa de que trata o artigo 46.

## CAPITULO IX

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 42. A casa adquirida com os recursos da Caixa, enquanto não estiver integralmente paga, será considerada proprio nacional para todos os effeitos, menos para o registro ou inscripção no Dominio da União. Depois de paga, será transferida para o mutuario e constituirá bem de familia na forma dos artigos 70 a 73 do Codice Civil.

Paragrapho unico. Quando se tratar de liquidação de hypotheca ou reconstrução, o immovel ficará hypothecado á Caixa, até liquidação do debito, sendo convertido, tambem em bem de familia.

Art. 43. Cada contribuinte não poderá ter mais de uma casa adquirida com os recursos da Caixa.

Paragrapho unico. A casa assim adquirida poderá garantir novo emprestimo para remodelação ou ampliação, depois de saldado o primeiro, habilitando-se o mutuario conforme prescrevem os Capitulos III e IV.

Art. 44. A Caixa gozará de todas as vantagens e regalias concedidas á Caixa de Construções de Casas do Ministerio da Guerra.

Art. 45. Os contribuintes da Caixa, activos e inactivos, constituirão duas divisões:

a) Divisão A, composta dos officiaes e officiaes honorarios;

b) Divisão B, constituida dos demais contribuintes.

§ 1.º Cada uma dessas divisões terá um fundo de distribuição proprio, formado pelas respectivas contribuições de entrada e de amortização, e constituirá uma escala para servir á distribuição de emprestimos.

§ 2.º Os adiantamentos por conta do Fundo Naval, de que trata o item III do artigo 4º, serão distribuidos pelas divisões A e B, em cada distribuição de emprestimo, proporcio-

nalmente aos fundos constituídos conforme o paragrapho anterior.

Art. 46. Para attender ás despesas de avaliação de terrenos e casas e de exame de documentos, os contribuintes pagarão á Caixa uma taxa correspondente a 0,2 % e 0,4 % sobre o valor do emprestimo, conforme se trata de avaliação sómente de terreno ou de casa já construída.

Art. 47. Os recursos da Caixa só poderão ser empregados em casas situadas em ruas officiaes das zonas urbana e suburbana desta Capital e de Nietheroy e das cidades em que estiverem localizados os Arsenaes da Marinha, quando os contribuintes forem operarios.

Paragrapho unico. Os operarios dos arsenaes situados fóra desta Capital só poderão ser inscriptos na Caixa, quando esta tiver sua representação nas respectivas sédes.

Art. 48. As quotas de entrada pagas no correr do mez de junho de 1936, contarão pontos a partir de 11 do mesmo mez.

Art. 49. Serão eliminados da Caixa os contribuintes que usarem de dolo ou má fé, não lhes cabendo restituição alguma.

Art. 50. A Caixa terá uma Carteira de Garantia de Empréstimos, cujas instruções serão opportunamente publicadas.

Art. 51. No anno de 1936 sómente serão feitas as distribuições de empréstimos de setembro e dezembro, sendo empregada em cada uma dellas, a metade da dotação annual de que trata o item III do artigo 4º.

Art. 52. A directoria regulará os casos omissos deste Regulamento.

Art. 53. O presente Regulamento entrará em vigor em 11 de junho de 1936 e será revisto de accordo com a pratica e exigencias resultantes do funcionamento da Caixa.

#### Tabella de vencimentos mensaes do pessoal da Caixa:

Gerente . . . . .	1:000\$000
Assistente technico . . . . .	1:000\$000
1º escriptuario . . . . .	800\$000
2º escriptuario . . . . .	600\$000
Dactylographo . . . . .	500\$000
Motorista . . . . .	400\$000
Servente . . . . .	300\$000

Modelo n. 1 (Tamanho almasso)

## MINISTERIO DA MARINHA

## CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS

*Pedido de inscrição*

N.º .....

- 1) — Nome .....
- 2) — Posto ou categoria .....
- 3) — Vencimentos mensaes .....
- 4) — Onde serve ..... Tel.....
- 5) — Residencia ..... Tel.....
- 6) — Data de nascimento .....
- 7) — Estado civil .....
- 8) — Como deseja pagar a joia de 100\$000.....
- 9) — Empréstimo que pretende obter .....
- .....
- .....
- 10) — Possui terreno no valor de.....
- Local .....
- Data .....
- Assignatura .....

## DECRETO N. 883 — DE 5 DE JUNHO DE 1936

*Approva a planta e orçamento, na importancia de 6:589\$500, para a construcção de passeios na parte externa dos terrenos do pateo da estação de Poços de Caldas da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil attendendo ao que requereu a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e considerando que, tendo terminado em 31 de Março de 1933 o prazo do privilegio de 50 annos concedido á mesma Companhia, em virtude do contracto celebrado em 31 de março de 1883, de conformidade com o decreto numero 8.888, de 17 de fevereiro do mesmo anno, para a construcção, uso e gozo da linha do Rio Grande e ramal para Poços de Caldas, mas, continuando a referida companhia na posse das linhas, materiaes, dependencias e servidões de sua plena propriedade, salvo o direito que cabe sempre ao Governo Federal da encampação ou desapropriação por utilidade ou necessidade publica, e tendo em vista os pareceres prestados pela Inspectoria Federal das Estradas, em officios numeros 889-S, de 28 de agosto de 1933 e 856-S, de 23 de agosto de 1935 e do consultor tecnico do Ministerio da Viação e Obras Publicas,

## Decreta:

Artigo unico — Fica approvada a planta e orçamento, que, com este, baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, para a construcção de passeios na parte externa dos terrenos do pateo da estação de Poços de Caldas, do ramal de Caldas, da linha do Rio Grande da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro.

Paragrapho 1º. A despesa, até o maximo do orçamento ora approvado, na importancia de seis contos quinhentos e oitenta e nove mil e quinhentos réis (6:589\$500), depois de apurada em regular tomada de contas, deverá ser levada á conta de capital.

Paragrapho 2º. Fica fixado o prazo de dois mezes para a execução da obra de que se trata a contar da data da communicação á Companhia, da approvação da planta e orçamento a que se refere o presente decreto.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS

*Marques dos Reis*

---

DECRETO N. 884, DE 5 DE JUNHO DE 1936

*Approva o orçamento, na importância de 144:213\$673, para a substituição de trilhos de 19.500 kg. por outros de 25.900 kg. no ramal de Caldas da linha do Rio Grande, da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e de accordo com os pareceres da Inspectoria Federal das Estradas, constante do officio numero 865-S, de 13 de outubro de 1930, e do consultor tecnico do Ministerio da Viação e Obras Publicas,

## Decreta:

Artigo unico. Fica approvado o orçamento que com este baixa rubricado pelo director geral de expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas para a substituição por trilhos do peso de 25.900 kgs., por metro corrente, os de 19.500 kg., existentes no ramal de Caldas, da linha do Rio Grande, da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, na extensão total de 23.500 kms., nos trechos entre os kilometros 6.900 e 30.000; 37.635 e 37.787; e, finalmente, 58.285 e 58.535.

Paragrapho unico. A despesa até o maximo ora approvado, na importancia de cento e quarenta e quatro contos, duzentos e treze mil seiscientos e setenta e tres réis (Réis 144:213\$673) depois de apurada em regular tomada de contas, deverá correr pelo producto da taxa adicional de 10% sobre as tarifas.

Rio de Janeiro, 5 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS

*Marques dos Reis*

---

DECRETO N. 885 — DE 8 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Conceição da Barra e Calçado, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 14 do corrente mez de junho.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil reolve suspender os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Conceição da Barra e Calçado, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 14 do corrente mez de junho, afim de serem ali realizadas eleições municipais; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 886 — DE 8 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Campos Novos e Tijucas, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 14 do corrente mez de junho.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 702, de 21 de março ultimo, nos municipios de Campos Novos e Tijucas,

no Estado de Santa Catharina, durante o dia 14 do corrente mez de junho, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 887 — DE 8 DE JUNHO DE 1936

*Concede o auxilio de 342:000\$000 ao Estado de Santa Catharina para o serviço de nacionalização do ensino, no exercicio corrente.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do art. 22 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, combinado com o artigo n. 1 do decreto n. 13.014, de 4 de maio de 1918:

Artigo unico. Fica concedido ao Estado de Santa Catharina o auxilio na importancia de trescentos e quarenta e dois contos de réis (342:000\$000), correspondente á quota que lhe compete para a manutenção do serviço de nacionalização do ensino, no exercicio corrente, correndo a despesa por conta da sub-consignação n. 1 da verba 21 — Subvenções — art. 3° (annexo n. 5) da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1936, 114° da Independencia e 47 da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 888 — DE 8 DE JUNHO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Gymnasio da Associação de Ensino, com séde em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, nos termos do art. 55, do decreto 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fun-

damental do Gymnasio da Associação de Ensino de Ribeirão Preto, com séde na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 889 — DE 8 DE JUNHO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Gymnasio José Bonifacio, com séde em Santos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao Gymnasio José Bonifacio, com séde em Santos, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 890 — DE 9 DE JUNHO DE 1936

*Approva o regulamento pelo qual ter-se-á de reger a execução da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, resolve, na conformidade do disposto no art. 16 da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935, approvar o regulamento que a este acompanha, assignado pelo ministro de Estado dos Negocios do Trabalho, Industria e Commercio, e pelo qual reger-se-á a execução da referida lei, que regula as contribuições constituintes da receita dos Institutos e Caixas de



Aposentadoria e Pensões subordinados ao Conselho Nacional do Trabalho, e dá outras providencias.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1936, 115° da Independencia e 45° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

Regulamento a que se refere o decreto n. 890, de 9 de junho de 1936

## CAPITULO I

### DA CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS

Art. 1.º A contribuição mensal dos associados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, correspondente a uma percentagem variavel de tres a oito por cento sobre o respectivo vencimento, será fixada annualmente pelo ministro do Trabalho, Industria e Commercio, por proposta do Conselho Actuarial.

§ 1.º Para effeito da fixação prevista neste artigo, a administração dos Institutos e Caixas remetterá ao Conselho Nacional do Trabalho, no mez de julho de cada anno, os elementos necessarios, que, com o parecer do mesmo Conselho, serão encaminhados ao Conselho Actuarial para servir de base á sua proposta.

§ 2.º Quando não houver sido fixada, pelo ministro, a percentagem de que trata este artigo, prevalecerá a que tiver vigorado no exercicio anterior.

Art. 2.º Continuarão a ser devidas e descontadas, na conformidade da legislação em vigor, as demais contribuições, taxas ou quotas por ella previstas.

Art. 3.º O desconto da contribuição a que se refere o art. 1º recairá sobre o vencimento-base, ou, nos casos em que a legislação vigente o admitte, sobre o salario da respectiva classe.

§ 1.º Como vencimento-base entende-se a remuneração, qualquer que seja sua forma e denominação, estabelecida para um mez de trabalho, mesmo quando não tenha sido total a frequencia do associado ao serviço.

§ 2.º Quando a remuneração tiver sido estabelecida por dia ou por hora, considerar-se-á vencimento-base a importancia correspondente a 25 dias ou 200 horas.

§ 3.º Quando a remuneração for paga por tarefa ou comissão, considerar-se-á vencimento-base a média mensal, annualmente apurada.

§ 4.º Nos casos admittidos pela legislação vigente, e sómente nestes, serão comprehendidos no vencimento-base o valor locativo das habitações e as prestações supplementares de alimento, rancho ou etapa.

§ 5.º O desconto a que allude este artigo incidirá sobre o vencimento-base até o maximo de dous contos de réis, desprezada a parte que exceder este limite.

§ 6.º O vencimento-base da contribuição é o que se levará em conta para o calculo dos beneficios.

Art. 4.º Não se comprehende no disposto em o artigo antecedente o salario dos associados da Caixa de Aposentaderia e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens de Café e da dos Operarios Estivadores, para os quaes prevalecerão as disposições regulamentares que lhes dizem respeito, salvo o limite previsto nos paragraphos quinto e sexto.

Art. 5.º Para os effeitos do presente regulamento, o vencimento pago em moeda estrangeira será convertido em moeda nacional, ao cambio do ultimo dia do mez anterior ao em que for devida a contribuição.

## CAPITULO II

### DA CONTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADORES

Art. 6.º Os empregadores contribuirão, mensalmente, com importancia igual ao total das contribuições pagas, durante cada mez, pelos seus empregados.

Paragrapho unico. Comprehende-se no total alludido neste artigo as contribuições, taxas ou quotas a que se refere o art. 2.º

## CAPITULO III

### DA CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO

Art. 7.º A contribuição da União, denominada "quota de previdencia", na mesma porporção da contribuição total dos empregados, será constituída:

a) pela contribuição do Estado, prevista nos decretos numeros 20.465, de 1 de outubro de 1931, e 21.081, de 24 de fevereiro de 1932; 22.096, de 16 de novembro de 1932; 23.872, de 29 de junho de 1933, e 22.992, de 26 de julho de 1933, combinados com o de n. 24.077, de 3 de abril de 1934; 24.274, de 22 de maio de 1934; 24.275, da mesma data; 24.615, de 9 de julho de 1934, e respectivos regulamentos;

b) pelo producto da taxa de 2 % sobre os juros pagos ou creditados pelas Caixas Economicas nas contas dos depositos superiores a dez contos de réis, quer se trate de pessoa phisica, quer juridica;

c) pela importancia da taxa de previdencia social.

Art. 8.º Figurará annualmente no orçamento da despesa do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, sob o titulo — Previdencia Social, — uma verba, cuja dotação será igual á estimativa da taxa de previdencia social.

Paragrapho unico. Na época propria da elaboração orçamentaria, o Conselho Nacional do Trabalho remetterá ao ministro do Trabalho, Industria e Commercio os elementos necessarios á previsão da alludida verba.

Art. 9.º Quando, em um exercicio financeiro, se evidenciar que a arrecadação total de quota de previdencia foi inferior á contribuição dos associados de todas as Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões, o ministro do Trabalho, Industria e Commercio, mediante comunicação do Conselho Nacional do Trabalho, providenciará no sentido de ser feito o reforço da verba designada no artigo antecedente, nos termos do art. 9º da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935.

Paragrapho unico. No caso inverso, quando, em tres exercicios consecutivos, se verificar saldo que ultrapasse o limite de 10 % a que se refere o art. 23, o Governo promoverá a redução de uma ou mais taxas, de modo que não seja excedido o alludido limite, revertendo desde logo á Receita da União, como renda eventual, o excedente desse limite, na conformidade do paragrapho unico do 1.º 9º do regulamento approved pelo decreto n. 591, de 15 de janeiro de 1936.

## CAPITULO IV

### DA ARRECAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 10. Independente de aviso ou notificação, os empregadores comprehendidos neste decreto são obrigados a descontar mensalmente, nas folhas de pagamento, as contribuições de seus empregados, inclusive as comprehendidas no art. 2.º

Paragrapho unico. Igual obrigação terão os directores, gerentes, administradores ou encarregados dos serviços explorados pela União, pelos Estados ou municipios, sujeitos ao regime das Caixas de Aposentadorias e Pensões.

Art. 11. A importancia das contribuições descontadas na fórmula do artigo anterior será recolhida, juntamente com a do empregador, até o dia quinze do mez seguinte áquelle em que forem devidas as mesmas contribuições.

Paragrapho unico. Nos serviços explorados pela União, pelos Estados ou municipios, a contribuição a que se refere o art. 6º será deduzida immediatamente da receita arrecadada.

Art. 12. A contribuição de que trata a alinea a do artigo 7º será mensalmente arrecadada e recolhida juntamente com as demais contribuições, de accordo com o disposto no art. 14.

Paragrapho unico. Exceptuam-se deste dispositivo os bancos e casas bancarias e as Caixas Economicas, que operarão o recolhimento até dez dias depois de encerrado o balanço semestral, em conta do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancarios, observado o disposto no art. 17.

Art. 13. Os recolhimentos a que se referem os artigos antecedentes serão feitos, em conta da respectiva Caixa ou Instituto de Aposentadoria e Pensões, ao Banco do Brasil e ás suas agencias, ou, com aprovação prévia do Conselho Nacional do Trabalho, a estabelecimentos bancarios designados pelos mesmos Institutos ou Caixas.

Art. 14. Da arrecadação mensal de que trata o art. 12 os empregadores recolherão directamente, em conta da respectiva Caixa ou Instituto, importancia igual ao total das contribuições a que se refere o art. 10, sendo o restante, quando houver, depositado na conta especial do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio.

Art. 15. Operado o recolhimento, o empregador ou as pessoas nomeadas no paragrapho unico do art. 10, remetterão, no prazo de cinco dias, respectivamente, ás Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões, demonstração discriminativa das importancias depositadas, em duas vias, acompanhada das cópias das folhas de pagamento e mais informações complementares.

Paragrapho unico. Exceptuam-se dessa obrigação os empregadores vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialios, os quaes observarão as disposições regulamentares que se applicam ao dito Instituto.

Art. 16. Os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões enviarão ao Conselho Nacional do Trabalho, dentro dos cinco dias seguintes ao recebimento da demonstração a que allude o art. 15, a respectiva segunda via, devidamente conferida, incorrendo os responsaveis por essa falta nas penalidades previstas neste regulamento.

Art. 17. As Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões que houverem sido creditados por importancia de "quota de previdencia" superior á dos associados, ficam obrigados a promover a respectiva transferencia para a conta especial do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, no Banco do Brasil, dando sciencia ao Conselho Nacional do Trabalho, que intervirá, *ex-officio*, no caso de falta ou recusa.

Art. 18. A arrecadação relativa á Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens de Café e á dos Operarios Estivadores se realizará pela fórmula estabelecida nos regulamentos dessas instituições.

## CAPITULO V

### DO RECOLHIMENTO DA TAXA DE PREVIDENCIA SOCIAL

Art. 19. Será recolhido, mensalmente, pelo Thesouro Nacional, á conta do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, no Banco do Brasil, o duodecimo da verba a que se refere o art. 8°.

Paragrapho unico. A Contadoria Central da Republica, no anno de 1936, dará conhecimento, mensalmente, á Directoria Geral da Fazenda Nacional, da importancia da "taxa de previdencia social" arrecadada em todo o paiz no mez anterior, afim de que seja devidamente processado, dentro do limite da arrecadação effectuada, o recolhimento do duodecimo a que se refere o art. 10 do regulamento approved pelo decreto n. 591, de 15 de janeiro de 1936, ficando sem effeito as disposições contidas no art. 5º do citado regulamento.

Art. 20. O Conselho Nacional do Trabalho dará as providencias que se fizerem mistér no sentido de ser transferida á conta do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commerciantes a importancia que lhe couber, nos termos dos artigos 7º e 8º do regulamento approved pelo decreto n. 591, de 15 de janeiro de 1936.

## CAPITULO VI

### DA DISTRIBUIÇÃO DA "QUOTA DE PREVIDENCIA"

Art. 21. Em cumprimento ao disposto nos arts. 8º, § 3º e 11 da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935, abrir-se-á, no Banco do Brasil, em nome do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, uma conta especial, destinada a consignar, na fórmula prevista neste regulamento, as sommas provenientes da "quota de previdencia".

Art. 22. O saldo verificado na alludida conta, após a observancia do art. 20 e a deducção das despesas legais, será distribuido, na proporção que couber, como pagamento da contribuição da União:

a) ás Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões, em importancia igual ao montante das contribuições dos respectivos empregados;

b) ás Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões em que a contribuição da União tenha sido inferior á dos respectivos associados;

c) ás Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões, installados a partir de 1 de janeiro de 1936, que se acharem desprovidos da contribuição da União.

Paragrapho unico. O Conselho Nacional do Trabalho promoverá a distribuição, que se fará trimestralmente na hypothese da alinea a, semestralmente, na da alinea c, e anualmente, após a necessaria apuração, na da alinea b.

## CAPITULO VII

### DA RESERVA DE CONTINGENCIA

Art. 23. A reserva prevista no art. 10 da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935, será constituida pelo saldo da "quota de previdencia", apurado em cada triennio, até o li-

mite de 10 % da importancia total da mesma "quota", após a distribuição effectuada na fórmula deste regulamento, deduzidas as despesas legais.

Paragraphe unico. Para cumprimento do que dispõe este artigo, será mantido no Banco do Brasil, no fim de cada exercicio, e transferido para os seguintes, o saldo da conta especial do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio.

Art. 24. Fica instituido o "Fundo geral de garantia e compensação das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões", para o qual concorrerão os seguintes recursos:

a) a reserva de contingencia a que se refere o artigo anterior;

b) a importancia das multas applicadas em virtude de infracção da lei n. 159 ou deste regulamento;

c) as subvenções dos poderes publicos e outros recursos que lhe forem attribuidos.

Art. 25. O fundo instituido pelo artigo antecedente será destinado, na medida de suas disponibilidades:

a) a cobrir, na proporção que couber, o *deficit* orçamentario de quaesquer Caixas ou Institutos de Aposentadoria e Pensões, quando esgotados os remedios previstos na legislação vigente;

b) a cobrir os *deficits* technicos verificados nas mesmas instituições.

Art. 26. O Fundo terá conta e escripturação proprias e será gerido pelo Conselho Nacional do Trabalho, a quem cabe promover a sua applicação mediante juros não inferiores a 6 % ao anno.

## CAPITULO VIII

### DO SERVIÇO DA "QUOTA DE PREVIDENCIA"

Art. 27. Competem ao Conselho Nacional do Trabalho, além das attribuições previstas neste regulamento, a fiscalização da igualdade de contribuições e a movimentação da conta especial do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, no Banco do Brasil.

Art. 28. Para attender ás attribuições referidas no artigo anterior, organizar-se-á no alludido Conselho o "serviço da quota de previdencia", cabendo ao ministro do Trabalho, Industria e Commercio commissonar ou contractar o pessoal estritamente necessario a esse serviço, bem como autorizar a aquisição do material indispensavel, de accordo com o art. 29.

Art. 29. As despesas autorizadas, na fórmula do artigo precedente, correrão pela conta especial do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio no Banco do Brasil, na conformidade do disposto no art. 22 deste regulamento e no artigo 10 da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935.

## CAPITULO IX

## DAS PENALIDADES

Art. 30. Por infracção da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935, ou deste regulamento, ou por falta de cumprimento das decisões do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, bem como das do Conselho Nacional do Trabalho, serão impostas aos infractores as seguintes penalidades:

a) multa de 50\$000 a 10:000\$000, conforme a gravidade da infracção;

b) suspensão ou destituição do cargo, quando for o infractor presidente ou membro de Juntas ou Conselho Administrativos de Caixas ou Institutos de Aposentadoria e Pensões.

Paragrapho unico. As penas de suspensão ou destituição só poderão ser impostas depois de apurada a infracção ou falta, com audiencia e defesa do accusado.

Art. 31. Incurrerão, ainda, na pena de destituição dos respectivos cargos os membros dos Conselhos ou Juntas Administrativas, inclusive, o presidente, quando:

a) se tornarem incompatíveis com o exercicio do cargo por improbidade ou pratica de actos reprovados ou contrarios á ordem politica e social;

b) promoverem discordia capaz de perturbar os serviços administrativos da Caixa ou Instituto;

c) deixarem de tomar, por condescendencia ou desidia, as providencias necessarias e evitar irregularidades prejudiciaes ao bom funcionamento da instituição;

d) crearem embaraços ao cumprimento das decisões do Conselho Nacional do Trabalho ou aos despachos e resoluções do ministro do Trabalho, Industria e Commercio.

Art. 32. As penalidades de que tratam os artigos anteriores serão impostas pelo Conselho Nacional do Trabalho, salvo quando se tratar de destituição de pessoa nomeada pelo Governo, caso em que o processo será encaminhado á deliberação do ministro do Trabalho, Industria e Commercio.

Art. 33. Da decisão do Conselho Nacional do Trabalho, que impuzer multa, caberá recurso para o ministro do Trabalho, Industria e Commercio, no prazo de trinta dias, contados da respectiva notificação ou da publicação da decisão no *Diário Official*.

Paragrapho unico. O recurso só terá effeito suspensivo si a parte instruir a sua petição com a segunda via do deposito da quantia correspondente á multa, de conformidade com o art. 34, convertendo-se o deposito em pagamento no caso de não ser provido o recurso.

Art. 34. Para fazer-se o deposito da importancia da multa se expedirá guia, em duas vias, mediante a qual o infractor a recolherá ao Banco do Brasil ou ás suas agencias, em conta do Fundo de que trata o art. 24. Feito o recolhimento, o infractor devolverá a segunda via para averba-

ção no respectivo processo, ou a juntará ao recurso, na hypothese do § unico do art. 33.

Art. 35. Não havendo interposição de recurso, ou si, interposto este, não se houver feito o deposito exigido pelo § unico do art. 33, o infractor deverá effectuar o recolhimento da multa nos trinta dias seguintes á expiração do prazo previsto no mesmo artigo, sob pena de se dar andamento á cobrança judicial.

Paragrapho unico. Esta se fará por meio do processo executivo fiscal, servindo de titulo para instrui-lo a certidão authentica da divida inscripta em livro proprio da Secretaria do Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 36. O recurso com effeito suspensivo subirá á decisão do Ministro no processo original; nos demais casos, o recurso será autuado em separado, permanecendo o processo original no Conselho Nacional do Trabalho, afim de se cumprir o que dispõe o artigo anterior.

Art. 37. Quando não se effectuarem, nos prazos estabelecidos, os recolhimentos previstos no capitulo IV, o Conselho Nacional do Trabalho, verificando esse facto, notificará o infractor para entrar, dentro de trinta dias contados da publicação dessa decisão no *Diario Official*, com as importancias não descontadas ou não recolhidas.

Paragrapho unico. Si o infractor não attender á notificação, o Conselho, além da multa cabivel, determinará *incontinenti*, a inscrição da divida representada por aquellas importancias, accrescida dos juros legais da móra, no livro proprio da Secretaria do mesmo Conselho, para se proceder á cobrança judicial mediante processo executivo fiscal, servindo de documento para instrui-lo certidão authentica extrahida do referido livro.

Art. 38. Finda a cobrança judicial, as importancias das multas serão incorporadas ao Fundo de que trata o art. 24.

## CAPITULO X

### DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 39. Todos os empregadores, comprehendidos neste regulamento, são obrigados a prestar aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e ao Conselho Nacional do Trabalho as informações e esclarecimentos necessarios á sua fiel execução.

Art. 40. Os empregados e funcionarios das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões serão obrigatoriamente seus associados e contribuirão com percentagem igual á dos empregados das respectivas empresas ou estabelecimentos, concorrendo tambem as mesmas Caixas e Institutos com uma quota equivalente á de seus empregados ou funcionarios.

Paragrapho unico. Os empregados ou funcionarios que tiverem contribuido em dobro, na fórmula da legislação que a isso os obrigava, não terão direito a qualquer restituição.



Art. 41. Serão associados facultativos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Commercialios os commerciantes sob firma individual e os socios administradores ou gerentes, a que se referem os arts. 6.º e 7.º do regulamento approved pelo decreto n. 183, de 26 de dezembro de 1934, os quaes, si desejarem contribuir para o mesmo Instituto, deverão requerer a sua inscrição dentro de um anno, a contar de 1 de janeiro de 1936, salvo aquelles que se estabelecerem depois dessa data, para os quaes o prazo da inscrição será de seis mezes, contados do seu estabelecimento.

Paragrapho unico. Os commerciantes já inscriptos e que não quizerem continuar contribuindo, deverão notificar por escripto o Instituto dessa resolução, dentro do prazo de um anno acima previsto, sem direito á restituição das quotas pagas.

Art. 42. Ficam mantidos os demais elementos da receita vigente para os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, exceptuada a proveniente do disposto no art. 5.º do decreto n. 24.273, de 22 de maio de 1934.

Art. 43. Compete ao ministro do Trabalho, Industria e Commercio, ouvido o Conselho Nacional do Trabalho, resolver os casos omissos e todas as duvidas que se suscitarem na execução deste regulamento, podendo o Conselho Nacional do Trabalho expedir as instrucções necessarias á sua fiel observancia.

Art. 44. Os presidentes de Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões, nomeados pelo Governo Federal, perceberão os vencimentos que lhes forem fixados pelo Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 45. Enquanto não se fixar a percentagem determinada pelo art. 1.º, prevalecerá a que actualmente se cobra.

Art. 46. O presente regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1936. — *Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 891 — DE 9 DE JUNHO DE 1936

*Declara sem effeito a autorização concedida a José Isaac Mendel, pelo decreto n. 149, de 20 de novembro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e

Considerando que José Isaac Mendel, autorizado pelo decreto n. 149, de 20 de novembro de 1934, a proceder a pes-

quisas de ouro em terras de sua propriedade, sitas no município de São José dos Pinhães, do Estado do Paraná, não satisfizesse dentro do prazo estipulado, como lhe competia, as exigências contidas no art. 5º do citado decreto;

Considerando que a inobservância daquella exigência importava em ficar sem effeito a autorização em questão, de accordo com a parte final do referido art. 5º;

Considerando, finalmente, que se torna necessario trazer ao conhecimento publico o acto que invalida aquella autorização, para os fins convenientes e de direito:

Decreta:

Art. 1.º Fica sem effeito a autorização concedida a José Isaac Mendel, pelo decreto n. 149, de 20 de novembro de 1934, para proceder a pesquisas de ouro em terras de sua propriedade, sitas no município de São José dos Pinhães, do Estado do Paraná.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1936, 115º da Independência e 18º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 892 — DE 9 DE JUNHO DE 1936

*Declara sem effeito a autorização concedida a Roberto Müller, pelo decreto n. 154, de 20 de novembro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e

Considerando que Roberto Müller, autorizado, pelo decreto n. 154, de 20 de novembro de 1934, a proceder a pesquisas de ouro no leito do rio Itajahy-mirim e Ribeirão do Ouro, no districto de Porto Franco, município de Brusque, Estado de Santa Catharina, não satisfizesse dentro do prazo estipulado, como lhe competia, as exigências contidas no artigo 6º do citado decreto;

Considerando que a inobservância daquella exigência importava em ficar sem effeito a autorização em questão, de de accordo com a parte final do referido art. 6º;

Considerando, finalmente, que se torna necessario trazer ao conhecimento publico o acto que invalida aquella autorização, para os fins convenientes e de direito:

Decreta:

Art. 1.º Fica sem effeito a autorização concedida a Roberto Müller, pelo decreto n. 154, de 20 de novembro de

1934, para proceder a pesquisas de ouro no leito do rio Itajahy-mirim e Ribeirão do Ouro, no districto de Porto Franco, municipio de Brusque, Estado de Santa Catharina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 893 — DE 10 DE JUNHO DE 1936

*Cassa a autorização concedida á Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Amphitrite para funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Amphitrite, com séde em Recife, Estado de Pernambuco, autorizada a funcionar, pelo decreto n. 8.782, de 25 de novembro de 1882, e carta-patente n. 19, de 11 de julho de 1903, resolve cassar-lhe a autorização concedida pelo decreto e carta-patente acima referidos, em virtude de ter sido deliberada a sua dissolução e consequente liquidação pelas assembléas geraes extraordinarias dos respectivos accionistas, realizadas a 13 de março de 1935 e 3 de fevereiro de 1936.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 894 — DE 10 DE JUNHO DE 1936

*Approva as alterações introduzidas nos estatutos de The London Assurance pela assembléa geral extraordinaria dos seus accionistas, realizada a 8 de maio de 1933*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma The London Assurance, com séde em Londres, Inglaterra, au-

rizada a funcionar no Brasil, sob o nome de London Assurance Corporation, pelo decreto n. 14.548, de 16 de dezembro de 1920, em operações de seguros terrestres e marítimos, resolve approvar as alterações introduzidas nos seus estatutos pela assembléa geral extraordinaria dos respectivos accionistas, realizada a 8 de maio de 1935, continuando a referida sociedade integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar, sobre o objecto de sua autorização.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS,

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 895 — DE 11 DE JUNHO DE 1936

*Perdôa inferiores e praças da Armada*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 3, da Constituição da Republica, e em homenagem á data de 11 de junho, commemoração da Batalha Naval de Riachuelo:

Resolver perdoar os inferiores e praça da Armada, condemnados ou aguardando processo pelo crime de deserção e aquelles que tendo incorrido no mesmo crime se apresentarem nesta Capital, dentro do prazo de 30 dias e, nos Estados, nas respectivas Capitánias dos Portos, no prazo maximo de 90 dias.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique A. Guilhem.*

---

DECRETO N. 896, DE 12 de JUNHO DE 1936

*Providencia para o supprimento de energia electrica á Estrada de Ferro Central do Brasil e dá outras providencias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que, em virtude do parecer emitido em 29 de maio de 1933 pela Commissão Julgadora da Concurrên-

cia para a electrificação da E. F. Central do Brasil, com relação ao suprimento de energia, foi feito o confronto do custo da energia em usina própria, tomados os preços da proposta do Consorcio Italiano de Electrificação e E. Kemnitz & Comp. Ltda., para a construção da usina na queda d'agua do Salto e os preços do fornecimento pela industria particular;

Considerando, porém, que esse confronto, realizado mediante convocação feita pela Directoria da Estrada, ficou sujeito a modificações, em consequencia de novas propostas apresentadas para o fornecimento de energia, com reduções de preço;

Considerando os pareceres emitidos pelos ministros da Viagem e da Fazenda, quanto á annullação da concorrência — o que se fará para o fim de convocar-se outra, com a alternativa de construção da usina ou obter o fornecimento por empresa particular;

Considerando que o governo só poderá optar por uma dessas formulas, depois de meticoloso exame de propostas que forem apresentadas em concorrência publica, na qual fique resalvado que, dada a hypothese de ser preferido momentaneamente o fornecimento de energia por empresa particular, se reserva o governo a faculdade de, a qualquer tempo, consultada a situação financeira do paiz, levar a effeito a construção de usina propria:

Decreta:

Art. 1.º Fica de nenhum effeito a concorrência celebrada em 15 de fevereiro de 1933, na E. F. Central do Brasil, na parte concernente á alinea segunda da clausula 2.ª do edital publicado no *Diario Official* de 21 de janeiro do mesmo anno, relativa á admissão facultativa de propostas para a construção de usina geradora da energia electrica.

Art. 2.º O Ministerio da Viagem e Obras Publicas providenciara para a realização de nova concorrência publica, admitindo propostas para o fornecimento de energia por empresa particular e para a construção, na queda d'agua do Salto ou outra de usina geradora, que fique pertencendo á Estrada ou, durante o prazo que se determinar, se mantenha sob o regime de exploração particular, revertendo para o dominio da União, no fim desse paiz.

Paraphrapho unico. O edital de concorrência fixará o preço maximo do kw h. que servirá de base ao confronto das propostas, sob o ponto de vista economico.

Art. 3.º O julgamento das propostas será feito por uma commissão que o ministro da Viagem e Obras Publicas designará, com representantes seus e dos Ministerios da Fazenda e da Agricultura.

Art. 4.º Independente da concorrência a que se refere o art. 2.º e até á solução definitiva, que resultar da mesma concorrência, fica a E. F. Central do Brasil autorizada a ajustar

o supprimento provisorio da eengria necessaria aos serviços de suas linhas electrificadas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 897 — DE 12 DE JUNHO DE 1936

*Concede permissão ao "Radio-Club de Sorocaba" para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendeudo ao que requerem o "Radio Club de Sorocaba", com séde na cidade de Sorocaba (Estado de São Paulo), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934:

Decreta:

Artigo unico. Fica concedida ao "Radio Club de Sorocaba" com séde na cidade de Sorocaba (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radio-difusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro da Vição e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

## CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 897, DESTA DATA

## I

Fica assegurado ao "Radio Club de Sorocaba" o direito de estabelecer, na cidade de Sorocaba (Estado de São Paulo), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radio-difusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

## II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

## III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radio-communicação (decreto n. 24.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisigão da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qual-

quer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

*g)* manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

*h)* obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

*i)* irradiar, directamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o pan-americano;

*j)* submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, a aprovação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

*k)* submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, a aprovação do Governo as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

*l)* inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

*m)* submeter-se a resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

*n)* submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita as regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radio-communicação (decreto n. 24.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

*o)* submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia aprovação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accôrdo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia minima de um (1) kilometro do centro da cidade.



## VI

No regimen da fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização

## VII

Pela observancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infração.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## X

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, i* (in fine), *j, k e l* da clausula III;

b) si não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea *e* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII.

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro 12 de junho de 1938. — *Marques dos Reis*.

---

## DECRETO N. 898 — DE 12 DE JUNHO DE 1936

*Concede permissão ao Governo do Estado da Parahyba, para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu o Governo do Estado da Parahyba e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida ao Governo do Estado da Parahyba permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, na cidade de João Pessoa, no referido Estado, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Parapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

Clausulas a que se refere o decreto n. 898, desta data

I

Fica assegurado ao Governo do Estado da Parahyba o direito de estabelecer, na cidade de João Pessoa, no referido Estado, uma estação de ondas medias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo Federal, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Parapho unico. O Governo Federal não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

### III

O concessionario é obrigado a:

a) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

b) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem previa audiencia do Governo Federal;

c) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radio-communicação (decreto n. 21.111), ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indemnização;

d) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo Governo Federal;

e) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos de fiscalização e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo Federal apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

f) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microfone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

g) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

h) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo Federal, o local escolhido para a montagem da estação;

i) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo Federal, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

j) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo Federal;

k) submeter-se á ressalva de que a frequencia distribuida á estação não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocommunicação (decreto n. 21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União.

l) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

O concessionario se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora do concessionario só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de cinco (5) kilometros do centro da cidade.

#### VI

Em qualquer tempo, são applicaveis ao concessionario os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

#### VII

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alincas *a, b, c, g (in-fine), h, i e j*, da clausula III;

b) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinar na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo Federal, sem direito a qualquer indemnização, si depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o Governo Federal não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 899 — DE 12 DE JUNHO DE 1936

*Concede permissão á Sociedade Radio Cultura “A Voz do Espaço” para estabelecer uma estação radiodifusora.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Radio Cultura “A Voz do Espaço”, com sede na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), e de accordo com o estabelecido no decreto numero 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934,

Decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Sociedade Radio Cultura “A Voz do Espaço” com sede na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Oficial*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

**Clausulas que se refere o decreto n. 899, desta data**

**I**

Fica assegurado á Sociedade Radio Cultura “A Voz do Espaço”, o direito de estabelecer, na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), uma estação de ondas medias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

**II**

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura

a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

### III

A Concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem previa audiencia do governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos prévistos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111), ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permitam ao governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmitir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do governo, e local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das instalações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre toda o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocommunição (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem previa approvação do governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accôrdo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de cinco (5) kilometros do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impôr á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco centos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo o tempo for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, e i (in-fine), j, k e l* de clausula III;

b) si não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea *e* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do governo, sem direito a qualquer indemnização;

a) si, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 900 — DE 15 DE JUNHO DE 1936

*Concede o auxilio de 216:000\$000 ao Estado do Paraná, para o serviço de nacionalização do ensino, no exercicio actual*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do art. 22 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, combinado com o art. n. 1 do decreto n. 13.014, de 4 de maio de 1918:

Artigo unico. Fica concedido ao Estado do Paraná o auxilio na importancia de duzentos e dezeseis contos de réis (216:000\$000), correspondente á quota que lhe compete para a manutenção do serviço de nacionalização do ensino, no exercicio actual, correndo a despesa por conta da sub-consignação



n. 1 da verba 21ª —Subvenções — art. 3º (anexo 5) da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935, e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema*

---

DECRETO N. 901 — DE 15 DE JUNHO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Lycée Français, com sede no Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, nos termos do artigo 55 do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Lycée Français, com sede no Districto Federal.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema*

---

DECRETO N. 902 — DE 15 DE JUNHO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Gymnasio Carneiro Ribeiro, com sede na cidade do Salvador, Bahia*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao Gymnasio Carneiro Ribeiro, com sede na cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema*

---

## DECRETO N. 903 — DE 16 DE JUNHO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar a Cooperativa de Produção dos Agricultores e Criadores, do Districto de Riacho da Séla, Municipio do Arraial, Estado do Ceará*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, de accordo com o art. 17, letra a, do decreto numero 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder ao Consorcio Profissional Cooperativo dos Agricultores e Criadores do Districto do Riacho da Séla, Municipio do Arraial, Estado do Ceará, autorização para constituir, na fôrma da mesma lei, a Cooperativa de Produção dos Agricultores e Criadores, no Districto de Riacho da Séla, Municipio do Arraial, e, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura, para o respectivo funcionamento.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1936, 115 da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 904 — DE 16 DE JUNHO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação (com reservas), por parte da Finlandia, da Convenção Sanitaria internacional e Protocollo de Assignatura, firmados em Paris, a 21 de junho de 1926*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação (com reservas) por parte do Governo da Finlandia, da Convenção Sanitaria internacional e Protocollo de Assignatura, firmados em Paris, a 21 de junho de 1926 — conforme comunicação feita pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França á Embaixada do Brasil em Paris, por nota verbal de 3 de maio ultimo, acompanhada da cópia authenticada da Acta do deposito, cujas respectivas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares,*

## TRADUÇÃO OFFICIAL

Republica franceza.

Paris, 5 de maio de 1936.

Ministerio dos Negocios Estrangeiro — Protocollo.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros apresenta seus attenciosos cumprimentos á Embaixada do Brasil e tem a honra de lhe transmittir, em annexo, cópia authenticada da Acta do deposito da ratificação por parte da Finlandia da Convenção Sanitaria internacional de 1926.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros ficaria reconhecido lhe fosse accusado o recebimento da presente remessa.

ACTA DO DEPOSITO DAS RATIFICAÇÕES DA FINLANDIA, RELATIVA Á  
CONVENÇÃO SANITARIA INTERNACIONAL, FIRMADA EM PARIS, A  
21 DE JUNHO DE 1926

De accordo com as disposições do art. 170 da Convenção Sanitaria Internacional firmada em Paris a 21 de junho de 1926, o Ministro da Finlandia em Paris apresentou-se, hoje, ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica Franceza e depositou o instrumento de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Presidente da Republica da Finlandia, desse Acto Internacional assim como do Protocollo da mesma data, formulando a sseguintes reservas:

1° — no que se refere ao artigo 17, quando se trata da peste e do cholera, o Governo Finlandez se reserva o direito de fazer proceder, nos casos julgados necessarios, pelo Serviço de Saude á desinfecção das mercadorias trazidas por navios declarados contaminados pelas referidas doenças e de interdictar a importação dos peixes, mariscos e legumes provindos de territorios declarados contaminados pelo cholera.

2° — no que se refere á peste, posto que nenhuma Convenção especial foi, ainda, concluida com os outros paizes e é difficil concluir-a, o Governo Finlandez se reserva o direito de applicar aos navios provindos de territorios contaminados pela peste e que se poderiam considerar contaminados nos termos da Convenção, as medidas que o Serviço de Saude, depois de averiguação, considerar recommendaveis.

Achado em boa e devida fôrma, esse instrumento foi confiado ao Governo da Republica Franceza para ficar depositado nos seus Archivos.

Cópia da presente Acta será remettida ás Partes contratantes.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente Acta, nella appondo seus sellos.

Feita em Paris, a 18 de janeiro de 1936. — *Pierre Laval*.  
— *Harri Molma*.

E' cópia authenticica.

O Ministro Plenipotenciario Chefe do Serviço do Protocollo. — *P. de Fouquières*.

---

## DECRETO N. 905 — DE 16 DE JUNHO DE 1936

*Faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha tornando vigente (com reserva) nos territorios de Papua e da Ilha de Norfolk e ao territorio sob mandato da Nova Guiné, a Convenção Sanitaria Internacional para a na-*

*vegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a resolução do Governo de Sua Majestade Britannica na Australia, tornando vigente (com reserva), nos territorios de Papua e da Ilha de Norfolk e ao territorio sob mandato da Nova Guiné, a Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya a 12 de abril de 1933 — conforme comunicação feita pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes Baixos, á Legação do Brasil na Haya, por nota de 14 de abril de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

Ministerio dos Negocios Estrangeiros dos Paizes-Baixos.  
Direcção do Protocollo — N. 11.408 — Nota.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de levar ao conhecimento da Legação dos Estados Unidos do Brasil na Haya, de accordo com a alinea 4ª do artigo 65 da Convenção Sanitaria Internacional para a navegação aérea, firmada na Haya, a 12 de abril de 1933, que o Ministro de Sua Majestade Britannica na Haya, por nota de 27 de março de 1936, notificou ao Governo dos Paizes Baixos o desejo do Governo de Sua Majestade Britannica na Australia de tornar a Convenção applicavel aos territorios de Papua e da Ilha de Norfolk e ao territorio sob mandato da Nova Guiné.

A applicação da Convenção aos territorios acima mencionados está subordinada á reserva feita por occasião da assinatura da Convenção em nome da Australia.

A notificação acima referida foi depositada no mesmo dia do seu recebimento, isto é a 31 de março ultimo, nos Archivos do Governo dos Paizes Baixos.

O Ministerio roga á Legação levar a referida communição ao conhecimento do Governo dos Estados Unidos do Brasil e de lhe accusar o recebimento da presente.

Haya, 14 de abril de 1936.

---

## DECRETO N. 906 — DE 17 DE JUNHO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar a Cooperativa Agrícola Central de Fortaleza, Estado do Ceará*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, de accordo com o art. 17, lettra *a*, do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder ao Consorcio Profissional Cooperativo dos Agricultores do Municipio de Fortaleza Estado do Ceará, autorização para constituir, na fórmula da mesma lei, a Cooperativa Agrícola Central de Fortaleza, e, apos registro na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura, para o respectivo funcionamento.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 907 — DE 17 DE JUNHO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar na cidade de Viçosa, Estado de Alagoas, o Banco de Viçosa (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, de accôrdo com as alíneas *a* e *c* do art. 17 do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder ao Banco de Viçosa — Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, autorização para se constituir, na forma da mesma lei, e funcionar na cidade de Viçosa, Estado de Alagoas, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 908 — DE 17 DE JUNHO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar a Sociedade Cooperativa de Crédito Agrícola de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, de accordo com o art. 17, lettra *a* do decreto numero 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder ao Consorcio Profissional Cooperativo dos Lavradores e Criadores do Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, autorização para constituir, na fórmula da mesma lei, a Sociedade Cooperativa de Credito Agrícola de Cachoeiro de Itapemirim, e, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura, para o respectivo funcionamento.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 909 — DE 17 DE JUNHO DE 1936

*Approva as alterações introduzidas nos estatutos da "Albingia" Versicherungs-Aktiengesellschaft, por varias assembleas geraes de seus accionistas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "Albingia" Versicherungs-Aktiengesellschaft, com séde em Hamburgo, Allemanha, autorizada a funcionar no Brasil pelo decreto n. 6.550, de 11 de julho de 1907, em operações de seguros maritimos e terrestres, resolve approvar as alterações introduzidas nos respectivos estatutos pelas assembleas geraes dos seus accionistas, realizadas a 11 de novembro de 1926, 31 de março de 1927, 28 de fevereiro de 1928, 15 de fevereiro de 1929, 7 de março de 1930, 22 de abril de 1932, 30 de março de 1933 e 29 de fevereiro de 1935, continuando a mesma companhia integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes ou que vierem a vigorar sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 910 — DE 18 DE JUNHO DE 1936

*Regula a concessão de recursos financeiros para viagens de estudantes pertencentes aos estabelecimentos federaes de ensino.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do art. 56, n. 1, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O Governo Federal só concederá recursos financeiros para viagem de estudantes pertencentes aos estabelecimentos federaes de ensino, e satisfeitas as seguintes condições:

- a) que ella se realize em periodo de férias;
- b) que seja de real interesse para o ensino;
- c) que haja recursos orçamentarios proprios.

Art. 2.º A viagem a que se refere o art. 1º poderá ser feita dentro ou fóra do paiz, observadas as seguintes formalidades:

- a) iniciativa do pedido por parte do directorio academico, tratando-se de estabelecimento isolado, e por parte do directorio central de estudantes, tratando-se de universidade;
- b) approvação da viagem, de seu orçamento e da lista dos alumnos, pelo conselho technico administrativo do estabelecimento, a que elles pertencerem;
- c) direcção da viagem por um professor designado pelo director, tratando-se de estabelecimento isolado, ou pelo reitor, tratando-se de universidade.

Art. 3.º O pedido de recursos e a sua concessão deverão apresentar ao director do estabelecimento ou ao reitor da sempre preceder o inicio da viagem, a que se destinarem.

Art. 4.º O professor, que acompanhar os alumnos, deverá apresentar ao director do estabelecimento ou ao reitor da universidade relatorio escripto circunstanciado sobre o programma realizado na viagem, apontando as vantagens e inconvenientes nella verificados.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 911 — DE 18 DE JUNHO DE 1936

*Suspende a execução do regulamento da Inspectoria Especial de Fronteiras e estabelece a subordinação do Serviço de Protecção aos Indios*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1.º Fica suspenso, até que os recursos orçamentarios permitam sua execução, o regulamento annexo ao decreto n. 613, de 30 de janeiro ultimo, para a Inspectoria Especial de Fronteiras.

Art. 2.º A Inspectoria de Fronteiras reger-se-á pelas instruções que acompanham a portaria de 13 de junho de 1927 e o Serviço de Protecção aos Indios ficará subordinado directamente ao Estado Maior do Exercito.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes Ribeiro Filho.

---

## DECRETO N. 912 — DE 19 DE JUNHO DE 1936

*Approva os planos geraes do "hangar" da Pan American Airways, Inc., no Aeroporto do Rio de Janeiro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Pan American Airways, Inc. e de accordo com o parecer do Departamento de Aeronautica Civil, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os planos geraes do "hangar" a ser construido, no Aeroporto do Rio de Janeiro; pela Pan American Airways, Inc., de accordo com as clausulas II e V do contracto celebrado em 21 de maio de 1935, que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. Opportunamente serão approvados os orçamentos e especificações para a execução dessa obra até o limite maximo de 1.800.000\$000 (mil e oitocentos contos de réis), fixado na clausula II do alludido contracto.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

---



## DECRETO N. 913 — DE 19 DE JUNHO DE 1936

*Approva modificações do projecto e orçamento approvados pelo decreto n. 24.364, de 8 de junho de 1934, para remodelação das officinas da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em Divinópolis*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Rêde Mineira de Viação, arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvadas as modificações a serem feitas no projecto e orçamento approvados pelo decreto numero 24.364, de 8 de junho de 1934, para remodelação das officinas da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em Divinópolis, consistindo a citadas modificações na substituição das obras relativas á serraria, á plataforma de carregamento dos "cubillots" da fundição, e á secção de trucks, de conformidade com os projectos e orçamentos que ora baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, em virtude das quaes, o orçamento que baixou com o citado decreto n. 24.364, na importância de 317:196\$512, fica reduzido á de 276:321\$076 (duzentos e setenta e seis contos trezentos e vinte e um mil e setenta e seis réis).

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 914 — DE 19 DE JUNHO DE 1936

*Declara a rescisão do contracto celebrado com o governo do Pará, em virtude do decreto n. 15.563 de 13 de julho de 1922, para o arrendamento da Estrada de Ferro de Bragança.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que o governo do Estado do Pará, arrendatario da Estrada de Ferro de Bragança, se declara impossibilitado de apparellhar e administrar essa Estrada em condições de bem servir o interesse da lavoura, commercio e industria;

Considerando que essa impossibilidade implica em não poder o mesmo governo manter a boa conservação das li-

nhas, do material rodante e mais dependencias da estrada, na fórma do disposto na clausula XXII do contracto;

Considerando ainda que, por esse motivo, não estaria o governo do Estado em condições de, na fórma da clausula XXIII do dito contracto dar cumprimento ao que lhe fosse determinado para assegurar aquella boa conservação das linhas e a regularidade do trafego, justificando-se assim a rescisão do contracto, nos termos finaes da referida clausula:

Decreta:

Art. 1.º Fica rescindido o contracto celebrado com o governo do Estado do Pará, a que se refere o decreto numero 15.563, de 13 de julho de 1922, de conformidade com o disposto na clausula XXXV, isto é, independente de qualquer indemnização.

Art. 2.º O Governo Federal não assume responsabilidade alguma por quaesquer compromissos da estrada anteriormente á data da sua occupação pelo mesmo governo.

Art. 3.º A Estrada de Ferro de Bragança será superintendida por um engenheiro da Inspectoria Federal das Estradas, na fórma da letra b do art. 1.º do regulamento approved pelo decreto n. 15.157, de 5 de dezembro de 1921.

Art. 4.º Será conservado em seus cargos o pessoal da estrada, excluidos os de direcção superior dos serviços, a juízo do ministro da Viação e Obras Publicas.

Art. 5.º O Ministerio da Viação e Obras Publicas providenciara a abertura dos creditos indispensaveis á administração da Estrada.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 915 — DE 21 DE JUNHO DE 1936

*E' prorogado, por noventa dias, o prazo de que trata o art. 1.º do decreto n. 702, de 21 março de 1936*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe concede o art. 1.º do decreto legislativo n. 13, desta data, decreta:

Art. 1.º E' prorogado, por noventa dias, o prazo de que trata o art. 1.º do decreto n. 702, de 21 de março de 1936, pelo qual foi equiparado ao estado de guerra, em todo o territorio nacional, a commoção intestina grave, manifestada em diversos pontos do paiz, com o fim de subverter as instituições politicas e sociaes.

Art. 2.º Permanecem em vigor todas as disposições constantes do mesmo decreto n. 702, de 21 de março de 1936, bem assim as do decreto n. 789, de 3 de maio deste mesmo anno.

Art. 3.º O presente decreto entrará em vigor immediatamente e seu texto será communicado por via telegraphica aos governadores dos Estados e aos interventores federaes no Maranhão e no Territorio do Acre.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

*Arthur Souza Costa.*

*Marques dos Reis.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*João Gomes Ribeiro Filho.*

*Henrique Aristides Guilhen.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 916 — DE 22 DE JUNHO DE 1936

*Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 800:000\$000, para attender á conclusão da ferrovia Limoeiro-Bom Jardim.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 1º, n. 2, da lei n. 87, de 7 de agosto de 1935, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórmula do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica.

Resolve abrir, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de oitocentos contos de réis (800:000\$), para attender ás despesas com a conclusão da ferrovia Limoeiro-Bom Jardim, no Estado de Pernambuco.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 917 — DE 22 DE JUNHO DE 1936

*Concede auxilios relativos aos 1º e 2º semestres de 1935 a varias instituições nos Estados do Maranhão, Rio de Janeiro, Districto Federal e Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxilios nos 1º e 2º semestres de 1935 ás instituições, nos Estados do Maranhão, Rio de Janeiro, Districto Federal e Minas Geraes, abaixo indicadas correndo a despesa por conta do credito revigorado pelo decreto n. 735, de 6 de abril de 1936.

Asylo de Mendicidade — São Luiz, Maranhão (diferença) 1º e 2º semestres.....	10:000\$000
Centro Caixeral — São Luiz, Maranhão (diferença) 1º e 2º semestres. . . . .	5:000\$000
Grupo Espirita Fé e Esperança — Entre Rios, Rio de Janeiro (1º e 2º semestres). . .	4:000\$000
Departamento do Rio de Janeiro da Associação Brasileira de Educação — Districto Federal (2º semestre). . . . .	20:000\$000
Asylo N. S. da Conceição — Serro, Minas Geraes (1º e 2º semestres). . . . .	2:000\$000
Asylo de Indigenas e Orphãos — Itambacury, Minas Geraes (1º e 2º semestres). . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Guaranesia, Minas Geraes (1º e 2º semestres). . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — São Gothardo, Minas Geraes (1º e 2º semestres). . . . .	2:000\$000
Total. . . . .	<u>51:000\$000</u>

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 918 — DE 25 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 deste mez, nos municipios de Marabá e Mopú, no Estado do Pará, durante o dia 28 do corrente mez de junho.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 deste mez, nos municipios de Marabá e Mopú, no Estado do Pará,

durante o dia 28 do corrente mez de junho, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 25 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

DECRETO N. 919 — DE 26 DE JUNHO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos para construção de um novo edificio para a estação "Aureliano Mourão", Estrada de Ferro Oeste de Minas, da Rêde Mineira de Viação, e modificação das respectivas linhas.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Rêde Mineira de Viação, arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para a construção de um novo edificio para a estação "Aureliano Mourão", situada na linha de Sítio a Paraopeba, Estrada de Ferro Oeste de Minas, da Rêde Mineira de Viação, e modificação das respectivas linhas.

§ 1.º De conformidade com o disposto nas clausulas II, alinea g e IV do termo decorrente do decreto n. 18.699, de 12 de abril de 1929, modificativo do contracto de arrendamento da antiga Rêde de Viação Sul-Mineira, hoje Rêde Mineira de Viação, autorizado pelo decreto n. 15.406, de 22 de março de 1922, combinadas com a clausula II do de arrendamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas, celebrado em face do decreto n. 19.602, de 19 de janeiro de 1931, serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos" as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo dos orçamentos ora approvados, na importância de 162:954\$110 (cento e sessenta e dous contos novecentos e cincoenta e quatro mil quatrocentos e dez réis).

§ 2.º Para a conclusão das obras fica fixado o prazo de oito mezes, a contar da data em que a requerente for notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 920 — DE 26 DE JUNHO DE 1936

*Concede permissão á Radio Nacional para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Radio Nacional, com séde na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Radio Nacional, com séde na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapheo unico. O contracto decorrente desta concessão devera ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

Clausulas a que se refere o decreto n. 920, desta data

I

Fica assegurado á Radio Nacional o direito de estabelecer, na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de

radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instruetiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigências instituidas neste acto de concessão.

## II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annes, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paraphrasso unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

## III

A concessionaria é obr.gada a:

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 26.111), ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) *submitter*, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) *submitter*, no prazo de seis (6) mezes), a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) *submitter-se* á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) *submitter-se* á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) *submitter-se* aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia approvação do Governo. assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de dez (10) kilometros do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.



Paragrapho unico. — A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas a, b, c, d, i, (in-fine), j, k e l, da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea e, da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionaria incidir reiteradamente em infracções passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada preemppta si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1936. — *Marques dos Reis*.

---

### DECRETO N. 924 — DE 26 DE JUNHO DE 1936

*Concede permissão ao Governo do Estado de Minas Geraes, para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu o Governo do Estado de Minas Geraes e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo de-

creto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida ao Governo do Estado de Minas Geraes, permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, na cidade de Bello Horizonte, no referido Estado, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

#### CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 921, DESTA DATA

##### I

Fica assegurado ao Governo do Estado de Minas Geraes, o direito de estabelecer, na cidade de Bello Horizonte, no referido Estado, uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

##### II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo Federal, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente, de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo Federal não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas, denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

##### III

O concessionario é obrigado a:

a) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers*, brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

b) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo Federal;

c) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111), ou no que vier a reger a matéria e obedecer á primeira requisição da autoridade competente, e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indemnização;

d) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo Governo Federal;

e) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos, todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos de fiscalização e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo Federal apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

f) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmaes e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

g) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

h) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do Governo Federal, o local escolhido para a montagem da estação;

i) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo Federal, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

j) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo Federal;

k) submeter-se a reserva de que a frequencia distribuida á estação não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

l) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço de concessão.

#### IV

O concessionario se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora do concessionario só poderá ser localizada a uma distancia minima de cinco kilometros do centro da cidade.

## VI

Em qualquer tempo, são applicaveis ao concessionario os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## VII

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, g* (in-line), *h, i e j*, da clausula III;

b) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins, que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo Federal, sem direito a qualquer indemnização, si depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o Governo Federal não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1936. — *Marques dos Reis.*

DECRETO N. 922 — DE 26 DE JUNHO DE 1936

*Desapropria um terreno necessario á construcção da Estrada de Ferro Jaguarý-S. Thiago-S. Borja, no Estado do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil de conformidade com o disposto nos arts. 3º, ns. 3, 5 e 8, do regulamento de consolidação e modificação do processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade publica, approved pelo decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903; art. 590, § 2º, n. II do Código Civil, e art. 113, n. IV da Constituição Federal. decreta:

Artigo unico. Fica desapropriado, por utilidade publica, o terreno, de propriedade de D. Analia Rista, com a área de 18.123 m²,00 (dezoito mil cento e vinte e tres metros quadrados), representado na planta que ora baixa, em duas vias rubricadas pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, visto o referido immovel ser necessario á construcção, a cargo da União, da Estrada de Ferro Jaguarý-S. Thiago-S. Borja, no Estado do Rio Grande do Sul, cujos estudos definitivos foram approved pelos decretos ns. 9.559, 9.668,

9.699 e 9.772, datados, respectivamente, de 2 de maio, 17 e 31 de julho e 18 de setembro de 1912.

Paragrapho unico. A despesa decorrente da desapropriação correrá á conta da verba 14ª, consignação I, alínea e, sub-consignação n. 21, letra a, do annexo n. 7, a que se refere o art. 3º da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1936; 115º da Independencia e 47º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

DECRETO N. 923 — DE 26 DE JUNHO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos para a construcção de vagões isothermicos e de diversas obras na Rêde Mineira de Viação.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Rêde Mineira de Viação, arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para construcção de vagões isothermicos e das obras abaixo descriptas:

- |   |             |
|---|-------------|
| a) construcção, nas officinas da Rêde, de 4 vagões isothermicos para o transporte de carne verde, a cada vagão. . . . .   | 37:628\$800 |
| b) construcção (já executada), de um bocoiro aberto, no km. 711 - - 590 da linha de Angra dos Reis a Patrocínio, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, entre as estações de Uruburetama e Campos Altos. . . . . | 1:459\$249  |
| c) construcção (já executada), de um desvio no km. 475 da referida linha, entre as estações de Campos Altos e Candeias. . . . .   | 6:026\$298  |
| d) augmento de uma das plataformas da estação Divinopolis, da linha de Garças a Bello Horizonte, da Estrada de Ferro Oeste de Minas. . . . .  | 12:713\$500 |
| e) construcção (já executada), de um boeiro aberto, no km. 708 - - 280 da linha de Angra dos Reis a Patrocínio, da citada estrada, entre as estações de Uruburetama e Campos Altos. . . . .                   | 1:063\$967  |

- f)* augmento do armazem da estação de Can-  
deias, no km. 485 -|- 440 da referida li-  
nha. . . . . 5:628\$458
- g)* construção (já executada), de um mata-  
burros, no km. 707 -|- 720 da referida li-  
nha, entre as estações de Uruburetama e  
Campos Altos. . . . . 2:184\$092

§ 1.º As despesas que forem realmente effectuadas e apu-  
radas em regular tomada de contas, até o maximo de cada  
um dos orçamentos ora approvados, já attendidas as cor-  
recções feitas pela Inspectoria Federal das Estradas nos re-  
lativos ás obras descriptas nas alíneas *f* e *g*, serão assim  
escripturadas:

Na conta do "fundo de melhoramentos" as referentes  
aos vagões e ás obras citadas nas alíneas *b*, *c*, *e* e *g*, de con-  
formidade com as clausulas II, parte inicial, alínea *a* e IV  
do contracto decorrente do decreto n. 18.699, de 12 de abril  
de 1929 combinadas com a clausula II do decorrente do de-  
creto n. 19.602, de 19 de janeiro de 1931;

Na conta de custeio as referentes ás obras citadas nas  
alíneas *d* e *f*, de conformidade com a clausula V, n. 1, *alínea*  
*c* do alludido contracto decorrente do decreto n. 18.699,  
combinada com a clausula II do decorrente do de numero  
19.602.

§ 2.º Para a conclusão da construção dos vagões e das  
obras de que tratam as alíneas *a*, *c*, *d* e *f*, ficam fixados, re-  
spectivamente, os prazos de 8 mezes, 60 dias, 3 e 3 mezes,  
todos a contar da data em que a requerente for notificada  
deste decreto.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETÚLIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

#### DECRETO N. 924 — DE 29 DE JUNHO DE 1936

*Proroga até 31 de dezembro do corrente anno o prazo estabelecido no art. 25 do decreto n. 23.938, de 28 de fevereiro de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e

Considerando que o art. 25 do decreto n. 23.938, de 28 de fevereiro de 1934, tolerou, durante o prazo de noventa

dias, a torrefacção do café com assucar, nas regiões onde tal uso é inveterado;

Considerando que ainda subsistem os motivos determinantes das successivas prorogações desse prazo, concedidas pelos decretos ns. 24.665, 65, 188 e 212, respectivamente, de 11 de julho, 24 de setembro e 29 de dezembro de 1934 e 28 de junho de 1935, resolve:

Artigo unico. Fica prorogado até 31 de dezembro do corrente anno o prazo de tolerancia previsto no art. 25 do decreto n. 25.938, de 28 de fevereiro de 1934; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro 29 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa,*

---

DECRETO N. 925 — DE 29 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho corrente, nos municipios de Pereiras e Bebedouro, no Estado de São Paulo, durante o dia 5 de julho proximo vindouro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho corrente, nos municipios de Pereiras e Bebedouro, no Estado de São Paulo, durante o dia 5 de julho proximo vindouro, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rêo.*

---

DECRETO N. 926 — DE 29 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho corrente, no municipio de Mineiros, no Estado de Goyaz, durante o dia 5 de julho proximo vindouro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho corrente, no municipio de "Mineiros", no Estado de Goyaz, durante o dia 5 de julho proximo vindouro, afim de

serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 927 — DE 29 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 deste mez, no municipio da Capital do Estado de São Paulo, durante o dia cinco de julho do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 deste mez, no municipio da Capital do Estado de São Paulo, durante o dia cinco de julho do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 928 — DE 29 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 deste mez, nos municipios de Carauary e Canutama, no Estado do Amazonas, durante o dia 10 de julho do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 deste mez, nos municipios de Carauary e Canutama, no Estado do Amazonas, durante o dia dez de julho do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---



DECRETO N. 929 — DE 29 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 deste mez, no municipio de Santo Amaro, no Estado de Sergipe, durante o dia 12 de julho do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 915, de 21 deste mez, no municipio de Santo Amaro, no Estado de Sergipe, durante o dia 12 de julho do corrente anno, afim de alli se realizarem eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

DECRETO N. 930 — DE 29 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho corrente, no municipio de Rancharia, no Estado de São Paulo, durante o dia 12 de julho proximo vindouro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho corrente, no municipio de "Rancharia", no Estado de São Paulo, durante o dia 12 de julho proximo vindouro, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 931 — DE 29 DE JUNHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho corrente, nos municipios de "Bofete" e "São Luiz do Parahytinga", no Estado de São Paulo, durante o dia 30 de agosto do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho corrente, nos municipios de "Bofete" e "São Luiz do Parahytinga", no Estado de São Paulo, durante o dia 30 de agosto do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

## DECRETO N. 932 — DE 29 DE JUNHO DE 1936

*Proroga por noventa (90) dias, a contar de 29 de junho de 1936, o prazo fixado no decreto n. 4, de 30 de julho de 1934.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 4, da Constituição, e;

Considerando que a lei n. 202, de 2 de março deste anno, foi publicada com incorrecções no *Diario Official* de 11 do mesmo mez;

Considerando que essa circumstancia torna necessaria nova publicação da lei, afim de ser divulgada na exacta conformidade do projecto approved pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Poder Executivo;

Considerando que tal expediente obriga a nova prorrogação do decreto n. 24.501, de 29 de junho de 1934;

Decreta:

Artigo unico. Fica prorogado até 26 de setembro de 1936 o prazo estabelecido no decreto n. 24.613, de 7 de julho de 1934.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

## DECRETO N. 933 — DE 29 DE JUNHO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Parthenon Paranaense, em Curityba, Estado do Paraná*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Parthenon Paranaense, com séde em Curityba, Estado do Paraná.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 934 — DE 30 DE JUNHO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Collegio "Antonio Vieira", na cidade do Salvador, Bahia*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, nos termos do art. 55 do decreto 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio "Antonio Vieira" com séde na cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 935 — DE 1 DE JULHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Siqueira Campos, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 5 do corrente mez de julho.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:  
Resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Siqueira Campos, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 5 do corrente mez de julho, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 936 — DE 1 DE JULHO DE 1936

*Faz publica a denuncia, por parte do Governo da Estonia, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua primeira sessão (Washington, 1919)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a denuncia, por parte do Governo da Estonia, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua primeira sessão (Washington, 1919) — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 4 de março do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## TRADUÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES

C. L. 25.1936.V

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que, por uma communicação datada de 25 de janeiro de 1936, o Senhor Ministro dos Negocios Estrangeiros da Estonia me informou que, em virtude da ratificação da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres (revista em 1934) (C. L. 4.1936. V. de 10 de janeiro de 1936) o Governo da Estonia resolveu denunciar a Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua primeira sessão (Washington, 29 de outubro a 29 de novembro de 1919) e que começou a vigorar no dia 13 de junho de 1921. Em consequencia, foi-me communicada a denuncia formal pela Estonia, da Convenção de 1919 acima referida.

Tenho, igualmente, a honra de informar a Vossa Excellencia que essa denuncia foi registrada pelo Secretariado a 28 de janeiro de 1936.

Queira aceitar os protestos da minha alta consideração. — Pelo Secretario Geral, o Conselheiro juridico p. i. do Secretariado, *M. Mc. E. Wood*.

---

## DECRETO N. 937 — DE 1 DE JULHO DE 1936

*Faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha tornando vigente na Nigeria (Colonia, Protectorado e Camerum; sob mandato britannico), bem como Sierra Leone (Colonia e Protectorado) a Convenção internacional relativa á circulação de automoveis, firmada em Paris, a 24 de abril de 1926*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a Resolução do Governo britannico tornando vigente na Nigeria (Colonia, Protectorado e Camerum, sob mandato britannico) bem como em Sierra Leone (Colonia e Protectorado) a Convenção Internacional relativa á circulação de automoveis, firmada em Paris, a 24 de abril de 1926, devendo tal resolução ter validade a partir de 14 de março de 1937 — conforme communicação feita pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França á Embaixada do Brasil em Paris, por nota de 27 de março do corrente anno, acompanhada da nota da Embaixada britannica, em

Paris, de 11 do mesmo mez, cujas respectivas traducções officinaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48 da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## TRADUÇÃO OFFICIAL

REPUBLICA FRANCEZA

Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Sub-Direcção dos Negocios Administrativos e das Uniões Internacionaes.

Dossier V. 20 Dg.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de levar ao conhecimento das Potencias ligadas pela Convenção Internacional de 24 de abril de 1926, relativa á circulação de automoveis, que o Governo britannico decidiu estender á Nigeria (Colonia, Protectorado e Camerum, sob mandato) e Sierra Leone (Colonia e Protectorado) a vigencia da referida Convenção.

Em applicação do artigo 5° desse Acto internacional, foram escolhidas as letras seguintes como signaes distinctivos dos automoveis matriculados nestes territorios:

Nigeria (Colonia, Protectorado e Camerum, sob mandato britannico)... WAN.

Sierra Leone (Colonia e Protectorado)... WAL.

A entrada em vigor tornar-se-á effectiva, conforme o artigo 14 da Convenção, um anno após a data em que o Governo francez recebeu a notificação do Governo britannico, isto é, a 14 de março de 1937. — *D. Tetreau.*

Paris, 27 de março de 1936.

## TRADUÇÃO OFFICIAL

EMBAIXADA BRITANNICA

Paris, 11 de março de 1936.

N. 165 (320-5-36).

Senhor Presidente,

De accordo com o artigo 12-B da Convenção Internacional relativa á circulação de automoveis, firmada em Paris a 24 de abril de 1926, tenho a honra de notificar a

Vossa Excellencia o desejo do Governo de Sua Majestade do Reino Unido de que a referida Convenção se applique á Nigéria (Colônia, Protectorado e Camerum, sob mandato britannico) e Sierra Leone (Colônia e Protectorado).

De accordo com o artigo 5º da referida Convenção, foram escolhidas as seguintes letras como signaes distinctivos:

Nigéria (Colônia, Protectorado e Camerum, sob mandato britannico)... WAN.

Sierra Leone (Colônia e Protectorado)... WAL.

Ficaria muito grato a Vossa Excellencia se tivesse a bondade de me informar a data em que for recebida esta notificação.

Tenho a honra de, com a mais alta consideração, Senhor Presidente, ser de Vossa Excellencia, o Servidor mais obediente e humilde (pelo Embaixador), *Lloyd Thomas*.

E' cópia authentica.

O Ministro Plenipotenciario Sub-Director, *D. Tetreau*.

A Sua Excellencia o Senhor Pierre-Etienne Flandin, Ministro dos Negocios Estrangeiros.

---

DECRETO N. 938 — DE 1 DE JULHO DE 1936

*Prorroga o prazo a que se refere o n. 1 do art. 2º do decreto n. 237, de 17 de julho de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, § 1º, da Constituição Federal e tendo em vista o que requereu a Companhia de Mineração e Metallurgia Brasil, decreta:

Art. 1º Fica prorogado por tres (3) mezes o prazo a que se refere o n. 1 do art. 2º do decreto n. 237, de 17 de julho de 1935, que outorga á Companhia de Mineração e Metallurgia Brasil, concessão para o aproveitamento de energia hydraulica da Cachoeira do Rio São José de Guapiára, distante seiscentos (600) metros da villa de Guapiára, no municipio de Capão Bonito, Estado de São Paulo.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

## DECRETO N. 939 — DE 1 DE JULHO DE 1936

*Autoriza a Société Cotonière Belge-Brésilienne a continuar a funcionar na Republica, com as alterações introduzidas em seus estatutos pela assembléa geral dos respectivos accionistas realizada a 30 de julho de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Société Cotonière Belge-Brésilienne, com séde em Antuerpia, Belgica, autorizada a funcionar na Republica pelos decretos ns 6.518, de 13 de junho de 1907, 11.187, de 7 de outubro de 1914, e 18.890, de 3 de setembro de 1929, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma Société Cotonière Belge-Brésilienne autorização para continuar a funcionar na Republica, com as modificações introduzidas em seus estatutos em virtude de resolução da assembléa geral dos respectivos accionistas realizada a 30 de julho de 1935, e sob as mesmas clausulas que acompanham o decreto n. 6.518, de 13 de junho de 1907, ficando a alludida sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 940 — DE 1 DE JULHO DE 1936

*Approva as alterações introduzidas nos estatutos da Companhia Antarctica Paulista pelas assembléas geraes de 21 de janeiro e 21 de outubro de 1935 e 24 de abril de 1936*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Companhia Antarctica Paulista, com séde na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, autorizada a funcionar, pelo decreto n. 217, de 2 de maio de 1891, com os estatutos que apresentou, cujas alterações foram approvadas pelos decretos ns. 1.523, de 18 de agosto de 1893; 3.348, de 17 de julho de 1899; 4.004, de 22 de abril de 1901; 5.259, de 26 de julho de 1904; 10.036, de 6 de fevereiro de 1913; 15.444, de 19 de abril de 1922; 17.214, de 10 de fevereiro, e 17.434, de 10 de setembro de 1926; 17.880, de 16 de agosto de 1927;



19.213, de 21 de maio de 1930, e 21.457, de 1 de junho de 1932, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma Companhia Antartica Paulista autorização para continuar a funcionar, com as alterações introduzidas nos respectivos estatutos por deliberação das assembléas geraes de seus accionistas realizadas a 21 de janeiro e 21 de outubro de 1935 e 24 de abril de 1936, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 944 — DE 1 DE JULHO DE 1936

*Outorga ao cidadão brasileiro Agostinho Antonio Rodrigues, ou á sociedade que organizar, concessão para o aproveitamento de energia hydraulica de uma corredeira existente no rio Itabira, municipio de Itabirito, Estado de Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o que requereu Agostinho Antonio Rodrigues, e usando das attribuições que lhe conferem o art. 56, § 1°, da Constituição Federal e o art. 150 do decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Aguas).

Decreta:

Art. 1.º E' outorgada ao cidadão brasileiro Agostinho Antonio Rodrigues, ou á sociedade que organizar, concessão para o aproveitamento de energia hydraulica de uma corredeira existente no rio Itabira e situada junto ao Km. 522 da Estrada de Ferro Central do Brasil, no municipio de Itabirito, Estado de Minas Geraes.

Paragrapho unico. O aproveitamento destina-se á produção, transmissão e distribuição de energia hydro-electrica para serviços publicos federaes, estaduais e municipaes, para serviços de utilidade publica e para o commercio de energia no municipio de Itabirito, Estado de Minas Geraes.

Art. 2.º O concessionario obriga-se, sob pena de ficar de nenhum effeito o presente decreto, a:

I — Executar fielmente todas as obras impostas pela Estrada de Ferro Central do Brasil, necessarias a garantir a perfeita segurança de suas linhas nos trechos em que as

obras a serem realizadas para o aproveitamento em causa possam de algum modo prejudicar aquella segurança.

II — Apresentar, a título de exigencias preliminares das contidas no art. 158 do Código de Aguas, dentro do prazo de um anno, contado da data da publicação deste decreto, em tres (3) vias:

a) planta do trecho do rio a aproveitar e dos terrenos marginaes a serem inundados pelo "remous" da barragem, em escala de um por dois mil (1.2000);

b) planta da secção do rio onde for projectada a barragem, em escala de um por duzentos (1:200);

c) projecto da barragem, vertedouros, comportas, etc., em escala de um por duzentos (1:200), com detalhes em escala de um por cincoenta (1:50) e um por vinte (1:20);

d) projecto do canal de adducção em escala de um por duzentos (1:200), com perfis transversaes;

e) projecto do castello de agua em escala de um por cincoenta (1:50);

f) projecto dos tubos de carga, em escala de um por cem (1:100) e calculo dos mesmos;

g) projecto da usina hydro-electrica para produzir corrente triphasica com 50 cyclos, desenho das turbinas, descrição dos alternadores, transformadores, para-raios, etc.;

h) projecto das linhas de transmissão acompanhado de mappa da região, em escala razoavel e com detalhes;

i) memoria justificativa, incluindo orçamento global e detalhado de todas as partes do projecto, bem como das desapropriações a fazer.

III — Assignar o contracto de concessão dentro do prazo de um mez, contado da data da publicação do acto de approvação da respectiva minuta pelo ministro da Agricultura.

Art. 3.º A minuta do contracto disciplinar desta concessão, de qual constarão todas as exigencias de ordem tecnica, fiscal, administrativa e penal previstas no Código de Aguas, será preparada pelo Serviço de Aguas do Departamento Nacional da Produção Mineral e submettida á approvação do ministro da Agricultura.

Art. 4.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) annos, contados da assignatura do respectivo contracto.

Art. 5.º As condições de exigibilidade das reservas de energia de que trata o art. 155 do Código de Aguas, bem como as hypotheses de exigencia, de não exigencia e de aviso prévio serão estipuladas no contracto de concessão.

Art. 6.º O capital a remunerar será o effectivamente investido nas installações da concessionaria em funcção de sua industria e concorrendo de forma permanente, para produção e transformação de energia electrica.

Art. 7.º As tabellas de preço de energia nos bornes da usina serão fixadas de accordo com o que estabelece a respeito o Código de Aguas, fixando-se tambem no contracto de concessão a justa remuneração do capital a que se refere o inciso III do art. 180 do mesmo Código.

Art. 8.º Para manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 6.º do presente decreto, será creado um

fundo de reserva que proverá ás renovações determinadas pela depreciação ou impostas por accidentes.

Paragrapho unico. A constituição desse fundo, que se denominará fundo de estabilização, será realizada por quotas especiaes que incidirão sobre as tarifas sob a forma de percentagem. Essas quotas serão determinadas, tendo-se em vista a duração media do material a cuja renovação o dito fundo terá de attender, podendo ser modificadas triennalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 9.º Si a receita da companhia fôr insufficiente para remuneração do capital invertido nas installações na base que fôr estabelecida no contracto de concessão e para attender á manutenção dos serviços, os *deficits* verificados em cada triennio (periodo marcado na lei para revisão das tarifas) serão registrados a debito de uma conta especial intitulada "Lucros a compensar", cujo saldo vencerá os juros que forem fixados para o capital invertido (art. 6.º do presente decreto), saldo que será amortizado em periodo de tarifas subsequente, sendo para isto computado como despesa nesse periodo.

Art. 10. Si, ao contrario, a receita exceder ás necessidades a que se refere o artigo precedente, a parte excedente será registrada a credito de uma conta, tambem especial, que será denominada "Lucros de compensação".

Paragrapho unico. O saldo desta conta será considerado como receita no periodo de tarifas subsequente.

Art. 11. Findo o prazo de concessão, reverterão para o Estado de Minas Geraes, mediante indemnização pelo custo historico menos a depreciação, todas as installações de produção de energia da concessionaria a que se refere a presente concessão.

Art. 12. Si o Estado de Minas Geraes não fizer uso do direito de que trata o artigo precedente, o concessionario poderá requerer ao Governo Federal renovação da concessão.

Art. 13. O concessionario gozará desde a data da assinatura do contracto de concessão, e enquanto este vigorar, dos favores constantes do art. 151 doCodigo de Aguas e de leis especiaes de apoio ás empresas de serviços de utilidade publica.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS

*Odilon Braga.*

---

## DECRETO N. 942 — DE 3 DE JULHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho deste anno, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 5 de julho corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho deste anno, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 5 de julho corrente, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

## DECRETO N. 943 — DE 3 DE JULHO DE 1936

*Revoga, em parte, o decreto n. 363, de 4 de outubro de 1935, que approvou o plano geral das obras da nova estação D. Pedro II da Estrada de Ferro Central do Brasil e declara a urgencia da desapropriação dos immoveis necessarios á execução do mesmo plano*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que expoz a directoria da Estrada de Ferro Central do Brasil, sobre a necessidade de ser declarada a urgencia da desapropriação dos immoveis comprehendidos no plano geral das obras da nova estação D. Pedro II, bem como incluídos outros immoveis que, embora atingidos pelo plano approved, deixaram de figurar, no respectivo decreto de approvação, entre aquelles cuja desapropriação é promovida pela União Federal, decreta:

Art. 1.º Fica mantida, para todos os effeitos, a approvação da planta para execução do plano geral das obras da nova estação D. Pedro II da Estrada de Ferro Central do Brasil, planta que, devidamente rubricada pelo director geral de Expediente, da Secretaria de Estado dos Negocios da Viação e Obras Publicas, acompanhou o decreto n. 363, de 4 de outubro de 1935, e, em consequencia, mantida tambem a desapropriação dos immoveis comprehendidos, no todo ou em parte, no mesmo plano geral, consoante o disposto no art. 8º da regulamentação approved pelo decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903, art. 590, § 2º, n. II, do Código Civil e artigo 113, n. 17, da Constituição Federal.

Art. 2.º Nos termos do art. 40, combinado com o artigo 41 do citado regulamento, fica declarada a urgencia da desapropriação dos immoveis comprehendidos, total ou parcialmente, no referido plano geral, e que são desapropriados pela União, a saber: rua Senador Pompeu, lado par, os de ns. 260 a 296, inclusive (exceptuados os de ns. 274 e 294); rua dos Cajueiros, lado par, os de ns. 4 a 18, inclusive, e, lado impar, os de ns. 1 a 13, inclusive; rua General Pedra, lado impar, os de ns. 25 a 83, inclusive (salvo o de n. 63), e mais os de ns. 83-A, 85, casa I, 87, 89, 91, 93, casas I e XV, e 95; rua General Caldwell, lado par, os de ns. 64 a 74, inclusive, e, lado impar, os de ns. 57 a 61, inclusive; rua Barão de São Felix, o de n. 221 (casas de avenida ns. V, VI, VII, VIII e IX).

Art. 3.º Fica revogado o decreto n. 363, de 4 de outubro de 1935, ressalvadas não só a approvação da planta e do plano geral, bem como as desapropriações consequentes e referidas no art. 1.º do presente decreto.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1936, 115 da Independencia e 45.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

#### DECRETO N. 944 — DE 6 DE JULHO DE 1936

*Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Piauhy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo e Matto Grosso*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxilios, no corrente exercicio, ás instituições nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Piauhy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo e Matto Grosso, mestre, ser feito nos termos do decreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação n. 1 — verba 21ª — Subvenções — art. 3.º, annexo n. 5.º, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Orphanato Santa Thereza — Teffé — Amazonas . . . . .	15:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á infancia — Belém — Pará . . . . .	20:000\$000

Asylo de Mendicidade — São Luiz — Maranhão . . . . .	15:000\$000
Centro Artistico Operario Caxiense — Caxias — Maranhão — (differença) . . . . .	5:000\$000
Faculdade de Direito — São Luiz — Maranhão . . . . .	5:000\$000
Academia Cearense de Lettras — Fortaleza — Ceará . . . . .	2:000\$009
Beneficente do Berço do Pobre — Fortaleza — Ceará . . . . .	5:000\$000
Externato São Vicente de Paulo — Fortaleza — Ceará . . . . .	5:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Fortaleza — Ceará . . . . .	27:000\$000
Instituto do Ceará — Fortaleza — Ceará....	1:000\$000
Sociedade de Assistencia aos Lazaros e Defesa Contra a Lepra — Parnahyba — Piauby	20:000\$000
Collegio Santo Antonio — Natal — Rio Grande do Norte . . . . .	16:000\$000
Escola de Commercio — Natal — Rio Grande do Norte . . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia — João Pessoa — Parahyba . . . . .	30:000\$000
Faculdade de Commercio — Recife — Pernambuco . . . . .	20:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Recife — Pernambuco . . . . .	50:000\$000
Associação das Senhoras de Caridade — Maceió — Alagoas . . . . .	3:000\$000
Casa do Pobre — Maceió — Alagoas . . . . .	3:000\$000
Veneravel Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martyrios — Maceió — Alagoas....	5:000\$000
Asylo São José da Infancia Desamparada — Capella — Sergipe . . . . .	12:000\$000
Hospital de Caridade São João de Deus — Laranjeiras — Sergipe . . . . .	10:000\$000
Hospital Bom Jesus — Annapolis — Sergipe	8:000\$000
Irmandade da Santa Casa de Misericordia — Itabuna — Bahia . . . . .	2:000\$000
Sociedade de São Vicente de Paulo — Valença — Bahia . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Valença — Bahia . . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Joazeiro — Bahia . . . . .	6:000\$000
Orphanato Jesus Christo Rei — Victoria — Espirito Santo . . . . .	10:000\$000
Associação de São Vicente de Paulo — (Mantenedora da Casa da Providencia) — Petropolis — Rio de Janeiro . . . . .	20:000\$000

Associação Protectora de Recolhimento de Desvalidos — Petropolis — Rio de Janeiro.	42:000\$000
Grupo Espirita Friburguense — Friburgo — Rio de Janeiro . . . . .	2:000\$000
Hospital Santa Thereza — Petropolis — Rio Janeiro (differença) . . . . .	20:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Petropolis — Rio de Janeiro.....	20:000\$000
Irmadade da Santa Misericordia — Angra dos Reis — Rio de Janeiro . . . . .	20:000\$000
Associação Tutelar de Menores — Districto Federal . . . . .	360:000\$000
Assistencia Dentaria Infantil — Districto Federal . . . . .	12:000\$000
Academia Brasileira de Sciencias — Districto Federal . . . . .	10:000\$000
Associação dos Artistas Brasileiros — Districto Federal . . . . .	10:000\$000
Casa do Pobre de N. S. de Copacabana — Districto Federal . . . . .	15:000\$000
Cruzada Nacional de Educação — Districto Federal . . . . .	20:000\$000
Cruzada Nacional contra a Tuberculose — Districto Federal . . . . .	50:000\$000
Instituto São Francisco de Salles — Districto Federal . . . . .	20:000\$000
Asylo Sant'Anna — Campinas — São Paulo..	2:000\$000
Collegio N. S. Auxiliadora — Campo Grande — Matto Grosso . . . . .	30:000\$000
Total . . . . .	971:000\$000

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

#### DECRETO N. 945 — DE 6 DE JULHO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Instituto Bahiano de Ensino, na cidade de São Salvador, Bahia*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.244, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso funda-

mental do Instituto Bahiano de Ensino, com séde na cidade de São Salvador, Estado da Bahia.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 946 — DE 7 DE JULHO DE 1936

*Regula a celebração da Convenção Nacional de Estatística*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando os fins do Instituto Nacional de Estatística e da Convenção que, para completar a organização deste, o art. 10 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, manda convocar afim de que o Conselho Nacional de Estatística esteja constituído dentro do prazo de seis mezes a partir da instalação do Instituto, isto é, até 29 de novembro;

Considerando a conveniencia de alargar de modo progressivo a methodico a esphera de acção do Instituto (conforme determina o § 3° do art. 3° do mesmo decreto), o que aconselha seja firmada, inicialmente, a Convenção prevista entre a União e as suas unidades federativas, para em seguida se ampliar o quadro convencional nas condições ditadas pela experiencia, a esse fim fixadas nas proprias clausulas contractuaes a possibilidade e as condições da adhesão dos Municipios e entidades privadas interessadas nos seus fins, ao systema que della decorrer;

Considerando que o mechanismo convencional resultará, por sua propria natureza, da livre determinação dos governos que o vão instituir, levando-se, em consideração suas prerogativas e competencias constitucionaes, bem como o uso da faculdade outorgada pelo art. 9° da Constituição;

Considerando, todavia, que a movimentação do Instituto requer a previa fixação dos objectivos minimos a serem conseguidos por força do instrumento convencional;

Considerando, tambem, que entre esses objectivos são essenciaes o da filiação effectiva e immediata, ao Instituto, de todos os órgãos de estatística das administrações sujeitas aos governos regionaes, para o fim da coordenação das respectivas actividades com as actividades congeneres da administração federal, bem assim a fixação das bases para "a constituição e a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística", como órgão de direcção superior do systema federativo formado pelo Instituto;

Considerando, ainda, que, além desses dois objectivos basicos, são igualmente essenciaes os da integração e norma-



lização de funcionamento dos systemas regionaes de órgãos estatísticos;

Considerando que, por outro lado, a esses objectivos se juntam, de modo fundamental, os que se referem a determinadas providencias, iniciativas e normas tendentes a remover embaraços, ou criar condições essenciaes de exito ás actividades dos serviços estatísticos, quaes sejam principalmente as que dizem respeito á normalização da divisão territorial e ao conhecimento do ambito geographico das suas circumscripções; á efficiencia e melhor aproveitamento dos registros publicos; á generalização do uso, no paiz, do systema metrico decimal; á obrigatoriedade das informações estatísticas; á concentração de esforços necessaria ao effectivo levantamento das estatísticas agricolas e do commercio inter-estadual; á regularização das publicações estatísticas e á vulgarização dos seus dados em exposições periodicas; á mutua assistencia entre os serviços cooperativamente ligados ao Instituto á systematização das operações censitarias; á criação, ao menos nas capitães, dos cadastros predial e domiciliario; á uniformização fundamental das estatísticas financeiras estaduais e municipaes; e ao provimento dos recursos organimentarios requeridos para a execução da Convenção;

Considerando, finalmente, a urgencia das medidas que completem a organização do Instituto e assegurem normalidade e efficiencia ao seu funcionamento;

Decreta:

Art. 1.º A Convenção Nacional de Estatística, prevista no artigo 10 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, será o instrumento de solemne accordo entre os Poderes Executivos da União, dos Estados, do Districto Federal e do Territorio do Acre, para o fim de integrar a constituição federativa do Instituto Nacional de Estatística e regular o regime de cooperação e harmonia em que devem trabalhar os órgãos estatísticos da União e das suas Unidades Federativas, bem como, mediante ulterior adhesão ao acto convencional e consequente filiação ao Instituto, os dos municipios, das entidades officiaes autarchicas e das grandes instituições privadas que promovam investigações sociaes ou economicas mediante a applicação do methodo estatístico.

Art. 2.º O presidente do Instituto Nacional de Estatística fica autorizado a convidar os Governos dos Estados, do Districto Federal e do Territorio do Acre a participar da Convenção, ficando o delegado do Acre incorporado á Delegação Federal.

Art. 3.º Serão delegados directos do Governo Federal á Convenção, o presidente e demais membros da Junta Executiva do Instituto Nacional de Estatística, estes ultimos representando os ministerios cujos serviços de estatística dirigem, e mais um representante de cada um dos Ministerios de Exterior, da Guerra e da Marinha.

Paragrapho unico. Salvo o presidente do Instituto, cuja investidura o qualifica como presidente nato da Convenção, os demais membros da Delegação Federal, exceptuando o representante do Territorio do Acre, serão designados por decretos referendados pelos titulares dos respectivos Ministerios.

Art. 4.º A cada unidade autonoma da Federação cabera participar da Convenção, fazendo-se representar por uma alta autoridade da sua administração, de preferencia um secretario de Estado, ou, não sendo isto possivel, por um dos membros das respectivas bancadas parlamentares.

Paragrapho unico. Os delegados dos Estados, do Districto Federal, e do Territorio do Acre serão acreditados tambem por decretos do respectivo governo, com o *referendum* de todo o secretariado.

Art. 5.º Dos decretos-credenciaes dos delegados á Convenção Nacional de Estatistica devem constar, expressamente, os poderes para vincular os respectivos governos ao compromisso de executar ou fazer executar, em todas as suas consequencias, as clausulas da Convenção que disserem respeito á sua competencia, bem assim de solicitar fundamentadamente, dos respectivos Poderes Legislativos, as providencias que a Convenção alvitrar e forem da competencia destes.

Paragrapho unico. O regimento interno da assemblea Convencional fixará o limite dos votos afim de que fique assegurada a validade das deliberações para todas as entidades nella representadas, bem assim para que as deliberações sejam consideradas assentadas apenas entre os Governos que as approvarem, permanecendo na dependencia, para seu prevailecimento quanto aos demais compactuantes, de ulterior e especial acto de adhesão, realizavel a qualquer tempo.

Art. 6.º A assemblea dos delegados á Convenção se instalará de 25 a 30 do corrente mez, no dia que fôr marcado pela Junta Executiva do Instituto, encerrando seus trabalhos com a sessão solemne de assignatura da Convenção.

Art. 7.º A Convenção Nacional de Estatistica, além de quacsquer disposições outras pelas quaes as entidades convencioneantes queiram facilitar os seus objectivos, conterá normas que vinculem o Governo Federal e os Governos de todas as unidades autonomas da Federação aos compromissos especificados nos artigos seguintes.

Art. 8.º O Governo Federal se compromette:

1º — a fazer adoptar nos serviços estatísticos a seu cargo as normas technicas que forem approvadas pelo Conselho Nacional de Estatistica;

2º — a fazer executar ou a tomar as iniciativas necessarias a que se executem os alvitres propostos pelo Conselho para a melhoria do systema dos serviços estatísticos nacionaes;

3º — a não tomar nenhuma iniciativa tendente a limitar a autonomia da direcção superior do Instituto ou das cinco repartições que lhe formam o nucleo central;

4º — a fornecer, pelos órgãos competentes, aos serviços regionaes filiados ao Instituto, os resultados das estatisticas que forem elaboradas privativa ou directamente pela administração federal;

5º — a participar da associação cooperativa para a criação das officinas graphicas centraes, privativas do Instituto;

6º — a auxiliar, com todos os recursos ao seu alcance, as iniciativas prescriptas aos Estados para facilitar o desenvolvimento dos serviços estatísticos;

7º — a facilitar a correspondencia postal-telegraphica dos órgãos filiados ao Instituto na conformidade do disposto no art. 22 do decreto n. 24.609;

8º — a criar as facilidades, que a legislação e os contractos permittirem, ao transporte dos directores dos serviços de estatística filiados ao Instituto e aos seus prepostos como delegados ou agentes itinerantes, quando viajarem em objecto de serviço;

9º — a promover o aparelhamento da Directoria de Estatística da Produção para o fim de desempenhar, mediante as providencias previstas nos itens 8º e 18º do artigo seguinte, as attribuições que em virtude dessas disposições lhe ficarem conferidas;

10 — a promover o alargamento dos recursos em pessoal e material da Directoria de Informações, Estatística e Divulgação, habilitando-a a prestar assistencia mais efficaz aos Estados no que concerne ao levantamento da estatística educacional, regulada pelo Convenio de 20 de dezembro de 1931, cuja revisão o Ministro da Educação e Saude Publica promoverá nos termos dos compromissos em vigor;

11 — a proporcionar ao Territorio do Acre os meios que lhe faltarem para o cumprimento das obrigações decorrentes da Convenção.

Art. 9.º Entre os compromissos a serem assumidos, na Convenção, pelos Estados, Districto Federal e Territorio do Acre, deverão incluir-se todos os que, na forma regimental, puderem ser assentados consequentemente ao exame dos seguintes objectivos suggeridos pela experiencia dos serviços estatísticos nacionaes:

1º — a filiação ao Instituto dos respectivos serviços de estatística, já organizados ou que se vierem a organizar, de modo que prevaleçam integralmente a estrutura e os fins que o decreto n. 24.609 attribuiu ao Instituto;

2º — a existencia, na respectiva administração, de uma repartição ou departamento central de estatística, não sómente como entidade administrativa autonoma, subordinada directamente, se possivel, ao Chefe do Governo mas ainda organizada de maneira que não inclua no seu programma quaesquer outros encargos que não sejam os de informações ou publicidade, excluida dessa condição apenas a repartição de estatística do Acre, que poderá conservar suas estrutura actual, desde que possua pelo menos uma secção exclusivamente de estatística;

3º — a movimentação cada anno, para fins de acção directã, de um corpo de agentes itinerantes, no mínimo um para vinte municipios, contractados especialmente para esse serviço, e de livre designação e dispensa pelo director da repartição regional de estatística geral, como prepostos seus, para que: a) orientem os agentes municipaes de Estatística na melhoria dos registros e pesquisas que tiverem a se ucargo; b) controlem as informações colhidas pelos referidos agentes; c) recolham elementos fidedignos para se manter em dia o estudo corographico dos municipios; d) realizem a propaganda necessaria dos serviços estatísticos; e) effectuem as pesquisas de caracter technico que não estiverem ao alcance dos agentes municipaes, sejam as que interessarem á directoria regional de estatística geral, sejam as que forem lançadas

por órgãos estatísticos especializados, estabelecidos para isso os devidos entendimentos entre estes e aquella; f) sugiram e orientem a melhoria dos registros publicos ou particulares a que a estatística precisa recorrer;

4° — a actuação conveniente junto aos Governos dos municípios para que sejam creados e filiados ao Instituto as Agencias Municipaes de Estatística, de modo que fiquem proporcionadas a essas agencias todas as facilidades que forem necessarias e que estiverem ao alcance dos governos estaduais;

5° — a organização e publicação, cada anno, de accordo com a direcção superior do Instituto e respeitadas as normas padronizadas e os modelos que este adoptar, dos annuarios estatísticos regionaes, sem prejuizo de quaesquer publicações especiaes de estatística, ou subsidiarias (cadastros, indicadores, etc.) que tambem possam organizar, mas sempre segundo o criterio de uniformidade de resultados ou de plano com a estatística federal;

6° — o commissionamento de funcionarios dos seus serviços de estatística, na medida do possivel, para frequentarem os cursos que o Instituto organizar, ou fazerem estagios de aperfeiçoamento nas repartições centraes e serviços especializados mais efficientes da União, das unidades filiadas, ou mesmo de instituições privadas;

7° — a prestação, na medida do possivel, de mutuo auxilio, tecnico ou administrativo, na conformidade dos entendimentos com a direcção superior do Instituto, que cada caso motivar;

8° — a collaboração nos trabalhos de cartographia geographica necessarios á estatística e centralizados na Directoria de Estatística da Produçãõ, do Ministerio da Agricultura, segundo planos geraes approvados pelo Conselho Nacional de Estatística;

9° — o encaminhamento de providencias visando normalizar a divisão territorial, não só quanto á época em que se effectuem as revisões dos seus quadros administrativos e judiciais, de modo a se seguirem uniformemente á divulgação dos resultados dos recenseamentos geraes, mas ainda quanto á clareza e racionalidade dos seus limites e á systematização da nomenclatura, tendo em vista evitar tanto a identidade de designação entre circumscripções da mesma categoria, quanto a diversidade de toponimia entre as circumscripções administrativas e judiciais e as suas sédes, bem assim a distribuição do territorio de uma circumscripção administrativa por duas ou mais circumscripções judiciais;

10 — o encaminhamento de suggestões aos Poderes Legislativos para que prevaleça como norma a de serem criadas as novas circumscripções administrativas (municípios e districtos) com indicação da procedencia dos respectivos territorios e a competente especificação das confrontações, feita a descripção clara dos limites segundo accidentes geographicos e nunca pela condição de abrangerem variavelmente as terras de determinados proprietarios;

11 — as medidas tendentes a que os seus serviços technicos de geographia ou cartographia, ou, na falta, os seus departamentos technicos de engenharia, organizem, para serem divulgados nos annos de millesimo 4 e 9 (precedentes

aos censos geraes ou regionaes — cartas physicas e politicas do territorio estadual, das quaes constam a divisão municipal e, se possivel, tambem a districtal, bem como as demais ordenanças de circumscripções administrativas e judicarias;

12 — as suggestões convenientes, por intermedio dos mesmos serviços ou departamentos, para que os municipios façam levantar, ou rever com a approximação possivel, os mappas dos respectivos territorios, prestada as administrações municipaes, a esse fim, a assistencia tecnica que for, necessaria;

13 — a melhoria intensiva dos registros officiaes utilizaveis pela estatistica, especialmente dos registros civil e da propriedade immobiliaria, encaminhando-os para a desejavel eficiencia e uniformidade;

14 — a adopção de medidas que estabeleçam a obrigatoriedade, para os respectivos serviços officiaes, dos informes devidos aos serviços de estatistica;

15 — a abstenção de operações censitarias regionaes, a não ser nos annos de milésimo cinco e segundo planos fixados de accordo com o Instituto Nacional de Estatistica, no intuito de aproveitar os resultados desses censos regionaes como uteis complementos dos censos federaes;

16 — o esforço convergente no sentido do prevaecimento integral, não só na estatistica official, mas ainda em toda a administração, do systema metrico decimal;

17 — a organização dos serviços do imposto territorial em condições de serem colhidos annualmente, por occasião da sua cobrança, os dados fundamentaes sobre a organização e as condições da vida agricola, de que carece a estatistica nacional;

18 — a opportuna centralização no órgão competente do nucleo central do Instituto, segundo o plano cooperativo que o Conselho de Estatistica adoptar, da apuração das respectivas estatisticas da exportação, de modo que, pela generalidade e systematização do trabalho, os respectivos quadros se possam transformar sem novos levantamentos nem novos onus na estatistica das importações inter-estaduaes;

19 — a interposição dos seus bons officios junto aos governos das respectivas capitales no sentido de serem criados e mantidos em dia, na administração municipal, o cadastro predial e o domiciliario, principalmente como recurso para a permanente actualização das suas estatisticas demographicas;

20 — as providencias para que a contabilidade dos respectivos thesouros se organize em condições de obedecer uniformemente ao schema minimo fixado pelo Instituto para o levantamento da estatistica financeira;

21 — a actuação, por intermedio dos seus departamentos de assistencia á administração municipal, para que a contabilidade municipal tambem satisfaça ás especificações exigidas pela estatistica nacional das finanças dos municipios;

22 — a participação, annualmente, na Exposição Nacional de Estatistica que o Instituto organizar ou patrocinar, destinada a demonstrar os progressos do apparellamento da estatistica brasileira e a caracterizar, em forma impressiva, graphica e numericamente, os principaes aspectos da vida nacional;

23 — a manutenção cooperativa, ainda segundo o plano e regime que o Conselho adoptar, de uma organização especializada em artes graphicas para o preparo em common das publicações de estatística e cartographia de todos os serviços filiados ao Instituto de Estatística;

24 — as providencias para que os respectivos Poderes Legislativos recebam em tempo as competentes propostas, e possam não só deliberar a respeito, mas incluir nos orçamentos para 1937 as verbas proventura destinadas á criação ou reorganização dos serviços de estatística na conformidade da nova orientação fixada pelo Instituto.

Art. 10. Os governos compactuantes examinarão a possibilidade de se coobrigarem:

1º — a não admittir nem contractar novos funcionarios nos quadros das repartições ou secções de estatística integradas no systema do Instituto, sem prévia demonstração pelos candidatos da aptidão requerida em provas de concurso, de accordo com as exigencias mínimas suggeridas pelo Conselho Nacional de Estatística;

2º — a não permittir, bem assim, que os funcionarios das referidas repartições e secções sejam afastados do exercicio das suas funções para outros serviços, sem compensação julgada satisfactoria pelos respectivos chefes ou directores;

3º — a promover a fixação de normas que permittam e facilitem a transferencia, por permuta, dos funcionarios dessas repartições ou secções que, em representação fundamentada, os respectivos chefes indicarem como inadaptaes á especialização profissional necessaria aos serviços estatísticos;

4º — a providenciar para que, no quadro dos seus principais serviços de estatística, se criem categorias technicas, devidamente hierarchizadas, para a primeira das quaes a admissão dependa de habilitação, em concurso de provas, em que se verifique possuirem os candidatos cultura secundaria completa, conhecimentos de mathematica superior sufficientes á analyse estatística e a especialização theorico-pratica exigida pela actividade de estatístico;

5º — a fixar criterios administrativos que evitem terminantemente a utilização das verbas attribuidas aos serviços de estatística em fins estranhos aos ditos serviços, ou mesmo a elles attinentes, mas sem prévia proposta dos respectivos responsaveis directos;

6º — a submeter ao Poder Legislativo todas as suggestões ou solicitações decorrentes da Convenção ou das deliberações do Conselho Nacional de Estatística, e cujo deferimento não caiba nas respectivas attribuições.

Paragrapho unico. Os mesmos governos fixarão, de common accordo, as bases em que o Governo Federal deva assentar a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística previsto no art. 9º do decreto n. 24.609, tendo em vista que as deliberações desse Conselho, por deverem prevalecer na organização technica dos serviços estatísticos de todas as entidades vinculadas ao systema do Instituto, devem proceder de representantes bastantes (individuaes ou collectivos) dessas entidades.

Art. 11. A Convenção Nacional de Estatística será ratificada, publicada e mandada executar immediatamente por decretos dos Governos compactuantes, baixados esses actos dentro do prazo de 30 dias a contar da assignatura do instrumento convencional.

Art. 12. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario, e do seu conteúdo se dará resumidamente sciencia, por telegramma, para os devidos effeitos, a todos os Governos convocados à celebração da Convenção.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo*

*Arthur de Souza Costa.*

*Marques dos Reis.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Gal. João Gomes.*

*Henrique A. Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 917 — DE 7 DE JULHO DE 1936

*Faz publico o deposito de instrumento de ratificação, por parte do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte, pela União Sul-Africana, do Protocollo relativo a um caso de apatridia e Protocollo especial relativo a apatridia, firmados na Haya, a 12 de abril de 1930*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento da ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte, pela União Sul-Africana, do Protocollo relativo a um caso de apatridia e do Protocollo especial relativo á apatridia, firmados na Haya, a 12 de abril de 1930, devendo tal ratificação ter validade 90 dias após a data da Acta lavrada pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, constante da ratificação por parte de 10 paizes — conforme

comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Liga das Nações, por nota de 30 de abril de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1936, 115° da Independencia e 45° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

(Traducção Official)

### LIGA DAS NAÇÕES

PROTOCOLLO RELATIVO A UM CASO DE APATRIDIA

PROTOCOLLO ESPECIAL RELATIVO Á APATRIDIA

(Assignados na Haya, a 12 de abril de 1930).

#### *Ratificação da União Sul-Africana*

C. L. 71-1936-V.

Genebra, 30 de abril de 1936.

Senhor Ministro.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Representante permanente p. i. da União Sul-Africana junto á Liga das Nações, me transmittiu o instrumento de ratificação de Sua Majestade o Rei, pela União Sul-Africana, dos seguintes Protocollos, firmados na Haya, a 12 de abril de 1930:

Protocollo relativo a um caso de apatridia:

O referido instrumento de ratificação foi depositado no Secretariado, a 9 de abril de 1936.

De accordo com as disposições desses Protocollos, a ratificação acima mencionada produzirá effeito 90 dias após a data em que houver sido lavrada uma Acta pelo Secretario Geral, registrando que as ratificações ou adhesões de dez Membros da Liga das Nações ou Estados não Membros foram depositadas no Secretariado.

Queira acceitar, Senhor Ministro, o protesto de minha alta consideração. — Pelo Secretario Geral, o Conselheiro juridico do Secretariado. *A. S. Podestá Costa.*



## DECRETO N. 948 — DE 7 DE JULHO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Hungria, da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Hungria, da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Real Embaixada de Italia nesta Capital, por nota verbal de 8 de junho de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1936, 115° da Independencia e 45° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## TRADUCÇÃO OFFICIAL

## REAL EMBAIXADA DE ITALIA

*Nota verbal*

A Real Embaixada de Italia, cumprindo instrucções recebidas e de accordo com o art. 19 da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929, tem a honra de levar ao conhecimento do Ministerio das Relações Exteriores que o Ministro da Hungria em Roma depositou, a 4 de maio de 1936, nos Archivos do R. Ministerio dos Negocios Estrangeiros o instrumento de ratificação, por parte de seu Governo, da Convenção supracitada, acompanhando o deposito as seguintes declarações:

“De accordo com o art. 22 da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929, a Hungria declara que o Serviço húngaro para a protecção das plantas, estabelecido na base dos itens 1 e 2 do art. 2, possui no seu quadro as seguintes instituições para a protecção das plantas:

1 — Instituto Real Hungaro de pesquisas para a protecção das plantas, Budapest, com as seguintes secções:

a) Secção de pathologia vegetal;

- b) Secção de entomologia;
- c) Secção de biochimia vegetal.

2 — Organização central da protecção pratica das plantas: Repartição da protecção das plantas, Budapest, com as seguintes secções:

- a) Administração da protecção pratica das plantas;
- b) Serviço tecnico da protecção pratica das plantas;

3 — Orgão de provincia para a protecção pratica das plantas com os seguintes orgãos:

- a) Administração da protecção pratica das plantas;
- b) Delegados locais para a protecção das plantas.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1936.

Ao Ministerio das Relações Exteriores do Brasil — Rio de Janeiro.

---

DECRETO N. 949 — DE 7 DE JULHO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo francez, pela França, Marrocos e Tunisia, da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929 e faz, igualmente, publica a applicação á Algeria dessa Convenção*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo francez, pela França, Marrocos e Tunisia, da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929 e faz, igualmente, publica a applicação á Algeria dessa Convenção — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Real Embaixada de Italia nesta Capital, por nota verbal, de 30 de maio de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

## REAL EMBAIXADA DE ITALIA

*Nota verbal — 1251*

Cumprindo as instrucções recebidas do Real Governo e de conformidade com o art. 19 da Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes (Roma, 16 de abril de 1929), a Embaixada Real de Italia tem a honra de levar ao conhecimento do Ministerio das Relações Exteriores que o Embaixador da Republica franceza, em Roma, depositou no Real Ministerio dos Negocios Estrangeiros a 27 de abril de 1936, o instrumento de ratificação, por parte do Governo francez, relativo á França, Marrocos, Tunisia, da Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929. O referido deposito foi acompanhado das seguintes declarações referentes, respectivamente, á França, Marrocos e Tunisia:

“O Governo francez declara formalmente ter instituido a Organização Official de protecção dos vegetaes, prevista no art. 2 da Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes”.

“De accordo com as disposições do art. 22 da Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929, o Embaixador Residente Geral da Republica franceza em Marrocos, Ministro dos Negocios Estrangeiros de S. M. o Sultão, declara que a organização official de protecção dos vegetaes, cuja existencia é exigida em cada um dos paizes contractantes, pelo art. 2 dessa Convenção, está completamente realizada na Zona franceza de Marrocos”.

“De accordo com o art. 22 da Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929, approvada pelo Parlamento francez e ratificada pela Tunisia, declara pela presente que a Tunisia possui um Estabelecimento de estudos e de pesquisas scientificotechnicas applicadas á Agricultura e um Serviço Official de protecção dos vegetaes tendo por missão:

- 1) a vigilancia das culturas e dos estabelecimentos previstos no art. 1º da Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes, com o fim de constatar a apparição e a extensão das doenças e dos inimigos dos vegetaes;

- 2) a vulgarização dos conhecimentos relativos ás doenças e inimigos dos vegetaes assim como ás medidas destinadas de as prevenir e de as combater;

- 3) a inspecção das remessas de vegetaes e partes de vegetaes;

- 4) a expedição de certificados referentes ao estado sanitario e á origem das remessas de vegetaes e partes de vegetaes.

O mesmo Embaixador da Republica franceza, notificou, outrossim, em nota de 24 de abril de 1936, n. 92, que a Convenção se applica tambem á Algeria.

A adesão é acompanhada da seguintes declaração:

Aderindo pela Algeria á Convenção Internacional para a protecção dos vegetaes, o Governo francez declara que as medidas previstas no art. 2, n.1 e n.2 da alludida Convenção são, actualmente, applicadas na Colonia, pelo facto da existencia do Insectarium do Jardim Experimental de Hamma em Alger e do Serviço de Inspeção da Defesa das Culturas."

Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1936. — XIV.

---

DECRETO N. 950 — DE 7 DE JULHO DE 1936

*Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Lartigan Seabra a pesquisar galena argentifera numa área de 500 Ha., sita no immoveel denominado "Sítio do Camargo", pertencente a Adriano Seabra e situado no Districto de Iporanga, município e comarca de Faxina, Estado de São Paulo.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 4, da Constituição Federal, e tendo em vista os decretos ns. 24.642, de 10 de junho de 1934 (Codigo de Minas) e 585, de 14 de janeiro de 1936; decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antonio Lartigan Seabra, a pesquisar galena argentifera em uma área de quinhentos hectares (500 Ha.), sita no immoveel denominado "Sítio do Camargo", pertencente a Adriano Seabra e situado no Districto de Iporanga, município e comarca de Faxina, Estado de São Paulo, — e mediante as seguintes condições:

I — O título desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4º, do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel no caso de herdeiros necessarios ou conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial;

II — Esta autorização durará dois (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20, do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder os limites no mesmo referido;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alloral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Ministerio da Agricultura, um relatório circumstanciado, acompanhado de

perfis geologicos e planta, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão as perfurações que houverem feito nos terrenos, o maximo da profundidade que as mesmas houverem attingido, inclinação e direcção das camadas ou depositos que se houverem descoberto, reserva approximada dos depositos, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação das jazidas;

VI — Dos minerios e materiaes extrahidos, o autorizado só poderá se utilizar, para analyses e ensaios industriaes, de quantidades não superiores a 10 toneladas, na conformidade do disposto no art. 3.º, do decreto n. 585, de 14 de janeiro de 1936, só podendo dispor do mais, depois de iniciada a lavra;

VII — Ficam resalvados os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo ás limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico, do art. 27, doCodigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data do registro a que se refere o art. 4.º deste decreto;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa dentro dos tres (3) primeiros mezes do prazo a que se refere o n. I, deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 4.º deste decreto, sem ter sido renovado na fórmula do art. 20, doCodigo de Minas, — não apresentar, dentro do prazo de frinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. V, do artigo anterior.

Art. 3.º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI, do art. 1.º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na fórmula do do art. 28 doCodigo de Minas.

Art. 4.º O titulo a que allude o n. I, do art. 1.º, pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000), e só será valido depois de transcripto no livro de registro competente, na fórmula do § 5º, do art. 18 doCodigo de Minas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

## DECRETO N. 951 — DE 7 DE JULHO DE 1936

*Autoriza o cidadão brasileiro Victor Manoel Trevisani, por sociedade que organizar, a pesquisar ouro e diamantes no leito dos Ribeirões do Café e da Anta-Brava, municipio de Thomazina, do Estado do Paraná.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista os decretos ns. 24.642, de 10 de junho de 1934 (Codigo de Minas) e 585, de 14 de janeiro de 1936; decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Victor Manoel Trevisani, por sociedade que organizar, a pesquisar ouro e diamantes no leito do Ribeirão do Café, no trecho comprehendido entre a sua fóz no rio das Cinzas até quinze (15) kilometros acima, na divisa das comarcas e municipios de Jaguariahyva e Thomazina, e no Ribeirão da Anta-Brava, no trecho comprehendido entre a sua fóz no referido Ribeirão do Café, até seis (6) kilometros acima, na comarca e municipio de Thomazina, no Estado do Paraná, — e mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4º, do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel nos casos previstos no n. 1, do art. 19 do referido Codigo;

II — Esta autorização durará dois (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20, do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder á extensão kilometrica nelle marcada;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produccão Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Ministerio da Agricultura, um relatório circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos e planta, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão os cortes que se houverem feito no campo da pesquisa, o maximo da profundidade que houverem attingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção dos veieiros ou depositos que se houverem descoberto, espessura média e área dos mesmos, seu volume e theor medio em ouro por metro cubico de minério ou cascalho, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minério e material extrahido, o autorizado só poderá se utilizar, para analyses e ensaios industriaes, de quantidades que não excedam a cem (100) metros cubicos, na conformidade do disposto no art. 3º, do decreto n. 585,

de 14 de janeiro de 1936, só podendo dispor do mais, depois de iniciada a lavra;

VII — O autorizado não poderá prejudicar o trabalho dos fiscoadores e garimpeiros porventura existentes no trecho de rio objecto desta autorização, desde que o referido trabalho se exerça na forma da respectiva legislação (decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934);

VIII — Ficam resalvados os interesses da navegação e da flutuação no trecho de rio a que se refere a presente autorização, sujeitando-se, portanto, o autorizado, às exigencias que lhe forem impostas neste sentido, pelas autoridades competentes;

IX — Serão respeitados os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao título, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 do Codigo de Minas.

Art. 3.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico, do art. 27, do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data do registro a que se refere o art. 5º, deste decreto;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa dentro dos tres (3) primeiros mezes do prazo a que se refere o n. I, deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 5º deste decreto, sem ter sido renovado na forma do art. 20, do Codigo de Minas, — não apresentar, dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatorio final, nas condições especificadas no n. V, do art. 4º.

Art. 4.º Si o autorizado infringir o n. I ou n. VI, do art. 1º, ou não se submeter às exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na forma do do art. 28 do Codigo de Minas.

Art. 5.º O título a que allude o n. I, do art. 1º, pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000), e só será valido depois de transcripto no livro de registro competente, na forma do § 5º, do art. 18 do Codigo de Minas.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 952 — DE 7 DE JULHO DE 1936

*Autoriza os cidadãos brasileiros Francisco da Silva Monteiro e Miguel Nogueira a pesquisar arsenico (pyrita arsenical), em uma área de 30 Ha., sita em terras de propriedade do primeiro acima mencionado, denominada "Riacho da Prata", municipio de Areia, Estado da Bahia*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e, tendo em vista os decretos ns. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), e 585, de 14 de janeiro de 1936, decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Francisco da Silva Monteiro e Miguel Nogueira a pesquisar arsenico (pyrita arsenical) em uma área de 30 hectares (30 Ha.), sita em terras de propriedade do primeiro acima mencionado, denominado "Riacho da Prata", municipio de Areia, Estado da Bahia, e mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e somente transmissivel no caso de herdeiros necessarios ou conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial;

II — Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada, na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder os limites no mesmo referido;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido que será organizado pelos autorizados e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento da Produçção Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execuçção do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientaçção da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, os autorizados deverão apresentar ao Ministerio da Agricultura um relatório circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos e planta, em títla e copia, onde sejam indicados com exactidão as perfurações que se houverem feito nos terrenos, o maximo da profundidade que as mesmas houverem attingido, inclinação e direcção das camadas ou depositos que se houverem descoberto, reserva approximada dos depositos, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI — Do minerio e materia lextrahido, os autorizados só poderão se utilizar, para analyses e ensaios industriaes, de quantidades não superiores a 5 toneladas, na conformidade do disposto no art. 3º do decreto n. 585, de 14 de janeiro de 1936, só podendo dispôr do mais, depois de iniciada a lavra;

VII — Ficam resalvados os direitos de terceiros, resarcindo os autorizados, damnos e prejuizos que occasionarem, a quem de direito, e não respondendo o Governo ás limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.



Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si os autorizados não iniciarem os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes, contados da data do registro a que se refere o art. 4º deste decreto;

II — Si interromperem os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 4º deste decreto, sem ter sido renovado, na forma do art. 20 do Codigo de Minas, — não apresentarem, dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatorio final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior.

Art. 3.º Si os autorizados infringirem o n. I ou o n. VI do art. 1º, ou não se submeterem ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na forma do art. 28 do Codigo de Minas.

Art. 4.º O titulo a que allude o n. I do art. 1º, pagará de sello a quantia de cento e cincoenta mil réis (150\$000), e só será valido depois de transcripto no livro de registro competente, na forma do § 5º do art. 18 do Codigo de Minas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 953 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 954 — DE 7 DE JULHO DE 1936

*Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados de São Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Matto Grosso.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxilios, no corrente exercicio, ás instituições nos Estados de São Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Matto Grosso, abaixo indicadas, devendo o pagamento do auxilio, no 2º semestre, ser feito nos termos do decreto n. 23.071, de

14 de agosto de 1933, e correr a despeza por conta da sub-  
consignação n. 1, da verba 21ª — Subvenções — art. 3º, an-  
nexo n. 5, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1925.

Associação Humanitaria de São Paulo — São Paulo . . . . .	16:000\$000
Associação Promotora de Instrução e Trabalho para Cegos — Santos — São Paulo..	8:000\$000
Assistencia á Infancia (Gotta de Leite) — Santos — São Paulo (diferença) . . . . .	20:000\$000
Assistencia Dentaria Escolar "Galeão Carva- valhal" — Santos — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Centro de Assistencia Social — Braz-Mooca — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Clínica Infantil do Ypiranga — São Paulo...	5:000\$000
Collegio S. Manoel — Lavrinhas — São Paulo	20:000\$000
Sociedade São Vicente de Paulo — Casa Branca — São Paulo . . . . .	2:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Cananéa — São Paulo . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Campinas — São Paulo . . . . .	40:000\$000
Asylo de Orphãs São Vicente de Paulo — Flo- rianopolis — Santa Catharina . . . . .	20:000\$000
Asylo de Orphãs São Benedicto — Pelotas — Rio Grande do Sul . . . . .	20:000\$000
Lyceu Leão XIII — Rio Grande — Rio Gran- de do Sul . . . . .	30:000\$000
Pão dos Pobres de Santo Antonio — Porto Alegre — Rio Grande do Sul . . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Porto Alegre — Rio Grande do Sul . . . . .	50:000\$000
Associação de Caridade — Pouso Alegre — Minas (diferença) . . . . .	8:000\$000
Associação de Assistencia aos Tuberculosos Proletarios — Bello Horizonte — Minas Geraes . . . . .	50:000\$000
Casa de Caridade — Viçosa — Minas Geraes	10:000\$000
Creche Menino de Jesus — Bello Horizonte — Minas Geraes . . . . .	12:000\$000
Escola Superior de Agronomia e Medicina Ve- terinaria — Bello Horizonte — Minas Geraes . . . . .	20:000\$000
Escola de Agricultura e Pecuaria — Passa Quatro — Minas Geraes . . . . .	20:000\$000
Instituto "O' Granbery" (para a Faculdade de Pedagogia "O' Granbery") — Juiz de Fóra — Minas Geraes . . . . .	10:000\$000

Hospital N. S. das Dóres — Itabira — Minas Geraes . . . . .	2:000\$000
Hospital São Vicente de Paulo — Matheus Leme — Minas Geraes . . . . .	5:000\$000
Irmandade N. S. do Rosario — Rezende Costa — Minas Geraes . . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Itamarandiba — Minas Geraes . . . . .	20:000\$000
Sociedade São Vicente de Paulo — Bello Horizonte — Minas Geraes . . . . .	30:000\$000
Sociedade Pestalozzi — Bello Horizonte — Minas Geraes . . . . .	15:000\$000
Asylo Santa Rita — Cuyabá — Matto Grosso.	27:000\$000
Collegio Immaculada Conceição — Corumbá — Matto Grosso . . . . .	15:000\$000
Missão Salesiana — Araguaya — Matto Grosso . . . . .	30:000\$000
Missão Salesiana — Matto Grosso . . . . .	30:000\$000
Ordem Terceira Regular de São Francisco — São Luiz de Cáceres — Matto Grosso...	10:000\$000
Total . . . . .	583:000\$000

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*Gustavo Capanema.*

#### DECRETO N. 955 — DE 10 DE JULHO DE 1936

*Reforma do pessoal subalterno da Armada que incidir nos dispositivos do art. 26 e seus paragraphos do regulamento para o Corpo de Marinheiros, approvado pelo decreto numero 23.514, de 28 de novembro de 1933.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que o art. 26 e seus paragraphos do regulamento para o Corpo de Marinheiros, approvado pelo decreto n. 23.514, de 28 de novembro de 1933, não permite o engajamento ou reengajamento aos primeiros sargentos e cabos que perderem o direito, de conformidade com o estabelecido nos regulamento dos cursos de Revisão e Aperfeiçoamento, ás promoções, respectivamente, a sub-official e a terceiro sargento;

Considerando que o mesmo art. 26, no § 2º, determina que esses sargentos e cabos poderão continuar no serviço até completarem o tempo necessario para a reforma, desde que tenham boa conducta e mais de dez (10) annos nas fileiras;

Considerando que os cursos profissionaes constituem clausulas de accesso que só são exigiveis quando attingido o n. 1 da escala e com vaga aberta na graduação superior;

Considerando mais que essa reforma, assim imposta compulsoriamente, não poderá ser concedida com vantagens superiores ás de reforma a pedido, tudo de conformidade com a disposição do art. 134 do citado regulamento para o Corpo de Marinheiros,

Decreta:

Artigo unico. O pessoal subalterno da Armada que incidir nos dispositivos do art. 26 e seus paragraphos do regulamento para o Corpo de Marinheiros, approved pelo decreto n. 23.514, de 28 de novembro de 1933, será reformado compulsoriamente, percebendo as vantagens concedidas pela legislação em vigor, para a reforma, a pedido, do mesmo pessoal, quando attingir o n. 1 da escala da sua graduação e completar mais de vinte e cinco (25) annos de serviços computaveis para a reforma.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique A. Guilhem.*

---

DECRETO N. 956 — DE 10 DE JULHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Pentecoste, no Estado do Ceará, durante o dia 15 de julho corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Pentecoste, no Estado do Ceará, durante o dia 15 de julho corrente, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 957 — DE 10 DE JULHO DE 1936

*Supprime, temporariamente, por falta de alumnos, a aula de allemão no Collegio Militar do Ceará*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que a aula de allemão no Collegio Militar do Ceará não tem tido alumno matriculado, decreta:

Artigo unico. Fica supprimida, temporariamente, por falta de alumnos, a aula de allemão no Collegio Militar do Ceará; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes Ribeiro Filho.

## DECRETO N. 958 — DE 10 DE JULHO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos para aquisição e adaptação de materiaes e execução de diversas obras na Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para aquisição e adaptação dos materiaes abaixo descriptos e execução das seguintes obras na Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, arrendada ao referido Estado:

- |  |              |
|--|--------------|
| a) Aquisição e adaptação, em 100 carros de passageiros, de 200 engates "Alliance n. 2" e 200 apparatus de choque e tracção "Tandem n. 2" ..... | 464:522\$800 |
| b) Construcção de um desvio e installação de um girador no km. 44 + 595 do ramal de Taquara a Canella .....                                    | 10:889\$053  |
| c) Reforço, montagem e pintura de sete superstructuras metallicas de 16 metros de centro a centro de apoios, sendo:                            |              |

duas no km. 61 + 108, uma no km. 90 + 641, duas no km. 100 + 509, uma no km. 102 + 950 e uma no km. 105 + 374 da linha de Santa Maria a Uruguayana, a 22:436\$154 cada uma.	157:053\$078
Reforço, montagem e pintura de uma superstructura metallica de 25m,85 de centro a centro de apoios, no km. 55 + 203 da linha de Santa Maria a Uruguayana .....	42:199\$500
e) Construcção de um desvio e brete na estação "Palomas", situada no km. 257 + 960 do ramal de Entroncamento a Sant'Anna .....	27:423\$449
f) Reforço, montagem e pintura de duas superstructuras metallicas de 20m,818 de centro a centro de apoios, no km. 87 + 935 da linha de Santa Maria a Uruguayana .....	59:782\$198
g) Reforço e transformação de uma superstructura metallica obliqua, em outra obliqua, de 20m,820 de centro a centro de apoios, no km. 80 + 516 da linha de Santa Maria a Uruguayana..	34:260\$172

§ 1.º As despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados (já attendidas as correções feitas pela Inspectoria Federal das Estradas nos referentes ás obras mencionadas nas alíneas c a g), serão inscriptas na conta do "Fundo de melhoramentos", de conformidade com a clausula I e o item 2º da clausula II do termo decorrente do decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, modificativo do contracto de arrendamento da Rêde, autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922.

§ 2.º Para a conclusão das obras descriptas nas alíneas a a g ficam fixados, respectivamente, os prazos de um anno, 3, 12 e 12 mezes, 60 dias, 12 e 12 mezes, todos a contar da data em que a Rêde fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 959 — DE 10 DE JULHO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos para execução de diversas obras na Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para execução das obras abaixo descriptas, na Rede de Viação Ferrea Federal arrendada ao referido Estado:

- |  |              |
|--|--------------|
| a) Adaptação de uma superstructura metallica, em obliqua, e construcção de novas caixas de vigas, de concreto armado, com trilhos usados, para a ponte do km. 232 + 552 do ramal de Alegrete a Quarahy ..... | 10:543\$898  |
| b) Reforço, montagem e pintura de tres superstructuras metallicas situadas no km. 77 + 219 da linha de Santa Maria a Uruguayana .....  | 95:241\$366  |
| c) Reforço, montagem e pintura de quatro superstructuras metallicas situadas nos kms. 3 + 005, — 10 + 053, — 60 + 780 e 66 + 216 da linha de Santa Maria a Uruguayana .....                                  | 115:058\$980 |
| d) Construcção de um desvio de cruzamento e casa para o guarda-chaves, na parada "Freitas Valle", situada no kmr. 287 + 841 da linha de Santa Maria a Uruguayana .....                                       | 35:780\$065  |

§ 1.º Serão inscriptas na conta do "Fundo de melhoramentos" da Rede, de conformidade com o disposto na clausula I e no item 2º da clausula II do termo decorrente do decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, modificativo do contracto de arrendamento autorizado pelo decreto numero 15.438, de 10 de abril de 1922, as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, já attendidas as correções feitas pela Inspectoria Federal das Estradas nos relativos ás obras descriptas nas alineas b e c

§ 2.º Para a conclusão das obras mencionadas nas alineas a a d, ficam fixados, respectivamente, os prazos de tres, nove e doze mezes e um mez, todos a contar da data em que a Rede for notificada deste decreto, sendo, porém, o prazo de um mez relativo tão sómente á conclusão da construcção do desvio,

visto a casa para o guarda-chaves já ter sido construída, em virtude da urgente necessidade dessa obra.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1936, 115° da Independência e 48° da República.

GETULIO VARGAS.

*Marquês dos Reis.*

---

DECRETO N. 960 — DE 10 DE JULHO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento para a construção de um armazem para mercadorias, na estação de Varginha, Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rede Mineira de Viação*

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Rede Mineira de Viação, arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para a construção de um armazem para mercadorias, na estação de Varginha, situada na linha tronco (Cruzeiro a Tuyuty), da Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rede Mineira de Viação.

§ 1.º De conformidade com o dispositivo nas clausulas II, alinea g, e IV do termo decorrente do decreto n. 18.699, de 12 de abril de 1929, modificativo do contracto de arrendamento da antiga Rede de Viação Sul-Mineira, hoje Rede Mineira de Viação, autorizado pelo decreto n. 15.406, de 22 de março de 1922, serão inscriptas na conta de "fundo de melhoramentos" as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo do orçamento ora approvedo, o qual, com a correcção introduzida pela Inspectoria Federal das Estradas, e incluídas as despesas feitas com a aquisição de um terreno necessario á citada construção e mais as de cartario, importa em 275:425\$390 )duzentos e setenta e cinco contos quatrocentos e vinte e cinco mil trezentos e noventa réis).

§ 2.º Para a conclusão das obras fica fixado o prazo de seis mezes, a contar da data em que a Rede fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1936, 115° da Independência e 48° da República.

GETULIO VARGAS.

*Marquês dos Reis.*

---



## DECRETO N. 961 — DE 13 DE JULHO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial na importancia de 8:037\$530, para pagamento ao Dr. Octavio Kelly da gratificação de exercicio que lhe é devida*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do artigo 93 do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, e usando da autorização constante da lei n. 166, de 2 de janeiro de 1936, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial na importancia de oito contos trinta e sete mil quinhentos e trinta réis (8:037\$530) para pagamento ao Dr. Octavio Kelly da gratificação de exercicio que lhe é devida, por ter substituído no então Supremo Tribunal Federal e na qualidade de Juiz Federal da 2ª Vara, de 11 de maio de 1932 a 30 de abril de 1933, o ministro José Soriano de Souza Filho, licenciado por um anno, para tratamento de saude, com todos os vencimentos, por aquelle Tribunal.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1936, 145º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 962 — DE 13 DE JULHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Pirassununga, no Estado de São Paulo, durante o dia 26 de julho corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Pirassununga, no Estado de São Paulo, durante o dia 26 de julho corrente, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 963 — DE 13 DE JULHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, nos municipios de São José do Duro, Palma, Conceição do Norte, São Domingos e Santa Maria do Araguaya, no Estado de Goyaz, durante o dia 13 de setembro do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, nos municipios de São José do Duro, Palma, Conceição do Norte, São Domingos e Santa Maria do Araguaya, no Estado de Goyaz, durante o dia 13 de setembro do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro,, 13 de julho de 1936, 145° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

## DECRETO N. 964 — DE 14 DE JULHO DE 1936

*Revigora o decreto n. 578, de 8 de janeiro de 1936 e altera a data de contagem dos prazos nelle estipulados*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1 da Constituição Federal e,

Considerando que pelo decreto n. 578, de 8 de janeiro de 1936, foi outorgada a Francisco Garcia Pereira Leão concessão para o aproveitamento progressivo da energia hydraulica, exclusivamente para uso proprio, de um trecho, entre as cotas 55 e 500 metros, do Rio Divisa ou Paineiras, situado no Districto Federal;

Considerando que pelo disposto no n. III, do art. 2° do referido decreto, o concessionario obrigava-se, sob pena de ficar o mesmo de nenhum effeito, a apresentar dentro de tres (3) mezes, contados da data de sua publicação, escripturas publicas de desistencia em seu beneficio, passadas pelos demais interessados, da preferencia legal que lhes confere o art. 148 do Codigo de Aguas (decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934), para a concessão em causa, optando estes, nessas condições, pela remuneração pecuniaria a que se refere o art. 198 do mesmo Codigo;

Considerando que, por motivos relevantes, essa exigência legal não poudeser cumprida no prazo estipulado no referido decreto;

Considerando, porém, que nenhuma inconveniência ha em confirmar a concessão, uma vez que seja satisfeita aquela exigência;

Resolve:

Art. 1.º Fica revigorado para todos os effeitos o decreto n. 578, de 8 de janeiro de 1936, contando-se os prazos estipulados no art. 2.º, ns. I e III, a partir da data da publicação do presente decreto.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 965 — DE 14 DE JULHO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação (com reserva), por parte do Japão, da Convenção internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação (com reserva), por parte de Sua Majestade o Imperador do Japão, da Convenção Internacional para a repressão da circulação e do trafico de publicações obscenas, firmada em Genebra, a 12 de setembro de 1923 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 27 de maio do corrente anno, cuja iradução official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

## LIGA DAS NAÇÕES

(C. L. 85-1936-IV.)

**Convenção Internacional para a repressão da circulação e do  
Tráfico de publicações obscenas**

(Genebra, 12 de setembro de 1923)

*Ratificação do Japão*

Genebra, 27 de maio de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Y. Kiuchi, encarregado do Consulado Geral do Japão em Genebra, depositou no Secretariado da Liga das Nações, a 13 de maio de 1936, o instrumento de ratificação, por Sua Majestade o Imperador do Japão, relativo à Convenção Internacional para a repressão da circulação e do tráfico das publicações obscenas, concluída em Genebra, a 12 de setembro de 1923.

De accordo com o estipulado no instrumento acima mencionado, ao ser depositada essa ratificação foi mantida a declaração feita pelo Plenipotenciário do Japão, por ocasião da assignatura da Convenção e modificada pela declaração do Governo do Japão em data de 14 de fevereiro de 1936 (Ver C. L. 42-1936-IV, de 13 de março de 1936).

Em consequencia, a declaração mantida pelo Governo do Japão é a seguinte:

“As disposições do artigo 15 da presente Convenção não impedem de maneira nenhuma a acção do Poder Judiciário do Japão, no applicar as leis e decretos japonezes”.

Queira aceitar os protestos de minha alta consideração.

Pelo secretario geral, o conselheiro juridico do Secretariado. — *C. A. Podestá Costa.*

---

DECRETO N. 966 — DE 14 DE JULHO DE 1936

*Declara de utilidade publica a Policlínica de São Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo ao que requerem a Policlínica de São Paulo, a qual satisfaz as exigencias do art. 1º da lei n. 91, de 28

de agosto de 1935, e usando da attribuição que lhe confere o art. 2º da citada lei, decreta:

Artigo unico. É declarada de utilidade publica, nos termos da mencionada lei, a Policlínica de São Paulo, com sede na capital do Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 967 — DE 15 DE JULHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio do Cabo, no Estado de Pernambuco, durante o dia 19 de julho corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio do Cabo, no Estado de Pernambuco, durante o dia 19 de julho corrente, afim de ser ali realizada a eleição municipal de prefeito; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 968 — DE 15 DE JULHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, nos municipios de Palhoça, Araranguá e Lages, no Estado de Santa Catharina, durante o dia dezoito do corrente mez de julho*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, nos municipios de Palhoça, Araranguá e Lages, no Estado de Santa Catharina, durante o dia dezoito

do corrente mez de julho, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 969 — DE 15 DE JULHO DE 1936 (\*)

*Approva os estatutos da "Sociedade de Educação e Beneficencia dos Funcionarios Publicos" e concede-lhe autorização para transigir com seus associados, mediante consignação em folha de pagamento*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "Sociedade de Educação e Beneficencia dos Funcionarios Publicos", associação de classe com séde no Districto Federal, resolve approvar os seus estatutos, que a este acompanham, e autorizal-a a transigir com os seus associados, com a garantia de consignação em folha de pagamento, na conformidade do decreto n. 24.576, de 27 de junho de 1932.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 970 — DE 15 DE JULHO DE 1936

*Autoriza o cidadão norte americano Joseph C. Gutwirth a comprar e exportar pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista o decreto n. 24.493,

---

(\*) Vide publicação dos estatutos no *Diario Official* de 23 de julho de 1936.

de 3 de maio de 1934, que regula a industria da faiscação do ouro alluvionar e o commercio de pedras preciosas:

Decreta:

Artigo unico. Fica autorizado o cidadão norte-americano Joseph C. Gutwirth a comprar e exportar pedras preciosas, nos termos do art. 7º do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, constituindo titulo desta autorização uma via autentica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 971 — DE 15 DE JULHO DE 1936

*Autoriza o cidadão José Fernandes de Oliveira a comprar pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista o decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, que regula a industria da faiscação do ouro alluvionar e o commercio de pedras preciosas:

Decreta:

Artigo unico. Fica autorizado o cidadão José Fernandes de Oliveira, residente em Estrella do Sul, Estado de Minas Geraes, a comprar pedras preciosas, nas, 2ª, 3ª e 4ª zonas de garimpagem, nos termos do art. 7º do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, constituindo titulo desta autorização uma via autentica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 972 — DE 15 DE JULHO DE 1936

*Autoriza o cidadão Osorio Corrêa da Costa a comprar pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, numero 1, da Constituição Federal, e tendo em vista o decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, que regula a industria da faiscação do ouro alluvionar e o commercio de pedras preciosas:

Decreta:

Artigo unico. Fica autorizado o cidadão Osorio Corrêa da Costa a comprar pedras preciosas na 4 zona de garimpagem, nos termos do art. 7º do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, constituindo titulo desta autorização uma via authentica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GERULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 973 — DE 17 DE JULHO DE 1936

*Concede permissão á Radio Cultura Araraquara para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Radio Cultura Araraquara, com séde na cidade de Araraquara (Estado de São Paulo), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto numero 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934,

Decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Radio Cultura Araraquara, com séde na cidade de Araraquara (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a con-



tar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marquês dos Reis.*

---

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 973, DESTA DATA

I

Fica assegurado á Radio Cultura Araraquara o direito de estabelecer, na cidade de Araraquara (Estado de São Paulo), um estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juízo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragraphe unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo, as plantas, orgamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocommunição (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existem ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a effieciencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

## V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada á uma distancia, minima, de um (1) kilometro da Agencia dos Correios e Telegraphos, considerada esta como o centro da cidade.

## VI

No regimen de fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario á essa fiscalização.

## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos, dentro do prazo prorogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, i* (in-fine), *j, k* e *l* da clausula III;

b) si não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea *e* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço,

salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1936. — *Marques dos Reis*.

---

DECRETO N. 974 — DE 20 DE JULHO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de réis 10.000:000\$000, para pagamento de melhoria de vencimentos do pessoal contractado*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 7º da lei n. 183, de 13 de janeiro do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do regulamento approved pelo decreto numero 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 10.000:000\$000 (dez mil contos de réis), destinado a occorrer ao pagamento com a melhoria de vencimentos do pessoal contractado, de accordo com o decreto n. 872, de 1 de junho de 1936.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 975 — DE 20 DE JULHO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Itapeccerica, no Estado de São Paulo, durante o dia 30 de agosto do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Itapeccerica, no Estado de São Paulo,

durante o dia trinta de agosto do corrente anno, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

---

DECRETO N. 976 — DE 20 DE JULHO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 28:567\$700, para pagamento de vencimentos ao funcionario da Secretaria da Camara dos Deputados Eloy Pontes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 47, de 29 de abril de 1935, e tendo ouvido o Ministerio da Fazenda e o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial na importancia de vinte e oito contos quinhentos e sessenta e sete mil seitecentos réis (28:567\$700), para pagamento de vencimentos a que tem direito o redactor de debates, supplente, da Camara dos Deputados, Eloy Pontes, no periodo de 19 de dezembro de 1930 a 13 de dezembro de 1932.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

---

DECRETO N. 977 — DE 20 DE JULHO DE 1936

*Autoriza a renovação do contracto com a Empresa de Vição Bahiana do São Francisco, (Governo do Estado da Bahia) para a navegação do rio São Francisco.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante da lei n. 107, de 26 de outubro de 1935:

Considerando que o serviço de navegação do rio São Francisco vem sendo executado desde 1925 pelo Governo do Estado da Bahia;

Considerando que o referido serviço está sendo feito, actualmente, a titulo precario, até novação de contracto;

Considerando que a Empresa de Vição Bahiana do São Francisco (Governo do Estado da Bahia) tem executado a referida navegação com regularidade;

Considerando a conveniencia de renovar o alludido contracto com a referida Empresa em vista de estar a mesma aparelhada com o material fluctuante indispensavel á navegação em apreço;

Considerando que nenhuma outra Empresa de Navegação poderá executar a navegação em melhores condições;

Considerando que o art. 1.º da Lei n. 107, de 26 de outubro de 1935, autorizou a renovação desse contracto;

Considerando, finalmente, que o art. 51 do decreto numero 4.536, de 28 de janeiro de 1922 que organizou o Código de Contabilidade da União permite, nas circumstancias em que o interesse nacional o aconselhar, a celebração de contracto de serviço publico independente de concorrência;

Decreta:

Artigo unico. Fica autorizada a renovação pelo prazo de dez annos, do contracto constante do decreto n. 16.743, de 31 de dezembro de 1924 com a revisão a que se refere o decreto n. 23.110, de 19 de agosto de 1933, para a navegação do rio São Francisco a cargo da Empresa de Viagem do São Francisco (Governo do Estado da Bahia).

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

#### DECRETO N. 978 — DE 21 DE JULHO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Luxemburgo, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Alteza Real a Grã-Duqueza do Luxemburgo, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de assignatura, firmados em Genebra a 13 de julho de 1931, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secrelariado Geral da Liga das Nações, por nota de 15 de junho de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## TRADUÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES — C. L. 95.-1936-XI

**Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de assignatura**

(Genebra, 13 de julho de 1931)

*Ratificação por parte do Luxemburgo*

Genebra, 15 de junho de 1936.

Tenho a honra de informar a V. Ex. que o Sr. Ministro de Estado, Presidente do Governo do Grão-Ducado, me transmitiu o instrumento de ratificação, por parte de Sua Alteza Real a Senhora Gran-Duqueza do Luxemburgo, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de assignatura, firmados em Genebra a 13 de julho de 1931.

O referido instrumento de ratificação foi depositado no Secretariado da Liga das Nações a 30 de maio de 1936.

Queira acceitar os protestos de minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico do Secretariado, A. L. Podestá Costa.

---

DECRETO N. 979 — DE 22 DE JULHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, nos municipios de Cachoeiro do Itapemirim e Calçado, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 26 do corrente mez de julho*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, nos municipios de Cachoeiro do Itapemirim e Calçado, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 26 do corrente mez de julho, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

## DECRETO N. 980 — DE 22 DE JULHO DE 1936

*Dispõe sobre os serviços de contróle e fiscalização do intercambio commercial do Brasil com os outros paizes, e dá outras providencias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, n. 1, da Constituição Federal e pelo art. 204 do decreto numero 24.036, de 26 de março de 1934, e,

Considerando a necessidade de augmentar a efficiencia dos serviços affectos á Secção de Estudos Economicos e Financeiros do gabinete do ministro da Fazenda, habilitando-a com os indispensaveis elementos, que permittam a fiscalização do cumprimento exacto das obrigações decorrentes de accordos, convenios ou tratados, e o controle do intercambio commercial, decreta:

Art. 1.º A Secção de Estudos Economicos e Financeiros do gabinete do ministro da Fazenda, além das attribuições que lhe competem *ex-vi* do art. 13 do decreto n. 24.036, de 26 de março de 1934, terá a seu cargo:

a) promover especialmente o estudo das questões referentes á importação e exportação, bem como de quaesquer assumptos que interessem ou possam influir nas operações do commercio exterior do Brasil.

b) colligir dados e informações estatísticas sobre importação e exportação, bem como sobre produção de artigos exportaveis, mercados e preços;

c) acompanhar a marcha das oscillações de cambio e de preços nos principaes mercados (situação, oscillação e tendencias);

d) reunir todos os textos de notas, accordos, tratados e convenios relativos ao commercio exterior, firmados pelo Governo brasileiro;

e) manter em perfeita ordem o registro dos dados-base para o estudo analytico e graphico dos mesmos;

f) colleccionar as publicações que versem sobre materia de sua especialidade, archivando-as por assumpto e de fórma a possibilitar as consultas e os estudos do interesse do serviço;

g) manter correspondencia com todos os serviços publicos federaes, estaduais e municipaes, para a obtenção de informações e quaesquer dados necessarios á execução dos trabalhos de sua competencia, recorrendo ao ministro, quando se tratar de expediente que deva ser dirigido aos titulares das outras pastas, presidentes dos Tribunaes e das Assembléas Legislativas e governadores de Estados;

h) fiscalizar a execução dos accordos, tratados ou convenios celebrados pelo Brasil, entendendo-se directamente com os representantes das associações de classe interessadas, para dirimir duvidas porventura suscitadas, representando ao ministro da Fazenda, quando couber, sobre a inobservancia



daquelles actos, e suggerindo as medidas que devam ser tomadas em cada caso.

i) apresentar semestralmente ao ministro da Fazenda um relatório sobre o andamento de todos os trabalhos.

Art. 2.º Os serviços a que se refere o artigo anterior serão executados com observancia dos dispositivos que regulam o funcionamento das repartições subordinadas ao Ministerio da Fazenda, e dirigidos por um auxiliar-técnico desta Secretaria de Estado, por designação do respectivo titular, com a denominação de chefe do Serviço de Controle da Secção de Estudos Economicos e Financeiros.

Art. 3.º O chefe do serviço terá um assistente-técnico escolhido dentre os funcionarios especializados de qualquer dos ministerios.

Paragrapho unico. Nas suas faltas e impedimentos, o chefe do serviço será substituido pelo assistente.

Art. 4.º Compete ao chefe do serviço:

a) dirigir, orientar e controlar a execução de todos os trabalhos enumerados no art. 1.º;

b) observar e fazer observar as ordens e instrucções expedidas pelo ministro da Fazenda;

c) propor a aquisição do material julgado necessario á perfeita realização dos trabalhos;

d) praticar todos os actos que se possam comportar dentro dos limites fixados pelo presente decreto, com o fim de dar o maximo da efficiencia ao serviço;

e) distribuir pelos auxiliares postos á sua disposição, os trabalhos a executar;

f) emittir parecer sobre assumptos a serem resolvidos pelo ministro da Fazenda;

g) responder ás consultas que lhe forem dirigidas sobre materia affecta ao serviço, sempre que se trate de simples informações elucidativas, ou de meros esclarecimentos sem força de resolução;

h) organizar o regimento interno para a boa ordem dos serviços, afim de ser submittido á approvação do ministro da Fazenda.

Art. 5.º Funcionará junto ao serviço, como consultor juridico, um funcionario da Procuradoria Geral da Fazenda, cabendo-lhe especialmente emittir parecer sobre as questões de direito que possam ser levantadas na interpretação dos textos das notas, tratados, accordos ou convenios.

Art. 6.º Passarão a ter exercicio na secção — um perito-bancario, um agente fiscal do imposto de consumo, um funcionario aduaneiro, um auxiliar-técnico da Contadoria Central da Republica, um protocolista do Thesouro Nacional, dous collaboradores, tres apuradores e tres auxiliares da Directoria de Estatistica Economica e Financeira, cinco dactylographos dos quadros das repartições do Ministerio da Fazenda, um continuo e dous serventes.

Art. 7.º Para a fiel observancia das disposições do presente decreto o Serviço poderá recorrer ao Banco do Brasil e á Fiscalização Bancaria, servindo esses institutos como

órgãos de colaboração, no encaminhamento das questões sujeitas ao immediato controle dos mesmos.

Art. 8.º Sempre que se tornar necessario em face das disposições legais em vigor, deverá ser solicitado o pronunciamiento do Conselho Federal do Commercio Exterior.

Art. 9.º Fica o ministro da Fazenda autorizado a providenciar desde já a installação do Serviço, podendo para isto despendar até a quantia de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), á conta da verba 17ª — "Obras", do orçamento dessa Secretaria de Estado.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 981 — DE 23 DE JULHO DE 1936

*Approva o Regulamento para o Serviço de Material Bellico em tempo de guerra (1ª parte)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica approvedo o regulamento que a este acompanha para o Serviço de Material Bellico em tempo de guerra (1ª parte), assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*General João Gomes Ribeiro Filho.*

---

DECRETO N. 982 — DE 23 DE JULHO DE 1936

*Perda de patente e posto de um official do Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando: a) que o 2º tenente de administração José Cassiano Mello participou do movimento communista deflagrado no norte do paiz, em novembro do anno findo; b) que essa attitude criminosa tornou esse official incompativel com a missão do Exercito, que é a de defender as instituições

consubstanciadas na Constituição da Republica, decreta, nos termos da emenda n. 2 á Constituição:

Art. 1.º. Perde a patente e em consequencia o posto, sem prejuizo de outras penalidades e resalvados os effeitos da acção judicial que no caso couber, o 2.º tenente de administração José Cassiano de Mello.

Art. 2.º. A execução do presente decreto compete ao Ministerio da Guerra que, para esse fim, determinará as providencias necessarias.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

General João Gomes.

GETULIO VARGAS.

#### DECRETO N. 983 —DE 23 DE JULHO DE 1936

*Dá nova redacção ao art. 9.º § 1.º (3.ª sub-seccção) do Regulamento do Estado Maior do Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica redigido pela fôrma que se segue, o artigo 9.º, § 1.º, do Regulamento do Estado Maior do Exercito, baixado com o decreto n. 93, de 15 de outubro de 1934:

“Art. 9.º.....  
§ 1.º .....

3.ª sub-seccção:

Organização, no que se refere ao material e a animaes; fixação das quantidades necessarias, determinação das existentes; relações com o Departamento Technico do Material de Guerra e Directorias do Serviço sobre questões de material; constituição dos aprovisionamentos em material de toda a especie (armamento, fardamento, equipamento e outros); modo de realização (fabricação, compra, requisição).”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes.

## DECRETO N. 984 — DE 23 DE JULHO DE 1936

*Approva o Regulamento para o Serviço de Saude em tempo de paz*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica approvedo o regulamento, a este annexo para o Serviço de Saude em tempo de paz, assignado pelo general de divisão João Gomes Ribeiro Filho, ministro de Estado da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS,

General João Gomes Ribeiro Filho.

---

**Regulamento do Serviço de Saude do Exercito em tempo de paz****TITULO I****Objecto e Organização do Serviço de Saude****CAPITULO I****OBJECTO DO SERVIÇO**

Art. 1.º O Serviço de Saude do Exercito tem por objecto:

a) a applicação dos preceitos de hygiene á conservação da saude da tropa e o tratamento dos militares e assemelhados doentes e feridos;

b) a preparação dos officiaes e homens de tropa do Serviço de Saude para o desempenho de suas funções em tempo de guerra;

c) a fabricação, aquisição, conservação, reparação e reunião em depositos de material sanitario de toda natureza, destinado á mobilização.

**CAPITULO II****DA ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE SAUDE**

Art. 2.º A organização geral do Serviço de Saude comprehende:

- a) órgãos de inspecção;
- b) órgãos de direcção;
- c) órgãos de execução;
- d) órgãos de preparação technica;
- e) órgãos especiaes.

Art. 3.º Os órgãos de inspecção, consubstanciados na Inspectoria de Saude do Exercito, têm por fim inspecionar o Serviço de Saude no ponto de vista tecnico e da preparação para a guerra.

Art. 4.º Os órgãos de direcção, constituídos por uma direcção geral e chefias regionaes ou especiaes, são os principais responsaveis pelo funcionamento do Serviço de Saude, cabendo-lhes prover suas necessidades geraes, propondo e fazendo executar as medidas que se tornarem necessarias á sua perfeita efficiencia.

Paragrapho unico. São órgãos de direcção: a Directoria de Saude do Exercito e as Chefias de Serviço de Saude.

Art. 5.º Os órgãos de execução têm por objecto a execução integral dos trabalhos attinentes ao Serviço de Saude.

Paragrapho unico. São órgãos de execução:

- a) Juntas Militares de Saude;
- b) Hospitaes Militares;
- c) Hospitaes Militares especializados (de contagiosos, de convalescentes, de tuberculosos, hydro-mineraes, etc.);
- d) Policlinicas Militares;
- e) Postos de Assistencia Militares;
- f) Laboratorios de Biologia e outros estabelecimentos de pesquisas especializadas;
- g) Laboratorios Chimico-Pharmaceuticos;
- h) Pharmacias Militares;
- i) Depositos de Material Sanitario;
- j) Officinas Technicas de Material de Saude;
- k) Serviços de Saude Especializados;
- l) Formações de Tropa de Saude;
- m) Serviços de Saude dos corpos de tropa e estabelecimentos do Exercito.

Art. 6.º Os órgãos de preparação technica têm por fim o recrutamento, preparação, aperfeiçoamento e especialização dos officiaes e praças do Serviço de Saude.

Paragrapho unico. São órgãos de preparação technica do Serviço de Saude:

- a) Escola de Saude do Exercito;
- b) Cursos especializados.

Art. 7.º Os órgãos especiaes são constituídos por comissões technicas, geralmente de caracter temporario, destinadas a proceder a campanhas prophylacticas, ou a outros fins.

### CAPITULO III

#### PESSOAL DO SERVIÇO DE SAUDE

Art. 8.º O quadro de officiaes do Serviço de Saude abrange os medicos, os pharmaceuticos e os dentistas, e é constituído de accôrdo com o decreto n. 24.287, de 24 de maio de 1934.

Art. 9.º O pessoal subalterno do Serviço de Saude se compõe:

- a) dos enfermeiros dos Hospitaes e Estabelecimentos Militares;

- b) dos manipuladores de pharmacia;
- c) dos manipuladores de radiologia;
- d) dos enfermeiros das tropas de saude e dos corpos de tropa;
- e) dos padioleiros das tropas de saude e das formações sanitarias regimentaes;
- f) dos conductores das tropas de saude ou dos corpos de tropa e estabelecimentos militares;
- g) do pessoal civil ligado, permanente ou temporariamente, no Serviço de Saude, inclusive escreventes;
- h) dos artifices, etc.

Art. 10. São administrados: pela Directoria de Saude do Exercito os quadros de officiaes do Serviço de Saude, de enfermeiros de Hospitaes e estabelecimentos militares, de manipuladores de pharmacia e de radiologia e pessoal civil em serviço nos estabelecimentos que directamente lhe estão subordinados; pelos respectivos commandos e directorias, os enfermeiros, padioleiros e conductores regionaes e regimentaes.

Art. 11. Os medicos, pharmaceuticos e cirurgiões dentistas do Exercito activo são recrutados entre medicos, pharmaceuticos e cirurgiões dentistas diplomados pelas faculdades officiaes ou officialmente reconhecidas, de accôrdo com o que dispõe o regulamento referente aos órgãos de preparação technica.

Art. 12. A escolha dos officiaes de administração para o Serviço de Saude deve recahir de preferencia sobre os que tenham a necessaria pratica de administração do Serviço de Saude.

Art. 13. Os officiaes de reserva do Serviço de Saude são recrutados de accôrdo com as disposições de regulamentos especiaes.

Art. 14. Os enfermeiros dos hospitaes e estabelecimentos militares e os manipuladores de pharmacia e de radiologia serão recrutados pelos órgãos de preparação technica, de accôrdo com as disposições contidas nos regulamentos especiaes.

Art. 15. O recrutamento dos enfermeiros, padioleiros, conductores e artifices regionaes e regimentaes, e, bem assim, a designação do pessoal civil para o Serviço de Saude serão feitos de accôrdo com os dispositivos em vigor.

## TITULO II

### Funcionamento do Serviço de Saude

#### Sub-título I

#### ORGÃOS DE INSPECÇÃO

##### INSPECTORIA DO SERVIÇO DE SAUDE

Art. 16. A Inspectoria do Serviço de Saude do Exercito, subordinada ao Estado-Maior do Exercito, não exerce função administrativa e funciona de accôrdo com directrizes do Estado-Maior, occupando-se dos problemas geraes do Serviço de

Saude, da fiscalização do seu funcionamento e principalmente do seu preparo para a guerra e da capacidade profissional do respectivo pessoal.

Art. 17. O cargo de inspector do Serviço de Saude do Exército é exercido por *um general medico*.

Art. 18. O inspector do Serviço de Saude do Exército é auxiliado por inspectores adjuntos, medico, pharmaceutico e cirurgião-dentista, de postos mais elevados dos respectivos quadros.

§ 1.º A Inspectoria do Serviço de Saude do Exército, compõe-se dos seguintes officiaes technicos: do inspector do Serviço de Saude do Exército, inspectores adjuntos, adjuntos e ajudantes de ordens.

§ 2.º Os inspectores adjuntos terão cada qual um adjunto. official do mesmo quadro, do posto de capitão.

§ 3.º O general inspector, além do adjunto, terá, tambem, um ajudante de ordens, 1º tenente medico.

§ 4.º O substituto do general inspector, nos seus impedimentos eventuaes, será sempre o inspector adjunto medico, não podendo em caso algum assumir ou responder pela Inspectoria officiaes que não pertençam ao quadro medico.

Art. 19. Além dos officiaes technicos, a Inspectoria será dotada de um official de administração e pessoal subalterno, comprehendendo porteiro, escreventes, continuos e serventes.

Art. 20. Incumbe ao inspector do Serviço de Saude do Exército:

a) proceder a inspecções relativas ao funcionamento do Serviço de Saude;

b) exercer o papel de consultor do ministro da Guerra, do chefe do Estado-Maior do Exército e do director de Saude do Exército relativamente a assumptos de natureza technica;

c) opinar sob o ponto de vista do preparo profissional, relativamente ás propostas de designação, apenas para os chefes de Serviço de Saude Regionaes, organizadas pela Directoria de Saude do Exército, não tendo, entretanto, seu parecer, valor decisivo sobre as mesmas;

d) prestar ao ministro da Guerra e Estado-Maior do Exército esclarecimentos sobre todos os assumptos technicos do Exército, de sua alçada, aconselhando medidas que julgar necessarias;

e) verificar o estado sanitario da tropa cada vez que exercer suas funções de fiscalização;

f) verificar, nas inspecções, si o material sanitario de uso corrente, ou mobilização, distribuido, satisfaz qualitativa e quantitativamente;

g) verificar si os regulamentos e instrucções relativas ao Serviço de Saude estão sendo applicados no que se relaciona á sua execução technica;

h) verificar si a instrucção do pessoal do Serviço de Saude para o caso de guerra, dos quadros da activa e da reserva, é dada com resultado satisfactorio;

i) verificar o valor technico e especializado do pessoal do Serviço de Saude;

j) propor á autoridade competente a nomeação dos inspectores adjuntos, de seu proprio adjunto e ajudante de ordens e bem assim a dos outros adjuntos, mediante indicação dos respectivos inspectores;

k) tomar parte nas reuniões da Comissão de Promoções, quando convocado;

l) remetter ao ministro da Guerra e ao chefe do Estado-Maior do Exército relatorios completos após cada inspecção feita.

Art. 21. O inspector do Serviço de Saude do Exército entende-se:

a) com o chefe do Estado-Maior do Exército em tudo o que se referir ás inspecções destinadas a verificar o estado de preparação para a guerra;

b) com o chefe do Departamento de Administração do Exército para as inspecções administrativas;

c) com o chefe do Departamento Technico do Material de Guerra para determinadas inspecções technicas referentes a assumptos da competencia desse Departamento;

d) com o chefe do Departamento do Pessoal do Exército na questão de pessoal.

Art. 22. O inspector do Serviço de Saude do Exército não tem acção directa sobre o pessoal do Serviço de Saude, nem delle dependem os órgãos do referido Serviço, salvo quando forem postos á sua disposição para os misteres de inspecção.

Art. 23. Aos inspectores adjuntos, cada qual em sua especialidade, incumbem:

a) auxiliar o inspector do Serviço de Saude do Exército em tudo o que depender dos assumptos attinentes aos serviços especiaes a que, respectivamente, pertencerem, quer quando em inspecção, quer nos trabalhos da séde;

b) exercer acção de inspecção e fiscalização, por delegação e sob directrizes do inspector do Serviço de Saude do Exército, tendo nesses casos, as mesmas attribuições deste, no que lhes competir, devendo, entretanto, corresponder-se sempre com o mesmo, pondo-o frequentemente ao par dos seus trabalhos.

Art. 24. Aos adjuntos compete auxiliares o inspector respectivo, acompanhando-o nas viagens de inspecção, com elle redigindo os relatorios e documentos outros.

Art. 25. Ao adjunto são attribuidas incumbencias identicas ás do da Directoria de Saude do Exército.

Art. 26. Ao ajudante de ordens do inspector do Serviço de Saude do Exército são attribuidas as funcções inherentes a esse cargo.

Art. 27. O official de administração em serviço na Inspectoria é incumbido das funcções de almoxarife-thesoureiro.

Art. 28. O porteiro, escreventes, continuos, serventes e ordenanças têm os deveres previstos na legislação em vigor.

## Sub-título II

### ORGÃOS DE DIRECÇÃO

#### CAPÍTULO I

##### *Directoria de Saude do Exército*

Art. 29. A' Directoria de Saude do Exército cabe a direcção geral do Serviço de Saude do Exército.



Art. 30. A Directoria de Saude do Exercito depende:

- a) do Estado-Maior do Exercito no que se refere á preparação para a guerra (instrucção, organização e mobilização);
- b) do Departamento de Administração Geral do Exercito quanto á parte administrativa;
- c) do Departamento do Pessoal do Exercito nas questões relativas ao pessoal;
- d) do Departamento Technico de Material de Guerra nas questões referentes á fabricação do material de saude.

Art. 31. A Directoria de Saude do Exercito tem a seguinte organização:

- a) Gabinete;
- b) Tres Secções;
- c) Almojarifado-Thesouraria;
- d) Portaria;
- e) Archivo-Bibliotheca.

Art. 32. O cargo de director de Saude do Exercito, nomeado por decreto, é attribuido a um coronel medico, que terá precedencia funcional sobre todos os officiaes do Serviço de Saude, mesmo de igual posto, excepção feita dos que funcionam nos órgãos de inspecção.

Art. 33. Compete ao director de Saude do Exercito:

1. Dirigir os trabalhos da Directoria, velando pela fiel observancia das leis, regulamentos e ordens em vigor, concernentes ao Serviço de Saude do Exercito, bem como pela disciplina do pessoal da Directoria e estabelecimentos a ella subordinados.
2. Exercer acção de commando sobre o pessoal da Directoria e estabelecimentos que lhe são directamente subordinados.
3. Fiscalizar directamente o funcionamento dos serviços technicos, administrativos e economicos dos estabelecimentos e repartições directamente subordinados á Directoria, tomando as providencias necessarias e solicitando da autoridade competente as que não forem de sua alçada.
4. Velar pelo bom funcionamento do Serviço de Saude de todo o Exercito e instrucção sanitaria ministrada nas unidades de tropa, hospitais, estabelecimentos de saude, Escola de Saude do Exercito, etc., organizando, de accordo com o general inspector, themas para serem desenvolvidos pelos chefes de serviço de saude das Regiões e fazendo a critica dos que lhe forem enviados já resolvidos; sendo essa critica submettida á apreciação superior do general inspector.
5. Propôr á autoridade competente a adopção das medidas necessarias para melhorar as condições de saude e hygiene do soldado e o aperfeiçoamento dos serviços.
6. Prestar ás autoridades superiores esclarecimentos sobre todos os assumptos sanitarios do Exercito que forem de sua alçada.
7. Nomear as comissões necessarias para o estudo de questões da alçada da Directoria, podendo solicitar do Departamento do Pessoal do Exercito, officiaes que não sirvam sob sua jurisdição.

8. Dar exercicio numa das secções da Directoria, ou nos estabelecimentos subordinados, aos officiaes addidos á Directoria.

9. Nomear, classificar, transferir e promover, licenciar e excluir os sargentos especialistas do Serviço de Saude, enfermeiros (excluidos os da tropa), manipuladores de pharmacia e de radiologia dos respectivos quadros.

10. Solicitar directamente do Estado-Maior do Exercito e altos commandos, directorias, departamentos e repartições civis, e, por via hierarchica, das demais repartições e estabelecimentos militares, as informações, dados ou documentos necessarios, informando igualmente a estas autoridades o que por ellas fôr solicitado, a bem do serviço publico.

11. Orientar o estudo da natureza das doenças infecciosas e parasitarias reinantes na tropa, providenciando sobre o estabelecimento da prophylaxia permanente, para o que se entenderá com as autoridades competentes, solicitando as medidas cuja adopção escapar á sua alçada.

12. Satisfazer ás requisições que lhe forem feitas pelas autoridades militares competentes, relativamente ás necessidades dos respectivos serviços de saude.

13. Autorizar o fornecimento, pelo Deposito Central de Material Sanitario, Pharmacia Central e Instituto Militar de Biologia, etc., dos pedidos ordinarios e extraordinarios para os diversos serviços.

14. Mandar emittir parecer sobre qualquer trabalho technico apresentado pelos officiaes do Serviço de Saude, autorizando a publicação na Revista de Medicina Militar dos que merecerem tal distincção, e propondo a adopção das indicações aconselhadas, que sejam vantajosas ao serviço, cabendo-lhe a fiscalização, sob os pontos de vista technico e militar, das publicações feitas na Revista.

15. Examinar e encaminhar os papeis que tenham de subir á autoridade superior, emittindo seu parecer.

16. Dar parecer ou informar qualquer assumpto technico de serviço que lhe fôr proposto pelas autoridades militares.

17. Providenciar sobre a compra de livros e assignatura de revistas scientificas, para maior desenvolvimento da bibliotheca da Directoria, publicação da Revista de Medicina Militar, compra de objectos uteis aos serviços da repartição, dentro da verba que lhes fôr destinada.

18. Organizar o orçamento das despesas a realizar com as experiencias e estudos a cargo da Directoria, apresentando-o ao Departamento Technico do Ministerio da Guerra.

19. Rubricar os livros de escripturação, podendo delegar tal attribuição aos chefes das secções.

20. Mandar passar certidões, quando requeridas com a declaração do fim a que se destinam e desde que não haja inconveniente.

21. Publicar em boletim as ordens de serviço que devem chegar ao conhecimento da directoria e estabelecimentos subordinados.

23. Ordenar as inspecções de saude pela Junta da Di-Serviço de Saude, na presença dos demais officiaes da directoria e de accordo com as disposições em vigor.

22. Dar compromisso aos officiaes nomeados para o rectoria de Saude, solicitadas pelas autoridades competentes.

de accordo com as disposições em vigor, e, pela Junta Superior de Saude, as determinadas pelo ministro da Guerra.

24. Receber as apresentações do pessoal, depois de apresentados ao Departamento do Pessoal do Exercito.

25. Remetter ao Estado-Maior do Exercito annualmente os dados referentes ao Serviço de Saude para a lei de fixação de forças.

26. Consultar o Inspector do Serviço de Saude do Exercito sobre assumptos de natureza technica, sempre que julgar conveniente.

27. Remetter annualmente á autoridade competente os dados para o orçamento referentes ao Serviço de Saude.

28. Propôr a distribuição da verba material permanente do Serviço de Saude pelos estabelecimentos.

29. Remetter ao ministro, ao Estado-Maior do Exercito e departamentos, o relatorio annual referente ao Serviço de Saude, consignando as principaes necessidades de cada estabelecimento sanitario e propondo as medidas que a pratica e o progresso da sciencia aconselharem para melhoria do serviço.

30. Autorizar determinadas aquisições pelos directores de estabelecimentos subordinados, de accordo com a legislação em vigor.

Art. 34. Em casos de epidemias ou de calamidade publica, que affectem a saude e a vida da tropa, o director de Saude providenciará junto ás autoridades competentes relativamente a todas as medidas urgentes que fôrem necessarias para debellar o mal, fazendo posteriormente todas as communicações devidas, etc.

#### GABINETE

Art. 35. O gabinete da Directoria de Saude do Exercito será chefiado por um tenente-coronel medico, auxiliado por um adjunto capitão, official do Serviço de Saude.

Art. 36. Ao chefe do gabinete incumbe:

1. Dirigir os serviços do gabinete, centralizando todo o trabalho administrativo da directoria.

2. Conferir e authenticar as cópias e assignar as certidões que forem passadas, por despacho do director.

3. Receber, distribuindo pelas secções, a correspondencia, devidamente protocollada, conforme a natureza e o objecto de cada documento, excepto os de caracter reservado ou secreto nominalmente dirigidos ao director.

4. Organizar e fiscalizar toda a escripturação, serviços do protocollo, registro, archivo e bibliotheca.

5. Organizar os pedidos de artigos de expediente.

6. Redigir o boletim da directoria e todos os papeis e despachos officiaes, que dependam da assignatura do director.

7. Fiscalizar os serviços da portaria, protocollo e o ponto dos empregados civis, levando ao conhecimento do director as faltas e transgressões verificadas.

8. Apresentar o expediente á assignatura do director e providenciar para que não haja demora nas informações dos papeis que transitem pela directoria.

Art. 37. O adjunto de gabinete executará os trabalhos que lhe forem distribuidos pelo chefe, cabendo-lhe tambem colligir dados para o relatorio do director.

## SECÇÕES

**Art. 38.** São tres as secções da Directoria de Saude do Exercito:

A primeira, que trata dos problemas relativos ás praças e material do Serviço de Saude em tempo de paz, incumbem-se da organização e composição dos effectivos de paz; assumptos de recrutamento de pessoal especialista; centralização das questões sobre pessoal e relações com o Departamento do Pessoal do Exercito; a segunda, que trata do pessoal e material do Serviço de Saude em tempo de guerra e seu plano de mobilização e composição dos effectivos de guerra; a terceira incumbem-se dos assumptos de natureza technica em tempo de paz ou de guerra.

*Primeira Secção*

**Art. 39.** A' Primeira Secção, chefiada por um tenente-coronel medico, é dividida em duas sub-secções:

**Art. 40.** A 1ª sub-secção encarrega-se de todos os assumptos relativos ao pessoal em tempo de paz, praças especializadas do mesmo serviço, administradas pela Directoria de Saude do Exercito.

§ 1.º A 1ª sub-secção será chefiada por um capitão medico, auxiliado por um 1º tenente medico.

§ 2.º Compete especialmente á 1ª sub-secção:

a) organização das escalas para classificações e transferencias das praças especializadas do mesmo serviço, de accordo com a legislação em vigor;

b) propor a organização dos quadros de distribuição dos officiaes do Serviço de Saude e praças especializadas pelas diversas comissões e unidades de tropa para base do projecto annual de fixação de forças;

c) registrar o compromisso dos officiaes do Serviço de Saude;

d) manter em dia os assentamentos das praças especializadas;

e) propor ao director as nomeações, engajamentos, reengajamentos, reinclusões, matriculas nos diversos cursos e transferencias para a reserva das praças especializadas do Serviço de Saude, de accordo com a legislação em vigor;

f) providenciar sobre a remessa ao Departamento do Pessoal do Exercito das alterações dos officiaes e praças;

g) extrahir certidões de assentamentos de praças especializadas quando taes documentos forem precisos para fins previstos nas leis e regulamentos em vigor;

h) informar e encaminhar os papeis relativos ao pessoal dos quadros de saude.

**Art. 41.** A 2ª sub-secção, chefiada por um major medico, auxiliada por dous officiaes, sendo um capitão pharmaceutico e um 1º tenente dentista, tem a seu cargo as questões concernentes ao material para o Serviço de Saude do Exercito em tempo de paz, competindo-lhe especialmente:

a) o estudo dos assumptos relativos ao aprovisionamento e distribuição do material para os serviços de saude do Exercito em tempo de paz, organizando nomenclatura e

tabellas de material, para cada unidade, ficando a escolha dos typos sujeita a parecer da Secção Technica;

b) o estudo e informações sobre os pedidos de fornecimentos de material para os diferentes serviços de saude, afim de serem despachados pelo director;

c) registo das quantidades de material existente nos depositos e distribuidos pelos serviços de saude, fiscalizando os consumos de accordo com as tabellas;

d) a organização da estatistica annual de todo movimento de material, de modo a conhecer as existencias nos depositos para o serviço commum e reserva de guerra;

e) o registo da hospitalização militar: numero de hospitaes e de leitos e numero de enfermarias em funcionamento.

Paragrapho unico. O capitão pharmaceutico além das funções previstas neste artigo, accumulará as constantes do art. 44.

### *Segunda secção*

Art. 42. A 2ª secção, chefiada por um tenente-coronel medico, é dividida em duas sub-secções.

Art. 43. A 1ª sub-secção trata das questões relativas ao pessoal do Serviço de Saude e suas reservas, em tempo de guerra, seus effectivos, situações e mobilização e, bem assim, do pessoal da Cruz Vermelha Brasileira e outras sociedades congeneres.

§ 1.º A 1ª sub-secção será chefiada por um major medico, auxiliado por um adjunto capitão medico.

§ 2.º Compete-lhe especialmente:

a) a organização de relações de profissionaes civis que são aproveitados de accordo com as suas aptidões especiaes;

b) a centralização de informações sobre a organização e pessoal profissional da Cruz Vermelha Brasileira e outras sociedades de assistencia a feridos de guerra, mantendo com ellas relações constantes para conhecer a instrução do respectivo pessoal e prever sua distribuição precisa para o caso de guerra;

c) estudar todas as questões concernentes á preparação para guerra do pessoal do Exercito activo, suas reservas e do das sociedades civis de soccorros aos feridos de guerra;

d) estudar o desenvolvimento a dar, sob o ponto de vista do funcionamento dos órgãos sanitarios, aos themas geraes estabelecidos pelo Estado-Maior para o Exercito e outros organizados pela Directoria de Saude do Exercito;

e) examinar a resolução desses themas, fazendo-lhes a critica, que será dada a conhecer aos executantes, e enviar ao Estado-Maior do Exercito as conclusões sobre as falhas e necessidades do serviço;

f) providenciar sobre o meio de augmentar a constituição do numero de reservistas enfermeiros, padioleiros e conductores, para os serviços de guerra;

g) informar e encaminhar os papeis relativos ao pessoal da Reserva do Serviço de Saude;

h) manter em dia o registro de enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, remetendo relações desse registro á Saude Publica.

Art. 44. A' 2ª sub-seccção, chefiada por um major medico, auxiliado por dous capitães, sendo um medico e um pharmaceutico, incumbem:

a) estudar as questões relativas ao material do Serviço de Saude em Campanha, organização em material das formações e estabelecimentos sanitarios de guerra e das sociedades civis de soccorros aos feridos de guerra e mobilização do respectivo material;

b) a organização das tabellas do material para as formações sanitarias de guerra, de accordo com a nomenclatura geral do material para o serviço de saude em tempo de guerra, ficando a escolha prévia dos typos sujeita a parecer da Secção Technica;

c) o estudo da organização e funcionamento do serviço de saude em tempo de guerra, em conjunto com a 1ª sub-seccção;

d) manter em dia os mappas de existencia e faltas de todo o material sanitario de campanha, em depósito e distribuido, bem como propor providencias para supprir as faltas;

e) colher dados sobre os recursos materiaes da Cruz Vermelha Brasileira e outras sociedades de assistencia aos feridos de guerra, estabelecendo o modo de utilizal-os;

f) organizar a estatistica dos recursos sanitarios civis existentes no paiz e estabelecer de accordo com o Estado-Maior do Exercito, os planos minuciosos da sua utilização;

g) o estudo das linhas de communicações terrestre, maritimas, fluvias e aéreas e do respectivo material, no que se relaciona com a evacuação de feridos e doentes e abastecimento de material para o serviço de saude em tempo de guerra; e, bem assim, em collaboração com o Estado-Maior do Exercito, de planos minuciosos para utilização dos meios de transportes sanitarios em campanha;

h) estudo dos pontos mais adequados para a organização hospitalar de campanha e das medidas necessarias para o seu funcionamento immediato em tempo de guerra, sempre em collaboração com o Estado-Maior do Exercito.

Paragrapho unico. O capitão pharmaceutico será o previsto no art. 41.

### *Tercera secção*

Art. 45. A 3ª secção estuda as questões technicas relativas á medicina, pharmacia e odontologia no Exercito, cabendo-lhe outrossim, a iniciativa da proposta de medidas capazes de melhorar e aperfeçoar os serviços technicos geraes, inclusive as questões relativas ao ensino.

Art. 46. A 3ª secção é chefiada por um tenente-coronel medico e é dividida em cinco sub-seccções: a 1ª que trata dos

assumptos relativos á medicina e suas especialidades, parasitologia, microbiologia e hygiene; a 2ª dos da cirurgia e suas especialidades e odontologia; a 3ª trata das questões referentes á estatística medica do Exercito; a 4ª dos assumptos relativos a inspecções de saude, centralização de seu estudo, comparação das proporções de incapacidade pelas regiões e guarnições, estudo do gráo de incapacidade dos asylos e das causas das incapacidades; a 5ª dos assumptos attinentes á chimica e pharmacia militares.

Art. 47. A 1ª sub-seccção tem como chefe um major medico, auxiliado por um capitão medico.

Paragrapho unico. Compete á 1ª sub-seccção:

a) o estudo das questões technicas de dominio da pathologia medica, suas especialidades e parasitologia, microbiologia, processos therapeuticos e sua utilização no Exercito;

b) estudo das medidas de toda natureza concernentes á hygiene individual e collectiva, na tropa e estabelecimentos militares;

c) estudo das questões de hygiene dos quartéis e outros estabelecimentos, hospitaes e estabelecimentos militares, estabelecendo as regras que devem ser observadas nas construcções e installações dos respectivos edificios, de accordo com o clima e as diversas regiões do paiz;

d) estudo das questões referentes ao fardamento, equipamento, arraçamento e dietetica;

e) estudos de prophylaxia, comprehendendo as medidas prophylaticas de applicação temporaria e permanente, para a protecção da saude do soldado, organizando directrizes sobre prophylaxia individual e collectiva para os differentes grupos de doenças contagiosas;

f) estudar os relatorios sobre trabalhos de prophylaxia realizados pelas respectivas commissões ou medicos dos diversos serviços, registrando-os por unidade ou estabelecimento, guarnição e região;

g) organizar o estudo epidemiologico de todas as guarnições e regiões militares.

Art. 48. A 2ª sub-seccção, chefiada por um major medico, auxiliado por dous capitães sendo um medico e um cirurgião dentista, compete o estudo das questões technicas concernentes á cirurgia geral e especialidades cirurgica e odontologica, não só no tempo de paz como no da guerra.

Paragrapho unico. O official cirurgião dentista collaborará com a 2ª seccção no tocante aos assumptos relativos ao material odontologico de guerra.

Art. 49. A 3ª sub-seccção é chefiada por um capitão medico, auxiliado por um 1º tenente medico.

Paragrapho unico. Compete-lhe especialmente:

a) o estudo e instrucções minuciosas para o estabelecimento da estatística sanitaria do Exercito;

b) organização dos mappas parciaes e geraes de estatística sanitaria referentes á morbilidade, mortalidade e vaccinação no Exercito, pelo que lhe serão presentes todos os mappas nosologicos e de vaccinação recebidos pela directoria;

c) organização do archivo de estatística, onde serão conservados os documentos correspondentes aos dous ultimos annos, os quaes passarão depois para o archivo da directoria;

d) estudo das conclusões estatísticas, principalmente no tocante á geographia medica no Brasil e indices de morbidade e mortalidade no Exército.

Art. 50. A 4ª sub-seccção será chefiada por um major medico, que presidirá cumulativamente a Junta Militar de Saude da Directoria de Saude do Exército, sendo auxiliado na sub-seccção, por um capitão medico.

Paragrapho unico. Compete-lhe especialmente:

a) estudar as questões technicas sobre inspecções de saude no Exército, pelo que lhe deverá ser presente a necessaria documentação sobre inspecções de saude do Exército em todo o territorio nacional;

b) organizar mappas comparativos sobre proporções de incapacidade nas diversas regiões militares;

c) organizar e rever instrucções para o melhor apuro nas pericias medico-militares;

d) estudar as causas e o gráo de incapacidade dos asylados, tirando illações decorrentes e fazendo as propostas que julgar conveniente.

Art. 51. A 5ª sub-seccção, chefiada por um major pharmaceutico, auxiliado por um capitão pharmaceutico, compete:

a) o registro das estatísticas de analyses, receitas e trabalhos realizados nos Laboratorios Chimico-Pharmaceutico e pharmacias militares;

b) o estudo e pareceres a respeito das questões sobre consumo de entorpecentes;

c) estudos e processos sobre assumptos de chimica e pharmacia, sobre suas diversas modalidades;

d) estudo da organização e funcionamento das pharmacias militares.

Art. 52. Aos chefes das differentes secções incumbe:

a) dirigir os serviços das suas secções, devendo ter a iniciativa dos estudos, da organização dos dados e documentos indispensaveis á realização dos trabalhos de sua competencia;

b) manter em dia o respectivo expediente, despachando para as sub-seccções os papeis e assumptos que reclamem parecer e estudo das mesmas, para o que deverá haver na secção um livro para registro das entradas e sahidas dos papeis;

c) solicitar directamente dos chefes das demais secções os dados e informações que forem necessarios ao estudo e resolução das questões de sua competencia;

d) solicitar, por intermedio do director de Saude, as informações e dados que dependam de repartição ou estabelecimento estranhos á directoria;

e) submeter á assignatura ou consulta do director, por intermedio do Gabinete, todos os trabalhos realizados nas sub-seccções de cada secção;



f) conferir e authenticar as certidões e cópias de documentos pertencentes ás secções e apresentar até 31 de janeiro ao chefe do Gabinete os dados necessarios á confecção do relatório annual, do drector.

Art. 53. Aos chefes das sub-secções compete dirigir, incumbindo-se delles juntamente com seus auxiliares, os estudos e trabalhos affectos á resectiva sub-secção e discriminados neste regulamento, tendo a iniciativa, para o maior desenvolvimento tecnico da sub-secção, da aquisição de recursos uteis ao bom desempenho de suas funcções.

Art. 54. Os adjuntos das sub-secções executarão os trabalhos que lhes forem distribuidos pelos chefes.

#### JUNTA MILITAR DE SAUDE

Art. 55. A Junta Militar de Saude da Directoria subordinada directamente ao director de Saude do Exercito é uma junta permanente composta de um major medico, residente, que exercerá essa funcção cumulativamente com a chefia de 4ª sub-secção da 3ª secção, e dous capitães medicos, em serviço um da Directoria de Saude do Exercito e outro na Polyclinica Militar, ambos por escala.

#### ALMOXARIFADO-THESOURARIA

Art. 56. O official de administração, directamente subordinado ao chefe do Gabinete, exerce, na directoria, funcções analogas ás dos almoxarife-thesouheiros dos corpos, cumprindo-lhe executar as funcções discriminadas no regulamento respectivo.

#### ARCHIVO-BIBLIOTHECA

Art. 57. O archivista-bibliothecario da Directoria de Saude do Exercito, directamente subordinado ao chefe do Gabinete, é um official de reserva de 1ª classe do Serviço de Saude, competindo-lhe:

- a) zelar pela conservação do archivo e da bibliotheca da directoria;
- b) organizar os ficharios ou catalogos de um e outro departamento;
- c) passar as certidões e cópias authenticadas de documentos archivados, quando houver determinação para tal;
- d) fazer os pedidos necessarios para aquisições de novos livros e revistas technicas, com a collaboração facultativa das secções;
- e) facilitar as consultas de livros da bibliotheca aos officiaes do Exercito.

#### ESCREVENTES

Art. 58. Os escreventes serão distribuidos pelo chefe do Gabinete.

## PORTARIA

Art. 59. O porteiro, que é o chefe dos empregados da portaria, fica subordinado ao chefe do Gabinete, incumbindo-lhe:

a) dirigir e fiscalizar os trabalhos de limpeza e asseio das dependências da directoria, trazendo em perfeito estado de conservação os moveis e objectos sob sua guarda, organizando as respectivas relações e ficando responsavel pelos extravios;

b) abrir e fechar as dependências da directoria nas horas regulamentares ou que lhe forem determinadas;

c) receber e expedir a correspondencia da directoria, lançando os despachos no livro da portaria que fica sob sua guarda, e conservando sigillo sobre os assumptos de serviço, de que tiver conhecimento no desempenho de sua funcção;

d) fiscalizar os serviços dos continuos e serventes, participando immediatamente ao chefe do Gabinete, as faltas e transgressões disciplinares de seus subordinados;

e) cumprir e fazer cumprir fielmente as ordens que receber do Gabinete;

f) manter a policia nas ante-salas, de modo a evitar qualquer irregularidade, recorrendo, quando desobedecido, ao chefe do Gabinete;

g) prohibir o ingresso de pessoas estranhas nas salas de trabalho ou dependências do edificio, salvo ordem superior.

Art. 60. Aos continuos e serventes, em numero necessários á execução do serviço, são attribuidas as funcções inherentes a esses cargos.

## DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 61. O director do Serviço de Saude do Exército é substituido em seus impedimentos por um official medico mais graduado e mais antigo a elle subordinado.

Art. 62. Os chefes de secções serão substituidos nos seus impedimentos pelos chefes de sub-secções mais antigos e estes pelos adjuntos, dentro das secções; no gabinete o chefe será substituido pelo adjunto mais graduado.

Art. 63. A' Directoria de Saude do Exército são directamente subordinados os seguintes estabelecimentos e órgãos do Serviço de Saude: Junta Superior de Saude, Hospital Central do Exército, Escola de Saude do Exército, sob o ponto de vista technico, Instituto Militar de Biologia, Deposito Central de Material Sanitario do Exército, Officina Central de Material Sanitario, Hospital Militar de Isolamento, Polyclinica Militar, Hospitais de Convalescentes do Exército, Sanatorios Militares, Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar e Pharmacia Central do Exército.

Art. 64. No Departamento do Pessoal do Exército servirão dous capitães medicos e um capitão pharmaceutico, de conformidade com o regulamento do Departamento do Pessoal do Exército.

Art. 65. No Departamento Technico do Material de Guerra servirão dous capitães, um medico e outro pharmaceutico que auxiliarão o serviço no tocante ao material do Serviço de Saude.

Art. 66. No Departamento de Administração do Exército servirá um capitão medico que, de accordo com o respectivo regulamento auxiliará o serviço no tocante ás questões que se relacionem com o Serviço de Saude.

## CAPITULO II

### CHEFIA DOS SERVIÇOS DE SAUDE REGIONAES

Art. 67. O Serviço de Saude, em cada Região Militar, é dirigido por um official superior medico, com a denominação de chefe do Serviço de Saude da Região.

§ 1.º Este official é nomeado por decreto, e indicado pelo director do Serviço de Saude do Exército ao Departamento do Pessoal do Exército.

§ 2.º Nas grandes Regiões Militares (1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª), séde de Divisão de Infantaria a Chefia do Serviço de Saude é cargo privativo do posto de coronel; nas 5.ª, 7.ª e 9.ª Regiões Militares de tenente-coronel e, finalmente, nas outras, maiores.

Art. 68. O chefe do Serviço de Saude faz parte do Quartel-General do commandante da Região, sendo directamente subordinado a este.

Art. 69. Sob o ponto de vista technico o chefe do Serviço de Saude Regional é subordinado ao director de Saude do Exército de quem é o representante regional e, como tal, encarregado de assegurar a conservação da saude da tropa e o tratamento dos doentes em todos os corpos, serviços e estabelecimentos militares da Região.

Art. 70. Corresponde-se directamente com o Commandante da Região a quem dá informações sobre as epidemias ou factos importantes, relativos ao Serviço de Saude, e propõe as medidas que julgar necessarias para a conservação do bom estado sanitario da tropa e execução do serviço.

§ 1.º Corresponde-se com o Director de Saude do Exército, por intermedio do Commandante da Região.

§ 2.º Todavia, em casos de urgencia, que se relacionem com a saude publica ou da tropa, pode entender-se directamente com o Director de Saude do Exército, devendo, entretanto, dar conhecimento de seu acto ao Commandante da Região.

§ 3.º Corresponde-se com os medicos-chefes de formações de corpos e estabelecimentos por intermedio dos respectivos commandantes ou directores.

§ 4.º Corresponde-se directamente com os directores dos hospitais militares da Região e com o Commandante da Formação Sanitaria Regional, que lhe são subordinados, technicamente.

Art. 71. Para execução do serviço, o Chefe do Serviço de Saude tem sob suas ordens um pessoal composto de um medico adjunto; de escreventes para os trabalhos de conta-

bilidade ou secretaria e praças auxiliares (em numero variavel).

§ 1.º As 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Regiões Militares disporão de um adjunto medico, capitão e as outras de um adjunto, 1.º tenente.

§ 2.º Os adjuntos serão indicados, sem caracter de proposta, pelos Chefes do Serviço de Saude ao Director de Saude do Exército, que encaminhará ao Departamento do Pessoal do Exército.

§ 3.º Aos adjuntos compete auxiliarem todos os serviços da Chefia, sob a orientação do respectivo chefe.

Art. 72. O Chefe do Serviço de Saude tem autoridade completa sobre o pessoal ás suas ordens no Quartel-General, e sobre os dos hospitais militares da Região, e technica sobre as formações sanitarias regionaes e regimentaes.

Art. 73. Propõe ao commandante da Região a designação de officiaes do Serviço de Saude da Região para assegurar os seguintes serviços:

a) cuidados a dar nas guarnições aos officiaes sem corpo de tropa, militar em transito, empregados militares, operarios civis dos estabelecimentos militares;

b) Juntas Militares de Saude e Juntas Especiales para inspecções de conscriptos;

c) substituições temporarias devidas a casos de urgencia ou motivos importantes nos diversos serviços medicos, pharmaceuticos ou odontologicos da Região.

Paragrapho unico. As designações assim feitas serão communicadas, com brevidade, ao Director de Saude do Exército e essa communicação será acompanhada de pedido de designação do titular definitivo.

Art. 74. Em caso de insufficiencia do pessoal medico, pharmaceutico, odontologico ou administrativo dirige os pedidos necessarios ao Director de Saude do Exército, por intermedio do Commandante da Região.

Art. 75. Envia trimestralmente ao Director de Saude do Exército, por intermedio do Commandante da Região, as relações de alterações dos officiaes e praças especializadas do Serviço de Saude sob suas ordens, e, bem assim, tambem trimestralmente, cópias de todas as inspecções de saude referentes a officiaes e sargentos; como mappas numericos de todas as inspecções, inclusive as de praças, com o numero global das inspecções, do de aptidões e incapacidades, sendo este ultimo com a discriminação dos respectivos motivos.

Art. 76. O Chefe do Serviço de Saude é sempre ouvido na concessão de licenças, férias ou dispensas do serviço, dos medicos, pharmaceuticos, cirurgiões dentistas e praças especializadas do Serviço de Saude.

Paragrapho unico. Recebe notificação, por intermedio do Commandante da Região, das punições disciplinares que lhes forem infligidas, bem como dos pedidos de demissão do serviço do Exército e propostas para mudança de sua situação militar.

Art. 77. Quando sobrevier um caso cirurgico de gravidade, em que o paciente seja intransportavel, e haja pedido do medico assistente, o Chefe do Serviço de Saude enviará ao local um cirurgião, seus ajudantes technicos e o material julgado necessario para a intervenção.

Art. 78. Tem sempre em dia os quadros dos enfermeiros, padoleiros e conductores sanitarios da Região e provoca as transferencias necessarias, levando em conta a aptidão e instrução profissional dos homens.

Art. 79. O Chefe do Serviço de Saude é posto ao corrente das informações fornecidas pela Saude Publica e autoridades civis sobre o estado sanitario das populações e suas epidemias, devendo para isso, manter-se em ligação com essas autoridades.

Art. 80. Recebe dos medicos dos corpos e estabelecimentos, por via hierarchica, as partes periodicas ou extraordinarias sobre o estado sanitario, hygiene, instrução dos enfermeiros e padoleiros, vaccinações, epidemias ou ameaças de epidemias.

Art. 81. A primeira manifestação de epidemia, o Chefe do Serviço de Saude propõe ao Commandante da Região as providencias necessarias.

§ 1.º Envia directamente ao Director de Saude do Exército as primeiras informações que recolher sobre a epidemia e as medidas postas em pratica para combatel-a.

§ 2.º Esta comunicação é seguida, logo que fôr possível, de um relatorio minucioso, precisando a situação sanitaria, os meios empregados para debellar o mal, o que ainda resta fazer e pedido dos recursos necessarios.

§ 3.º As mesmas disposições serão observadas toda vez que alguma modificação importante ou algum facto particular de natureza a interessar o Director de Saude do Exército venha a produzir-se no curso da epidemia.

§ 4.º Determina a abertura de inqueritos epidemiologicos, quando se fizerem necessarios e os remette á Directoria de Saude do Exército, depois de tomadas as devidas providencias.

Art. 82. O Chefe do Serviço de Saude é encarregado especialmente de estudar a hygiene geral das differentes localidades da Região, que sejam paradas de corpos; para esse fim, deve visitar tantas vezes quantas julgar necessarias, as enfermarias regimentaes, hospitaes militares e os differentes estabelecimentos do Serviço de Saude e outros.

Paragrapho unico. As observações feitas no curso destas visitas serão incluídas no relatorio annual que o Chefe do Serviço de Saude envia ao Director de Saude do Exército, ao mesmo tempo que a estatística annual.

Art. 83. Nos corpos de tropa, o Chefe do Serviço de Saude visita os aquartelamentos principalmente sob o ponto de vista da hygiene.

§ 1.º É acompanhado, em sua visita, pelos medicos e officiaes designados pelo commandante do corpo.

§ 2.º Verifica tambem o funcionamento das enfermarias regimentaes e o estado de conservação do material, inclusive as provisões de material de saude para mobilização.

§ 3.º Observa o gráo de instrução dos enfermeiros e padoleiros da Formação Sanitaria Regimental.

Art. 84. Recebe e examina os pedidos periodicos ou extraordinarios de medicamentos e material que lhe são enviados pelos medicos directores de hospitaes, chefes de serviços, por intermedio dos commandantes dos corpos e os informa e

remette ao Director de Saude do Exercito, ou determina o fornecimento pelos Depósitos Regionaes, onde os houver.

Art. 85. Aos Chefes do Serviço de Saude Regional, excepto o de séde no Rio de Janeiro, onde essa funcção é exercida pelo Director de Saude do Exercito, cabe visitar os estabelecimentos e institutos militares de ensino dependentes directamente de autoridades outras que não as regionaes e situados no territorio da Região.

Paragrapho unico. Estas visitas, de ordem exclusivamente technica, são feitas com o assentimento do commandante da Região e os Directores de taes estabelecimentos são dellas prevenidos por essa autoridade.

Art. 86. O Chefe do Serviço de Saude visita os hospitais militares da Região todas as vezes que o serviço o exigir e pelo menos uma vez por anno.

§ 1.º Sua acção se estende sobre todas as minucias do Serviço; organização, hygiene, serviço medico, pharmaceutico, odontologico, distribuição e emprego do pessoal, direcção, policia, aprovisionamento, conservação e substituição do material em serviço ou em deposito.

§ 2.º Só intervem no tratamento medico ou cirurgico dado aos doentes quando solicitado pelo medico assistente.

§ 3.º Certifica-se, entretanto, da competencia e devotamento com que são cuidados os doentes e, em caso de falta grave, devidamente averiguada, observa ao official interessado, do modo que julgar mais util.

Art. 87. Envia ao Director de Saude do Exercito, no inicio de cada trimestre uma lista nominal dos doentes com mais de tres mezes de estadia ininterrupta nos hospitaes, com as informações medicas concernentes a cada um, prognosticos e data provavel da alta.

Art. 88. Visita os asylos de alienados onde estejam internados militares.

§ 1.º Nessa visita certifica-se se são tratados convenientemente.

§ 2.º Desde que os diagnosticos das affecções estejam estabelecidos, provoca as providencias attinentes á inspecção dos internados, com o fim de lhes ser dado o destino militar e medico-legal que convier.

Art. 89. Recebe do chefe do Serviço de Engenharia da Região communicação dos projectos de construcção e melhoramentos de quartéis, enfermarias regimentaes e estabelecimentos sanitarios ou outros.

§ 1.º Transmite ao director de Saude do Exercito uma copia do projecto, acompanhada se seu parecer, quando houver discordancia entre este parecer e o do Serviço de Engenharia.

§ 2.º Recebe copia dos relatorios, actas ou pareceres das conferencias ou commissões, das quaes tenha feito parte um official do Serviço de Saude, devolvendo-as, com seu parecer, ao chefe do Serviço de Engenharia.

Art. 90. Mantém relações constantes com os representantes regionaes da Cruz Vermelha Brasileira, excepto na 1.ª Região Militar, onde essa attribuição é conferida ao director de Saude do Exercito, afim de preparar, desde o tempo

de paz, a collaboração, em tempo de guerra, desta organização com o Serviço de Saude.

Paragrapho unico. O que fôr estabelecido, a esse respeito, será, por elle, submittido á approvação do director de Saude do Exercito.

Art. 91. Recebe mappas, partes de serviço e relatorios periodicos ou eventuaes do corpos e estabelecimentos, sobre a execução do serviço e movimento de doentes e feridos, sendo este ultimo em duas vias.

§ 1.º Estabelece a estatística sanitaria da Região, baseada nesses documentos e envia os mappas parciaes e o mappa regional ao director de Saude do Exercito, cada mez, acompanhados de minucioso relatorio, com as observações technicas ou scientificas que suggerirem.

§ 2.º Uma estatística annual sanitaria, tambem por guarnição e total, é enviada ao director de Saude do Exercito, acompanhada de informação exacta e completa sobre o funcionamento do Serviço de Saude da Região, principalmente, o hospitalar e o dos corpos de tropa.

Art. 92. Além dos mappas nosologicos deverão ser remettidos á Directoria de Saude do Exercito, annualmente, mappas de material, não só os parciaes, de guarnições, como os totaes da Região, e bem assim mappas de vaccinação e revaccinação anti-variólica e anti-typhica.

Art. 93. O chefe do Serviço de Saude Regional verifica a instrução profissional de todo o pessoal sob suas ordens.

§ 1.º Transmittre, annualmente, aos officiaes do Serviço de Saude da Região themas a resolver sobre a execução do Serviço de Saude, em tempo de guerra, de accordo com as disposições previstas a esse respeito, e remette ás autoridades de onde emanaram os themas, as resoluções, para soffrer a competente critica.

§ 2.º Organiza, de accordo com as instrucções da Directoria, cursos especiaes para officiaes da Reserva.

Art. 94. O chefe do Serviço de Saude centraliza todas as informações e estudos da alçada da 2.ª Secção da Directoria de Saude do Exercito, relativos á sua Região.

Art. 95. Os documentos que receber dos medicos chefes das guarnições, bem como os que, pessoalmente, elabora, são por elle registados e transmittidos ao director de Saude do Exercito, acompanhados de todos os pormenores complementares, quando susceptiveis de interesse.

Art. 96. Remette, annualmente, á Directoria de Saude do Exercito relação nominal dos officiaes da Reserva do Serviço de Saude suas especializações e idade e relação numerica de praças da Reserva do Serviço de Saude, discriminadas pelas graduações e especialidades.

Art. 97. Remette, annualmente, á Directoria de Saude do Exercito os dados, sobre recursos locais de pessoal e material do Serviço de Saude, para fins de mobilização, para o que receberá informações dos medicos das guarnições e determinará aos seus adjuntos colherem dados nas localidades onde não houver guarnições.

Art. 98. O chefe do Serviço de Saude preside a junta de saude da Região, sendo os demais membros por elle indicados, si houver falta de adjuntos em numero sufficiente.

## CAPITULO III

## SERVIÇO DE SAUDE DE AVIAÇÃO MILITAR

Art. 99. O Serviço de Saude de Aviação Militar é chefiado por um official superior, especializado em medicina de aviação, e que terá, relativamente a essa arma, todas as attribuições dos chefes dos Serviços de Saude Regionaes, como órgão de direcção que representa.

Art. 100. O chefe do Serviço de Saude de Aviação Militar, além de superintender todo o serviço tecnico dessa arma, é o consultor tecnico do director de Aviação e estabelece a ligação entre este e o director de Saude do Exército, devendo, no aspecto tecnico especializado, collaborar com a 3ª Secção da Directoria de Saude do Exército, e, no de mobilização e aviação sanitaria, com a 2ª Secção.

Art. 101. O chefe do Serviço de Saude de Aviação Militar indicará á Directoria de Saude do Exército a distribuição dos technicos especializados, não tendo essa indicação character de proposta.

Paragrapho unico. As Formações Sanitarias Regimentaes da Aviação Militar fica exceptuadas dessa disposição, excepto quanto ao pessoal tecnico especializado.

Art. 102. O chief do Serviço de Saude de Aviação Militar dispõe de um adjunto capitão medico — tecnico especializado, além do pessoal subalterno (escreventes, etc.).

Paragrapho unico. O adjunto desse Serviço tem as mesmas attribuições dos adjuntos de chefias do Serviço de Saude Regionaes.

Art. 103. O Serviço de Saude de Aviação, rege-se pelo Regulamento para o Serviço Medico da Aviação Militar, além do que lhe fôr applicavel no presente regulamento.

## CAPITULO IV

## SERVIÇO DE SAUDE NAS GUARNIÇÕES

Art. 104. Em toda guarnição de um ou mais corpos de tropa, o medico-chefe da Formação Sanitaria Regimental ou o director do Hospital Militar, segundo o caso, exerce, sob a autoridade do commandante da Guarnição, as funcções de chefe do Serviço de Saude da mesma, cumulativamente.

Paragrapho unico. Quando em uma guarnição existirem dous ou mais corpos de tropa, sem que haja na guarnição hospital militar, o medico-chefe da Formação Sanitaria Regimental, mais antigo ou mais graduado, será o chefe do Serviço de Saude da Guarnição.

Art. 105. A chefia do Serviço de Saude da Guarnição, no que concerne ás funcções do serviço da guarnição, como órgão de direcção, está directamente subordinado ao commandante da Guarnição e, technicamente, ao chefe do Serviço de Saude da Região.

Art. 106. O chefe de Serviço de Saude da Guarnição é, essencialmente, um agente centralizador de todas as informações de ordem sanitaria, provindas, não só dos medicos-chefes dos corpos de tropa, como das autoridades civis.



Paragrapho unico. E' preciso, entretanto, que a acção pessoal do chefe do Serviço de Saude da Guarnição se exerça de modo tal que não impeça a iniciativa dos medicos-chefes de corpos de tropa e directores de estabelecimentos sanitarios.

Art. 107. O chefe do Serviço de Saude da Guarnição recebe da autoridade civil, por intermedio do commandante da Guarnição, todas as informações concernentes ás epidemias da população civil.

Art. 108. Recebe dos medicos dos corpos de tropa, directamente, uma via das partes ou relatorios que elles dirigem a seus commandantes de corpo, relativos ás manifestações epidemicas sobrevindas nas casernas ou nos estabelecimentos militares.

Art. 109. Por intermedio do commandante da Guarnição e Corpos, chama a attenção dos medicos-chefes das unidades sobre os perigos de contagio que ameaçam as tropas e as medidas prophylacticas a tomar para evital-os; si julgar necessario, communica ao chefe de Serviço de Saude da Região e pede, por intermedio do commandante da Guarnição, os recursos que lhe falem para realizar semelhante medida.

Art. 110. Quando houver, em caso de epidemia, necessidade de applicação de medidas prophylacticas de urgencia, o chefe do Serviço de Saude da Guarnição as submete immediatamente ao commandante da Guarnição e fiscaliza pessoalmente a execução.

§ 1.º Taes medidas são communicadas ao chefe do Serviço de Saude da Região, a quem serão pedidos, si houver necessidade, recursos complementares.

§ 2.º Determinará a execução de inqueritos epidemiologicos, quando se fizerem necessarios, remettendo-os á chefia do Serviço de Saude da Região, depois de tomadas as devidas providencias.

Art. 111. O chefe do Serviço de Saude da Guarnição pôde, por ordem do commandante da Guarnição, proceder a visitas minuciosas dos quarteis e suas enfermarias.

§ 1.º Pôde, igualmente, si julgar necessario, provocar esta ordem.

§ 2.º Nessas visitas é acompanhado pelo chefe da Formação Sanitaria Regimental respectiva.

Art. 112. Communica, eventualmente, ao chefe do Serviço de Saude da Região as suas observações pessoais sobre o estado sanitario e a hygiene da guarnição e as medidas prophylacticas postas em pratica.

Paragrapho unico. Em caso de urgencia, taes informações são enviadas directamente.

Art. 113. Quando a designação dos medicos militares necessarios para assegurar os diversos serviços da guarnição não tiver sido feita pelo commandante da Região, cabe ao chefe do Serviço de Saude da Guarnição propor ao commandante da Guarnição a designação interina.

Paragrapho unico. Esses serviços, executados por escala, são os seguintes:

a) assistencia medica aos officiaes sem corpo de tropa, em tratamento, licenciados e convalescentes e aos empregados militares;

b) assistência medica aos empregados civis dos estabelecimentos militares onde não haja medico;

c) organização das Juntas Militares de Saude da Guarnição.

Art. 114. Quando houver necessidade de estabelecer um serviço permanente, no hospital militar ou enfermaria, e não disponham estes de cinco medicos, os dos corpos de tropa são designados por escala para concorrer na execução desse serviço durante a noite.

Paragrapho unico. Esta designação é feita pelo commandante da Guarnição, mediante proposta da chefia do Serviço de Saude da Guarnição.

Art. 115. O chefe do Serviço de Saude da Guarnição centraliza, nos limites de sua zona de acção, todas as informações que interessem os trabalhos da 2ª Secção da Directoria de Saude do Exercito, para o fim da preparação do serviço de saude para a guerra.

Paragrapho unico. Taes informações são, cuidadosamente, por elle registadas, e uma via é endereçada, por intermedio do commandante da Guarnição, ao chefe do Serviço de Saude da Região.

Art. 116. O chefe do Serviço de Saude da Guarnição recebe, na data fixada, as estatísticas mensaes e annuaes dos corpos e estabelecimentos da Guarnição e as transmitta em duplicata ao chefe do Serviço de Saude da Região.

Paragrapho unico. Baseado nas informações dos corpos de tropa e nas que pessoalmente fizer, estabelece e remette ao chefe do Serviço de Saude da Região uma estatística annual da guarnição, na qual serão relatados todos os factos principaes concernentes á hygiene e epidemiologia, as medidas tomadas e seus resultados, em fim, as necessidades a satisfazer.

Art. 117. O chefe do Serviço de Saude da Guarnição preside as Juntas Militares de Saude que funccionem na guarnição, para os casos correntes.

### SUB-TITULO III

#### Orgãos de Execução

#### CAPITULO I

##### JUNTAS MILITARES DE SAUDE

Art. 118. As Juntas Militares de Saude são orgãos destinados a proceder a pericias medico-legaes militares determinadas pelas autoridades competentes.

Paragrapho unico. Essas pericias medico-legaes constituem as inspecções de saude que são reguladas por instrucções especiaes.

Art. 119. As Juntas Militares de Saude são constituídas por tres medicos do Exercito, excepção feita para a Junta Superior de Saude que contém cinco medicos, dos quaes o mais graduado, ou o mais antigo, é o presidente e o menõs graduado, ou o mais moderno, o secretario.

§ 1.º Só em casos muito excepçionaes, previstos nas respectivas instrucções, serão constituídas Juntas Militares de Saude, compostas de dous membros.

§ 2.º Nos casos de guarnição longinqua e isolada, dotada de um unico medico, o parecer deste póde, precariamente, substituir o de uma junta, quando o inspecionado não possa viajar.

Art. 120. As Juntas Militares de Saude, comquanto todas tenham fins semelhantes, obedecem a determinada hierarchia funcçional, de onde serem divididas em:

- a) Junta Superior de Saude;
- b) Juntas Militares de Região e Junta Militar de Saude da Directoria de Saude do Exercito;
- c) Juntas Militares de hospitaes e de guarnição;
- d) Juntas Especiaes;
- e) juntas temporarias;
- f) juntas extraordinarias.

Art. 121. — A Junta Superior de Saude é composta de um presidente, coronel medico, sem prejuizo das funcções do cargo que estiver exercendo, chefe de Clinicas Medica, Cirurgica, Neuro-Psychiatrica e Ophthalmo-oto-rino-laringologica do Hospital Central do Exercito.

§ 1.º O presidente da Junta Superior de Saude será designado pelo director de Saude do Exercito.

§ 2.º Quando os chefes de clinicas referidos não forem officiaes superiores serão substituidos por quaesquer officiaes superiores, em serviço nos estabelecimentos subordinados á Directoria, de preferencia especialistas nas especialidades em que se der a vaga, designados pelo director de Saude do Exercito.

Art. 122. As Juntas Militares de Saude das Regiões Militares serão compostas pelos respectivos chefes do Serviço de Saude, como presidente, e os adjunctos, ou outros officiaes por elle propostos, na falta daquelles.

Art. 123. A Junta Militar de Saude da Directoria de Saude do Exercito terá a organização já prevista no art. 55.

Art. 124. Nos hospitaes que funcionam nas sédes de região, bem como nos directamente subordinados á Directoria de Saude do Exercito, haverá uma Junta Militar de Saude, hospitalar, cujos membros são designados pelos respectivos directores, por escala.

Paragrapho unico. Fóra das sédes de Região, em toda guarnição militar haverá uma Junta Militar de Saude com dupla funcção hospitalar e de guarnição, composta pelo chefe do Serviço de Saude da Guarnição, como presidente, e medicos dos hospitaes e corpos da guarnição em escala organizada pelo chefe do Serviço de Saude e approvada pelo commandante da Guarnição.

Art. 125. As Juntas Especiaes são as que se destinam principalmente aos candidatos ao officialato do Exercito.

Paragrapho unico. Em principio ha duas juntas especiaes: a da Escola Militar e a da Aviação, cujos fins estão previstos nos respectivos regulamentos.

Art. 126. As juntas temporarias, bem como as extraordinarias, são designadas pela autoridade competente, desti-

nando-se as primeiras ao exame dos conscriptos e as ultimas a pericias de destino especial.

Art. 127. São equivalentes sob o ponto de vista de hierarchia funcional as juntas militares de hospitaes, de guarnição, temporarias e extraordinarias.

Art. 128. Do parecer emittido por essas juntas haverá recurso para as juntas de saude regionaes, excepto as juntas militares de saude dos hospitaes subordinados á Directoria de Saude do Exercito, das quaes haverá recurso para a Junta Militar de Saude dessa directoria.

Art. 129. Do parecer emittido pelas juntas de saude regionaes, Junta da Directoria de Saude do Exercito e juntas especiaes haverá recurso para a Junta Superior de Saude.

Art. 130. Todas as inspecções de recurso pela Junta Superior de Saude são determinadas pelo Ministro da Guerra, ouvida a Directoria de Saude do Exercito.

Art. 131. De toda inspecção de saude de officiaes ou sargentos será enviada uma cópia de acta á Directoria de Saude do Exercito, tambem os presidentes de todas as Juntas Militares de Saude, Permanentes ou Temporarias, enviarão a essa Directoria, por intermedio da autoridade competente, um mappa numerico das inspecções feitas, annualmente, com o numero global de inspecções, numero de aptidões e de incapacidades e, destas, especificação minuciosa de suas causas.

Art. 132. Os pareceres da Junta Superior de Saude são definitivos e irrecorriveis.

Art. 133. Todo o funcionamento do serviço de inspecções de saude no Exercito bem como as atribuições minuciosas de cada Junta Militar de Saude são regulados em instrucções especiaes.

## CAPITULO II

### HOSPITAES MILITARES

Art. 134. Os Hospitaes Militares, Polyclínicas Militares e Postos de Assistencias Militares, como órgãos de execução, serão tratados em regulamento especial.

## CAPITULO III

### LABORATORIOS, PHARMACIAS MILITARES, DEPOSITOS E OFFICINAS TECHNICAS DO MATERIAL SANITARIO

Art. 135. O Instituto Militar de Biologia, o Laboratorio Chimico Pharmaceutico do Exercito, Pharmacias Militares, os Depositos e Officinas Technicas do Material Sanitario, como órgãos de execução do Serviço de Saude, se regerão por um regulamento especial.

Paragrapho unico. Todos os estabelecimentos congeneres que forem creados, reger-se-ão pelo regulamento de que trata este artigo.

## CAPITULO IV

## SERVIÇOS DE SAUDE ESPECIALIZADOS

Art. 136. Serão creados serviços de saude especializados onde quer que as especializações da medicina militar exigirem órgãos que, além das funcções communs das organizações sanitarias militares, dependam de uma technica especializada.

Art. 137. Serão desde já considerados órgãos do serviço de saude especializado o Serviço Medico de Aviação e de Educação Physica.

## SERVIÇO MEDICO DE AVIAÇÃO

Art. 138. O Serviço Medico de Aviação, que é o grupamento de todos os elementos do serviço de saude da arma de aviação, comprehende uma chefia, o departamento medico de aviação e as formações sanitarias regimentaes de aviação.

Art. 139. A chefia do serviço de saude de aviação é comparada nos casos applicaveis, ás chefias de serviço de saude regionaes, tudo de accordo com os arts. 100 a 104 do presente regulamento, onde se acham enumeradas as funcções do chefe do Serviço de Saude da Aviação.

Art. 140. O Departamento Medico da Aviação, estabelecimento technicamente subordinado á chefia do serviço de saude da aviação, é destinado á selecção dos candidatos a esta arma, verificação permanente da integridade de suas funcções, pelas inspecções e reinspecções periodicas relativas á medicina de aviação.

Art. 141. O Departamento Medico de Aviação será chefiado por um major medico, auxiliado por tres capitães e dois officiaes subalternos medicos, um capitão pharmaceutico e um manipulador de radiologia e, na parte administrativa, por um almoxarife-thesoureiro, official de administração e escreventes.

§ 1.º Todos os medicos do departamento terão a seu cargo serviços technicos, inclusive o director.

§ 2.º O departamento disporá de gabinetes de physio-clinica, ophthalmologia, oto-rino-laringologia, psychologia, radiologia e analyses clinico-chimicas.

§ 3.º O pessoal subalterno e as disposições diversas relativas ao departamento constarão do Regulamento para o Serviço da Aviação Militar.

## SERVIÇO DE SAUDE DE EDUCAÇÃO PHYSICA

Art. 142. O Serviço de Saude nas formações que se destinam á educação physica tem por fim, não só assegurar a saude do pessoal dos respectivos cursos como orientar sob o ponto de vista physico-logico, a instrucção e aperfeiçoal-a.

Art. 143. Na Escola de Educação Physica haverá dois maiores medicos, quatro capitães e quatro tenentes medicos e um tenente pharmaceutico, servindo os medicos cumulativamente no departamento medico, como instructores e na secção de medicina especializada do departamento technico,

todos com o curso de educação physica, excepto o official pharmaceutico.

Art. 144. Os Centros de Educação Physica Regionaes terão cada um o seguinte pessoal especializado: 1 capitão medico, 1 1º tenente medico e 1 2º tenente pharmaceutico.

Art. 145. As disposições geraes relativas a esses departamentos, attribuições e deveres do pessoal, distribuição e funções do pessoal subalterno, etc., serão regidos pelos regulamentos da escola e centros de educação physica do Exército.

Art. 146. Em todas as escolas e collegios militares haverá officiaes medicos, com o curso de educação physica, e com a função de instruir e aperfeiçoar esas instrução sob o ponto de vista physio-clinico.

Art. 147. O curso de educação physica, obrigatorio a todos os medicos em serviço na escola, centros de educação physica, e instructores dessa disciplina nos estabelecimentos, será objecto de apreciação no regulamento referente aos órgãos de preparação technica.

## CAPITULO V

### FORMAÇÕES DE TROPA DE SAUDE

Art. 148. Cada região militar dispõe de uma ou mais formações sanitarias regionaes dependendo directamente do commandante da região.

Art. 149. As formações sanitarias regionaes constituem corpos de tropa de saude destinados á preparação do pessoal necessario ás formações sanitarias das grandes unidades em campanha, subordinadas como os demais corpos de tropa, directamente ao commando da região e, tecnicamente, á chefia do Serviço de Saude Regional.

§ 1.º Compele á formação sanitaria regional assegurar a prophylaxia das doenças epidemicas nas guarnições militares da região.

§ 2.º A formação sanitaria regional constitue, por seu pessoal e material, um órgão de exercicios e manobras do Serviço de Saude para a instrução dos officiaes do quadro activo e de reserva e alumnos da Escola de Saude do Exército.

Art. 150. Como corpos de tropa que são as formações sanitarias regionaes regem-se, no que diz respeito á administração, disciplina e instrução, pelos regulamentos communs aos demais corpos de tropa e, na parte de instrução technica profissional, pelo seu regulamento proprio.

Art. 151. O effectivo da formação sanitaria regional é recrutado entre os soldados fornecidos pelos contingentes annuaes de conscriptos e pelo voluntariado e engajamento.

Art. 152. Todos os homens designados devem saber ler, escrever e não ter soffrido condemnação.

### ORGANIZAÇÃO DAS FORMAÇÕES SANITARIAS REGIONAES

Art. 153. A sede das formações é fixada pelo Estado Maior do Exército; será, em principio, na mesma localidade em que estiverem os hospitais militares mais importantes do territorio da região.

Art. 154. Cada formação sanitaria regional constitue uma unidade distincta, não só quanto á administração, como quanto ao commando.

Art. 155. A graduação e hierarchia das praças são as mesmas que as dos corpos de tropa.

Art. 156. O effectivo em officiaes de cada formação sanitaria regional é, em principio, o que se segue, podendo, entretanto, ser modificado pelo Estado Maior do Exercito, em circumstancias particulares.

- 1 commandante, capitão medico.
- 1 chefe do Grupamento de Padioleiros, 1º tenente medico.
- 1 chefe do Grupamento de Ambulancia, 1º tenente medico.
- 1 segundo. tenente pharmaceutico.
- 1 segundo tenente veterinario.
- 2 segundos tenentes de administração, sendo um thesoureiro e um almoxarife-aprovisionador.

—  
7 officiaes.

Paragrapho unico. O effectivo em praças será o estabelecido na lei de fixação de forças.

Art. 157. Cada formação sanitaria regional se compõe de um grupamento de padioleiros, de um grupamento de ambulancia e de uma Secção Extranumeraria.

Art. 158. O grupamento de padioleiros assegura a prophylaxia das doenças epidemicas e executa todas as operações de saneamento necessarias á preservação da saude das tropas nas guarnições.

Art. 159. O serviço medico da formação, inclusive a enfermaria regimental, ficará a cargo do grupamento de ambulancia.

Art. 160. Os officiaes pharmaceutico e dentista estão subordinados respectivamente ao grupamento de padioleiros e grupamento de ambulancia, com as funcções que lhes são peculiares nos corpos de tropa, accrescidas para o official pharmaceutico, em particular, da instrucção sobre analyses chimicas.

Art. 161. O official veterinario, directamente subordinado ao commando, tem as funcções que lhe são peculiares.

Art. 162. Aos officiaes de administração competem as suas funcções normaes de thesoureiro e almoxarife aprovisionador.

Art. 163. A instrucção das praças das formações sanitarias regionaes obedece ao programma determinado no regulamento para a instrucção das formações sanitarias regionaes (regulamento n. 48).

## CAPITULO VI

### SERVIÇO DE SAUDE DOS CORPOS DE TROPA E ESTABELECIMENTOS MILITARES

Art. 164. O funcionamento do Serviço de Saude nos corpos de tropa é regido pelas prescripções especiaes contidas no Regulamento para o Serviço Interno dos Corpos de Tropa e pelas disposições que se seguem.

Art. 165. O pessoal e material necessarios para a execução do Serviço de Saude em cada corpo de tropa constituem, quanto ao commando e instrucção, uma sub-unidade distincta e "Formação Sanitaria Regimental".

Art. 166. O Serviço de Saude nos corpos de tropa comprehende:

a) visita medica diaria, revistas sanitarias geraes (passadas periodicamente) e exame medico de incorporação;

b) applicação dos preceitos de medicina preventiva á saude da tropa;

c) assistencia aos doentes da enfermaria regimental, e de urgencia nos casos graves e a assistencia, aos militares da unidade e suas familias;

d) assistencia medica durante manobras e exercicios feitos pela tropa fóra do quartel;

e) instrucção technica do pessoal da formação sanitaria regimental, de accôrdo com as prescripções contidas nos regulamentos e instrucções especiaes;

f) constituição das reservas de enfermeiros e padioleiros perfeitamente instruidos para o serviço de campanha.

Art. 167. Como exemplo de organização das formações sanitarias regimentaes, quanto a pessoal, os quadros abaixo representam a melhor distribuição a ser dada, nos corpos de tropa, a esse serviço, não sendo no emtanto, no momento, uma determinação taxativa:

a) para os regimentos de infantaria e artilharia:

Um medico-chefe, capitão . . . .	Tres officiaes.....	Total: tres of- ficiaes e 24 praças.
Dois medicos, subalternos . .		
Um 1° sargento de saude . . .	Cinco enfermeiros.	
Um 2° sargento de saude . . .		
Um 3° sargento de saude . . .		
Um 1° cabo . . .		
Um 2° cabo . . .		
Um 3° sargento padioleiro. . .	19 padioleiros.....	
Um 1° cabo pa- dioleiro. . . .		
Um 2° cabo pa- dioleiro. . . .		
Dezeseis soldados padioleiros . .		



b) para os regimentos de cavallaria, batalhão de caçadores, de infantaria montada, de engenharia, grupos independentes e outras unidades semelhantes:

Um medico-chefe, capitão, e um 1º tenente . . }	Dois officiaes....	}	Total: dois of- ficiaes e doze praças.
Um 2º sargento enfermeiro . . }	Tres enfermeiros..		
Um 3º sargento enfermeiro . . }			
Um 1º cabo en- fermeiro . . . }			
Um 1º cabo pa- dioleiro. . . . }	Nove padioleiros..	}	
Oito soldados . . }			

Art. 168. As formações sanitarias regimentaes pertencentes aos corpos de tropas isolados terão a dotação de pessoal prevista no art. 205 do presente regulamento.

Art. 169. O recrutamento e as promoções das praças das formações sanitarias regimentaes serão feitas de accôrdo com as disposições dos regulamentos em vigor.

Art. 170. O pessoal da formação sanitaria regimental, collocado sob a autoridade directa do medico-chefe, depende, sómente no que concerne á subsistencia a fardamento e vencimentos, da companhia ou pelotão extranumerario do corpo de tropa a que pertencer.

### INSTRUCCÃO

Art. 171. Esse pessoal recebe a instrucção individual do soldado com as outras praças e presta, ao mesmo tempo, seu concurso de hygiene e prophylaxia aos serviços da enfermaria regimental.

Art. 172. Terminada a instrucção individual começará a sanitaria especial, que será dada pelos medicos do corpo e aperfeçoada, eventualmente, por estagio em um hospital militar, para os enfermeiros regimentaes.

§ 1.º A instrucção comprehende:

- a) a de enfermeiros;
- b) a de padioleiros.

§ 2.º A instrucção de enfermeiros se orientará pelas directivas da instrucção de enfermeiros do regulamento n. 48, no que lhes fôr applicavel, e a de padioleiros pelas instrucções em vigor.

### DEVERES E ATTRIBUIÇÕES DO PESSOAL

Art. 173. O medico-chefe tem, sob todo pessoal, permanente ou temporario, que constitue a formação, as attribuições de Commandante de Companhia (Bateria ou Esquadrão).

§ 1.º Assegura o serviço sanitario do corpo, secundado pelos medicos collocados sob suas ordens e é o unico responsavel, para com o commandante do corpo, pela sua execução.

§ 2.º No concernente á parte technica do serviço, depende do chefe do serviço de saude da guarnição e do chefe do serviço de saude da Região.

Art. 174. O medico-chefe dirige e fiscaliza, sob a autoridade do commandante do corpo, tudo que concerne ao funcionamento e policia da enfermaria.

§ 1.º Tem autoridade, não só sobre o pessoal da formação sanitaria regimental, como sobre os doentes em tratamento ou em convalescença na enfermaria e os que estejam nas salas de espera e visita; é responsavel, para com as autoridades competentes, por todo o material da formação e aprovisionamento do serviço de saude em campanha.

§ 2.º Tem mais os seguintes deveres:

1º, faz parte das commissões encarregadas de projectar novas installações ou modificações de dependencias da formação;

2º, fiscaliza rigorosamente o consumo dos productos pharmaceuticos toxicos; quando não houver pharmaceutico devem esses ser fechados a chave e trazerem rotulos regulamentares que os distingam facilmente.

Art. 175. Os officiaes subordinados concorrem para a execução do serviço da formação segundo as instrucções que lhes dá o medico-chefe; dentre os medicos, o mais graduado ou mais antigo de posto substitue o medico-chefe, em todas as attribuições, em caso de impedimento.

Art. 176. Ao sargento de saude mais graduado cabe toda a escripturação que se relacione com o serviço medico e administração da formação sanitaria regimental, não podendo fornecer medicamento algum sem ordem formal dos medicos, competindo-lhe a fiscalização do asseio dos homens e limpeza das dependencias da enfermaria, da conservação dos utensilios, manter a disciplina e boa ordem em todas as dependencias da enfermaria; é o monitor geral para a instrucção do pessoal da formação sanitaria regimental.

Art. 177. Os sargentos e cabos de saude são empregados, por designação do medico-chefe, em assistencia aos doentes no quartel, nas marchas, manobras, exercicios de tiro, banhos collectivos, manutenção do asseio das dependencias da enfermaria e utensilios, etc.; quer á noite, quer de dia, ha sempre presente na enfermaria um enfermeiro, cabendo-lhe administrar aos doentes, nas horas prescriptas, os remedios, e communicar ao sargento mais graduado os casos fortuitos ou insolitos.

Art. 178. Os padioleiros regimentaes, fóra das horas de instrucção, são utilizados como auxiliares dos enfermeiros, segundo instrucções do medico-chefe; recebem, para esse fim, instrucção de enfermeiros regimentaes e contribuem para o serviço de dia.

Art. 179. Caso um corpo de tropa possua, permanente ou temporariamente, uma fracção fóra de sua guarnição principal, um dos medicos é designado para ella e lhe assegura o serviço de saude, com pessoal subalterno proporcionado á importancia da fracção destacada, tudo por proposta do medico-chefe ao commando.

## EXAME MEDICO DE INCORPORAÇÃO

Art. 180. O medico-chefe, assistido de seus medicos subordinados, á chegada dos recrutas, engajados, reengajados e voluntarios, faz-lhes o exame medico de incorporação.

§ 1.º O exame medico de incorporação tem por fim permittir aos medicos conhecer, com minuta, a constituição physica dos recrutas, seguir ulteriormente, com conhecimento de causa, os progressos do seu treinamento ou scientificar-se de sua deficiencia no decorrer deste treinamento.

§ 2.º O exame deve ser completo, visar todos os orgãos, todas as funcções, observar todos os defeitos, naturaes ou adquiridos; as pericias delicadas, concernentes a orgãos dos sentidos, estado mental, exames radiologicos, etc., são completados, sem perda de tempo, no estabelecimento sanitario mais proximo; são tambem enviados ao hospital os casos duvidosos que necessitem uma observação prolongada.

§ 3.º Aquelles que, no fim de certo tempo, com ou sem observação no hospital, tenham parecido incapazes, physicamente, para continuar a desempenhar as obrigações militares, serão enviados a uma junta militar de saude, acompanhados de observações clinicas, afim de serem excluidos, temporaria ou definitivamente, do Exercito.

§ 4.º As informações fornecidas pela junta militar de saude e as observações do medico-chefe, feitas durante a visita, são consignadas no Registro de Incorporação, com todos os informes sobre o estado civil, medidas anthropometricas, vacinações, variola, estado physico (robustez, taras ou outras particularidades).

§ 5.º Nesse mesmo registo serão mencionadas, exactamente, as doenças ou accidentes que sobrevierem durante a estada na caserna, as datas das baixas e altas da enfermaria ou hospital, os documentos sanitarios de origem e appparelhos protheticos fornecidos, os pesos successivos registados durante o tempo do serviço, emfim, a data e o modo de obtenção da baixa do Exercito.

Art. 181. Afim de serem conveniente e integralmente observados antes de sua incorporação definitiva, os recrutas terão a incorporação provisoria durante o primeiro período de instrucção, logo que tal medida seja consignada no Regulamento do Serviço Militar.

## ACCLIMAÇÃO DOS RECRUTAS

Art. 182. Durante o periodo de incorporação provisoria, cabe ao medico-chefe propôr ao commandante do corpo todas as medidas que pareçam vantajosas para facilitar a acclimação dos recrutas e habitual-os progressivamente ás fadigas inherentes ao serviço militar.

Art. 183. Taes medidas visam especialmente:

a) os homens que por motivos a pesquisar, maximé os estados tuberculosos e pré-tuberculosos, não apresentarem a força e o vigor necessarios para se adaptarem ao serviço geral;

b) os recrutas que, em virtude de suas occupações sedentarias anteriores, são mais sujeitos á fadiga:

c) os homens, attingidos de enfermidades ligeiras compatíveis com o serviço, que necessitem de treinamento menos rapido.

Paragrapho unico. O papel do medico-chefe, no que respeita á acclimação e ao treinamento physico dos recrutas, é pormenorizado em instrucções especiaes.

Art. 184. Terminado o periodo de incorporação provisoria o medico-chefe dará uma parte circunstanciada ao commandante do corpo, com a relação dos afastados, sua percentagem e motivos desse afastamento por inspecção de saude.

#### REVISTAS SANITARIAS

Art. 185. Todos os homens, sem excepção, comprehendidos os graduados, são sujeitos trimestralmente a uma revista sanitaria que permite aos medicos verificar o asseio corporal, pequizar as doenças cutaneas e venereas, febres eruptivas e outras.

§ 1.º O medico-chefe ou um de seus auxiliares medicos examina, antes da partida, os homens que obtenham dispensa do serviço, superior a dois dias, afim de evitar a sahida de homens com incubações de doenças, ou já indispostos; o medico declara no documento de licença ou permissão que o interessado não apresenta nenhum symptoma de doença, ou, se se trata de uma dispensa por doença, a menção de que a doença é ou não mais contagiosa, sob pena de não ter effeito a sua dispensa.

§ 2.º Os permissionarios, pelas mesmas razões de prophylaxia, se apresentam ao medico do corpo quando regressam, terminada a dispensa, permissão ou toda outra causa de ausencia superior a quatro dias.

#### PROPHYLAXIA, VACINAÇÕES E REVACCINAÇÕES

Art. 186. O medico-chefe pratica em toda a tropa as vacinações ou revaccinações anti-variolica e anti-typhica de accordo com as disposições em vigor.

§ 1.º Em caso de epidemia de variola, revaccina todos os homens que tenham tido as innoculações anteriores, praticadas na unidade, negativas.

§ 2.º Os resultados dessas vacinações ou revaccinações são consignados no registo de incorporação e na caderneta sanitaria militar, quando esta existir.

§ 3.º Do registo de incorporação serão extrahidos os attestados de vacinação para as praças que necessitem desses documentos.

Art. 187. O medico-chefe deve, sempre auxiliado pelos subalternos, combater prophylacticamente as doenças venereas, verminoses, alcoolismo, intoxicações e quaesquer doenças epidemicas que estejam no momento grassando na guarnição, no que deverá contar sempre com a collaboração e apoio do commando.

§ 1.º A prophylaxia deverá ser feita pelos meios usuaes geracs e especificos, constantes de conferencias, revistas

geraes, punição severa dos transgressores de ordens relacionadas com a prophylaxia, applicação de recursos scientificos prophylacticos, etc.

§ 2.º A Directoria de Saude do Exercicio organizará instrucções necessarias sobre a prophylaxia, sob seus diversos aspectos.

#### VIGILANCIA DO ESTADO DE SAUDE DOS SARGENTOS

Art. 188. Os sub-tenentes e sargentos, que servem maior tempo que as outras praças, são objecto de vigilancia sanitaria especial que tem por fim a observação rigorosa de seu estado physico e a descoberta precoce das affecções que possam eventualmente apresentar; os resultados dessa vigilancia são inscriptos, cada anno, no registo de incorporação.

#### OBSERVAÇÃO DO ESTADO MENTAL

Art. 189. Serão encaminhados ao medico-chefe os homens cujo estado mental tenha parecido suspeito.

§ 1.º Esta prescripção se applica principalmente aos homens que commettem actos repetidos de indisciplina e a punição ordinaria tenha parecido impotente para corrigir os jovens soldados inadaptaveis e, enfim, aos homens auctores de delictos que possam acarretar penalidades severas.

§ 2.º Uma observação minuciosa, por alienista, será feita em todos os casos desta natureza.

#### CONFERENCIAS DE HYGIENE AOS OFFICIAES, SARGENTOS E SOLDADOS

Art. 190. O medico-chefe e seus auxiliares medicos fazem, aos officiaes e praças, conferencias sobre as regras de hygiene geral e prophylaxia adaptaveis á vida militar em tempo de paz e em campanha.

#### FISCALIZAÇÃO HYGIENICA DO QUARTEL

Art. 191. O medico-chefe fiscaliza e visita, sob o ponto de vista hygienico, todas as dependencias do quartel, devendo os commandantes de unidades facilitar o desempenho desta parte da missão do medico.

§ 1.º O medico assiguala ao commandante do corpo os defeitos materiaes ou negligencia verificados na conservação e bem assim os meios de remedial-os.

§ 2.º Combaterá especialmente: a superlotação, tanto sob o ponto de vista da capacidade, como da superficie e o ar confinado, remediando-o por ventilação apropriada.

§ 3.º Envia, annualmente, ao commandante do corpo um relatorio contendo as propostas de melhoria a introduzir nas dependencias do quartel.

Art. 192. O medico-chefe fiscaliza, ainda, a agua fornecida á tropa, procurando conhecer sua origem, detalhes de canalização e distribuição.

§ 1.º Quando necessario provoca providencias attinentes á analyse da agua e põe-se ao corrente de todas as mudanças que possam alterar o seu regimen.

§ 2.º Providencia sobre a depuração da agua, quando necessario.

Art. 193. O medico-chefe registará todas as epidemias sobrevindas no quartel com as datas, origem, importancia e localização, etc.; a localização será mencionada de modo preciso, afim de facilitar ultteriores pesquisas etioologicas e orientar o esforço principal da prophylaxia.

§ 1.º Logo que uma doença epidemica surja, o medico communica ao seu commandante e ao chefe do serviço de saude da guarnição, e este ao da Região.

§ 2.º Procura se informar immediatamente da origem da doença e dos primeiros attingidos afim de assegurar o isolamento immediato, enviando-os com toda a urgencia ao hospital.

§ 3.º Nas unidades contaminadas a visita medica será. com o mesmo fim, passada duas vezes ao dia; será feito o isolamento, tão completo quanto possivel, dos homens sãos que pertençam á fracção de tropa invadida.

§ 4.º A vigilancia sanitaria sobre os homens que obtiverem licença ou permissão, quando sahirem ou regressarem, será redobrada, principalmente se o meio civil estiver tambem contaminado.

§ 5.º Neste ultimo caso, as localidades contaminadas, assignaladas pela autoridade civil, poderão ser interdictas aos licenciados pelos commandos.

§ 6.º O medico-chefe assignala ao commandante do corpo a necessidade das operações de desinfecção e modo de execução; elle proprio as fiscaliza, quer se trata das dependencias do quartel, quer do material do mesmo.

§ 7.º Os meios para assegurar a desinfecção são pedidos ao chefe do serviço de saude da região.

§ 8.º Todo o vestuario de uso, do contaminado, quando tiver de ser novamente utilizado, deve passar por desinfecção.

§ 9.º Qualquer caso de doença epidemica exige abertura immediata de inquerito epidemiologico, de accordo com instrucções a serem organizadas pela Directoria de Saude do Exercito.

#### FISCALIZAÇÃO HYGIENICA FÓRA DO QUARTEL

Art. 194. Toda localidade prevista para estacionamento de tropa, durante manobras, será objecto de investigação, sob o ponto de vista hygienico, feita por um dos medicos, o qual deve, com anticipação de alguns dias estabelecer-se na localidade.

Paragrapho unico. Essa investigação comprehende:

a) informações fornecidas pelas autoridades administrativas sobre a existencia eventual de casos de doenças contagiosas e o numero de obitos;

b) investigações pessoais, de ordem técnica, visando a hygiene geral da localidade, a natureza das doenças observadas, etc.;

c) pesquisa sobre agua de abastecimento da localidade.

Art. 195. No que respeita aos campos de instrucção e manobras e polygonos de linhas de tiro, o medico-chefe collabora no estudo das condições hygienicas de installação e fornece, annualmente, informações sobre as melhorias a serem introduzidas, que interessem á hygiene, bem como sobre as epidemias que poderiam soffrer as tropas durante sua estada em taes campos.

#### ASSISTENCIA MEDICA AOS DOENTES E FERIDOS

Art. 196. O medico-chefe e seus subordinados prestam serviços gratuitos a todos os militares do corpo e bem assim, aos membros de suas familias que, com elles militares, habitarem e tiverem direito.

Art. 197. O medico-chefe attende no posto medico da formação sanitaria regimental, todos os dias, exclusive domingos e feriados em hora previamente determinada, aos militares que se apresentarem á visita medica.

§ 1.º A visita é feita nos alojamentos para os doentes impossibilitados de deixar o leito e se dirigir á enfermaria e, para todos os outros, na sala, especialmente destinada a este fim, nas dependencias da formação sanitaria regimental.

§ 2.º Toda vez que houver uma suspeita, o medico deve pesquisar, com attenção, as doenças latentes ou larvadas (anemia symptomatica da tuberculose, do paludismo, das verminoses, pleurisias de começo insidiosos; diarrheas especificas; prodromos de febres eruptivas, e outras).

§ 3.º O medico regista no livro de visita medica, para cada homem, todas as informações que possam interessar o commando, livro esse que será submettido diariamente ao sub-commandante.

§ 4.º O diagnostico constante do livro de visitas será inscripto minuciosamente de accordo com a N. N. G. E.

§ 5.º As soluções que podem ser adoptadas para cada doente, durante a visita medica diaria, são as seguintes:

a) dispensa de uso de peças de fardamento e equipamento;

b) tratamento no quartel (com ou sem isenção parcial do serviço) para os casos de indisposições ligeiras, que só necessitam pequenos cuidados em horas fixas;

c) observação na enfermaria, para os casos em que nenhum symptoma permita um diagnostico immediato (deste numero são os casos em que os individuos são suspeitos de simulação); a duração da observação é, em principio, de dois dias; caso haja necessidade póde ser prolongada; se, após a observação, nenhum indicio de doença surja, o medico declara o homem "apto para fazer, actualmente.

o serviço"; a autoridade competente poderá, então, punir o interessado como julgar conveniente; essa punição, entretanto, não será applicada senão após um prazo de 15 dias, devido á eventualidade sempre possível de uma affecção latente de começo insidioso;

d) tratamento na enfermaria, para as affecções benignas, que necessitem, porém, de cuidados medico-cirurgicos;

e) convalescença, na enfermaria, para os homens que obtiverem alta do hospital em estado que necessite um periodo de repouso antes da volta ao serviço;

f) baixa ao hospital, para todas as doenças contagiosas, graves ou necessitando de cuidados assíduos ou especializados que não podem ser dados na enfermaria;

g) encaminhamento ás juntas militares de saude, do accordo com o § 3.º do art. 180.

§ 6.º A remessa de doentes ao hospital é, normalmente, feita no mesmo dia; poderá ser adiada para o dia seguinte, quando tal prazo fôr necessario, em virtude da distancia ou insufficiencia de meios de transporte; quando as circumstancias o exigirem (epidemias ou casos pathologicos de character particular), o director do hospital será avisado com presteza.

§ 7.º Se o doente ou ferido está em estado grave é acompanhado por um dos medicos do corpo, que dará informações aos do hospital e prestará o seu concurso, se houver necessidade, ao medico de dia, para os primeiros cuidados a dar ao doente.

§ 8.º Durante a visita medica diaria são, obrigatoriamente, apresentados ao medico-chefe todos os homens que obtiverem dispensa ou permissão para se ausentar e os que regressaram; os homens que obtiveram alta do hospital, para os quaes elle prescreve ou não convalescença a enfermaria; os homens propostos para padioleiros, ferradores, corneteiros ou musicos e, em geral, para todas as occupações que exijam aptidão especial (cyclistas, motocyclistas, motoristas, telegraphistas, signaleiros, monitores de instrucção physica e outras); o medico dá parecer sobre a aptidão que apresentam esses homens para exercer taes funcções.

#### DEVERES ADMINISTRATIVOS DOS MEDICOS DOS CORPOS DE TROPA

Art. 198. São deveres dos medicos dos corpos para com os respectivos commandantes:

1. Enviar diariamente, ao commandante do corpo, por intermedio do sub-commandante, uma parte sobre o serviço, da qual consta o mappa do movimento dos doentes da unidade em tratamento no hospital e na formação sanitaria regimental; uma communicação summaria sobre o estado e necessidades sanitarias da unidade e casos particulares que possam interessar.

2. Dar ao commandante do corpo, sempre que julgar necessario, parecer, escripto ou verbal, sobre a execução das prescripções hygienicas nas differentes dependencias do quartel.



Art. 199. São deveres dos medicos dos corpos para com os chefes technicos:

1. Informar sobre todas as modificações sobrevindas no estado sanitario do corpo e, bem assim, do começo de toda manifestação epidemica, causas provaveis e medidas postas em execução para combatel-as.

2. Informar sobre o movimento dos doentes, enviando, quinzenalmente, uma parte com o mappa numerico.

3. Enviar ás mesmas autoridades, mensalmente, o mappa nosologico dos doentes tratados na enfermaria regimental.

Art. 200. A correspondencia com os chefe do serviço de saude da guarnição e da região passa, pelo commandante do corpo; comtudo, em casos urgentes (irrupção de epidemia, pedido urgente de desinfectantes, medicamentos, etc.), os medicos-chefes de corpo podem, excepcionalmente, corresponder-se directamente com essas autoridades, com sciencia prévia do commandante.

#### ENFERMARIAS REGIMENTAES

Art. 201. As enfermarias regimentaes são órgãos de hospitalização nos corpos de tropa, de curta ou longa duração, conforme estejam destacados esses corpos em guarnições de mais de um corpo de tropa ou isolados, donde sua divisão em: enfermaria de "typo A", as de guarnição servida por um hospital militar e enfermaria "typo B", as pertencentes a unidades isoladas.

Art. 202. As enfermarias regimentaes "typo A" são instituidas:

a) para o tratamento dos militares attingidos de doenças ligeiras, cuja natureza não acarrete a baixa ao hospital;

b) para receber e dar pequenos cuidados aos militares convalescentes que obtiverem alta do hospital, até que estejam em condições de retomar o serviço ou seguir o regimen alimentar ordinario;

c) para a preservação da saude da unidade, visto permittir isolar immediatamente todo homem portador de affecção ou doença mal caracterizada.

Art. 203. As enfermarias regimentaes "typo B" têm a mesma finalidade das do "typo A", accrescidas de maiores dotações de pessoal e material e maior amplitude de molde a poder hospitalizar por tempo mais longo os militares a ellas baixados.

§ 1.º As formações sanitarias regimentaes que tenham enfermarias regimentaes "typo B" têm a dotação das "typo A" com as seguintes alterações: são dotadas de dois medicos no minimo; mais dois officiaes subalternos, sendo um pharmaceutico e um cirurgião dentista; um manipulador de pharmacia e um manipulador de radiologia (onde houver appparelhos) e mais um terço de dotação de enfermeiros.

§ 2.º A dotação de material das enfermarias regimentaes "typo B" é a mesma dos hospitaes de 4ª classe.

§ 3.º As unidades isoladas terão enfermarias "typo B" desde que o transporte de sua séde ao Hospital Militar mais proximo seja demorado ou difficil.

Art. 204. Toda formação sanitaria regimental de corpo de tropa possui uma enfermaria regimental.

Paragrapho unico. Toda sub-unidade isolada possui sua formação sanitaria regimental; a existencia da enfermaria regimental dessa formação fica dependendo da distancia a que estiver a sub-unidade do hospital militar mais proximo.

#### NUMERO DE LEITOS DA ENFERMARIA REGIMENTAL

Art. 205. O numero de leitos de uma enfermaria regimental é fixado, em principio (quer para os doentes, quer para os convalescentes) em 1% do effectivo normal da tropa a que a enfermaria é destinada, para as "typo A" e 3% para as "typo B".

#### DEPENDENCIAS DAS FORMAÇÕES SANITARIAS REGIMENTAES

Art. 206. A formação sanitaria regimental deve ser installada, sempre que seja possivel, em pavilhão especial, isolado.

Art. 207. As dependencias do serviço geral das formações sanitarias regimentaes devem ser, em principio, as seguintes:

a) sala de espera, servindo para os homens que vêm a visita medica e os trabalhos de serviço de saude;

b) sala da visita medica contigua á precedente e onde os doentes devem ser examinados;

c) sala de curativos provida deapparelhos de esterilização, armario para material de curativos, mesa de curativos, suporte para soluções antisepticas;

d) gabinete do medico: serve tambem de pequeno laboratorio e tem o armario para toxicos, que deverá ser fchado;

e) posto prophylactico, munido de todo o material para a prophylaxia anti-venerea e possuindo, affixadas de modo visivel, as instrucções precisas, concernentes a esse assumpto;

f) deposito de medicamentos, na enfermaria "typo A", ou pharmacia nas "typo B";

g) gabinete dentario, nas formações com enfermarias "typo B";

h) banheiros e installações sanitarias;

i) deposito do material sanitario;

j) quarto do enfermeiro de dia;

k) enfermaria regimental com accomodações separadas para officiaes, sargentos e praças;

l) refeitório.

## EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Art. 208. A admissão dos doentes pela baixa é concedida, em principio, na visita medica; em caso de urgencia, o medico, chamado a ver um doente fóra da visita, póde, se julgar necessario, fazel-o baixar á enfermaria; durante a sua estada na enfermaria, os doentes não conservam os uniformes de instrucção; estes serão desinfectados, se houver necessidade, e, em seguida, guardados num deposito; o medico-chefe deve entender-se com o commandante do corpo para que sejam dados á enfermaria vestuarios proprios para servir aos doentes quando baixados.

Art. 209. A visita será feita diariamente, pela manhã, e renovada, á tarde se houver necessidade; as prescripções de medicamentos são feitas para todo o dia e executadas por um enfermeiro; quando houver doentes que necessitem de medicina especial que não possa ser feita com os recursos da tabella em vigor, o medico baixará ou transferirá para o hospital militar mais proximo.

Art. 210. Finda a visita, o sargento enfermeiro mais graduado organiza o mappa do movimento do dia, de accordo com o modelo regulamentar, para constar da parte do medico, e faz o pedido das dietas, que deverá ser entregue á autoridade competente, depois de visado pelo sub-commandante.

Paragrapho unico. Quanto ao regime dietetico, será adoptada a tabella de dietas em uso nos hospitaes, nos casos applicaveis.

Art. 211. A fiscalização dos cuidados de asseio dos doentes cabe aos enfermeiros.

Art. 212. Os doentes da enfermaria estão sob a autoridade immediata do medico-chefe e seus auxiliares.

Art. 213. Quando um militar, em tratamento na enfermaria regimental, soffrer punição, no curso do tratamento, esta não será effectivada emquanto não obtiver alta, para o que o medico-chefe communicará em parte ao commando.

Art. 214. O medico, na visita matinal, concede as altas por qualquer motivo dos previstos no Regulamento para os Hospitaes Militares; a sahida desses doentes só se dará á tarde, após o jantar; nos casos de transferencia ou baixa directa de doentes ao hospital, ocnforme as circumstancias o medico póde fazel-os entrar nesse estabelecimento com urgencia, sem esperar a hora prescripta no periodo acima.

Paragrapho unico. Antes da sahida dos doentes o enfermeiro de dia verifica, cuidadosamente, o estado das roupas e objectos que lhes foram confiados.

Art. 215. Quando occorrer um obtido no quartel, na enfermaria, ou fóra, será verificado pelo medico-chefe, ou um dos medicos auxiliares.

Paragrapho unico. Nos casos de morte subita ou violenta, procede-se de accordo com as disposições em vigor; em todos os casos de obito, dentro ou fóra do quartel, o medico-chefe do serviço endereça uma parte circumstanciada, sobre as causas do obito, aos chefes do serviço de saude da guarnição ou região.

## DESPESAS NORMAES E EXTRAORDINARIAS DA ENFERMARIA

Art. 216. Nenhuma despesa pode ser determinada pelo medico-chefe do serviço, o qual não dispõe, para isso, de verba.

Paragrapho unico. As despesas normaes e extraordinarias são determinadas pelos seguintes órgãos:

a) Conselho Administrativo do corpo que fornecerá tudo o que fôr necessario, excepto o constante da letra b;

b) Serviço de Saude — medicamentos, utensilios e accessorios de pharmacia, reactivos, material cirurgico e sanitario, objectos e accessorios de curativos, sóros e vaccinas (Pharmacia Central, Deposito Central de Material Sanitario do Exército, Depositos Regionaes de Material Sanitario e Instituto Militar de Biologia).

## ADMINISTRAÇÃO DA ENFERMARIA REGIMENTAL

Art. 217. O Conselho Administrativo do corpo gere a formação sanitaria regimental.

§ 1º. O material e os medicamentos, de que são providas as formações sanitarias regimentaes, são objectos de tabellas especiaes, approvadas pelo ministro da Guerra.

§ 2º. Os objectos inserviveis fornecidos pelo Serviço de Saude são assignalados, annualmente, no mappa carga e descarga organizado pelo medico-chefe de accordo com o modelo adoptado e enviado ao chefe do serviço de saude da região.

§ 3º. Para a descarga do material inservivel proceder-se-á de accordo com o Regulamento de Administração.

§ 4º. O material da formação sanitaria regimental é inscripto no livro de carga e descarga.

§ 5º. O renovamento do material é assegurado por pedidos trimestraes, dirigidos, nos oito primeiros dias de cada inicio de trimestre, á Pharmacia Central ou Deposito Regional, para os medicamentos, material de penso, reactivos, utensilios e accessorios de pharmacia; aos Depositos Regionaes ou Deposito Central de Material Sanitario, para os instrumentos de cirurgia, material sanitario e accessorios.

§ 6º. Estes pedidos são feitos em tres vias, na ordem da nomenclatura, de accordo com instrucções especiaes, onde se encontram os respectivos modelos.

§ 7º. Quanto ao material do Serviço de Saude em campanha, destinado á instrucção, deve ser mantido em perfeito estado de conservação e examinado frequentemente pelo medico-chefe; para esse, o pedido será acompanhado de uma parte sobre as causas que motivaram a deterioração.

§ 8º. O material de mobilização susceptivel de deterioração, será usado no serviço normal, antes de expirado o prazo em que seja julgado inservivel; será substituído, mediante um pedido periodico ou extraordinario, devidamente justificado.

## LIVROS DA FORMAÇÃO SANITARIA REGIMENTAL

Art. 218. Nas formações sanitarias regimentaes cabe ao medico-chefe e seus auxiliares a escripturação dos seguintes livros e registros:

1. Registro medico de incorporação (contendo entre outros informes os de vacinações e revaccinações, obitos, reformas e baixas por doença);
2. Livro de visita medica;
3. Livro de partes;
4. Livro de entradas e salidas de doentes tratados na enfermaria;
5. Livro de carga e descarga do material sanitario, permanente e de consumo;
6. Registro de correspondencia.

Art. 219. A formação sanitaria regimental deve possuir, fornecidos pela respectiva unidade, todos os regulamentos e instrucções relativos ao Serviço de Saude, em tempo de paz e de guerra, inclusive os livros para escripturação de que trata o artigo anterior.

INSTRUÇÃO TECHNICA DOS ENFERMEIROS E PADIOLEIROS  
REGIMENTAES

Art. 220. A instrucção technica dos enfermeiros e padioleiros, que compõem a formação regimental, é feita mediante programmaes calcados nos regulamentos e instrucções em vigor.

Paragrapho unico. O serviço interno da formação sanitaria é assegurado pelos padioleiros effectivos previstos neste regulamento e de accordo com a fixação de forças.

SERVIÇO DE SAUDE NA ARTILHARIA DE COSTA, ESTABELECIMENTOS  
MILITARES E SUB-UNIDADES ISOLADAS

Art. 221. O Serviço de Saude nos Fortes, Fortalezas, estabelecimentos militares e sub-unidades isoladas funcionará de accordo com as mesmas prescripções estabelecidas para o dos corpos de tropa, não dispondo, entretanto, suas formações sanitarias regimentaes, de padioleiros.

Art. 222. Em relação á instrucção sanitaria do pessoal do Serviço de Saude e do pessoal da tropa, o medico cuidará, com maior desenvolvimento, de modo especial de ser prestado o primeiro soccorro aos feridos de combate nos Fortes e aos asphyxiados por submersão ou gazes.

Art. 223. Os Fortes ou Fortalezas, estabelecimentos militares e sub-unidades isoladas situados longe de uma guarnição, terão enfermaria regimental "typo B".

Art. 224. Os Grupos de Artilharia de Costa disporão do mesmo pessoal constante das formações sanitarias regimentaes de typo batalhão de artilheiros, excepto os padioleiros.

Art. 225. As companhias, baterias e esquadões isolados com séde em guarnição de mais de um corpo de tropa não terão dotação de pessoal do Serviço de Saude, excepto

as baterias pertencentes á Artilharia de Costa que disporão de um 1º tenente medico e dois cabos de saude.

§ 1º. O Serviço de Saude das sub-unidades acima referidas, sem pessoal sanitario, é assegurado pela formação sanitaria regimental da unidade mais bem provida da guarnição ou da unidade mais proxima, por proposta do chefe do Serviço de Saude da Região.

§ 2º. As companhias, baterias e esquadões isolados com séde em guarnições sem outro corpo de tropa disporão do seguinte pessoal: um tenente medico, um tenente pharmaceutico, um tenente dentista, um sargento de saude, dois cabos de saude e um manipulador de pharmacia.

Art. 226. A dotação de material das diversas unidades e sub-unidades acima enumeradas constará da tabella de distribuição.

Art. 227. Os estabelecimentos militares serão todos dotados de uma formação sanitaria em tudo semelhante ás regimentaes, não dispondo, entretanto, de padioleiros.

§ 1º. Tal como nas formações sanitarias regimentaes disporão os estabelecimentos situados em guarnição isolada de uma enfermaria regimental do "typo B", com todo o pessoal e material normalmente distribuidos a essas formações sem padioleiros.

§ 2º. A Escola e Collegios Militares, além do pessoal da respectiva formação sanitaria, disporão tambem de officiaes pharmaceuticos dentistas e de mais um official medico, em cada estabelecimento, orientador da educação physica, os quaes concorrerão á escala de serviços, quando esta existir.

§ 3º. A Escola Militar, terá como medico-chefe um major medico que será o Presidente da Junta Militar de Saude da referida Escola, junta essa que apenas inspecionará os candidatos ao corpo de cadetes.

§ 4º. As fabricas e arsenaes bem como os Estabelecimentos de Material de Intendencia, disporão de uma formação sanitaria regimental que além das suas funções normaes, tambem attenderá aos problemas de hygiene industrial.

§ 5º. O Serviço Geographico do Exercito será dotado de uma formação sanitaria regimental, sem padioleiros, para attender ao seu serviço.

#### SUB-TITULO IV

##### Orgãos de Preparação Technica

Art. 228. A Escola de Saude do Exercito e outros cursos especializados, como orgãos de preparação technica, reger-se-ão por meio de regulamento especial.

#### SUB-TITULO V

##### Serviços de Saude Especiaes

Art. 229. Serão creados serviços de saude especiaes onde quer que, pela natureza particular da tropa, sua distribuição e funções, se fizer necessaria a organização de um serviço não subordinado á Região Militar respectiva.

Paragrapho unico. Esses serviços, executados por comissões technicas, de caracter temporario ou permanente, são considerados como órgãos especiaes do Serviço de Saude.

Art. 230. Dentre os serviços de saude especiaes será organizado, desde já, o Serviço de Saude da Inspectoria de Fronteiras.

Os corpos de fronteira estão subordinados ás regiões.

### TITULO III

#### Disposições geraes

Art. 231. O presente regulamento será completado por outros regulamentos e instrucções especiaes, que regularão o funcionamento de cada serviço, repartição ou estabelecimento sanitario, constituindo estas os respectivos regimentos internos.

§ 1º. Essas instrucções especiaes serão organizadas pelas directorias dos estabelecimentos directamente subordinados á Directoria de Saude do Exercito, que as encaminhará á autoridade competente para os devidos fins.

§ 2º. As instrucções referentes aos demais estabelecimentos sanitarios serão organizadas pela Directoria de Saude do Exercito e submetidas á autoridade competente.

Art. 232. Os serventuarios civis serão nomeados, de accordo com a legislação em vigor, mediante proposta dos directores de estabelecimentos, encaminhadas á autoridade competente.

Art. 233. — A "Revista de Medicina Militar" terá um corpo de administração cujos membros serão designados pelo director de Saude do Exercito, cabendo a esta autoridade a fiscalização technica e administrativa da mesma Revista, não lhe podendo ser recusada qualquer ordem de publicação de assumptos ligados ao Serviço de Saude.

Art. 234. As enfermeiras contractadas, de accordo com as disposições em vigor, em serviço nos estabelecimentos de saude, serão consideradas effectivas nos respectivos cargos, após dois annos de serviço ininterrupto, mediante parecer de seus chefes.

### TITULO IV

#### Disposições transitorias

Art. 235. Os funcionarios e empregados civis das repartições e estabelecimentos sanitarios, cujos cargos foram extinctos, são mantidos em suas funções actuaes e respeitados os direitos e regalias garantidos por lei, sendo-lhes applicaveis as mesmas disposições, vantagens e regalias relativas aos de igual categoria da Secretaria da Guerra.

§ 1º. Os logares que vagarem em cada repartição ou estabelecimento irão sendo preenchidos, por accesso, entre os funcionarios civis existentes, sendo preenchidos os cargos iniciais, de accordo com a legislação em vigor.

§ 2º. Esses funcionarios poderão ser aproveitados nas vagas que se derem em outras repartições do Ministerio da Guerra, a juizo do governo.

Art. 236. Em obediencia ás leis em vigor a Directoria de Saude do Exercito organizará e apresentará á autoridade competente as bases para a constituição do quadro de especialistas do Serviço de Saude, tendo em vista as seguintes directrizes:

- a) recrutamento dos especialistas;
- b) organização do quadro;
- c) vantagens de estabilidade nos serviços especializados e onus que cabem aos especialistas;
- d) quadro de distribuição dos especialistas;
- e) instrucções especiaes regularão a organização desse quadro.

Art. 237. Emquanto não fôr approvedo o Regulamento da Escola de Saude do Exercito e cursos especializados, o ingresso dos cirurgiões-dentistas no Corpo de Saude do Exercito, reger-se-á pelos seguintes dispositivos:

a) a matricula no curso de formação da Escola de Saude do Exercito, será feita, provisoriamente, mediante concurso de admissão, de accordo com as instrucções approvedas por portaria de 28 de dezembro de 1935;

b) as condições para inscrição no concurso, serão as mesmas que as exigidas para medicos e pharmaceuticos;

c) o curso constará de aulas sobre Serviço de Saude em tempo de paz e de guerra e prothese bucco-maxillo-facial;

d) durante o curso, os alumnos cirurgiões-dentistas farão estagios praticos nos Gabinetes Odontologicos do Hospital Central do Exercito, Polyclinica Militar e Posto de Assistencia da Villa Militar, mediante boletim de frequencia e aproveitamento;

e) no curso de formação para dentistas haverá tambem instrucção de equitação;

f) as disposições escolares de ordem administrativa ou de ensino, referentes aos cursos para medicos e pharmaceuticos serão applicadas aos alumnos dentistas;

g) o curso terá a duração de quatro mezes;

h) as provas escriptas, oraes e praticas para o concurso de admissão á matricula, obedecerão ás normas e materias referidas na portaria indicada na letra a deste artigo.

Art. 238. Emquanto o Districto de Artilharia de Costa não depender directamente do commando da 1ª Região Militar, de accordo com a Lei de Organização de Quadros e Effectivos do Exercito será mantida a Chefia do Serviço de Saude junto ao seu Quartel-General.

Art. 239. Emquanto não fôr posta em execução a Organização Normal prevista no decreto n. 24.287, de 24-5-934 (Lei de Quadros e Effectivos), a distribuição de officiaes e funcções do Corpo de Saude do Exercito será feita de accordo com os quadros annualmente fixados.



Art. 240. As disposições contidas neste regulamento referentes aos Departamentos de Administração e Technico de Material de Guerra, só entrarão em execução, quando esses órgãos forem organizados.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1936. — General *João Gomes Ribeiro Filho*.

---

DECRETO N. 985 — DE 24 DE JULHO DE 1936

*Concede permissão á Radio Sociedade Gaúcha, para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Radio Sociedade Gaúcha, com séde na cidade de Porto Alegre (Estado do Rio Grande do Sul), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto numero 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 21.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Radio Sociedade Gaúcha, com séde na cidade de Porto Alegre (Estado do Rio Grande do Sul), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

Clausulas a que se refere o decreto n. 985, desta data

I

Fica assegurado á Radio Sociedade Gaúcha o direito de estabelecer, na cidade de Porto Alegre (Estado do Rio Grande do Sul), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

## II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

## III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admitir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgência, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia aprovação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria poderá continuar a funcionar no local em que se encontra a actual, á praça Dr. Montauray, na cidade de Porto Alegre, devendo, porém, a concessionaria, no prazo de dous (2) annos, contaveis da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, transferil-a para outro local situado a uma distancia minima de cinco (5) kilometros do centro da cidade, sob pena de ser a presente concessão considerada automaticamente caduca.

#### VI

No regimen de fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Parapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos, dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas a, b, c, d, i (*in-fine*), j, k e l da clausula III;

b) si não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea e da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infracções passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1936. — *Marques dos Reis*.

## DECRETO N. 986 — DE 24 DE JULHO DE 1936

*Concede permissão á Radio São Paulo para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Radio São Paulo, com séde na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo) e de accôrdo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Radio São Paulo, com séde na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusora, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapheo unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

**Clausulas a que se refere o decreto n. 986, desta data**

**I**

Fica assegurado á Radio São Paulo o direito de estabelecer, na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), uma estação de ondas medias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instrutiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

**II**

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Parapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto, de que trata esta clausula.

### III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funcções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem previa audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111), ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qulaquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radio-communicação (decreto n. 21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito da posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todos as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referente ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem previa approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de cinco (5) kilometros do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impôr á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Corerios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

#### VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, i (in-fine), j, k e l* da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea *e* da clausula III, bem como a importância de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 987 --- DE 27 DE JULHO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio Santo Antonio, com sede em Natal, Rio Grande do Norte*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, nos termos do artigo 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio Santo Antonio, com sede em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1936; 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---



## DECRETO N. 988 — DE 27 DE JULHO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 3.000:000\$000, para occorrer a uma indemnização devida ao Estado de Santa Catharina*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 198, de 22 de janeiro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 3.000:000\$000 (tres mil contos de réis), afim de attender á restituição devida ao Estado de Santa Catharina, em razão de haver a Interventoria Federal, durante o Governo Provisorio, applicado, com autorização do Ministerio da Fazenda, recursos pertencentes ao Estado, na reconstrução da Estrada de Ferro Santa Catharina.

Art. 2.º A liquidação dessa divida será feita na conformidade das folhas de medição approvadas pelo Governo Federal, até o integral reembolso da importancia dispendida pelo Estado.

Art. 3.º Para occorrer á despesa resultante da restituição alludida, o Ministerio da Fazenda providenciará para a emissão de letras do Thesouro Nacional a juros de cinco por cento (5 %) ao anno, e resgataveis dentro do prazo de dous annos.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 989 — DE 27 DE JULHO DE 1936

*Transfere para o Ministerio de Estado da Agricultura, em entendimento com a Prefeitura Municipal, o tabellamento de gencros de primeira necessidade, no Districto Federal.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo a que, segundo informações prestadas pelo Sr. prefeito interino deste Districto, o preço dos generos de primeira necessidade é fixado por uma commissão cuja maioria de membros representa os revendedores;

Attendendo a que esse facto vem provocando reclamações insistentes da população e da imprensa;

Attendendo a que o art. 21 da lei n. 38, de 4 de abril de 1935, qualifica crime "tentar por meio de artificios fraudulentos, promover a alta ou baixa dos generos de primeira necessidade, com o fito de lucro";

Attendendo a que, assim sendo, faz-se necessaria a adopção de uma medida de emergencia, até solução definitiva do assumpto;

Resolve:

Art. 1.º O tabellamento e fixação dos preços dos generos de primeira necessidade, no Districto Federal, passarão a ser organizados pelo Ministerio de Estado da Agricultura, em entendimento com a Prefeitura.

Art. 2.º O Ministerio de Estado da Agricultura e a Prefeitura Municipal apurarão as causas da alta ora verificada e, bem assim, procederão aos estudos tendentes a solucionar o assumpto, por fórma definitiva.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 990 — DE 27 DE JULHO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Gravatá, no Estado de Pernambuco, durante o dia 2 de agosto proximo vindouro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Gravatá, no Estado de Pernambuco, durante o dia 2 de agosto proximo vindouro, afim de ser ali realizada a eleição municipal de prefeito; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo*

---

## DECRETO N. 991 — DE 27 DE JULHO DE 1936

*Organisa a Comissão de Estudos de Segurança Nacional*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56 — item 1º — da Constituição Federal, resolve dar organização á Comissão de Estudos de Segurança Nacional, na forma que se segue:

Art. 1.º A' Comissão de Estudos de Segurança Nacional, creada pelo art. 3.º do decreto lei n. 23.873, de 15 de fevereiro de 1934, rectificado pelo decreto n. 7, de 8 de agosto de 1934, para execução do que prescreve o art. 159 da referida Constituição, caberá especialmente:

a) fazer o exame prévio das questões que devam ser submittidas á consideração do Conselho Superior de Segurança Nacional (C. S. S. N.);

b) estudar as questões que lhe forem submittidas pelo Governo ou pelo C. S. S. N.;

c) propôr ao Governo as medidas de execução necessárias á solução das questões que dependem de mais de um Ministerio.

Art. 2.º A Comissão de Estudos de Segurança Nacional funcionará sob orientação do Presidente da Republica e immediata direcção de um de seus vice-presidentes.

§ 1.º Os Vice-presidentes da Comissão de Estudos de Segurança Nacional são os Chefes dos Estados Maiores do Exercito e da Armada, cabendo ao mais graduado, ou ao mais antigo delles, a presidencia effectiva da Comissão.

§ 2.º Essa Comissão terá ainda os seguintes membros:

O Consultor Geral da Republica;

O Secretario Geral do Ministerio das Relações Exteriores;

O Secretario Geral da Segurança Nacional;

Um alto funcionario de cada um dos seguintes Ministerios: Justiça, Fazenda, Viação e Trabalho;

Um alto funcionario de cada um dos demais Ministerios, quando convocados pelo Vice-presidente no exercicio da presidencia effectiva da Comissão.

Art. 3.º Ao Vice-presidente da Comissão de Estudos de Segurança Nacional, no exercicio de sua direcção effectiva, fica concedida autorização para agir em nome do Presidente da Republica e assignar, por ordem deste, os documentos e actos della emanados, fazendo sempre anteceder das iniciaes P. O. (por ordem) a sua assignatura.

Art. 4.º Os membros da Comissão de Estudos de Segurança Nacional, a juizo do Vice-presidente em exercicio da sua presidencia effectiva, serão distribuidos pelas quatro Sub-comissões seguintes, destinadas ao estudo e á preparação das questões que se relacionem com os titulos que as caracterisam:

1ª Sub-Comissão — Organização geral da Nação para o tempo de guerra.

2.<sup>a</sup> Sub-Commissão — Mobilisação economica. Reabastecimento nacional. Communicações: transportes e transmissões.

3.<sup>a</sup> Sub-Commissão — Mobilização industrial. Fabricação e aquisição de materiaes.

4.<sup>a</sup> Sub-Commissão — Direcção e conducta da guerra.

§ 1.<sup>o</sup> Cada uma dessas Sub-Commissões funcionará sob a chefia do membro que fôr designado pela direcção efectiva da Commissão de Estudos de Segurança Nacional. Ao Chefe de cada Sub-Commissão caberá designar, para cada questão, um relator dos estudos feitos em conjunto.

§ 2.<sup>o</sup> Os membros da Commissão de Estudos de Segurança Nacional serão nomeados por decreto, sem prejuizo das funções que exerçam normalmente. Para effeito dessas nomeações cada Ministerio interessado deverá apresentar ao Presidente da Republica uma lista triplice de nomes de funcionarios de elevada categoria, em serviço activo e com os requisitos indispensaveis ao exercicio de funções de tanta relevancia e tão alta responsabilidade.

§ 3.<sup>o</sup> Não são remuneradas as funções exercidas na Commissão de Estudos de Segurança Nacional, constituindo, porém, titulo especial de merecimento para aquelles que as desempenharem.

Art. 5.<sup>o</sup> Os pareceres dos relatores das Sub-Commissões, depois de aceitos por estas, serão submettidos, em reunião plenaria, á deliberação da Commissão de Estudos de Segurança Nacional.

Paragrapho unico. O Secretario Geral de Segurança Nacional relatará os debates e os pareceres da Commissão de Estudos, redigindo os relatorios de apresentação das questões ás altas decisões do C. S. S. N.

Art. 6.<sup>o</sup> A Commissão de Estudos de Segurança Nacional poderá convocar, para prestar-lhe temporariamente esclarecimentos ou assistencia technico-profissional, pessoas estranhas a seus trabalhos normaes, civis ou militares, de reconhecida idoneidade moral e comprovada capacidade intellectual.

Paragrapho unico. Os membros temporarios ou eventuaes terão voto consultivo nas deliberações dessa Commissão, podendo funcionar como relatores das Sub-Commissões.

Art. 7.<sup>o</sup> A Commissão de Estudos de Segurança Nacional reunir-se-á sempre que fôr preciso, por convocação do Vice-presidente em exercicio da sua presidencia. Haverá, porém, no minimo, uma reunião mensal em que serão debatidas questões de doutrina e ventilados os grandes problemas nacionaes.

Art. 8.<sup>o</sup> A Commissão de Estudos de Segurança Nacional reger-se-á pelos regulamentos e instrucções que forem mandados adoptar pelo Presidente da Republica.

Art. 9.<sup>o</sup> Os archivos da Commissão de Estudos de Segurança Nacional serão guardados e conservados na séde da Secretaria Geral de Segurança Nacional.

Art. 10. Revogam-se ás disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1936, 115, da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gen. João Gomes.

Henrique A. Guilhem.

Arthur de Souza Costa.

Vicente Ráo.

Marques dos Reis.

José Carlos de Macedo Soares.

Odilon Braga.

Gustavo Capanema.

Agamemnon Magalhães.

---

DECRETO N. 992 — DE 27 DE JULHO DE 1936

*Concede inspecção permanente a Academia Santa Gertrudes, com séde em Olinda, Estado de Pernambuco*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55 do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental da Academia Santa Gertrudes, com séde em Olinda, Estado de Pernambuco.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

---

DECRETO N. 993 — DE 28 DE JULHO DE 1936

*Faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Estonia, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Presidente da Republica da Estonia, da Convenção

para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929, devendo tal ratificação ter validade seis mezes depois da data do deposito ou seja a partir de 11 de dezembro de 1936 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 8 de julho do corrente anno, enviada com a cópia authenticada da Acta do deposito dos respectivos instrumentos de ratificação, cujas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

##### LEGAÇÃO DA SUISSA

#### VI. 2-161/2 RH.

Em cumprimento das disposições finaes da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluidas em Genebra, a 27 de julho de 1929, a Legação da Suissa tem a honra de remetter, em annexo, ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brasil uma cópia authenticada da Acta, lavrada a 11 de junho de 1935, para registrar o deposito, nos Archivos da Confederação Suissa, dos instrumentos de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Presidente da Republica Estoniana,

De accordo com o artigo 33 da primeira Convenção e 92 da segunda, essas ratificações produzirão effeito seis mezes depois da data do deposito, ou seja a partir de 11 de dezembro de 1936.

A Legação da Suissa agradecerá ao Ministerio das Relações Exteriores de accusar o recebimento da presente comunicação e aproveita esta occasião para lhe renovar o protesto de sua alta consideração.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1936.

Ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brasil — Rio de Janeiro.

#### ACTA

Do deposito das ratificações, por parte da Estonia, relativas á Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e en-

fermos nos exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluidas em Genebra, a 27 de julho de 1929.

O Consul da Estonia em Berna, senhor Hans Hirter, procedeu, hoje, no Departamento Politico Federal, o deposito dos instrumentos de ratificação de Sua Excellencia o Senhor Presidente da Republica Estoniana relativos á Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e á Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluidas em Genebra, a 27 de julho de 1929.

Esses instrumentos, achados em boa e devida fórma, serão depositados nos Archivos da Confederação Suissa.

O deposito dos instrumentos será notificado aos Governos dos paizes, Partes na Convenção.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente Acta.

Feita em Berna, a 11 de junho de 1936. — Pelo Departamento Politico Federal, *P. Bonna*. — O Consul da Estonia, *H. Hirter*.

E' cópia authentica. — O chefe da Divisão dos Negocios Estrangeiros do Departamento Politico Federal, *Bonna*

---

DECRETO N. 994 — DE 28 DE JULHO DE 1936

*Institue o "drawback" para as materias primas necessarias á produção de mercadorias reconhecidas em condições de concorrer, fóra do paiz, com as similares estrangeiras.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o que estabelece o art. 5º das disposições preliminares da tarifa das alfandegas, mandada executar pelo decreto n. 24.343, de 5 de junho de 1934, e

Considerando a necessidade de estimular a iniciativa particular quanto ao desenvolvimento das industrias nacionais, creando desse modo novas fontes de trabalho, com a possibilidade de maior expansão commercial;

Considerando ser actualmente indispensavel o emprego da materia prima estrangeira para o preparo e apresentação do producto de manufactura nacional, de modo a poder este competir, fóra do paiz, com os similares estrangeiros,

Decreta:—

Art. 1.º Fica instituido o "drawback" com remissão total dos direitos de importação constantes da Tarifa das Alfandegas, para as materias primas necessarias á produção das mercadorias reconhecidas em condições de concorrer, fóra do paiz, com as similares estrangeiras, e só applicavel aos productos effectivamente exportados.

**Paraphragho unico.** Consideram-se materias primas para o fim acima indicado, todas as mercadorias que forem:

a) de applicação nas industrias, sejam de beneficiamento dos productos naturaes do paiz, sejam de transformação de quaesquer productos em artigos de commercio;

b) de emprego no acondicionamento ou apresentação dos referidos artigos ou productos.

Art. 2.º Não gozam dos beneficios do "drawback":

a) as materias primas fundamentaes de qualquer industria, isto é, as substancias essenciaes de que se faz ou se fabrica alguma cousa;

b) quaesquer outras mercadorias que tiverem similares nacionaes, tanto os productos naturaes de notoria existencia no paiz como os artigos manufacturados cuja producção seja em quantidade bastante ao consumo interno.

Art. 3.º A Comissão de Similares, com séde na Alfandega do Rio de Janeiro, assistida por profissionaes especialmente designados pelo ministro da Fazenda e por um conferente dessa mesma Alfandega, membro effectivo da Comissão de Tarifa, organizará até 31 de dezembro de cada anno, para vigorar no anno immediato, a lista dos productos que deverão gozar dos favores do "drawback", e das materias primas para os mesmos necessarias, fazendo, para tal fim, as diligencias indispensaveis.

§ 1.º A lista de que trata este artigo indicará a quantidade de cada materia prima a entrar na composição ou fabrico das mercadorias que os importadores se proponham produzir para exportar mediante os favores do "drawback", de maneira a se poder, no momento da exportação, precisar a quantidade das materias transformadas e, consequentemente, o quanto de direitos a devolver.

§ 2.º Essa lista deverá ser submittida á apreciação do ministro da Fazenda, por intermedio da Directoria das Rendas Aduaneiras, e, uma vez por elle approvada, voltará á referida Directoria para fim de registro e publicação no *Diario Official*.

Art. 4.º A lista de que trata o art. 3º poderá ser posteriormente alterada pelo ministro da Fazenda, ouvida a Comissão de Similares.

#### DA HABILITAÇÃO AO "DRAWBACK"

Art. 5.º Serão beneficiarios dos favores deste decreto todos os exportadores, productores ou commerciantes de mercadorias das industrias extractivas e manufactureiras, desde que os artigos de sua industria ou commercio estejam enumerados na lista official de que trata o art. 3º.

§ 1.º Para fim deste artigo os interessados deverão requerer ao ministro da Fazenda, provando:

##### I — Sendo industrial:

a) possuir fabrica dos productos que deseja fabricar para exportação, indicando a situação do estabelecimento e capital da empresa;



- b) estar quite para com a Fazenda Nacional em todos os impostos e responsabilidades fiscaes;
- c) serem de boa qualidade e fabricados em quantidade apreciavel os artigos destinados á exportação;
- d) si já exporta par ao estrangeiro, desde quando e em que proporção annual, média;

## II — Sendo commerciante:

a) possuir apparelhagem de beneficiamento, embalagem e armazenamento dos productos;

b) si já exporta para o estrangeiro, desde quando e em que proporção annual, média.

§ 2.º ao requerimento deverão ser annexados, em duplicata:

a) relação, organizada de accôrdo com a nomenclatura da Tarifa das Alfandegas, das materias primas que desejam importar para applicação ou emprego nos productos naturaes ou nos artigos manufacturados que pretendam exportar;

b) tabella da quantidade de cada materia prima necessaria á determinada unidade do seu producto; peso ou medida do producto natural a ser beneficiado, ou do artigo a fabricar, segundo o ramo industrial explorado pelo requerente.

Art. 6.º Deferido o requerimento de que trata o art. 5º, § 1º, será o beneficiario inscripto em registro especial, na Directoria das Rendas Aduaneiras, aonde se mencionarão o nome da firma, os productos e a quantidade de cada um a ser importado, a applicação que deverá ser dada aos mesmos e tudo mais quanto possa interessar á fiscalização.

Paragrapho unico. A relação dos inscriptos no registro especial, com as necessarias indicações será publicada no *Diario Official*.

Art. 7.º A inscripção para o "drawback" vigorará no anno em curso e poderá ser renovada para os annos posteriores mediante petição do interessado, nos termos do art. 5º, § 1º, deste decreto.

## DA IMPORTAÇÃO DAS MATERIAS PRIMAS

Art. 8.º No acto do pagamento dos direitos de importação devidos pelos productos entrados no paiz o importador declarará, por escripto, terem elles sido importados para gozar das vantagens do "drawback".

Paragrapho unico. As notas de importação de mercadorias nas condições deste artigo deverão ter numeração especial e seguida.

Art. 9.º Os despachos serão processados mediante pagamento integral dos direitos de importação, addicionaes e outros impostos ou taxas a que estiverem sujeitos os productos, lançando-se a importancia total, depois de deduzidas as taxas propriamente ditas, em conta especial de deposito para posterior devolução, no todo ou em parte, conforme a comprovação que se fizer.

Paragrapho unico. A Alfandega remetterá á Directoria das Rendas Aduaneiras uma das vias desses despachos para que seja devidamente registrada.

## DA EXPORTAÇÃO

Art. 10. O productor ou seu representante, que pretender exportar com os favores do "drawback" requererá ao inspector da Alfandega respectiva o exame e conferencia de suas mercadorias, afim de assegurar o seu direito á devolução das contribuições pagas no acto da importação.

§ 1.º Nesse requerimento deverá ser indicado o nome do vapor que transportou a mercadoria, quando foi importada, a data da sua chegada ao porto de destino bem como o numero e a data da nota de importação pela qual foi submittida a despacho a mesma mercadoria.

Art. 11. O inspector da Alfandega designará o conferente que deverá proceder a exame e conferencia da mercadoria o qual declarará com precisão a quantidade de cada mercadoria a exportar com o favor do "drawback" e a importancia das contribuições anteriormente pagas pelo interessado e que deverão ser ao mesmo devolvidas.

§ 1.º Tratando-se de mercadoria que não se transformou o conferente determinará o peso da unidade e por elle calculará o peso total effectivo da mercadoria a exportar.

§ 2.º Quando fôr o caso de mercadoria que soffreu transformação o conferente determinará a sua quantidade tomando por base a lista de que trata o art. 3º e seus paragraphos.

§ 3.º Em qualquer caso o conferente retirará duas amostras de cada especie dos artigos a exportar, as quaes, authenticadas pelo funcionario e pelo exportador, ficarão archivadas, uma na Alfandega e outra na Directoria das Rendas Aduaneiras.

§ 4.º Concluido o trabalho de conferencia será o processo entregue á secção competente da Alfandega que o instruirá com as facturas commercial e consular, conhecimento de carga e nota de importação respectiva. E uma vez informado o submeterá a despacho do inspector da Alfandega.

§ 5.º Estando tudo conforme mandará o inspector assinalar os volumes com etiquetas especiaes e lavrar termo que consigne a identificação das materias empregadas e tudo mais que possa servir de esclarecimento ao processo, feito o que autorizará a exportação.

Art. 12. Em se tratando de artigos de difficil identificação, devido a processos industriaes, a conferencia precederá laudo technico que a possa orientar. E se persistirem quaesquer duvidas, o encarregado da conferencia colherá na escripta do interessado os elementos de que carecer.

Art. 13. Excepcionalmente, a juizo do director das Rendas Aduaneiras, poderá ser permittida a exportação por outra Alfandega que não aquella por onde se verificou a entrada das materias no territorio nacional.

Neste caso a repartição onde se processar a sahida do producto solicitará os elementos necessarios á identificação de que tratam os arts. 11 e 12, e encaminhará, em seguida, á Alfandega originaria uma via do termo de verificação e a primeira via da nota de exportação.

## DA DEVOLUÇÃO DOS DIREITOS

Art. 14. A devolução dos direitos e adicional se fará mediante requerimento ao inspector da Alfandega, instruído com os seguintes documentos:

- a) uma das vias do conhecimento de embarque;
- b) a apolice do seguro marítimo ou certificado equivalente;
- c) attestado da autoridade aduaneira devidamente authenticado pelo respectivo consul brasileiro do destino da mercadoria, provando o seu ingresso no estrangeiro.

Art. 15. O requerimento, assim instruído, será annexado ao processo alludido no art. 11, e depois de informado pela secção competente e despachado pelo inspector da Alfandega, será encaminhado á Directoria das Rendas Aduaneiras para, de conformidade com o processo de restituição de direitos, ser a devolução autorizada.

Art. 16. Do despacho do director das Rendas Aduaneiras que negar a devolução requerida, caberá recurso para o ministro da Fazenda.

Paragrapho unico. Confirmado o despacho na instancia superior, os direitos e adicional pagos serão convertidos em receita da União.

Art. 17. Na eventualidade de ser a mercadoria, por qualquer motivo, devolvida ao exportador depois de já vendida ou exportada, pagará, este, no acto da entrada da mesma mercadoria no porto, o valor do "drawback" recebido, mesmo quando ella tenha sido exportada em consignação ou para servir de mostruario.

§ 1.º Para fim deste artigo a Alfandega mandará examinar meticolosamente si as mercadorias dadas por devolvidas foram effectivamente aquellas que se exportaram do territorio nacional.

§ 2.º Sómente gozarão das vantagens deste artigo as mercadorias que tiverem regressado ao Brasil no prazo de um anno contado da data da sua exportação.

## DA FISCALIZAÇÃO

Art. 18. Todos quantos se utilizarem do favor do drawback" deverão possuir escripta especial, conforme modelo que a Directoria das Rendas Aduaneiras organizará, onde mencionarão:

- a) as materias importadas, o seu valor official, os direitos aduaneiros em que incidiram, numero e data do despacho de importação, nome do navio que a transportou e data da sua entrada no porto;
- b) o emprego diario das materias primas importadas, a quantidade e peso, unidade e volume dos artigos produzidos e o stock, diario, das mesmas materias e artigos, por classe;
- c) a sahida para o estrangeiro dos artigos preparados, indicando o dia, quantidade, peso, unidade e volumes, numeração e marca destes e nome do comprador, numero e data da nota de exportação, nome do navio e data da sua sahida para o estrangeiro;

d) valor do "drawback" requerido e recebido, com indicação de numero e data do requerimento e data do recebimento;

e) a materia prima e os artigos que vendeu no paiz, declarando o nome de quem os comprou.

§ 1.º Os documentos que digam respeito á escripta fiscal do concessionario deverão ser conservados em boa ordem e exhibidos aos funcionarios incumbidos da fiscalização, sempre que exigidos.

§ 2.º Aos funcionarios fiscaes deverão ser fornecidos, além dos documentos previstos no paragrapho anterior, outros quaesquer que se tornarem necessarios, inclusive a escripta commercial do productor ou exportador.

#### DAS PENALIDADES

Art. 19. Qualquer embaraço opposto á fiscalização e controle do serviço ora instituido exonera a administração de conceder os favores deste decreto.

§ 1.º A reincidencia em qualquer infracção do presente regulamento, salvo a de que trata o § 2º deste artigo, será punida com o cancellamento do registro e consequente prohibição dos favores da lei.

§ 2.º E' considerado crime de contrabando e, como tal, punido pela fórma das leis em vigor, tentar ou evitar, no todo ou em parte, o pagamento dos direitos devidos á Fazenda Nacional, devendo aos infractores ser cassados todos os favores deste regulamento pelo tempo fixado pelo ministro da Fazenda.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

#### DECRETO N. 995 — DE 29 DE JULHO DE 1936

*Concede á Companhia Brasileira de Fructas autorização para continuar a funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Brasileira de Fructas, com séde em Santos, Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelos decretos ns. 18.141, de 7 de março, 18.314,

de 17 de julho, e 18.544, de 27 de dezembro de 1928 e 24.578, de 4 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. E' concedida á Companhia Brasileira de Fructas autorização para continuar a funcção, com a modificação introduzida no art. 1º dos respectivos estatutos, relativa á mudança da séde social, da cidade de Santos, para a de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, approvada pela assembléa geral extraordinaria dos seus accionistas realizada a 6 de junho de 1936, ficando a referida companhia obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 996 — DE 30 DE JULHO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Agricultura o credito de 183:000\$000 para pagamento á Companhia Administrativa e Constructora Rosario.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida no decreto legislativo n. 182, de 11 de janeiro de 1936, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Agricultura o credito de 183:000\$000 (cento e oitenta e tres contos de réis) para pagamento da divida contrahida com a Companhia Administrativa e Constructora Rosario pela construcção, mediante contracto devidamente registrado no Tribunal de Contas, de um pavilhão destinado á Secção Experimental do Laboratorio Central da Produccão Mineral, do Departamento Nacional da Produccão Mineral.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

## DECRETO N. 997 — DE 31 DE JULHO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos para reconstrução de quatorze carros de passageiros e dous de correio-bagagem, da Réde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias abaixo discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para reconstrução dos seguintes carros da Réde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, arrendada ao referido Estado:

9 carros de passageiros de 1ª classe .....	850:751\$200
3 carros de passageiros, de 1ª classe, com estrado de madeira .....	257:961\$440
2 carros de passageiros, de 2ª classe, com estrado metallico .....	160:925\$230
1 carro de correio-bagagem, com estrado de madeira .....	71:895\$850
1 carro de correio-bagagem, com estrado metallico .....	80:436\$620

§ 1.º De conformidade com o disposto na clausula I do termo decorrente do decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, modificativo do contracto de arrendamento autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, combinada com a clausula IV, alinea d, do referido contracto, serão inscriptas na conta do "Fundo de melhoramentos" da Réde, as despezas que forem effectuadas e realmente apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, os quaes importam no total de 1.421:970\$340 (mil quatrocentos e vinte e um contos novecentos e setenta mil tresentos e quarenta réis).

§ 2.º Para a conclusão dos trabalhos de reconstrução dos 16 carros, fica fixado o prazo de 12 mezes, a contar da data em que o arrendatario fôr notificado deste decreto.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 998 — DE 31 DE JULHO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento provavel, na importancia de 296:286\$300, das despesas com a construcção dos tanques OCA — 1 e OCA — 2, na ilha Barnabé, para deposito de oleo de caroço de algodão, da firma Anderson, Clayton & Companhia Limitada, incluindo muros de recinto, plataforma, casa de bombas, encanamentos e pertences, no Porto de Santos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Docas de Santos e de accordo com a informação prestada pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, em officio n. 1.354, de 30 de março ultimo, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento provavel, na importancia de 296:286\$300 (duzentos e noventa e seis contos duzentos e oitenta e seis mil e trezentos réis), que com este baixam, rubricados pelo director geral de Contabilidade, interino, da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, relativos á construcção dos tanques OCA-1 e OCA-2, na ilha Barnabé, porto de Santos, para deposito de oleo de caroço de algodão, da firma Anderson, Clayton & Companhia Limitada, incluindo muros de recinto, plataforma, casa de bombas, encanamentos e pertences, sob index OR-148-62.

Paragrapho unico. A importancia effectivamente despendida com as obras a que se refere o presente decreto, só depois de convenientemente comprovada, mediante apresentação de documentos authenticos, será levada á conta de capital da Companhia Docas de Santos, de accordo com o art. 2º, item 1º do decreto n. 658-A, de 21 de fevereiro deste anno.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis*

## DECRETO N. 999 — DE 31 DE JULHO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento provavel, na importancia de 1.036:974\$197, das despesas, com a construcção do tanque GZ-8, na ilha Barnabé, para deposito de gazolina da Atlantic Refining Company of Brasil, incluindo muros de recinto, encanamentos e pertences no Porto de Santos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Docas de Santos

e de accordo com a informação prestada pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, em officio n. 1.347, de 30 de março ultimo, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento provavel, na importancia de 1.036:974\$197 (mil e trinta e seis contos novecentos e setenta e quatro mil cento e noventa e sete réis), que com este baixam, rubricados pelo director geral de Contabilidade, interino, da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, relativos á construcção do tanque GZ-8, na ilha Barnabé, porto de Santos, para deposito de gasolina da Atlantic Refining Company of Brasil, incluindo muros de recinto, encanamentos e pertences sob index OR-149-63.

Paragrapho unico. A importancia effectivamente despendida com as obras a que se refere o presente decreto, só depois de convenientemente comprovada, mediante apresentação de documentos authenticos, será levada á conta de capital da Companhia Docas de Santos, de accordo com o art. 2º, item 1º, do decreto n. 658-A, de 21 de fevereiro deste anno.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis*

---

DECRETO N. 1.000 — DE 31 DE JULHO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento provavel, na importancia de 939:115\$381, das despesas com a acquisição de tres locomotivas de bitola de um metro e construcção de linhas ferreas para ligação e entrada de vagões da Estrada de Ferro Sorocabana (linha de Juquid), no Porto de Santos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Docas de Santos e de accordo com a informação prestada pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, em officio n. 1.352, de 30 de março ultimo, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento provavel, na importancia de 939:115\$381 (novecentos e trinta e nove contos cento e quinze mil trezentos e oitenta e um réis), que com este baixam, rubricados pelo director geral de Contabilidade, interino, da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, relativos á acquisição de tres locomotivas de bitola de um metro e construcção de linhas ferreas para ligação e entrada de vagões da Estrada de



Ferro Sorocabana (linha Juquiá), no cás, sob index OR-142-57.

Paragrapho unico. A importancia effectivamente despendida com as obras e aquisição a que se refere o presente decreto, só depois de convenientemente comprovada, mediante apresentação de documentos authenticos, será levada á conta de capital da Companhia Docas de Santos, de accordo com o disposto no art. 2º, item 3º, do decreto n. 858-A, de 21 de fevereiro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis*

---

DECRETO N. 1.001 — DE 31 DE JULHO DE 1936

*Concede permissão á Sociedade Radio Educadora de Campinas para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Radio Educadora de Campinas, com séde na cidade de Campinas (Estado de São Paulo), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1934, no regulamento approved pelo decreto n. 21.114, de 1 de março de 1932, e no decreto numero 24.655, de 11 de julho de 1934,

Decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Sociedade Radio Educadora de Campinas, com séde na cidade de Campinas (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

**Clausulas a que se refere o decreto n. 1.001, desta data**

Fica assegurado á Sociedade Radio Educadora de Campinas o direito de estabelecer, na cidade de Campinas (Estado de São Paulo), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

**II**

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

**III**

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funcções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 24.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia aprovação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de tres (3) kilometros do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão,

o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impôr á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infração.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alincas a, b, c, d, i (*in-fine*), j, k, e l da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alinea e da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passiveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1936. — *Marques dos Reis*.

## DECRETO N. 1.002 — DE 31 DE JULHO DE 1936

*Proroga, por tres mezes, o prazo concedido pelo decreto n. 340, de 13 de setembro de 1935, para conclusão de obras na Estrada de Ferro Central de Pernambuco*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu "The Great Western of Brasil Railway Company Limited", arrendataria da Estrada de Ferro Central de Pernambuco e de accordo com as informações prestadas pela Inspectoria Federal das Estradas de creta:

Artigo unico, Fica prorogado por 3 (tres) mezes o prazo concedido pelo decreto n. 340, de 13 de setembro de 1935, para conclusão das obras mencionadas no artigo unico daquelle decreto e que estão sendo executadas na estação de "São Caetano", situada no kilometro 161 da Estrada de Ferro Central de Pernambuco.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.003 — DE 1 DE AGOSTO DE 1936

*Suspende a inspecção preliminar da Escola de Pharmacia e Odontologia de Uberaba, Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve nos termos do art. 14 do decreto n. 20.179, de 6 de junho de 1931, com a redacção que lhe deu o art. 10 do decreto n. 23.546, de 5 de dezembro de 1933, suspender a inspecção da Escola de Pharmacia e Odontologia, com séde em Uberaba, Estado de Minas Geraes.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capancema.*

## DECRETO N. 1.004 — DE 3 DE AGOSTO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho deste anno, nos municipios de Ipamery e Bananeiras, no Estado de Goyaz, durante o dia 6 de agosto corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho deste anno, nos municipios de Ipamery e Bananeiras, no Estado de Goyaz, durante o dia 6 de agosto corrente, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

## DECRETO N. 1.005 — DE 4 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a applicação, por parte de Sua Magestade o Rei da Gran-Bretanha, Irlanda, Dominios britannicos de além mar, Imperador das Indias, e diversos territorios britannicos de além mar, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra a 13 de julho de 1931*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a applicação, por parte de Sua Magestade o Rei da Gran-Bretanha, Irlanda e Dominios britannicos de além mar, Imperador das Indias, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra a 13 de julho de 1931, aos territorios de:

Honduras britannica;

Protectorado das Ilhas britannicas de Salomão;  
Ceylão.

Costa do Ouro:

a) Colonia;

b) Achanti;

c) Territorios septentrionaes;

d) Togo, sob mandato britannico.

Hong Kong.

Kenya (Colonia e Protectorado).

Ilhas Sotavento:

Antigoa;

Dominica;

Montserrat;  
São Christovão e Nevis;  
Ilhas Virgens.  
Mauricio.

Nigeria:

- a) Colonia;
- b) Protectorado;
- c) Camerum, sob mandato britanni

Chypre.

Ilhas Falkland e Dependencias.

Gambia (Colonia e Protectorado).

Gibraltar.

Borneo do Norte (Estado do).

Rhodesia do Norte.

Protectorado de Nyassalandia.

Sarawak.

Seychelles.

Serra Leoa (Colonia e Protectorado).

Protectorado da Somalia.

Estabelecimentos dos Estreitos.

Territorio de Tanganyka.

Tonga.

Trindade e Tobago.

Protectorado da Uganda.

Protectorado de Zanzibar,

conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo secretario geral da Liga das Nações, por nota de 19 de junho ultimo, cuja tradução official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

C.L. 90.1936.XI

LIGA DAS NAÇÕES

*Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura*

(Genebra, 13 de julho de 1931)

Adhesão, por Sua Majestade o Rei da Gran-Bretanha, Irlanda e Dominios britannicos de Além mar, Imperador das Indias, para certos territorios britannicos de Além mar.

Genebra, 19 de junho de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de Sua Majestade o Rei da Gran-Bretanha, Irlanda e Dominios britannicos de Além mar, Imperador das Indias, me notificou, de accordo com a segunda alinea do artigo 26 da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, concluida em Genebra a 13 de julho de 1931, que Sua Majestade deseja tornar esta Convenção applicavel ás seguintes Colonias e Protectorados britannicos, bem como aos territorios sob mandato, administrados pelo Governo de Sua Majestade no Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte:

Honduras britannica;  
Protectorado das Ilhas britannicas de Salomão;  
Ceylão.

Costa do Ouro:

- a) Colonia;
- b) Achanti;
- c) Territorios septentrionaes;
- d) Togo, sob mandato britannico.

Hong Kong.  
Kenya (Colonia e Protectorado).

Ilhas Sotavento:

Antigoa;  
Dominica;  
Montserrat;  
São Christovão e Nevis;  
Ilhas Virgens.  
Mauricio.

Nigeria:

- a) Colonia;
- b) Protectorado;
- c) Camerum, sob mandato britannico.

Chypre.  
Ilhas Falkland e Dependencias.  
Gambia (Colonia e Protectorado).  
Gibraltar.  
Borneo do Norte (Estado do).  
Rhodesia do Norte.  
Protectorado de Nyassalandia.  
Sarawak.  
Seychelles.  
Serra Leão (Colonia e Protectorado).  
Protectorado da Somalia.  
Estabelecimentos dos Estreitos.  
Territorio de Tanganyka.  
Tonga.



Trindade e Tobago.  
Protectorado da Ugandia.  
Protectorado de Zanzibar.

Essa notificação foi recebida no Secretariado da Liga das Nações a 18 de maio de 1936.

Queira acceitar os protestos de minha alta consideração..

Pelo secretario geral, o conselheiro juridico do Secretariado, A. L. Podestá Costa.

---

DECRETO N. 1.006 — DE 4 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a adhesão, por parte do Governo da Hungria, á Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional e Protocollo Adicional, firmados em Varsovia, a 12 de outubro de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão, por parte do Governo da Hungria, á Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional e Protocollo Adicional, firmados em Varsovia, a 12 de outubro de 1929, devendo tal adhesão, ter validade a partir do 20º dia após a data de 29 de maio de 1936 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Polonia nesta Capital, por nota verbal, de 16 de julho de 1936, cuja cópia official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

COPIA OFFICIAL

LEGAÇÃO DA POLONIA

Proz. 97/Br/50

O ministro da Polonia cumprimenta attentosamente Sua Excellencia o Sr. ministro de Estado das Relações Exteriores e tem a honra de comunicar que, em data de 29 de maio de 1936, foi acceita pelo Governo da Polonia a comunicação da adhesão da Hungria á Convenção sobre a uniformização de certas regras concernentes ao Transporte Internacional Aereo, e ao Protocollo Supplementar, assignados em Varsovia, no dia 12 de outubro de 1929.

Esta adesão torna-se obrigatória para todos os effeitos, de accordo com o § 3º, do art. 38, da supramencionada Convenção, a partir do 20º dia, após a data de 29 de maio de 1936.

Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1936.

---

DECRETO N. 1.007 — DE 4 DE AGOSTO DE 1936

*Crêa a Comissão reguladora de tabellamento dos generos de primeira necessidade; manda pôr novamente em vigor o regulamento a que se refere o decreto n. 14.027, de 21 de janeiro de 1920, com as alterações que indica e dá outras providencias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o decreto n. 989, de 27 de julho proximo passado e o disposto nos artigos 2º, 3º e 4º do decreto Legislativo n. 4.034, de 12 de janeiro de 1920, não revogado por qualquer acto legislativo posterior, e considerando que, no Districto Federal e em outros centros populosos do paiz, os preços de produção e venda dos generos de primeira necessidade não guardam entre si uma justa relação, isso em virtude de manobras de especulação que devem ser cohibidas pelo Poder Publico, por prejudiciaes aos legitimos interesses da população,

Decreta:

Art. 1.º Para a execução das medidas a que se refere o decreto legislativo n. 4.034, de 12 de janeiro de 1920, nos artigos 2º, 3º e 4º, fica creada a Comissão reguladora do tabellamento dos generos de primeira necessidade, que, no Districto Federal, será constituída pelos directores da Directoria de Estatística da Produção, Directoria de Organização e Defesa da Produção, Serviço de Fomento da Produção Vegetal, Serviço de Fomento da Produção Animal e Serviço de Inspeção de Productos de Origem Animal, do Ministerio da Agricultura e director da Directoria de Abastecimento, da Secretaria do Interior e Segurança da Prefeitura do Districto Federal, os quaes poderão ser representados, eventual ou permanentemente, por qualquer alto funcionario das respectivas directorias, desde que a delegação seja approvada pelo ministro da Agricultura.

Parapho unico. As resoluções da Comissão serão executadas por seu presidente, escolhido dentre seus membros, pelo ministro da Agricultura.

Art. 2.º A comissão terá como órgão auxiliar no tabellamento dos preços, exclusivamente para informações, um conselho consultivo, constituído por:

a) um funcionario do Ministerio da Viação e Obras Publicas, que prestará esclarecimentos sobre questões de transportes e será o seu presidente;

b) tres (3) membros de livre escolha e designação do ministro da Agricultura, dos quaes um representará a Associação Commercial do Rio de Janeiro, um será representante da Sociedade Nacional de Agricultura e o terceiro representará as industrias ruraes;

c) tres (3) membros de livre escolha e designação do Prefeito Municipal, sendo um membro do Centro dos Atacadistas, um do Centro dos Varejistas e um consumidor.

Art. 3.º A Commissão organizará semanalmente as tabellas de preços maximos para o commercio atacadistas e varejista do Districto Federal, podendo, se julgar conveniente, ouvir o Conselho Consultivo a que se refere o art. 2.º.

Art. 4.º Por proposta da Commissão, poderá o ministro da Agricultura declarar generos de primeira necessidade, sujeitos a tabellamento, outros productos não incluidos no artigo 2.º do decreto n. 14.027.

Art. 5.º Ao Ministerio da Agricultura incumbirá:

a) levantar a estatistica dos *stocks* dos generos de primeira necessidade existentes fóra do Districto Federal e facilitar e dispor a circulação desses *stocks* de modo a servir a esta Capital e evitar a escassez do producto;

b) verificar a producção nas fontes de origem, o custo dos generos, gravames que os oneram como taxas, impostos, carretos, fretes, embalagens, carga e descarga, etc.;

c) agir junto ás empresas particulares de transportes fluviaes, marítimos ou terrestres, no sentido de obter redução de fretes, facilidades ou preferencia no transporte dos generos de primeira necessidade, promovendo iguaes vantagens nas empresas federaes;

d) restringir ou suspender a exportação internacional de generos dos quaes haja carencia para o abastecimento da população, ou mesmo promover a isenção dos direitos de importação para os de procedencia estrangeira, se tal medida for aconselhavel;

e) fixar os *stocks* maximos permittidos afim de combater o açambarcamento e a formação de *trusts*.

Art. 6.º O mesmo ministerio entrará em accôrdo com a Prefeitura Municipal, para que esta, por intermedio da Directoria de Abastecimento, da Secretaria Geral do Interior e Segurança, execute as medidas que forem ajustadas e se encarregue de:

a) levantar a estatistica dos *stocks* de generos de primeira necessidade existentes nos armazens, trapiches, depósitos e outros estabelecimentos, dentro do Districto Federal;

b) verificar o preço por que são offerecidos á venda ao commercio atacadista e varejista;

c) dizer sobre as necessidades de consumo para o abastecimento da cidade;

d) fornecer quaesquer outras informações sobre os generos de primeira necessidade, dentro do Districto Federal, bem como sobre as despesas com licenças, taxas, impostos, etc., que oneram o commercio;

e) incentivar e facilitar o estabelecimento de feiras livres e pequenos mercados.

Art. 7.º A comissão dará execução, naquillo que for applicavel, ás disposições do regulamento a que se refere o decreto n. 14.027, de 21 de janeiro de 1920, que fica fazendo parte integrante deste, com as modificações delle decorrentes.

Art. 8.º O Ministerio da Agricultura e a Prefeitura do Districto Federal, mediante accôrdo, com apoio no art. 9.º da Constituição Federal, porão á disposição da Comissão o pessoal necessario para o regular funcionamento dos seus trabalhos, retirado dos quadros do funcionalismo federal e municipal, titulado ou contractado.

Art. 9.º O Ministerio da Agricultura fica autorizado a firmar, com os governos dos municipios em que se faça necessario executar as medidas constantes do presente decreto, accôrds identicos ao assignado com a Prefeitura do Districto Federal, sendo os delegados federaes indicados pela Comissão Reguladora Central a que se refere o artigo 1.º, mediante approvação do ministro.

Paragrapho unico. — Quando o serviço de labellamento tenha de ser criado nas capitães dos Estados, o ministro da Agricultura será representado pelos secretarios de Estado incumbidos dos negocios da Agricultura.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

#### DECRETO N. 1.008 — DE 4 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a denuncia, por parte do Governo da Suissa, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1.ª sessão (Washington, 1919)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a denuncia, por parte do Governo da Suissa, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1.ª sessão (Washington, 1919), — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 24 de junho do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## TRADUÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES

(C. L. 106-1936-V.)

Genebra, 24 de junho de 1936.

Tenho a honra de informar a V. Ex., que o conselheiro federal, chefe do Departamento Politico Federal Suíço, transmittiu-me a ratificação formal pelo Conselho Federal Suíço, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres (revista em 1934), adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua 18ª sessão (Genebra, 4-23 de junho de 1934).

Igualmente, tenho a honra de informar a V. Ex., que, de accordo com o art. 406, parte XIII, do Tratado de Versalhes e com os artigos correspondentes a outros tratados de paz, essa ratificação official foi registrada pelo Secretariado, a 4 de junho de 1936.

O conselheiro federal communicou ao mesmo tempo que, em virtude da ratificação da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, (revista em 1934), o Conselho Federal Suíço, decidiu denunciar a Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1ª sessão, em 1919, de accordo com os dispositivos do art. 13, desta Convenção. O conselheiro federal, em consequencia, communicou a denuncia formal dessa Convenção pelo conselheiro federal Suíço.

Essa denuncia foi registrada pelo Secretariado, a 4 de junho de 1936.

O texto da ratificação e o da denuncia acima mencionadas foi transmittido á Repartição Internacional do Trabalho, para ser publicado no Boletim Official.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.  
— Pelo secretario geral, o conselheiro juridico do Secretariado,  
*A. S. Podestá Costa.*

---

DECRETO N. 1.009 — DE 4 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a adhesão, do Governo da Austria, á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Roma a 2 de junho de 1928*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão, do Governo da Austria, á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma, a 2 de junho de

1928, devendo tal adesão ter validade a partir de 1 de junho de 1936 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 14 de julho do corrente anno, cuja tradução official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

### TRADUÇÃO OFFICIAL

#### LEGAÇÃO DA SUISSA

14 de julho de 1936 — VI. 2-162-2 RH.

Sr. ministro de Estado:

De ordem do meu Governo, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que a Legação da Austria, em Berna, communicou ao Conselho Federal Suisso a adesão do seu governo á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma, a 2 de junho de 1928.

De accordo com o art. 25, alinea 3, da Convenção, applicada por analogia, a referida adesão deveria produzir effeito um mez depois da remessa da presente notificação, ou seja a partir de 19 de julho de 1936; o Governo austriaco, entretanto, communicou que a mesma seria applicada a partir de 1 de julho.

A Austria deseja ser collocada na 6ª classe quanto á sua participação nas despesas da Repartição Internacional.

Solicitando a V. Ex. queira tomar nota do que precede, aproveito attenciosamente esta nova occasião, Sr. ministro de Estado, para renovar a V. Ex. os protestos da minha alta consideração. — (a.) *Charles Redard.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor José Carlos de Macedo Soares, MM. Ministro de Estado das Relações Exteriores.

---

## DECRETO N. 1.010 — DE 4 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Dinamarca, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Magestade o Rei da Dinamarca e da Islandia, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 22 de junho de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## TRADUCÇÃO OFFICIAL

## LIGA DAS NAÇÕES

22 de junho de 1936 — C. L. 104-1936. XI.

**Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura**

(Genebra, 13 de julho de 1931)

*Ratificação pela Dinamarca*

Tenho a honra de informar a V. Ex. que o Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, delegado permanente da Dinamarca junto á Liga das Nações, depositou no Secretariado, a 5 de junho de 1936, o instrumento de ratificação por Sua Magestade o Rei da Dinamarca e da Islandia relativo á Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.

Queira accellar os protestos da minha alta consideração. — Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico do Secretariado, A. S. *Podestá Costa.*

## DECRETO N. 1.011 — DE 5 DE AGOSTO DE 1936

*Autoriza a prorrogação, por tres annos, do prazo do contracto firmado em 21 de agosto de 1933, para financiamento, amparo e defesa da industria do assucar e do alcool*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, cumprindo disposições do decreto n. 22.789, de 1 de junho de 1933, e considerando não se haver, ainda, constituido a organização bancaria de que trata o artigo 50 do decreto numero 22.981, de 25 de julho de 1933,

Decreta:

Art. 1.º Ficam os ministros da Agricultura e da Fazenda autorizados a prorogar, por tres annos, o prazo do contracto firmado entre o Governo da União, e o Banco do Brasil, em 21 de agosto de 1933, para financiamento, amparo e defesa da industria do assucar, e do alcool, na conformidade do alludido decreto n. 22.981.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.012 — DE 5 DE AGOSTO DE 1936

*Autoriza o cidadão João Petrolino de Araujo a comprar pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista o decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, que regula a industria da faiseação do ouro alluvionar e o commercio de pedras preciosas, decreta:

Artigo unico. Fica autorizado o cidadão João Petrolino de Araujo, residente em Tibagy, Estado do Paraná, a comprar pedras preciosas na 5.ª zona de garimpagem, nos termos do



art. 7º do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, constituindo título desta autorização uma via authenticica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.013 — DE 5 DE AGOSTO DE 1936

*Autoriza o cidadão Bermudes Affonso Alves a comprar pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista o decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, que regula a industria da faiscação do ouro alluvionar e o commercio de pedras preciosas, decreta:

Artigo unico. Fica autorizado o cidadão Bermudes Affonso Alves, residente em Patos, Estado de Minas Geraes, a comprar pedras preciosas na 4ª zona de garimpagem, nos termos do art. 7º do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, constituindo título desta autorização uma via authenticica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.014 — DE 5 DE AGOSTO DE 1936

*Supprime a Collectoria Federal de Livramento, Estado de Matto Grosso*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, resolve supprimir a Collectoria Federal de Livramento, Estado de Matto Grosso.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1935, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 1.015 — DE 5 DE AGOSTO DE 1936

*Approva a reforma dos estatutos do Circulo dos Funcionarios*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que pediu o Circulo dos Funcionarios, associação de classe com séde no Districto Federal, resolve approvar a reforma de seus estatutos, feita na assembléa geral realizada em 12 de agosto de 1935, conforme consta do *Diario Official*, de 9 de novembro do mesmo anno, ficando, porém, assim redigido o art. 37 dos alludidos estatutos: "O socio, seja remido ou effectivo, tem direito a votar e ser votado. Não poderá, porém, ser eleito para cargo da directoria si estiver em debito de mensalidades para com a sociedade".

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GERULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.016 — DE 6 DE AGOSTO DE 1936

*Modifica o regulamento do Conselho de Fiscalização das Expedições Artisticas e Scientificas do Brasil, approveado pelo decreto n. 24.337, de 5 de junho de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica approvedo, com as modificações nelle introduzidas, o Regulamento do Conselho de Fiscalização das Expedições Artisticas e Scientificas, que com este baixa, assignado pelo ministro de Estado dos Negocios da Agricultura.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1935, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

**Regulamento do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, a que se refere o decreto n. 1.016, de 6 de agosto de 1936.**

Art. 1.º Ao Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, creado pelo decreto numero 23.311, de 31 de outubro de 1933, compete a fiscalização das expedições nacionaes, de iniciativa particular, e das estrangeiras, de qualquer natureza, de accordo com o estabelecido no decreto n. 22.698, de 11 de maio de 1933.

Art. 2. O Conselho será composto de sete membros, a saber:

- 1 representante do D. N. P. V.
- 1 representante do D. N. P. M.
- 1 representante do D. N. P. A.
- 1 representante do Museu Nacional.
- 1 representante do Museu Historico Nacional.
- 1 representante da Escola Nacional de Bellas Artes.
- 1 representante do Serviço Geographico do Exercito.

§ 1.º Os representantes a que se refere este artigo, deverão ser, respectivamente, especialistas em botanica systematica; geologia, mineralogia e paleontologia; zoologia systematica; anthropologia e ethnographia; objectos historicos; arte antiga e tradicional; topographia e cinematographia.

§ 2.º Como elementos de ligação e consultivos, com direito a voto, o Ministerio das Relações Exteriores e o da Fazenda terão representantes junto ao Conselho.

§ 3.º Os membros do Conselho serão nomeados por decreto, mediante indicação das repartições respectivas, enumeradas neste artigo e approvada pelo ministro da Agricultura.

Art. 3.º O Conselho, que será presidido por um dos seus membros, designado por portaria do ministro da Agricultura, reunir-se-á pelo menos duas vezes por mez e nos termos do Regimento Interno que for adoptado.

§ 1.º As sessões do Conselho serão secretas.

§ 2.º O Conselho elegerá entre os seus membros um vicepresidente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Art. 4.º Ao Conselho compete:

- a) informar ao Governo sobre os pedidos de licenças — das expedições que se destinem a operar em territorio brasileiro;
- b) fiscalizar, directamente, ou por meio dos seus delegados nos Estados, as expedições licenciadas;
- c) resolver sobre a exportação do material scientifico, artistico ou historico;
- d) resolver sobre o numero e as attribuições technicas dos representantes brasileiros addidos ás expedições;
- e) julgar da idoneidade das expedições ou expedicionarios e da conveniencia e oportunidade da concessão da licença requerida, bem como do interesse nacional;

f) examinar o interesse especial dos serviços scientificos e artisticos do Governo ou instituições de utilidade publica nos objectivos porventura ligadas ao emprehimento;

g) estudar os roteiros, planos e objectivos declarados;

h) propor ao Governo a designação dos seus delegados nos Estados;

i) organizar as instrucções para a acção dos representantes brasilleros;

j) designar, no caso de expedição individual, o estabelecimento sob cuja orientação e fiscalização ficará o expedicionario;

k) organizar o Regimento Interno;

l) resolver, por maioria absoluta, os casos omissos deste regulamento.

Art. 5.º Ao presidente do Conselho compete:

a) convocar e presidir as reuniões do Conselho;

b) convocar o Conselho sempre que assim o requeiram quatro dos seus membros;

c) distribuir os pedidos de licença e demais papeis pelos membros do Conselho, observadas as especialidades discriminadas no § 1º do art. 2º deste regulamento;

d) assignar e fazer expedir toda a correspondencia do Conselho;

e) propor ao ministro a admissão do serventuario contractado, que servirá como secretario do Conselho;

f) visar os certificados de livre sahida dos objectos a que se refere o art. 20, quando os mesmos forem exportados pela Alfandega do Districto Federal.

Art. 6.º A cada um dos membros do Conselho compete:

a) comparecer ás sessões sempre que convocados;

b) relatar, na sessão immediata, os pedidos de licença que lhe forem distribuidos, assim como os demais assumptos em que for chamado a opinar;

c) conceder os certificados de livre sahida dos objectos pertencentes á sua especialidade.

Art. 7.º Ao secretario compete:

a) secretariar as sessões do Conselho, lavrando as respectivas actas;

b) auxiliar o presidente nos serviços administrativos do Conselho.

Paragrapho unico. O secretario será contractado nos termos das disposições em vigor.

Art. 8.º Aos delegados nos Estados compete, mediante autorização do presidente, conceder certificado de licença para a exportação, remettendo ao Conselho, no prazo maximo de oito dias, a segunda via e uma terceira á Alfandega ou mesa de rendas por onde tiver sahida o material.

Art. 9.º Os requerimentos de licença, collectiva ou individual, de que trata a letra a do art. 4º deste regulamento, deverão ser enviados ao Ministerio da Agricultura, directamente, quando se tratar de expedição nacional, e por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores, quando estrangeiras, com tres mezes de antecedencia do inicio das explorações, salvo em casos urgentes, a juizo do Conselho.

Art. 10. Do pedido de licença deverá constar, obrigatoriamente:

- 1° — denominação e nacionalidade da expedição;
- 2° — nome, nacionalidade e profissão dos expedicionarios;
- 3° — roteiro, planos e objectivos;
- 4° — nome do responsavel pela expedição e do seu substituto eventual;
- 5° — duração maxima da expedição;
- 6° — discriminação da bagagem e armas que transportarem;
- 7° — designação do posto aduaneiro por onde o material coligido será despachado;
- 8° — declaração da possibilidade eventual de sairem do Brasil os expedicionarios por um ponto fronteiriço que lhes seja mais conveniente;
- 9° — declaração de que assumem compromisso de cumprir os codigos e leis em vigor no paiz.

Paragrapho unico. O Conselho tomará providencias no sentido de ser obtida immediata isenção de direito do que for considerado de interesse puramente scientifico ou artistico.

Art. 11. Relatado e julgado o pedido de licença, o presidente do Conselho providenciará para o respectivo expediente.

Art. 12. De todas as decisões poderá ser interposto recurso para o proprio Conselho que resolverá por maioria absoluta, sendo o seu julgamento administrativamente irrecurivel.

Art. 13. O ministro, por proposta do Conselho, poderá encarregar instituições federaes, estaduais, hem como as de utilidade publica reconhecida, de fiscalizar a execução deste regulamento pelos expedicionarios.

§ 1. Será apprehendido todo o material encontrado em poder de expedições ou expedicionarios, collectores ou pesquisadores, que não estiverem legalmente licenciados.

§ 2. O material assim apprehendido será incorporado ao patrimonio de instituto federal scientifico ou artistico, a juizo do Conselho.

Art. 14. Certificado o interesse nacional da expedição, o Governo poderá custear as despesas dos seus representantes.

§ 1. No caso de tratar-se de expedição particular que tenha requerido as vantagens referidas no art. 15, todo o material coligido será incorporado ao patrimonio de instituições scientificas e artisticas brasileiras e as memorias e estudos ao mesmo referentes serão publicados em revistas scientificas do Brasil.

§ 2. Tratando-se de expedições officialemente custeadas por instituições scientificas estrangeiras, entrará o Governo brasileiro em entendimento, afim de que os technicos por elle indicados acompanhem os respectivos estudos, resolvendo, por proposta do Conselho, sobre a distribuição do material coligido.

Art. 15. Quando a expedição for julgada de interesse nacional, o Governo poderá conceder passagens, transportes e qualquer outro auxilio, inclusive pecuniario.

Paragrapho unico. Igual concessão poderá ser feita individualmente a scientistas ou artistas de reconhecida notoriedade.

Art. 16. Serão entregues, obrigatoriamente, ás instituições scientificas ou artisticas nacionaes as duplicatas dos especimens colhidos no interior do paiz e que, a juizo do Conselho, devam ser incorporadas ás colleções do Governo brasileiro.

§ 1.º Quando se tratar de exemplar unico ou considerado raro, o Conselho resolverá, em cada caso, sobre a conveniencia ou não da sua exportação, segundo as normas da ethica scientifica ou artistica.

§ 2.º Com relação a material zoológico ou botânico serão obrigatoriamente depositados no Museu Nacional e no Jardim Botânico os cotypos e phototypos das especies novas acompanhadas das publicações a elle referentes.

§ 3.º Com relação a material anthropologico, ethnographico, archeologico, artistico e historico serão fornecidos ao Museu Nacional, á Escola Nacional de Bellas Artes ou ao Museu Historico Nacional, cópias, moldagens, photographias, desenhos, etc.

Art. 17. Os scientistas ou artistas de reconhecida notoriedade, quando sob o patrocínio de um instituto nacional, ficarão desobrigados ao art. 10 deste regulamento.

Art. 18. A concessão do certificado de licença para exportação deverá preceder o arrolamento de todo o material destinado á exportação e dos especimens em duplicata que obrigatoriamente devem ficar no paiz e ser incorporados ao patrimonio nacional.

Art. 19. Não sendo a expedição considerada de interesse nacional, as despesas dos representantes do Governo correrão por conta dos expedicionarios.

§ 1.º Aos representantes do Governo quando as expedições forem de interesse nacional, serão arbitradas, pelo ministro da Agricultura, diarias e ajudas de custo, de accordo com as condições especiaes de cada expedição.

§ 2.º O deposito de que trata o art. 2º, do decreto numero 24.337, de 5 de junho de 1934, será calculado na base dos recursos arbitrados pelo Conselho e no prazo de duração maxima da expedição.

§ 3.º O deposito será recolhido, dentro de 48 horas depois de concedida a licença, ao Banco do Brasil, ou ás suas agencias nos Estados, á ordem do presidente do Conselho, e será movimentado mediante cheques nominacs assignados por este.

Art. 20. Nenhum especimen botânico, zoológico, mineralógico, paleontológico, ethnographico, antropologico, archeologico, historico, lendário ou artistico, poderá ser exportado para fóra do paiz, sem que o interessado apresente na Alfandega ou estação de embarque o certificado respectivo.

Paragrapho unico. Este certificado deverá ser requerido ao presidente do Conselho.

Art. 21. O Governo brasileiro terá opção obrigatória de todo e qualquer material artistico ou scientifico offerecido á venda.

Paragrapho unico. O material adquirido por compra por expedições ou expedicionarios fica sujeito as mesmas condições do artigo.

Art. 22. Para fins competentes o Conselho organizará os modelos de livros, de guias de licença e certificados e demais formularios que se relacionem com as suas attribuições regulamentares, os quaes, depois de approvados, serão publicados no *Diário Official*, para conhecimento dos interessados.

Art. 23. Com excepção do presidente, os membros do Conselho e os representantes dos Ministerios das Relações Exteriores e da Fazenda perceberão a gratificação de 50\$000 (cincoenta mil réis) por sessão a que comparecerem.

Paragrapho unico. O presidente e o secretario perceberão a gratificação e remuneração fixadas pelo decreto numero 23.311, de 31 de outubro de 1933.

Art. 24. Os membros do Conselho que deixarem de comparecer a quatro sessões successivas, sem motivo justificado, serão considerados automaticamente resignatarios.

Art. 25. O presente regulamento será objecto de revisões biennaes, de forma a melhor adaptal-o ás necessidades do Conselho.

Art. 26. O Ministerio da Agricultura providenciara acerca da traducção do presente regulamento nas linguas estrangeiras de maior divulgacão, conforme a proposta do Conselho.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1936. — *Odilon Braga*.

---

#### DECRETO N. 1.017 — DE 7 DE AGOSTO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento provavel, na importancia de 744:738\$892, das despesas com a construcção das installações parciais do aeroporto de Santos, sob index OR-144-59.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Docas de Santos e de accordo com a informacão prestada pelo Departamento Nacional de Portos e Navegacão, em officio n. 2.640, de 2 de julho findo, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento provavel, na importancia de 744:738\$892 (setecentos e quarenta e quatro contos setecentos e trinta e oito mil oitocentos

e noventa e dous réis), que com este baixam, rubricados pelo director geral de Contabilidade, interino, da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, relativos á construcção das installações parciaes do aeroporto de Santos sob index OR-144-59.

Paragrapho unico. A importancia effectivamente despendida com as obras a que se refere o presente decreto, só depois de convenientemente comprovada, mediante apresentação de documentos authenticos, será levada á conta de capital da Companhia Docas de Santos, de accôrdo com o artigo 2º, item 1º, do decreto n. 658-A, de 21 de fevereiro deste anno.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.018 — DE 7 DE AGOSTO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento para construcção de um deposito de locomotivas na linha de Natal a Angicos, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, e desapropria os immoveis necessarios á mesma construcção*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que propoz a Inspectoria Federal das Estradas, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Art. 1º Ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para a construcção, no km. 2+700 da linha de Natal a Angicos, da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, de um deposito de locomotivas, em substituição ao existente em Igapó, no km. 8 da referida linha.

§ 1º A despesa que for effectuada com essa construcção, até o maximo de 94:763\$437 (noventa e quatro contos setecentos e sessenta e tres mil quatrocentos e trinta e sete réis), assim como a referente á desapropriação dos immoveis a ella necessarios, estimada em 20:000\$000 (vinte contos de réis), o que eleva o total do orçamento ora approvedo, a 114:763\$437 (cento e quatorze contos setecentos e sessenta e tres mil quatrocentos e trinta e sete réis), correrão á conta da verba 14ª, sub-consignação 16, consignação I, letra c, do annexo n. 7, a que se refere o art. 3º da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

§ 2º Para a conclusão das obras fica fixado o prazo de 8 (oito) mezes.



**Art. 2.º** De accordo com o disposto nos arts. 3.º, n. 3, 5.º e 8.º do regulamento de consolidação e modificação do processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade publica, approvedo pelo decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903; art. 590, § 2.º n. II do Código Civil, e art. 113 n. 17 da Constituição Federal, ficam desapropriados, por utilidade publica, o terreno, com a área de 31.983m 2,00 (trinta e um mil novecentos e oitenta e tres metros quadrados) e a bemfeitoria nelle existente, os quaes, representados na planta que tambem baixa, igualmente rubricada, em duas vias, são necessarios á construcção do deposito de locomotivas a que se refere o art. 1.º deste decreto.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.019 — DE 7 DE AGOSTO DE 1936

*Approva o orçamento para execução de diversos trabalhos no novo trecho de Jaguary a Curussú, da Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accôrdo com os pareceres prestados, decreta:

**Artigo unico.** Fica approvedo o orçamento que ora baixa, rubricado pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, para execução dos trabalhos de conservação da linha, alargamento de aterros e augmento, para 1.600 por kilometro, do numero de dormentes, no novo trecho de Jaguary a Curussú (ramal de Jaguary-São Thiago-São Borja, km. 80 + 228 a 107 + 285), construido pelo 1.º Batalhão Ferroviario e incorporado á Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, em vista do disposto na clausula I do contracto de arrendamento da mesma, celebrado com o Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922.

§ 1.º De accôrdo com a clausula I e o item 2.º da clausula II do termo decorrente do decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, que modificou aquelle contracto, serão inscriptas na conta do "Fundo de melhoramentos" as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo do orçamento ora approvedo, na importancia total de 209:786\$956 (duzentos e nove contos setecentos e oitenta e seis mil novecentos e cincoenta e seis réis).

§ 2.º Para a conclusão dos mencionados trabalhos, fica fixado o prazo de seis mezes, a contar da data em que a Rêde fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.020 — DE 7 DE AGOSTO DE 1936

*Approva novos projecto e orçamento para a construcção de um novo edificio para a estação de Baependy, da linha de Barra a Soledade, Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rêde Mineira de Vição.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a Rêde Mineira de Vição, arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico, Ficam approvados os novos projecto e orçamento que a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Vição e Obras Publicas, — para a construcção de um novo edificio para a estação de Baependy, situada no kilometro 31-|-126 da linha de Barra a Soledade, Estrada de Ferro Sul de Minas, da Rêde Mineira de Vição, em substituição aos approvados pelo decreto n. 617, de 31 de janeiro do corrente anno.

Paragrapho 1.º De conformidade com o disposto na clausula II, alinea g, e na clausula IV do termo decorrente do decreto n. 18.699, de 12 de abril de 1929, que modificou o contracto de arrendamento da antiga Rêde de Vição Sul-Mineira, hoje Rêde Mineira de Vição, autorizado pelo decreto n. 15.406, de 22 de março de 1922, serão levadas á conta do "fundo de melhoramentos" a que se refere a citada clausula IV, as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo do orçamento ora approvado, na importancia total de réis 80:365\$506 (oitenta contos trezentos e sessenta e cinco mil quinhentos e seis réis), já attendidas as correções nelle feitas pela Inspectoria Federal das Estradas.

Paragrapho 2.º Para a conclusão das obras fica fixado o prazo de oito mezes, a contar da data em que a Rêde for notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 1.021 — DE 7 DE AGOSTO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos para execução de diversas obras na estação "Amoroso Costa", Estrada de Ferro Oeste de Minas, da Rede Mineira de Viação.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Rede Mineira de Viação, arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, — para execução, na estação "Amoroso Costa", do ramal de Uberaba, da Estrada de Ferro Oeste de Minas, da Rede Mineira de Viação, das obras, abaixo descriptas, que vão ser realizadas em virtude do compromisso assumido pela referida Estrada, ao tempo de sua administração directa pelo Governo Federal, quando da assignatura do contracto de trafego mutuo e directo com a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, celebrado nos termos da minuta approvada pelo aviso n. 167, de 6 de maio de 1930, dirigido á respectiva directoria, pelo ministro de Estado da Viação e Obras Publicas:

- a) uma passagem inferior, no km. 1.047 -|- 689  
do citado ramal, para travessia do km. 607  
da linha de Catalão, da mencionada companhia 25:797\$054
- b) uma casa para moradia do agente da estação 16:476\$230
- c) uma casa para moradia do guarda-chaves... 15:939\$701
- d) uma variante de accesso á estação..... 83:988\$174

Paragrapho 1.º De conformidade com o disposto na clausula II, parte inicial e alinea g do termo decorrente do decreto n. 18.699, de 12 de abril de 1929, modificativo do contracto de arrendamento da antiga Rede de Viação Sul-Mineira, hoje Rede Mineira de Viação, autorizado pelo decreto numero 15.406, de 22 de março de 1922, combinada com as clausulas IV do mesmo termo, e II do contracto de arrendamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas, celebrado em face do decreto n. 19.602, de 19 de janeiro de 1931, serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos" as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, na importancia total de 142:201\$159 (cento e quarenta e dous contos duzentos e um mil cento e cincoenta e nove réis), já attendidas as rectificações feitas pela Inspectoria Federal das Estradas nos relativos ás obras descriptas nas alineas a, b e d.

Paragrapho 2.º Para a conclusão de todas as obras, fica fixado o prazo de dous annos, a contar da data em que a Rede for notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 1.022 — DE 11 DE AGOSTO DE 1936

*Approva e ratifica a Convenção Nacional de Estatística*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que a Convenção firmada, nesta data, pelos delegados do Governo Federal e dos Governos das unidades politicas da Federação, para os fins expressos no decreto numero 946, de 7 de julho do corrente anno, objectiva assegurar ao Instituto Nacional de Estatística as condições necessarias ao desempenho das attribuições que lhe conferiu o decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934;

Considerando a conveniencia de promover immediatamente o funcionamento do systema estabelecido para a plena coordenação dos serviços de estatística do Paiz, de que é o referido Instituto o órgão nacional;

Considerando que a alludida Convenção estabelece medidas da competencia do Poder Executivo, condicionadas explicitamente as da alçada legislativa ao pronunciamento do Poder competente;

Resolve:

Art. 1.º Fica approvada e ratificada, para todos os effeitos, no que respeita á administração federal, a Convenção Nacional de Estatística, firmada, nesta data, na Capital da Republica, entre o Governo da União, e os Governos dos Estados, do Districto Federal e do Territorio do Acre.

Art. 2.º O presente decreto, ao qual vac annexo o texto do instrumento da supra referida Convenção, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Vicente Rdo.*

*Marques dos Reis.*

*Gustavo Capanema.*

*João Gomes Ribeiro Filho.*

*Henrique A. Guilhen.*

*Odilon Braga.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

## Convenção Nacional de Estatística

**Instrumento de accordo inter-administrativo firmado nos termos do art. 9º da Carta Constitucional, na presença do Excellentissimo Senhor Doutor Getulio Vargas, Presidente da Republica, no Salão de Conferencias do Palacio Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro, aos 11 dias do mez de agosto de 1936, pelos Delegados Plenipotenciarios dos Governos da União, do Districto Federal, dos Estados e do Territorio do Acre.**

*Instrumento da Convenção Nacional de Estatística que entre si fazem o Governo Federal e a unanimidade dos Governos das Unidades Políticas da Republica dos Estados Unidos do Brasil para, nos termos do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, approvar as bases da constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística e assentar as medidas necessarias á integração do quadro federativo do Instituto Nacional de Estatística.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, os Governadores dos Estados componentes da Federação e o Prefeito do Districto Federal,

De conformidade com o disposto no art. 9º da Constituição da Republica;

Attendendo á conveniencia da coordenação e da uniformização da estatística brasileira, de modo a que seja a mesma elaborada, dentro das normas constitucionaes vigentes, num regime de cooperação e divisão racional de trabalho e de recursos, entre as differentes espheras administrativas;

Considerando, ao mesmo tempo, a vantagem de facilitar a collaboração dos Governos Municipaes e da iniciativa particular nas investigações numericas que definam as condições do Paiz;

Considerando que, para a realização desses objectivos, deverá ser utilizado o Instituto Nacional de Estatística, creado pelo Decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934;

Tendo, finalmente, em vista os termos, a que se reportam, do decreto n. 946, de 7 de julho do corrente anno, convocatorio da Convenção Nacional de Estatística;

Decidiram firmar uma Convenção para approvar as bases da constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística e assentar as medidas necessarias á integração do quadro federativo do Instituto Nacional de Estatística, e para isso nomearam seus delegados plenipotenciarios:

Constituindo a Delegação Federal os senhores — Ministro de Estado das Relações Exteriores José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto Nacional de Estatística e da Assembléa Convencional, Heitor Bracet, Director de Estatística Geral, representando o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, Léo d'Affonseca, Director de Estatística Economica e Financeira, representando o Ministerio da Fazenda, Luiz Joaquim da Costa Leite, Encarregado do Expediente do Departamento

de Estatística e Publicidade, representando o Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, Rafael da Silva Xavier, Director de Estatística da Produção, representando o Ministerio da Agricultura, Mario Augusto Teixeira de Freitas, Director de Informações, Estatística e Divulgação, representando o Ministerio da Educação e Saude Publica, Joaquim Licinio de Souza Almeida, Presidente da Commissão de Estatística do Ministerio da Viação e Obras Publicas, representando o mesmo Ministerio, Tenente Coronel Custodio dos Reis Principe Junior, representando o Ministerio da Guerra, Commandante Manoel Ribeiro Espindola, representando o Ministerio da Marinha, Consul Paulo Vidal, representando o Ministerio das Relações Exteriores e Desembargador Alberto Diniz, representando o Territorio do Acre;

Constituindo as Delegações das Unidades da Federação os senhores — Cassiano Machado Tavares Bastos, Director do Gabinete do Prefeito do Districto Federal, como Delegado do mesmo Districto, José de Castro Azevedo, Secretario da Fazenda do Estado de Alagoas, como Delegado do mesmo Estado, Deputado Federal Alexandre Carvalho Leal, como Delegado do Estado do Amazonas, Alvaro Navarro Ramos, Secretario da Agricultura do Estado da Bahia, como Delegado do mesmo Estado, Ruy de Almeida Monte, Secretario da Fazenda do Estado do Ceará, como Delegado do mesmo Estado, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Secretario da Agricultura do Estado do Espirito Santo, como Delegado do mesmo Estado, Benjamin da Luz Vieira, Secretario Geral do Estado de Goyaz, como Delegado do mesmo Estado, José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, antigo Director Geral de Estatística do Brasil, como Delegado do Estado do Maranhão, Firmo Dutra, como Delegado do Estado de Matto Grosso, Israel Pinheiro, Secretario da Agricultura do Estado de Minas Geraes, como Delegado do mesmo Estado, Leopoldo Penna Teixeira, Director Geral de Agricultura do Estado do Pará, como Delegado do mesmo Estado, Celso Mariz, Secretario da Agricultura do Estado da Parahyba, como Delegado do mesmo Estado, Deputado Federal Francisco Pereira, como Delegado do Estado do Paraná, Lauro Bezerra Montenegro, Secretario da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de Pernambuco, como Delegado do mesmo Estado, Deputado Federal Agenor Monte, como Delegado do Estado do Piahy, Fidelis Sigmaringa Seixas, antigo Secretario do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, como Delegado do mesmo Estado, Senador Federal Joaquim Ignacio de Carvalho Filho, como Delegado do Estado do Rio Grande do Norte, Raul Pilla, Secretario da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, como Delegado do mesmo Estado, Celso Fausto de Souza, Secretario da Fazenda e Agricultura do Estado de Santa Catharina, como Delegado do mesmo Estado, Luiz Piza Sobrinho, Secretario da Agricultura do Estado de São Paulo, como Delegado do mesmo Estado, e o Senador Federal Augusto Cesar Leite, como Delegado do Estado de Sergipe;

Os quaes, depois de communicados seus plenos poderes, mediante documentos que, julgados bastantes, foram man-

dados archivar na Secretaria Geral do Instituto Nacional de Estatística, convieram em estabelecer as seguintes clausulas de compromisso entre os Altos Poderes representados:

## CAPITULO I

### BASES PARA A CONSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATISTICA

#### *Clausula primeira*

Para a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística, entidade destinada á orientação e direcção superiores das actividades do Instituto Nacional de Estatística, de accordo com o disposto nos artigos 9º e 10º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, e no artigo 10º, paragrapho unico do decreto n. 946, de 7 de julho de 1936, ficam assentadas as seguintes bases:

I. Ao Conselho Nacional de Estatística, que terá relações directas, por seus órgãos competentes, com os Chefes dos Governos, cuja autoridade politico-administrativa nelle estiver representada, por força desta Convenção, fica assegurada a mais ampla autonomia de acção technica e administrativa, para o fim de efficiente coordenação no planeamento e execução dos serviços estatísticos brasileiros.

II. O Instituto Nacional de Estatística se compõe de duas ordens de entidades fundamentais: organizações federaes e organizações regionaes.

III. Formam o quadro central das organizações federaes as directorias de estatística especificadas no art. 3º, § 1º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934; o quadro central das organizações regionaes comprehende os órgãos centralizadores dos serviços de estatística da administração do Districto Federal, Estados e Territorio do Acre.

IV. Articulam-se obrigatoriamente com os órgãos centraes federaes todos os serviços ou secções de estatística que existem ou venham a existir no ambito da administração federal; no Districto Federal, Estados e Territorio do Acre, a mesma articulação aos órgãos centraes regionaes se tornará obrigatoria para todos os serviços ou secções de estatística mantidos pela administração das respectivas circumscripções politicas.

V. Respeitados os limites da orbita jurisdiccional, poderão tambem integrar-se no Instituto, mediante actos de filiação, as organizações de estatística existentes ou que venham a existir nos municipios, e os departamentos de empresas ou associações mantidos para fins de levantamento de reconhecida utilidade publica.

VI. O Conselho Nacional de Estatística será constituído:

- a) pelo Presidente do Instituto Nacional de Estatística, que será o Presidente nato do Conselho e da sua Junta Executiva Central;
- b) pelos demais membros da Junta Executiva Central;
- c) pelos directores de secção e funcionarios de equivalente hierarchia, das "repartições centraes";

d) pelos directores geraes das repartições regionaes de estatística integradas no Instituto (empregando-se neste instrumento o termo "regional" para significar o que disser respeito aos Estados, Districto Federal e Territorio do Acre);

e) pelos directores de secção e funcionarios de categoria equivalente das repartições a que se refere a letra precedente;

f) pelos dirigentes geraes das organizações officiaes e officializadas que possuam secções ou serviços filiados ao Instituto, tanto na orbita federal como na regional, e pelos chefes ou directores de taes secções ou serviços;

g) pelos directores ou chefes das repartições ou serviços de estatística geral dos municipios das capitães dos Estados e do Acre;

h) pelos representantes das organizações particulares filiadas ao Instituto.

#### VII. São órgãos do Conselho:

a) a Assembléa Geral;

b) a Junta Executiva Central;

c) as Juntas Executivas Regionaes;

d) as Comissões Technicas.

#### VIII. A Assembléa geral será assim constituída:

a) pelos membros da Junta Executiva Central, representando o Governo Federal;

b) pelos Presidentes das Juntas Executivas Regionaes ou seus supplentes, representando os Governos Regionaes e Municipaes;

c) por um delegado dos representantes, no Conselho, das organizações officializadas filiadas ao Instituto;

d) por um delegado dos representantes, no Conselho, das organizações particulares filiadas ao Instituto.

IX. A Junta Executiva Central terá a composição prevista no art. 3º do decreto n. 946, de 7 de julho de 1936, que constituiu a Delegação Federal á presente Convenção.

X. As Juntas Executivas Regionaes, sempre que não prevalecerem, na legislação respectiva, disposições analogas ás adoptadas na organização federal (art. 10, § 1º, n. 1 e art. 11, §§ 1º e 2º do decreto-lei n. 24.609, de 6 de julho de 1934), serão presididas pelos directores das repartições regionaes de estatística geral. Na hypothese contraria, estes directores serão os secretarios natos das respectivas Juntas e, como taes, obrigatoriamente considerados assessores e supplentes dos Presidentes das Juntas Regionaes na Assembléa Geral do Conselho. Constituirão essas Juntas:

a) os directores e os chefe de secção ou funcionarios de hieararchia equivalente das repartições regionaes integradas no Instituto;

b) os directores geraes das repartições que possuem apenas secções de estatística filiadas ao Instituto;

c) os chefes dessas secções especializadas de estatística;

d) os chefes ou directores das repartições ou serviço de estatística dos municipios das capitães dos Estados e do Territorio do Acre;



e) um representante do Estado-Maior da Região com jurisdição militar no Estado e um delegado do Estado-Maior da Armada, devidamente credenciados para tal fim.

XI. A Assembléa Geral fixará o numero das Comissões Technicas, as quaes se comporão, em cada caso, de cinco membros especializados no assumpto respectivo, e eleitos, pela Assembléa, entre todos os membros do Conselho Nacional; dois desses membros deverão ser da administração federal, a elles competindo as funcções de presidente e relator, respectivamente; os demais membros serão da administração regional ou local, de unidades politicas diferentes, na hypothese de não figurar no Conselho representante de entidade officializada ou particular especialmente interessada no assumpto a cargo da Commissão, caso em que esse representante será considerado membro nato da Commissão.

XII — A Assembléa Geral reunir-se-á annualmente a 1 de julho, realizando tantas sessões quantas forem necessarias. As Juntas Executivas reunir-se-hão ordinariamente no 1º dia util de cada quinzena, realizando as sessões extraordinarias que forem necessarias. As Comissões Technicas trabalharão em todo o correr do anno, mediante correspondencia promovida pelo respectivo presidente ou pelo relator. Os seus relatorios deverão ser presentes á Junta Executiva Central até 31 de março de cada anno.

#### XIII. Competirá:

a) á Assembléa Geral, orientar e dirigir o Instituto, mediante deliberação directa ou delegação á Junta Executiva Central, exercendo ampla jurisdição technica no que se referir a todos os serviços filiados, e gozando de autonomia administrativa quanto aos serviços cuja organização e movimentação forem confiadas ao mesmo Instituto na fórma dos arts. 7º e 8º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934;

b) á Junta Executiva Central, cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléa Geral e resolver os casos omissoes, *ad-referendum* da mesma Assembléa, sempre que o exigam a continuidade e boa ordem dos serviços do Instituto;

c) ás Juntas Executivas Regionaes, cumprir e fazer cumprir as deliberações de caracter geral da Assembléa Geral e da Junta Executiva Central, e tomar as medidas necessarias á coordenação e desenvolvimento dos serviços estatísticos regionaes e municipaes sob sua jurisdição, resolvendo com autonomia o que fôr materia privativa da economia interna dos respectivos systemas;

d) ás Comissões Technicas, estudar e projectar a systematização technica e os melhoramentos progressivos das estatísticas comprehendidas nos respectivos programmas, expondo as conclusões do seu trabalho em relatorios annuaes á Junta Executiva Central, que os fará publicar e os submeterá com o seu parecer á Assembléa Geral.

XIV. Os órgãos do Conselho terão regimentos especiaes.

XV. Fica prevista a organização de um corpo de Assessores ou Consultores de Estatística, que serão eleitos pela Assembléa Geral e poderão participar dos trabalhos das Jun-

tas Executivas (Central e Regionaes) e das Commissões Technicas do Instituto, collaborando no estudo de questões especializadas. Esse corpo de Assessores se constituirá:

- a) de representantes das principaes instituições economicas, sociaes, culturaes ou religiosas, de expressão nacional;
- b) de especialistas em materia de estatistica.

XVI. Não serão remunerados os membros do Conselho nem os Assessores, cujas funções constituem, entretanto, titulo de relevante benemerencia publica. Aos membros da Assembléa Geral não residentes na Capital Federal nem no Estado do Rio de Janeiro, será paga, porém, por occasião das respectivas sessões, a ajuda de custo de um conto de réis (1:000\$), correndo essa despesa e a das competentes passagens, por conta das verbas proprias do Governo Federal.

XVII. São attribuições expressas da Assembléa Geral as seguintes:

- a) elaborar o seu regimento interno e o das Juntas Executivas — Central e Regionaes;

- b) baixar as instrucções por que se devam regular os órgãos do Instituto nas suas relações entre si e com o proprio Conselho;

- c) caracterizar as estatisticas que se devam considerar da competencia privativa das organizações federaes ou das organizações regionaes, fixando ao mesmo tempo as normas para que, no menor prazo possivel, os resultados de umas e outras sejam communicados a todos os órgãos do Instituto a que possam interessar;

- d) suggerir os criterios e processos pelos quaes as estatisticas de caracter regional, ora levantadas e elaboradas pela União, possam ser, aos poucos, transferidas á responsabilidade dos serviços regionaes, desde que estes se sintam com a eficiencia necessaria para assegurar-lhes a continuidade e perfectibilidade; fixar, outrossim, a acção suppletiva dos serviços nacionaes, onde esta fór solicitada ou julgada ainda necessaria;

- e) organizar, regulamentar e administrar as delegacias ou agencias de actuação regional ou local necessarias para completar o systema dos órgãos do Instituto, bem como os demais serviços filiados, quando estes ou aquellas vierem a ficar sob a responsabilidade do mesmo Instituto, nos termos dos artigos 7º e 8º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934;

- f) suggerir ao Governo da Republica e aos governos regionaes e locais, conforme o caso, para o competente exame e deliberação, as alterações de regulamentos que os serviços de estatistica forem exigindo para o seu aperfeiçoamento organico;

- g) representar, em tempo opportuno, ás autoridades competentes, para que, na legislação e nos planos e normas dos serviços publicos não se incluam dispositivos que prejudiquem, de qualquer fórma, as fontes e a elaboração da estatistica nacional;

- h) propôr aos órgãos governativos competentes as providencias necessarias ao normal desenvolvimento das finalidades do Instituto;

i) providenciar para a constituição dos recursos financeiros, de character facultativo, previstos no artigo 24 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, fazer-lhes a distribuição e fiscalizar-lhes a applicação;

j) autorizar os acordos e contractos que o Instituto haja de realizar para a consecução de seus objectivos;

l) fixar o plano de organização e funcionamento das Commissões Technicas, tendo em vista a elaboração de projectos, pareceres ou estudos de character especializado, necessarios aos trabalhos do Instituto.

## CAPITULO II

### COMPROMISSOS DO GOVERNO FEDERAL

#### *Clausula segunda*

o) Governo Federal se compromette a:

a) acceitar as bases fixadas nesta Convenção para a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística;

b) fazer adoptar nos serviços estatísticos a seu cargo as normas technicas que forem approvadas pelo Conselho Nacional de Estatística;

c) providenciar para a execução dos alvitres propostos pelo Conselho visando melhorar o systema dos serviços estatísticos nacionaes;

d) não tomar nenhuma providencia restrictiva da autonomia da direcção superior do Instituto ou das cinco repartições que lhe formam o nucleo central;

e) fornecer, pelos órgãos competentes, aos serviços regionaes do Instituto, independentemente de publicação prévia, os resultados das estatísticas elaboradas, privativa ou directamente, pela administração federal;

f) participar da associação cooperativa que tenha por fim installar officinas graphicas centraes, privativas do Instituto;

g) auxiliar com os recursos ao seu alcance as iniciativas dos Estados destinadas a facilitar o desenvolvimento dos serviços estatísticos;

h) franquiar a correspondencia postal-telegraphica dos órgãos componentes do Instituto, segundo o disposto no art. 22 do decreto n. 24.609 e na fórmula das instrucções que forem baixadas;

i) providenciar para tornar extensivas a todos os directores dos serviços de estatística do Instituto e aos seus delegados ou agentes itinerantes, quando viajarem em objecto de serviço, as facilidades de transporte que a legislação e os contractos concedam ao functionalismo federal;

j) promover o aparelhamento da Directoria de Estatística da Produção para o fim de desempenhar as attribuições que, em virtude das clausulas decima terceira e vigesima primeira, lhe forem conferidas;

l) providenciar para o alargamento dos recursos em pessoal e material da Directoria de Informações, Estatística e Divulgação, habilitando-a a prestar assistencia mais efficaz

aos Estados no que concerne ao levantamento da estatística educacional regulada pelo Convenio de 20 de dezembro de 1931, cuja revisão o Ministro da Educação e Saude Publica promoverá nos termos dos compromissos em vigor;

m) tomar identica iniciativa com relação ao Departamento de Estatística e Publicidade e aos demais serviços federaes de estatística, para que bem possam desempenhar as funções que lhes ficaram conferidas;

n) proporcionar ao Territorio do Acre os meios necessarios ao cumprimento das obrigações decorrentes desta Convenção;

o) prover a que as repartições federaes forneçam às repartições estatísticas do Estado e do Municipio onde funcionarem, os dados estatísticos cuja divulgação possa ser autorizada em caracter permanente pelas autoridades competentes;

p) solicitar do Poder Legislativo a instituição de dois premios, um de 30 e outro de 15 contos de réis, que, a partir de 1937, serão conferidos, de dois em dois annos, aos autores de trabalhos originaes e inéditos sobre o methodo estatístico, classificados, respectivamente, em primeiro e em segundo logar no concurso que será aberto e regulamentado pelo Instituto Nacional de Estatística.

### CAPITULO III

#### COMPROMISSOS DOS GOVERNOS REGIONAES

##### *Clausula terceira*

Os Governos dos Estados, do Districto Federal e do Territorio do Acre declaram convencionalmente assentado, no que disser respeito às respectivas administrações, o que consta das clausulas seguintes deste capitulo.

##### *Clausula quarta*

Ficam integrados no Instituto todos os seus serviços de estatística, já organizados, ou que se vierem a organizar, para o fim de ordenar as respectivas actividades technicas e os trabalhos que elaborarem, segundo as normas fixadas pelos órgãos competentes do Instituto, tendo em vista o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a uniformização das estatísticas nacionaes, bem como a regularidade da sua divulgação. A materia desta clausula será, todavia, entendida sem prejuizo das actividades especializadas e dos desdobramentos que o Estado julgar convenientes, devendo os dados respectivos ser publicados com as devidas referencias indicativas.

##### *Clausula quinta*

Serão examinadas e tomadas em consideração pelos Governos compactuantes, no melhor espirito de cooperação e le-

gundo um alto pensamento de organização nacional, as solicitações ou suggestões formuladas pelos órgãos competentes do Instituto.

*Clausula sexta*

Os Governos Federados responsabilizam-se pelas providencias immediatas e sufficientes para que, nas administrações que superintendem, o principal órgão do Instituto seja uma repartição ou departamento central de estatistica da mais ampla autonomia e da mais alta hierarchia, que as respectivas organizações permittam. Tal órgão não incluirá, no seu programma, encargos que não sejam os de publicidade ou divulgação, além dos trabalhos inherentes á sua funcção precípua. É excluída dessa condição apenas a repartição de estatistica do Acre, que poderá conservar sua estrutura actual desde que possua uma secção exclusivamente de estatistica.

*Clausula setima*

Os Governos Federados proverão immediatamente a que seja movimentado cada anno, a partir de 1937, para fins da collecta estatistica, um corpo de Agentes Itinerantes, no minimo um para vinte municipios. A taes agentes, que, na qualidade de prepostos do Director de Estatistica Geral, serão por este livremente contractados e dispensados, competirá:

a) orientar os agentes municipaes de estatistica na melhoria dos registros e pesquisas que tiverem a seu cargo;

b) controlar as informações colhidas pelos referidos agentes;

c) recolher elementos fidedignos para se manter em dia o estudo corographico dos municipios;

d) realizar a necessaria propaganda dos serviços estatísticos;

e) effectuar as pesquisas de caracter tecnico que não estiverem ao alcance dos agentes municipaes, sejam as que interessarem á directoria regional de estatistica geral, sejam as que forem lançadas por órgãos estatísticos especializados, estabelecidos para isso os devidos entendimentos entre estes e aquella;

f) suggerir e orientar a melhoria dos registros publicos ou particulares a que a estatistica precisa recorrer.

*Clausula oitava*

Os Governos Federados interporão encarecidamente seus bons officios junto aos Governos Municipaes, afim de que sejam criadas e filiadas ao Instituto, na fórmula da clausula vinte e oito, letra f, desta Convenção, as Agencias Municipaes de Estatistica, que poderão ficar a cargo de um só funcionario ou de uma secção ou repartição. Compromettem-se mais a proporcionar a essas agencias todas as facilidades que forem necessarias e estiverem ao alcance da administração regional, inclusive a instituição de gratificações estimuladoras ou premios aos serventuários mais efficientes.

*Clausula nona*

A partir de 1937, os Governos Federados farão organizar e publicar annualmente, pela sua principal repartição de estatística, os respectivos Annuarios Estatísticos, de accordo sempre com a direcção do Instituto e respeitadas o plano minimo, o modelo e as normas que este adoptar; isto sem prejuizo de quaesquer outras publicações, subsidiarias ou não (cadastros, indicadores, boletins, etc.) que tambem possam organizar, observando sempre o criterio de coherencia com os resultados da estatística federal e adoptados os seus modelos.

*Clausula decima*

Nos Annuarios e publicações a que se refere o artigo precedente, os dados sobre superficie, população e demais assumptos que já estiverem assentados pela estatística federal, serão preferidos a quaesquer outros porventura existentes. No caso, porém, de alguns desses dados apresentarem erros sensiveis ou indicios positivos de deficiencia, que mereçam referencia especial, a competente resalva será feita em nota, na qual se alluda á elaboração futura, no regime de cooperação do Instituto, de dados mais rigorosos. Outrossim, quando os Governos Federados julgarem de necessidade fazer a divulgação de resultados estatísticos que estejam sendo levantados sob os planos geraes do Instituto, antes que este tenha concluido a respectiva systematização, fal-o-ão mediante prévio entendimento, para que esses resultados se approximem o mais possivel dos algarismos definitivos, declarando estarem ainda sujeitos a rectificação.

*Clausula undecima*

Os Governos Federados proverão a que funcionarios dos seus serviços de estatística sejam commissionedos, na medida do possivel, para frequentarem os cursos de especialização que o Instituto organizar, ou fazerem estagios de aperfeiçoamento nas repartições centraes e serviços especializados mais efficientes da União, das Unidades Politicas ou de instituições privadas.

*Clausula duodecima*

As repartições ou serviços da administração regional incorporados ao Instituto por esta Convenção serão autorizados a prestar-se mutuo auxilio, technico ou administrativo, e a colaborar intimamente com os serviços congêneres federados, mediante entendimentos com a direcção superior do Instituto, segundo as necessidades occorrentes. Os chefes ou encarregados de secções ou organizações semelhantes, incorporadas ao Instituto, mas que constituam parte integrante de repartições só por esse facto vinculadas ao mesmo Instituto, se corresponderão directamente com os órgãos dirigentes deste, na fórmula das instruções ou normas que forem baixadas, em tudo que diga respeito á prestação ou ao recebimento de esclarecimentos sobre o movimento technico dos respectivos serviços.

As providencias, porém, que se tornarem necessarias com relação a esses serviços para os fins do Instituto, e que imporem em acto de direcção da repartição respectiva, serão obtidas mediante entendimento entre esta e o órgão competente do Instituto. Se escapar á alçada do director da repartição interessada, será o assumpto resolvido entre a direcção do Instituto e o Secretario de Estado competente ou o Chefe do Governo, em se tratando de materia que affecte interesses geraes da administração.

*Clausula decima terceira*

Os Governos Federados, pelo órgão dos serviços technicos competentes, sejam os de engenharia em geral, sejam os especializados de geographia ou cartographia, filiados ou não ao Instituto, collaborarão nos trabalhos de cartographia geographica necessarios á estatística e centralizados, para os fins de synthese nacional, na Directoria de Estatística da Produção, do Ministerio da Agricultura, segundo planos geraes approvados pelo Conselho Nacional de Estatística. Com esse objectivo serão tomadas medidas, que assegurem a organização, para serem divulgadas nos annos de millesimo nove e quatro (precedentes aos censos geraes ou regionaes), cartas physicas e politicas do territorio estadual, das quaes constem a divisão municipal e, se possivel, tambem a districtal, bem como as demais ordens de circumscripções administrativas e judicarias. Aos Municipios, os mesmos serviços formularão, ainda, as suggestões convenientes e prestarão a assistencia technica necessaria para que façam levantar ou rever, com a perfeição possivel, os mappas dos respectivos territorios.

*Clausula decima quarta*

Os Governos Federados, tendo em vista os interesses geraes da organização administrativa, e em particular, o interesse dos levantamentos estatísticos, encaminharão, com a assistencia do Instituto, as providencias legislativas ou administrativas que tenham por fim racionalizar a divisão dos respectivos territorios, tendendo a conseguir, além de outros objectivos, que os entendimentos a esse respeito estabeleçam como necessarios ou vantajosos, os seguintes, que são considerados essenciaes:

a) uniformidade de data para a revisão do quadro territorial, em todo o Paiz, de modo que tenha ella logar, para fins da sua boa fundamentação e regular periodicidade, logo após a divulgação dos resultados dos recenseamentos geraes ou regionaes, ou seja nos annos de millesimo dois e sete;

b) precisão e racionalidade dos limites circumscripçionaes a estabelecer, de modo que estes acompanhem accidentes geographicos facilmente identificaveis, e fiquem tambem evitadas as linhas até agora usadas segundo variaveis divisas de terras de determinados proprietarios;

c) systematização da nomenclatura de maneira a ficar definitivamente suppressida tanto a identidade de designação entre circumscripções da mesma categoria, quanto a diversi-

dade de toponímia entre as circumscripções administrativas e judiciais e as respectivas sedes;

d) superposição systemática da divisão judiciária á divisão administrativa, de forma que, por um lado, haja uma só divisão districtal para fins tanto administrativos como judiciais e, por outro lado, os termos e comarcas tenham sempre por sede a sede municipal que lhes der o nome e compreendam integralmente, respeitados os respectivos limites, um ou mais municípios;

e) attribuição da categoria e fóros de cidade e villa segundo criterios específicos claramente fixados em lei;

f) unificação dos ambitos territoriaes das unidades administrativas e judiciais, de modo que a área de cada uma delleas seja um todo, ficando assim supprimidos os casos de extra-territorialidade decorrentes das chamadas "fazendas encravadas" e os casos anomaes de circumscripções formadas de duas inferiores não contiguas;

g) definição exacta da constituição territorial das novas entidades administrativas creadas (districtos e municípios), indicando-se sempre as circumscripções districtaes preexistentes que lhes houverem cedido territorio, e descrevendo-se os respectivos limites de forma a ficarem nitidamente destacados os trechos correspondentes a cada um dos districtos confrontantes.

#### *Clausula decima quinta*

Em complemento ao disposto na clausula precedente, e, tendo em vista que a medida é necessaria não só para fins geraes da administração, mas principalmente para classificar a população do Paiz em "urbana" e "rural", com os respectivos coefficients de densidade, as Altas Partes Federadas propõem-se, como objectivo commum, a ser conseguido pelas medidas que a organização de cada Estado permittir, que todas as municipalidades fixem ainda este anno, determinando-lhe os limites e a área, o "quadro urbano" da cidade ou villa sede do municipio, ficando tambem assentado que esse quadro só possa ser modificado por acto do respectivo Governo, no qual venham referidos os novos limites e o accrescimento de área resultante da alteração.

#### *Clausula decima sexta*

Os Governos Federados, tendo em vista a fundamental importancia dos registros publicos para o aperfeçoamento das estatísticas, se obrigam a exercer particular vigilancia para a regularização dos mesmos, á luz das ponderações que o Instituto lhes fór formulando, e a encaminhar, bem assim, as providencias que possam remover os embaraços á regularidade desejavel nos ditos registros. Nesse proposito, terão em mira de modo muito particular:

a) a extensão do registro civil a todo o movimento demographico registravel, segundo a legislação vigente, adoptados os meios habeis á consecução desse objectivo, como, por exemplo, os entendimentos com as autoridades ecclesiasticas, para



que sejam remettidos aos officiaes de registro extractos dos lançamentos relativos aos casamentos, baptizados e encomendações que se celebrarem nas respectivas circumscripções;

b) a normalização do registro da propriedade immovel como base das estatisticas do territorio, utilizado o recurso de gravames especiaes do imposto territorial para as propriedades não inteiramente legalizadas;

c) o estímulo intensivo ao desenvolvimento do "registro Terrens", como futura e perfeita base de todas as estatisticas ligadas á apropriação e utilização do solo, possivelmente aproveitada com esse fim a concessão de vantagens tributarias aos immoveis inscriptos no dito registro.

#### *Clausula decima setima*

Os Governos Federados estudarão, com o concurso do Instituto, as medidas tendentes a assegurar a obrigatoriedade, no que depender das respectivas administrações, das informações necessarias á estatistica nacional.

#### *Clausula decima oitava*

Fica assentado entre os Governos Federados que as operações censitarias regionaes da sua competencia, salvo as que, por circumstancias especiaes, entenderem conveniente realizar em outras épocas, sejam fixadas uniformemente para os annos de milésimo cinco, organizadas as mesmas de accôrdo com o Instituto e no intuito de aproveitar os resultados desses inqueritos como valiosos supplementos dos censos federaes.

#### *Clausula decima nona*

Compromettem-se os Governos Federados a toma: de accôrdo com o Instituto, as providencias ao seu alcance capazes de contribuir para a effectivação da obrigatoriedade legal do systema metrico decimal. Empregarão o maximo esforço para que esse systema prevaleça integralmente desde já, não só na estatistica official como em todos os usos directos ou indirectos ligados á administração.

#### *Clausula vigesima*

Os Governos Federados compromettem-se a estabelecer normas uniformes nas declarações exigidas para o lançamento do imposto territorial, de fôrma a permittir sua utilização para fins estatísticos.

#### *Clausula vigesima primeira*

Os Governos Federados concordam sejam centralizados na repartição federal competente os resultados mensaes da apuração das respectivas estatisticas de exportação interestadual, as quaes os Estados, o Districto Federal e o Territorio do Acre, por esta Convenção, se obrigam a organizar segundo os methodos adoptados pelo Conselho Nacional de Estatistica. A mencionada repartição competirá a fusão e a divulgação

dessas estatísticas, de modo que, pela sua generalidade e systematização, possam por ellas ser levantadas as estatísticas de importação interestadual.

*Clausula vigesima segunda*

Os Governos Federados incorporão seus bons officios junto aos Governos das respectivas capitães, offerecendo-lhes para isso o concurso possível, no sentido de ser creado e mantido em dia na administração communal o cadastro predial e domiciliario indispensavel á boa elaboração das estatísticas locais e principalmente á permanente actualização dos seus computos demographicos, reclamada pela bio-estatística.

*Clausula vigesima terceira*

Os Governos Federados concordam em que a contabilidade dos respectivos thesouros mantenha nos seus registros e balanços a discriminação de titulos sufficiente para que as estatísticas financeiras da administração regional possam ser resumidas pelo Instituto com uniformidade de comprehensão e segundo o eschema geral previamente approvedo pelo Conselho Nacional de Estatística. Tomarão, outrossim, por intermediação dos seus departamentos de assistência á administração municipal ou, na falta, por intermedio do orgão para isso mais indicado, as iniciativas necessarias afim de que a contabilidade dos municipios tambem satisfaça ás especificações adoptadas pelo Instituto.

*Clausula vigesima quarta*

Para demonstrar os progressos do aparelhamento da estatística brasileira e caracterizar de fôrma impressiva, graphica e numericamente, os principaes aspectos da vida nacional, os Governos Federados providenciarão no sentido de participar annualmente da Exposição Nacional de Estatística que o Instituto organizar ou patrocinar, e, para esse effeito, manterão em suas repartições de estatística geral o indispensavel serviço de cartographia.

*Clausula vigesima quinta*

No intuito de assegurar perfeição, regularidade e economia na impressão dos seus annuarios e demais publicações de natureza estatística, as Altas Partes Federadas que não dispuzerem de officinas em condições de attender ás exigencias dessas publicações, firmam o proposito de custearem collectivamente, com o concurso do Governo Federal, as officinas graphicas privativas do Instituto. A autorização legislativa, de que depende tal providencia, será em tempo solicitada pelos Governos Federados. As officinas referidas, organizadas e dirigidas pelo Instituto, terão regulamentação capaz de attender equitativamente a todos os serviços dellas exigidos, segundo o plano cooperativo que fôr approvedo pela Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística.

*Clausula vigesima sexta*

Os Governos Federados têm como firmado o compromisso de providenciar em tempo para que os respectivos Poderes Legislativos possam incluir no orçamento para 1937 as verbas que julgarem conveniente destinar á criação ou reorganização dos respectivos serviços de estatística, tendo em vista o assentado nesta Convenção ou em ulteriores entendimentos com o Instituto.

*Clausula vigesima setima*

Os Governos Federados compromettem-se a encaminhar á Junta Executiva Central, como base dos estudos que esta terá de apresentar á Assembléa Geral na reunião inaugural do Conselho, um eschema da sua futura organização estatística e informações precisas sobre suas possibilidades técnicas nessa materia, facilitando assim o estabelecimento das normas iniciais para as actividades do Instituto considerado em seu conjunto.

## CAPITULO IV

## COMPROMISSOS COMMUNS A TODOS OS GOVERNOS COMPACTUANTES

*Clausula vigesima oitava*

O Governo Federal e os Governos Federados, neste instrumento compactuantes, se coobrigam a:

a) tomar as providencias necessarias para que nas respectivas leis, ou normas executivas, se exija, para a admissão nos quadros das repartições de estatística integradas no Instituto, prévia demonstração, em prova de sufficiência ou concurso, da aptidão minima definida pela Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística ou, enquanto esta não estiver funcionando, pela Junta Executiva Central;

b) não permittir que os funcionarios das referidas repartições sejam afastados do exercicio das suas para outras funções, sem compensação julgada satisfatoria pelos respectivos chefes ou directores, tendo em vista as necessidades dos serviços por que estes responderem;

c) promover a fixação de normas que permittam e facilitem a transferencia, por permuta, dos funcionarios dessas repartições, bem como das secções filiadas avulsamente ao Instituto, que, em representação fundamentada, os respectivos dirigentes indicarem como inadaptaveis á especialização profissional requerida pelos serviços estatísticos;

d) providenciar para que no quadro dos seus principais serviços de estatística se criem categorias técnicas, devidamente hierarchizadas e adequadamente remuneradas, para a primeira das quaes, collocada em nivel correspondente á de

primeiro official em Secretaria de Estado, a admissão dependa de habilitação em concurso de provas, em que se verifique possuírem os candidatos cultura secundaria, conhecimentos de mathematica sufficiente á analyse estatística, e a especialização theorico-pratica exigida pelas actividades superiores dos serviços de estatística;

e) fixar criterios administrativos que evitem terminantemente a utilização das verbas dos serviços de estatística para fins estranhos aos ditos serviços, ou mesmo a elles atinentes, mas sem prévia proposta dos respectivos responsaveis directos;

f) considerar filiados ao systema regulado por esta Convenção, com direito aos auxilios e vantagens que o Instituto lhes possa proporcionar, os serviços, agencias ou repartições municipaes de estatística, desde que os respectivos Governos, por intermedio da Junta Executiva Regional do Conselho Nacional de Estatística e solicitem, com o compromisso de subordinar as actividades dos referidos órgãos ás normas geraes de cooperação approvadas pela Assembléa Geral do Conselho, ou, enquanto esta não se reunir, estabelecidas pela Junta Executiva Central; devendo, porém, ser baixados pelas respectivas Juntas Regionaes os competentes actos declaratorios, feitas as necessarias communicações á Secretaria Geral do Instituto;

g) considerar igualmente filiados ao Instituto os serviços estatísticos de instituições privadas, bem como de institutos officiaes ou officializados autarchicos, desde que essas organizações se disponham a collaborar com o mesmo Instituto, subordinando-se ás normas e condições que o Conselho fixar, lavrado para isso o necessario termo de accordo;

h) tomar, como contribuição ao aperfeiçoamento profissional do seu funcionalismo de estatística, tantas assignaturas da revista de que trata o art. 19 do decreto n. 24.609 quantas forem as secções das suas repartições e organizações integradas no Instituto;

i) submeter ao Poder Legislativo todas as suggestões ou solicitações decorrentes desta Convenção ou das deliberações do Conselho Nacional de Estatística e cujo deferimento não caiba nas respectivas attribuições;

j) promover, segundo a respectiva competencia, a inclusão do ensino elemental da estatística nos programmas da instrução primaria, secundaria e profissional, observadas as indicações feitas por technicos de reconhecida capacidade, com o concurso do Instituto Nacional de Estatística; e providenciar para que os programmas dos concursos destinados ao preenchimento dos cargos iniciais da administração publica comprehendam uma prova de estatística;

l) providenciar para que, na administração publica, as solicitações relativas aos serviços estatísticos tenham, sempre que possivel, preferencia sobre os demais;

m) providenciar para que prevaleça a norma de serem incluídas, em todas as concessões de caracter publico, disposições que tornem obrigatoria a prestação de informações estatísticas;

n) ratificar, publicar e mandar executar immediatamente esta Convenção, baixados os competentes decretos dentro do

prazo de trinta dias, a contar da assignatura do instrumento convencional, aberta excepção para o Territorio do Acre, que cumprirá essa obrigação no prazo de sessenta dias.

## CAPITULO V

### DISPOSIÇÕES GERAES

#### *Clausula vigesima nona*

O Conselho Nacional de Estatistica instalar-se-á com a primeira reunião da sua Assembléa Geral, que será convocada extraordinariamente para o dia 15 de dezembro do corrente anno, afim de deliberar sobre a parte da presente Convenção a executar-se no proximo exercicio. Com esse objectivo, a Junta Executiva elaborará as normas geraes da organização dos inqueritos necessarios á orbita federal, remettendo cópias aos Governos Regionaes. Estes farão estudar o assumpto pelos órgãos competentes e darão poderes aos respectivos representantes na Assembléa Geral para que esta tome as deliberações convenientes á coordenação e unificação dos resultados das estatisticas brasileiras de significação nacional.

#### *Clausula trigesima*

O Instituto Nacional de Estatistica creará um diploma de relevantes serviços, que será conferido a todos aquelles que, não exercendo função publica remunerada, se tenham distinguido na collaboração aos trabalhos estatísticos em qualquer parte do territorio nacional. Para isso será exigida a apresentação de attestados comprovantes, da autoridade considerada idonea pelo Instituto Nacional de Estatistica.

#### *Clausula trigesima primeira*

Continuarão em vigor, para todos os effeitos, o Convenio multi-lateral de 1931, entre o Governo Federal e as unidades politicas da União, para a uniformização e aperfeiçoamento das estatisticas educacionais e connexas, bem como os acordos bilateraes que mantenham entre si, para fins de estatistica, duas ou mais das Altas Partes Compactuantes. Quaesquer outros acordos especiaes, visando interesses dos respectivos serviços estatísticos, poderão ser estabelecidos pelos Governos aqui coobrigados collectivamente, ouvido o Instituto, pelos seus órgãos competentes, para que taes acordos não prejudiquem os fins visados por este instrumento nem impeçam os objectivos de cooperação e unificação de que carece a estatistica brasileira.

#### *Clausula trigesima segunda*

As Altas Partes Compactuantes convêm em formular os seguintes votos :

a) para que as Convenções e Acordos que em outros sectores da administração forem sendo firmados em decorren-

cia do artigo 9º da Constituição da Republica, focalizem sempre, de modo particular, a instituição de melhores e mais amplos registros sobre os factos a que se referirem, bem assim a fixação de normas precisas tendentes a facilitar o aproveitamento de taes registros pelo Instituto Nacional de Estatistica;

b) para que as Municipalidades brasileiras recebam com o melhor interesse e profundo espirito de cooperação as sugestões que as Altas Partes Compactuantes lhes houverem de dirigir, tendo em vista, de um modo geral, a melhoria dos seus serviços e registros para fins da estatistica nacional, e em particular, as solicitações relativas ao levantamento dos mappas dos respectivos territorios e á criação das Agencias Municipaes de Estatistica, a serem filiadas ao Instituto;

c) para que as Prefeituras das Capitais dos Estados e do Acre se solidarizem num esforço efficaz, tendo em vista a criação, em seus serviços ou repartições de estatistica, de um officiente cadastro predial e domiciliario, acompanhando quanto possivel a organização padrão que o Districto Federal fixar, visando não só os objectivos sociographicos que a materia comporta, mas principalmente o conhecimento permanente dos effectivos prediaes e demographicos do respectivo territorio segundo as zonas em que este se dividir;

d) para que o funcionalismo de estatistica do Brasil, na consciencia exacta da sua alta missão social e politica, no cumprimento dos seus nobres deveres profissionais e na comprehensão dos imperativos moraes que esta Convenção lhe traz, se empenhe em elevar o nivel intellectual e technico dos seus elementos componentes, pelo esforço de constante aperfeiçoamento pessoal a que cada um se dedique e por um espirito de sadio entusiasmo e cooperação em tudo que delles dependa para o exito integral dos fins desta Convenção;

e) para que todas as instituições privadas que possam contribuir para a integração da estatistica brasileira na sua verdadeira missão, como esclarecedora dos caminhos que a Nação deva escolher para orientar os seus destinos, prestem ao Instituto, sem desconfiança, em espirito de verdade e de serviço publico, todo o concurso que lhes está facilmente ao alcance;

f) para que a imprensa brasileira collabore na publicidade indispensavel a que os serviços estatísticos nacionaes sejam bem conhecidos em sua organização e fins, se prestigiem cada vez mais perante a opinião publica e tenham seus principaes resultados devidamente vulgarizados;

g) para que o Conselho Nacional de Educação inclua no Plano Nacional de Educação as disposições fundamentaes para que o ensino da estatistica figure adequadamente em todos os graus da instrucção publica;

h) para que a Sociedade Brasileira de Estatistica se organize quanto antes e desenvolva intensamente, sob o patrocínio do Instituto Nacional de Estatistica, suas actividades, prestando á cultura nacional e especialmente á estatistica brasileira, os fecundos serviços que della se podem esperar;

i) para que as organizações ecclesiasticas existentes no paiz enriqueçam o seu Ministerio concorrendo pela propaganda e pela acção directa para que o Registro Civil alargue

a sua área de efficiencia e preste á Nação integralmente os beneficios estatísticos, sociaes e administrativos a que é destinado;

j) para que os governos estaduais, em necessaria continuidade de acção e recorrendo aos recursos da aerophotogrametria, providenciem quanto antes para a rapida exacta e sufficiente representação cartographica dos respectivos territorios.

---

Em fé do que os delegados acima referidos, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, no Palacio Itamaraty, em sessão solenne do encerramento dos trabalhos da Assembléa Convencional, realizada aos onze dias do mez de agosto do anno de mil novecentos e trinta e seis, assignaram a presente Convenção, cujo original dactylographado em trinta e cinco folhas, todas authenticadas no verso pelo Presidente da Assembléa e pelos representantes do Districto Federal e dos Estados de Minas Geraes e do Rio de Janeiro, ficará archivado na Secretaria do Instituto Nacional de Estatística.

#### DELEGAÇÃO FEDERAL

*José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto Nacional de Estatística e da Assembléa Convencional.

*Heitor Bracet*, representante do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

*Léo da Affonseca*, representante do Ministerio da Fazenda.

*Luiz J. da Costa Leite*, representante do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio.

*Rafael Xavier*, representante do Ministerio da Agricultura.

*Mario Augusto Teixeira de Freitas*, representante do Ministerio da Educação e Saude Publica.

*Licínio de Almeida*, representante do Ministerio da Viação e Obras Publicas.

*Custodio dos Reis Principe Junior*, representante do Ministerio da Guerra.

*Manoel Pinto Ribeiro Espindola*, representante do Ministerio da Marinha.

*Paulo Vidal*, representante do Ministerio das Relações Exteriores.

*Alberto Diniz*, representante do Territorio do Acre.

## DELEGAÇÕES REGIONAES

*C. Tavares Bastos*, delegado do Districto Federal.

*Castro Azevedo*, delegado do Estado de Alagôas.

*A. Carvalho Leal*, delegado do Estado do Amazonas.

*Alvaro Navarro Ramos*, delegado do Estado da Bahia.

*Ruy de Almeida Monte*, delegado do Estado do Ceará.

*Carlos Fernando Monteiro Lindenberg*, delegado do Estado do Espirito Santo.

*Benjamin da Luz Vieira*, delegado do Estado de Goyaz.

*José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho*, delegado do Estado do Maranhão.

*Firmo Dutra*, delegado do Estado de Matto Grosso.

*Israel Pinheiro da Silva*, delegado do Estado de Minas Geraes.

*Leopoldo Penna Teixeira*, delegado do Estado do Pará.

*Celso Mariz*, delegado do Estado da Parahyba.

*Francisco F. Pereira*, delegado do Estado do Paraná.

*Lauro Montenegro*, delegado do Estado de Pernambuco.

*Agenor Monte*, delegado do Estado do Piahy.

*Fidelis Sigmaringa Seixas*, delegado do Estado do Rio de Janeiro.

*Joaquim Ignacio de Carvalho Filho*, delegado do Estado do Rio Grande do Norte.

*Raul Pilla*, delegado do Estado do Rio Grande do Sul.

*Celso Fausto de Souza*, delegado do Estado de Santa Catharina.

*Luiz de Toledo Pisa Sobrinho*, delegado do Estado de São Paulo.

*Augusto Leite*, delegado do Estado de Sergipe.

---



## DECRETO N. 1.023 — DE 11 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Finlândia, do accordo relativo aos signaes marítimos, firmado em Lisboa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da balisagem e iluminação das costas, realizada na mesma capital*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do governo da Finlândia, do accordo relativo aos signaes marítimos, firmado em Lisboa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da conferencia para verificação da balisagem e iluminação das costas, realizada na mesma capital, — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 8 de julho do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

(Traducção Official)

LIGA DAS NAÇÕES

C. L. 114.-1936-VIII

ACCORDO RELATIVO AOS SIGNAES MARITIMOS

(Lisbôa, 23 de outubro de 1930)

*Ratificação pela Finlândia*

Genebra, 8 de julho de 1936.

Tenho a honra de informar a V. Ex. que o Senhor Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Delegado permanente da Finlândia junto á Liga das Nações, depositou no Secretariado, a 12 de junho de 1936, o instrumento de ratificação, por parte de S. Ex. o Presidente da Republica da Finlândia, do accordo relativo aos signaes marítimos, firmado em Lisboa, a 23 de outubro de 1930.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.  
— Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico do Secretariado, A. L. *Podestá Costa*.

---

## DECRETO N. 1.024 — DE 11 DE AGOSTO DE 1936

*Approva a nova tabella e respectivas instrucções para a nova distribuição de gratificação ao pessoal do Departamento dos Correios e Telegraphos, de que tratam os decretos ns. 24.768, de 14 de julho e 8, de agosto, ambos de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o disposto no art. 4º do decreto n. 872, de 1 de junho de 1936, resolve approvar as instrucções e respectiva tabella, da nova distribuição de gratificação ao pessoal do Departamento dos Correios e Telegraphos, de que tratam os decretos ns. 24.768 e 8, de 14 de julho e 3 de agosto de 1934, que com este baixam, rubricadas pelo director geral de Contabilidade, interino, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

Instrucções para distribuição de gratificação ao pessoal do Departamento dos Correios e Telegraphos, a que se refere o decreto n. 1.024, desta data.

1 — A gratificação aos contractados do Departamento dos Correios e Telegraphos será attribuida em conformidade com a tabella annexa.

2 — Os antigos praticantes diplomados e diaristas habilitados de accardo com o art. 7º do decreto n. 21.758, de 23 de agosto de 1932, com exercicio no trafego, terão a gratificação que lhe é attribuida na tabella annexa, accrescida da importancia fixa de 20\$000 mensaes.

3 — Os contractados só poderão passar de uma categoria para outra por proposta do ministro da Viação, devidamente approvada pelo Sr. Presidente da Republica.

4 — Na hypothese de engano na classificacão, o funcionario passará a perceber a gratificação correspondente á categoria e classe a que deveria pertencer, perdendo, em consequencia, a que ora lhe é attribuida até que a situação possa ser regularizada, pela occurencia de vaga.

5 — A transferencia provisoria de um contractado de uma categoria para outra importa na perda da gratificação correspondente áquella de que é removido e na percepção da importancia correspondente á outra, até a inclusão effeetiva na categoria e classe competente.

6 — As duvidas que forem suscitadas na applicação do presente regulamento serão resolvidas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Directoria Geral de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, 11 de agosto de 1936. — *Adriano de Abreu*, director geral interino.

TABELLA DE DISTRIBUIÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE QUE TRATA O  
DECRETO N. 872, DE 1 DE JUNHO DE 1936

Categorias	Venci- mentos	Directorias Geral e Especies	Directorias de 1ª a 4ª classes
Telegraphistas de 1ª (Bau- dot).....	700\$000	—	—
Telegraphista de 2ª.....	650\$000	—	—
Telegraphista de 3ª.....	600\$000	—	—
Telegraphista de 4ª.....	550\$000	—	—
Telegraphista de 5ª.....	500\$000	—	—
Telegraphista adjunto de 1ª	450\$000	—	—
Telegraphista adjunto de 2ª	400\$000	50\$000	50\$000
Telegraphista adjunto de 3ª	350\$000	100\$000	100\$000
Telegraphista adjunto de 4ª	300\$000	150\$000	150\$000
Telegraphista adjunto de 5ª	250\$000	200\$000	200\$000
Telegraphista auxiliar de 1ª	200\$000	250\$000	250\$000
Telegraphista auxiliar de 3ª	100\$000	—	350\$000
Telegraphista de 1ª (Morse)	700\$000	—	—
Telegraphista de 2ª.....	650\$000	—	—
Telegraphista de 3ª.....	600\$000	—	—
Telegraphista de 4ª.....	550\$000	—	—
Telegraphista de 5ª.....	500\$000	—	—
Telegraphista adjunto de 1ª	450\$000	—	—
Telegraphista adjunto de 2ª	400\$000	—	—
Telegraphista adjunto de 3ª	350\$000	10\$000	10\$000
Telegraphista adjunto de 4ª	300\$000	60\$000	60\$000
Telegraphista adjunto de 5ª	250\$000	90\$000	90\$000
Telegraphista auxiliar de 1ª	200\$000	140\$000	140\$000
Telegraphista auxiliar de 3ª	100\$000	240\$000	240\$000
Mensageiro de 1ª.....	450\$000	—	—
Mensageiro de 2ª.....	400\$000	—	—
Mensageiro de 3ª.....	350\$000	20\$000	10\$000
Mensageiro de 4ª.....	300\$000	50\$000	30\$000
Mensageiro de 5ª.....	250\$000	50\$000	30\$000
Mensageiro ajudante de 1ª	200\$000	40\$000	40\$000
Mensageiro ajudante de 2ª	150\$000	—	30\$000
Mensageiro ajudante de 3ª	100\$000	80\$000	80\$000
Servente de 1ª.....	500\$000	—	—
Servente de 2ª.....	450\$000	—	—
Servente de 3ª.....	400\$000	—	—
Servente de 4ª.....	350\$000	—	—
Servente de 5ª.....	300\$000	10\$000	10\$000
Trabalhador de 3ª.....	250\$000	50\$000	30\$000
Trabalhador de 4ª.....	200\$000	—	40\$000
Trabalhador.....	100\$000	—	100\$000
Guarda-fios de 1ª.....	500\$000	—	—
Guarda-fios de 2ª.....	450\$000	—	—
Guarda-fios de 3ª.....	400\$000	—	—
Guarda-fios de 4ª.....	350\$000	30\$000	—
Guarda-fios de 5ª.....	300\$000	30\$000	10\$000
Trabalhadores de 3ª.....	250\$000	50\$000	30\$000
Trabalhadores de 4ª.....	200\$000	—	40\$000

Categorias	Venci- mentos	Directorias Gera e Especiaes	Directorias de 1ª a 4ª classes
Trabalhador.....	100\$000	—	100\$000
Ajudante do trafego de 5ª	500\$000	—	—
Auxiliar de 1ª classe.....	450\$000	—	—
Auxiliar de 2ª classe.....	400\$000	—	—
Auxiliar de 3ª classe.....	350\$000	20\$000	10\$000
Auxiliar de 4ª classe.....	300\$000	30\$000	20\$000
Auxiliar de 5ª classe.....	250\$000	40\$000	30\$000
Praticante de 1ª classe...	200\$000	50\$000	40\$000
Praticante de 2ª classe...	150\$000	—	40\$000
Praticante de 3ª classe...	100\$000	110\$000	80\$000
Auxiliar de escripta de 2ª	650\$000	—	—
Auxiliar de escripta de 5ª	500\$000	—	—
Auxiliar de 1ª.....	450\$000	—	—
Auxiliar de 2ª.....	400\$000	—	—
Auxiliar de 3ª.....	350\$000	—	—
Auxiliar de 4ª.....	300\$000	20\$000	10\$000
Auxiliar de 5ª.....	250\$000	30\$000	20\$000
Praticante de 1ª.....	200\$000	40\$000	40\$000
Praticante de 2ª.....	150\$000	—	—
Praticante de 3ª.....	100\$000	100\$000	80\$000
Continuo de 4ª.....	450\$000	—	—
Continuo de 5ª.....	400\$000	—	—
Servente de 4ª.....	350\$000	20\$000	—
Servente de 5ª.....	300\$000	30\$000	10\$000
Trabalhador de 3ª.....	250\$000	40\$000	20\$000
Trabalhador de 4ª.....	200\$000	40\$000	40\$000
Trabalhador.....	100\$000	100\$000	80\$000
Ajudantes de motorista de 1ª	500\$000	30\$000	—
Ajudantes de motorista de 2ª	450\$000	40\$000	—
Ajudante de motorista de 5ª	300\$000	60\$000	—

DECRETO N. 1.025 — DE 12 DE AGOSTO DE 1936

*Approva os estatutos e concede autorização para funcionar no Estado da Bahia á "Cooperativa Instituto de Pecuaria da Bahia"*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, de accôrdo com as alíneas a e c do art. 17 do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, approvar os estatutos e autorizar, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Producção, do Ministerio da Agricultura, o funcionamento da "Cooperativa Instituto de Pecuaria da Bahia".

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.  
Odilon Braga.

DECRETO N. 1.026 — DE 12 DE AGOSTO DE 1936

*Concede á sociedade anonyma Cinzano S. A. autorização para  
continuar a funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que foi requerido pela sociedade anonyma Cinzano S. A., com séde em São Paulo, capital do Estado de São Paulo, autorizada a funcionar pelos decretos numeros 21.718, de 10 de agosto, e 22.158, de 30 de dezembro de 1932, e 24.309, de 30 de maio de 1934, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma Cinzano S. A. autorização para continuar a funcionar, com as alterações introduzidas nos respectivos estatutos por deliberação das assembléas geraes extraordinarias de seus accionistas realizadas a 15 de junho e 1 de julho de 1936, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

DECRETO N. 1.027 — DE 12 DE AGOSTO DE 1936 (\*)

*Approva os estatutos da "Associação Auxiliadora Postal Telegraphica", de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "Associação Auxiliadora Postal Telegraphica", associação de classe com séde em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, resolve approvar os seus estatutos, que a este acompanham, e autoriza-a a transigir com os seus associados mediante consignação em folha de pagamento, na conformidade do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

(\*) Vide publicação dos estatutos no *Diario Official* de 2 de setembro de 1936.

## DECRETO N. 1.028 — DE 13 DE AGOSTO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, nos municipios de Curitiba e Caçador, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 16 de agosto do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender, os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, nos municipios de Curitiba e Caçador, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 16 de agosto do corrente anno, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

## DECRETO N. 1.029 — DE 13 DE AGOSTO DE 1936

*Dá nova redacção á letra c do art. 7° do regulamento para formação e manutenção do posto de sub-tenente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.° A letra c do art. 7° do regulamento annexo ao decreto n. 23.347, de 13 de novembro de 1933, para a formação e manutenção do posto de sub-tenentes, fica redigida pela forma seguinte:

“Art. 7.° .....

c) Si fôr das armas, ter, no minimo, oito annos de serviço prestado como sargento, dos quaes, pelo menos, cinco ar-regimentado; si fôr radio-telegraphista, ter, no minimo, cinco annos como sargento do Exercito; si diplomado da arma de aviação, ter, no minimo, sete annos de serviço, dos quaes cinco, pelo menos, como sargento diplomado (navegante ou tecnico);

.....

Art. 2.° Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*General João Gomes.*

## DECRETO N. 1.030 — DE 13 DE AGOSTO DE 1936

*Dá nova redacção d lettra a, § 4º, do art. 18, do Regulamento da Escola de Veterinaria do Exercito*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica redigido pela fôrma que se segue a lettra a, § 4º, do art. 18 do regulamento annexo ao decreto n. 592, de 16 de janeiro de 1936, para a Escola de Veterinaria do Exercito:

Art. 18. ....

§ 4.º ....

a) no curso de Formação de Medicos Veterinarios serão declarados aspirantes a official do Serviço de Veterinaria, sendo a promoção ao primeiro posto regulada pela Lei de Promoções, e receberão o diploma de medico-veterinario do Exercito, o qual terá as assignaturas do director do Serviço de Veterinaria do Exercito, do commandante da Escola de Veterinaria do Exercito e do diplomado.

.....

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*General João Gomes.*

## DECRETO N. 1.031 — DE 14 DE AGOSTO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho findo, no municipio de Alegre, no Estado do Espirito Santo, durante os dias 16, 18 e 20 do corrente mez de agosto*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, no municipio de Alegre, no Estado do Espirito Santo, durante os dias 16, 18 e 20 do corrente mez de agosto, afim de alli serem realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

## DECRETO N. 1.032 — DE 14 DE AGOSTO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito de 6.460:055\$100, para occorrer á liquidação de dividas de exercicios anteriores.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 197, de 21 de janeiro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 6.460:055\$100 (seis mil quatrocentos e sessenta contos cincoenta e cinco mil e cem réis), para occorrer á liquidação das dividas de exercicios anteriores de diferentes ministerios, já apreciadas e relacionadas pelo Tribunal de Contas.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.033 — DE 14 DE AGOSTO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos de diversas obras na Rêde Mineira de Viação, e acceita a doação gratuita de um terreno, feita á Estrada de Ferro Sul de Minas, da mesma Rêde.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou a Rêde Mineira de Viação, arrendada ao Estado de Minas Geraes, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Art. 1.º Ficam approveds os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este accompanham, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, para construção das obras, abaixo descriptas, na referida Rêde:

- |   |             |
|---|-------------|
| a) construção (já executada), de um boeiro tubular, no km. 723- -870 da linha de Angra dos Reis a Patrocinio, da Estrada de Ferro Oéste de Minas, entre as estações de Campos Altos e Pratinha... | 3:460\$076  |
| b) construção de um desvio morto e de uma plataforma, e augmento da existente, na estação de Capella Nova, no km. 862- -763 da linha de Garças a Bello Horizonte, da referida estrada..           | 27:100\$292 |



- c) construção (já executada), de novo edificio para a estação de Joaquim Mattoso (antiga "Residencia"), e do respectivo pateo, no km. 178 da linha de Barra, da Estrada de Ferro Sul de Minas.... 70:864\$298
- d) construção de uma ponte no km. 626 -|- 380 da linha de Angra dos Reis a Patrocinio, da Estrada de Ferro Oéste de Minas, entre as estações de Franklin Sampaio e Abacaxis. . . . . 18:164\$958
- e) construção de um boeiro tubular, metallico, no km. 700 -|- 980 da referida linha, entre as estações de Tigre e Urubumetama. . . . . 2:507\$022

§ 1.º As despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, já attendidas as correções nelles feitas pela Inspectoria Federal das Estradas, serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos" da Rêde, de accordo com o disposto nas clausulas II (parte inicial) e IV do termo decorrente do decreto n. 18.699, de 12 de abril de 1929, que modificou o contracto de arrendamento da antiga Rêde de Viação Sul-Mineira, hoje, Rêde Mineira de Viação, autorizado pelo decreto n. 15.406, de 22 de março de 1922, combinadas com a clausula II do de arrendamento da Estrada de Ferro Oéste de Minas, a que se refere o decreto n. 19.602, de 19 de janeiro de 1931.

§ 2.º Para a conclusão das obras descriptas nas alíneas b, d e e, ficam fixados, respectivamente, os prazos de 6 meses, 90 dias e 3 mezes, todos a contar da data em que a Rêde for notificada deste decreto.

Art. 2.º E' acceita a doação gratuita que á Estrada de Ferro Sul de Minas, de propriedade da União e arrendada ao Estado de Minas Geraes, fizeram os proprietarios José Theodoro de Medeiros Filho e sua mulher, de um terreno entre os kms. 176 -|- 893 e 177 -|- 339,50, com a área de 6.762m,00 quadrados, representada na planta que ora baixa, igualmente rubricada, conforme escriptura publica lavrada e assignada no livro de notas n. 58, fls. 7 a 9, do tabellião Altivo Alves, de Bom Jardim, naquelle Estado.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 1.034 — DE 17 DE AGOSTO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, no municipio de Porto Velho, no Estado do Amazonas, durante o dia 20 de setembro do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, no municipio de Porto Velho, no Estado do Amazonas, durante o dia 20 de setembro do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

## DECRETO N. 1.035 — DE 17 DE AGOSTO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, no municipio de Canutama, no Estado do Amazonas, durante o dia 30 de agosto do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, no municipio de Canutama, no Estado do Amazonas, durante o dia 30 de agosto do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

## DECRETO N. 1.036 — DE 18 DE AGOSTO DE 1936

*Declara sem effeito o decreto n. 274, de 6 de agosto de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1°, da Constituição Federal, e

Considerando que Marcirio Macedo, autorizado pelo decreto n. 274, de 6 de agosto de 1935, a pesquisar ouro, amiantho e talco nos immoveis de sua propriedade denominados "Salso" e "Pontas do Vacacahy, situados, respectivamente, nos 4° e 5° districtos do municipio de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul, — não satisfez, dentro do prazo estipulado, como lhe competia, as exigencias contidas no art. 5° de seu já citado decreto de autorização de pesquisa;

Considerando que, de accordo com a parte final do art. 5° do alludido decreto n. 274, de 6 de agosto de 1936, a inobservancia daquella exigencia importava em ficar sem effeito o mesmo decreto de autorização;

Considerando, finalmente, que se torna necessario trazer ao conhecimento publico o acto que invalida aquelle decreto do Governo Federal, para os fins convenientes e de direito;

Decreta :

Art. 1.° Fica sem effeito o decreto n. 274, de 6 de agosto de 1935, que autorizou Marcirio Macedo a pesquisar ouro, amiantho e talco, nos immoveis de sua propriedade, denominados "Salso" e "Pontas do Vacacahy", situados, respectivamente, nos 4° e 5° districtos do municipio de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.° Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 1.037 — DE 19 DE AGOSTO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, no municipio de Piratiny, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 26 do corrente mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, no municipio de Piratiny, no Estado do Rio Grande do

Sul, durante o dia 26 do corrente mez, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rdo.

---

DECRETO N. 1.038 — DE 19 DE AGOSTO DE 1936

*Autoriza a cidadã brasileira Amalia dos Santos Macedo a pesquisar ouro, amiantho e talco, em São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1°, da Constituição Federal, e tendo em vista os decretos ns. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas) e 585, de 14 de janeiro de 1936;

**Decreta:**

Art. 1.º Autoriza a cidadã brasileira Amalia dos Santos Macedo a pesquisar ouro, amiantho e talco em uma área de quinhentos (500) hectares de terras, nos immoveis de propriedade do espolio de Marcirio Macedo, do qual é inventariante, denominados "Salso" e "Pontas do Vacacahy", situados, respectivamente, no 4º e no 5º districtos do municipio de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul, mediante as seguintes condições:

I — O titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na fôrma do § 4º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel no caso de herdeiros necessarios ou conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial;

II — Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder á área no mesmo referida;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido que será organizado pela autorizada e submittido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produccão Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alterai-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, a autorizada deverá apresentar ao Ministerio da

**Agricultura** um relatório circunstanciado, acompanhado de perfis geológicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão as perfurações que se houverem feito nos terrenos, o maximo da profundidade que as mesmas houverem attingido, inclinação e direcção do veieiro e depositos que se houverem descoberto, espessura média e área dos mesmos, seu volume e teor, médio em ouro por metro cubico de minerio tratado, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação das jazidas;

VI — Dos minerios e materiaes extrahidos, a autorizada só poderá se utilizar, para analyses e ensaios industriaes, de quantidades não excedentes a dez (10) toneladas para minerio de ouro e cinco (5) toneladas para talco e amiantho, na conformidade do disposto no art. 3.º do decreto n. 585, de 14 de janeiro de 1936, só podendo dispor do mais, depois de iniciada a lavra;

VII — Ficam resalvados os direitos de terceiros, resarcindo a autorizada, damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo ás limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico, do art. 27 doCodigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si a autorizada não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data do registro a que se refere o art. 4.º deste decreto;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III — Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa dentro dos tres (3) primeiros mezes do prazo a que se refere o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 4.º deste decreto, sem ter sido renovado na fórmula do art. 20 doCodigo de Minas, — não apresentar, dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior.

Art. 3.º Si a autorizada infringir o n. I ou o n. VI do artigo 1º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na fórmula do art. 28 doCodigo de Minas.

Art. 4.º O titulo a que allude o n. I do art. 1º pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000) e só será valido depois de transcripto no livro de registro competente, na fórmula do § 5º do art. 18 doCodigo de Minas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 1.039 — DE 19 DE AGOSTO DE 1936

*Outorga a Antonio Frederico Ribeiro ou á sociedade que organizar, concessão para o aproveitamento progressivo de uma queda d'agua situada no Arroio dos Ribeiros ou Arroio da Cascata, no 2º districto do Municipio de Taquary, Estado do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o que requereu Antonio Frederico Ribeiro e usando das attribuições que lhe conferem o art. 56, n. 1 da Constituição Federal e o art. 150 do decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Aguas), decreta

Art. 1.º E' outorgada a Antonio Frederico Ribeiro ou á sociedade que organizar, concessão para o aproveitamento progressivo até 60 Kw., com augmento da descarga, e inicial de 42,5 Kw. da energia hydraulica de uma queda d'agua de 25 ms. de altura e 170 ls. de descarga, situada no Arroio dos Ribeiros ou Arroio da Cascata, de aguas communs, no 2º districto do Municipio de Taquary, Estado do Rio Grande do Sul.

Paragrapho unico. O aproveitamento destina-se á producção, transmissão e distribuição de energia hydro-electrica para serviços publicos federaes, estadoaes e municipaes, para serviços de utilidade publica e para commercio de energia, no 2º districto do Municipio de Taquary, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º A titulo de exigencias preliminares das contidas no art. 158 do Codigo de Aguas, e que, por isso mesmo deverão ser cumpridas integralmente, sob pena de ficar de nenhum effeito o presente decreto, o concessionario obriga-se a:

I — Apresentar dentro do prazo de seis (6) mezes, contados da data da publicação deste decreto, em tres (3) vias:

a) planta em escala de um por duzentos (1:200) do trecho do rio aproveitado;

b) planta em escala conveniente dos terrenos marginaes inundados pelo "remous" da barragem, si houver;

c) projecto comprehendendo barragens, obras de captação, addução, conductos forçados, turbinas, geradores para produzir corrente triphasica de 50 cyclos, em escala conveniente;

d) orçamento global e detalhado das installações.

II — Assignar o contracto de concessão dentro do prazo de um (1) mez, contado da data da publicação do acto de approvação da respectiva minuta pelo ministro da Agricultura.

Art. 3.º A minuta do contracto disciplinar desta concessão, do qual constarão todas as exigencias de ordem tecnica, fiscal, administrativa e penal previstas no Codigo de Aguas, será preparada pelo Serviço de Aguas do Departamento Nacional da Produccão Mineral e submettida á approvação do ministro da Agricultura.

Art. 4.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) annos, contados da data da assignatura do respectivo contracto.

Art. 5.º Enquanto o concessionario gozar da autorização de que trata o artigo precedente, poderá dispor das reservas de energia de que trata o art. 155 do Código de Aguas.

Art. 6.º O capital a remunerar será o effectivamente invertido nas installações do concessionario em função da sua industria e concorrendo, de fórma permanente, para produção e transformação de energia electrica.

Art. 7.º As tabellas de preço de energia nos *bornes* da usina serão fixadas de accordo com o que estabelece a respeito o Código de Aguas, fixando-se tambem no contracto de concessão a justa remuneração do capital, a que se refere o inciso III, do art. 130 do mesmo Código.

Art. 8.º Para manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 6.º do presente decreto, será creado um fundo de reserva que proverá as renovações determinadas pela depreciação ou impostas por accidentes.

Paragrapho unico. A constituição desse fundo, que se denominará fundo de estabilização, será realizada por quotas especiaes que incidirão sobre as tarifas sob a fórma de percentagem.

Essas quotas serão determinadas tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação o dito fundo terá de attender, podendo ser modificadas triennalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 9.º Si a receita da Companhia for insufficiente para remuneração do capital invertido nas installações, na base que for estabelecida no contracto de concessão, e, ainda mais, para attender á manutenção dos serviços, os *deficits* verificados em cada triennio (periodo marcado na lei para revisão de tarifas) serão registrados a debito de uma conta especial intitulada "Lucros a compensar", cujo saldo vencerá os juros que forem fixados para o capital invertido (art. 7.º do presente decreto), saldo que será amortizado em periodo de tarifas subsequente, sendo para isto computado como despesa neste periodo.

Art. 10. Si, ao contrario, a receita exceder as necessidades a que se refere o artigo precedente, a parte excedente será registrada a credito de uma conta, tambem especial, que será denominada "Lucros de compensação".

Paragrapho unico. O saldo desta conta será considerado como receita no periodo de tarifas susequente.

Art. 11. Findo o prazo de concessão reverterão para o Municipio de Taquary com indemnização pelo custo historico menos a depreciação, todas as installações de produção de energia do concessionario, a que se refere a presente concessão.

Art. 12. Si o municipio de Taquary não fizer uso do direito de que trata o artigo precedente, o concessionario poderá requerer ao poder competente renovação da concessão.

Art. 13. O concessionario gozará desde a data da assignatura do contracto de concessão, e enquanto este vi-

gorar, dos favores constantes do art. 151 do Código de Aguas e das leis especiaes de apoio ás empresas de serviços de utilidade publica.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

DECRETO N. 1.040 — DE 19 DE AGOSTO DE 1936

*Concede á Cooperativa de Seguros de Accidentes do Trabalho da Associação dos Constructores Civis do Rio de Janeiro autorização para funcionar e approva os seus estatutos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Cooperativa de Seguros de Accidentes do Trabalho da Associação dos Constructores Civis do Rio de Janeiro, com sede nesta cidade do Rio de Janeiro, resolve conceder-lhe autorização para funcionar em operações de seguros de accidentes do trabalho e, hem assim, approvar os seus estatutos, adoptados pelas assembléas geraes dos respectivos socios realizadas a 21 de março e 17 de julho de 1936, mediante as seguintes condições:

I — O capital de responsabilidade minimo da sociedade para as suas operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho é de 250:000\$000 (duzentos e cincoenta contos de réis), integralmente realizado, nos termos do art. 1° do decreto n. 164, de 15 de maio de 1935.

II — A sociedade, para garantia inicial das suas operações, fará, no Thesouro Nacional, na forma da lei, o deposito de 100:000\$000 (cem contos de réis), o qual poderá ser augmentado, nos termos da alinea a do art. 41 do decreto numero 24.637, de 10 de julho de 1934, e paragrapho unico do art. 6° do regulamento approved pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

III — A sociedade ficará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes, ou que vierem a vigorar, sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Agamemnon de Magalhães.

---



## DECRETO N. 1.041 — DE 20 DE AGOSTO DE 1936

*Approva a relação do pessoal contractado para estudos geologicos e pesquisas de petroleo no Territorio do Acre e Estado do Amazonas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 7º da lei n. 183, de 13 de janeiro do corrente anno, e

Considerando que, pelo decreto n. 872, de 1 de junho de 1936, foram estabelecidas a classificação e remuneração do pessoal contractado para os differentes serviços da administração federal;

Considerando que todo o pessoal contractado existente na data do citado decreto deveria ser distribuido de accôrdo com as relações que o mesmo acompanharam;

Considerando que entre as turmas do pessoal contractado do Serviço de Fomento da Produção Mineral do respectivo Departamento do Ministerio da Agricultura já existia naquella data a de estudos geologicos para pesquisas de petroleo no Territorio do Acre e Estado do Amazonas, cujos trabalhos tiveram inicio em 1 de abril do corrente anno;

Considerando que por omissão deixou essa turma de ser incluída entre as relações annexas ao decreto n. 872, de 1 de junho de 1936,

Resolve:

Art. 1.º Fica approvada, a partir de 1 de abril do corrente anno, a turma de pessoal contractado para estudos geologicos e pesquisas de petroleo no Territorio do Acre e Estado do Amazonas, de accôrdo com a relação annexa e prorogados até 31 de dezembro de 1936, os contractos do respectivo pessoal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1936, 115º da Independência e 48º de Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

**Relação a que se refere o decreto n. 1.041, desta data**

**MINISTERIO DA AGRICULTURA**

**DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL — SERVIÇO DE  
FOMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL**

*Verba 2ª — III — Sub-consignação n. 27*

Numero de contractados — De- nominações	Remuneração		Total da Despesa
	Mensal	Annual	
Pesquisas de petroleo no Territorio do Acre e Estado do Amazonas:			
1 chefe de clinica de 5ª classe .....	1:500\$	18:000\$	18:000\$000
1 telegraphista de 3ª classe	600\$	7:200\$	7:200\$000
3 mensageiros de 1ª classe	450\$	5:400\$	16:200\$000
1 capataz de 2ª classe.....	400\$	4:800\$	4:800\$000
1 cozinheiro de 3ª classe...	300\$	3:600\$	3:600\$000
2 cozinheiros de 4ª classe..	250\$	3:000\$	6:000\$000
30 trabalhadores de 4ª classe	200\$	2:400\$	72:000\$000
39			127:800\$000

**DECRETO N. 1.042 — DE 20 DE AGOSTO DE 1936**

*Attribue ao 1º Regimento de Cavallaria Divisionario a deno-  
minação de "Dragões da Independencia"*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil  
considerando que:

— animar o culto das tradições é obra meritoria, é en-  
sinar a trazer vivo o sentimento da nacionalidade;

— a maior data na Historia do Brasil e de mais signi-  
ficação é o *Sete de Setembro* porque assignala o inicio de  
uma Nação livre;

— a Republica não deve olvidar inestimaveis serviços  
do regime passado, a menos que não quizesse romper os laços  
que unem ao passado, rompendo a continuidade historica,  
que honra, enobrece e dignifica; decreta, no uso da attribui-  
ção que lhe confere a Constituição:

Art. 1.º Fica attribuida a denominação de — *Dragões da  
Independencia* — lembrando a unidade creada em 1 de  
dezembro de 1822, ao 1º Regimento de Cavallaria Divisiona-

rio, originario que é do 1º Regimento de Cavallaria, formado pelos esquadrões dos Vice-Reis, em 1808, por acto do Principe Regente D. João.

Art. 2.º Caberá, assim, nas occasiões determinadas, o uso do uniforme dos Dragões a unidade referida no artigo anterior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Gen. João Gomes Ribeiro Filho.

---

DECRETO N. 1.043 — DE 20 DE AGOSTO DE 1936

*Torna sem effeito o decreto de reforma do fuzileiro naval, musico de primeira classe, Paulo José de Oliveira e a respectiva provisão, ficando excluido das fileiras da Armada.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista os elementos de convicção e prova colhidos em inquerito policial militar, por exercicio de actividades subversivas das instituições politicas e sociaes:

Resolve tornar sem effeito o decreto de 18 de maio de 1933, que reformou o fuzileiro naval n. 1.470, musico de primeira classe, Paulo José de Oliveira e a respectiva provisão expedida em 9 de junho do mesmo anno, ficando excluido das fileiras da Armada, sem prejuizo, entretanto, de outras penalidades e resalvados os effeitos da decisão judicial que no caso couber.

Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1936. 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Henrique Aristides Guilhem.

---

DECRETO N. 1.044 — DE 20 DE AGOSTO DE 1936

*Destitue do seu posto, com perda da respectiva patente, o 2º tenente reformado (CA) Nestor Cezino Jaggc.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista os elementos de convicção e prova colhi-

dos em inquerito policial militar, por exercicio de actividades subversivas, das instituições politicas e sociaes:

Resolve, nos termos da emenda n. 2 á Constituição da Republica, destituir do seu posto o 2º tenente da Armada, reformado, (CA) Nestor Cezino Jagge, com perda da respectiva patente e, consequentemente, de todas as honras, privilegios, liberdades e isenções que lhe eram assegurados, sem prejuizo, entretanto, de outras penalidades e resalvados os effeitos da decisão judicial que no caso couber.

Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1936. 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique Aristides Guilhem.*

---

DECRETO N. 1.045 — DE 21 DE AGOSTO DE 1936

*Desapropria terreno necessario á construcção da Estrada de Ferro Jaguary-São Thiago-São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de conformidade com o disposto nos arts. 3º, n. 3, 5º e 8º, do regulamento de consolidação e modificação do processo sobre desapropriações por necessidade ou utilidade publica, approved pelo decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903; art. 590, § 2º, n. II, do Código Civil, e art. 113, n. 17, da Constituição Federal, decreta:

Artigo unico. Fica desapropriado, por utilidade publica, o terreno representado na planta que ora baixa, em duas vias, rubricadas pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, visto o referido immovel ser necessario á construcção, a cargo da União, da Estrada de Ferro Jaguary-São Thiago-São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul, cujos estudos definitivos foram approved pelos decretos ns. 9.559, 9.668, 9.699 e 9.772, respectivamente, de 2 de maio, 17 e 31 de julho e 18 de setembro de 1912.

Paragrapho unico. As despesas decorrentes da desapropriação correrão á conta da verba 14ª consignação I, alinea c, sub-consignação n. 21, letra a, do annexo n. 7 a que se refere o art. 3º da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 1.046 — DE 21 DE AGOSTO DE 1936

*Approva o projecto e o orçamento para o alargamento de cortes no ramal, do Paranapanema, da Rede de Viação Paraná-Santa Catharina.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que propoz a Superintendencia da Rede de Viação Paraná-Santa Catharina, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e o orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para o alargamento dos cortes do ramal do Paranapanema, da Rede de Viação Paraná-Santa Catharina, situados nas posições kilometricas mencionadas nos citados documentos.

Paragrapho primeiro. A despeza com os respectivos trabalhos, até o maximo do orçamento ora approvedo, na importancia de 397:8683692 (tresentos e noventa e sete contos oitocentos e sessenta e tres mil seiscentos e noventa e dois réis), já attendidas as rectificações nelle feitas pela Inspectoria Federal das Estradas, correrá por conta do producto da taxa adicional de 10 % sobre todas as passagens e fretes, excepto o das madeiras, taxa essa que vinha sendo empregada, desde 1924, nas obras de construcção do referido prolongamento.

Paragrapho segundo. Para a conclusão dos trabalhos, fica fixado o prazo de 6 (seis) mezes, a contar da data em que a Superintendencia da Rede fôr notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1936; 115<sup>a</sup> da Independencia e 48<sup>a</sup> da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 1.047 — DE 21 DE AGOSTO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos de diversas obras já executadas pela Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas na linha de Victoria a Itabira, de sua concessão.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que expoz e requereu a Companhia Estrada de Ferro de Victoria a Minas, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes a este acompanham, rubricados pelo director geral de Expe-

diente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, das obras abaixo descriptas, já executadas pela requerente na linha de Victoria a Itabira, de sua concessão:

Deposito na estação de Figueira.....	91:808\$671
Armazem para cargas na estação de Pedro Nolasco.....	85:194\$790
Diversos serviços na esplanada desta ultima estação .....	396:479\$719
Posto telegraphico e desvios em Barbados, no km. 147 + 443 .....	161:113\$437
Casa para chefe da linha .....	87:531\$291
Duas casas para chefes de divisão .....	138:081\$352
Edificio do almoxarifado na estação de João Neiva .....	27:427\$949
Substituição da ponte no km. 1, sobre o rio Marinho .....	113:360\$502
Instalação de uma balança de 50 toneladas na estação de Pedro Nolasco.....	83:887\$093

Paragrapho unico. Correrão á conta do producto da arrecadação da taxa addicional de 10 % sobre as tarifas, em deposito no Banco do Brasil (o qual, na data do requerimento da companhia — 7 de dezembro de 1935 — attingia a 1.329:000\$000), as despesas que forem apuradas pela fórmula determinada no art. 8º das "Instrucções" approvadas pela portaria n. 839, de 7 de dezembro de 1933, do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para cobrança e applicação do referido producto, limitadas, as mesmas despesas, ao maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, na importancia total de 1.184:887\$804 (mil cento e oitenta e quatro contos oitocentos e oitenta e sete mil oitocentos e quatro réis), visto as citadas obras se enquadrarem entre as que devam ser executadas áquella conta.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

#### DECRETO N. 1.048 — DE 21 DE AGOSTO DE 1936

*Approva projecto e orçamento, na importancia de 554:000\$000 (quinhentos e cincoenta e quatro contos de réis), para dragagem de um trecho do rio Guandú-Mirim*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que propoz o Departamento Nacional de Portos e Navegação,

Decreta:

Art. 1.º Ficam approvados o projecto e orçamento na importancia de 554:000\$000 (quinhentos e cincoenta e quatro contos de réis), que com este baixam, rubricados pelo di-

rector geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, para a dragagem de um trecho, na extensão de 4.972m,30 (quatro mil novecentos e setenta e dois metros e trinta centímetros) do rio Guandú-Mirim.

Art. 2.º A despesa, até o maximo do orçamento ora aprovado, correrá por conta da verba 14ª, Consignação II, Sub-Consignação 35, annexo n. 7 a que se refere o artigo 3º da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.049 — DE 21 DE AGOSTO DE 1936

*Incorpora ao capital das obras do porto do Rio de Janeiro a importancia de 170:077\$464, despendida com a construção de vestiarios destinados ao pessoal operario.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que, com fundamento no art. 7º, item 4º, combinado com o art. 8º, item 6º, do regulamento approvado pelo decreto n. 621, de 1 de fevereiro ultimo, requereu a Administração do porto do Rio de Janeiro e tendo em vista os pareceres do Dpartamento Nacional de Portos e Navegação e do consultor technico do Ministerio da Viação e Obras Publicas, decreta:

Artigo unico. Fica incorporada ao capital das obras do Porto do Rio de Janeiro a importancia de 170:077\$464 (cento e setenta contos setenta e sete mil quatrocentos e sessenta e quatro réis), despendida, conforme planta e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, com a construção de 6 (seis) vestiarios, destinados ao pessoal operario das referidas obras.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 1.050 — DE 21 DE AGOSTO DE 1936

*Approva projecto e orçamento na importancia de 150:700\$ para instalação de uma rede telephonica, ligando as diversas dependencias da Administração do Porto do Rio de Janeiro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que, com fundamento no art. 7º, item 4º, combinado com o art. 8º, item 6º do regulamento approved pelo decreto n. 621, de 1 de fevereiro ultimo, requereu a Administração do Porto do Rio de Janeiro e tendo em vista os pareceres do Departamento Nacional de Portos e Navegação e do consultor tecnico do Ministerio da Viação e Obras Publicas, decreta:

Artigo unico. Ficam approveds o projecto e orçamento na importancia de 150:700\$000 (cento e cincoenta contos setecentos mil réis) que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, para instalação de uma rede telephonica, ligando as diversas dependencias daquela Administração.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 1.051 — DE 21 DE AGOSTO DE 1936

*Approva projecto e orçamento na importancia de 986:755\$ para a execução de calçamento a parallelepipedo, numa área de 33.000 metros quadrados, no Cdes do Porto do Rio de Janeiro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que, com fundamento no art. 7º, item 4º, combinado com o art. 8º, item 6º, do regulamento approved pelo decreto n. 621, de 1 de fevereiro ultimo, requereu a Administração do Porto do Rio de Janeiro e tendo em vista os pareceres do Departamento Nacional de Portos e Navegação e do consultor tecnico do Ministerio da Viação e Obras Publicas, decreta:

Artigo unico. Ficam approveds o projecto e orçamento na importancia de 986:755\$000 (novecentos e oitenta e seis contos setecentos e cincoenta e cinco mil réis), que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, para a execução, por empreitada, mediante concorrência publica, de



calçamento a paralelepípedo sobre base de areia e demais serviços complementares, numa área de 33.000 (trinta e tres mil) metros quadrados, compreendendo a faixa do cães e os pateos internos.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.052 — DE 21 DE AGOSTO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, nos municipios de Sapezal, São Bento do Sapucahy e Mogy das Cruzes, no Estado de São Paulo, durante o dia 30 de agosto do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os efeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, nos municipios de Sapezal, São Bento do Sapucahy e Mogy das Cruzes, no Estado de São Paulo, durante o dia 30 de agosto do corrente anno, afin de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

---

DECRETO N. 1.053 — DE 21 DE AGOSTO DE 1936

*Approva o regulamento, para ligações domiciliares de esgoto, nas rêdes do Districto Federal, construidas de accôrdo com os decretos n. 24.532, de 2 de julho de 1934, e numero 24.623, de 9 do mesmo mez e anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve approvar o Regulamento, que com este baixa, assignado pelo ministro da Educação e Saúde Publica, para as ligações domiciliares de esgoto, nas rêdes do Districto Federal, construidas de accôrdo com os decretos n. 24.532, de 2 de julho de 1934, e n. 24.623, de 9 do mesmo mez e anno.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

**Regulamento approved pelo decreto n. 1.053, de 21 de agosto de 1936, para ligações domiciliarias de esgoto, nas redes do Districto Federal, construidas de accordo com ou decretos n. 24.532, de 2 de julho de 1934, e n. 24.623, de 9 de mesmo mez e anno.**

Art. 1.º As ligações domiciliarias de esgoto, no trecho comprehendido entre o limite da propriedade e o collector, construido em virtude do decreto n. 24.532, de 2 de julho de 1934, serão feitas pela Inspectoria de Aguas e Esgotos, de accordo com o presente regulamento e á custa do proprietario do immovel.

Art. 2.º Para obter a ligação, deverá o proprietario do predio apresentar á Inspectoria, requerimento acompanhado do certificado da numeração official e de duas vias do projecto da construcção devidamente approved, que satisfaça aos requisitos sanitarios e de que constem todos os pormenores relativos ás installações.

Paragrapho unico. Tratando-se de predio edificado antes da construcção da rede geral, de que trata o decreto n. 24.532, de 2 de julho de 1934, o requerimento poderá ser acompanhado, simplesmente, do recibo do pagamento do imposto predial do ultimo semestre vencido e de um esboço demonstrativo da distribuição dos commodos, contendo as indicações exigidas neste artigo, relativas ás installações sanitarias.

Art. 3.º A ligação será sempre precedida de um exame local completo das installações, feito pela Inspectoria, para verificação de sua boa execução e regular funcionamento.

Art. 4.º As installações sanitarias deverão ser projectadas e construidas de modo que o ramal tenha declividade sufficiente, de accordo com as especificações technicas da Inspectoria.

Art. 5.º A ligação para obra em construcção poderá ser concedida a requerimento de constructor inscripto na Inspectoria, de accordo com o regulamento de concessão de agua, para serventia dos operarios empregados na mesma obra, uma vez que sejam tomadas as precauções necessarias á protecção dos collectores. Tal ligação será feita de accordo com o projecto de esgotamento definitivo do predio e de modo que o ramal seja aproveitado para esse esgotamento.

§ 1.º Responderá o constructor pelo uso da installação de esgoto para outro fim que não seja exclusivamente o esgotamento de aguas feccas ou de hygiene pessoal, excluidos rigorosamente os residuos de uso industrial ou de construcções, taes como tintas, oleos, vernizes, etc.

§ 2.º Além da acção judicial que no caso couber, fica o constructor sujeito, pela infracção do paragrapho anterior, ás sanções do art. 4.º, paragrapho unico do regulamento approved pelo decreto n. 24.654, de 11 de julho de 1934, e ao cancelamento de sua inscripção na reincidencia.

Art. 6.º Em qualquer caso, a ligação será precedida de requerimento, acompanhado dos documentos exigidos, bem como do pagamento da importancia em que fór orçado o ramal externo.

Art. 7.º Dará a Inspectoria, previamente, a profundidade, o "grade", a qualidade, e as dimensões do material, e as demais indicações técnicas relativas ao trecho do ramal a ser construído.

Art. 8.º Constituem elementos essenciaes de uma instalação domiciliaria:

- a) trecho externo do ramal de ligação;
- b) trecho interno do ramal de ligação;
- c) os tubos de queda e os ventiladores;
- d) os ramaes secundarios;
- e) os receptaculos, os syphões e as caixas.

Art. 9.º Nos predios novos, as instalações domiciliares só podem ser feitas mediante projecto previamente approved pela Inspectoria. Taes instalações não podem ser encobertas nem ligadas com o collector da rua, senão depois de examinadas pela Inspectoria, que deverá ser avisada assim que se concluir o respectivo serviço.

Art. 10. Os pormenores technicos das instalações deverão obedecer ás instruções ou, ao caderno de encargos, que a Inspectoria organizar, e, naquillo em que forem omissos, pelas recomemndações técnicas mais modernas.

Art. 11. A obrigatoriedade do serviço de esgotamento, bem como o numero, a especie e localização dos receptaculos de accôrdo com a natureza dos predios e suas finalidades, obedecerão aos preceitos sanitarios em vigor.

Art. 12. A conservação das instalações domiciliares de esgoto compete aos proprietarios ou moradores dos predios, cabendo a execução dos respectivos serviços exclusivamente a installadores matriculados na Inspectoria.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1936. — *Gustavo Capanema*.

---

DECRETO N. 1.054 — DE 21 DE AGOSTO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de 559:000\$, para auxiliar a conclusão e inauguração dos monumentos a Santos Dumont e aos herões da Laguna e Dourados*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere a lei n. 122, de 27 de novembro de 1935, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórmula do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de quinhentos e cincoenta e nove contos de réis (559:000\$000), sendo duzentos e cincoenta contos de réis (250:000\$000) destinados á conclusão e inauguração nesta Capital do monumento a Santos Dumont e trezentos e nove contos de réis (309:000\$000) para identico fim, do monumento aos herões da Laguna e Dourados.

Art. 2.º A despesa constante da presente lei correrá pelo saldo das apolices de que trata o decreto n. 15.628, de 23 de agosto de 1922, feita a collocação pelo Banco do Brasil.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 1.055 — DE 24 DE AGOSTO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, nos municipios de São José dos Campos e São Pedro, no Estado de São Paulo, durante o dia 30 do corrente mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, nos municipios de São José dos Campos e São Pedro, no Estado de São Paulo, durante o dia trinta do corrente mez, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.056 — DE 24 DE AGOSTO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario na importancia de 1.239:000\$000, para attender a despesas da Casa de Detenção e da Policia Civil do Districto Federal, de natureza urgente e impre-nista, decorrentes do movimento de caracter extremista verificado no País*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do artigo 9º do regulamento approved pelo decreto n. 13.785, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario na importancia de mil duzentos e trinta e nove contos de réis (1.239:000\$000), sendo seiscentos e noventa e nove contos de réis (699:000\$000)

para attender despesas de natureza urgente e imprevista, de-réis (540:000\$000) para a Policia Civil do Districto Federal, para a Casa de Detenção e quinhentos e quarenta contos de correntes do movimento sedicioso de caracter extremista verificado no Paiz.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

DECRETO N. 1.057 — DE 24 DE AGOSTO DE 1936

*Approva a reforma dos estatutos da S. A. "Lar Brasileiro", que passa a denominar-se "Banco Hypothecario Lar Brasileiro"*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a S. A. "Lar Brasileiro", com séde nesta Capital, e tendo em vista os documentos apresentados,

Decreta:

Art. 1.º Fica approvada a reforma dos estatutos da S. A. "Lar Brasileiro", feita em assembléa geral extraordinaria realizada em 30 de abril de 1934, conforme acta publicada no *Diario Official* de 17 de maio do mesmo anno e, bem assim, a alteração do nome da sociedade, que passa a denominar-se "Banco Hypothecario Lar Brasileiro"; sociedade anonyma de credito real, devendo, porém, ser assim redigidos os arts. 2º, 24 e 25 dos alludidos estatutos:

"Art. 2.º O prazo de concessão para a exploração das suas actividades é de vinte annos."

"Art. 24. A emissão de obrigações (*debentures*) não poderá exceder á somma do valor nominal dos empréstimos hypothecarios inscriptos em primeiro logar e dos immoveis urbanos e ruraes da sociedade, nem ao decuplo do seu capital realizado, e será resgatada no prazo de vinte annos contado da sua data".

"Art. 25. Qualquer emissão posterior deverá ser previamente autorizada por deliberação da assembléa geral extraordinaria de accionistas, especialmente convocada para esse fim, a que tenham comparecido pelo menos tres quartos do numero total de accionistas, representando metade do capital social e sempre obedecendo á restricção do art. 24. A acta dessa assembléa deverá contes as condições essenciaes da emissão e será publicada no *Diario Official* e em dois jornaes de maior circulação".

**Art. 2.º** As modificações a que se refere o artigo anterior deverão ser ratificadas, por meio de assembléa geral extraordinária dos accionistas, dentro do prazo de trinta dias após a publicação do respectivo decreto.

**Art. 3.º** A emissão de letras hypothecarias fica condicionada a nova reforma dos estatutos da sociedade e obedecerá ao disposto no art. 283 e paragraphos do decreto n. 370, de 2 de maio de 1890.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

#### DECRETO N. 1.058 — DE 25 DE AGOSTO DE 1936

*Autoriza accrescimos e alterações na pauta e no Regulamento Geral dos Transportes, approved pelo decreto n. 10.204, de 30 de abril de 1913*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereram as Companhias São Paulo Railway, Limited, Mogyana de Estradas de Ferro e a Estrada de Ferro Sorocabana, e, de accordo com os pareceres prestados, decreta:

**Artigo unico.** Ficam autorizados os seguintes accrescimos e alterações na pauta e no Regulamento Geral dos Transportes, approved pelo decreto n. 10.204, de 30 de abril de 1913, nas linhas de concessão federal das referidas Estradas:

Numero da pauta — Accrescimos, designação — Tabellas	
1.112-G — Calcila .....	13
1.112-H — Chlorato de potassio (até 200 kilos — tab. 6, mais de 200 kilos — ta- bella 5) .....	5 e 6

#### *Alterações*

187 — Aniagem "tecidos" .....	4
1.689 — Jufa em tecido "tecidos".....	4
2.211 — Parafina .....	3

No R. G. T.

**Art. 31,** paragrapho unico. Nenhum despacho, porém, deverá pagar menos de 400 réis de frete, e, quando tiver de transitar em mais de uma Estrada, o frete minimo do despacho será de 400 réis para cada Estrada.

**Art. 34.** Os volumes de bagagens poderão ser recusados nos trens de passageiros, desde que o seu peso exceda a 200 kilogrammas, ou o seu volume a um metro cubico.

Art. 31. Para o calculo do frete, será tomado o numero exacto de kilogrammas, contando-se qualquer fracção como um kilogramma; nenhum despacho, porém, deverá pagar menos de 400 réis de frete, e, quando tiver de transitar por mais de uma Estrada, o frete minimo do despacho será de 400 réis para cada Estrada.

Art. 43, § 1.º O frete minimo de um despacho pela tabella 2-A, é de 400 réis, para cada Estrada que tiver de percorrer.

Art. 64, paragrapho unico. O frete minimo de um despacho pelas tabellas 9 ou 10, será de 400 réis e de 1\$000 pela tabella 11, para cada Estrada.

Art. 87. O frete minimo de um despacho de mercadoria, das tabellas 3 até 9, é de 400 réis, para cada Estrada em que transitar.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.059 — DE 25 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha, tornando vigente nos territorios de Papua, na Ilha de Norfolk e nos territorios sob mandato da Nova-Guiné e de Naurú, a Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Roma, a 2 de junho de 1928.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a resolução do Governo de Sua Majestade britannica no Commonwealth da Australia, tornando vigente nos territorios de Papua, na Ilha de Norfolk e nos territorios sob mandato da Nova-Guiné e de Naurú, a Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma, a 2 de junho de 1928, devendo tal resolução ter validade a partir de 29 de julho de 1936 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 20 de julho, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## DECRETO N. 1.060 — DE 25 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a resolução do Governo da Gran-Bretanha de estender ao territorio da Ilha de Norfolk; territorio sob mandato de Naurú, a Convenção para a protecção da propriedade industrial, firmada na Haya, a 6 de novembro de 1925.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a resolução do Governo de Sua Majestade britannica no Commonwealth da Australia de estender ao territorio da Ilha de Norfolk; territorio sob mandato de Naurú, a Convenção para a protecção da propriedade industrial, firmada na Haya, a 6 de novembro de 1925, devendo tal resolução ter validade a partir de 29 de julho de 1936 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação Suissa nesta Capital, por nota de 20 de julho do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## DECRETO N. 1.061 — DE 25 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a adhesão do Governo da Rumania, á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista em Roma, a 2 de junho de 1928.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo da Rumania, á Convenção de Berna, para a protecção das obras litterarias e artisticas, revista, pela ultima vez, em Roma, a 2 de junho de 1928, devendo tal adhesão ter validade a partir de 6 de agosto de 1926 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta Capital, por nota de 28 de julho do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---



## DECRETO N. 1.062 — DE 26 DE AGOSTO DE 1936

*Autoriza o cidadão belga Emmanuel Valensa a comprar e exportar pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e, tendo em vista o decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, que regula a industria da faiscação do ouro alluvionar e o commercio de pedras preciosas, decreta:

Artigo unico. Fica autorizado o cidadão belga Emmanuel Valensa a comprar e exportar pedras preciosas, nos termos do art. 7º do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, constituindo titulo desta autorização uma via authentica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 1.063 — DE 26 DE AGOSTO DE 1936

*Autoriza o cidadão Sebastião Dias a comprar pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições qu elhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista o decreto numero 24.193, de 3 de maio de 1934, que regula a industria da faiscação do ouro alluvionar e o commercio de pedras preciosas:

Decreta:

Artigo unico. Fica autorizado o cidadão Sebastião Dias, residente no municipio de Tiros, Estado de Minas Geraes, a comprar pedras preciosas na 4ª zona de garimpagem, nos termos do art. 7º do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, constituindo titulo desta autorização uma via authentica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 1.064 — DE 26 DE AGOSTO DE 1936

*Approva a reforma dos estatutos da Sociedade Beneficente União Telegraphica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Beneficente União Telegraphica, associação de classe com séde em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, resolve approvar a reforma de seus estatutos, feita em assembléa geral extraordinaria realizada em 16 de agosto de 1935.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.065 — DE 28 DE AGOSTO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos, na importância total de 1.585:663\$889, para execução de obras pela Companhia Mogyana de Estrada de Ferro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e tendo em vista os pareceres prestados,

Decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos, que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para execução das seguintes obras pela Companhia Mogyana de Estradas de Ferro:

## Linha do Rio Grande e Ramal de Caldas

Melhoramentos e augmento do pateo da estação do Entroncamento (Orçamento rectificado pela Inspectoria Federal das Estradas) . . . . .	28:824\$830
---	-------------

## Linha de Catalão

a) Modificação do grade de 3 % para 1,7 %, entre os kilometros 676+716 e 679+027, em Agua Emendada . . . . .	116:089\$171
b) Construcção de casas para pessoal da linha	358:942\$298
c) Construcção de casas para pessoal do Trafego	47:206\$764

d) Reforço do abastecimento d'agua em Uberaba — Fonte de Maria Gomes .....	59:899\$799
e) Substituição de trilhos nos trechos em serra	268:457\$200
f) Substituição de ponte sobre o rio Uberabinha, no kilometro 720,713 .....	67:016\$429
g) Reforma das instalações de força e luz no deposito de Uberaba .....	29:325\$120
Somma . . . . .	<u>946:936\$772</u>

## Linha de Igarapava a Uberaba

a) Reforço do lastramento da linha na extensão de 48 kilometros .....	128:726\$400
b) Construção de casas para pessoal da linha..	58:360\$082
c) Construção de casas para pessoal do Trafego	15:735\$588
d) Construção de caixa de decantação e filtração em União .....	30:836\$465
Somma . . . . .	<u>233:658\$535</u>

## Linhas de Tuyuty a Passos e de Guaxupé a Biguatinga

a) Construção de casas para pessoal da linha..	103:470\$378
b) Construção de casas para pessoal do Trafego	23:603\$382
c) Construção de uma passagem inferior no kilometro 32, do ramal de Tuyuty, typo 1, de 3 metros .....	14:001\$130
d) Reforma de instalações d'agua em Guaxupé	64:704\$123
e) Construção de um abrigo para locomotivas e demais dependencias no deposito de Guaxupé (Orçamento rectificado pela Inspectoria Federal das Estradas) .....	96:528\$622
f) Construção de um carro de 2ª classe .....	73:936\$117
Somma . . . . .	<u>376:243\$752</u>

§ 1.º A despesa, no total de 1.585:663\$889 (mil quinhentos e oitenta e cinco contos seiscentos e sessenta e tres mil oitocentos e oitenta e nove réis), depois de apurada em regular tomada de contas, deverá correr por conta do producto da arrecadação da taxa adicional de 10 % sobre as tarifas.

§ 2.º Para a conclusão das obras fica marcado o prazo de 12 (doze) mezes, a contar da data em que a companhia for notificada deste decreto.

Ri ode Janeiro, 28 de agosto de 1936; 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

## DECRETO N. 1.066 — DE 28 DE AGOSTO DE 1936

*Concede permissão á Empresa Radiodifusora Porto  
Alegrense para estabelecer uma estação radioffusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Empresa Radiodifusora Porto Alegrense, com séde na cidade de Porto Alegre (Estado do Rio Grande do Sul), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approvedo pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934,

Decreta :

Artigo unico. Fica concedida á Empresa Radiodifusora Porto Alegrense, com séde na cidade de Porto Alegre (Estado do Rio Grande do Sul), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no "Diario Official", sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1936; 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*Marques dos Reis.*

---

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 1.066, DESTA DATA

I

Fica assegurado á Empresa Radiodifusora Porto Alegrense o direito de estabelecer, na cidade de Porto Alegre (Estado do Rio Grande do Sul), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

### III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funcções effectivas de administração;

b) admitir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programas e irradiações lidas ao microphone, devidamente autenticadas e com o visto do orgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo, as plantas, orgumentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de cinco (5) kilometros do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe approuver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impôr á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5.000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no "Diario Official".

#### VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, i* (in fine), *j, k e l* da clausula III;

b) si não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea *e* da clausula III, bem como a importância de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1936. — *Marques dos Reis*.

---

DECRETO N. 1.067 — DE 28 DE AGOSTO DE 1936

*Autoriza a celebração de contracto, mediante concorrência publica, para o serviço de navegação da linha dos Autazes, no Estado de Amazonas.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante da lei n. 107, de 26 de outubro de 1935, decreta:

Artigo unico. Fica autorizada a celebração de contracto, mediante concorrência publica, pelo prazo de dez annos, para o serviço de navegação da linha dos Autazes, no Estado do Amazonas, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Publicas.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis*.

---

**Clausulas a que se refere o decreto n. 1.067, desta data****I**

O contractante, cuja séde e domicilio legal, serão em Manãos, Estado do Amazonas, obriga-se a realizar duas viagens por mez, de Manãos a Castello, com escalas por Boa-Fé, Amatory, Bocca do Autaz, Bom Futuro, Iauá-Assú, São Joaquim, Coapiranga, Japehim, Panamá, Nancy, Bararuá, Pantaleão, São Longuinho, Piratininga, Santa Maria, São José, Barreirinhas, Campo Alegre e intermediarios em caso de necessidade.

O Governo Federal poderá determinar ou o contractante resolver que seja augmentado o numero de viagens a que se refere esta clausula, sempre que o trafego de mercadorias o exigir, sem qualquer augmento de despesas para os cofres publicos.

**II**

De conformidade com os dados actuaes, fica officialmente fixada, na forma abaixo, a extensão em milhas entre os portos de escala e a do total de viagens annuaes previstas na clausula I:

De Manãos a Boa-Fé .....	28 milhas
De Boa-Fé a Amatory . . . . .	50 milhas
De Amatory a Bocca do Autaz .....	22 milhas
De Bocca do Autaz a Bom Futuro .....	14 milhas
De Bom Futuro a Iauá-Assú .....	13 milhas
De Iauá-Assú a São Joaquim .....	13 milhas
De São Joaquim a Coapiranga .....	17 milhas
De Coapiranga a Japehim . . . . .	11 milhas
De Japehim a Panamá . . . . .	41 milhas
De Panamá a Nancy . . . . .	4 milhas
De Nancy a Bararuá . . . . .	6 milhas
De Bararuá a Pantaleão . . . . .	8 milhas
De Pantaleão a São Longuinho . . . . .	2 milhas
De São Longuinho a Piratininga .....	9 milhas
De Piratininga a Santa Maria . . . . .	9 milhas
De Santa Maria a São José . . . . .	7 milhas
De São José a Barreirinhas . . . . .	12 milhas
De Barreirinhas a Campo Alegre .....	14 milhas
De Campo Alegre a Castello . . . . .	45 milhas
<b>Total de milhas . . . . .</b>	<b>325 milhas</b>

Sendo de 325 milhas o percurso de Manãos a Castello, cada viagem redonda terá 650, e todas, o total de 15.600 milhas, correspondente ás 24 viagens obrigatorias.



## III

O Contractante obriga-se:

1.º — A empregar no serviço embarcações novas ou remodeladas, aceitas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, de marcha de oito milhas por hora, luz electrica, filtros, appparelhos sanitarios, geladeiras, etc. devendo cada uma dessas embarcações de capacidade minima para 40 passageiros de camara, em beliches alojamentos para 120 de 3ª classe e para 80 a 100 toneladas de carga, attender ás possibilidades da navegação dos trechos que lhes incumbir nas diversas quadras do anno.

2.º — A substituir as embarcações que se inutilizarem no serviço por outras que satisfaçam ás condições do numero anterior, dentro do prazo maximo de 12 mezes, podendo o serviço, enquanto não se verificar a substituição, ser feito por embarcações tomadas a frete, aceitas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação.

3.º — A iniciar o serviço no prazo de 90 dias, contado da data do registro do contracto, podendo, no caso de encomenda de embarcação nova, que esteja em construção, executal-o, pelo prazo maximo de um anno, com embarcações aceitas a titulo provisorio.

4.º — A apresentar, dentro do prazo de 60 dias, contados da data em que o contracto entrar em vigor o horario de suas linhas, e, bem assim, no prazo de 90 dias, as tabellas de fretes e passagens, para serem approvadas pelo Ministro da Viação e Obras Publicas, devendo as primeiras (fretes) attender ao valor mercantil das mercadorias, favorecer aos generos de 1ª necessidade e aos productos agricolas e extractivos da Amazonia, não podendo ultrapassar os actualmente em vigor para a mesma linha dos Autazes.

Essas tabellas, cuja publicação a sua custa, no *Diario Oficial* e no jornal official do Governo do Estado do Amazonas, o contractante se obriga a effectuar, só poderão ser alteradas depois de dois anos de vigencia e por mutuo accordo.

5.º — A não commerciar, por sua conta ou de outrem nos mercados servidos pelas linhas de navegação contractadas, nem permittir que seus subordinados o façam.

6.º A distribuir equitativamente a praça das embarcações, rateando-a entre os embarcadores quando houver accumulo de carga, mas dando preferencia ás mercadorias de facil deterioração.

7.º — A cumprir e fazer cumprir os regulamentos e decisões expedidos pelo Governo Federal, referentes ou applicaveis ao serviço de navegação a seu cargo, no que não contravierem o respectivo contracto.

8.º — A remover á sua custa, sempre que possivel os troncos de arvores ou quaesquer outros obstaculos que difficultem a navegação nas linhas contractuaes.

9.º — A promover o estabelecimento de trafego mutuo com as emprezas de viação que venham ter a portos de escala servidos pelas mesmas linhas.

10.º — A observar a lotação fixada para as embarcações e a trazer a tripulação destas decentemente fardada.

11. — A ter a bordo os sobressalentes e material necessários para os serviços da atracação, carga e descarga, para accidentes de navegação e incendio, objectos de serviços de passageiros e tripulação.

#### IV

Os navios do contractante gozarão de regalias de paquetes, nos termos do regulamento approved pelo decreto numero 10.524, de 23 de outubro de 1913 e estarão sujeitos a esse regulamento e a todos os demais relativos a navegação.

#### V

Além das vistorias exigidas pela legislação em vigor, ficarão as embarcações que realizarem o serviço sujeitas ás que o Departamento Nacional de Portos e Navegação considera necessárias obrigando-se o contractante a proceder, no praza fixado, aos reparos e concertos julgados necesarios em taes vistorias.

#### VI

O Governo Federal se reserva o direito de comprar ou tomar a frete, compulsoriamente, as embarcações do contractante, ficando este dispensado, no caso de fretamento, da execução do serviço correspondente, emquanto não se verificar a devolução e devendo substituil-as, dentro do prazo de 12 mezes, na hypothese de compra.

Calcular-se-á o preço da embarcação, pelo valor desta, na data de sua incorporação, com o abatimento de 5 % relativo a cada anno decorrido; o preço de fretamento, relativamente a cada embarcação, pela respectiva renda liquida no triennio anterior, considerando-se renda liquida a differença entre a receita bruta do trafego, accrescida das subvenções, e o total das despesas de custeio. Na hypothese de não haver renda liquida, ou de ser inferior a 10 % do valor da unidade fretada, a indemnização corresponderá a essa ultima percentagem.

Para os effeitos desta clausula o contractante se obriga a apresentar ao Departamento Nacional de Portos e Navegação, dentro do prazo de 60 dias, contados da data em que entrar em vigor o contracto, uma relação discriminada do material fluctuante que possuir, com o valor comprovado de cada unidade.

#### VII

O contractante obriga-se a transportar gratuitamente em suas embarcações:

1) — O director do Departamento Nacional de Portos e Navegação e os funcionarios desse Departamento encarregados da inspecção e da fiscalização dos serviços;

2) — O funcionario postal e as malas do correio, fazendo-se conduzir de terra para bordo e vice-versa;

3) — O dinheiro ou valores publicos, pertencentes ou destinados aos cofres publicos federaes ou estaduaes;

4) — As sementes, mudas de plantas, instrumentos agricolas, e animaes reproductores de raça pura, remettidos pelo Governo Federal ou pelos estaduaes;

5) — A bagagem dos passageiros;

6) — Os objectos e instrumentos pertencentes ao Departamento Nacional de Portos e Navegação e os remettidos á Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas ou por ella expedidos;

7) — Os objectos destinados ás exposições officiaes ou auxilliadas pelo Governo Federal, ou dos Estados.

### VIII

Todos os demais transportes requisitados pelo Governo Federal gozarão do abatimento de 30 % sobre os preços fixados nas respectivas tabellas.

### IX

O contractante fornecerá ao Departamento Nacional de Portos e Navegação, até 15 de março de cada anno, cópia do balanço do anno anterior, assim como os dados estatísticos referentes ao serviço contractado, sempre que estes lhe forem pedidos.

### X

Para garantia da execução do contracto, o contractante depositará no Thesouro Nacional, em dinheiro ou titulos da divida publica ao portador, a caução de 4:000\$000 (quatro contos de réis), que só poderá ser restituída após a terminação do contracto, observado o disposto no art. 23, § 3º, alinea 8ª, da lei n. 156, de 24 de dezembro de 1935.

### XI

Pela inobservancia de clausula do presente contracto, salvo caso de força maior, reconhecido pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, o contractante ficará sujeito ás seguintes multas, impostas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação:

1º — de 20 % a 30 % da subvenção, além do desconto a que se refere a clausula XIV, por viagem não realizada ou realizada incompletamente, considerando-se como não effectuada ou interrompida a viagem encetada com mais de oito dias de atraso ou no decurso da qual se verifique esse atraso;

2° — de 5 % da subvenção, com o mínimo de 100\$000, por atraso de mais de 24 horas no horario da partida das embarcações.

3° — de 50\$000 a 200\$000, pela demora na entrega das malas postaes e de 300\$000 no caso de seu extravio;

4° — de 100\$000 a 200\$000, por infracção de qualquer das clausulas do contracto para a qual não esteja estabelecida multa especial.

As multas serão recolhidas á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Amazonas, dentro do prazo de cinco dias de sua imposição, sob pena de serem deduzidas do primeiro pagamento de subvenção devida ao contractante. Haverá recurso das multas, depois de previamente depositadas, para o Ministerio da Viação e Obras Publicas.

## XII

O prazo de duração do contracto a que se refere as presentes clausulas é o de 10 annos, contado da data do seu registro pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo Federal por indemnização alguma, no caso de lhe ser negado registro.

## XIII

As duvidas que se suscitarem entre o Governo Federal e o contractante, sobre a intelligencia das disposições contractuaes, decidir-se-ão por arbitramento. No caso de não ficar resolvida a duvida para a qual este houver sido instituido, designarão os arbitros de cada parte, por mutuo accordo, terceiro arbitro, ou, na hypothese de não chegarem a accordo, organizarão uma lista de 4 nomes, para a qual indicará cada arbitro dois nomes, dentre os quaes será escolhido o desempatador.

## XIV

Em retribuição do serviço especificado na clausula I, o contractante receberá, por milha navegada, a subvenção que propuzer, não podendo o respectivo total exceder a importancia de 96:000\$000 (noventa e seis contos de réis) annuaes.

O pagamento da subvenção — subordinado, no exercicio de 1936, á verba 12ª "Subvenções", sub-consignação n. 1, artigo 3º annexo 7, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935, e nos exercicios subsequentes ás verbas votadas para o mesmo fim, pelo Poder Legislativo, far-se-á em prestações mensaes na Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Amazonas, mediante requerimento instruido com os certificados expedidos pela Fiscalização do Porto de Manaus, e por ella encaminhados.

Nas viagens que não forem realizadas integralmente, proceder-se-á na subvenção ao devido e proporcional desconto, de accordo com a tabella de distancias constantes da clausula II.

Paragrapho unico. Além dessa subvenção e demais favores outorgados pelo Governo Federal, é lícito ao contractante receber subvenções e favores do Governo do Estado do Amazonas, assim como das Prefeituras Municipaes do mesmo Estado, ficando os serviços concedidos e respectivo aparelhamento, installado o utilizado exclusivamente para o objecto da concessão, isentos de quaesquer tributos estaduais ou municipaes.

## XV

Para as despesas de fiscalização, o contractante recolherá á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional do Estado do Amazonas, por semestres adeantados, a importancia de 1:200\$090 (um conto e duzentos mil réis); no caso de atrazo de mais de seis mezes desse recolhimento, será descontada a importancia no primeiro attestado de subvenção a ser expedido.

## XVI

Independente de acção ou interpellação judicial ou extra judicial, o Governo poderá decretar a rescisão do contracto, sempre com perda da caução de que trata a clausula X:

1° — Si o serviço contractado for interrompido por mais de 90 dias, salvo caso de força maior, devidamente comprovado;

2° — Si fôr imposta ao contractante, por tres vezes, no mesmo anno, multa pela mesma infracção;

3° — Si, reduzida a caução por algum dos motivos previstos nestas clausulas, o contractante não a integrar dentro do prazo de 30 dias, contados da data em que fôr intimada a fazel-o;

4° — Si o contractante transferir o contracto, sem prévia autorização do Governo Federal;

5° — Si for decretada a fallencia do contractante.

## XVII

A concorrência publica prevista neste decreto será processada de accordo com as presentes clausulas e outras formalidades legais, preferindo-se a proposta que menor subvenção pedir.

No caso de empate, adjudicar-se-á a concorrência ao proponente que dispuzer de melhor aparelhamento em material fluctuante.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 1.068 — DE 28 DE AGOSTO DE 1936

*Approva plantas, especificações e orçamentos de diversas obras relativas ao aeroporto para dirigíveis, em Santa Cruz*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "Luftschiffbau Zepellin G. m. b. H." e tendo em vista os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados, de accordo com o disposto na clausula VIII do contracto assignado em 9 de maio de 1934, em virtude do decreto n. 24.069, de 31 de março do mesmo anno, as plantas, orçamentos e especificações, que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, relativos á construcção das obras abaixo discriminadas, na importancia total de 733:965\$800 (setecentos e trinta e tres contos novecentos e sessenta e cinco mil e oitocentos réis) no aeroporto para dirigíveis no Campo de São José, em Santa Cruz (Districto Federal), a cargo da Luftschiffbau Zepppelin G. m. b. H."

a) tubulações .....	224:400\$000
b) fundação de dous tanques para gasolina..	2:348\$900
c) canal para tubulação no portão sul e cobertura e impermeabilização do dous canaes para caldeira e deposito de Propangaz..	8:142\$000
d) camara refrigeradora e guarda roupa....	60:155\$000
e) modificações na estação.....	4:337\$500
f) installação da linha de alta tensão de energia electrica no aeroporto.....	35:200\$000
g) augmento da capacidade do deposito para hydrogenio de alta pressão.....	242:000\$000
h) carro movel para fixação da pôpa do dirigivel LZ 129 .....	34:100\$000
i) pontes rolantes para o hangar.....	72:000\$000
j) garras corrediças para fixação da torre nas guias lateraes .....	35:750\$000
k) augmento da casa da caldeira (ferraria)...	887\$100
l) estradas, cercas e canalisação de agua.....	14:045\$300
	<hr/>
	733:965\$800

Paragrapho unico. Os orçamentos constantes das alineas k e l são supplementares aos que foram approvados pelos decretos ns. 386, de 18 de outubro de 1935 (artigo unico, alinea l), e 676, de 6 de março de 1936 (artigo unico, alinea a), respectivamente.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1936, 115\* da Independencia e 48\* da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 1.069 — DE 28 DE AGOSTO DE 1936

*Considera dispensada a auxiliar diarista da Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas, D. Helena Osorio Bastos de Oliveira, para effeito de abono de dous meses de vencimentos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que o abono de dous mezes de vencimentos aos empregados dispensados nas condições previstas nos decretos ns. 19.552, de 31 de dezembro de 1930; 19.878, de 17 de abril e 20.770, de 10 de dezembro de 1931, depende da expedição de decreto declaratorio de dispensa, com as indicações necessárias á concessão do referido abono, decreta:

Para os effeitos dos decretos ns. 19.552, de 31 de dezembro de 1930; 19.878, de 17 de abril e 20.770, de 10 de dezembro de 1931, é considerado dispensada, a partir de 30 de junho de 1931. D. Helena Osorio Bastos de Oliveira, auxiliar diarista da Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.070 — DE 28 DE AGOSTO DE 1936

*Autoriza a celebração de contracto, mediante concorrência publica, para o serviço de navegação da linha do Alto Tapajoz, affluente do rio Amazonas.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante da lei 107, de 26 de outubro de 1935, decreta:

Artigo unico. Fica autorizada a celebração de contracto, pelo prazo de dez annos, mediante concorrência publica, para o serviço de navegação da linha do Alto Tapajoz, affluente do rio Amazonas, nos termos das clausulas que este acompanham, assignadas pelo ministro de Estado da Viação e Obras Publicas.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

## CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 1.070, DESTA DATA

## I

O contractante, cuja séde e domicilio legal, serão em Itaituba, Estado do Pará, obriga-se a realizar uma viagem por mez de Itaituba até Barra, nos limites de Amazonas, Pará e Matto Grosso, com escalas em Bella Vista, Francez, Igapó-Assú, Quataquara, Fortaleza, Porto Alegre, Villa Nova e Bocca do Cururú.

O Governo Federal poderá determinar ou o contractante resolver que seja augmentado o numero de viagens a que se refere esta clausula, sempre que o trafego de mercadorias o exigir, sem qualquer augmento de despesas para os cofres publicos

## II

O contractante obriga-se:

1º, a empregar no serviço, embarcações novas ou remodeladas, aceitas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, de marcha de oito milhas por hora, luz electrica, filtros,apparelhos sanitarios e demais utensilios necessarios ao conforto dos passageiros, devendo cada uma dessas embarcações de capacidade minima para 20 passageiros e para 20 toneladas de carga, attender ás possibilidades da navegação nos trechos que lhe incumbir, nas diversas quadras do anno,

2º, a substituir as embarcações que se inutilizarem no serviço por outras que satisfaçam as condições do numero anterior, dentro do prazo maximo de 12 mezes, podendo o serviço, enquanto não se verificar a substituição, ser feito por embarcações tomadas a frete, aceitas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação;

3º, a iniciar o serviço dentro do prazo de 90 dias, contado da data do registro do contracto, sendo esse prazo augmentado até 300 dias, apenas para o caso de aquisição de embarcações novas em construcção;

4º, a apresentar, dentro do prazo de 60 dias, contados da data em que o contracto entrar em vigor o horario de sua linha, e, bem assim, no prazo de 90 dias, as tabellas de fretes e passagens, para serem approvadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas, devendo as primeiras (fretes) attender ao valor mercantil das mercadorias, favorecer aos generos de primeira necessidade e aos productos agricolas e extractivos da zona, não podendo ser superiores ás actualmente em vigor. Essas tabellas, cuja publicação no "Diario Official" e no jornal official do Governo do Estado do Pará, o contractante se obriga a effectuar, só poderão ser alteradas depois de 2 annos de vigencia e por mutuo accordo;

5º, a não commerciar, por sua conta ou de outrem nos mercados servidos pelas linhas de navegação contractadas, nem permittir que seus subordinados o façam;



6º, a distribuir equitativamente a praça das embarcações rateando-a entre os embarcadores quando houver accumulo de carga, mas dando preferencia ás mercadorias de facil deterioração;

7º, a cumprir e fazer cumprir os regulamentos e decisões expedidas pelo Governo Federal, referentes ou applicaveis ao serviço de navegação a seu cargo, no que não contravierem o respectivo contracto;

8º, a remover á sua custa, sempre que possivel os troncos de arvores ou quaesquer outros obstaculos que difficultem a navegação nas linhas contractuaes;

9º, a promover o estabelecimento de trafego mutuo com as empresas de viação que venham ter a portos de escala servidos pelas mesmas linhas;

10, a observar a lotação existente para as embarcações e a trazer a tripulação destas decentemente fardada;

11, a ter a bordo os sobresalentes e material necessario para os serviços de atracação, carga e descarga, para accidentes de navegação e incendio, objectos de serviço, passageiros e tripulação.

### III

Os navios do contractante gozarão de regalias de paquete, nos termos do regulamento approvedo pelo decreto numero 10.524, de 23 de outubro de 1913 e estarão sujeitos a esse regulamento e a todos os demais relativos á navegação.

### IV

Além das vistorias exigidas pela legislação em vigor, ficarão as embarcações que realizarem o serviço sujeitas ás que o Departamento Nacional de Portos e Navegação considerar necessarias, obrigando-se o contractante a proceder, no prazo fixado, aos reparos e concertos julgados necessarios em taes vistorias.

### V

O Governo Federal se reserva o direito de comprar ou tomar a frete, compulsoriamente, as embarcações do contractante, ficando este dispensado, no caso de fretamento, da execução do serviço correspondente, emquanto não se verificar a devolução e devendo substitui-las, dentro do prazo de 12 mezes, na hypothese de compra.

Calcular-se-á o preço da embarcação, pelo valor desta, na data de sua incorporação, com o abatimento de 5 % relativo a cada anno decorrido; o preço de fretamento, relativamente a cada embarcação, pela respectiva renda liquida no triennio anterior, considerando-se renda liquida a differença entre a receita bruta do trafego, accrescida das subvenções e o total das despesas de custeio. Na hypothese de não haver renda liquida, ou de ser inferior a 10 % do valor da unidade fretada, a indemnização corresponderá a essa ultima percentagem .

Para os effeitos desta clausula o contractante se obriga a apresentar ao Departamento Nacional de Portos e Navegação, dentro do prazo de 60 dias, contados da data em que entrar em vigor o contracto, uma relação discriminada do material fluctuante que possuir, com o valor comprovado de cada unidade

## VI

O contractante obriga-se a transportar gratuitamente em suas embarcações:

1º, o director do Departamento Nacional de Portos e Navegação e os funcionarios desse Departamento encarregados da inspecção e da fiscalização dos serviços;

2º, o funcionario postal e as malas do correio, fazendo-as conduzir de terra para bordo e vice-versa;

3º, o dinheiro ou valores, pertencentes ou destinados aos cofres publicos federaes ou estaduaes;

4º, as sementes, mudas de plantas, instrumentos agricolas, e animaes reproductores de raça pura, remettidos pelo Governo Federal ou pelos estaduaes;

5º, a bagagem dos passageiros;

6º, os objectos e instrumentos pertencentes ao Departamento Nacional de Portos e Navegação e os remettidos á Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas ou por ella expedidos;

7º, os objectos destinados ás exposições officiaes ou auxiliares pelo Governo Federal ou dos Estados.

## VII

Todos os demais transportes requisitados pelo Governo Federal gozarão do abatimento de 30 % sobre os preços fixados nas respectivas tabellas.

## VIII

O contractante fornecerá ao Departamento Nacional de Portos e Navegação, até 15 de março de cada anno, copia do balanço do anno anterior, assim como os dados estatísticos referentes ao serviço contractado, sempre que estes lhe foram pedidos.

## IX

Para garantia da execução do contracto, o contractante depositará no Thesouro Nacional, em dinheiro ou titulos da divida publica ao portador, a caução de 4:000\$000 (quatro contos de réis), que só poderá ser restituída após a terminação do contracto.

## X

Pela inobservancia de clausulas do contracto, salvo caso de força maior, reconhecido pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, o contractante ficará sujeito ás seguintes multas:

1º, de 20 % a 30 % da subvenção, além do desconto a que se refere a clausula XIII, por viagem não realizada ou realizada incompletamente, considerando-se como não effectuada ou interrompida a viagem encetada com mais de oito dias de atraso ou no decurso da qual se verifique esse atraso;

2º, de 5 % da subvenção, com o minimo de 100\$000, por atraso de mais de 24 horas no horario da partida das embarcações;

3º, de 50\$000 a 200\$000, pela demora da entrega das malas postaes e de 300\$000 no caso do seu extravio;

4º, de 100\$000 a 200\$000, por infracção de qualquer das clausulas do contracto para a qual não esteja estabelecida multa especial.

As multas serão recolhidas á Delegacia Fiscal do Thezouro Nacional do Estado do Pará, dentro do prazo de 5 dias de sua imposição, sob pena de serem deduzidas do primeiro pagamento de subvenção devida ao contractante. Haverá recurso das multas, depois de previamente depositadas, para o Ministerio da Viação e Obras Publicas.

## XI

O prazo de duração do contracto a que se referem as presentes clausulas é o de dez annos, contados da data do seu registro pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo Federal por indemnização alguma, no caso de lhe ser negado registro.

## XII

As duvidas que se suscitarem entre o Governo Federal e o contractante, sobre a intelligencia das disposições contractuaes decidir-se-ão por arbitramento. No caso de não ficar resolvida a duvida para a qual este houver sido instituido, designarão os arbitros de cada parte, por mutuo accordo, terceiro arbitro, ou, na hypothese de não chegarem a accordo, organizarão uma lista de 4 nomes para a qual indicará cada arbitro dous nomes, dentre os quaes será escolhido o desempatador.

## XIII

Em retribuição do serviço especificado na clausula I, o contractante receberá, por milha navegada, a subvenção que propuzer, não podendo o respectivo total exceder á importância de 36:000\$000 (trinta e seis contos de réis) annuaes.

O pagamento da subvenção — subordinado no exercício de 1936, á verba 12ª, "Subvenções", sub-consignação n 3, artigo 3º, annexo 7, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935, e nos exercicios subsequentes ás verbas votadas para o mesmo fim, pelo Poder Legislativo, — far-se-á em prestações mensaes, na Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Pará, mediante requerimento instruido com os certificados expedidos e encaminhados pela Fiscalização do Porto do Pará.

Nas viagens que não forem realizadas integralmente, proceder-se-á, na subvenção, ao devido e proporcional desconto de accordo com a tabella de distancias constante da clausula XIV.

Paragraphe unico. Além dessa subvenção e demais favores outorgados pelo Governo Federal é lícito ao contractante receber subvenções e favores dos governos dos Estados do Pará, Amazonas e Matto Grosso, assim como das Prefeituras municipaes ds mesmos Estados, ficando o serviço concedido e respectivo aparelhamento, instalado e utilizado exclusivamente para o objecto da concessão, isentos de quaesquer tributos estaduais ou municipaes.

#### XIV

De conformidade com os dados actuaes fica fixada, para o effeito da clausula anterior, a extensão em milhas entre os portos de Itaituba e Barra, na forma a seguir:

De Itaituba a Bella Vista. . . . .	22.00
De Bella Vista a Francez. . . . .	51.00
De Francez a Igapó-Assú. . . . .	45.00
De Igapó-Assú a Quataquara. . . . .	30.00
De Quataquara a Fortaleza. . . . .	40.00
De Fortaleza a Porto Alegre. . . . .	52.60
De Porto Alegre a Villa Nova. . . . .	15.00
De Villa Nova a Bocca do Cururu. . . . .	55.00
De Bocca do Cururu a Barra. . . . .	10.00
Total..	320.00

#### XV

Para as despesas de fiscalização o contractante recolherá á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado do Pará, por semestres adiantados, a importancia de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis); no caso de atrazo de mais de seis mezes desse recolhimento, será descontada a importancia, no primeiro attestado de subvenção a ser expedido.

#### XVI

Independente de acção ou interpellação judicial ou extrajudicial, o Governo poderá decretar a rescisão do contracto, sempre com perda da caução de que trata a clausula IX:

1º, si o serviço contractado for interrompido por mais de 90 dias, salvo caso de força maior, devidamente comprovado;

2º, si for imposta ao contractante, por tres vezes, no mesmo anno, multa pela mesma infracção;

3º, si, reduzida a caução por algum dos motivos previstos nestas clausulas, o contractante a não integrar dentro do prazo de 30 dias, contados da data em que for intimada a fazel-o;

4º, si o contractante transferir o contracto, sem prévia autorização do Governo Federal;

5º, si for decretada a fallencia do contractante.

## XVII

A concorrência publica prevista neste decreto será processada de accordo com as presentes clausulas e outras formalidades legais, preferindo-se a proposta que menor subvenção pedir. No caso de empate, escolher-se-á o proponente que dispuzer de melhor aparelhamento em material fluente.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1936. — *Marques dos Reis*.

---

### DECRETO N. 1.071 — DE 31 DE AGOSTO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Collegio Izabella Hendrix, de Bello Horizonte*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio Izabella Hendrix, com séde em Bello Horizonte, Estado de Minas Geraes.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

**RIO DE JANEIRO**

**IMPRESA NACIONAL**

**1937**

# COLLECÇÃO DAS LEIS

DA

## REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DE

# 1936

---

VOLUME III

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

(SETEMBRO A DEZEMBRO)



— RIO DE JANEIRO —

IMPRENSA NACIONAL — 1937

# INDICE

1936

## ACTOS DO PODER EXECUTIVO

	Pags.
N. 1.072 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de setembro de 1936 — Concede fiscalização provisória á Escola Agricola de Lavras .....	1
N. 1.073 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de setembro de 1936 — Autoriza o cidadão brasileiro Francelino Horta, por si ou sociedade que organizar a pesquisar ouro e diamantes em dous trechos do rio Itapicurú, situados ambos no municipio de Queimadas, Estado da Bahia..	2
N. 1.074 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de setembro de 1936 — Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Tavares Leite a pesquisar schisto, carvão e derivados em terras de sua propriedade denominada Fazenda do Pinhal, situada no municipio de Siqueira Campos, Estado do Paraná .....	4
N. 1.075 — AGRICULTURA — Decreto de 1 de setembro de 1936 — Outorga ás Industrias Klabin do Paraná, S. A., concessão para o aproveitamento de energia hydraulica no rio Tibagy, municipio de Tibagy, Estado do Paraná....	6
N. 1.076 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de agosto de 1936 — Faz publica a adhesão do Governo da Turquia ao Accordo relativo aos signaes maritimos e respectivo regulamento e ao Accordo sobre as barcas pharões tripuladas que se achem fora do seu posto normal e respectivo regulamento, firmados	



	Pág.
em Lisboa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da balisagem e de illumination das costas, realizadas na mesma capital .....	8
N. 1.077 — <b>RELAÇÕES EXTERIORES</b> — Decreto de 1 de setembro de 1936 — Promulga o Tratado anti-bellico de não aggressão e de conciliação firmado entre varios paizes, no Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1933.....	10
N. 1.078 — <b>AGRICULTURA</b> — Decreto de 1 de setembro de 1936 — Autoriza João Alves de Oliveira e Edson de Carvalho, por sociedade que organizarem, a pesquisar minerios de cobre e outros, nos Estados da Parahyba e do Rio Grande do Norte .....	21
N. 1.079 — <b>FAZENDA</b> — Decreto de 2 de setembro de 1936 — Approva o Regulamento para a arrecadação e fiscalização da taxa de entrada no Caes do Porto do Rio de Janeiro, de que trata a lei n. 299, de 30 de maio de 1936.....	22
N. 1.080 — <b>FAZENDA</b> — Decreto de 2 de setembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 12:000\$, para pagamento de differença de vencimentos ao representante do Ministerio Publico junto ao Tribunal de Contas, no exercicio de 1936.....	24
N. 1.081 — <b>JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES</b> — <b>FAZENDA</b> — <b>VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS</b> — <b>RELAÇÕES EXTERIORES</b> — <b>GUERRA</b> — <b>MARINHA</b> — <b>AGRICULTURA</b> — <b>EDUCAÇÃO</b> — <b>SAUDE PUBLICA</b> — <b>TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO</b> — Decreto de 3 de setembro de 1936 — Uniformiza a nomenclatura da natureza da correspondencia official .....	25
N. 1.082 — <b>JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES</b> — Decreto de 4 de setembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, no municipio de Patrocínio, no Estado do Piahy, durante o dia 7 do corrente mez de setembro .....	26
N. 1.083 — <b>VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS</b> — Decreto de 4 de setembro de 1936 — Approva projectos e orgamentos para execução de obras nas linhas Sul e Norte da "The Great Western of Brazil Railway Company, Limited".....	27

	Pag.:
N. 1.084 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1936 — Considera dispensada a auxiliar de expediente da Estrada de Ferro Central do Brasil, Maria Antonia Campos, para effeito de abono de dous mezes de vencimentos .....	28
N. 1.085 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1936 — Concede permissão á Radio Sociedade Guanabara para estabelecer uma estação radiodifusora .....	28
N. 1.086 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de setembro de 1936 — Declara sem effeito o decreto n. 20.718, de 25 de novembro de 1931, na parte relativa á dispensa de tres agentes postaes da extincta Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro.....	32
N. 1.087 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de setembro de 1936 — promulga o Tratado para a protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado entre o Brasil e diversos paizes, em Washington, a 15 de abril de 1935.	33
N. 1.088 — FAZENDA — Decreto de 9 de setembro de 1936 — Concede autorização á Casa Bancaria "Sutter & Lessa" para transigir com os funcionarios publicos, mediante consignação em folha de pagamento .....	41
N. 1.089 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1936 — Approva o projecto e orçamento definitivo, na importancia de 599:707\$775, das despesas realizadas com a construcção, mobiliario e apparelhagem do edificio para os "Serviços do Ministerio da Agricultura", no porto de Santos, sob index ID-147-124 .....	41
N. 1.090 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de setembro de 1936 — Approva o projecto e orçamento provavel, na importancia de 268:115\$348 das despesas com a aquisição de dez carrinhos electricos, para movimentação de mercadorias no cães, e construcção de uma estação para seu abrigo e carga de suas baterias, no pateo entre o armazem n. 23 e o frigorifico, no porto de Santos.....	42
N. 1.091 — GUERRA — Decreto de 11 de setembro de 1936 — Altera a redacção do art. 6º, letra "a" do regulamento para Quadro de Escreventes	

	Págs.
do Ministerio da Guerra, annexo ao decreto n. 95, de 15 de outubro de 1934.....	43
N. 1.092 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de setembro de 1936 — Concede autorização para funcionar á “Cooperativa Agricola” dos agricultores e criadores do município de Morada Nova, Estado do Ceará .....	43
N. 1.093 — AGRICULTURA — Decreto de 15 de setembro de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar no Distrito Federal, á “Lai Spor Casse” (Sociedade Cooperativa de Crédito, de Responsabilidade Limitada).....	44
N. 1.094 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de setembro de 1936 — Promulga a adesão do Brasil á Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres a 31 de maio de 1929.....	44
N. 1.095 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO de setembro de 1936 — Faz publica a adesão do Governo da Esthonia á Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929.....	160
N. 1.096 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 16 de setembro de 1936 — Concede á Sociedade Cooperativa de Seguros contra Accidentes do Trabalho, do Syndicato dos Industriales de Panificação e Confeitaria de São Paulo, Responsabilidade Limitada, autorização para funcionar e approva os seus estatutos .....	161
N. 1.097 — FAZENDA — Decreto de 16 de setembro de 1936 — Approva a reforma dos estatutos da Caixa Beneficente do Pessoal Marítimo da Alfandega da Capital .....	161
N. 1.098 — FAZENDA — Decreto de 16 de setembro de 1936 — Approva a reforma dos estatutos da Caixa Auxiliar da Classe Telegraphica da Estrada de Ferro Central do Brasil.....	162
N. 1.099 — GUERRA — Decreto de 17 de setembro de 1936 — Altera o art. 79, alinea 1.ª, do Regulamento annexo ao decreto n. 16.631, de 8 de outubro de 1934, para o Serviço de Engenharia .....	162
N. 1.100 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — FAZENDA — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	

	Pags.
— RELAÇÕES EXTERIORES — GUERRA — MARINHA — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — TRABALHO, INDUS- TRIA E COMMERCIO — Decreto de 19 de se- tembro de 1936 — Proroga por mais noventa dias o prazo fixado pelo art. 1º do decreto n. 915, de 21 de junho de 1936 .....	163
N. 1.101 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1936 — Sus- pende os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente mez, no municipio de Olympia, Estado de São Paulo, durante o dia 20 do mesmo mez .....	164
N. 1.102 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 19 de setembro de 1936 — Abre ao Minis- terio da Viação e Obras Publicas, o credito es- pecial de 1.877.962\$300, para ultimar a exe- cução de obras com a instalação de estações de radio .....	164
N. 1.103 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto de 19 de setembro de 1936 — Approva pro- jecto e orçamento na importancia de réis 11.153:422\$441, para execução das obras ne- cessarias á substituição da ponte das Laran- jeiras, na Estrada de Ferro D. Thereza Christina .....	165
N. 1.104 — FAZENDA — Grêa uma collectoria para arrecadação das rendas federaes em Getulio Vargas, municipio do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Sul .....	165
N. 1.105 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de se- tembro de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar á Sociedade Coope- rativa de Responsabilidade Limitada "Banco Agricola de Ilhéos" .....	166
N. 1.106 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de setem- bro de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar a Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Porto Real — Municipio de Rezende — Estado do Rio de Janeiro .....	166
N. 1.107 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de Se- tembro de 1936 — Concede a Carlos Monteiro de Barros, a titulo provisorio, a lavra da ja- zida de ouro denominada "Cata do Andaime", no municipio de São Gonçalo do Sapucahy, Estado de Minas Geraes .....	167

	Págs.
N. 1.108 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, no município de Mojú, no Estado do Pará, durante o dia 27 de setembro de corrente anno .....	168
N. 1.109 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1936 — Suspende os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, no município de Monte Alegre, no Estado do Pará, durante o dia 4 de outubro vindouro .....	108
N. 1.110 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de setembro de 1936 — Abre o credito supplementar de 4.000:000\$000, á sub-consignação n. 24, letra a — I Estradas de Ferro — da verba 14 <sup>a</sup> , do orçamento do Ministerio da Viação e Obras Publicas.....	169
N. 1.111 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de setembro de 1936 — Concede á Companhia Progresso Nacional autorização para continuar a funcionar e approva alterações introduzidas nos respectivos estatutos .....	169
N. 1.112 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de setembro de 1936 — Concede aos empregados da Companhia Commercio e Navegação, pertencentes á sua sucursal em Areia Branca, os beneficios do decreto n. 22.872, de 29 de junho de 1933....	170
N. 1.113 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de setembro de 1936 — Concede á Companhia Cervejaria Lusitania autorização para funcionar e approva os respectivos estatutos .....	170
N. 1.114 — GUERRA — Decreto de 24 de setembro de 1936 — Modifica o plano de uniformes, anexo ao decreto n. 160, de 22 de novembro de 1934, na parte referente ao bonet dos alumnos dos Centros de Preparação de Officiaes da Reserva .....	171
N. 1.115 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 50:000\$000, para construção do predio dos Correios e Telegraphos de Afogados de Ingazeira, no Estado de Pernambuco..	171

	Págs.
N. 1.116 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1936 — Concede permissão á Sociedade Radio Cultura de Campos, para estabelecer uma estação radiodifusora.	172
N. 1.117 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1936 — Approva os projectos e orçamentos de diversas obras a serem executadas pela Estrada de Ferro Sorocabana á conta do producto da arrecadação da taxa adicional de 10 % no periodo 1934-1937 .....	175
N. 1.118 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de setembro de 1936 — Approva o projecto e orçamento para ampliação da Praça da Estrada de Ferro e ligação da Avenida da Joazeira com a Avenida Fernandes da Cunha, na capital do Estado da Bahia.....	176
N. 1.119 — FAZENDA — Decreto de 28 de setembro de 1936 — Prorroga novamente, por dez (10) dias, o prazo fixado no decreto n. 4, de 30 de julho de 1934 .....	177
N. 1.120 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de setembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito extraordinario de 150:000\$000, para construção de pozos artesianos.....	178
N. 1.121 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 28 de setembro de 1936 — Approva tabella de pessoal contractado para o Hospital Estacio de Sá, da Directoria de Assistencia Hospitalar .....	178
N. 1.122 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Suspende os effectos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, no municipio de Itajhy, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 4 de outubro do corrente anno.....	180
N. 1.123 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1936 — Suspende os effectos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, nos municipios de Goiania e Santa Rita do Pontal, no Estado de Goyaz, durante o dia 15 de outubro do corrente anno..	180
N. 1.124 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1936 — Suspende os effectos do decreto n. 1.100, de 19	

	Page.
do corrente, no municipio de Chapecó, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 18 de outubro do corrente anno .....	181
N. 1.125 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 123:009\$500, para pagamento, no periodo de 26 de maio a 31 de dezembro de 1936, dos vencimentos do pessoal da Secção de Tachygraphia e serviços annexos da Secretaria da Corte Suprema....	181
N. 1.126 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 29 de setembro de 1936 — Promulga a Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926, por occasião da Conferencia Internacional de Direito Maritimo, completada posteriormente por um Protocollo Additional, firmado na mesma cidade, a 24 de maio de 1924 .....	182
N. 1.127 — Não foi publicado.	
N. 1.128 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1936 — Autoriza o cidadão Thomaz de Aquino Pimenta a comprar pedras preciosas.	207
N. 1.129 — GUERRA — Decreto de 1 de outubro de 1936 — Altera a redacção do art. 258 do regulamento para os Collegios Militares, annexo ao decreto n. 121, de 13 de fevereiro de 1935.	
N. 1.130 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no Estado de Goyaz, durante o dia 6 de outubro do corrente anno.....	208
N. 1.131 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de outubro de 1936 — Concede permissão ao Radio Club Fluminense para estabelecer uma estação radiodiffusora.....	208
N. 1.132 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de outubro de 1936 — Approva projecto e orçamento na importancia de 7.965:000\$, para defesa da área comprehendida entre a rodovia Rio-São Paulo e a bahia de Sepetiba, contra as inundações, no valle do rio Guandú-Assú .....	212

	Pags.
N. 1.133 — FAZENDA — Decreto de 2 de outubro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 45.000:000\$000, para pagamento do abono provisorio ao funcioneirismo civil .....	213
N. 1.134 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1936 — Resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do mez findo, no municipio de Catanduva, no Estado de São Paulo, durante o dia 8 de novembro do corrente anno .....	213
N. 1.135 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no municipio de João Pessoa, no Estado do Amazonas, durante o dia 15 de novembro do corrente anno .....	114
N. 1.136 — AGRICULTURA — Decreto de 6 de outubro de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar no Distrito Federal, a Sociedade Cooperativa Banco de Credito Mutuo .....	214
N. 1.137 — FAZENDA — Decreto de 7 de outubro de 1936 — Approva o regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto do sello....	215
N. 1.138 — FAZENDA — Decreto de 8 de outubro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 760:914\$000, para pagamento do abono provisorio devido á Policia Militar do Territorio do Acre.....	285
N. 1.139 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de outubro de 1936 — Concede autorização para funcionar á Sociedade Cooperativa de Industria Pecuaria do Pará, limitada, com sede em Belém, Estado do Pará.....	285
N. 1.140 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de outubro de 1936 — Approva a nova redacção dada ao art. 80 do Regulamento do Departamento Nacional da Produccion Mineral, do Ministerio da Aricultura .....	286
N. 1.141 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de outubro de 1936 — Outorga ao cidadão brasileiro engenheiro Octavio Martins de Siqueira, ou á sociedade que organizar, concessão para o aproveitamento da energia hydraulica do rio Sapucaby, no trecho entre os	



	Pags.
ribeirões "Coxim" e "Água Quente", na Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão, Estado de S. Paulo.....	287
N. 1.142 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1916 — Faz publica a denuncia, por parte do Governo da Grécia, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1ª sessão (Washington, 1919).....	290
N. 1.143 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1936 — Faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo do Equador, das diversas Convenções firmadas por occasião da Sexta Conferencia Internacional Americana, realizada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928 .....	291
N. 1.144 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do mez findo, no municipio de Ferros, no Estado de Minas Geraes, durante o dia 18 do corrente mez .....	293
N. 1.145 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no municipio de Itaocara, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 25 do corrente.....	293
N. 1.146 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1936 — Declara de utilidade publica o Instituto Arnaldo Vieira de Carvalho (Instituto do Radium) ....	294
N. 1.147 — RELACOES EXTERIORES — Decreto de 17 de outubro de 1936 — Declara sob o patrocínio official o III Congresso Sul Americano de Chimica .....	294
N. 1.148 — RELACOES EXTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1936 — Declara sob o patrocínio official o XIII Congresso Sul Americano de Zoologia .....	295
N. 1.149 — GUERRA — Decreto de 15 de outubro de 1936 — Approva as instrucções provisórias para as Inspectorias de Regiões.....	295

	Pags.
N. 1.150 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1936 — Dá a denominação de "Santos Dumont", "Bartholomeu de Gusmão" e "Augusto Severo" aos aeroportos situados, respectivamente, na Ponta do Calabouço, e em Santa Cruz, nesta capital, e em Recife, no Estado de Pernambuco.....	296
N. 1.151 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1936 — Approva projecto e orçamento, na importância de 995:400\$000, para construção do "polder", na bacia do rio Merity, na baixada Guanabara.....	296
N. 1.152 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1936 — Concede permissão á Aerobrasil Limitada para estabelecer trafego aereo no territorio nacional.....	297
N. 1.153 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de outubro de 1936 — Concede permissão ao Radio Club Hertz, para estabelecer uma estação radiodifusora .....	298
N. 1.154 — Não foi publicado.	
N. 1.155 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de outubro de 1936 — Declara de utilidade publica o Instituto de Organização Racional do Trabalho .....	301
N. 1.156 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de outubro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do mez findo, no municipio de Pará de Minas, no Estado de Minas Geraes, durante o dia 25 do corrente mez .....	302
N. 1.157 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 19 de outubro de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados de Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Goyaz.....	302
N. 1.158 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1936 — Concede permissão ao Radio Club do Pará para estabelecer uma estação radiodifusora .....	303

	Pags.
N. 1.159 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1936 — Concede permissão á Sociedade Radio Cosmos para estabelecer uma estação radiodifusora.....	308
N. 1.160 — Não foi publicado.	
N. 1.161 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de outubro de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar, no Districto Federal, á Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada — Caixa Federal .....	312
N. 1.162 — AGRICULTURA — Decreto de 20 de outubro de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar á "Cooperativa de Credito e Construcções do Funcionalismo Publico", do Estado de São Paulo.....	313
N. 1.163 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de outubro de 1936 — Abre o credito supplementar de 2.800:000\$000, á sub-consignação n. 50, Estradas de Rodagem, da verba 14ª do orçamento do Ministerio da Viação e Obras Publicas .....	313
N. 1.164 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de outubro de 1936 — Concede á Western Electric Company of Brazil autorização para continuar a funcionar na Republica .....	314
N. 1.165 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de outubro de 1936 — Concede á sociedade anonyma Aluminium Union Limited, autorização para continuar a funcionar na Republica .....	314
N. 1.166 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 21 de outubro de 1936 — Concede á Companhia Commercial de Sergipe autorização para funcionar .....	315
N. 1.167 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de outubro de 1936 — Concede permissão á Sociedade Radio Cruzeiro do Sul para estabelecer duas estações radiodifusoras .....	315
N. 1.168 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no municipio de Niethe-roy, no Estado do Rio de Janeiro, durante os dias 28 e 30 do corrente .....	319

	Pags.
N. 1.169 — GUERRA — Decreto de 26 de outubro de 1936 — Altera a côr de peças do plano de uniforme (camisa e gravata) .....	320
N. 1.170 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no municipio de Rio do Sul, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 1 de novembro do corrente anno .....	320
N. 1.171 — FAZENDA — Decreto de 29 de outubro de 1936 — Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito suplementar de 2.500:000\$0000, para reforço da verba VI — Casa da Moeda, do orçamento vigente.....	321
N. 1.172 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, nos municipios de Ignacio Uchôa, Descalvado, Una e Pedreira, no Estado de São Paulo, durante o dia 22 do corrente.....	321
N. 1.173 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Venancio Ayres, no Estado do Rio Grande do Sul.....	322
N. 1.174 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 6 de novembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de 600:000\$000 para pagamento de auxilio á Polyclinica Geral do Rio de Janeiro .....	322
N. 1.175 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de réis 2.000:000\$000, para despesas decorrentes da situação actual.....	323
N. 1.176 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de novembro de 1936 — Approva o projecto e orçamento definitivo, na importancia de 60:886\$456, das despesas realizadas com a construção de quatro grupos sanitarios, no porto de Santos.....	323
N. 1.177 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de novembro de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar no Districto Federal, á Sociedade Cooperativa de Responsabilidade	

	Págs.
Limitada — Banco Commercial e Agricola dos Estados Unidos do Brasil.....	324
N. 1.178 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de novembro de 1936 — Concede autorização para funcionar no Estado de São Paulo a Cooperativa Predial dos Funcionarios Publicos do Estado de São Paulo.....	324
N. 1.179 — Não foi publicado.....	324
N. 1.180 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 5.000:000\$000, para as despesas com o Tribunal de Segurança Nacional . . . . .	325
N. 1.181 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Santa Leopoldina, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 15 do corrente mez.....	325
N. 1.182 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei da Arabia Saudiana, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.....	326
N. 1.183 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1936 — Faz publica a adhesão do Commonwealth da Australia para os territorios da Papuasias, Ilha de Norfolk e os Territorios sob mandato da Nova Guiné e de Nauru, á Convenção Internacional para a repressão do Trafico das mulheres e das creanças, firmada em Genebra, a 30 de setembro de 1921.....	327
N. 1.184 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1936 — Faz publica a adhesão, por parte do Egypto, á Convenção para salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929...	328
N. 1.185 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Chile, do Trabalho sobre a Pro-	

Pags.

lecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935..	329
N. 1.186 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1936—Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Hungria, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmados em Genebra, a 27 de julho de 1929.	331
N. 1.187 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Guatemala, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935 . . . . .	333
N. 1.188 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1936 — Approva o augmento da capital da Carteira de Consignações da "Carteira de Credito Garantido" S. A.....	334
N. 1.189 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1936 — Declara a data da vigencia do Regulamento do Sello e dá outras providencias.	335
N. 1.190 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1936 — Crêa uma collectoria para arrecadação das rendas federaes no municipio de Rio Caçador, Estado de Santa Catharina.....	335
N. 1.191 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1936 — Approva a reforma dos estatutos da "União Beneficente dos Funcionarios Civis da Aviação Naval".....	336
N. 1.192 — FAZENDA — Decreto de 11 de novembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito supplementar de 15.000:000\$000, ás verbas I, III e IV, do Titulo I — Encargos Geraes da União, do orçamento vigente do mesmo Ministerio.....	336
N. 1.193 — FAZENDA, TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO E AGRICULTURA — Decreto de 11 de novembro de 1936 — Approva o regulamento para execução do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, na parte relativa á garimpagem e ao commercio de pedras preciosas	337

	Pags.
N. 1.194 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de novembro de 1936 — Sus- pende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 15 do corrente mez.....	352
N. 1.195 — FAZENDA — Decreto de 13 de novembro de 1936 — Autoriza o ministro da Fazenda a emitir apolices da Divida Publica Interna da União .....	352
N. 1.196 — Não foi publicado.....	352
N. 1.197 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de novembro de 1936 — Sus- pende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Santo Amaro, no Estado de Sergipe, durante o dia 29 do corrente mez.....	353
N. 1.198 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de novembro de 1936 — Sus- pende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Manicoré, no Estado do Amazonas, durante o dia 10 de dezembro do corrente anno.....	354
N. 1.199 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de no- vembro de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar no Districto Federal, á Cooperativa Popular de Consumo do Bairro de Ipanema.....	354
N. 1.200 — RELAÇÕES EXTERIORES, FAZENDA, JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS, GUERRA, MARINHA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAUDE PU- BLICA E TRABALHO INDUSTRIA E COM- MERCIO — Decreto de 17 de novembro de 1936 — Regula a constituição e o funciona- mento do Conselho Nacional de Estatística....	355
N. 1.201 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de no- vembro de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar, na cidade de João Pessoa, Estado da Parahyba, á Sociedade Co- operativa de Responsabilidade Limitada "Caixa de Credito Popular".....	361
N. 1.202 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de no- vembro de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar á Cooperativa Po- pular para Constituição de casas.....	362

	Pags.
N. 1.203 — <b>RELAÇÕES EXTERIORES</b> — Decreto de 17 de novembro de 1936 — Faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, adesão, extensão e applicação, por parte de varios paizes da Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1928.....	362
N. 1.204 — <b>RELAÇÕES EXTERIORES</b> — Decreto de 17 de novembro de 1936 — Faz publica a ratificação, por parte do Governo da Esthonia, do Accôrdô sobre Barcas-pharôes tripuladas, que se acham fóra do seu posto normal, firmado em Lisboa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da balizagem e de illuminação das costas, realizadas na mesma Capital.....	365
N. 1.205 — <b>RELAÇÕES EXTERIORES</b> — Decreto de 17 de novembro de 1936 — Faz publica a adesão do Governo da Finlândia á Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.....	366
N. 1.206 — Não foi publicado.....	367
N. 1.207 — <b>JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES</b> — Decreto de 18 de novembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 200:000\$000, para pagamento das despesas decorrentes da lei n. 230, de 31 de julho de 1936.....	367
N. 1.208 — <b>FAZENDA</b> — Decreto de 18 de novembro de 1936 — Autoriza Magalhães & Irmão a comprar pedras preciosas.....	368
N. 1.209 — <b>FAZENDA</b> — Decreto de 18 de novembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 282:857\$000, para pagamento de differença de vencimentos a funcionarios do Tribunal de Contas que serviram na Recbedoria do Districto Federal.....	368
N. 1.210 — <b>TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO</b> — Decreto de 18 de novembro de 1936 — Approva alterações introduzidas nos estatutos da North British and Mercante Insurance Company Limited pela assembléa geral extraordinaria dos seus accionistas realizada a 28 de novembro de 1935.....	370
N. 1.211 — <b>FAZENDA</b> — Decreto de 18 de novembro de 1936 — Autoriza o cidadão Antonio Joa-	



	Pags.
quim Pereira a comprar e exportar pedras preciosas .....	371
N. 1.212 — GUERRA — Decreto de 19 de novembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 730\$000 para pagamento da diferença de vencimentos a Josué Nascimento de Oliveira.....	371
N. 1.213 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 23 de novembro de 1936 — Abre, ao Ministerio da Educação e Saude Publica, o cre- dito suplementar de 3.000:000\$000, á sub- consignação n. 52 — Material da verba 1ª — Secretaria de Estado, do orçamento vigente..	372
N. 1.214 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 23 de novembro de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados de Pernambuco, Bahia, S. Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Geraes .....	372
N. 1.215 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1936 — Faz publico o de- posito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Republica do Panamá, do Tratado Anti-Bellico de não Aggressão e Con- ciliação, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de outubro de 1933.....	373
N. 1.216 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FA- ZENDA — Decreto de 24 de novembro de 1936 — Abre o credito de 6.190:000\$000, supple- mentar á verba 14ª do orçamento vigente, do Ministerio da Viação e Obras Publicas.....	374
N. 1.217 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FA- ZENDA — Decreto de 25 de novembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Pu- blicas o credito especial de 1.727:824\$800, para liquidação de compromissos das estradas de rodagem nos Estados do Paraná e Santa Catharina. . . . .	375
N. 1.218 — FAZENDA — Decreto de 25 de novembro de 1936 — Abre o credito especial de reis 45:900\$000 para pagamento dos vencimentos do pessoal da Delegação da Contadoria Central da Republica junto á Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas.....	375
N. 1.219 — FAZENDA — Decreto de 25 de novembro de 1936 — Abre o credito especial de reis 15:480\$000 para pagamento do abono provi- sorio ao pessoal da Delegação da Contadoria	

	Pags.
Central da Republica junto á Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas.....	376
N. 1.220 — FAZENDA — Decreto de 25 de novembro de 1936 — Crea uma collectoria para arrecadação das vendas federaes em "Presidente Wenceslau", municipio do Estado de São Paulo .....	376
N. 1.221 — FAZENDA — Decreto de 25 de novembro de 1936 — Crea uma collectoria para arrecadação das rendas federaes em "Paraguassú", municipio do Estado de São Paulo.....	377
N. 1.222 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1936 — Abre o credito especial de 6.000:000\$, para attender ao pagamento de obras da electrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil..	377
N. 1.223 — FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1936 — Abre o credito especial de 151:700\$ para pagamento de differença de vencimentos a membros do Corpo Diplomatico.....	378
N. 1.224 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto de 30 de novembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 327:079\$900, para reforço de diversas verbas do orçamento do mesmo ministerio para 1936	379
N. 1.225 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1936 — Abre o credito de 180:000\$000 (cento e oitenta contos de réis), suplementar á verba 2ª do orçamento vigente do Ministerio da Viação e Obras Publicas.....	379
N. 1.226 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Ouro Preto, no Estado de Minas Geraes, durante o dia 8 do corrente mez de dezembro.....	380
N. 1.227 — Não foi publicado .....	380
N. 1.228 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto de 2 de dezembro de 1936 — Abre o credito suplementar de reis 28:800:000\$000 (vinte e oito mil e oitencentos contos de réis), á sub-consignação, n. 9, da verba 3ª do vigente orçamento do Ministerio da Viação e Obras Publicas.....	380

	Pags.
N. 1.229 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — — Decreto de 3 de dezembro de 1936.....	381
N. 1.230 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — — Decreto de 4 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, nos municipios de Fructal, Montes Claras, Grão Mogol, Serro e Bocayuva, no Estado de Minas Geraes, durante o dia 13 do corrente mez de dezembro.....	381
N. 1.231 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, nos municipios de Contagem, Itabira, Passos, Prados, Peguy, São Sebastião do Paraizo e Muriahé, no Estado de Minas Geraes, durante o dia 8 do corrente mez de dezembro .....	382
N. 1.232 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Viçosa, no Estado de Minas Geraes, durante os dias 13 e 14 de dezembro corrente.....	382
N. 1.233 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Diamantina, no Estado de Minas Geraes, durante os dias 8 e 13 do corrente mez de dezembro.....	383
N. 1.234 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Bomfim, no Estado de Minas Geraes, durante os dias 8, 9, 10, 12 e 13 do corrente mez de dezembro....	383
N. 1.235 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Perdões, no Estado de Minas Geraes, durante os dias 8 e 9 do corrente mez de dezembro.....	384
N. 1.236 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de São Luiz do Parahytinga, no Estado de São Paulo, durante o dia 13 do corrente mez de dezembro.....	394

	Pags.
N. 1.237 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de dezembro de 1936 — Faz publico a adesão, pelo Governo da Republica da Tchecoslovaquia á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, firmada a 9 de setembro de 1886, revista em Berlim a 13 de novembro de 1908 e em Roma a 2 de junho de 1928.....	384
N. 1.238 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 300:000\$000, para occorrer ás despesas com a installação e o funcionamento do Conselho Federal, do Serviço Publico Civil e das Comissões de Eficiencia.	365
N. 1.239 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 9 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de 14:039\$700, para attender ao pagamento da differença de remuneração do pessoal contractado da extincta Directoria Geral de Educação.....	386
N. 1.240 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 9 de dezembro de 1936 — Concede inspecção permanente ao Collegio Americano Baptista, com sede em Recife, Estado de Pernambuco . . . . .	387
N. 1.241 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 19 de dezembro de 1936 — Concede inspecção permanente ao Gymnasio Cruzeiro do Sul, com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul . . . . .	387
N. 1.242 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 10 de dezembro de 1936 — Concede creditos para installação, aparelhamento e funcionamento de cadeiras nas Faculdades de Medicina da Bahia, Rio de Janeiro e Porto Alegre . . . . .	387
N. 1.243 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 10 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito suplementar na importancia total de 99:555\$400, á verba 3ª do orçamento vigente	388
N. 1.244 — AGRICULTURA — Decreto de 10 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Agricultura o credito extraordinario de réis 300:000\$000, destinado ás obras de restauração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro....	389

	Pags.
N. 1.245 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 13 do corrente mez.....	390
N. 1.246 — GUERRA— Decreto de 11 de dezembro de 1936 — Approva o Regulamento para Fiscalização, Commercio e Transporte de armas, munições e explosivos, productos aggressivos e materias primas correlatas.....	390
N. 1.247 — MARINHA E FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Marinha, o credito supplementar de treze mil e cem contos de réis (13:100:000\$000)..	441
N. 1.248 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1936 — Approva projectos e orçamentos para execução de diversas obras na Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul.....	442
N. 1.249 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1936 — Proroga até 31 de outubro de 1936 o prazo a que se refere o decreto n. 340, de 13 de setembro de 1935, para conclusão de obras na Estrada de Ferro Central de Pernambuco.....	444
N. 1.250 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1936 — Approva projecto e orçamento para a construção de installações sanitarias no deposito de locomotivas da estação "Engenheiro Ivo Ribeiro" da Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul.....	444
N. 1.251 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1936 — Concede permissão ao Radio Club de Piracicaba para estabelecer uma estação radiodiffusora.....	445
N. 1.252 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1936 — Concede permissão á Radio Sociedade Sorocaba para estabelecer uma estação radio-diffusora.....	449
N. 1.253 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de dezembro de 1936 — Approva orçamentos e especificações de obras relativas ao aeroporto para dirigiveis, em Santa Cruz.....	452
N. 1.254 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto de 11 de dezembro de	

	Pags.
1936 — Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de 270:000\$000, para attender a despesas da Casa de Detenção do Districto Federal.....	453
N. 1.255 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Abre o credito de 3.000:000\$000, supplementar ao orçamento do Ministerio da Viação e Obras Publicas, para obras do Aeroporto do Rio de Janeiro.....	454
N. 1.256 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Chile, da Convenção sobre Agentes Diplomaticos, firmada em Havana a 20 de fevereiro de 1928, por occasião da VI Conferencia Pan-Americana.....	454
N. 1.257 — Não foi publicado.....	456
N. 1.258 — Não foi publicado.....	456
N. 1.259 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1936 — Prorroga por mais noventa dias o prazo fixado pelo art. 1º do decreto n. 1.100, de 19 de setembro de 1936.....	456
N. 1.260 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 deste mez, no municipio de Espirito Santo, (Villa Velha), no Estado do Espirito Santo, durante o dia 18 do corrente.....	456
N. 1.261 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 deste mez, no municipio de São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, durante o dia 20 do corrente.....	457
N. 1.262 — RELAÇÕES EXTERIORES E FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 680:000\$000.....	457
N. 1.263 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 deste mez, nos municipios de Maricá e São Francisco, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 20 do corrente.....	458

	Pags.
N. 1.264 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 deste mez, nos municipios de Tanaby e Itaperica, no Estado de São Paulo, durante o dia 20 do corrente.....	458
N. 1.265 — GUERRA E FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 5.000:000\$000 para compra de aviões de treinamento.....	459
N. 1.266 — MARINHA — Decreto de 17 de dezembro de 1936 — Perdôa praças do Corpo de Fuzileiros Navaes.....	459
N. 1.267 — MARINHA — Decreto de 17 de dezembro de 1936 — Dá novo regulamento á Ordem de Merito Naval.....	460
N. 1.268 — GUERRA E FAZENDA — Decreto de 18 de dezembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Guerra, o credito suplementar de réis 23.585:600\$000, para reforço de diversas verbas de despesas do orçamento vigente daquelle Ministerio .....	468
N. 1.269 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente mez, no municipio de Buique, no Estado de Pernambuco, durante o dia 27 do mesmo mez.....	471
N. 1.270 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 21 de dezembro de 1936 — Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 1.860:000\$000, suplementar á verba 2ª — Correios e Telegraphos — Material — Sub-consignações ns. 27, 28, 26, 38, 39, 41, 42, 45, 48 e 51, do art. 3º, annexo n. 7, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935 .....	472
N. 1.271 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação por parte do Governo da Esthonia da Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926 e do Protocollo Adicional á mesma Convenção firmado em Bruxellas a 24 de maio de 1934.....	472
N. 1.272 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1936 — Faz publico o des-	

	Pags.
posito do instrumento de ratificação, por parte da Republica Dominicana do Tratado sobre a protecção de instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington a 15 de abril de 1935.....	473
N. 1.273 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Allemanha, da Convenção Internacional concernente ás immuniidades de navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926 e do Protocollo Adicional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas, a 24 de maio de 1934.....	475
N. 1.274 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de novembro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo de Cuba, do Protocollo relativo ás obrigações militares em certos casos de dupla nacionalidade firmado na Haya a 12 de Abril de 1930.....	477
N. 1.275 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1936 — Faz publica a adhesão por parte dos Estados maiores federados e não federados á Convenção para unificação de certas regras referentes ao transporte aereo internacional, e ao Protocollo Adicional, assignados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929 .....	479
N. 1.276 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 22 de dezembro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Mexico, do Tratado sobre a protecção das Instituições Artisticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935 .....	480
N. 1.277 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA E FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito suplementar de réis 4.000:000\$000 á sub-consignação n. 1 da verba 21ª, subvenções.....	482
N. 1.278 — GUERRA E FAZENDA — Decreto de 22 de dezembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Guerra, o credito extraordinario de réis 8.000:000\$000 para despesas decorrentes da actual situação.....	482



	Pags.
N. 1.279 — AGRICULTURA — Decreto de 22 de dezembro de 1936 — Outorga á Sociedade Energia Electrica Hamburgueza Limitada concessão para o aproveitamento da energia hydraulica da queda d'agua denominada "Cascata do Herval" ou "Cascata Grande", no rio Cadeia, municipio de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.....	483
N. 1.280 — RELAÇÕES EXTERIORES E FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito especial de 250:000\$000, afim de attender ás despesas com os estudos para a construcção da ponte internacional sobre o rio Uruguay..	487
N. 1.281 — RELAÇÕES EXTERIORES E FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito especial de 250:000\$000, para aquisição de um immovel sito á rua Senador Pompeu n. 147, nesta capital.....	487
N. 1.282 — RELAÇÕES EXTERIORES E FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito especial de 25:403\$200, para pagamento de vencimentos ao Embaixador José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão.....	488
N. 1.283 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente, no municipio de Barra de São João, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 27 deste mez.....	489
N. 1.284 — RELAÇÕES EXTERIORES E FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito de 800:000\$, suplementar á verba 4ª, consignaçoão Pessoal, sub-consignação n. 1, do orçamento vigente.....	489
N. 1.285 — VIACÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1936 — Concede permissão á Radio Sociedade Anonyma Mayrink Veiga para estabelecer uma estação radio-difusora .....	490
N. 1.286 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 23 de dezembro de 1936 — Concede á "Compagnie Internationale des Wagons-Lits et des Grands Express Européens" autorização para funcçãoar na Republica.....	493

	Pags.
N. 1.287 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1936 — Supprime no regulamento anexo ao decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936, as expressões delle retiradas pelo decreto n. 1.189, de 11 de novembro do mesmo anno..	494
N. 1.288 — FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1936 — Autoriza o cidadão Pedro de Mattos a comprar pedras preciosas.....	494
N. 1.289 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1936 — Concede permissão á "Ceará Radio Club, S. A." para estabelecer uma estação radiodifusora.....	495
N. 1.290 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 23 de dezembro de 1936 — Concede permissão á Radio Sociedade da Bahia, S. A., para estabelecer uma estação radiodifusora..	498
N. 1.216 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E FAZENDA — Decreto de 23 de dezembro de 1936 — Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito suplementar de réis 2.200:000\$000, para reforço da verba 14ª — Construcções, melhoramentos e aparelhamentos — Sub-consignação n. 34 do art. 3º, anexo n. 7, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935 .....	503
N. 1.292 — Não foi publicado.	
N. 1.293 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto — de 23 de dezembro de 1936 — Concede permissão ao "Radio Club Paranaense" para estabelecer uma estação radiodifusora.....	503
N. 1.294 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1936 — Abre o credito suplementar de 32:000\$000 á sub-consignação n. 1, da verba 15ª, do actual orçamento do Ministerio da Viação e Obras Publicas .....	506
N. 1.295 — GUERRA — Decreto de 24 de dezembro de 1936 — Transfere de Alegrete para Uruguayana a séde do quartel general da 4ª brigada de cavallaria .....	507
N. 1.296 — MARINHA — Decreto de 24 de dezembro de 1936 — Perdôa um official do resto da pena a que foi condemnado .....	507
N. 1.297 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Justiça e	

	Pags.
Negocios Interiores, o credito supplementar de 4.161:583\$000, para occorrer ao pagamento do subsidio devido aos deputados e senadores, e demais despesas resultantes da prorrogação da sessão legislativa.....	508
N. 1.298 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1936 — Suspende os effectos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente no municipio de Boa Esperança, no Estado do Piauí, durante o dia seis de janeiro vindouro.....	510
N. 1.299 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1936 — Suspende os effectos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente, no municipio de Guarakessaba, do corrente no municipio de Boa Esperança, no Estado do Paraná, durante o dia 10 de janeiro proximo futuro.....	510
N. 1.300 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de dezembro de 1936 — Suspende os effectos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente, no municipio de Borba, no Estado do Amazonas, durante o dia 17 de janeiro proximo futuro .....	511
N. 1.301 — FAZENDA — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 3.000:000\$000 para a reparação de damnos decorrentes de chuvas na região nordestina.....	511
N. 1.302 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 28 de dezembro de 1936 — Concede inspecção permanente ao Instituto Juvenna, com séde no Districto Federal.....	512
N. 1.303 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 28 de dezembro de 1936 — Concede inspecção permanente ao Gymnasio de Tres Corações, em Minas Geraes.....	512
N. 1.304 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1936 — Concede permissão á Sociedade Radiotransmissora Brasileira para estabelecer uma estação radio-diffusora .....	512
N. 1.305 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — FAZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 5.275:590\$000	

	para pagamento de desapropriações necessa- rias ás obras da Estação de D. Pedro II, da Es- trada de Ferro Central do Brasil.....	Pags. 516
N. 1.306	— VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1936 — Concede per- missão á "Rádío Vera Cruz, Sociedade Anô- nima", para estabelecer uma estação rádio- diffusora .....	517
N. 1.307	— VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de dezembro de 1936 — Concede per- missão ao Rádio Club de Rio Claro para esta- belecer uma estação radiodiffusora .....	521
N. 1.308	— EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 28 de dezembro de 1936 — Concede inspeção permanente ao curso fundamental do Lyceu Pernambucano, com séde em Re- cife, Estado de Pernambuco.....	525
N. 1.309	— EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 28 de dezembro de 1936 — Concede inspeção permanente ao curso fundamental do Gynasio Municipal de Mocóca, Estado de São Paulo .....	525
N. 1.310	— EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — FA- ZENDA — Decreto de 28 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica os creditos especiaes de 453:500\$000 e 751:522\$721, para pagamento de subvenções e auxilios especiaes a diversas instituições...	525
N. 1.311	— EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 28 de dezembro de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a va- rias instituições nos Estados de Minas Ge- raes, Matto Grosso e Goyaz .....	526
N. 1.312	— EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 28 de dezembro de 1936 — Concede inspeção permanente ao curso fundamental do Collegio Modelo, com séde em Nova Fri- burgo, Estado do Rio de Janeiro.....	529
N. 1.313	— VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — FA- ZENDA — Decreto de 28 de dezembro de de 1936 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 21.000:000\$000 supplementar á verba 3ª — Estrada de Ferro Central do Brasil — consignação Pessoal — Sub-consignação n. 3 — Pessoal jornalheiro — letra "a", art. 3º — annexo n. 7 — da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.....	529

	Pags.
N. 1.314 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Abre o credito suplementar de 549:850\$000, para reforço de de diversas verbas do orçamento do Ministerio da Agricultura .....	530
N. 1.315 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936, a varias instituições nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul....	531
N. 1.316 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de 56:536\$700 para pagamento de substitutos do professor Alvaro Osorio de Almeida.....	535
N. 1.317 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Venezuela, do Tratado sobre a protecção das instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington a 15 de abril de 1935.....	535
N. 1.318 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Faz publica a adhesão, por parte do Governo da Gran-Bretanha, para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru, á Convenção Internacional relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, firmada em Paris a 4 de maio de 1910 .....	538
N. 1.319 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Faz publica a adhesão, por parte do Governo da Gran-Bretanha para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru, ao Accordo para a repressão do trafico de mulheres brancas, firmado em Paris, a 18 de maio de 1904.....	542
N. 1.320 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1936 — Faz publica a adhesão, por parte de Marrocos, á Convenção relativa á protecção dos cabos submarinos, firmada em Paris, a 14 de março de 1884, ao artigo adicional mesma Convenção, e ainda a Declaração firmada a 1º de dezembro de 1886 .....	544

Pags.

- N. 1.321 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, á Convenção internacional para a unificação de certas regras concernentes ás imunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril, de 1926 e do Protocollo Adicional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas, a 24 de maio de 1934 ..... 545
- N. 1.322 — **JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES** — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Suspende os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente, no Estado de São Paulo, durante o dia 31 deste mez, para o fim de ser eleito o Governador do Estado..... 547
- N. 1.323 — **RELAÇÕES EXTERIORES** — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei dos Belgas, da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional, firmada em Varsovia, a 12 de outubro de 1926 ..... 547
- N. 1.324 — **AGRICULTURA** — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar á Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada — Banco dos Proprietarios da Parahyba ..... 549
- N. 1.325 — **AGRICULTURA** — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar, á Sociedade de Cooperativa de Responsabilidade Limitada, Banco de Credito Popular e Agricola de Santa Catharina ..... 549
- N. 1.326 — **AGRICULTURA** — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Concede autorização para se constituir e funcionar a Cooperativa Agricola de Colonização ..... 550
- N. 1.327 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — FAZENDA** — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de rês 2.000:000\$000 destinado á aquisição de trilhos e accessorios para a Estrada de Ferro Central do Brasil..... 550
- N. 1.328 — **VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS** — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Concede permis-

	Pags.
são á Radio Sociedade Triangulo Mineiro para estabelecer uma estação radiodifusora	551
N. 1.329 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — FA- ZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 715:000\$000, sup- plementar á sub-consignação n. 4, letra g, da verba 6ª do vigente orçamento.....	554
N. 1.330 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 30 de dezembro de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936, a varias instituições nos Estados do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo e Rio de Janeiro .....	555
N. 1.331 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — De- creto de 30 de dezembro de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a va- rias instituições do Districto Federal.....	558
N. 1.332 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De- creto de 30 de dezembro de 1936 — Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a adquirir materiaes destinados á Rêde de Viação Ferrea Federal arrendada ao mesmo Estado, e dá outras providencias.....	560
N. 1.333 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — FA- ZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Pu- blicas o credito especial de 2.537:500\$000, para pagamento de subvenções a The Ama- zon Telegraph Company, Ltd.....	561
N. 1.334 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — FA- ZENDA — Decreto de 30 de dezembro de zembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 18.000:000\$000, para attender ás neces- sidades mais urgentes com a restauração da Viação Ferrea Leste Brasileiro e Estrada de Ferro Bahia e Minas.....	561
N. 1.335 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Abre pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 64:900\$000 para paga- mento das obras realizadas no edificio da Delegacia Fiscal em Goyaz.....	562
N. 1.336 — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 3.408:577\$400, para re-	

	Pags.
gularizar a despesa feita com o pagamento de 17.500.000 notas de papel-moeda fornecidas pelo American Bank Note á Caixa de Amortização .....	562
N. 1.337 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Concede á Companhia Commercio e Navegação autorização para continuar a funcionar..	563
N. 1.338 — EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA — FAZENDA — Decreto de 30 de dezembro de 1936 — Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de 693:500\$000, para pagamento a inspectores do Ensino Secundario	564
N. 1.339 — AGRICULTURA — Decreto de 31 de dezembro de 1936 — Proroga a delegação de competencia ao Estado de São Paulo, pelo seu respectivo Serviço, para executar, no territorio do Estado, o Codigo de Caça e Pesca....	564
N. 1.340 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 31 de dezembro de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados do Maranhão, Ceará, Bahia, São Paulo e Minas Geraes .....	565
N. 1.341 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1936 — Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Matto Grosso..	566
N. 1.342 — VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1936 — Abre o credito especial de réis 300:000\$000, para ser dispendido com as obras urgentes de regularização do aeroporto do Rio Ceará, que serve á Capital do Estado do Ceará .....	567

## APPENDICE

N. 866 — TRABALHO, INDUSTRIA E COMMERCIO — Decreto de 1º de junho de 1936 — Concede inspecção permanente ao Gymnasio do Estado, em São João da Boa Vista, Estado de São Paulo .....	571
---	-----



	Pags.
N. 1.196 — AGRICULTURA — Decreto de 13 de novembro de 1936 — Revigora o decreto n. 125. de 30 de outubro de 1934, e altera a data da contagem dos prazos nelle estipulados.....	571
N. 1.206 — AGRICULTURA — Decreto de 17 de novembro de 1936 — Concede aos cidadãos brasileiros Miguel Legundês Leiró, a titulo provisorio, a lavra das jazidas de areia monesitica situadas em terrenos de marinha, no municipio de Prado no Estado da Bahia.....	572
N. 1.227 — FAZENDA — Decreto de 2 de dezembro de 1936 — Approva a reforma dos estatutos da Associação Beneficente dos Operários e Empregados Civis do Arsenal de Marinha do Pará .....	573

---

---

# ACTOS DO PODER EXECUTIVO

---

## 1936

DECRETO N. 1.072 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede fiscalização provisória á Escola Agrícola de Lavras*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Artigo unico. Fica concedida a fiscalização provisória de que trata o art. 331 do regulamento que baixou com o decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, á Escola Agrícola de Lavras, no Estado de Minas Geraes, satisfeitas as condições estabelecidas no parecer emittido a respeito pela Directoria do Ensino Agrícola, do Departamento Nacional da Produção Vegetal.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

## DECRETO N. 1.073 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1936

*Autoriza o cidadão brasileiro Francelino Horta, por si ou sociedade que organizar a pesquisar ouro e diamantes em dous trechos do rio Itapicuru, situados ambos no municipio de Queimadas, Estado da Bahia.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista os decretos numero 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), e 585, de 14 de janeiro de 1936:

## Decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Francelino Horta, por si ou sociedade que organizar a pesquisar ouro e diamantes nos dous trechos seguintes do rio Itapicuru, ambos situados no municipio de Queimadas, no Estado da Bahia, e com a extensão total de vinte e dous (22) kilometros: O primeiro na extensão de cerca de doze (12) kilometros, confinante com a Fazenda da Conceição, de propriedade do acervo de Manoel Joaquim dos Santos Patury, a partir, porém, do centro do alvéo do rio em direcção á margem opposta áquella fazenda, margem esta de propriedade incerta, considerando-se como limites deste trecho os prolongamentos das divisas da fazenda da Conceição projectados em direcção á margem opposta; o segundo trecho, comprehendendo todo o leito de uma extensão de dez (10) kilometros, contados, a partir da cachoeira de "Samambaia", rio abaixo, até as divisas das terras pertencentes ao citado acervo de Manoel Joaquim dos Santos Patury; autorização esta que é concedida mediante as seguintes condições:

I, o titulo desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e somente transmissivel nos casos previstos no n. I do art. 19 do referido Codigo;

II, esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas, e o campo de pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder á extensão kilometrica nelle marcada;

III, a pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV, o Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o, para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V, na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Ministerio da Agricultura, um relatorio circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos e planta, em tela e copia, onde sejam indica-

dos com exactidão os cortes que se houverem feito no campo da pesquisa, o maximo da profundidade que houverem atingido os trabalhos de pesquisa, a inclinação e direcção dos veios ou depósitos que se houverem descoberto, espessura média e área dos mesmos, seu volume e teor médio em ouro por metro cubico de minerio ou cascalho, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação da jazida;

VI, do minerio e material extrahido, o autorizado só poderá se utilizar, para analyses e ensaios industriaes, de quantidades que não excedam a cem (100) metros cubicos, na conformidade do disposto no art. 3º do decreto n. 585, de 11 de janeiro de 1936, só podendo dispor do mais, depois de iniciada a lavra;

VII, o autorizado não poderá prejudicar o trabalho dos fiscoiros e garimpeiros porventura existentes no trecho do rio objecto desta autorização, desde que o referido trabalho se exerça na forma da respectiva legislação (decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934);

VIII, ficam reservados os interesses da navegação e da fluctuação no trecho do rio a que se refere a presente autorização, sujeitando-se, portanto, o autorizado, ás exigencias que lhe forem impostas neste sentido, pelas autoridades competentes;

IX, serão respeitadas os direitos de terceiros, resarcindo o autorizado danos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2º Esta autorização é dada sem prejuizo do que determina o n. VIII do art. 19 doCodigo de Minas.

Art. 3º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 doCodigo de Minas, nas seguintes condições:

I, si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes contados da data do registro a que se refere o art. 5º deste decreto;

II, si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de forcea maior, a juizo do Governo;

III, si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa dentro dos tres (3) primeiros mezes do prazo a que se refere o n. I deste artigo;

IV, si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 5º deste decreto, sem ter sido renovado na forma do art. 20 doCodigo de Minas, não apresentar, dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do artigo 1º.

Art. 4º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na forma do art. 28 doCodigo de Minas.

Art. 5º O titulo a que allude o n. I do art. 1º pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000) e só será

valido depois de transcripto no livro de registro competente, na forma do § 5º do art. 18 do Código de Minas.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 1.074 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1936

*Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Tavares Leite a pesquisar schisto, carvão e derivados em terras de sua propriedade, denominada Fazenda do Pinhal, situada no município de Siqueira Campos, Estado do Paraná.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e, tendo em vista os decretos ns. 24.642, de 10 de julho de 1934, (Código de Minas) e 585, de 14 de janeiro de 1936, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antonio Tavares Leite a pesquisar schisto, carvão e derivados, em uma área de setenta e dous hectares e sessenta aros (72ha.60), de terras de sua propriedade, denominada Fazenda do Pinhal, no lugar denominado "Pinhal", município de Siqueira Campos, comarca de Thomazina, do Estado do Paraná, e mediante as seguintes condições:

I — O título desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4º do art. 18 do Código de Minas, será pessoal e somente transmissivel no caso de herdeiros necessarios ou conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial;

II — Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada, na conformidade do art. 20 do Código de Minas, e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder os limites da propriedade no mesmo referida;

III — A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelo autorizado e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produccão Mineral;

IV — O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V — Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, o autorizado deverá apresentar ao Ministerio da Agricultura um relatório circunstanciado, acompanhado de perfis geologicos e plantas, em títla e copia, onde sejam

indicados com exactidão as perfurações que se houverem feito nos terrenos, o maximo da profundidade que as mesmas houverem attingido, inclinação e direcção das camadas ou depositos que se houverem descoberto, reserva approximada dos depositos, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação das jazidas;

VI — Dos minerios e materiaes extrahidos, o autorizado só poderá se utilizar, para analyses e ensaios industriaes, de quantidades não superiores a 200 toneladas, para cada uma das substancias de que é objecto a presente autorização, na conformidade do disposto no art. 3º do decreto n. 585, de 14 de janeiro de 1936, só podendo dispôr do mais, depois de iniciada a lavra;

VII — Ficam resalvados os direitos de terceiros, resarcindo, o autorizado, damnos e prejuizos que occasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo ás limitações que possam sobrevir ao titulo, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2º Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Codigo de Minas, nas seguintes condições:

I — Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes, contados da data do registro a que se refere o art. 4º deste decreto;

II — Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III, Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa, dentro dos tres (3) primeiros mezes, do prazo a que se refere o n. I deste artigo;

IV — Si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 4º deste decreto, sem ter sido renovado, na forma do art. 20 do Codigo de Minas, — não apresentar, dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior.

Art. 3º Si o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1º, ou não se submeter ás exigencias da fiscalização, será annullada esta autorização, na forma do art. 28 do Codigo de Minas.

Art. 4º O titulo a que allude o n. I do art. 1º, pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000), e só será valido depois de transcripto no livro de registro competente, na forma do § 5º do art. 18 do Codigo de Minas.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

## DECRETO N. 1.075 — DE 1º DE SETEMBRO DE 1936

*Outorga ás Industrias Klabin do Paraná, S. A., concessão para o aproveitamento de energia hydraulica no rio Tibagy, municipio de Tibagy, Estado do Paraná*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal e tendo em vista o decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Aguas), decreta:

Art. 1.º E' outorgada ás Industrias Klabin do Paraná S. A., com séde na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, respeitadas os direitos de terceiros, concessão para aproveitamento da energia hydraulica da queda dagua denominada "Salto do Aparado", no rio Tibagy, rio publico do dominio estadual, situado na comarca e municipio de Tibagy, Estado do Paraná.

§ 1.º O aproveitamento destina-se á producção de energia hydro-electrica para uso da concessionaria em suas industrias,

§ 2.º Accessoriamente poderá a concessionaria dispor de uma fracção da energia electrica para attender ás necessidades sociaes e domesticas de suas villas operarias, resalvadas, actualmente e de futuro, os direitos de terceiros e observadas, quanto ás tarifas, as normas legaes que regulam ou vierem a regular a materia.

Art. 2.º A titulo de exigencias preliminares e complementares das contidas no art. 158 do Codigo de Aguas e que, por isso mesmo, deverão ser cumpridas integralmente, sob pena de ficar de nenhum effeito o presente decreto, a concessionaria obriga-se a:

1) — Apresentar dentro do prazo de um (1) anno, contado da data da publicação deste decreto e em tres (3) vias:

a) estudo hydrologico da região;

b) planta geral, em escala razoavel de toda a área da propriedade servida pela usina, com indicação de todas as suas installações;

c) plantas em escala 1:200 dos trechos dos rios aproveitados, com indicação dos terrenos marginaes, inundados pelo "remous" da barragem. Perfil do rio a montante da barragem, em escala conveniente, e justificação do calculo do "remous";

d) plantas em escala de 1:500 das obras hydraulicas;

e) barragem — methodo do calculo, projecto e justificação do typo adoptado. Perfil geologico do terreno no local onde deverá ser construida a barragem. As sondagens para obtenção dos dados necessarios á confecção do perfil acima deverão ser feitas em numero e profundidades taes, que forneçam dados seguros sobre a natureza do terreno, afim de se julgar a perfeita estabilidade da obra;

f) calculo e desenho detalhados dos vertedouros, adufas, comportas, castellos dagua, canal de adducção, conductos, etc. Descarga maxima utilizada. Dispositivos que assegurem a conservação do peixe. As escalas adoptadas serão as seguin-

tes: 1:100 para as plantas e 1:50 para as secções transversaes e longitudinaes. Escala razoavel para os longos canaes de aducção e conductos. Cubagem de todas as obras e respectivo orçamento;

g) conductos forçados — calculo e justificação do typo adoptado. Planta e perfil, com todas as indicações necessarias e em escalas: para as plantas 1:100; para os perfis — horizontal 1:200 e vertical 1:100. Calculo do martello d'agua, calculo e projecto da chaminé de equilibrio (Stand pipe), quando indicada, em escala de 1:50 com as respectivas secções transversaes. Orçamento;

h) usinas — turbinas — justificação do typo adoptado e projecto detalhado em escala de 1:20. Rendimento a 1/4, 1/2, 3/4 e plena carga. Velocidade caracteristica de embalagem, rotações por minuto. Tubo de sucção e canal de descarga. Orçamento. Typo e detalhes dos reguladores de velocidade. Orçamento;

i) geradores — justificação do typo adoptado. Potencia, tensão, factor de potencia, rendimento, velocidade (rotação por minuto), frequencia. (Detalhes em escala de 1:20). Excitadores, typo, potencia, tensão, rendimento. Detalhes em escala apreciavel fornecidos pela fabrica. Orçamento;

j) quadro de manobra, transformadores, etc. Projecto detalhado da usina com toda a apparellagem em escala conveniente e schema das ligações. Orçamento;

k) linha de transmissão. A altura minima da linha de transmissão ao solo será de sete (7) metros. Methodo de calculo da linha propriamente dita (perda de potencia, maximo admittido 10 %), projecto e justificação, systema de protecção da linha de transmissão. Escala conveniente para a planta e perfil. Orçamento;

l) estação de transformação. Projecto em escala de 1:100. Schema de suas installações com as respectivas ligações. Orçamento;

m) as plantas, memoriaes, calculos, etc., deverão ser fornecidos em tres (3) vias, devidamente assignadas por engenheiro que tenha seu diploma devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Architectura (só as primeiras vias selladas);

n) orçamento global, incluindo as obras preparatorias, demolições, etc.

II) — Assignar o contracto de concessão dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data da publicação do acto de approvação da respectiva minuta pelo ministro da Agricultura.

Art. 3.º A minuta do contracto de que constarão todas as exigencias de ordem technica, fiscal, administrativa e penal, previstas no Codigo de Aguas, será preparada pelo Serviço de Aguas do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministerio da Agricultura e submittida á approvação do ministro da Agricultura.

Art. 4.º A concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) annos, contados a partir da data da assignatura do respectivo contracto.



Art. 5.º Findo o prazo da concessão, as instalações de produção e transformação da energia electrica reverterão para o patrimonio do Estado do Paraná, mediante indemnização do seu custo historico, isto é, o capital effectivamente gasto, menos a depreciação.

§ 1.º Si o Governo do Estado do Paraná não fizer uso dessa faculdade, fica livre á concessionaria obter a prorrogação do prazo da concessão ou repor por sua conta, o curso das aguas no seu primitivo estado.

§ 2.º Para os effectos do paragrapho anterior, fica a concessionaria obrigada a dar conhecimento ao Governo Federal da decisão do Governo do Estado do Paraná e a entrar com o seu requerimento de prorrogação ou desistencia desta ou reversão, conforme fôr, dentro dos seis (6) ultimos mezes de vigor de sua concessão.

§ 3.º Si o Governo do Estado do Paraná fizer uso da faculdade de que trata este artigo, ficará assegurada ao actual concessionario preferencia á nova concessão, em igualdade de condições, devendo em todo o caso, ser-lhe garantido o direito á energia que não fôr utilizada para serviços publicos, mediante preço calculado na fórmula estabelecida no Codigo de Aguas.

Art. 6.º A concessionaria, dadas as condições peculiares do aproveitamento, fica dispensada das reservas de energia de que trata o art. 153, letra c, do Codigo de Aguas.

Art. 7.º A concessionaria gozará, desde a data da assignatura do contracto de concessão, e enquanto este vigorar, dos favores constantes do Codigo de Aguas (artigos 151 e 164).

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1936, 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

DECRETO N. 1.076 — DE 1 DE AGOSTO DE 1936

*Faz publica a adhesão do Governo da Turquia ao Accordo relativo aos signaes maritimos e respectivo regulamento e ao accordo sobre as barcas pharóes tripuladas que se achem fora do seu posto normal e respectivo regulamento, firmados em Lisboa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da bazillagem e de illuminação das costas, realizadas na mesma capital.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão, do Governo da Turquia, ao Accordo relativo aos signaes maritimos e respectivo regulamento e ao Accordo sobre as barcas pharóes tripuladas que se achem

fora do seu posto normal e respectivo regulamento, firmados em Lisboa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferência para verificação da ballizagem e de illuminação das costas, realizada na mesma capital, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretario Geral da Liga das Nações, por nota de 20 de julho do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

(Traducção Official)

LIGA DAS NAÇÕES

(C. L. 123-1936-XIII)

ACCORDO RELATIVO AOS SIGNAES MARITIMOS E ACCORDO SOBRE AS  
BARCAS PHARÓES TRIPULADAS QUE SE ACHEM FORA DO SEU  
POSTO NORMAL.

Lisbôa, 23 de outubro de 1930)

*Adhesão da Turquia*

Genebra, 20 de julho de 1936.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que o Sr. ministro dos Negocios Estrangeiros da Turquia me notificou a adhesão do Governo da Republica turca aos seguintes accordos, firmados em Lisboa, a 23 de outubro de 1930:

Accordo relativo aos signaes marítimos e respectivo regulamento;

Accordo sobre as barcas pharóes tripuladas que se achem fora do seu posto normal e respectivo regulamento.

A notificação dessa adhesão foi recebida no Secretariado da Liga das Nações, a 27 de junho de 1936.

O Sr. ministro dos Negocios Estrangeiros da Turquia me informou, ao mesmo tempo, que a Turquia resolveu appli-

car as recommendações sobre os caracteres dos pharóes e sobre os radio-pharóes, adoptados pela mesma Conferencia.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.  
— Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico da Secretaria-  
do, L. A. Podestá Costa.

Sr. ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil.

---

DECRETO N. 1.077 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1936

*Promulga o Tratado anti-bellico de não aggressão e de conciliação firmado entre varios paizes, no Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1933.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Tendo sido ratificado o Tratado anti-bellico de não aggressão e de conciliação concluido e firmado entre o Brasil e varios paizes, no Rio de Janeiro, a 10 de outubro de 1933; e

Havendo sido depositado o respectivo instrumento de ratificação, por parte do Governo brasileiro, em Puenos Aires, a 26 de agosto de 1936;

Decreta:

Que o referido Tratado, appenso por copia ao presente decreto nos textos portuguezes e hespanhol, seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

GETULIO DORNELLES VARGAS

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber, aos que a presente Carta de Ratificação vierem, que, entre a Republica dos Estados Unidos do Brasil e a Republica Argentina, foi concluido e assignado no Rio de Ja-

neiro, a 10 de outubro de 1933, o Tratado anti-bellico de não aggressão e de Conciliação, do teor seguinte:

#### TRATADO ANTI-BELLICO DE NÃO-AGRESSÃO E DE CONCILIAÇÃO

Os Estados infra indicados, no desejo de contribuir para a consolidação da paz e de exprimir a sua adhesão aos esforços realizados por todas as nações civilizadas para desenvolver o espirito de harmonia universal;

Com o proposito de condemnar as guerras de aggressão e as acquisições territoriaes obtidas mediante conquista pela força das armas, tornando-as impossiveis e confirmando a sua invalidade por meio das disposições positivas do presente Tratado, para as substituir por soluções pacificas, baseadas em conceitos elevados de ustiça e de equidade;

Convencidas de que um dos meios mais efficazes de assegurar os beneficios moraes e materiaes, que a paz offerece ao mundo, é a organização, para os conflictos internacionaes, de um systema permanente de conciliação, applicavel logo que se verifique violação dos principios mencionados;

Resolvem concretizar em fórmula de convenção estes propositos de não-agressão e de concordia, celebrando o presente Tratado, e, para esse fim, nomearam os Plenipotenciarios abaixo firmados, os quaes, havendo exhibido seus respectivos Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

#### ARTIGO I

As Altas Partes contractantes declaram solemnemente que, em suas relações mutuas,

#### TRATADO ANTIBELICO DE NO-AGRESIÓN Y DE CON- CILIACIÓN

Los Estados abajo designados, en el deseo de contribuir a la consolidación de la paz y de expresar su adhesión a los esfuerzos realizados por todas las naciones civilizadas para fomentar el espíritu de armonía universal;

Con el proposito de condenar las guerras de agresión y las adquisiciones territoriales que sean obtenidas mediante la conquista por la fuerza de las armas, haciéndolas imposibles y sancionando su invalidez por las disposiciones positivas de este Tratado, para sustituirlas por soluciones pacificas fundadas en elevados conceptos de justicia y de equidad;

Convencidos de que uno de los medios más eficaces de asegurar los beneficios morales y materiales que ofrece la paz al mundo, es la organización de un sistema permanente de conciliación de los conflictos internacionales, que se aplique de inmediato al producirse la violación de los principios mencionados;

Deciden concretar en forma convencional estos propósitos de no-agresión y de concordia, celebrando el presente Tratado, a cuyo efecto nombraron los Plenipotenciarios abajo firmantes, los cuales, habiendo exhibido sus respectivos Plenos Poderes, que fueron hallados en buena y debida forma, han convenido en lo siguiente:

#### ARTÍCULO I

Las Artes Partes Contratantes declaran solemnemente que condenan las guerras de

ou com outros Estados, condemnar as guerras de aggressão, e que a solução dos conflitos ou divergências de qualquer especie, que se suscitem entre ellas, será sempre obtida pelos meios pacíficos consagrados pelo Direito Internacional.

## ARTIGO II

Declaram que entre as Altas Partes contractantes as questões territoriaes não se devem resolver pela violencia e que não reconhecerão estatuto territorial algum que não seja obtido por meios pacíficos, nem a validade da occupação ou da aquisição de territorios obtida pela força das armas.

## ARTIGO III

Em caso de inadimplemento, por qualquer Estado em conflicto, das obrigações contidas nos artigos anteriores, os Estados contractantes se compromettem a envidar todos os esforços para a manutenção da paz. Para esse fim, adoptarão, em sua qualidade de neutros, uma attitude *commun* e solidaria; porão em pratica os meios políticos, juridicos ou economicos autorizados pelo Direito Internacional; farão pesar a influencia da opinião publica, mas não recorrerão, em caso algum, á intervenção, quer diplomatica, quer armada; resalvada a attitude que lhes possa caber em virtude dos tratados collectivos de que esses Estados sejam signatarios.

## ARTIGO IV

As Altas Partes contractantes obrigam-se a submeter ao processo de conciliação, instituido pelo presente Tratado,

agresión en sus relaciones mutuas o con otros Estados, y que el arreglo de los conflictos o divergencias de cualquier clase que se susciten entre ellas, no deberá realizarse sino por los medios pacíficos que consagra el Derecho Internacional.

## ARTÍCULO II

Declaran que entre las Altas Partes Contratantes las cuestiones territoriales no deben resolverse por la violencia, y que no reconocerán arreglo territorial alguno que no sea obtenido por medios pacíficos, ni la validez de la ocupación o adquisición de territorios que sea lograda por la fuerza de las armas.

## ARTÍCULO III

En caso de incumplimiento, por cualquier Estado en conflicto, de las obligaciones contenidas en los artículos anteriores, los Estados Contratantes se comprometen a emplear todos sus esfuerzos para el mantenimiento de la paz. A ese efecto, adoptarán en su calidad de neutrales, una actitud común y solidaria; pondrán en ejercicio los medios políticos, jurídicos o económicos autorizados por el Derecho Internacional; harán gravitar la influencia de la opinión pública, pero no recurrirán en ningún caso a la intervención, sea diplomática o armada; salvo la actitud que pudiera corresponderles en virtud de otros Tratados colectivos de que esos Estados sean signatarios.

## ARTÍCULO IV

Las Altas Partes Contratantes se obligan a someter al procedimiento de conciliación creado por el presente Trata-

as questões aqui especialmente mencionadas e quaesquer outras que surjam em suas relações reciprocas e se não tenham podido resolver, dentro em prazo razoavel, por via diplomatica, exceptuadas unicamente as enumeradas no artigo seguinte.

## ARTIGO V

As Altas Partes contractantes e os Estados que posteriormente adherirem ao presente Tratado não poderão, no acto da assignatura, ratificação ou adhesão, formular outras limitações ao processo de conciliação além das seguintes:

a) as controversias, para cuja solução já se hajam celebrado Tratados, Convenções, Pactos ou Accôrdos pacifistas de qualquer natureza, os quaes, em caso algum, se considerarão derogados pelo presente Tratado, mas completados, naquillo em que visarem assegurar a paz; e da mesma forma as questões ou quaesquer assumptos já resolvidos por tratados anteriores;

b) os conflictos que as Partes preferirem resolver por negociação directa ou submeter, de *commun accôrdo*, a solução arbitral ou judicial;

c) as questões que o Direito Internacional deixa á competencia exclusiva de cada Estado, de accôrdo com o seu regimen constitucional, e que, por tal razão, possam as Partes oppôr-se a que sejam submettidas ao processo de conciliação antes de decisão definitiva dos juizes ou tribunaes competentes; salvo evidente denegação de justiça, ou de longa na applicação desta, — casos estes em que os trami-

do, los conflictos mencionados especialmente y cualesquiera otros que surjan en sus relaciones reciprocas, sin más limitaciones que las que se enumeran en el artículo siguiente, en todas las controversias que no hayan podido ser resueltas por la vía diplomática dentro de un plazo razonable.

## ARTÍCULO V

Las Altas Partes Contratantes y los Estados que en adelante se adhieran al presente Tratado, no podrán formular en el momento de la firma, ratificación o adhesión otras limitaciones al procedimiento de conciliación que cualquiera de las que a continuación se señalan:

a) las diferencias para cuya solución se hayan celebrado Tratados, Convenções, Pactos o Acuerdos pacifistas de cualquier índole que sean, que en ningún caso se entenderán derogados por el presente convenio, sino complementados en cuanto propenden a asegurar la paz; así como las cuestiones o asuntos resueltos por tratados anteriores;

b) los conflictos que las Partes prefieran resolver por arreglo directo o someter de común acuerdo a una solución arbitral o judicial;

c) las cuestiones que el Derecho Internacional deja libradas a la competencia exclusiva de cada Estado, de acuerdo con su régimen constitucional, por cuyo motivo las Partes podrán oponerse a que sometidas al procedimiento de conciliación antes que la jurisdicción nacional o local se haya pronunciado en definitiva; salvo manifesta denegación o retardo de justicia, en cuyo caso el trámite de la

tes da conciliação deverão ter início no prazo máximo de um anno;

d) os assumptos que affectem principios constitucionaes das Partes litigantes. Em caso de duvida, cada Parte pedirá a opinião fundamentada de seu respectivo Tribunal ou Corte Suprema de Justiça, que tenha competência para se pronunciar sobre a materia.

Em qualquer tempo, as Altas Partes contractantes poderão comunicar, pelo modo determinado no art. XV, o instrumento em que declarem haver abandonado, totalmente ou em parte, as limitações por ellas estabelecidas ao processo de conciliação.

Como effeito das limitações formuladas por uma das referidas Partes, as demais não se considerarão obrigadas em relação a essa sinão na medida das excepções estabelecidas.

#### ARTIGO VI

A falta de Comissão Permanente de Conciliação ou de outro organismo internacional encarregado dessa missão em virtude de tratados anteriores em vigor, as Altas Partes contractantes se compromettem a submeter as suas divergencias ao exame e investigação de uma Comissão de Conciliação, que será constituida do modo seguinte, salvo accôrdo em contrario das Partes, em cada caso:

A Comissão de Conciliação compôr-se-á de cinco membros. Cada Parte designará um membro, que poderá ser por ell escolhido dentre os proprios nacionaes. Os tres membros restantes serão designados de commun accôrdo pelas Partes, dentre

conciliación deberá iniciarse dentro del año a más tardar;

d) los asuntos que afecten preceptos constitucionales de las Partes en controversia. En caso de duda, cada Parte recabará la opinión fundada de su respectivo Tribunal o Corte Supremo de Justicia, si ésta estuviere investida de tales atribuciones.

Las Altas Partes Contratantes podrán comunicar, en cualquier tiempo y en la forma establecida por el artículo XV, el instrumento en que conste que han abandonado en todo o en parte las limitaciones por ellas establecidas al procedimiento de conciliación.

Las limitaciones formuladas por una de las Partes Contratantes tendrán el efecto de que las demás Partes no se considerarán obligadas a su respecto sino en la medida de las excepciones establecidas.

#### ARTÍCULO VI

A falta de Comisión Permanente de Conciliación o de otro organismo internacional encargado de esta misión en virtud de tratados anteriores en vigencia, las Altas Partes Contratantes se comprometen a someter sus diferencias al examen e investigación de una Comisión de Conciliación que se formará del siguiente modo, salvo acuerdo en contrario de las Partes en cada caso:

La Comisión de Conciliación se compondrá de cinco Miembros. Cada Parte en controversia designará un Miembro que podrá ser elegido por ella entre sus propios nacionales. Los tres Miembros restantes serán designados de común acuerdo por las Partes entre

os nacionaes de terceiras Potencias, e deverão ser de nacionalidades diferentes, não residir habitualmente no territorio das Partes interessadas nem se achar ao serviço de qualquer dellas. As Partes elegerão o Presidente da Comissão de Conciliação dentre esses tres membros.

Si não lograrem entrar em accôrdo sobre essas designações, poderão confial-as a uma terceira Potencia ou a qualquer outro organismo internacional existente. Si os candidatos assim designados não forem acceitos pelas Partes ou por alguma dellas, cada Parte apresentará uma lista de candidatos em numero igual ao dos membros a escolher, e a sorte decidirá quaes os candidatos que deverão completar a Comissão de Conciliação.

#### ARTIGO VII

Os Tribunaes ou Côrtes Supremas de Justiça que, segundo a legislação interna de cada Estado, tenham competencia para interpretar, em ultima ou unica instancia e em materia da sua respectiva jurisdicção, a Constituição, os tratados, ou os principios geraes do Direito das Gentes, poderão ser, de preferencia, designados pelas Altas Partes contractantes para desempenhar as funções attribuidas, no presente Tratado, á Comissão de Conciliação. Neste caso, o Tribunal ou Côte funcionará com todos os seus membros, ou designará alguns delles para servirem sós ou formando uma Commissão mixta, com membros de outras Côrtes ou Tribunaes, conforme decidirem, de comum accôrdo, as Partes em litigio.

los nacionales de terceras Potencias que deberán ser de nacionalidad diferente, no tener su residencia habitual en el territorio de las Partes interesadas ni estar servicio de ninguna de ellas. Entre dichos tres Miembros las Partes elegirán al Presidente de la Comisión de Conciliación.

Si no pudieran ponerse de acuerdo sobre esas designaciones, podrán encomendarlas a una tercera Potencia o a cualquier otro organismo internacional existente. Si los candidatos así designados no fueren aceptados por las Partes o por alguna de ellas, cada Parte presentará una lista de candidatos en número igual al de los miembros por elegir, y la suerte decidirá cuáles candidatos deban integrar la Comisión de Conciliación.

#### ARTÍCULO VII

Los Tribunales o Cortes Supremas de Justicia que, según la legislación interna de cada Estado, tengan competencia para interpretar, en última o única instancia y en los asuntos de su respectiva jurisdicción, la Constitución, los tratados, o los principios generales del Derecho de Gentes, podrán ser designados con preferencia por las Altas Partes Contratantes para desempeñar las funciones encomendadas por el presente Tratado a la Comisión de Conciliación. En este caso el Tribunal o Corte funcionarán en pleno o designando algunos de sus miembros para actuar solos o formando Comisión mixta con miembros de otras Cortes o Tribunales, según convengan de común acuerdo las Partes en litigio.



## ARTIGO VIII

A Comissão de Conciliação estabelecerá, por si mesma, as regras do seu processo, que deverá ser contradictório em todos os casos.

As Partes divergentes poderão ministrar, e a Comissão poderá requerer-lhes todos os antecedentes e informações necessárias. As Partes poderão fazer-se representar por delegados e assistir por conselheiros ou peritos, assim como apresentar todo genero de provas.

## ARTIGO IX

Os trabalhos e deliberações da Comissão de Conciliação não serão dados á publicidade sinão por decisão da mesma, com assentimento das Partes.

Na falta de estipulação em contrario, as decisões da Comissão serão adoptadas por maioria de votos, mas a Comissão não poderá pronunciar-se sobre o fundo da questão sem a presença de todos os seus membros.

## ARTIGO X

A Comissão terá por encargo procurar solução conciliatoria para todas as divergencias submettidas á sua consideração.

Após estudo imparcial das questões que formem a materia do conflicto, ella consignará em um relatório o resultado dos seus trabalhos e proporá ás Partes as bases de um accordo, mediante solução justa e equitativa.

O relatório da Comissão não terá, em caso algum, o caracter de sentença nem de laudo arbitral, já no que concerne á exposição ou interpretação dos factos, já no que se refere ás considerações ou ás conclusões de direito.

## ARTÍCULO VII

La Comisión de Conciliación establecerá por sí misma las reglas de su procedimiento, el que deberá ser contencioso en todos los casos.

Las Partes en controversia podrán suministrar y la Comisión requerir de ellas todos los antecedentes e informaciones necesarios. Las Partes podrán hacerse representar por delegados y asistir por consejeros o peritos, así como también presentar toda clase de testimonios.

## ARTÍCULO IX

Los trabajos y deliberaciones de la Comisión de Conciliación no se darán a publicidad sino por decisión de la misma, con asentimiento de las Partes.

A falta de estipulación en contrario, las decisiones de la Comisión se adoptarán por mayoría de votos, pero la Comisión no podrá expedirse sobre el fondo del asunto sin la presencia de todos sus miembros.

## ARTÍCULO X

Es misión de la Comisión procurar el avenimiento conciliatorio de las diferencias sometidas a su consideración.

Después del estudio imparcial de las cuestiones que sean materia del conflicto, consignará en un informe los resultados de sus tareas y propondrá a las Partes bases de arreglo mediante solución justa y equitativa.

El informe de la Comisión en ningún caso tendrá carácter de sentencia ni de laudo arbitral, sea en lo concerniente a la exposición o interpretación de los hechos, sea en lo relativo a las consideraciones e conclusiones de derecho.

## ARTIGO XI

A Comissão de Conciliação deverá apresentar seu relatório ao cabo de um anno, a contar de sua primeira reunião, a menos que as Partes resolvam, de commun accordo, abreviar ou prorrogar este prazo.

Uma vez iniciado, o processo de conciliação só se poderá interromper por ajuste directo entre as Partes, ou por sua decisão posterior de submeter o conflicto, de commun accordo, á arbitragem ou á justiça internacional.

## ARTIGO XII

Ao communicar ás Partes o seu relatório, a Comissão de Conciliação lhes fixará um prazo, não excedente de seis mezes, dentro no qual se deverão pronunciar sobre as bases del accordo por ella proposto. Expirado esse prazo, a Comissão fará constar de uma acta final a decisão das Partes.

Transcorrido o prazo sem que as Partes hajam acceitado a solução proposta ou adoptado, de commun accordo, outra deliberação pacifica, as Partes em litigio recuperarão liberdade de acção para proceder como julgarem conveniente, dentro nas limitações decorrentes dos artigos I e II do presente Tratado.

## ARTIGO XIII

Desde o inicio do processo de conciliação até a expiração do prazo fixado pela Comissão para que as Partes se pronunciem, deverão estas abster-se de qualquer medida prejudicial á execução do accordo proposto pela Comissão e, em geral, de qualquer acto susceptível de agravar ou prolongar a controversia.

Leis de 1936 — Vol. III

## ARTÍCULO XI

La Comisión de Conciliación deberá presentar su informe en el término de un año contado desde su primera reunión, a menos que las Partes no resuelvan de común acuerdo abreviar o prorrogar este plazo.

Una vez iniciado el procedimiento de conciliación, sólo podrá interrumpirse por arreglo directo entre las Partes o por su decisión posterior de someter de común acuerdo el conflicto al arbitraje o a la justicia internacional.

## ARTÍCULO XII

Al comunicar su informe a las Partes, la Comisión de Conciliación les fijará un término que no excederá de seis meses, dentro del cual deberán pronunciarse sobre las bases del arreglo propuesto por la misma. Expirado este plazo, la Comisión hará constar en un Acta final la decisión de las Partes.

Transcurrido el plazo sin que las Partes hayan aceptado el arreglo, ni adaptado de común acuerdo otra solución amistosa, las Partes en litigio recuperarán su libertad de acción para proceder como crean conveniente dentro de las limitaciones derivadas de los artículos I y II del presente Tratado.

## ARTÍCULO XIII

Desde la iniciación del procedimiento conciliatorio hasta la expiración del plazo fijado por la Comisión para que las Partes se pronuncien, deberán abstenerse de toda medida perjudicial a la ejecución del arreglo que proponga la Comisión y, en general, de todo acto susceptible de agravar o prolongar la controversia.

## ARTIGO XIV

Durante o processo de conciliação, os membros da Comissão perceberão honorarios, cuja importancia será determinada, de commum accordo, pelas Partes em litigio. Cada uma dellas proveerá aos seus proprios gastos, e, em partes iguaes, concorrerá para as despesas ou honorarios communs.

## ARTIGO XV

O presente Tratado será ratificado pelas Altas Partes contratantes, dentro no mais breve prazo possível, consoante os seus respectivos processos constitucionaes.

O Tratado original e os instrumentos de ratificação serão depositados no Ministerio das Relações Exteriores e Culto da Republica Argentina, que comunicará as ratificações aos demais Estados signatarios. O Tratado entrará em vigor entre as Altas Partes contratantes trinta dias depois do deposito das respectivas ratificações e na ordem em que estas se effectuarem.

## ARTIGO XVI

O Tratado ficará aberto á adhesão de todos os Estados.

A adhesão far-se-á mediante o deposito do respectivo instrumento no Ministerio das Relações Exteriores e Culto da Republica Argentina, que disso notificará os demais Estados interessados.

## ARTIGO XVII

O presente Tratado é celebrado por tempo indeterminado, mas poderá ser denunciado mediante aviso prévio de um

## ARTÍCULO XIV

Durante el procedimiento de conciliación los miembros de la Comisión percibirán honorarios cuyo monto será establecido de común acuerdo por las Partes en controversia. Cada una de ellas proveerá a sus propios gastos y, por partes iguales, sufragará los gastos u honorarios comunes.

## ARTÍCULO XV

El presente Tratado será ratificado por las Altas Partes Contratantes a la brevedad posible, de acuerdo con sus respectivos procedimientos constitucionales.

El Tratado originaly los instrumentos de ratificación serán depositados en el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la Republica Argentina, el cual comunicará las ratificaciones a los demás Estados signatarios. El Tratado entrará en vigor entre las Altas partes Contratantes treinta días después del deposito de las respectivas ratificaciones, y en el orden en que éstas se efectúen.

## ARTÍCULO XVI

Este Tratado queda abierto a la adhesión de todos los Estados.

La adhesión se hará mediante el depósito del respectivo instrumento en el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la Republica Argentina, el cual notificará de ello a los demás Estados interesados.

## ARTÍCULO XVII

El presente Tratado se celebra por tiempo indeterminado, pero podrá ser denunciado mediante aviso previo de

anno, decorrido o qual deixará de produzir effeito para o Estado denunciante, subsistindo para os demais Estados que nelle sejam parte, por assignatura ou adhesão.

A denuncia será dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores e Culto da Republica Argentina, que a transmittirá aos demais Estados interessados.

Em fé do que, os Plenipotenciarios respectivos assignam o presente Tratado, em um exemplar, nas linguas hespanhola e portugueza, e lhe appõem seus selhos, no Rio de Janeiro, D. F., aos dez dias do mez de Outubro do anno de mil novecentos e trinta e tres.

um año, transcurrido el cual cesará en sus efectos para el Estado denunciante, quedando subsistente para los demás Estados que sean parte en él, por firma o adhesión.

La denuncia será dirigida al Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina, el cual la transmitirá a los demás Estados interesados.

En testimonio de lo cual los Plenipotenciarios respectivos firman el presente Tratado, en un ejemplar, en los idiomas español y portugués, y le ponen sus sellos, en Río de Janeiro, D. F., a los diez días del mez de Octubre de mil novecientos treinta y tres

PELA REPUBLICA ARGENTINA:

(L. S.)

CARLOS SAAVEDRA LAMAS,

Ministro das Relações Exteriores e Culto.

PELA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL:

(L. S.)

AFRANIO DE MELLO FRANCO,

Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELA REPUBLICA DO CHILE: *Com as reservas das letras a, b, c e d do Artigo V.*

(L. S.)

MARCIAL MARTINEZ DE FERRARI,

Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario no Rio de Janeiro

POR LA REPUBLICA ARGENTINA:

(L. S.)

CARLOS SAAVEDRA LAMAS,

Ministro de Relaciones Exteriores y Culto

POR LA REPUBLICA DE LOS ESTADOS UNIDOS DEL BRASIL:

(L. S.)

AFRANIO DE MELLO FRANCO,

Ministro de Estado de Relaciones Exteriores

POR LA REPUBLICA DE CHILE: *Con las reservas de las letras a, b, c y d del Artículo V.*

(L. S.)

MARCIAL MARTINEZ DE FERRARI,

Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en Río de Janeiro

PELOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS: ~~UNIDOS~~ POR LOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS:

(L. S.)

(L. S.)

ALFONSO REYES,

ALFONSO REYES,

Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario no Rio de Janeiro.

Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en Rio de Janeiro.

PELA REPUBLICA DO PARAGUAY:

POR LA REPUBLICA DEL PARAGUAY:

(L. S.)

(L. S.)

ROGELIO IBARRA,

ROGELIO IBARRA,

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario no Rio de Janeiro

Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en Rio de Janeiro.

PELA REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAY:

POR LA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY:

(L. S.)

(L. S.)

JUAN CARLOS BLANCO

JUAN CARLOS BLANCO

Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario no Rio de Janeiro

Embajador Extraordinario y Plenipotenciario en Rio de Janeiro.

E, havendo sido approvedo o mesmo Tratado, cujo teor fica acima transcripto o conformo e ratifico e, pelo presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos vinte e cinco dias do mez de maio de mil novecentos e trinta e seis, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## DECRETO N. 1.078 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1936

*Autoriza João Alves de Oliveira e Edson de Carvalho, por sociedade que organizarem, a pesquisar minérios de cobre e outros, nos Estados da Parahyba e do Rio Grande do Norte.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal e tendo em vista os decretos ns. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas), e 585, de 11 de janeiro de 1936, decreta:

Art. 1.º Ficam autorizados os cidadãos brasileiros João Alves de Oliveira e Edson de Carvalho, por sociedade que organizarem, a pesquisar minérios de cobre, estanho, nickel e seus associados, e, bem assim, pedras preciosas e semi-preciosas, numa área total de quinhentos (500) hectares nas propriedades denominadas "Pedra Branca" e "Corujinha", ambas pertencentes a Manoel Francisco Monteiro, sua mulher e outros, situadas, respectivamente, nos municípios de Picuhy, Estado da Parahyba do Norte, e Acary e Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, mediante as seguintes condições:

I. O título desta autorização, que será uma via autentica deste decreto, na forma do § 4º do art. 18 do Codigo de Minas, será pessoal e sómente transmissivel no caso de herdeiros necessarios ou conjuge sobrevivente, bem como no de successão commercial;

II. Esta autorização durará dous (2) annos, podendo ser renovada na conformidade do art. 20 do Codigo de Minas e o campo da pesquisa é o indicado neste artigo, não podendo exceder a área no mesmo referida;

III. A pesquisa seguirá um plano preestabelecido, que será organizado pelos autorizados e submettido á approvação do Governo, ouvido o Departamento Nacional da Produção Mineral;

IV. O Governo fiscalizará a execução do plano de que trata o numero anterior, podendo mesmo alteral-o para melhor orientação da marcha dos trabalhos;

V. Na conclusão dos trabalhos de pesquisa, sem prejuizo de quaesquer informações pedidas pelo Governo no curso delles, os autorizados deverão apresentar ao Ministerio da Agricultura um relatório circumstanciado acompanhado de perfis geologicos e plantas, em tela e cópia, onde sejam indicados com exactidão as perfurações que se houverem feito nos terrenos, o maximo da profundidade que as mesmas houverem attingido, inclinação e direcção das camadas ou depositos que se houverem descoberto, reserva approximada dos depositos, bem como outros esclarecimentos que se tornarem necessarios para o reconhecimento e apreciação das jazidas;

VI. Dos minérios e materiais extrahidos, os autorizados só poderão se utilizar, para analyses e ensaios industriaes, de quantidades não superiores a 10 toneladas para cada substancia de que é objecto a presente autorização, na confor-

midade do disposto no art. 3º do decreto n. 585, de 14 de janeiro de 1936, só podendo dispôr do mais, depois de iniciada a lavra;

VII. Ficam resalvados os direitos de terceiros, nomeadamente os dos condôminos dos imóveis referidos, resarcindo os autorizados, damnos e prejuizos que occasionarem, a quem de direito, e não respondendo o Governo ás limitações que possam sobrevir ao título, da opposição dos ditos direitos.

Art. 2º. Esta autorização será considerada abandonada, para o effeito do paragrapho unico do art. 27 do Código de Minas, nas seguintes condições:

I. Si o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros mezes, contados da data do registro a que se refere o art. 4º deste decreto;

II. Si interromper os trabalhos de pesquisa, depois de iniciados, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juizo do Governo;

III. Si não apresentar o plano dos trabalhos de pesquisa dentro dos tres (3) primeiros mezes do prazo a que se refere o n. I deste artigo;

IV. Si, findo o prazo da autorização, prazo esse contado da data do registro a que se refere o art. 4º deste decreto, sem ter sido renovado na forma do art. 20 do Código de Minas, não apresentar dentro do prazo de trinta (30) dias, o relatório final, nas condições especificadas no n. V do artigo anterior.

Art. 3º. Si os autorizados infringirem o n. I ou o n. VI do art. 1º ou não se submeterem ás exigências da fiscalização, será annullada esta autorização, na forma do art. 28 do Código de Minas.

Art. 4º. O título a que allude o n. I do art. 1º pagará de sello a quantia de duzentos mil réis (200\$000) e só será valido depois de transcripto no livro do registro competente, na forma do § 5º do art. 18 do Código de Minas.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 1.079 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1936

*Approva o Regulamento para a arrecadação e fiscalização da taxa de entrada no Cães do Porto do Rio de Janeiro, de que trata a lei n. 209, de 30 de maio de 1936.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil usando da attribuição que lhe confere o art. 56 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no artigo unico

da Lei n. 209, de 30 de maio de 1936, resolve approvar o Regulamento que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda, para execução da referida lei.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

REGULAMENTO PARA O SERVIÇO DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA NO CAES DO PORTO DO RIO DE JANEIRO, A QUE SE REFERE O ARTIGO UNICO DA LEI N. 209, DE 30 DE MAIO DE 1936.

Art. 1.º Ao Touring Club do Brasil, que occupa a Estação Maritima de Passageiros da Capital da Republica, á Praça Mauá, incumbhe:

a) prestar assistencia e offerecer o necessario conforto aos turistas em geral, no porto do Rio de Janeiro, depois dos mesmos desembarcados pelas autoridades portuarias federaes, podendo, para isso, crear um corpo de interpretes e auxiliares, cujas nomeações ficam dependendo de approvação do inspector da Alfandega e que exercerão as funções de seus cargos sob o controle da fiscalização aduaneira;

b) participar ás referidas autoridades todas as irregularidades ou occurencias que comprometam os interesses publicos ou a efficiencia do turismo, sempre que delles tiver conhecimento;

c) desenvolver como fôr mais conveniente a propaganda turistica no Paiz;

d) fazer transportar os interpretes e auxiliares para bordo, quando as embarcações ainda estiverem ao largo, sómente nas lanchas da Alfandega ou a serviço dessa repartição, por occasião das visitas regulamentares, não podendo ser destacado mais de um interprete ou auxiliar para cada navio;

e) auxiliar as autoridades aduaneiras na fiscalização de ingressos ao Caes do Porto, respeitado o decreto n. 24.511, de 29 de junho de 1934, observando-se o art. 15 desse decreto com as restricções constantes deste Regulamento. Os ingressos continuarão a ser cobrados pelas autoridades aduaneiras, á razão de 1\$000 por pessoa, sendo utilizadas, para o respectivo registro, as "borboletas" do pavilhão de entrada, ou qualquer outro aparelho que fôr julgado mais efficiente. Esses aparelhos serão fechados com dois cadeados, sendo um do Touring Club do Brasil e outro da Alfandega;

f) receber dos cofres aduaneiros, mediante petição, as Importancias arrecadadas e depositadas a seu favor na thesauraria da Alfandega;



g) submeter ao regimen fiscal do posto aduaneiro a Estação Maritima da Capital da Republica, respeitadcs os direitos devidos dos respectivos occupantes;

h) apresentar mensalmente ao Sr. Ministro da Fazenda um relatório sobre os serviços realizados, as importancias arrecadadas e sua applicação.

Art. 2.º O producto da arrecadação de ingressos no trecho do Caes do Porto a que se refere a Lei n. 209, citada, será recolhido pela Guarda-Moria, mediante guia, aos cofres da Alfandega, no primeiro dia util de cada semana, depois de deduzidos 10% a favor dos funcionarios aduaneiros escalados para esse serviço extraordinario, sendo ahi escripturado em deposito a favor do Touring Club do Brasil.

Art. 3.º Continuum isentos do pagamento da taxa de ingresso ao Caes:

I — As altas autoridades federaes e corpos legislativo, diplomatico e consular;

II — Os directores e representantes da imprensa;

III — Os funcionarios ou empregados em serviço no caes ou a bordo e os agentes dos vapores e seus prepostos;

IV — Os directores e empregados das empresas de turismo, registradas no Touring Club do Brasil;

V — Os turistas, passageiros e tripulantes das embarcações atracadas ao caes;

VI — Os menores de cinco annos de idade.

Art. 4.º As questões suscitadas entre a inspectoría da Alfandega e a directoria do Touring Club do Brasil, no serviço de que se trata, serão solucionadas pelo Ministro da Fazenda.

Art. 5.º O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1936.— *Arthur de Souza Costa.*

---

#### DECRETO N. 1.080 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 12:000\$, para pagamento de differença de vencimentos ao representante do Ministerio Publico junto ao Tribunal de Contas, no exercicio de 1936.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no Decreto Legislativo n. 12, de 20 de junho do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 12:000\$ (doze contos de réis), destinado

a occorrer ao pagamento da differença de vencimentos ao representante do Ministerio Publico (Procurador Geral), junto ao Tribunal de Contas, no exercicio de 1936.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 45° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.081 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1936

*Uniformiza a nomenclatura da natureza da correspondencia official*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Considerando que a falta de unidade na nomenclatura da natureza da correspondencia official, actualmente existente nas repartições publicas federaes, apresenta sérios inconvenientes, que urge remediar;

Considerando que as divergencias na alludida nomenclatura trazem confusão e podem acarretar graves consequencias para a administração;

Considerando que a mesma nomenclatura deve ser estabelecida de accordo com o significado etymologico dos vocabulos que a definam, e corresponder á tradição administrativa brasileira;

Decreta:

Art. 1.º A correspondencia official, segundo a natureza do assumpto, classifica-se em secreta, confidential, reservada e ostensiva ou ordinaria:

a) *secreta* é a que se refere exclusivamente a documentos ou informações que exijam absoluto sigillo, e cuja divulgação possa comprometter a segurança, a integridade do Estado ou as suas relações internacionaes;

b) *confidential* é a que diz respeito a informações de caracter pessoal ou a assumptos cujo conhecimento deva ficar o mais restricto possivel;

c) *reservada* é aquella cujo resguardo seja restricto ou transitorio;

d) *ostensiva* ou *ordinaria* é a que não se acha incluída nas classes anteriores e cuja divulgação não prejudique a administração.

Art. 2.º Na troca da correspondencia secreta, confidential e reservada respeitar-se-á o seu caracter inicial.

§ 1.º A remessa da correspondencia secreta e confidential far-se-á em sobrecartas opacas e lacradas.

§ 2.º Os documentos secretos serão acompanhados de recibo que o destinatario firmará e devolverá á autoridade expedidora.

Art. 3.º Cada ministerio baixará instrucções especiaes sobre a materia, respeitadas as presentes disposições.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1936. 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*General João Gomes.*

*Henrique A. de Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamenon Magalhães.*

---

DECRETO N. 1.082 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, no municipio de Patrocinio, no Estado do Piahy, durante o dia 7 do corrente mez de setembro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 915, de 21 de junho ultimo, no municipio de Patrocinio, no Estado do Piahy, durante o dia 7 do corrente mez de setembro, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1936. 115.º da Independencia e 48.º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 1.083 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1936

*Approva projectos e organamentos para execução de obras nas linhas Sul e Norte da "The Great Western of Brasil Railway Company Limited".*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "The Great Western of Brasil Railway Company Limited" e tendo em vista os pareceres prestados:

Decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e organamentos, nas importancias em seguida discriminadas, os quaes com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viagem e Obras Publicas, das seguintes obras, abaixo descriptas:

Perfuração de um poço profundo, installação de uma bomba electrica-centrifuga e construcção de um abrigo para a mesma, na estação de "Cinco Pontas", da linha Sul	69:832\$100
Construcção de um reservatorio no kilometro 302 - - 607 da linha Norte, para abastecimento de agua á estação de "Nova Cruz". . . . .	23:821\$157

§ 1.º As despesas que forem effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos organamentos ora approvados, já attendidas as correções feitas pela Inspectoria Federal das Estradas, serão levadas á "conta de capital", de accordo com a letra e da clausula 22 do contracto celebrado em virtude do decreto n. 11.326, de 24 de agosto de 1920.

§ 2.º Para a conclusão das obras descriptas na alinea a fica fixado o prazo de 4 (quatro) mezes, a contar da data em que a requerente for notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

## DECRETO N. 1.084 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1936

*Considera dispensada a auxiliar de expediente da Estrada de Ferro Central do Brasil, Maria Antonia Campos, para efeito de abono de dous mezes de vencimentos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que o abono de dous mezes de vencimentos aos empregados dispensados nas condições previstas nos decretos ns. 19.552, de 31 de dezembro de 1930; 18.878, de 17 de abril e 20.770, de 10 de dezembro de 1931, depende da expedição de decreto declaratorio de dispensa com as indicações necessárias á concessão do referido abono, decreta:

Para os effeitos dos decretos ns. 19.552, de 31 de dezembro de 1930; 18.878, de 17 de abril e 20.770, de 10 de dezembro de 1931, é considerada dispensada, a partir de 3 de fevereiro de 1931, D. Maria Antonia Campos, auxiliar de expediente da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licínio de Souza e Almeida.*

## DECRETO N. 1.085 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede permissão á Radio Sociedade Guanabara para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a Radio Sociedade Guanabara, com sede na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1934, no regulamento approved pelo decreto numero 21.411, de 4 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Radio Sociedade Guanabara, com sede na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viagem e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar

da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1936, 115ª da Independência e 48ª da República.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Lício de Souza Almeida.*

---

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 1.085, DESTA DATA

Fica assegurado á Radio Sociedade Guanabara o direito de estabelecer, na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3) no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que fór determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radio-communicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição

da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen da fiscalização que fôr instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adeantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha exigir para os effeitos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmitir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3), mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocommunição (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescrições technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

## V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de dez (10) kilometros do centro da cidade.

## VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impôr á concessionaria multas de cem mil réis (100\$) a cinco contos de réis (5:000\$), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, i* (in-fine), *j, k* e *l*, da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alinea *e* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionaria incidir reiteradamente em infracções passíveis de multa.



§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1936. — *Joaquim Lício de Souza Almeida.*

---

DECRETO N. 1.036, DE 4 DE SETEMBRO DE 1936

*Declara sem effeito o decreto n. 20.718, de 25 de novembro de 1931, na parte relativa á dispensa de tres agentes postaes da extincta Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que, em virtude do decreto numero 20.718, de 25 de novembro de 1931, Maria Guimarães de Faria, America Guanabardino e Florinda Teixeira de Mattos foram dispensadas, respectivamente, dos cargos de agentes postaes de Cubango, Neves e Largo do Rosario, na então Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando que, posteriormente, conforme consta do processo numero 11.042/36 do Protocollo da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, foi verificado contarem essas serventuarias, na data de sua dispensa, mais de dez annos de serviço publico federal, o que lhes dá direito aos favores da disponibilidade, de que tratam os decretos numeros 19.552, de 31 de dezembro de 1930 e 19.878, de 17 de abril de 1931;

**Decreta:**

Artigo unico. Fica sem effeito o decreto numero 20.718, de 25 de novembro de 1931, na parte relltiva á dispensa de Maria Guimarães de Faria, America Guanabardino e Florinda Teixeira de Mattos dos cargos de agentes postaes, respectivamente, de Cubango, Neves e Largo do Rosario, na então Administração dos Correios do Estado do Rio de Janeiro, para o fim de consideral-as em disponibilidade nos citados cargos, nos termos dos decretos numeros 19.552, de 31 de dezembro de 1930 e 19.878, de 17 de abril de 1931; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1936; 115ª da Independencia e 45ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Lício de Souza Almeida,*

---

## DECRETO N. 1.087 — DE 8 DE SETEMBRO DE 1936

*Promulga o Tratado para a protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado entre o Brasil e diversos paizes, em Washington, a 15 de abril de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sido ratificado o Tratado para a protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), concluido e firmado entre o Brasil e diversos paizes, em Washington, a 15 de Abril de 1935; e,

Havendo sido depositado o instrumento de ratificação nos Archivos da União Panamericana, a 5 de Agosto do corrente anno,

Decreta:

Que o referido Tratado, appenso por cópia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, em 8 de Setembro de 1936, 115° da I dependencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares*

## GETULIO DORNELLES VARGAS

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber aos que a presente Carta de Ratificação virem que, tendo sido approvado pela VII Conferencia Internacional americana, foi pelos Estados Unidos do Brasil e diversos paizes concluido e assignado em Washington, a 15 de Abril de 1935, o Tratado para a protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), do teor seguinte:

TRATADO PARA A PROTECÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ARTÍSTICAS, SCIENTIFICAS E MONUMENTOS HISTÓRICOS

(PACTO ROERICH)

As Altas Partes contractantes, animadas do desejo de transformar em convenção os postulados da Resolução approvada a 16 de Dezembro de 1933 por todos os Estados representados na Setima Conferencia Internacional Americana, realizada em Montevideo, que recommendou "aos Governos da America, que o não tivessem feito, a assignatura

do "Pacto Roerich", iniciado pelo "Museu Roerich" dos Estados Unidos e que tem por objecto a adopção universal de uma bandeira, já creada e conhecida, para com ella preservar, em qualquer época de perigo, todos os monumentos immoveis, de propriedade nacional ou particular, que constituem o patrimonio cultural dos povos", e afim de que esse patrimonio de cultura seja respeitado e protegido em tempo de guerra e de paz, resolveram celebrar um tratado e, com esse fim, convieram nos artigos seguintes:

#### ARTIGO PRIMEIRO

Serão considerados neutros, e, como taes, respeitados e protegidos pelos belligerantes, os monumentos historicos, os museus e as instituições scientificas, artisticas, educativas e culturais.

Igual respeito e protecção serão dispensados ao pessoal das instituições acima referidas.

Conceder-se-á o mesmo respeito e protecção aos monumentos historicos, museus, instituições scientificas, artisticas, educativas e culturais, tanto em tempo de paz como de guerra.

#### ARTIGO II

A neutralidade, protecção e respeito devidos aos monumentos e instituições, mencionados no artigo precedente, serão outorgados em todo o territorio de cada um dos Estados signatarios ou adherentes, sem distincção de nacionalidade a que pertençam. Os respectivos Governos se compromettem a adoptar as medidas de legislação interna necessarias para assegurar a protecção e respeito previstos.

#### ARTIGO III

Afim de identificar os monumentos e instituições a que se refere o artigo I, poder-se-á usar uma bandeira distinctiva (um circulo vermelho, circumdando uma triplice esphera sobre um fundo branco), conforme o modelo annexo a este tratado.

#### ARTIGO IV

Os Governos signatarios e os que adheriram ao presente tratado enviarão á União Pan-americana, no acto da assignatura ou da adhesão, ou em qualquer época posterior, uma lista dos monumentos e instituições para os quaes desejem a protecção outorgada por este tratado.

A União Pan-americana, ao notificar aos Governos os actos da assignatura ou adhesão, enviará tambem a lista de monumentos e instituições mencionada neste artigo, e informará os demais Governos de qualquer mudança que ulteriormente se faça na referida lista.

#### ARTIGO V

Os monumentos e instituições mencionados no artigo I não gozarão mais os privilegios estipulados pelo presente convenio, quando forem utilizados para fins militares.

## ARTIGO VI

Os Estados que não assignarem este tratado nesta data poderão assignal-o ou a ella adherir em qualquer tempo.

## ARTIGO VII

Os instrumentos de adhesão, bem como os de ratificação e denuncia do presente tratado serão depositados na União Pan-americana, a qual communicará aos demais Estados signatarios ou adherentes a acta deste deposito.

## ARTIGO VIII

Qualquer Estado signatario do presente tratado ou que a elle adherir, poderá denuncial-o em qualquer tempo, e a denuncia produzirá effeito tres meses depois de sua notificação aos demais signatarios ou adherentes.

EM FÉ DO QUE, os Plenipotenciarios abaixo assignados, depois de terem depositado os seus Plenos Poderes, que foram encontrados em bôa e devida forma, assignam o presente tratado em nome de seus respectivos Governos e appõem ao mesmo os seus sellos, nas datas que figuram em seguida ás suas assignaturas.

---

TRATADO PARA LA PROTECCIÓN DE LAS INSTITUCIONES  
ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS Y DE LOS MONUMENTOS  
HISTÓRICOS

## (PACTO ROERICH)

Las Altas Partes Contratantes, animadas por el propósito de dar expresión convencional a los postulados de la Resolución aprobada el 16 de diciembre de 1933 por la totalidad de los Estados representados en la Séptima Conferencia Internacional Americana celebrada en Montevideo, que recomendó "a los Gobiernos de América que no lo hubieren hecho, la suscripción del "Pacto Roerich", iniciado por el "Museo Roerich" de los Estados Unidos y que tiene por objeto la adopción universal de una bandera, ya creada y difundida, para preservar con ella, en cualquiera época de peligro, todos los monumentos inmuebles de propiedad nacional y particular que forman el tesoro cultural de los pueblos", y con el fin de que los tesoros de la cultura sean respetados y protegidos en tiempo de guerra y de paz, han resuelto celebrar un tratado, y a este efecto han convenido en los siguientes artículos:

## ARTÍCULO PRIMERO

Serán considerados como neutrales, y como tales, respetados y protegidos por los beligerantes, los monumentos históricos, los museos y las instituciones dedicadas a la ciencia, a la arte, a la educación y a la conservación de los elementos de cultura.

Igual respeto y protección se acordará al personal de las instituciones arriba mencionadas.

Se acordará el mismo respeto y protección a los monumentos históricos, museos e instituciones científicas, artísticas, educativas y culturales, así en tiempo de paz como de guerra.

#### ARTÍCULO II

La neutralidad, protección y respeto a los monumentos e instituciones mencionados en el artículo anterior, se acordará en todo el territorio de cada uno de los Estados signatarios y accedentes, sin hacer distinción en razón de la nacionalidad a que pertenezcan. Los Gobiernos respectivos se comprometen a dictar las medidas de legislación interna necesarias para asegurar dicha protección y respeto.

#### ARTÍCULO III

Con el fin de identificar los monumentos e instituciones a que se refiere el artículo I, se podrá usar una bandera distintiva (círculo rojo, con una triple esfera roja dentro del círculo, sobre un fondo blanco) conforme al modelo anexo a este tratado.

#### ARTÍCULO IV

Los Gobiernos signatarios y los que accedan al presente convenio comunicarán a la Unión Panamericana, en el acto de la firma o de la adhesión, o en cualquier tiempo después de dicho acto, una lista de los monumentos o instituciones que deseen someter a la protección acordada por este tratado.

La Unión Panamericana, al notificar a los Gobiernos los actos de la firma o de la adhesión, comunicará también la lista de los monumentos e instituciones mencionadas en este artículo, e informará a los demás Gobiernos de cualquier cambio que ulteriormente se haga en dicha lista.

#### ARTÍCULO V

Los monumentos e instituciones a que se refiere el artículo I cesarán en el goce de los privilegios que les reconoce el presente convenio, cuando sean usados para fines militares.

#### ARTÍCULO VI

Los Estados que no suscriban este tratado en su fecha podrán firmarlo o acceder a él en cualquier tiempo.

#### ARTÍCULO VII

Los instrumentos de adhesión, así como los de ratificación y denuncia del presente Convenio, se depositarán en la Unión Panamericana, la cual comunicará el hecho del depósito a los Estados signatarios o accedentes.

## ARTÍCULO VIII

Cualquiera de los Estados que suscriban el presente convenio o que accedan a él podrá denunciarlo en cualquier tiempo, y la denuncia tendrá efecto tres meses después de su notificación a los otros signatarios o accedentes.

EN FE DE LO CUAL, los infrascritos Plenipotenciarios, después de haber depositado sus plenos Poderes, que se han encontrado en buena y debida forma, firman y sellan este Convenio en nombre de sus respectivos Gobiernos en las fechas indicadas junto a sus firmas.

---

## TREATY FOR THE PROTECTION OF ARTISTIC AND SCIENTIFIC INSTITUTIONS AND HISTORIC MONUMENTS

## (ROERICHI PACT)

The High Contracting Parties, animated by the purpose of giving conventional form to the postulates of the Resolution approved on December 16, 1933, by all the States represented at the Seventh International Conference of American States, held at Montevideo, which recommended to "the Governments of America which have not yet done so that they sign the "Roerich Pact", initiated by the Roerich Museum in the United States, and which has as its object, the universal adoption of a flag, already designed and generally known, in order thereby to preserve in any time of danger all nationally and privately owned immovable monuments which form the cultural treasure of peoples", have resolved to conclude a treaty with that end in view, and to the effect that the treasures of culture be respected and protected in time of war and in peace, have agreed upon the following articles:

## FIRST ARTICLE

The historic monuments, museums, scientific, artistic, educacional and cultural institutions shall be considered as neutral and as such respected and protected by belligerents.

The same respect and protection shall be due to the personnel of the institutions mentionned above.

The same respect and protection shall be accorded to the historic monuments, museums, scientific, artistic, educational and cultural institutions in time of peace as well as in war.

## ARTICLE II

The neutrality of, and protection and respect due to the monuments and institutions mentioned in the preceding article, shall be recognized in the entire expanse of territories subject to the sovereignty of each of the signatory and acceding States, without any discrimination as to the State allegiance of said monuments and institutions. The respective Governments agree to adopt the measure of internal legislation necessary to insure said protection and respect.

## ARTICLE III

In order to identify the monuments and institutions mentioned in article I, use may be made of a distinctive flag (red circle with a triple red sphere in the circle on a white background) in accordance with the model attached to this treaty.

## ARTICLE IV

The signatory Governments and those who accede to this treaty, shall send to the Pan American Union, at the time of signature or accession, or at any time thereafter, a list of the monuments and institutions for which they desire the protection agreed to in this treaty.

The Pan American Union, when notifying the Governments of signatures or accessions, shall also send the list of monuments and institutions mentioned in this article, and shall inform the other Governments of any changes in said list.

## ARTICLE V

The monuments and institutions mentioned in article I shall cease to enjoy the privileges recognized in the present treaty in case they are made use of for military purposes.

## ARTICLE VI

The States which do not sign the present treaty on the date it is opened for signature, may sign or adhere to it at any time.

## ARTICLE VII

The instruments of accession, as well as those of ratification and denunciation of the present treaty, shall be deposited with the Pan American Union, which shall communicate notice of the act of deposit to the other signatory or acceding States.

## ARTICLE VIII

The present treaty may be denounced at any time by any of the signatory, or acceding States, and the denunciation shall go into effect three months after notice of it has been given to the other signatory or acceding States.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned Plenipotentiaries, after having deposited their full powers found to be in due and proper form, sign this treaty on behalf of their respective governments, and affix thereto their seals, on the dates appearing opposite their signatures.

**TRAITÉ POUR LA PROTECTION D'INSTITUTIONS ARTISTIQUES ET SCIENTIFIQUES ET DES MONUMENTS HISTORIQUES**

(PACTE ROERICH)

Les Hautes Parties Contractantes, animées du désir de donner une forme conventionnelle aux termes de la Résolution approuvée le 16 décembre, 1933, par tous les États représentés à la Septième Conférence Internationale des États Américains, qui a eu lieu à Montevideo, "qui recommande aux Gouvernements d'Amérique ne l'ayant pas encore fait, de signer le "Pacte Roerich", initié par le "Musée Roerich" des États-Unis, qui a pour objet l'adoption universelle d'un drapeau, dont le modèle existe déjà et que est connu de manière générale, afin de préserver ainsi en temps de danger tous les monuments inmeubles, qu'ils soient propriété nationale ou privée, qui constituent le patrimoine de la culture des peuples", ont décidé de conclure un traité ayant ce but en vue et afin que le patrimoine de la culture soit respecté et protégé en temps de guerre et de paix, ont convenu des articles suivants:

**ARTICLE PREMIER**

Les monuments historiques, les musées, les institutions dédiées aux sciences, aux arts, à l'éducation et à la culture seront considérés comme neutres, et comme tels seront respectés et protégés par les belligérants.

La même respect et la même protection seront dus au personnel des institutions mentionnées ci-dessus.

Les mêmes respect et protection seront accordés aux monuments historiques, musées, institutions scientifiques, artistiques, d'éducation et de culture en temps de paix aussi bien qu'en temps de guerre.

**ARTICLE II**

La neutralité, la protection et le respect dus aux monuments et institutions mentionnés à l'article précédent, seront accordés dans tout le territoire soumis à la souveraineté de chaque État signataire ou adhérent, sans aucune distinction concernant l'allégeance nationale desdits monuments et institutions. Les Gouvernements s'engagent à adopter les mesures législatives intérieurs nécessaires pour assurer le respect et la protection en question.

**ARTICLE III**

Pour désigner les monuments et institutions mentionnées à l'article I, on pourra se servir d'un drapeau distinctif conforme au modèle annexé au présent traité (un cercle rouge renfermant une triple sphère, le tout sur fond blanc).

**ARTICLE IV**

Les Gouvernements signataire et ceux que adhéreront au présent traité, communiqueront à l'Union Panaméricaine, à l'époque de la signature ou de l'adhésion, ou à toute époque



postérieure audit acte, une liste des monuments et des institutions pour lesquels ils désirent la protection stipulée par ce traité.

L'Union Panaméricaine, en notifiant les Gouvernements des signatures ou adhésions, leur communiquera aussi la liste des monuments et des institutions mentionnés dans cet article, et communiquera aux autres Gouvernements tout changement dans ladite liste.

#### ARTICLE V

Les monuments et institutions mentionnés à l'article premier cesseront de jouir des avantages stipulés au présent traité quand ils seront utilisés pour des fins militaires.

#### ARTICLE VI

Les États qui ne signeront pas le présent traité à la date de sa signature pourront le signer ou y adhérer en tout temp.

#### ARTICLE VII

Les instruments d'adhésion aussi bien que ceux de ratification et de dénonciation du présent traité seront déposés à l'Union Panaméricaine, qui communiquera l'acte de dépôt aux autres États signataires ou adhérents.

#### ARTICLE VIII

Le présent traité pourra être dénoncé à tout époque par tout État signataire ou adhérent, et la dénonciation produira son effet trois mois après avoir été notifié aux autres États signataires ou adhérents.

EN FOI DE QUOI, les soussignés Plénipotentiaires, après avoir déposé leur pleins pouvoirs, qui ont été trouvés en bonne et due forme, signent le présent accord au nom de leurs Gouvernements respectifs et y apposent leur sceaux, à la date figurant en regard de leurs signatures.

E, tendo sido aprovado o mesmo Tratado, cujo teor fica acima transcripto, o confirmo e ratifico, e, pela presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos effeitos, prometendo que será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dado no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos cinco dias do mez de Maio de mil novecentos e trinta e seis, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## DECRETO N. 1.088 — DE 9 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede autorização á Casa Bancaria "Sutter & Lessa" para transigir com os funcionarios publicos, mediante consignação em folha de pagamento.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidôds do Brasil, attendendo ao que solicitou a Casa Bancaria "Sutter & Lessa", com séde no Districto Federal, resolve conceder-lhe autorização para transigir com os funcionarios publicos, mediante consignação em folha de pagamento, nos termos do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.089 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento definitivo, na importancia de 599:707\$775, das despesas realizadas com a construção, mobiliario e aparelhagem do edificio para os "Serviços do Ministerio da Agricultura", no porto de Santos, sob index JD-147-124.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Docas de Santos e de accordo com a informação prestada pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, em officio n. 1.444, de 3 de abril ultimo, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados, para a execução das obras, autorizadas na clausula I, alinea f. da relação annexa ao decreto n. 18.284, de 16 de junho de 1928, o projecto e orçamento definitivo, na importancia de 599:707\$775 (quinhentos e noventa e nove contos setecentos e sete mil setecentos e setenta e cinco réis), que com este baixam, rubricados pelo director geral da Contabilidade, interino, da Secretaria de Estado do Ministerio da Viagem e Obras Publicas, relativos á construção, mobiliario e aparelhagem do edificio para os "Serviços do Ministerio da Agricultura", no porto de Santos.

Paraphrapho unico. A' vista dos documentos apresentados, é autorizada a inclusão na conta de capital da peticionaria, de accordo com o art. 1° do decreto n. 658-A, de 21 de feve-

reiro deste anno, da importancia effectivamente despendida com as obras, mobiliario e apparelhagem a que se refere o presente decreto.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licinio de Souza e Almeida.*

---

DECRETO N. 1.090 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento provavel, na importancia de 268:115\$348 das despesas com a aquisição de dez carrinhos electricos, para movimentação de mercadorias no caes, e construcção de uma estação para seu abrigo e carga de suas baterias, no pateo entre o armazem n. 23 e o frigorifico, no porto de Santos.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Docas de Santos e de accordo com a informação prestada pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, em officio n. 2.525, de 24 de junho ultimo, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento provavel, na importancia de 268:115\$348 (duzentos e sessenta e oito contos cento e quinze mil trezentos e quarenta e oito réis), que com este baixam, rubricados pelo director geral de Contabilidade, interino, da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, relativos á aquisição de dez carrinhos electricos, para movimentação de mercadorias no caes, e construcção de uma estação para seu abrigo e carga de suas baterias, no pateo entre o armazem n. 23 e o frigorifico, sob index OR-150-64, no porto de Santos.

Paraphrasso unico. A importancia effectivamente despendida com a aquisição e obras a que se refere o presente decreto, só depois de convenientemente comprovada, mediante apresentação de documentos autenticos, será levada á conta de capital da Companhia Docas de Santos, de accordo com o item 1° do art. 2° do decreto n. 658-A, de 21 de fevereiro deste anno.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licinio de Souza e Almeida.*

---

## DECRETO N. 1.091 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1936

*Altera a redacção do art. 6º, letra "a" do regulamento para o Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra, annexo ao decreto n. 95 de 15 de outubro de 1934.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º O art. 6º, letra *a* do regulamento para o Quadro de Escreventes do Ministerio da Guerra annexo ao decreto n. 95, de 15 de outubro de 1934, fica redigido pela forma seguinte:

.....  
 "Art. 6.º A selecção para ingresso no Quadro se fará por concurso entre os candidatos que satisfizerem as seguintes condições:

a) ter quatro annos de serviço militar;

b) ....."

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes.

## DECRETO N. 1.092 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede autorização para funcionar á "Cooperativa Agricola" dos agricultores e criadores do municipio de Morada Nova, Estado do Ceará.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, de accordo com a alinea *a*, do artigo 17 do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, autorizar o funcionamento do "Cooperativa Agricola" de Morada Nova, Estado do Ceará, organizada por iniciativa do Consorcio Profissional-Cooperativo dos Agricultores e Criadores, do mesmo municipio, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

## DECRETO N. 1.093 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar no Districto Federal, a "Lai Spar Casse" ( Sociedade Cooperativa de Credito, de Responsabilidade Limitada).*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, de accordo com as alíneas *a* e *c* do art. 17, do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder á "Lai Spar Casse" (Sociedade Cooperativa de Credito, de Responsabilidade Limitada), autorização para se constituir, na fórma da mesma lei, e funcionar no Districto Federal, após registo na Directoria de Organização e Defesa da Produccão, do Ministerio da Agricultura.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

## DECRETO N. 1.094 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1936

*Promulga a adhesão do Brasil á Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres a 31 de maio de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,

Havendo o Chefe do Governo Provisorio determinado a adhesão definitiva do Brasil á Convenção da salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres a 31 de maio de 1929, acto que se verificou a 16 de dezembro de 1931, para os effeitos de entrar em vigor a 1 de abril de 1933;

Attendendo ao disposto no art. 8° das Disposições Transitorias da Constituição da Republica, em virtude do que ficaram approvados os actos do Governo Provisorio.

Decreta: que a referida convenção, acompanhada dos respectivos regulamentos e regras, appensos por copia ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*João Carlos de Macedo Soares.*

---

## Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar

### PREAMBULO

Os Governos da Allemanha, do Dominio da Australia, da Belgica, do Canadá, da Dinamarca, da Hespanha, do Estado Livre da Irlanda, dos Estados Unidos da America, da Finlândia, da França, do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte, da India, da Italia, do Japão, da Noruega, da Hollanda, da Suecia, da União das Republicas Sovieticas Socialistas, desejando estabelecer, de commun accordo, principios e regulamentos para salvaguardar a vida humana no mar;

Considerando que o melhor meio de obter esse fim é a conclusão de uma Convenção;

Designaram como seus representantes os seguintes plenipotenciarios:

O governo da Allemanha: Dr. Friedrich Stamber, embaixador extraordinario e plenipotenciario da Allemanha em Londres; Sr. Gustavo Koenigs, Ministerialdirigent no Reichsverkehrsministerium, Geheimer Regierungsrat, Berlin; Sr. Arthur Werner, Oberregierungsrat no Reichsverkehrsministerium, Geheimer Justizrat, Berlin; Sr. Wlaler Laas, professor, director da Sociedade de Classificação "Germanischer Lloyd", Berlin; Dr. Otto Riess, director aposentado do Reichsschiffsvermessungsamt, Geheimer Regierungsrat, Neubrandenburg; Sr. Hermann Giess, Ministerialrat no Reichspostministerium, Berlin; vice-almirante Hugo Dominik, presidente da "Deutsche Seewarte", Hamburgo.

O governo do Dominio da Australia: Capitão de Mar e Guerra Henry James Feakes, Marinha Real da Australia, addido naval do Dominio em Londres; capitão de corveta Thomas Free, aposentado, Real Reserva Naval; capitão de Mar e Guerra J. K. Davis, director da Navegação.

O governo da Belgica: Barão Gerlache de Gomery, director geral na Administração da Marinha; Sr. Gustavo de Winne, engenheiro chefe, director de Serviço na Administração da Marinha; Sr. Georges Goor, conselheiro na Administração da Marinha.

O governo do Canadá: Sr. Alexander Johnston, sub-ministro da Marinha; Sr. Lucien Pacaud, secretario do Alto Commissariado em Londres.

O governo da Dinamarca: Sr. Emil Krogh, chefe de secção no Ministerio da Industria, Commercio e Navegação; Sr. V. Topsøe-Jensen, juiz do Supremo Tribunal; capitão V. Lorck, director da Navegação; Sr. J. A. Körbing, director da Companhia "Det Forenede Dampskibsselskab"; senhor Aaage H. Lørsen, engenheiro constructor no Ministerio da Industria, Commercio e Navegação; Sr. Arnold Poulsen, engenheiro no Ministerio da Industria, Commercio e Navegação.

O governo da Hespanha: Contra-almirante Don Francisco Javier de Salas y Gonzales, chefe da Commissão Naval na Europa.

O governo do Estado Livre da Irlanda: Sr. J. W. Dulanly, commissario commercial do Estado Livre da Irlanda na Gran-Bretanha; Sr. E. G. Foster, inspector-chefe do Serviço Marítimo, Ministerio da Industria e Commercio.

O Governo dos Estados Unidos da America: Sr. N. Wallace H. White Junior, membro do Congresso, presidente da Comissão da Marinha Mercante e de Pescas; Sr. Arthur J. Tyrer, commissario da Navegação, Ministerio do Commercio; Sr. Charles M. Barnes, chefe da Secção dos Tratados, Ministerio do Exterior; contra-almirante George H. Rock, Corpo de Construcções Navaes, sub-chefe do Serviço de Construcções e Concertos, Ministerio da Marinha; capitão de Mar e Guerra Clarence S. Kempff, Marinha Americana, hydrographo, Ministerio da Marinha; Sr. Dickerson N. Hoover, inspector geral do Serviço de Navegação á Vapor, do Ministerio do Commercio; Sr. William D. Ferrell, chefe do Serviço de Radiocomunicação, Ministerio do Commercio; contra-almirante, aposentado, John G. Tawressey, Corpo de Construcções Navaes, United States Shipping Board; Sr. Herbert B. Walker, presidente da Associação Americana de Proprietarios de Navios á Vapor; Sr. Henry G. Smith, presidente do Conselho Nacional Americano de Constructores Navaes; capitão Charles A. Mc Allister, presidente do American Bureau of Shipping.

O governo da Finlândia: Barão Gustaf Wrede, presidente da Shipping Board; capitão Vono Bergman, inspector de Navegação; consul Karl Kurten, director da Associação Finlãndezza dos Proprietarios de Navios.

O governo da França: Sr. Rio, senador, antigo ministro; Sr. Haarblicher, engenheiro chefe da Marinha, director dos Serviços da Frota Mercante e do Material Naval, Ministerio dos Trabalhos Publicos; Sr. Marie, engenheiro principal da Marinha, Direcção dos Serviços da Frota Mercante e do Material Naval; capitão de Mar e Guerra Thouroude, addido naval á Embaixada de França em Londres.

Os governos do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda do Norte: Vice-almirante Sir Herbert W. Richmond, Marinha Real; Sir Westcott Abell, professor de Construcção Naval, Armstrong College, Newcastle-on-Tyne; Sr. A. L. Ayre, vice-presidente da Federação dos Constructores Navaes; capitão F. W. Baló, conselheiro nautico, Secção da Marinha Mercante da "Board of Trade"; Sr. G. H. Boyd, Secção da Marinha Mercante da "Board of Trade"; Sir William C. Currie, presidente da "Chamber of Shipping" do Reino Unido; Sr. A. J. Daniel, principal inspector naval da "Board of Trade"; Sir Norman Hill, presidente da Comissão Consoheira da Marinha Mercante; Sir Charles Hipwood, principal secretario assistente da Secção da Marinha Mercante da "Board of Trade"; capitão A. R. H. Morrell, Trinity House.

O governo da India: Sir Geoffrey L. Corbett, Ministerio do Commercio, governo da India; capitão E. V. Moster, director geral da Companhia de Navegação á Vapor Scindia.

O governo da Italia: tenente general de Porto G. Ingienni, director geral da Marinha Mercante; vice-almirante A. Alessio, chefe de Inspeccão Technica da Marinha Mercante;

conde D. Rogeri Di Villanova, conselheiro de Legação na Embaixada de Londres; Dr. T. C. Giannini, conselheiro de Imigração; major-general do Porto T.arena, vice-inspector das Capitánias dos Portos; engenheiro geral E. Terretti, chefe do Gabinete Technico do Registro Naval e Aeronautico Italiano; Sr. G. Gnome, chefe do Serviço nos Telegraphos, Direcção Geral dos Correios e Telegraphos; capitão de fragata L. Biancheri, Marinha Real Italiana.

O governo do Japão: Sr. Yukio Yamamoto, inspector geral na Direcção da Marinha Mercante, perito do Ministerio das Communicações; capitão de Mar e Guerra Shichihei Ota, Marinha Imperial Japoneza; Sr. Haro Ishii, secretario de Embaixada de primeira classe.

O governo da Noruega: Sr. B. Vogt, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Londres; Sr. L. T. Hansen, director da Secção da Marinha, Ministerio do Commercio e Navegação; Sr. M. J. Schönheyder, inspector chefe da Divisão de Marinha e Engenharia, Ministerio do Commercio e Navegação; Sr. Arthur H. Mathiesen, vice-presidente da Associação Norueguesa dos Proprietarios de Navios; capitão N. Marstrander, presidente da Direcção da Associação Norueguesa dos Capitães de Navios; Sr. A. Birkeland, director da União Norueguesa dos Marítimos e Chauffeurs.

O governo da Hollanda: vice-almirante C. Fock, inspector geral da Navegação; Sr. C. H. de Goeje, ex-inspector geral da Navegação, Indias Hollandezas; Sr. A. van Driel, conselheiro de Construcção Naval, Serviço de Inspecção Maritima; Sr. J. A. Bland van den Berg, inspector da Radiotelegraphia Costeira e Maritima; Sr. Phs. van Ommeren, Junior, presidente da Phs. van Ommeren, Ltd.; Sr. H. G. J. Uilkens, ex-commandante chefe da Companhia de Navegação Hollandeza.

O governo da Suecia: Barão Palmstierna, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Londres; Sr. Nils Gustaf Nilsson, chefe de Secção na Administração Central do Commercio; capitão Erik Axel Fredrik Eggert, perito em assumptos Marítimos da Administração Central do Trabalho e da Previdencia Social.

O governo da União das Republicas Sovieticas Socialistas: Sr. Jan Lvovitch Arens, conselheiro da Embaixada da U.R.S.S. em Paris; capitão Karl Pavlocitch Eggi, commandante do Quebra-Gelo "Lenin", Marinha Mercante dos Soviets (Sovtorgflot).

Que, depois de terem communicado seus plenos poderes, considerados em boa e devida fórma, concordaram nas disposições seguintes:

## CAPITULO I — PRELIMINARES

### ARTIGO 1

Os governos contractantes se compromettem a applicar as disposições da presente Convenção com o intuito de pro-



mover a salvaguarda da vida humana no mar, a baixar todos os regulamentos e a tomar todas as outras medidas occorrentes ao seu efficiente e pleno resultado.

As disposições da presente Convenção são completadas pelo Regulamento constante do annexo I, que têm o mesmo valor e entra em vigor na mesma data que a presente Convenção. Toda referencia, que se lhe faça, envolve tambem ao regulamento em apreço implicita menção.

## ARTIGO 2

### *Applicações e definições*

1. As disposições da presente Convenção se applicam nas condições seguintes, aos navios pertencentes aos paizes, cujos governos são partes contractantes e aos navios pertencentes a territorios, aos quaes a presente Convenção se applica, em virtude do a<sup>o</sup>l. 62:

Capitulo II — (Construcção): aos navios de passageiros (de propulsão mecanica), quando effectuam viagens internacionais.

Capitulo III — (Apparelhos de salvamento): aos navios de passageiros (de propulsão mecanica), quando effectuam viagens internacionais.

Capitulo IV — (Radiotelegraphia): a todos os navios, que effectuam viagens internacionais, com excepção dos navios cargueiros, de tonelagem inferior a 1.600 tonelagem bruta.

Capitulo V — (segurança de navegação): a todos os navios, qualquer que seja o genero de viagens.

Capitulo VI — (Certificados): a todos os navios aos quaes se applicam os capitulos II, III e IV.

2. Cada Capitulo estabelece, com maior precisão, as categorias de navios, a que os mesmos se referem, e a extensão das disposições que lhes são applicaveis.

3. Na presente Convenção, salvo expressas disposições em contrario:

a) é considerado como pertencente a seu paiz o navio matriculado ou registrado em qualquer dos seus portos;

b) a expressão "administração" designa o Governo do paiz no qual se acha matriculado o navio;

c) viagem internacional é a que se effectua entre qualquer paiz a que se applica a presente Convenção, ou inversamente; qualquer colonia, territorio de além-mar, protectorado ou territorio collocado sob suzerania ou mandato é considerado, para este effeito, como outro paiz.

d) é considerado navio de passageiros o que transporta mais de 12 (doze) passageiros.

e) a expressão "Regras" designa as regras contidas no annexo 1.

4. Salva expressa indicação em contrario a presente Convenção não se applica aos navios de guerra.

## ARTIGO 3

*Casos de força maior*

Nenhum navio ficará adstricto ás prescripções da presente Convenção, pelo facto de se desviar do seu itinerario previsto, motivado que seja esse desvio por máo tempo ou qualquer outra causa de força maior, se, no momento de inicio de qualquer viagem: não estiver subordinado ao seu cumprimento.

As pessoas, que se achem a bordo de um navio, por motivo de força maior, ou que nelle se encontrem em consequencia de obrigação imposta ao seu capitão de transportal-as, — naufragos ou outras pessoas — não serão computadas, em se tratando de verificar a applicação, ao navio, de qualquer prescripção desta Convenção.

## CAPITULO II — CONSTRUCCÃO

## ARTIGO 4

.. *Navios aos quaes é applicavel este capitulo*

1. Com excepção de referencia feita em contrario, applicam-se as disposições contidas neste Capitulo, aos navios novos de passageiros, destinados a viagens internacionaes.

2. Navio novo de passageiro é considerado aquelle, cuja quilha haja sido batida de 1 de julho de 1934, em diante, ou o que fôr transformado posteriormente, com o objectivo de ser destinado ao serviço de transporte de passageiros. Todos os demais navios de passageiros, já existentes, são considerados como pertencentes á propria categoria.

3. A administração de qualquer paiz, considerando que o roteiro e as condições de viagem do navio podem isental-o da applicação de prescripções constantes deste Capitulo, por inuteis ou desnecessarias, pode dispensar do seu cumprimento navios, ou classes de navios de seu paiz, em cujas viagens habituaes não se devam afastar, mais de 20 milhas maritimas, da terra mais proxima.

4. A administração a que pertence o navio de passageiros que, no curso de sua viagem, não se afaste, da terra mais proxima, para além de 200 milhas maritimas, pode lhe conceder attenuações ás prescripções contidas nas regras IX, X, XV e XIX, demonstrada que seja, á alludida administração que a sua applicação não é realizavel, nem razoavel praticamente.

5. Nos casos em que, navios de passageiros, existentes, utilizados em viagens internacionaes, que não estejam em condições de preencher as prescripções do presente Capitulo relativas a navios novos de passageiros, a administração do paiz, a que pertençam, tomará disposições sobre cada navio, em ordem a ser obtida a maior segurança, onde fôr razoavel e praticamente realizavel.

6. Nos casos em que, navios de passageiros utilizados em viagens internacionaes, sejam empregados em serviços de transportes especiaes e de avultado numero de viajantes sem installações de dormitorio, como por exemplo, no transporte de peregrinos, a administração do paiz contractante, considerando praticamente impossivel a applicação de prescripções do presente Capitulo, pode dispensar das mesmas seus navios, sob as condições seguintes:

a) applicar-se-ão, no maximo compativel com as circunstancias do trafego, as prescripções relativas á construção;

b) devem ser tomadas medidas no sentido de permittir de formularem prescripções geraes a serem applicadas ao caso particular desse genero de trafego. Estas prescripções devem ser formuladas de accordo com aquelles governos contractantes, se os houver, que pudessem estar directamente interessados no transporte desses passageiros.

7. Não se applica o contexto do presente Capitulo aos navios desprovidos de propulsão mecanica, nem aos de madeira, de construção primitiva, taes como os "dhows, juncos", etc.

#### ARTIGO 5

##### *Compartimentos estanques dos navios*

1. Os navios devem ser compartimentados tão effizantemente quanto possivel, observada a natureza do serviço a que são os mesmos destinados. As prescripções concernentes á compartimentagem acham-se fixadas nos artigos e regras, que se seguem.

2. O gráo de compartimentagem, assegurado pela applicação dessas regras, varia de accordo com o comprimento do navio e o serviço a que o mesmo se destina, de sorte que o gráo de compartimentagem mais elevado venha a corresponder á dos navios longos, peculiarmente utilizados no transporte de passageiros.

3. As regras de I a V indicam o methodo a ser adoptado, para a determinação do gráo de compartimentagem, applicavel a qualquer navio.

4. Para que o gráo de compartimentagem exigido seja respeitado, uma linha de carga — correspondente ao calado determinado, como correspondente á sua compartimentagem — será attribuido ao navio e marcada na face externa do seu casco. Se, no navio existem espaços preparados para servir, á accommodação de passageiros, como por vezes, á estiva de carga, a pedido do seu armador, poderão ser assignaladas e traçadas, na face externa do casco, uma ou varias outras linhas additionaes de carga, correspondentes aos varios calados para a compartimentagem, que a administração julgar corresponder ás differentes condições dos serviços, a que o navio se destina. A borda livre corresponde a cada uma destas linhas de carga e as condições de serviços, para as quaes forem os mesmos adoptados, serão indicados de maneira precisa no certificado de segurança. As linhas de carga de compartimentagem devem ser assignaladas e registradas de conformidade com o methodo prescripto pela regra VII.

## ARTIGO 6

*Anteparas das extremidades da secção de machinas, tunneis dos eixos, etc.*

Todos os navios devem ser providos de anteparas estanques nos compartimentos das extremidades de vante e de ré; nas extremidades do compartimento das machinas e, nos navios de hélice, os tunneis dos eixos devem ser estanques ou de compartimentagem equivalente, observadas com exactidão, as prescrições da regra VI.

## ARTIGO 7

*Construcções, provas, etc.*

As regras VIII a XIII inclusive e as regras de XV a XX' contêm as prescrições relativas:

a) á construção e ás provas das anteparas de compartimentagem dos duplos fundos, dos convézes, estanques, conductas, braçolas de escotilhas, ventiladores, anteparas contra incendios, etc.;

b) ás condições a que devem satisfazer as aberturas em anteparas, no costado e no convéz exposto, como aos typos e ao emprego dos meios para fechamento dessas aberturas;

c) ás provas e ás inspecções periodicas e aos manejos periodico dos meios de fechamento das aberturas nas anteparas estanques e no costado;

a) aos meios de sahida dos compartimentos estanques;

e) aos dispositivos das installações de bombas; e,

f) á força disponivel para marcha a ré e para o aparelho auxiliar de governo.

## ARTIGO 8

*Prova de estabilidade*

Todo navio de passageiros novo, apenas construido, sera submettido a experiencia para determinação dos elementos de sua estabilidade. Ao pessoal encarregado de utilizar o navio serão fornecidas informações sobre estabilidade e as demais, necessarias á conveniente manobra do mesmo.

## ARTIGO 9

*Referencias no diario de bordo*

Devem ser mencionadas, no diario de bordo, os fechamentos e aberturas das portas, estanques, etc., assim como todos os exercicios e inspecções, na medida do que se especifica na regra XIV.

## ARTIGO 10

*Vistorias iniciais e subsequentes dos navios*

Os principios geraes que devem reger a vistoria dos navios novos ou existentes, no que concerne ao casco, caldeiras e machinas principaes e auxiliares e ao equipamento, acham-se estabelecidas nas regras XXII. Cada governo contractante se compromette:

1º, a elaborar regulamentos detalhados de conformidade com taes principios genes, ou a modificar a regulamentação existente, de maneira a se enquadrar dentro dos mesmos;

2º, a assegurar a applicação desses regulamentos.

Os regulamentos mais especificos de que cogita o paragrapho precedente, devem ser estabelecidos de modo a que, do ponto de vista de salvaguarda da vida humana, fique o navio apto ao serviço que se lhe destina.

## CAPITULO III — APARELHOS DE SALVAMENTO, ETC.

## ARTIGO 11

*Definições*

Neste capitulo:

a) a expressão "navio novo" designa o navio cuja quilha haja sido batida em ou depois de 1 de julho de 1931; todos os outros são classificados como "navios existentes";

b) a expressão "viagem internacional curta" designa qualquer viagem internacional em que o navio não se afaste para além de 200 milhas da terra mais proxima;

c) a expressão "apparelho fluctuante" designa bancos e cadeiras de convéz, fluctuantes ou qualquer outro apparelho fluctuante, com excepção das embarcações, coletes e boias salva-vidas.

## ARTIGO 12

*Applicações*

1. Applica-se o presente capitulo, com excepção dos casos expressamente declarados neste texto, aos navios de passageiros novos, com propulsão mecanica, destinados a viagens internacionais.

2. Os arts. 13, 14, 19 e 25 estabelecem prescripções especiaes concernentes a navios de passageiros utilizados em viagens internacionais curtas.

3. A administração de qualquer paiz, quando julgar que a rota seguida e as condições de viagem não impõe a applicação de todas as prescripções do presente capitulo — por não serem razoaveis ou necessarias — pode dellas isentar seus navios individualmente ou por classes e que no curso de suas viagens não se afastem para além de 20 milhas da terra mais proxima.

4. Para seus navios existentes, com propulsão mecânica e utilizados em viagens internacionais, que não preencham, actualmente, os requisitos especificados neste capítulo, com relação aos navios novos de passageiros, cumpre às administrações dos paizes contractantes tomar medidas em ordem a obter, tanto quanto fôr praticamente possível e razoavel, a applicação antes ou até 1 de julho de 1931, dos principios geraes estabelecidos no art. 13, assim como a satisfação substancial das outras prescripções deste capítulo.

5. Para seus navios de passageiros, com propulsão mecânica realizando viagens internacionais e utilizados para o transporte especial de avultado numero de passageiros, mas sem installações de dormitórios, como, por exemplo, o serviço de transporte de peregrinos, as administrações respectivas considerado praticamente impossivel a applicação das prescripções constantes deste capítulo, poderão dispensar-se de sua observancia, sob as seguintes condições:

a) a applicação, na maior extensão compativel com as circumstancias de trafego, das prescripções relativas ás embarcações de salvamento como aosapparelhos salva-vida e bem assim das relativas á protecção contra o incendio;

b) todas as suas embarcações e precitados apparelhos deverão ser mantidos em condições de perfeita e rapida utilização, de conformidade com o art. 13;

c) dispor, cada navio, de tantos coletes salva-vidas quantas pessoas existentes no seu bordo;

d) disposições devem ser tomadas com o objectivo especial de elaboração de prescripções geraes com applicação especificada ao caso particular dessa especie de trafego. Taes prescripções deverão ser formuladas de accordo com as dos governos contractantes, si os houver directamente interessados nessa especie de trafego.

### ARTIGO 13

#### *Embarcações salva-vidas e apparelhos fluctuantes*

Os principios geraes, que regulam o equipamento relativo ás embarcações de salvamento e aos apparelhos fluctuantes de um navio, sobre o qual incide o presente capítulo, devem tender a que elles sejam rapidamente utilizaveis em caso de emergencia e sejam adequados.

1. As embarcações de salvamento e apparelhos fluctuantes, para serem promptamente utilizados, devem preencher as seguintes condições:

a) poderem ser postas n'agua com segurança e rapidez, mesmo com inclinações transversaes ou longitudinaes desfavoraveis;

b) poderem receber os passageiros com rapidez e em boa ordem;

c) a installação de cada embarcação e de cada apparelho fluctuante deve ser tal que não perturbe a manobra de outras embarcações ou de outros apparelhos.

2. Para que o equipamento do navio em embarcações de salvamento e aparelhos fluctuantes seja adequado, deve satisfazer ás seguintes condições:

a) resalvadas as prescripções contidas na alinea b deste paragrapho, as embarcações de salvamento devem ter capacidade para receber todas as pessoas que se encontrarem a bordo, além de dispor de aparelhos fluctuantes para 25 por cento dessas mesmas pessoas;

b) no caso de navios de passageiros, utilizados para viagens internacionaes curtas, as embarcações devem ser instaladas de modo a satisfazer as prescripções constantes do quadro configurado na regra XXXIX; além disso, devem dispor de aparelhos fluctuantes, em quantidade tal que em seu conjunto, com embarcações de salvamento, possam receber a totalidade das pessoas a bordo, nos termos da regra XXXVIII. E como adicional, devem ainda dispor de aparelhos fluctuantes para dez por cento (10%) dessas pessoas;

c) de qualquer navio de passageiros se não pode ser exigido numero superior de embarcações ás necessarias para recolher todas as pessoas existentes em seu bordo.

#### ARTIGO 14

*Condições para que os aparelhos de salvamento sejam promptamente utilizaveis e adequados*

Para a observancia dos principios estabelecidos no artigo 13, de prompta utilização e adequabilidade, devem os aparelhos de salvamento satisfazer as regras XXXVI, XXXVIII e XXXIX.

#### ARTIGO 15

*Typos regulamentares de embarcações, de jangadas salva-vidas e de aparelhos fluctuantes*

Todas as embarcações de salvamento, as jangadas de salvamento e aparelhos fluctuantes devem satisfazer as condições fixadas por esta convenção e pelas regras XXIV a XXIX inclusive.

#### ARTIGO 16

*Construcções das embarcações*

Todas as embarcações devem ser construidas em observancia de fórmulas e proporções, a ponto de lhes assegurar perfeita estabilidade no mar a borda livre sufficiente, quando carregadas com todas as pessoas correspondentes ao respectivo equipamento. Cada embarcação deve apresentar caracteristicos de solidez tal que permita, em caso de perigo, ser posta n'agua com plena carga de pessoas e equipamento.

## ARTIGO 17

*Embarques de salvamento*

Devem ser tomadas disposições convenientes para permitir o accesso ás embarcações no convés correspondente. Além disso se impõe dispor o navio de uma escada apropriada, para cada par de turcos.

## ARTIGO 18

*Capacidade das embarcações e jangadas de salvamento*

O numero de pessoas que pode receber cada embarcação de typos regulamentares, jangada de salvamento approvada ou aparelho fluctuante e, bem assim, as condições, que cada jangada de salvamento, ou cada aparelho fluctuante deve preencher para ser approved, constam das prescripções estabelecidas nas regras XXX a XXXV, inclusive.

## ARTIGO 19

*Equipamento das embarcações e jangadas de salvamento*

A regra XXXVI fixa o equipamento das embarcações e das jangadas de salvamento.

## ARTIGO 20

*Coletes salva-vidas e boias salva-vidas*

1. Todos os navios, aos quaes se applica este capitulo, devem dispor, para cada pessoa presente a bordo, de um colete salva-vidas dos de typo approved pela administração; e, a menos que este typo seja tambem utilizavel por creanças, devem ainda possuir, em numero conveniente, coletes salva-vidas para esse destino especial.

2. Todos esses navios devem, igualmente, conduzir boias salva-vidas de typo approved, nas condições acima referidas e na proporção fixada pela regra XL.

3. Nenhum typo de colete salva-vidas ou de boia salva-vidas poderá ser approved por qualquer administração, si não satisfizer as prescripções da regra XL, applicaveis aos coletes salva-vidas ou ás boias salva-vidas, conforme o caso.

4. Neste artigo a expressão "colete salva-vidas" abrange qualquer dispositivo com possibilidade de adaptação ao corpo e que disponha de fluctuabilidade igual á de qualquer typo de colete salva-vidas regulamentar.

## ARTIGO 21

*Circulação de pessoas. Illuminação de emergencia*

1. Disposições convenientes devem ser adoptadas para a entrada e sahida dos diversos compartimentos, cobertas, etc.



2. Deve ser installado nas diversas partes dos navios e especialmente nos convezes, em que se encontrem as embarcações de salvamento, systema de iluminação electrica ou qualquer outro bastante para attender ás exigencias da segurança. Nos navios em que o convez das embarcações está mais de 9,15 metros (30 pés) acima da linha d'agua, correspondente ao menor calado no mar, disposições deverão ser adoptadas com o effeito de permittir serem iluminadas, de bordo, as embarcações ao longo do costado, enquanto estiverem sendo postas n'agua, como ainda após o termo dessa operação. Colocada nas partes altas do navio, acima do convez principal, deve existir uma fonte autonoma com capacidade para alimentar, occorrendo, osapparelhos destinados á iluminação de segurança.

3. A sahida de todos os compartimentos occupados por passageiros ou gente de equipagem deve ser illuminada permanentemente por lampadas de emergencia. Taes lampadas de socorro devem funcionar de modo a poderem ser alimentados pela fonte autonoma exigida pelo paragrapho precedente, no caso de interrupção do funcionamento da fonte principal de iluminação do navio.

#### ARTIGO 22

##### *Barqueiros diplomados dos botes salva-vidas. Guarnição das embarcações*

1. Todos os navios, aos quaes se applica este capitulo, devem dispor, para cada embarcação ou jangada de salvamento installada em observancia das prescripções deste mesmo capitulo, do numero de barqueiros diplomados previsto pelos dispositivos da regra XLI, referentes, tanto a embarcação como a jangada de salvamento.

2. A distribuição dos marinheiros diplomados, para cada embarcação ou jangada, fica ao criterio do capitão do navio, de accordo com as circumstancias.

3. Por barqueiro diplomado se designa qualquer homem da tripulação, portador de certificado de aptidão, concedido sob a responsabilidade da administração, nas condições previstas na respectiva Regra.

4. A organização do pessoal das embarcações fica subordinada á Regra XLII.

#### ARTIGO 23

##### *Apparelhos para lançamento de cabos*

Qualquer navio, a que se applica este capitulo, deve ser dotado com um aparelho de lançar cabos, de typo approvado pela administração.

#### ARTIGO 24

##### *Cargas perigosas. Medidas contra incendio*

1. É prohibido transportar, como lastro ou carga, substancias que, por sua natureza, quantidade ou acondiciona-

mento no bordo sejam, isolados ou collectivamente, capazes de pôr em perigo a vida dos passageiros ou a segurança do navio. Tal prohibição não abrange o material destinado aos signaes de soccorro do proprio navio, nem material militar ou naval para serviço do Estado, em condições de transporte autorizado pela administração.

A designação dos materiaes considerados como perigosos e a indicação das precauções a serem tomadas, obrigatoriamente, para sua embalagem e accommodation no bordo, serão objecto de instruções officiaes e periodicas baixadas pelas administrações.

2. A Regra XLIII discrimina as disposições a serem tomadas para a descoberta e a extinção de incendios.

#### ARTIGO 25

##### *Tabellas para postos de emergencia e exercicios*

Cada homem de tripulação terá suas attribuições definidas nas fainas de emergencia.

A tabella geral indicará todas as attribuições e, principalmente, os postos que cada homem deve occupar e a função que deve desempenhar nas fainas precitadas.

Antes da partida do navio, será organizada e exhibida a respectiva tabella geral e a autoridade competente cumpre verificar a execução desse dispositivo. A tabella em apreço será fixada em varias localidades do navio e especialmente nos alojamentos da guarnição.

As condições a que devem obedecer chamadas, formatura e exercicios da guarnição acham-se estabelecidas nas regras XLIV e XLV.

#### CAPITULO IV — RADIOTELEGRAPHIA

#### ARTIGO 26

##### *Applicação e definição*

1. Este capitulo se applica a todos os navios destinados a viagens internacionaes, com excepção dos navios cargueiros de menos de 1.600 toneladas de tonelagem bruta.

2. Para os effeitos deste capitulo, todo o navio que não é de passageiros será considerado cargueiro.

#### ARTIGO 27

##### *Installação de appparelhos radiotelegraphicos*

1. Todos os navios a que se applica este capitulo, deverão, a menos que se não achem isentos de tal observancia por força do art. 28, ser dotados de installações radiotelegraphicas correspondendo ás exigencias previstas no art. 31, assim como abaixo se especifica:

- a) todos os navios de passageiros de quaesquer dimensões;
- b) todos os navios de carga de 1.600 ou mais toneladas de tonelagem bruta.

2. Qualquer administração tem a faculdade de conceder aos proprios navios cargueiros de menos de 2.000 toneladas de tonelagem bruta, adiamento da applicação das disposições do paragrapho 1º (b) precedente, isso durante periodo não superior a cinco annos, computada da entrada em vigor da presente convenção.

## ARTIGO 28

*Dispensas das prescripções do art. 27*

1. Quando qualquer administração julgar que a rota seguida e as condições de viagem são de natureza a tornar dispensavel installação radiotelegraphica, por não exigil-a a razão ou a necessidade, pode isentar seus navios das prescripções do art. 27, das seguintes classes:

I — *Navios de passageiros:*

a) navios de passageiros individualmente ou por classes de navios de passageiros que durante a viagem:

(i) não se afastem mais de 20 milhas da terra mais proxima, ou

(ii) não effectuem travessias de mais de 200 milhas em pleno mar, entre dois portos consecutivos;

b) navios de passageiros que naveguem exclusivamente aquém das zonas cujos limites se acham determinados no annexo deste artigo.

II — *Navios cargueiros:*

a) navios cargueiros individualmente ou classes de navios cargueiros que durante a viagem não se afastem mais de 150 milhas da terra mais proxima.

2. Qualquer administração pode tambem dispensar os navios do respectivo paiz comprehendidos nas seguintes classes:

I, saveiros e alvarengas e reboques e os navios a vela existentes;

Navio a vela existente é todo aquelle cuja quilha foi batida antes de 1 de julho de 1931;

II, navios de construcção primitiva taes como os dhows, juncos, etc., si for praticamente impossivel dotal-o de radio-telegraphia;

III, navios não empregados ordinariamente em viagens internacionaes, mas que, em circumstancias excepcionaes, tenham que fazer uma unica viagem dessa especie.

## Annexo ao art. 28

I — O Báltico e suas proximidades a E. de uma linha tracada entre Ulsire (Noruega) ao norte e Texel (Hollanda)

ao sul, fóra da jurisdição territorial da União das Republicas Sovieticas Socialistas.

II — A parte do golpho de Tartaria e do Mar d'Okhotak interessando as viagens realizadas entre os portos de Hokkaido e os portos de Sakhalin Japonez.

III — A parte do Estreito de Chosen (Tyosen) comprehendida entre a linha Cabo Natsungu (Kawajiri Misaki) a Fusan, ao norte e a linha Nagasaki — ilha Giffard ao largo da ponta S. W. da ilha Quelpart e dahi a Tin To (ilha Amherst) ao sul.

IV — O mar Amarello, ao norte do paralelo 37° norte.

V — A parte do Estreito de Formosa comprehendida entre a linha traçada da ponta Syanki (Fuki Kuku) até Fou Teheou, ao norte e a linha traçada de Cabo Sul (á ponta sul de Formosa) até Hong-Kong, ao sul.

VI — A zona fóra da jurisdição territorial da Australia e dos Estados Unidos da America do Norte e comprehendida pelo seguinte perimetro:

Paralelo de 10° N desde longitude 94° E até a costa da Asia, costa da Asia até Saigon (Cabo Tiwan), rectas ligando os seguintes pontos: Cabo Tiwan, lat. 4° 30' N e long. 110° E, ponta Sul da ilha Palawan, ilhas Palmas (Miangas), latitude 00° S e long. 140° E, lat. 00° e long. 148° E, lat. 10° S e long. 148° E, Cabo York; costa Norte da Australia do Cabo York até porto Darwin (Cabo Charles) e rectas ligando os seguintes portos: Cabo Charles e Ashmare Reef (ilha East), ilha Christmas, lat. 2° N e long. 94° E, lat. 10° N e long. 94° E.

VII — Mar dos Carabybas, fóra da jurisdição territorial dos Estados Unidos da America do Norte, no que concerne ás viagens realizadas por navios á vela somente.

VIII — A zona do Oceano Pacifico Sul limitada pelo Equador, o meridiano de 130° W, paralelo 34° S e a costa da Australia, fóra da jurisdição territorial da Australia.

IX — O golpho de Tonkin e a parte do Mar da China a W de uma linha traçada de Hong-Kong até um ponto (lat. 110° E) e dahi para o sul até encontrar o paralelo de 10° N e dahi para W até Saigon.

X — A parte do Oceano Indico interessando as viagens realizadas entre os portos de Madagascar, Reunião e Ilha Mauricia.

XI — A parte do Atlantico Norte e a do Meridiano, interessando as viagens realizadas entre Casablanca (Marrocos) e Oran (Algeria) e pontos intermediarios.

#### ARTIGO 29

##### *Servico de escuta*

##### *1. Navios de passageiros.*

Todo navio de passageiros munido obrigatoriamente de installação radiotelegraphica em virtude do art. 27 é obrigado, para fins de segurança, levar a seu bordo um operador habilitado e, si não dispõe de um auto-alarme, manter quando

no mar, serviço regular de escuta, effectuado por operador habilitado ou de escutador diplomado, nas condições seguintes:

a) no bordo de todos os navios de passageiros de tonelagem bruta inferior a 3.000 toneladas, será esse serviço de escuta regulado pela Administração interessada;

b) no bordo de todos os navios de passageiros de tonelagem bruta igual ou superior a 3.000 toneladas, o serviço de escuta será permanente.

Fica qualquer Administração autorizada a isentar da obrigação de escuta permanente, todos os navios de passageiros pertencentes ao respectivo paiz, de tonelagem bruta compreendida em 3.000 toneladas inclusive e 5.500 toneladas inclusive, por periodo não excedente de um anno, computado da data da entrada em vigor desta Convenção, sob a condição de que, durante o periodo de isenção, taes navios manterão serviço de escuta de, pelo menos, oito horas por dia.

## 2. Navios cargueiros.

Todo navio cargueiro, munido obrigatoriamente de uma installação radiotelegraphica em virtude do art. 27, é obrigado para fins de segurança, a ter a seu bordo, operador diplomado e, si não dispõe de um auto-alarma a manter, quando no mar, serviço de escuta por meio de operador habilitado ou de escutador diplomado, nas seguintes condições:

a) no bordo dos navios cargueiros de tonelagem bruta inferior a 3.000 toneladas, esse serviço de escuta será regulado pela administração respectiva;

b) no bordo dos navios cargueiros de tonelagem bruta entre 3.000 e 5.500 toneladas, inclusive, o serviço de escuta será feito pelo menos durante oito horas por dia;

c) para os cargueiros de tonelagem bruta superior a 5.500 toneladas, o serviço de escuta será permanente.

Fica qualquer Administração autorizada a dispensar os navios pertencentes ao respectivo paiz a que se refere a alinea c da obrigação da escuta permanente, durante periodo não excedente de um anno, computado da data da entrada em vigor desta Convenção, sob a condição de que, durante este periodo de dispensa haverá, nelles, serviço regular de escuta de, pelo menos, oito horas diarias.

Fica igualmente autorizada qualquer Administração a dispensar da obrigação de escuta permanente, seu navio, cuja tonelagem bruta seja superior a 5.500 e igual ou inferior a 8.000 toneladas, durante outro periodo de um anno, sob condição de manter, durante este novo periodo de dispensa, serviço regular de escuta, no bordo dos mesmos pelo menos de 16 horas por dia.

3. No bordo de todos os navios, providos de auto-alarma enquanto estejam no mar, permanecerá em serviço tal aparelho logo que se suspenda o serviço de escuta.

No bordo dos navios, em que as horas de escuta forem determinadas pelas respectivas Administrações, deverá, de preferencia, ser ella effectuada nas prescriptas, pela Convenção Radiotelegraphica Internacional em vigor, para o serviço radiotelegraphico.

A bordo dos navios obrigados a effectuar escuta de oito horas, ou de dezeseis horas por dia, tal escuta será effe-

ctuada nas horas prescriptas, pela Convenção Radiotelegraphica Internacional em vigor, para o serviço radiotelegraphico.

4. Por "auto-alarma" se designa o aparelho receptor automatico de alarma, em condições de prehencher as exigencias prescriptas no artigo 19, § 21, do Regulamento Geral annexo a Convenção Radiotelegraphica Internacional de 1927.

5. Por "operador habilitado" se designa todo portador de certificado correspondente ás disposições do Regulamento Geral, annexado a Convenção Radiotelegraphica Internacional em vigor.

6. Por "escutador diplomado" se designa todo possuidor de diploma de escuta, livrado, sob a responsabilidade da Administração respectiva.

### ARTIGO 30

#### *Escutadores*

1. Qualquer Governo contractante livrará diploma de escutador, só depois de averiguado a capacidade do candidato destinado a averiguar:

a) de receber e comprehender os signaes de alarma, de soccorro, de segurança e de urgencia, quando transmittidas concomitantemente em series de outros signaes;

b) de garantir a recepção auditiva correcta de grupos de codigos, combinação de letras, de algarismos e de signaes de pontuação, com a velocidade de 16 grupos por minuto. Cada grupo de código deve se compor de cinco caracteres, computando-se cada algarismo ou cada signal de pontuação por dois caracteres;

c) de regular os receptores utilizados na installação radiotelegraphica do navio.

2. Os Governos contractantes se compromettem a tomar providencia no sentido e sigillo de correspondencia pelos escutadores diplomados.

### ARTIGO 31

#### *Condições technicas exigidas*

As installações radiotelegraphicas, prescriptas pelo artigo 27 e osapparelhos radiogoniometricos, impostos pelo artigo 17, devem satisfazer ás seguintes condições:

1. De conformidade com os regulamentos especificos, baixados pelo Governo do paiz a que pertence o navio, a estação de bordo deve ser localizada na parte superior deste, de maneira a manter as melhores condições de segurança e, situada tão mais alta quanto possivel, em relação á linha de fluctuação em carga maxima.

2. O passadigo de navegação e a estação radiotelegraphica de bordo devem ser ligados por tubo acustico, telephone ou qualquer outro meio efficiente de communicações.

3. A casa da estação radiotelegraphica deve dispor de relógio ou pendulo marcando segundos e funcionando com regularidade.

4. A casa da estação radiotelegraphica deve ser apparelhada com illuminação de emergencia efficiente.

5. A instalação deve comprehender, além da principal outra de emergencia (reserva). Entretanto, se a principal preencher, também, todos os requisitos exigidos ás de emergencia, (reserva) não será obrigatoria a existencia desta ultima.

6. As instalações principaes e de emergencia (reserva) devem poder transmittir e receber, com as frequencias (comprimentos de onda) e nos typos de ondas, prescriptas para o trafego de soccorro e segurança da navegação, pela Convenção Radiotelegraphica Internacional em vigor para os navios, obrigatoriamente providos de instalação radiotelegraphica, em virtude desta Convenção.

7. O transmissor principal e o transmissor de emergencia (reserva) devem dispor de frequencia musical de, pelo menos, 100.

8. O transmissor principal deve ter o *alcance normal* de 100 milhas maritimas, isto é. ser capaz de transmittir sinais claramente perceptíveis de navio a navio, á distancia pelo menos de 100 milhas maritimas durante o dia, nas condições e circumstancias normaes, suppondo-se, provido de detector de crystal, o receptor e sem dispositivo de ampliação. (X)

9. A estação de bordo deve poder dispor, a todo momento de fonte de energia sufficiente para fazer funcionar com efficiencia a instalação radiotelegraphica principal, nas condições normaes, para distancia indicada acima.

10. Todos os órgãos da instalação de emergencia (reserva) devem ser collocados na parte superior do navio, de fôrma a apresentar melhores condições de segurança e tão alto quanto possivel, acima da linha de carga maxima. A instalação de emergencia (reserva) deve dispor de fonte de energia, funcionando independentemente da que for utilizada para a propulsão do navio e para a rede principal de electricidade, devendo dispor esta de meios aptos para ser adoptada e ser posta rapidamente em funcionamento e utilizada, pelo menos, durante seis horas consecutivas.

O alcance normal da instalação de emergencia (reserva) de conformidade com a definição do § 8 deste artigo, deve ser, pelo menos, de 80 milhas maritimas, para os navios obrigados a manter escuta permanente e, pelo menos, de 50 milhas maritimas para todos os demais. (\*)

(\*) — Até que se disponha de methodo mais exacto ou mais pratico para determinar o alcance dos transmissores, recommenda-se tomar como orientação, as seguintes relações, entre o alcance em milhas maritimas (navio a navio, nas condições normaes e durante o dia) e a potencia do transmissor em metros — ampéres para 500 kilocycles por segundo (600 metros):

100 milhas maritimas	.....	60 M. A.
80 milhas maritimas	.....	45 M. A.
50 milhas maritimas	.....	25 M. A.

sendo a altura real em metros da antenna no ponto mais alto, acima da linha do carregamento, representada pela letra M e por A a corrente em ampéres, medida da base da antenna, no caso das transmissões B ou A 2, moduladas.

11. A instalação receptora deve achar-se aparelhada, de modo a receber nos respectivos comprimentos de ondas usadas, na transmissão de signaes horarios e mensagens meteorologicas, que a Administração respectiva considere como necessarios.

12. O receptor deve ser disposto de fôrma a garantir a recepção por meio de detector de crystal.

13. No bordo dos navios, em que a escuta está assegurada por meio de receptor automatico de alarma, a casa da estação radiotelegraphica, o camarote do operador e o passadiço de navegação devem ser providos de assignaladores sonoros.

Esses assignaladores devem funcceionar continuamente, logo depois que o receptor seja posto em funcceionamento pelo signal de alarma ou de soccorro, e até que seja o mesmo interrompido. Para interromper esses assignaladores, deve existir, apenas, um unico interruptor installado na casa da estação radiotelegraphica.

14. No bordo dos navios, sujeitos ás prescripções do parographo anterior, o operador, quando abandonar a escuta, deve ligar novamente o receptor automatico de alarma á antena e verificar a sua efficiencia. Deve referir as condições do seu normal funcceionamento ao commandante ou ao official de quarto, no passadiço da navegação.

15. Enquanto o navio estiver no mar, a fonte de energia de emergencia deverá ser mantida em perfeito estado de efficiencia e o receptor automatico de alarma verificado pelo menos uma vez cada 24 horas. No Diario de Navegação deve ser registrado todos os dias a menção de que essas duas obrigações forem observadas.

16. No bordo de todo navio, provido obrigatoriamente de installação transmissora de radiotelegraphia, deve ser mantido um diario radioelectrico. Nesse diario, que deve permanecer na casa da estação radiotelegraphica serão registrados além dos nomes dos operadores e escutadores todos os incidentes e occorrenças referentes ao serviço radioelectrico, o que possam ter qualquer relação com a salvaguarda da vida humana no mar e em particular todas as mensagens e circulação de pedidos de soccorro devem ser nelle registrados na sua integra.

17. O aparelho radiogoniometro de installação obrigatoria por força do artigo 47, deverá ser efficiente, isto é, ter capacidade para receber signaes claramente perceptíveis e fazer todas as marcações, em ordem a permittir a determinação exacta da direcção e respectiva posição. Deve poder, outrossim, receber signaes, nas frequencias prescriptas para os casos de soccorro, para radiogoniometros e radiopharos pela Convenção Radiotelegraphica Internacional em vigor.

Entre o aparelho e o passadiço de navegação deve existir meio efficiente de communicação.

## ARTIGO 32

### *Competencia*

As questões reguladas pela Convenção Radiotelegraphica Internacional de Washington de 1927 e pelos regulamentos



á mesma annexos ficam e continuarão a ser submittidos ás disposições:

(1) dessa Convenção e dos Regulamentos á mesma annexos e de outras Convenções e Regulamentos, que poderão vir adoptados e substituil-os;

(2) da presente Convenção, no que concerne a todos os pontos em que ella complete os documentos acima mencionados.

## CAPITULO V — SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

### ARTIGO 33

#### *Aplicação*

As prescripções deste capitulo, visando navios, se applicam, com excepção dos casos de expressa declaração em contrario, a todos os navios em todas as suas viagens.

### ARTIGO 34

#### *Mensagens de perigos*

O Commandante de todo navio, que encontrar, sobre a sua rota gelos perigosos, ou derelictos perigosos, ou tempestades tropicaes perigosas, ou qualquer outro perigo immediato para a navegação, é obrigado a informar, immediatamente do facto, por todos os meios de comunicação de que disponha, aos navios, que se encontrarem nas vizinhanças e á autoridades competentes do primeiro ponto da costa, com o qual se possa comunicar. E' desejavel que essa informação seja transmittida pela fórmula estabelecida na Regra XLVI.

Cada Administração tomará todas as medidas, que julgar necessarias, para assegurar a transmissão rapida das informações recebidas sobre os perigos especificados, no parographo anterior, aos navios interessados nellas e ás demais Administrações interessadas.

A transmissão das mensagens referentes aos perigos em questão é gratuita para os navios interessados.

### ARTIGO 35

#### *Serviços Meteorologicos*

Obrigam-se os Governos contractantes a incentivar a centralização de informações meteorologicas pelos seus navios, nas viagens que emprehenderem; a fazer examinar, disseminar e permutar essas informações, pela fórmula a mais efficaz, com o fim de promover elementos para a segurança da navegação.

Em particular, os Governos contractantes se compromettem a collaborar do modo mais lato possivel, na applicação das seguintes providencias de ordem meteorologicas:

a) informar os navios sobre ventanias, tempestades e tempestades tropicaes, tanto por meio de mensagens radio-

pontos da costa;

b) transmittir, diariamente, pelo radio boletins sobre as condições do tempo que possam interessar á navegação, fornecendo tambem informações sobre as condições actuaes e previsões de tempo;

c) providenciar para que certos navios, especialmente designados, realizem observações meteorologicas a horas certas e transmittam taes observações pela radiotelegraphia, em beneficio de outros navios e dos diversos serviços meteorologicos officiaes, assim como, para a instalação de estações costeiras, funcionando para recebimento dessas mensagens.

d) influir para que todos os commandantes de navios previnam outros navios em sua vizinhança, sempre que encontrarem ventos de força igual ou superior a 10 — escala Beaufort (força igual ou superior a 8, na escala decimal).

As informações referidas nos paragraphos (a) e (b) deste artigo serão transmittidas, sob a fôrma indicada nos artigos 31 (§§ 1, 3 e 5) e 19 (§ 25) do Regulamento Geral, annexo á Convenção Radiotelegraphica Internacional de Washington de 1927; e, durante a transmissão, "a todas as estações", de informações meteorologicas, previsões e avisos, todas as estações, de cada navio, devem se conformar com as telegraphicas, como por meio de signaes apropriados em prescripções do Artigo 31 (§ 2) desse Regulamento.

As observações sobre tempo, endereçadas por quaesquer navios aos serviços meteorologicos nacionaes, gozarão da prioridade especificada no Artigo 3, das Regras additionaes á Convenção Radiotelegraphica Internacional de Washington de 1927.

As previsões, avisos, communicações synopticas, ou outras meteorologicas, para uso dos navios, devem ser transmittidas e propagadas, pelos serviços nacionaes, na posição mais favoravel e attender ás differentes zonas e regiões, conforme os accordos mutuos entre os paizes interessados.

Todos os esforços devem tender para a uniformização de um processo internacional no que se refere aos serviços meteorologicos internacionaes de que trata este Artigo e a submissão tanto quanto possivel ás recommendações da Organização Meteorologica Internacional á qual os Governos contractantes poderão se dirigir, para estudo e consulta sobre quaesquer assumptos de ordem meteorologica que surjam por motivo da applicação desta Convenção.

#### ARTIGO 36

##### *Pesquisas de gelos, derelictos (Cascos abandonados)*

Compromettem-se os Governos contractantes a manter serviços de pesquisa de gelos e de estudo e observações do regime dos gelos no Atlantico Norte. Além disso, se compromettem a tomar todas as medidas possiveis para assegurar a destruição, ou a remoção de derelictos (cascos abandonados) na parte Norte do Oceano Atlantico, a Este de uma linha tracçada do Cabo Sable até o ponto situado a 34 grãos de latitude Norte e 70 grãos de longitude Oeste, quando reconhecida a utilidade de sua destruição ou remoção.

Os Governos contractantes se compromettem a fornecer tres navios, no maximo, para a execução desses tres serviços.

Durante toda a estação dos gelos, devem esses navios ser empregados na patrulha dos limites Sueste, Sul e Sudoeste das regiões dos icebergs, na vizinhança do grande banco da Terra Nova, para informar aos navios transatlânticos e outros, que passem a respeito da extensão da região perigosa para estudar e observar o regime dos gelos; para destruir e remover os derelictos e para prestar auxilio aos navios e tripulações que delle necessitem, dentro dos limites da região cujo patrulhamento estiverem effectuando.

Durante o resto do anno, o estudo e a observação do regime dos gelos devem ser continuados, de accordo com as necessidades e um navio deve permanecer disponível, sempre, para pesquisas, destruição e remoção de derelictos.

### ARTIGO 37

#### *Pesquisas dos gelos — Gestão e custeio*

O Governo dos Estados Unidos é convidado a continuar a administrar os tres serviços de patrulha dos gelos, de estudo e observação do regime dos gelos e de destruição e remoção de derelictos. Os Governos contractantes, especialmente interessados em taes serviços e cujos nomes são abaixo especificados, se compromettem a contribuir para as despesas de manutenção e funcionamento desses serviços, nas proporções seguintes:

	Porcentagem:
Allemanha. . . . .	10
Belgica. . . . .	2
Canadá. . . . .	3
Dinamarca. . . . .	2
Hespanha. . . . .	1
EE.UU. da America. . . . .	18
França. . . . .	6
Grã-Bretanha e Irlanda do Norte . . . . .	40
Italia. . . . .	6
Japão. . . . .	1
Noruega. . . . .	3
Paizes Baixos. . . . .	5
Suecia. . . . .	2
União das Republicas Sovieticas Socialistas . . . . .	1

Qualquer dos Governos contractantes fica com a faculdade de suspender sua contribuição para as despesas de manutenção e funcionamento desses serviços, depois de 1 de setembro de 1932. Contudo, o Governo contractante que usar dessa faculdade continuará obrigado á percentagem da despesa, que lhe couber, até 1 de setembro consecutivo á data em que notificar a intenção de suspender a respectiva contribuição. O Governo que pretender se prevalecer dessa faculdade notificará sua intenção aos outros Governos contractantes seis mezes, pelo menos, antes do referido 1 de setembro, de sorte que, para estar desligado em 1 de setembro de 1932, deverá notificar sua intenção, o mais tardar, a 1 de março de 1932, e do mesmo modo para os annos subsequentes.

No caso em que, a qualquer tempo, o Governo dos Estados Unidos, não mais pretenda continuar a administrar esses serviços, ou que qualquer dos Governos contractantes manifeste o desejo de se desligar dos compromissos pecuniarios acima fixados ou modificar a sua percentagem, os demais Governos contractantes regularão a situação decorrente desse facto da forma que julgarem mais conveniente a seus mutuos interesses.

Os Governos contractantes que contribuirem para o custeio dos tres serviços acima mencionados, têm o direito, por commum accordo, de introduzir em qualquer tempo, neste e no Artigo 36, as alterações julgadas desejaveis.

#### ARTIGO 38

##### *Velocidade na vizinhança dos gelos*

O Commandante de qualquer navio, que receber informações sobre a presença de gelos no seu roteiro, ou nas proximidades do caminho que seu navio está seguindo, é obrigado a moderar a sua velocidade durante a noite, ou a alterar sua rota, de modo a se afastar, tanto quanto possível, da zona perigosa.

#### ARTIGO 39

##### *Rotas no Atlantico Norte*

A pratica de seguir certas rotas estabelecidas para a travessia do Atlantico Norte, num e noutro sentido, tem contribuido para a segurança em vida no mar; os resultados da pratica dessas rotas deveriam ser objecto, entretanto, de pesquisas e estudos mais aprofundados em ordem e grão de permittir a adopção ou o uso de modificações, que a experiencia haja demonstrado necessarios.

A escolha das rotas e a iniciativa das medidas a tomar, com relação ás mesmas, são confiadas ao criterio das companhias de navegação interessadas. Os Governos contractantes, quando solicitados, prestarão seu concurso a taes companhias, pondo á sua disposição todas as informações, de que dispuzerem, sobre taes rotas.

Compromettem-se os Governos contractantes a impôr ás companhias a obrigação de publicar as rotas regulares, que se propõem fazer adoptar por seus navios e bem assim, quaesquer modificações introduzidas nas mesmas. Da mesma forma, se impõem a utilizar da propria influencia para que os armadores de todos os navios, em curso no Atlantico, façam com que seus navios sigam, tanto quanto as circumstancias permittirem, rotas definidas; bem como para que os armadores de todos os navios que effectuem travessia do Atlantico em destino ou que de seus portos tornarem, transitando pelas immedições do grande banco da Terra Nova, evitem, tanto quanto possível, durante a estação de pesca, os pontos de pesca da Terra Nova, ao Norte dos 43 grãos de latitude Norte e a se afastarem da região dos gelos perigosos ou daquellas em que presuppõe a sua existencia.

A Administração, que superintende o serviço de vigilância dos gelos é convidada a assignalar á administração interessada a presença de qualquer navio fóra da rota regular, reconhecida ou annunciada, ou que atravessasse os bancos de pesca acima mencionados, durante a estação de pesca, ou que, navegando para um ou de um porto dos Estados Unidos, transite pelas regiões onde existem, ou se suspeite existir gelos perigosos.

## ARTIGO 40

*Regras para evitar abalroamentos*

Os Governos contractantes concordam em que as modificações a serem introduzidas no Regulamento Internacional para prevenir abalroamentos no mar, na forma estabelecida no anexo II, são recomendáveis e devem ser adoptadas. O Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte é convidado a transmittir essas modificações particularizadas aos outros Governos, que acceptarem o Regulamento Internacional para prevenir abalroamentos no mar, a verificar que elles as adoptam, communicar os resultados aos Governos representados nesta Conferencia e a se esforçar, finalmente, para obter a entrada em vigor, a 1 de julho, de 1931, do Regulamento modificado.

## ARTIGO 41

*Vozes de commando para o leme*

Os Governos contractantes concordam em que, a partir de meia noite de 31 de junho de 1931, as vozes de commando para o homem do leme devem ser dadas, em todos os navios, ao sentido directo, o que equivale a que, no navio em marcha á vante, a voz de "boréste" ou "direita" ou qualquer palavra correspondente a boréste ou á direita será empregada a bordo de navios — taes como na actualidade são construidos e apparelhados — apenas quando fôr intenção manobrar á direita e ao mesmo tempo a roda do leme, a porta do leme e a prôa do navio.

## ARTIGO 42

*Emprego não justificado de signaes de soccorro*

E' prohibido a todos e quaesquer navios o emprego de signaes de soccorro, ou de outros com os quaes possam ser os mesmos confundidos não se destinando propriamente a assignalar a necessidade de soccorro esses signaes.

## ARTIGO 43

*Signaes de alarma, de perigo e de urgencia*

Os signaes de alarma, e de perigo só podem ser empregados por navios em perigo serio e imminente, necessitando assistencia immediata. Em todos os outros casos de necessidade de assistencia, ou naquelles em que o navio deseje, ape-

nas, communicar a possibilidade de ter que emittir, ulteriormente, signaes de alarme, ou de soccorro, será empregado o signal urgente (XXX), previsto pela Convenção Radiotelegraphica Internacional de Washington de 1927.

O navio que tiver emittido o signal de alarma, ou de perigo e verificar, posteriormente, não mais carecer de assistencia, advertirá immediatamente, de tal circumstancia, a todas as estações interessadas, na forma prevista pela Convenção Radiotelegraphica em vigor.

#### ARTIGO 44

##### *Velocidade de transmissão das mensagens de soccorro*

A velocidade de transmissão nas mensagens relativas aos casos de soccorro, de urgencia, ou de segurança não deve exceder de 16 palavras por minuto.

#### ARTIGO 45

##### *Mensagens de soccorro. Procedimento*

1. O Commandante de qualquer navio que receber de outro assignalações de perigo, é obrigado a seguir, na velocidade maxima, em soccorro das pessoas em perigo, salvo no caso de impossibilidade, ou se, nas circumstancias especiaes em que se encontre, não considerar razoavel nem util fazello, ou se estiver dispensado de o fazer, nos termos das disposições dos paragraphos 3 e 4 deste artigo.

2. O Commandante do navio em perigo, depois de consultar, tanto quanto for possivel, os Commandantes dos navios que tiverem respondido á sua mensagem de soccorro, têm o direito de requisitar aquelle, ou aquelles navios julgados mais aptos a lhe fornecer ajuda; ao Commandante ou Commandantes do ou dos navios requisitados são obrigados a se submeterem á requisição, e a se dirigirem, em velocidade maxima, em soccorro das pessoas em perigo.

3. Fica qualquer Commandante liberado da obrigação imposta pelo paragrapho primeiro deste Artigo logo que informado pelo Commandante do navio requisitado ou ainda, no caso em que varios navios sejam requisitados, pelos Commandantes dos navios já requisitados, quando o Commandante ou os Commandantes requisitados houverem attendido á requisição.

4. O Commandante fica liberado da obrigação pelo paragrapho 1 deste Artigo, e, si o seu navio houver sido requisitado, da obrigação imposta pelo seu paragrapho 2, si informado por qualquer navio que haja chegado junto ás pessoas em perigo de que o seu soccorro não é mais necessario..

5. Si o Capitão de um navio, ao receber pedido de soccorro de outro navio, se encontrar na impossibilidade de responder a tal appello, ou nas circumstancias especiaes, em que se encontre — não considerar razoavel, nem util, partir em seu soccorro, deve immediatamente, informar ao Capitão do outro navio não poder attender á requisição e registrar, em seu diario de bordo, as razões pelas quaes deixou de corresponder a tal appello.

## ARTIGO 64

*Adhesão*

Qualquer Governo (excluídos os dos territorios aos quaes se applica o Artigo 62) em cujo nome a presente Convenção não tenha assignada pode, em qualquer tempo, depois de sua entrada em vigor, dar-lhe sua adhesão. Essa adhesão pode ser effectuada por via de notificação escripta, endereçada ao Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte. Essa adhesão deve produzir effeito tres mezes após a data do seu recebimento.

O Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte deve informar a todos os Governos signatarios e adherentes, de todas as adhesões e das datas do recebimento desses actos.

Qualquer Governo que tenha a intenção de adherir a esta Convenção, mas que pretenda accrescentar uma zona ás especificadas no Annexo ao Artigo 28, deve, antes de notificar sua adhesão, informar desse desejo ao Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, para as necessarias communicações a todos os Governos contractantes. Se corresponder a tal intuito se accordarem todos os Governos contractantes, a referida zona deve ser incluída nas mencionadas no Annexo citado, quando o Governo em questão notificar sua adhesão.

## ARTIGO 65

*Data da entrada em vigor*

Entrará em vigor a presente Convenção a 1 de julho de 1931 entre os Governos que tiverem, nesta data, depositado sua ratificação, sob condição de que, pelo menos cinco ratificações tenham sido depositadas nos archivos do Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte. Caso, na data precitada, não hajam sido ainda depositadas cinco ratificações, esta Convenção entrará em vigor, tres mezes após a data em que a quinta ratificação fôr depositada. As ratificações depositadas, posteriormente, á data de entrada em vigor desta Convenção, produzirão effeito tres mezes após a data do respectivo deposito.

## ARTIGO 66

*Denuncia*

A presente Convenção pode ser denunciada por qualquer dos Governos contractantes, em qualquer tempo, expirado o periodo de cinco annos, computado da data em que houver entrado em vigor para o Governo em questão. A denuncia será effectuada, por notificação escripta, dirigida ao Governo da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, que notificará a todos os demais Governos contractantes de todas as denuncias recebidas e das datas do seu recebimento.

Qualquer denuncia produzirá effeito, doze mezes a contar da data em que houver sido recebida pelo Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte.

Em fé de que, os Plenipotenciarios abaixo appuzeram as sua assignaturas.

Feita em Londres, aos dias trinta e um do mez de maio, de 1929, em um só exemplar, que deve ser depositado nos archivos do Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, que deve transmittir, a todos os Governos signatarios, copia authenticada deste acto.

Pela Allemanha:

*Sthamer.*  
*Gustav Koenigs.*  
*Arthur Werner.*  
*Otto Riess.*  
*Walter Laas.*  
*Hermann Giess.*  
*Hugo Dominik.*

Pela Australia:

*Henry James Beakes.*  
*Thomas Free.*

Pela Belgica:

*A. de Gerlache de Gomery.*  
*C. de Winne.*

Pelo Canadá:

*A. Johnston.*  
*Lucien Pacaud.*

Pela Dinamarca:

*Emil Krogh.*  
*V. Lorck.*  
*P. Villadsen.*

Pela Hespanha:

*Javier de Salas.*

Pela Irlanda:

*John Whelan Dulanty.*  
*O. C. Foster.*

Pelos Estados Unidos:

*Wallace H. White.*  
*Arthur J. Tyrer.*  
*Charles M. Barnes.*  
*Geo H. Rock.*  
*Clarence S. Kempff.*  
*Dickerson N. Hoover.*  
*W. D. Terrel.*



*John G. Tæresey.*  
*Herbert B. Walker.*  
*Charles A. McAllister.*  
*Edward L. Cochrane.*  
*J. C. Niedermäis.*  
*John F. Mac Millan.*  
*David Arnott.*  
*N. B. Nelson.*  
*E. M. Webster.*  
*E. B. Calvert.*  
*Vinton Chapin.*

Pela Finlândia:

*Custaf Wrede.*  
*V. Bergman.*  
*Karl Kurten.*

Pela França:

*Rio.*  
*A. Haarbleicher.*  
*Jean Marie.*  
*F. Thouroude.*  
*H. Brillié.*  
*Fricker.*  
*J. Pinczon.*  
*R. Rossignaux.*  
*Ch. Dully.*

Pela Grã Bretanha:

*H. W. Richmond.*  
*Westcott Abell.*  
*A. L. Ayre.*  
*F. W. Bate.*  
*C. H. Boyd.*  
*William C. Currie.*  
*A. J. Daniel.*  
*Norman Hill.*  
*C. Hipwood.*  
*A. Morrell.*  
*Walter Carter.*  
*W. G. Fergusson.*  
*W. Graham.*  
*A. L. Lee.*  
*W. E. Sitmpson.*  
*F. J. Waleer.*  
*W. J. Wilton.*

Pela Índia:

*C. L. Corberth.*  
*E. V. Whish.*  
*Mansukhlal Ataaram Master.*

Pela Itália:

*Giulio Ingrianni.*  
*Alberto Alessio.*

*Delfino Rogeri di Villanova.*  
*Torquato C. Giannini.*  
*Francesco Marena.*  
*Ernesto Ferretti.*  
*G. Gneme.*  
*Luigi Biancheri.*  
*M. Consulich.*  
*Salvatore Giacchetti.*  
*Frederico Falcolini.*

Pelo Japão.

*Yukio Yamamoto.*  
*Shichihei Ota.*  
*Itaro Ishii.*  
*Sonoji Tsuchiya.*  
*Kazuma Minato.*  
*S. Ikushima.*  
*K. Seno.*  
*Shimadzu.*  
*N. Masukata.*  
*T. Saito.*  
*Y. Saito.*  
*Motoki Matsumuru.*  
*C. Anazawa.*

Pela Noruega:

*B. Vogt.*  
*L. T. Hansen.*  
*Arth H. Mathiesen.*  
*E. Wettergreen.*

Pela Hollanda:

*C. Fock.*  
*C. H. de Goeje.*  
*J. A. Bland v. d. Berg.*  
*Phs. van Ommeren.*  
*H. G. J. Uilkens.*  
*H. Bosch van Drakestein.*

Pela Suecia:

*Frik Palmstierna.*  
*Nils Gustaf Nilsson.*  
*A. Sigurd Litstrem.*  
*G. Mac Erik Böö.*  
*Nicklas Olsson.*

Pela União das Republicas Sovieticas Socialistas:

*J. Arcus.*  
*K. Eggi.*  
*P. Matveeff.*

## ANEXO I

## REGULAMENTO — CONSTRUÇÃO

## Regra I

## Definições

(1) A *linha de carga de compartimentagem* é a linha d'agua na determinação da subdivisão do navio.

A *linha de carga de subdivisão mais profunda* é aquella que corresponde ao calado maximo.

(2) O *comprimento do navio* é o comprimento medido entre perpendiculares tomadas nas extremidades da linha de carga de subdivisão mais profunda.

(3) A *bocca do navio* é a largura extrema do exterior da caverna ao exterior da caverna, na altura ou abaixo da linha de carga de subdivisão mais profunda.

(4) O *convez das anteparas* é o convez mais elevado até onde são erigidas as anteparas estanques.

(5) A *linha de margem* é uma linha traçada paralelamente ao convez das anteparas, na borda, e 3 pollegadas (76 millimetros) abaixo da superficie interior desse convez.

(6) O *calado* é a distancia vertical da parte superior da quilha, á meia náó, até a linha de carga em questão.

(7) A *permeabilidade* de um espaço que póde ser occupada pela agua.

O volume do espaço que se estender acima da linha de margem será medido sómente até a altura dessa linha.

(8) O *espaço das machinas* será tomado como se estendesse da parte superior da quilha até a linha de margem e entre as anteparas-estanques principaes extremos que limitam o espaço destinado ás machinas propulsoras principaes e auxiliares, caldeiras quando installadas e todas as carvoeiras permanentes.

(9) O *espaço dos passageiros* é aquelle destinado á accomodação e ao uso dos passageiros, excluindo-se a bagagem, deposito, provisões e porão de malas.

Para os fins das Regras III e IV, os espaços encontrados abaixo da linha de margem, para a accomodação e o uso da guarnição serão considerados como de passageiros.

(10) Em todos os casos, os volumes serão calculados pelas linhas moldadas.

## Regra II

## Comprimento alagavel

(1) O comprimento alagavel em qualquer ponto do comprimento de um navio será determinado por um methodo de calculo que considere a fórma, o calado e outras caracteristicas do navio em questão.

(2) Num navio com um convez de antepara continuo, o comprimento alagavel num ponto dado é a porção maxima do

comprimento do navio, tendo seu centro no ponto em questão, o qual póde ser alagado nas considerações definidas na Regra III sem que o navio mergulhe além da linha de margem.

(3) No caso do navio não possuir um convez de antepara continuo, o comprimento alagavel em qualquer ponto póde ser determinado numa linha de supposta margem continua, até onde, considerados a inversão e o trim consequentes da avaria, o costado do navio e as anteparas consideradas são feitas estanques para agua.

### **Regra III**

#### **Permeabilidade**

(1) As considerações estabelecidas na regra II referem-se á permeabilidade dos espaços abaixo da linha de margem.

Na determinação do comprimento alagavel, será usada uma permeabilidade média uniforme por todo o comprimento das seguintes porções do navio, abaixo da linha de margem:

a) o espaço das machinas, conforme definido na Regra I (8);

b) a porção avante do espaço das machinas; e

c) a portação a ré do espaço das machinas.

(2) — (a) Para navios mercantes a vapor, a permeabilidade média uniforme por todo o espaço das machinas será

determinado pela fórmula:  $— 80 \div 12.5 \left( \frac{a - c}{v} \right)$ , onde

a = volume dos espaços dos passageiros, conforme definido na regra I (9), os quaes se acham situados abaixo da linha de margem, dentro dos limites do espaço das machinas;

c = volume dos espaços entre os convezes abaixo da linha de margem, dentro dos limites do espaço das machinas, apropriado á carga carvão e paíões;

v = ao volume inteiro do espaço das machinas abaixo da linha de margem.

b) Para os navios com machinas de combustão interna, a permeabilidade média uniforme será tomada igual ao valor dado pela fórmula precedente augmentado de 5.

c) Quando se puder estabelecer, satisfactoriamente, á Administração, que a permeabilidade média determinada por um calculo directo é menor que a que resulta da applicação da fórmula, poder-se-á substituir por esta ultima a permeabilidade calculada directamente.

Para esse calculo directo, a permeabilidade dos espaços destinados aos passageiros definidos pela regra I (9) será tomada igual a 95, a dos espaços destinados ás mercadorias, ao carvão e aos mantimentos, igual a 60, e a dos fundos duplos, oleo combustivel e outros tanques, por valores que possam ser approvados em cada caso pela Administração.

(3) A permeabilidade média uniforme em toda a porção do navio avante (ou a ré) dos espaços das machinas será deter-

minada pela fórmula: —  $63 \div 35 \frac{a}{v}$ , onde

a = volume dos espaços destinados aos passageiros, conforme definido na regra I (9), os quaes se acham abaixo da linha de margem, — avante (ou a ré) do espaço das machinas;

v = volume total da porção do navio abaixo da linha de margem, avante (ou a ré) do espaço das machinas.

(4) Si um compartimento da coberta, entre duas anteparas estanques transversaes, contiver algum espaço destinado aos passageiros, o conjuncto deste compartimento, deduzindo-se, comtudo, todo o espaço destinado a um outro serviço que seria completamente limitado por anteparas permanentes de aço. Si, comtudo, o espaço em questão destinado aos passageiros ou á guarnição, fôr completamente limitado por anteparas permanentes de aço, esse espaço será considerado apenas como de passageiros.

#### Regra IV

Comprimento permissivel dos compartimentos

(4) *Factor de Subdivisão* — O comprimento maximo permissivel de um compartimento tendo seu centro em qualquer ponto no comprimento do navio é obtido do comprimento alagavel, multiplicando-se este ultimo por um factor chamado *factor de subdivisão*.

O factor de subdivisão dependerá do comprimento do navio e, para um dado comprimento variará de accôrdo com a natureza do serviço para o qual o navio é destinado. Deverá decréscer de modo regular e continuo:

a) quando o comprimento do navio crescer, e

b) segundo um factor "A", que se applica aos navios essencialmente de carga e segundo um factor "B", que se applica aos navios essencialmente de passageiros.

As variações dos factores "A" e "B" serão expressas pelas fórmulas seguintes (i) e (ii) onde L é o comprimento do navio, tal como foi definido na regra I (2):

L em pés.

$$A = \frac{190}{L-198} + 0.18, \text{ sendo } L = 430 \text{ ou mais.}$$

L em metros.

$$A = \frac{58.2}{L - 60} + 0.18, \text{ sendo } L = 131 \text{ ou mais.}$$

L em pés.

$$B = \frac{100}{L - 138} + 0.18, \text{ sendo } L = 260 \text{ ou mais.}$$

L em metros.

$$B = \frac{30.3}{L - 42} + 0.18, \text{ sendo } L = 79 \text{ ou mais.}$$

(2) *Critério de serviço* — Para um navio de comprimento dado, o factor apropriado de subdivisão será determinado pelo Numeral de Critério de Serviço (daqui por diante chamado Numeral de Critério), dado pelas fórmulas seguintes (iii) e (iv), onde:

$C_s$  = o Numeral de Critério;

L = comprimento do navio, conforme definido na regra I (2);

M = o volume do espaço das machinas, conforme definido na regra I (8); com a addição do volume de qualquer tanque permanente de oleo combustivel que possa estar situado acima do fundo interior e avante e a ré do espaço das machinas.

P = volume total dos espaços dos passageiros abaixo da linha de margem, conforme definido na regra I (9);

$P_1 = KN$ , onde:

N = numero de passageiros para os quaes o navio será certificado;

K = tem os seguintes valores:

Para o comprimento em pés e o volume em pés cubicos, K é igual a 0.6 L.

Para o comprimento em metros e o volume em metros cubicos, K é igual a 0.056 L.

Si o valor do producto K.N. é maior do que a somma de P e do volume total real destinado aos passageiros, acima da linha de margem, póde-se tomar para  $P_1$  o valor mais fraco dos dois, uma vez que este valor não seja inferior aos dois terços do producto K.N.

Si  $P_1$  fór maior que P, ter-se-á:

$$C_s = 72 \frac{M + 2P_1}{V + P_1 - P}$$

e, no caso contrario,

$$C_s = 72 \frac{M + 2P}{V}$$

Para os navios que não possuem convez contínuo para as anteparas, calcular-se-ão os volumes até a linha de margem effectivamente considerada no calculo do comprimento alagavel.

(3) *Regras para Subdivisão.*

(2) A subdivisão á ré do tanque de equilibrio dos navios de 430 pés (131 metros) de comprimento e mais, tendo um numeral de criterio de 23 ou menos, deve ser determinada pelo numeral "A" dado pela fórmula (i); dos navios tendo um numeral de criterio 123 ou mais, pelo factor "B" dado pela fórmula (ii); e dos navios tendo um numeral de criterio entre 23 e 123 pelo factor "F" obtido pela interpolação linear entre os factores "A" e "B", usando-se a fórmula:

$$F = A - \frac{(A-B) (C-23)}{100}$$

Si o factor P fôr inferior a 0.40 e si fôr estabelecido, com a satisfação da Administração, que é praticamente impossivel adoptar-se este factor para um comprimento na zona das machinas do navio considerado, a subdivisão deste compartimento póde ser determinada com um factor mais elevado, o qual, entretanto, não deve ser superior a 0.40.

b) A subdivisão á ré do tanque de equilibrio dos navios tendo menos de 131 metros (430 pés), porém, nunca menos de 79 metros (260 pés) de comprimento, cujo numeral de criterio terá o valor S dado pela fórmula:

$$S = \frac{3574 - 25L}{13} \quad (L \text{ em metros}) =$$

$$= \frac{9382 - 20L}{34} \quad (L \text{ em pés}),$$

deve ser determinada por um factor igual á unidade; daquelles cujo numeral de criterio fôr igual ou superior a 123, pelo factor B dado pela fórmula (ii); enfim, daquelles cujo numeral de criterio fôr comprehendido entre S e 123, por um factor obtido pela interpolação linear entre a unidade e o factor B, por meio da fórmula:

$$F = \frac{(1-B) (C-S)}{123 - S}$$

c) A subdivisão á ré do tanque de equilibrio dos navios tendo menos de 131 metros (430 pés) de comprimento, porém, nunca menos de 79 metros (260 pés), cujo numeral de criterio fôr menor que S, e de todos os navios tendo menos de 79 metros (260 pés) de comprimento, deve ser determinada por um factor igual á unidade, a menos que não se estabeleça, com a satisfação da Administração, que é praticamente impossivel manter-se esse factor em todo ou parte do navio; neste caso,

a Administração poderá concordar com certas tolerancias na medida que as circumstancias possam justificar.

d) As prescripções da alinea c applicar-se-ão igualmente, qualquer que seja o comprimento, aos navios que serão previstos para receberem um numero de passageiros acima de doze (12), mas nunca acima do menor dos dois numeros.

L<sup>2</sup> (L em metros),

L<sup>2</sup> (L em pés) ou 50.

650

7.000

#### *Regra V*

(1) Um compartimento póde exceder o comprimento admissivel pelas prescripções da Regra IV, uma vez que o comprimento de cada par de compartimentos adjacentes, aos quaes o compartimento em questão é commum, não exceda, nem o comprimento alargavel, ou duas vezes o comprimento admissivel.

Si um dos dous compartimentos adjacentes ficar situado dentro do espaço de machinas, e o segundo ficar situado fóra desse espaço, e a permeabilidade média da porção do navio, na qual o segundo estiver situado, differir da permeabilidade do espaço de machinas, o comprimento combinado dos dous compartimentos será ajustado para a permeabilidade média das duas porções do navio.

Onde os dous compartimentos adjacentes tiverem factores de subdivisão differentes, o comprimento combinado dos dous compartimentos será determinado proporcionalmente.

(2) Em navios de 131 metros (430 pés) de comprimento ou mais, uma das anteparas transversaes principaes á ré do tanque de equilibrio deve ser collocada a uma distancia da perpendicular de vante nunca maior do que o comprimento admissivel.

(3) Uma antepara transversal principal póde apresentar um dente, desde que todas as partes do dente fiquem por dentro de superficies verticaes de ambos os bordos do navio, situados a uma distancia do chapeamento exterior igual a uma quinta da bocca do navio, definida pela Regra I (3), esta distancia, sendo medida normalmente ao plano diametral do navio e no plano da linha de carga maxima de subdivisão.

Si uma parte de um dente passar os limites fixados anteriormente, esta parte será considerada como um recesso, applicando-se-lhe então as regras do paragrapho seguinte:

(4) Uma antepara transversal principal póde offerecer um recesso, uma vez que:

a) o comprimento combinado dos dous compartimentos separados pela antepara em questão não exceda de 90 por cento do comprimento alargado, ou

b) seja prevista uma subdivisão adicional, na zona do recesso, de modo a manter a mesma medida de segurança que si a antepara fosse plana.

(5) Quando uma antepara transversal principal offerecer um dente ou recesso, será substituida por uma antepara plana equivalente, na determinação da subdivisão.



(6) Si a distancia entre duas anteparas transversaes principaes adjacentes, ou suas anteparas planas equivalentes, ou finalmente a distancia entre dous planos verticaes, passando pelos pontos mais proximos dos recessos, si houver, for inferior a tres metros 05 (10 pés), mais dous por cento do comprimento do navio, uma unica dessas anteparas será acceita como fazendo parte da subdivisão do navio tal como se acha estabelecido na Regra IV.

(7) Quando um compartimento estanque transversal principal apresentar uma subdivisão local e si for possivel estabelecer-se de accordo com a Administração que, na hypothese de uma avaria se estendendo sobre um comprimento de 3 m. 050 (10 pés) mais dous por cento do comprimento do navio, o volume total do compartimento principal não será alagado, poder-se-á fazer uma tolerancia proporcionada no comprimento permissoivel determinado sem considerar-se essa compartimentagem suplementar.

Neste caso, o volume da reserva de fluctuabilidade, supposto intacto, do bordo opposto á avaria, não deverá ser superior ao que é supposto intacto do bordo da avaria.

(8) Quando por proposta a construcção de pavimentos estanques, cascos duplos ou anteparas longitudinaes estanques ou não estanques, a Administração certificar-se-á que a segurança do navio não seja diminuida de qualquer modo, particularmente tendo em vista uma banda possivel produzida em caso de alagamento dessas partes do casco.

### *Regra VI*

Compartimento de collisão, anteparas limites do compartimento das machinas, tuneis dos eixos propulsores, etc.

(1) Todo o navio deve possuir um compartimento de collisão avante ou de abordagem, o qual deve ser estanque até o convez das anteparas. Esse compartimento deve ser collocado a uma distancia da perpendicular avante no minimo igual a cinco por cento do comprimento do navio e no maximo a 3 m. 05 (10 pés) mais cinco por cento do comprimento do navio.

Si existir uma superestrutura comprida, a vante, a anteparas de collisão deverá ser levada, á prova de intemperies, até o convez logo acima do convez das anteparas.

A extensão não necessita ser collocada directamente acima da anteparas de baixo, uma vez que esteja no minimo a cinco por cento do comprimento do navio, a partir da perpendicular de vante, e que a parte do convez das anteparas que fórma o dente seja feita effectivamente á prova de intemperies.

(2) Haverá igualmente uma anteparas de collisão a ré e anteparas dividindo o compartimento das machinas, tal como definido pela Regra I (8), dos espaços dos passageiros e de mercadorias situados avante e a ré; essas anteparas devem ser estanques até o convez das anteparas. Comtudo, a anteparas de collisão a ré póde terminar abaixo desse convez, uma vez

que o gráu de segurança do navio, no que concerne á compartimentagem, não seja por isso diminuído.

(3) Em todos os casos, os tuneis das helices devem ser collocados em compartimentos estanques.

A caixa de gachetas a ré deve ser collocada no interior dum tunel estanque ou em um outro espaço de volume muito reduzido, de modo que no caso de ser alagado por veio aberto na caixa de gachetas, a linha de margem não fique submersa.

### *Regra VII*

Determinação, marcação e inscripção das linhas de carga de compartimentagem

(1) As linhas de carga de compartimentagem, determinadas e traçadas de accordo com as prescripções do artigo da Convenção, devem ser mencionadas no Certificado de Segurança, designando-se pela notação C. 1 a que se relaciona ao caso em que o navio é empregado principalmente no serviço de passageiros, e pelas notações C. 2, C. 3, etc., as que se referirem aos outros casos de utilização do navio.

(2) A borda livre correspondente a cada uma dessas linhas de carga, inscripta no Certificado de Segurança, deve ser medida na mesma posição e a partir da mesma linha de convez que as bordas livres determinadas de accordo com as Regras nacionaes de borda livre reconhecidas.

(3) Em caso algum, a marca da linha de carga de compartimentagem não poderá ser collocada acima de linha de carga maxima em agua salgada, determinada no calculo de resistencia do navio ou pelas tabellas nacionaes de borda livre, officialmente reconhecidas.

(4) Qualquer que seja a posição das marcas das linhas de carga de compartimentagem, um navio não deve nunca ser carregado de modo a submergir a linha de carga correspondente á estação e a região do globo, traçada de accordo com as regras nacionaes de borda-livre officialmente reconhecidas.

### *Regra VIII*

Construcção e provas iniciaes das anteparas estanques, fundos duplos, etc.

(1) As anteparas estanques da compartimentagem, quer sejam transversaes ou longitudinaes, devem ser construídas de modo a poder supportar, com uma margem de resistencia conveniente, a pressão devida a uma columna d'agua, elevando-se até a linha de margem na zona da antepara. A construcção dessas anteparas será de accordo com a approvação da Administração.

(2) Os dentes e recessos praticados nas anteparas, devem ser estanques e apresentar a mesma resistencia que as partes visinhas da antepara.

Onde as cavernas ou os vãos atravessarem um convez estanque ou uma antepara, esse convez ou essa antepara será

feita com estrutura estanque, sem o emprego de cimento ou madeira.

(3) Não é obrigatória a prova dos compartimentos principais attestando-os com agua.

Será feito um exame completo por um inspector; e, como complemento, far-se-á em todos os casos uma prova de esguicho.

(4) O compartimento de equilibrio a vante será submettido a uma dagua, cujo nivel elevar-se-á até a linha de carga maxima de compartimentagem.

(5) Os fundos duplos, inclusive as quilhas tubulares e o forro interior serão submettidos a uma carga de agua cujo nivel irá até a linha de margem.

(6) Os tanques destinados aos liquidos e que formam parte da compartimentagem do navio, soffrerão uma prova de incommunicabilidade com agua até a linha de carga maxima de compartimentagem ou uma carga correspondente aos dous terços do pontal, medido da parte superior da quilha, á linha de margem, na zona dos tanques, tomando-se a maior dellas; contudo, a carga de prova não deve ser, em caso algum, inferior a 0m,92 (e pés) acima da parte superior do tanque.

### *Regra IX*

#### Abertura nas anteparas estanques

(1) O numero de aberturas nas anteparas estanques será reduzido ao minimo compativel com o arranjo geral e os serviços proprios do navio; essas aberturas devem receber dispositivos de fechamento satisfactorio.

(2) a) No caso das anteparas estanques serem atravessadas pelos encanamentos, embornaes, conductores electricos, etc., deverão ser adoptados dispositivos afim de manter-se a integridade da incommunicabilidade dessas anteparas.

b) Não será permittida a installação de valvulas de corredeira nas anteparas estanques.

(3) a) Não deve existir nem porta, nem abertura de visita, nem orificio algum de accesso;

i) na antepara estanque de collição, abaixo da linha de margem;

ii) nas anteparas transversaes estanques divisorias entre dous compartimentos de carga contiguos ou então um destes

---

(1) Si o numero dessas portas for maior que cinco, todas as portas estanques de corredeira deverão ser manobradas por meio de uma fonte de energia e ser fechadas simultaneamente de um posto de manobra situado no passadiço, procedendo-se por um signal sonoro, o fechamento dessas portas.

(II) Si o numero dessas portas não exceder de cinco:

i) si o numero de criterio não exceder de 30, todas as portas estanques de corredeira poderão ser manobradas a mão somente;

ii) si o numero de criterio exceder de 30 e não passar de 60, todas as portas estanques de corredeira poderão ser, ou se fechando por gra-

e uma carvoeira permanente ou de reserva, salvo nas excepções especificadas no paragrapho (7) abaixo.

b) A antepara e collição poderá ser atravessada, abaixo da linha de margem, apenas por um encanamento que se relacione ao liquido contido no tanque de equilibrio, contanto que esse encanamento seja guarnecido com uma valvula de fechamento de rosca, manobrada do convez das anteparas e cujo corpo seja fixo por dentro do tanque e na antepara de collição.

(4) a) As portas estanques installadas nas anteparas entre as carvoeiras permanentes e de reserva, deverão ser sempre accessiveis, salvo na excepção prevista na alinea 9 (b) para as portas das carvoeiras dentre convez.

b) Dispositivos satisfactorios deverão ser feitos por meio de telas ou outro meio qualquer, afim de evitar-se que o carvão impeça o fechamento das portas estanques das carvoeiras.

(5) Nos compartimentos das machinas, excepção feita das portas das carvoeiras e dos tunneis das helices, não se poderá installar mais do que uma porta em cada antepara transversal principal para comunicação entre compartimentos. Estas portas deverão ser collocadas de modo que suas soleiras sejam praticamente tão altas quanto possivel.

(6) a) Os unicos typos de portas estanques admissiveis são as de dobradiças, as de corrediça e as de outros modelos equivalentes, excluindo-se as de chapas fixas apenas por parafusos.

b) as portas de dobradiça deverão ser equipadas com borboletas manobradas de cada face da antepara.

c) As portas de corrediça podem ser de deslocamento vertical ou horizontal. Si forem apenas movidas a mão, o mecanismo deverá ser accionado na propria porta e tambem de um ponto accessivel situado sobre o convez das anteparas.

d) As portas que devem ser fechadas pelo seu peso proprio ou pela queda de um peso, devem possuir um dispositivo conveniente para regularizar seu fechamento; esse mecanismo deve permittir a manobra de um ponto na porta ou de cima, sobre o convez das anteparas. Deve ser do mesmo modo installado um commando a mão para permittir a manobra da porta junto á mesma ou de cima, sobre o convez das anteparas; enfim, o mecanismo da porta deve, quando desligado para mover a porta, estar em condições de ser ligado rapidamente quer de um, quer de outro ponto de manobra.

e) Si a porta tiver de ser operada mecanicamente de um controle central, o mecanismo deve ser disposto de modo a permittir o commando da porta em um ponto junto da mesma.

---

vidade e munidas de um escape e engrenagem manual operada na porta e de cima do convez das anteparas, ou manobradas por meio de motor;

iii) si o numero de criterio exceder de 60, todas as portas estanques de corrediça serão accionadas por motor.

A porta deverá fechar-se automaticamente si, depois de ter sido fechada pelo controle central, for aberta neste ponto proximo da porta.

Emfim toda a porta manobrada por uma fonte de energia deve possuir um commando a mão, manobrado no local, e de um ponto accessivel acima do convez das anteparas.

f) As portas de todas as categorias devem possuir indicadores de abertura, permittindo verificar-se de todos os postos de commando, além daquelle que se acha no local, si a porta está aberta ou fechada.

(7) a) As portas estanques, de dobradiça, nos compartimentos destinados aos passageiros, guarnição e logares de trabalhos, são sómente permittidas com a condição de que sejam installadas acima de um convez; a parte inferior do qual, em seu ponto mais baixo, na borda, se ache no minimo a 2.13 metros (7 pés) acima da linha de carga maxima; essas portas não serão permittidas em espaços abaixo desse convez.

b) As portas estanques de dobradiças, de construcção satisfatoria, poderão ser installadas nas anteparas divisorias de compartimentos de carga, em espaços entre convezes, em altura que seja permittida para as portas dos compartimentos de carga, conforme as prescripções encontradas na Regra X (14). Essas portas devem ser fechadas antes da partida e assim mantidas durante toda a viagem; a hora de sua abertura, na chegada do porto, e a de seu fechamento, antes da partida do porto, devem ser escriptas no livro de quartos de bordo. Quando se propuzer a installação de portas dessa natureza, seu numero e os detalhes de seus dispositivos serão objecto de um exame especial da Administração, e será requisitada uma declaração dos armadores que essa installação é uma necessidade absoluta do serviço.

(8) Todas as outras portas estanques devem ser de corredeira.

(9) a) Quando qualquer porta estanque que possa ser aberta no mar, excepção feita das de entrada dos funneis, e quando essa porta for installada nas anteparas estanques transversaes principaes, em tal altura que sua soleira fique abaixo da linha de carga maxima, serão applicadas as regras seguintes:

b) si houver, entre as carvoeiras situadas nos espaços entre os convezes abaixo do convez das anteparas, portas que devam ser occasionalmente abertas, no mar, para a manobra do carvão essas portas devem ser accionadas por motor. A abertura e o fechamento dessas portas deverão ser mencionados no livro de quartos de bordo;

c) o emprego duma fonte de energia é igualmente exigido para a manobra das portas installadas na passagem dos conductos das camaras frigorificas, si esses conductos atravessarem mais duma antepara transversal principal estanque e si as soleiras dessas portas estiverem situadas a menos de 2.13 metros (7 pés) acima da linha de carga maxima.

10. O emprego de chapas desmontaveis nas anteparas não será permittido, com excepção feita dos compartimentos das

machinas. Essas chapas deverão sempre se encontrar no lugar antes da partida do navio e não deverão ser removidas no mar, excepto em caso de necessidade urgente. As precauções necessarias serão tomadas no momento de sua collocação de modo a obter-se uma junta estanque.

11. Todas as portas estanques deverão ficar fechadas durante a viagem, excepto quando abertas necessariamente para os trabalhos de bordo, e deverão ficar sempre promptos para seu fechamento immediato.

12. Quando conductos ou tuneis, para o accesso do alojamento da guarnição ás praças das caldeiras, ou para encaamentos ou outro fim qualquer, atravessarem as anteparas estanques transversaes principaes, esses conductos ou tuneis devem ser estanques e satisfazer ás prescripções da Regra XII. O accesso, pelo menos a uma das extremidades, desses tuneis ou tambores, si fôr usado como passagem do mar, deve ser realizado por um conducto estanque tendo uma altura sufficiente para que sua parte superior fique acima da linha de margem. O accesso á outra extremidade do conducto ou tunel deve ser feito por meio duma porta estanque do typo exigido pela sua locação no navio. Nenhum desses tuneis ou conductos deve atravessar a primeira antepara de sub-divisão a ré da antepara de collisão.

Quando se propuzer a installação de tuneis ou conductos para tiragem forçada, furando as anteparas transversaes estanques, estas receberão uma consideração especial da Administração.

### *Regra X*

#### **Aberturas no costado, abaixo da linha de margem.**

1. O arranjo e a eficiencia dos meios para o fechamento de qualquer abertura no costado do navio deverão corresponder ao fim a ser realizado, á posição na qual é praticada e deverão ser, de um modo geral, satisfactorios ás exigencias da Administração.

2. a) si, no espaço entre convezes, a margem inferior da abertura duma portinhola qualquer, estiver abaixo duma linha traçada no costado, parallelamente ao convez das anteparas e tendo seu ponto mais baixo a 2 1/2 por cento da bocca do navio acima da linha de carga maxima, todas as aberturas no espaço entre esses convezes devem ser de typo fixo e fechado;

b) si, no espaço entre convezes, as soleiras de qualquer abertura do costado que não seja a de typo fixo e fechado, conforme a alinea a acima referida, estiverem abaixo duma linha traçada no costado, parallelamente ao convez das anteparas e tendo seu ponto mais baixo a 3 metros 66 (12 pés) mais 2 1/2 por cento da bocca do navio, acima da linha de carga maxima, todas as aberturas no espaço entre esses convezes serão construidas de tal modo que ninguém possa abri-las, sem autorização do commandante do navio;

c) as outras aberturas podem ser de qualquer typo de abertura commum;

d) si, no espaço entre convezes, as soleiras de qualquer abertura do costado, tal como considerada na alinea b acima, estiver abaixo duma linha traçada no costado, parallelamente ao convez das anteparas e tendo seu ponto mais baixo a 1 metro 37 (4 1/2 pés) mais 2 1/2 por cento da bocca do navio acima da fluctuação do navio correspondente á da partida do porto, todas as aberturas no espaço entre esses convezes serão fechadas á chave, de modo estanque, e não deverão ser abertas durante a viagem.

As horas de abertura dessas portinholas, no porto, e as de seu fechamento á chave, antes da partida, serão annotadas no livro de quartos do navio.

A Administração póde indicar o calculo médio limite para o qual as aberturas em questão terão suas soleiras acima da linha definida no paragrapho presente e no qual será permittido abrir-as no mar, sob a responsabilidade do Commandante.

Nos mares tropicaes, e occasião de bom tempo, esse calado poderá ser augmentado de 305 millimetros (1 pé).

3. Vigias interiores de vidro, com dobradiças, dispostas de modo que possam ser facil e effectivamente fechadas e mantidas estanques, deverão ser installadas em todas as aberturas do costado:

- a) que devem ser regulamentarmente fixas;
- b) que sejam situadas a um oitavo do comprimento do navio, a partir da perpendicular avante;
- c) que sejam installadas nas posições definidas no subparagrapho 2, b;
- d) que não sejam accessiveis durante a viagem;
- e) que sejam installadas nos espaços destinados á accommodation dos marinheiros e foguistas;
- f) que sejam installadas nos espaços destinados á accommodation dos passageiros das cobertas.

4. As aberturas installadas abaixo do convez das anteparas, com excepção das que foram mencionadas no paragrapho precedente, devem ser equipadas com vigias interiores e efficientes, de vidro, as quaes podem ser portateis e armadas em logar adjacente a essas aberturas.

5. As aberturas do costado e suas vigias de vidro, que não forem accessiveis durante a viagem, deverão ser fechadas e condemnadas antes da partida do navio para o mar.

6. Nenhuma abertura do costado deverá ser installada em qualquer espaço apropriado exclusivamente para carga ou carvão.

7. As aberturas do costado, para ventilação automatica, não deverão ser installadas abaixo da linha de margem, sem uma sancção especial da Administração.

8. Todas as tomadas e descargas no costado deverão ser dispostas de tal modo que evitem a admissão accidental de agua a bordo.

9. O numero de embornas, descargas sanitarias e outras aberturas semelhantes no costado, deverá ser reduzido ao minimo, fazendo-se com que cada orificio de descarga

sirva para o maior numero de encanamentos sanitarios e outros, ou duma outra maneira satisfactoria.

10. As descargas através do costado, vindo dos espaços abaixo da linha de margem, deverão ser providas de meios efficientes e accessiveis para evitar que a agua se introduza no navio. E' permittido ter, para cada descarga separada, quer uma valvula automatica de não retorno, provida dum meio de fechamento directo, manobrando de cima do convés das anteparas, quer, alternativamente, duas valvulas automaticas de não retorno, sem esses meios, estando a valvula superior situada de tal modo acima da linha de carga maxima que seja sempre accessivel para exame, nas circumstancias normaes do serviço.

Quando forem empregadas valvulas de fechamento directo, as posições de manobra acima do convés das anteparas deverão ser sempre accessiveis e ter meios de indicar se estão fechadas ou abertas.

11. As portinholas para passageiros, carga e carvão installadas abaixo da linha de margem deverão ter resistencia sufficiente. Deverão ser efficazmente fechadas e estanques antes da partida do navio para o mar, e permanecer fechadas durante a viagem.

12. As aberturas interiores das dala dos cinzeiros, do lixo, etc., deverão ser providas duma cobertura efficaz.

Si a abertura interior estiver situada abaixo da linha de margem, a cobertura deverá ser estanque, e deve-se, além disso, installar na dala uma valvula automatica de não retorno, em posição facilmente accessivel acima da linha de carga maxima. Quando a dala não estiver em uso, tanto a cobertura como a valvula, deverão ser mantidas fechadas e firmes em seu lugar.

### REGRA XI

Construcção e provas iniciaes das portas estanques, vigias, etc.

1. O projecto, os materiaes e a construcção das portas estanques, vigias, portinholas de passageiros, carga e carvão, valvulas, encanamentos, dala de cinza e lixo referidos neste Regulamento, deverão estar de accordo com as exigencias da Administração.

2. Toda porta estanque deve ser submettida a uma prova de pressão d'agua correspondente a uma altura d'agua até a linha de margem. A prova deverá ser feita antes do navio entrar em serviço, antes ou depois que a porta fôr installada.

### REGRA XII

Construcção e provas iniciaes dos convezes estanques, conductos, etc.

1. Os convezes, conductos, tunneis, quilhas tubulares e conductos de ventilação, quando forem estanques, deverão apresentar a mesma resistencia que a das partes correspondentes das anteparas estanques. O meio usado para torna-l-as



estanques e os dispositivos adoptados para o fechamento das aberturas deverão estar de accordo com as exigencias da Administração. Os conductos e os tambores estanques de ventilação deverão ser levados no minimo até a linha de margem

2. Depois de promptos, os convezes estanques deverão ser submittidos a uma prova de mangueira ou de alagamento e os conductos estanques, tunneis e ventilladores, a uma prova de mangueira.

### REGRA XIII

Manobras e inspecções periodicas das portas estanques, etc.

Em todos os navios novos ou existentes deve-se fazer semanalmente exercicio de manobra dos órgãos de fechamento estanque das portas, aberturas, cinzeiros e dalas.

Nos navios cuja duração de viagem exceder de uma semana, deverá ser feito um exercicio completo antes da partida do porto, seguido de outros, no minimo, uma vez por semana durante a viagem; contudo, as portas cuja manobra acarreta o emprego duma fonte de energia e as portas de doradiça das ante-paras transversaes principaes devem ser manobradas quotidianamente, quando forem utilizadas no mar.

As portas estanques e todos os mecanismos e indicadores que a ellas se relacionam, assim como todas as valvulas cujo fechamento é necessario para garantir as propriedades estanques dum compartimento, devem ser periodicamente inspecionados no mar, pelo menos uma vez por semana.

### REGRA XIV

Entradas no livro de quartos

Em todos os navios novos e existentes, as portas e dobradiças, chapas portateis, aberturas do costado, portinholas de passagem dos passageiros, da carga e do carvão, que, por este Regulamento, tiverem de permanecer fechadas durante a viagem, deverão ser fechadas antes da partida do navio. A hora do fechamento e a da abertura (si fôr permittido neste Regulamento), serão registradas no livro de quartos.

Serão registrados tambem no livro de quartos todos os exercicios e inspecções requeridos pela Regra XIII, mostrando-se explicitamente qualquer defeito que se possa encontrar.

### Regra XV

Fundos dupios

(1) Os navios tendo um comprimento minimo igual a 64 metros (200 pés) e inferior a 76 metros (249 pés) devem receber um fundo duplo, estendendo-se no minimo do compartimento das machinas até a antepara de collisão avante, ou tão proximo a esta quanto possivel.

(3) Os navios tendo um comprimento igual ou superior a 100 metros (330 pés) devem receber um fundo duplo á meia

não, estendendo-se ás anteparas extremas de vante e de ré, ou tão proximo dellas quanto possível.

(4) Onde fôr requerida a installação dum fundo duplo o forro interior será levado até o chapeamento externo de tal maneira que se proteja o encolamento do navio.

Tal protecção será tida como satisfactoria se a linha de intersecção da aresta exterior da chapa marginal com a chapa do costado não fôr mais baixa, em qualquer ponto, do que um plano horizontal que passe pelo ponto de intersecção com a caverna a meia nádua linha diagonal transversal inclinada de 25 grãos relativamente á linha da base e cortando-a num ponto situado a uma distancia igual á metade da bocca moldada, a partir da linha mediana do navio.

(5) Os poços construidos no fundo duplo e relativos aos dispositivos de esgoto, não deverão se estender para baixo mais do que o necessario, nem deverão estar a menos de 457 millimetros (18 pollegadas) do chapeamento externo ou da aresta interior da chapa marginal. Comtudo, nos navios de helices, é permittido um poço estendendo-se até o chapeamento externo, na extremidade de ré do tunnel do exito propulsor.

### *Regra XVI*

#### **Anteparas resistentes ao fogo**

Os navios deverão receber acima do convez principal, anteparas resistentes ao fogo, as quaes deverão ser continuas dum bordo ao outro do navio e dispostas de accordo com as exigencias da Administração.

Deverão ser construidos de metal ou de outro material resistente ao fogo, efficazes de modo a evitar, durante uma hora, nas condições para as quaes as anteparas são installadas no navio, alastrar-se o fogo que gere uma temperatura de 815°C (1.500° F) na antepara.

Os dentes, recessos e os meios de fechamento de todas as aberturas nessas anteparas deverão ser resistentes contra o fogo e estanques para as chammas.

A distancia média entre duas anteparas adjacentes e resistentes contra o fogo, em qualquer superstructura não deverá, dum modo geral, exceder de 40 metros (131 pés).

### *Regra XVII*

#### **Aberturas do costado e outras, etc., acima da linha de margem**

(1) As aberturas do costado, as portinholas de passageiros, carga e carvão e os outros dispositivos para o fechamento das aberturas no costado do navio, acima da linha de margem, deverão ser officialmente projectados e construidos, tendo resistencia sufficiente relativamente aos compartimentos em que forem installados e suas posições referidas á linha de carga maxima.

(2) O convez principal ou um convez acima deste deverá ser á prova de tempo, no sentido de que, nas condições ordinarias do mar, a agua não penetre em direcção para baixo.

Todas as aberturas no convez exposto ao tempo deverão receber coberturas de altura ampla e resistente, e deverão ser equipadas com meios efficientes para serem rapidamente fechadas á prova de tempo.

(3) Descargas para o mar ou embornaes deverão ser installados onde fôr necessario para esgotar rapidamente toda a agua que caia sobre o convez, em qualquer condição de tempo.

### *Regra XVIII*

#### Esgotamento dos compartimentos estanques

(1) Nos compartimentos dos passageiros e da guarnição, deverão ser installados dispositivos práticos de sahida dos occupantes para o convez, de cada compartimento estanque.

(2) Deverão ser installados dispositivos práticos de sahida da guarnição de cada praça de machinas, tunnel do eixo propulsor, porões e outros compartimentos de trabalhos, independentes das portas estanques.

### *Regra XIX*

#### Dispositivos das bombas

(1) Os navios deverão receber uma installação efficiente de bombas, capaz de esgotar qualquer compartimento estanque sob qualquer condição prática e depois duma casualidade, quer o navio esteja adernado ou não. Para este fim, serão geralmente necessarias succões lateraes, excepto nos compartimentos estreitos dos extremos do navio. Quando houver um chapeamento interior muito junto ao chapeamento externo, no bojo do navio, deverão ser adoptados dispositivos pelos quaes a agua do compartimento possa encontrar caminho para os tubos de succão. Deverão ser adoptados meios efficientes para esgotar a agua dos porões isolados.

(2) Além da bomba ordinaria do porão, accionada pelas machinas motoras, ou bomba equivalente da praça de machinas, deverão ser installadas duas bombas independentes de porão, excepto nos navios de comprimento menor do que 91.5 metros (300 pés), tendo um numeral de criterio menor do que 30, onde duas bombas manuaes efficientes do typo de manivella installadas uma avante e uma a ré, ou uma bomba portatil a motor, poderão ser substituidas por uma das bombas de porão adicionadas independentes.

As bombas do serviço sanitario, do lastro liquido e dos serviços geraes poderão ser accionadas como sendo bombas de porão, a motor, independentes si forem equipadas com as ligações necessarias ao systema de esgoto do porão.

(3) Onde forem requeridas duas ou mais bombas a motor independentes, o arranjo deve ser tal que no minimo uma bomba a motor será disponivel para o emprego em todas as circumstancias ordinarias, nas quaes um navio possa ser alagado no mar.

Uma das bombas a motor deverá, portanto, ser uma bomba de emergencia, dum typo submersivel, de bom funcceionamento.

(4) Onde fôr possível, as bombas a motor de porão deverão ser collocadas em compartimentos estanques separados, dispostos e situados de tal maneira que esses compartimentos não possam ser promptamente alagados pela mesma avaria. Si as machinas e caldeiras estiverem em dois ou mais compartimentos estanques, as bombas disponiveis para o serviço dos porões deverão ser distribuidas por esses compartimentos, tanto quanto possível.

(5) Com excepção das bombas que possam ser suppridas apenas para os compartimentos de equilibrio, quer sejam operadas a mão, quer a motor, deverão ser dispostas de modo a esgotar a agua de qualquer porão ou compartimento de machinas do navio.

(6) Cada bomba independente de porão, a motor, deverá ser capaz de dar uma velocidade á agua, atravez o collector principal, nunca inferior a 122 metros (400 pés) por minuto, e deverá ter uma sucção directa separada, no compartimento em que estiver situada, com um diametro nunca menor do que o do collector principal. As sucções directas de cada bomba independente de porão, a motor, deverão ser dispostas de cada bordo do navio.

(7) As bombas principaes de circulação deverão ter ligações para sucção directa, suppridas com valvulas de não retorno, no nivel de esgoto mais baixo do espaço das machinas, e com um diametro no minimo igual a dois terços do diametro do encanamento principal de admissão do mar. Onde o combustivel fôr ou puder ser carvão, e não houver antepara estanque entre as machinas e caldeiras, deverá ser installada uma descarga directa para o mar, no minimo em uma bomba principal de circulação ou, alternativamente, uma derivação poderá ser installada na descarga da circulação.

(8) a) — As canalizações das bombas destinadas a esgoto dos compartimentos de machinas ou porões de mercadorias devem ser inteiramente distinctas das tubulações destinadas ao enchimento ou esgoto dos tanques de agua e oleo;

b) não se deve empregar canalizações de chumbo passando por baixo de carvoeiras ou tanques de oleo, ou por dentro dos compartimentos de machinas e caldeiras, nem tão pouco atravez das praças dos motores que contiverem bombas a oleo ou tanques de decantação.

(9) A Administração deve estabelecer regras para o calculo da caixa collectora — principal e respectivas ramificações que deverão ser proporcionadas ás dimensões do navio e ás dos compartimentos a esgotar.

(10) A disposição das caixas (espaço) collectoras e das canalizações das bombas deve ser tal que a agua não possa passar do mar ou dos tanques de lastro para dentro dos compartimentos de machinas ou porões de mercadorias, nem de um compartimento para outro. Deve-se tomar medidas especiaes para evitar que, algum porão que tenha communicação com as caixas collectoras ou com os tanques de lastro, possa ser inadvertidamente communicado com o mar quando o mes-

mo contiver carga, ou esgotado, atravez dessas mesmas caixas, quando elle contiver agua como lastro.

(11) Deve-se tomar medidas para evitar que um compartimento que tenha ligações com as caixas collectoras, venha a ser alagado em consequencia de avaria nas tubulações, seja por encalhe ou collisão em qualquer outro compartimento. Para isto, se o tubo de aspiração passar muito perto do costado do navio, ou da quilha, deverá ser collocado de modo a serem sempre accessiveis em condições normaes.

Deve achar-se de tal maneira disposto que, no caso de alagamento, possa-se sempre communicar as bombas de emergencia com qualquer compartimento. Se existir apenas uma rede de canalização commum a todas as bombas, os suspiros e valvulas necessarios á operação de esgoto devem ser manobrados de fóra do compartimento estanque. Se, porém, além da installação principal de esgoto, houver uma outra installação de emergencia, ellas devem ser inteiramente independentes e dispostas de tal maneira que a bomba de emergencia, em caso de alagamento, possa esgotar qualquer compartimento.

#### NAVIO A MOTOR

A installação de esgoto dos porões dos navios a motor, tanto quanto possivel, deve ser semelhante á dos navios a vapor das mesmas dimensões, excepto no que se refere ás bombas de circulação.

#### *Regra XX*

##### Inversão de marcha

Na inversão de marcha, as machinas devem desenvolver uma potencia capaz de garantir ao navio, em qualquer circumstancia, todas as suas qualidades manobreiras.

#### *Regra XXI*

##### Apparelho auxiliar de governo

Os navios devem possuir um apparelho auxiliar de governo que póde ser de potencia inferior á do apparelho principal; não é necessario ser accionado por vapor ou qualquer outra fonte de energia, desde que se possa fazer dispositivos apropriados para a manobra manual.

#### *Regra XXII*

##### Inspecções iniciaes e subseqüentes dos navios

1) Todo navio, novo ou não, deve ser submettido ás inspecções abaixo:

- a) uma inspecção antes do navio entrar em actividade;
- b) uma inspecção annualmente;
- c) inspecções supplementares, sempre que fôr necessario

2) As inspecções acima referidas devem ser levadas a effecto da seguinte maneira:

a) A *inspecção antes do navio entrar em actividade* deve comprehender um exame completo do casco, equipamento e machinas em geral, além de uma vistoria de suas obras vivas e da parte interna e externa das caldeiras. Esta inspecção deve ser tal que garanta que a disposição material e estrutural do casco, caldeiras e seus accessorios, machinas principaes e auxiliares,apparelhos de salvamento e outros equipamentos, preencham inteiramente os preceitos da presente convenção e as instrucções para a sua applicação baixadas pelo Governo do paiz a que pertence o navio, para a especie de serviço para o qual o mesmo é destinado.

Esta inspecção tem igualmente como objectivo garantir que a construcção de todas as partes do navio e de seu equipamento satisfazem completamente.

b) A *inspecção annual* comprehende um exame de conjuncto do casco, caldeiras, machinas e equipamento além de um vistoria completa das obras vivas do navio. Esta inspecção tem como objectivo assegurar que o navio, no que diz respeito ao casco, caldeira e accessorios, machinas principaes e auxiliares, equipamento e apparelhos de salvamento, está em estado satisfactorio de conservação para o serviço que lhe é destinado e de accordo com as exigencias da presente Convenção e com as instrucções baixadas a respeito pelo Governo do paiz ao que o mesmo pertencer.

c) A *inspecção geral ou parcial*, conforme exijam as circumstancias, deve ser feita em caso de accidente, ou sempre que se descubra um defeito que affecte a segurança do navio, a efficiencia e a perfeição dos seus apparelhos de salvamento e outros equipamentos e sempre que tiverem de ser levados a effecto reparos importantes ou modificações. Esta inspecção tem por fim assegurar que todos os reparos e modificações necessarios foram effectuados em boas condições, que o material utilizado e mão de obra empregada satisfazem completamente e que o navio responde, sobre todos os sentidos as prescripções da presente convenção e as instrucções baixadas pelo Governo do paiz ao que o mesmo pertencer.

3) As instrucções de detalhe a que se refere o paragrapho 2º devem fixar as exigencias para as provas hydraulicas, iniciaes e subsequentes, a que devem ser submettidas as caldeiras principaes e auxiliares, seus accessorios, tubulações de vapor, reservatorios de alta pressão e os intervallos entre duas provas consecutivas.

As caldeiras principaes e auxiliares, seus accessorios, tanques e reservatorios, assim como as tubulações de vapores de mais de tres pollegadas (76 m/m) de diametro interno devem ser satisfactoriamente provadas á pressão hydraulica antes de serem postas em serviço. Os tubos de vapor de mais de tres pollegadas (76 m/m) devem ser submettidos á pressão hydraulica periodicamente,

*Regra XXIII*

## Conservação depois da inspecção

Depois de inspecionado o navio, segundo o que prescreve a Regra XXII, não se poderá fazer nelle nenhuma alteração na sua disposição, machinas, equipamentos, etc., já approvados, sem o consentimento da administração.

## APPARELHOS DE SALVAMENTO

*Regra XXIV*

## Tipos regulamentares em embarcações

Os tipos regulamentares de embarcações obedecem á seguinte classificação:

Classe I — Embarcações salva-vidas de costado rigido, tendo: a) apenas fluctuadores internos, b) fluctuadores internos e externos.

Classe II — a) Embarcações abertas com fluctuadores internos e externos com a parte superior do costado compressivel, b) Embarcações com convez e de anteparas estanques que podem ser fixas ou compressiveis.

Nenhuma embarcação póde ser posta em serviço se a sua fluctuabilidade depende de prévio ajustamento de uma das principaes partes do casco ou se a sua capacidade cubica é inferior a 3m,35 (equivalente a 125 pés cubicos).

Nenhuma embarcação póde ser admittida se o seu peso, em plena carga com pessoas e equipamentos excede a 20.300 kilogrammas (20 toneladas inglezae).

*Regra XXV*

## Embarcações de salvamento da classe I

As embarcações da Classe I devem ter uma curvatura (sheer) pelo menos igual a 4 por cento do seu comprimento.

Os caixões de ar das embarcações salva-vidas da Classe I devem ser dispostos de maneira a garantir a estabilidade da embarcação em plena carga e em circumstancias desfavoraveis de tempo. Nas embarcações lotadas para 100 ou mais pessoas, o volume dos fluctuadores deve ser augmentado a criterio da Administração.

As embarcações salva-vidas da Classe I devem, além disso, satisfazer as seguintes condições:

a) Embarcações salva-vidas apenas com fluctuadores internos.

A fluctuabilidade de uma embarcação metallica deste typo não deve ser inferior á exigida acima para embarcações de madeira da mesma capacidade cubica; consequentemente o volume dos caixões estanques de ar deve ser convenientemente augmentado.

**b) Embarcações salva-vidas com fluctuadores internos e externos.**

A fluctuabilidade interna de uma embarcação de madeira deste typo deve ser assegurada por caixões estanques de ar com um volume total igual a 7,5 por cento da capacidade cubica da embarcação.

Os fluctuadores externos devem ser de cortiça ou de outro qualquer material equivalente. Não serão admittidos fluctuadores cujo enchimento seja de ar ou constituido por junco, grão de cortiça ou por qualquer substancia granulada sem cohesão propria.

Se os fluctuadores são de cortiça, seu volume, para uma embarcação de madeira, não deve ser inferior a 33 millesimos da capacidade cubica da embarcação; se elles são de um outro qualquer material, seu volume e distribuição devem ser taes que a fluctuabilidade e estabilidade da embarcação não sejam inferiores ás de uma embarcação semelhante provida de fluctuadores de cortiça.

A fluctuabilidade de uma embarcação metallica não deve ser inferior á exigida para uma embarcação de madeira da mesma capacidade cubica; consequentemente o volume dos caixões estanques de ar e dos fluctuadores externos deve ser augmentado convenientemente.

**Regra XXVI**

**Embarcações da classe II**

As embarcações da Classe II devem satisfazer as seguintes condições:

a) Embarcação aberta com fluctuadores internos e externos com a parte superior do costado compressivel.

Uma embarcação deste typo deve ser provida ao mesmo tempo de caixões estanques de ar e fluctuadores externos.

O volume total para cada pessoa que a embarcação póde receber deve ter pelo menos, os seguintes valores:

	<i>Decímetros cubicos</i>	<i>Pés cubicos</i>
Caixões estanques	— 43	1,5 —
Fluctuadores externos	— 6	0,2 —
(si de cortiça)	—	

Os fluctuadores externos podem ser de cortiça ou de outro qualquer material de igual efficiencia. Não são admittidos fluctuadores de ar ou constituidos de junco, grãos de cortiça ou qualquer outra substancia granulada e sem cohesão propria.

Si elles são de outro qualquer material, seu volume e distribuição devem ser taes que a fluctuabilidade e a esta-



bilidade da embarcação não sejam inferiores ás de uma embarcação semelhante provida de fluctuadores de cortiça.

Uma embarcação metallica deste typo deve ser provida de fluctuadores internos e externos que lhe assegurem uma fluctuabilidade pelo menos igual á de uma embarcação de madeira.

A borda livre minima das embarcações desse typo é determinada de accordo com o seu comprimento e deve ser medida, á meia náu, com a embarcação carregada, verticalmente no costado, desde o nivel dagua até ao tope da parte solida do casco.

A borda livre em agua doce não deve ser inferior aos seguintes valores:

<i>Comprimento da embarcação de salvamento</i>		<i>Borda livre minima</i>	
<i>Metros</i>	<i>Pés</i>	<i>Milímetros</i>	<i>Pollegadas</i>
7.90	26	200	8
8.50	28	225	9
9.15	30	250	10

A borda livre das embarcações de comprimentos intermediarios obtem-se por interpolação.

A parte compressivel deve ser estanque.

b) Embarcações com convez, e de bordas estanques que podem ser fixas ou compressiveis.

(i) Embarcações de castello e tombadilho.

A parte baixa do convez, entre o castello e o tombadilho, (well deck), deve ter uma area nunca inferior a 30 por cento da area total do convez. A sua altura acima da linha de fluctuação em plena carga deve ser igual a meio por cento do comprimento da embarcação, ou a um e meio por cento do comprimento desse convez.

A borda livre de uma embarcação deste typo deve assegurar-lhe uma reserva de fluctuabilidade, pelo menos de 35 por cento.

(ii) Embarcações de convés corrido — A altura minima da borda livre das embarcações deste typo é independente de seu comprimento e apenas depende de seu pontal.

Este pontal deve ser medido verticalmente na borda, á meia nau, deste a parte superior do convez até a margem inferior da taboa de resbordo, e a borda livre desde a parte superior do convez até o nivel dagua em plena carga, na borda á meia nau.

A borda livre em agua doce não deve ser inferior aos valores abaixo, applicados sem correcção ás embarcações cuja curvatura (sheer) média seja igual a 3 por cento do seu comprimento,

*Profundidade da embarcação de salvamento — Borda livre minima*

<i>Millímetros—Pollegadas</i>			<i>Millímetros—Pollegadas</i>		
310	—	12	70	—	-2 3/4
460	—	18	95	—	-3 3/4
610	—	24	130	—	-5 1/8
760	—	30	165	—	-6 1/2

A borda livre de embarcações de profundidade intermediária obtem-se por interpolação.

Si a curvatura fôr menor do que a padrão, acima referida, a borda livre minima obtem-se addicionando-se aos numeros desse quadro a setima parte da differença entre a curvatura padrão e a média das curvaturas tomadas na prôa e na pôpa, si a curvatura fôr maior que a padrão, ou si o convez tiver alguma curvatura propria, nenhuma redução será applicada á borda livre.

(iii) Todas as embarcações de salvamento, com convez devem possuir meios efficientes para assegurarem o escapeamento da agua.

*Regra — XXVII**Embarcações a motor*

Uma embarcação a motor fazendo parte do systema de salvamento de um navio, obrigatoriamente ou não, em virtude da Regra XXXVI, deve preencher as seguintes condições:

a) satisfazer as prescrições para uma embarcação de salvamento da classe I, e o navio possuir dispositivos convenientes para pol-as nagua com rapidez;

b) ser provida do combustivel sufficiente e estar sempre em condições de entrar immediatamente em funcionamento;

c) o motor e seus accessorios devem ser protegidos convenientemente de modo a garantir o funcionamento adiante e atraz em condições desfavoraveis de tempo;

d) a velocidade deve ser, pelo menos, de seis milhas em plena carga e com mar calmo.

O volume dos fluctuadores internos e externos, si estes existirem, deverá ser augmentado de modo a compensar a differença entre o peso do motor, do holophote, da instalação radio telegraphica e seus accessorios e o peso das pessoas a mais que a embarcação possa accomodar no caso de se retirar estes aparelhos.

*Regra — XXVIII**Jangada de salvamento*

Nenhuma jangada poderá ser admittida em serviço si não satisfizer as seguintes condições:

a) ser de material e construcção approved;

b) ser utilizavel e estavel qualquer que seja o lado sobre o qual fluctue;

- c) ser provida nos dois bordos de uma tela fixa ou movel de madeira, lona ou outro qualquer material apropriado;
- d) ser contornada de alças solidamente fixadas;
- e) ter resistencia sufficiente para não se avariar quando lançada ou atirada nagua e ser de peso e tamanho tal quo torne facil o seu manejo;
- f) possuir pelo menos 85 decimetros cubicos (tres pés cubicos) de caixões de ar ou fluctuadores equivalentes, por pessoa a supportar;
- g) possuir uma superficie, pelo menos, de 3.720 centimetros quadrados (4 pés quadrados) por pessoa e de modo a supportar effectivamente, fóra dagua todos os occupantes.
- h) ter os caixões de ar ou fluctuadores equivalentes distribuidos nos ou o mais proximo possivel dos bordos, não podendo ser acceito nenhum fluctuador a ar.

### *Regra — XXIX*

#### Objectos fluctuantes

Objectos fluctuantes, como sejam bancos de convéz, cadeiras ou outros objectos, devem ser considerados sob o ponto de vista de fluctuabilidade, como correspondendo a um numero de pessoas que se obtem dividindo-se o numero de kilos de ferro que elles podem supportar em agua doce, por 14.5 (equivalente ao peso em libras dividido por 32), e si precisarem de ar para sua fluctuabilidade, não deverão depender de enchimento por occasião de seu emprego em caso de emergencia.

O numero de pessoas julgado sufficiente para cada objecto será o menos dos numeros obtidos pelo calculo da fluctuabilidade, como foi dito acima, ou dividindo-se o perimetro, expresso em centimetros, por 30.5 (equivalente a 1 pé).

Os objectos approvados devem satisfazer as seguintes condições:

- 1) devem ser de construcção e material adequado;
- 2) devem ser efficientes e estaveis qualquer que seja o lado sobre o qual fluctuem;
- 3) devem ter dimensões, resistencia e peso taes que possam ser manobrados sem o auxilio de meios mechanicos e não se avariarem quando fór necessario arremessal-os nagua do lugar onde os mesmos estão situados;
- 4) os caixões de ar ou fluctuadores equivalentes devem se achar dispostos o mais perto possivel dos objectos fluctuantes.

### *Regra — XXX*

#### Capacidade cubica das embarcações de salvamento da classe I

- 1) a capacidade cubica das embarcações dessa classe deve ser determinada pela regra de Stirling (Sinposan) ou por outro methodo qualquer que dê o mesmo gráo de precisão. A capacidade de uma embarcação de pópa quadrada

deve ser calculada como si ella (embarcação) fosse de pôpa pontuada;

2) por exemplo, a capacidade, em metros cubicos (ou pés cubicos), de uma embarcação, calculada pela regra de Stirling, pôdo ser considerada como sendo dada pela seguinte formula:

$$\text{Capacidade} = \frac{1}{12} (4 A + 2 B + 4 C) \text{ na qual } 1 \text{ representa}$$

o comprimento da embarcação em metros (ou pés), tomado da parte interna do taboado; ou chapeamento, desde a roda de prôa ao ponto correspondente no cadaste; no caso de uma embarcação de pôpa quadrada, o comprimento é medido até a parte interior do espelho da pôpa.

A, B e C representam respectivamente as áreas das secções transversaes a um quarto da prôa, á meia náu, e a um quarto da pôpa, que correspondem aos tres pontos obtidos dividindo-se 1 em 4 partes iguaes. As áreas correspondentes áa duas extremidades da embarcação são consideradas como desprezíveis.

As áreas A, B e C devem ser consideradas como obtidas em metros ou em pés quadrados, applicando-se successivamente a cada uma das tres secções transversaes a seguinte formula:

$$\text{Area} = \frac{h}{12} X (a + 4 c + 2 e + 4 d + e)$$

na qual  $h$  é o pontal medido em metros (ou em pés) pelo lado de dentro, desde a quilha até o nivel superior da borda e em alguns casos, até um nivel inferior como se mostra abaixo:

$a + h + e + d + e$  - representam as boccas horizontaes em metros ou pés, nas duas partes, superior e inferior, do pontal da embarcação e nos tres pontos obtidos dividindo-se  $h$  em 4 partes iguaes ( $a$  e  $e$  correspondem aos dois pontos extremos e  $c$  ao meio de  $h$ ).

3). se a curvatura na parte superior da borda, medida nos dois pontos situados a um quarto do comprimento, a partir das extremidades, excede de 1 por cento do comprimento da embarcação, deve-se tomar, para o calculo das secções transversaes A ou C o pontal á meia-náu mais 1 por cento do comprimento da embarcação.

4). se o pontal da embarcação á meia-náu fôr maior que 45 por cento da bocca, o que fôr empregado no calculo da secção transversal á meia-náu B deve ser igual a 45 por cento da largura e aquelle a ser empregado no calculo das secções transversaes — A e C, situados a um quarto do comprimento, avante e a ré, é obtido accrescentando-se ao que fôr usado no calculo da secção B, 1 por cento do comprimento da embarcação tendo-se em vista que nenhum desses pontaes calculados devem ser maiores do que os reaes, nesses pontos.

5). se o pontal da embarcação fôr maior que 122 centimetros (4 pés), o numero de pessoas admittidas pela presente regra deve ser reduzido na proporção de 122 centimetros

para o pontal real, até que uma experiência satisfactoria determine o numero certo de pessoas, munidas de colletes salva-vidas, que a embarcação pode carregar.

6), cada administração deve fixar, por formulas convenientes, o numero maximo de pessoas para as embarcações de extremidade muito agudas e para as de formas bojudas.

7), cada administração tem o direito de attribuir a uma embarcação uma capacidade igual ao producto das tres dimensões por 0.6 se porventura essa formula não der uma capacidade maior do que a obtida pelo methodo acima referido.

As dimensões devem ser medidas da seguinte maneira:

*Comprimento*: — Da intersecção da parte externa do costado com a roda, ao ponto correspondente no cadaste, ou, no caso das embarcações de popa quadrada, até a parte de ré do painel da popa.

*Bocca*: — Entre os lados de fóra das taboas do costado no ponto em que fôr maior a largura da embarcação.

*Pontal*: — A' meia-náu, pelo lado de dentro do costado desde a quilha até a parte superior da borda, mas o pontal usado no calculo de capacidade não deve exceder de 45 por cento da bocca.

O armador tem sempre o direito de exigir que a capacidade da embarcação seja determinada pelas suas exactas medidas.

8), a capacidade de uma embarcação a motor obtem-se deduzindo-se da capacidade bruta o volume occupado pelo motor e seus accessorios, e se acaso possuir, o da installação radio-telegraphica, holophotes e seus partences.

### Regra XXXI

#### Convés das embarcações da classe II

1), a aréa do convés de uma embarcação deve ser determinada pelo methodo abaixo ou por outro qualquer methodo que dê o mesmo grau de precisão. O mesmo methodo é applicado para se calcular a area entre as bordas fixas de uma embarcação da classe II (a).

a) por exemplo, admitta-se que a superficie em metros ou pés quadrados, de uma embarcação possa ser dada pela formula abaixo:

$$\text{Area} = \frac{1}{12} (2a + 1.5b + 4c + 1.5d + 2e)$$

em que 1 é o comprimento em metros ou em pés, da intersecção da parte externa do costado com a roda de proa ao ponto correspondente do cadastro; *a, b, c, d, e*, representam as boccas horizontaes em metros ou em pés tomadas entre os lados de fóra do costado, nos pontos que se obtem dividindo 1 em 4 partes iguaes (*a* e *e*) representam as larguras das subdivisões, extremas, e *a* de meia náu, e *b* e *d* as das divisões intermediarias.

*Regra XXXII***Marcação das embarcações, balsas eapparelhos fluctuantes**

As dimensões da embarcação e o numero de pessoas que póde carregar oficialmente deverão ser marcados sobre a mesma em caracteres claros e permanentes. Essas marcas deverão ser approvadas em especie pelos officiaes designados para inspecionar o navio.

As balsas e os apparelhos fluctuadores deverão ser marcados com o numero de pessoas do mesmo modo que as embarcações.

*Regra XXXIII***Capacidade de transporte dos escaleres salva-vidas**

1) O numero de pessoas que qualquer dos escaleres salva-vidas dos typos padrões poderá accomodar é igual ao numero que se obtem dividindo-se a capacidade do escaler em metros cubicos ou pés cubicos ou a área em metros quadrados ou pés quadrados pela unidade padrão de capacidade ou unidade de superficie, de accordo com as circumstancias abaixo definidas para cada typo.

2) As unidades padrões de capacidade e superficie para a determinação do numero de pessoas são as seguintes:

Unidade de capacidade — Metros cubicos — Equivalente em pés cubicos

Escaleres abertos, Classe I (a).....	0,238	10
Escaleres abertos, Classe I (b).....	0,255	3

Unidade de superficie — Metros quadrados — Equivalente em pés quadrados

Classe II .....	0,325	3 1/2
-----------------	-------	-------

3) A administração poderá accetar, em lugar de 0,325 ou 3 1/2, conforme o caso, um menor divisor, se verificar, após as provas, que o numero de pessoas para as quaes existem assentos nos escaleres em questão é maior que o numero obtido com o emprego do divisor acima, contanto que o divisor adoptado em lugar de 0,325 ou 3 1/2, conforme o caso, não seja nunca inferior a 0,280 ou 3.

A administração que accetar um divisor inferior deverá communicar ás outras administrações detalhes da prova e desenhos do escaler em apreço.

*Regra XXXIV***Limites de capacidade**

1) Nenhum escaler deverá ser marcado para um numero de pessoas superior ao obtido pela maneira especificada neste Regulamento.

Esse numero será reduzido:

1) quando fôr maior que o numero de pessoas para as quaes existam assentos adequados; esse ultimo numero será determinado de tal fôrma que as pessoas sentadas não interfiram de fôrma alguma com o emprego dos remos;

2) quando, no caso de escaleres que não sejam da Classe I, completamente lotados, a borda livre fôr inferior á borda livre prevista para cada typo, respectivamente, o numero será reduzido até que a borda livre, quando em lotação completa, seja, pelo menos, igual á borda livre padrão acima prevista.

Nos escaleres da Classe II (b) (i) a parte elevada do convêz, aos lados, pôde ser considerada como dando lugar para assento.

### *Regra XXXV*

#### Peso das pessoas e seus equivalentes

Nas provas para a determinação do numero de pessoas que um escaler ou jangada salva-vidas poderá accomodar, cada uma dessas pessoas será considerada como sendo adulta e provida de cinto salva-vidas.

Para a verificação da borda livre os escaleres içados na tolda serão carregados com o peso minimo de 75 kg. (165 lbs.) para cada pessoa adulta que ellas têm autorização de transportar.

Em qualquer caso, duas crianças de menos de 12 annos serão consideradas como equivalendo a uma pessoa.

### *Regra XXXVI*

#### Equipamento dos escaleres e jangadas salva-vidas.

1) O equipamento normal de cada escaler constará de:

a) uma andaina completa de remos, dois remos sobressalentes e um de governo; uma andaina e meia de forquetas ou toleteiras; um cróque;

b) dos bujões para cada boeiro (os bujões não serão necessários quando existirem valvulas automaticas); uma pá e um balde de ferro galvanizado.

c) um leme, uma canna de leme ou meia lua e gualdroes;

d) dois machados;

e) um pharol com oleo e torcida;

f) um ou mais mastros com uma vela boa, pelo menos e o apparelho adequado para cada uma dellas;

g) uma bussola efficaç;

h) um cabo salva-vidas passado por fóra da embarcação.

i) uma ancora fluctuante;

j) uma espia;

k) um vaso com quatro e meio litros (equivalentes a um galão) de oleo vegetal ou animal. O vaso será feito de fôrma a permittir a facil distribuição do oleo sobre a agua e a sua fixação a uma ancora fluctuante;

l) um recipiente á prova de ar, contendo um kilogrammo de provisões para uma pessoa;

m) um recipiente estanque provido de um cantil com fiel de cabo contendo um litro de agua doce para cada pessoa;

n) uma duzia, pelo menos, de archotes vermelhos dotados de ignição propria e uma caixa de phosphoros em recipientes estanques;

o) meio kilogrammo de leite condensado para cada pessoa;

p) um armario fechado proprio para a guarda de pequenos artigos do equipamento;

q) qualquer escaler com o certificado para transporte de 190 ou mais pessoas será provido de um motor e deverá satisfazer ás exigencias do artigo XXXVII.

O salva-vidas a motor não precisará ter mastro nem velas e nem mais da metade da andaina de remos mas deverá ter dois cróques.

Os escaleres salva-vidas içados na tolda não terão embornal mas serão providos de duas bombas de esgoto pelo menos.

Para o caso de navios empregados no transporte de passageiros no Atlantico Norte, acima de 35° de latitude, só uma parte dos escaleres, parte esta que será fixada pela Administração, precisará ser dotada de mastros e velas e estes escaleres só precisarão levar metade da quantidade de leite condensado.

2) — Sempre que o numero de escaleres salva-vidas do navio fôr acima de 13, um delles será a motor e sempre que esse numero ultrapassar de 19, dois serão a motor. Estes salva-vidas a motor serão dotados de installação radio-telegraphica e holophote.

A installação radio-telegraphica deverá satisfazer ás exigencias de alcance e efficiencia a serem estabelecidos pela Administração.

O holophote comprehenderá uma lampada de, pelo menos 80 watts, um reflector efficaç e uma fonte de força que illuminará bem um objecto de coloração clara, de uma largura de 18 metros (60 pés) a uma distancia de 180 metros (200 jardas) durante seis horas e deverá ser capaz de trabalhar continuamente durante tres horas.

Quando a energia para a installação de radio e de holophote provier da mesma fonte, deverá ser esta sufficiente para o trabalho adequado de ambos os aparelhos.

3) O aparelhamento normal de uma jangada salva-vidas constará de

a) quatro remos;

b) cinco forquetas;

c) uma bóia illuminativa de ignição automatica;

d) uma ancora fluctuante;

e) uma espia;



f) um vaso contendo quatro e meio litros (equivalente a um galão) de óleo vegetal ou animal.

A construção do vaso deverá permittir a facil distribuição de óleo sobre a agua e a sua fixação á ancora fluctuante;

g) um recipiente á prova de ar com um kilogrammo (2 libras) de provisões para cada pessoa.

h) um recipiente estanque provido de caçamba com fiel de cabo contendo um litro de agua doce para cada pessoa;

i) uma duzia, no minimo, de archotes vermelhos, com ignição propria e uma caixa de phosphoros, em recipiente estanque.

4) — Quando se tratar de algum navio empregado em curtas travessias internacionaes, a Administração poderá dispensar os escaleres salva-vidas de transportarem o apparellamento especificado nos sub-paragraphos (f) (l) e (o) do paragrapho 1º e dos seguintes do paragrapho 2º e poderá tambem, dispensar as jangadas salva-vidas de transportarem o apparellamento especificado no paragrapho 3º (g).

### *Regra XXXVII*

#### *Arrumação e manejo dos escaleres e jangadas salva-vidas.*

1) De accordo com as condições do artigo XXXVIII, os escaleres salva-vidas poderão ser arrumados uns sobre os outros ou em obediencia a condições impostas pela Administração, poderão ser arrumados um dentro do outro, mas se fôr preciso igual-os para lançal-os á agua, as arrumações acima só serão permittidas quando existirem dispositivos mecanicos de levantamento.

2) Os escaleres e jangadas salva-vidas, além dos escaleres collocados sob os içados em turcos, poderão ser arrumados de bordo a bordo na tolda, passadiço ou pópa e seguros de forma a poderem fluctuar livres do navio caso não haja tempo de lançal-os á agua.

3) Os escaleres extra, mencionados no paragrapho 2, em numero o maior possivel, deverão poder ser lançados á agua em qualquer dos bordos por meio de dispositivos que façam a sua transferencia de um bordo para outro.

4) Os escaleres só poderão ser arrumados em mais de um convéz sob a condição de se tomar providencias que impeçam que os do convéz inferior possam ser atrapalhados na manobra pelos içados no convéz superior.

5) Os escaleres não deverão ser arrumados na prôa do navio e nem em qualquer outra posição que os colloquem nas proximidades dos propulsores, por occasião do lançamento.

6) Os turcos serão de typo approved e de tal forma dispostos em um ou mais convezes que os escaleres içados nelles possam ser arriados com segurança sem interferencia dos outros turcos.

7) Os turcos cadernaes, talhas e qualquer outro apparellamento deverão ter a necessaria resistencia para arriarem

com segurança os escaleres completamente lotados de pessoal e equipamento, tendo o navio uma banda de 15° para cada bordo.

O comprimento das talhas será tal que lhes permita atingir a agua estando o navio no menor calado e com uma banda de 15°.

8) Os turcos serão dotados de aparelhamento sufficientemente forte para girarem para fora, contra a banda maxima em que podem ser arriados os escaleres completamente guardados e equipados, mas sem passageiros.

9) Os escaleres içados nos turcos terão as talhas promptas para a monobra e deverão ser adoptados meios para soltar-se os escaleres das talhas de um modo rapido mas não necessariamente de acção simultanea.

10) Sempre que de um mesmo par de turcos se arriar mais de um escaler, serão empregadas talhas distinctas para cada uma dessas embarcações, se as talhas forem de cabo de manilha; se, entretanto, as talhas, forem de cabo de arame, com dispositivo mecanico para içal-os, não haverá necessidade da adopção de talhas separadas.

Os dispositivos adoptados deverão permittir que os escaleres sejam arriados em successão e com rapidez.

Deverá ser installado um aparelho manual efficaz, para içar as talhas no caso de aparelhamento mecanico.

11) Não serão applicaveis nos navios empregados em curtas travessias internacionaes e nos quaes a altura da tolda dos escaleres acima da linha d'agua, no calado minimo, seja inferior a 4,5 metros (15 pés), as exigencias relativas á resistencia dos turcos e aparelhamento de boqtafora dos subparagraphos 7, 8 e 10.

### *Regra XXXVIII*

Numero e capacidade dos escaleres, jangadas, salva-vidas, etc. e turcos

1) Os navios serão providos de turcos de accordo com os seus comprimentos segundo o estabelecido na columna "A" da tabella do artigo XXXIX contanto que não haja necessidade de ser o numero de pares de turcos superior ao numero de escaleres precisos á accomodação de todas as pessoas de bordo.

Cada par de turcos terá içado um escaler da Classe I. Se os escaleres içados aos turcos não offerecerem accomodações em numero sufficiente para todas as pessoas de bordo, serão utilizados escaleres salva-vidas de um dos typos padrões.

Depois de terem sido içados serão collocados outros dentro delles, mas a Administração poderá permittir o transporte de jangadas caso as julgue mais promptamente accessiveis ou então mais satisfactorias que estes escaleres para um caso de emergencia contanto que a capacidade total dos escaleres do navio esteja pelo menos dentro do minimo exi-

gido pela columna "C" do artigo XXXIX. Quando, na opinião da Administração, não fôr pratico nem razoavel installar-se a bordo o numero de turcos exigidos na columna "A" da taboa do artigo XXXIX, poderá ella autorizar, em condições excepcionaes, uma menor quantidade de turcos, comtanto que esse numero não seja nunca inferior ao minimo fixado na columna "B" e que a capacidade total dos escaleres do navio atinja pelo menos, a capacidade minima exigida pela columna "C".

2) Os navios empregados em curtas travessias internacionaes serão dotados de turcos, em numero proporcional ao seu comprimento, de accordo com o estabelecido na columna "A" da taboa do artigo XXXIX.

Cada par de turcos terá içado um escaler da Classe I.

Se os escaleres içados nos turcos não offerecerem a capacidade cubica minima, especificada na columna "D" da taboa do artigo XXXIX e nem accommodação a todas as pessoas de bordo, serão transportados no navio escaleres salva-vidas extra, de um dos typos padrões, jangadas salva-vidas de trágado approved ou qualquer outro dispositivo que fluctue e a accommodação assim augmentada deverá ser sufficiente para todas as pessoas de bordo.

Quando, na opinião da Administração, não fôr pratico nem razoavel installar-se nos navios empregados em pequenas travessias internacionaes o numero de turcos exigido pela columna "A" da taboa do artigo XXXIX, poderá ella, em condições excepcionaes permittir a installação de uma menor quantidade de turcos, comtanto que não sejam em menor numero que o minimo fixado na columna "B" da taboa e que a capacidade total dos escaleres do navio atinja, pelo menos, a capacidade exigida na columna "D".

### **Regra XXXIX**

Tabella relativa a turcos e capacidade dos barcos salva-vidas

O quadro seguinte fixa, de accordo com o comprimento do navio:

a) a quantidade minima de pares de turcos a cada um dos quaes deverá ser içado um escaler da Classe I, de accordo com o artigo XXXVIII acima.

b) o menor numero de pares de turcos que poderão ser excepcionalmente autorizados de accordo com o artigo XXXVIII.

c) A capacidade minima exigida dos escaleres salva-vidas, incluindo os içados aos turcos e os escaleres existentes, de accordo com o artigo XXVIII.

d) A capacidade minima dos escaleres salva-vidas exigida dos navios empregados em curtas travessias internacionaes.

Nota — a (A) e (B) — Quando o comprimento do navio exceder de 314 metros (1.030 pés) a Administração determinará o numero minimo de pares de turcos para esse navio; detalhes completos e referentes a essa decisão serão enviados ás outras Administrações.

Nota — a (C) e (D) — Para os fins desta taboa obtem-se a capacidade de um escaler da Classe II multiplicando-se o numero de pessoas que o escaler pode transportar segundo o seu registro por 0,283 para se obter a capacidade em metros cubicos e por 10 para a capacidade em pés cubicos.

Nota — a (D) — Quando o comprimento do navio fôr inferior a 31 metros (100 pés) ou superior a 168 metros (550 pés) a capacidade dos escaleres será determinada pela Administração.

### *Regra XL*

Colletes salva-vidas e boias salva-vidas.

1) — O collete salva-vidas deverá satisfazer os seguintes requisitos:

---

				(A)	(B)
Comprimento registrado do navio				Numero minimo de pares de turcos	Menor numero de pares de turcos autorizados excepcionalmente
Metros				—	—
31 a 37		100 a 120		2	2
37 a 43	exc.	120 a 140	exc.	2	2
43 a 49		140 a 160		2	2
49 a 53		160 a 175		3	3
53 a 58		175 a 190		3	3
58 a 63		190 a 205		4	4
63 a 67		205 a 220		4	4
67 a 70		220 a 230		5	4
70 a 75		230 a 245		5	4
75 a 78		245 a 255		6	5
78 a 82		255 a 270		6	5
82 a 87		270 a 285		7	5
87 a 91		285 a 300		7	5
91 a 96		300 a 315		8	6
96 a 101		315 a 330		8	6
101 a 107		330 a 350		9	7
107 a 113		350 a 370		9	7
113 a 119		370 a 390		10	7
119 a 125		390 a 410		10	7
125 a 133		410 a 435		12	9
133 a 140		435 a 460		12	9
140 a 149		460 a 490		14	10
149 a 159		490 a 520		14	10
159 a 168		520 a 550		16	12
168 a 177		550 a 580		16	16
177 a 186		580 a 610		18	13
186 a 195		610 a 640		18	13
195 a 204		640 a 670		20	14
204 a 213		670 a 700		20	14
213 a 223		700 a 730		22	15
223 a 232		730 a 760		22	15
232 a 241		760 a 790		24	17
241 a 250		790 a 820		24	17
250 a 261		820 a 855		26	18
261 a 271		855 a 890		26	18
271 a 282		890 a 925		28	19
282 a 293		925 a 960		28	19
293 a 303		960 a 995		30	20
303 a 314		995 a 1.030		30	20

- a) — Será fabricado com material e mão de obra  
b) — Deverá poder supportar em agua doce durante  
c) — Será reversivel.

(C)		(D)	
Capacidade minima dos escaleres salva-vidas		Capacidade minima dos escaleres salva-vidas	
Metros cubicos	Pés cubicos	Metros cubicos	Pés cubicos
28	980	11	400
35	1.220	17	600
44	1.550	24	850
53	1.880	33	1.150
68	2.390	37	1.300
78	2.740	41	1.450
92	3.330	45	1.600
110	3.900	48	1.700
129	4.560	52	1.850
144	5.100	60	2.100
160	5.640	68	2.400
175	6.190	76	2.700
196	6.930	85	3.000
214	7.550	94	3.300
235	8.290	105	3.700
255	9.000	116	4.100
273	9.630	125	4.400
301	10.650	133	4.700
331	11.700	144	5.100
370	13.060	156	5.500
408	14.430	170	6.000
451	15.920	185	6.550
490	17.310	201	7.100
530	18.720	217	7.650
576	20.350		
620	21.900		
671	23.700		
717	25.350		
766	27.050		
808	28.560		
854	30.180		
908	32.100		
972	34.350		
1.031	36.450		
1.097	38.750		
1.160	41.000		
1.242	43.280		
1.312	46.350		
1.380	48.750		

adequados.

24 horas 7,5 Kg., de ferro (16 1/2 lbs.).

Serão prohibidos os colletes salva-vidas, cuja fluctuabilidade dependa de compartimentagem de ar.

2) A boia salva-vidas deverá satisfazer os seguintes requisitos:

a) será de cortiça macissa ou de qualquer outro material equivalente;

b) deverá poder supportar em agua doce, durante 24 horas, no minimo, 14,5 kg. (32 lbs.) de ferro.

Serão prohibidas as boias cheias de partes de canhão, cortiça granulada ou em fitas ou de qualquer outro material granulado, solto, ou aquelles cuja fluctuabilidade dependa de compartimentagem de ar.

3) O numero minimo de boias salva-vidas que cada navio deve ter está fixado na seguinte tabella:

Comprimento do navio em metros	Equivalente em pés	N. minimo de boias
Até 61 . . . . .	Até 606 . . . . .	8
De 61 a 122, excl.	De 200 a 400, excl.	12
De 122 a 183, excl.	De 400 a 600, excl.	18
De 183 a 224, excl.	De 600 a 800, excl.	24
De 224 para cima..	De 800 para cima..	30

4) Todas as boias serão providas de buçardas firmemente presas.

Uma boia, pelo menos, de cada bordo, será provida de uma retinida de, pelo menos, 27,5 metros (15 fathoms) de comprimento.

Nunca menos da metade do total de boias salva-vidas e, em qualquer hypothese, nunca menos de seis serão dotadas de illuminação automatica, illuminação esta que não poderá se apagar na agua; estes dispositivos de illuminação deverão ser conservados perto das boias a que pertencem, com os necessarios meios de fixação.

5) Todas as boias e colletes salva-vidas deverão ser collocados em pontos de facil accesso ás pessoas de bordo; a sua posição deverá ser claramente indicada para o conhecimento das pessoas interessadas.

As boias salva-vidas deverão se achar dispostas de tal maneira que permitam prompto lançamento e não deverão ter dispositivos de fixação permanente.

### Regra XLI

#### Certificado de barqueiros salvadores

Afim de ser obtido o certificado de barqueiro salvador previsto pelo artigo 22 da presente convenção, o candidato deverá provar ter pratica de todas as operações relativas ao

lançamento de barcos, e do manejo de todas as operações relativas ao lançamento de barcos, e do manejo dos remos, que possui conhecimentos e pratica do manejo proprio das embarcações, e ainda mais ser capaz de comprehender as ordens relativas ao serviço de salvamento e de responder ás mesmas.

Deverá haver para cada embarcação ou jangada salva-vidas, uma guarnição de barqueiros salvadores em numero minimo igual ao especificado na tabella seguinte:

Si o numero prescripto da guarnição for:	Numero minimo de barqueiros salvadores com certificados
Menos de 41 . . . . .	2
De 41 a 61 . . . . .	3
De 62 a 85 . . . . .	4
Para mais de 85 . . . . .	5

### *Regra XLII*

#### Guarnição das embarcações

Será designado para chefiar cada barco ou jangada de salvação, um official de convex, ou um barqueiro salvador com certificado e um immediato.

O encarregado duma embarcação deverá ter uma relação da respectiva guarnição sob suas ordens assim como verificará si os homens sob suas ordens acham-se identificados com os seus serviços.

Para cada embarcação a motor deverá ser designado um homem que saiba lidar com o motor.

Será designado um homem capaz de lidar com installações de radio e de projector, para cada embarcação que tenha estesapparelhos.

Um ou mais officiaes ficarão encarregados de verificar as condições da efficiencia para prompta operação dos barcos, jangadas de salvamento, todos os apparelhos fluctuantes e demais dispositivos de salvamento.

### *Regra XLIII*

1) Deverá ser organizado um serviço effectivo de ronda, de modo que possa ser promptamente descoberto qual'quer principio de incendio.

Tambem deverá ser installado um systema de aviso de incendio ou de alarme, afim de indicar automaticamente em um ou mais pontos ou estações, de onde poderá ser promptamente observada pelos officiaes e guarnição, a presença ou indicação de incendio em qualquer parte do navio não accessivel ao serviço de ronda.

2) Cada navio deverá ser equipados com poderosas bombas contra incendio accionadas a vapor ou outra qual'quer energia. Estas bombas serão em numero de duas para navios inferiores a 4.000 toneladas e em numero de tres para



os navios maiores. Cada bomba deverá ter tal capacidade que possa produzir dous fortes jactos simultaneos com quantidade de agua sufficiente, em qualquer ponto do navio, e deverá estar disponível para o uso immediato antes do navio deixar o porto.

3) Os encanamentos do serviço deverão permittir que dous jactos de agua poderosos sejam dirigidos simultaneamente a qualquer parte de um convez occupado por passageiros e guarnição, quando estiverem fechadas as portas es- tanques á prova de incendio.

A rêde de distribuição e as mangueiras deverão ser de amplas dimensões e confeccionadas de material adequado. Os ramaes da rêde de distribuição deverão ser installados em cada convez de forma a permittir prompta ligação das mangueiras.

4) Para todo espaço destinado a ser occupado por carga, se deverá poder dirigir simultaneamente dous fortes jactos de agua. Providencias serão tomadas para que seja installado um systema fixo de gaz extintor em quantidade tal que o volume do gaz livre seja no minimo equivalente a 30 por cento do volume do maior porão do navio e que possa ser facilmente levado, por meio de encanamento permanente, a cada compartimento de carga do navio.

Nos navios movidos a vapor o gaz extintor poderá ser substituído por vapor em proporção equivalente.

Não será obrigatoria a installação para extincção de incendio, por meio de gaz ou de vapor, nos navios de deslocamento inferior a 1.000 toneladas (gross.).

5) Deverão ser installados em numero sufficiente extintores do typo portatil, sendo no minimo dous em cada compartimento de machinas.

6) Deverá existir a bordo dous equipamentos, consistindo de um capacete ou aparelho respiratorio e de uma lampada de segurança, devendo os mesmos ser encontrados em dous pontos separados.

7) Os navios a vapor, cujas caldeiras sejam aquecidas a oleo combustivel, deverão possuir, além dos dispositivos que permitta, dirigir rapida e simultaneamente dous fortes jactos de agua para qualquer ponto dos compartimentos de machinas, as seguintes installações:

a) distribuidores convenientes, de maneira a projectar agua em forma de chuva sobre o combustivel liquido sem agitação anormal da superficie do mesmo;

b) em cada praça de caldeira, um recipiente contendo 283 decímetros cubicos (10 pés cubicos) de areia, de serragem impregnada com soda, ou materiaes seccos approvados, e as respectivas conchas para distribuição dos mesmos;

c) em cada praça de caldeiras, e em cada compartimento de machinas, onde se encontrem partes da installação de combustivel liquido, serão collocados dous extintores portatiles de um typo distribuidor ou de um outro elemento approvado, efficaç em abafar incendio de combustiveis liquidos.

d) de dispositivos, para a produção e distribuição rápida de espuma em toda superfície interior da praça de caldeiras ou de qualquer praça de caldeiras, caso haja mais de uma, ou em todo e qualquer compartimento de machinas onde se encontram bombas de combustível liquido, ou tanques e decantação. A quantidade de espuma a ser produzida deverá ser sufficiente para cobrir com uma espessura de 15,24 centímetros (6 pollegadas) a superfície total formada pelo chapeamento interno ou pelo chapeamento do costado do navio. No caso de não existir fundo duplo ou tanques de lastro.

Si as praças de machinas e as caldeiras não forem completamente isoladas, e o combustível possa passar das praças de caldeiras para as de machinas, as praças de caldeiras e as de machinas serão consideradas como sendo um só compartimento.

O aparelho deverá poder ser posto em funcionamento e controlado pela parte exterior do compartimento onde se possa manifestar incendio.

e) Além do precedente, deverá existir um extintor do typo emissor de espuma com uma capacidade minima de 136 litros (30 gallões) nos navios a vapor com uma unica praça de caldeiras, e dous destes extintores nos navios com mais de uma praça de caldeiras.

Estes extintores serão providos de mangueiras cobre tambores e de comprimento sufficiente, de modo que possam alcançar qualquer ponto das praças de caldeiras, e locais onde se encontrem bombas de combustível. Poderão ser acciotos outros aparelhos de igual efficiencia, em vez dos extintores de 136 litros (30 gallões).

f) Todos os recipientes e as respectivas valvulas pelas quaes são operados, deverão ser facilmente accessiveis e installados de tal modo que não sejam facilmente postos fora de acção, logo no principio do incendio;

g) nos navios movidos por motores de combustão interna, deverão existir em cada compartimento de machinas, além dos dispositivos permittindo obter-se dous fortes jactos de agua que sejam dirigidos simultaneamente para qualquer ponto das praças das machinas, juntamente com os respectivos distribuidores de agua em forma de chuva, os seguintes extintores de espuma:

a) no minimo um extintor de typo approved, com capacidade de 45 litros (10 gallões) e mais um com capacidade de 9 litros (2 gallões) para cada 1.000 B. H. P. de potencia das machinas, comtanto que o numero de extintores de 9 litros (2 gallões) não seja inferior a dous, e não exceda de seis;

b) quando se encontrar installada uma caldeira auxiliar no compartimento de machinas, em substituição do extintor de 45 litros (10 gallões) acima indicado, será installado um com capacidade de 136 litros (30 galões), com os respectivos pertences, ou com outros meios de distribuição da espuma.

9) Em navios a vapor empregando o oleo combustível, se as praças de machinas não se encontrarem completamente isoladas das praças de caldeiras, por meio de antepara de aço, e si o oleo puder passar dos bocos das praças de caldeiras para

as praças de machina, uma das bombas de incendio será installada no tunnel ou em outro local fora do compartimento das machinas.

Caso seja necessario installar-se mais de duas bombas, estas não deverão ser collocadas no mesmo compartimento.

10) Quando for especificado um typo especial de apparelho, elemento extintor ou installação para extincção, qualquer outro typo, etc. poderá ser acceto, contanto que não seja menos efficiente que o typo especificado. Por exemplo, poderá ser acceto um apparelho a acido carbonico, em substituição a uma installação productora de espuma (paragrafo (7), alíneas (d) e (c), contanto que a quantidade de acido carbonico transportado seja sufficiente para produzir uma saturação de 25 por cento de gaz, para o volume bruto, da praça de caldeiras, até approximadamente a parte superior da caldeira.

11) Todos os apparehos para extincção de incendio deverão ser rigorosamente examinados por fiscal designado pela Administração.

### *Regra XLIV*

#### Relação de mostra

A relação de mostra designará as funcções das diversas pessoas da guarnição, relativamente a:

- a) fechamento das portas estanques, valvulas, etc.;
- b) o equipamento das embarcações, jangadas de salvamento e apparehos fluctuantes em geral;
- c) o lançamento de embarcações presas aos turcos;
- d) o preparo geral das outras embarcações, das jangadas de salvamento e apparehos fluctuantes;
- e) a revista dos passageiros;
- f) a extincção do incendio.

A relação de mostra designará quaes as funcções que deverá desempenhar o pessoal da taifa, em relação aos passageiros, em caso de alarme.

Estas funcções comprehendem especialmente:

- a) prevenir aos passageiros;
- b) verificar si se acham vestidos, e com os collates salva-vidas convenientemente collocados;
- c) reunir os passageiros nos postos de mostra;
- d) manter a ordem nas passagens e escadas e, de um modo geral, controllar o movimento dos passageiros.

A relação de mostra especificará signaes especiaes para a chamada de toda a guarnição aos postos de embarcações e de incendio e fornecerá uma descripção completa dos referidos signaes.

### *Regra XLV*

#### Exercicios

As mostras da guarnição para exercicio de embarcações serão effectuadas semanalmente, quando possivel, e em 113

vios onde a viagem exceder de uma semana, antes da — partida — do porto. Os dias em que for executada a mostra, serão registrados no livro de quartos de bordo e, no caso de se passar uma semana sem se realizar a mesma, será devidamente registrada nesse livro qual a razão por que não foi possível effectuar-se a mostra.

Nos navios em viagem superior a uma semana, chamadas a exercicios dos passageiros deverão ser effectuados logo no inicio da viagem.

Os exercicios de embarcações deverão ser successivos e effectuados em ordem alternada.

Os exercicios e inspecções serão organizados de maneira que a guarnição adquira perfeita comprehensão e pratica dos deveres que tenha de executar, assim como toda a aparelhagem de salvamento deverá se encontrar em perfeitas condições para o funcionamento immediato.

O signal de chamada dos passageiros para se reunirem nos postos de mostra consistirá de uma série successiva de seis apitos curtos, seguidos por um apito longo, no apito ou sireia.

Este signal de chamada será seguido pelos signaes electricos dirigidos do passadiço de commando, em todos os navios, com excepção dos navios que se empenham em curtas viagens internacionaes. A significação com relação aos passageiros deverá ser claramente explicada em varias linguas e impressa em cartões affixados nos camarotes e outros locais para passageiros.

### *Regra XLVI*

#### Segurança da navegação

##### Transmissão de informações.

É obrigatoria a transmissão de informações relativas a gelo, derelictos, tempestades tropicaes ou outro qualquer perigo immediato á navegação.

Não se impõe forma alguma especial de informação. A informação deverá ser transmittida em linguagem clara (de preferencia em inglez) ou por meio do Código Internacional de Signaes (Secção de Radiotelegraphia).

Deverá ser transmittida, precedida de C. Q., a todos os navios, e deverá ser igualmente dirigida ao primeiro ponto da costa, acompanhada de solicitação para que a mesma comunicação seja levada á autoridade competente.

Todos os communicados transmittidos em obediencia ao artigo 34 da presente Convenção serão precedidos pelo signal de segurança TTT seguido de uma indicação da natureza do perigo, por exemplo: TTT, Gelo; TTT, Derelicto; TTT, Tempestade; TTT, Navegação.

#### INFORMAÇÃO EXIGIDA

As informações a serem fornecidas são as seguintes, tomando-se sempre a hora media de Greenwich:

a) *Gelo, Derelictos e outros perigos directos á navegação.*

1 — A natureza do gelo, do derelicto ou perigo observado.

2 — A posição do gelo, do derelicto ou perigo, quando observado pela ultima vez.

3 — A hora e a data, quando foi feita a observação.

b) *Tempestades tropicaes.*

(Furacões nas Antilhas, tufões nos mares da China, cyclones no Oceano Indico e tempestades da mesma natureza em outras regiões.)

1 — *Declarações de se ter encontrado com uma tempestade tropical:*

Esta obrigação deve ser comprehendida de uma maneira clara, e a informação deverá ser transmittida toda vez que o commandante julgar existir tempestade nas vizinhanças.

2 — *Informações meteorologicas:*

Em vista do precioso auxilio que prestam as exactas observações e dados meteorologicos em determinar a posição e o movimento dos centros de tempestade, cada commandante de navio deverá juntar aos seus communicados, tanto quanto possível, as seguintes informações meteorologicas:

a) pressão barometrica (millibars, pollegadas, ou millimetros);

b) variações na pressão barometrica (a variação durante duas a quatro horas precedentes);

d) força do vento (escala Beaufort ou decimal);

e) condições do mar (calmo, moderado, forte);

f) vaga (ligeira, media, pesada).

Quando a pressão barometrica fôr indicada pelas palavras "millibars", "pollegadas" ou "millimetros", conforme seja o caso, deverão sempre seguir a leitura feita, e *si a leitura foi revista ou não.*

Quando forem registradas variações de pressão barometrica, deverão tambem ser mencionadas a rota e a velocidade do navio.

Todas as direcções deverão ser reaes e não magneticas.

3 — Hora, data e posição do navio quando forem feitas as observações meteorologicas e não na occasião de lavar a expedir o aviso.

Em todos os casos, a hora deverá ser a hora media de Greenwich.

4 — *Observações ulteriores:*

Quando um commandante tiver de communicar a existencia de uma tempestade é aconselhavel, mas não obrigatoria, a transmissão de outras observações de tres em tres horas, emquanto o navio se encontrar sob a influencia da tempestade.

#### Exemplos

##### *Gelo:*

TTT, gelo — Grande iceberg avistado a 4.605 N., 4.410 W. a 0800 G. M. T. Maio 15.

***Derelecto:***

TTT, Derelecto — Derelecto observado quasi submerso a 4.006 N., 1.243 W., a 1.630 G. M. T. Abril 21.

***Tempestade tropical:***

TTT, Tempestade. Encontramos tempestade tropical. Barometro correcto, 994 millibars, baixando rapidamente. Vento N. W. força 9, fortes rajadas. Vaga E. Rota ENE., 5 milhas. 2.209 N., 11.354 E. 0.030 G. M. T. Agosto 18.

TTT, Tempestade — As apparencias indicam approximação de furacão. Barometro correcto, 29,64 pollegadas baixando. Vento NE. força 8. Vaga media de NE. Rajadas de chuvas frequentes. Rota 35° 9 milhas. 1.620 N. 9.302 E 0.200 GMT. Maio 4.

TTT, Tempestade — Tufão a Sudoeste. O vento augmenta do N. e o barometro baixa rapidamente. Posição 1.812. N., 12.605 E. 0.300 GMT. Junho 12.

## CERTIFICADOS

***Regra XLVII***

Modelo de certificado de segurança para navios de passageiros.

## Certificado de segurança

## REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

(Armas da Republica)

MINISTERIO DA MARINHA

Nome da Repartição

***Certificado de Segurança***

Para navios de passageiros passado de accordo com as prescripções da Convenção Internacional para a segurança da vida humana no mar, 1929.

Nome do navio	Distinctivo do navio	Porto de Registro	Tonelagem bruta

## Certifica-se:

I — Que o navio acima mencionado, foi devidamente vistoriado de accordo com as disposições da Convenção supra citada.

II — Que a vistoria mostrou que o navio satisfaz ás exigencias da dita Convenção no que respeita:

- 1) Ao casco, caldeiras principais e auxiliares e machinas;
- 2) As disposições e detalhes relativos á compartimentagem estanque;
- 3) As seguintes linhas de carga de compartimentagem:

Linhas de cargas de compartimentagem determinadas e marcadas no costado do navio a meia ná (Art. 5.º da Convenção)	Bordo Livro	A utilizar quando os espaços destinados a passageiros, estão comprehendidos entre os espaços alternativos que pôdem ser occupados por passageiros ou cargas.
C. 1.....	.....	.....
C. 2.....	.....	.....
C. 3.....	.....	.....

4) A's embarcações, jangadas e outros meios de salvação, que são sufficientes para um numero total maximo de .... pessoas (guarnição e passageiros), assim discriminadas:

- .... Embarcações sufficientes para .... pessoas.
- .... Jangadas sufficientes para .... pessoas.
- .... Apparelho fluctuante sufficientes para .... Pessoas.
- .... Boias salva-vidas.
- .... Colletes de salvação.
- .... Tripulantes diplomados de embarcações salva-vidas.

5) A's installações radiotelegraphicas:

	Prescripções dos arts. 29, 31 e 47 da Convenção	Disposições seguidas a bordo
Horas de serviço. ....	.....	.....
Existe a bordo um appparelho automatico approved?. ....	.....	.....
Existe a bordo uma installação de emergencia?. ....	.....	.....
Numero minimo de operadores, operadores auxiliares ou de escuta. ....	.....	.....
Existe a bordo um radiogoniometro?. ....	.....	.....

III — Que navio satisfaz a todas as restantes prescripções da Convenção que lhe são applicaveis.

Este certificado é passado em nome do Governo.

E' valido até ....

O abaixo assignado declara que está devidamente autorizado pelo Governo a passar este certificado.

Passado aos .... de ..... de 19 ..

Assignatura da autoridade.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

(Armas da Republica)

MINISTERIO DA MARINHA

(Nome da Repartição)

*Certificado de Segurança  
radiotelegraphica*

Passado de accordo com as prescripções da Convenção Internacional para a segurança da vida humana no mar, 1929.

Nome do navio	Distinctivo do navio	Porto de registro	Tonelagem

Certifica-se que o navio acima mencionado satisfaz as prescripções da Convenção Internacional acima referida no que respeita a radiotelegraphia.



	Prescripções dos artigos 29 e 31 da Convenção		Disposições Realizadas a bordo
Horas de serviço. ....	.....		.....
Existe a bordo um apparelho auto- matico?. ....	.....		.....
Existe a bordo uma installação de Emer- gencia?. ....	.....		.....
Numero minimo de operadores. ....	.....		.....
Operadores auxilia- res ou de escuta. ....	.....		.....

Este certificado é passado em nome do Governo.

E' valido até ....

O abaixo assignado declara que está devidamente auto-  
rizado pelo Governo a passar este certificado.

Passado aos .... de ..... de 19 ..

Assignatura da autoridade.

## REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

(Armas da Republica)

MINISTERIO DA MARINHA

(Nome da Repartição)

*Certificado de Despensa*

Passado de accordo com as prescripções da Convenção  
Internacional para a segurança da vida humana no mar,  
1929.

Nome do navio	Distinctivo do navio	Porto de registro	Tonelagem bruta

Certifica-se:

Que o navio acima mencionado está dispensado, de acordo com o artigo .... da Convenção Internacional supracitada, das prescrições (a) .... da Convenção para as viagens de .... a ....

1... (b)

....  
....  
....  
....  
....

Este certificado é passado em nome do Governo.

E' valido até ....

O abaixo assignado declara estar devidamente autorizado pelo Governo a passar este certificado.

Passado aos .... de ..... de 19 ..

Assignatura da Autoridade.

.....

(a) Indicar aqui a referencia aos artigos e regras, especificando os paragraphos respectivos.

(b) Indicar aqui as condições, caso existam, sob as quaes é concedido o certificado de dispensa.

## REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

(Armas da Republica)

MINISTERIO DA MARINHA

(Nome da Repartição)

### *Certificado de Navegabilidade*

Para navios de passageiros.

Nome do navio	Signal do Codigo	Porto de registro	Arqueação Toneladas Bruta:Liquida	Nome do proprietario

O abaixo assignado, (Designação da autoridade) certifica que o navio acima mencionado satisfaz ás prescripções legaes e regulamentares em vigor, sobre segurança da navegação.

I. As caldeiras, machinas principaes e auxiliares se acham em estado de conservação e de funcionamento sufficientes para o serviço previsto.

II. Os ferros, amarras, viradores e espias, o apparelho de carga e descarga e mastreação e sobresalentes satisfazem ás prescripções regulamentares e estão em bom estado.

III. Os apparelhos de signalização e instrumentos nauticos satisfazem ás prescripções regulamentares.

IV. Os meios de salvação a bordo satisfazem as condições previstas nos regulamentos em vigor.

V. Os locais destinados á guarnição e passageiros são apropriados aos mesmos sob o ponto de vista da habitabilidade, accomodação, hygiene e salubridade; o numero maximo regulamentar de passageiros a embarcar é indicado no quadro seguinte:

1ª classe .....	Pessoas
2ª classe .....	Pessoas
3ª classe .....	Pessoas
.....	Pessoas

VI. O capitão ou mestre e os tripulantes têm as habilitações exigidas pelos diplomas legaes em vigor.

O presente certificado é valido, salvo qualquer alteração, até ao dia .... e deve ser renovado antes dessa data.

Passado aos .... de ..... de 19 ....

Assignatura da Autoridade.

N. B. — Este certificado deve ser afixado a bordo em local bem accessivel ao publico de modo a poder ser lido com facilidade.

Observações:

.....  
 .....  
 .....

## ANNEXO II

### REGULAMENTO INTERNACIONAL PARA O ABALROAMENTO NO MAR

#### *Preliminares*

As disposições constantes deste regulamento serão observadas por todos os navios, no alto mar e em todas as aguas que com elle se ligam e nas quaes possam navegar.

Nas seguintes regras, todo o navio a vapor que navega á vela, e não a vapor, é considerado navio á vela, e todo o navio que navega a vapor, quer faça ou não uso de seu panno, é considerado navio a vapor.

A expressão "navio a vapor", comprehende todo o navio movido por machina.

A expressão "navegando a vapor", significa: navegando por meio mecanico qualquer.

Para a comprehensão destas regras, diz-se que um navio está navegando, quando não está fundeado, amarrado ou enclanhado.

O comprimento de navio é o que constar do certificado de registro.

### *Regras relativas ás luzes*

A palavra "visivel", quando applicada nestas regras a luzes, significa visivel em uma noite escura com a atmosphera limpida.

#### Artigo 1º

As regras relativas ás luzes devem ser observadas em todas as condições de tempo, desde o occaso até o nascimento do sol, e durante este periodo não devem mostrar-se outras luzes, que possam ser tomadas pelas regulamentares ou que possam prejudicar a visibilidade destas.

#### Artigo 2º

Um navio, navegando a vapor, deve trazer:

a) no mastro do traquete ou por ante-á-vante d'elle, ou, ainda, si o navio não tiver mastro de traquete, na parte de vante do navio, um pharol de luz branca intensa, de alcance não inferior a 5 milhas, construido de fôrma a exhibir luz ininterrupta em um arco de horizonte de 20 quartas da agulha e collocado de modo a illuminar 10 quartas para cada bordo, isto é, desde a prôa, até 2 quartas para ré, do travéz de cada bordo;

b) ou á vante ou á ré do pharol de luz branca, mencionado na alinea a, um segundo pharol de luz branca, de construção e caracteristicas iguaes.

O segundo pharol de luz branca não é obrigatorio para navios de comprimento inferior a 45m,75, mas podem usal-o;

c) estes dous pharoes de luz branca deverão ser collocados no plano longitudinal do navio ou parallelamente a este plano, ficando o da ré elevado sobre o de vante, pelo menos, 4m,57, e ambos acima dos pharões previstos nas alineas d e e deste artigo. A distancia vertical entre estes dous pharões de luz branca deve ser menor que a sua distancia horizontal.

O pharol de luz branca, mencionado na alinea a, quando não haja sinão um pharol (ou o pharol inferior, quando o navio use os dous), deverá ficar a uma altura acima da borda

que não seja inferior a 6m,10, e, si a bocca do navio tiver mais de 6m,10, a uma altura acima da borda, pelo menos, igual á bocca, sem que seja, contudo, necessario que esta altura ultrapasse de 12m,19;

d) a boreste, um pharol de luz verde, de alcance não inferior a 2 milhas, construido e collocado de maneira a projectar luz ininterrupta sobre um arco do horizonte de 10 quartas da agulha, desde a prôa até 2 quartas para ré do travéz de boreste;

e) a bombordo, um pharol de luz vermelha, de alcance não inferior a 2 milhas, construido e collocado de maneira a projectar luz ininterrupta sobre um arco do horizonte de 10 quartas da agulha desde a prôa até 2 quartas para ré do travéz de bombordo;

f) os pharóes da borda, verde ou vermelho, devem ser munidos, do lado de dentro do navio, de anteparas que se prolonguem, pelo menos, 0m,91, para vante da luz, de tal fórma que o pharol verde não possa ser visto de bombordo e o pharol vermelho não possa ser visto de boreste.

Nos navios de guerra, em que pela sua construcção especial, não seja possível cumprir exactamente todas as prescripções deste artigo, no que concerne á collocação dos pharóes, e á distancia a que devem ser visiveis, serão applicadas as presentes regras, tão exactamente quanto possível. E nos navios de guerra que, praticamente, não podem trazer o segundo pharol de luz branca, referido na alinea b deste artigo, não será o mesmo exigido.

### Artigo 3º

Qualquer navio a vapor, que reboque outro navio, trará, além dos pharóes dos bordos, dous pharóes de luz branca intensa, collocados verticalmente, pelo menos, a 1m,83 um do outro; e, quando rebocar mais de um navio, trará um pharol adicional de luz branca intensa, collocado a 1m,83 acima ou abaixo dos dous pharóes precedentes, si o comprimento do reboque, medido da pôpa do rebocador á pôpa do ultimo navio rebocado, fôr superior a 183 metros.

Cada um destes pharóes será da mesma construcção e terá as mesmas características do pharol branco, mencionado na alinea a do artigo 2º, devendo um delles ser collocado em posição identica ao desse ultimo, e o pharol interior ficar á altura, acima da borda, de, pelo menos, 4m,57.

O navio, que reboca, e os navios rebocados, excepto o ultimo, podem usar, em lugar do pharol indicado no artigo 10, pequeno pharol de luz branca, collocado por ante-a-ré da chaminé ou do mastro de ré, para governo do navio rebocado, mas de modo que não seja visivel para vante do travéz.

### ARTIGO 4º

a) o navio que estiver desgobernado trará durante a noite, onde melhor possam ser vistos, e, si esse é a vapor, em lugar dos pharóes prescriptos nas alineas a) e b) do artigo 2º, dous pharóes de luz vermelha de alcance não inferior a

2 milhas e visíveis em todo o horizonte, afastados entre si, pelo menos de 4m,57 acima da borda. De dia, o mesmo navio deverá trazer, onde melhor possam ser vistos, collocados em uma linha vertical e pelo menos á distancia um do outro de 1m,83, dous balões pretos de 0m,61 de diametro cada qual;

b) o navio empregado no lançamento ou suspensão de cabo submarino trará, em vez dos pharões prescriptos nas alíneas a) e b) do artigo 2º, tres pharões em linha vertical afastados entre si pelo menos 1m,83 — e de modo que o mais baixo dos tres não fique a menos de 4m,57 acima da borda. Os pharões superior e inferior serão de luz vermelha e o do meio de luz branca, visíveis em todo o horizonte á distancia não inferior a 2 milhas. De dia trará, em linha vertical, a 1m,83 de distancia uns dos outros, e collocados em posição de melhor visibilidade tres balões de 0m,61, pelo menos, de diametro cada qual, dos quaes o superior e o inferior serão de fôrma espherica e de côr vermelha e o do centro de fôrma biconica e côr branca:

c) os navios de que trata o presente artigo não trarão seus pharões de bordos, quando não tiverem seguimento; são, entretanto, obrigados a trazel-os, sempre, no caso contrario;

d) os pharões e os signaes diurnos, exigidos neste artigo, devem ser considerados, pelos outros navios, como indicação de que o navio que os exhibe não pôde manobrar e, portanto, desviar-se.

Estes signaes não são os de navios em perigo e precisando de soccorro; desses signaes trata o artigo 31.

#### ARTIGO 5º

Os navios á vela, navegando, e os rebocados trarão as luzes determinadas pelo artigo 2º para um navio á vapor navegando, com excepções das luzes brancas alli mencionadas, e que nunca deverão exhibir.

#### ARTIGO 6º

Quando os pharões dos bordos, verde e vermelho, não possam estar collocados nos respectivos logares, como succede nos navios pequenos, navegando por occasião de máo tempo, devem ser conservados accesos e promptos a ser exhibidos. Quando taes navios se approximarem de outros, ou outros delles se approximarem, serão exhibidos, dos seus respectivos bordos, bastante a tempo de evitar abalroamento, de modo que sejam bem visíveis e que a luz verde não possa ser vista por hombordo nem a vermelha por boreste, e, sendo possivel, que não possam ser vistas mais do que duas quartas, para a ré, do través dos respectivos bordos.

Para tornar mais facil e seguro o emprego destas luzes portateis, os respectivos pharões serão pintados da côr da luz que conteem e munidos de anteparas adequadas ao destino.

#### ARTIGO 7º

As embarcações á vapor de tonelagem bruta inferior a 40 toneladas e as embarcações a remo ou a vela, de tonelagem bruta, inferior a 20 toneladas, assim como as pequenas em-

barcações a remo, quando navegando, não são obrigadas a trazer as luzes mencionadas no artigo 2º, não as trazendo, porém, serão providas com os seguintes pharóes:

§ 1.º As embarcações á vapor de tonelagem inferior a 40 toneladas trarão:

a) na parte de vante, na chaminé ou por ante-á-vante della, onde melhor possa ser visto, e a uma altura acima da borda não inferior a 2m,75, um pharol de luz branca intensa construido e collocado em condições prescriptas na alinea a) do artigo 2º, e visivel á distancia não inferior a 3 milhas;

b) os pharóes dos bordos, verde e vermelho, construidos e collocados de conformidade com o prescripto nas alneas d) e e) do artigo 2º, e de intensidade tal que sejam visiveis, pelo menos, a uma milha; ou o pharol mixto, para expedir uma luz verde e outra vermelha, desde a proa até 2 quartas, para ré, do travez do bordo respectivo.

Este pharol não deve ser collocado a menos de 0m,91 abaixo da luz branca.

§ 2.º As pequenas embarcações a vapor, taes como as usadas pelos navios, podem trazer o pharol branco a menos de 2m,74 acima da borda, mas sempre acima dos pharóes dos bordos ou do pharol mixto mencionado na alinea b) do § 1º deste artigo.

§ 3.º As embarcações a remos ou á vela, de menos de 20 toneladas, si não trouxerem pharóes dos bordos, trarão em logar bem visivel pharol mixto mostrando luz verde de um lado e luz vermelha do outro, visiveis á distancia não inferior a uma milha, e collocado de modo tal que a luz verde não possa ser vista de bombordo nem a luz vermelha vista de boreste.

No entanto, se não fôr possivel fixar este pharol mixto, dever-se-á conservar-o acceso e em condição para ser exhibido a tempo de evitar abalroamento.

§ 4.º As pequenas embarcações a remo que naveguem a remo ou á vela, só são obrigadas a conduzir um pharol de luz branca, em condições de ser exhibido temporariamente e bastante a tempo de evitar abalroamento.

As embarcações, a que se refere o presente artigo, não são obrigadas a trazer as luzes prescriptas na alinea a) do artigo 4º e no ultimo periodo do artigo 11.

#### ARTIGO 8º

As embarcações de praticos, a vela, quando empregadas em serviço de praticagem, dentro das respectivas áreas, e quando não se encontrem fundeadas, não devem exhibir as luzes exigidas para os outros navios; trarão, entretanto, uma luz branca no tópo do mastro visivel em todo o horizonte á distancia de 3 milhas pelo menos, e queimarão, tambem, um ou mais fogachos, de qualquer natureza, com intervallos curtos que nunca excederão de dez minutos.

Quando se approximarem de outras embarcações, ou estas dellas se approximarem, devem ter os pharóes dos bordos accessos e promptos a servir, e mostral-os-ão com intervallos curtos, para indicar como vão apoadas, de modo tal que a luz verde não seja vista de bombordo nem a vermelha, de boreste.

A embarcação de praticos, a vela, de classe tal que seja obrigada a atracar a um navio para lhe pôr o pratico a bordo, póde mostrar a luz branca em vez de a trazer no tópo do mastro, e póde, em vez dos pharóes dos bordos acima mencionados, ter sempre prompta e em condições de ser exhibida lanterna mixta com vidro verde de um lado e vermelho do outro, para ser empregado como acima se preceitua.

A embarcação de praticos, a vapor, quando empregada em serviço de praticagem dentro da respectiva área, mas não fundeada, deve trazer, além das luzes e fogachos exigidos para as embarcações de pilotos a vela, luz vermelha visível em todo o horizonte á distancia não inferior a 3 milhas, collocada a 2m,40 abaixo da luz branca do tópo, e também os pharóes dos bordos exigidos para os navios a navegar.

Todas as embarcações de praticos em serviço nas respectivas áreas, quando fundeadas, devem ter as luzes e queimar os fogachos acima prescriptos, á excepção dos pharóes dos bordos, que não devem exhibir.

As embarcações de praticos, quando não estejam nas suas áreas em serviço de praticagem, devem trazer as luzes semelhantes ás dos outros navios da sua categoria e tonelagem.

#### ARTIGO 9º ("1)

Os navios e embarcações de pesca, com excepção dos casos abaixo indicados, são obrigados a conduzir e a exhibir, quando naveguem, as luzes regulamentares relativas aos navios de identica tonelagem, navegando:

a) As embarcações de bocca-aberta, isto é, sem convéz corrió para as proteger da entrada do mar, quando empregadas na pesca nocturna comapparelhos immersos, que não se distanciem della para mais de 45m,72 da embarcação — medidos horizontalmente, dessa referida embarcação, são obrigadas a trazer luz branca, visível em todo o horizonte.

As embarcações de bocca aberta, quando empregadas em pesca nocturna, com apparelhos immersos que tresbordam e se distanciam para mais de 45m,72 — medidos horizontalmente das mesmas — são obrigadas a exhibir pharol branco, visível em todo o horizonte, e, além deste, quando se approximarem de outras embarcações ou estas dellas se approximarem, devem exhibir ainda um segundo pharol branco, col-

---

(") Este artigo não se applica ás embarcações chinezas e siamezas.

(1) A expressão "Mar Mediterraneo" contida nas alíneas b) e c) deste artigo comprehende o Mar Negro e os mares adjacentes em comunicação com elle.



locado a 0m,91, pelo menos, abaixo do primeiro e á distancia horizontal de, pelo menos, 1m,50 na direcção em que está lergado o aparelho.

Os pharóes indicados nesta alinea devem ter intensidade bastante para se tornarem visiveis á distancia de 2 milhas pelo menos.

b) (") navios e embarcações, excepto as embarcações de bocca aberta definidas na alinea a), quando estiverem pescando á tona, trarão, durante a permanencia no mar de todas as partes das rêdes, duas luzes brancas em postos de maior visibilidade. Taes pharóes devem ser collocados á distancia vertical um do outro, nunca inferior a 1m,80 nem superior a 4m,50 e a distancia horizontal, na direcção da quilha, nunca inferior a 1m,50 nem excedendo de 3m,50. A luz mais baixa ficará na direcção das rêdes, e serão visiveis ambos em todo o horizonte á distancia não inferior a 3 milhas.

No Mediterraneo e nos mares, que limitam as costas do Japão e da Corea e tambem, no que concerne aos navios russos, que banham as costas da U. R. S. S., com excepção do Baltico as embarcações de pesca, a vela, de tonelagem bruta, inferior a 20 toneladas, não são obrigadas a exhibir o ultimo desses pharóes; são, entretanto, obrigados a exhibir na mesma posição, (direcção das rêdes ouapparehos) pharol branco, visivel, pelo menos, a uma milha, isso quando se approximarem de outras embarcações ou, dellas estas;

c) navios e embarcações, com excepção dos de bocca aberta definidos na alinea a), quando em serviço de pesca a linha, com as suas linhas, fóra ou no acto de alal-a para a recolher, e quando não estejam fundeados ou estacionarios, segundo a interpretação da alinea h) deste artigo, trarão os mesmos pharóes que as embarcações de pesca á tona, com rêdes volantes.

Quando lançarem linhas ou pescarem com ellas a reboque, trarão os pharóes a que são obrigados, respectivamente, os navios a vapor ou a vela, navegando.

No Mar Mediterraneo e nos mares que limitam as costas do Japão, e, no que concerne aos navios russos, nos mares com excepção do Baltico, que banham as costas da U. R. S. S., as embarcações de pesca a vela, de tonelagem bruta inferior a 20 toneladas, não são obrigadas a trazer destas pharol o que é collocado no ultimo lugar si não o trouxerem, são obrigadas a mostrar, entretanto, na mesma posição, (direcção das linhas) um pharol branco visivel pelo menos a 1 milha, quando se approximarem de outras embarcações ou estas se lhes approximarem.

d) as embarcações empregadas na pesca de arrasto, isto é, em arrastar um aparelho pelo fundo do mar;

---

(") Navios e embarcações hollandezas, quando empregados na pesca com kol ou linha de mão, trarão as luzes prescriptas para embarcações pescando á tona com rêdes volantes.

1. Se fôrem a vapor, trarão, na mesma posição da luz branca mencionada na alinea a) do art. 2º, um pharol tricolor em condições de exhibir uma luz branca desde a prôa até 2 quartas para cada bordo, um pharol verde por boreste e uma luz vermelha por bombordo, visíveis, uma e outra, a partir de 2 quartas da prôa até 2 quartas para ré do travez, e, a não menos de 1m.80 nem mais de 3m.60 abaixo do pharol tricolor, uma luz branca num pharol construido de modo a mostrar luz clara e uniforme e ininterrupta em todo o horizonte;

2. Se fôrem a vela, trarão uma luz branca num pharol com disposições necessarias a exhibir uma luz clara uniforme e ininterrupta em todo o horizonte, e mostrarão tambem quando se approximarem de outras embarcações ou estas se lhes approximarem, onde melhor possa ser visto, um fogacho branco ou uma lanterna de luz branca, em tempo sufficiente para evitar abalroamento.

Todas as luzes mencionadas nos ns. 1 e 2 desta alinea d) serão visíveis á distancia de 2 milhas pelo menos.

e) as embarcações que se empreguem na dragagem de ostras, e as que pesquem com rêdes-varredoras trarão e exhibirão os mesmos pharóes utilizados pelos que são empregados nas pescas de arrastão;

f) os navios e embarcações de pesca pôdem, em qualquer occasião, empregar um fogacho além dos pharóes ou luzes que, por este artigo, lhes é exigido trazer e mostrar, e poderão empregar luzes para trabalho.

g) os navios e embarcações de pesca de menos de 45,72 de comprimento devem ter quando fundeados, uma luz branca visível em todo o horizonte á distancia de 2 milhas, pelo menos.

Os navios e embarcações de pesca de 45m.72 de comprimento ou mais, quando fundeados, mostrarão uma luz branca visível em todo o horizonte á distancia de 2 milhas pelo menos, e mostrarão uma segunda luz, como é preceituado pelo art. 11, para navios de tal comprimento.

Se um tal navio, quer seja de 45m.72 ou de mais ou de menos, estiver ligado a uma rêde ou outro aparelho de pesca, deve, á approximação de outro navio, exhibir uma luz adicional branca, 0m.9, pelo menos, abaixo da luz de fundeado e a uma distancia horizontal della de 1m.50, pelo menos, na direcção da rêde ou aparelho.

h) se um navio ou embarcação de pesca se tornar estacionario em consequencia do seu aparelho de pesca se encrascar em alguma rocha ou outro obstaculo, deve: de dia, arrear o signal exigido pela alinea k) deste artigo; de noite, mostrar a luz ou luzes correspondentes á luz ou luzes de navio fundeado; e em occasiões de nevoeiros, neblina, neve ou aguaceiros, fazer o signal de nevoeiro, preceituado para navio fundeado (vêr o ultimo periodo do art. 15 e sua alinea d);

i) em occasiões de nevoeiro, neblina, neve ou aguaceiro, as embarcações de pesca á tona ligadas ás suas rêdes, as

que pescarem arrastando, dragando ou empregando qualquer especie de rede de arrastar, e as que estiverem pescando á linha com as suas linhas no mar, se fôrem de tonelagem bruta superior a 20 toneladas, farão, com intervallos não superiores a um minuto, sons produzidos com apito ou sereia, se forem a vapor, e com buzina, se forem de vela, devendo cada som ser seguido de toque de sino. As embarcações de pesca, de tonelagem bruta inferior a 20 toneladas, não são obrigadas a fazer os signaes mencionados; mas, se os não fizerem, devem fazer ouvir qualquer outro signal sonoro efficaz, com intervallos não superiores a um minuto:

j) os navios e embarcações de pesca, pescando com rédes, linhas ouapparelhos de dragar ou de arrastar, e navegando, indicarão durante o dia a sua occupação, exhibindo um cesto em local bem visivel. Se os navios ou embarcações estiverem fundeados e tiverem os seus apparelhos no mar, ao approximarem-se outros navios ou embarcações, mostrarão o mesmo signal para o lado, por onde essas embarcações pôdem passar.

Os navios ou embarcações mencionados em todo este artigo não são obrigados a trazer as luzes preceituadas pela alinea a) do art. 4º e ultimo periodo do art. 11.

#### Artigo 10

Qualquer navio, navegando, deve trazer á pôpa pharol branco, provido de anteparas, construido e disposto de fórma a projectar luz ininterrupta sobre um arco de horizonte de 12 quartas da agulha (6 quartas a contar da pôpa para cada um dos bordos) e visivel á distancia de 2 milhas pelo menos. Este pharol deverá ser usado, tanto quanto possível, á mesma altura dos pharões da borda.

No bordo dos pequenos navios, quando não fôr possível manter este pharol no seu lugar, por motivo de máo tempo ou qualquer outro sufficiente, deverá existir em condições de facil utilização um pharol prompto a ser exhibido com antecedencia, para evitar abalroamento pela aproximação de navio que o alcance.

Nos navios de guerra de construcção especial, em que não é possível dar-se cumprimento ás prescripções contidas neste artigo a respeito da posição dos pharões e seu alcance, serão as mesmas seguidas tão approximadamente quanto permittam as circumstancias.

No que respeita aos navios que rebocam e são rebocados, deve ter-se em vista o que consta da ultima parte do artigo 3º.

#### Artigo 11

Qualquer navio de menos de 45m,70 de comprimento, quando fundeado, deve ter á vante, onde melhor possa ser vista, mas a altura não superior a 6m,10 acima da borda, uma luz branca num pharol em condições de exhibir luz clara, uniforme e ininterrupta, visivel em todo o horizonte á distancia de 2 milhas pelo menos.

Qualquer navio de 45m,70 de comprimento, ou mais, quando fundeado, exhibirá á vante, a altura não inferior a 6m,10 acima da borda, pharol identico ao já mencionado; e,

na pópa ou proximo della, outro pharol igual, collocado mais abaixo do pharol de vante, nunca a menos de 4m,60.

Desde o nascer até o pôr do sol, todos os navios fundeados em qualquer canal, ou nas suas immediações, devem exhibir, á vante e em lugar bem visível, balão espherico preto de 0m,61 de diametro.

Qualquer navio encalhado em canal, ou nas suas immediações, deve exhibir durante a noite a luz ou luzes acima referidas e as duas luzes vermelhas preceituadas pela alinea a) do artigo 4º e de dia, em lugar bem visível, tres balões esphericos pretos, de 0m,61 de diametro cada um, collocados uns acima dos outros, na mesma vertical.

### Artigo 12

Qualquer navio pode mostrar, si lhe for necessario chamar a attenção, além das luzes a que o obrigam as presentes regras, um fogacho, ou empregar qualquer signal detonante ou outro efficaz, que não possa ser tomado como o de nevoeiro ou o de navio em perigo.

### Artigo 13

Nada no contido nestas regras prejudicará a execução de quaesquer regulamentos especiaes elaborados pelo Governo de qualquer nação, relativos a luzes addicionaes de posição e de signaes para dois ou mais navios de guerra ou para navios de vela em comboio, ou a exhibição de signaes distinctivos adoptados por armadores, autorizados pelos respectivos governos e devidamente registados e publicados.

### Artigo 14

Qualquer navio, navegando a vela e ao mesmo tempo a vapor, ou por qualquer outra forma de propulsão mecanica deve trazer, de dia, á vante e onde melhor possa ser visto, um cone preto de 0m,61 de diâmetro na base e com o vertice para cima.

*Signaes sonoros para nevoeiros, etc.*

### Artigo 15

Todos os signaes que este artigo prescreve para navios, que navegam, serão feitos:

1. Pelos navios a vapor, com o apito ou sereia;
2. Pelos navios a vela e navios rebocados, com buzina de nevoeiro.

As palavras "som prolongado" empregadas neste artigo indicam os de 4 a 6 segundos de duração.

Qualquer navio a vapor será munido de apito ou sereia de som efficaz, funcceionando por meio de vapor ou outro agente que o substitua, collocado de modo a não ser interceptado o som por qualquer obstaculo de buzina de nevoeiro

suficientemente forte, accionada mechanicamente, e de sino de som efficaz". A embarcação de vela de tonelagem bruta igual, ou superior a 20 toneladas, deve ter buzina e sino como acima fica preceituado.

Em occasiões de nevoeiro, neblina, neve ou aguaceiros, quer diurnos quer nocturnos, os signaes referidos neste artigo serão empregados como segue:

a) Qualquer navio a vapor, em marcha, fará ouvir sons prolongados, com intervallos não superiores a 2 minutos;

b) Qualquer navio a vapor, em viagem, mas parado e sem seguimento, fará ouvir, com intervallos não superiores a 2 minutos, 2 sons prolongados, separados entre si por intervallo de 1 segundo approximadamente;

c) Qualquer navio a vela, navegando, fará ouvir, com intervallos não superiores a 1 minuto, um som, quando estiver amurado a boreste, dous sons consecutivos, quando amirado a bombordo, e tres sons consecutivos, quando tiver o vento para ré do travéz;

d) Todo navio, fundeado, fará ouvir toques de sino repetidos durante 5 segundos e com intervallos não superiores a 1 minuto.

Em navios de comprimento superior a 106m,75 deverá tocar-se o sino á vante, e, além disto, tocar-se, a ré, com intervallos não superiores a um minuto, gongo ou qualquer outro instrumento, cujo som não possa ser confundido com o do sino;

e) qualquer navio, rebocando, ou empregado no lançamento ou suspensão de cabo submarino, ou impossibilitado de se desviar de outro que se lhe approxime — por estar desgovernado e não poder manobrar como é exigido nas presentes regras — em lugar dos signaes preceituados nas alíneas a, b e c deste artigo, fará ouvir, com intervallos não superiores a dois minutos, grupos de tres sons successivos, a saber: um som prolongado seguido de dois sons breves;

Qualquer navio rebocado (ou, sendo rebocados mais de um, o ultimo) deverá fazer ouvir, com intervallos não superiores a dois minutos, quatro sons consecutivos, a saber: um som prolongado, seguido de tres sons breves. Não é obrigatorio esse signal quando for impossivel embarcar pessoal no navio rebocado;

Quando for possivel, o navio rebocado deverá fazer ouvir este signal immediatamente a seguir ao signal feito pelo rebocador;

f) qualquer navio, encalhado em caral, ou na proximidade desse fará o signal preceituado na alínea d, e, além disto, deverá fazer ouvir tres sons de sino, separados e distinctos, immediatamente antes e depois de cada signal.

Os navios á vela e embarcações de tonelagem bruta inferiores a 20 toneladas não são obrigados a fazer os signaes

---

"Em todos os casos em que nas presentes regras se exigir o emprego do sino, poderá ser este substituido por tambor dos navios turcos, ou por gongo, onde taes instrumentos sejam usados no bordo de pequenos navios."

pcima mencionados; não os fazendo, deverão entretanto, emitir outro signal sonoro efficaz, com intervallos não superiores a um minuto."

**A VELOCIDADE DOS NAVIOS DEVE SER MODERADA DURANTE  
O NEVOEIRO, ETC.**

**Artigo 16**

Todo o navio, em occasiões de nevoeiro, neblina, neve ou aguaceiros, navegará com velocidade moderada, prestando cuidadosa attenção, ás circumstancias e condições existentes.

Qualquer navio a vapor que ouvir, numa direcção que lhe pareça ser para vante do travéz, o signal de nevoeiro, doutro navio, cuja posição é incerta deverá, tanto quanto as circumstancias o permittirem, parar as suas machinas e, em seguida, navegar com cautela até ter passado o perigo de abalroamento.

**REGRAS PARA GOVERNO E NAVEGAÇÃO**

*Preliminares — Riscos de abalroamento*

Quando as circumstancias o permittem, o risco de abalroamento pode ser reconhecido vigiando attentamente na agulha a marcação dum navio que se approximar. Se não varia de maneira apreciavel, essa marcação, impõe-se concluir que esse perigo existe.

**Artigo 17**

Quando dois navios á vela se approximam um do outro a ponto de risco de abalroamento, deve um delles desviar-se do caminho do outro do seguinte modo:

a) o navio que navegar ao largo desviar-se-á do caminho do outro, que navegar á bolina;

b) o navio que navegar á bolina com amuras a bombordo desviar-se-á do caminho do outro, que navegar á bolina com amuras a boreste;

c) quando dois navios navegarem a um largo, mas com o vento de bordos oppostos, o navio, que receber o vento de bombordo desviar-se-á do caminho do outro;

d) quando dois navios navegarem ao largo com o vento do mesmo bordo, o navio que estiver a barlavento desviar-se-á do caminho do que estiver a sotavento;

e) o navio que tiver o vento á pôpa desviar-se-á do caminho do outro.

---

(") Os vapores dos praticos hollandezes e belgas, quando empregados no serviço de praticagem dentro das respectivas áreas, por occasião de nevoeiro, neblina, neve ou aguaceiros, são obrigados a fazer ouvir, de dois em dois minutos, no maximo, um signal constituído por tres sons, a saber: um som prolongado de sercia, um som prolongado de apito e um som prolongado de sercia, com intervallos de um segundo. Quando não estiverem em serviço de praticagem nas respectivas áreas fazem os mesmos signaes que qualquer outro navio a vapor.

### Artigo 18

Quando dois navios a vapor se approximarem um do outro de roda a roda, ou quasi de roda a roda, com risco de abalroamento, guinarão ambos para boreste, de forma a passarem por bombordo um do outro.

Este artigo só se applica aos casos em que os navios se approximarem de roda a roda, ou quasi de roda a roda, de modo a haver risco de abalroamento, e não se applica ao de dois navios que, conservando-se nos seus respectivos rumos, passarão safos um do outro.

Os unicos casos a que, com effeito se applica o presente artigo são aquelles em que cada um dos navios está de roda a roda com outro ou quasi de roda a roda. Por outras palavras, nos casos em que: de dia, cada um dos navios vê os mastros do outro em linha ou quasi em linha com os seus; e de noite, nos casos em que cada navio vê ambos os pharóes dos bordos do outro.

Não se applica: de dia, a casos em que um navio vê pela sua prôa um outro a cruzar-lhe a derrota; nem de noite, nos casos em que: a luz vermelha dum navio se oppõe á luz vermelha do outro, ou em que a luz verde dum navio se oppõe á luz verde do outro, ou em que se vê pela prôa a luz vermelha sem a verde, ou a verde sem a vermelha, ou em que ambas as luzes vermelha e verde se avistam em qualquer direcção que não seja a da prôa.

### Artigo 19

Quando dous navios a vapor navegarem em rumos que se cruzem, de modo a haver risco de abalroamento, o navio que, pelo seu proprio boreste tiver o outro desviar-se-á do caminho desse outro.

### Artigo 20

Quando um navio a vapor e outro á vela seguirem em direcções taes e de que possa advir risco de abalroamento, o navio a vapor desviar-se-á do caminho do navio do outro.

### Artigo 21

Quando, em virtude de qualquer destas regras, um dos dous navios tenha de se desviar do caminho, conservará o outro seu rumo e velocidade.

*Nota* — Quando, em consequencia de tempo carregado ou outras causas, este ultimo navio se achar tão proximo que o abalroamento não possa ser evitado unicamente pela manobra do navio a quem pertence ceder o caminho, deverá também esse manobrar da fórma que julgue mais conveniente para evitar o abalroamento (vejam-se os artigos 27 e 29).

## Artigo 22

Todo o navio que por estas regras se achar obrigado a se desviar do caminho do outro deverá si as circumstancias o permittirem evitar cortar a prôa a esse outro.

## Artigo 23

Todo o navio a vapor que por estas regras se achar obrigado a se desviar do caminho do outro deverá, em se approximando desse, diminuir a marcha ou si necessario parar ou inverter o seu sentido.

## Artigo 24

Não obstante qualquer preceito contido nas presentes regras, todo navio que alcançar outro desviar-se-á do caminho do navio alcançado.

Todo navio approximando-se de outro e vindo da direcção que esteja mais de duas quartas para ré do través desse outro, isto é, approximando-se de modo que de noite não lhe possa ver qualquer dos pharóes dos bordos, será considerado como navio que alcança a outro; e nenhuma alteração subsequente na marcação reciproca entre os dous navios fará passar a considerar, para interpretação destas regras, o navio que alcança o outro como um navio cuja derrota cruza a do outro, ou o fará dispensar do dever de se conservar desembaraçado do navio alcançado, emquanto o não tiver definitivamente passado e delle se achar safo.

De dia, como o navio que alcança outro nem sempre pôde saber, com certeza, si está, em relação a elle, para vante ou para ré da direcção acima indicada (2 quartas para ré do través), deverá, na duvida, considerar-se navio que alcança outro e desviar-se do caminho delle.

## Artigo 25

Em canaes estreitos, todo o navio a vapor, encostar-se-á para o lado do canal que lhe ficar pelo seu boreste, quando segura e pratica fôr tal providencia.

## Artigo 26

Os navios á vela, navegando, desviar-se-ão dos navios á vela ou embarcações pescando com redes, linhas ou aparelhos de arrasto. Esta regra não dá a qualquer navio ou embarcação, empregado no exercicio da pesca, o direito de obstruir uma passagem navegavel usada por outros navios, que não sejam de pesca.

## ARTIGO 27

Na execução e interpretação destas regras, prestar-se-á a devida attenção a todos os perigos da navegação e abalroa-



mento e a quaesquer circumstancias especiaes que possam tornar necessario o afastamento das regras acima, com o fim de evitar perigo immediato.

*Signaes sonoros para navios reciprocamente á vista*

ARTIGO 28

As palavras "som curto", empregadas neste artigo significam um som de cerca de um segundo de duração

No caso de navios se avistarem reciprocamente um navio a vapor navegando, ao executar conforme o autorizado ou exigido pelas presentes regras, indicará o seu procedimento (quando tenha de manobrar) pelos seguintes signaes feitos com apito ou sereia, a saber:

Um som curto para indicar: Estou guinando para boreste;

Dois sons curtos para indicar: Estou guinando para bombordo;

Tres sons curtos para indicar: As minhas machinas estão dando á ré a toda força.

*Observação absoluta, em todas as circumstancias, das precauções elementares*

ARTIGO 29

Nada do contido nestas regras desculpará qualquer navio, o seu armador, capitão ou tripulação das consequencias de descuido ou falta em trazer luzes ou fazer os signaes ou ter boa vigilancia ou tomar as precauções que possam ser exigidas pela pratica ordinaria da navegação ou por circumstancias especiaes do caso.

*Reserva das regras para portos e navegação em aguas interiores*

ARTIGO 30

Nada do contido nestas regras prejudicará a execução de qualquer regra especial, devidamente elaborada pela autoridade local, relativa á navegação de qualquer porto, rio ou aguas interiores.

*Signaes de perigo*

ARTIGO 31

Quando um navio estiver em perigo e precisar de auxilio de outros navios ou de terra, os signaes a usar e mostrar, junta ou separadamente, serão os seguintes:

De dia:

1. Tiros de peça ou outros signaes explosivos feitos com intervallos de cerca de um minuto;
2. Um signal de soccorro do Codigo Internacional;

3. Um signal para grandes distancias consistindo no içamento de bandeira quadrada tendo abaixo um balão ou outro objecto semelhante;

4. Um som continuo produzido por qualquer aparelho de signaes de nevoeiro;

5. O signal internacional de perigo radiotelegraphico ou radiotelephonico ou qualquer outro systema de signaes á distancia.

A' noite:

1. Tiros de peça ou outros signaes explosivos, feitos com intervallos de cerca de um minuto;

2. Fogueiras a bordo, produzidas pela combustão de barricas de alcatrão, oleo, etc.;

3. Foguetes ou bombas de lagrimas, de qualquer cor ou feitio, lançado em intervallos curtos cada um delles;

4. Um som continuo produzido por qualquer aparelho de signaes de nevoeiro;

5. O signal internacional de perigo radiotelegraphico ou radiotelephonico ou qualquer outro systema de signaes á grande distancia.

E' prohibido o emprego de qualquer dos signaes acima mencionados, excepto com o fim de indicar que um navio se encontra em perigo, e bem assim é prohibido o emprego de qualquer signaes susceptível de confusão com os referidos signaes.

*Acto final da Conferencia Internacional sobre a Segurança da Vida Humana no Mar — 1929*

Os Governos da Allemanha, da Australia, da Belgica, do Canadá, da Dinamarca, da Hespanha, do Estado Livre da Irlanda, dos Estados Unidos da America, da Finlandia, da França, do Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte, da India, da Italia, do Japão, da Noruega, da Hollanda, da Suecia, da União das Republicas Socialistas dos Soviets,

E, desejando estabelecer, de commum accordo, principios e regulamentos, para effeito da salvaguarda da vida humana no mar.

Havendo decidido tomar parte na Conferencia Internacional que, por iniciativa do Governo do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, se realizou em Londres,

Designaram as delegações seguintes:

**ALLEMANHA**

Delegados:

Dr. Friedrich Sthamar — Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario da Allemanha em Londres;

Sr. Gustav Koenigs — Ministerialdireigent no Reichsverkehrsministerium, Geheimer Regierungsrat, Berlim;

Sr. Werner — Oberregierungsrat no Reichsverkehrsministerium, Geheimer Justizrat, Berlim;

Sr. Walter Lass — Professor, director da Sociedade da Classificação "Germanischer Lloyd", Berlim;

Dr. Riess — Director, reformado, do Reichsschiffsvermessungsamt, Geheimer Regierungsrat, Neubrandenburg;

Sr. Gies — Ministerialrat no Reichspostministerium, Berlim;

Vice almirante Dominik --- Presidente da "Deutsche Seewarte", Hamburgo.

#### Peritos:

Sr. Behner — Director da "Deutsche Betriebsgesellschaft für drahtlose Telegraphie", Berlim;

Sr. Elingius — Capitão da Hamburg-Sued-Amerika Linie, Hamburgo;

Sr. Biedermann — Director, Norddeutscher Lloyd, Bremen;

Sr. Freyer — Capitão, Hamburgo;

Sr. Heberling — Engenheiro diplomado, "Germanischer Lloyd" Classification Society, Berlim;

Sr. Jäger — Oberpostrat no Reichspostministerium;

Sr. Köhler — Hamburgo;

Sr. Kunstmann — Shipowner, consul da Espanha e do Japão, Stettin;

Sr. Luensee — Capitão, Regierungsrat in the "Deutscher Seewarte", Hamburgo;

Sr. Reichenbächer — Director, Hamburg-Amerika Linie, Hamburgo;

Sr. Süchting — Director, Bohm & Voss, Hamburgo;

Secretario:

Sr. Kanberg — Postinspektor in the Reichspostministerium.

#### AUSTRALIA

##### Delegados:

Capitão de mar e guerra Henry James Feakes — Royal Australian Navy, addido naval da Australia em Londres;

Capitão tenente reformado Thomas Free — Royal Reserve.

Capitão de mar e guerra J. K. Davis — Director de Navegação.

#### BELGICA

##### Delegados:

Barão de Gerlache de Gomery — Director geral na Administração da Marinha;

Sr. Gustavo de Winne — Engenheiro, chefe, director na administração da Marinha;

Sr. Georges Goor — Conselheiro na administração da Marinha;

Sr. Gerard Vincent — Engenheiro.

## CANADÁ

## Delegados:

Sr. Alexander Johnston — Sub-ministro da Marinha;

Sr. Lucien Pacaud — Secretario no Alto Commissariado do Canadá, em Londres.

## Peritos:

Sr. capitão de fragata C. P. Edwards — Director dos serviços radiotelegraphicos do Marine Department;

Sr. Frank Mc Donnel — Presidente da Comissão de Inspecção aos navios, Marine Department;

Sr. capitão L. G. Dixon — Director dos serviços marítimos;

Sr. J. W. Bain — Engenheiro de radiotelegraphia, Marine Department;

Sr. capitão J. Gilies — Representante em Londres da Canadian Pacific Steamships, Limited;

Sr. capitão A. S. M. Nicholls — Representante em Londres da Canadian National Steamship Company.

## Secretaria:

Mlle. N. Fredericks — Secretaria do Sub-ministro da Marinha;

## DINAMARCA

## Delegados:

Sr. Emil Krogh — Secretario adjunto na Administração da Marinha do Ministerio da Industria, Commercio e Navegação;

Sr. V. Topsoe-Jensen — Juiz do Supremo Tribunal;

Sr. capitão V. Lorck — Examinador principal de capitães e pilotos da marinha mercante;

Sr. J. A. Korbin — Director Technico Gerente do Det Forenede Dampskibsselskab;

Sr. Aage H. Larsen — Engenheiro-Chefe do Ministerio da Industria, Commercio e Navegação;

Sr. Arnold Poulsen — Engenheiro no Ministerio da Industria, Commercio e Navegação;

## Perito:

Sr. Hagelberg — Presidente da Associação Dinamarquesa dos Capitães de navios;

## Secretario:

Sr. P. Villadsen — Ministerio da Industria, Commercio e Navegação.

## HESPAÑHA

## Delegados:

Contra almirante D. Francisco Javier de Salas y Gonzalez — Chefe da Missão Naval na Europa;  
 Commandante engenheiro Don José Rubi e Ruby;  
 Capitão tenente Eduardo García Ramirez.

## ESTADO LIVRE DA IRLANDA

## Delegados:

Sr. J. W. Duinty — Commissario do Commercio do Estado Livre da Irlanda na Grã-Bretanha;  
 Sr. E. G. Foster — Inspector-chefe do Serviço Marítimo, Ministerio da Industria e Commercio.

## ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

## Delegados:

Deputado Wallace H. White, Junior. — Membro do Congresso, Presidente da Comissão de Marinha Mercante e Pescas;

Sr. Arthur J. Tyrer — Commissario de Navegação, Departamento do Commercio;

Sr. Charles M. Barnes — Chefe da Direcção dos Tratados, Ministerio do Exterior;

Sr. Contra Almirante George H. Rock. — Corpo das Construções Navaes, Marinha dos Estados Unidos, Chefe adjunto da Repartição de Construções e Reparações, Ministerio do Marinha;

Capitão de Mar e Guerra Clarence S. Kempff. — Marinha dos Estados Unidos, Hydrographo, Ministerio da Marinha;

Sr. Dicke Son N. Hoover. — Inspector Geral do Serviço de Inspeção de Navios a Vapor, Ministerio do Commercio;

Sr. William D. Terrel. — Chefe da Divisão da Radio-electricidade, Ministerio do Commercio;

Contra Almirante reformado John P. Tawresey. — Corpo de Construções Navaes, Marinha dos Estados Unidos, United States Shipping Board;

Sr. Herbert B. Walker. — Presidente da American Steamship Owners' Association;

Sr. Henry G. Smith. — Presidente da National Council of American Shipbuilders;

Capitão Charles MC. Allister. — Presidente do American Bureau of Shipping.

## Peritos:

Capitão Tenente E. L. Cochrane. — Corpo dos Constructores Navaes Bureau das Construções e Reparações, Ministerio da Marinha;

Sr. J. C. Niedermair. — Ministerio da Marinha;  
 S. J. F. Macmillan, Theodore E. Ferris. — Architecto Naval, American Steamship Owners' Association;  
 Sr. David Arnott. — American Bureau of Shipping Board;  
 Sr. A. J. Smith. — Marine Office of America;  
 Capitain N. B. Nelson. — Seamboat Inspection Service;  
 Tenente E. M. Webster. — United States Coast Guard;  
 Commander C. M. Austin. — Marinha Americana, Bureau de Navegação, Ministerio da Marinha;  
 Sr. E. B. Calvert. — United States Weather Bureau.  
 Secretario:  
 Sr. Vinton Chapin. — Foreign Service Officer.

## FINLANDIA.

## Delegados.

Barão Gustaf Wrede. — Presidente do Shipping Board;  
 Capitão Vaino Bergman — Inspector de Navegação;  
 Consul Carl Kurten. — Director da Associação Finlandeza dos Armadores.

## Perito:

Capitão Birger Brandt. — Finnish Shipmasters' Association.

## FRANÇA

## Delegados:

Sr. Rio. — Antigo Ministro e Senador;  
 Engenheiro Chefe da Marinha Haarblicher. — Director dos Serviços da Frota de Commercio e Material Naval, Ministerio de Obras Publicas;  
 Engenheiro principal da Marinha Marie. — Direcção dos Serviços da Frota de Commercio e Material Naval;  
 Capitão de Mar e Guerra Thouroude. — Addido Naval da Embaixada de França em Londres;

## Peritos:

Sr. De Berthe. — Administração Delegado do Bureau Veritas;  
 Sr. Brillie. — Engenheiro Chefe do Conselho da Compagnie Generale Transatlantique;  
 Sr. Capitão Bureau. — National Meteorological Office;  
 Sr. De Catalano. — General Marine Superintendent of the Compagnie Generale Transatlantique;  
 Sr. Dalix. — Director da Companhia Radiomaritima;  
 Sr. Dubois. — Inspector, Armement de la Compagnie des Messageries Maritimes;  
 Sr. Falcoz. — Engenheiro Chefe da Compagnie des Messageries Maritimes;

S. Fricker. — Engenheiro Principal do Bureau Veritas;  
 Sr. Nizery. — Director da Compagnie des Chargeurs  
 Reunis;

Sr. Pinezon. — Engenheiro Chefe do Conselho des Chan-  
 tiers de St. Nazaire;

Sr. Rossignaux. — Chefe do Serviço Technico do Co-  
 mité Central des Armateurs de France.

#### Secretario:

Capitão Dilly. — Inspector de Navegação, Department  
 of Public Works.

#### REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANIA E DA IRLANDA DO NORTE

#### Delegados:

Vice-Almirante Sir Herbert W. Richmond. — Royal  
 Navy;

Sir Westcott Abell. — Professor de Architectura Naval,  
 Armstrong College, Newcastle-on-Tyne;

Sir A. L. Ayre. — Vice-Presidente da Shipbuilding Em-  
 ployers' Federation;

Capitão F. W. Bate. — Professional Officer, Mercan-  
 tile Marine Department Board of Trade;

Sir C. H. Boyd. — Mercantile Marine Department, Board  
 of Trade;

Sir William C. Courrie. — Presidente da Chamber of  
 Shipping of the United Kingdom;

Sir A. J. Daniel. — Inspector principal de navios, Board  
 of Trade;

Sir Norman Hill. — Presidente do Merchant Shipping  
 Advisory Committee;

Sir Charles Hipwood. — Secretario principal adjuncto,  
 Mercantile Marine Department, Board of Trade;

Capitão A. R. H. Morrell — Trinity House;

#### Peritos:

Sir G. Gunning — Secretario Geral Assistente, National  
 Union of Seamen;

Commander G. S. Horsburgh — Cunard Steamship Com-  
 pany;

Commander F. G. Loring — Inspector of Wireless Tele-  
 graphy, General Post Office;

Dr. G. C. Simpson — Director do Meteorological Office.

#### Secretario:

Sr. Walter Carter — Board of Trade;

Secretarios assistentes:

Sr. W. C. Fergusson — Board of Trade;

Sr. W. Graham — Board of Trade;

Sr. A. E. Lee — Board of Trade;

Sr. W. E. Stimpson — Board of Trade;

Sr. F. J. Waller — Board of Trade;

Sr. W. J. Wilton — Board of Trade.

## INDIA

## Delegados:

Sir Geoggrey L. Corbertt — Commerce Department, Government of India;

Capitão E. V. Whish — Port Officer, Bombay;

Sr. M. A. Master — Director Geral da Scindia Steam Navigation Company.

## ITALIA

## Delegados:

Tenente-General do Porto G. Ingianni — Director Geral da Marinha Mercante;

Vice-Almirante A. Alessio — Chefe da Inspeção Technica da Marinha Mercante;

Conde D. Rogeri Di Villanova — Conselheiro da Legação na Embaixada em Londres;

Sr. T. C. Giannini — Conselheiro de Emigração;

Major General do Porto F. Marena — Vice-Inspector das Capitánias do Porto;

General-engenheiro E. Ferretti — Chefe da Repartição Technica do Registro Naval e Aeronautico Italiano;

Sr. G. Gnome — Chefe do Serviço Telegraphico da Direcção Geral dos Serviços Telegraphicos e Postaes;

Capitão de Fragata L. Biancheri — Da Marinha Real Italiana.

## Peritos:

The Honourable I. M. Magrini — Membro do Parlamento, Presidente da National Fascist Confederation of Seamen and Airmen;

Sr. M. Consulich — National Fascist Confederation of Maritime and Aerial Transport Enterprises;

Marquis L. Solari — Delegado Conselheiro da Radio Marittima Italiana;

Sr. G. Solda — Inspector do Registro Naval e Aerorautico;

Captain L. Zino — National Fascist Confederation of Maritime Aerial Transport Enterprises.

## Secretarios:

Lieut-colonel of port S. Giacchetti — Chefe da Secretaria do General Direction of the Mercantile Marine;

Capitão do Porto F. Falcolini — Addido á Secretaria da General Direction of the Mercantile Marine.

## JAPÃO

## Delegados:

Sr. Yukio Yamamoto — Inspector Geral na Repartição da Marinha Mercante, perito no Departamento das Communicações;



Capitão de Mar e Guerra Schichihei Ota — Da Marinha Imperial Japoneza;

Sr. Itaro Ishii — Secretario de 1ª classe da Embaixada.

**Peritos:**

Sr. Sonoji Tsuchiya — Secretario do Local Administration Office of Communications;

Sr. Kasuma Minato — Perito no Departamento das Comunicações;

Sr. Sozo Ikushima — Perito no Departamento das Comunicações;

Sr. Kiyoji Seno — Perito no Departamento das Comunicações;

Commander Prince Tadashige Shimadzu — Addido Naval á Embaixada em Londres;

Sr. Toshio Takiyama — Perito no Local Administration Office of Communications;

Constructor-Lieut-Commander Narasaburo Masukata — Imperial Japanese Navy;

Sr. Toshinaga Saito — Gerente do Ship Drawing Office, Kobe Works of Mitsubishi Shipbuilding Company, Limited;

Sr. Yoshio Saito — Engenheiro Superintendente Assistente da Nippon Yusen Kabushiki Kaisha;

Sr. Motoki Matsumura — Addido;

Sr. Chuhei Anazawa — Perito no Departamento das Comunicações.

**NORUEGA**

**Delegados:**

Sr. B. Vogt — Ministro da Noruega em Londres;

Sr. L. T. Hansen — Director do Departamento da Marinha, Ministerio do Commercio e Navegação;

Sr. J. Schonheyder — Inspector Chefe da Divisão de Navios e Machinas, Ministerio do Commercio e Navegação;

Sr. Arth H. Melhieson — Vice-Presidente da Associação Norueguesa de Armadores;

Capitão N. Marstrander — Presidente da Repartição da Associação Norueguesa dos Capitães de Navios;

Sr. A. Birkeland — Director da União Norueguesa de Marinheiros e Foguistas.

**Peritos:**

Sr. E. Wettergreen — Chefe de Divisão, Ministerio do Commercio e Navegação;

Sr. K. S. Irgens — Primeiro Capitão da Norwegian America Line;

Commandante Chr. Meyer — Secretario Assistente da Norwegian Shipowners' Association.

**HOLLANDA**

**Delegados:**

Vice-Almirante C. Fock — Inspector Geral da Navegação;

Sr. C. H. de Goeje — Ex-Inspector Geral da Navegação Indias Neerlandezas;

Sr. A. van Driel — Consultor de Architectura Naval, Serviço de Inspeção Marítima;

Sr. J. A. Bland Van Den Berg — Inspector da Radiotelegraphia Costeira e Marítima;

Sr. Phs. van Ommeren, Junior — Presidente da Phs. van Ommeren, Limited;

Sr. H. G. J. Uilkens — Ex-Comodoro da Netherland Steamship Company.

Secretario:

Jonkheer H. P. J. Bosch van Drakestein — Addido á Legação da Hollanda em Londres.

#### SUECIA

Delegados:

Barão Palmstierna — Ministro da Suecia em Londres;

Sr. Nils Gustaf Nilsson — Sub-Secretario adjuneto na Administração Central do Commercio;

Capitão Erik Axel Fredrik Eggert — Perito marítimo no Social Board.

Peritos e delegados Assistentes:

Sr. Axel Sigurd Litstrom — Engenheiro Chefe da Royal Telegraph Office;

Sr. Gunnar Mac Erik Boos — Primeiro Amanuense da Bord of Trade;

Captain John Nils Gunnar Andeerberg — The Swedish Shipowners' Association;

Captain Nils Petter Larsson — Presidente da Swedish Society of Masters and Officers of the Mercantile Marine;

Sr. Nicklas Olsson — Presidente da Swedish Seamen's Union.

#### UNIÃO DAS REPUBLICAS SOVIETICAS SOCIALISTAS

Delegados:

Sr. Jan Lvovitch Arens — Conselheiro da Embaixada da U. R. S. S. em Paris;

Capitão Karl Pavlovitch Eggi — Commandante do quebra-gelos Lenin, frota mercante dos soviets, (Sovtorgflot).

Perito e secretario:

Sr. Peter Nikolaevitch Matveeff — Inspector Chefe do Register of the U. S. S. R.

A Sociedade das Nações, tendo sido convidada a enviar representantes á Conferencia, como observadores, nomeou a seguinte delegação:

Sr. Robert Haas — Secretario Geral do Advisory and Technical Committee for Communications and Transit;

Sr. J. M. F. Romein — Secretario do Permanent Committee for Ports and Maritime Navigations:

Que por isso se reuniram em Londres.

Foi nomeado Presidente da Conferencia o Vice-Almirante Sir Herbert Richmond, e o Senhor Walter Carter foi nomeado Secretario Geral.

Para execução dos seus trabalhos a Conferencia constituiu as commissões seguintes, tendo sido nomeados os presidentes abaixo indicados:

Commissão de Construcção: contra-almirante Rock.

Commissão de Meios de Salvação: Sir Norman Nill.

Commissão de Radiotelegraphia: Sr. Giess.

Commissão de Segurança de Navegação: Sir Charles Hipwood.

Commissão de Certificados: major-general Marena.

Commissão de Disposições Geraes: Sir Charles Hipwood.

Commissão de Redacção: Senador Rio.

No decurso de uma série de reuniões, que se realizaram entre 16 de abril de 1929 e 31 de maio de 1929, foi elaborada uma Convenção, datada de 31 de maio de 1929, para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar.

Por ocasião da assignatura da Convenção para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, concluída hoje, os Plenipotenciarios abaixo assignados accordaram no que segue:

#### OPERADORES DIPLOMADOS

Com o fim de assegurar a entrada em vigor, numa data approximada da do accordo internacional, que torna obrigatoria a installação da radiotelegraphia á bordo de todos os navios de carga, de arqueação bruta igual ou superior a 1.500 toneladas, e de augmentar assim em geral a segurança da vida humana no mar, os Governo contractantes se compromettem a empregar todos os esforços para promover modificação da Convenção Radiotelegraphica Internacional com o fim de se fixarem, como seguem, as exigencias sobre a velocidade minima em serviço e ser attingida por um operador a bordo dos navios obrigatoriamente munidos de installações:

"Transmissão correcta e recepção auditiva correcta de grupos do codigo (mistura de letras, de numeros e de signaes de pontuação) á velocidade de 16 (dezeseis grupos por minuto). Cada grupo do codigo deve comprehender 5 (cinco) caracteres, contando-se cada numero ou signal de pontuação por 2 (dois) caracteres".

No caso da Conferencia Radiotelegraphica Internacional se julgar inhabilitada para approvar a proposta acima, a presente Conferencia opina pela necessidade do estabelecido de novo Certificado contendo as qualificações exigidas aos operadores de tal Certificado devem ser autorizados a fazer correspondencia publica nas estações á bordo de navios de 3ª categoria tal como é definida pela Convenção Radiotelegraphica de Washington.

## II

A Conferencia registra as seguintes declarações das delegações abaixo mencionadas:

## (A.)

Os Plenipotenciarios dos Estados Unidos da America declaram formalmente que a assignatura por elles apposta na Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, em data de hoje, não deverá ser considerada como indicação de que o Governo dos Estados Unidos da America reconhece o regime ou entidade signataria ou adherente á Convenção como o Governo de um paiz, desde que tal regime ou entidade não esteja reconhecido, pelo Governo dos Estados Unidos da America, como Governo desse paiz.

Os Plenipotenciarios dos Estados Unidos da America declaram, além disso, que a participação dos Estados Unidos da America na Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, assignada hoje, não envolve, por parte dos Estados Unidos da America, qualquer obrigação contractual para com o paiz representado por entidade ou regime que o Governo dos Estados Unidos da America não reconhece como Governo desse paiz, até que tal paiz tenha o seu Governo reconhecido pelo dos Estados Unidos da America.

## (B.)

A Delegação da União das Republicas Sovieticas Socialistas declara que o Governo da União das Republicas Sovieticas Socialistas, não sendo parte contractante na Convenção Radiotelegraphica Internacional de 1927, não se considera ligado ao compromisso que figura na Parte I deste Acto Final, mas applicará, após ratificação da Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, e dará plena effectivação dos artigos desta ultima Convenção e seus annexos, em que é feita referencia ás prescripções da dita Convenção Radiotelegraphica, sómente como parte contractante da Convenção para Salvaguarda da Vida Humana no Mar.

## III

A Conferencia adopta tambem as seguintes recommendações:

## RELATIVAMENTE Á CONSTRUCCÃO

1. *Estabilidade*

A Conferencia examinou a necessidade e possibilidade pratica de adoptar regras relativas á estabilidade, tendo prevalecido a opinião de que, presentemente, é apenas possivel, na pratica, adoptar as prescripções geraes, relativas á expe-

riencia de estabilidade nos navios novos de passageiros, contidas no artigo 8.º A Conferencia deseja contudo chamar a attenção dos Governos contractantes para o facto de ser desejavel que cada Administração estude a questão da estabilidade para os differentes typos nacionaes de navio e de tráfego, e que os Governos contractantes transmittam uns aos outros as informações obtidas sobre este assumpto.

### *2. Aberturas nas anteparas e amuradas dos navios*

As objecções relativas ás aberturas, que podem algumas vezes ser abertas pelo mar, nas amuradas dos navios e nas anteparas estanques transversaes e principaes foram examinadas por esta Conferencia, mas a Conferencia julga não ser actualmente pratico adoptar regras internacionaes relativas a taes aberturas e que sejam mais severas das constantes nas regras.

A Conferencia recommenda contudo que os diversos Governos se esforcem em especial por assegurar que, em cada caso, seja reduzido ao minimo o numero de taes aberturas, principalmente as vigias moveis em torno da charneira, das amuradas, abaixo da linha de segurança em avaria, e as portas collocadas nas partes inferiores das anteparas do compartimento das machinas.

### *3. Trafegos que apresentam risco especial*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar emette a opinião de que ha trafegos, como os de passageiros entre a Inglaterra e os portos visinhos do continente, nos quaes os riscos de mar são, devido ao tempo e ás condições de tráfego, excepcionaes e onde é praticavel, em razão de ausencia de carga, adoptar gráu de compartimentagem mais elevado que o prescripto pela Convenção. A Conferencia, portanto, recommenda que os Governos contractantes interessados considerem a adopção, no caso de navios empregados principalmente no transporte de passageiros naquelles trafegos, de gráu mais elevado de compartimentagem, na medida do que fôr julgado possivel e razoavel.

### RELATIVAMENTE AOS MEIOS DE SALVAÇÃO, ETC.

### *4. Meios de se agarrar ás embarcações*

A Conferencia Internacional sobre a Segurança da Vida Humana no Mar recommenda que os Governos contractantes deveriam considerar a possibilidade pratica de exigir que as embarcações salva-vidas, transportadas pelos navios registados nos seus portos, sejam providas de meios aptos a permittirem ás pessoas deitar mão ás embarcações quando estejam essas voltadas no mar e isso sem augmentar os riscos inherentes ao lançamento ao mar dessas embarcações.

### 5. Mercadorias perigosas

A Conferencia Internacional sobre a Segurança da Vida Humana no Mar recommenda que sejam feitos todos os possiveis esforços em vista de se chegar a accordo internacional sobre as mercadorias consideradas perigosas, na conformidade do artigo 24 da presente Convenção, e sobre a fixação de regras uniformes para a embalagem e estiva de taes mercadorias.

### RELATIVAMENTE A RADIOTELEGRAPHIA

#### 6. *Signaes de alarme*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, havendo approvedo o emprego do receptor automatico de alarme, para assegurar a escuta, e prevendo a installação de grande numero destes receptores a bordo de navios de passageiros e de carga, em proximo futuro, recommenda que a seguinte Conferencia Internacional Radiotelegraphica prescreva que "o signal de alarme deve, em regra geral, preceder o signal de soccorro.

#### 7. *Avisos de cyclone*

A Conferencia Internacional sobre a Segurança da Vida Humana no Mar, considerando que é de importancia mais relevante prevenir naufragios do que prestar soccorros, verificado após o sinistro, e sendo de opinião que, em certos casos, deve ser empregado, para tal fim, o receptor automatico de alarme, recommenda, com muito interesse, que a proxima Conferencia Internacional Radiotelegraphica autorize os Governos a permittir que estações costeiras, sob a sua jurisdição, façam preceder pelo signal de alarme as decisões de avisos urgentes de cyclones.

#### 8. *Comprimento de ondas*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar chama a attenção dos Governos interessados para o facto de ser desejavel assegurar que os signaes de soccorro emitidos sobre um comprimento de onda do typo A2 possam ser ouvidos sobre um campo de frequencias bastante largo.

A Conferencia deseja tambem chamar a attenção para as disposições do art. 5º, § 11, das Regras annexas á Convenção Internacional Radiotelegraphica de Washington, de 1927, e accentuar que as transmissões radiotelegraphicas sobre frequencias vizinhas de onda de soccorro tornarão inefficazes os receptores automaticos de alarme, que utilizem o signal de alarme definido no artigo 19, § 21 (e), das alludidas Regras. A Conferencia, portanto, deseja sublinhar a importancia que tem, no interesse da vida humana no mar, o facto de se evitar o uso de emissões radiotelephonicas na vizinhança da onda de soccorro, excepção feita entretanto dos casos de urgencia.

## RELATIVAMENTE À SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

9. *Do auxilio prestado á navegação pela radioelectricidade*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar recommenda que os Governos Contractantes estabeleçam e mantenham systema adequado ao auxilio a ser prestado á navegação por meio da radioelectricidade e tomem as necessarias medidas para assegurar a efficiencia e bom funcionamento de taes serviços.

10. *Signaes radiotelegraphicos e submarinos synchronizados*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar é favoravel ao desenvolvimento das installações de appparelhos de determinação de distancias, susceptiveis de emittir signaes radioelectricos synchronizados e signaes submarinos, na medida em que forem necessarios á navegação para o fim de determinar distancias e posições dos navios.

11. *Apparelho de sondagem pelo som*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar lembra aos Governos Contractantes que deveriam promover o desenvolvimento e uso dos appparelhos de sondagem pelo som.

12. *Signaes de Soccorro*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar é de opinião que os signaes entre as estações de soccorro e os navios em perigo e, reciprocamente, os signaes entre os navios em perigo e as estações de salvação, deviam ser internacionalizados.

13. *Luzes em terra*

A Conferencia Internacional sobre a Salvaguarda da Vida Humana no Mar é de opinião que, tanto quanto possivel, deveriam ser tomadas pelas Administracões medidas tendentes a regularizar a posição a intensidade dos pharóes em terra, na vizinhança das entradas dos portos, de fôrma a evitar que taes pharóes possam ser confundidos com os do porto ou impeçam a visão dos signaes luminosos destinados á navegação.

## AERONAVES

14. *Regras para evitar abalroamentos*

Segundo as regras internacionaes para evitar abalroamentos, as aeronaves, quando pousadas no mar, entram dentro da definição de "navios a vapor". Como tal, são obrigadas a exhibir pharóes de navegação, fazer signaes e manobrar, tanto em relação aos navios de superficie, como em relação a outras

aeronaves, de modo que nem sempre é-lhes possível por motivo de suas especiaes e particulares condições. Por outro lado, estas aeronaves podem e devem tomar a iniciativa de certas medidas, de que assumem a responsabilidade, a effeito de evitar abalroamentos com navios de superficie ou com outras aeronaves pousadas na agua e é portanto necessario que os seus direitos e deveres, quando pousados n'agua, sejam definidos. Afim de se conseguir accôrdo internacional abrangendo as disposições das regras internacionaes para evitar abalroamentos — applicaveis tanto aos navios de superficie, como ás aeronaves, quando pousadas em alto mar ou sobre as aguas das costas e com elle ligadas e que sejam navegaveis por navios de mar — a Conferencia lembra, no interesse da salvaguarda da vida humana no mar, que esta questão seja estudada pelas autoridades competentes dos paizes interessados, de fórma a poder haver troca de impressões em ordem a taes esforços se concretizarem em accôrdo internacional. A Conferencia solicita do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte que tome a proposito as medidas necessarias.

#### RELATIVAMENTE A CERTIFICADOS

##### 15. *Reconhecimento das disposições regulamentares da Convenção*

Reconhecendo a importancia da applicação das disposições regulamentares da Convenção no mais curto prazo possível, recommenda-se que os Governos contractantes tomem todas as medidas possíveis destinadas a assegurar o reconhecimento dos navios empregados no trafego internacional que, a partir da data da assignatura da Convenção, estejam em regra com as referidas disposições.

Em firmeza do que, os abaixo assignados, appuzeram a sua assignatura ao presente Acto.

Feito em Londres, aos trinta e um dias do mez de maio de mil novecentos e vinte e nove, em um unico exemplar, a ser depositado nos archivos do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, que entregará cópias certificadas authenticas a todos os Governos signatarios.

Sthamer.  
Gustav Königs.  
Arthur Werner.  
Walter Laas.  
Otto Riess.  
Hermann Giess.  
Hugo Dominik.  
Henry James Feakes.  
Thomas Free.  
A. de Gerlache de Gomery.  
G. de Winne.  
A. Johnston.  
Lucien Pacaud.



Emil Krogh.  
V. Lorck.  
P. Valladsen.  
Javier de Salas.  
John Whelan Dulanty.  
E. C. Foster.  
Wallace H. White.  
Arthur J. Tyrer.  
Charles M. Barnes.  
Geo H. Rock.  
Clarence S. Kempff.  
Dickerson N. Hoover.  
W. D. Terrell.  
John G. Tawresey.  
Herbert B. Walker.  
Charles A. Mc Allister.  
Edward L. Cochrane.  
J. C. Niedermals.  
John F. Mac Millan.  
David Arnott.  
N. B. Nelson.  
E. M. Webster.  
E. B. Calvert.  
Vinton Chapin.  
Gustaf Wrede.  
V. Bergman.  
Karl Kurten.  
Rio.  
A. Haarbleicher.  
Jean Marie.  
F. Thouroude.  
H. Brillie.  
Fricker.  
J. Pinczon.  
R. Rossigneux.  
Ch. Dilly.  
H. W. Richmond.  
Westcott Abell.  
A. L. Ayre.  
F. W. Bate.  
C. H. Boyd.  
William C. Currie.  
A. J. Daniel.  
Jorman Hill.  
C. Hipwood.  
A. Morrell.  
Walter Carter.  
W. C. Fergusson.  
W. Graham.  
A. E. Lee.  
W. E. Stimpson.

F. J. Walter.  
W. J. Wilton.  
G. L. Corbertt.  
E. V. Whish.  
Mansukhlal Atmaram Master.  
Giulio Ingianni.  
Alberto Alessio.  
Delfino Rogeri di Villanova.  
Torquato C. Giannini.  
Francisco Marena.  
Ernesto Ferretti.  
G. Gneme.  
Luigi Biancheri.  
M. Consulich.  
Salvatore Giachetti.  
Frederico Falcolini.  
Yukio Iamamoto.  
Shichihei Ota.  
Itaro Ishii.  
Sonoji Tsuchiya.  
Kazuma Minato.  
S. Ikushima.  
K. Seno.  
Shimadzu.  
N. Masukata.  
T. Saito.  
Y. Saito.  
Motoki Marsumura.  
C. Anazawa.  
B. Voot.  
L. T. Hansen.  
Arth H. Mathiesen.  
E. Wettergreen.  
C. Fock.  
C. H. de Goeje.  
A. van Direl.  
J. A. Bland van den Berg.  
Phs. van Ommeren.  
H. G. J. Uilken.  
H. Bosch van Drakestein.  
Erik Palmstierna.  
Nils Gustaf Nilsson.  
A. Sigurd Litstrom.  
G. Mac Erik Boos.  
Nicklas Olsson.  
J. Arens.  
K. Eggi.  
P. Matveeff.

---

## DECRETO N. 1.095 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1936

*Faz publica a adhesão do Governo da Esthonia á Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma, a 16 de abril de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo da Esthonia á Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma a 16 de abril de 1929, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada da Italia nesta capital, por nota de 4 de setembro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

## NOTA VERBAL

A Real Embaixada de Italia tem a honra de comunicar ao Ministerio das Relações Exteriores que o Encarregado de Negocios da Esthonia em Roma notificou ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros, em 5 de agosto de 1936, a adhesão de seu Governo á Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma a 16 de abril de 1929.

Com relação ao art. 22 da dita Convenção, o acto de adhesão acha-se acompanhado da seguinte declaração:

“As Estações Experimentaes de molestias de plantas e de Entomologia, em Raadi, proximo de Tartu, devem-se considerar como instituições officiaes da Esthonia para estudos e pesquisas scientifico-technicas de microbiologia, de pathologia e de zoologia applicadas á agricultura, constantes do art. 2, n. 1 da Convenção internacional para a protecção dos vegetaes, firmada em Roma a 16 de abril de 1929.”

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1936.

Ao Ministerio das Relações Exteriores do Brasil — Rio de Janeiro,

---

## DECRETO N. 1.096 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede à Sociedade Cooperativa de Seguros contra Accidentes do Trabalho, do Syndicato dos Industriais de Panificação e Confeitaria de São Paulo, Responsabilidade Limitada, autorização para funcionar e approva os seus estatutos.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Cooperativa de Seguros contra Accidentes do Trabalho, do Syndicato dos Industriais de Panificação e Confeitaria de São Paulo, com séde na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, resolve conceder-lhe autorização para funcionar em operações de seguros de accidentes do trabalho e, bem assim, approvar os seus estatutos, adoptados pela assembléa geral dos respectivos socios realizada a 28 de dezembro de 1935, mediante as seguintes condições:

I — O capital de responsabilidade minimo da sociedade para as suas operações de seguros contra riscos de accidentes do trabalho é de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), integralmente realizado, nos termos do art. 1º do decreto n. 164, de 15 de maio de 1935.

II — A sociedade, para garantia inicial das suas operações, fará, no Thesouro Nacional, na fórmula da lei, o depósito de 100:000\$000 (cem contos de réis), o qual poderá ser augmentado, nos termos da alinea a, do art. 41, do decreto n. 21.637, de 10 de julho de 1934, e paragrapho unico do art. 6º, do regulamento approved pelo decreto n. 85, de 14 de março de 1935.

III — A sociedade ficará integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes, ou que vierem a vigorar, sobre o objecto da sua autorização.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1936. 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 1.097 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1936

• *Approva a reforma dos estatutos da Caixa Beneficente do Pessoal Marítimo da Alfandega da Capital*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que pediu a Caixa Beneficente do Pessoal Marítimo da Alfandega da Capital, associação de classe com séde

no Districto Federal, resolve approvar a reforma de seus estatutos, feita na assembléa geral extraordinaria realizada em 10 de julho de 1935, ratificada e rectificada na de 12 de dezembro do mesmo anno.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.098 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1936

*Approva a reforma dos estatutos da Caixa Auxiliar da Classe Telegraphica da Estrada de Ferro Central do Brasil*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que pediu a Caixa Auxiliar da Classe Telegraphica da Estrada de Ferro Central do Brasil, associação de classe com sede no Districto Federal, resolve approvar a reforma os seus estatutos, feita nas assembléas geraes extraordinarias realizadas em 25 de outubro de 1932 e 27 de janeiro do corrente anno, conforme actas publicadas no *Diario Officiel* de 3 de dezembro de 1932 e 19 de maio de 1936.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.099, DE 17 DE SETEMBRO DE 1936

*Altera o art. 79, alinea — do Regulamento anexo ao decreto 16.631, de 8 de outubro de 1924, para o Serviço de Engenharia.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1. Fica redigido pela forma que se segue o artigo 79, alinea primeira, do Regulamento para o Serviço de Engenharia, anexo ao decreto n. 16.631, de 8 de outubro de 1924:

“Art. 79. O pessoal do Deposito Central de Material de Engenharia se comporá de:

Um director, coronel ou tenente-coronel effectivo da arma de engenharia”;

Art. 2. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

General *João Gomes*.

---

DECRETO N. 1.100 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1936

*Proroga por mais noventa dias o prazo fixado pelo art. 1° do decreto n. 915, de 21 de junho de 1936*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 1° do decreto legislativo n. 20, de 18 do corrente mez e nos termos da emenda numero um á Constituição da Republica, decreta:

Art. 1° E' prorogado por mais noventa dias o prazo fixado pelo art. 1° do decreto n. 915, de 21 de junho de 1936.

Art. 2.° Permanecem em vigor todas as disposições constantes do decreto n. 702, de 21 de março de 1936 bem assim as do decreto n. 789, de 3 de maio do mesmo anno.

Art. 3.° O presente decreto entrará em vigor immediatamente e seu texto será communicado por via telegraphica aos governadores dos Estados e ao interventor federal no Territorio do Acre.

Art. 4.° Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Joãoquim Licínio de Souza Almeida.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

*João Gomes Ribeiro Filho.*

*Henrique Aristides Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnon Magalhães.*

---

## DECRETO N. 1.101 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente mez, no municipio de Olympia, Estado de São Paulo, durante o dia 20 do mesmo mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente mez, no municipio de Olympia, no Estado de São Paulo, durante o dia 20 do mesmo mez de setembro, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

## DECRETO N. 1.102 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 1.877:962\$300, para ultimar a execução de obras com a installação de estações de radio*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 1º, da lei n. 205, de 22 de maio de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do art. 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de mil e oitocentos e setenta e sete contos novecentos e sessenta e dous mil e trezentos réis (1.877:962\$300), para ultimar a execução de obras com a installação de estações radio-automaticas, no Departamento dos Correios e Telegraphos.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licínio de Souza e Almeida.*

## DECRETO N. 1.103 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1936

*Approva projecto e orçamento na importancia de réis 11.153:422\$441, para execução das obras necessarias á substituição da ponte das Laranjeiras, na Estrada de Ferro D. Thereza Christina.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo ao que requereu a Companhia Brasileira Carbonifera de Araranguá, arrendataria da Estrada de Ferro D. Thereza Christina e de accordo com os pareceres da Inspectoria Federal das Estradas e do Consultor Technico do Ministerio da Viação e Obras Publicas:

Decreta:

Art. 1º. Ficam approvados o projecto e orçamento, na importancia de 11.153:422\$441 (onze mil, cento e cincoenta e tres contos quatrocentos e vinte e dois mil quatrocentos e quarenta e um réis), que com este baixam, rubricados pelo Director Geral de Expediente da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, relativos ás obras necessarias á substituição da ponte das Laranjeiras, na referida Estrada.

Art. 2º. As despesas, até o maximo do orçamento ora approvado, correrão, no exercicio vigente, por conta da Subconsignação n. 20 — Consignação I (letra c), da verba 14º — annexo n. 7 a que se refere o artigo 3º da lei n. 15. de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licinio de Souza Almeida*

## DECRETO N. 1.104 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1936

*Crêa uma collectoria para arrecadação das rendas federaes em Getulio Vargas, municipio do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e de accordo com o que estabelece o art. 6º do decreto n. 24.502, de 29 de junho de 1934,



resolve crear uma collectoria para arrecadação das rendas federaes em Getulio Vargas, municipio do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Sul.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.105 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada "Banco Agrícola de Ilhéos"*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, de accordo com as alíneas *a* e *c* do art. 17 do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder autorização para se constituir, na fórmula da mesma lei, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada — Banco Agrícola de Ilhéos — e, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura, funcionar com sede no municipio de Ilhéos, Estado da Bahia.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga*

---

DECRETO N. 1.106 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar a Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Porto Real — Municipio de Rezende — Estado do Rio de Janeiro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, de accordo com o art. 17, lettra *a*, do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder ao Consorcio Profissional-Cooperativo dos Agricultores e Criadores da Colonia de Porto Real — Municipio de Rezende — Estado do Rio de

Janeiro, autorização para constituir, na fôrma da mesma lei, a Cooperativa dos Agricultores e Criadores de Porto Real, e, após registo na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura, para o respectivo funcionamento.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 1.107 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede a Carlos Monteiro de Barros, a titulo provisorio, a lavra da jazida de ouro denominada "Cata do Andaimé", no municipio de São Gonçalo do Sapucahy, Estado de Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista os decretos ns. 24.642, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas) e 585, de 14 de janeiro de 1936;

Decreta:

Art. 1.º Fica concedida a Carlos Monteiro de Barros, a titulo provisorio e sob as clausulas abaixo declaradas, a lavra da jazida de ouro denominada "Cata do Andaimé", situada na Fazenda Palmital, no municipio de São Gonçalo do Sapucahy, Estado de Minas Geraes, fazenda esta pertencente ao espolio do Barão de Paraopeba, e com a área total de cinco mil trezentos e setenta e seis (5.376) hectares.

Paragrapho unico. A parte concedida será correspondente á área de cincoenta (50) hectares, a ser demarcada pelo concessionario dentro do referido immovel.

Art. 2.º O concessionario será obrigado a satisfazer, dentro dos respectivos prazos, as exigencias contidas nos artigos 36, 37, 38 e 39, do Codigo de Minas.

Paragrapho unico. Si o concessionario deixar de satisfazer as exigencias a que alludem os arts. 38 e 39 do citado codigo, dentro do prazo de seis (6) mezes, contados da data da publicação deste decreto, considera-se abandonada a concessão, para os effeitos legais, salvo motivo justificado de força maior, a juizo do Governo.

Art. 3.º A concessão é feita sob as clausulas geraes contidas no art. 42 do referido codigo e mais as que forem julgadas convenientes pelo Governo e que serão expressas no titulo definitivo, na fôrma da lei

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1936, 115º da Independência e 48º da República.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

DECRETO N. 1.108 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, no municipio de Moju, no Estado do Par , durante o dia 27 de setembro do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, no Estado do Par , durante o dia 27 de setembro do corrente, no municipio de Moju, no Estado do Par , durante o dia 27 de setembro do corrente anno, afim de serem alli realizadas elei es municipaes; revogadas as disposi es em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1936, 115º da Independ ncia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente R o.

---

DECRETO N. 1.109 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, no municipio de Monte Alegre, no Estado do Par , durante o dia 4 de outubro vindouro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, no municipio de Monte Alegre, no Estado do Par , durante o dia 4 de outubro vindouro, afim de serem alli realizadas elei es municipaes; revogadas as disposi es em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1936, 115º da Independ ncia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente R o.

---

## DECRETO N. 1.110 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1936

*Abre o credito supplementar de 4.000:000\$000, á sub-consignação n. 21, lettra a — I — Estradas de Ferro — da verba 14ª, do orçamento do Ministerio da Viação e Obras Publicas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no artigo unico da lei n. 225, de 17 de julho de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 4.000:000\$000, supplementar á sub-consignação n. 21, lettra a — I — Estradas de Ferro — da verba 14ª, art. 3º, annexo 7º da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Jonquim Licinio de Souza e Almeida.*

## DECRETO N. 1.111 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede á Companhia Progresso Nacional autorização para continuar a funcionar e approva alterações introduzidas nos respectivos estatutos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Companhia Progresso Nacional, com séde na cidade de São Paulo, capital do Estado da mesmo nome, autorizada a funcionar, pelos decretos ns. 12.591, de 8 de agosto de 1917, 13.223, de 9 de outubro de 1918, 17.185, de 13 de janeiro de 1926, 18.033, de 20 de dezembro de 1927, e 18.441, de 23 de outubro de 1928, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma Companhia Progresso Nacional autorização para continuar a funcionar, com as alterações introduzidas nos respectivos estatutos por deliberação das assembléas geraes de seus accionistas realizadas a 28 de fevereiro e 22 de outubro de 1935, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamenon Magalhães.*

## DECRETO N. 1.112 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede aos empregados da Companhia Commercio e Navegação, pertencentes á sua succursal em Areia Branca, os beneficios do decreto n. 22.872, de 29 de junho de 1933*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Commercio e Navegação, com séde nesta cidade do Rio de Janeiro, considerando terem sido observados os preceitos do art. 9º do decreto numero 22.872, de 29 de junho de 1933, ouvido tambem o Conselho Nacional do Trabalho, e usando de attribuição que lhe confere o art. 56., n. 1, da Constituição, decreta:

Artigo unico. São concedidos aos empregados da Companhia Commercio e Navegação, pertencentes ao estabelecimento de salinas por ella mantido, como succursal, em Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte, os beneficios constantes do decreto n. 22.872, de 29 de junho de 1933, para o fim de serem elles admittidos como associados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Maritimos, ficando a referida empresa obrigada a cumprir o que prescrevem os arts. 11, alinea b, e 13 do mencionado decreto, bem como os demais encargos estabelecidos pela legislação em vigor.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 1.113 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede á Companhia Cervejaria Lusitania autorização para funcionar e approva os respectivos estatutos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Companhia Cervejaria Lusitania, com séde nesta cidade do Rio de Janeiro, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma Companhia Cervejaria Lusitania autorização para funcionar, com os estatutos que apresentou, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 1.414 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1936

*Modifica o plano de uniformes, anexo ao decreto n. 160, de 22 de novembro de 1934, na parte referente ao bonet dos alumnos dos Centros de Preparação de Officiaes da Reserva.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º O plano de uniformes baixado com o decreto numero 160, de 22 de novembro de 1934, na parte referente aos alumnos dos Centros de Preparação de Officiaes da Reserva fica modificado pela forma seguinte: *Bonets* — De alumno — Do mesmo feitio em uso no Exercito, com as seguintes características: copa de gabardine cinza escuro, com vivo da côr da arma; cinta de celluloido branco, sem a semi-ellipse de panno da côr da arma.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica

GETULIO VARGAS.

General João Gomes.

## DECRETO N. 1.415 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 50:000\$000, para construcção do predio dos Correios e Telegraphos de Afogados de Ingazeira, no Estado de Pernambuco*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil usando da autorização constante do art. 1º, n. 6, da Lei numero 87, de 7 de agosto de 1935, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 50:000\$000 (cincoenta contos de réis) para construcção do predio dos Correios e Telegraphos de Afogados de Ingazeira, no Estado de Pernambuco.

Ric de Janeiro, 25 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Joaquim Licínio de Souza Almeida.

## DECRETO N. 1.116 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1936

*Concede permissão á Sociedade Radio Cultura de Campos, para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Radio Cultura de Campos, com séde na cidade de Campos (Estado do Rio de Janeiro), e de accordo com o estabelecido no decreto numero 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.114, de 1 de março de 1932, e no decreto numero 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Sociedade Radio Cultura de Campos, com séde na cidade de Campos (Estado do Rio de Janeiro), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viagem e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão devera ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Officiol*, sob pena de ser, desde logo considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1936. 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

---

Clausulas a que se refere o decreto n. 1.116, desta data

I

Fica assegurado á Sociedade Radio Cultura de Campos o direito de estabelecer, na cidade de Campos (Estado do Rio de Janeiro), uma estação de ondas medias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula

## III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no mínimo, de brasileiros natos, attribuindo a estas funcções effectivas de administração

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no mínimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão sem previa audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.11) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaisquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o pan-americano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do Governo, o local escolhido para a montagem de estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a conta da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella ;



n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocommunição (decreto n. 21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem previa approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de um (1) kilometro do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela observancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impôr á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

#### VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, i* (in-fine), *j, k, e l* da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea *c* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionaria incidir reiteradamente em infracções passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1936. — *Joaquim Lizínio de Souza Almeida*

## DECRETO N. 1.117 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1936

*Approva os projectos e orçamentos de diversas obras a serem executadas pela Estrada de Ferro Sorocabana á conta do producto da arrecadação da taxa adicional de 10 % no periodo 1934-1937*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a Estrada de Ferro Sorocabana, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos nas importancias em seguida discriminadas, os quaes ora baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, para execução das obras abaixo descriptas, nos ramaes da concessão federal, da requerente:

a) Reforço do abastecimento d'agua na estação de Bury.....	43:174\$049
b) Construção de uma passagem superior, de concreto armado, no km. 826,900 da linha tronco.....	26:227\$812

- c) Construção de uma passagem superior, de madeira, para pedestres, na estação de Mandury..... 15:393\$232
- d) Instalação de filtros na estação de Santo Anastacio..... 10:573\$619
- e) Melhoramentos na estação de Ilapetininga, compreendendo aumento do armazem e da respectiva plataforma e cobertura da plataforma da estação..... 50:820\$114
- f) Construção de uma passagem superior, de madeira, no km. 869,236 da linha tronco 7:397\$827

Paragrapho unico. Correrão á conta do producto da arrecadação da taxa adicional de 10 % sobre as tarifas em vigor nos alludidos ramaes. no periodo de 1934-1937, as despesas que, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, já attendidas as correções nelles feitas pela Inspectoria Federal das Estradas, forem realmente effectuadas e apuradas pela fórmula determinada no art. 8º das "Instrucções" para a cobrança da referida taxa e applicação do respectivo producto, approvadas pela portaria n. 839, de 7 de dezembro de 1933, expedida pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas,

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licínio de Souza Almeida.*

DECRETO N. 1.118 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento para ampliação da Praça da Estrada de Ferro e ligação da Avenida da Jequitiaia com a Avenida Fernandes da Cunha, na capital do Estado da Bahia.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a Companhia Cessionaria das Docas do Porto da Bahia, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e orçamento que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, para ampliação da Praça da Estrada de Ferro e ligação da Avenida da Jequitiaia com a Avenida Fernandes da Cunha, na Capital do Estado da Bahia.

Paragrapho unico. As despesas a serem effectuadas, até o maximo do orçamento ora approvado, na importancia total de 2.558:647\$800 (dois mil quinhentos e cincoenta e oito contos seiscentos e quarenta e sete mil e oitocentos réis), re-

ferente não só aquellas obras como ás de uma balaustrada ao longo de Avenida da Jequitiaia, destinada a guarnecer as margens abertas e em cortes da mesma Avenida, correrão exclusivamente á conta do producto da taxa additional de 10 %, sobre as taxas do porto, ao qual se reporta o § 1º da clausula XVI do contracto celebrado com a requerente em virtude da lei n. 5.425, de 6 de janeiro de 1928 e do decreto n. 18.855, de 25 de julho de 1929.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

---

DECRETO N. 1.119 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1936

*Proroga novamente, por dez (10) dias, o prazo fixado no decreto n. 1, de 30 de julho de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e

Considerando que, pelo decreto legislativo n. 21, de 18 do corrente mez, foram mantidas partes vetadas do projecto n. 22-A, de 1935, convertido na lei n. 202, de 2 de março de 1936, dispondo sobre o imposto do sello federal;

Considerando que na elaboração do regulamento previsto no art. 33 da alludida lei terão de ser observados os dispositivos promulgados pelo Poder Legislativo;

Considerando que tal expediente obriga a nova prorrogação do decreto n. 24.504, de 29 de junho de 1934;

Decreta:

Artigo unico. Fica novamente prorogado, por dez (10) dias, até 8 de outubro de 1936, o prazo estabelecido no decreto n. 1, de 30 de julho de 1934.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.120 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito extraordinario de 150:000\$000, para construcção de poços artezianos*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, na conformidade do disposto na ultima parte do § 1º do artigo 186 da Constituição, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1932, decreta:

Artigo unico. Fica aberto pelo Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito extraordinario de 150:000\$000 (cento e cincoenta contos de réis), para attender ás despesas com a construcção de poços artezianos para a Estrada de Ferro Central do Brasil, a serem realizadas na conformidade do art. 246, lettra a, do regulamento acima referido.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licínio de Souza Almeida.*

---

DECRETO N. 1.124 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1936

*Approva tabella de pessoal contractado para o Hospital Estacio de Sá, da Directoria de Assistencia Hospitalar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere a Constituição da Republica e tendo em vista o disposto no art. 3º do decreto n. 872, de 1 de junho do corrente anno, resolve approvar a tabella de pessoal contractado do Hospital Estacio de Sá, da Directoria de Assistencia Hospitalar, annexa, em substituição a que foi approvada pelo decreto n. 872, supra mencionado.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## HOSPITAL ESTACIO DE SA

Verba 14ª — Sub-consignação n. 12

N. de contra- ctados	Denominações	Remuneração	
		Mensal	Annual
1	medico especialista.....	2:000\$000	24:000\$000
9	medicos assistentes de 4ª classe	1:300\$000	140:400\$000
1	medico assistente adjunto de 1ª classe.....	1:200\$000	14:400\$000
4	auxiliares de escripta de 3ª classe.....	600\$000	28:800\$000
1	ajudante de almoxarife de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000
1	porteiro de 5ª classe.....	500\$000	6:000\$000
2	pharmaceuticos auxiliares de 1ª classe.....	450\$000	10:800\$000
2	pharmaceuticos auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	9:600\$000
1	dentista auxiliar de 2ª classe	400\$000	4:800\$000
5	auxiliares technicos de 5ª classe.....	400\$000	24:000\$000
1	enfermeiro de 1ª classe.....	600\$000	7:200\$000
4	enfermeiros de 5ª classe....	400\$000	19:200\$000
2	enfermeiros ajudantes de 1ª classe.....	350\$000	8:400\$000
2	enfermeiros ajudantes de 2ª classe.....	300\$000	7:200\$000
8	enfermeiros ajudantes de 3ª clases.....	250\$000	24:000\$000
41	enfermeiros ajudantes de 4ª classe.....	200\$000	98:400\$000
22	enfermeiros ajudantes de 5ª classe.....	150\$000	39:600\$000
5	auxiliares de 2ª classe.....	400\$000	24:000\$000
5	auxiliares de 3ª classes.....	350\$000	21:000\$000
11	auxiliares de 4ª classe.....	300\$000	39:600\$000
4	auxiliares de 5ª classe.....	250\$000	12:000\$000
1	ajudante de machinista de 1ª classe.....	500\$000	6:000\$000
2	cosinheiros de 3ª classe.....	300\$000	7:200\$000
1	cosinheiro de 2ª classe.....	350\$000	4:200\$000
1	guarda de 5ª classe.....	200\$000	2:400\$000

2 trabalhadores de 3ª classe....	250\$000	6:000\$000
31 trabalhadores de 4ª classe...	200\$000	74:400\$000
20 trabalhadores de 5ª classe....	150\$000	51:000\$000
		<hr/> 721:800\$000

Segunda secção da Directoria Geral de Contabilidade do Ministério da Educação e Saúde Publica, 28 de setembro de 1936. Confere. — *José Medeiros de Carvalho*, 2º official. — Visto. — *João Alfredo Cavalcanti de Albuquerque*, director da 2ª secção.

---

DECRETO N. 1.122 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, no municipio de Itajahy, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 4 de outubro do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, no municipio de Itajahy, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 4 de outubro vindouro, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1936, 115ª da Indendencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

DECRETO N. 1.123 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, nos municipios de Goiania e Santa Rita do Pontal, no Estado de Goyaz, durante o dia 15 de outubro do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, nos municipios de Goiania e Santa Rita do Pontal, no Estado de Goyaz, durante o dia 15 de outubro vindouro,

afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS,

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.124 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, no municipio de Chapecó, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 18 de outubro do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do corrente, no municipio de Chapecó, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 18 de outubro vindouro, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS,

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.125 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Justica e Negocios Interiores, o credito especial de 123:009\$500, para pagamento, no periodo de 26 de maio a 31 de dezembro de 1936, dos vencimentos do pessoal da Secção de Tachygraphia e serviços annexos da Secretaria da Corte Suprema*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização confida na lei n. 204, de 22 de maio de 1936, e tendo ouvido o Ministerio dos Negocios da Fazenda e o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93 do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Justica e Negocios Interiores, o credito especial de cento e vinte e tres contos nove mil e quinhentos réis (123:009\$500), para pa-



gamento, no periodo de 26 de maio a 31 de dezembro de 1936. dos vencimentos do pessoal da Secção de Tachygraphia e serviços annexos da Secretaria da Côrte Suprema.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

DECRETO N. 1.126 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1936

*Promulga a Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunições dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926, por ocasião da Conferencia Internacional de Direito Marítimo, completada posteriormente por um Protocollo Adicional, firmado na mesma cidade, a 24 de maio de 1934.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sido ratificada a Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunições dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926, por ocasião da Conferencia Internacional de Direito Marítimo, completada posteriormente por um Protocollo Adicional, firmado na mesma cidade, a 24 de maio de 1934;

Havendo o Governo Brasileiro effectuado, a 23 de dezembro de 1930, o deposito do instrumento de ratificação do referido acto internacional, no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Belgica;

E tendo confirmado a citada Convenção no que se referia ao respectivo Protocollo Adicional pela Carta de ratificação depositada, a 19 de maio de 1936;

Attendendo a que a ratificação feita a 23 de dezembro de 1930 ficou aprovada *ex-vi* do disposto no artigo 18 das disposições transitorias da Constituição em vigor, relativa á validade dos actos do Governo Provisorio;

Decreta que a Convenção alludida e o seu Protocollo Adicional, appensos por cópia ao presente decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contém.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Carlos de Macedo Soares.

---

## GETULIO DORNELLES VARGAS

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber, aos que a presente Carta de ratificação vierem, que, entre os Estados Unidos do Brasil e outros paizes, foi concluída e assignada, em Bruxellas, a 10 de abril de 1926, uma Convenção internacional, para a unificação de certas regras concernentes ás immuniidades dos navios de Estado, completada posteriormente por um Protocollo addicional, firmado na mesma cidade a 24 de Maio de 1934, textos esses do teor seguinte:

## CONVENTION INTERNATIONALE

**Pour l'unification de certaines règles concernant les immunités des navires d'État signée a Bruxelles, le 10, avril 1926.**

Le Président du Reich Allemand, Sa Majesté le Roi des Belges, le Président de la République du Brésil, le Président de la République du Chili, sa Majesté le Roi de Danemark et d'Islande, Sa Majesté le Roi d'Espagne, le Chef de L'Etat Esthonien, le Président de la République Française, Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande et des Possessions Britanniques au dela des Mers, Empereur des Indes, Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de Hongrie, Sa Majesté le Roi d'Italie, Sa Majesté L'Empereur du Japon, le Président de la République de Lettonie, le Président de la République du Mexique, Sa Majesté le Roi de Norvege, Sa Majesté la Reine des Pays-Bas, le Président de la République de Pologne, le Président de la République Portugaise, Sa Majesté le Roi de Roumanie, Sa Majesté le Roi des Serbes, Croates et Slovenes et Sa Majesté le Roi de Suède.

Ayant reconnu l'utilité de fixer de commun accord certaines règles uniformes concernant les immunités des navires d'Etat, ont décidé de conclure une Convention à cet effet et ont désigné pour leurs Plénipotentiaires, à savoir:

M. le Président du Reich Allemand:

S. E. M. von Keller, Ministre d'Allemagne à Bruxelles,

Dr. Goes, Conseiller de Légation référendaire,

Dr. Richter, Conseiller au Ministère de la Justice du Reich, Conseiller intime de régence,

M. Werner, Premier Conseiller de régence au Ministère des Affaires Economiques du Reich, Conseiller intime de justice,

M. Sieveking, avocat,

Sa Majesté le Roi des Belges:

M. Franck, Membre de la Chambre des Représentants, Président du Comité Maritime International.

M. Le Jeune, Vice-Président du Comité Maritime International,

M. Solhr, Docteur en droit Professeur de droit Maritime à l'Université de Bruxelles, Secrétaire Général du Comité Maritime International.

M. Henri Rolin, Avocat, Chef de Cabinet du Ministre des Affaires Etrangères.

M. le Président de la République du Bresil:

M. de Pimentel Brandão, Conseiller de l'Ambassade du Brésil à Bruxelles.

M. le Président de la République du Chili:

S. E. M. Armando Quezada, Ministre du Chili à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi de Danemark et D'Islande:

M. K. Sindballe, Docteur en droit, Professeur à la faculté de droit de l'Université de Copenhague.

Sa Majesté le Roi D'Espagne:

Don Lorenzo de Benito y Endara, Ancien Professeur de droit commercial de l'Université de Madrid.

Don Miguel de Angulo y Riamond, Lieutenant-Auditeur de 1ère classe de la Marine de Guerre, Assesseur de la Direction de navigation et de pêche.

Don Juan Gomez Montejo, Officier premier du corps technique d'Avocats de la Direction Générale de la Justice, des Cultes et des Affaires Générales au Ministère de Grâce et Justice.

M. le Chef de L'Etat Esthonien:

S. E. M. Charles Pusta, Ministre d'Esthonie à Bruxelles.

M. le Président de la République Française:

M. Degrand, Conseiller de l'Ambassade de la République Française à Bruxelles,

M. de Rousiers, Secrétaire Général du Comité des Armateurs de France,

M. Georges Ripert, Professeur à la Faculté de Droit de Paris.

Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande et des Possessions Britanniques au delà des Mers, Empereur des Indes.

Sir Leslie Scott, K. C., M. P., avocat général de Sa Majesté.

L'Honorable Hugh Godley, du Bureau du Conseil parlementaire,

M. Georges P. Langton, Avocat, Secrétaire Général du Comité Maritime International.

M. R. M. Greenwood, C. B. E.

Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de Hongrie:

M. le Comte Olivier Woracziczky, Baron de Pabienitz, Chargé d'Affaires de Hongrie à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi d'Italie:

M. François Berlingieri, Professeur de Droit Maritime à l'Université de Gênes,

S. E. le Commandeur Charles Rossetti, Ministre Plénipotentiaire, Délégué italien aux Commissions fluviales internationales, Président du Comité rhénan pour l'unification du droit privé fluvial,

M. Torquato Giannini, Professeur, Commissaire de l'Emigration.

Sa Majesté l'Empereur du Japon:

M. Mechiyoshi Nakanishi, Juge, Premier Président de la Cour d'appel à Nagasaki,

M. Hiroyuki Kaway, Conseiller-Ministre de l'Ambassade du Japon à Bruxelles.

M. Yasuo Ko, Capitaine de frégate, attaché naval à l'Ambassade du Japon à Paris,

M. Nobukatsu Nagaoka, Secrétaire au Ministère des Communications.

M. le Président de la République de Lettonie:

M. le Président de la République du Mexique:

S. E. M. le Dr. Rafael Cabrera, Ministre du Mexique à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi de Norvege:

M. E. Allen, Conseiller à la Cour Suprême.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:

S. E. le Jonckheer van Vredenburg, Ministre des Pays-Bas à Bruxelles,

M. B. C. J. Loder, Juge à la Cour permanente de Justice Internationale,

M. C. D. Asser, Jr., Avocat,

M. G. Van Slooten, Membre de la Haute Cour Militaire de Justice, Conseiller à la Cour d'Appel.

M. le Président de la République de Pologne et la Ville Libre de Dantzig:

S. E. M. le Comte Szembek, Ministre de Pologne à Bruxelles,

M. Jean Namitkiewicz, Juge-Arbitre polonais au Tribunal Arbitral Mixte germano-polonais, Conseiller à la Cour d'Appel, Professeur à l'Université de Varsovie.

M. le Président de la République Portugaise:

S. E. M. J. Batalha de Freitas, Ministre de Portugal à Bruxelles.

**Sa Majesté le Roi de Roumanie:**

M. Bals, Conseiller à la Cour de Cassation,  
S. E. M. Contzesco, Ministre Plénipotentiaire et  
Envoyé Extraordinaire, délégué à la Commis-  
sion Internationale du Danube.

**Sa Majesté le Roi des Serbes, Croates et Slovènes:**

S. E. M. Jovan Voutehovitch, Ministre du Royaume  
des Serbes, Croates et Slovènes,  
M. Milorad Straznicky, Docteur en Droit, Professeur  
à la faculté de droit à l'Université de Zagreb,  
M. Ante Verona, Docteur en Droit, Ancien Vice-Pré-  
sident de la Cour de Cassation à Zagreb, Pro-  
fesseur à l'Université de Zagreb.

**Sa Majesté le Roi de Suede:**

M. Algot Johan Fredrik Bagge, Conseiller référen-  
daire à la Cour Suprême.

Lesquels à ce dûment autorisés, sont convenus de ce  
qui suit:

**Article 1.**

Les navires de mer appartenant aux Etats ou exploités  
par eux, les cargaisons leur appartenant, les cargaisons et  
passagers transportés par les navires d'Etat, de même que les  
Etats qui sont propriétaires de ces navires ou qui les ex-  
ploitent, ou qui sont propriétaires de ces cargaisons, sont  
soumis, en ce qui concerne les réclamations relatives à l'ex-  
ploitation de ces navires ou au transport de ces cargaisons,  
aux mêmes règles de responsabilité et aux mêmes obligations  
que celles applicables aux navires, cargaisons et armements  
privés.

**Article 2.**

Pour ces responsabilités et obligations, les règles concer-  
nant la compétence des tribunaux, les actions en justice et la  
procédure, sont les mêmes que pour les navires de commerce  
appartenant à des propriétaires privés et que pour les car-  
gaisons privées et leurs propriétaires.

**Article 3.**

§ 1<sup>ère</sup>. Les dispositions de deux articles précédents ne  
sont pas applicables aux navires de guerre, aux yachts d'Etat,  
navires de surveillance, bateaux-hôpitaux, navires auxiliai-  
res, navires de ravitaillement et autre bâtiments appartenant  
à un Etat ou exploités par lui et affectés exclusivement, au  
moment de la naissance de la créance, à un service gouver-  
nemental et non commercial, et ces navires ne seront pas  
l'objet de saisies, d'arrêts ou de détentions par une mesure  
de justice quelconque ni d'aucune procédure judiciaire "in  
rem".

Toutefois, les intéressés ont le droit de porter leurs réclamations devant les tribunaux compétents de l'Etat, propriétaire du navire ou l'exploitant, sans que cet Etat puisse se prévaloir de son immunité:

1.° Pour actions du chef d'abordage ou d'autres accidents de navigation;

2.° Pour les actions du chef d'assistance, de sauvetage et d'avaries communes;

3.° Pour les actions du chef de réparation, fournitures ou autres contrats relatifs au navire.

§ 2. Les mêmes règles s'appliquent aux cargaisons appartenant à un Etat et transportées à bord des navires ci-dessus visés.

§ 3. Les cargaisons appartenant à un Etat et transportées à bord de navires de commerce, dans un but gouvernemental et non commercial, ne seront pas l'objet de saisies, arrêts ou détentions par une mesure de justice quelconque, ni d'aucune procédure judiciaire "in rem".

Toutefois, les actions du chef d'abordage et d'accident nautique, d'assistance et de sauvetage et d'avaries communes, ainsi que les actions du chef des contrats relatifs à ces cargaisons pourront être poursuivies devant le Tribunal ayant compétence en vertu de l'article 2.

#### ARTICLE 4.

Les Etats pourront invoquer tous les moyens de défense, de prescription et de limitation de responsabilité dont peuvent se prévaloir les navires privés et leurs propriétaires.

S'il est nécessaire d'adapter ou de modifier les dispositions relatives à ces moyens de défense, de prescription et de limitation en vue de les rendre applicables aux navires de guerre ou aux navires d'Etat rentrant dans les termes de l'article 3, une convention spéciale sera conclue à cet effet. En attendant, les mesures nécessaires pourront être prises par les lois nationales en se conformant à l'esprit et aux principes de la présente convention.

#### ARTICLE 5.

Si, dans le cas de l'article 3, il y a, dans le sentiment du Tribunal saisi, un doute au sujet de la nature gouvernementale et non commerciale du navire ou de la cargaison, l'attestation signée par le représentant diplomatique de l'Etat contractant auquel appartient le navire ou la cargaison, produite à l'intervention de l'Etat devant les Cours et Tribunaux desquel le litige est pendante, vaudra preuve que le navire ou la cargaison rentre dans les termes de l'article 3, mais seulement en vue d'obtenir la mainlevée de saisies, d'arrêts ou de détentions ordonnés par justice.

#### ARTICLE 6.

Les dispositions de la présente Convention seront appliquées dans chaque Etat contractant sous la réserve de ne pas en faire bénéficier les Etats non contractants et leurs ressortissants.

tissants, ou d'en subordonner l'application à la condition de réciprocité.

D'autre part, rien n'empêche un Etat contractant de régler par ses propres lois les droits accordés à ses ressortissants devant ses tribunaux.

#### ARTICLE 7.

En temps de guerre, chaque Etat contractant se réserve le droit, par une déclaration notifiée aux autres Etats contractants, de suspendre l'application de la présente convention, en ce sens qu'en pareil cas, ni les navires lui appartenant ou exploités par lui, ni les cargaisons lui appartenant ne pourront être l'objet d'aucun arrêt, saisie ou détention par une Cour de Justice étrangère. Mais le créancier aura le droit d'intenter son action devant le Tribunal compétent en vertu des articles 2 et 3.

#### ARTICLE 8.

Rien dans la présente convention ne porte atteinte aux droits des Etats contractants de prendre les mesures que peuvent commander les droits et devoirs de la neutralité.

#### ARTICLE 9.

A l'expiration du délai de deux ans au plus tard à compter du jour de la signature de la Convention, le Gouvernement belge entrera en rapport avec les Gouvernements des Hautes Parties contractantes qui se seront déclarées prêtes à la ratifier, à l'effet de faire décider s'il y a lieu de la mettre en vigueur. Les ratifications seront déposées à Bruxelles à la date qui sera fixée de commun accord entre lesdits Gouvernements. Le premier dépôt de ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des Etats qui y prendront part et par le Ministre des Affaires étrangères de Belgique.

Les dépôts ultérieurs se feront au moyen d'une notification écrite, adressée au Gouvernement belge et accompagnée de l'instrument de ratification.

Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent ainsi que des instruments de ratification qui les accompagnent, sera immédiatement par les soins du Gouvernement belge et par voie diplomatique, remise aux Etats qui ont signé la présente Convention ou qui y auront adhéré. Dans les cas visés à l'alinéa précédent, ledit Gouvernement fera connaître, en même temps, la date à laquelle il a reçu la notification.

#### ARTICLE 10.

Les Etats non signataires pourront adhérer à la présente Convention, qu'ils aient été ou non représentés à la Conférence internationale de Bruxelles.

L'Etat qui désire adhérer notifie par écrit son intention au Gouvernement belge, en lui transmettant l'acte d'adhésion, qui sera déposé dans les archives du dit Gouvernement.

Le Gouvernement belge transmettra immédiatement à tous les Etats signataires, ou adhérents, copie certifiée conforme de la notification, ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

#### ARTICLE 11.

Les Hautes Parties contractantes peuvent, au moment de la signature, du dépôt des ratifications ou lors de leur adhésion déclarer que l'acceptation qu'elles donnent à la présente Convention ne s'applique pas, soit à certains, soit à aucun des Dominions autonomes, colonies, possessions, protectorats ou territoires d'outremer, se trouvant sous leur souveraineté ou autorité. En conséquence, elles peuvent ultérieurement adhérer séparément au nom de l'un ou de l'autre de ces Dominions autonomes, colonies, possessions, protectorats ou territoires d'outremer, ainsi exclus de leur déclaration originale. Elles peuvent aussi, en se conformant à ces dispositions, dénoncer la présente Convention, séparément pour l'un ou plusieurs des Dominions autonomes, colonies, possessions, protectorats ou territoires d'outremer, se trouvant sous leur souveraineté ou autorité.

#### ARTICLE 12

A l'égard des Etats qui auront participé au premier dépôt de ratifications, la présente Convention produira effet un an après la date du procès-verbal de ce dépôt. Quant aux Etats qui la ratifieront ultérieurement ou qui y adhéreront, ainsi que dans les cas où la mise en vigueur se fera ultérieurement et selon l'article 11, elle produira effet six mois après que les notifications prévues à article 9, alinea 2, et à article 10, alinea 2, auront été reçues par le Gouvernement belge.

#### ARTICLE 13

S'il arrivait qu'un des Etats contractants voulût dénoncer la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement belge, qui communiquera immédiatement copie certifiée conforme de la notification à tous les autres Etats, en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation produira ses effets à l'égard de l'Etat seul qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement belge.

#### ARTICLE 14

Chaque Etat contractant aura la faculté de provoquer la réunion d'une nouvelle conférence, dans le but de rechercher les améliorations qui pourraient être apportées à la présente convention.



Celui des Etats qui ferait usage de cette faculté aurait à notifier, un an à l'avance, son intention aux autres Etats, par l'intermédiaire du Gouvernement belge, qui se chargerait de convoquer la conférence.

Fait à Bruxelles, en un seul exemplaire, le 10 avril 1926.

Pour l'Allemagne:

(signé) von Keller.  
(signé) Goes,  
(signé) Richter,  
(signé) Werner.

Pour la Belgique:

(signé) Louis Franck,  
(signé) Henri Rolin,  
(signé) Sohr.

Pour le Brésil:

(signé) M. de Pimentel Brandão (*ad referendum*).

Pour le Chili:

(signé) Armando Quezada.

Pour le Danemark:

(signé) Kristian Sindbale.

Pour l'Espagne:

(signé) L. Benito (*ad referendum*),  
(signé) Juan Gomez Montejó (*ad referendum*),  
(signé) Miguel de Angulo (*ad referendum*).

Pour l'Esthonie:

(signé) C. R. Pusta.

Pour la France:

(signé) Degrand,  
(signé) Paul de Rousiers,  
(signé) Georges Ripert.

Pour la Grande-Bretagne:

(signé) Leslie Scott (*ad referendum*),  
(signé) Hugh Godley (*ad referendum*).

Pour la Hongrie:

(signé) Woracziczky.

Pour l'Italie:

(signé) Berlingieri,  
(signé) Carlo Rossetti,  
(signé) Torquato Giannini.

Pour le Japon:

Pour la Lettonie:

Pour le Mexique:

(signé) Raf. Cabrera (*ad referendum*).

Pour la Norvege:

(signé) E. Alten.

Pour les Pays-Bas:

(signé) van Vredenburg,  
(signé) Loder,  
(signé) Asser,  
(signé) Van Slooten.

Pour la Pologne et la Ville Libre de Dantzig:

Pour la Pologne seulement:

(signé) Szembek,  
(signé) J. Namitkiewicz.

Pour le Portugal:

(signé) d'Oliveira (1).

Pour la Roumanie:

(signé) Bals (*ad referendum*).

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovenes:

(signé) Jovan Voutchovitch, Ministre des Serbes.  
Croates e Slovènes,  
(signé) Milorad Straznicky,  
(signé) Verona.

Pour la Suede:

(signé) Algot Bagge (*ad referendum*).

---

(1) S. E. M. J. Batalha de Freitas, que avait reçu des pouvoirs pour négocier la convention, ne s'étant pas trouvé en mesure de signer celle-ci à la date du 10 avril 1926, ce fut S. E. M. A. d'Oliveira, désigné peu après en qualité de Ministre de Portugal près S. M. le Roi des Belges, qui procéda à la signature au nom de M. le Président de la République Portugaise.

## PROTOCOLE

**Signé a Bruxelles, le 24, mai 1934, additionel a la Convention Internationale pour l'unification de certaines règles concernant les immunités des navires d'Etat, signée a Bruxelles, le 10 avril 1926.**

**LES GOUVERNEMENTS SIGNATAIRES DE LA CONVENTION INTERNATIONALE POUR L'UNIFICATION DE CERTAINES REGLES CONCERNANT LES IMMUNITÉS DES NAVIRES D'ÉTAT,**

Ayant reconnu la nécessité de préciser certaines dispositions de cet Acte, ont nommé les plénipotentiaires soussignés, lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs reconnus en bonne et due forme, sont convenus de ce qui suit:

## I

Des doutes s'étant élevés quant au point de savoir si, et dans quelle mesure les mots "exploités par lui" à l'article 3 de la Convention, s'appliquent ou pourraient être interprétés comme s'appliquant aux navires affrétés par un Etat, soit à temps, soit au voyage, la déclaration ci-dessous est faite en vue de dissiper ces doutes:

"Les navires affrétés par les Etats, soit à temps, soit au voyage, pourvu qu'ils soient affectés exclusivement à un service gouvernemental et non commercial, ainsi que les cargaisons que ces navires transportent ne peuvent être l'objet de saisies, d'arrêts ou de détentions quelconques, mais cette immunité ne porte aucun préjudice à tous autres droits ou recours pouvant appartenir aux intéressés. Une attestation délivrée par le représentant diplomatique de l'Etat en cause, de la manière prévue à l'article 5 de la Convention, doit valoir également en ce cas preuve de la nature du service auquel le navire est affecté."

## II

Pour l'exception prévue à l'article 3, paragraphe I, il est entendu que la propriété du navire acquise à l'Etat ou l'exploitation du navire effectuée par l'Etat au moment des mesures de saisie, d'arrêt ou de détention, sont assimilées à la propriété existant ou à l'exploitation pratiquée au moment de la naissance de la créance.

En conséquence, cet article pourra être invoqué par les Etats en faveur des navires leur appartenant ou exploités par eux, au moment des mesures de saisie, d'arrêt ou de détention, s'ils sont affectés à un service exclusivement gouvernemental et non commercial.

## III

Il est entendu que rien dans les dispositions de l'article 5 de la Convention n'empêche les Gouvernements intéressés de comparaître eux-mêmes, en se conformant à la procédure pré-

vue par les lois nationales, devant la juridiction saisie du litige et d'y produire l'attestation prévue audit article.

#### IV

La convention n'affectant en rien les droits et obligations des belligérants et des neutres, l'article 7 ne porte préjudice en aucune manière à la juridiction des cours de prises dument constituées.

#### V

Il est entendu que rien dans les dispositions de l'article 2 de la Convention ne limite et n'affecte en aucune manière l'application de règles nationales de procédure dans les affaires ou l'Etat est partie.

#### VI

Lorsque se pose la question de preuves à administrer ou de documents à produire, si, de l'avis du Gouvernement intéressé, semblables preuves ne peuvent être administrées ou semblables documents produits sans qu'il en résulte un préjudice pour des intérêts nationaux, ledit Gouvernement pourra s'abstenir en invoquant la sauvegarde de ces intérêts nationaux.

En foi de quoi, les soussignés, dument autorisés par leurs Gouvernements, ont signé le présent Protocole additionnel qui sera considéré comme faisant partie intégrante de la Convention du 10 avril 1926 auquel il se rapporte.

Fait à Bruxelles, le 24 mai 1934, en un seul exemplaire, qui restera déposé dans les archives du Gouvernement belge.

Pour l'Allemagne:

(signé) Graf Adelmann von Adelmannsfelden.

Pour la Belgique:

(signé) Hymans.

Pour le Brésil:

(signé) Octavio Fialho.

Pour le Chili:

(signé) J. Valdès-Mendeuille.

Pour le Danemark:

(signé) O. Krag.

Pour l'Espagne:

(signé) M. Aguirre de Carcer.

Pour l'Esthonie:

(signé) Otto Strandman.

Pour la France:

(signé) P. Claudel.

Pour la Grande-Bretagne et l'Irlande du Nord:

(signé) Esmond Ovey.

Pour la Hongrie:

(signé) Comte Olivier Woracziczky.

Pour l'Italie:

(signé) Vannutelli Rey.

Pour le Mexique:

(signé) G. N. Santos.

Pour la Norvege:

(signé) W. M. Johannessen.

Pour les Pays-Bas:

(signé) A. Tjarda van Starkenborgh Stachouwer.

Pour la Pologne:

(signé) Tadeusz Jackowski.

Pour le Portugal:

(signé) Alb. d'Oliveira.

Pour la Roumanie:

(signé) D. J. Ghika.

Pour la Suede:

(signé) G. de Dardel.

Pour la Yougoslavie:

(signé) P. Pechitch.

E, tendo sido approvada a mesma Convenção, cujo teor fica acima transcripto, juntamente com o do Protocollo addicional que a esclarece e della faz parte integrante, confirmo e ratifico o referido Acto e, pela presente, o dou por firme e valioso, para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que será inviolavelmente cumprido.

Em firmesa do que, mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das armas da Republica e subscripta pelo ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dado no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos tres dias do mez de março de mil novecentos e trinta e seis, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

### TRADUÇÃO OFFICIAL

#### III

**Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunições dos navios de Estado, assignada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926.**

O Presidente da Republica Allemã, Sua Magestade o Rei dos Belgas, o Presidente da Republica do Brasil, o Presidente da Republica do Chile, Sua Magestade o Rei da Dinamarca e Islandia, Sua Magestade o Rei da Espanha, o Chefe do Estado Estoniano, o Presidente da Republica Franceza, Sua Magestade o Rei do Reino-Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e Possessões Britannicas de Além-mar, Imperador das Indias, Sua Alteza Serenissima o Regente do Reino da Hungria, Sua Magestade o Rei da Italia, Sua Magestade o Imperador do Japão, o Presidente da Republica da Lettonia, o Presidente da Republica do Mexico, Sua Magestade o Rei da Noruega, Sua Magestade a Rainha dos Paixes-Baixos, o Presidente da Republica da Polonia, o Presidente da Republica Portuguesa, Sua Magestade o Rei da Rumania, Sua Magestade o Rei dos Servios, Croatas e Slovenos e Sua Magestade o Rei da Suecia.

Havendo reconhecido a utilidade de fixar de commum accordo certas regras uniformes concernentes ás immunições dos navios de Estado, decidiram concluir uma Convenção a este respeito e designaram como seus Plenipotenciarios, a saber:

O Sr. Presidente da Republica Allemã:

S. Ex. o Sr. von Keller, Ministro da Allemanha em Bruxellas.

Dr. Goes, Conselheiro da Legação, referendario.

Dr. Richter, Conselheiro no Ministerio da Justiça da Republica, Conselheiro intimo de regencia.

O Sr. Werner, Primeiro Conselheiro de regencia no Ministerio dos Negocios Economicos da Republica, Conselheiro intimo de Justiça.

O Sr. Sieveking, advogado.

Sua Magestade o Rei dos Belgas:

O Sr. Franck, Membro da Camara dos Representantes, Presidente do Comité Marítimo Internacional.

O Sr. Le Jeune, Vice-Presidente do Comité Marítimo Internacional.

O Sr. Sohr, Doutor em direito, Professor de Direito Marítimo na Universidade de Bruxellas, Secretario Geral do Comité Marítimo Internacional.

O Sr. Henry Rollin, Advogado, Chefe de Gabinete do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

O Sr. Presidente da Republica do Brasil:

O Sr. Pimentel Brandão, Conselheiro de Embaixada do Brasil em Bruxellas.

O Sr. Presidente da Republica do Chile:

O Sr. Armando Quezada, Ministro do Chile em Bruxellas.

Sua Magestade o Rei da Dinamarca e Islandia:

O Sr. K. Sindballe, Doutor em Direito, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Copenhague.

Sua Magestade o Rei da Hespanha:

Don Lorenzo de Benito y Endara, antigo Professor de Direito Commercial da Universidade de Madrid.

Don Miguel de Angulo y Riamon, Tenente-auditor de 1ª classe da Marinha de Guerra, Assessor da Direcção de Navegação e Pesca.

Don Juan Gomez Montejo, Primeiro official do corpo technico de Advogados da Direcção Geral da Justiça, Cultos e dos Negocios Geraes do Ministerio de Graça e Justiça.

O Sr. Chefe do Estado Estoniano:

S. Ex. o Sr. Carlos Pusta, Ministro da Estonia em Bruxellas.

O Sr. Presidente da Republica Franceza:

O Sr. Degrand, Conselheiro da Embaixada da Republica Franceza em Bruxellas.

O Sr. Rousiers, Secretario Geral do Comité dos Armadores de França.

O Sr. Georges Ripert, Professor da Faculdade de Direito de Paris.

Sua Magestade o Rei do Reino-Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e das Possessões Britannicas de Além-Mar, Imperador das Indias:

Sir Leslie Scott, E. G. M. P., Advogado geral de Sua Magestade.

O "Honourable" Hugh Goodley, Conselheiro do Lord Presidente dos Comités, Camara dos Lords.

O Sr. Georges P. Langton, Advogado, Secretario Geral do Comité Marítimo Internacional.

O Sr. R. M. Greenwood, C. B. E.

Sua Alteza Serenissima o Regente do Reino da Hungria:

O Sr. Conde Olivier Worageiczky, Barão de Pabienitz, Encarregado de Negocios da Hungria, em Bruxellas.

Sua Magestade o Rei da Italia:

O Sr. François Berlingieri, Professor de Direito Marítimo na Universidade de Genova.

O Sr. Commendador Carlos Rossetti, Ministro Plenipotenciario, Delegado italiano nas Commissões Fluviaes Internacionais — Presidente do Comité rheno para a unificação de direito privado fluvial.

O Sr. Torquato Gianini, Professor, Commissario de Emmigração.

Sua Magestade o Imperador do Japão:

O Sr. Mechiyoshi Nakaniski, Juiz Primeiro Presidente da Côte de Appellação de Nagasaki.

O Sr. Hiroyuki Kawai, Ministro-Conselheiro da Embaixada do Japão em Bruxellas.

O Sr. Jasuo Ko, Capitão de Fragata, addido naval a Embaixada em Paris.

O Sr. Nobukatsu Nagaoka, Secretario no Ministerio das Communicações.

O Sr. Presidente da Republica da Lettonia:

O Sr. Presidente da Republica do Mexico:

S. Ex. o Dr. Rafael Cabrera, Ministro do Mexico em Bruxellas.

Sua Magestade o Rei da Noruega:

O Sr. F. Alten, Conselheiro da Côte Suprema.

Sua Magestade a Rainha dos Paizes-Baixos:

S. Ex. le Jonckbeer van Vredendurch, Ministro dos Paizes-Baixos em Bruxellas.

O Sr. B. C. J. Loder, Juiz da Côte Permanente de Justiça Internacional.

O Sr. C. D. Asser, Jr., Advogado.

O Sr. G. van Slooten, Membro da Alta Côte Militar de Justiça, Conselheiro na Côte de Appellação.

O Sr. Presidente da Republica da Polonia e Cidade Livre de Dantzig:

S. Ex. o Sr. Conde Szembek, Ministro da Polonia em Bruxellas.

O Sr. Jean Namitkiewicz, Juiz-Arbitro polonez no Tribunal Arbitral Mixto germano-polonez, Conselheiro na Côte de Appellação, Professor da Universidade de Varsovia.



O Sr. Presidente da Republica Portugueza:

S. Ex. o Sr. J. Batalha de Freitas, Ministro de Portugal em Bruxellas.

Sua Magestade o Rei da Rumania:

O Sr. Bals, Conselheiro na Côrte de Cassação.

S. Ex. o Sr. Contzeseo, Ministro Plenipotenciario e Emviado Extraordinario, delegado da Commissão Internacional do Danubio.

Sua Magestade o Rei dos Servios, Croatas e Slovenos:

S. Ex. o Sr. Jovan Voutchovitch, Ministro do Reino dos Servios, Croatas e Slovenos.

O Sr. Milorad Straznicki, Doutor em Direito, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Zagreb.

O Sr. Ante Verona, Doutor em Direito, antigo Vice-Presidente da Côrte de Cassação de Zagreb, Professor da Universidade de Zagreb.

Sua Magestade o Rei da Suecia:

O Sr. Algot Johan Fredrik Bagge, Conselheiro referendario da Côrte Suprema.

Os quaes, para esse fim, devidamente autorizados, convenconaram o que se segue:

#### Artigo 1º

Os navios maritimos, pertencentes aos Estados ou por elles explorados, os carregamentos aos mesmos pertencentes, as cargas e os passageiros transportados pelos navios de Estado assim como os Estados proprietarios desses navios, ou que os explorem, ou que sejam proprietarios de seus carregamentos, ficam sujeitos, no que diz respeito ás reclamações relativas á exploração desses navios ou ao transporte dessas cargas, ás mesmas regras de responsabilidade e ás mesmas obrigações que as applicaveis aos navios, carregamentos e armamentos privados.

#### Artigo 2º

Para essas responsabilidades e obrigações, as regras concernentes á competencia dos tribunaes, as acções em juizo e o processo, são as mesmas que para os navios de commercio, pertencentes a proprietarios privados, assim como para os carregamentos privados e seus proprietarios.

#### Artigo 3º

§ 1.º As disposições dos dois artigos precedentes não são applicaveis aos navios de guerra, aos hiates de Estado, navios de vigilancia, barcos-hospitales, navios auxiliares, navios de abastecimento e outras mais embarcações pertencentes ou exploradas por um Estado e affectos exclusivamente, por occasião da origem do credito, a um serviço governamental e não commercial, não podendo essas embarcações ser objecto de sequestro de arresto ou apprehensão em virtude de qualquer medida de justiça ou de processo judicial "in rem".

Todavia aos interessados cabe o direito de apresentarem suas reclamações perante os tribunaes competentes do Estado, proprietario ou explorador do navio, sem que o mesmo Estado se possa prevalecer de sua immunitade:

1º, pelos actos provenientes de abordagem ou de outros accidentes de navegação;

2º, pelos actos decorrentes de assistencia e soccorro e avarias communs;

3º, pelos actos originados de reparação, de fornecimentos ou de outros quaesquer contractos relativos ao navio.

§ 2.º As mesmas regras são applicaveis ás cargas pertencentes a um Estado e transportados a bordo dos navios de que acima se trata.

§ 3.º As cargas pertencentes a um Estado e transportados a bordo de navios de commercio, para um fim governamental e não commercial, não constituem objecto de sequestro, arresto ou apprehensão por uma medida qualquer de justiça, nem por qualquer outro processo judiciario *in rem*.

Todavia, os actos decorrentes de abordagem e de accidente nautico, de assistencia ou de soccorro e de avarias communs, assim como os actos provenientes de contractos relativos a esses carregamentos, poderão ser procedidos perante o Tribunal competente em virtude do art. 2º.

#### Artigo 4º

Os Estados poderão invocar todos os meios de defesa, de prescripção e de limitação de responsabilidade de que se podem prevalecer os navios de propriedade particular e seus proprietarios.

Se se tornar necessario adaptar ou modificar as disposições relativas a esses meios de defesa, de prescripção e de limitação com o fim de tornal-as applicaveis aos navios de guerra ou navios de Estado incluídos nos termos do art. 3º, uma convenção especial será concluída para esse effeito. Entrementes, as medidas necessarias poderão ser tomadas processadas pelas leis nacionaes, de conformidade com o espirito e os principios da presente convenção.

#### Artigo 5º

Se, no caso do art. 3º, surgir, no concenso do Tribunal competente no processo, uma duvida sobre a natureza governamental e não commercial do navio ou da carga, o attestado assignado pelo representante diplomatico do Estado contractante ao qual o navio pertencer ou a carga, produzido no momento da intervenção do Estado perante as Côrtes ou Tribunaes dos quaes o litigio esteja pendente, produzirá prova que o navio ou a carga se acha incluída nos termos do artigo 3º, sómente, porém, com o fim de conseguir o levantamento de sequestros, arrestos ou apprehensões ordenados pela justiça.

## Artigo 6°

As disposições da presente Convenção serão applicadas em cada Estado contractante sob reserva de não fazerem beneficiar das mesmas os Estados não contractantes e seus nacionaes, ou de subordinar sua applicação a condição de reciprocidade.

Por outro lado, nada impede a um Estado contractante de regular pelas suas proprias leis os direitos concedidos aos seus nacionaes perante os tribunaes.

## Artigo 7°

Em tempo de guerra, cada Estado contractante se reserva o direito, por meio de uma notificação aos outros Estados contractantes, de suspender a applicação da presente convenção, de modo que em tal caso, nem os navios que lhe pertençam ou sejam por elle explorados, nem as cargas que tambem lhe pertençam possam tornar-se objecto de qualquer arresto, sequestro ou apprehensão por uma Côte de Justiça estrangeira. Ao credor, porém, assistirá o direito de intentar uma acção perante o Tribunal competente em virtude dos arts. 2° e 3°.

## Artigo 8°

Nada na presente convenção affecta os direitos dos Estados contractantes de tomarem medidas que possam impor os direitos e deveres de neutralidade.

## Artigo 9°

Por occasião da expiração do prazo de dous annos e mais tardar, a contar do dia da assignatura da Convenção, o Governo belga entrará em contacto com os governos das Altas Partes contractantes que se tiverem declarado dispostas a ratificá-la, afim de se decidir si deve ser posta em vigor. As ratificações serão depositadas em Bruxellas na data, que será fixada, de commun accordo entre os ditos governos. O primeiro deposito de ratificações será certificado por uma acta assignada pelos representantes dos Estados que nelle tomarem parte e pelo ministro dos Negocios Estrangeiros da Belgica.

Os depositos ulteriores far-se-ão por meio de uma notificação escripta, dirigida ao governo belga, acompanhada do instrumento de ratificação.

Uma cópia authenticada da acta relativa ao primeiro deposito de ratificação, das notificações mencionadas na alinea precedente, assim como dos instrumentos de ratificação que as acompanharem, será immediatamente por intermedio do governo belga e por via diplomatica, remettida aos Estados que tiverem assignado a presente Convenção ou que a ella tiverem adherido. Nos casos de que trata a alinea precedente, o dito governo communicará ao mesmo tempo, a data em que recebeu a notificação.

### Artigo 10

Os Estados não signatarios poderão adherir á presente Convenção, quer tenham ou não sido representados na Conferencia Internacional de Bruxellas.

O Estado que deseje adherir deverá notificar por escripto sua intenção ao governo belga, transmittindo-lhe o acto de adhesão, que ficará depositado nos archivos do dito governo.

O governo belga transmittirá immediatamente a todos os Estados signatarios ou adherentes, cópia authenticada da notificação bem como do acto de adhesão, indicando a data em que recebeu a notificação.

### Artigo 11

As Altas Partes contractantes poderão no acto da assignatura, do deposito das ratificações ou por occasião de sua adhesão, declarar que a sua acceitação da presente Convenção não abrange algum ou alguns dos Dominios autonomos, colonias, possessões, protectorados ou territorios ultramarinos, que estejam sob sua soberania ou autoridade. Por consequencia, poderão ulteriormente adherir separadamente, em nome dum ou doutro desses Dominios autonomos, colonias, possessões, protectorados ou territorios ultramarinos, que tenham sido excluidos da declaração original.

Poderão, tambem, conformando-se com essas disposições, denunciar a presente Convenção, separadamente, em relação a um ou varios dos Dominios autonomos colonias, possessões, protectorados e territorios ultramarinos, que estejam sob a sua soberania ou autoridade.

### Artigo 12

Com relação aos Estados que tenham tomado parte no primeiro deposito de ratificação, a presente Convenção produzirá effeito um anno depois da data da acta desse deposito. Quanto aos Estados que ulteriormente a ratificarem ou que a ella adherirem assim como nos casos em que a sua vigencia comece ulteriormente nos termos do art. 11, produzirá effeito seis mezes depois das notificações previstas no artigo 9º alinea 2. e no art. 10, alinea 2, terem sido recebidas pelo governo belga.

### Artigo 13

Si um dos Estados contractantes quizer denunciar a presente Convenção, a denuncia será notificada por escripto ao governo belga, que enviará immediatamente cópia authenticada da notificação a todos os outros Estados, communicando-lhes a data em que a recebeu.

A denuncia produzirá seus effeitos em relação apenas ao Estado que a tiver notificado e um anno depois que a notificação tenha sido recebida pelo governo belga.

**Artigo 14**

Cada Estado contractante terá a faculdade de promover a reunião de uma nova conferencia, afim de se estudarem as modificações que a possam melhorar.

O Estado que fizer uso desta faculdade deverá notificar com a antecipação de um anno a sua intenção aos outros Estados, por intermedio do governo belga, que se incumbirá de convocar a conferencia.

Feito em Bruxellas, em um só exemplar, a 10 de abril de 1926.

Pela Allemanha:

*Von Keller.*

*Goes.*

*Richter.*

*Werner.*

Pela Belgica:

*Louis Franck.*

*Henry Rolin.*

*Sohr.*

Pelo Brasil:

*M. de Pimentel Brandão* (ad referendum).

Pelo Chile:

*Armando Guexada.*

Pela Dinamarca:

(a) *Kristian Sindballe* (ad referendum).

Pela Hespanha:

(a) *L. Benito* (ad referendum).

(a) *Juan Gomez Montejo* (ad referendum).

(a) *Miguel de Angulo* (ad referendum).

Pela Estonia:

(a) *C. R. Pusta.*

Pela França:

(a) *Degrand.*

(a) *Paul de Rousiers.*

(a) *Georges Ripert.*

Pela Grã-Bretanha:

(a) *Leslie Scott* (ad referendum).

(a) *Hugh Goodley* (ad referendum).

---

Pela Hungria:

(a) Woracziky.

Pela Italia:

(a) Berlingieri (*ad referendum*).  
(a) Carlo Rossetti (*ad referendum*).  
(a) Torquato Giannini (*ad referendum*).

Pelo Japão:

Pela Lettonia:

Pelo Mexico:

(a) Raf. Cabrera (*ad referendum*).

Pela Noruega:

(a) E. Alten (*ad referendum*).

Pelos Paizes-Baixos:

(a) van Vredenhurch (*ad referendum*).  
(a) Loder Asser (*ad referendum*).  
(a) van Slooten (*ad referendum*).

Pela Polonia e cidade livre de Dantzig:

Pela Polonia sómente:

(a) Szembek.  
(a) J. Namilkiewicz.

Por Portugal:

(a) d'Oliveira (1).

Pela Rumania:

(a) Bals (*ad referendum*).

Pelo Reino dos Servios, Croatas e Slovenos:

(a) Jovan Voutekovitch.  
(a) Milroad Strasnicky (*ad referendum*).  
(a) Verona (*ad referendum*).

Pela Suecia:

(a) Algot Bagge (*ad referendum*).

---

(1) — S. E. o Sr. Batalha de Freitas, que tinha recebido poderes para negociar a convenção, não se achando em condições de assignar a mesma, na data de 10 de abril de 1926, foi S. E. o Sr. A. d'Oliveira designado Ministro de Portugal junto a Sua Magestade o Rei dos Belgas, que procedeu á assignatura em nome do Sr. Presidente da Republica Portugueza.

## TRADUÇÃO OFFICIAL

## PROTOCOLLO

Firmado em Bruxellas, a 24 de maio de 1934, adicional á Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926.

Os governos signatarios da Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado.

Tendo reconhecido a necessidade de esclarecer certas disposições deste Acto, nomearam os plenipotenciarios abaixo assignados, os quaes, depois de se communicarem seus plenos poderes, que foram achados em bôa e devida fôrma, convieram no seguinte:

## I

Havendo surgido duvidas quanto á conveniencia de esclarecer se, e, em que extensão, as palavras "exploradas por elle" constantes do artigo 3 da Convenção se applicam ou poderiam ser interpretadas como se applicando aos navios fretados por um Estado, seja por tempo seja por viagem, a declaração abaixo visa dissipar taes duvidas:

"Os navios fretados pelos Estados, seja por tempo seja por viagem, contanto que se destinem exclusivamente a serviço governamental e não commercial, bem como as cargas que esses navios transportam, não podem ser objectos de sequestros, de arrestos ou apprehensões quaesquer; essa immunidade, porém, não prejudica todos os outros direitos ou recursos que possam ter os interessados. Um attestado expedido pelo representante diplomatico do Estado em questão, de accordo com o previsto no artigo 5 da Convenção, deve, igualmente, nesse caso provar a natureza do serviço ao qual o navio está destinado.

## II

Quanto á excepção prevista no artigo 3, paragrapho I, comprehendendo-se que a propriedade do navio adquirida pelo Estado ou a exploração do navio effectuada pelo Estado no momento do sequestro, arresto ou da apprehensão, equiparam-se á propriedade existente ou á exploração effectuada no momento da origem do credito.

Em consequencia, este artigo poderá ser invocado pelos Estados em favor dos navios que lhes pertençam ou por elles explorados, no momento do sequestro, arresto ou apprehensão, se forem encontrados a serviço exclusivamente governamental e não commercial.

## III

Fica estipulado que nada, entre as disposições do artigo 5 da Convenção, impede aos proprios Governos interessados de comparecerem, submettendo-se ao processo previsto pelas leis nacionaes, ante a jurisdicção do litigio e produzir no caso a attestação prevista no dito artigo.

## IV

Não affectando a Convenção direitos e obrigações de belligerantes e neutros, o artigo 7 não importa em prejuizo algum á jurisdicção dos cursos das presas devidamente constituidas.

## V

Fica estipulado que nada, entre as disposições do artigo 2 da Convenção, limita ou affecta de modo algum a applicação das regras nacionaes de processos nos negocios em que o Estado é parte.

## VI

Quando da prestação de provas e documentos, se, a criterio do Governo interessado, semelhantes provas ou semelhantes documentos não puderem ser administrados ou produzidos sem que dahi resulte prejuizo para os interesses nacionaes, o dito Governo poderá abster-se, invocando a salvaguarda desses interesses nacionaes.

Em firmeza do que, os abaixo assignados, devidamente autorizados por seus Governos, assignaram o presente Protocollo Additional, que será considerado parte integrante da Convenção de 10 de abril de 1926 a que se reporta.

Feito em Bruxellas, a 24 de maio de 1934, em um só exemplar, que será depositado nos Archivos do Governo belga.

Pela Allemanha:

(a) Graf Adelman von Adelmansfelden.

Pela Belgica:

(a) Hymans.

Pelo Brasil:

(a) Octavio Fialho.

Pelo Chile:

(a) J. Valdès-Mendeville.

Pela Dinamarca:

(a) C. Krag.



Pela Hespanha:

(a) M. Aguirre de Carcer.

Pela Esthonia:

(a) Otto Strandman.

Pela França:

(a) P. Claudel.

Pela Gran Bretanha e Irlanda do Norte:

(a) Esmond Ovey.

Pela Hungria:

(a) Conde Olivier Voracziczki.

Pela Italia:

(a) Vannutelli Rey.

Pelo Mexico:

G. N. Santos.

Pela Noruega:

(a) Tadeusz Jackowski.

Pelos Paizes Baixos:

(a) A. Tjarda van Starkenborgh Stachouwer.

Pela Polonia:

(a) Tadeusz Jackowski.

Por Portugal:

(a) Alb. d'Oliveira.

Pela Rumania:

(a) D. J. Ghika.

Pela Suecia:

(a) G. de Dardel.

Pela Yugoslavia:

(a) P. Peschitch.

---

**DECRETO N. 1.127 — NÃO FOI PUBLICADO**

---

**DECRETO N. 1.128 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1936**

*Autoriza o cidadão Thomaz de Aquino Pimenta a comprar pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal e tendo em vista o decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, que regula a industria da faiseação do ouro alluvionar e o commercio de pedras preciosas:

Decreta:

Artigo unico. Fica autorizado o cidadão Thomaz de Aquino Pimenta, residente em Diamantina, Estado de Minas Geraes, a comprar pedras preciosas na 2ª zona de garimpagem, nos termos do art. 7º do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, constituindo titulo desta autorização uma via autentica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

**DECRETO N. 1.129 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1936**

*Altera a redacção do art. 258 do regulamento para os Collegios Militares, anexo ao decreto n. 121, de 13 de fevereiro de 1935*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição decreta:

Art. 1.º O art. 258 do regulamento para os Collegios Militares baixado com o decreto n. 121, de 13 de fevereiro de 1935, fica redigido pela forma seguinte:

.....  
"Art. 258. Aos alumnos que terminarem, com aproveitamento, o 5º anno dos Collegios Militares pelo Regulamento

de 1929, ou o curso desses estabelecimentos, será conferida a caderneta de reservista de segunda categoria."

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1936, 115.º da Independência e 48.º da República.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes.

---

DECRETO N. 1.130 — DE 2 OUTUBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no Estado de Goyaz, durante o dia 6 de outubro do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no Estado de Goyaz, durante o dia 6 de outubro corrente, afim de serem alli realizadas as eleições de um representante profissional á Assembléa Legislativa; revoga-das as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1936, 115.º da Independência e 48.º da República.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rão.

---

DECRETO N. 1.131 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede permissão ao Radio Club Fluminense para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu o Radio Club Fluminense, com séde na cidade de Nictheroy (Estado do Rio de Janeiro), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto numero 24.655, de 11 de julho de 1934,

Decreta:

Art. unico. Fica concedida ao Radio Club Fluminense, com séde na cidade de Nictheroy (Estado do Rio de Janeiro), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma

estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena e ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licínio de Souza Almeida.*

---

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 1.131, DESTA DATA

## I

Fica assegurado ao Radio Club Fluminense o direito de estabelecer, na cidade de Niecheroy (Estado do Rio de Janeiro), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

## II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

## III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiência do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radio-communicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o pan-americano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radio-communicação (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incluindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

## IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia aprovação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

## V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de tres (3) kilometros do centro da cidade.

## VI

No regimen de fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario á essa fiscalização.

## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alineas a, b, c, d, i ("infine"), j, k e l da clausula III;

b) si não forem pagas dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alinea e da clausula III, be ncomo a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1936. — *Joaquim Lício de Souza Almeida.*

---

DECRETO N. 1.132 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1936

*Approva projecto e orçamento na importancia de 7.965:000\$, para defesa da area comprehendida entre a rodovia Rio-São Paulo e a bahia de Sepetiba, contra as inundações, no valle do rio Guandú-Assú.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que propoz o Departamento Nacional de Portos e Navegação, decreta:

Art. 2.º Ficam approvados o projecto e orçamento na importancia de 7.965:000\$000 (sete mil novecentos e sessenta e cinco contos de réis), organizado pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, para defesa da area comprehendida entre a rodovia Rio-São Paulo e a bahia de Sepetiba, contra as inundações no valle do rio Guandú-Assú.

Art. 2.º A despesa, até o maximo do orçamento ora approvado, correrá por conta da verba 14.ª, Consignação II, Sub-Consignação 35, annexo n. 7 a que se refere o art. 3.º da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1936, 115.ª da Independencia e 48.ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Lício de Souza Almeida.*

---

## DECRETO N. 1.133 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de réis 45.000:000\$000, para pagamento do abono provisorio ao funcionalismo civil.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 254, de 25 de setembro do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do regulamento approved pelo decreto numero 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 45.000:000\$000 (quarenta e cinco mil contos de réis), destinado a attender ao pagamento integral do abono provisorio devido ao funcionalismo civil no corrente exercicio, de accordo com a lei n. 183, de 13 de janeiro de 1936.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 1.134 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1936

*Resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do mez findo, no municipio de Catanduva, no Estado de São Paulo, durante o dia 8 de novembro do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do mez findo, no municipio de Catanduva, no Estado de São Paulo, durante o dia 8 de novembro do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---



## DECRETO N. 1.135 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no municipio de João Pessoa, no Estado do Amazonas, durante o dia 15 de novembro do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no municipio de João Pessoa, no Estado do Amazonas, durante o dia 15 de novembro do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 1.136 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar no Districto Federal, a Sociedade Cooperativa Banco de Credito Mutuo.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, de accordo com o art. 17, letra c do decreto numero 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder á Sociedade Cooperativa Banco de Credito Mutuo de Responsabilidade Limitada, autorização para se constituir, na cidade do Rio de Janeiro, na forma da mesma lei, e funcionar no Districto Federal, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produccção, do Ministerio da Agricultura.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 1.137 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1936

*Approva o regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto do sello*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 33 da lei n. 202, de 2 de março ultimo, resolve approvar o regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto do sello, que a este acompanha e vae assignado pelo ministro de Estado dos Negocios da Fazenda.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

**Regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto do sello, annexo ao decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936**

**CAPITULO I**

**DO IMPOSTO**

Art. 1.º O imposto fixo e proporcional, a que estão sujeitos os actos, contractos e documentos especificados nas tabellas deste regulamento, será arrecadado, pela União, sob o titulo de — “Sello do papel” — por meio de estampilhas, ou por verba, conforme discriminação nas mesmas tabellas.

Paragrapho unico. E' facultado o processo de sellagem mecanica, segundo instrucções que forem baixadas pelo ministro da Fazenda, e o uso do papel sellado, de accordo com o que dispõe o capitulo VIII.

**CAPITULO II**

**DA SELLAGEM POR ESTAMPILHAS E DA INUTILIZAÇÃO DESTAS**

Art. 2.º Os papeis serão sellados no fecho, isto é, no logar em que se tenha de effectuar sua authenticação pela assignatura.

Paragrapho unico. A posição das estampilhas se fará em qualquer logar nos papeis ou documentos não assignados e nos papeis a que se refere a tabella B, n. 60.

Art. 3.º As estampilhas deverão ser colladas seguidamente, isto é, sem se sobreporem.

Art. 4.º A estampilha, uma vez apposta a um documento, embora este por qualquer circumstancia não tenha produzido seus effeitos e seja annullado ou reformado, não poderá mais ser aproveitado em outros documentos, nem na restauração do que fôr nullificado.

Art. 5.º Inutiliza-se a estampilha com a data e assignatura, de modo que fiquem lançadas parte no papel e parte na formula.

§ 1.º A data poderá ser do proprio punho do signatario e comprehenderá o logar, dia, mez (por extenso) e anno da assignatura do documento, repetidos em algarismos indicativos.

§ 2.º Quando as estampilhas forem diversas, a data e assignatura devem repetir-se tantas vezes quantas necessarias para sua completa inutilização.

Art. 6.º Quando o documento houver de ser firmado por varias pessoas, poderá ser lançada sobre a estampilha mais de uma assignatura, desde que isso não impeça verificar-se sua legitimidade e perfeição, nem fique preterido o modo de inutilização prescripto no artigo anterior.

Art. 7.º Se o primeiro signatario inutilizar estampilhas de valor inferior ao devido qualquer dos outros, se ainda não houver assignado, poderá appor e inutilizar as formulas que faltem, antes do documento ser apresentado á autoridade ou antes de produzir effeito.

Paragrapho unico. Na hypothese de ser passada mais de uma via, só se concederá essa faculdade se em todas a mesma pessoa fôr o primeiro signatario.

Art. 8.º A competencia para inutilização da estampilha é, em geral, do signatario do papel, ou do primeiro signatario, quando houver mais de um.

§ 1.º Nos actos realizados por escriptura publica, inutiliza a estampilha o interessado, no livro do tabellião.

§ 2.º Os casos especiaes são indicados em notas ás tabelas annexas a este regulamento.

Art. 9.º A's repartições federaes, estaduaes e municipaes; aos tabelliães, escrivães do fôro federal ou estadual; aos officiaes de registro de titulos e de hypotheças; aos corretores e despachantes officiaes; aos estabelecimentos agricolas, bancarios, commerciaes e industriaes; ás sociedades e associações civis e aos syndicatos profissionae é facultado inutilizar o sello por meio de carimbo, que imprima, de forma legivel, a designação ou nome e a data, em cada estampilha, do respectivo acto.

Paragrapho unico. E' facultado aos advogados, no exercicio do seu ministerio, inutilizarem por meio de carimbo, contendo o seu nome e abreviatura da data, os sellos de documentos que devem ser juntos a quaesquer processos, exceptuadas dessa regalia petições ou arrazoados.

Art. 10. Nos papeis apresentados ás repartições arrecadoras, para a cobrança do imposto em estampilhas, a inutilização deverá ser feita por meio de carimbo e assignatura do empregado competente.

Art. 11. A cobrança da revalidação prevista no art. 62, letras *a* e *b*, será feita na propria repartição em que se verificar a irregularidade, por meio de estampilhas inutilizadas a carimbo e com a assignatura do empregado; ou, por verba, na repartição arrecadadora local, quando se verifique a hypothese do art. 13, n. 2.

§ 1.º Se não fôr attendido o despacho ou intimação para pagamento no prazo de 15 dias, ou se a revalidação houver de ser paga por verba, remetter-se-á o papel á repartição fiscal competente, que fará intimar o contribuinte, marcando-lhe, para aquelle fim, o prazo de 30 dias, findo o qual será extrahida certidão da divida para cobrança executiva.

§ 2.º Quando o infractor residir em localidade diversa, remetter-se-á o papel á repartição fiscal dessa localidade, para que se faça a intimação necessaria ao pagamento ou promova a cobrança executiva do § 1.º deste artigo.

§ 3.º Nos casos a que se referem os paragraphos anteriores, não terá andamento o papel antes de paga amigavelmente a revalidação, ou de inscripta a divida, salvo interesse da Fazenda, hypothese em que se extrahirá cópia authenticada para substituir o original, seguindo este os tramites da cobrança.

Art. 12. Os estabelecimentos bancarios, autorizados a negociar em cambio, devem appôr e inutilizar o sello nos proprios titulos, ou documentos, ficando obrigados a apresental-os ás autoridades fiscalizadoras, para serem conferidos e visados.

### CAPITULO III

#### DA COBRANÇA DO SELLO POR VERBA

Art. 13. Estão sujeitos ao imposto por verba:

1.º, os papeis não sujeitos ao sello de estampilhas;

2.º, os papeis e contractos em que não puderem ser empregadas estampilhas, por não existirem na estação arrecadadora a que pertencer o local em que forem passados ou em que devam ser sellados, sendo esta occurrencia declarada pelo encarregado da cobrança ao lançar a verba;

3.º, os titulos ou documentos, cujo sello a pagar exceda a importancia da estampilha do maior valor, em circulação, se o contribuinte assim o preferir.

Art. 14. A verba, salvo as excepções do art. 30 e da nota inicial ao n. 45, da Tabella A, será cobrada pelas repartições arrecadadoras e deverá constar de declaração que contenha o numero do assentamento no livro de receita (modelo I) e a importancia, em algarismos por extenso, lançada no proprio titulo, documento, guia ou livro sujeito a imposto, extrahindo-se, na mesma occasião, um conhecimento (modelo II) com o nome do contribuinte, o numero da verba, a importancia, em algarismos e por extenso, e a proveniencia do imposto. A verba e o conhecimento devem ser datados e assignados pelo empregado que extrahir o conhecimento e pelo que receber a importancia devida.

§ 1.º Nos livros apresentados para pagamento do sello, a verba será lançada no verso da ultima folha numerada, sempre após o respectivo termo, que indicará o numero de folhas e o fim a que se destinam os livros.

§ 2.º Quando a cobrança se effectuar por meio de guia expedida pelos cartorios, quaesquer serventuarios, sociedades anonymas, qualquer estabelecimento ou instituição, deverá a guia conter o nome de quem realizar o pagamento, a importancia deste, em algarismos e por extenso, e a proveniencia do imposto. A guia deverá ser feita em duplicata, ficando uma das vias com a repartição e entregando-se a outra ao interessado, após o pagamento da quantia devida.

## CAPITULO IV

### DA BASE PARA COBRANÇA DO SELLO PROPORCIONAL.

Art. 15. O imposto proporcional será calculado sobre o valor dos actos, contractos e documentos, considerando-se valor a somma do principal, juros, comissões, vantagens e lucros estipulados, attendido o tempo de duração.

§ 1.º Quando o valor, total ou parcialmente, não puder ser determinado, por depender de apuração posterior, a cobrança do sello se fará por estimativa do contribuinte, a qual poderá ser impugnada pela estação arrecadadora local que cobrará a differença, sem revalidação, quando, afinal, se verificar sem maior o valor exacto.

§ 2.º Os documentos, nas condições do paragrapho anterior, deverão ser apresentados á estação arrecadadora local, para registro e fiscalização, obedecendo o seguinte:

a) o papel será apresentado, dentro de quinze dias de sua assignatura, para registro em livro especial (modelo III); e, para annotação no mesmo livro e cobrança da differença do imposto, se houver, o papel deverá ser novamente apresentado, dentro de quinze dias, após o termo de sua vigencia ou após a verificação de elementos que justifiquem a exigencia de imposto maior;

b) a repartição, quando verificar, em qualquer tempo, que ha elementos para a exigencia de sello maior, promoverá a cobrança da differença;

c) se o interessado não se conformar com a exigencia, assiste-lhe o direito de, no prazo de vinte dias, contados da sciencia da impugnação, requerer que suba o processo á deliberação da delegacia fiscal, no respectivo Estado, cabendo dessa decisão recurso, para o 1º Conselho de Contribuintes, na fórma do capitulo XII, deste regulamento;

d) quando, porém, a exigencia partir de recebedorias federaes, da respectiva decisão caberá, desde logo, o recurso alludido;

e) em qualquer tempo, poderá ser restituído o papel, desde que, para substituí-lo, o interessado apresente cópia assignada, e, nessa hypothese, cobrar-se-á na cópia a differença que fór julgada devida, afinal.

Art. 16. Nas obrigações condicionaes só será devido o sello quando verificado o impedimento da condição.

Art. 17. Para effeito do pagamento de sello, a clausula da reserva de dominio será sempre considerada autonoma, sujeito a sello proporcional em dobro qualquer documento que a contenha.

Art. 18. Nos documentos em que fôr estipulado o pagamento em moeda estrangeira, o calculo para cobrança do sello será feito pela taxa contractada, e, na sua falta, pelo cambio da vespera da data do contracto; não havendo este, pelo cambio da vespera da data do pagamento da obrigação.

Art. 19. Quando a obrigação fôr garantida por fiança ou caução de qualquer especie, prestada por terceiro, cobrar-se-á, além do sello devido pela obrigação, mais o relativo ao valor da caução ou fiança. O sello da garantia não poderá ser superior ao da obrigação.

Art. 20. Nos contractos ou documentos, em virtude dos quaes se passem titulos de credito da mesma data, o valor para pagamento do sello será a differença entre a importancia daquelles actos e o destes titulos.

§ 1.º Desde que feitos por escriptura publica, o tabellião deverá declarar qual a importancia do sello pago nos titulos e no caso de escriptura particular, igual declaração será lançada pelo tabellião, quando authenticar o documento, ou pela estação arrecadadora local a que fôr apresentado dentro de quinze dias de sua assignatura.

§ 2.º Caberá igualmente ao tabellião certificar, nas diversas vias de contractos, papeis e documentos por elle authenticados, o pagamento do sello federal devido e pago na primeira via, formalidade que tambem poderá ser satisfeita pela estação arrecadadora no prazo estipulado no paragrapho anterior.

§ 3.º O tabellião que fizer declaração do pagamento do sello, na forma dos § 1.º (2ª parte) e § 2.º, deste artigo, é obrigado a registrar o facto, mediante resumo que indique a especie para esse fim aberto, rubricado e encerrado pela autoridade judiciaria respectiva, observada, neste registro, rigorosa ordem chronologica.

§ 4.º Quando a averbação do sello houver de ser feita pela repartição arrecadadora, o papel, documento ou contracto deverá ser apresentado mediante requerimento.

Art. 21. Nos contractos com as repartições publicas, nos quaes não seja declarado o valor total, o sello será cobrado em cada conta, por occasião do respectivo pagamento.

Art. 22. Nos contractos em que se convencionar pagamento por prestação de quantias cujo total não se declare, o valor para cobrança do sello será o de uma annuidade.

Art. 23. Nos contractos de emprestimos de dinheiro, inclusive de abertura de credito em conta corrente, com ou sem garantia e a prazo indeterminado, o sello será pago no acto de sua assignatura, sobre o valor do emprestimo ou credito aberto, e ao fim de cada semestre de vigencia, ou antes: no caso de liquidação do emprestimo ou da conta, será satisfeito o imposto correspondente á importancia dos juros e commissoes effectivamente debitados ou pagos.

§ 1.º A prorogação em contractos de emprestimos de dinheiro e de abertura de credito em conta corrente, com ou sem garantia, obriga a novo imposto, somente sobre a importancia dos juros e commissoes referentes ao prazo dilatado.

§ 2.º Nos casos de novação, segundo o disposto no art. 999 do Código Civil, o sello será devido integralmente.

Art. 24. Nos compromissos para empréstimos hypothecarios feitos pelas sociedades a que se refere o decreto numero 24.503, de 29 de junho de 1934, o sello será cobrado sobre os minimos regulamentares admittidos para obtenção desses empréstimos e o restante quando fôr lavrada a escriptura definitiva da hypotheca.

Art. 25. Os casos especiaes sobre valor, para effeito do sello, são indicados em cada um dos dispositivos das tabellas A e B.

## CAPITULO V

### NO TEMPO DA SELLAGEM

Art. 26. Se o imposto fôr devido por estampilha, serão sellados, salvo os casos previstos nas tabellas annexas:

1º, os actos, contractos ou documentos, em geral — ao serem subscriptos ou assignados pelas pessoas competentes para a inutilização de que cogita o art. 8º.

2º, os contractos realizados mediante correspondencia epistolar ou telegraphica — ao ser expedido o documento de accitação, sendo que, quando este fôr expedido de paiz estrangeiro, o sello será satisfeito dentro de trinta dias após o recebimento do documento;

3º, os autos judiciaes — antes da conclusão para sentença final, ou interlocutoria com força de definitiva;

4º, os papeis não assignados, — antes de produzirem effeito;

5º, os actos, contractos ou documentos, apenas sujeitos a sello pela apresentação ás autoridades, repartições ou juizos federaes — ao serem apresentados.

Art. 27. Quando o contribuinte residir em localidade diversa daquella, em que seja passada certidão do seu interesse, ser-lhe-á facultado pagar sello na localidade de sua residencia, mediante expressa declaração feita no proprio pedido da certidão.

Art. 28. Se o imposto fôr devido por verba, salvo disposição especial deste regulamento, deverá ser pago dentro do prazo de trinta dias da data dos actos, contractos ou documentos, ou até a vespera da solução da obrigação, quando esta se solver em menor prazo.

Art. 29. As companhias ou sociedades anonymas pagarão sello sobre o registro do respectivo capital, no prazo de trinta dias, contados:

a) da data fixada para cada uma das entradas, quando o capital se constituir por este modo;

b) da data da assembléa geral, quando se effectuar por meio de bonus;

c) da data da installação, quando se formar por outro qualquer modo;

d) da data do acto que autorizou ou em que foi verificado, por meio de balanço ou qualquer outro, quando se tratar de augmento.

§ 1.º — No empréstimo por meio de debentures, o imposto deve ser pago antes de começar a emissão pela entrega dos títulos ou cautelas que representem o seu valor, quando não houver contracto.

§ 2.º Para pagamento do imposto, as sociedades anónimas devem apresentar á repartição arrecadadora local declaração, em duas vias, assignadas pelo seu legitimo representante; e na primeira via serão inutilizadas as estampilhas, pelo encarregado da escripturação do sello, que fará na segunda via a averbação do sello pago, restituindo aquella ao interessado e archivando esta na repartição.

§ 3.º Quando se tratar de companhia ou sociedade anónima com séde no estrangeiro, a declaração deverá conter as indicações necessarias para se conhecer o valor tributavel, de accordo com a nota ao n. 36 da Tabella A, contando-se o prazo, para effectividade do pagamento, da autorização para funcção na Republica ou do registro na Junta Commercial ou autoridade equivalente. O chefe da repartição arrecadadora poderá prorogar o prazo até trinta dias.

## CAPITULO VI

### DA COBRANÇA DO SELLO DE NOMEAÇÃO E OUTROS ACTOS

Art. 30. O imposto sobre os actos concessivos de vantagens será arrecadado por verba, na folha de pagamento, no papel em que fôr firmado o recibo ou mediante guia, quer se trate de ordenado, quer de gratificação, emolumentos ou percentagens, conferidos por decreto, portaria ou titulo de qualquer autoridade federal, para empregos effectivos ou em commissão, civis ou militares, comprehendidas as nomeações e promoções.

Art. 31. O calculo do imposto far-se-á sobre as vantagens pecuniarias correspondentes a um anno, cobrando-se a importancia devida em doze prestações mensaes.

§ 1.º Quando o nomeado servir menos de um anno, só lhe deverão ser cobradas as prestações correspondentes aos mezes em que serviu.

§ 2.º O sello será pago integralmente, antes da posse, quando o nomeado não perceber vantagens pecuniarias pelos cofres federaes.

Art. 32. Se as vantagens pecuniarias forem variaveis, servirá de base para o calculo do sello a média das vantagens do cargo do triennio anterior.

Parapho unico. Quando, por qualquer circumstancia, não houver elemento para determinação dessa média, o sello será cobrado por estimativa da repartição fiscal, tendo-se em attenção, sempre que fôr possivel, as vantagens pecuniarias de cargos semelhantes ou equivalentes.

Art. 33. Levar-se-á em conta em todos os casos o sello pago pelas nomeações interinas ou em commissão.

Art. 34. Quando houver augmento de vencimentos por motivo de promoção, transferencia, reintegração ou nova nomeação, qualquer que seja a fórma por que se expeça o acto, o sello só é devido pelo accrescimento ou melhoria. Calculado



o sello, será levado em conta o total do sello pago anteriormente.

§ 1.º Quando o pagamento não se realizar por desconto em folha, a repartição declarará, no titulo ou papel equivalente, a importancia do augmento ou melhoria, para a cobrança devida.

§ 2.º Os preceitos deste artigo não se applicam aos que forem demittidos por abandono de emprego e aos que forem aposentados ou demittidos a seu pedido, e depois nomeados para o mesmo ou diverso emprego, salvo o caso de verificar-se necessariamente a demissão para que o novo acto possa ser expedido.

## CAPITULO VII

### DAS ISENÇÕES

Art. 35. São isentos do imposto do sello do papel:

a) actos administrativos dos Estados e Municipios pedidos pelas respectivas autoridades;

b) actos ou negocios de sua economia, assim considerados os de interesse immediato ou directo dos Estados e Municipios.

Art. 36. São tambem isentos do imposto do sello do papel:

1º, actos e contractos de simples conversão de uma sociedade em outra, quando não haja augmento ou retirada de capital;

2º, actos, mandados, processos, sentenças e traslados promovidos *ex-officio*, em juizo, quando forem autores a Justiça ou Fazenda Nacional, pago o sello pelo réo, quando afinal condemnado;

3º, actos e papeis em que a parte a quem incumbir pagar o sello fôr um Estado estrangeiro, directamente por seu órgão executivo ou por intermedio de seus representantes diplomaticos ou consulares, desde que haja reciprocidade de isenção, provada mediante declaração do Ministerio das Relações Exteriores;

4º, actos relativos á administração das caixas economicas e montes de soccorro, inclusive cautelas, obrigações e certidões;

5º, actos relativos a emissões ou anotações de carteiras profissionais, inclusive os processos dellas resultantes;

6º, ajudas de custo abonadas a funcionarios civis e militares;

7º, apostillas feitas em patente de reforma de militares, ou de sua transferencia para a reserva;

8º, attestados de indigencia ou pobreza;

9º, attestados de vida dos fiadores de responsaveis por bens e valores pertencentes á Fazenda Nacional;

10, aval;

11, avisos de lançamento de credito em contas correntes, de quantias provenientes de ordenados e salarios de empregados do creditor; os de differença de preço, depreciação,

avaria ou devolução de mercadorias; os de estornos de lançamentos; os de juros decorrentes da propria conta; e os de recebimento das filiaes e succursaes ás suas matrizes ou vice-versa;

12, avisos e portarias: que communicarem decisões de recursos; que versarem sobre matriculas de faculdade, aulas de instrucção secundaria ou concessões de dispensa de exames de habilitação para qualquer fim; que forem expedidos a favor de praças de pret das forças custeadas pela União ou em beneficio de presos pobres; que ordenarem pagamentos a empregados pelas estações em que residirem; que ordenarem pagamento de divida passiva da União, de qualquer origem;

13, baixas ou excusas de serviço, das praças de pret;

14, bilhetes de sahida de mercadorias nas alfandegas e mesas de rendas;

15, cardenetas de reservistas, certidões e cópias de assentamentos, fés de officios, queixas, representações e requerimentos de sorteados para o serviço militar, incorporados ou não;

16, capital social, actos, contractos, livros de escripturação e documentos das cooperativas a que se refere o decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934;

17, certidões dos assentamentos de obitos para inhumação de cadaveres;

18, certidões *ex-officio* para aposentadoria e montepio;

19, certidões *ex-officio*, passadas no interesse da justiça ou da Fazenda Nacional;

20, certidões resumidas, de nascimentos, nos termos do art. 31 do regulamento anexo ao decreto n. 18.512, de 24 de dezembro de 1928;

21, certificados do financiamento de mercadorias em proveito da Comissão Central de Compras;

22, certificados passados por empresas de estradas de ferro, relativos á entrega de material, para pagamento dos fornecedores, se tiver sido pago o sello integral, proporcional, sobre o respectivo contracto;

23, cheque emitido sobre conta corrente ou de deposito popular do limite de 10:000\$000;

24, classificações, designações, nomeações, remoções e transferencias de officiaes da Armada e do Exercito, para comissões e serviços especiaes ás diferentes armas, aos corpos dos respectivos quadros, ás fortalezas, a bordo de navios e em companhias de aprendizes marinheiros;

25, collectas para inclusão no lançamento de impostos ou taxas, nas repartições federaes;

26, communicações de falta ao serviço, por motivo de molestia, gala ou nojo, feitas por empregados publicos;

27, concessões de isenção de direitos, dos ns. 1 a 21, 23 a 30, 37 a 42 do art. 12 e incisos 17, 19 a 21 do artigo 13 do decreto n. 24.023, de 21 de março de 1934, modificado pelo de n. 24.173, de 25 de abril do mesmo anno;

28, concessões de prazo para os funcionarios publicos entrarem na posse e exercicio de seus cargos;

29, concessões de redução de direitos para papel de imprensa, na fórmula do art. 15 do decreto n. 24.023, de 2 de março de 1934:

30, concessões de reforma e vantagens que competirem ás praças de pret;

31, concordatas commerciaes, celebradas judicialmente;

32, conhecimento de transportes de bagagens, encomendas e mercadorias em estradas de ferro ou embarcações de navegação fluvial, e os respectivos recibos. Entende-se por navegação fluvial, em regra, a que é feita, exclusivamente, dentro dos rios, podendo o Ministro da Fazenda, ouvida a Directoria Geral da Marinha Mercante, reconhecer a isenção, quando haja parte do percurso fóra dos rios;

33, contas de compras effectuadas por almoxarifes, intendentes e porteiros de repartições publicas em virtude de adiantamentos destinados a despesas miudas, sendo devido apenas o sello dos recibos nellas passados;

34, contra-fés de intimações judiciaes;

35, contractos de empreitada e de locação de serviços, em que o empreiteiro ou locador apenas forneça o proprio trabalho ou industria;

36, contractos de parceria, celebrados com colonos;

37, contractos em que intervir a Comissão Central do Compras, bem assim os referentes ao aproveitamento do carvão nacional, na fórmula do § 1º do art. 1º do decreto numero 20.089, de 9 de junho de 1931;

38, contractos e operações da Caixa de Mobilização Bancaria e os relativos á execução de uns e outros, pelo Banco do Brasil;

39, contractos referentes á aquisição ou construção de casas, realizados nos termos do decreto n. 21.326, de 27 de abril de 1932;

40, cópias de conhecimentos de cargas, desde que não estejam com assignatura, rubrica, chancella ou carimbo, e tragam impressa, em sentido diagonal, attingindo toda a extensão do papel, a declaração — "Cópia não negociavel";

41, diarias concedidas a funcionarios e jornaleiros, como auxilio de despesas;

42, diplomas expedidos a alumnos matriculados gratuitamente, durante todo o curso ou nos ultimos annos do mesmo, nos estabelecimentos de ensino;

43, entrega em cobertura, feita pelo Banco do Brasil, aos demais bancos, de cambiaes ou saques, por simples troca de correspondencia, enquanto permanecer esse serviço a cargo do Banco do Brasil;

44, "exequatur" ás nomeações de agentes consulares;

45, facturas commerciaes, annexas ás consulares;

46, fianças administrativas por termos lavrados nas repartições estaduais;

47, gratificações provenientes de contractos, e as destinadas a remunerar serviços extraordinarios, pagas a funcionarios civis e militares e a operarios;

48, guias para aquisição de estampilhas do imposto de consumo e do imposto do sello;

49, guias de deposito de mercadorias nos entrepostos, armazens e trapiches alfandegados;

50, guias de recolhimento de sommas ou valores aos cofres publicos;

51, jornaes em que sahirem editaes relativos ao serviço da propria repartição, quando juntos ao processo que deu motivo á publicação, excepto quando forem annexados a contas ou requerimentos, solicitando o pagamento da respectiva publicação;

52, licenças concedidas aos funcionarios que tiverem de fazer o serviço militar, em virtude de sorteio;

53, licença concedida ás praças de pret;

54, licenças concedidas annualmente a embarcações que se destinam á cultura physica nos clubs de regatas e os seus arrolamentos;

55, licença-premio a funcionarios, nos termos do artigo 2º do decreto n. 42, de 15 de abril de 1935;

56, livros de inscripção de clubs de sorteios de mercadorias;

57, livros de registro civil de nascimento;

58, livros de registro de obitos;

59, livros de registro referentes ao casamento civil, inclusive o protocollo;

60, livros de distribuição, entre escritvães e tabelliães;

61, livros de movimento de entrada e sahida de gazolina e alcool, exigidos dos importadores de gazolina;

62, livros de registro das sociedades de seguros e capitalização mandados adoptar pelos regulamentos fiscaes;

63, notas de despachos de amostras sem valor;

64, operações que consistam em transferencia de credito, em moeda nacional, de uma conta para outra, da mesma pessoa, physica ou juridica, com o mesmo creditor, mediante simples lançamentos, entendendo-se que as agencias, filiaes e matrizes de um mesmo estabelecimento constituem uma só pessoa juridica;

65, papeis concernentes aos patrimonios das escolas e institutos officiaes e officializados;

66, papeis de companhias ou empresas cujos contractos com o Governo Federal lhes attribuem expressamente a isenção;

67, papeis do Lloyd Brasileiro e de suas agencias, emquanto vigorar a isenção, bem como o sello de fretamento dos despachos simples em seus vapores e os conhecimentos de cargas das mercadorias embarcadas pelo Governo;

68, papeis e documentos exigidos nas sociedades de seguros e capitalização pelas autoridades encarregadas da fiscalização de suas operações, desde que não sejam destinados a instruir quaesquer pedidos ou requerimentos; papeis e documentos que as referidas sociedades devem remetter regular e periodicamente ás mesmas autoridades, por força dos respectivos regulamentos de fiscalização; cartas remettendo taes documentos ou papeis, ou prestando informações solicitadas ou exigidas, desde que não contenham qualquer pedido ou solicitação;

69, papeis e requerimentos de presos pobres e alvarás de soltura;

70, papeis necessarios á habilitação do soldo vitalicio instituido em favor dos voluntarios da patria;

71, papéis que disserem respeito ao lançamento e pagamento do imposto sobre a renda, inclusive os pedidos de rectificação de lançamento;

72, papéis referentes á Fundação Rockefeller;

73, papéis referentes ao Montepio dos Servidores do Estado, inclusive requerimento e os recibos de contribuições, joias e pensões; papéis referentes ao Instituto Nacional de Previdência, á Previdência dos Sub-Tenentes e Sargentos do Exercito e ás Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões, inclusive recibos de contribuições, pensões, requerimentos, quitações e outros documentos que transitarem por esses institutos; bem como os livros de escripturação, ficando exceptuados dessa isenção todos os papéis referentes aos civis e militares, taes como documentos, recibidos de contribuições, joias, quitações e outros documentos que transitarem pelas instituições acima referidas, desde que os mesmos militares e civis percebam mais de duzentos e cincoenta mil réis (250\$000) mensaes e que, a partir de 1935, tenham sido beneficiados com majorações de vencimentos superiores a quatorze por cento (14 %);

74, papéis referentes ao montepio dos operarios do Arsenal de Marinha;

75, papéis referentes ao serviço eleitoral;

76, papéis relativos á concessão de férias a empregados e operarios de estabelecimentos agricolas, bancarios, commerciaes e industriaes, inclusive petições, recursos, recibos e outros documentos, bem assim requerimentos e mais papéis referentes a férias, abonos ou justificação de faltas, concedidos a funcionarios e operarios da União;

77, papéis relativos á concessão de isenção de direitos pleiteada pelas embaixadas, legações, consulados e commandantes das embarcações de recreio e de navios de guerra de nações amigas, desde que haja reciprocidade de isenção provida mediante declaração do Ministerio das Relações Exteriores;

78, papéis relativos á concessão de registros de marcas de gado;

79, papéis relativos ao alistamento e sorteio militar, comprehendidos os requerimentos, reclamações, recursos, revisões e documentos para comprovação de idade;

80, papéis relativos ao casamento civil;

81, passes de sahida concedidos a embarcações de pesca, regata e praticagem de portos, barras, rios, canaes e lagôas;

82, pedidos de patente de registro do imposto de consumo;

83, pensões concedidas ás familias dos officiaes e praças da guarda nacional e voluntarios da Patria, mortos na guerra com o Paraguay;

84, processos de desapropriação judicial, promovidos pela União;

85, quitações ou recibos passados no desempenho de suas funções, pelos responsaveis para com a Fazenda Nacional;

86, quitações provenientes de contractos que tenham pago sello proporcional, desde que sejam dadas no proprio instrumento de contracto, excepto as que comprehenderem paga-

mento de juros ou de quantia não computada no titulo principal, as quaes pagarão, pelo accrescimo, o sello fixo de recibo;

87, recibos de liquidação de indemnizações em virtude de contractos de seguros de accidentes do trabalho;

88, recibos de pagamento de frete lançados nos proprios conhecimentos, e os passados por occasião da retirada da mercadoria despachada pelos destinatarios de carga por via maritima, fluvial ou aerea, ou pelos seus prepostos, nos respectivos conhecimentos originariamente sellados;

89, recibos de quantias transportadas por via postal;

90, recibos de fornecimentos de gaz e electricidade e semelhantes, cujo valor exceda de 20\$000 em virtude de addição de contribuição de previdencia e imposto de consumo cobrado por força de lei e pertencentes á Fazenda ou destinados a fim especial;

91, recibos passados em papeis que tenham pago sello proporcional, observada a mesma restricção constante do numero 86, deste artigo;

92, recibos de juros de apolices da divida publica;

93, recibos passados nos cheques que, emittidos em moeda nacional, não tenham circulado no exterior;

94, recibos que se refiram a ajudas de custo, diarias, gratificações e vencimentos de funcionarios civis ou militares e operarios;

95, recibos referetes a aposentadorias, auxilios e pensões concedidas por associações de beneficencia ou assistencia;

96, recibos relativos a diarias, ordenados e salarios, passados por empregados, jornaleiros e operarios pertencentes a empresas agricolas, industriaes e mercantis, estabelecimentos officializados, firmas commerciaes, cooperativas, sociedades anonymas, em commandita por acções, de responsabilidade limitada, sociedades ou associações civis, syndicatos profissionaes e outros;

97, recibos relativos a titulos, já sellados, que forem entregues pelos bancos portadores, livres de pagamento, por ordem dos respectivos cedentes;

98, representações endereçadas ao Governo, no interesse geral ou de ordem publica, pelas associações agricolas, commerciaes e industriaes e pelos syndicatos profissionaes;

99, representações encaminhadas aos poderes publicos pelas congregações das escolas superiores e faculdades;

100, requerimentos a autoridades federaes para obtenção de attestados semestraes de estado civil, de residencia e de vida, em favor dos beneficiarios de montepio e meio soldo, aposentados e reformados;

101, requisições para fornecimento de generos e material ás repartições publicas civis e militares e para transportes, quando juntas ás contas apresentadas para pagamento;

102, resseguros, em geral;

103, sentenças de indulto a delinquentes primarios;

104, sentenças de indulto a criminosos incursos nos artigos 121, 134, 303, 306, 377, 399 e 402, do Codigo Penal;

105, soldo mandado abonar aos voluntarios da Patria;

106, tabellas de preços, pesos ou outros característicos, exigidas dos fabricantes de productos sujeitos ao imposto de consumo;

107, talões de pedidos de mercadorias, em que os agentes, viajantes ou representantes de casas commerciaes angariam encomendas;

108, termos de avaliação, demarcação e medição de terrenos de marinha, constituindo actos de expediente necessario á organização dos processos de aforamento;

109, titulos de concessão de medalhas por actos de bravura em campanha ou de distincção, em virtude de serviços prestados á humanidade;

110, titulos de divida que as respectivas corporações passarem ás praças de pret;

111, transferencias de apolices e de acções de sociedades anonymas e em commandita, para o effeito de serem recebidas em penhor;

112, transferencias de apolices e acções de sociedades anonymas e em commandita, em consequencia de transmissão por titulo oneroso ou gratuito, de que se tenha pago sello proporcional;

113, transferencias de apolices obtidas por compra, para o fundo de reserva das caixas economicas, montes de soccorro e caixas de aposentadorias e pensões;

114, transferencias de titulos da divida publica interna da União, por transmissão *causa-mortis* ou doação *inter-vivos*;

115, vales postaes e os respectivos recibos;

116, vias de documentos sujeitos a sello proporcional, quando feita, pela estação fiscal, ou pelo tabellião, no caso do art. 20, § 2º, a declaração do pagamento do sello na 1ª via;

117, vistos annuaes lançados nas cadernetas-matriculadas expedidas pelas Capitánias de Portos.

Art. 37. Os papeis isentos do imposto, ficam sujeitos ao sello da tabella B, n. 60, quando apresentados como documentos perante quaesquer autoridades federaes para produzirem effeito diverso do fim para que foram passados.

Paragrapho unico. Os papeis apresentados como documentos, que já tiverem sido sellados, ficarão sujeitos sómente á differença do sello, se houver.

## CAPITULO VIII

### DAS ESTAMPILHAS E DO PAPEL SELLADO, DEPOSITO, ESCRIPTURAÇÃO, SUPPRIMENTO, VENDA E TROCA

Art. 38. Compete á Directoria das Rendas Internas indicar as taxas e á Casa da Moeda os typos, formatos e característicos das estampilhas e do papel sellado, para serem submettidos á approvação da Directoria Geral da Fazenda Nacional.

§ 1º. Para venda exclusiva nas mesas de rendas não alfandegadas e collectorias situadas fora das capitães dos Estados, será adoptado um typo especial de estampilha, com a declaração: "Exactorias federaes do interior".

§ 2º. Essas estampilhas sómente poderão ser empregadas em municipios servidos de collectorias e mesas de rendas não alfandegadas a que se refere o § 1º, tendo, porém, curso em qualquer parte os papeis com ellas sellados.

Art. 39. As estampilhas, inclusive as referidas no § 1º do artigo anterior, serão emitidas para emprego durante um triennio e terão impressos os algarismos indicativos dos annos de applicação.

Paragrapho unico. O Director Geral da Fazenda Nacional poderá, em qualquer tempo, ordenar o recolhimento das estampilhas e substituil-as por outras, bem como prorogar o prazo de tres annos, se occorrer motivo justificado.

Art. 40. Empregar-se-á o papel sellado quando o Director Geral da Fazenda Nacional entender conveniente aos interesses do Thesouro e nas especies de actos que o mesmo Director indicar.

§ 1º. O sello impresso no papel poderá ter os mesmos caracteristicos da estampilha de igual taxa, excepto a cor.

§ 2º. Considerar-se-á inutilizado o papel desde que nelle se tenha escripto qualquer palavra.

Art. 41. O sello poderá ser gravado em papeis que tenham o timbre do contribuinte, com o seu nome, endereço, genero de commercio ou industria e mesmo que, como no caso de cheques e recibos, já tragam impressos dizeres invariaveis.

§ 1º. Nessa hypothese deverá ser recolhida previamente, á repartição arrecadadora, a importancia do sello.

§ 2º. Pode ser feita pela mesma forma a impressão da taxa de Educação e Saude, devendo, porém, a guia de recolhimento discriminar a parcella correspondente a cada um dos tributos. A côr do sello de Educação e Saude será differente da do sello do papel.

Art. 42. O deposito central das estampilhas e do papel sellado será na Casa da Moeda, que os fornecerá ás Delegacias Fiscaes e repartições arrecadadoras, de accôrdo com as ordens recebidas da Directoria das Rendas Internas.

§ 1º. Os pedidos das repartições arrecadadoras, feitos com a necessaria antecedencia e acompanhados de demonstrações, organizados pelos responsaveis a cuja guarda ficarem os valores, e visados pelos respectivos chefes, — devem corresponder á quantidade sufficiente para a venda de um mez, tendo-se, porém, em vista a fiança do responsavel ou o limite que houver sido adoptado.

§ 2º. Os pedidos das delegacias fiscaes devem corresponder á quantidade necessaria para supprir, durante tres mezes, as repartições subordinadas.

§ 3º. A demonstração justificativa do pedido de estampilhas deverá ser organizada com discriminação das quantidades e valor das formulas entradas, sahidas e existentes.

§ 4º. Os pedidos de supprimento de estampilhas por telegramma, sempre confirmados por officio, só serão admitidos em caso de força maior.

Art. 43. Recebidas e verificadas as estampilhas, dar-se-á immediato conhecimento á repartição remetente, por officio de que constarão o numero, data e importancia da respectiva guia, bem como o numero e data do officio que a encaminhou.



Art. 44. Se dentro de cinco dias da remessa, no Districto Federal; de 10 dias, para o Estado do Rio de Janeiro; de 20 dias, para os de São Paulo, Minas Geraes e Espirito Santo; de 30 dias, para os do Rio Grande do Sul, Santa Catharina, Paraná, Sergipe, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Goyaz; e de 40 dias, para os demais Estados, — as repartições destinatarias não communicarem á Casa da Moeda o recebimento das estampilhas, esta officiará á Directoria das Rendas Internas, dando-lhe aviso da occorrença.

Paragrapho unico. As delegacias fiscaes nos Estados organizarão tabella de prazo para communicacão identica, por parte das repartições arrecadadoras subordinadas, quanto aos supprimentos recebidos.

Art. 45. Além dos livros necessarios á escripturação das remessas ás repartições, bem como das devoluções e recolhimentos, haverá na Casa da Moeda um outro destinado ao registro das emissões, do qual constará o dia em que começar a distribuição e venda das estampilhas de cada valor, com a designação de seus signaes caracteristicos e data de sua retirada da circulação.

Paragrapho unico. Do que constar desse livro, a Casa da Moeda dará as certidões que forem pedidas.

Art. 46. As delegacias fiscaes manterão em dia a escripturação das contas-correntes de sellos com a Casa da Moeda, bem como com as repartições arrecadadoras sob sua jurisdição.

Art. 47. Uma commissão de tres funcionarios da Casa da Moeda, designada pelo director, balanceará os cofres das estampilhas em janeiro e julho de cada anno, fazendo incinerar ou destruir por meio de materia corrosiva, com as devidas cautelas fiscaes, as formulas julgadas imprestaveis, de tudo lavrando acta em livro proprio, devidamente authenticado.

Art. 48. As estampilhas e o papel sellado serão vendidos pelas repartições arrecadadoras, salvo as excepções constantes do art. 50.

Art. 49. Os collectores federaes e administradores das mesas de rendas não alfandegadas são obrigados a fornecer, diariamente, aos escrivães, uma guia discriminativa, pelas taxas, das quantidades de sellos vendidos.

Art. 50. A venda de estampilhas poderá ser confiada a commerciantes estabelecidos no Districto Federal, nas Capitães dos Estados e nas cidades de mais de 30.000 habitantes, mediante a commissão de 1 %, que será paga por meio de desconto no acto de acquisição das formulas.

§ 1°. A despesa com essa commissão será escripturada sob o titulo — receita a annullar — e sua importancia deduzida do montante da arrecadação, para o calculo das quotas ou porcentagens a que tiverem direito os funcionarios da repartição fornecedora das estampilhas.

§ 2°. Mediante instrucções do Ministro da Fazenda, igual permissão se concederá ás agencias dos Correios, nas localidades que não forem séde de exactorias federaes.

§ 3º. Os commerciantes deverão requerer licença á Recebedoria do Districto Federal ou ás delegacias fiscaes do Thezouro Nacional, nos Estados, provando com documentos officiaes:

- I, que têm capital de 10:000\$000 ou maior;
- II, que estão estabelecidos ha mais de dois annos;
- III, que não estão sujeitos a concordatas;
- IV, que não são devedores á Fazenda, por qualquer titulo.

§ 1º. As provas relativas ás condições acima serão produzidas por meio de certidões dos cartorios, repartições ou autoridades competentes.

Art. 51. Nos logares de grande movimento commercial e população muito densa, poder-se-á conceder licença para a venda de estampilhas a firma estabelecida nas proximidades de repartições arrecadadoras da União ou de outras firmas já licenciadas para aquelle fim.

§ 1º. Mediante as cautelas necessarias, poderá ser permitida, no recinto de juizo, de repartição publica ou de Caixa Economica a venda de estampilhas por preposto de vendedor licenciado, sem prejuizo do funcionamento normal da venda no seu proprio estabelecimento.

§ 2º. A permissão de que trata o paragrapho anterior dependerá de prévia autorização do juiz ou do chefe da repartição ou estabelecimento.

§ 3º. Terá preferencia para essa permissão o licenciado estabelecido em local mais proximo do juizo, repartição ou Caixa Economica.

Art. 52. O supprimento de estampilhas, de que cogita o art. 50, será feito, mediante guia e pagamento previo, pelas recebedorias, no Districto Federal e na capital do Estado de São Paulo; pelas delegacias fiscaes nas outras capitães, e no interior dos Estados, pelas respectivas repartições arrecadadoras.

§ 1º. No Districto Federal e nas capitães dos Estados do Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo e Rio Grande do Sul, a primeira aquisição de estampilhas não poderá ser feita em importancia inferior a 5:000\$000. Nas outras cidades, esse limite será de 2:000\$000.

§ 2º. As novas aquisições de estampilhas serão permitidas na proporção minima de um quinto da aquisição primitiva.

Art. 53. Os commerciantes licenciados manterão rigorosamente em dia, e sem emendas ou rasuras, a escripturação do movimento das estampilhas adquiridas e vendidas, em livro proprio (modelo IV), aberto, rubricado e encerrado pela repartição fornecedora.

Art. 54. A concessão da licença sujeita o commerciante a todas as medidas de fiscalização.

Art. 55. Caducará a licença quando não forem adquiridas estampilhas durante seis mezes.

Art. 56. É permittida a troca de estampilhas, quando esgotado o prazo de sua circulação e depois de verificada a legitimidade das formulas pela Casa da Moeda.

§ 1°. Consideram-se de nenhum effeito as estampilhas retiradas da circulação, a partir da data para esse fim fixada pela Directoria Geral da Fazenda Nacional.

§ 2°. A troca de estampilhas prevista neste artigo será autorizada pelos delegados fiscaes nos Estados e director da Recebedoria do Districto Federal.

## CAPITULO IX

### DA FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 57. A fiscalização do imposto compete privativamente ao Ministerio da Fazenda e será exercida, em geral, por todas as repartições e funcionarios da União e, especialmente, pelos daquelle Ministerio.

Art. 58. Quando quaesquer chefes de repartições, magistrados, autoridades civis e militares, tabelliães, escrivães e officiaes publicos verificarem que algum titulo ou papel está sujeito á revalidação estabelecida no art. 62, letras *a* e *b* — deverão proceder pela forma indicada no art. 11.

Art. 59. Por falta de pagamento de sello não se retardará, em qualquer instancia, a remessa dos processos criminaes ao juiz competente, devendo o imposto ser pago pelo interessado no andamento do feito.

Paragrapho unico. Quando exigido tão somente o imposto simples ou a revalidação de que trata o art. 62, letras *a* e *b*, tambem não se retardará o andamento do processo, desde que alguem se apresente para satisfazer a exigencia.

Art. 60. Os estabelecimentos agricolas, bancarios, commerciaes e industriaes, as companhias de seguros, os corretores, os leiloeiros, os tabelliães de notas e os demais serventuarios publicos federaes ou estaduaes, são obrigados a exhibir, para exame, aos encarregados da fiscalização, os papeis e livros exigidos por lei, na parte referente aos actos sobre os quaes haja fundadas suspeitas de omissão do sello.

§ 1°. No caso de recusa, o chefe da repartição providenciará junto ao Procurador da Republica, para que seja solicitada exhibição judicial. Essa medida só abrangerá o exame de livros, papeis ou documentos até cinco annos anteriores á data em que a diligencia se effectuar.

§ 2°. Os funcionarios encarregados da fiscalização do sello, em virtude deste regulamento ou das attribuições do proprio cargo, devem examinar, ao menos uma vez cada anno, os livros e papeis mencionados no presente artigo.

## CAPITULO X

### DAS PENALIDADES

Art. 61. Os infractores das disposições deste regulamento ficam sujeitos á revalidação e multas, de accordo com as normas estabelecidas no presente capitulo.

Art. 62. A revalidação do sello será exigida pelo modo seguinte:

a) cobrando-se novo sello nos casos de inutilização por pessoa incompetente; de sobreposição de estampilhas, e de uso de sello improprio ou que não estiver em circulação;

b) cobrando-se, em dobro o sello, nos casos de rasura ou emenda sobre as estampilhas, ou quando o sello fôr applicado em desacordo com qualquer disposição deste regulamento, salvo a hypothese da letra anterior;

c) nos casos de falta de sello ou de sello insufficiente, cobrar-se-á a importancia de 200\$000, quando o sello devido fôr inferior ou igual a 40\$000, e de cinco vezes o imposto devido, se este fôr superior a 40\$000, salvo notoria ignorancia e ausencia de má fé do infractor, hypothese em que este será obrigado a simples revalidação, isto é, a pagar o dobro do imposto devido;

d) quando se tratar de sello servido, uso ou fabrica de sello falso ou sonegação, caracterizada pela evasão do imposto, mediante artificios dolosos, cobrar-se-á a importancia de 2:000\$000, se o imposto devido fôr inferior ou igual a 100\$000, e vinte vezes o imposto devido, se este fôr superior a 100\$000;

e) nos casos das letras "c" e "d", quando se tratar de infracção continuada, não será imposta uma penalidade para cada papel em falta, mas se adoptará o seguinte criterio: até cinco documentos, uma vez as penalidades prescriptas neste regulamento; se os papéis attingirem numero maior de cinco até cem, applicar-se-ão as mesmas penalidades, no triplo; e, finalmente, se esses papeis attingirem numero superior a cem, applicar-se-ão essas penalidades no quintuplo, tomando-se para os limites previstos nas letras "c" e "d" a somma do imposto devido nos varios papeis.

§ 1º. Em se tratando de insufficiencia de sello, a revalidação incidirá apenas na differença devida; nos demais casos, apenas nas estampilhas que contiverem vicio ou irregularidade.

§ 2º. Quanto á revalidação da letra "c", observar-se-á o seguinte:

I — Não estão sujeitos á revalidação os actos, contractos e documentos taxados nos ns. 20, quando se tratar de terreno de dominio publico; 30, quando por termo nas repartições publicas ou juizos; 38, 40, quanto aos titulos da divida publica; 41, 46, 48, 49 e 50, letra "a", da Tabella A; nos ns. 6, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, quando passadas pelas repartições publicas federaes; 21, 23, 26, 34, quando em repartição publica federal; 39, 41 a 56, 58 a 68, 78 a 81, 83 a 87, 89, 91, 93 a 101, 103, 104, 105 e 107 a 110, da Tabella B, § 1º; e bem assim sobre qualquer acto realizado em repartição publica federal, se a falta ou insufficiencia do imposto não resultar de omissão, deficiencia ou falsidade de declaração dos contribuintes.

II — A' revalidação não estão sujeitos os papeis passados até 22 de janeiro de 1900, os quaes, entretanto, para produzirem effeito, ficam sujeitos ao sello que deveriam pagar se fossem passados na vigencia deste regulamento: nem os

actos unilateraes e de ultima vontade, cujo sello será pago quando tenham de produzir effeito.

III — Se o sello tiver sido pago por verba e, posteriormente, se verificar que foi pago insufficientemente, cobrar-se-á apenas a differença devida, salvo caso de dolo.

IV — Tambem será cobrado, apenas, o imposto simples, nos actos, contractos ou documentos comprehendidos na disposição da alinea I, deste paragrapho.

V — Os papeis que deixarem de ser sellados em tempo habil, por falta de estampilhas nos logares em que forem passados, não são sujeitos á revalidação, desde que sejam apresentados á repartição arrecadadora competente para este fim, dentro de trinta dias de sua emissão.

Art. 63. Quando os papeis ou documentos forem apresentados á repartição, para regularizar o pagamento do sello, dentro do prazo de oito dias contados de sua assignatura, não haverá imposição de penalidade.

§ 1º. Se a apresentação se der fóra desse prazo, será cobrada somente a revalidação em que incorrer o papel na forma do art. 11.

§ 2º. Se os papeis apresentados espontaneamente, fóra do mesmo prazo, houverem incorrido na penalidade do artigo 62, letras "c" e "d", cobrar-se-á, na forma alludida no paragrapho anterior, a revalidação de tres vezes o sello devido, nos casos da letra "c", e de cinco vezes, nos casos da letra "d".

§ 3º. O contribuinte que tiver duvida sobre a sellagem de actos, contractos ou documentos sujeitos ao sello do papel deverá submittel-os ao chefe da repartição arrecadadora, que, depois de examinal-os, e verificada a exactidão do imposto, neiles apporá o carimbo da repartição, authenticando-o com o sua rubrica.

§ 4º. A apposição do carimbo ao documento, pela fórmula indicada no paragrapho anterior, importará em libertar o contribuinte de qualquer multa.

§ 5º. Verificando deficiencia de sello, a autoridade agirá consoante o que preceituam este artigo e seus paragraphos 1º e 2º.

§ 6º. O chefe da repartição que appuzer o carimbo em desaccordo com as decisões passadas em julgado será responsavel pelo pagamento da multa que deveria ser imposta ao contribuinte.

Art. 64. Nenhum procedimento haverá contra o contribuinte que tenha pago o sello de accordo com a interpretação fiscal, constante de decisão passada em julgado, ainda que, posteriormente, seja modificada essa interpretação.

Art. 65. Os que emittirem, sacarem, negociarem, acceitarem ou pagarem notas promissorias, letras de cambio ou cheques, sem o sello do papel devido, serão passíveis da multa de cinco por cento sobre o valor do titulo, a qual não poderá ser inferior a 200\$000.

Art. 66. A cada uma das pessoas naturaes ou juridicas que fizerem entre si operações a prazo, de compra e venda de cambias, sem o pagamento do sello do papel devido, será imposta a multa de 10:000\$000.

**Art. 67.** O vendedor de cambiaes que aceitar contractos de venda a prazo, sem o sello devido, incorrerá na multa de dez vezes o valor do dito sello, a qual não poderá ser inferior a 1:000\$000, e o intermediario, na multa de cinco vezes o mesmo valor, não podendo essa multa ser inferior a 500\$000.

**Art. 68.** Incorrem na multa de 2:000\$000:

- a) os que escreverem no documento verba falsa;
- b) os que, para sonegarem o documento ao pagamento do sello devido, deixarem de fazer as necessarias declarações relativas á transacção nelle referida, ou as fizerem falsamente;
- c) o empregado que antedatar ou alterar verba, para qualquer fim;
- d) os não licenciados que venderem estampilhas, perdendo tambem o direito ás que forem encontradas em seu poder. Esta alinea não se applica aos estabelecimentos bancarios e officios, que facultarem aos seus clientes estampilhas para a sellagem dos papeis, nos proprios estabelecimentos e cartorios;
- e) os que, por qualquer forma, embarçarem ou illudirem a acção fiscal.

**Art. 69.** Ficam sujeitos á multa de 200\$000:

- a) as pessoas naturaes ou juridicas que conservarem em seu poder ou derem cursos a papeis que não tenham pago, no todo ou em parte, o sello devido, ou cujas estampilhas tenham emendas ou rasuras, e deixarem de apresental-os á repartição competente para o procedimento contra o responsavel;
- b) os funcionarios publicos que attenderem, informarem ou encaminharem papeis nas condições da letra "a", sem que representem ou informem no sentido de ser cobrado o imposto ou a revalidação cabivei;
- c) os magistrados, autoridades civis ou militares, chefes de repartições e de serviços que despacharem processos contendo qualquer acto ou papel não sellado ou sellado insufficientemente, ou que despacharem, assignarem, fizerem guardar, mandarem cumprir ou concorrerem para que produzam effeito os papeis em taes condições;
- d) os tabellhões, escrivães, officiaes do registro e outros serventuarios que passarem, lavrarem, subscreverem, ou registrarem papel ou documento nas alludidas condições ou nelles reconhecerem firmas;
- e) as pessoas que, nas quitações de quaesquer quantias, não indicarem o valor recebido, se este não estiver declarado no papel em que forem passadas taes quitações;
- f) os leiloeiros que não archivarem as segundas vias das suas contas de vendas;
- g) os licenciados para a venda de estampilhas que não mantiverem em ordem, sem emendas ou rasuras, o livro fiscal;
- h) o juiz, a autoridade civil ou militar, o gerente do Monte de Soccorro da União que der posse ou exercicio a empregados que não tenham vencimentos pagos pelos cofres publicos sem que o titulo de nomeação esteja sellado ou contenha a verba de pagamento do sello, ficando a esse dispo-

sitivo também sujeitos o presidente, director ou gerente das sociedades anonyms, pelos titulos de nomeação de empregados, que expedir;

i) o presidente de juntas commerciaes e outras instituições congeneres, que mandar registrar contracto que não tenha pago o sello devido, bem como o secretario de taes instituições que fizer o registro sem ter levado ao conhecimento do presidente a omissão do sello verificada no documento;

j) as pessoas referidas na letra anterior, bem como os juizes que authenticarem livros commerciaes sem o prévio pagamento do sello;

k) as caixas de liquidação que registrarem as operações a termo, sem o pagamento do sello devido.

Art. 70. Incorrem na multa de 50\$000 os que apresentarem papeis para averbação de sello, depois de trinta dias da sua assignatura; e essa multa se applicará no dobro se não houver apresentação espontanea e o contribuinte vier autuado pela infracção, ou esta fôr denunciada á repartição.

Art. 71. Além da cassação da licença, incidem na multa de 5:000\$000 os licenciados para a venda de estampilhas, em cujo poder fôr encontrada uma ou mais estampilhas falsas ou que, embora legitimas, não procedam da repartição fornecedora.

Art. 72. Os papeis referidos no art. 15, desde que não tenham sido apresentados dentro do prazo, na conformidade do que está estabelecido no paragrapho 2º do mesmo artigo, ficam considerados não sellados, e, assim, sujeitos ás respectivas penas.

Art. 73. A applicação das multas a que se refere este regulamento não prejudicará a acção penal que no caso couber.

## CAPITULO XI

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 74. As penalidades de que trata este regulamento serão impostas:

I — Mediante despacho ou representação, as previstas no art. 62, letras *a* e *b*, e na primeira parte do art. 70.

II — Mediante auto, lavrado por funcionario federal, as demais; e

III — Mediante denuncia, umas e outras.

Art. 75. O procedimento fiscal para imposição das penalidades estabelecidas no presente regulamento prescreve em cinco annos, contados da data da infracção.

Paragrapho unico. O imposto é devido a todo tempo, observado o que estatue o art. 64.

Art. 76. O auto deverá relatar a infracção com clareza, sem entrelinhas, rasuras, emendas ou borrões, mencionando o local, dia e hora de sua lavratura, o nome do infractor e da pessoa em cujo estabelecimento fôr lavrado, as testemunhas,

se houver, e tudo mais que occorrer na occasião e possa esclarecer o processo.

§ 1°. Salvo circumstancia especial, deverá ser lavrado o auto no estabelecimento em que se verificar a infracção, ainda que ali não resida o infractor, podendo ser dactylographado ou impresso em relação ás palavras usuaes, preenchidos os claros á mão e inutilizadas as linhas em branco.

§ 2°. As incorrecções ou omissões do auto não acarretarão a nullidade do processo, quando deste constarem elementos sufficientes para determinar com segurança a infracção e o infractor.

§ 3°. Se, após a lavratura do auto, e por qualquer circumstancia, se vier a verificar outra contravenção além da autuada, será consignada em termo, que se annexará ao processo.

§ 4°. Os autos e termos lavrados serão submettidos á assignatura dos autuados, de seus representantes, ou das pessoas interessadas, que lhes tenham assistido á lavratura, não implicando a assignatura, que poderá ser lançada sob protesto, em confissão da falta, nem a sua recusa em aggravação desta.

§ 5°. Se houver recusa do infractor, ou quem o represente, ou na hypothese de não poderem ser por elles assignados o auto ou o termo, far-se-á menção de tal circumstancia.

Art. 77. O papel ou documento, em que se verificar a infracção, será apprehendido e annexado ao processo.

§ 1°. Quando a infracção constar de livro, não será feita sua apprehensão, mas no auto se descreverá circumstanciadamente a falta, lavrando-se, no proprio livro, termo do occorrido.

§ 2°. Desde que não haja inconveniente á comprovação da falta poderá ser entregue, visado pelo chefe da repartição, o documento apprehendido ou junto ao processo, d'elle ficando, entretanto, copia authenticada.

Art. 78. Aos autuados ou denunciados será assegurada defesa ampla, feita a intimação da seguinte forma:

a) pelo autuante, no proprio auto, quando este fôr lavrado no estabelecimento onde se der a infracção, e o infractor ou seu representante estiver presente, dando-se-lhe, caso assigne o auto, intimação escripta, na qual se mencionarão as infracções autuadas e o prazo marcado para a defesa;

b) pela repartição;

— quanto o auto fôr lavrado na ausencia do autuado ou de quem o represente;

— quando o autuado ou seu representante não o queira assignar;

— quando o auto fôr lavrado em consequencia de diligencia effectuada fóra do estabelecimento do autuado;

— quando a defesa fôr aberta depois do processo em andamento; ou

— quando se tratar de denuncia.

§ 1°. Em qualquer dos casos previstos na letra b deste artigo, a intimação será feita:

a) pessoalmente ao infractor ou pessoa que o represente. O intimado lançará no processo, datando-a e assignando-a,



declaração de sua sciencia. Se se recusar, o intimador lavrará no processo termo da occorrença;

b) pelo correio, quando não fôr possível a intimação pessoal, juntando-se ao processo o aviso de recepção (A. R.);

c) por edital affixado na repartição durante trinta dias, em lugar de facil accesso ao publico, ou publicação — no Districto Federal, no *Diario Official* e, nos Estados, em jornal de maior circulação local. Juntar-se-á ao processo cópia do edital affixado ou retalho da publicação.

§ 2º. Só se intimará por edital quando desconhecido o endereço do autuado, ou se não tiver sido possível dar-lhe sciencia pessoal do auto, ou, ainda, na falta do aviso postal de recepção.

§ 3º. Se, no correr do processo, forem apurados novos factos, quer envolvendo o autuado, quer pessoas diferentes, ser-lhes-á marcado prazo para defesa no mesmo processo.

§ 4º. A defesa deve ser apresentada dentro do prazo de trinta dias uteis, contados da data da declaração de sciencia; nos casos de intimação por edital, do dia em que fôr publicado ou affixado.

§ 5º. Se, em requerimento, o autuado allegar motivo justo que o impeça de apresentar defesa dentro do prazo, poder-lhe-á ser concedida prorrogação até dez dias, a juizo do chefe da repartição.

§ 6º. Decorridos os prazos e sua prorrogação, se pedida, sem que o autuado apresente defesa, será considerado revel, anotando-se a occorrença no processo.

Art. 79. O preparo dos processos compete ás repartições arrecadadoras locais, que os farão conclusos aos delegados fiscaes para julgamento, salvo no Districto Federal e na capital do Estado de São Paulo, onde o preparo e julgamento cabem ás recebedorias.

§ 1º. Os processos instaurados na Alfandega do Rio de Janeiro serão ahi preparados e conclusos ao Director da Recebedoria do Districto Federal, para julgal-os em primeira instancia.

§ 2º. O julgamento, a que se refere este artigo, terá lugar depois de ouvido o autuante e reunidos os esclarecimentos necessarios, não podendo o julgador reconsiderar a decisão que houver proferido.

§ 3º. Se do processo se apurar responsabilidade de diversas pessoas, será imposta, a cada uma, a pena relativa a falta commettida.

§ 4º. Apurada a infracção de mais de uma disposição deste regulamento, pela mesma pessoa ou firma, ser-lhe-á applicada a penalidade correspondente á falta punida com maior pena.

§ 5º. No caso de reincidencia, as multas serão applicadas em dobrbo.

Considera-se reincidencia a repetição de falta identica pela mesma pessoa ou firma, depois de passada em julgado a sentença condemnatoria relativa á primeira infracção.

§ 6º. Quando se tratar de uma mesma infracção pela qual tenham sido lavrados diversos autos, serão elles reunidos em um só processo, para julgamento, desde que não se verifique reincidencia.

§ 7°. No despacho que impuzer penalidade, será ordenada a intimação do responsável para effectuar o pagamento da importância devida, no prazo de trinta dias, contados da intimação, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso dentro do prazo legal, indicado no despacho.

§ 8°. A intimação do despacho far-se-á com observancia do disposto nos §§ 1° e 2°, do art. 78.

§ 9°. A penalidade prevista no art. 62, letras "a" e "b" será applicada pelo chefe da propria repartição onde se verificar a irregularidade de sellagem, e a do art. 70, primeira parte, pela repartição arrecadadora local, admittida, nesses casos, a providencia do art. 15 § 2°, letras "c" e "d".

Art. 80. A cobrança executiva das multas só terá logar uma vez findo o prazo de trinta dias da intimação do julgamento definitivo.

Art. 81. Só se admittirá a denuncia, de que trata este regulamento, quando acompanhada de prova material da infracção ou esta for descripta com clareza, devendo a denuncia ser tomada por termo em que se consigne profissão e residencia do denunciante, e nome, profissão, residencia ou estabelecimento do denunciado. Supprir-se-ão no termo as deficiencias da denuncia.

Paragrapho unico. A denuncia pode ser desacompanhada do objecto da infracção, quando versar sobre livros ou documentos em poder do infractor e for concebida em termos precisos, que autorizem exame, na forma da lei, para verificação da falta denunciada.

Art. 82. Os processos de infracção serão organizados na forma de outros forenses, com as folhas devidamente numeradas e rubricadas, e os documentos, informações e pareceres em ordem chronologica.

## CAPITULO XII

### DOS RECURSOS

Art. 83. Das decisões condemnatorias, qualquer que seja a importancia exigida, cabe recurso voluntario para o 1° Conselho de Contribuintes.

Art. 84. O recurso voluntario, que terá effeito suspensivo será interposto dentro do prazo de vinte dias da intimação do despacho, ou de sessenta dias, contados da sua publicação no *Diario Official*, no Districto Federal, ou da publicação ou affixação de edital quanto aos Estados.

Art. 85. Nenhum recurso será encaminhado sem o prévio deposito da quantia exigida ou sem fiança idonea, prestada em seu logar, e somente permittida quando a importancia exceder de cinco contos de réis, perimindo o direito do recorrente se o não fizer no prazo fixado no artigo anterior.

Paragrapho unico. Poderá o contribuinte reforçar ou substituir a caução ou fiança julgada inidonea, ou recorrer da respectiva decisão, tendo effeito suspensivo somente o primeiro recurso interposto sobre esta materia.

Art. 86. Se, dentro do prazo regulamentar o interessado não apresentar petição de recurso, far-se-á declaração dessa circumstancia no processo, que seguirá os tramites regulares.

Paragrapho unico. Mediante os requisitos do art. 85, o recurso perempto tambem será encaminhado á instancia superior, a quem cabe julgar da perempção.

Art. 87. Das decisões favoráveis aos accusados, inclusive quando desclassificarem infracção descripta no auto, haverá recurso *ex-officio*, tambem com effeito suspensivo, para o 1º Conselho de Contribuintes, salvo quando a importancia exigida não exceder de 500\$000.

§ 1º. O recurso *ex-officio* será interposto no proprio acto de ser lavrada a decisão.

§ 2º. Quando do mesmo processo constar mais de uma firma ou pessoa autuada, a decisão favoravel a qualquer dellas, embora outras sejam punidas, obriga o recurso *ex-officio*, que só será encaminhado á instancia superior depois de esgotados os prazos de cobrança amigavel ou de extrahida a certidão de divida para cobrança executiva.

Art. 88. Os recursos para o Conselho de Contribuintes serão encaminhados directamente pelas repartições recorridas. Na petição respectiva, além do sello ordinario, o recorrente pagará, na mesma especie, a taxa referida na tabella A, n. 46.

### CAPITULO XIII

#### DAS RESTITUIÇÕES E INDEMNIZAÇÕES

Art. 89. Não será restituído sello de estampilha, salvo a hypothese do artigo 92, paragrapho unico.

Art. 90. Restituir-se-á o sello por verba toda vez que fôr indevidamente arrecadado e, quando o fôr devidamente, no caso de nomeação que se não tornar effectiva pelo exercicio do emprego.

Art. 91. O pedido de restituição será instruido com o conhecimento do imposto e o documento em que se lançou a verba para a respectiva cobrança, ou com as certidões de pagamento do imposto, quando se tratar de sello de nomeação.

§ 1º. A data da informação do pedido será declarada no conhecimento, cancellando-se a verbaa, no documento, antes de ser devolvido ao interessado.

§ 2º. Da importancia a ser restituída, descontar-se-á a percentagem computada para os funcionarios, desde que se não trate de imposto que tenha asido indevidamente cobrado pela repartição.

Art. 92. A parte fica salvo o direito á indemnização pelo official publico que, em razão do cargo, applicar a algum papel estampilha de maior valor do que o devido, ou que applicar estampilha, quando o imposto fôr devido por verba, ou, ainda, que inutilizar a estampilha fora dos casos de sua competencia.

Paragrapho unico. Se esses actos tiverem sido praticados em razão do cargo, por funcionario federal, far-se-á a restituição pelos cofres publicos, com direito regressivo contra o funcionario.

### CAPITULO XIV

#### DAS CONSULTAS

Art. 93. As consultas sobre interpretação deste regulamento, ou relativas a duvidas surgidas na sua execução, serão resolvidas pelas autoridades de primeira instancia (art. 79)

e sempre encaminhadas por intermedio das repartições arrecadoras locais.

Art. 94. Das decisões de primeira instancia cabe recurso voluntario ou *ex-officio*.

Art. 95. O recurso voluntario terá lugar quando a decisão fôr contraria ao consulente; e o *ex-officio*, no caso de redução, isenção do imposto ou dispensa de exigencias, regulamentares.

§ 1º. O recurso voluntario será interposto para o 1º Conselho de Contribuintes, no prazo de vinte dias, contados da data da intimação da decisão, ou, no Districto Federal, de sua publicação no "Diario Official".

§ 2º. O recurso *ex-officio* será interposto para o mesmo Conselho no proprio acto de ser lavrada a decisão.

§ 3º. A intimação para o recurso voluntario far-se-á de accordo com o que dispõe o art. 78, §º, letras *a* e *b*, archivando-se o processo caso não seja possível a intimação na forma indicada.

Art. 96. As consultas de repartições e de serventuários publicos serão resolvidas, no Districto Federal, pela Directoria das Rendas Internas, e, nos Estados, pelas delegacias fiscaes, que submeterão o seu despacho á approvação daquelle Directoria.

Paragrapho unico. As consultas originarias das delegacias fiscaes serão também solucionadas pela Directoria das Rendas Internas.

## CAPITULO XV

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 97. Os infractores são solidariamente responsaveis, perante a Fazenda Nacional, pelo valor do imposto, da revalidação e das multas de que trata este regulamento. O que pagar terá, porém, direito regressivo contra os outros, pela parte de responsabilidade que lhes couber. Os funcionarios responderão somente pelas multas, quando procederem em razão de seus cargos.

Art. 98. Os papeis redigidos em lingua estrangeira deverão ser traduzidos por traductor publico juramentado, antes de apresentados para pagamento do sello, exceptuando-se os cheques, notas promissórias e letras de cambio, que contêm as importancias em algarismos.

Art. 99. Os papeis passados no estrangeiro que, por motivo de força maior, deixarem de ser legalizados nos consulados, não produzirão effeito no Brasil sem o pagamento, por verba, em repaiação fiscal competente, da importancia relativa aos emolumentos que deveriam ter sido pagos nos consulados.

Art. 100. O producto das multas fiscaes não poderá ser adjudicado, no todo ou em parte, a quem as impuzer ou confirmar.

Art. 101. Toda multa fiscal, comprehendida também a revalidação de que cogitam as letras *c*, *d*, e, do art. 62, constituirá renda eventual da União e cincoenta por cento da quantia effectivamente arrecadada ser adjudicada a quem

tiver dado causa efficiente á sua imposição e cobrança, mediante autuação, notificação, representação, denuncia ou informação.

§ 1º. Quando a multa provier da reunião de diversos autos em um só processo, a quota será dividida pelos autuantes proporcionalmente ao numero de autos que cada um houver lavrado.

§ 2º. Das multas impostas em virtude de diligencias procedida por mais de um empregado, a quota será repartida igualmente entre os que, como autuantes, subscreveram o auto.

§ 3º. Se, para apuração de denuncia, forem precisas diligencias no estabelecimento do denunciado, a quota será repartida entre o denunciante e o funcionario que fizer a diligencia.

§ 4º. Nenhum funcionario ou denunciante poderá perceber em um só auto ou processo quota-parte superior a réis 5:000\$000, nem em um só anno quantia global superior aos vencimentos do seu cargo.

Art. 102. Todo processo que encerre accusação punivel de accordo com este regulamento, automaticamente se transformará em inquerito administrativo, afim de se apurar a responsabilidade do accusador, que poderá ser punido segundo a legislação propria.

Art. 103. Em todas as autuações de fraudes de que possa resultar applicação de multas fiscaes, os autuantes, ou quem o chefe da repartição designar, apreciarão devidamente a responsabilidade dos funcionarios a quem devia caber a fiscalização preventiva, capaz de ter evitado a fraude ou a evasão da renda ou impedido o acto capitulado como fraudulento, e os serventuários culpados serão, no proprio acto, punidos de accordo com a lei.

Paragrapho unico. Nenhuma responsabilidade, entretanto, caberá ao funcionario, quando a falta de fiscalização preventiva se verificar por accumulo de serviço ou por não ter a repartição competente fornecido os meios adequados á mesma fiscalização.

Art. 104. Constitue crime, previsto e punido no art. 16 do decreto n. 4.789, de 27 de dezembro de 1923, vender, comprar, empregar ou possuir, soltas ou applicadas, estampilhas falsas.

Art. 105. Emquanto o imposto de vendas mercantis estiver sendo cobrado pela União, ficam em vigor as disposições referentes ao sello do papel, constantes do decreto numero 22.061, de 9 de novembro de 1932.

Art. 106. Este regulamento entrará em vigor trinta (30) dias depois de publicado no "Diario Official" na forma prevista pelo art. 134 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, observando-se nesse periodo as normas contidas no regulamento anexo ao decreto n. 17.538, de 10 do novembro de 1926.

Art. 107. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1936. — *Arthur de Souza Costa.*

**TABELLA A****ACTOS, CONTRACTOS E DOCUMENTOS SUJEITOS A SELLO PROPORCIONAL***Por estampilha***1. Cartas ou contractos de fretamaento de embarcações:**

Frete até 500\$000.....	2\$000
De mais de 500\$ até 1:000\$000.....	3\$000
De mais de 1:000\$000.....	4\$000

e assim por deante, cobrando-se mais 4\$000 por conto de réis ou fracção de conto.

Nota — Inutiliza a estampilha o capitão ou mestre do navio, ou seu representante, na nota de despacho marítimo, onde declarará o valor do frete.

**2. Cessão de credito.**

3. Contractos de abertura de creditos em conta corrente, garantidos ou a descoberto.

4. Contractos de arrendamento, locação ou sublocação e outros que transmittirem o uso e gozo de bens moveis e immoveis.

Notas — a) não havendo prazo determinado no contracto, o sello será calculado sobre a renda de um anno; b) nos casos de transferencia de contracto, será calculado sobre a importancia correspondente ao tempo que faltar para terminação do prazo.

**5. Contractos de constituição, dissolução e liquidação de**

Nota — Na constituição de sociedades commerciaes, o sello será calculado sobre o fundo do capital declarado; nos distractos ou liquidações, sobre a quantia que se repartir pelos socios; e, na hypothese de distracto parcial, sobre a parte que couber aos socios que se retirarem, comprehendidos sempre capital e lucros.

6. Contractos de emprestimos com garantia de caução, penhor, hypotheca ou antichrese.

7. Emprestimos por meio de obrigação ao portador, com garantia especial ou não.

Nota — Cobrar-se-á o sello na forma ado art. 29, § 2°, sociedades civis ou commerciaes.

calculando-se sobre o valor do emprestimo e garantias, excepto a hypotheca legal, porventura offerecidas á emissão dos titulos ou cautelas.

8. Finanças, quando em separado do contracto, em carta ou por deposito.

Nota — Tem applicação a este numero a nota constante do n. 30.

9. Letras de cambio, sacadas no Brasil e as que, embora sacadas em paiz estrangeiro, sejam acceitas, negociadas, protestadas ou exequiveis em praças brasileiras.

Nota — Inutiliza a estampilha: quando passadas em differentes vias — nas sacadas no paiz sobre praças nacionaes, o sacador, na primeira via; nas sacadas no paiz sobre praças

estrangeiras, o sacador, na ultima via, que será conservada em seu poder, nas sacadas no exterior sobre praças do paiz, o primeiro portador, na que fôr apresentada, acceita, paga ou protestada; e quando passada em uma unica via — o sacador, nas giradas em praças brasileiras, e o primeiro portador nas sacadas no exterior.

10. Notas promissórias, exigindo-se o sello das emittidas em paiz estrangeiro, quando negociadas ou cobradas no paiz.

Nota — Inutiliza a estampilha, nas emittidas em paiz estrangeiro, o portador.

11. Procurações ou substabelecimentos com a clausula *in rem propriam* ou outra equivalente.

Notas — a) quando passadas em notas publicas, o sello será cobrado no respectivo livro, notando-se o pagamento no traslado ou certidão; b) o sello é devido tantas vezes quantos forem os substabelecimentos.

12. Promessa de compra e venda de bens moveis ou immoveis ou de entrega de valores de qualquer especie, por escriptura publica ou particular, salvo os contractos de compra e venda de bens moveis celebrados entre commerciantes ou entre industriaes para fins mercantis.

Observação — Os actos, contractos ou documentos comprehendidos nos ns. 2 a 12 ficarão sujeitos:

Demais de 20\$000 até 300\$000.....	1\$200
De mais de 300\$ até 600\$000.....	2\$400
De mais de 600\$ até 1:000\$000.....	3\$600
De mais de 1:000\$000, por conto ou fracção.....	3\$600

13. Actos translativos de embarcações estrangeiras, quando adquiridas por nacionaes.

Nota — Inutiliza a estampilha o consul brasileiro.

14. Cartas de credito.

15. Cautelas ou contractos de emprestimos sobre penhores.

16. Cheques em moeda estrangeira.

Notas — a) inutiliza a estampilha o emittente, quando emittidos no Brasil, e, quando no estrangeiro, seu primeiro portador no paiz; b) dos cheques passados por diferentes vias, só uma ficará sujeita a sello sendo: quando emittidos no Brasil, a ultima, e, quando no exterior, a que fôr exequivel no paiz.

17. Cheques em moeda nacional, emittidos no exterior ou sobre o exterior, e os que, emittidos a favor de pessoas naturaes ou juridicas no paiz, forem por estas endossadas a entidades do exterior.

Nota — Inutiliza o sello: o emittente, quando emittidos no Brasil; o seu primeiro portador no paiz, quando emittidos no exterior; e o endossante, na ultima hypothese prevista neste numero.

18. Contas correntes.

Nota — O sello será calculado sobre a importancia do saldo.

19. Contas de vendas prestadas por leiloeiros aos seus committentes.

Nota — Inutiliza a estampilha o committente, no recibo que passar na segunda via da conta de venda, a qual ficará no archivo do leiloeiro para a necessaria fiscalização, calculando-se o sello sobre o producto liquido. Não valerão, para os effeitos legais, os recibos passados fóra dessas contas, salvo se o producto liquido for depositado pelo leiloeiro, nos termos do art. 34 do decreto n. 21.981, de 19 de outubro de 1932, sendo então a estampilha inutilizada pelo mesmo.

20. Contracto de aforamento ou emphyteuse e de sub-emphyteuse incluídas emphyteuse e sub-emphyteuse de terrenos do dominio da União ou da municipalidade do Districto Federal.

Nota — O sello será calculado sobre a importancia de 20 annos de fóro, e a joia, se houver.

21. Contracto de construcção por empreitada, cobrado o sello no instrumento respectivo e calculado sobre o valor total ajustado, e nas quitações sobre accrescimos; quando, por administração, nas quitações parciais; quando verbal, na quitação final.

22. Contracto de emprestimo sem garantia.

23. Contracto de prorogações ou alterações de sociedades commerciaes, qualquer que seja sua forma.

Nota — O sello será calculado sobre qualquer entrada ou retirada de capital.

24. Contracto ou outros documentos que contiverem promessa ou obrigação de pagamento, ou de entrega ou transmissão de bens moveis ou de valores de qualquer especie, feitos em escripto de qualquer natureza (incluída, portanto, a hypothese de correspondencia epistolar ou telegraphica) e sob qualquer modalidade, ainda mesmo sob a forma de recibo, e destinados a produzir effeito independentemente de outros instrumentos publicos ou particulares, hem como os que contiverem distracto, exoneração, subrogação, caução, garantia, signal e liquidação de sommas ou valores, excluídos os pedidos de mercadorias e suas confirmações.

Notas — a) Inutiliza a estampilha, nos casos em que o acto dependa de acceitação, o acceitante, se o documento de acceitação for passado no Paiz; ou a repartição arrecadadora, se o documento for expedido de paiz estrangeiro; b) Exceptuam-se da taxa deste numero os actos, contractos ou documentos já taxados no n. 12.

25. Encampação de sociedade anonyma por outra.

Nota — O sello será calculado sobre o montante do capital da sociedade encampada, considerando-se como tal o capital declarado ou subscripto.

26. Endossos ou repasses de cheques, letra de cambio e notas promissorias em moeda estrangeira, excepto o primeiro endosso e o endosso-mandato, não podendo taes endossos ser feitos em branco.



27. Endossos de qualquer titulo de credito depois do vencimento, e, quando com valor declarado, os dos titulos referidos no n. 24, § 1º, da tabella B, exceptuado, em qualquer caso, o simples endosso-mandato.

28. Endossos de warrants, quando destacados do conhecimento de deposito.

Nota — O valor para o calculo do sello será a importância declarada no endosso.

29. Escripturas de hypothecas ou antiehreses.

30. Fianças por escriptura publica ou particular e termos lavrados no juizo federal, na justiça do Districto Federal, no juizo estadual, nas repartições publicas federaes em geral e nas municipaes do Districto Federal, excepto as fianças taxadas no n. 8.

Nota — Quando não for expresso, o valor da fiança será o da obrigação principal.

31. Fusões de sociedades mercantis de qualquer natureza.

Nota — Será calculado o imposto sobre o capital declarado das sociedades.

32. Ordem de pagamento, transferencia ou credito de qualquer natureza, de quantias em moeda nacional, provenientes do exterior, excepto:

a) quando se referirem a pagamentos ou lançamentos de despesas de administração de bens situados no Paiz, pertencentes ao titular da conta debitada;

b) quando se referirem a cambio comprado, tendo sido pago sello proporcional relativo á operação ou vendido a estabelecimento bancario no Brasil.

Nota — Inutiliza a estampilha o beneficiario, no recibo; na falta deste, o intermediario, na ficha de lançamento a credito de conta do beneficiario ou na propria ordem.

33. Papeis ou documentos declarando valor recebido por conta de pessoa differente da que ordena o pagamento, não consideradas como taes matrizes e suas filiaes, agencias, succursaes, do mesmo estabelecimento, excepto as demais vias dos recibos.

34. Recebimentos ou transferencias de quantias em moeda nacional, effectuados no Paiz a credito de pessoas, naturaes ou juridicas, domiciliadas no exterior, excepto:

a) quando se referirem a cobrança de rendas feitas no Paiz por conta do proprio titular da conta creditada;

b) quando se referirem a cambio comprado ou vendido a estabelecimento bancario no Brasil, por já ter sido pago o imposto devido, por occasião das operações de compra e venda.

Nota — Inutiliza a estampilha o creditor, na ficha do respectivo lançamento e, á falta de ficha, no pedido que tiver dado origem á operação.

35. Recibos de generos recolhidos a armazens de deposito com valor declarado.

36. Registro do capital das sociedades anonymas e em commandita por acções, e os actos da sua dissolução.

Nota — O sello será calculado sobre o capital registrado. Se se tratar de sociedade anonyma, com séde no estrangeiro, servirá de base para o pagamento do sello o seu capital em operação no Brasil. No caso de dissolução, calcular-se-á o sello sobre a quantia que se dividir entre os accionistas, comprehendidos sempre capital e lucros.

37. Registro de firmas commerciaes inscriptas em nome individual.

Nota — Inutiliza a estampilha o signatario da declaração, calculando-se o sello sobre o capital registrado.

38. Termos de responsabilidade nas alfandegas, para despachos de reexportação, calculando-se o sello pelo valor dos direitos aduaneiros.

39. Termos de transferencia de acções de sociedades anonymas e em commandita por acções.

Nota — O sello será inutilizado pelo transferente e calculado pelo valor da transacção, e não sendo estipulado esse valor, pela cotação official, ultima dentro de um semestre, e, na falta, pelo valor nominal.

40. Termos de transferencia de titulos da divida publica da União ou de acções de sociedades anonymas e em commandita por acções, inscriptos na Republica, quando se operar por fallecimento do *de cujus* no estrangeiro, embora não residam no Paiz os seus herdeiros.

Nota — Tem applicação a este numero a nota constante do numero anterior.

41. Termos de transferencia de titulos da divida publica interna da União ou da Municipalidade do Districto Federal, excepto por transmissão *causa mortis* ou doação *inter vivos*.

Nota — Tem applicação a este numero a nota constante do n. 39.

42. Transferencias ou remessas de quantias para praças do exterior, em moeda nacional ou estrangeira.

Nota — A estampilha será inutilizada pelo intermediario da transferencia, na ficha do respectivo lançamento ou no pedido de remessa.

43. Usufructo, vitalicio ou temporario.

Notas — a) No usufructo vitalicio, o valor para pagamento do sello será o producto da renda de um anno multiplicado por cinco; no temporario, o mesmo producto multiplicado por tantos annos quantos o do usufructo, nunca excedentes de cinco;

b) Os titulos onerados por usufructo, e que somente por morte do usufructuario passarem á plena propriedade do her-

deiro ou legatario, ficarão sujeitos ao sello em vigor ao tempo em que tiver cessado o usufructo.

Observações — Os actos, contractos ou documentos, comprehendidos nos ns. 13 a 43, estarão sujeitos:

De mais de 20\$000 até 300\$000.....	1\$000
De mais de 300\$000 até 600\$000.....	2\$000
De mais de 600\$000 até 1:000\$000 .....	3\$000
De mais de 1:000\$000, por conto de réis ou fracção	3\$000

44. Contracto de compra e venda de cambio para liquidação até trinta dias:

Até £ 1.000 .....	3\$000
-------------------	--------

cobrando-se mais 3\$000 por parcella de £ 1.000 subsequente, ou fracção;

Notas — a) Se a operação for contractada para um prazo maior de trinta dias, o sello será pago relativamente a cada periodo de trinta dias ou fracção;

b) se a operação for realizada em outra qualquer moeda estrangeira, o sello será calculado sobre sua equivalencia em libras, segundo paridades medias mensaes, declaradas pelas camaras syndicaes de corretores de fundos publicos, a vigorar no mez immediato. Nos Estados onde não houver camaras syndicaes, vigorarão as paridades declaradas pela Camara Syndical de Corretores de Fundos Publicos do Districto Federal;

c) se os contractos de compra e venda de cambiaes de exportação não forem liquidados, no prazo maximo de seis mezes, pela entrega effectiva de letras de exportação, ficarão sujeitos a novo sello equivalente ao dobro do que já tiver sido pago em cada periodo de trinta dias;

d) nas prorogações de contractos de cambio, salvo a hypothese da letra c, o sello será devido pelo saldo prorogado, tendo-se em vista o decurso do prazo.

#### *Por verba*

45. Seguras — Capitalização e congeneres:

O sello proporcional relativo a esses contractos é devido por occasião da acceitação das apolices ou do titulo de capitalização, e será pago por verba no Thesouro Nacional ou nas Delegacias Fiscaes, onde as companhias tiverem sede, na mesma occasião e pela mesma forma estabelecida para o pagamento do imposto de fiscalização de que tratam os artigos 42, § 1º, e 43 e 44. do decreto n. 15.589, de 29 de julho de 1922, e art. 11 do decreto n. 19.936, de 30 de abril de 1931, rectificado pelo art. 1º do decreto n. 19.957, de 6 de maio de 1931;

a) apolices ou quaesquer contractos, individuaes e collectivos, de seguros de accidentes pessoaes, seus semelhantes quanto á technica e forma das indemnizações. Ficam sujei-

tas a novo sello as reformas, renovações ou prorrogações de taes contractos, bem como modificações nos mesmos, suas reformas, renovações ou prorrogações, desde que importem em novas responsabilidades por indemnizações ou em majoração das primitivas.

Com excepção das apolices e contractos de seguro de accidentes pessoas em transportes collectivos, cuja sellagem está mais abaixo especificada, o sello será calculado:

I) sobre a importancia total a que se obrigar o segurador, seja o seu pagamento de uma só vez ou parceladamente;

II) sobre a prestação de um anno, se o contracto obrigar o segurador ao pagamento periodico de certas quantias, por tempo que seja indeterminado, durante a vida do segurado ou de seus beneficiarios, constituindo dessa forma renda ou pensão vitalicia ou temporaria;

III) sobre a importancia minima promettida, se o contracto, conforme a sua natureza, estabelecer differentes indemnizações; verificando-se, porém, uma indemnização maior, será applicado o sello sobre a differença na respectiva quitação.

Quando o contracto abranger diversos segurados, o sello será correspondente ao valor total das indemnizações a que o segurador se obrigar para com os mesmos, observado o disposto nos ns. I, II e III:

De mais de 20\$ até 300\$000 .....	1\$000
De mais de 300\$ até 600\$000 .....	2\$000
De mais de 600\$ até 1:000\$000 .....	3\$000

e assim por diante, cobrando-se mais 3\$000 sobre cada conto de réis subsequente, ou fracção.

Apolices e quaesquer contractos de seguros de accidentes pessoas em transportes collectivos:

Com premio até \$300 .....	\$015
De mais de \$300 até 1\$000 .....	\$100
De mais de 1\$000 até 5\$000 .....	\$200
De mais de 5\$000 até 10\$000 .....	\$300

cobrando-se mais \$300 por 10\$000 de premio, ou fracção dessa quantia;

b) apolices e quaesquer contractos de seguro de fogo ou outros damnos materiaes; de roubo; de quebra de vidros; de desfalques; de lucros; de transportes em geral, maritimos, fluviaes, ferroviarios, rodoviarios ou aereos; de responsabilidade civil; apolices ou quaesquer contractos individuaes ou collectivos de seguros de automoveis, quaesquer que sejam os riscos nelles assumidos, e demais modalidades não previstas em as letras a e c, sejam os contractos por prazo preestabelecido ou de averbação:

Com premio até 25\$000 .....	1\$200
De mais de 25\$ até 50\$000 .....	2\$400
De mais de 50\$ até 100\$000 .....	4\$800

e assim por diante, cobrando-se mais 2\$400 sobre cada 50\$ ou fracção desta quantia.

Picam sujeitas a novo sello, pela mesma forma acima estabelecida, as reformas ou renovações ou prorrogações de taes contractos, hem como suas modificações, reformas, renovações, prorrogações, desde que haja novo premio ou majoração delle.

Nas apolices abertas com valor declarado, o sello se calculará sobre o premio contractado e, se o premio das averbações exceder ao convencionado, embora os seguros averbados não attingam o valor declarado no contracto, o sello de quaesquer excessos se calculará mensalmente sobre o total de taes premio-excessos verificados no fim de cada mez.

Nas apolices abertas sem valor declarado, calcula-se o sello de cada averbação separadamente;

e) apolices, titulos ou quaesquer contractos de seguros de vida, de capitalização, peculios, rendas, dotes, annuidades e congeneres, calculando-se o sello:

I, sobre o valor total do contracto, seja o pagamento de uma só vez ou parceladamente;

II, sobre o da prestação de um anno se o contracto obligar ao pagamento periodico de certas quantias, por tempo que seja indeterminado, durante a vida do contractante ou de seus beneficiarios, constituindo dessa forma renda ou pensão vitalicia ou temporaria;

III, sobre a importancia minima promettida, se o contracto, conforme a sua natureza, estabelecer diferentes capitales a serem pagos; fazendo-se, porém, o pagamento de um capital maior será cobrado o sello sobre a differença no respectivo documento de quitação;

IV, sobre o menor valor convencionado pela vida de um dos segurados, nos contractos de seguro em grupo. Verificando-se qualquer sinistro, será applicado na respectiva quitação o sello proporcional sobre o total do pagamento.

Havendo clausulas accessorias ou supplementares, estabelecendo o pagamento de capitales em virtude de eventualidades que possam ou não occorrer, o sello proporcional, calculado conforme os numeros acima, será satisfeito, quando verificada a condição, nas quitções respectivas.

Havendo lucros a pagar aos contractantes ou seus beneficiarios, no curso do contracto ou na sua liquidção, cobrar-se-á o sello no respectivo documento de quitação.

As reformas, renovações, prorrogações, rehabilitações ou quaesquer modificações nos contractos accetitos só estarão sujeitas a novo sello proporcional se forem emittidos novos contractos ou, em caso contrario, se importarem em majoração das responsabilidades primitivas. No ultimo caso, o sello será calculado sobre a differença:

De mais de 20\$ até 300\$000 .....	1\$000
De mais de 300\$ até 600\$000 .....	2\$000
De mais de 600\$ até 1:000\$000 .....	3\$000

e assim por deante, cobrando-se mais 3\$000 sobre cada conto de réis subseqüente ou fracção;

d) apolices e quaesquer contractos de seguros de accidentes do trabalho:

Com premio até a importancia de 1:000\$000..... 4\$000  
e assim por deante, cobrando-se 4\$000 por 1:000\$000 de premio ou fracção desta quantia.

Havendo acrescimo do premio depois de vencido o contracto ou dentro do periodo de sua vigencia, tal acrescimo fica sujeito a novo sello na mesma razão.

*Por estampilha*

46. Taxa de recurso para o Conselho de Contribuintes (independentemente do sello de petição ou de termo de responsabilidade).  
da importancia integral exigida ao recorrente, não se cobrando menos de 10\$000, nem mais de 100\$000. 1 %

Nota — Inutiliza o sello o recorrente, appondo-o na propria petição.

47. Transcripção, em registro de immoveis, de titulos não sujeitos ao sello proporcional:

Até 1:000\$000 . . . . . 1\$000

cobrando-se 1\$000, mais, de cada conto de réis subsequente ou fracção.

Nota — Inutiliza a estampilha o official do respectivo registro.

*Por verba*

48. Decretos, portarias ou titulos de concessão:

a) de aposentadoria, dispensa de serviço activo, disponibilidade, jubilação, reforma e outros, de funcionarios federaes, civis ou militares, inclusive officiaes da Armada, Brigada Policial, Corpo de Bombeiros, Exercito e classes annexas..... 2 %

b) de gratificações por serviços creados em virtude de leis e regulamentos federaes.. 7 %

Nota — Calcula-se o sello sobre as vantagens em um anno.

49. Decretos, portarias ou titulos de nomeação:

a) para empregos effectivos federaes, com vencimento diario. . . . . 5 %

- b) para empregos federaes, de exercicio eventual, com vencimentos pelos cofres publicos ou não..... 7 %
- c) interina ou provisoria, por motivo de licença ou quaesquer impedimentos, e para commissões federaes de qualquer especie, inclusive as nomeações interinas ou provisórias conferidas pelos juizes e tribunaes federaes e juizes da justiça local do Districto Federal..... 7 %
- d) para Ministro de Estado, da Córte Suprema e do Tribunal de Contas; chefes de serviços, directores de repartições federaes e de estabelecimentos officiaes de ensino; juizes federaes e da justiça local do Districto Federal; auditores de guerra e de marinha; officiaes da Armada, da Brigada Policial, do Corpo de Bombeiros, do Exercito e classes annexas; do de nomeação federal, de tabelliães, escrivães, officiaes de registro de titulos, de hypothecas e outros; sub-directores e chefes de secção; empregados das caixas economicas e montes de soccorro; administradores de mesas de rendas, collectores e escrivães; lentes, professores, docentes, inspectores e auxiliares de estabelecimentos officiaes de ensino; funcionarios e empregados publicos em geral; quaesquer outros não sujeitos a sello fixo..... 10 %

Nota — Calcula-se o sello sobre as vantagens em um anno.

#### 50. Titulos:

- a) declaratorios de meio soldo e de pensões especiaes. . . . . 3 %
- b) de empregos de sociedades anonymas.. 4 %

Nota — Calcula-se o sello sobre as vantagens em um anno.

### TABELLA B

#### ACTOS, CONTRACTOS E DOCUMENTOS SUJEITOS A SELLO FIXO

O sello de folha é devido por duas paginas da mesma folha, ou menos, manuscriptas, impressas ou dactylographadas, e cujas dimensões não excedam de  $0,33 \times 0,22$ . Excedendo qualquer dessas dimensões cobrar-se-á o dobro.

§ 1.º — *Diversos*

## Por estampilha

1. Actos de reabilitação de commerciantes. 100\$000

Nota — Inutiliza a estammilha a autoridade judiciaria que expedir o acto, devendo o sello ser cobrado por occasião da publicação do edital de reabilitação.

2. Archivamento de actas de sociedades anonymas, que não importem em modificações de capital, e de cooperativas, respeitadas, quanto a estas, a isenção que gozam as que satisfaçam todas as exigencias do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934. 20\$000

Nota — Inutiliza a estampilha o encarregado do serviço na Junta Commercial ou repartição equivalente, dentro de trinta dias.

3. Archivamento de estatutos de sociedades anonymas; contractos, alterações e prorrogações de sociedades commerciaes; transferencias de quotas de sociedades de responsabilidade limitada; registro de firmas commerciaes, em nome individual, e, bem assim, estatutos de cooperativas, respeitada, quanto a estas, a isenção do numero anterior:

Até 5:000\$000. . . . .	20\$000
De mais de 5:000\$ até 10:000\$000. . .	30\$000
De mais de 10:000\$ até 20:000\$000. .	40\$000
De mais de 20:000\$ até 100:000\$000. .	60\$000
De mais de 100:000\$000. . . . .	100\$000

Nota — Inutiliza a estampilha o encarregado do serviço na Junta Commercial ou repartição equivalente, dentro de trinta dias.

4. Artigos, allegações, razões finaes para serem juntas a autos, na justiça federal e na justiça local do Districto Federal, por folha. \$600
5. Attestados de qualquer natureza, excluidos os de indigencia ou pobreza, por folha. 1\$000
6. Authenticacões de cópias de plantas ou mappas. 20\$000



7. Autenticações de reprodução photographica de documentos, por folha.....	5\$000
8. Autos de qualquer especie, sentenças extra-hidas de processos, precatorias, rogatorias, de inquirição, arrecadação e adjudicação, provisões, instrumentos, editaes e mandados judiciais, na justiça federal e na justiça local do Districto Federal, por folha. . . . .	\$600
Nota — Inutiliza a estampilha o escrevão, quando os submeter á assignatura do juiz.	
9. Averbações de embargos e penhoras, nos livros de depositos publicos, a cargo de repartições federaes. . . . .	2\$000
10. Averbações de quitação de impostos federaes, nas guias apresentadas ás repartições fiscaes competentes do Districto Federal, por anno.....	1\$000
11. Averbações de registro dos titulos de nomeação de serventuários de officios de justiça, no Districto Federal.....	5\$000
12. Cartas testemunháveis da justiça federal em todo o paiz e tambem na justiça local do Districto Federal, por folha....	\$600
Nota — Inutiliza a estampilha o escrevão, quando as assignar.	
13. Certidões de aferição:	
De cada alcoometro ou de cada contador automatico. . . . .	10\$000
De cada thermometro.....	5\$000
14. Certidões de censura de <i>films</i> cinematographicos:	
Pela primeira via.....	10\$000
Cada uma das demais.....	5\$000
15. Certidões de nascimentos e obitos, extra-hidas dos respectivos livros, estando embora os serviços a cargo de autoridades estaduaes, por folha.....	1\$000
16. Certidões de papeis relativos ao registro Torrens, estando embora os serviços a cargo de autoridades estaduaes, por folha	1\$000

17. Certidões de procurações passadas em notas publicas .....	2\$000
18. Certidões de quitação de impostos ou taxas devidas á Fazenda Publica (decreto numero 22.957, de 19 de julho de 1933) ..	8\$000
19. Certidões de registro, no Departamento Nacional de Produção Animal, dos diplomas de veterinarios e medicos veterinarios. ....	10\$000
20. Certidões e cópias não designadas em outros paragrapho desta tabella, por folha...	\$600

Sendo subscriptas por empregados que não percebiam custas, ficarão sujeitas ainda:

De rasa:

Por linha manuscripta.....	\$100
Por linha dactylographada.....	\$200
De busca, por anno.....	1\$000

Notas:

I. Nenhuma certidão deve ser dada, pelas repartições federaes, sem prévio requerimento, nem consequentemente excedendo o pedido, resalvadas as hypotheses previstas no art. 36.

II. Sobre busca:

a) deve ser cobrada apenas a do anno ou annos a que se referir o pedido de certidão e que forem objecto de busca;

b) se nenhum anno fôr indicado, deverá a cobrança recahir sobre todo o periodo dentro do qual tiver sido feita a busca para poder ser dada a questão;

c) sendo negativa a certidão, será cobrado o sello de busca correspondente aos annos sobre que tiver havido a busca;

d) a busca será devida deste que o livro, processo ou documento se considere findo, pelo ultimo acto escripto ou por ter cessado de servir continuamente, não sendo, porém, devida quando o livro estiver em serviço ou uso constante na repartição;

e) não influirá na cobrança da busca o facto da certidão ser requerida por mais de uma pessoa nem o numero de volumes em que se dividirem os livros sobre o mesmo assumpto; mas será cobrada a importancia de tantas buscas quantos forem os actos de que se pedir certidão.

### III. Sobre rasa:

a) das linhas escriptas por quem subscrever a certidão, tambem será devida a rasa;

b) o facto de certidão comprehender varios actos não influirá na cobrança da rasa.

21. Certidões technicas passadas por profissionais, nos processos de isenção e redução de direitos de importação, por via. . . . .	<b>1\$000</b>
--	---------------

22. Cheques emittidos no Brasil, sobre praças nacionaes, exceptos os referentes a conta-corrente do limite de réis 10:000\$000, ou depositos populares com o mesmo limite. . . . .	<b>\$100</b>
--	--------------

### 23. Concessões de regalias de paquetes:

Por paquete entre 1.000 e 3.000 toneladas liquidas. . . . .	<b>500\$000</b>
---	-----------------

Por paquete entre 3.000 e 5.000 toneladas liquidas . . . . .	<b>1:000\$000</b>
--	-------------------

Por paquete entre 5.000 e 10.000 toneladas liquidas. . . . .	<b>1:500\$000</b>
--	-------------------

Acima de 10.000 toneladas liquidas. . . . .	<b>2:000\$000</b>
---	-------------------

Nota — Inutiliza a estampilha, na carta declaratoria, o encarregado da mesa do sello na Recebedoria do Districto Federal e nas Alfandegas, nos Estados.

24. Conhecimento de carga, por via maritima ou aérea. . . . .	<b>1\$000</b>
---	---------------

### Notas:

a) o sello desta alinea será devido de cada destinatario ou consignatario que figure num só conhecimento;

b) os conhecimentos, emittidos no estrangeiro, serão sellados no acto de serem apresentados á repartição fiscal do porto de destino.

25. Conhecimento e recibos de mercadorias, depositadas em armazens geraes, de estradas de ferro, de companhias de docas, de alfandegas e trapiches alfandegados, desde que não contenham valor declarado, por volume..... **\$050**

Nota — Quando contiverem valor declarado, incidirão no sello proporcional da tabella A, n. 28.

26. Contas apresentas ás repartições publicas e não provenientes de contractos, sellada sómente a primeira via..... **1\$000**
27. Contractos de commodato, por folha..... **1\$000**
28. Contractos de operações a prazo, de compra e venda de titulos publicos ou não, cotados em bolsa, e de metade preciosos.. **3\$000**

Nota — Inutiliza a estampilha, que será apposta na margem do protocollo, o corretor, no acto da lavratura do termo.

29. Contractos de operações a termo, de mercadorias . . . . . **3\$000**

Nota — Inutiliza a estampilha, que será apposta á margem do protocollo, o corretor, no acto da lavratura do termo.

30. Cópias de contractos de operações a prazo de compra e venda de titulos publicos ou não, cotados em bolsa, e de metaes preciosos, cada via..... **1\$000**

Nota — Inutiliza a estampilha o corretor, ao extrahil-as.

31. Cópias de contractos de operações a termo, de mercadorias, cada via..... **1\$000**

Nota — Inutiliza a estampilha o corretor, ao extrahil-as.

32. Declarações de credito nas fallencias e concordatas, cada via..... **1\$000**

33. Declarações de tabelliães nas diversas vias de contractos, papeis e documentos, cada via. . . . . **1\$000**

34. Depósito provisorio de parte do capital, para organização de sociedades anónimas e estabelecimentos bancarios..... 20\$000
- Nota — Inutiliza a estampilha o funcionario da Fazenda ou o preposto do banco depositario, no respectivo conhecimento.
35. Emancipação por outorga de pae ou mãe ou por sentença de juiz..... 80\$000
- Nota — Na hypothese a que se refere o art. 7º do decreto n. 20.731, de 27 de novembro de 1934, inutiliza a estampilha o escrivão, na comunicação ao official do registro competente.
36. Escripturas ante-nupciaes, com separação de bens. . . . . 100\$000
37. Escripturas de adopção, por pessoa adoptada. . . . . 100\$000
38. Escripturas de autorização para commerciar, exigidas no art.1º, ns. 3 e 4, do Codigo Commercial..... 80\$000
39. Favores de isenção e redução de direitos, por despachos:
- Dos inspectores das alfandegas ou administradores das mesas de rendas 50\$000
- Do Ministerio da Fazenda..... 100\$000
- De qualquer outra autoridade..... 200\$000
- Nota — Inutiliza a estampilha a autoridade aduaneira.
40. Formas de partilha, por folha..... \$600
- Nota — Inutiliza a estampilha o escrivão, quando os submeter á assignatura do juiz.
41. Guia de transferencia de alumnos..... 1\$000
- Nota — O sello torna-se devido de inspector federal de ensino.
42. Inscriptões para concurso de juizes seccionaes; de juizes de direito, de pretores e cargos do Ministerio Publico, no Districto Federal; de professores e livres docentes de faculdades, escolas, gymna-

sios, collegios federaes ou equiparados;  
de interpretes commerciaes e serventua-  
rios de justiça..... 20\$000

Nota — O sello torna-se devido de-  
pois de ordenada a inscripção e é inuti-  
lizado pelo secretario do concurso.

43. Inscripções para concursos nas repartições  
federaes . . . . . 10\$000

Nota — O sello torna-se devido de-  
pois de ordenado a inscripção e é inuti-  
lizado pelo secretario do concurso.

44. Inscripções para exames de admissão e em  
provas finaes de primeira ou segunda  
épocas, nas escolas superiores, resal-  
vada a hypothese do n. 45..... 2\$000

Nota — Inutiliza a estampilha o  
secretario do estabelecimento, depois de  
ordenada a inscripção.

45. Inscripção para exames, em segunda época  
nas escolas superiores, de cadeiras de  
que o alumno esteja dependendo ou do  
anno em que seja ouvinte..... 5\$000

Nota — Inutiliza a estampilha o  
secretario do estabelecimento, depois de  
ordenada a inscripção.

46. Inscripções para exames geraes, de prepa-  
ratorios, no Collegio Pedro II e em es-  
tabelecimentos equiparados ou fiscali-  
zados. . . . . 2\$000

Nota — Inutiliza a estampilha o  
secretario do estabelecimento, depois de  
ordenada a inscripção.

47. Licença de aposentados, pensionistas e re-  
formados, que perceberem vencimentos  
pelos cofres federaes, para mudar de re-  
sidência:

Dentro do paiz, de um para outro Es-  
tado . . . . . 10\$000  
Para o exterior . . . . . 25\$000

Nota — Inutiliza a estampilha, na  
guia de transferencia, o chefe da repar-  
tição que a expedir.

48. Licença concedida pelos inspectores de alfandegas e administradores de mesas de rendas, para qualquer fim..... **2\$000**
- Nota — Inutiliza a estampilha a autoridade competente.
49. Licença concedida pelo Ministro da Justiça, para casas de penhores, no Districto Federal ..... **20\$000**
- Nota — Inutiliza a estampilha a autoridade concedente ou funcionario por esta designada.
50. Licença em virtude de inspecção de saude ou não, a civis e militares, por qualquer autoridade federal:
- Até um mez..... **5\$000**  
 De mais de um mez até tres mezes.... **10\$000**  
 De mais de tres mezes ou sem declaração de tempo..... **15\$000**
- Nota — Inutiliza a estampilha o chefe da repartição, ao assignar o "Cumpra-se".
51. Licença não especificada, de autoridades federaes:
- Por decreto . . . . . **36\$000**  
 Por aviso ou portaria..... **15\$000**
- Nota — Inutiliza a estampilha, quando se tratar de decreto, o secretario do respectivo ministerio; nas demais hypotheses, a autoridade concedente.
52. Licença para a ida a bordo de qualquer embarcação, por pessoa e de cada vez..... **3\$000**
- Nota — Inutiliza a estampilha a autoridade concedente.
53. Licença para installação e funcionamento de fabricas de munições e armas de guerra . . . . . **60\$000**
- Nota — Inutiliza a estampilha a autoridade concedente.
54. Licença para vender bilhetes de loterias federaes ou estaduaes:
- A agencias e quaesquer outros estabelecimentos . . . . . **50\$000**  
 A vendedores ambulantes..... **5\$000**

**Nota — Inutiliza a estampilha a autoridade concedente.**

55. Licenças permanentes de ingresso a bordo validas sómente durante o anno em que forem emittidas, excluidas as officiaes, bem como as dos agentes ou representantes das companhias de navegação e seus funcionarios ..... 120\$000

**Notas:**

a) inutiliza a estampilha a autoridade concedente:

b) não está sujeita a sello a licença dos que tiverem que ingressar a bordo, a serviço, qualquer que seja a sua natureza ou duração.

56. Licença-premio concedida a serventuario dos officios de justiça:

Por seis mezes .....	100\$000
Por doze mezes.....	200\$000

**Nota — Inutiliza o sello a autoridade concedente.**

57. "Memoranda" de corretores de mercadorias ou de fundos publicos, em que haja referencia á liquidacão de qualquer operação a termo, de mercadorias, ou de qualquer operação a prazo, de titulos publicos ou não, e de metaes..... 1\$000

58. Memoriaes apresentados ás autoridades federaes, administrativas ou judiciaes por folha e qualquer que seja o numero de signatarios:

Dirigidos á autoridade judiciaria....	1\$000
Dirigidos á autoridade administrativa	2\$000

59. Notas pelas quaes se fizerem despachos de qualquer natureza, nas alfandegas e mesas de rendas, para qualquer fim.... 2\$000

60. Papeis não especificados, nos quaes não fôr devido o sello proporcional, nem mais de 1\$ de sello fixo, quando juntos a requerimentos, exhibidos como documentos ou apresentados a autoridades ou repartições federaes, por folha..... 1\$000

**Nota — Inutiliza a estampilha o signatario dos requerimentos, a autoridade**



de que os despachar ou o empregado que, antes do despacho, lhes dêr auctamento.

61. Passaportes brasileiros ..... 30\$000

Nota — Inutiliza a estampilha o funcionario encarregado do serviço.

62. Passes a embarcações ou paquetes mercantes e expedidos pelas alfandegas e megas de rendas:

De longo curso.....	10\$000
De grande cabotagem.....	7\$500
De pequena cabotagem.....	5\$000
De navegação interior.....	2\$500

Nota — Nas zonas limitrophes, desde que seja possível uma viagem de ida e de volta, dentro de 12 horas, a licença será isenta de sello.

63. Passos de viagens ou despachos de sahida de paquetes, expedidos pelas repartições policiaes e postaes..... 1\$000

64. Petições apresentadas em qualquer repartição da União, ou do Acre, por folha.. 2\$000

65. Petições ou representações ao Poder Legislativo, solicitando concessões, indemnizações, isenções de direitos, privilegios, prorrogações de prazos, relevações de penalidades, subvenções ou quaesquer favores onerosos ao erario publico, mesmo que sejam varios os signatarios.... 50\$000

66. Petições para inicio de qualquer procedimento em Juizo, contencioso ou administrativo federal, e perante a justiça local do Districto Federal, por folha.. 2\$000

67. Petições que não sejam iniciaes, apresentadas ás autoridades referidas no numero anterior, por folha..... 1\$000

68. Portarias concedendo *exequatur* ás sentenças e precatórias de jurisdição estrangeira ..... 20\$000

Nota — Inutiliza a estampilha o signatario da portaria.

69. Procurações, não havendo a clausula *in rem propriam* ou qualquer outra que torne exigível o sello proporcional..... 2\$000

## Notas:

a) as procurações que envolverem dois actos distinctos, um de cessão ou transferência de direitos e outro de representação ou simples mandato, ficarão sujeitas ao sello proporcional, sobre o valor do primeiro, e ao sello fixo, pelo segundo;

b) qualquer que seja o numero de outorgantes ou outorgados, o sello de 2\$000 só é devido uma vez;

c) estão sujeitas ao sello, tambem, as procurações perante as justiças ou as repartições dos Estados.

- |  |        |
|--|--------|
| 70. Propostas para o registro de operações a termo de mercadorias, nas caixas de liquidação, cada via..... | 3\$000 |
|--|--------|

Nota — Inutiliza a estampilha o corretor.

- |   |         |
|---|---------|
| 71. Provisões de cauções de <i>opere demo-<br/>liendo</i> .....                   | 50\$000 |
| 72. Publicas fórmulas extrahidas de livros, processos e documentos, por folha.... | \$600   |

## 73. Recebimento:

a) feitos por estabelecimentos bancarios, a credito de quaesquer contas correntes, ou de deposito, cada recebimento superior a 20\$000.....	\$500
---	-------

b) nas mesmas condições da alinea anterior, quando se tratar de depositos populares nas contas correntes do limite de 10:000\$000, cada recebimento superior a 20\$000.....	\$500
---	-------

## Notas:

a) o sello deste numero comprehendendo, tambem, os lançamentos a credito de quaesquer contas correntes ou de depositos, referentes a importancias não entradas pela caixa;

b) o sello é devido qualquer que seja a origem das importancias creditadas, com excepção sómente para os casos sujeitos ao sello da tabella A, numero 32;

c) a cobrança do sello deve ser feita na ficha da caixa, desde que as trate de importancia entrada por esta, ou na segunda via do aviso de credito, que será obrigatoriamente expedido, e esses documentos ficarão archivados nos bancos, que mencionarão, no recibo dado ao depositante ou na primeira via do aviso, o pagamento do imposto.

74. Recibos de mercadorias transportadas por via maritima ou aerea, quando passados fora dos respectivos conhecimentos .....

1\$000

Nota — E' extensiva a este numero, no que lhe fôr applicavel, a nota constante do n. 76.

75. Recibos de titulos e valores depositados em custodia e os relativos á devolução dos mesmos aos respectivos depositantes, cada via .....

\$300

Notas:

a) a cobrança será feita sobre cada conto de réis, ou fracção, constante do valor nominal do titulo;

b) é extensiva a este numero, no que lhe fôr applicavel, a nota constante do n. 76.

76. Recibos e outras declarações equivalentes, qualquer que seja a fôrma empregada para expressar o recebimento de quantias, cada via:

De mais de 20\$ até 100\$000.....	\$200
De mais de 100\$ até 500\$000.....	\$500
De mais de 500\$ até 1:000\$.....	\$600
De mais de 1:000\$000.....	1\$000

Notas:

a) As expressões "pago", "liquidado", "deduzido", "dinheiro em ponta corrente", "a dinheiro", "á vista" e outras semelhantes ou equivalentes, embora sem assignatura e data, empregadas, ainda que a carimbo ou impressas, em contas ou relações de mercadorias, desde que taes contas ou relações sejam entregues ao comprador, ficarão equiparadas a recibo, para o efeito de obligar ao pagamento do sello devido, as pessoas, cujos nomes figurem nesses papeis;

b) estão comprehendidas na disposição desta alínea; communicações, sob qualquer fórma, feitas pelo orador ao devedor, accusado o recebimento de quantias ou declarando o saldo devedor, desde que não confirmem expressamente quitação, da qual exista recibo em fórma legal; recibos de sommas ou qualquer fórma, feitas pelo credor ao valores dados em pagamento; titulos em pagamento; titulos liberatorios de dividas, entregues pelos bancos aos mutuarios que liquidarem os seus debitos por jogo de contas; notas ou recibos de entregue aos arrematantes de objectos vendidos em leilão; vales não sujeitos a sello proporcional; recibos passados pelos mutuarios ás casas do penhores; recibos, em devida fórma, passados pelos escrivães á margem dos autos; recibos de quantias sob á fórma de notas de debito e credito, simulando conta corrente; contas de vendas, com saldo á disposição; autorizações para frequentar aulas em tabelecimentos de ensino e semelhantes.

77. Recibos de mais de 20\$, passados pelos estabelecimentos bancarios, para credito de quaesquer contas correntes, excepto os depositos populares nas contas correntes do limite de 10:000\$000..... \$500

Nota — E' extensiva a este numero, no que lhe for applicavel, a nota constante do n. 76.

78. Reconhecimento de firma de agentes consulares brasileiros ..... 2\$000

Nota — Inutiliza a estampilha a autoridade competente, que reconhecer a firma, e o reconhecimento só deverá ser feito depois de verificado se o titulo ou documento pagou o sello devido.

79. Registro de obras literarias, scientificas e artisticas ..... 20\$000

Nota — Inutiliza a estampilha o secretario da Bibliotheca Nacional.

80. Registro no Departamento Nacional de Produção Animal, dos diplomas dos veterinarios e medicos veterinarios..... 20\$000

Nota — Inutiliza o sello o director, com o seu visto, em livro proprio.

- |  |         |
|--|---------|
| 81. Registro ou transcripção de papeis, a requerimento dos interessados, em repartições publicas federaes, cujos empregados não percebam custas ou emolumentos, excepto o registro ou transcripção de fés de officio de funcionarios, por linha..... | \$200   |
| 82. Substabelecimentos de procurações, não havendo a clausula <i>in rem propriam</i> ou qualquer outra que torne exigivel o sello proporcional .....   | 2\$000  |
| 83. Termos de approvação e nomeação de prepostos e adjunctos de corretores de fundos publicos, sendo:  |         |
| Para os prepostos .....  | 50\$000 |
| Para os adjunctos.....   | 30\$000 |
| Nota — Inutiliza a estampilha a autoridade que der posse.  |         |
| 84. Termos de entrada e sahida nos livros dos cofres de depositos publicos, a cargo de repartições federaes .....  | 5\$000  |
| Nota — Inutiliza a estampilha o empregado incumbido do serviço.  |         |
| 85. Termos de responsabilidade, assignados nas alfandegas .....  | 10\$000 |
| 86. Termos de responsabilidade, assignados nas repartições publicas federaes, para interposição de recursos .....  | 20\$000 |
| 87. Termos lavrados nas repartições publicas, inclusive os relativos á arrecadação dos impostos de consumo, de energia electrica, transporte e semelhantes, desde que não encerrem actos sujeitos a outro sello, por linha.....                      | \$200   |
| 88. Testamentos e codicillos, por folha.....   | 1\$000  |

Nota — Inutiliza a estampilha o escriptivo, quando os apresentar á autoridade judiciaria, que os tenha de mandar cumprir.

89. Títulos de emphyteuse e arrendamentos de terrenos do domínio da União (independentemente do sello proporcional a que está sujeito o contracto)..... 20\$000
90. Traslados extrahidos de livros, processos e documentos existentes nos cartorios dos escrivães da Justiça Federal, bem como no Districto Federal, os extrahidos de livros, processos e documentos dos cartorios dos tabelliães e escrivães de justiça e de policia, por folha..... \$600

Por verba:

91. Autorização, mediante carta ou decreto, quando exigida por lei, para o funcionamento de firmas individuaes ou collectivas de sociedades ou empresas, nacionaes ou estrangeiras — bem como approvação de estatutos, quando dependam dessa formalidade:
- a) de seguros terrestres, maritimos, de vida e assimilados..... 1:200\$000
  - b) de mutualidade, pensões, peculios, capitalização e semelhantes.... 600\$000
  - c) de estabelecimentos bancarios.. 300\$000
  - d) de sociedades de colonização e immigração, de pesca e outros que tiverem por objectivo o commercio ou fornecimento de generos alimenticios.... 200\$000
  - e) de outras sociedades mercantis e industriaes ..... 300\$000

Nota — Estão sujeitas ás taxas acima as cartas da autorização para funcionarem, na Republica, succursaes e filiaes de sociedade estrangeiras. Nesse caso, cobrar-se-ão tantas taxas quantos forem os estabelecimentos.

92. Cartas de commerciante matriculado:
- De firmas commerciaes registradas 400\$000
  - De socios de firmas registradas ou de negociantes com firma registrada em nome individual ..... 200\$000
93. Cartas-patentes a consules honorarios.... 100\$000
94. Cartas-patentes para a venda da mercadorias por sorteio..... 200\$000

95. Concessões de entrepostos particulares e de trapiches alfandegados .....	500\$000
96. Concessões de honras e postos de officiaes	
2º tenente .....	80\$000
1º tenente .....	90\$000
Capitão ou capitão-tenente.....	100\$000
Major ou capitão de corveta.....	125\$000
Tenente-coronel ou capitão de fragata .....	150\$000
Coronel ou capitão de mar e guerra	200\$000
General, contra ou vice-almirante	300\$000
Nota — Quando esses officiaes forem nomeados para o exercicio de funções com direito a vencimentos militares, pagarão sello proporcional.	
97. Decretos de perdão e commutação de pena pelo Governo Federal, não sendo sobre o agraciado .....	30\$000
98. Diplomas de privilegios, que não forem de invenções, concedidos pelo Governo Federal:	
Até 10 annos .....	500\$000
De mais de 10 até 20 annos.....	1:000\$000
De mais de 20 annos.....	1:500\$000
99. Dispensas de lapso de tempo, concedidas pelo Governo Federal.....	100\$000
100. Favores não especificados:	
Por decretos dos Poderes Legislativo ou Executivo federaes.....	100\$000
Por aviso ou portaria.....	50\$000
101. Licença a cidadãos brasileiros para acceitarem de governo estrangeiro emprego ou pensão, inclusive cargo de consul..	120\$000
102. Livros exigidos por lei:	
a) concernente aos registros publicos, estabelecidos peloCodigo Civil, por folha .....	\$300
b) de audiência, de registro, da taxa judiciaria e do depositario geral no Distrito Federal, idem.....	\$150

c) de bancos, casas de penhores, companhias de seguros e assemelhados, idem .....	\$300
d) dos commerciantes, corretores, leiloeiros, trapicheiros e administradores de armazens de deposito, idem....	\$150
e) dos despachantes federaes, idem	\$150
f) de entrada e sahida de hospedes em hoteis, casas de pensão e hospedarias, no Districto Federal, idem....	\$200
g) dos escrivães, officiaes de registro, distribuidores, tabelliães e demais serventuários da justiça, idem.....	\$300
h) das fabricas de productos sujeitos ao imposto do consumo, idem..	\$150
i) de pharmaceuticos e droguistas no Districto Federal e nos Estados, que não possuirem legislação ou regulamentos especiaes, idem.....	\$150
j) de sociedades anonymas, idem..	\$150
k) de termos de bem viver, de segurança e rol dos culpados, no Districto Federal, idem.....	\$150
l) dos vendedores licenciados de estampilhas, idem .....	\$150

## Notas:

a) O sello marcado neste numero não incide nas folhas destinadas a indice ou qualquer outro fim diverso da respectiva escripturação;

b) afóra o Diario e o Copiador de cartas, e bem assim o Registro de duplicatas e o Registro das vendas á vista, obrigatoriamente sujeitos a sello, nos termos do Codice Commercial e da lei n. 187, de 15 de janeiro de 1936, os commerciantes poderão apresentar outros livros para sellagem; e o sello será sempre devido (salvo o caso de isenção por lei) por quaesquer livros que as firmas ou empresas desejem que sejam authenticados pelas juntas commerciaes ou outras autoridades competentes:

c) os livros serão sellados depois do termo lavrado e antes de rubricados e de iniciada a escripturação.



103. Nomeações ou promoções nos quadros de officiaes das armas e serviços, da 2ª classe da reserva de 1ª ou 2ª linha, no Exército ou na Armada:

2º tenente .....	50\$000
1º tenente .....	90\$000
Capitão ou capitão-tenente.....	100\$000
Major ou capitão de corveta.....	125\$000
Tenente-coronel ou capitão de fragata .....	150\$000
Coronel ou capitão de mar e guerra.	200\$000

104. Provisões de solicitador, na justiça local do Districto Federal ou nos auditorios federaes;

Sem fixação de tempo.....	150\$000
Sendo temporarias, cada anno ou menos .....	25\$000

105. Provisões para advogar perante a justiça federal e local do Districto Federal a quem não seja formado por alguma das Faculdades da Republica:

Sem fixação de tempo.....	300\$000
Sendo temporarias, cada anno ou menos .....	50\$000

106. Termos de abertura e encerramento dos livros a que se refere o n. 102, por livro .....

10\$000

107. Titulos de approvação de alterações de estatutos de sociedades que dependam de approvação do Governo.....

60\$000

108. Titulos de:

a) bacharel em letras, agronomo, electricista, engenheiro-geographo, architecto, pharmaceutico e dentista.... 120\$000

b) contador, guarda-livros, parteira e outros de habilitação scientifica e de profissão .....

50\$000

c) doutor ou de bacharel em medicina, sciencias juridicas e sociaes, physicas e naturaes, mathematicas e de engenheiro civil, industrial, mecanico e de minas .....

250\$000

<i>d)</i> machinistas, pilotos, arraes, praticos, mestres de pequena cabotagem...	20\$000
---	---------

Nota — Pelas apostillas e nos titulos scientificos conferidos por estabelecimentos estrangeiros, quando permitidos por lei, cobrar-se-ha em dobro o sello do titulo.

109. Titulos de nomeação:

<i>a)</i> de administradores de armazens de depositos, de leiloeiros, corretores, interpretes commerciaes, tradutores publicos e trapicheiros .....	200\$000
<i>b)</i> de avaliadores commerciaes e peritos avaliadores .....	30\$000
<i>c)</i> de caixeiros despachantes.....	80\$000
<i>d)</i> de despachantes das alfandegas e mesas de rendas e de seus ajudantes..	150\$000
<i>e)</i> de despachantes das recebedorias do Districto Federal e de S. Paulo, da Estrada de Ferro Central do Brasil e da Prefeitura Municipal do Districto Federal . .....	50\$000
De seus prepostos .....	20\$000
<i>f)</i> de escreventes juramentados, no Districto Federal .....	30\$000
<i>g)</i> de officiaes do Exercito ou da Marinha, para emprego administrativo em repartições ou estabelecimentos militares, exceptuados os cargos adstrictos aos seus postos e sem augmento de vantagens pecuniarias.....	5\$000
<i>h)</i> de prepostos de leiloeiros.....	50\$000
<i>i)</i> para commissões do Governo Federal ou de quaesquer funcionarios da União, inclusive o Prefeito do Districto Federal:	
Sem vencimentos .....	2\$000
Com vencimentos até 4:000\$, por anno.	3\$000
Com vencimentos de mais de 4:000\$, por anno .....	10\$000

110. Titulos de reconducção e remoção de emprego ou novos titulos para continuacão no exercicio do cargo, sem melhoria

de vencimentos, pelo Governo Federal  
e pelo Prefeito do Districto Federal.... 3\$000

§ 2º — *Junta de Corretores de Mercadorias do Districto Federal*

Por estampilha:

1. Archivamento de:

a) amostras de mercadorias, a re-  
querimento dos interessados..... 1\$000  
b) qualquer documento ou livro... 5\$000

2. Attestados de qualidade e de classificação  
de mercadorias, por especie..... 10\$000

3. Busca nos livros findos, ou papeis archiva-  
dos:

De mais de seis mezes até um anno. 2\$000  
De mais de um anno até dez annos. 4\$000  
De mais de dez annos até trinta annos. 10\$000

Se a parte indicar o anno, de mais de  
trinta até cincoenta annos..... 20\$000

Se a parte não indicar o anno, de  
mais de trinta até cincoenta..... 40\$000

De mais de cincoenta annos..... 100\$000

4. Certidão de:

a) certidão de qualidade ou  
classificação de qualquer mercadoria... 3\$000

b) cotação média semanal, por se-  
mana e por especie de mercadoria:

Até seis mezes..... 5\$000  
De mais de seis mezes, por semana... 6\$000

c) qualquer cotação:

Registrada dentro de um periodo de  
12 mezes ..... 5\$000  
De mais de doze mezes..... 10\$000

d) *verbo ad verbum* de qualquer  
documento archivado na Secretaria da  
Junta dos Corretores, por lauda de pa-  
pel de 33x22 centimetros..... 2\$000

## 5. Certificado de:

a) classificação de café e asucar para entrega na bolsa.....	1\$000
b) qualidade de mercadorias para exportação . . . . .	5\$000
6. Pedidos de verificação de qualidade de mercadorias pela confrontação com os typos officiaes, devidamente archivados, de operações não realizadas por intermedio de corretor de mercadorias, por especie de mercadoria.....	20\$000
7. Portarias de licenças concedidas aos corretores, por tres mezes.....	6\$000
8. Registro do laudo da commissão de vistorias . . . . .	5\$000
9. Termo de compromisso de corretor de mercadorias e de approvação e nomeação de prepostos.....	10\$000

§ 3º — *Departamento Nacional de Saude Publica*

## Por estampilha:

## 1. Cartas de saude a embarcações:

a) de cabotagem nacional.....	1\$000
b) estrangeiras . . . . .	20\$000
c) nacionaes, que trafegam para o estrangeiro . . . . .	10\$000

## 2. Certificado de expurgo..... 2\$000

## 3. Declarações das autoridades sanitarias, permittindo a habitação de predios, no Districto Federal ..... 1\$000

## 4. Licença:

a) inicial para funcionamento de pharmacias, laboratorios pharmaceuticos, laboratorios de analyses, estabelecimentos industriaes pharmaceuticos, drogarias, depositos de drogas e especialidades pharmaceuticas e estabelecimentos congeneres, valida no exercicio de um anno.....	100\$000
b) para expor á venda especialidades pharmaceuticas, valida por cinco annos . . . . .	100\$000

## 5. Revalidação:

a) annual das licenças dos estabelecimentos e herbanarios já existentes...	5\$000
--	--------

- |   |          |
|---|----------|
| b) de licenças de especialidades pharmaceuticas, validas por 5 annos...   | 100\$000 |
| 6. Transferencia de responsabilidade ou de propriedade ou de responsabilidade e propriedade, ao mesmo tempo, de licenças de especialidade pharmaceuticas e desinfectantes ..... | 100\$000 |

§ 4º — *Departamento Nacional de Propriedade Industrial*

Por estampilha:

- |  |          |
|--|----------|
| 1. Averbação do registro de transferencia de qualquer patente ou garantia de prioridade . . . . .                          | 20\$000  |
| 2. Certidão de transferencia de:   |          |
| a) marca de industria ou de commercio, nome commercial e titulo de estabelecimento . . . . .                               | 50\$000  |
| b) qualquer patente ou garantia de prioridade . . . . .  | 50\$000  |
| 3. Cópia photostatica de documentos de marca ou patente . . . . .  | 5\$000   |
| 4. Deposito de pedidos de:   |          |
| a) garantia de propriedade.....  | 25\$000  |
| b) patente de invenção, melhora-mento, modelo de utilidade e desenho ou modelo industrial . . . . .                        | 50\$000  |
| c) para registro de marca de industria ou de commercio (por classe), nome commercial e titulo de estabelecimento . . . . . | 50\$000  |
| 5. Expedição:  |          |
| a) do certificado de registro de marca de industria ou de commercio (por classe), e nome commercial.....                   | 100\$000 |
| b) de certificado do titulo de estabelecimento . . . . .   | 100\$000 |
| E mais 10\$ por classe que exceder da primeira.  |          |
| c) de patente de invenção, modelo de utilidade e desenho ou modelo industrial . . . . .                                    | 100\$000 |
| d) do titulo de garantia de propriedade . . . . .  | 60\$000  |

## 6. Inscrição:

Para exame á matricula de agente official da Propriedade Industrial.	100\$000
---	----------

## 7. Interposição:

De qualquer recurso .....	50\$000
---------------------------	---------

## 8. Pedido:

De prorrogação de prazo.....	10\$000
------------------------------	---------

## 9. Petição:

Solicitando certidão de existencia de marca igual á que se pretende registrar, e mais 5\$000 por classe que accrescer...	20\$000
--	---------

## 10. Registro:

De marca de industria ou commercio, nome commercial e titulo de estabeleci- mento . . . . .	25\$000
---	---------

O concessionario ou cessionario de patente de invenção e modelo de utilidade ficará sujeito ao pagamento das seguintes annuidades:

- a) de 50\$000 pelo primeiro anno;
- b) de 80\$000 pelo segundo anno;
- c) de 110\$000 pelo terceiro anno, e mais 30\$000 por anno que se seguir sobre a annuidade anterior.

Pela patente de melhoramento da propria invenção, o inventor pagará de uma só vez a quantia correspondente á annuidade que se tenha de vencer da patente principal, além das taxas do deposito e da carta patente.

O concessionario ou cessionario de patente de desenho ou modelo industrial ficará sujeito ao pagamento das seguintes contribuições:

- a) 50\$000 pelo 1º periodo triennal;
- b) 200\$000 pelo 2º periodo triennal;
- c) 300\$000 pelo 3º periodo triennal;
- d) 400\$000 pelo 4º periodo triennal;
- e) 500\$000 pelo 5º periodo triennal.

A contribuição do 1º periodo triennal será paga, adiantadamente, com a taxa de expedição da patente.

Em caso algum annuidades e taxas serão restituídas.

O pagamento das taxas e annuidades, acima estabelecidas, será effectuado mediante apposição dos sellos nas petições, livros e documentos, e inutilizados de accordo com o presente regulamento, e, sempre que possivel, por perfuração pelo Departamento.

§ 5º — *Polícia do Districto Federal*

Por estampilha:

## I — Diversos

## 1. Alvará:

a) expedidos ás repartições municipaes do Districto Federal, em virtude de termos de responsabilidade, assignados para o commercio de armas, de inflammaveis e para a exploração de pedreiras.	20\$000
b) de entrega de vehiculos recolhidos ao deposito publico.....	5\$000
c) ou ordens para a sahida de pessoas recolhidas em custodia e para a soltura de presos por qualquer motivo..	3\$000

## 2. Averbação:

De matriculas de vehiculos.....	2\$000
---------------------------------	--------

## 3. Carteiras:

De conductores de vehiculos, motocyclistas, cyclistas e ganhadores.....	5\$000
---	--------

## 4. Licença para:

a) abertura ou funcionamento annual de theatros e cinematographos, concedidas por autoridades policiaes:

Na área urbana .....	200\$000
Na área suburbana .....	100\$000

b) funcionamento de circos.....	100\$000
---------------------------------	----------

c) funcionamento de parques de diversões, *dancings*, *cabarets* e semelhantes; de sociedades recreativas e desportivas, com entradas retribuidas, de outros espectaculos publicos, de que se auferir lucro, qualquer que seja o numero de funcções, dentro do exercicio:

Na área urbana.....	100\$000
Na área suburbana .....	50\$000

d) funcionamento de sociedades recreativas, sem entradas retribuidas....	20\$000
--	---------

e) ensaios carnavalescos .....	20\$000
--------------------------------	---------

f) praticagem de motoristas, motocyclistas e cyclistas.....	2\$000
---	--------

g) qualquer fim que não se enquadre em nenhum dos itens acima (bandos precatorios, etc.) .....	20\$000
--	---------

h) sahida de collectividade na época dos folguedos carnavalescos, quer se trate de associação já licenciada para funcionar, quer dos agrupamentos que se formem para aquelle fim, na época indicada ..... 20\$000

i) sahida para propaganda commercial ou não, em qualquer época do anno, de um ou mais individuos caracterizados ..... 20\$000

j) sahida de sociedades recreativas ou não ..... 20\$000

k) sahida de vehiculos-annuncio, na época destinada aos folguedos carnavalescos, conduzindo uma ou mais pessoas, phantasiadas ou não..... 20\$000

#### 5. Matriculas:

De ajudantes de motoristas..... 2\$000

#### 6. Registro:

De licença de vehiculos em geral.. 2\$000

#### 7. Termo:

a) de fiança para desembarque de estrangeiros ..... 35\$000

Suas certidões..... 15\$000

b) de responsabilidade para exploração de pedreiras ou para o commercio de armas, munições, inflammaveis, productos chimicos e explosivos..... 10\$000

#### 8. Titulo:

De habilitação de carroceiros, cyclistas, motocyclistas, cocheiros, motorneiros e motoristas..... 2\$000

#### 9. Visto:

Em passaportes..... 20\$000

II — Porte, transito, propriedade e compra de armas, munições e explosivos.

#### 10. Guia:

De permissão para embarque, desembarques e entregas de explosivos, armas e munições, em cada guia (quatro guias) ..... 1\$000



## 11. Licenças:

a) especiaes e provisórias.....	2\$000
b) para queima de fogos em feste- jos publicos.....	30\$000
c) para compra de explosivos, ar- mas e munições.....	2\$000
d) para retirada da Alfandega de explosivos, armas e munições.....	2\$000
e) para transito com arma de caça, por particulares:	
Pela primeira.....	10\$000
Pelas subseqüentes.....	5\$000

## 12. Porte de arma de defesa:

a) individual, por arma.....	100\$000
------------------------------	----------

Nota — Isentas as licenças conce-  
didas aos membros do Poder Executivo  
e Poder Legislativo da União, dos Es-  
tados e dos municipios, e aos funcio-  
narios publicos, solicitadas estas pela  
autoridade a que estiverem subordi-  
nados.

b) por proprietarios de automovel, quando em viagem, por arma.....	20\$000
---	---------

13. Registro de arma em residencia particular ou estabelecimento commercial (licença permanente) .....	5\$000
--	--------

## Multas:

a) armas brancas prohibidas (se-  
cretas), encontradas ou apprehendidas  
em poder dos respectivos portadores:

Em residencia particular ou estabe-  
lecimento commercial:

Pela primeira.....	20\$000
Pelas subseqüentes.....	10\$000
Na via ou logradouros publicos ou em vehiculos, por unidade de armas.	100\$000

b) armas de fogo não registradas  
(clandestinas), encontradas ou appre-

hendas em poder dos respectivos portadores:

Em residencia particular ou estabelecimento commercial:

Pela primeira.....	100\$000
Pelas subsequentes.....	20\$000
Na via ou logradouros publicos ou em vehiculos, por unidade de armas..	100\$000
c) explosivos, em geral, encontrados e apprehendidos quando portados ou vendidos clandestinamente:	
Pelo primeiro kilogramma.....	100\$000
Pelos subsequentes.....	20\$000
d) fogos de artificio prohibidos, encontrados e apprehendidos quando portados, vendidos ou em queima, por especie de fogos.....	20\$000
e) munição de qualquer especie e calibre, encontrada e apprehendida e cuja existencia seja clandestina:	
Pela primeira carga.....	20\$000
Pelas subsequentes.....	10\$000

### III—Instituto de Identificação e de Estatística Criminal

14. Atestado de bons antecedentes.....	5\$000
15. Authenticação de documentos.....	5\$000
16. Cancellamento de nota.....	20\$000
17. Carteira de identidade:	
a) commum .....	10\$000
b) para funcionarios publicos...	5\$000
c) internacional .....	30\$000
d) para serviço domestico.....	5\$000
18. Clichés de photographias judiarias, de 20\$000 a.....	150\$000
19. Folha corrida .....	20\$000
20. Indemnização de material, de 5\$000 a.....	10\$000
21. Provas photographicas, de 5\$000 a.....	70\$000
22. Reconhecimento de impressões digitaes...	5\$000
23. Rectificação de assentamentos.....	10\$000
24. Visto de carteiras de estabelecimentos con- generes .....	10\$000

### § 7°—Emolumentos dos corretores de navios

Por estampilha:

1. Busca nos livros findos ou papeis archivados:	
De mais de 6 até um anno.....	3\$000
De 1 até 10 annos.....	15\$000
De 10 até 30 annos.....	25\$000



§ 6º — *Capitania de Portos*

Por estampilha:

1. Arrolamento de embarcação nacional não sujeita a registro.....	2\$000
2. Averbação lançada no registro ou no arrolamento de embarcação.....	1\$200
3. Expedição e caderneta matricula correspondente á inscripção maritima individual.....	1\$000
4. Inscripção em exames a serem prestados para o exercicio de profissão que exija a expedição de titulo, carta ou diploma.....	10\$000
5. Licença annual concedida a:	
a) embarcação arrolada:	
Até 10 toneladas liquidas de arqueação .....	5\$000
De mais de 10 até 25.....	10\$000
De mais de 25 até 50.....	15\$000
De mais de 50 até 75.....	20\$000
De mais de 75 até 100.....	30\$000
Por tonelada que exceder de 100, liquidas, de arqueação.....	\$200
b) embarcação registrada:	
Até 30 toneladas liquidas de arqueação .....	10\$000
De mais de 30 até 50.....	15\$000
De mais de 50 até 75.....	20\$000
De mais de 75 até 100.....	30\$000
Por tonelada que exceder de 100, liquidas, de arqueação.....	\$200
c) de qualquer natureza não especificada .....	1\$200
6. Passe de sahida concedido á embarcação de coberta ou de bocca aberta, para viajar entre portos de um mesmo Estado, assim se considerando tambem o Districto Federal e o Estado do Rio de Janeiro .....	3\$000
7. Registro de:	
a) embarcação nacional.....	20\$000
b) titulo, carta ou diploma.....	2\$500
8. Revalidação de titulo, carta ou documento expedido por escola estrangeira.....	100\$000
9. Termo de:	
a) abertura nos livros de embarcação .....	2\$000
b) encerramento nos mesmos, por folha .....	\$100
c) vistoria procedida em embarcações, com excepção das que se fizerem nas embarcações empregadas na pequena cabotagem.....	10\$000

MODE

(Art. 15)

(NOME DA REPARTIÇÃO)

N.....

SELLO POR VERBA

N.....

Exercicio de 193....

SELLO POR VERBA

Rs.....\$. ....

Exercicio de 193....

Recebido do Sr.....

.....

proveniente de.....

Rs.....\$. ....

.....

N. da verba.....

(Nome da repartição) em.... de....

de 193.....

(Rubrica do escrivão do sello  
ou encarregado)

(Data)

Nota — Enquanto a Directoria das Rendas Internas  
entender conveniente, as collectorias e mesas de rendas não

## LO II



(NOME DA REPARTIÇÃO)

SELLO POR VERBA

Exercicio de 193....

Rs.....\$....

Fica debitado o thesoureiro (*ou qualquer outro respon-*  
*savel*) pela quantia de (*por extenso*) .....

recebida do Sr.....

proveniente (todos os esclarecimentos possiveis) conforme  
 verba n....

(*Nome da repartição*) .....em...de.....de 193..

O thesoureiro  
 (*ou qualquer responsavel*)

O escrivão do sello  
 (*ou encarregado*)

.....

alfandegadas, continuarão com o modelo para ellas adoptado,  
 actualmente.

## LIVRO REGISTRO DE DOCUMENTOS COM VALOR ESTIMATIVO

Numero  
do registro

Nome do  
1º interessado

**Residencia**

Nome do  
2º interessado

**Residencia**

da Especie  
obrigação

## Inicio

**Prazo**

**Fim**

Estima-  
tivo

## Valor

Real

Pago

# Sello

### Diferença

### Observações

(Art. 56)

MODELO IV

Livro para o movimento das entradas e saídas de estampilhas do imposto de sello, de.....estabelecido á rua.....; licenciado por despacho de.... de.....de 19.... no processo n.....  
de.... de..... de 19....

Entradas das quantidades por valores																		Saídas das quantidades por valores																	
Dias	Historico	\$100	\$200	\$500	\$600	10000	20000	30000	50000	100000	200000	500000	1000000	*	*	Importancias	Observações	Dias	Historico	\$100	\$200	\$500	\$600	10000	20000	30000	50000	100000	200000	500000	1000000	*	*	Importancias	Observações
1	Compradas																	1	Vendas																
																											</								

(Nome da localidade)..... de.....de 19....

(Assignatura do licenciado)



## DECRETO N. 1.138 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de. 760:914\$000, para pagamento do abono provisorio devido á Policia Militar do Territorio do Acre.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 238, de 21 de agosto do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórma do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922,

Decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 760:914\$000 (setecentos e sessenta contos, novecentos e quatorze mil réis), destinado a attender ao pagamento do abono provisorio da Policia Militar do Territorio do Acre, relativo ao 2º semestre de 1935 e vigente exercicio.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.139 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede autorização para funcionar á Sociedade Cooperativa de Industria Pecuaria do Pará, limitada, com séde em Belém, Estado do Pará.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, de accôrdo com a alinea a do art. 17 do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder á Sociedade Cooperativa de Industria Pecuaria do Pará, de responsabilidade limitada, filiada ao Consorcio Profissional-Cooperativo de Industria Pecuaria do Pará, autorização para funcionar, com séde em Belém, Estado do Pará, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS

*Odilon Braga.*

---

## DECRETO 1.140 — DE 13 DE OUTUBRO 1936

*Approva a nova redacção dada ao artigo 80 do Regulamento do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministerio da Agricultura.*

O Presidente da Republica usando das attribuições que lhe confere o art. 56 n. 1, da Constituição Federal

Decreta:

Art. 1º. Fica approvada, de accordo com o original, que a este acompanha, a nova redacção dada ao artigo 80 do Regulamento do Departamento Nacional da Produção Mineral, ao Ministerio da Agricultura, baixado com o decreto 23.979, de 8 de março de 1934.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

Nova redacção dada ao artigo 80 do Regulamento do Departamento Nacional da Produção Mineral, approvado pelo decreto 23.979, de 8 de março de 1934, a que se refere o decreto n. 1.140, de 13 de outubro de 1936.

Art. 80. Os funcionarios technicos do S. F. P. M. quando em effectivo exercicio na sede ou nella se encontram, ficam sujeitos ao regimen do ponto, ficando, entretanto, dispensados dessa exigencia, aquelles que forem encarregados dos serviços de campo ou dos executados fóra da sede da repartição, cabendo a estes ultimos apresentar, opportunamente, ao director, uma resenha dos trabalhos executados.

---

## DECRETO N. 1.141 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1936

*Outorga ao cidadão brasileiro engenheiro Octavio Martins de Siqueira, ou á sociedade que organizar, concessão para o aproveitamento da energia hydraulica do rio Sapucahy, no trecho entre os ribeirões "Coxim" e "Agua Quente", na Prefeitura Sanitaria de Campos do Jordão, Estado de S. Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o § 1º do art. 56 da Constituição e nos termos da alinea a do art. 193 do decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Aguas), decreta:

Art. 1.º E' outorgada ao engenheiro Octavio Martins de Siqueira, cidadão brasileiro, ou á sociedade que organizar, com aprovação do Governo, respeitadas os direitos de terceiros, concessão para o aproveitamento de energia hydraulica no rio Sapucahy, rio do dominio federal, no trecho comprehendido entre os ribeirões do "Coxim" e "Agua Quente", na Prefeitura Sanitaria de Campos do Jordão, Estado de São Paulo.

§ 1.º A presente concessão destina-se á producção de energia electrica para industrias de cellulose, electro-quimica e outras connexas, a serem installadas pelo concessionario ou empresa que organizar com aprovação do Governo.

§ 2.º Mediante prévia autorização do Governo poderá o concessionario ou empresa que organizar com aprovação do Governo, fornecer energia ás villas de operarios ligadas ás industrias previstas neste decreto.

§ 3.º Approvado pelo Governo a autorização de fornecimento de energia ás villas operarias, este se fará mediante tarifa estabelecida na fórmula prevista no Codigo de Aguas.

Art. 2.º O aproveitamento da energia hydraulica do trecho objecto desta concessão abrangerá as obras seguintes:

a) construcção de uma usina hydro-electrica nas proximidades da confluencia do ribeirão "Agua Quente" com o rio Sapucahy;

b) um systema de bacias de regularização a serem localizadas parte em contiguo á tomada d'agua e parte em uma zona a cerca de quatro kilometros a montante da referida tomada d'agua, entre o Ribeirão Casquilho e o Ribeirão da Serra, no proprio rio Sapucahy ou em um ou mais de seus affluentes.

Paragraho unico. O regime de escoamento das aguas do systema de bacias de regularização e das utilizadas no aproveitamento, objecto da presente concessão, bem como o das aguas que forem utilizadas em outros aproveitamentos racionais de energia hydraulica do rio Sapucahy ou seus afluentes, ficarão sujeitos á fiscalização da repartição technico-administrativa competente afim de que os referidos aproveitamentos não prejudiquem uns aos outros.

Art. 3.º O concessionario, sob pena de ficar de nenhum effeito o presente decreto, obriga-se a:

I — Registrar o presente decreto no Serviço de Aguas do Ministerio da Agricultura, dentro do prazo de sessenta (60) dias contados a partir da data da sua publicação.

II — Apresentar, a titulo de exigencias preliminares e complementares contidas no art. 158 doCodigo de Aguas, dentro do prazo de doze (12) mezes, contados a partir da data da publicação deste decreto, e em tres (3) vias, os seguintes elementos devidamente assignados por engenheiro legalmente habilitado:

a) planta geral, em escala razoavel, de toda a installação, inclusive linhas de transmissão, com indicação de todas as suas disposições;

b) planta geral, em escala de um por dez mil (1:10.000), mostrando as obras e installações hydraulicas, o systema de bacias de regularização e o trecho do rio, comprehendido entre essas partes da installação;

c) plantas, em escala de um por dous mil (1:2.000), do trecho do rio a apoveitar, com indicação dos terrenos a serem inundados pelo "remous" das barragens;

d) perfis longitudinaes dos diversos trechos dos rios aproveitados nas escalas de um por dous mil (1:2.000) e um por duzentos (1:200) horizontal e vertical;

e) projecto das barragens, comportas, vertedouros, etc. em escala de um por duzentos (1:200), com detalhes em escala de um por cinquenta (1:50) e um por vinte (1:20) e respectivo calculo;

f) projecto dos canaes de adducção e de descarga em escala de um por dous mil (1:2.000), com perfis longitudinaes e transversaes e respectivo calculo;

g) projecto do castello da agua, em escala de um por cinquenta (1:50) e respectivo calculo;

h) projecto dos conductos forçados, em escala de um por cem (1:100) e respectivo calculo;

i) projecto da usina hydro-electrica, desenhos das turbinas e reguladores, geradores, suas caracteristicas, transformadores, interruptores, quadros de manobra, para-raios, schema das ligações, etc.;

j) projecto e calculo, electrico e mecanico, das linhas de transmissão, com detalhes;

k) projecto da sub-estação de transformação, com indicação dos caracteristicos de sua aparelhagem, schema das ligações, etc.;

l) memoria justificativa, incluindo orçamento global e detalhado de todas as partes do projecto, bem como das desappropriações a fazer.

III — Assignar o contracto da concessão dentro do prazo de um (1) mez, contado da data da publicação do acto de approvação da respectiva minuta pelo ministro da Agricultura.

Art. 4.º A minuta do contracto disciplinar desta concessão de que constarão as exigencias de ordem technica, fiscal, administrativa e penal previstas no Codigo de Aguas será

preparada pela Inspectoria de Serviços Publicos, da Secretaria da Viação e Obras Publicas do Estado de S. Paulo e submettida á approvação do ministro da Agricultura.

Art. 5.º A presente concessão é outorgada pelo prazo de trinta (30) annos contados a partir da data da assignatura do respectivo contracto.

Art. 6.º O concessionario gozará, desde a data da assignatura do contracto de concessão, e enquanto este vigorar, dos favores constantes do Codigo de Aguas (arts. 151 a 161), inclusive as servidões temporarias de transito, nos termos da alinea c do art. 151 sobre os terrenos ribeirinhos ou circumvisinhos das correntes utilizadas ou ligadas á concessão e das respectivas linhas de transmissão, para a realização de estudos, quer preliminares para as obras de concessão, quer exigíveis durante o curso da mesma.

Art. 7.º O concessionario, dadas as condições peculiares do aproveitamento, fica dispensado das reservas de energia de que trata o art. 153, letra e, do Codigo de Aguas.

Art. 8.º Findo o prazo da concessão, as installações de producção e transformação de energia electrica reverterão para o patrimonio da União, mediante indemnização do seu custo historico, isto é, o capital effectivamente gasto menos a depreciação.

§1.º Si o Governo da União não fizer uso desta faculdade, fica livre ao concessionario obter a prorogação do prazo de concessão, ou repor, por sua conta, o curso das aguas no seu primitivo estado.

§ 2.º Para os effectos do paragrapho anterior, fica o concessionario obrigado a entrar com o seu requerimento de prorogação ou desisteneia desta dentro dos doze (12) ultimos mezes de vigor de sua concessão.

§ 3.º Si o Governo da União fizer uso da faculdade de que trata este artigo, ficará assegurada ao actual concessionario o direito á energia que não for utilizada em serviços publicos mediante preço calculado na fórmula estabelecida no Codigo de Aguas.

Art. 9.º Em qualquer tempo, si interesses relevantes o exigirem, poderá o Governo Federal encampar a concessão mediante indemnização do capital effectivamente gasto menos a depreciação.

Paragrapho unico. Ficarão o Governo obrigado a fornecer ao concessionario a energia que então for por elle utilizada mediante preço calculado na fórmula prevista no Codigo de Aguas, até o fim do prazo da concessão.

Art. 10.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de de outubro de 1936, 145º da Independencia e 48º da Republica

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 1.142 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1936

*Faz publica a denuncia, por parte do Governo da Grecia, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1ª sessão (Washington, 1919).*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a denuncia, por parte do Governo da Grecia, da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres, adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho, em sua 1ª sessão (Washington, 1919) — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretario Geral da Liga das Nações, por nota de 2 de setembro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares*

## TRADUÇÃO OFFICIAL

## LIGA DAS NAÇÕES

(C. L. 157-1936. V.)

Genebra, 2 de setembro de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que, por uma comunicação datada de 6 de junho, o Senhor Presidente do Conselho, ministro dos Negocios Estrangeiros da Grecia, me informou que, em consequencia de sua retificação da Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres (revisita em 1934) (C. L. 99. 1936. V., de 24 de junho de 1936) o Governo hellenico decidiu denunciar a Convenção relativa ao trabalho nocturno das mulheres adoptada pela Conferencia Internacional do Trabalho em sua 1ª sessão (Washington, 29 de outubro — 29 de novembro de 1919) e entrada em vigor a 13 de junho de 1921.

Em consequencia o referido governo communicou a denuncia formal pela Grecia da Convenção de 1919 acima mencionada.

Tenho, igualmente, a honra de informar a Vossa Excellencia que essa denuncia foi registrada pelo Secretariado, a 30 de junho de 1936.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o conselheiro juridico do Secretariado. — *A. S. Podestá Costa.*

Senhor ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil — Rio de Janeiro.

---

DECRETO N. 1.143 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1936

*Faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo do Equador, das diversas Convenções, firmadas por ocasião da Sexta Conferencia Internacional Americana, realizada em Havana, a 20 de fevereiro de 1928.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo do Equador, das seguintes Convenções: I — Convenção sobre condição dos estrangeiros; II — Convenção sobre Tratados; III — Convenção sobre funcionarios diplomaticos; IV — Convenção sobre Agentes Consulares; V — Convenção sobre Asylo; IV — Convenção sobre deveres e direitos dos Estados nos casos de luctas civis, firmadas em Havana, a 20 de fevereiro de 1928, por ocasião da Sexta Conferencia Internacional Americana — conforme communicação feita á Embaixada do Brasil em Washington pela União Panamericana, por nota de 12 de setembro de 1936, enviada com o teor da Acta do referido deposito, documentos esses cujas copia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

CÓPIA OFFICIAL

12 de setembro de 1936.

Presado Senhor Embaixador:

Tenho a honra de transmittir a Vossa Excellencia copias authenticadas da acta do deposito e dos instrumentos de ratificação pelo Governo do Equador das Convenções sobre Direitos e Deveres dos Estados em caso de Guerras Civis, Condições dos Estrangeiros, Asylo, Funcionarios Diplomaticos, Tratados, Agentes Consulares e Neutralidade Maritima, assigna-

das na Sexta Conferencia Internacional Americana e da Convenção sobre Transito de Aviões, assignada na Conferencia Commercial Panamericana de Buenos Aires em 1935.

Rogo a Vossa Excellencia a gentileza de informar o seu governo sobre o deposito dos instrumentos de ratificação acima referidos.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta estima e consideração.

*L. S. Rowe,*

Director geral.

A Sua Excellencia o Embaixador do Brasil Senhor Doutor Oswaldo Aranha, Embaixada do Brasil. Washington.

---

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

**Acta do deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo do Equador, das Convenções sobre Direitos e Deveres dos Estados em caso de lutas civis; condição dos estrangeiros; Asylo; Funcionarios Diplomaticos; Tratados; Agentes Consulares; Neutralidade Maritima, firmadas na Sexta Conferencia Internacional Americana e da Convenção sobre Transito de Aviões, firmada na Conferencia Panamericana Commercial de Buenos Aires, a 19 de junho de 1935.**

Os abaixo assignados, S. E. o Senhor Capitão Colón Eloy Alfaro, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Equador junto ao Governo dos Estados Unidos da America e representante do Equador no Conselho Directivo da União Panamericana e o director geral da União Panamericana, se reuniram, nesta data, com o fim de proceder ao deposito, na União Panamericana, dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo do Equador, das Convenções sobre Direitos e Deveres dos Estados em caso de lutas civis; Condição dos estrangeiros; Asylo; Funcionarios diplomaticos; Tratados; Agentes consulares e Neutralidade maritima, subscriptas na Sexta Conferencia Internacional Americana, realizada em Havana, de 16 de janeiro a 20 de fevereiro de 1928, e da Convenção sobre transito de Aviões, firmada na Conferencia Panamericana Commercial de Buenos Aires, a 19 de junho de 1935.

Os instrumentos de ratificação foram entregues por Sua Excellencia o ministro do Equador ao director geral da União Panamericana de conformidade com o disposto nos artigos das Convenções acima mencionadas.

Em firmeza do que, os abaixo assignados firmam a presente Acta, em Washington, a 4 de setembro de 1936. — *C. E. Alfaro*, ministro do Equador. — *L. S. Rowe*, director geral da União Panamericana.



Certifico que o documento acima transcripto é copia fiel do original da Acta do deposito dos instrumentos de ratificação pelo Governo do Equador, das Convenções sobre Direitos e deveres dos Estados em caso de lutas civis; Condição dos Estrangeiros; Asylo; Funcionarios diplomaticos; Tratados; Agentes consulares e Neutralidade maritima, subscriptas na Sexta Conferencia Internacional Americana e da Convenção sobre transito de Aviões, firmada na Conferencia Panamericana Commercial de Buenos Aires, a 19 de junho de 1935. — *L. S. Rowe*, director geral da União Panamericana

---

DECRETO N. 1.144 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do mez findo, no municipio de Ferros, no Estado de Minas Geraes, durante o dia 18 do corrente mez.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do mez findo, no municipio de Ferros no Estado de Minas Geraes, durante o dia 18 do corrente mez, a fim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1936, 115<sup>a</sup> da Independencia e 48<sup>a</sup> da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.145 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no municipio de Itaocara, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 25 do corrente.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no municipio de Itaocara, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 25 do corrente, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1936, 115<sup>a</sup> da Independencia e 48<sup>a</sup> da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 1.146 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1936

*Declara de utilidade publica o Instituto Arnaldo Vieira de Carvalho (Instituto do Radium)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo ao que requereu o Instituto Arnaldo Vieira de Carvalho (Instituto do Radium), com séde na capital do Estado de São Paulo, o qual satisfez as exigencias do art. 1º da lei n. 91, de 28 de agosto de 1935, e usando da attribuição que lhe confere o art. 2º da citada lei, decreta:

Artigo unico. E' declarado de utilidade publica, nos termos da mencionada lei, o Instituto Arnaldo Vieira de Carvalho (Instituto do Radium), com séde na capital do Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

## DECRETO N. 1.147 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1936

*Declara sob o patrocínio official o III Congresso Sul Americano de Chimica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que, por deliberação tomada no II Congresso Sul Americano de Chimica, em Montevideo, foi escolhida a cidade do Rio de Janeiro para séde do III Congresso;

Considerando o relevo que os certames anteriores conseguiram lograr, como expressão do progresso da sciencia chimica na parte sul do continente americano, resolve:

Artigo unico. E' declarado sob o patrocínio do Governo da Republica o III Congresso Sul Americano de Chimica, que se realizará, no Rio de Janeiro, em julho de 1937.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

## DECRETO N. 1.148 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1936

*Declara sob o patrocínio official o XIII Congresso Sul Americano de Zoologia*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que o Comité Permanente dos Congressos de Zoologia designou o Brasil para sede do proximo certame internacional dessa natureza;

Considerando que tal certame, realizado pela primeira vez em 1889, tem alta significação cultural, d'elle resultando instituições e leis internacionaes que imprimiram grande desenvolvimento ás sciencias naturaes, resolve:

Artigo unico. E' declarado sob o patrocínio do Governo da Republica o XIII Congresso Internacional de Zoologia, que se reunirá no Rio de Janeiro, em agosto de 1939.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## DECRETO N. 1.149 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1936

*Approva as instruções provisórias para as Inspectorias de Regiões*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Artigo unico. Ficam approvadas as instruções provisórias, que a este acompanham, para as Inspectorias de Regiões, assignadas pelo general de divisão João Gomes Rubeiro Filho, ministro de Estado da Guerra; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*General João Gomes.*

## DECRETO N. 1.150 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1936

*Dá a denominação de “Santos Dumont”, “Bartholomeu de Gusmão” e “Augusto Severo” aos aeroportos situados, respectivamente, na Ponta do Calabouço, e em Santa Cruz, nesta capital, e em Recife, no Estado de Pernambuco*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo a que Santos Dumont, Bartholomeu de Gusmão e Augusto Severo, vultos de inconfundivel relevo na historia da aeronautica, brasileiros que, pelo seu valor, muito honraram sua terra natal, bem merecem ter seus nomes ligados aos primeiros aeroportos modernos que se constroem no Brasil,

Decreta:

Artigo unico — Ficam denominados “Santos Dumont”, “Bartholomeu de Gusmão” e “Augusto Severo” os aeroportos situados, respectivamente, na Ponta do Calabouço e em Santa Cruz, nesta capital, e em Recife, no Estado de Pernambuco; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 16 de outubro de 1936; 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*Joaquim Licinio de Souza Almeida*

## DECRETO N. 1.151 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1936

*Approva projecto e orçamento, na importancia de réis..... 995:400\$000, para construcção do “polder”, na bacia do rio Merity, na baixada Guanabara.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que propoz o Departamento Nacional de Portos e Navegação, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e o orçamento, que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, e organizados pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, para a construcção do “polder”, na bacia do rio Merity, na baixada Guanabara.

Paragrapho unico. As despesas a serem effectuadas, até o maximo do orçamento ora approvado, na importancia total de 995:400\$000 (novecentos e noventa e cinco contos e

quatrocentos mil réis), correrão, no vigente exercício financeiro, á conta da verba 14ª, consignação II, sub-consignação n. 35, anexo n. 7, a que se refere o art. 3º da lei numero 115, de 13 de novembro de 1935, e nos exercícios subsequentes serão custeados com os recursos que forem concedidos.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

---

DECRETO N. 1.152 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede permissão á Aerobrasil Limitada para estabelecer trafego aereo no territorio nacional*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade brasileira de responsabilidade limitada Aerobrasil Limitada, a qual estipulou em seus estatutos á obrigação de ser confiada a brasileiro a sua gerencia e de pertencer a brasileiros um terço, pelo menos, do capital social, em virtude do disposto no art. 19 do decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932, que regula a execução dos serviços aeronauticos civis; tendo em vista o que consta do art. 16 do mesmo decreto e do art. 64 do Regulamento para os Serviços Civis de Navegação Aerea, aprovado pelo decretos n. 16.983, a de 22 de julho de 1925; e de accordo com o parecer do Departamento da Aeronautica Civil, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á sociedade brasileira de responsabilidade limitada Aerobrasil Limitada, com séde na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), permissão para estabelecer trafego aereo commercial no territorio nacional.

Paragrapho unico. A presente permissão não implica monopolio ou privilegio de especie alguma, nem qualquer onus para União, e fica subordinada ás prescripções do decreto numero 20.914, de 6 de janeiro de 1932, e do Regulamento para os Serviços Civis de Navegação Aerea, aprovado pelo decreto n. 16.983, de 22 de julho de 1925, bem como das demais disposições vigentes ou que vierem a vigorar, referentes ou applicaveis aos serviços de que é objecto.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

---

## DECRETO N. 1.453 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede permissão ao Radio Club Hertz, para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem o Radio Club Hertz, com séde na cidade de Franca (Estado de São Paulo), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 21.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida ao Radio Club Hertz, com séde na cidade de Franca (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licínio de Souza Almeida.*

---

**Clausulas a que se refere o decreto n. 1.453, desta data**

**I**

Fica assegurado ao Radio Club Hertz o direito de estabelecer, na cidade de Franca (Estado de São Paulo), uma estação de ondas medias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

**II**

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

## III

O concessionario é obrigado a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuido a estes funcções effectivas de administração ;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem previa audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 24.111), ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo Governo, hem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos de fiscalização, e, hem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipais applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, hem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de forcea maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo ;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á reserva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

O concessionario não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem previa approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora do concessionario poderá continuar a funcionar no local em que se encontra a actual, á praça N. S. da Conceição, esquina da rua Marechal Deodoro, na cidade de Franca, devendo, porém, o concessionario, no prazo de um (1) anno, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, transferil-a para o novo local escolhido, situado á Villa Santos Dumont, com frente para á rua Francisco Salles, entre as ruas Estevam Marcolino e Francisco Garcia, na mesma cidade, sob pena ser a presente concessão considerada automaticamente caduca.

#### VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impôr ao concessionario multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente ao concessionario ou da publicação do acto no *Diario Official*,



## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis ao concessionario os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, i* (in-fine), *j, k* e *l*, da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea *e* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade do concessionario para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado reconhecido pelo Governo;

b) se o concessionario incidir reiteradamente em infracções passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 1936. — Joaquim Licio de Souza Almeida.

---

DECRETO N. 1.154 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 1.155 — DE 19 OUTUBRO DE 1936

*Declara de utilidade publica o Instituto de Organização Racional do Trabalho*

Attendendo á relevancia dos serviços que vem prestando ao paiz o Instituto de Organização Racional do Trabalho, (I. D. O. R. T.), que preenche todos os requisitos exigidos pelo decreto n. 91 de 28 de agosto de 1935,

Decreta:

Artigo unico — E' declarado de utilidade publica o Instituto de Organização Racional de Trabalho (I. D. O. R. T.), com sede em São Paulo.

Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*Vicente Ráo*

---

DECRETO N. 1.156 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do mez findo, no municipio de Pará de Minas, no Estado de Minas Geraes, durante o dia 25 do corrente mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 do mez findo, no municipio de Pará de Minas, no Estado de Minas Geraes, durante o dia 25 do corrente mez, affin de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.157 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados de Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Goyaz.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1934, conceder auxilios, no corrente exercicio, ás instituições nos Estados de Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Goyaz, abaixo indicadas, devendo o pagamento do auxilio, no 2° semestre ser feito nos termos

do decreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação n. 1 da verba 21<sup>a</sup> — Subvenções — art. 3.º (anexo n. 5) da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Collegio N. S. Auxiliadora — Manaus — Amazonas. . . . .	20:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Manaus — Amazonas. . . . .	50:000\$000
Gymnasio do Crato — Crato — Ceará. . . . .	10:000\$000
Hospital Santo Antonio dos Pobres — Iguaçu — Ceará. . . . .	30:000\$000
Orphanato Jesus, Maria, José — Joazeiro — Ceará. . . . .	5:000\$000
Associação das Damas de Caridade — Natal — Rio Grande do Norte. . . . .	8:000\$000
Liga de Ensino — Natal — Rio Grande do Norte. . . . .	25:000\$000
Asylo de Mendicidade "Carneiro da Cunha" — João Pessoa — Parahyba. . . . .	15:000\$000
Escola Domestica Maria Immaculada — Macaé — Alagoas. . . . .	5:000\$000
Asylo Bom Pastor — Salvador — Bahia. . . . .	25:000\$000
Collegio Santa Euphrasia — Barra — Bahia. . . . .	8:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Nazareth — Bahia. . . . .	20:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Feira de Sant'Anna — Bahia. . . . .	20:000\$000
Associação das Damas de Caridade S. Vicente de Paulo — Nietheroy — Rio de Janeiro (majoração). . . . .	8:000\$000
Gremio Espirita de Beneficencia — Barra do Pirahy — Rio de Janeiro. . . . .	10:000\$000
Pensionato S. José e Escola Diocesana Commercial — Nietheroy — Rio de Janeiro. . . . .	8:000\$000
Associação das Senhoras Brasileiras — Districto Federal. . . . .	30:000\$000
Liga da Defesa Nacional — Districto Federal. . . . .	50:000\$000
Liga de Protecção aos Cegos no Brasil — Districto Federal. . . . .	10:000\$000
Associação das Damas de Caridade — Jacarehy — São Paulo. . . . .	3:000\$000
Associação das Filhas de S. José — São Paulo. . . . .	20:000\$000
Abrigo da Divina Providencia "D. Gertrudes de Campos" — São Paulo. . . . .	10:000\$000
Asylo de Invalidos — Casa Branca — São Paulo. . . . .	2:000\$000
Collegio N. S. do Carmo — Guaratinguetá — São Paulo. . . . .	10:000\$000
Casa de São José — São Paulo. . . . .	20:000\$000
Collegio N. S. Auxiliadora — Araras — São Paulo. . . . .	20:000\$000

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia — Santos — São Paulo. . . . .	60:000\$000
Orphanato Christovam Colombo — São Paulo. . . . .	25:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Franca — São Paulo. . . . .	6:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Tatuhy — São Paulo. . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Araçatuba — São Paulo. . . . .	5:000\$000
Sociedade Amiga da Instrução Popular — Santos — São Paulo. . . . .	8:000\$000
Hospital Bom Jesus — Rio Negro — Paraná. . . . .	8:000\$000
Hospital de Caridade — Santa Maria — Rio Grande do Sul. . . . .	20:000\$000
Sociedade Beneficência e Caridade — Lageado — Rio Grande do Sul. . . . .	8:000\$000
Asylo Santa Isabel — Itajubá — Minas Geraes. . . . .	15:000\$000
Asylo de Indigenas e Orphãos — Itambacury — Minas Geraes. . . . .	30:000\$000
Casa de Caridade — Ouro Fino — Minas Geraes. . . . .	15:000\$000
Collegio Providencia — Marianna — Minas Geraes. . . . .	3:000\$000
Collegio N. S. Auxiliadora — Bomfim — Goyaz. . . . .	20:000\$000
Conferencia de Santo Antonio (mantenedora do Asylo da Velhice Desamparada) — Curvello — Minas Geraes. . . . .	5:000\$000
Escola de Electricidade — Bello Horizonte — Minas Geraes. . . . .	20:000\$000
Escola Normal Profissional — Lambary — Minas Geraes. . . . .	20:000\$000
Escola Normal do Collegio Santa Clara — Itambacury — Minas Geraes. . . . .	10:000\$000
Lycceu de Artes e Officios — Ouro Preto — Minas Geraes. . . . .	5:000\$000
Orphanato D. Silverio — Cataguazes — Minas Geraes. . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Rio Preto — Minas Geraes. . . . .	10:000\$000
Asylo S. Vicente de Paulo — Goyaz. . . . .	5:000\$000
<b>Total. . . . .</b>	<b>760:000\$000</b>

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.  
Gustavo Capanema.

## DECRETO N. 1.158 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede permissão ao Radio Club do Pará para estabelecer uma estação radio-difusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu o Radio Club do Pará, com séde na cidade de Belém (Estado do Pará), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 21.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida ao Radio Club do Pará, com séde na cidade de Belém (Estado do Pará), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas:

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Officiel*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

---

Clausulas a que se refere o decreto n. 1.158, desta data

I

Fica assegurado ao Radio Club do Pará o direito de estabelecer, na cidade de Belém (Estado do Pará), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

### III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funcções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocommunição (decreto n. 24.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmitir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existem ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de tres (3) kilometros do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

#### VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriações por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indemnização.

a) se, em todo tempo, for verificada a inobservância das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, i* (in-fine), *j, k, e l* da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea *c* da clausula III, bem como a importância de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a matéria.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionária para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionária incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1936. — *Joaquim Licínio de Souza Almeida.*

---

DECRETO N. 1.159 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede permissão á Sociedade Radio Cosmos para estabelecer uma estação radio-difusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Radio Cosmos, com séde na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto numero 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934,

Decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Sociedade Radio Cosmos, com séde na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.



Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

---

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 1.159, DESTA DATA

### I

Fica assegurado á Sociedade Radio Cosmos o direito de estabelecer, na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

### II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

### III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estas funções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radio-communicação (decreto n. 21.111) ou no

que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem qua, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser restabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, aos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocommunição (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito fun-

ccionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

## V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada á uma distancia, minima, de cinco (5) kilometros do centro da cidade.

## VI

No regimen de fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario á essa fiscalização.

## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diário Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas a, b, c, d, i (in-fine), j, k e l da clausula III;

b) si não forem pagas dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea e da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1936. — *Joaquim Lício de Souza Almeida.*

---

DECRETO N. 1.160 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 1.161 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar, no Distrito Federal, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada — Caixa Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, de accordo com as alíneas a e c, art. 17, do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder á Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada — Caixa Federal, autorização para se constituir, na fórmula da mesma lei, e após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura, funcionar no Distrito Federal.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

## DECRETO N. 1.162 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar a "Cooperativa de Crédito e Construções do Funcionalismo Público", do Estado de São Paulo.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, de accordo com a alinea *a*, artigo 17, do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder autorização para se constituir, na forma da mesma lei, a Cooperativa de Crédito e Construções do Funcionalismo Público, do Estado de São Paulo, filiada ao Consórcio Profissional Cooperativo dos Servidores do Estado, e após registo na Directoria de Organização de Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura, para o respectivo funcionamento.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 1.163 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1936

*Abre o credito suplementar de 2.800:000\$000, á sub-consignação n. 50, Estradas de Rodagem, da verba 14ª do orçamento do Ministerio da Viação e Obras Publicas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1° da lei n. 247, de 16 de setembro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica,

Resolve abrir, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 2.800:000\$000 (dois mil e oitocentos contos de réis), suplementar á sub-consignação n. 50 da verba 14ª, Estradas de Rodagem, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935, destinado a attender ás despesas com os serviços de estradas de rodagem, a cargo dos Batalhões de Sapadores, nos Estados do Paraná e Santa Catharina.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1936; 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*Joaquim Licínio de Souza Almeida*

## DECRETO N. 1.164 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede á Western Electric Company of Brazil autorização para continuar a funcção na Republica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Western Electric Company of Brazil, com séde em Wilmington, Delaware, Estados Unidos da America, autorizada a funcção na Republica pelo decreto n. 18.648, de 19 de março de 1929, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma Western Electric Company of Brazil autorização para continuar a funcção na Republica, com as alterações introduzidas nos respectivos estatutos por deliberação de sua directoria em sessão realizada a 8 de outubro de 1935, obrigando-se a mesma sociedade a cumprir integralmente as clausulas que acompanham o decreto n. 18.648, de 19 de março de 1929, e, bem assim, as demais leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

## DECRETO N. 1.165 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede á sociedade anonyma Aluminium Union Limited autorização para continuar a funcção na Republica*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Aluminium Union Limited, com séde em Montreal, Dominio do Canadá, autorizada a funcção na Republica pelos decretos numeros 18.615, de 26 de fevereiro de 1929, 20.073, de 3 de junho de 1931 e 23.699, de 3 de janeiro de 1934, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma Aluminium Union Limited autorização para continuar a funcção na Republica, com as alterações introduzidas nos respectivos estatutos por deliberação das assembléas gerais de seus accionistas, realizadas a 19 de fevereiro e 29 de abril de 1936, confirmada a primeira dessas assembléas por carta-patente suplementar do secretario de Estado do Canadá, ficando a mes-

ma sociedade obrigada a cumprir as clausulas que acompanham o decreto n. 18.615, de 26 de fevereiro de 1929, e as demais leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 1.166 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede á Companhia Commercial de Sergipe autorização para funcionar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma Companhia Commercial de Sergipe, com séde em Aracajú, capital do Estado de Sergipe, decreta:

Artigo unico. E' concedido á sociedade anonyma Companhia Commercial de Sergipe autorização para funcionar, com os estatutos que apresentou, ficando a mesma sociedade obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor e a subordinar a realização de operações bancarias a prévia autorização do Ministerio da Fazenda.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

DECRETO N. 1.167 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1936

*Concede permissão á Sociedade Radio Cruzeiro do Sul para estabelecer duas estações radiodifusoras*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Radio Cruzeiro do Sul, com séde na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934,

Decreta :

Artigo unico. Fica concedida á Sociedade Radio Cruzeiro do Sul, com séde na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, duas estações destinadas a executar o serviço de radiodifusão, sendo uma na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) e outra na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo), nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo Ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar de data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1936; 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Joaquim Licinio de Souza Almeida.*

---

CLAUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO N. 1.167, DESTA DATA

## I

Fica assegurado á Sociedade Radio Cruzeiro do Sul o direito de estabelecer duas estações de ondas medias, destinadas a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as exigencias instituidas neste acto de concessão, sendo uma na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) e outra na cidade de São Paulo (Estado de São Paulo).

## II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnisação alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

## III

A concessionaria é obrigada a :

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;



b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem previa audiencia do Governo;

d) suspender por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocommunicacão (decreto n. 21.111) ou na que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisicão da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnisação;

e) submeter-se ao regimen de fiscalisação que fôr instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalisação e de quaesquer contribuicões que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalisação, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informacões que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do orgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo, os locais escolhidos para a montagem das estações;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo, as plantas, orçamento e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidacão de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que as frequencias distribuidas á sociedade não constituem direito de propriedade, e ficarão sujeitas ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocommunicacão (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essas frequencias o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem previa aprovação do Governo, assim como se obriga a manter suas estações em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que as estações transmissoras da concessionaria, no Rio de Janeiro e em São Paulo, só poderão ser localizadas a uma distancia, minima, de 10 e 5 kilometros do centro daquellas cidades, respectivamente.

#### VI

No regimen de fiscalisação que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe approuver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela inobservancia da qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impôr á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

#### VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

#### IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnisação:

a) se, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alineas *a, b, c, d, i* (in-fine), *j, k* e *l* da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea c da clausula III, bem como a importância de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego das estações para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a matéria.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo, sem direito a qualquer indemnisação:

a) se, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionaria incidir reiteradamente em infracções passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1936. — *Joaquim Lincio de Souza Almeida.*

---

DECRETO N. 1.168 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no municipio de Nictheroy, no Estado do Rio de Janeiro, durante os dias 28 e 30 do corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no municipio de Nictheroy, no Estado do Rio de Janeiro, durante os dias 28 e 30 do corrente, afim de serem alli realizadas eleições de representantes profissionaes á Assembléa Legislativa daquelle Estado; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 1.169 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1936

*Altera a côr de peças do plano de uniforme  
(camisa e gravata)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando:

Que a industria nacional de tecidos ainda não conseguiu fixar devidamente as côres de algumas peças do uniforme, dando lugar a que as camisas e gravatas da côr em uso no Exercito apresentem tonalidades diversas e, por isso, falta de uniformidade;

Que certas infracções previstas no n. 32 das disposições geraes do Plano annexo ao decreto n. 22.817 de 12 de junho de 1933 só podem ser levadas á conta dessa falha:

Decreta, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição:

Art. 1.º A camisa e a gravata de côr cinza, referidas no Plano de uniformes estabelecido pelo decreto n. 22.817 de 12 de junho de 1933, ficam substituidas por camisa branca e gravata preta.

Paragrapho unico. Esta alteração entrará em vigor a 1 de janeiro de 1937.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General João Gomes.

---

## DECRETO N. 1.170 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no municipio de Rio do Sul, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 1 de novembro do corrente anno*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro findo, no municipio de Rio do Sul, no Estado de Santa Catharina, durante o dia 1 de novembro do corrente anno, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rêo.

---

## DECRETO N. 1.171 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1936

*Abre pelo Ministerio da Fazenda o credito supplementar de 2.500:000\$000, para reforço da verba VI — Casa da Moeda, do orçamento vigente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 255, de 25 de setembro do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito supplementar de 2.500:000\$000, para reforço das seguintes sub-consignações da Consignação Material da Verba 6ª — Casa da Moeda, do actual orçamento do mesmo ministerio:

Verba 6ª — Casa da Moeda — Material de consumo:  
Sub-consignação n. 5:

Material diverso para consumo das officinas e laboratorio chimico . . . . .	2.400:000\$000
--	----------------

Sub-consignação n. 6.

Despesas de prompto pagamento, inclusive luz e força electrica, gaz, carros e ar- mazemagens . . . . .	100:000\$000
	<hr/> 2.500:000\$000 <hr/>

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.172 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, nos municipios de Ignacio Uchôa, Descalvado, Una e Pedreira, no Estado de São Paulo, durante o dia 22 do corrente mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, nos municipios de Ignacio Uchôa, Descalvado, Leis de 1936 — Vol. III

Una e Pedreira, no Estado de São Paulo, durante o dia 22 de novembro corrente, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rêo.*

---

DECRETO N. 1.173 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Venancio Ayres, no Estado do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Venancio Ayres, no Estado do Rio Grande do Sul, durante o dia 8 do corrente mez, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rêo.*

---

DECRETO N. 1.174 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de 600:000\$000 para pagamento de auxilio á Polyclinica Geral do Rio de Janeiro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista a lei n. 138, de 16 de dezembro de 1935, e ouvido o Tribunal de Contas, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de 600:000\$000, para pagamento á Polyclinica Geral do Rio de Janeiro como auxilio para construção do edificio de sua séde.

Art. 2.º Na fórmula do art. 2.º da lei n. 138, de 16 de dezembro de 1935, a importancia de que trata o artigo anterior será deduzida do saldo liquido de 9.993:345\$902, que apre-

senta a sub-consignação n. 14 — verba 19ª — Inspectoria de Aguas e Esgotos — art. 7º da lei n. 5, de 12 de novembro de 1934.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 1.175 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de 2.000:000\$000, para despesas decorrentes da situação actual.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, na conformidade do disposto na ultima parte do § 1º do artigo 186 da Constituição, e, tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do regulamento approved pelo decreto numero 15.786, de 6 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de dois mil contos de réis (2.000:000\$000), para attender a despesas da Policia Civil do Districto Federal, em virtude de gastos extraordinarios decorrentes da situação actual.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.176 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1936

*Approva o projecto e orçamento definitivo, na importancia de 60:886\$456, das despesas realizadas com a construcção de quatro grupos sanitarios, no porto de Santos.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Docas de Santos o de accordo com a informação prestada pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, em officio n. 2.439, de 22 de junho ultimo, decreta:

Artigo unico. Ficam approveds, para a execução das obras autorizadas no item 7 da relação annexa ao decreto numero 18.284, de 16 de julho de 1928, o projecto e orçamento

definitivo, na importancia de 60:886\$456 (sessenta contos oitocentos e oitenta e seis mil quatrocentos e cincoenta e seis réis), que com este baixam, rubricados pelo director geral da Contabilidade, interino, da Secretaria de Estado do Ministerio da Viação e Obras Publicas, relativos á construcção de quatro grupos sanitarios, no porto de Santos.

Paragrapho unico. A' vista dos documentos apresentados, é autorizada a inclusão na conta de capital da peticionaria, de accordo com o art. 1º do decreto n. 658-A, de 21 de fevereiro deste anno, da importancia effectivamente despendida com a construcção a que se refere o presente decreto.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

DECRETO N. 1.177 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar no Districto Federal, á Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada — Banco Commercial e Agricola dos Estados Unidos do Brasil*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, de accordo com as alíneas *a* e *c*, do art. 17 do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder autorização para se constituir, na fórma da mesma lei, á Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada — Banco Commercial e Agricola dos Estados Unidos do Brasil e, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produçáo, do Ministerio da Agricultura, funcionar no Districto Federal.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

DECRETO N. 1.178 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Concede autorização para funcionar no Estado de São Paulo á Cooperativa Predial dos Funcionarios Publicos do Estado de São Paulo.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, de accordo com a alínea *a* do art. 17 do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, autorizar o funcionamento da Cooperativa Predial dos Funcionarios Publicos



do Estado de São Paulo, filiada ao Consorcio Profissional Cooperativo dos Funcionarios Publicos do Estado de São Paulo, apóz registo na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 179 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 1.130 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 5.000:000\$000, para as despesas com o Tribunal de Segurança Nacional.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 19 da lei n. 244, de 11 de setembro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do regulamento aprovado pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial de 5.000:000\$000, para attender, no actual exercicio, ás despesas com o Tribunal de Segurança Nacional, decorrentes da applicação da referida lei n. 244, de 11 de setembro ultimo.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rêo.*

---

DECRETO N. 1.181 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Santa Leopoldina, no Estado do Espirito Santo, durante o dia 15 do corrente mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Santa Leopoldina, no Es-

tado do Espirito Santo, durante o dia 15 do corrente mez. afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

DECRETO N. 1.182 — DE 10 DE NOVEMBRO de 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei da Arabia Saúdiana, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ractificação, por parte de Sua Majestade o Rei da Arabia Saúdiana, da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 29 de agosto do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

José Carlos de Macedo Soares.

---

(Traducção official)

LIGA DAS NAÇÕES — C. L. 155. 1936. IX.

**Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura**

(Genebra, 13 de junho de 1931)

*Ratificação pela Arabia Saúdiana*

Genebra, 29 de agosto de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Ministro dos Negocios Estrangeiros do Reino da Arabia Saúdiana me transmitiu, de accordo com as disposições de

art. 28 da Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, firmada em Genebra, a 13 de julho de 1931, o instrumento de ratificação por Sua Majestade o Rei da Arabia Saudiana, dessa Convenção e sobre o Protocollo de Assinatura.

O referido instrumento de ratificação foi depositado no Secretariado da Liga das Nações, a 15 de agosto de 1936.

Queira aceitar os protestos da minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o Conselheiro Juridico do Secretariado, *L. A. Podestá Costa*.

---

DECRETO N. 1.183 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publica a adhesão do Commonwealth da Australia para os territorios da Papuasias, Ilha de Norfolk e os Territorios sob mandato da Nova Guiné e de Nauru, á Convenção Internacional para a repressão do Trafico das mulheres e das creanças, firmada em Genebra, a 30 de setembro de 1921.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão do Commonwealth da Australia para os territorios da Papuasias, ilha de Norfolk e os territorios sob mandato da Nova Guiné e de Nauru, á Convenção Internacional para a repressão do Trafico das mulheres e das creanças, firmada em Genebra, a 30 de setembro de 1921 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 19 de setembro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES — C. L. 168. 1936. IV.

**Convenção Internacional para a repressão do Trafico das mulheres e das creanças**

Genebra, 30 de setembro de 1921.

Adhesão do Commonwealth da Australia para os Territorios da Papuasias e da Ilha de Norfolk e para os territorios sob mandato de Nova-Guiné e de Nauru.

Genebra, 19 de setembro de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que de conformidade com o art. 14 da Convenção Internacional para a repressão do trafico de mulheres e creanças, concluída em Genebra, a 30 de setembro de 1924, o Senhor Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de Sua Magestade o Rei da Grã-Bretanha, de Irlanda e dos Dominios Britannicos de além mar, imperador das Indias, me notificou, a pedido do Governo de Sua Magestade no *Commonwealth* da Australia, a adhesão do *Commonwealth* da Australia a essa Convenção para os territorios da Papuasias e da Ilha de Norfolk e os territorios sob mandato da Nova Guiné e de Nauru.

Essa adhesão foi registrada pelo Secretariado, a 2 de setembro de 1936.

Queira aceitar os protestos de minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o Conselheiro juridico do Secretariado, L. A. *Pedestá Costa*.

---

DECRETO N. 1.184 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publica a dhesão, por parte do Egypto, á Convenção para salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão, por parte do Egypto, á Convenção para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929, devendo tal adhesão ter validade a partir de 24 de outubro de 1936 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada Britannica nesta Capital, por nota de 25 de setembro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

EMBAIXADA BRITANNICA

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1936.

N. 134 — (7/135/36).

Senhor Ministro,

Com referencia a minha nota n. 118, de 27 de agosto, tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que a adhesão do Egypto á Convenção para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929, foi, formalmente notificada ao Governo de Sua Magestade no Reino Unido, a 24 de julho de 1936, e entrará em vigor, de accordo com o art. 61 da Convenção, a 24 de outubro de 1936.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia o protesto da minha alta consideração. — *Edward Costa.*

A Sua Excellencia Dr. José Carlos de Macedo Soares.  
Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro;

---

DECRETO N. 1.485 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publico o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Chile, do Trabalho sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Chile, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935 — conforme communicação feita á Embaixada do Brasil em Washington, pelo União Panamericana, por nota de 18 de setembro de 1936, enviada com o teor da acta do referido deposito, documentos esses cujas copia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*  

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

## UNIÃO PANAMERICANA

18 de setembro de 1936.

Prezado Sr. embaixador:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia cópias autenticadas da acta do deposito e do instrumento de ratificação pelo Governo do Chile, do Tratado sobre a Protecção de Instituições Artísticas e Scientificas e Monumentos Historicos, assignado em Washington em 15 de abril de 1935.

Rogo a Vossa Excellencia a gentileza de transmittir ao seu Governo a minha comunicação sobre o deposito do instrumento de ratificação acima mencionado.

Aproveito o ensejo para reitterar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta estima e distincta consideração.

— *L. S. Rowe*, director geral.

A S. Excellencia o Embaixador do Brasil, Sr. Dr. Oswaldo Aranha, embaixador do Brasil, Washington, D. C.

## TRADUÇÃO OFFICIAL

ACTA DO DEPOSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO DO TRATADO  
SOBRE A PROTECÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ARTISTICAS, SCIENTIFICAS E MONUMENTOS HISTORICOS PELO GOVERNO DO CHILE.

..

Os abaixo assignados, S. E. o Sr. Don Manuel Trucco, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario do Chile junto ao Governo dos Estados Unidos da America e Representante do Chile no Conselho Directivo da União Panamericana e o director geral da União Panamericana, se reuniram nesta data, com o fim de proceder ao deposito, na União Panamericana, do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Chile, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington, a 15 de abril de 1935.

O instrumento de ratificação foi entregue por S. E. o Embaixador do Chile ao director geral da União Panamericana de conformidade com o disposto no artigo VII do Tratado acima mencionado.

Em firmeza do que, os abaixo assignados firmam a presente acta, em Washington, a 8 de setembro de 1936. — *M. Trucco*, Embaixador do Chile. — *L. S. Rowe*, Director Geral da União Panamericana.

## Certifico

Certifico que o documento acima transcrito é cópia fiel do original depositado na União Panamericana da acta do Deposito do Instrumento de Ratificação do Tratado sobre a

Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos pelo Governo do Chile. — L. S. Rowe, director Geral da União Panamericana.

---

DECRETO N. 1.186 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Hungria, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, firmadas em Genebra, a 27 de julho de 1929.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Alteza Serenissima o Regente do Reino da Hungria, da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra firmados em Genebra, a 27 de julho de 1929, devendo tal ratificação ter validade seis mezes depois da data de deposito, ou seja a partir de 10 de março de 1937 — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suissa nesta capital, por nota de 13 de outubro do corrente anno, enviada com a cópia authenticada da acta do deposito do respectivo instrumento de ratificação, cujas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

LEGAÇÃO DA SUISSA

VI. 2-466/2 RW.

Em execução das disposições finais da Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha, concluida em Genebra, a 27 de julho de 1929 e de ordem de seu Governo, a Legação da Suissa tem a honra de apresentar, em annexo, ao Ministerio das Relações Exteriores cópia authenticada da acta lavrada, a 10 de setembro de 1936.

para constatar o deposito nos Archivos da Confederação Suissa do instrumento de ractificação de Sua Serenissima o Regente do Reino da Hungria.

De accordo com o artigo 33 da Convenção, a ractificação produzirá effeito seis mezes depois da data do deposito, ou seja a partir de 10 de março de 1937.

A Legação da Suissa agradecerá ao Ministerio das Relações Exteriores de accusar o recebimento da presente comunicação e aproveita esta occasião para lhe renovar o protesto de sua alta consideração.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1936.

Ao Ministerio das Relações Exteriores da Republica dos Estados Unidos do Brasil — Rio de Janeiro.

---

ACTA DO DEPOSITO DAS RATIFICAÇÕES DA HUNGRIA RELATIVA  
À CONVENÇÃO PARA A MELHORIA DA SORTE DOS FERIDOS E EN-  
FERMOS NOS EXERCITOS EM CAMPANHA E DA CONVENÇÃO RE-  
LATIVA AO TRATAMENTO DOS PRISIONEIRO DE GUERRA, FIR-  
MADOS EM GENEVRA, A 27 DE JULHO DE 1929.

O Ministro da Hungria em Berna, Sua Excellencia o Sr. Laszlo de Velics, effectuou, hoje, no Departamento Politico Federal, o deposito do instrumento de ratificação de Sua Alteza, Serenissima o Regente do Reino da Hungria, relativo á Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos nos Exercitos em campanha e da Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra, concluidas em Genevra, a 27 de julho de 1929.

Esse instrumento, achado em boa e devida forma, será depositado nos Archivos da Confederação Suissa.

O deposito do instrumento será notificado aos Governos dos paizes, Partes na Convenção.

Em firmeza do que, os abaixo assignados lavraram a presente acta.

Feita em Berna, a dez de setembro de mil novecentos e trinta e seis. — Pelo Departamento Politico Federal, *Motta*, o Ministro da Hungria. — *Velics*.

E' cópia authenticá — O Chefe da Divisão dos Negocios Estrangeiros do Departamento Politico Federal. — *Berna*.

---



## DECRETO N. 1.187 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Guatemala, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Guatemala, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935 — conforme comunicação feita á Embaixada do Brasil, em Washington, pela União Pan-americana, por nota de 25 de setembro de 1936, enviada com o teor da acta do referido deposito, documentos esses cujas cópia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

COPIA OFFICIAL

## UNIÃO PAN-AMERICANA

Washington, D. C., E. U. A.

25 de setembro de 1936.

Prezado Sr. Embaixador,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia cópias authenticadas da acta do deposito e do instrumento de ratificação pelo Governo da Guatemala, do Tratado sobre a Protecção de Instituições Artísticas e Scientificas e Monumentos Historicos, assignado em Washington em 15 de abril de 1935.

Rogo a Vossa Excellencia a gentileza de transmittir ao seu Governo a minha comunicação sobre o deposito do instrumento de ratificação acima mencionado.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excellencia os protestos de minha mais alta estima e distincta consideração. — *L. S. Rowe*, director geral.

A Sua Excellencia o Embaixador do Brasil, Sr. Dr. Oswaldo Aranha, Embaixador do Brasil — Washington, D. C.

---

ACTA DO DEPOSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO DO TRATADO SOBRE A PROTECÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ARTISTICAS, SCIENTIFICAS E MONUMENTOS HISTORICOS PELO GOVERNO DA GUATEMALA.

Os abaixo assignados, S. E. o Sr. Dr. Don Adrián Recinos, Enviado Extraordinario e Ministro Pelnipotenciario de Guatemala junto ao Governos dos Estados Unidos da America e Representante da Guatemala no Conselho Directivo da União Pan-americana e o Director Geral da União Pan-americana, se reuniram nesta data, com o fim de proceder ao deposito, na União Pan-americana, do instrumento de ractificação, por parte do Governo da Guatemala, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artisticas, Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington, a 15 de abril de 1935.

O instrumento de ratificação foi entregue por Sua Excellencia o Ministro da Guatemala ao Director Geral da União Pan-americana de conformidade com o disposto no art. VII do Tratado acima mencionado.

Em firmeza do que, os abaixo assignados firmam a presente acta, em Washington, a 16 de setembro de 1936. — *Adrian Recinos*, Ministro de Guatemala. — *L. S. Rowe*, director Geral da União Pan-americana.

Certifico que o documento acima transcripto é cópia fiel do original depositado na União Pan-americana da acta do deposito do Instrumento de Ratificação do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artisticas, Scientificas e Monumentos Historicos pelo Governo da Guatemala. — *L. S. Rowe*, Director Geral da União Pan-americana.

DECRETO N. 1.188 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1936

*Approva o augmento do capital da Carteira de Consignações da "Carteira de Credito Garantido" S. A.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "Carteira de Credito Garantido" Sociedade Anonyma, autorizada a transigir com os funcionarios publicos, mediante consignação em folha de pagamento, pelo decreto n. 294, de 14 de agosto de 1935, e, tendo em vista os documentos apresentados, resolve approvar o augmento, para 480:000\$000, do capital destinado á sua Carteira de Consignações, conforme a deliberação da assembléa geral realizada em 18 de maio do corrente anno.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.189 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1936

*Declara a data da vigencia do Regulamento do Sello e dá outras providencias*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e

Considerando que o Poder Legislativo ainda não se pronunciou sobre o veto parcial opposto ao projecto que foi convertido em lei n. 202, de 2 de março deste anno,

Resolve:

Art. 1.º O regulamento annexo ao decreto n. 1.137, de 7 de outubro findo, obrigará em todo o territorio nacional trinta (30) dias após sua ultima publicação, feita no *Diario Official* de 15 de outubro citado, com exclusão das seguintes expressões, attingidas pelo mesmo veto:

No art. 17:

“Prestada por terceiro”.

No art. 36, n. 73:

“Desde que os mesmos militares e civis percebam mais de duzentos e cincoenta mil réis (250\$000) mensaes e que, a partir de 1935, tenham sido beneficiados com majorações de vencimentos superiores a 14 %.”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.190 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1936

*Crêa uma collectoria para arrecadação das rendas federaes no municipio de Rio Caçador, Estado de Santa Catharina*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, n. 1, da Constituição Federal e de accordo com o que estabelece o art. 6º do decreto n. 24.502, de 29 de junho de 1934,

resolve crear uma collectoria para arrecadação das rendas federaes no municipio de Rio Caçador, Estado de Santa Catharina.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.191 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1936

*Approva a reforma dos estatutos da "União Beneficente dos Funcionarios Civis da Aviação Naval"*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a União Beneficente dos Funcionarios Civis da Aviação Naval, associação de classe com séde nesta Capital, resolve approvar a reforma de seus estatutos datados de 21 de abril de 1935, devendo, porém, accrescentar o seguinte, á letra *b* do art. 6° e á letra *b* do art. 14 dos alludidos estatutos:

"consignar as mensalidades obrigatorias ou facultativas, caso não prefiram pagal-as directamente á sociedade".

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.192 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito supplementar de 15.000:000\$000, ds verbas I, III e IV, do Título I — Encargos Geraes da União, do orçamento vigente do mesmo Ministerio.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 294, de 5 de novembro do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

**Artigo unico.** Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito supplementar de 15.000:000\$000, ás seguintes sub-

consignações das verbas I, III e IV, do titulo I — Encargos Geraes da União, do actual orçamento do mesmo Ministerio:

Titulo I — Encargos Geraes da União, verba

I — Divida Publica — B — Divida

Fluctuante — 1 — Exercícios findos —

Sub-consignação n. 1 — Para paga-

mento de dividas a que se refere o

§ 2.º do art. 95, do Código de Contabi-

lidade Publica, inclusive 2.500:000\$000,

para pagamento de gratificações addi-

cionaes a funcionarios em actividade

e aposentados, de accordo com o artigo

23 das disposições transitorias da Cons-

tituição . . . . .

12.500:000\$000

Verba III — Reposições e Restituições —

Sub-consignação n. 1 — Para pagamen-

to das que forem devidas no corrente

exercício . . . . .

1.500:000\$000

Verba IV — Inactivos — Sub-consignação n. 2

— Para pagamento de novas aposenta-

dorias . . . . .

1.000:000\$000

15.000:000\$000

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

# DECRETO N. 1.193 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1936

*Approva o regulamento para execução do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, na parte relativa á garimpagem e ao commercio de pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, resolve approvar o regulamento para a execução do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, na parte relativa á garimpagem e ao commercio de pedras preciosas.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

Agamemnon Magalhães.

Odilon Braga.

**Regulamento para execução do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, na parte relativa á garimpagem e ao commercio de pedras preciosas**

**CAPITULO I**

**DA GARIMPAGEM E DO COMMERCIO DE PEDRAS PRECIOSAS**

**Art. 1.º** A garimpagem e o commercio de pedras preciosas ficam subordinadas ás prescripções deste regulamento.

§ 1.º Considera-se garimpagem o trabalho rudimentar de pesquisa e extracção de pedras preciosas nos alveos ou margens de cursos de agua naturaes e seus terragos, bem como nos depositos secundarios de chapadas, vertientes e alto de morros.

§ 2.º Na expressão "pedras preciosas" comprehendem-se, tambem, para os effeitos deste regulamento, as pedras semi-preciosas e os carbonados.

**Art. 2.º** A garimpagem poderá ser exercida, livremente, nos rios publicos e terrenos devolutos.

Paragrapho unico. Em terras de propriedade particular ou arrendadas, a garimpagem dependerá de autoriazção do proprietario ou arrendatario.

**Art. 3.º** Ficam designadas as seguintes zonas de garimpagem de pedras preciosas:

Primeira zona — Alto-Paraguassú, Lenções e Chapada do Assuruá, no Estado da Bahia;

Segunda zona — Norte de Minas Geraes, comprehendendo Diamantina, Serro, Grão Mogol, Minas Novas e outros pontos;

Terceira zona — Região do Alto-Araguaya, a do rio das Garças e as limitrophes dos Estados de Goyaz e Matto Grosso;

Quarta zona — Matta da Corda, em Minas Geraes, comprehendendo os rios Douradinho, Bagagem, Abaeté, Somno e outros;

Quinta zona — Bacia do rio Paraguay, tendo por centros Cuyabá e Campo Grande;

Sexta zona — Bacia do rio Tibagy, no Estado do Paraná.

Paragrapho unico. Essa designação poderá ser modificada, a juizo da Directoria das Rendas Internas, ouvido o Departamento Nacional de Produccção Mineral, ou por proposta do mesmo departamento.

**CAPITULO II**

**DO GARIMPEIRO E DA SUA MATRICULA**

**Art. 4.º** Ninguem, no paiz poderá garimpar, sem que esteja matriculado nas collectorias das zonas de garimpagem indicadas no artigo anterior.

Paragrapho unico. Quando houver mais de uma collectoria na zona de garimpagem, a Directoria das Rendas Internas, ouvido o Departamento Nacional de Producção Mineral, indicará a exactoria competente para a matricula.

Art. 5.º A matricula do garimpeiro, que é pessoal e gratuita, será feita, mediante declaração verbal do interessado, em livro proprio (modelo I), authenticado pelas delegacias fiscaes.

§ 1.º Feita a matricula, o collector entregará ao garimpeiro matriculado um certificado (modelo II), que lhe dará o direito de exercer as suas actividades dentro da zona no mesmo especificado.

§ 2.º O certificado só valerá até 31 de dezembro de cada anno, devendo ser renovado, improrogavelmente, até a primeira quinzena de janeiro seguinte, sem o que o garimpeiro não poderá continuar a exercer as suas actividades.

§ 3.º No caso de se extraviar ou perder o certificado, deverá o interessado pedir outro, que levará a nota de "Segunda via", facto este que tambem ficará anotado na columna "Observações" do livro de matricula.

Art. 6.º Para garimpar em outra zona, deverá o garimpeiro pedir a annullação de sua matricula, na zona em que deixou de trabalhar.

§ 1.º A annullação será feita, lançando-se a nota "Annulada" na columna de observação do livro proprio e no certificado.

§ 2.º O certificado, que fôr annullado, ficará archivado na collectoria onde o garimpeiro fizer a sua nova matricula.

## CAPITULO II

### DA COMPRA E VENDA DAS PEDRAS PRECIOSAS

Art. 7.º As pedras preciosas garimpadas sómente poderão ser vendidas, pelos garimpeiros, a compradores autorizados.

§ 1.º Podem comprar pedras preciosas em bruto:

a) as cooperativas de garimpeiros, quando autorizadas, especialmente, por decreto do Presidente da Republica;

b) as pessoas physicas ou juridicas, tambem autorizadas por decreto do Presidente da Republica, depois de comprovada a respectiva idoneidade, perante a Directoria das Rendas Internas, e de ter sido feita, no Thesouro Nacional, em moeda corrente ou em apolices federaes, uma caução de dous contos de réis.

§ 2.º Quando, por qualquer motivo, houver sido desfalcada a caução a que se refere o paragrapho anterior, deverá ella ser restabelecida, no prazo de quinze dias, contado da intimação ao caucionante.

§ 3.º No decreto de autorização, serão designadas as zonas em que o comprador poderá exercer a sua actividade.

§ 4.º A autorização aos compradores de nacionalidade estrangeira só será dada depois de seis mezes de residencia no paiz.

Art. 8.º O estalão de medida das pedras preciosas, é o quilate de duzentos milligrammas.

Art. 9.º Para a compra de pedras preciosas ao garimpeiro, o comprador autorizado lhe entregará um certificado (modelo III) e lançará em livro proprio (modelo IV):

- a) o numero de ordem e data da compra;
- b) o nome e o numero da matricula do garimpeiro;
- c) o numero de quilates;
- d) a importancia paga.

§ 1.º Esse livro, antes de iniciada a escripturação, deverá ser authenticado pela collectoria incumbida da matricula dos garimpeiros, na zona ou em uma das zonas para as quaes o comprador esteja autorizado.

§ 2.º O comprador autorizado sómente poderá fazer vendas aos exportadores e compradores autorizados, ou a lapidarios, fabricantes e commerciantes de joias e obras de ourives, legalmente estabelecidos, devendo ser escripturadas essas vendas no livro proprio (modelo IV).

§ 3.º Os fabricantes e commerciantes, que não forem exportadores, archivarão em seu estabelecimento, para fins de fiscalização, o certificado referido no art. 13, § 2º.

§ 4.º Quando no exercicio do seu commercio, o comprador autorizado deverá conduzir carteira de identidade e o título de autorização, isto é, uma via authenticada do respectivo decreto.

Art. 10. O transporte de pedras preciosas de um para outro Estado da União só poderá ser feito mediante guias de transito, organizadas pelo interessado e visadas pelas collectorias federaes (modelo V).

Paragrapho unico. A guia de transito mencionará, tão minuciosamente quanto possivel, sob pena de impugnação, os caracteristicos da pedra ou partida a que se referir.

## CAPITULO IV

### DA EXPORTAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS

Art. 11. Sómente poderão exportar pedras preciosas os commerciantes devidamente autorizados por decreto do Presidente da Republica.

Paragrapho unico. O exportador só adquirirá pedras preciosas em bruto aos compradores autorizados a que allude o art. 7º, § 1º.

Art. 12. A exportação de pedras preciosas poderá ser effectuada normalmente por meio do serviço de *colis-postaux*, nas repartições da Capital Federal e do Estado da Bahia.

§ 1.º Nos demais Estados, a exportação ficará dependente de autorização especial da Directoria das Rendas Internas, ouvida a Fiscalização Bancaria, do Banco do Brasil.



§ 2.º Para exportação, as pedras preciosas deverão estar acondicionadas, em volume lacrado e rubricado em presença dos interessados, pelo funcionario que fizer a avaliação prevista no artigo seguinte.

Art. 13. Nenhuma partida de pedras preciosas em bruto poderá ser exposta á venda ou exportada sem previa classificação e avaliação.

§ 1.º Na Capital Federal, compete á Casa da Moeda, pela Secção Fiscal da Cunjagem, o serviço de fiscalização, classificação e avaliação das pedras preciosas.

Nos Estados, o mesmo serviço ficará a cargo da repartição ou funcionario que a Directoria das Rendas Internas designar.

§ 2.º Feita a avaliação e classificação das partidas de pedras preciosas, ao interessado será fornecido um certificado, que mencionará;

1º, a natureza das gemmas, sua classificação em sortes, segundo a coloração, a agua, a pureza, a fôrma, o rendimento industrial, etc.;

2º, a regulação obtida pela balança e pelos crivos de separação;

3º, o peso total da partida e das regulações em quillates metricos;

4º, o valor unitario do quillate, tanto das parcellas como do total das partidas;

5º, o nome do possuidor, portador ou despachante;

6º, a sua procedencia por Estados ou zonas de garimpagem;

7º, quaesquer outros caracteristicos notaveis.

§ 3.º Caso se torne necessario, o certificado de classificação e avaliação será acompanhado de uma prova photographica.

§ 4.º Ao exportador entregar-se-á, em duas vias, o certificado de que cogitam os paragraphos anteriores.

Art. 14. O despacho de exportação só será permitido quando apresentada a primeira via do certificado de avaliação e classificação, visada pela Fiscalização Bancaria, para ser archivada na repartição postal expedidora.

Paraphracho unico. A segunda via do mesmo certificado será archivada pelo exportador, para fins de fiscalização.

Art. 15. Os exportadores deverão remetter, mensalmente, ao Departamento Nacional de Produção Mineral, á Casa da Moeda e á Fiscalização Bancaria, deixando copia archivada, uma demonstração das pedras compradas e exportadas e do stock existente.

## CAPITULO V

### DA ISENÇÃO

Art. 16. As operações de compra e venda de pedras preciosas em bruto estão isentas de impostos federaes.

## CAPITULO VI

## DAS PENALIDADES

Art. 17. Aos infractores deste regulamento serão applicadas as seguintes penalidades:

I — A pessoa não matriculada, que exercer a garimpagem, perderá as pedras preciosas e aparelhagem encontradas em seu poder.

II — O garimpeiro que vender pedras preciosas a compradores clandestinos terá cassado, para todos os effeitos, o seu certificado de matricula, e só poderá obter nova matricula depois de decorridos tres mezes.

III — O comprador clandestino perderá, em proveito da Fazenda Nacional, as pedras preciosas que houver adquirido.

IV — O comprador autorizado que não trouxer em ordem o livro referido no art. 9º, que não exhibir esse livro ao fiscal; que deixar de entregar ao garimpeiro o certificado de compra; ou que fizer compra de pedras preciosas a garimpeiro não matriculado, ficará sujeito á multa de 500\$000 a 2:000\$000, e terá cassada a respectiva autorização.

V — O comprador autorizado, quando desobedecer o disposto no art. 7º, § 2º, ou quando reincidir em qualquer infracção, tambem terá cassada a autorização para comprar pedras preciosas.

VI — O exportador que transgredir os preceitos dos artigos 11 e 12 incorrerá na multa de dez vezes o valor das pedras exportadas, além da perda das que forem apprehendidas no acto da exportação ou sahida do paiz, sem prejuizo da penalidade criminal de que trata o art. 265, doCodigo Penal.

VII — O exportador autorizado que se oppuzer ao exame de sua escripta, na parte em que se relacione com a exportação de pedras preciosas, quando determinado o exame pela Directoria das Rendas Internas, ou que deixar de exhibir á fiscalização, quando necessarios, os compravantes dessa escripta, incidirá na multa de 5:000\$000 a 10:000\$000.

## CAPITULO VII

## DA FISCALIZAÇÃO

Art. 18. A instrucção, direcção e fiscalização do serviço creado pelo decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, na parte ora regulamentada, compete ao Ministerio da Fazenda, por intermedio da Directoria das Rendas Internas, com a colaboração do Departamento Nacional da Producção Mineral, do Ministerio da Agricultura, da Casa da Moeda e da Fiscalização Bancaria do Banco do Brasil.

Paragranho unico. Compete ao Departamento Nacional da Producção Mineral levar ao conhecimento da Directoria das Rendas Internas qualquer suggestão de ordem technica, que lhe pareça necessaria ao serviço, e bem assim prestar assistencia technica á mesma directoria, quando solicitada.

Art. 19. Compete á Fiscalização Bancaria o exame dos papeis referentes á exportação de pedras preciosas, devendo visar o certificado de que trata o art. 14, quando nada tenha a oppôr, ou negar-lhe o visto, com os motivos da recusa, por declaração escripta, lançada no alludido certificado.

Art. 20. A fiscalização externa, quanto ás prescripções deste regulamento, incumbe, especialmente, aos agentes fiscaes do imposto de consumo, nas secções ou circumscripções em que estejam servindo.

Paragrapho unico. E' dever do agente fiscal do imposto de consumo:

a) officiar ás colectorias, expondo-lhes quaesquer duvidas sobre o serviço de matricula dos garimpeiros;

b) verificar se as pessoas que exercem a garimpagem se acham habilitadas, para o que lhes exigirá a exhibição do respectivo certificado de matricula;

c) verificar se os compradores autorizados, por occasião de suas compras, fazem entrega do certificado a que se refere o art. 9º; se elles estão munidos da carteira de identidade e do titulo de autorização; e se escripturam regularmente o livro a que allude o mencionado artigo;

d) examinar os documentos referidos nos arts. 9º, § 3º, 14, paragrapho unico, e 15, quando houver necessidade de qualquer verificação que interesse á Fazenda Publica, devendo confrontal-os, quando possivel, se surgir suspeita de irregularidades;

e) visar, datando, os papeis e livros indicados nas lettras anteriores, quando, por qualquer motivo os tenha examinado e os ache regulares;

f) zelar pela integral obediencia ás disposições deste regulamento, iniciando, em tempo opportuno, o necessario processo para punição dos infractores.

Art. 21. Qualquer funcionario federal ou do Banco do Brasil (Fiscalização Bancaria), ao verificar infracção a este regulamento, deverá communicar o facto á repartição competente, afim de que esta mande iniciar o processo para applicação das penalidades.

## CAPITULO VIII

### DO PROCESSO PARA PUNIÇÃO DOS INFRACTORES

Art. 22. As penalidades de que trata este regulamento serão impostas, sempre, mediante auto lavrado por agente fiscal do imposto de consumo.

Paragrapho unico. E' admissivel denuncia escripta dada por particulares, a qual será reduzida a auto, para inicio do processo.

Art. 23. O auto deverá relatar a infracção com clareza, sem enfileinhas, rasuras, emendas ou borrões, mencionando o local, dia e hora de sua lavratura, o nome do infractor e das testemunhas, se houver, e tudo mais que occorrer na occasião e possa esclarecer o processo.

§ 1.º O auto, salvo circumstancia especial, deverá ser lavrado no local em que fôr verificada a infracção, podendo ser dactylographado ou impresso em relação ás palavras usuaes, devendo os claros ser preenchidos a mão e inutilizadas as linhas em branco.

Art. 2.º As incorrecções ou omissões do auto não acarretarão a nullidade do processo, quando deste constarem elementos sufficientes para determinar com segurança a infracção e o infractor.

§ 3.º O auto deverá ser submettido á assignatura do autuado e das pessoas que lhe tenham assistido a lavratura, não implicando a assignatura do autuado, que poderá ser lançada sob protesto, em confissão da falta, nem sua recusa em aggravação desta.

§ 4.º Se o infractor e as testemunhas se recusarem a assignar o auto, neste far-se-á menção de tal circumstancia.

Art. 24. O autuante deverá apprehender qualquer documento que possa comprovar as infracções.

§ 1.º Quando a infracção fôr verificada em livro, não se dará a apprehensão deste, mas a falta deverá constar circumstanciadamente do auto, exarando-se no livro um termo do occorrido.

§ 2.º Nos casos de que trata o art. 17, em seus numeros I, III e VI, haverá a apprehensão da aparelhagem e das pedras preciosas, que serão descriptas, minuciosamente, no auto.

§ 3.º As pedras preciosas, assim apprehendidas, ficarão depositadas na repartição preparadora do processo, até final solução deste, salvo determinação em contrario das Delegacias Fiscaes ou da Directoria das Rendas Internas, para melhor segurança do objecto da apprehensão.

§ 4.º O autuante, para sua resalva, deverá exigir da respectiva repartição, no momento em que protocolle o auto, recibo minucioso da entrega das pedras preciosas.

§ 5.º A aparelhagem e pedras apprehendidas só serão entregues aos autuados, quando julgado improcedente o auto, em despacho tornado irrecorrivel.

§ 6.º No caso de auto procedente, desde que se torne definitivo o respectivo despacho, a repartição preparadora do processo pedirá instrucções á Directoria das Rendas Internas sobre o destino dos objectos apprehendidos.

Art. 25. Aos autuados será assegurada defesa ampla, feita a intimação da seguinte fórmula:

a) pelo autuante, no proprio auto, quando este fôr lavrado em presença do infractor, dando-se-lhe, caso assigne o auto, uma intimação escripta, na qual se mencionarão as infracções autuadas e o prazo marcado para a defesa ;

b) pela repartição, quando o auto fôr lavrado na ausencia do autuado; quando o autuado, apesar de presente, não queira assignar; ou quando a defesa fôr aberta depois do processo em andamento.

§ 1.º A intimação pela repartição será feita por notificação escripta ou verbal á propria parte interessada, provida com recibo do Correio ou certificada no proprio processo pelos escriptães ou seus prepostos, nas collectorias ou mesas de rendas; pelos continuos da repartição; ou, ainda, se os interessados não tiverem endereço conhecido, por publicação no *Diario Official*, no Districto Federal, órgãos de publicidade, nos Estados, ou affixados em logares publicos, juntando-se ao processo, no primeiro caso, um retalho do jornal que houver feito a publicação e, no segundo, copia do edital com indicação do logar em que foi affixado.

§ 2.º A defesa deverá ser apresentada dentro do prazo de trinta dias uteis, contado da data da intimação, ou da data da publicação ou affixação do edital.

§ 3.º Se o autuado allegar motivo justo, a juizo do chefe da repartição, que impeça a apresentação da defesa, o prazo poderá ser prorogado por mais dez dias.

§ 4.º Decorrido o prazo, sem que o infractor apresente defesa, será elle considerado revel, fazendo-se nesse sentido declaração no processo, que subirá a despacho.

Art. 26. O preparo dos processos compete ás repartições arrecadoras locais, que os farão conclusos aos delegados fiscaes para julgamento, salvo no Districto Federal e na capital do Estado de São Paulo, onde o preparo e julgamento cabem ás respectivas recebedorias.

§ 1.º O julgamento, a que se refere este artigo, será feito depois de ouvido o autuante e reunidos os esclarecimentos necessarios, não podendo o julgador reconsiderar a decisão que houver proferido.

§ 2.º Se do processo se apurar responsabilidade de diversas pessoas, será imposta, a cada uma, a pena relativa á falta commettida.

§ 3.º No despacho que impuzer penalidade, será ordenada a intimação do autuado para que tenha sciencia da perda dos objectos apprehendidos, em favor da Fazenda Nacional, ou para que pague a importancia da multa no prazo de trinta dias, contados da intimação, sob pena de cobrança executiva, salvo interposição de recurso, dentro do prazo legal, que será indicado no despacho.

§ 4.º A intimação do despacho far-se-á com observancia do disposto no art. 25, § 1º.

Art. 27. Os processos de infracção serão organizados na forma de autos forenses, com as folhas devidamente numeradas e rubricadas, e os documentos, informações e pareceres em ordem chronologica.

## CAPITULO IX

### DOS RECURSOS

Art. 28. Das decisões condemnatorias cabe recurso voluntario para o 2º Conselho de Contribuintes.

Art. 29. O recurso voluntario, que terá effeito suspensivo, será interposto dentro do prazo de vinte dias da intimação do despacho ou de sessenta dias, contados da sua publicação no *Diario Official*, no Districto Federal, ou contados da publicação ou affixação de edital, quanto aos Estados.

Art. 30. Nenhum recurso será encaminhado sem o previo deposito da importancia exigida ou sem fiança idonea, prestada em seu logar, e sómente permittida quando a importancia exigida exceder a cinco contos de réis, perimindo o direito do recorrente se o não fizer no prazo fixado no artigo anterior.

Art. 31. Se, dentro do prazo regulamentar, não fôr, pelo interessado, apresentada petição de recurso, far-se-á declaração dessa circumstancia no processo, que seguirá os tramites regulares.

Paragrapho unico. O recurso perempto também será encaminhado, mediante os requisitos do art. 30, á instancia superior, a quem cabe julgar da perempção.

Art. 32. Das decisões favoraveis aos accusados, inclusive quando desclassificarem infracção descripta no auto, haverá recurso *ex-officio*, também com effeito suspensivo, para o 2º Conselho de Contribuintes.

§ 1.º O recurso *ex-officio* será interposto no proprio acto de ser lavrada a decisão.

§ 2.º Quando do mesmo processo constar mais de uma pessoa autuada, a decisão favoravel a qualquer dellas, embora outras sejam punidas, obriga a recurso *ex-officio*, que só será encaminhado á instancia superior depois de esgotados os prazos de cobrança amigavel ou de extrahida a certidão de divida, para cobrança executiva.

Art. 33. Os recursos para o Conselho de Contribuintes serão encaminhados directamente pelas repartições recorridas.

## CAPITULO X

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 34. Os casos omissos neste regulamento, quanto a autuação, intimação, preparo de processo, imposição de penalidades, julgamento e recursos, serão resolvidos de accordo com as normas vigentes para o imposto de consumo.

Art. 35. Metade da importancia das multas, effectivamente arrecadada, será adjudicada aos autuantes, denunciante e funcionarios indicados no art. 21, quando tenham interferido no processo respectivo.

Art. 36. Revogam-se as disposições em contrario.

---

## LIVRO DE MATRICULA DE GARIMPEIROS

**Estado** .....

Municipio .....

Numero de ordem	Data	Nome	Naturalidade	Idade	Residencia	Zona em que vae operar	Observação

**Modelo II**

N.....

**CERTIFICADO DE MATRICULA DO GARIMPEIRO**

( Valido até.....)

Estado.....

Município.....

**Certifico que**.....

( Nome )

com..... annos de idade..... natural do Estado

( Estado civil )

de..... residente em.....

..... está matriculado nesta collectoria sob o n....

( ..... ) para garimpar pedras pre-

( Para annullação )

ciosas no trecho do.....

comprehendido entre.....

na zona .....

..... de..... de 19....

.....

**Collector Federal**



## Modelo III

N.....

## DECLARAÇÃO DE COMPRA DE PEDRAS PRECIOSAS

Estado.....

Município.....

Declaro que comprei ao.....

( Nome )

..... matriculado sob o n.....

a quantidade de pedras preciosas abaixo mencionadas, pelo

valor de ..... (.....\$....)

á razão de..... por quillate,

Quantidade de pedras preciosas : .....

..... de..... de 19....

.....

O comprador autorizado pelo decreto n..... de.....

( Isento de sello ).

## Modelo IV

## LIVRO REGISTRADOR DE COMPRAS

Numero de ordem	Data	Numero de matricula do vendedor	Nome do vendedor	Numero da declaração de compra	Numero de quilates	Importancia paga	Observações

## Modelo V

## GUIA DE TRANSITO INTERNO

Collectoria Federal em.....

Estado de.....

Pela presente guia de transito fica o Sr..... (Nomes  
....., residente em.....  
....., (Profissão)..... natural de.....  
..... autorizado a transportar de.....  
para..... uma partida de pedras preciosas,  
no valor declarado de Rs.....  
(.....\$.....), cujos caracteristicos se discriminam do modo)  
eguinte:.....  
.....  
.....

Visto

..... em..... de..... 19....

.....

Collector federal

## DECRETO N. 1.194 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 15 do corrente mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 15 do corrente mez, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETÚLIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

## DECRETO N. 1.195 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1936

*Autoriza o ministro da Fazenda a emittir apolices da Divida Publica Interna da União*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 4º, alinea b, da lei n. 160, de 31 de dezembro de 1935, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma da lei n. 156, de 24 de dezembro de 1935, decreta:

Art. 1.º E' o ministro da Fazenda autorizado a emittir apolices, até a quantia de 350.000:000\$000 (trezentos e cinquenta mil contos de réis), para incineração de papel-moeda.

§ 1.º Os titulos serão do valor nominal de 200\$000, 500\$000 e 1:000\$000, ao portador, e vencerão o juro annual de 6 %, pago semestralmente na Caixa de Amortização e nas Delegacias Fiscaes nos Estados.

§ 2.º Os titulos serão resgataveis por meio de um fundo de amortização accumulativo, dentro de 10 annos a partir de fevereiro de 1941.

§ 3.º O resgate será feito em fevereiro e agosto de cada anno, por compra no mercado, quando os titulos estiverem abaixo do par, e por sorteio, quando estiverem ao par ou acima delle.

Art. 2.º Os titulos serão entregues ao Banco do Brasil que os collocará gradativamente nos mercados nacionaes.

Parapho unico. O producto da collocação dos titulos mencionados no art. 1.º, á medida que ella fôr sendo feita, bêm como as quotas de amortização e juros correspondentes aos que estiverem em carteira no Banco do Brasil, deverão ser entregues á Caixa de Amortização para incineração immediata de papel-moeda.

Art. 3.º As apolices emittidas em virtude deste decreto gosarão das mesmas regalias e isenção de impostos que cabem aos demais titulos da divida publica interna.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.196 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 1.197 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Santo Amaro, no Estado de Sergipe, durante o dia 29 do corrente mez.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Santa Amaro, no Estado de Sergipe, durante o dia 29 do corrente mez, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

## DECRETO N. 1.198 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Manicoré, no Estado do Amazonas, durante o dia 10 de dezembro do corrente anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Manicoré, no Estado do Amazonas, durante o dia 10 de dezembro do corrente anno, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 16 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 1.199 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar no Districto Federal, á Cooperativa Popular de Consumo do Bairro de Ipanema.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, de accordo com a alinea c do artigo 17, do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder autorização para se constituir, na forma da mesma lei, á “Cooperativa Popular de Consumo do Bairro de Ipanema”, da cidade do Rio de Janeiro, e, após registo na Directoria de Organização e Defesa da Produção do Ministerio da Agricultura, entrar em funcionamento.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 1.200 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1936

*Regula a constituição e o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição, e,

Considerando o disposto no art. 10 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, referentemente á instituição e instalação do Conselho Nacional de Estatística, na dependencia das bases que viessem a ser fixadas pela Convenção Nacional de Estatística, cuja celebração ficou autorizada no mesmo artigo;

Considerando que os delegados á Convenção foram convocados, em virtude do decreto n. 946, de 7 de julho de 1936, sendo assignado, solemnemente, a 11 de agosto do corrente anno, o respectivo instrumento convencional entre o governo Federal e os Governos de todas as Unidades da Federação;

Considerando que a Convenção Nacional de Estatística foi ratificada, no mesmo dia da sua assignatura, pelo decreto federal n. 1.022, e a seguir, por decretos de todos os demais Governos Convencionantes;

Considerando as bases fixadas no capitulo I do instrumento convencional, para "a constituição e regulamentação do Conselho Nacional de Estatística";

Considerando, ainda, as demais disposições convencionadas;

Decreta:

*I — Constituição e actuação do Conselho Nacional de Estatística*

Art. 1.º O Conselho Nacional de Estatística é a entidade collegial a que competem a orientação e direcção superiores das actividades do Instituto Nacional de Estatística, de accordo com o disposto nos arts. 9º e 10 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, e no art. 10, paragrapho unico, do decreto n. 946, de 7 de julho de 1936.

Paragrapho unico. O Conselho manterá relações directas, pelos seus órgãos competentes, com os Chefes dos Governos, cuja autoridade politico-administrativa nelle estiver representada por força da Convenção Nacional de Estatística, ficando-lhe assegurada a mais ampla autonomia de acção technica e administrativa no que disser respeito ao objectivo de tornar efficientes e coordenadas as actividades dedicadas ao planeamento e execução dos serviços estatísticos brasileiros.

Art. 2.º Para os fins da actuação do Conselho, compôr-se-á o Instituto de duas ordens de entidades fundamentais: organizações federaes e organizações regionaes.

§ 1.º Formam o quadro central das organizações federaes as directorias de estatística especificadas no art. 3º, § 1º, do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, bem assim as que,

tendo finalidade analoga, forem creadas no Ministerio da Viação ou em novos Ministerios; o quadro central das organizações regionaes comprehende os órgãos centralizadores dos serviços de estatística da administração do Districto Federal, Estados e Territorio do Acre.

§ 2.º Articulam-se obrigatoriamente com os órgãos centraes federaes todos os serviços ou secções de estatística que existem ou venham a existir no ambito da administração federal; no Districto Federal, Estados e Territorio do Acre, a mesma articulação aos órgãos centraes regionaes, é obrigatória para todos os serviços ou secções de estatística mantidos pela administração das respectivas circumscripções politicas e que façam parte do Instituto.

§ 3.º Respeitados os limites da orbita jurisdiccional, poderão tambem integrar-se no Instituto, mediante acto de filiação, as organizações de estatística existentes ou que venham a existir nos municipios, e os departamentos de empresas ou associações mantidos para fins de levantamentos de reconhecida utilidade publica.

§ 4.º Os serviços geographicos officiaes, bem assim os de instituições privadas, de reconhecida idoneidade, poderão tambem filiar-se ao Instituto, isolada ou collectivamente, na fórma do acto especial que o autorize e segundo as bases que o Conselho Nacional de Estatística approvar para o estabelecimento da cooperação entre os alludidos serviços e os de estatística.

Art. 3.º O Conselho Nacional de Estatística é constituído:

a) pelo presidente do Instituto Nacional de Estatística, que será o presidente nato do Conselho e da sua Junta Executiva Central, bem assim do órgão collegial coordenador dos serviços geographicos que se integrarem no Instituto;

b) pelos demais membros da Junta Executiva Central;

c) pelos directores de secção e funcionarios, de equivalente hierarchia, das "repartições centraes";

d) pelos directores geraes das repartições regionaes de estatística incorporadas ao Instituto;

e) pelos directores de secção e funcionarios de categoria equivalente das repartições a que se refere a lettra precedente;

f) pelos dirigentes geraes das organizações officiaes e officializadas que possuam secções ou serviços filiados ao Instituto, tanto na orbita federal como na regional, e pelos chefes ou directores de taes secções ou serviços;

g) pelos directores ou chefes das repartições ou serviços de estatística geral dos municipios das capitães dos Estados e do Acre;

h) pelos representantes das organizações particulares filiadas ao Instituto.

Art. 4.º São órgãos do Conselho:

a) a Assembléa Geral;

b) a Junta Executiva Central;

c) as Juntas Executivas Regionaes;

d) as Comissões Technicas.



Art. 5.º A Assembléa Geral é constituída:

- a) pelos membros da Junta Executiva Central, representando o Governo Federal;
- b) pelos presidentes das Juntas Executivas Regionaes ou seus supplentes, representando os Governos Regionaes e Municipaes;
- c) por um delegado dos representantes, no Conselho, das organizações officializadas filiadas ao Instituto;
- d) por um delegado dos representantes, no Conselho, das organizações particulares filiadas ao Instituto.

Art. 6.º A Junta Executiva Central compõe-se:

- a) do presidente do Instituto;
- b) dos directores das Repartições Centraes de Estatística;
- c) de um representante de cada um dos Ministerios do Exterior, da Guerra e da Marinha, bem assim do da Viação e de outros que venham a ser creados, enquanto não possuirem repartições centraes de estatística, nos termos do art. 10, § 1º, n. III, do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934.

Art. 7.º As Juntas Executivas Regionaes, sempre que não prevalecerem, na legislação respectiva, disposições analogas ás adoptadas na organização federal (art. 10, § 1º, n. 1, e artigo 11, §§ 1º e 2º, do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934), serão presididas pelos directores das repartições regionaes de estatística geral. Na hypothese contraria, estes directores serão os secretarios natos das respectivas Juntas, e, como taes, obrigatoriamente considerados assessores e supplentes dos presidentes das Juntas Regionaes na Assembléa Geral do Conselho.

Paragrapho unico. Constituem essas Juntas:

- a) os directores e os chefes de secção ou funcionarios de hierachia equivalente das repartições regionaes integradas no Instituto;
- b) os directores geraes das repartições regionaes que possuirem apenas secções de estatística filiadas ao Instituto;
- c) os chefes dessas secções especializadas de estatística;
- d) os chefes ou directores das repartições ou serviços de estatística dos municipios das capitaes dos Estados e do Territorio do Acre;
- e) um representante do Estado Maior da Região, com jurisdição militar no Estado e um delegado do Estado Maior da Armada, devidamente credenciados para tal fim.

Art. 8.º A Assembléa Geral fixará o numero das Comissões Technicas, as quaes se comporão, em cada caso, de cinco membros especializados no assumpto respectivo e eleitos, pela Assembléa, entre todos os membros do Conselho Nacional, dous desses membros deverão ser da administração federal, a elles competindo as funções de presidente e relator, respectivamente; os demais membros serão todos da administração regional ou local, de unidades politicas diferentes, na

hypothese de não figurar no Conselho, representante de entidade officializada ou particular, especialmente interessada no assumpto, a cargo da Commissão, caso em que esse representante occupará um dos tres logares, como membro nato da Commissão.

Art. 9.º A assembléa geral reunir-se-á, annualmente, a 1 de julho, realizando tantas sessões quantas forem necessarias. As Juntas Executivas reunir-se-á ordinariamente no primeiro dia util de cada quinzena, realizando as sessões extraordinarias que forem necessarias. As Commissões Technicas trabalharão, em todo o correr do anno, mediante correspondencia promovida pelo respectivo presidente ou pelo relator. Os seus relatorios deverão ser presentes á Junta Executiva Central, até 31 de março de cada anno.

## II — Atribuições dos órgãos do Conselho

Art. 10. A assembléa geral compete orientar e dirigir o Instituto, mediante deliberação directa ou delegação á Junta Executiva Central, exercendo ampla jurisdicção technica no que se referir a todos os serviços filiados, gozando de autonomia administrativa quanto aos serviços cuja organização e movimentação forem confiados ao mesmo Instituto, na forma dos arts. 7.º e 8.º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934.

Paragrapho unico. São attribuições expressas da Assembléa Geral as seguintes:

- a) elaborar o seu regimento interno e o das Juntas Executivas — Central e Regionaes;
- b) baixar as instrucções por que se devem regular os órgãos do Instituto nas suas relações entre si e com o proprio Conselho;
- c) caracterizar as estatisticas que se devem considerar da competencia privativa das organizações federaes ou das organizações regionaes, fixando ao mesmo tempo as normas para que, no menor prazo possivel, os resultados de umas e outras sejam communicados a todos os órgãos do Instituto aos quaes possam interessar;
- d) suggerir os criterios e processos pelos quaes as estatisticas de caracter regional, ora levantadas e elaboradas pela União, possam ser, aos poucos, transferidas á responsabilidade dos serviços regionaes, desde que estes se sintam com a eficiencia necessaria para assegurar-lhes a continuidade e perfectibilidade; fixar, outrossim, a acção colectiva dos serviços nacionaes, onde esta fór solicitada ou julgada ainda necessaria;
- e) organizar, regulamentar e administrar as delegacias ou agencias de actuação regional ou local necessarias para completar o systema dos órgãos do Instituto, bem como os demais serviços filiados, quando estes ou aquellas vierem a ficar sob a responsabilidade do mesmo Instituto, nos termos dos arts. 7.º e 8.º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934;
- f) Suggestir ao Governo da Republica e aos Governos regionaes e locais, conforme o caso, para o competente exame e deliberação, as alterações de regulamentos que os serviços de estatistica forem exigindo para o seu aperfeiçoamento organico;

g) representar, em tempo opportuno, ás autoridades competentes, para que na legislação e nos planos e normas dos serviços publicos, não se incluam dispositivos que prejudiquem, de qualquer fórma, as fontes e a elaboração da estatística nacional;

h) propôr aos órgãos governativos competentes as providencias necessarias ao normal desenvolvimento das finalidades do Instituto;

i) providenciar para a constituição dos recursos financeiros, de caracter facullativo, previstos no art. 24 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, fazer-lhes a distribuição e fiscalizar-lhes a applicação;

j) autorizar os accordos e contractos que o Instituto haja de realizar para a consecução de seus objectivos;

k) fixar o plano de organização e funcionamento das Comissões Technicas, tendo em vista a elaboração de projectos, pareceres ou estudos de caracter especializado necessarios aos trabalhos do Instituto.

Art. 11. A' Junta Executiva Central compete cumprir e fazer cumprir as deliberações da assembléa geral e resolver os casos omessos, *ad-referendum*, da mesma assembléa, sempre que o exijam a continuidade e a boa ordem dos serviços do Instituto.

Art. 12. A's Juntas Executivas Regionaes compete cumprir e fazer cumprir as deliberações de caracter geral da Assembléa Geral e da Junta Executiva Central, e tomar as medidas necessarias á coordenação e desenvolvimento dos serviços estatísticos regionaes e municipaes sob sua jurisdição, resolvendo com autonomia o que fór materia privativa da economia interna dos respectivos systemas.

Art. 13. A's Comissões Technicas compete estudar e projectar a systematização technica e os melhoramentos progressivos das estatísticas comprehendidas nos respectivos programmas, expondo as conclusões do seu trabalho em relatorios annuaes á Junta Executiva Central, que os fará publicar e os submeterá com o seu parecer á Assembléa Geral.

Art. 14. Os regimentos especiaes, instrucções e planos da competencia da Assembléa Geral, serão por ella baixados directamente ou por delegação á Junta Executiva Central.

Art. 15. O Conselho terá ainda um corpo de Assessores de Estatística, que serão eleitos directamente pela Assembléa Geral, ou mediante delegação desta, pelas Juntas Executivas Central e Regionaes, nas condições do numero e requisitos que a Assembléa fixar.

Paragrapho unico. O Corpo de Assessores de Estatística se constituirá:

a) de representantes das principaes instituições economicas, sociaes, culturaes ou religiosas, de expressão nacional;

b) de especialistas em materia de estatística)

### III — Disposições geraes

Art. 16. Não serão remunerados os membros do Conselho, nem os Assessores, cujas funções constituem, entre tanto, título de relevante benemerencia publica. Aos membros

da Assembléa Geral não residentes na Capital Federal, nem no Estado do Rio de Janeiro, será paga, porém, por ocasião das respectivas sessões, a ajuda de custo de um conto de réis (1.000\$000), correndo essa despesa e a das competentes passagens, por conta das verbas proprias do Governo Federal.

**Art. 17.** As deliberações do Conselho, sejam as da Assembléa Geral, sejam as das Juntas Executivas, terão a designação de "resoluções", as quaes serão redigidas, em forma articulada e indicadas, para cada órgão deliberativo, pelo respectivo numero de ordem.

§ 1.º Essas "resoluções", depois de publicadas no órgão official competente, serão obrigatoriamente communicadas:

a) as da Assembléa Geral e da Junta Executiva Central, a todas as Juntas Executivas Regionaes;

b) as das Juntas Executivas Regionaes, á Junta Executiva Central.

§ 2.º Das "resoluções" dos varios órgãos do Conselho, a Secretaria Geral do Instituto manterá em dia a competente collectanea, reunindo-a, annualmente, em publicação especial que organizará, sob a designação de "Annaes do Instituto Nacional de Estatística".

§ 3.º Essa publicação se destinará igualmente a registrar os actos legislativos, relatorios, instrucções, modelos, memoriaes, etc., que constituam elementos historicos do desenvolvimento da estatística brasileira.

**Art. 18.** Approvadas pelo Conselho as Instrucções para o concurso a que se refere a clausula segunda, letra p, da Convenção Nacional de Estatística, e, si o orçamento federal não houver destinado verba especial para os respectivos premios, o orçamento do Instituto reservará a importancia competente destacada da verba global que lhe fôr consignada.

**Art. 19.** O Conselho Nacional de Estatística installar-se-á com a primeira reunião da sua Assembléa Geral, que será convocada extraordinariamente para o dia 15 de dezembro do corrente anno, afim de deliberar sobre a parte da Convenção a executar-se no proximo exercicio.

§ 1.º Para o fim deste artigo, a Junta Executiva elaborará as normas geraes da organização e movimentação, com concurso dos órgãos estatísticos regionaes, dos inqueritos necesarios á orbita federal. Essas normas serão communicadas aos Governos Regionaes, afim de que, estudadas pelos órgãos competentes, os respectivos representantes, na Assembléa Geral, recebam poderes e instrucções para que esta tome as deliberações convenientes á coordenação e unificação dos resultados das estatísticas brasileiras.

§ 2.º Na reunião inaugural do Conselho, os delegados dos Governos Regionaes deverão ser os chefes ou directores dos mais importantes serviços de estatística subordinados aos mesmos Governos, ou, não sendo isto possivel, pessoas com especialização que as qualifique para o exercicio desse mandato.

Art. 20. O presidente do Instituto Nacional de Estatística providenciará para que, dentro do prazo de 15 dias, a contar da publicação deste decreto, passe a Junta Executiva Central a funcionar com a composição prevista no art. 6º.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1936, 115º da Independência e 48º da República.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

*Arthur de Souza Costa.*

*Vicente Ráo.*

*Marques dos Reis.*

*General João Gomes.*

*Henrique A. Guilhem.*

*Odilon Braga.*

*Gustavo Capanema.*

*Agamemnom Magalhães.*

---

DECRETO N. 1.201 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar, na cidade de João Pessoa, Estado da Parahyba, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada "Caixa de Crédito Popular"*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, de accordo com as alíneas a e c, art. 17, do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder autorização para se constituir na forma da mesma lei, em João Pessoa, Estado da Parahyba, a Sociedade Cooperativa de responsabilidade limitada, "Caixa de Credito Popular" e, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura, para o respectivo funcionamento.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1936, 115º da Independência e 48º da República.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

## DECRETO N. 1.202 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar á Cooperativa Popular para Construcções de casas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, de accordo com a letra c do art. 17 do decreto numero 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder autorização para se constituir, na fórma da mesma lei á Cooperativa Popular para Construcção de Casas, e, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produccão do Ministerio da Agricultura, funcionar, tendo sua area de acção limitada ao Districto Federal, Nietheroy, Petropolis, S. Paulo, Santos, Juiz de Fóra e Bello Horizonte.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1936. 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 1.203 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, adhesão, extensão e applicação, por parte de varios paizes, da Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação da Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929, por parte dos seguintes paizes:

Gran-Bretanha, Commonwealth da Australia, Belgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, India, Estado Livre da Irlanda, Italia, pelas Colonias de Libya, Erythrea, Somalia e as ilhas do mar Egeu; Japão, Paizes Baixos, Noruega, Hespanha, Suecia, Estados Unidos da America (com reservas);

E, bem assim, dos instrumentos de adhesão, por parte dos Governos dos seguintes paizes:

Argentina, Bulgaria, China, Cidade Livre de Dantzic, Egypto, Esthonia, Hungria, Islandia, Nova Zelândia, Panamá, Polonia, Portugal;

Relativamente á extensão da mesma Convenção, por parte dos seguintes paizes:

Japão ao Chosen, Taiwan e Territorio sob mandato de Kwantung;

Relativamente á applicação da mesma Convenção, por parte de Hong Kong, Estabelecimentos dos Estreitos e Indias Neerlandezas, — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada Britannica nesta Capital, por nota de 8 de outubro de 1936, enviada com a lista dos paizes que ratificaram, adheriram, applicaram e estenderam á referida Convenção, documentos esses cujas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

### TRADUÇÃO OFFICIAL

#### EMBAIXADA BRITANNICA

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1936.— N. 138. (9/135/36).

Sr. Ministro:

Com referencia á nota n. 134, de 25 de setembro ultimo, tenho a honra de informar a V. Ex. que a ratificação, pelos Estados Unidos da America, da Convenção Internacional para a salvaguarda da vida no mar, firmada em Londres, a 31 de maio de 1929, foi depositada nos archivos do Ministerio do Exterior, a 7 de agosto de 1936, e entrará em vigor, de accordo com o art. 64 da Convenção, a 7 de novembro de 1936.

Essa ratificação foi sujeita pelo Senado dos Estados Unidos, ás tres seguintes reservas:

I) Nada da presente Convenção será de molde a autorizar alguém a prender qualquer marinheiro, contra sua vontade, em um porto sob jurisdicção dos Estados Unidos da America, seja elle cidadão dos Estados Unidos ou estrangeiro, a bordo do navio mercante nacional ou estrangeiro, quando tal marinheiro foi ahí admittido com membro da tripulação do navio, ou então obrigar-o a seguir nesse navio contra sua vontade.

II) Nada, na presente Convenção, poderá annullar ou modificar a Parte 4ª da "Lei do Marinheiro", approvada a 4 de março de 1915, 38 stat. 1.164, de accordo com a interpretação da Suprema Corte dos Estados Unidos, na questão *Stratheim V. Dillon*, 252 U. S. 348, e

III) Nada, na presente Convenção, impedirá os officiaes dos Estados Unidos da America, que exercem o controle dos Navios, previsto no art. 54, de fazerem tal inspecção em navios sob a jurisdicção dos Estados Unidos, quando fôr necessario determinar si as condições de navegabilidade dos mesmos correspondem substancialmente ás estipuladas no certificado, si o navio está sufficiente e efficientemente equi-

pado e póde proseguir viagem, sem perigo para os passageiros ou para a tripulação, ou impedirá os officiaes de sustarem o levantamento de ferros de qualquer navio que julgarem não poder proseguir viagem, com segurança, até que o mesmo esteja em condições de fazel-o, sem perigo para os passageiros ou para a tripulação.

Inclusa á presente, vac uma lista dos paizes que ratificaram ou adheriram á Convenção, com a data do deposito do instrumento de ratificação ou adhesão.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex. a segurança de minha mais alta consideração. — *Hugh Gurney.*

---

**Lista dos paizes que ratificaram e adheriram á Convenção Internacional para a salvaguarda da vida no mar, 1929:**

Gran-Bretanha, 1 de outubro de 1932;  
 Hong Kong, 1 de maio de 1935;  
 Estabelecimentos dos Estreitos, 1 de maio de 1935;  
 Argentina, 19 de outubro de 1933;  
 Commonwealth da Australia, 23 de dezembro de 1935;  
 Belgica, 29 de maio de 1935;  
 Bulgaria, 4 de setembro de 1933;  
 Canadá, 1 de outubro de 1932;  
 China, 14 de fevereiro de 1935;  
 Dantzig, 30 de janeiro de 1933;  
 Dinamarca, 3 de junho de 1930;  
 Egypto, 24 de julho de 1936;  
 Esthonia, 12 de julho de 1935;  
 Finlandia, 1 de outubro de 1932;  
 França, 1 de outubro de 1932;  
 Allemanha, 1 de outubro de 1932;  
 Hungria, 1 de janeiro de 1933;  
 Islandia, 6 de janeiro de 1933;  
 India, 1 de outubro de 1934;  
 Estado Livre da Irlanda, 8 de fevereiro de 1934;  
 Italia, pelas Colonias da Libya, Erythrea, Somalia e as ilhas do mar Egeu, 30 de agosto de 1935;  
 Japão, pelo Chosen, Taiwan e Territorio sob mandato de Kwantung, 12 de julho de 1935;  
 Paizes Baixos, 20 de outubro de 1930;  
 Indias Neerlandezas, 1 de maio de 1935;  
 Nova Zelandia, 19 de novembro de 1934;  
 Noruega, 1 de outubro de 1932;  
 Panamá, 13 de julho de 1936;  
 Polonia, 4 de junho de 1934;  
 Portugal, 6 de janeiro de 1933;  
 Hespanha, 22 de junho de 1932;  
 Suecia, 1 de outubro de 1932;  
 Estados Unidos da America, 7 de agosto de 1926.

---



## DECRETO N. 1.204 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publica a ratificação, por parte do Governo da Esthonia, do Accôrdo sobre Barcas-pharões tripuladas, que se acham fóra do seu posto normal, firmado em Lisbôa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da balizagem e de illuminação das costas, realizada na mesma Capital.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a ratificação, por parte do Governo da Esthonia, do Accôrdo sobre Barcas-Pharões tripuladas, que se acham fóra do seu posto normal, firmado em Lisbôa, a 23 de outubro de 1930, por ocasião da Conferencia para verificação da balizagem e de illuminação das costas, realizada na mesma Capital — conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 28 de setembro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## TRADUÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES

(C. L. 172.1936. VIII)

**Accôrdo sobre barcas-pharões tripuladas, quando fóra de suas posições normaes**

*Ratificação da Esthonia*

Genebra, 28 de setembro de 1936.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que, de conformidade com as disposições do artigo 4° do Accôrdo sobre barcas-pharões tripuladas, quando fóra de suas posições normaes, firmado em Lisbôa, a 23 de outubro de 1930, o Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Delegado permanente da Esthonia junto á Liga das Nações,

depositou no Secretariado, a 16 de setembro de 1936, o instrumento de ratificação por S. Ex. o Presidente da Republica da Esthonia relativo a este Accôrdo.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o Conselheiro Juridico do Secretariado — *L. A. Podestá Costa*.

---

DECRETO N. 1.205 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publica a adhesão do Governo da Finlandia á Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo da Finlandia á Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931 — conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 13 de outubro do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

LIGA DAS NAÇÕES

(C. L. 176.1936.XI)

**Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes e Protocollo de Assignatura**

**(Genebra, 13 de julho de 1931)**

*Adhesão da Finlandia*

Genebra, 13 de outubro de 1936.

Tenho a honra de informar a V. Ex. que o Sr. Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, Delegado perma-

nente da Finlândia junto á Liga das Nações, depositou no Secretariado, a 25 de setembro de 1936, o instrumento de adesão de S. Ex. o Presidente da Republica da Finlândia á Convenção para limitar a fabricação e regulamentar a distribuição dos estupefacientes, bem como o Protocollo de Assinatura, firmados em Genebra, a 13 de julho de 1931.

Queira acceitar os protestos da minha alta consideração.

Pelo Secretario Geral, o Conselheiro Juridico do Secretariado — *L. A. Podestá Costa*.

---

DECRETO N. 1.206 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 1.207 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito de 200:000\$000, para pagamento das despesas decorrentes da lei n. 230, de 31 de julho de 1936.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 8º da lei n. 230, de 31 de julho de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do artigo 93 do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito especial na importancia de duzentos contos de réis (200:000\$000) para attender ás despesas decorrentes da lei n. 230, de 31 de julho do corrente anno, neste exercicio.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 49º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

## DECRETO N. 1.208 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1936

*Autoriza Magalhães & Irmão a comprar pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e, tendo em vista o decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, que regula a industria da faiscação do ouro alluvionar e o commercio de pedras preciosas, decreta:

Artigo unico. Ficam autorizados Magalhães & Irmão, estabelecidos em Serro, Estado de Minas Geraes, a comprar pedras preciosas, na 2ª zona de garimpagem, nos termos do artigo 7º do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, constituindo titulo desta autorização uma via authentica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.209 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda o credito especial de 282:857\$000, para pagamento de differença de vencimentos a funcionarios do Tribunal de Contas que serviram na Recebedoria do Districto Federal.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 271, de 9 do outubro do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 282:857\$000 (trezentos e oitenta e dois contos oitocentos e cincoenta e sete mil réis), destinado a attender ao pagamento de differença de vencimentos aos funcionarios constantes da relação abaixo, que serviram, em character provisorio, na Recebedoria do Districto Federal, em virtude do decreto n. 20.167, de 1 de janeiro de 1931, no periodo de 11 de julho a 29 de maio de 1934:

1º escripturario Candido Venancio Pereira Peixoto (exercicio de 11 de julho de 1934 a 29 de maio de 1934 — 35 mezes) — 33:182\$800

2º escripturario Octaviano de Menezes Bastos (exercício de 11 de julho de 1931 a 29 de maio de 1934 — 35 mezes) — 16 quotas..	27:424\$200
3º escripturario Eurico Limoeiro (exercício de 11 de julho de 1931 a 29 de maio de 1934 — 35 mezes) — 16 quotas.....	27:424\$200
3º escripturario João Manoel Corrêa da Silva (exercício de 11 de julho de 1931 a 3 de janeiro de 1935 — 19 mezes) — 16 quotas	12:178\$100
1º escripturario Irene Moreira Americano- (exercício de 1º de junho de 1932 a 29 de maio de 1934 — 24 mezes) — 16 quotas..	18:535\$800
2º escripturario Joaquim Pontes de Miranda Neto (exercício de 5 de janeiro de 1933 a 29 de maio de 1934 — 17 mezes) — 16 quotas .....	15:206\$000
2º escripturario Pompilio da Silveira Paiva (exercício de 4 de junho de 1932 a 29 de maio de 1934 — 35 mezes) — 12 quotas..	27:239\$900
3º escripturario Antonio Ribeiro dos Santos Filho (exercício de 11 de julho de 1931 a 29 de maio de 1934) — 12 quotas.....	27:363\$100
3º escripturario Clovis Xavier de Andrade Pe- drosa (exercício de 11 de julho de 1931 a 29 de maio de 1934) — 12 quotas.....	27:235\$900
3º escripturario Pedro de Araujo Rangel (exerci- cício de 11 de julho de 1931 a 27 de abril de 1933) — 12 quotas.....	11:533\$200
1º escripturario Victor Alvaro Moreira (exerci- cício de 11 de julho de 1931 a 29 de maio de 1934) — 8 quotas.....	20:323\$100
1º escripturario Ignacio Silva (exercício de 21 de agosto de 1931 a 29 de maio de 1934) — 8 quotas .....	20:053\$900
2º escripturario Edgard Britto Chaves (exerci- cício de 11 de julho de 1931 a 29 de maio de 1934 — 36 mezes) — 16 quotas.....	27:424\$200
3º escripturario João Albuquerque Maranhão (exercício de 11 de julho de 1931 a 3 de outubro de 1933) — 12 quotas.....	20:015\$000
3º escripturario Juvenal de Oliveira Santos (exercício de 26 de maio de 1932 a 2 de abril de 1934) — 12 quotas.....	15:773\$600
3º escripturario Gladstone Rodrigues Duarte (exercício de 11 de julho de 1931 a 30 de junho de 1933 — 24 mezes) — 12 quotas	12:605\$100
3º escripturario Jenserico de Assis (exercício de 11 de julho de 1931 a 24 de julho de 1932 — 13 mezes) — 12 quotas.....	4:792\$500
3º escripturario José Alcides Bonenti (exercício de 8 de agosto de 1931 a 23 de maio de 1933 — 22 mezes) — 12 quotas.....	11:716\$300

3º escripturario Adolpho Martinez dos Reis (exercicio de 1 de agosto de 1932 a 24 de maio de 1933 — 10 mezes) — 12 quotas..	6:483\$600
4º escripturario Tancredo Gomes (exercicio de 30 de dezembro de 1931 a 23 de maio de 1933) — 8 quotas.....	8:320\$000
5º escripturario José Barros (exercicio de 9 de agosto de 1931 a 15 de junho de 1933 — 23 mezes) — 8 quotas.....	8:023\$900
	<hr/> 382:857\$000 <hr/>

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

DECRETO N. 1.210 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1936

*Approva alterações introduzidas nos estatutos da North British and Mercantile Insurance Company Limited pela assembléa geral extraordinaria dos seus accionistas realizada a 28 de novembro de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma North British and Mercantile Insurance Company Limited, com séde em Londres, Inglaterra, autorizada, pelo decreto n. 8.881, de 7 de agosto de 1911, a funcionar, no Brasil, em operações de seguros terrestres e maritimos, resolve approvar as alterações introduzidas nos seus estatutos pela assembléa geral extraordinaria dos respectivos accionistas realizada a 28 de novembro de 1935, continuando a alludida sociedade integralmente sujeita ás leis e regulamentos vigentes, ou que vierem a vigorar, sobre o objecto de sua autorização.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhaes.*

## DECRETO N. 1.211 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1936

*Autoriza o cidadão Antonio Joaquim Pereira a comprar e exportar pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e, tendo em vista o decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, que regula a industria da faiscação do ouro alluvionar e o commercio de pedras preciosas:

Decreta:

Artigo unico. Fica autorizado o cidadão Antonio Joaquim Pereira a comprar e exportar pedras preciosas, nos termos do art. 7º do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, constituindo titulo desta autorização uma via authentica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 1.212 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 730\$000 para pagamento da differença de vencimentos a Josué Nascimento de Oliveira*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: usando da autorização contida na lei n. 116, de 13 de novembro de 1935, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de setecentos e trinta mil réis (730\$000), para attender ao pagamento de differença de vencimentos a Josué Nascimento de Oliveira, carpinteiro do Stand do Tiro Nacional.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*General João Gomes.*

---

## DECRETO N. 1.213 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre, ao Ministerio da Educação e Saude Publica, o credito suplementar de 3.000:000\$, á sub-consignação n. 52 — Material da verba 1ª — Secretaria de Estado, do orçamento vigente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere a lei n. 275, de 15 do outubro de 1936, e sendo ouvido o Ministerio da Fazenda e o Tribunal de Contas a respeito, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica, o credito suplementar de tres mil contos do réis (3.000:000\$) á sub-consignação n. 52 — Para os serviços de defesa contra a febre amarella — consignação Material — Verba 1ª — Secretaria de Estado, do vigente orçamento, e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Cupanema.*

## DECRETO N. 1.214 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1936

*Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados de Pernambuco, Bahia, S. Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxilios, no corrente exercicio, ás instituições nos Estados de Pernambuco, Bahia, S. Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Geraes, abaixo indicadas, devendo o pagamento do auxilio, no segundo semestre, ser feito nos termos do decreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação n. 1 da verba 24ª, Subvenções, art. 3º (anexo n. 5) da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935:

Companhia de Caridade — Recife — Pernambuco	50:000\$000
Asylo Bom Pastor — Salvador Bahia (diferença).....	20:000\$000
Casa da Criança — Jundiahy — S. Paulo.....	5:000\$000
Instituto das Pequenas Missionarias de Maria Immaculada — S. José dos Campos — São Paulo (diferença).....	2:000\$000
Asylo Bom Pastor — Pelotas — Rio Grande do Sul.....	10:000\$000



Asylo de Mendigos — Pelotas — Rio Grande do Sul.....	30:000\$000
Circulo Operario Pelotense — Pelotas — Rio Grande do Sul.....	10:000\$000
Hospital dos Pobres — S. Borja Rio Grande do Sul (2° semestre).....	30:000\$000
Irmandade do Santissimo Sacramento e S. Francisco de Paula — Pelotas — Rio Grande do Sul.....	5:000\$000
Sociedade de Educação Christã — Pelotas — Rio Grande do Sul.....	5:000\$000
Escola Normas do Collegio S. José Santos Dumont — Minas Geraes (differença).....	5:000\$000
<b>Total.....</b>	<b>172:000\$000</b>

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

DECRETO N. 1.215 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ractificação, por parte do Governo da Republica do Panamá, do Tratado Anti-Bellico de não Aggressão e Conciliação, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de outubro de 1933.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Republica do Panamá, do Tratado Anti-Bellico de não Aggressão e Conciliação, firmado no Rio de Janeiro, a 10 de outubro de 1933, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada Argentina nesta Capital, por nota de 16 do corrente, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*José Carlos de Macedo Soares.*

## TRADUÇÃO OFFICIAL

N. 202.

A Embaixada Argentina tem a alta satisfação de dirigir-se ao Ministerio das Relações Exteriores do Brasil, afim de levar ao seu conhecimento haver recebido um despacho telegraphico da Chancellaria Argentina, informando que, a 12 do corrente mez, o Govenro da Republica de Panamá depositou o Instrumento de Ratificação do Tratado Anti-Bellico de não Aggressão e Conciliação, firmado nesta capital, no dia 10 de outubro de 1933.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1936.

---

## DECRETO N. 1.216 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre o credito de 6.190:000\$000, suplementar á verba 14ª do orçamento vigente, do Ministerio da Viação e Obras Publicas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização confida no artigo unico da lei n. 266, de 6 de outubro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fôrma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica:

Resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 6.190:000\$000 (seis mil cento e noventa contos de réis). suplementar á verba 14ª — Construcções, melhoramentos e aparelhamentos — II — Portos e Navegação — sub-consignação n. 35 — Proseguimento de obras e melhoramentos na Baixada Fluminense — da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 49º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 1.217 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.727:824\$800, para liquidação de compromissos das estradas de rodagem nos Estados do Paraná e Santa Catharina.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 235, de 10 de agosto de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica,

Resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.727:824\$800 (mil setecentos e vinte e sete contos oitocentos e vinte e quatro mil e oitocentos réis), para liquidação final dos compromissos já assumidos com a construção e conservação das estradas de rodagem nos Estados do Paraná e Santa Catharina, pela respectiva comissão, até 31 de dezembro de 1934.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1936. 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa*

## DECRETO N. 1.218 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre o credito especial de 45:900\$000 para pagamento dos vencimentos do pessoal da Delegação da Contadoria Central da Republica junto á Inspectoria Federal de Obras contra as Secas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 3º da lei n. 230, de 20 de outubro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 45:900\$000 (quarenta e cinco contos, novecentos mil réis), para pagamento dos vencimentos do

pessoal da Delegação da Contadoria Central da Republica junto á Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas, relativos ao 2º semestre do corrente anno.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1936, 115º de Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

**DECRETO N. 1.219 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1936**

*Abre o credito especial de 15:480\$000 para pagamento do abono provisorio ao pessoal da Delegação da Contadoria Central da Republica junto á Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 3º da lei n. 280, de 20 de outubro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 15:480\$000 (quinze contos quatrocentos e oitenta mil réis) para pagamento do abono provisorio do pessoal da Delegação da Contadoria Central da Republica junto á Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas, no 2º semestre do corrente anno.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

**DECRETO N. 1.220 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1936**

*Crea uma collectoria para arrecadação das rendas federaes em "Presidente Wenceslau", municipio do Estado de São Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, n. 4, da Constituição Federal e de accordo com o que esta-

belece o art. 6º do decreto n. 24.502, de 29 de junho de 1934, resolve crear uma collectoria para arrecadação das rendas federaes em "Presidente Wenceslau", municipio do Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.221 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1936

*Crea uma collectoria para arrecadação das rendas federaes em "Paraguassú", municipio do Estado de São Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe são conferidas pelo art. 56, n. 1, da Constituição Federal e de accordo com o que estabelece o art. 6º do decreto n. 24.502, de 29 de junho de 1934, resolve crear uma collectoria para arrecadação das rendas federaes em "Paraguassú", municipio do Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.222 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre o credito especial de 6.000:000\$, para attender ao pagamento de obras da electrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 269, de 8 de outubro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica,

Resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito especial de 6.000:000\$000 (seis mil contos de réis), destinado ao custeio de obras complementares da electrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1936. 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.223 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre o credito especial de 151:700\$ para pagamento de differença de vencimentos e membros do Corpo Diplomatico*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 220, de 6 de julho ultimo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 151:700\$000 (cento e cincoenta e um contos e setecentos mil réis) para pagamento das importancias de 76:200\$000 (setenta e seis contos e duzentos mil réis) e 75:500\$000 (setenta e cinco contos e quinhentos mil réis), respectivamente, aos embaixadores Oscar de Teffé e Antonio Brionne Feitosa, correspondentes á differença de vencimentos a que têm direito, o primeiro quanto ao periodo de 19 de fevereiro de 1931 a 15 de maio de 1935, e o segundo no periodo de 9 de março de 1931 a 15 de maio de 1935.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1936. 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 1.224 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 327:079\$900, para reforço de diversas verbas do orçamento do mesmo ministerio para 1936*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 265, de 6 de outubro findo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas nos termos do art. 92 do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Ficam abertos ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os seguintes creditos supplementares de consignações orçamentarias: de 228:348\$000 (duzentos e vinte e oito contos trezentos e quarenta e oito mil réis) supplementar á sub-consignação n. 7, da verba 7ª — Policia Militar — e destinado á alimentação das praças; de 68:928\$000 (sessenta e oito contos novecentos e vinte e oito mil réis) supplementar ás mesmas sub-consignações e verba, destinado á diaria de \$500 (quinhentos réis) ás praças reengajadas; de 3:284\$000 (tres contos duzentos e oitenta e quatro mil réis) supplementar ás mesmas sub-consignações e verbas mencionadas, destinado ao adicional de 10% (dez por cento) aos sargentos, musicos assemelhados, que tiverem mais de 10 e 15 annos de serviço; e, finalmente, de 26:519\$900 (vinte e seis contos quinhentos e dezenove mil e novecentos réis) supplementar á sub-consignação n. 7, da verba n. 41 — Corpo de Bombeiros — destinado a pagamento de vencimentos de praças e officiaes reformados.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

Arthur de Souza Costa.

## DECRETO N. 1.225 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre o credito de 180:000\$000 (cento e oitenta contos de réis), supplementar á verba 2ª do orçamento vigente do Ministerio da Viação e Obras Publicas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no artigo unico da lei n. 263, de 5 de outubro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabili-

dade Publica, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 180:000\$000 (cento e oitenta contos de réis), supplementar á verba 2ª — Correios e Telegraphos— Titulo II — N. 3 — Diversas despesas, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935, para pagamento do abono de montada a que tem direito os carteiros que trabalham na zona rural.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.226 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Ouro Preto, no Estado de Minas Geraes, durante o dia 8 do corrente mez de dezembro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Ouro Preto, no Estado de Minas Geraes, durante o dia 8 do corrente mez de dezembro, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.227 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 1.228 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre o credito supplementar de 28.800:000\$000 (vinte e oito mil e oitocentos contos de réis), á sub-consignação n. 9, da verba 3ª do vigente orçamento do Ministerio da Viação e Obras Publicas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no artigo unico da lei n. 250, de 21 de setembro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de



Contas, na fôrma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 28.800:000\$000 (vinte e oito mil e oitocentos contos de réis), supplemmentar á sub-consignação n. 9 da verba 3ª — Estrada de Ferro Central do Brasil — annexo n. 7, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.229 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1936

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo a que o art. 1º da lei n. 333, de 3 deste mez, dispõe que o Governo Federal providenciara para que a data de 4 de dezembro de 1936, seja, da fôrma mais solemne e expressiva, commemorada em todo o territorio do Paiz, em homenagem ao transcurso do primeiro centenario do nascimento de Quintino Bocayuva, chefe da propaganda e um dos fundadores da Republica no Brasil, resolve:

Artigo unico. E' declarado feriado nacional o dia 4 de dezembro de 1936; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.230 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, nos municipios de Fructal, Montes Claros, Grão Mogol, Serro e Bocayuva, no Estado de Minas Geraes, durante o dia 13 do corrente mez de dezembro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, nos municipios de Fructal, Montes Claros, Grão Mogol, Serro e Bocayuva, no Estado de Minas Geraes,

durante o dia 13 do corrente mez de dezembro, afim de serem ahi realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.231 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, nos municipios de Contagem, Itabira, Passos, Prados, Pequy, São Sebastião do Paraizo e Muriahé, no Estado de Minas Geraes, durante o dia 8 do corrente mez de dezembro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, nos municipios de Contagem, Itabira, Passos, Prados, Pequy, São Sebastião do Paraizo e Muriahé, no Estado de Minas Geraes, durante o dia 8 do corrente mez de dezembro, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.232 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Vigosa, no Estado de Minas Geraes, durante os dias 13 e 14 de dezembro corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Vigosa, no Estado de Minas Geraes, durante os dias 13 e 14 do corrente mez de dezembro,

afim de alli serem realizadas eleições municipais; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.233 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Diamantina, no Estado de Minas Geraes, durante os dias 8 e 13 do corrente mez de dezembro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Diamantina, no Estado de Minas Geraes, durante os dias 8 e 13 do corrente mez de dezembro, afim de alli serem realizadas eleições municipais; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.234 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Bomfim, no Estado de Minas Geraes, durante os dias 8, 9, 10, 12 e 13 do corrente mez de dezembro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Bomfim, no Estado de Minas Geraes, durante os dias 8, 9, 10, 12 e 13 do corrente mez de dezembro, afim de serem alli realizadas eleições municipais; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 1.235 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Perdões, no Estado de Minas Geraes, durante os dias 8 e 9 do corrente mez de dezembro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Perdões, no Estado de Minas Geraes, durante os dias 8 e 9 do corrente mez de dezembro, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rão.

## DECRETO N. 1.236 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de São Luiz do Parahytinga, no Estado de São Paulo, durante o dia 13 do corrente mez de dezembro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de São Luiz do Parahytinga, no Estado de São Paulo, durante o dia 13 do corrente mez de dezembro, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Rão.

## DECRETO N. 1.237 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publica a adhesão, pelo Governo da Republica da Tchecoslovaquia, á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, firmada a 9 de setembro de 1886, revista em Berlim a 13 de novembro de 1908 e em Roma a 2 de junho de 1928.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica adhesão, por parte da Republica da Tchecoslovaquia, á Convenção de Berna para a protecção das obras litte-

rarias e artisticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Berlim a 13 de novembro de 1908 e em Roma a 2 de junho de 1928, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Suíça nesta capital, por nota de 25 de novembro ultimo, cuja tradução official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

### TRADUÇÃO OFFICIAL

#### VI. 2-167/2 — WH.

A Legação da Suíça no Brasil tem a honra de levar ao conhecimento do Ministerio das Relações Exteriores que, por nota de 23 de outubro ultimo,, a Legação da Republica da Tchecoslovaquia em Berna notificou ao Conselho federal suíço a adhesão, por parte de seu Governo, á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Berlim, a 13 de novembro de 1908 e em Roma a 2 de junho de 1926.

De accordo com o art. 25, alinea 3, da referida Convenção, applicado por analogia, essa adhesão produzirá effeitos a partir de 30 de novembro de 1936.

Rogando ao Ministerio das Relações Exteriores accusar o recebimento do que precede, a Legação da Suíça aproveita esta occasião para lhe reitterar a segurança de sua alta consideração.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1936.

---

#### DECRETO N. 1.238 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 300:000\$000, para occorrer ás despesas com a instalação e o funcionamento do Conselho Federal, do Serviço Publico Civil e das Commissões de Efficiencia.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 12 das disposições transitorias da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do regulamento ap-

provado pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 300:000\$000 (tresentos contos de réis), para occorrer ás despesas, no actual exercicio, com a instalação e o funcionamento do Conselho Federal do Serviço Publico Civil e das Commissões do Efficiencia.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.239 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o crédito especial de 44:039\$700, para attender ao pagamento da differença de remuneração do pessoal contractado da extincta Directoria Geral de Educação*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 260, de 1 de outubro de 1936, e tendo ouvido o Ministerio da Fazenda e o Tribunal de Contas a respeito, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de quarenta e quatro contos trinta e nove mil e setecentos réis (44:039\$700), para attender ao pagamento da differença de remuneração do pessoal contractado da extincta Directoria Geral de Educação, no periodo de 1 de maio a 15 de agosto de 1934, fazendo-se as necessarias operações de credito.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1936, 115 da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 1.240 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Collegio Americano Baptista, com séde em Recife, Estado de Pernambuco*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio Americano Baptista, com séde em Recife, Estado de Pernambuco.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 1.241 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Gymnasio Cruzeiro do Sul, com séde em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil etc.:

Rosolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 1 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio Cruzeiro do Sul, com séde em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 1.242 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede credits para installação, apparethamento e funcionamento de cadeiras nas Faculdades de Medicina da Bahia, Rio de Janeiro e Porto Alegre*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 270, de 8 de outubro

de 1936, e tendo ouvido o Ministerio da Fazenda e o Tribunal de Contas a respeito, decreta:

Art. 1.º O Ministerio da Educação e Saude Publica dispenderá até as importancias de sessenta contos de réis (60:000\$000), com contos de réis (100:000\$000) e com contos de réis (100:000\$0), com a instalação, aparelhamento e funcionamento, respectivamente, da cadeira de Clinica Propedeutica Cirurgica da Faculdade de Medicina da Bahia, da terceira cadeira de Clinica Cirurgica da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, secção de Traumatologia, e da terceira cadeira de Clinica Medica da Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

Art. 2.º Os encargos ora creados ao Thesouro Nacional correrão á conta da quota de Educação e Cultura, art. 3º, annexo n. 5, lei n. 115, de 13 de novebro de 1935, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

#### DECRETO N. 1.243 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito suplementar na importancia total de 99:555\$400, á verba 3ª do orçamento vigente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 298, de 11 de novembro de 1936, e tendo ouvido o Ministerio da Fazenda e o Tribunal de Contas a respeito, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito suplementar na importancia total de 99:555\$400 para reforço da verba 3ª — Universidade do Rio de Janeiro, do orçamento vigente, sendo:

A' sub-consignação n. 14 — Pessoal — 3ª, do orçamento vigente:

Para pagamento ao Dr. Irineu de Mello Machado, professor de Direito Industrial e Legislação do Trabalho, de 23 de janeiro a 31 de dezembro do corrente anno, a 1:600\$000 mensaes (11 mezes e nove dias).....	18:064\$500
Idem ao Dr. Haroldo Teixeira Valladão, professor de Direito Internacional Privado, 12 mezes a 1:600\$000 mensaes.....	19:200\$000
Idem ao Dr. Eurico de Freitas Valle, professor contractado de Direito Romano, de 16 de abril a 31 de dezembro do corrente anno, a 1:600\$000 mensaes (oito mezes e 15 dias)	13:600\$000



Idem ao Dr. José Bonifácio Olinda de Andrade,  
professor de Sciencias das Finanças, de 18  
de junho a 31 de dezembro do corrente anno,  
a 1:600\$000 mensaas (seis mezes e 13 dias) 10:293\$300  
Total..... 61:157\$800

A sub-consignação n 116 — Pessoal va-  
riavel — VI — verba 3ª do orçamento vigente,  
para pagamento de:

Duas turmas desdobradas de Direito Romano a 533\$300 cada turma, aulas diurnas, durante oito mezes.....	8:532\$800
Duas turmas desdobradas de Direito Inter- nacional Privado, a 533\$300 cada turma, aulas diurnas, durante oito mezes.....	8:532\$800
Duas turmas desdobradas de Direito Industrial e Legislação do Trabalho, a 533\$300 cada turma, aulas diurnas, durante oito mezes...	8:532\$800
Uma turma de Direito Romano, a 533\$300 men- saes, aulas nocturnas, durante oito mezes	4:266\$400
Uma turma de Direito Internacional Privado a 533\$300 mensaas, aulas nocturnas, durante oito mezes.....	4:266\$400
Uma turma de Direito Internacional e Legislação do Traablho, a 533\$300 mensaas, aulas no- cturnas, durante oito mezes.....	4:266\$400
	<hr/> 38:397\$600

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1936, 115º da Inde-  
pendencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

#### DECRETO N. 1.244 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Agricultura o credito extraordinario  
de 300:000\$000, destinado ás obras de restauração do  
Jardim Botânico do Rio de Janeiro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,  
tendo em vista a lei n. 236, de 15 de agosto de 1936 e ouvido o  
Tribunal de Contas na fórmula do art. 94 do Regulamento Geral  
de Contabilidade Publica, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministerio da Agricultura, o  
credito extraordinario de 300:000\$000 (tresentos contos de  
réis), destinado ás obras de restauração do Jardim Botânico  
do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 1.245 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 13 do corrente mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 1.100, de 19 de setembro ultimo, no municipio de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 13 do corrente mez, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.246 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1936

*Approva o Regulamento para Fiscalização, Commercio e Transporte de armas, munições e explosivos, productos aggressivos e materias primas correlatas.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica approved o Regulamento a que se refere o decreto numero 24.602, de 6 de julho de 1934, para Fiscalização, Commercio e Transporte de armas, munições e explosivos, productos aggressivos e materias primas correlatas, que com este baixa, assignado pelo General de divisão Eurico Gaspar Dutra, Ministro de Estado da Guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Eurico Gaspar Dutra.*

---

**REGULAMENTO PARA FISCALIZAÇÃO, COMMERCIO E TRANSPORTE DE ARMAS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS, PRODUCTOS CHIMICOS AGGRESSIVOS E MATERIAS PRIMAS CORRELATAS, A QUE SE REFERE O DECRETO N. 1.246, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1936**

**Objectivos da lei e sua regulamentação**

Art. 1º. Com a presente regulamentação do decreto numero 24.602, de 6 de julho de 1934, o Governo Federal, tem por fim estabelecer sua conveniente execução em todo o territorio da Republica de forma a proporcionar:

a) a fiscalização da organização e funcionamento das fabricas civis de armas e munições de guerra, quando para isso autorizadas;

b) a fiscalização da organização e funcionamento das fabricas civis de armas, munições e explosivos, de que tratam os artigos 3º e 6º do decreto acima referido, regulando sua produção, commercio e transporte;

c) o registro das que se utilizarem de materias primas e productos sujeitos a fiscalização, e, por isso, passíveis de utilização militar;

d) o registro e fiscalização do commercio de armas, munições, explosivos e demais productos mencionados nesta regulamentação, visando acautelar e garantir:

- os altos interesses da defesa militar do paiz;
- a manutenção de sua ordem interna;
- a defesa da sociedade em face da fabricação, armazenagem e commercio de productos perigosos.

Art. 2º. O Governo, se o julgar conveniente, poderá entender as providencias de registro a outras fabricas cuja produção e commercio, tambem possam interessar á defesa militar do paiz e justificar tal medida, tendo em vista sua mobilização parcial ou total para a guerra.

Art. 3º. O registro é medida obrigatoria, geral, para as fabricas e estabelecimentos de commercio mencionados no art. 1º, letras b, c e d, pela forma estabelecida no presente regulamento: a fiscalização permanente e licença especial para funcionamento, porém, só incidirão sobre as especificadas na letra a do citado art. 1º.

Paraphracho unico. A fiscalização das fabricas civis de armas, munições ou explosivos de que trata a letra b do artigo 1º (artigos 3º e 6º do decreto), será realizada de modo diverso, posto que com os mesmos objectivos geraes, não só segundo a natureza dos productos fabricados, como tambem tendo em vista o bom nome, pela qualidade produzida, de que devem gozar os productos de fabricação nacional.

## TITULO I

## Registro e fiscalização das fabricas de armas, munições, explosivos, etc.

## CAPITULO I

## ORGÃOS E FORMA DE EXECUÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

Art. 4º. Os serviços de registro e fiscalização de que trata o presente regulamento serão superintendidos e executados pelo Ministerio da Guerra, por intermedio da Directoria do Material Bellico e Commandos de Regiões, na forma estabelecida na presente regulamentação.

Art. 5º. A D.M.B. centralizará, coordenando, os serviços regionaes que ficarão sob a presidencia dos Commandantes de Regiões Militares, a cargo dos respectivos S.M.B.

Art. 6º. Em cada S.M.B. regional deverá haver pelo menos um official, 1º ou 2º tenente de artilharia ou de engenharia ou, preferencialmente, de qualquer arma com o curso da Escola Technica, encarregado de inspecção e fiscalizar principalmente as fabricas civis a que se refere o artigo 1º, em seu item *b* e secundariamente as de que trata a letra *c*.

§ 1º. Quando as condições regionaes o permittam, a juizo do Director do Material Bellico, devidamente esclarecido pelo Commandante da Região, o serviço estabelecido no presente artigo será accumulado com o de inspecção do Armamento, Viaturas, Munições e Explosivos dos corpos da Região.

§ 2º. No caso contrario, taes serviços serão executados separadamente por officiaes especialmente designados para esses misteres pelos Commandantes de Regiões, sob proposta dos Chefes dos S.M.B. respectivos.

§ 3º. Quando se tratar de fiscalização das fabricas civis de productos de guerra, letra *a* do art. 1º, cada fabrica comportará um official nomeado pelo Ministro da Guerra sob proposta do Director do Material Bellico, habilitado com o curso da Escola Technica e, na falta, por outros que já tenham servido em fabricas e arsenaes.

§ 4º. Esses officiaes serão substituídos annualmente, não podendo exceder esse prazo para uma mesma fabrica.

Art. 7º. Os S.M.B. pautarão sua conducta de forma que a fiscalização de que trata o artigo anterior se regule:

*a)* pelas leis federaes, estaduais e municipaes em vigor e que não collidam com o presente Regulamento;

*b)* pelo Regulamento do S. M. B. (n. 57) nas mesmas condições;

*c)* pelas instrucções que lhe venham a ser prescriptas por aquella Directoria.

Paragrapho unico. Os casos omissos que não possam ser solucionados dentro do espirito desta regulamentação pela D.M.B., serão submettidos á apreciação e solução do Ministro da Guerra.

Art. 8º. Ficam autorizados os commandos do Regiões e a D.M.B. a estabelecer entendimentos com as Policias Civis, quando necessario, de forma que pelas mesmas sejam prestadas as collaborações solicitadas no sentido da descoberta, identificação e fechamento das fabricas ou officinas de fabricação dos materiaes e productos de que trata o artigo 1º, letras a e b, que se não acharem devidamente registradas nos órgãos competentes do Ministerio da Guerra, nos termos desta regulamentação, ou que venham a ter seus titulos cassados.

Paragrapho unico. Identica providencia dirá respeito, tambem, ás fabricas de productos chimicos aggressivos. Esses productos são os que se acham consignados no Titulo II, n. VII.

Art. 9º. A sonegação de informações solicitadas ou a recusa em facilitar os meios de fiscalização poderão determinar, ouvidos os responsaveis, as providencias tendentes ao cancellamento do titulo de registro e consecutiva prohibição de funccionamento sem direito a indemnização alguma.

§ 1º. Esse dispositivo é applicavel tambem a todos quantos tenham se registrado nos termos do artigo 3º do decreto a que se refere esta regulamentação.

§ 2º. A autoridade competente para determinar a cassação do titulo, ou do certificado do registro na vigencia de sua validade, será sempre o Ministro da Guerra, a quem deverão ser prestadas todas as informações a respeito.

Art. 10. Os fiscaes geraes das fabricas civis de que trata a letra b, do art. 1º, são obrigados:

a) a visitar os citados estabelecimentos, no minimo uma vez por anno, examinando cuidadosamente as condições de suas installações e funccionamento, os stocks de materias primas utilizadas, os productos fabricados, para que o sejam de accôrdo com as formulas registradas, a embalagem e depositos não só destes como daquellas, verificando se os ditos estabelecimentos satisfazem as condições technicas de segurança e as exigencias do presente regulamento;

b) a visitar as fabricas que pleiteem registro, verificando as indicações fornecidas em seus requerimentos e ajuizando "in loco" se as mesmas satisfazem as condições geraes e technicas a que se refere esta regulamentação, para o devido funccionamento, ficando habilitados, assim, a prestar as informações em que se devem basear, para concessão do registro, as autoridades superiores;

c) a notificar por escripto, em nome do commandante da Região, ao director do estabelecimento fiscalizado, as irregularidades que lhes deparem e que se não possam attribuir a fraudes, afim de serem sanadas em prazo determinado. Feita qualquer notificação será a mesma immediatamente participada por intermedio do S.M.B. ao commandante da Região;

d) a fiscalizar a forma como se processa a execução das restricções que, de accordo com a letra b, do paragra-pho unico do artigo 1º e n. 2º do art. 3º, ambos do decreto a que se refere esta regulamentação, venham a ser impostas ás fabricas, communicando immediatamente qualquer irregularidade verificada;

e) a apresentar até o dia 1º de dezembro de cada anno, ao Commandante da Região, um relatorio circunstanciado, em duas vias, das inspecções realizadas. Uma das vias destina-se ao archivo do S.M.B. Regional e a outra á D.M.B., como annexo de seu relatorio annual.

Art. 11. Se o responsavel pelo estabelecimento fabril, no caso de eventual irregularidade prevista na letra c, do artigo anterior, não a houver sanado, mediante verificação do fiscal, em nova visita especial, este lavrará um termo, em duas vias, consignando essa circumstancia, o qual deverá ser assignado pelo infractor ou por duas testemunhas no caso desse se negar a fazel-o. Uma das vias do termo será immediatamente enviada ao Commandante da Região por intermedio do S.M.B. acompanhado de uma exposição circumstanciada. O Commandante da Região, que levará em consideração qualquer documento de defesa apresentado pelo infractor, providenciará junto á D.M.B. a applicação da penalidade, se cabivel, segundo os factos e circumstancias que os tenham caracterizado, e usará posteriormente dos meios legais que se fizerem mister para cumprimento da pena arbitrada.

Art. 12. No caso de fraudes comprovadas, será da mesma forma lavrado um termo nas mesmas condições, dando-se sciencia immediatamente ao commandante da Região, que providenciará junto á D.M.B. para applicação da penalidade compativel com o caso.

Art. 13. A ordem de fiscalização das fabricas civis referidas na letra c do art. 1º, ficará a criterio dos commandos de Regiões e D.M.B.

§ 1º. Dentro dos recursos de pessoal disponivel para executal-a, convem preferir aquellas que empregam productos chimicos aggressivos.

§ 2º. Quando determinada, deverá a fiscalização ser executada de forma summaria, visando, principalmente, a verificação do emprego das materias primas e outros productos utilizados de que trata esta regulamentação. Esse exame se estenderá, ainda, aos depositos desses productos, de forma a ajuizar de sua resistencia, ordem e segurança compatíveis com as penalidades e perigos offerecidos pelos artigos depositados.

§ 3º. Nessa ocasião, deverá ser presente, levado pelo official, para confronto, o ultimo mappa apresentado pela fabrica.

§ 4º. Deverá sua direcção prestar todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados em relação ao emprego das materias primas sujeitas a fiscalização quer adquiridas por importação, quer por compra no mercado interno.

Art. 14. Os fiscaes especiais das fabricas civis de productos de guerra são obrigados, além do que prescreve o presente regulamento para as fabricas de armas, munições

e explosivos para usos civis, a fiscalizar rigorosamente a exacção dos compromissos acaso assumidos pelas fabricas para com a D.M.B.

Paragrapho unico. Para isso, são esses estabelecimentos obrigados a conceder-lhes livre accesso em todas as suas dependencias, permittir-lhes o exame das materias primas empregadas, dos processos adoptados na fabricação, machinaria e ferramentas utilizadas.

Art. 15. Quando o estabelecimento fabril estiver produzindo para o Exercito, a fiscalização respectiva será além da que estatue este regulamento, pormenorizada em caderno de encargo especial, acceito e approved pelo estabelecimento fornecedor em contracto firmado.

Art. 16. Não será permittida a fabricação de armas e munições de usos civis, para os typos e calibres de importação não permittida de accordo com esta regulamentação.

Art. 17. Tão logo chegue ao conhecimento da D.M.B. ou dos commands de Regiões a noticia de qualquer explosão em fabrica registrada nos termos desta regulamentação, deverá ser providenciada uma rigorosa inspecção á mesma, devendo o official designado apresentar circumstanciado relatório a respeito.

§ 1º. Nesse relatório, deverá o fiscal consignar suas impressões pessoais, pelo que lhe for dado examinar, visando principalmente os seguintes pontos:

- a) causas effectivas ou provaveis do accidente;
- b) existencia de victimas;
- c) determinação da possibilidade de imprudencia ou erros technicos de fabricação;
- d) qualidade das materias primas empregadas;
- e) especificação dos pavilhões attingidos e extensão dos danos causados;
- f) apreciação sobre a possibilidade ou conveniencia de rapida reconstrucção da fabrica;
- g) condições a serem exigidas para que, com efficiencia e segurança, possa a fabrica retomar seu funcionamento.

§ 2º. Convém, em tal caso, sendo possivel, obter e annexar cópia do laudo consequente á pericia technica determinada pelas autoridades policiaes locais.

## CAPITULO II

### CONDIÇÕES GERAES E TECHNICAS A QUE DEVEM SATISFAZER AS FABRICAS

Art. 18. As fabricas a que se refere o paragrapho unico do art. 1º do decreto n. 24.602 só poderão funcionar se, além das exigencias estipuladas pelas leis federaes, estaduais e municipaes não collidentes com este regulamento, satisfizerem as condições expressas nos arts. que se seguem relativas a suas installações e funcionamento. Esses dispositivos serão tambem applicaveis ás fabricas de que tratam o artigo 3º e 6º naquillo que a cada uma couber.

**Art. 19.** Não serão permittidas installações de fabricas de explosivos no perimetro urbano das cidades.

§ 1º. As installações desta natureza deverão ser sempre afastadas dos nucleos de população e protegidas por accidentes naturaes do terreno.

§ 2º. As fabricas já existentes deverão satisfazer, nesse particular, pelo menos, a tabella de distancias ás casas de habitação mais proximas, de que trata o artigo 22, não podendo portanto armazenar quantidades de explosivos, feitos em desaccordo com a mesma, nem manter durante a fabricação quantidades que ultrapassem o coefferiente da tabella.

§ 3º. As julgadas incapazes de funcconar, por não satisfazerem as condições deste artigo, não poderão ser registradas. Neste caso, será vedada a aquisição de materias primas e deverão ser feitas communicações ás Prefeituras e Policias Civis, das localidades interessadas, indicando o motivo pelos quaes deixa de ser concedida, ou é cassada, a licença de funcconamento.

**Art. 20.** O terreno em que se achar installado o conjuncto de seus pavilhões (de fabricação, de administração, depositos, etc.), será provido de cerca divisoria adequada, em todo seu perimetro, afim de o isolar convenientemente e possibilitar o regime de ordem interna indispensavel a sua garantia e segurança.

§ 1º. As condições e natureza dessa cerca dependem da situação e importancia do Estabelecimento, da especie de sua producção e consequentemente das medidas de segurança e vigilancia que exige, ficando sua determinação, em cada caso, ao criterio dos fiscaes, de accordo ou não com os respectivos proprietarios.

§ 2º. Sempre que possivel taes cercas ou muros serão de alvenaria de tijolo ou de concreto armado com a altura de 2<sup>m</sup>,00 no mínimo.

§ 3º. Para facilitar a fiscalização e a vigilancia, as communicações do Estabelecimento com o exterior devem ser feitas por um só portão, de entrada e sahida, ou, no maximo por dois, destinados, o primeiro ao movimento de pedestres e o segundo ao de vehiculos.

**Art. 21.** A situação isolada das fabricas e seus depositos, dos centros povoados ou de habitações, é imposta pela possibilidade de explosões e dos effeitos terriveis por estas produzidos.

**Art. 22.** As distancias a guardar devem ser taes que, em caso de accidente, os damnos produzidos se tornem os menores possiveis, quando não possam ser evitados.

As distancias entre as habitações mais proximas e o perimetro divisorio de fabricas, se basea na quantidade maxima de polvora e explosivos que possam ser manipulados e mesmo guardados em depositos.

Estas distancias constam da tabella seguinte:

Para 2 toneladas .. .. .	250 metros
Para 5 toneladas .. .. .	500 metros
Para 10 toneladas .. .. .	800 metros
Para 20 toneladas .. .. .	1.200 metros



Se os locais onde estejam ou devam ficar situadas as fabricas e seus depositos offerecerem facilidade de isolamento conveniente, é de boa pratica aproveitarem-se os accidentes naturais do terreno, localizando os edificios entre colinas, elevações, plantações, cerrados de arvores, afim de attenuar os effeitos de eventuaes explosões.

Art. 23. Na localização dos diversos pavilhões sobre o terreno deve-se ter em vista a indispensavel separação entre os serviços de *fabricação* (propriamente dita), *administração* e *deposito* (materias primas e productos finaes).

Art. 24. Por isso os edificios de uma fabrica de materias explosivas, tal seja a sua importancia, devem ser construidas em varios grupos.

Os pavilhões destinados ao preparo de explosivos, constituirão um grupo; os reservados ao das materias explosivas provenientes destas preparações, outro; os propostos ao encartuchamento e embalagem, se preciso, ainda outro.

Os edificios de cada um desses grupos devem ser afastados uns dos outros, pelo menos de 50 metros, obedecida, porém, a tabella de distancias (art. 22).

Os depositos destinados aos explosivos ultimados formam grupo distincto, assim como os edificios que sirvam de habitação.

Esses dois ultimos grupos devem ser convenientemente afastados um do outro, assim como dos primeiros.

Art. 25. As operações de encartuchamento se devem effectuar em locais perfeitamente isolados, por dois operarios no minimo e tres no maximo.

§ 1º. Nesses compartimentos não poderão existir, de cada vez, mais de 60 kgs. de explosivos.

§ 2º. Toda quantidade suplementar será depositada em uma construcção annexa.

§ 3º. Os explosivos devem ser levados a esses locais por operarios especiaes e por meio de solidos taboleiros de madeira com capacidade maxima para 15 kilos.

§ 4º. A ordem e a limpeza devem sempre reinar em cada officina de encartuchamento, não devendo existir ali senão os utensilios necessarios á fabricação dos cartuchos.

Art. 26. As mesas e todos os utensilios em contacto com a nitroglycerina devem ser lavados cuidadosamente com solução quente de sódica caustica.

Art. 27. Ao menos uma vez por mez os assoalhos deverão ser cuidadosamente limpos. Todo traço de nitroglycerina deve ser retirado por lavagem com a solução referida no artigo anterior.

Art. 28. A direcção da fabrica, no interesse do predio e de suas adjacencias, é obrigada a manter um serviço regular e permanente de vigilancia, como medida de segurança.

§ 1º. A organização desse serviço, o numero de guardas ou vigias, suas attribuições, maneira de executal-as e de fiscalizar-se-lhes a respectiva execução, dependem das condições especiaes de cada fabrica, isto é, de sua situação, da natureza e importancia de sua producção.

§ 2º. Tal serviço constará de um regimento especial organizado pela direcção do Estabelecimento e submettido á approvação dos fiscaes.

§ 3º. Uma copia impressa desse documento, assignada pelo gerente ou technico da Fabrica e visada pelo fiscal será collocada na portaria, em local bem visivel.

Art. 29. Os pavilhões fabris destinados a operações perigosas devem ser convenientemente arejados, constituídos com materiaes leves e incombustiveis e providos de cobertas adequadas, constituídas de armações simples, revestidas de materiaes que as protejam contra a acção do calor solar (asbestos, eternite, etc).

§ 1º. As pedras não podem ser empregadas senão para as fundações; as peças metallicas, para fechos de portas e janellas e para os para-raios, technicamente installados.

§ 2º. O assoalho deve ser sem intersticios, e pedra ou metaes não devem entrar em sua composição. Quando o producto explosivo fôr liquido o assoalho deve ser coberto com um tapete de borracha; esses tapetes devem ser periodicamente limpos ou substituidos immediatamente se se tiver produzido um derramamento do liquido explosivo.

§ 3º. O calor artificial no interior desses pavilhões será levado por meio d'agua quente, não se tolerando fogareiros ou outrosapparelhos desse genero.

§ 4º. Todos os encanamentos e compartimentos de uma fabrica de explosivos serão protegidos das deteriorações e sua inspecção se deve effectuar com facilidade.

§ 5º. Nos pavilhões de fabricação os utensilios empregados serão de preferencia de madeira ou borracha.

E' prohibida a permanencia nesses logares de objectos que não tenham relação immediata com a fabricação, principalmente os que contém partes de metal.

§ 6º E' formalmente interdicto fumar ou praticar qualquer acto susceptivel de produzir fogo nas officinas de explosivos.

Nesses compartimentos não se usarão calçados communs, cravejados com prégos.

§ 7º. Os materiaes susceptiveis de se inflamar espontaneamente em determinadas condições como o carvão, estopa, oleos, etc., devem ser afastados das officinas.

Art. 30. Os pavilhões fabris destinados a operações perigosas deverão dispôr de portas e janellas necessarias e suficientes para assegurarem a luz, a ventilação e a ordem indispensavel ao serviço, bem assim a fuga facil dos operarios em caso de accidente.

Paragrapho unico. Essas portas e janellas devem abrir-se para fóra, e, quando se tratar de fabricação sujeita a explosões imprevistas, os fechos respectivos deverão permittir sua abertura automatica consequente a determinada pressão exercida sobre elles do interior para o exterior dos pavilhões.

Art. 31. Os pisos desses pavilhões serão feitos tendo em vista a natureza da fabricação, os perigos a que se acha exposta e a necessidade de ser removida periodicamente após o serviço, a poeira occasionada pelo fabrico, por meio de espanadores, aspiradores, vassouras especiaes ou irrigações.

Paragrapho unico. Os pisos betumados são sempre aconselháveis nos pavilhões destinados á fabricação de polvora em geral; quando se tratar do fabrico de explosivos como as dynamites e os fulminatos, o betume dos pisos deve ser revestido ou coberto de laminas de borracha.

Art. 32. Os pavilhões reservados á fabricação ou armazenagem de explosivos ou materias primas perigosas serão dotados de "para-raios" seguros, que devem ser periodicamente examinados com cuidado em todas as suas partes, especialmente as chapas de descarga e as espinheiras terminaes, cujas pontas é indispensavel conservar aguçadas.

§ 1°. Se o pavilhão dispuzer excepcionalmente, em sua construção, de peças metallicas de ferro, devem estas ser ligadas directamente, sem angulos ou curvas sensiveis, ao conductor principal do systema de para-raios que o protege.

§ 2°. Para os depositos que abriguem quantidades inferiores a 500 kgs. e que estejam devidamente situados, de fórmula a não offerecer absolutamente perigo em caso de explosão, poderão ser dispensadas as installações de para-raios.

Art. 33. Os pavilhões a que se refere o art. anterior serão providos de aparelhamento de manejo simples, rapido e efficiente contra incendio, dispondo de agua em quantidade e com a pressão sufficiente aos fins a que se destinam.

Paragrapho unico. No fabrico de explosivos perigosos, em grandes massas, a officina deve ser dotada de uma caixa d'agua, disposta acima do aparelho em que a operação se realizar e nas condições de poder inundal-o abundante e instantaneamente, mediante o accionamento expedito de dispositivo ao alcance dos operadores.

Art. 34. No agrupamento de pavilhões destinados á fabricação perigosa, devem elles guardar entre si uma distancia conveniente de modo a evitar que a explosão, eventualmente verificada num delles, provoque, pela onda do choque ou pela projecção de estilhaços, a dos adjacentes congeneres.

Paragrapho unico. Essas distancias serão determinadas pelo methodo estabelecido no art. 22.

Art. 35. Os paídes ou almoxarifados destinados ao deposito de materias primas ou productos de fabricação perigosos, sempre que possivel, devem alojar uma só especie de material e ser providos, conforme a natureza dos artigos depositados, de thermometros de maxima e minima e de psychrometros installados em locaes apropriados e que facilitem as observações periodicas indispensaveis ao regime de segurança a que devem ficar sujeitos os materiaes depositados, quanto á temperatura e á humidade.

§ 1°. O director tecnico ou gerente do Estabelecimento é obrigado a organizar e manter o serviço diario de observação e registro, em horas fixas, das temperaturas maxima e minima e do gráo de humidade nos pavilhões a que se refere o presente artigo, afim de traçar os diagrammas mensaes respectivos, que serão submettidos ao exame dos fiscaes, por occasião de suas visitas de inspecção.

§ 2°. Os indices thermometricos e hygrometricos tolerados dependem da natureza dos materiaes armazenados e serão fixados pelos fiscaes de accordo com o Regulamento n. 43 da D. M. B.

§ 3°. Se esses indices se approximarem ou attingirem os limites de tolerancia fixados, o Director do Estabelecimento é obrigado a providenciar, mediante aquecimento ou refrigeração adequados e utilização de materiaes hygroscopicos, no sentido de enquadrar as condições aerologicas do

ambiente interlo dos citados depositos nos limites de segurança determinados.

Art. 36. A segurança mutua dos paíões ou depositos superficiaes de materiaes perigosos obtem-se pela conveniente separação dos mesmos calculada de accordo com as regras do art. 22 ou pela protecção mutua com parapeitos de terra circumdantes.

§ 1°. Os ditos parapeitos devem obedecer a traçado, redevo e constituição que permittam evitar a propagação d'uma explosão eventual da carga que protejam, aos pavilhões vizinhos.

§ 2°. Consequentemente, sua massa não deve permittir ser projectado ao primeiro sopro da explosão, nem conter pedras ou materiaes semelhantes, os quaes, em caso de accidente, dariam lugar a projecções damnificadoras e perigosas.

§ 3°. As aberturas desses parapeitos, destinados ao serviço, devem ser igualmente mascaradas.

§ 4°. Sua conservação em boas condições é obtida com revestimento de vegetação baixa adequada (gramineas).

Art. 37. As paredes dos paíões superficiaes de explosivos perigosos devem ser de preferencia finas e duplas com intervallos isolantes convenientes e, se possivel, de concreto armado sobre telas metallicas leves.

§ 1°. A ventilação interna deve ser obtida com mesaninos providos de tela metallica e dispostos nas paredes internas e externas de sorte que se não confrontem.

§ 2°. E' formalmente prohibida a installação de luz electrica no interior desses paíões.

Art. 38. A ordem e a limpeza devem reinar da maneira mais rigorosa no interior e vizinhança dos depositos de explosivos.

§ 1°. E' interdicta a permanencia nelles de detonadores e outras composições fulminantes.

§ 2°. Os recipientes contendo explosivos não devem ser atirados ao solo, rolados ou impellidos.

E' preciso sempre usar das maiores precauções para preserval-os de qualquer choque.

§ 3°. A abertura e fechamento de caixas de embalagem, assim como toda e qualquer manipulação de explosivos são rigorosamente prohibidos nos depositos. Os objectos e peças de ferro, igualmente não devem ser tolerados.

§ 4°. Periodicamente, devem ser abertas caixas de lotes antigos de explosivos, afim de que os mesmos soffram as provas necessarias á verificação no que diz respeito a conservação e segurança.

Caso as experiencias demonstrem haver a materia entrado em decomposição, torna-se urgente sua destruição.

§ 5°. Não é permittido entrar nos depositos com luz, senão em caso de muita necessidade e sómente com lampadas de segurança.

Art. 39. A embalagem dos explosivos pode ser feita em caixas ou pequenos barris de madeira comportando no maximo 25 kgs. liquidos.

§ 1°. Essas caixas ou barris não conterão peças de metal, como arcos, pregos, taxas, etc., e deverão ser cuidadosamente fechadas.

§ 2°. A embalagem se fará sempre em locais apropriados, afastados dos outros pavilhões e officinas de materias perigosas.

§ 3°. Os productos derivados da nitroglycerina e outras materias explosivas analogas deverão ser acondicionados, salvo prescripções especiaes, em cartuchos com enveloppes de papel apergaminhado, trazendo a marca da fabrica e a designação do producto. Esses cartuchos serão hermeticamente fechados, não devendo apresentar-se oleosos ao tacto e nem conter nenhum traço de materia explosiva em sua superficie.

§ 4°. Nas caixas ou barris, devem ser isolados do fundo ou das paredes, por meio de serragem.

§ 5°. Os cartuchos podem ser embalados ainda por grupos em papel grosso ou acondicionados em caixas de papelão, de forma a evitar os attritos e prevenir o escapamento de nitroglycerina.

§ 6°. As caixas ou barris de embalagem deverão trazer sobre suas faces em caracteres bem visiveis as palavras: Dynamite — Materia explosiva — que também serão usadas nos cartuchos.

Art. 40. As fabricas deverão dispôr de installações adequadas á mudança de roupa dos operarios e ser providas de banheiros e lavatorios.

Art. 41. Os fiscaes, pessoalmente, ajuizarão das condições e natureza de cada fabrica, completando por instruções approvadas pela D. M. B., e commandantes de Regiões, quando necessario, as providencias de ordem technica, em minucia, que julguem imprescindiveis á segurança do conjunto ou de alguns dos pavilhões.

Art. 42. As fabricas de productos chimicos aggressivos serão fiscalizadas frequentemente, examinando-se seus registros de produções e vendas.

§ 1°. Esses productos não poderão ser vendidos ao commercio nem a particulares sem licença das autoridades militares de que trata este regulamento.

§ 2°. Exige-se da direcção dessas fabricas o maximo cuidado nas embalagens especiaes a que estão sujeitos esses productos bem como a adopção, tanto nos depositos, cylindros ou quaesquer outras formas de acondicionamento, de meios que evitem completamente os escapamentos de gazes.

## CAPITULO III

### REGISTRO E LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

Art. 43. A autorização de funcionamento das fabricas de armas e munições de guerra, nos termos do paragrapho unico do artigo 1º do decreto n. 24.602, ficará na dependencia da natureza e vantagens das propostas feitas, bem como dos documentos de idoneidade apresentados pelos interessados, tanto sob o ponto de visto moral e technico, como financeiro.

Art. 44. As fabricas de armas e munições de caça e sport, poderão, igualmente, nas condições do artigo anterior, ser autorizadas a estender a fabricação ás armas e munições de guerra.

Art. 45. Sempre que possível, em vista do interesse da defesa nacional, deverá o Ministro da Guerra subordinar a concessão de licenças para instalação das fabricas de que trata o artigo 3º do decreto, á obrigação de produzir certas percentagens, a serem propostas pela D. M. B., de armas ou munições de guerra.

Art. 46. O Governo, nos casos de que tratam os artigos 43 e 44 se reserva o direito de apreciar tanto as propostas como os documentos de idoneidade apresentados, segundo seu particular modo de julgamento em face dos interesses do paiz.

§ 1º. Nessas condições, não se sentirá obrigado a declinar os motivos que o tenham levado a qualquer eventual despacho de indeferimento.

§ 2º. Em tal caso, evitará a publicação official do despacho, do qual dará, no entanto, conhecimento aos interessados.

§ 3º. Se se tornarem necessários maiores esclarecimentos das partes, poderão ser elles solicitados e satisfeitos mediante troca de officios, acompanhados ou não de contra-propostas.

§ 4º. O procedimento constante do paragrapho anterior poderá ser precedido de entendimento verbal, por solicitação directa do Ministro ou do Director do Material Bellico.

Art. 47. Em conformidade com as disposições e orientação constantes dos artigos 43, 44 e 46, todos quantos desejarem fabricar armas e munições de guerra no paiz, deverão dirigir, nesse sentido, e por intermedio da D. M. B., seus requerimentos ao Ministro da Guerra solicitando permissão para a instalação das respectivas fabricas ou das novas secções de fabricação.

§ 1º. Taes requerimentos, que deverão conter especificadamente e com abundancia de pormenores, para devido estudo, as condições e planos com que se propõem os interessados a realizar taes empreendimentos, devem vir acompanhados dos documentos de idoneidade de que trata o artigo 43.

§ 2º. A idoneidade moral será avaliada não só mediante apresentação das folhas corridas e attestados de boa conducta, passadas pela Policia Civil, para os proponentes, quando residentes no Brasil e seus intermediarios, como tambem pelos attestados e demais provas que possam ser apresentados de terem ou estarem os mesmos cumprindo com correcção ou plena satisfação, contractos com os Governos ou empresas particulares de responsabilidade, dos paizes com que tenham transigido. Além desses documentos, ou em sua substituição, poderão ser apresentados quaesquer outros julgados de utilidade pelos interessados.

§ 3º. Em casos especiaes, em se tratando de firmas nacionaes ou estrangeiras de evidente ou reconhecida idoneidade por já terem mantido relações commerciaes com o Ministerio da Guerra, a contento deste, poderão ser dispensadas maiores formalidades, quanto á idoneidade.

Art. 48. Realizados os estudos e prestadas as informações por parte da D. M. B., sómente poderá ser concedida a autorização especial do Ministro da Guerra para funcionamento e registo das fabricas de que se vem tratando, me-

diantes condições expressas em clausulas ajustadas e firmadas entre esta autoridade e os interessados ou seus representantes legalmente autorizados.

Art. 49. Na hypothese prevista no art. 45, ao transitar pela D. M. B. o requerimento solicitando licença para instalação das fabricas a que se refere o mencionado artigo, o seu Director discriminará em sua informação as condições que lhe parecer devam os requerentes satisfazer para obtenção da licença solicitada, as quaes, approvadas pelo Ministro, servirão de base a um entendimento com os interessados.

§ 1.º Recusadas as condições propostas, poderá ser o requerimento indeferido por falta de conveniencia aos interesses do paiz.

§ 2.º Ainda nesse caso evitará o Governo a publicação official do despacho, do qual, no entanto, dará conhecimento aos interessados.

§ 3.º No caso da D. M. B. já estar de posse das condições approvadas e a serem satisfeitas, quanto ás percentagens e qualidades das armas ou munições a serem produzidas em conformidade com os cadernos de encargos e demais clausulas julgadas uteis ás partes, antes do encaminhamento do requerimento ao Ministro, promoverá o Director do Material Bellico, os necessarios entendimentos com os interessados de forma a habilitar aquella autoridade com os elementos indispensaveis á solução do assumpto.

Art. 50. Quaesquer outras informações, julgadas de necessidade ao perfeito esclarecimento do assumpto, poderão ser ministradas sob a forma de instrucções, verbaes ou por escripto, na D. M. B. á qual se deverão as partes dirigir.

Art. 51. Nenhuma fabrica civil de armas, munições ou explosivos utilizaveis na industria civil poderá instalar-se ou funcionar no Paiz sem a respectiva licença, que será concedida sob a forma de um "Titulo" de registro, satisfeitas todas as condições previstas no presente regulamento e as instrucções que acerca do assumpto forem expedidas pela D. M. B.

Art. 52. Assim, acham-se obrigados a um registro nos órgãos competentes do Ministerio da Guerra de accordo com os arts. 3.º, 6.º e 9.º do decreto n. 24.602, de 6 de julho de 1934, não só as fabricas de armas, munições, explosivos e artigos pyrotechnicos, como tambem todas as outras fabricas, existentes ou a se constituirem, que necessitem importar, manipular ou negociar materiaes ou productos sujeitos á fiscalização.

§ 1.º A discriminação desses materiaes e productos encontra-se no titulo referente á Fiscalização do Commercio de Armas, Munições e Explosivos (Titulo II).

§ 2.º Posteriormente, caso seja julgado de necessidade, poderá ser estendida pelo Ministro da Guerra, por proposta da D. M. B. a fiscalização a outros productos não mencionados presentemente neste regulamento.

Art. 53. A fabricação de artigos ou productos sujeitos á fiscalização por parte de fabricas que se não achem devidamente registradas, motivará providencias junto ás Policias e Prefeituras das localidades interessadas para cancelamento da licença de commercio e consequente fechamento da fabrica.

Paragrapho unico. Durante o primeiro anno de vigencia desta regulamentação, attendendo ás difficuldades oriundas de um possivel accumulo de serviço, a simples entrada na repartição competente com o pedido de registro, terá o effeito suspensivo da providencia indicada neste artigo.

Art. 54. Tão logo o permittam os recursos de pessoal e outros, a criterio da D. M. B. e de accordo com as instruções por ella formuladas e approvadas pelo Ministro da Guerra, será exercida fiscalização sobre as fabricas e officinas de productos mecanicos e siderurgicos do Paiz, exigindo-se-lhes registro naquella Directoria ou nos S. M. B. regionaes, visando o conhecimento tão exacto quanto possivel de suas possibilidades industriaes.

Paragrapho unico. Dentro desse criterio, poderão ser designados fiscaes para as grandes usinas ou fabricas, sem onus para as mesmas.

Art. 55. Para effectivação dos registros e obtenção dos respectivos titulos ou certificados, devem os interessados dirigir seus requerimentos, nesse sentido, ás autoridades de que tratam os artigos 62 e 67, observando as indicações fornecidas, de accordo com as suas condições particulares.

Art. 56. Em conformidade com o n. 1 do artigo 3º do decreto n. 24.602, nenhuma fabrica de armas ou munições de caça ou de explosivos poderá se instalar ou funcionar, se já existente, sem que haja, entre outros requisitos, satisfeito as exigencias technicas dictadas pelo Ministerio da Guerra.

Paragrapho unico. Essas exigencias, applicaveis tambem ás fabricas de armas e munições de guerra, para serem autorizadas a funcionar, acham-se discriminadas no Capitulo II sob a epigraphe "Condições geraes e technicas a que devem satisfazer as fabricas".

Representam ellas um minimo exigido, na actual situação, visando não crear difficuldades ao surto de progresso das industrias nacionaes.

Art. 57. O processo de registro a que se acham sujeitas as fabricas de productos chimicos aggressivos é o mesmo de que trata o art. 3º do decreto n. 24.602.

Art. 58. As concessões de registro de fabricas deverão ser communicadas ás respectivas autoridades estaduais com a solicitação de serem as mesmas levadas ao conhecimento dos órgãos policiaes das localidades interessadas.

§ 1.º Essas communicações, em geral, deverão ser feitas mensalmente, isto é, abrangendo o movimento de registro durante o mez e serão acompanhadas de relações nas quaes se mencionarão: nomes das fabricas, proprietarios e localidades, bem como a natureza da fabricação ou das materias sujeitas a fiscalização que hajam de empregar, conforme os casos.

§ 2.º As communicações em relação ás fabricas de que trata a letra c do art. 1º deste regulamento, serão feitas em nome do ministro, pelas autoridades que tiverem autorizado o registro; as outras, referente ás fabricas de que tratam as letras a e b do referido art. 1º, serão feitas pelo ministro por intermedio da Secretaria da Guerra.

§ 3.º No Districto Federal as communicações poderão ser feitas directamente ao chefe de Policia.



**Art. 59.** Aos commandantes de Regiões incumbirá a remessa ás autoridades subordinadas de relações com os nomes e demais indicações de que trata o § 1º do art. anterior, referentes a todas as fabricas registradas na Região, de que tenha conhecimento. Isso as habilitará a providenciar nos termos desta regulamentação, sobre os requerimentos que lhes fôrem apresentados, determinando as fiscalizações e visando os documentos que, nas mesmas condições, se fizerem mister.

**Paragrapho unico.** No Districto Federal fica dispensada essa comunicação ás Unidades, uma vez que esses serviços estão a cargo da D. M. B.

**Art. 60.** O registro das fabricas a que se refere o art. 1º, depois de sua concessão, pelas autoridades competentes, será feito na D. M. B. e nos S. M. B. Regionaes pela reunião das cópias dactylographadas das folhas correspondentes aos "Questionarios" apresentados pelas diversas fabricas interessadas. Essas copias serão classificadas, pelas referidas Repartições, por grupos, de accordo com a seguinte discriminação: fabricas de armas — munições — explosivos — productos chimicos aggressivos e fabricas registradas de accordo com o art. 9º do decreto n. 24.602. Tudo será organizado de forma a facilitar as consultas.

§ 1.º Os documentos originaes apresentados, collocados dentro de enveloppes, serão colleccionados tambem por grupos, na fórma acima indicada.

§ 2.º Dentro de cada um desses grupos, os S. M. B. colleccionarão tanto os apanhados de cópias dactylographadas, como o de enveloppes, por Municipios e a D. M. B. por Estados.

**Art. 61.** As fabricas que tenham obtido titulos ou certificados de registro, deverão, triennalmente, apresentar provas, junto aos commands de Regiões ou D. M. B. de suas idoneidades com documentos passados pelas policias locais (com firmas reconhecidas), bem como de suas quitações em relação ás respectivas Prefeituras, o que poderá ser feito por "publica-forma" de seus recibos de impostos relativos ao anno que tiver acabado de findar.

**Paragrapho unico.** Após essa prova, serão expedidos novos certificados para as fabricas registradas de accordo com o art. 9º do decreto.

**Art. 62.** Todo aquelle que desejar registrar ou obter licença para installação de sua fabrica em conformidade com os arts. 3.º e 6.º do decreto n. 24.602, a que se refere esta regulamentação, para os fins nelle especificados, deverá fazer, nesse sentido, um requerimento dirigido ao Ministro da Guerra, annexando os seguintes documentos:

a) Attestado de idoneidade passado pelas autoridades policiaes do local de residencia ou da séde da fabrica, conforme o caso, para fabricar e vender armas, munições, explosivos ou o que fôr.

Esse attestado será para cada um dos socios em caso de firma commercial ou para o responsavel em caso de sociedade anonyma.

b) Prova de quitação de impostos em relação ás respectivas Prefeituras — (No caso de licença para abertura e funcionamento de fabricas novas fica essa prova addida para o 1º anno após a autorização para funcionamento).

c) Photographias em duplicata de todas as dependencias da fabrica no caso das já installadas.

d) Compromisso de acceitação das restricções que o Governo Federal, através de seus órgãos, julgar conveniente crear ao commercio de sua produção, tanto para o exterior como para o interior, bem como as referentes ás importações de materias primas nos termos das letras a, b e c, do § 2º do art. 3º do referido decreto n. 24.602.

e) Planta da fabrica ou do deposito em escala com todos os seus pavilhões.

Nella deverão figurar, quer por protecção, quer por informações em annexos:

- os limites do terreno em que deve ser construida a fabrica, com a faixa conservada vazia para a segurança das habitações, estradas e caminhos num raio de 2 kilometros;

- a situação dos pavilhões e officinas, uns em relação aos outros, bem como a natureza de suas construcções;

- os pormenores das distribuições interiores de cada local;

- os movimentos de terra, muros, plantações e outros meios de defesa destinados a proteger os quadros contra os accidentes oriundos das explosões;

- a natureza dos processos de fabricação que devem ser postos em pratica na fabrica e em particular em cada uma de suas partes, com a indicação dos pontos em que deve ser praticado cada um dos seus processos;

- a especie dos trabalhos, assim como os pontos sobre os quaes devem ser conservadas as polvoras, os diversos ingredientes e toda materia sujeita a inflammacão espontanea, inflammavel ou perigosa a qualquer titulo;

- as quantidades de polvora ou explosivos e de seus ingredientes, misturados em totalidade ou em parte, que devem se achar em cada pavilhão, officina ou deposito ou em suas proximidades;

- o numero maximo de pessoas que devem ser empregadas em cada um dos edificios da fabrica;

Quaesquer outras informações que os peticionarios julgarem conveniente fornecer em face de circumstancias particulares.

f) Formulas de seus productos em duas vias, em envelopes fechados com o carimbo ou a designação "Secreto", a menos que não deseje manter explicitamente esse caracter.

g) Declaração expressa de sujeitar-se á fiscalização periodica do Ministerio da Guerra, através os seus orzãos technicos, seja durante a produccão ou após a mesma, em seus depositos ou quando, já distribuida ao commercio, ainda se encontre em sua embalagem original e desde que a mesma se conserve intacta.

h) Compromisso de não modificar suas installações, construir pavilhões ou fabricar qualquer novo typo de material (armamento, munição, explosivo ou producto chimico aggressivo) sem autorização do Ministerio da Guerra.

i) Duas vias do "Questionario" abaixo, devidamente respondido e assignado.

## QUESTIONARIO

- 1 — Nome da fabrica.
- 2 — Firma commercial responsavel.
- 3 — Direcção technica.
- 4 — Provas de competencia technica.
- 5 — Situação da fabrica.
- 6 — Linhas de comunicação (e sua natureza) para o capital do Estado em que estiver installada.
- 7 — Area coberta.
- 8 — Numero de pavilhões das officinas.
- 9 — Natureza da producção.
- 10 — Volume de producção annual.
- 11 — Capacidade de producção em oito horas de trabalho.
- 12 — Numero de operarios.
- 13 — Numero das machinas das officinas e seus fabricantes.
- 14 — Accionamento das mesmas, se por transmissão ou motor conjugado.
- 15 — Duas vias das plantas em escala e cotadas assignando as casas de habitação e outras construcções mais proximas.
- 16 — Stocks existentes das varias materias primas e, tambem, de material produzido (em annexo).
- 17 — Compromisso formal de apresentação de mappa bi-mensal de producção, vendas e stock de productos fabricados, bem como o do consumo e stock das materias primas.

Art. 63. A concessão do titulo de registro caberá ao Ministro da Guerra.

§ 1.º Para isso, os requerimentos devem ser encaminhados por intermedio dos commandos de Regiões, os quaes, após determinarem uma verificação das installações e seu confronto com a planta apresentada, informarão a respeito, por intermedio da D. M. B., consignando os resultados e observações resultantes da inspecção.

§ 2.º Quando, para a verificação de que trata o § anterior, tornar-se necessaria a viagem do official encarregado da fiscalização a localidades que por sua distancia obrigue ao abono de diarias e despesas de transporte, serão ellas, pelo interessado, indemnizadas antes do recebimento do titulo, o que será comprovado mediante recibo da importancia recolhida á séde da Região ou ao C. A. da Unidade.

§ 3.º As importancias dessas indemnizações serão recolhidas á Caixa de Economias da Guerra.

§ 4.º Uma vez concedido o titulo de registro (annexo 5), será o mesmo encaminhado á Região, se for cabivel, juntamente com a 2.ª via do questionario e das formulas, plantas e photographias apresentadas.

§ 5.º O titulo destinar-se-á ao interessado e os demais documentos ao archivo industrial.

Art. 64. Poderá ser exigido, além das condições já mencionadas para registro, e conforme os casos apresentados, até um kilo de cada uma das qualidades de explosivos a fabricar, como amostras sujeitas á analyse.

Essas analyses serão realizadas em laboratorios do Exército e indemnizadas pelos interessados.

§ 1.º Esses exames visarão confirmar qualitativa e quantitativamente os dados representados nas formulas inseri-

plas, bem como verificar se os ditos explosivos apresentam demasiada sensibilidade aos choques e attrictos e se possuem estabilidade chimica sufficiente para serem empregados sem perigo.

Art. 65. Os interessados têm a liberdade de se utilizar das machinas que lhes convenham sob sua responsabilidade; todavia, os fiscaes podem prohibir o uso dos engenhos eapparelhos que lhes pareçam perigosos.

Art. 66. Logo que a fabrica estiver construina e se ache em condições de funcionamento, será feita uma communição por parte dos responsaveis pela mesma ás respectivas autoridades militares, afim de ser determinado o exame definitivo em todos os pavilhões e installações.

§ 1.º Caso seja ella jul gada em boas condições de funcionamento, será feita a entrega do respectivo titulo.

§ 2.º Caso contrario, o fiscal apontará as irregularidades ou falhas verificadas, para serem sanadas, dando parte circumstanciada á autoridade que tiver determinado a inspecção, dos resultados da mesma.

Art. 67. Todo aquelle que desejar registrar sua fabrica no Ministerio da Guerra de accordo com o art. 9º do decreto n. 24.602 a que se tem feito referencia, para os fins nelle especificados, deverá fazer nesse sentido um requerimento dirigido ao Director do Material Bellico ou ao Commandante da Região, conforme a fabrica estiver localizada no Districto Federal ou nos Estados, declarando sujeitar-se ás disposições do referido decreto e sua regulamentação, annexando os seguintes documentos:

a) attestado de idoneidade passado pelas autoridades policiaes do local de residencia ou da séde do estabelecimento, conforme o caso, para empregar em sua fabrica productos chimicos aggressivos, ou não, sujeitos á fiscalização do Ministerio da Guerra.

Esse attestado será para cada um dos socios em caso de firma commercial ou para o responsavel em caso de Sociedade Anonyma;

b) prova de quitação de impostos em relação ás respectivas Prefeituras (no caso de licença para abertura e funcionamento de fabricas novas fica essa prova adiada para o 1º anno após a autorização para funcionamento);

c) photographias das principaes dependencias da fabrica em duplicata;

d) duas vias do "Questionario" abaixo, devidamente preenchidas e assignadas.

#### QUESTIONARIO

- 1 — Nome da fabrica.
- 2 — Firma commercial responsavel.
- 3 — Nomes dos socios (se fôr opportuno), de accordo com o respectivo contracto ou do responsavel, no caso de sociedade anonyma.
- 4 — Localização da fabrica.
- 5 — Direcção technica.
- 6 — Linhas de comunicação (e sua natureza) para a Capital do Estado em que estiver installada.

7 — Área coberta da fabrica e numero dos pavilhões.  
8 — Natureza da producção (discriminadamente quando se referir a mais de uma).

9 — Volume da producção annual (de cada especie, se fôr cabivel).

10 — Planta em escala e cotada, com respectiva cópia, da fabrica, mencionando as casas de habitação e outras construcções mais proximas.

11 — Numero e natureza dos depositos de productos sujeitos á fiscalização.

12 — Capacidade dos mesmos em metros cubicos para cada um.

13 — Materias primas empregadas e suas quantidades médias e maximas, de accordo com a capacidade maxima da fabrica.

14 — Declaração expressa de subordinar-se á fiscalização do Ministerio da Guerra, através os seus órgãos technicos, quando necessario, a juizo do mesmo Ministerio.

15 — Compromisso de apresentação de mappa trimestral de entradas e consumo das materias primas sujeitas á fiscalização.

Art. 68. A concessão do registro e expedição do respectivo certificado (annexo n. 6) caberá no Districto Federal á Directoria do Material Bellico e nos Estados, aos Commandantes de Regiões, por intermedio dos S. M. B.

§ 1.º Para isso os requerimentos poderão ser entregues aos commandos de unidades do Exercito mais proximas ou remetidos pelo Correio á séde da Região, sob forma registrada ou, ainda, entregues no proprio Quartel General, conforme o caso.

§ 2.º No Districto Federal as entregas deverão ser feitas directamente na Directoria do Material Bellico.

Art. 69. Uma vez concedido o registro e expedido o respectivo certificado, as primeiras vias do "Questionario" e das photographias serão encaminhadas á D. M. B.

Art. 70. A essas fabricas, a que se refere o art. 67 é dispensado o exame *in loco*, que, no entanto, poderá ser realzado quando julgado de necessidade.

## TITULO II

**Registro e fiscalização do commercio de armas, munições, explosivos, productos chimicos aggressivos e materias primas correlatas**

### CAPITULO I

#### ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 71. No territorio nacional, o serviço de fiscalização da importação, deposito e transito de armas e munições, explosivos, productos chimicos aggressivos e materias primas correlatas, a cargo do Ministerio da Guerra, será exercida na forma estabelecida na presente regulamentação, actuando, além disso, a Directoria do Material Bellico, como órgão de coordenação e de informação.

Art. 72. No Districto Federal, a fiscalização militar continuará a ser exercida pela D. M. B., através o respectivo Serviço (S.F. I. D. T.), que poderá dispôr do mesmo pessoal com que vem funcionando desde sua criação. Nos Estados, cabe essa fiscalização aos commandantes de Regiões, por intermedio dos respectivos S. M. B.

Art. 73. Afim de possibilitar a execução dos serviços a seu cargo, os S. M. B. deverão dispôr de mais dois officiaes, no minimo, 1º ou 2º tenentes, podendo ser aproveitados capitães excedentes enquanto perdurar a actual deficiencia em subalternos. Um desses officiaes, com a funcção de fiscal, para as fabricas, é o de que trata o art. 6º (título I); o outro, da arma de artilharia, terá a seu cargo a fiscalização do commercio relativo á importação, deposito e transito nos termos desta regulamentação.

Paragrapho unico. Sempre que necessario, os Commandantes de Regiões poderão designar officiaes que lhes estejam subordinados para o fim de attenderem a qualquer accumulo ou emergencia do serviço.

Art. 74. Nos Estados que não forem séde de commandos de Regiões Militares, fica attribuida aos Commandantes de unidades de tropa nelles estacionados, a fiscalização para o transito e desembarago de armas, munições, explosivos, etc., de accordo com esta regulamentação, devendo ser por elles designados os officiaes que devem desempenhar as respectivas incumbencias.

§ 1.º Esses officiaes usarão para apposição do "visto" nos conhecimentos, o mesmo modelo de carimbo consignado, no annexo n. 8, substituida a designação "D. M. B.", pela do Corpo.

§ 2.º Quando em uma localidade existirem duas ou mais unidades do Exercito, caberá essa tarefa ao Commandante da respectiva guarnição.

Art. 75. A autorização das importações e dos desembaracos alfandegarios relativos ás mesmas, é exclusivamente da alçada do Ministerio da Guerra, através seus orgãos de fiscalização em todo o territorio nacional. E o é tambem em relação aos despachos concedidos para fóra das jurisdicções policiaes locais.

Paragrapho unico. Não serão fiscalizados, a não ser em casos especiaes, o transito e vendas dentro de cada cidade, villa ou povoado para attender ás necessidades de commercio e consumo locais. Essa fiscalização, incumbirá preferencialmente ás policiaes e respectivas repartições das Prefeituras, quando julgarem de necessidade para a ordem e segurança da população.

## CAPITULO II

### REGISTRO E LICENÇA DE FUNCIONAMENTO

Art. 76. Ficam sujeitos a um registro summario de accordo com o art. 9º do decreto n. 24.602, nos termos desta regulamentação, todos quantos, constituindo firmas commerciaes ou não, necessitem importar, manipular e negociar

com os productos sujeitos á fiscalização, constantes deste regulamento.

Paragrapho unico. A todos quantos tenham obtido registro, na fórmula consignada neste artigo, serão concedidos certificados de registro summario, com o valor de licença para funcionamento, segundo o modelo (annexo n. 7).

Art. 77. Independem de registro, para os fins especificados neste regulamento, as repartições publicas federaes, estaduais e municipaes que necessitem de productos, etc., sujeitos a fiscalização. Em taes casos, deverão os interessados esclarecer em seus officios ou pedidos, conforme as circumstancias, a applicação que venham a ter esses productos.

Art. 78. Em caracter provisorio, visando a regularidade do serviço e conveniente adaptação ás disposições desta regulamentação, fica adiada a exigencia de registro de que trata o art. 9.º do decreto a que se refere esta regulamentação para as pharmacias, drogarias e laboratorios, bem como para todos quantos, individualmente, apenas necessitem utilizar-se para uso proprio de pequenas quantidades dos productos constantes do item VI — Capitulo VIII — Titulo II.

§ 1.º O dispositivo acima não se applica áquelles que tenham necessidade de realizar importações, os quaes ficarão, então, sujeitos ao registro.

§ 2.º Os beneficiarios da disposição constante deste artigo não poderão empregar os productos em aprego na fabricação de polvoras, explosivos ou artigos pyrotechnicos, mesmo em reduzida escala.

§ 3.º Quando o julgar opportuna, a D. M. P. baixará instrucções aos S. M. B., visando a suspensão da providencia constante deste artigo.

Art. 79. Para a realização do registro e consequente obtenção dos respectivos certificados, devem os interessados dirigir ás autoridades competentes requerimentos na fórmula indicada a seguir.

Art. 80. A fiscalização da importação, desembaraço, deposito e transitio dirá respeito ás armas, munições, polvoras explosivos, productos chimicos aggressivos ou não e materias primas correlatas mencionadas nesta regulamentação, na fórmula indicada e sujeita ás alterações que se venham a tornar necessarias, de accordo com as instrucções que forem expedidas.

Art. 81. Todo aquelle que, individualmente ou constituindo firma commercial, desejar obter registro summario no Ministerio da Guerra de accordo com o art. 9.º do decreto n. 24.602, de 6 de julho de 1934, para ser autorizado a importar, manipular e negociar com os materiais, artefactos e productos sujeitos a fiscalização, deverá fazer nesse sentido um requerimento dirigido ao Director do Material Bellico ou aos Commandantes de Regiões (conforme os requerentes residam ou as firmas commerciaes tenham sede no Districto Federal ou nos Estados), declarando sujeitar-se ás disposições do referido decreto e sua regulamentação, annexando os seguintes documentos:

a) attestado de idoneidade passado pelas autoridades policiaes do local de residencia ou da sede do estabelecimento

commercial, conforme o caso, para commerciar com armas, munições, explosivos ou o que fôr. Esse attestado será para cada um dos socios em caso de firma commercial ou para o responsavel em caso de Sociedade Anonyma;

b) prova de quitação de impostos em relação ás respectivas Prefeituras. No caso de licença para abertura e funcionamento de estabelecimento fica essa prova adiada para o 1º anno após a autorização para funcionamento;

c) duas vias do "Questionario" abaixo, devidamente preenchidas e assignadas.

#### "QUESTIONARIO"

1 — Nome da "Casa Commercial", Cia., Sociedade, etc.

2 — Firma commercial responsavel.

3 — Nome e nacionalidade do proprietario, representante ou socios, se cabivel, de accordo com o respectivo contracto. — Do responsavel no caso de Sociedade Anonyma.

4 — Localização da casa commercial, escriptorio, etc. (no caso de firma ou negocio a se constituir, onde será localizada a séde do mesmo).

5 — Especie de negocio: — importação, exportação, atacado ou varejo.

6 — Natureza ou ramo do commercio: — armas, munições, explosivos, materias primas empregadas na industria de polvoras e explosivos, productos chimicos.

7 — Localização e capacidade em metros cubicos dos depositos, bem como declaração de se acharem ou não licenciados pelas Prefeituras.

8 — Discriminação dos materiaes e productos sujeitos a fiscalização que são recolhidos a esses depositos.

9 — Declaração expressa de subordinar-se á fiscalização do Ministerio da Guerra, através dos órgãos respectivos.

10 — Declarar-se sciente do compromisso de apresentação de mappa trimestral de entradas e sahidas dos materiaes e productos em que negociar, sujeitos a fiscalização, com discriminação de todos os compradores e respectivas localidades de residencias.

Art. 82. A concessão desse registro e expedição do respectivo certificado (annexo n. 7) caberá, no Districto Federal, á Directoria do Material Bellico e nos Estados aos Commandos de Regiões, por intermedio dos Serviços de Material Bellico.

§ 1.º Nos Estados, após a concessão do registro, por parte dos Commandos de Regiões, será por elles encaminhado á Directoria do Material Bellico a primeira via do "Questionario", archivando-se os demais documentos.

§ 2.º — Os documentos archivados tanto na D. M. B., como nos S. M. B., deverão sel-o á parte, de forma a proporcionar rapidas consultas e levantamento de estatisticas que se venham a tornar necessarias. Esse archivo particular poderá ser organizado nos moldes do que se acha indicado no Titulo I para as fabricas.

Art. 83. O registro summario de que ora se cogita será valido pelo prazo de tres annos. Após esse periodo, torna-se necessaria a expedição de novo certificado para asse-



gurar sua revalidação e, portanto, direito de funcionamento e consequente emprego ou commercio das materias primas sujeitas a fiscalização por parte do Ministerio da Guerra.

Paragrapho unico. Para isso, deverão os interessados dirigir seus requerimentos, pedindo expedição de novo certificado, aos Commandos de Regiões ou Directoria do Material Bellico, annexando provas de idoneidade com documentos passados pelas policiaes locais (com firmas reconhecidas) para negociar em armas, munições, explosivos ou o que fôr, bem como as de suas quitações em relação ás respectivas Prefeituras, o que poderá ser feito por "publica-fôrma" de seus recibos de impostos relativos ao anno que tiver acabado de findar.

Art. 84. Nos Estados em que o commercio de armas, munições, explosivos e productos chimicos aggressivos ou não, seja fiscalizado nas diversas localidades pelas respectivas autoridades policiaes, as concessões de registro para firmas commerciaes, nos termos do art. 9.º do decreto a que se refere esta regulamentação, deverão ser communicadas ás respectivas autoridades com a solicitação de serem as mesmas levadas ao conhecimento dos órgãos policiaes das localidades interessadas.

§ 1.º Essas communicações, em geral, deverão ser feitas mensalmente, isto é, abrangendo o movimento de registro durante o mez, e serão acompanhadas de relações nas quaes se mencionarão: nomes das firmas, proprietarios ou responsáveis e endereços, bem como, discriminadamente, a natureza ou genero de commercio para que foram licenciados.

§ 2.º Fará a communicação, em nome do ministro, a autoridade militar que tiver autorizado o registro.

§ 3.º No Districto Federal, as communicações poderão ser feitas directamente ao chefe de Policia.

Art. 85. Os commandantes de Regiões darão a conhecer aos seus commandantes de Unidades, a relação de pessoas ou firmas commerciaes registradas dentro das respectivas Regiões, de accordo com o referido art. 9.º, especificadamente, por localidade e natureza ou genero de commercio, de fôrma a habilital-os, assim, a providenciar nos termos desta regulamentação sobre os requerimentos que lhes forem apresentados pelos interessados, determinando as fiscalizações o visando os documentos que, nas mesmas condições, se fizerem mistér.

Paragrapho unico. No Districto Federal, fica dispensada essa communicação ás Unidades, uma vez que os respectivos trabalhos de fiscalização estão a cargo da Directoria do Material Bellico.

### CAPITULO III

#### IMPORTAÇÃO

Art. 86. As importações, de um modo geral, poderão destinar-se:

a) ao consumo ou uso dos varios interessados (individual, de suas industrias).

b) ao commercio em geral.

c) ao consumo de industrias e commercio de materias primas importadas directamente ou por intermedio de firma commercial.

**Paragrapho unico.** Na hypothese da letra c, as escripturações devem figurar separadamente e os negocios só poderão ser effectuados com firmas ou fabricas tambem registradas.

**Art. 87.** Todo aquelle que desejar importar materiaes ou productos sujeitos a fiscalização deverá fazer um requerimento ao ministro da Guerra, solicitando introduzir no paiz as armas, munições, explosivos, etc., que desejar. Nesse requerimento deverão constar os seguintes elementos:

— nome, nacionalidade e residencia do requerente; nome da firma commercial, se fôr opportuno;

— procedencia, qualidade, typos e quantidades de cada typo de mercadoria a importar, com citação das respectivos numeros de catalogos, se fôr cabivel.

— características e designações technicas e commerciaes (quando se tratar de productos chimicos);

— portos de embarque e destino da mercadoria;

— consulado que deve visar as respectivas facturas;

— meios de transporte (aereo, maritimo, terrestre).

— declaração expressa, quanto á importação, se a mesma é para o requerente ou para terceiros, cujos nomes devem ser mencionados detalhadamente com os materiaes, etc., a importar para cada um.

— declaração sobre posse de titulo ou certificado de registro;

— comprovantes de encomendas, no caso de importações para terceiros;

— local onde será depositada a mercadoria após o desembarço;

— quaesquer outros elementos que elucidem completamente os casos.

§ 1.º Quando as importações se devam realizar por "colis", afóra as informações acima, torna-se necessaria uma declaração expressa.

§ 2.º Para boa regularidade do serviço e no interesse das partes, devem ser feitos tantos requerimentos quantos os portos de destino das mercadorias no paiz.

§ 3.º — Esses requerimentos deverão ser entregues:

Na D. M. B., se os autores residirem no Districto Federal.

Nas sêdes dos commandos de Região, se nos Estados.

§ 4.º A primeira ou qualquer outra autoridade militar, por quem transitar o requerimento, se habilitada, prestará informações sobre:

a) se o requerente ou quaesquer outros interessados se acham registrados, para o que deverão ser mantidos sempre em dia as anotações a respeito;

b) se os materiaes, etc., para que é pedida a licença de importação, são objectos de fiscalização; no caso affirmativo, se se enquadram dentro da tolerancia permittida pelas instrucções;

c) quaesquer outras informações que elucidem o assumpto.

Art. 88. Devidamente informados serão os referidos requerimentos encaminhados ao M. G. por intermedio da D. M. B.

Art. 89. Permittida a importação, a Secretaria da Guerra providenciará quanto ao aviso ao Ministerio das Relações Exteriores, para fins de comunicação aos consulados interessados.

Paragrapho unico. O requerimento, após o despacho do ministro e com a anotação do numero do aviso ao Ministerio das Relações Exteriores, será remettido á Directoria do Material Bellico, que o encaminhará á Região em cujo Estado residir o requerente ou destinatario da mercadoria e por onde deva correr o respectivo desembaraço alfandegario.

Art. 90. A importação sómente será permitida para os portos que lorem séde de Região ou de Unidade do Exercito.

Art. 91. A permissão de importação concedida pelo ministro da Guerra é valida pelo espaço de seis mezes contados da data da expedição do aviso remettido pela Secretaria da Guerra ao Ministerio das Relações Exteriores.

A chegada ao paiz poderá ultrapassar de um mez esse tempo, desde que a data do "visto" consular esteja dentro do prazo acima mencionado.

Art. 92. Estão sujeitos tambem ao regime de licenças prévias as mercadorias, etc., que sejam importadas por intermedio do Serviço de Encomendas Postaes.

## CAPITULO IV

### DESEMBARAÇO

Art. 93. O desembaraço das mercadorias e productos, etc., de que trata a presente regulamentação pôde ser de tres naturezas:

1.º desembaraço de mercadorias, etc., nas Alfândegas, provenientes de importação (do estrangeiro).

2.º, desembaraço de mercadorias, etc., em transitio dentro do paiz, nas estações e armazens de estradas de ferro e companhias de navegação de cabotagem, etc.

3.º, desembaraço de mercadorias alfandegadas, em transitio pelo territorio nacional com destino a paizes estrangeiros.

#### 1.º — Desembaraço da importação

Art. 94. Chegada a mercadoria a destino, o destinatario solicitará ao director do Material Bellico (quando se tratar do porto do Rio de Janeiro) ou aos commandantes de Regiões, o desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas com prévia permissão.

Art. 95. Nesse requerimento em duas vias, deverão constar:

- nome, residencia, etc.;
- quantidade, marca e numeração dos volumes;
- peso liquido, quando couber;
- especie do material, producto, etc.;

- procedencia da carga e nome do vapor que a transportou; data do visto consular;
- consulado que legalizou as facturas;
- data de entrada do navio;
- armazem ou trapiche em que se encontra;
- numero do aviso do Ministerio da Guerra que autorizou a importação;
- quantidades discriminadas de cada especie e, conforma o caso, de cada calibre, etc.

Paragrapho unico. Em cada requerimento não poderá ser citado mais de um "Aviso".

Art. 96. O Director do Material Bellico ou Commandante da Região, através os respectivos serviços e após o devido confronto com o requerimento de importação, determinará a fiscalização, que será realizada por um dos officiaes encarregados do "Serviço".

Art. 97. O official designado procederá ao exame da mercadoria com a possível brevidade, dando antes sciencia ao inspector da Alfandega ou autoridade aduaneira local, appondo no verso do requerimento de desembarço o carimbo, conforme o modelo constante do annexo n. 1.

§ 1.º Devem achar-se presentes ao exame, não sómente o representante da autoridade aduaneira, como também o despachante da parte interessada.

§ 2.º O official encarregado da fiscalização, de posse do requerimento de desembarço já despachado e das facturas commerciaes, apresentadas na occasião pelos despachantes das partes interessadas, procederá primeiramente á identificação dos volumes. Em seguida, determinará a abertura destes.

§ 3.º Realizado o exame, o conferente que o tiver assistido, designado pelo inspector, será convidado a mencionar essa circumstancia no proprio documento. (Esta declaração visa comprovar que as caixas, etc., não foram abertas senão com a sua presença.)

Art. 98. Quando os caixões ou volumes contendo a mesma mercadoria, forem de uma só firma e de peso igual ou pouco differente, o exame não será levado a menos de: 1 em 10, 3 em 50, de 5 em 100. Nos casos de mais de 100 volumes, o numero de volumes a abrir, acima de 5, ficará a criterio do official designado.

Paragrapho unico. No caso de suspeita de fraude, o exame deverá estender-se a todos os volumes.

Art. 99. Quando se tratar de productos chimicos, o official encarregado da fiscalização, após a identificação de que trata o art. 97 § 2.º, entregará ao interessado uma guia de desembarço — annexo n. 2 — para fins de andamento do processo aduaneiro e consequente desembarço.

Paragrapho unico. Quando surgirem suspeitas de fraude, o desembarço sómente será concedido mediante analyse effectuada em laboratorio do Exercito, ou outro julgado conveniente pela autoridade militar.

Art. 100. As ~~de pesagem~~ custeio das analyses feitas em laboratorios militares, para devido esclarecimento em relação ás mercadorias e productos importados, ficarão a cargo dos interessados no desembarço.

Art. 101. O trabalho de abertura e fechamento dos caixões que tenham de ser examinados, será providenciado pela propria parte ou seu representante, excepto nos armazens alfandegados e, a suas expensas, caberá attender a quaesquer exigencias que as empresas de armazenagem, transportes, seguros, etc., venham a fazer por motivo da abertura dos referidos volumes.

Art. 102. Quando se verificar a existencia de qualquer irregularidade, o official communicará por escripto o facto á autoridade aduaneira local, para não permittir o desembaraço do volume, até que seja o caso esclarecido. Em seguida participará á autoridade superior, a quem compete tomar as devidas providencias.

Art. 103. Feito o exame, e no caso da mercadoria poder ser desembaraçada, o official entregará á parte uma declaração, conforme o modelo do anexo n. 3.

Art. 104. Os commandantes de Região e Director do Material Bellico poderão, ajuizadas as circumstancias, conceder desembaraço para armas e munições de uso individual e de calibres e typos permittidos, em numero não maior de tres para as armas e 300 para as munições em conjuncto, que acompanhem a bagagem de viajantes idoneos, para as quaes não tenha havido licença de importação, mediante requerimentos sufficientemente esclarecidos e documentados, se necessario. Em taes casos deverão os serviços fazer as devidas communicações ás autoridades policiaes, sobre o desembaraço autorizado.

Art. 105. Quando o material a desembaraçar não conferir com aquelle para o qual foi concedida a licença de importação, afóra a penalidade que lhe será imposta de accordo com o art. 42 do decreto n. 24.602, de 6 de julho de 1934 e nos termos desta regulamentação — Capitulo "Penalidades" — fica o importador obrigado a re-exportação do mesmo, dentro do prazo que fôr arbitrado pelo chefe da Repartição Aduaneira, na conformidade do decreto n. 24.343, de 5 de junho de 1934.

Paragrapho unico. Quando, sómente uma parte não conferir, e no caso de ser aceita conveniente justificação do interessado, a providencia referente á re-exportação poderá se limitar á parte em causa.

## *2.º Desembaraço de mercadorias sujeitas a fiscalização, em transitio dentro do paiz:*

Art. 106. Todo aquelle que desejar retirar das agencias de estradas de ferro, companhias de navegação, etc., mercadorias sujeitas á fiscalização e das quaes seja destinatario ou consignatario, o poderá fazer nas seguintes condições:

a) nas localidades que forem séde de commandos de Região, D. M. B., ou commandos de unidades do Exercito (na falta daquelles) o interessado fará um requerimento dirigido a uma das autoridades acima mencionadas, solicitando o desembaraço da mercadoria em apreço, mencionando-a discriminadamente e juntando uma via do respectivo conhecimento visado no porto ou estação de embarque.

De posse desse requerimento a autoridade competente determinará a fiscalização, sendo novamente carimbado o conhecimento e restituído ao requerente para fins de sahida da mercadoria dos respectivos armazens;

b) quando a localidade não fôr séde de unidade do Exercito e os conhecimentos estiverem visados no porto ou estação de embarque, as mercadorias poderão ter sahida e ser entregues aos respectivos destinatarios ou consignatarios sem mais formalidades, salvo quando os respectivos conferentes ou agentes tenham motivos de desconfiança de fraude, para as reter. Nesse caso darão conhecimento á autoridade militar mais proxima, que providenciará junto ao commando da Região, se não puder resolver o assumpto;

c) ainda na hypothese da letra b, os commandantes de Regiões poderão, quando o julgar necessario, para determinados portos ou cidades da Região, delegar, mediante entendimento, aos administradores de Mesas de Rendas ou aos delegados dos Serviços de Recrutamento, as attribuições de exame do material a ser desembaraçado.

Art. 107. Quando se tratar de mercadoria sujeita a redespacho para attingir o local de destino, poderá ser retirada de bordo, do armazem, etc., desde que seja apresentada a respectiva guia de exportação ou conhecimento, devidamente visado, com a assignatura do proprio punho do official encarregado da fiscalização, no ponto de embarque, independente da exigencia correspondente á letra a, do artigo anterior, mas sujeito ao visto da autoridade militar competente que existir na localidade, mediante simples apresentação do conhecimento ou guia.

Paragrapho unico. Confirma-se o facto de se tratar de mercadoria sujeita a redespacho, pela declaração do porto ou estação de destino final, que deverá ter sido feita pelo official que tiver visado o conhecimento ou guia. (Art. 121.)

*3.º Desembaraço de mercadorias sujeitas a fiscalização, importadas por paizes estrangeiros ou commerciantes desses paizes, em transitio pelo territorio nacional.*

Art. 108. O desembaraço das mercadorias acima especificadas se fará á vista de documentos que comprovem a natureza especial da importação e mediante a apresentação de conhecimentos de embarque, etc., que assegurem a continuidade do transitio para o paiz de destino.

Paragrapho unico. A autoridade que tiver permittido o desembaraço e o redespacho, comunicará com urgencia aos commandantes de Regiões por onde tenham de transitar as mercadorias, afim de ser evitado seu desvio durante o percurso em territorio nacional.

Art. 109. Nesse desembaraço, que só se fará para fins de redespacho immediato, não serão abertos os volumes, que serão apenas contados, confrontados e marcados com as consignadas nas facturas ou qualesquer documentos alfandegarios que as acompanhem.

Art. 110. Quando se tratar de armamento de guerra, antes de ser concedido o re-despacho, deverá ser feita, com urgencia, communicação ao Ministro da Guerra, por intermedio da D. M. B., mencionando-se as quantidades discriminadas nas facturas, afim de que aquella autoridade determine medidas de maior protecção, se julgar conveniente.

## CAPITULO V

### DEPOSITO

Art. 111. Os depositos de armas, munições, explosivos, productos chimicos aggressivos ou não e outros de que trata a presente regulamentação serão regulados, de um modo geral, pela legislação em vigor, referente ao Departamento de Portos e Navegação e ás diversas Prefeituras.

§ 1.º Os depositos existentes no interior das fabricas registradas no Ministerio da Guerra ficam sujeitos á mesma fiscalização por este exercida sobre as referidas fabricas.

§ 2.º Por motivos superiores de segurança publica, em expressa determinação ministerial, poderá o Ministerio da Guerra, em caracter transitorio, assumir a fiscalização dos depositos de que trata este artigo, nas regiões do paiz em que tal medida se venha a tornar necessaria.

Art. 112. Sempre que fôr julgado conveniente, poderão ser exigidas das firmas commerciaes e demais pessoas interessadas, provas de pagamento de impostos relativos a depositos particulares, licenciados, que possuam, bem como quaesquer outros dados referentes á sua capacidade e segurança.

## CAPITULO VI

### TRANSITO DE MERCADORIAS, ETC., SUJEITAS A FISCALIZAÇÃO

Art. 113. Podem transitar dentro do paiz, armas, munições, explosivos e demais productos sujeitos a fiscalização, após a necessaria permissão dos órgãos competentes do Ministerio da Guerra, nos termos do presente regulamento.

Art. 114. Os pedidos de despacho de armas, munições, explosivos, etc., por via aerea, postal, terrestre ou maritima, serão feitos, mediante requerimento ao Director do Material Bellico, aos commandantes das Regiões ou, ainda, aos commandantes das unidades do Exercito, nos Estados que não forem séde de Região, segundo o requerente residir no Distrito Federal ou nos Estados, respectivamente.

Paragrapho unico. Os pedidões de despacho de carabinas raiadas cal. 38 a 44 e suas munições serão feitos em requerimentos separados, bem como o dos productos chimicos aggressivos.

Art. 115. Competirá aos órgãos de que trata este artigo decidir sobre taes requerimentos de accôrdo com este regulamento e com as instrucções que, posteriormente, venham a receber.

Art. 116. Essa competencia diz respeito tambem aos despachos de um Estado para outro, á excepção dos requerimentos de que trata o paragrapho unico do art. 114, que

devem ser encaminhados por intermedio das Regiões, á D.M.B., que informará sobre a conveniencia ou não de serem os mesmos attendidos.

Paragrapho unico. Taes requerimentos, a juizo da D.M.B., poderão ser encaminhados ao Ministro da Guerra, que sobre elles decidirá.

Art. 117. Os peticionarios nos seus requerimentos (feitos em duas vias), solicitando despachos nos termos do artigo 113, devem mencionar:

- nome, nacionalidade e residencia;
- profissão;
- titulo ou certificado de registro do requerente e dos destinatarios das mercadorias;
- marcas e numeros dos volumes;
- local e respectivo Estado a que se destina a mercadoria;
- qualidades e quantidades, discriminadamente por calibres e por especies;
- local onde se encontram as mercadorias, etc.;
- destinatario e consignatario;
- fim ou fins a que se destina;
- estações de embarque e desembarque e quaesquer outras informações que esclareçam o assumpto.

Paragrapho unico. Quando se tratar de particular que deseje receber de firmas commerciaes registradas pequenas encomendas para uso individual, o titulo ou registro pôde ser substituido por um attestado de idoneidade passado pelas autoridades policiaes locais.

Art. 118. Poderão ser consignatarios de mercadorias em transito, firmas commerciaes registradas, (inclusive escriptorios) e quaesquer outras pessoas previamente inscriptas, pelas firmas commerciaes interessadas, na D.M.B. e Comandos de Região ou Unidades do Exercito, como seus representantes ou pessoas autorizadas a taes recebimentos.

§ 1.º As firmas commerciaes deverão juntar certificados de idoneidade dessas pessoas, validos por um anno, passados pelas policias locais, com firmas reconhecidas, para o fim em apreço, e mencionar em seus requerimentos de inscrição, dirigidos ás autoridades designadas no art. 114, as seguintes indicações:

- nome e nacionalidade dos seus representantes a serem incriptos;
- profissão;
- residencia.

§ 2.º Taes pessoas são simplesmente intermediarias e não poderão depositar ou mudar o destinatario da mercadoria sem estarem para isso devidamente autorizadas.

Isso só poderá ocorrer em casos reconhecidamente justificados, mediante circunstanciada exposição por escripto.

§ 3.º E' facultado ás fabricas, firmas commerciaes, etc., terem representantes licenciados que — possuindo depositos proprios, registrados ou se utilizando dos armazens alfandegados ou municipaes — funcionem como se fossem filiaes e recebam suas mercadorias como destinatarias.

O processo de registro desses requerimentos é o que se refere ás pessoas de que trata o art. 9º do decreto n. 24.602, de 6 de julho de 1934.



**Art. 119.** Obtidas as permissões para despacho, as firmas interessadas apresentarão ao official encarregado da fiscalização os conhecimentos de embarque, guias de exportação etc., afim de serem visadas.

§ 1.º Nesses conhecimentos devem estar mencionadas discriminadamente:

— qualidade, calibre, peso liquido, quantidade em metros, etc., conforme fôr o caso.

§ 2.º As mercadorias discriminadas nos conhecimentos devem ser estritamente aquellas para as quaes foi permitido o despacho.

§ 3.º O interessado que despachar é directamente responsável pela exactidão dos dizeres dos conhecimentos, guias de exportação, no que concerne á real existencia nos volumes.

**Art. 120.** Por ocasião do "visto", duas vias de cada conhecimento e guias de exportação, quando cabivel, deverão ser sempre assignadas e datadas do proprio punho do official admittendo-se a chancellia nas demais.

Uma das vias visadas do proprio punho, será para o desembarço da mercadoria no local do destino.

**Art. 121.** Quando se tratar de artigos sujeitos a despacho para attingirem o ponto de destino final, o official mencionará essa circumstancia, por ocasião do seu "visto" na via de conhecimento que os houver de acompanhar.

**Art. 122.** A conferencia com abertura de volumes para despacho não será exigida para todas as remessas de cada firma, ficando a criterio dos órgãos de fiscalização a escolha das opportunidades para essa abertura.

**Art. 123.** No caso de fraudes e segundo a gravidade da falta, serão applicadas as penalidades de que trata o artigo 12 do decreto n. 24.602, com fundamento no auto de flagrante lavrado pelo official encarregado da fiscalização e assignado pelo representante ou empregado da firma em causa, presente á abertura dos volumes. No caso desse se negar a assignar o termo, será elle assignado por duas testemunhas idoneas, mencionando-se essa circumstancia.

**Art. 124.** As companhias de estradas de ferro, navegação aerea, maritima ou fluvial, Alfandegas e Departamento de Correios, não poderão acceitar despachos das mercadorias e productos etc., consignados neste regulamento, na fórma por que se discrimina, sem que os documentos respectivos estejam visados pelos órgãos militares encarregados da fiscalização, salvo quando fôr o caso previsto no art. 126 paragrapho unico.

**Art. 125.** De todos os conhecimentos de embarque será extrahida mais uma via, a qual, devidamente assignada pelos encarregados de recebimento das mercadorias nas estradas de ferro, empresas de navegação etc., serão entregues pelos interessados aos officiaes que tiverem visado os referidos documentos.

**Paragrapho unico.** Essa via de conhecimento servirá para provar a realização do despacho solicitado e será remettida ás Regiões a que se destine a mercadoria, não só para conhecimento e fiscalização como tambem para servir de base á organização do mappa de que trata o art. 150.

**Art. 126.** Quando o interessado em qualquer embarque residir em local onde não existam unidades do Exército, dirigirá ao Commando da Região ou unidade mais proxima,

quando o Estado não fôr séde de Região, um requerimento nos termos do art. 117, annexando os conhecimentos para serem competentemente visados.

Esse requerimento poderá ter andamento pelo correio ou por intermedio de pessoa idonea e os conhecimentos, depois de convenientemente visados, serão restituídos pelo correio ao interessado, no caso de não ser julgado preferivel fazer a fiscalização no proprio local.

Paragrapho unico. Quando, porém, a mercadoria se destinar a local que seja séde de unidades do Exército os agentes de estradas de ferro e companhias de navegação poderão acceitar os despachos, sem o competente visto, ficando, porém, a mercadoria sujeita a fiscalização no ponto de destino.

Art. 127. Nos despachos de cabotagem sobre agua ou a bordo, não se fará exame no porto de embarque e, sim, no de desembarque.

Paragrapho unico. No caso, comtudo, em que a presença de um official, no porto de destino da mercadoria, seja difficil ou acarrete despesa, a fiscalização será feita antes de começar o embarque, a criterio do official responsavel.

Art. 128. Quando houver conhecimento de fraudes descobertas pelas estradas de ferro, empresas de navegação ou repartições aduaneiras, abrangendo as mercadorias em questão, deve a autoridade militar competente, que tiver tido sciencia do facto, providenciar para que o mesmo seja verificado immediatamente, lavrando-se um termo circunstanciado.

Art. 129. A occurrencia de que trata o artigo anterior (128), uma vez averiguada, deve ser levada ao conhecimento do Director do Material Bellico.

Art. 130. Não serão permittidos despachos pelo correio, de munições, explosivos e productos chimicos aggressivos.

Art. 131. Não serão permittidos despachos por estradas de rodagem, de armas, munições e explosivos, entre localidades servidas por estradas de ferro, e companhias de navegação, á excepção do chumbo para caça quando despachado por fabricas ou firmas que negociem exclusivamente no ramo.

Art. 132. Até determinação em contrario, o chumbo e as espoletas de caça quando despachados separadamente pelas fabricas ou firmas commerciaes, poderão transitar no paiz, independente de licenca, não se tornando necessario o visto em seus conhecimentos.

## CAPITULO VII

### EXPORTAÇÃO

Art. 133. Todo aquelle que desejar remetter artigos, etc., sujeitos a fiscalização para o estrangeiro, deverá dirigir ao Ministerio da Guerra um requerimento solicitando a devida permissão para o fazer.

Art. 134. Nesse requerimento deverão ser mencionadas as indicações de que trata o art. 117 (referentes aos requerimentos de despachos), bem como a declaração expressa de estar ou não o destinatario habilitado com a licenca do paiz de destino, quando essa fôr necessaria para a respectiva importação.

**Art. 153.** Esse requerimento será entregue á autoridade militar mais proxima para fins de encaminhamento e informação.

**Art. 136.** Quando julgar conveniente o ministro da Guerra poderá delegar autorização para conceder essas exportações aos Commandantes de Regiões, visando facilitar a exportação de productos de fabricação nacional.

## CAPITULO VIII

### MATERIAES, PRODUCTOS, ETC., SUJEITOS A FISCALIZAÇÃO DO MINISTERIO DA GUERRA

#### I

#### *Armas e munições*

**Art. 137.** Sob o ponto de vista das facilidades de importação, transito e vendas de armas e munições por commerciantes e particulares, são essas classificadas nas seguintes categorias:

1.º — Armas e munições de um modo geral prohibidas:

a) armas, petrechos e munições iguaes ou similares ás usadas nas forças armadas do paiz e do estrangeiro;

b) idem, características das armas de guerra;

c) aviões e hydro-aviões typo militar, armados;

d) partes metallicas que possam ser empregadas em armas de importação permittida augmentando-lhes a effi-ciência;

e) armas de ar comprimido (não comprehendidas as de funcionamento por mola até cal. 6 m/m);

f) "silencer Maxim" ou outros dispositivos semelhantes que se collocam nas armas de fogo para amortecer o estampido do tiro;

g) armas cujos canos ou coronhas se desmontam em varias partes;

h) espingardas e rifles raiados e todas as armas dessa classe de calibre superior a onze millimetros e dezeseite (14).

i) Idem de cal. igual ou inferior a 44 desde que taes armas possuam alça de mira com gradação superior a 200 ms., ou espaço que se preste a uma ampliação de gradação;

j) revolveres de cal. superior a 38.

k) pistolas automaticas cal. 7mm, 65 e superiores, typ<sup>o</sup> Parabellum.

l) pistolas automaticas cal. superiores a 7mm.65.

m) armas proprias para utilização de cartuchos com gases.

n) garruchas de cal. superior a 380

o) munições com artificios ou dispositivos visando provocar explosão, incendio, etc.

p) cartuchos para espingardas e rifles de importação não permittida e, tambem, aquelles cujas balas possam ter velocidade inicial e força viva superiores, respectivamente, a 350 m/s e 100 kgm.

q) cartuchos para revolveres, pistolas e garruchas de importação não permittida, e, tambem, aquelles cuja balas

possam ter velocidade inicial e força viva superiores respectivamente a 200 m/s e 25 kgm.

r) cartuchos de gases lacrimogeneos e outros.

s) armas brancas ou secretas, em geral utilizadas para pratica de crimes.

§ 1°. As armas e munições dos typos acima mencionados poderão ser importadas e transitar quando se destinarem ás forças armadas do Paiz e suas auxiliares e forças policiaes, civis, depois de obtida prévia permissão do Ministerio da Guerra, não podendo as mesmas virem consignadas a particulares.

§ 2°. As importações destinadas ao Ministerio da Marinha independem de autorização do Ministerio da Guerra.

§ 3°. Poderá ser permittida a particulares, em geral representantes de fabricas estrangeiras de armas e munições, devidamente registrados, a importação desses artigos e petrechos de guerra quando se destinarem a experiencias nas forças armadas de terra e mar e organizações policiaes, desde que juntem documentos comprobatorios do interesse quaes experiencias possam ter para as ditas corporações.

Ainda nesse caso, as armas, munições etc., deverão vir consignadas directamente aos Ministerios da Guerra ou da Marinha, ou áquellas organizações.

Em caso algum poderão esses artigos ser entregues directamente aos seus importadores, os quaes, no entanto, poderão exportar-as para os paizes de origem ou qualquer outro, a juizo do Ministerio da Guerra.

2.° Armas e munições, cuja importação, etc., poderá ser permittida ao commercio ou a particulares registrados, quando destinadas á caça, guarda, defesa e recreio.

a) espingardas, rifles e todas as armas dessa classe: não raiadas, ou vulgarmente de cano liso, quaesquer que sejam o systema, calibre e modelo, inclusive as de pressão por mola, que atiram sêtas ou pequenos grãos de chumbo, usadas nos stands de tiro, sendo que para estas ultimas (pressão por mola), até o calibre maximo de 6 m/m.; raiadas, até o calibre maximo de onze milímetros e dezeseite (44), não podendo taes armas ter alça de mira com gradação superior a 200 ms., nem espaço que se preste a uma ampliação de gradação;

b) revolveres até o calibre 38 inclusive;

c) pitolas até o cal. 7,65, inclusive typo F. N., não podendo seus canos ter comprimento superior a 15 cms.;

d) garrucha até o calibre maximo de 380;

e) espadas e espadins para fornecimento a militares e diplomatas;

f) cartuchos vãos e carregados de chumbo, para armas permittidas;

g) cartuchos com projectil massivo de chumbo, sem camisa, desde que não apresente solução de continuidade e não seja provido de qualquer artificio ou dispositivo visando provocar explosão, incendio etc.;

h) cartuchos com projectil encamisado, desde que o revestimento seja completo, não se tolerando que apresente solução de continuidade e seja provido de qualquer artificio ou dispositivo capaz de provocar incendio, explosão etc.;

i) cartuchos para espingardas e rifles de calibres permittidos, cujas balas, observadas as prescripções das alíneas *g* e *h*, não tenham velocidade inicial e força viva superiores, respectivamente, a 350 m/s e 100 kgm.;

j) os cartuchos para revólveres, pistolas e garruchas de calibres permittidos, cujas balas observadas as prescripções das alíneas *g* e *h*, não tenham velocidade inicial e força viva superiores, respectivamente, a 200 m/s e 25 kgm.;

k) cartuchos denominados de caça, para espingardas de todas as classes, não raiadas, quaesquer que sejam seus calibres e o das balas de chumbo que contém;

l) balas de chumbo esphéricas, qualquer que seja o diametro;

m) escumilha.

Art. 138. Não serão permittidas as importações de carabinas, mosquetões e rifles Winchester ou desse typo, embora pertencente a qualquer outra fabrica, de calibre 38 a 44, que pelo comprimento de seus canos, systema de fechamento e recuperação etc., não obstante satisfazerem á exigencia relativa á alça, a juizo da D. M. B., — excedam as necessidades na caça denominada "grossa".

## II

Aviões e hydro-aviões (typos commercial, postal, recreio e treinamento), bem como motores e peças principaes para os mesmos, tudo a juizo da Directoria de Aviação.

## III

### *Explosivos em geral*

Art. 139. Estão sujeitas a fiscalização todas as pólvoras, misturas explosivas, dynamites, gelatinas explosivas e explosivos diversos, em particular os seguintes:

Acetyleneto de cobre;

Acidos — azothydrico, picramico ou amidodinitrophenol e picrico ou trinitrophenol.

Azotetos — de ammonio, de chumbo ou de mercurio, de prata e outros;

Benzita ou trinitrobenzol;

Bichromato de ammonio;

Chloreto de azoto;

Cresilita;

Dinitroglycol;

Dinitrotetrahydronaphtalina.

Dinitropropilglycol;

Dinitrotoluol ou binitrotoluol;

Ecrasita, lidita, melinita, picrina ou shlmose, (acido picrico).

Emilita;

Fluorcina ou dinitronaphtalina;

Fulminato de mercurio e outros;

Iscopurpurato de potassio;

Gelatinas explosivas: blasting, gelignite e semelhantes;

**Hexanitrodiphenilamina:**

Naphitita ou trinitronaphthalina;  
 Nitrocellulose ou pyroxilina;  
 Nitroglycerina, ou trinitrina;  
 Nitroguanidina;  
 Nitromanita;  
 Nitrophenol;  
 Nitroglycol;  
 Nitroerythrita;  
 Nitratos: de methyla, ethyla e amyla;  
 Ozona;  
 Papeis fulminantes;  
 Picramida ou trinitroanilina;  
 Plastil ou Plastrotyl e outros;  
 Picratos: de ammonio, de guanidina, de potassio, de só-  
 dio e outros;  
 Polvoras;  
 Ruburita, belita, segurita, kinetita, tonita, e outras pre-  
 parações explosivas semelhantes;  
 Siliceto de hydrogenio;  
 Sulpheto de azoto;  
 Tetranitroanilina;  
 Tetril ou tetranitromethylanilina;  
 Trinitroacetonnitrila;  
 Trinitroanisol;  
 Trinitrocresilatos metallicos;  
 Trinitrocellulose — algodão polvora;  
 Trinitrometacresol;  
 Trinitrofoluol (trotyl, tolita, trilita, trinol, tritol, trin-  
 tone e trolita);  
 Triplastita;

Paragraphe unico. Ficam dispensados da fiscalização do transito e commercio internos, por parte do Ministerio da Guerra, os fogos de arteificio.

**IV**

Espoleta simples e electricas (detonadores).

**V**

Estopins, de modo geral, e em particular, o estopim detonante, cuja importação sómente será permittida, aos próprios consumidores que bem justificarem sua necessidade.

A importação poderá ser feita por intermedio de casa importadora, desde que acompanhe pedido do consumidor.

**VI**

*Principaes materias e productos utilizados na industrias de polvoras e explosivos e outras, cuja inclusão é julgada de necessidade:*

Acetona;  
 Acidos: chlorhydrico ou muriatico, nitrico ou azotico, sulphurico, chlorico e perchlorico;  
 Aluminio em pó ou limalha;

Azotatos ou nitratos: de sodio, potassio, ammonio, de baryo e de chumbo;  
 Collodio;  
 Nitrobenzeno;  
 Percarbonatos de potassio, de sódio e de baryo;  
 Perchloratos de ammonio, de baryo, potassio e de sodio;  
 Peroxydo de azoto, de chloro e de sódio;  
 Phosphoro branco e vermelho (materia prima);  
 Sulpheto de antimonio.

## VII

*Principaes productos chimicos aggressivos*

Acido cyanhydrico ou prussico.  
 Acroleina ou papita.  
 Bi-chlorhydrina sulphurica ou chloreto de sulphuryla.  
 Bromacetato de ethyla.  
 Brometo de benzyla ou Cyelita.  
 Brometo de cyanogeno ou Campielita.  
 Brometo de orthonitrobenzyla.  
 Brometo de xylila.  
 Bromo.  
 Bromoacetona.  
 Bromomethylethylacetona.  
 Bromotrinitroacetophenona.  
 Chloreto de cyanogenio ou Marghenita.  
 Chloreto de diphenylarsina.  
 Chloreto de estanho.  
 Chloreto de orthonitrobenzyla.  
 Chloreto de paranitrobenzyla.  
 Chloreto de phenilcarbilamina.  
 Chloreto de silicio.  
 Chloreto de titanio.  
 Chloreto de xylila.  
 Chlorhydrina de glycol.  
 Chloroacetato de ethyla  
 Chloroacetophenona.  
 Chloroacetona.  
 Chlorobromoacetona ou Martonita.  
 Chlorodinitrobenzeno.  
 Chloroformiato de methyla, monochlorado ou Palito.  
 Chloro gazozo ou liquefeito.  
 Chloropierina ou aquinita.  
 Chlorosulphato de ethyla.  
 Chlorosulphato de methyla (Sulvinita).  
 Chlorovinildichloroarsina ou Lewisita.  
 Clairisita (mistura de chlosulphato de carbono e chloro).  
 Cyaneto de benzyla.  
 Cyaneto de bromo-benzyla (camita).  
 Cyaneto de calcio.  
 Cyaneto de diphenilarsina.  
 Cyaneto de potassio.  
 Cyaneto de sódio.  
 Dibromomethylarsina.  
 Dichloreto de benzyla.  
 Dichlorodivinilchloroarsina.

Demethylsulphato ou ether dimethylsulphurico.  
 Diphenilchloroaminarsina.  
 Diphosgenio ou chloroformiato de methyl trichlorada.  
 Ether cyanocarbonico.  
 Ether dichloromethylico.  
 Ethermethychloroformico.  
 Ethyldibromoarsina.  
 Ethyldichloroarsina.  
 Ethyldichloformico.  
 Formiato de methyl.  
 Iodeto de benzyla ou Fraissita.  
 Iodeto de xylila.  
 Methyldichloroarsina ou dichloromethylarsina.  
 Oleum (acido sulphurico fumegante ou acido sulphurico de Nordhausen).  
 Orthonitrochloreto de benzyla ou Cedinita.  
 Oxydo de methyl dichlorado.  
 Pentachloreto de antimonio.  
 Phenylchloroarsina.  
 Phosgenio (oxychloreto de carbono, chloreto de carbonyla ou colongita).  
 Racionita (mistura de dimethylsulphato e bichlorhydrina sulphurica).  
 Sulpheto de ethyla dichlorado (Iperita, gaz mostarda).  
 Superpalita (mistura de diphosgenio, palita, chloroformiato de methyl bi-chlorada e carbonato dimethylico hexachlorado).  
 Tetrachloreto de estanho ou opacita.  
 Tetrachloreto de silicio.  
 Tetrachloreto de titanio ou fumigerita.  
 Tiophosgenio ou chlorosulpheto de carbono.  
 Trichloreto de arsenico.  
 Trichlorovinilarsina.  
 Vincenita (mistura de trichloreto de arsenico, acido prussico, tetrachloreto de estanho e chloroformio).  
 Vitrita (mistura de chloreto de cyanogenio e chloreto de arsenico).

### VIII

#### *Productos que ficam dispensados da fiscalizaçào de transito*

Art. 140. Em caracter provisorio ficam dispensados das providencias de fiscalizaçào por parte do Ministerio da Guerra, no que diz respeito ao transito e commercio dentro do paiz, as seguintes mercadorias e productos que podem embarcar, sem o respectivo "visto" nos conhecimentos:

- a) Chumbo de caça, quando despachado pelas fabricas ou firmas commerciaes registradas, que o façam separadamente.
- b) Espoletas de caça, quando despachadas nas condições a que se refere a letra a.
- c) Acetona.
- d) Acidos chlorhydrico ou muriatico, nítrico ou azotico e sulphurico.
- e) Aluminio em pó ou em limalha.
- f) Salitre do Chile (nitratos naturais de sodio e potassio) para agricultura.
- g) Collodio.



## CAPITULO IX

## DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 141. Os requerimentos de desembaraços alfandegarios e transito (despachos), devem ser apresentados em duas vias. Após o deferimento e respectiva fiscalização as segundas vias, com as copias dos depachos, devidamente autenticadas, serão encaminhadas ás respectivas policias locais, a titulo de informação e poderão servir de base á concessão da guia de transito e acompanhamento da mercadoria, dentro da localidade, quando couber.

§ 1.º O encaminhamento dessas segundas vias poderá ser por intermedio dos interessados ou pelo Correio, conforme as circumstancias peculiares a cada caso e a cada região, aconselharem, não se tolerando emendas ou rasuras nas mesmas.

§ 2.º Na Capital Federal, e onde mais se tornar necessario, após o competente "visto" nos conhecimentos e demais documentos de transito de mercadorias sujeitas a fiscalização do Ministerio da Guerra e das Inspectorias de Inflammaveis das Prefeituras locais, será fornecido pelo official encarregado da fiscalização á parte interessada, como comprovante, uma guia conforme modelo-annexo n. 4.

Art. 142. Quando o Governo, attendendo a determinadas circumstancias, de ordem militar ou civil, julgar conveniente, poderá determinar o recolhimento a depositos do Ministerio da Guerra, ou outros locais apropriados, das armas, munições, explosivos, productos chimicos aggressivos e demais productos sujeitos a fiscalização que estejam nos armazens, depositos particulares, etc.

§ 1.º Da mesma forma, poderá recusar pelo tempo que julgar necessário o desembaraço de mercadorias que estejam na Alfandega, mesmo que essas tenham sido importadas com prévia licença.

§ 2.º No entanto, a requerimento dos interessados que desejem evitar o pagamento de armazenagens, poderá ser concedido o desembaraço alfandegario para recolhimento das mercadorias em caixas devidamente cintadas pelos interessados, aos Depositos do Ministerio da Guerra.

Art. 143. As mercadorias recolhidas em virtude das disposições constantes do artigo anterior só poderão ser retiradas pelos proprietarios ou consignatarios mediante autorização do Ministerio da Guerra.

Art. 144. A importação, despacho e vendas de explosivos pelas casas commerciaes, só são permittidas para applicação dos mesmos em fins industriaes.

Art. 145. Interessado algum poderá importar ou despachar armas, munições, explosivos, etc., sem que esteja devidamente registrado ou comprove em casos de importação ou despacho para uso proprio, em quantidade muito limitada, perante a autoridade a que se dirige, a sua idoneidade.

Art. 146. Quando, para perfeito esclarecimento das petições, a Directoria do Material Bellico julgar necessario proceder a experiencias balisticas, devem as partes fornecer

o material exigido por esta repartição, sendo as armas logo apos os exames, restituídas aos respectivos donos, correndo todas as despesa por conta dos peticionarios.

Art. 147. Em se tratando de armas, munições ou explosivos pouco conhecidos, os requerimentos devem mencionar os dados balísticos, ou formulas fornecidas pelos estabelecimentos de onde provierem.

Art. 148. A partir do prazo de dezoito mezes, depois da publicação deste regulamento, o Governo se permitirá autorizar somente as importações de armas e munições procedentes de fabricas que possuam no Ministerio da Guerra catalogos em portuguez, mencionando, juntamente com as gravuras, os dados balísticos de cada typo de arma ou munhão de seu fabrico.

Art. 149. As armas, munições, explosivos, etc., que forem a leilão nas alfandegas, depositos, etc., não poderão ser retirados pelo arrematante, sem prévio assentimento das autoridades militares da localidade ou da Região a que estiver confiada a fiscalização, as quaes a não poderão conceder senão a firmas ou pessoas devidamente registradas ou licenciadas.

Art. 150. Os Serviços de Material Bellico das Regiões enviarão mensalmente á D. M. B., afim de que esta o remetta tambem mensalmente ao Ministerio da Guerra, o mappa demonstrativo das entradas e sahidas de armas, munições, explosivos, etc., conforme o modelo n. 10.

Art. 151. Salvo a autorização constante do art. 136, somente após permissão do Ministro da Guerra os commandantes de Regiões Militares poderão permittir o despacho, para paiz estrangeiro, de qualquer artigo ou producto sujeito a fiscalização.

Art. 152. Os representantes de fabricas ou casas de armas, munições e demais materiaes de guerra que desejarem se habilitar, em nome de suas representadas, ás concurrencias ou importações dos respectivos materiaes para experiencias no Ministerio da Guerra, deverão solicitar seu registro com esse caracter especial, em requerimento dirigido ao Ministro da Guerra, annexando "publica-forma" das procurações passadas pelas representadas, referentes ao anno em que forem apresentadas, bem como um attestado de bons antecedentes, passado pelo Gabinete de Identificação e Estatística da Policia, em relação a esses representantes ou chefes de firmas representantes, conforme o caso.

§ 1.º Poderão ser dispensados da prova de idoneidade, a juizo da D. M. B., aquelles que já tenham sido julgados idoneos em virtude de actuação anterior, junto á referida Directoria.

§ 2.º Uma vez por anno, pelo menos, para aquelles que desejarem manter em dia os seus registros será exigida prova de continuidade de representação.

Art. 153. Nas localidades onde a venda de armas e munições nos Estabelecimentos commerciaes esteja sob fiscalização da policia civil, os officiaes das forças armadas que desejarem fazer aquisições para uso proprio, em quantidade razoavel, independente de satisfação das formalidades policiaes, poderão dirigir requerimentos aos Commandantes de Região, Brigada, Unidades ou Chefes de Repartições, confor-

me a situação de cada um, solicitando permissão para as aquisições e apresentando esclarecimentos conforme as quantidades e natureza das armas e munições desejadas.

Paragrapho unico. Sempre que se tratar de compra de munições deverá ser citada a natureza, typo e numero da arma a que será destinada.

Concedida a permissão, os respectivos S. M. B., ou Secretarias, conforme os casos, fornecerão uma declaração devidamente authenticada, em duas vias, conforme o modelo annexo 9. As duas vias de certificado serão assignadas na ocasião do recebimento das mesmas pelo official e se destinarão á entrega nas casas de armas, por ocasião das aquisições, onde servirão, uma, ao archivo da casa e a outra, para encaminhamento pela casa commercial á Policia local.

Art. 154. Quando conveniente, a criterio dos commandantes de Regiões, em localidades que não sejam séde de Unidades do Exercito, ou destas se achem muito afastadas e possuam delegados das Circumscripções de Recrutamento, poderão estes, ser utilizados para os serviços de fiscalização referentes ao desembaraço e transito de materiaes, regendo-se, os mesmos, então, pelas disposições deste regulamento.

Art. 155. Ficam os Commandantes de Regiões e D. M. B., autorizados a manter entendimento com os governos estaduais quando julgarem de conveniencia, de forma a que as respectivas providencias de fiscalização se harmonizem e completem, visando sempre maior efficiencia.

Paragrapho unico. Para isso, será designado o official, em geral do proprio S. M. B., ou S. F. I. D. T., que deverá ficar encarregado de effectuar essa ligação.

Art. 156. Ficam sujeitos á licença para importação as machinas especialmente destinadas á fabricação de armas, munições ou explosivos.

Art. 157. Toda introduccão de armamento ou munição no territorio nacional, mesmo constituindo propriedade particular e trazidas em bagagem ou em mãos de passageiros, está sujeita á previa licença para importação, e por isso, os materiaes introduzidos sem o preenchimento desse requisito devem ficar retidos nas repartições fiscaes, lavrando-se termo, sem embargo do possivel desembaraço da bagagem particular.

§ 1.º Os materiaes acima indicados que venham a ficar retidos poderão ser desembaraçados, posteriormente, satisfeitas as condições exigidas para tal fim, por esta regulamentação.

§ 2.º As armas e munições para as quaes não seja concedido o desembaraço, poderão, no entanto, dentro do prazo de seis mezes, ser restituídas aos seus legitimos proprietarios, caso os mesmos venham a se ausentar do paiz, pelo mesmo porto ou estação ferro-viaria.

Art. 158. Em caracter de experiencia, poderá ser permitida a importação, emquanto não fôr julgado inconveniente, de armas de ar comprimido e respectivas installações, se destinadas, exclusivamente, a tiro de salão nos estabelecimentos de diversões, devidamente licenciado pelas Prefeituras e Policias civis, locais.

§ 1.º O requerimento, em taes condições, deverá ser feito pelo responsável pelo estabelecimento, embora a importação se realise por intermedio de qualquer casa commercial.

§ 2.º O interessado deverá assumir o compromisso de effectuar a exportação de taes armas no caso de liquidação do estabelecimento. No entanto, ser-lhe-á possível passal-o a outrem, desde que o novo proprietario seja julgado idoneo pela respectiva repartição policial local.

Art. 159. O Governo, em casos especiaes, quando se tratar de missões scientificas ou estrangeiras de reconhecida idoneidade, que desejem viajar ou caçar no interior do paiz, poderá autorizar o desembaraço de armas ou munições de importação não permittida de accordo com este regulamento, sob compromisso, por parte desses viajantes, de se fazerem acompanhar da mesmas armas, quando regressarem ao estrangeiro.

Art. 160. As importações ou commercio interno de productos chimicos aggressivos poderão ser autorizados quando se destinarem a purificação de aguas, laboratorios, pharmacias, drogarias, piscinas e outros usos industrias de reconhecida ou provada necessidade, feitas pelos interessados as provas, ou prestados os esclarecimentos julgados sufficientes quanto a sua applicação.

Art. 161. As mascaras contra gazes estão comprehendidas na letra a, n. 1 do art. 137, Titulo II; no entanto, a D. M. B., poderá permittir a venda de mascaras de fabricação nacional ás milicias estaduaes, institutos de ensino (com esta finalidade) e a estabelecimentos commerciaes e fabricas, para uso de seus empregados que, pelo manuseio de productos chimicos aggressivos dellas venham a ter necessidade.

Paragrapho unico. Independem de licença de importação, até resolução em contrario, as mascaras (typo rudimentar) contra fumaça e poeira toxicas, em uso commun nas industrias de productos chimicos e outras a ellas relacionadas, quando a esses fins exclusivamente destinadas.

Art. 162. E' absolutamente interdicto pôr á venda dynamites apresentando exteriormente traços de alteração ou de decomposição. O material nessas condições deve ser inutilizado, tomadas as precauções de ordem technica e feitas as devidas communicações ás autoridades federaes e municipaes a que se achem attribuidas as fiscalizações, conforme os casos apresentados, e com a devida antecedencia, afim de que, se julgado necessario, se façam as mesmas representar ao acto de inutilização.

Art. 163. Correrão sempre por conta dos interessados as despesas que se venham a fazer com as analyses de explosivos ou quaesquer productos importados ou fabricados com o objectivo de fiscalização.

Paragrapho unico. Quando se venham a tornar necessarias taes analyses, as amostras serão colhidas na presença das partes e por ellas rotuladas e assignadas juntamente com o fiscal.

Art. 164. E' absolutamente interdicto o deposito de explosivo e detonadores num mesmo pavilhão.

Paragrapho unico. Em casos especiaes de depositos em ilhotas, devidamente afastadas que, pelas suas dimensões não comportem a construcção de pavilhões distanciados, poderá ser permittido o deposito sob responsabilidade exclusiva das partes e desde que não haja moradores no local, além de um vigia.

Art. 165. Afim de cobrir as despesas de material com a impressão de titulos, certificados e outras pequenas despesas com os mesmos relacionadas, poderá ser cobrada em sellos federaes devidamente inutilizados, a taxa de dez mil réis, sujeita ainda ao sello de "Educação e Saude".

Art. 166. Os transportes por estradas de ferro e os executados por vias maritimas, fluviaes ou lacustres se processarão de accordo com os regulamentos das respectivas empresas, sujeitas ás restricções e precauções nelles determinadas.

Art. 167. Poderão transitar no paiz, dentro do prazo de dois annos, as armas e munições importadas de accordo com as instrucções de 29 de maio de 1929, não sendo, porém, permittida a fabricação nacional para typos de armas e munições de importação interdicta de accordo com esta regulamentação.

Art. 168. Pelas attribuições de fiscalização de que trata o artigo n. 10 do decreto n. 24.602, de 6 de julho de 1934, reserva-se o Ministerio da Guerra, o direito de negar importações, desembaraços e licenças de transito, sempre que a seu criterio, julgar conveniente aos interesses nacionaes para todos ou parte dos materiaes e productos constantes desta regulamentação.

Art. 169. O simples pedido de registro nos diversos casos especificados nesta regulamentação tem valor como acceitação integral do principio de restricção consignado no artigo anterior.

Art. 170. Esta regulamentação entrará em vigor nos artigos que ainda não o estão, 90 dias após a data de sua publicação, de forma a que a mesma possa ter ampla divulgação.

Art. 171. Fica a Directoria do Material Bellico autorizada á baixar aos S. M. B., as instrucções que se venham a tornar necessarias para conveniente applicação deste regulamento e resolver dentro do seu espirito os casos omissoes que venham a surgir e que não dependem de maior apreciação por parte do Ministerio da Guerra.

### TITULO III

#### CAPITULO I

##### PENALIDADES

Art. 172. Verificadas contravenções e fraudes contrarias á presente regulamentação, ficam os contraventores sujeitos ás penalidades de que trata o artigo 12 do decreto n. 24.602, de 6 de julho de 1934, ou sejam á suspensão de funcionamento da fabrica ou do direito de commercio por tempo não excedente de seis mezes e á perda definitiva da idoneidade e consequente prohibição de funcionamento ou commercio, sem indemnização de especie alguma, conforme a gravidade da falta.

Paragrapho unico. Para os effeitos deste art. será assegurada a defesa á parte accusada de transgressão, annexando-se os documentos apresentados e tomadas por termo suas justificações em inquerito ou syndicancia mandada abrir pelo Director do Material Bellico, que imporá a penalidade, sem prejuizo da acção criminal em que hajam incorrido.

A penalidade da perda definitiva da idoneidade será imposta pelo Ministro da Guerra.

Art. 173. Ficam estabelecidas as penalidades, em seguida indicadas, para as diversas irregularidades ou fraudes em que venham a incorrer os interessados em fabricar, importar, ou commerciar com os artigos sujeitos a fiscalização.

§ 1.º O casos omissos serão punidos pelo Director do Material Bellico, de accordo com o espirito que transparece como tendo presidido o estabelecimento das penalidades, de um modo geral.

§ 2.º Quando, de accordo com o estabelecido no paragrapho anterior, fôr o infractor julgado passivel da pena de perda definitiva de idoneidade, será o assumpto submettido á apreciação e decisão do Ministro da Guerra.

Art. 174. São as seguintes penalidades estabelecidas nesta regulamentação:

a) suspensão de funcionamento da fabrica ou do direito de commerciar por um mez.

b) idem, por tres mezes.

c) idem por seis mezes.

d) perda definitiva da idoneidade e consequente prohibição de funcionamento ou commercio, sem indemnização de especie alguma.

Art. 175. Será applicada a penalidade constante da letra a, do art. 174, nas seguintes faltas:

1 — Importação, sem licença, de artigos, productos etc., sujeitos a fiscalização mas de importação não prohibida ao commercio em épocas normaes, desde que se verifique o desejo de furtar-se á fiscalização e prévia licença. Caso não seja assim julgado, e se denegue a licença de desembaraço, deverá o responsavel realizar a reexportação nos termos das disposições alfandegarias, ficando livre porém da penalidade.

2 — Importação de artigos, productos, etc. cujos typos, calibres ou percentagens sejam differentes daquellas para as quaes foi concedida a licença. Neste caso, afóra a penalidade, fica o interessado obrigado á reexportação da mercadoria.

3 — Falsa declaração em requerimento de desembaraço, de fôrma a não poder ser attribuida a equivoco.

4 — Falsa declaração em conhecimento de transito.

5 — Solicitação de despachos para pessoas ou firmas que não tenham realmente feito encomendas.

6 — Transito de artigos, etc., sujeitos a fiscalização, nos termos da presente regulamentação, sem autorização das autoridades militares.

7 — Utilização de depositos não licenciados, dentro da legislação em vigor.

8 — Falta de ordem e da devida separação, dentro dos depositos licenciados, das materias inflammaveis e explosivas.

9 — Falsa declaração nos mappas de stock, que não possa ser levada a conta de simples equívoco, a juízo da autoridade julgadora.

10 — Falta de zelo pela devida conservação, ou restauração, de depositos ou pavilhões de manipulação das fabricas que estejam sendo utilizadas.

11 — Fabricação de explosivos sem as indispensaveis medidas de segurança ou fóra dos logares apropriados e licenciados para tal fim.

12 — Embalagem defeituosa e perigosa para artigos explosivos.

13 — Omissão pelas fabricas ou responsaveis por depositos licenciados do cumprimento — sem interposição de recurso para a autoridade militar superior — das indicações e determinações feitas pelos officiaes encarregados da fiscalização nas fabricas e nos depositos.

Art. 176. — Será applicada a penalidade constante da letra b, ás seguintes faltas:

1 — Incidencia em qualquer item do artigo anterior, desde que o responsavel já tenha soffrido penalidade de suspensão de direito de fabricar ou commerciar, por um mez.

2 — Retirada, após o licenciamento da fabrica ou deposito, de aparelhos de defesa contra incendio e de protecção dos operarios ou ainda, falta de zelo para com os mesmos, de forma a prejudicar seu bom funcionamento.

3 — Apresentação de falsos pedidos de encommendas de artigos sujeitos a fiscalização.

Art. 177. — Ficam sujeitas á penalidade constante da letra c do art. 174, todas as firmas ou pessoas que incidirem em qualquer falta constante dos artigos 175 e 176, desde que já tenham soffrido uma penalidade de suspensão por tres mezes.

Art. 178. — Fica sujeito á perda definitiva de idoneidade o infractor já punido anteriormente com a penalidade constante da letra c do artigo 174.

Art. 179. — A perda definitiva poderá ser imposta, tambem, em se tratando de primeira falta, desde que concorram:

a) sua gravidade;

b) fortes elementos de presumpção do conhecimento da acção praticada por auxiliares.

Art. 180. — São consideradas faltas graves para os effeitos do artigo anterior:

a) fabricação em desacordo com as formulas apresentadas a registro e cadernos de encargos, passando dos naturaes limites de tolerancia de fabricação;

b) fabricação de novos typos de artigos, productos etc., sujeitos a fiscalização, sem estarem os mesmos devidamente registrados;

c) fabricação, importação ou transito, sem licença, de artigos ou productos sujeitos a fiscalização e de que tratam o n. 1 do art. 137, do sub-titulo I, capitulo VIII do titulo II e sub-titulo VII do capitulo VIII do mesmo titulo 2º (Principaes productos chimicos aggressivos):

d) sonegação de *stocks* de polvoras, explosivos ou materias primas, ou sua manutenção em depositos não licenciados.

Art. 181. — Em casos especiaes, por solicitação dos responsáveis, o Ministro da Guerra poderá permittir que as penalidades de suspensão por um, tres e seis mezes, sejam substituidas pelo pagamento de multas, respectivamente nas importancias de um, tres e cinco contos de réis.

Art. 182. — A penalidade da perda definitiva da idoneidade em consequencia da primeira falta commettida, considerada grave, poderá, a requerimento do interessado, ser substituida pela multa de sete contos de réis.

Art. 183. — A penalidade da perda definitiva da idoneidade quando applicada de accordo com o art. 178, não poderá ser substituida por qualquer importancia monetaria, devendo ter prompta execução.

Art. 184. — As importancias das multas arrecadadas serão recolhidas á Caixa de Economias da Guerra.

Art. 185. — Sendo a idoneidade o principal requisito para quantos desejem fabricar ou negociar com artigos e productos sujeitos a fiscalização, o Ministro da Guerra, em qualquer época, poderá determinar a cassação do titulo ou certificado de registo das fabricas ou estabelecimentos commerciaes, cujos proprietarios ou responsáveis, a seu juizo — em particular ou diante da communicação devidamente documentada por parte da policia — a tenham compromettido.

§ 1º. — Para fins da providencia consignada neste artigo, sempre que possivel, deverão ser facilitados os meios para que os interessados apresentem por escripto, sua defesa.

§ 2º. — A cassação do titulo ou certificado determinará o fechamento da fabrica ou casa commercial sem direito a indemnização.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1936. — General Eurico G. Dutra.

### TITULO III

#### CAPITULO II

##### ANNEXOS

Annexo n. 1

#### Ministerio da Guerra

Directoria do Material Bellico — S. F. I. D. T.

Sr. Inspector da Alfandega do .....  
De accordo com o regulamento do decreto n. 24.602,  
de 6 de julho de 1934 e de ordem do Sr. ....  
....., participo-vos  
haver designado o dia ..... do corrente mez para ir ao Ar-  
mazem n. .... do ..... examinar  
a mercadoria de que trata o presente requerimento.

Em ..... de ..... de .....



Annexo n. 2

## Ministerio da Guerra

Directoria do Material Bellico — S. F. I. D. T.

N. ....

Sr. Inspector da Alfandega do .....  
 Communico-vos de ordem do.....

.....  
 para os fins de que trata o art..... do Regulamento bai-  
 xado em face do decreto n. 24.602, de 6 de julho de 1934,  
 que, por aviso n. ...., de ....., de ..... a  
 firma .....

.....  
 foi autorizada a importar de.....  
 ....., o seguinte: .....

.....  
 .....  
 não havendo, portanto, inconveniente no desembaraço do pro-  
 ducto em apreço, desde que o mesmo confira com a sua espe-  
 cificação na factura consular.

Em ..... de ..... de .....

.....

.....

(Dimensões: 0<sup>m</sup>,20 x 0<sup>m</sup>,26).

.....

Annexo n. 3.

## Ministerio da Guerra

Directoria do Material Bellico — S. F. I. D. T.

N....

Sr. Inspector da Alfandega do .....  
 De accordo com o Regulamento do decreto numero 24.602,  
 de 6 de julho de 1934, communico-vos de ordem do  
 Sr. ....  
 que do exame procedido em.....  
 .....  
 ....., com as  
 marcas .....  
 ns. ....  
 descarregados do vapor .....  
 procedentes de .....  
 entrado em .....  
 e descarregados no armazem n.... do.....  
 verifiquei não haver inconveniente no desembaraço dos refe-  
 ridos volumes.

Em ..... de ..... de .....

.....

.....

(Dimensões: 0<sup>m</sup>,20 x 0<sup>m</sup>,26).

Annexo n. 4.

## Ministerio da Guerra

Directoria do Material Bellico — S. F. I. D. T.

Sr. inspector de Inflammaveis do 2º Districto desta Capital.

Communico-vos, de accordo com o artigo..... do Regulamento do decreto n. 24.602, de 6 de julho de 1934, que a firma .....

obteve permissão para .....  
o seguinte .....

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

Em ..... de ..... de .....

.....

.....

(Dimensões: 0<sup>m</sup>,16 x 0<sup>m</sup>,23).

Annexo n. 5.

## Ministerio da Guerra

Directoria do Material Bellico

## Titulo

Certifico que, tendo .....

.....  
com séde em .....  
satisfeito as exigencias do decreto n. 24.602, de 6 de julho de 1934, e respectivo regulamento, foi registrada de ordem do Sr. Ministro da Guerra, no respectivo serviço, o que importa em consideral-a autorizada a funcionar, podendo produzir .....

.....  
.....  
tudo nos termos da documentação apresentada e dos compromissos assumidos.

Em Capital Federal ..... de ..... de .....

.....

.....

(Dimensões: 0<sup>m</sup> 25 x 0<sup>m</sup>,33).

## Annexo n. 6.

## Ministerio da Guerra

Directoria do Material Bellico Anno de 19....

N. ....

## Certificado de Registo Summario

Certifico que, .....  
estabelecido á rua .....  
..... obteve registo de  
acordo com o art. 9º do decreto n. 24.602, de 6 de julho de  
1934, nos termos do respectivo regulamento, pelo prazo de  
tres annos, para a sua fabrica de.....  
.....  
podendo utilizar-se dos productos chimicos de que trata o seu  
pedido de registo.

O presente, certificado que tem o valor de licença para  
funcionamento, produzirá seus effeitos durante os annos  
de: .....

Em ..... de ..... de .....

.....

.....

(Dimensões: 0<sup>m</sup>,20 x 0<sup>m</sup>,26).

Annexo n. 7.

## Ministerio da Guerra

Directoria do Material Bellico Anno de 19....

N. ....

## Certificado de Registo Summario

Certifico que o .....  
estabelecido á rua .....  
..... obteve registo de  
acordo com o art. 9º do decreto n. 24.602, de 6 de julho de  
1934, nos termos do respectivo regulamento, pelo prazo de tres  
annos, para exercer o commercio de.....  
.....  
.....

O presente certificado que tem o valor de licença para  
funcionamento, produzirá seus effeitos durante os annos  
de: .....

Em ..... de ..... de .....

.....

.....

(Dimensões de: 0<sup>m</sup>,20 x 0<sup>m</sup>,26).

## Annexo n. 8

**Modelo para o carimbo destinado a visar os documentos  
de embarque**

<b>MINISTERIO DA GUERRA</b>	
<b>D. M. B.</b>	<b>S. F. I. D. T.</b>
<b>FISCALIZAÇÃO DE TRANSITO</b>	
<b>de</b>	
<b>Armas, munições, explosivos, etc.</b>	
<b>Em .....</b>	
<b>(a).....</b>	

0<sup>m</sup>,0430<sup>m</sup>,062

## Annexo n. 9

## Ministerio da Guerra

Região Militar — S. M. B. (ou Bda. ou Corpo)

Declaração ao commercio de armas e munições

De accordo com o art. 153 do regulamento de que trata  
o decreto n....., de .....,  
o Sr. ...., está  
autorizado para adquirir para seu uso, o seguinte:.....

.....  
.....  
.....

Quartel em..... de ..... de.....

.....

.....

Sinete official

(Dimensões: 0m,20 x 0m,16).

## DECRETO N. 1.247 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Marinha, o credito supplementar de treze mil e cem contos de réis (13.100:000\$000)*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil usando da autorização contida na lei n. 324, de 28 de novembro ultimo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas e o Ministerio da Fazenda na forma do regulamento annexo ao decreto numero 15.783, de 8 de novembro de 1922:

Resolve abrir, pelo Ministerio da Marinha, o credito supplementar de treze mil e cem contos de réis (13.100:000\$900), para reforço de verbas do vigente orçamento de despesa do referido Ministerio, com a discriminação seguinte:

## Verba 1ª — Secretaria de Estado.

## Material:

S/C n. 1 — Diversas despesas . . . . .	400:000\$000
--	--------------

## Verba 6ª — Directoria de Aeronautica.

## Material:

S/C n. 2 — Diversas despesas . . . . .	300:000\$000
--	--------------

## Verba 8ª — Directoria de Fazenda.

## Material:

S/C n. 2 — Diversas despesas . . . . .	50:000\$000
--	-------------

## Verba 20ª — Força Naval.

## Material:

S/C n. 5 — Gratificações regulamentares do Corpo de Marinheiros . . . . .	1.800:000\$000
---	----------------

S/C n. 6 — Idem. idem do Corpo de Fuzileiros Navaes . . . . .	150:000\$000
---	--------------

S/C n. 7 — Quota adicional de 20 % sobre os vencimentos, etc. . . . .	100:000\$000	2.050:000\$000
---	--------------	----------------

## Verba 21ª — Classes Inactivas:

## Pessoal:

S/C n. 1 — Para pagamento de vencimentos de ina-
--

	atividades ao pessoal civil e militar da Marinha, etc. . . . .	1.500:000\$000	
S/C n. 2 — Pensões provisórias, etc. . . . .		300:000\$000	1.800:000\$000

## Verba 22ª — Munições de Bocca:

S/C n. 1 — Rações em dinheiro, etapas, etc. . .	500:000\$000
---	--------------

## Material:

S/C n. 1 — Material de consumo . . . . .	3.000:000\$000	3.500:000\$000
--	----------------	----------------

## Verba 24ª — Material:

S/C n. 2 — Material de consumo . . . . .	4.700:000\$000	
S/C n. 3 — Diversas despesas . . . . .	300:000\$000	5.000:000\$000
Total . . . . .		13.400:000\$000

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1936, 115ª da Independência e 48ª da República.

GETULIO VARGAS.

*Henrique A. Guilhem.*

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.248 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1936

*Approva projectos e orçamentos para execução de diversas obras na Rede de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accordo com os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados os projectos e orçamentos, nas importancias em seguida discriminadas, os quaes

com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, para execução dos seguintes trabalhos na Rêde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul, arrendada ao referido Estado:

- a) Reforço, montagem e pintura de duas superestructuras metallicas de 10m,70 de centro a centro de apoios, situadas nos kms. 176,579 e 204,947, da linha de Cacequy a Rio Grande..... 10:4958726
- b) Construcção de 100 vagões fechados, destinados ao transporte de mercadorias.... 2.764:5338200
- c) Installações telegraphicas, telephonicas, phonoplicas e de campainhas electricas no novo edificio da estação de Cacequy e em outros edificios annexos, no kilometro 112,890, da linha de Santa Maria a Uruguayana..... 7:3328500
- d) Substituição dos trilhos de 20 kg. por metro corrente por outros de 32 kg., no trecho de São Sebastião a Bagé, da linha de Cacequy a Rio Grande, em uma extensão de 30 km..... 2.025:6918668

§ 1.º Serão inscriptas na conta do "fundo de melhoramentos" da Rêde, de conformidade com o disposto na clausula I e no item 2º da clausula II do termo decorrente do decreto n. 48.551, de 31 de dezembro de 1928, modificativo do contracto de arrendamento autorizado pelo decreto numero 45.438, de 10 de abril de 1922, as despesas que forem realmente effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo de cada um dos orçamentos ora approvados, já attendidas as correções feitas na Inspectoria Federal das Estradas nos relativos ás obras e construcção descriptas nas alíneas *a* e *b*.

§ 2.º Para a conclusão dos trabalhos previstos nas alíneas *a*, *b* e *c* ficam fixados os prazos de 3, 10 e 2 mezes, respectivamente, todos a contar da data em que a Rêde for notificada deste decreto.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 1.249 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1936

*Proroga até 31 de outubro de 1936 o prazo a que se refere o decreto n. 340, de 13 de setembro de 1935, para conclusão de obras na Estrada de Ferro Central de Pernambuco.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu "The Great Western of Brazil Railway Company, Limited", arrendataria da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, e de accordo com as informações prestadas pela Inspectoria Federal das Estradas.

Decreta:

Artigo unico. Fica prorogado até 31 de outubro do corrente anno o prazo a que se refere o decreto n. 340, de 13 de setembro de 1935, já prorogado, por tres mezes, pelo decreto n. 1.002, de 31 de julho de 1936, para conclusão das obras mencionadas no artigo unico do primeiro desses decretos, e que estão sendo executadas na estação de "São Caetano", situada no kilometro 161 da Estrada de Ferro Central de Pernambuco.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1936, 145° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

## DECRETO N. 1.250 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1936

*Approva projecto e orçamento para a construcção de instalações sanitarias no deposito de locomotivas da estação "Engenheiro Ivo Ribeiro", da Réde de Viação Ferrea Federal do Rio Grande do Sul*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, e de accordo com os pareceres constantes do processo numero 19.759/36, do Protocollo da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados o projecto e respectivo orçamento, na importancia de 25:976\$902 (vinte e cinco contos novecentos e setenta e seis mil novecentos e dous réis), que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, para a construcção de instalações sanitarias no deposito de locomotivas existente na estação "Engenheiro



Ivo Ribeiro", no kilometro 498,554 da linha "Cacequy-Rio Grande", da Rêde de Viação Ferrea Fêderal do Rio Grande no Sul.

§ 1.º De conformidade com o disposto na causula I e no item 2º da clausula II, do termo decorrente do decreto numero 18.551, de 34 de dezembro de 1928, modificativo do contracto de arrendamento autorizado pelo decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922, combinado com a clausula IV, alinea p, do referido contracto, serão inscriptas na conta do "Fundo de Melhoramentos" da Rêde as despesas que forem effectuadas e apuradas em regular tomada de contas, até o maximo estipulado neste artigo, já attendidas as alterações feitas no citado orçamento pela Inspecloria Federal das Estradas.

§ 2.º Para a construcção das mencionadas installações, fica marcado o prazo de tres mezes, contados da data em que o arrendatario for notificado do presente decreto.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.251 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede permissão ao Radio Club de Piracicaba para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu o Radio Club de Piracicaba, com sede na cidade de Piracicaba (Estado de São Paulo), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto numero 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida ao Radio Club de Piracicaba, com sede na cidade de Piracicaba (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a

contar da data da publicação deste decreto no *Diário Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

Clausulas a que se refere o decreto n. 25

I

Fica assegurado ao Radio Club de Piracicaba o direito de estabelecer, na cidade de Piracicaba (Estado de São Paulo), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, o renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragraphe unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

III

O concessionario é obrigado a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funcções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 24.114) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização:

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e em o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) meezs, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo, motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

O concessionario não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

## V

Fica estabelecido que a estação transmissora do concessionario só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de um (1) kilometro do centro da cidade.

## VI

No regimen de fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe approuver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor ao concessionario multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telgraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente ao concessionario ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis ao concessionario os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alineas a, b, c, d, i (*in-fine*), j, k e l da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alinea e da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade do concessionario para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se o concessionario incidir reiteradamente em infracções passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1936. — *Marques dos Reis*.

---

DECRETO N. 1.252 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede permissão á Radio Sociedade Sorocaba para estabelecer uma estação radio-difusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Atendendo ao que requereu a Radio Sociedade Sorocaba, com sede na cidade de Sorocaba, (Estado de S. Paulo), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto numero 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1931.

Decreta:

Artigo unico — Fica concedida á Radio Sociedade Sorocaba, com sede na cidade de Sorocaba (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radio-difusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão devera ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no "Diario Official", sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis*.

---

**Clausulas a que se refere o decreto n. 1.252, desta data**

I

Fica assegurado á Radio Sociedade Sorocaba o direito de estabelecer, na cidade de Sorocaba (Estado de São Paulo), uma estação de ondas medias, destinada a executar o serviço de radio-difusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

## II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico — O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

## III

A concessionaria é obrigada a

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admitte, exclusivamente, operadores e "speakers" brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem previa audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radio-communicação (decreto n. 21.111), ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente, e havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer as posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submitter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, a aprovação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações técnicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submitter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submitter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radio-communicação (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submitter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem previa aprovação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de um (1) kilometro do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe approuver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (100\$) a cinco contos de réis (5:000\$), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á thesouraria do Departamento dos Correios e Te-

legraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no "Diario Official".

### VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

### IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização;

a) se, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alincas *a, b, c, d, i, (in-fine), j, k e l* da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alinea "c" da clausula III, hem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

### DECRETO N. 1.253 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1936

*Approva orçamentos e especificações de obras relativas ao aeroporto para dirigiveis, em Santa Cruz*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requeru a "Luftschiffbau Zeppelin G. m. b. H." e tendo em vista os pareceres prestados, decreta:

Artigo unico. Ficam approvados, de accordo com o disposto na clausula VIII do contracto assignado em 9 de maio de 1934, em virtude do decreto n. 24.069, de 31 de março do



mesmo anno, os orçamentos e especificações, que com este baixam, rubricados pelo director geral de Expediente da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas, relativos á construcção das obras abaixo discriminadas, na importancia total de Rs. 117:155\$500 (cento e dezesete contos cento e cincoenta e cinco mil e quinhentos réis), no aeroporto para dirigiveis, no Campo de S. José, em Santa Cruz (Districto Federal a cargo da "Luftschiffbau Zeppelin G. m. b. H."):

a) installação telephonica .....	46:750\$000
b) fundação e pavimentação do hangar.....	70:405\$500
	<hr/>
	117:155\$500

Paragrapho unico. O orçamento constante da alinea b é supplementar ao que foi approvedo pelo decreto n. 149, de 4 de maio de 1935 (artigo unico, numero II, alinea a).

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1936, 115<sup>o</sup> da Independencia e 48<sup>o</sup> da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

#### DECRETO N. 1.254 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de 270:000\$000, para attender a despesas da Casa de Detenção do Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, na conformidade do disposto na ultima parte do § 1<sup>o</sup> do artigo 186 da Constituição, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórmula do regulamento approvedo pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, eplo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de 270:000\$ (duzentos e setenta contos de réis), para attender a despesas da Casa de Detenção do Districto Federal, de natureza urgente e imprevisita, decorrentes do recolhimento de presos politicos áquelle presidio, em consequencia do movimento de caracter extremista verificado no paiz.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1936, 115<sup>o</sup> da Independencia e 48<sup>o</sup> da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.255 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre o credito de 3.000:000\$000, suplementar ao orçamento do Ministerio da Vição e Obras Publicas, para obras do Aeroporto do Rio de Janeiro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no artigo unico da lei numero 330, de 30 de novembro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do art. 93. do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir, ao Ministerio da Vição e Obras Publicas, o credito de 3.000:000\$000, (tres mil contos de réis), suplementar á verba 14, do orçamento do referido ministerio, para 1936 (lei n. 115, de 13 de novembro de 1935), subconsignação n. 46, do *item* IV — Aeroportos, Apparelhamentos de rodas de muralha de contorno e do aterro necessarios á construção do Aeroporto do Rio de Janeiro, e conclusão de campos de aviação.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1936. 115° da Independencia e 49° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

~~ESTADO~~

## DECRETO N. 1.256 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Chile, da Convenção sobre Agentes Diplomaticos, firmada em Havana a 20 de fevereiro de 1928, por occasião da VI Conferencia Pan-Americana*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Republica do Chile, da Convenção sobre Agentes Diplomaticos, firmada em Havana a 20 de fevereiro de 1928, por occasião da VI Conferencia Pan-Americana, conforme communicação feita á Embaixada do Brasil em Washington, pela União Pan-Americana, por nota de 5 de novembro de 1936, enviada com o teor da Acta do referido deposito, documentos esses cujas cópia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

Em. Washington, 318/962/1936 — Anexo.

5 de novembro de 1936.

Presado Senhor Embaixador.

Tenho a honra de transmittir a Vossa Excellencia cópias authenticadas da acta do deposito e dos instrumentos de ratificação, pelo Governo do Chile, da Convenção sobre Funcionarios Diplomaticos, assignada na Sexta Conferencia Internacional Americana, e do Tratado sobre a Protecção de Bens Moveis de Valor Historico, assignado em Washington em 15 de abril de 1935.

Rogo a Vossa Excellencia a gentileza de informar o seu Governo sobre o deposito na União Panamericana, dos instrumentos de ratificação acima mencionados.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta estima e distincta consideração. — *Pedro de Alba*, director geral interino.

A sua Excellencia o Embaixador do Brasil, senhor doutor Oswaldo Aranha, Embaixada do Brasil, Washington, D. C.

União Panamericana.

Washington, D. C., E. U. A.

Arturo Alessandri, Presidente da Republica do Chile.

Havendo a Republica do Chile assignado a Convenção sobre Agentes Diplomaticos, firmada em Havana a 20 de fevereiro de 1928:

E havendo o Congresso Nacional approved a referida Convenção, com a reserva de que a excepção estabelecida no n. 3 do art. 18, estará subordinada ás disposições que, segundo a lei chilena regem a materia; usando a faculdade que me confere a Parte 16 do artigo 72 da Constituição Politica do Estado, aceito-a, approvo-a e ratifico-a com reserva mencionada, tornando-a com a mesma reserva como Lei da Republica e empenhando a "Honra Nacional" para a sua observancia.

Em firmeza do que, assigno o presente Instrumento de Ratificação, sellado com o sello das Armas da Republica e referendado pelo Ministro de Estado do Departamento das Relações Exteriores, em Santiago, aos dous dias do mez de setembro do anno de mil novecentos e trinta e seis. — *Arturo Alessandri*, (Referendado). — *Miguel Cruzaga*.

(Sello).

Certifico que o documento acima transcripto cópia fiel do original do decreto do Presidente da Republica do Chile, depositado na União Panamericana, ratificando a Convenção sobre Agentes Diplomaticos, firmada em Havana, por occasião da Sexta Conferencia Internacional Americana. — *L. S. Rowe*, director geral da União Panamericana.

DECRETO N. 1.257 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 1.258 — NÃO FOI PUBLICADO

---

DECRETO N. 1.259 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1936

*Proroga por mais noventa dias o prazo fixado pelo art. 1º do decreto n. 1.100, de 19 de setembro de 1936*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da attribuição que lhe confere o art. 1º do decreto legislativo n. 58, de 16 do corrente mez, e nos termos da emenda n. 1 á Constituição da Republica, decreta:

Art. 1.º E' prorogado por mais noventa dias o prazo fixado pelo art. 1º do decreto n. 1.100, de 19 de setembro de 1936.

Art. 2.º Permanecem em vigor todas as disposições constantes do decreto n. 702, de 21 de março de 1936, bem assim as do decreto n. 789, de 3 de maio do mesmo anno.

Art. 3.º O presente decreto entrará em vigor immediatamente e seu texto será communicado por via telegraphica aos Governadores dos Estados e ao Interventor federal no Territorio do Acre.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

---

DECRETO N. 1.260 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 deste mez, no municipio de Espirito Santo (Villa Velha), no Estado do Espirito Santo, durante o dia 18 do corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 deste mez, no municipio de Espirito Santo (Villa Velha), no Es-

tado do Espirito Santo, durante o dia 18 do corrente, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.261 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 deste mez, no municipio de São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, durante o dia 20 do corrente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 deste mez no municipio de São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, durante o dia 20 do corrente, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.262 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 680:000\$000*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 4° da lei numero 293, de 5 de novembro do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma do regulamento approvedo pelo decreto n. 15.786, de 6 de novembro de 1922, decreto:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 680:000\$000 (seiscientos e oitenta contos de réis), para occorrer ás despesas com a aquisição, inclusive, transmissão e indemnizações devidas pela rescisão de contractos existentes, do dominio util do terreno foreiro sito á avenida Marechal Floriano Peixoto numero 180, no Distrito Federal, com todas as benfeitorias

nelle edificadas, de propriedade de D. Anna Domingues da Silva, medindo nove metros e dez centímetros (9m,10) de frente e com a área de trezentos e setenta e cinco metros quadrados, seis mil e setenta e cinco centímetros quadrados (375m2,6.075), destinado á melhoria de installações do Palácio Itamaraty, em que funciona aquella Secretaria de Estado.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

*Arthur de Souza Costa.*

DECRETO N. 1.263 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 1.259, de 16 deste mez, nos municipios de Maricá e São Francisco, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 20 do corrente.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 1.259, de 16 deste mez, nos municipios de Maricá e São Francisco, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 20 do corrente, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1936, 115° da Independência e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rão.*

DECRETO N. 1.264 — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 1.259, de 16 deste mez, nos municipios de Tanaby e Itapeccerica, no Estado de São Paulo, durante o dia 20 do corrente.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 1.259, de 16 deste mez, nos municipios de Tanaby e Itapeccerica, no

Estado de São Paulo, durante o dia 20 do corrente, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

DECRETO N. 1.265 -- DE 17 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 5.000:000\$000 para compra de aviões de treinamento.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante da lei n. 272, de 13 de outubro de 1936 e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma das disposições em vigor, resolve abrir o credito especial de cinco mil contos de réis (5.000:000\$000), para o fim especial de adquirir, por intermedio do Ministerio da Guerra, aviões de treinamento, indispensaveis aos serviços a cargo da Directoria de Aviação Militar,

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Eurico Gaspar Dutra.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.266 -- DE 17 DE DEZEMBRO DE 1936

*Perdõa praças do Corpo de Fuzileiros Navaes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 3, da Constituição da Republica, e em homenagem a data de 13 de dezembro de 1936, consagrada á commemoração ao "Dia do

Marinheiro", resolve perdoar as praças do Corpo de Fuzileiros Navaes abaixo mencionadas condemnadas por sentenças definitivas do Supremo Tribunal Militar:

Fuzileiro naval n. 1.793, Berilo Adalberto Teixeira;  
Fuzileiro naval n. 2.897, Antonio Clemente Barbosa; e  
Fuzileiro naval n. 3.083, Sebastião da Cruz Tavares.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique A. Guilhem.*

---

DECRETO N. 1.267 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1936

*Dá novo regulamento á Ordem de Merito Naval*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que lhe expoz o ministro de Estado dos Negocios da Marinha e

Usando das attribuições que lhe confere o inciso 1° do art. 56 da Constituição,

Resolve approvar e mandar executar o novo regulamento da Ordem de Merito Naval que a este acompanha, revogado o anterior, expedido pelo decreto n. 24, de 23 de agosto de 1934.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1936. 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique Aristides Guilhem.*

---

REGULAMENTO DA ORDEM DO MÉRITO NAVAL A QUE SE REFERE O  
DECRETO N. 1.267, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1936

*I — Finalidade e graus da ordem*

Art. 1.° A Ordem do Merito Naval, creada pelo decreto n. 24.659, de 11 de julho de 1934, afim de premiar os militares da Armada Nacional que se tiverem distinguido no exercicio de sua profissão, os das Marinhas de Guerra estrangeiras que houverem prestado assignalados serviços ao Brasil, e, excepcionalmente, aos civis por serviços relevantes prestados á Marinha de Guerra Brasileira, constará de cinco graus, assim determinados:

- 1.° Gran Cruz;
- 2.° Grande Official;



- 3.º Commendador;
- 4.º Official
- 5.º Cavalleiro.

Art. 2.º A insignia da Ordem será a dos desenhos annexos e terá no anverso a effigie da Republica, rodeada de um circulo de esmalte azul, no qual serão gravadas as palavras — Merito Naval —, e no reverso, em identico circulo, as palavras — Republica dos Estados Unidos do Brasil. A fita será de gorgurão de seda vermelha, chamalotada, com uma listra azul claro, no centro.

Paragrapho unico. As insignias da Ordem serão usadas com os 1.º e 2.º uniformes; com os demais uniformes serão usadas as barretas.

## *II — Órgãos de direcção — Funcionamento e attribuições*

Art. 3.º — A Ordem do Merito Naval será dirigida por um Conselho da Ordem composto dos seguintes membros: O ministro da Marinha, como presidente effectivo, o ministro das Relações Exteriores, como presidente honorario, o chefe do Estado Maior da Armada, como vice-presidente, e os dois officiaes da Ordem de maior gradação militar, mais modernos, porém, do que o chefe do Estado Maior da Armada.

§ 1.º Enquanto não for concedida a Ordem do Merito Naval, os dois officiaes de que trata este artigo, serão nomeados pelo ministro da Marinha, devendo essa nomeação recahir sobre officiaes superiores da Armada.

§ 2.º O secretario do Conselho da Ordem será o chefe do gabinete do ministro da Marinha.

Art. 4.º Incumbe ao Conselho da Ordem:

- a) estudar as propostas que lhe forem apresentadas, approvando-as ou recusando-as;
- b) zelar pela execução deste regulamento;
- c) tomar as providencias que julgar indispensaveis ao fiel desempenho das suas attribuições;
- d) velar pelo bom nome da Ordem, propondo ao chefe do Estado, por intermedio do ministro da Marinha, a suspensão do direito ao uso da insignia, ou a exclusão da Ordem, sempre que o agraciado praticar actos incompativeis com o pundonor militar ou outro que incida em qualquer dos dispositivos do art. 19.

Art. 5.º Incumbe ao secretario:

- a) providenciar sobre os avisos para as reuniões do Conselho;
- b) organizar a correspondencia;
- c) lavrar as actas das sessões;
- d) rubricar o livro de Registro da Ordem e conservá-lo em dia;
- e) communicar, por escripto, ao secretario do Conselho da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul o nome dos estrangeiros agraciados com a Ordem do Merito Naval e respectivos graus;
- f) cuidar do archivo da Ordem, que ficará annexo ao Ministerio da Marinha.

Art. 6.º O Conselho da Ordem do Merito Naval, cuja séde é no Ministerio da Marinha, reunir-se-á na primeira semana de cada trimestre sob a presidencia do ministro da Marinha, quando presente, ou do chefe do Estado Maior da Armada.

### III — Admissão e promoção na Ordem

Art. 7.º A admissão na Ordem do Merito Naval sera feita em um dos seus graus, de accordo com a proposta do Conselho, não podendo, porém, ser conferido grau superior ao equivalente á gradação militar.

§ 1.º A equivalencia será a seguinte:

- 1.º Gran Cruz — Almirante;
- 2.º Grande Official — Official General;
- 3.º Commendador — Capitão de Mar e Guerra.
- 4.º Official — Capitão de Fragata e Capitão de Corveta;

5.º Cavalleiro — Official Subaleirno.

§ 2.º Ninguém poderá receber um grau superior sem que possua o immediatamente inferior, salvo no caso de admissão.

§ 3.º Para ser promovido ao grau immediato, torna-se preciso que o agraciado tenha dois annos, pelo menos, no grau inferior e se recomende por novos e assignados serviços. E' dispensada, porém, a exigencia de intersticio de dois annos para os que se tenham distinguido por actos de comprovada bravura ou posteriores serviços de igual relevancia.

§ 4.º — Aos sub-officiaes e praças, em casos excepcionaes, poderá ser conferido o grau de Cavalleiro.

§ 5.º Os officiaes estrangeiros receberão os graus da Ordem correspondentes á sua gradação militar, de accordo com o criterio estabelecido no § 1.º deste artigo.

Art. 8.º As nomeações ou promoções serão feitas pelo Presidente da Republica. Grão Mestre da Ordem do Merito Naval, mediante proposta do Conselho que poderá ser acceita ou não.

§ 1.º — As propostas deverão consignar expressamente os serviços prestados pelos candidatos.

§ 2.º O preenchimento das vagas nos differentes graus da Ordem será feito por promoção ou por admissão, a juizo do Conselho.

Art. 9.º Tanto as propostas de promoção como de admissão na Ordem serão apresentadas ao Conselho por intermedio das seguintes autoridades:

- a) Grão Mestre da Ordem;
- b) Membros do Conselho;
- c) Almirantado.

§ 1.º As propostas deverão conter o nome do candidato, sua nacionalidade, data de nascimento, profissão, dados biographicos, listas dos serviços prestados á Nação ou á Marinha Brasileira, particularmente daquelles que motivaram a proposta, e o nome do proponente.

§ 2.º O Conselho da Ordem organizará e fará publicar opportunamente os modelos das folhas de proposta de admissão e promoção, bem como as instrucções para enchel-as.

§ 3.º As autoridades acima referidas deverão enviar ao Conselho as propostas de promoções nos mezes de Janeiro e junho e as de admissão em qualquer epocha do anno.

Art. 10. As propostas de admissão e accesso na Ordem, além das exigencias e condições estabelecidas neste regulamento, dependem do parecer favoravel do Conselho.

Art. 11. Para ser admittido na Ordem do Merito Naval, e indispensavel que o candidato proposto satisfaça as condições seguintes:

- a) tenha pelo menos 10 annos de bons e effectivos serviços do seio da Marinha;
- b) se tenha distinguido no ambito de sua classe pelo seu valor pessoal e dedicação ao serviço;
- c) tenha prestado serviços relevantes á Marinha ou á segurança nacional.
- d) tenha praticado actos de sacrificio, abnegação ou bravura em operações de guerra.

Paragrapho unico. Sómente poderão ser propostos os candidatos que satisfizerem plenamente os requisitos dos itens a, b e c, sendo preferido á admissão na Ordem os que, além desses requisitos, possuirem os do item d.

Art. 12. A apreciação das condições estabelecidas no artigo anterior para a entrada na Ordem obedecerá aos seguintes preceitos:

*A) Tempo de serviço:*

No computo do tempo de serviço do candidato só será apurado o periodo de real serviço na Marinha, não sendo, assim, contados os periodos em que o candidato houver passado:

- a) de alumno de estabelecimento de ensino;
- b) de licença de favor, de tratamento de interesse e de saúde, ou em comissões civis, representação politica, etc.;
- c) de comissões não definidas explicitamente nos regulamentos militares, bem como á disposição de autoridades sem declaração das funções que tenham de exercer, addidos aos corpos ou repartições, e em emprego de qualquer natureza extranho á Marinha;
- d) de afastamento do exercicio de suas funções por effeito de queixa, representação, denuncia ou qualquer outro motivo.

*B) Valor pessoal e dedicação ao serviço:*

Estes requisitos serão apreciados através das aptiões demonstradas pelo candidato no desempenho dos encargos que lhe forem confiados, especialmente sob o ponto de vista:

- a) do caracter;
- b) da capacidade de acção;
- c) da intelligencia;
- d) da instrucção e da cultura;
- e) do espirito militar e da conducta militar e civil;
- f) da capacidade de commando e de administrador.

*C) Serviços relevantes:*

São considerados como serviços relevantes aquelles em que o candidato se tenha distinguido de seus pares no cumpri-

mento de seus deveres para com a Marinha ou para com a Nação, em casos excepçionaes, como um dos seguintes:

- a) por occasião de epidemia ou calamidade publica;
- b) na salvação do pessoal ou material de Marinha ou da Nação quando em grave risco;
- c) na manutenção da disciplina, das autoridades constituídas e das instituições em momento de commoção interna;
- d) no invento de machinas,apparelhos, dispositivos, etc.. de real proveito para a defesa nacional;
- e) na introdução de melhoramentos e methodos que augmentem a efficiencia dos estabelecimentos em que servem;
- f) na elaboração de memorias, estudos, monographias obras e serviços de notavel valor e utilidade para a Marinha;
- g) na actuação pessoal, em circumstancias excepçionaes, de que resultem a garantia de paz e tranquillidade publicas.

*D) Serviços em tempo de Guerra e em casos semelhantes:*

São capitulados nesta rubrica os serviços de excepcional relevancia prestados pelo candidato:

- a) em momentos de salvação publica e outros semelhantes, por actos que revelem espirito de sacrificio, abnegação, heroismo ou risco da propria vida;
- b) na debellação de motins e revoltas em que se tenha portado com decisão firme, denodo, sangue frio, coragem e bravura;
- c) em operações de guerra, pelas citações de valor, iniciativas, galhardia, coragem, resistencia á fadiga, heroismo e bravura.

*IV — Diplomas e condecorações*

Art. 13. Publicado no *Diario Official* e no *Boletim do Ministerio da Marinha*, o decreto de nomeação ou promoção, o ministro da Marinha, mandará expedir o competente diploma, por elle assignado, o qual será transcripto nos assentamentos do agraciado.

Art. 14. Os agraciados que estiverem no Rio de Janeiro e pertencerem á primeira classe, receberão as insignias das mãos do Chefe do Estado, e, nos demais casos, por intermedio do ministro da Marinha.

Parapho unico. Si o agraciado estiver ausente do Rio de Janeiro, ou residir no estrangeiro, a entrega da insignia se fará por intermedio da autoridade naval que o ministro da Marinha designar, ou pelos representantes diplomaticos do Brasil.

Art. 15. O Presidente da Republica e os membros do Conselho da Ordem do Merito Naval que não pertencerem ao quadro effectivo da Ordem, emquanto occuparem essas funções, terão direito ao uso das insignias da Ordem, de accordo com a seguinte classificação: Gran Cruz — O chefe do Estado; Grande Official — os ministros de Estado e o chefe do Estado Maior da Armada; e Commendador — os demais membros.

Art. 16. O Conselho da Ordem fará registrar em livro especial, destinado a esse fim, o nome de cada um dos condecorados, a classe e grau da insignia conferida; bem como os respectivos dados biographicos.

Art. 17. Os graduados brasileiros, quando promovidos, deverão restituir ao Conselho da Ordem as insignias do grau anterior.

#### V — *Exclusão da Ordem*

Art. 18. — Serão excluidos da Ordem:

a) os condecorados nacionaes que, nos termos do artigo 107 da Constituição, perderam a nacionalidade;

b) os que forem condemnados em qualquer fôro por crime de natureza politica, militar ou commum;

c) os que commetterem faltas capituladas no Regulamento Disciplinar para a Armada e contrarias á dignidade e á honra militar, á moralidade da corporação ou da sociedade civil

Art. 19. Os agraciados excluidos pelos motivos do artigo anterior sómente poderão ser readmittidos, si, absolvidos pelos Tribunaes Superiores, forem considerados rehabilitados por um Conselho Especial de justificação, noneado, mediante requerimento dos interessados, pelo Conselho da Ordem, que decidirá em ultima instancia sobre a conveniencia ou não da reinclusão pleiteada.

§ 1.º As notas de castigo de que se tornem passiveis os condecorados deverão ser dadas pela Directoria do Pessoal em caracter reservado ao Conselho da Ordem.

§2.º Quando qualquer agraciado estiver sujeito a inquerito ou processo por faltas ou crimes previstos no artigo 19, o Conselho poderá suspender ou cancelar-lhe o direito de usar a insignia da Ordem até o pronunciamento das autoridades ou tribunaes. Si punido ou condemnado, o Conselho o excluirá definitivamente.

#### VI — *Quadros da Ordem*

Art. 20. Os graduados da Ordem do Merito Naval serão classificados nos dois quadros seguintes:

A — *Quadro Ordinario* constituido pelos officiaes, sub-officiaes e praças do serviço activo da Armada Nacional, que forem condecorados nos limites dos numeros fixados para a composição desse quadro.

B — *Quadro Suppletario* destinado:

1) aos chefes de Estado e ás bandeiras das corporações militares do paiz, bem como aos officiaes das Marinhās de Guerra estrangeiras, que tenham sido distinguidos com as insignias da Ordem do Merito Naval;

2) aos officiaes, sub-officias e praças da Armada Nacional, condecorados, que, por effeito de sua reforma ou passagem para a reserva de primeir aclassē, devem ser transferidos do quadro ordinario;

3) aos civis nacionaes e estrangeiros que, por serviços prestados nos termos do artigo 1º deste regulamento venham a ser agraciados com as insignias do Merito Naval.

Paragrapho unico. As propostas deverão consignar expressamente os serviços prestados pelos candidatos.

Art. 21. Os Quadros Ordinario e Supplementar, terão a composição que se segue:

Graduação	Quadro Ordinario	Quadro Supplementar
Gran Cruz . . . . .	1	Sem limitação
Grande Official . .	8	Sem limitação
Commendador. . . .	12	Sem limitação
Official . . . . .	16	Sem limitação
Cavalleiro . . . . .	24	Sem limitação
Total . . . . .	61	

§ 1.º As vagas no Quadro Ordinario se darão por exclusão e transferencias nos termos previstos neste regulamento e por morte.

§ 2.º Completado o Quadro Ordinario, a inclusão dos militares brasileiros da activa se fará nas vagas abertas, respeitada a ordem chronologica das propostas.

Art. 22. Para ser dado inicio ao Quadro Ordinario, o Presidente da Republica nomeará, independentemente de proposta, um Gran Cruz, (Official General) seis Grandes Officiaes (Officiaes Generaes) e Quatro Commendadores (Capitães de Mar e Guerra), dentre os quaes serão convocados os membros do Conselho, de accordo com o art. 3º.

Art. 23. O Conselho da Ordem do Merito Naval, assim constituido, proporá ao Presidente da Republica as nomeações que, inicialmente, terão como limite maximo os numeros abaixo especificados:

Dois Grandes Officiaes (Officiaes Generaes).

Quatro Commendadores (Capitães de Mar e Guerra).

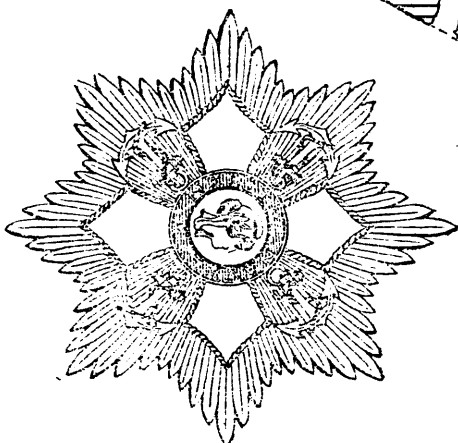
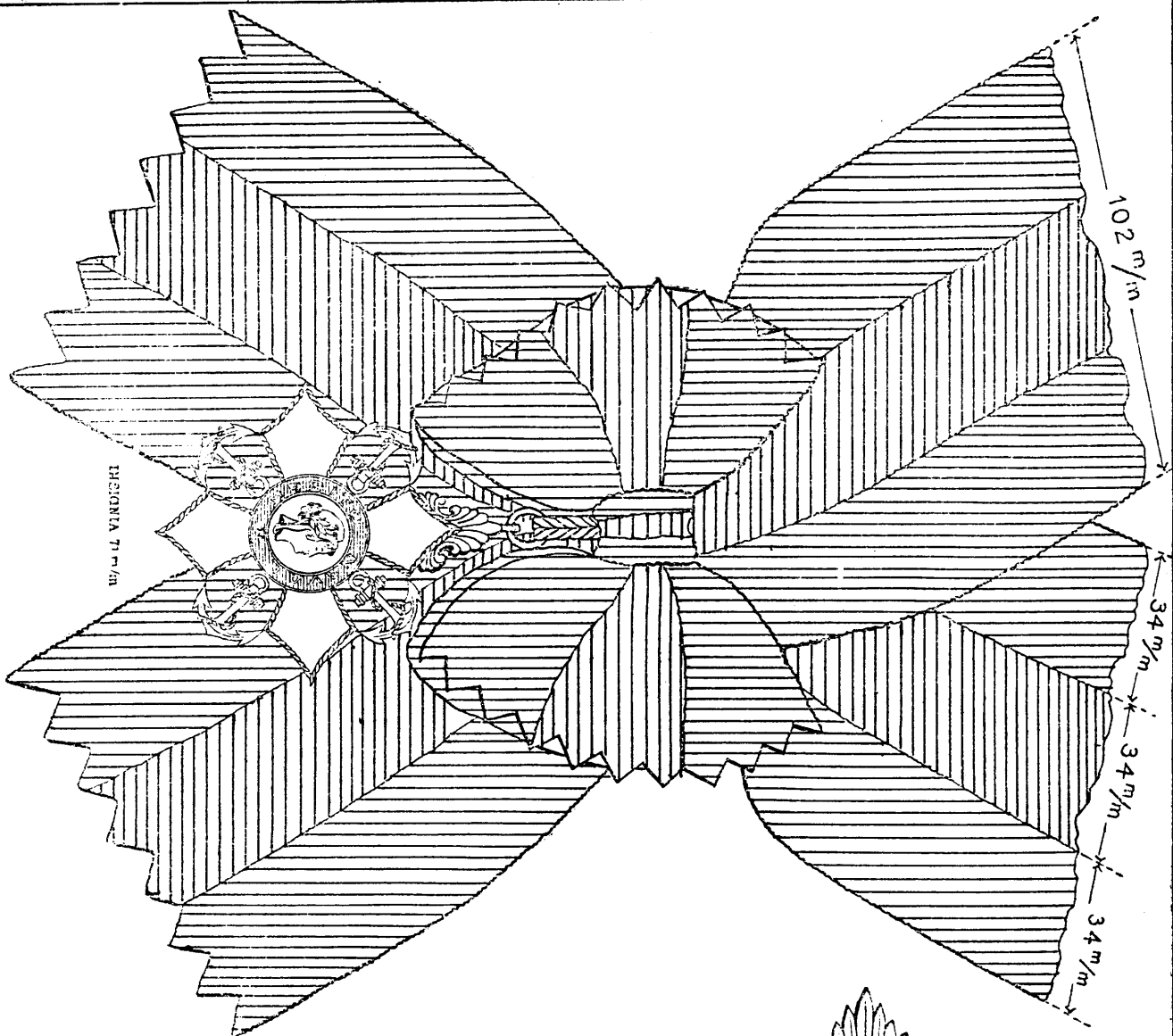
Oito Officiaes (Capitães de Fragata ou Capitães de Corveta).

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1936.

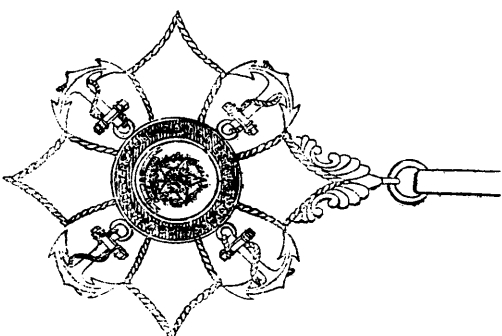
*Henrique A. Guilhem.*

Vice-Almirante — Ministro da Marinha.

# GRAN CRUZ



PLACA 81 m/m  
INSIGNIA 62 m/m

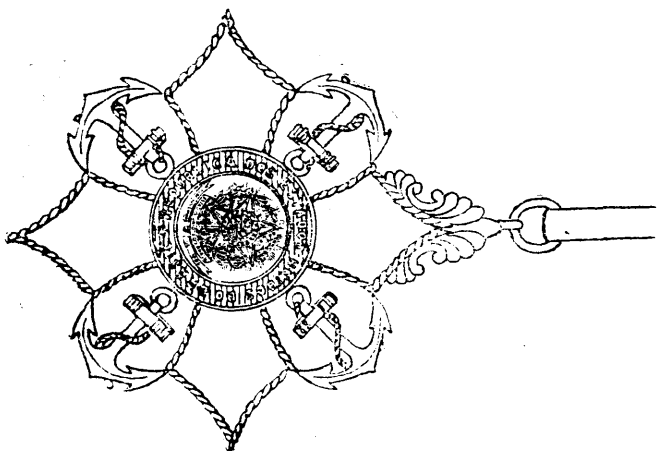


REVERSO DA INSIGNIA

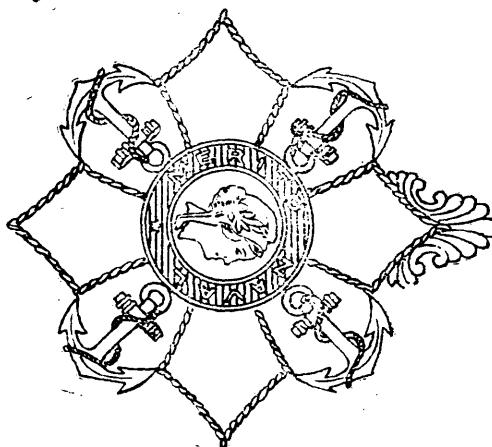
INSIGNIA 71 m/m

# GRANDE OFFICIAL

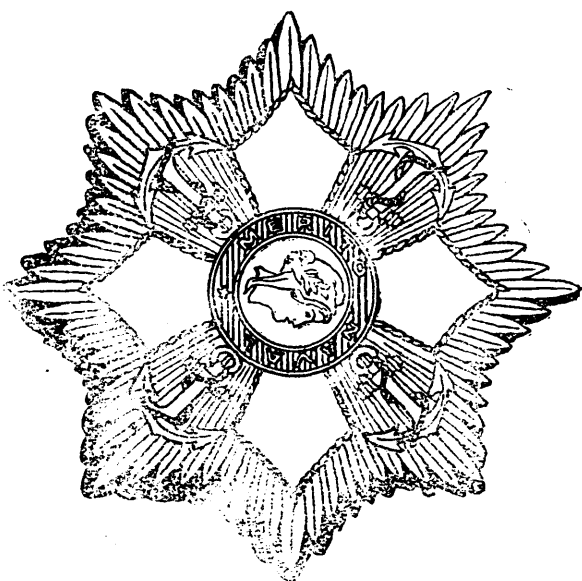
FITA DO COLLAR 45 m/m



REVERSO DA INSIGNIA



INSIGNIA 62 m/m



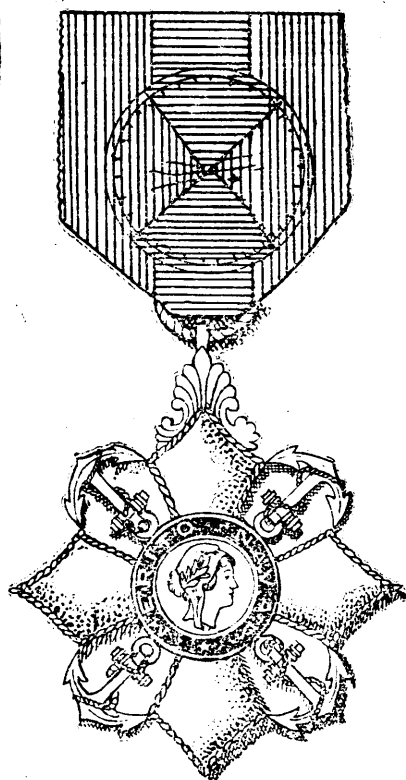
PLACA 79 m/m

INSIGNIA 61 m/m

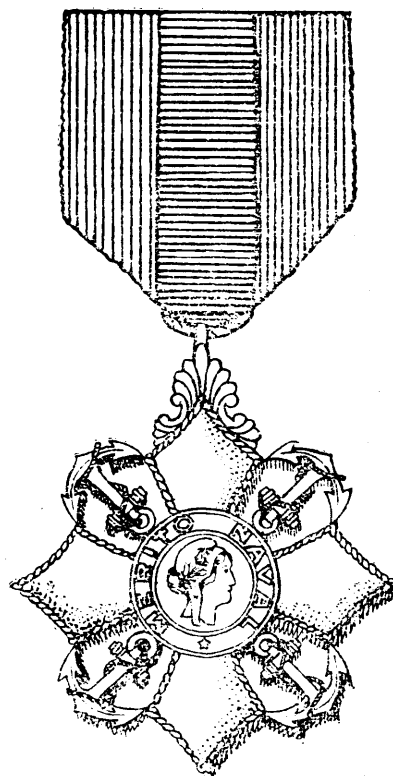


OFFICIAL

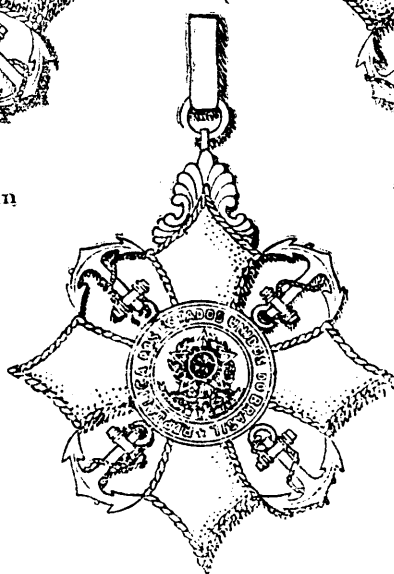
CAVALLEIRO



INSIGNIA 52 m/m  
FITA 38 m/m



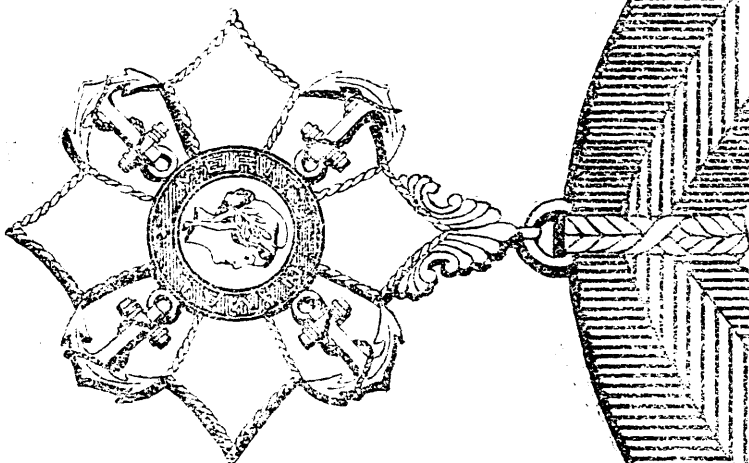
INSIGNIA 52 m/m  
FITA 32 m/m



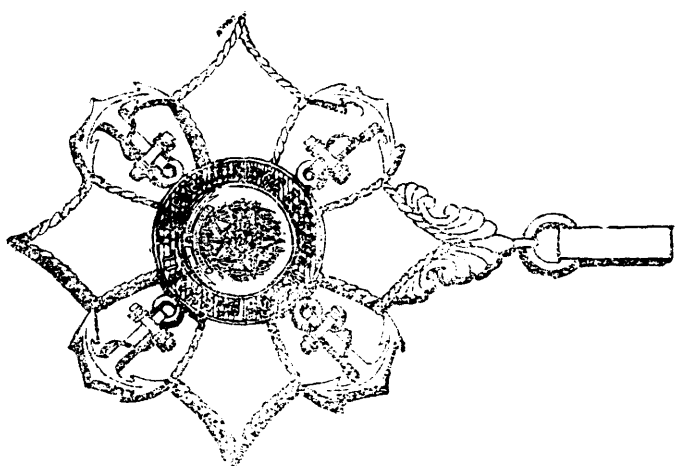
REVERSO DAS INSIGNIAS

# COMMENDADOR

FITA DO COLLAR 45 m/m



INSIGNIA 63 m/m



REVERSO DA INSIGNIA

FOLHA DA PROPOSTA DE ADMISSÃO OU PROMOÇÃO NA ORDEM DO  
MERITO NAVAL

I — Nome do Candidato: .....

II — Grau da Ordem:

- a) o que já lhe tenha sido conferido:.....  
 b) para o que é proposto:.....

III — Dados biographicos:

- a) Nacionalidade: .....  
 b) Filiação: .....  
 c) Data do nascimento: .....  
 d) Profissão: .....  
 e) Posto e função: .....  
 f) Condecorações ou honrarias nacionaes ou estrangeiras já recebidas: .....  
 g) Outros dados dignos de menção:.....

IV — Resenha dos serviços prestados ao Brasil e a sua Marinha, sob os seguintes aspectos:

- A) Tempo de serviço: .....  
 B) Valor Pessoal e dedicação ao serviço:  
 a) do caracter: .....  
 b) da capacidade de acção:.....  
 c) da intelligencia: .....  
 d) do grau de instrução e de cultura:.....  
 e) do espirito militar e da conducta militar e civil sem falhas: .....  
 f) da capacidade de commando, de administrador, de instructor, de tecnico ou de especialista:.....  
 C) Serviços relevantes: .....  
 D) Serviço em tempo de guerra:.....

V — Conecto do proponente sobre a personalidade do candidato, pondo em relevo os serviços que motivaram a proposta de admissão ou promoção na Ordem do Merito Naval: .....

(Local e Data)

F.....

(Nome do proponente

Posto e função)

VI — Parecer do Conselho da Ordem do Merito Naval:.....

## DECRETO N. 1.268 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Guerra, o credito supplementar de 23.585:600\$000, para reforço de diversas verbas de despesas do orçamento vigente daquelle Ministerio.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante da lei n. 317, de 23 de novembro findo e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na forma das disposições em vigor, resolve abrir pelo Ministerio da Guerra, o credito supplementar de 23.585:600\$000 (vinte e tres mil quinhentos e oitenta e cinco contos e seiscentos mil réis) para reforço das verbas 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 18ª e 19ª, do vigente orçamento do referido Ministerio, discriminadas as dotações respectivas pela forma seguinte:

## MINISTERIO DA GUERRA

*Verba 4ª — Instrucção Militar*

## Pessoal:

S/c n. 20 — Para pagamento de gratificação aos inspectores e sub-directores de ensino, etc. . . . .	300:000\$000
---	--------------

## Material:

S/c n. 5 — Fardamento para os cadetes da Escola Militar, etc. . . . .	225:000\$000	525:000\$000
---	--------------	--------------

*Verba 5ª — Serviço de Material Bellico*

(Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro)

## Pessoal:

S/c. n. 7 — Operarios dispensados do trabalho e gratificação de tempo de serviço. . . . .	8:700\$000
---	------------

(Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul)

S/c n. 11 — Operarios dispensados do trabalho e gratificação de tempo de serviço. . . . .	3:900\$000	12:600\$000
---	------------	-------------

*Verba 6ª — Serviço de Engenharia*

## Material:

S/c n. 10 — Energia electrica (luz e força) .	300:000\$000
---	--------------

*Verba 7ª — Serviço de Aviação*

## Pessoal:

S/c n. 2 — Diárias de risco de voo, etc. . . . . 1.000:000\$000

## Material:

S/c n. 4 — Aquisição de artigos de expediente e outras despesas. . . . . 25:000\$000  
 S/c n. 6 — Metaes, madeiras, tintas, etc. . . . . 300:000\$000      1.325:000\$000

*Verba 8ª — Serviço de Intendência*

## Material:

S/c n. 3 — Equipamento, arreamento, etc. . . . . 500:000\$000  
 S/c n. 4 — Fardamento para o pessoal do Exercito, etc. . . . . 2.000:000\$000  
 S/c n. 6 — Combustível, lubrificantes, etc. . . . . 100:000\$000  
 S/c n. 7 — Conservação e reparação de material de transporte terrestre e naval. . . . . 50:000\$000  
 S/c n. 8 — Aquisição de artigos de expediente e outras despesas. . . . . 200:000\$000  
 S/c n. 10 — Despesas miúdas de prompto pagamento. . . . . 100:000\$000  
 S-c n. 11 — Aluguéis de casa. . . . . 20:000\$000  
 S/c n. 12 — Despesas de condução pessoal de autoridades, etc. . . . . 20:000\$000      2.990:000\$000

*Verba 9ª — Serviço de Saude*

## Material:

S/c n. 2 — Aquisição de moveis, machinas, etc. . . . . 118:000\$000  
 S/c n. 3 — Aquisição de artigos de expediente e outras despesas. . . . . 30:000\$000  
 S/c n. 4 — Conservação e reparação de edificios, etc. . . . . 30:000\$000  
 S/c n. 5 — Aquisição de medicamentos, drogas, vasilhames, etc. . . . . 200:000\$000  
 S/c n. 6 — Despesas miúdas de prompto pagamento. . . . . 5:000\$000      383:000\$000

*Verba 10ª — Serviço de Veterinaria*

## Material:

S/c n. 2 — Aquisição de moveis, machinas, etc.	30:000\$000	
S/c n. 5 — Medicamentos, ferragens, etc. . . . .	<u>100:000\$000</u>	130:000\$000

*Verba 13ª — Soldo e gratificações de officiaes*

## Pessoal:

S/c n. 1 — Quadros ordinario e supplementar. . . . .	1.700:000\$000	
S/c n. 4 — Addicionaes de 20 % ao pessoal das 8ª e 9ª regiões militares e contingentes de fronteiras da 5ª. . . . .	400:000\$000	
S/c n. 8 — Para pagamento de 2\$000 diarios para almoço, etc. . . . .	220:000\$000	
S/c n. 10 — Diarias a officiaes e funcionarios, etc. . . . .	<u>500:000\$000</u>	2.820:000\$000

*Verba 14ª — Soldos, etapas e gratificações de praças*

## Pessoal:

S/c n. 1 — Para attender ao pagamento de soldos, gratificações e etapas . . . . .	7.400:000\$000	
S/c n. 4 — Etapas, na forma do Regulamento do Serviço de Saude, etc. . . . .	<u>100:000\$000</u>	7.500:000\$000

*Verba 15ª — Classes inactivas*

## Pessoal:

S/c n. 5 — Para pagamento das que forem concedidas, etc. . . . .	1.000:000\$000	
---	----------------	--

*Verba 16ª — Ajudas de custo e transporte*

## Pessoal:

S/c n. 1 — Para as que possam ser concedidas neste exercicio. . . . .	1.000:000\$000	
--	----------------	--

## Material:

S/c n. 1 — Para as despesas de passagens, etc. . . . .	2.000:000\$000	3.000:000\$000
--	----------------	----------------

*Verba 18ª — Despesas eventuaes*

Pessoal:

S/c n. 1 — Importancia que  
se presume necessaria,  
etc. . . . . 300:000\$000

Material:

S/c n. 1 — Despesas im-  
previstas, etc. . . . . 100:000\$000      400:000\$000

*Verba 19ª — Comissão em paiz estrangeiro*

S/c n. 1 — Despesas no exterior, constantes  
de vencimentos militares commissiona-  
nados, etc. . . . . 3.000:000\$000

Total. . . . . 23.585:600\$000

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1936, 115º da Inde-  
pendencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

General *Eurico Gaspar Dutra.**Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.269 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente  
mez, no municipio de Buique, no Estado de Pernambuco,  
durante o dia 27 do mesmo mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.259, de 16  
do corrente mez, no municipio de Buique no Estado de Per-  
nambuco, durante o dia 27 deste mesmo mez, afim de serem  
alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições  
em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1936, 115º da Inde-  
pendencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 1.270 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 1.860:000\$000, suplementar á verba B° — Correios e Telegraphos — Material — Sub-consignações ns. 27, 28, 26, 38, 39, 41, 42, 45, 48 e 51, do art. 3º, anexo n. 7, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 324, de 28 de novembro de 1936, e, tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fôrma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 1.860:000\$000 (mil oitocentos e sessenta contos de réis), suplementar á verba 2ª — Correios e Telegraphos — Consignação, Material — Sub-consignações ns. 27, 28, 36, 38, 39, 41, 42, 45, 48 e 51, do art. 3º, anexo n. 7, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.271 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Esthonia, da Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immuniidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926 e do Protocollo Adicional á mesma Convenção firmado em Bruxellas a 24 de maio de 1934.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Esthonia, da Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immuniidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926 e do Protocollo Adicional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas, a 24 de maio de 1934, conforme comunicação feita pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros e



Commercio Exterior da Belgica á Embaixada do Brasil em Bruxellas, por nota de 7 de setembro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

### TRADUCÇÃO OFFICIAL

Ministerio dos Negocios Estrangeiros e do Commercio Exterior.

Gabinete — Serviço juridico — N. 39991.971.

Numero de ordem: 22.266. — I annexo.

Bruxelas, 7 de setembro de 1936.

Sr. Embaixador.

Por nota de 25 de julho ultimo, n. 28, rogou-me Vossa Excellencia que lhe enviasse o texto francez dos instrumentos de ratificação do Presidente da Republica da Esthonia, sobre a Convenção Internacional concernente ás immunities dos navios de Estado, assignada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926. Vossa Excellencia encontrará inclusa cópia authentica deste documento.

O Departamnto dos Negocios Estrangeiros da Belgica não possui a traducção franceza destes instrumentos de ratificação; da qual não me é, pois, possivel remetter cópia authentica.

Approveito a oportunidade, Senhor Embaixador, para renovar á Vossa Excellencia os protestos de minha alta consideração.

Pelo Ministro: o jurisconsulto adjunto, *J. Muûls*.

Sua Excellencia Senhor Pereira e Souza.

---

### DECRETO N. 1.272 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte da Republica Dominicana, do Tratado sobre a protecção de instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich), firmado em Washun-ton a 15 de abril de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Republica Dominicana, do Tratado sobre

a protecção de instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich) firmado em Washington a 15 de abril de 1935 — conforme communicação feita á Embaixada do Brasil em Washington, pela União Panamericana, por nota de 12 de novembro ultimo, enviada com o teor da Acta do referido deposito, documentos esses cujas cópia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

12 de novembro de 1936.

Prezado Senhor Embaixador,

Tenho a honra de transmittir a Vossa Excellencia cópias authenticadas da Acta do Deposito e do Instrumento de Ratificação pela Republica Dominicana do Tratado sobre a Protecção de Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos historicos, assignado em Washington em 15 de abril de 1935.

Rogo a Vossa Excellencia a gentileza de informar ao seu Governo sobre o deposito do Instrumento de Ratificação acima referido, na União Panamericana.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta estima e distincta consideração.

*Pedro de Alba*, director geral interino.

A Sua Excellencia o Embaixador do Brasil, Senhor Doutor Oswaldo Aranha — Washington, D. C.

## TRADUCÇÃO OFFICIAL

UNIÃO PANAMERICANA

(Washington, D. C., E. U. A.)

*Generalissimo Rafael Leonidas Trujillo Molina, Presidente da Republica Dominicana*

A todos os que virem as presentes, Salve !

Havendo: a Setima Conferencia Internacional Americana, por resolução de 16 de dezembro de 1933, recommendado a assignatura do Pacto Roerich, iniciado pelo Museu Roerich,

dos Estados Unidos da America, com o objectivo de preservar os monumentos que formam o thesouro cultural dos povos;

Havendo: o Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Republica em Washington firmado, a quinze de abril de mil novecentos e trinta e cinco, como Plenipotenciario, o Pacto Roerich, juntamente com os Plenipotenciarios da Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Estados Unidos da America, Guatemala, Honduras, Mexico, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay e Venezuela;

Havendo: o Congresso Nacional, por Lei numero mil cento e vinte e dois, approvada pelo Senado a tres de Julho de mil novecentos e trinta e seis, e pela Camara dos Deputados a trinta e um do mesmo mez e anno, approvado o referido Pacto;

Havendo: o Poder Executivo sancionado essa Lei, a quatro de Agosto de mil novecentos e trinta e seis;

Ratifico e confirmo a adhesão da Republica Dominicana a todos e cada um dos artigos do citado Pacto.

Em fé do que mando passar a presente carta de ratificação para que seja depositada nos archivos da União Pan-Americana, juntamente com os exemplares da "Gaceta Oficial", numero quatro mil novecentos e trinta e quatro, do dia dezenove de Agosto de mil novecentos e trinta e seis, no qual está publicada a Lei que reproduz e approva o texto do referido Pacto. — *Rafael L. Trujillo*.

(Sello) (Referendado) — *E. Bonetti Burgos*.

Certifico que o documento acima é cópia fiel do original do Decreto do Presidente da Republica Dominicana depositado na União Panamericana, ratificando o Tratado sobre a Protecção de Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington a 15 de Abril de 1935. — *Pedro de Alba*, director geral interino da União Panamericana.

---

DECRETO N. 1.273 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Allemanha, da Convenção Internacional concernente ás immunidades de navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de Abril de 1926 e do Protocollo Addicional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas, a 24 de Maio de 1934.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Allemanha, da Convenção Internacional concernente ás immunidades de navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de Abril de 1926 e do Protocollo Addicional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas, a 24 de Maio de

1934, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores, pela Embaixada da Belgica nesta Capital, por nota de 31 de outubro de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

### TRADUCÇÃO OFFICIAL

#### EMBAIXADA DA BELGICA

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1936.

N. 1.824 — I annexo.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de communicar a Vossa Excellencia que o Ministro da Allemanha em Bruxellas remetteu, ao Senhor Ministro dos Negocios Estrangeiros da Belgica, os instrumentos de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Senhor Chanceller do Reich, da Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas a 10 de Abril de 1926 e do Portocollo Addicional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas a 24 de Maio de 1934.

Esses instrumentos havendo sido depositados a 27 de junho de 1936, a Convenção e seu Protocollo Addicional entrarão em vigor para a Allemanha, a partir de 8 de Janeiro de 1937, data do inicio da vigencia da Convenção para os paizes que tomaram parte no primeiro deposito de ratificações; com effeito, o artigo 12 da Convenção prevê sua entrada em vigor, para os paizes que adheriram, a partir da expiração de um prazo de seis mezes a contar de sua adhesão. Communicando o qu precede a Vossa Excellencia, tenho a honra de enviar-lhe, em annexos, a cópia authentica das ratificações allemães.

Aproveito a oportunidade, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excelencia os protestos da minha alta consideração. — *Villenfagne de Sorinnes.*

Sua Excellencia Senhor Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

---

Tendo-me sido apresentados a Convenção Internacional para unificação de certas regras concernentes ás immuni-  
dades dos navios de Estado, assignada, pelo representante do Reich  
Allemao, em 10 de abril de 1926, em Bruxellas, e o respectivo  
Protocollo Additional, assignado, tambem em Bruxellas, em  
24 de Maio de 1934, cujo texto é o seguinte:

.....  
declaro que ratifico a Convenção e o Protocollo, e prometto  
executal-os e fazel-os executar.

Berlim, em 30 de Abril de 1936. — O Chancellor do Reich  
Allemao. — *A. Hitler.* — *Frhr. von Neurath.*

(Sello)

Carta de ratificação da Convenção Internacional para a  
unificação de certas regras concernentes ás immuni-  
dades dos navios de Estado e respectivo Protocollo Additional.

Pela cópia authenticada:

O Secretaria Geral do Ministerio dos Negocios Estran-  
geiros e do Commercio Exterior da Belgica, *F. von Langen-  
hove.*

---

DECRETO N. 1.274 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por  
parte do Governo de Cuba, do Protocollo relativo ás obri-  
gações militares em certos casos de dupla nacionalidade  
firmado na Haya a 12 de Abril de 1930.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,  
faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por  
parte do Governo da Republica de Cuba, do Protocollo rela-  
tivo ás obrigações militares em certos casos de dupla nacio-  
nalidade, firmado na Haya a 12 de Abril de 1930, conforme  
comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores  
pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 7 de  
novembro ultimo, cuja traducção official acompanha o pre-  
sente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

1934, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores, pela Embaixada da Belgica nesta Capital, por nota de 31 de outubro de 1936, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

### TRADUCÇÃO OFFICIAL

#### EMBAIXADA DA BELGICA

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1936.

N. 1.824 — I annexo.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de communicar a Vossa Excellencia que o Ministro da Allemanha em Bruxellas remetteu, ao Senhor Ministro dos Negocios Estrangeiros da Belgica, os instrumentos de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Senhor Chanceller do Reich, da Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immuniidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas a 10 de Abril de 1926 e do Portocollo Additional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas a 24 de Maio de 1934.

Esses instrumentos havendo sido depositados a 27 de junho de 1936, a Convenção e seu Protocollo Additional entrarão em vigor para a Allemanha, a partir de 8 de Janeiro de 1937, data do inicio da vigencia da Convenção para os paizes que tomaram parte no primeiro deposito de ratificações; com effeito, o artigo 12 da Convenção prevê sua entrada em vigor, para os paizes que adheriram, a partir da expiração de um prazo de seis mezes a contar de sua adhesão. Communicando o qu precede a Vossa Excellencia, tenho a honra de enviar-lhe, em annexos, a cópia authentica das ratificações allemães.

Aproveito a oportunidade, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta consideração. — *Villenfagne de Sorinnes.*

Sua Excellencia Senhor Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

---

Tendo-me sido apresentados a Convenção Internacional para unificação de certas regras concernentes ás immuni-  
dades dos navios de Estado, assignada, pelo representante do Reich  
Allemão, em 10 de abril de 1926, em Bruxellas, e o respectivo  
Protocollo Additional, assignado, tambem em Bruxellas, em  
24 de Maio de 1934, cujo texto é o seguinte:

.....  
declaro que ratifico a Convenção e o Protocollo, e prometto  
executal-os e fazel-os executar.

Berlim, em 30 de Abril de 1936. — O Chancellor do Reich  
Allemão. — A. Hitler. — Frhr. von Neurath.

(Sello)

Carta de ratificação da Convenção Internacional para a  
unificação de certas regras concernentes ás immuni-  
dades dos navios de Estado e respectivo Protocollo Additional.

Pela cópia authenticada:

O Secretaria Geral do Ministerio dos Negocios Estran-  
geiros e do Commercio Exterior da Belgica, F. von Lange-  
nhove.

---

DECRETO N. 1.274 — DE 22 DE NOVENBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por  
parte do Governo de Cuba, do Protocollo relativo ás obri-  
gações militares em certos casos de dupla nacionalidade  
firmado na Haya a 12 de Abril de 1930.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,  
faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por  
parte do Governo da Republica de Cuba, do Protocollo rela-  
tivo ás obrigações militares em certos casos de dupla nacio-  
nalidade, firmado na Haya a 12 de Abril de 1930, conforme  
comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores  
pelo Secretariado Geral da Liga das Nações, por nota de 7 de  
novembro ultimo, cuja traducção official acompanha o pre-  
sente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Indepe-  
ndencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

Mario de Pimentel Brandão.

---

## TRADUÇÃO OFFICIAL

## LIGA DAS NAÇÕES

**Protocollo relativo ás obrigações Militares em certos casos de  
Dupla Nacionalidade**

(Haya, 12 de Abril de 1930.)

*Ratificação por Cuba*

Genebra, 7 de Novembro de 1936.

Tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o Senhor Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, delegado permanente da Republica de Cuba junto á Liga das Nações, transmittiu-me o instrumento de ratificação, por parte de Sua Excellencia o Presidente da Republica de Cuba, do Protocollo relativo ás obrigações militares em certos casos de dupla nacionalidade, firmado na Haya e 12 de Abril de 1930.

O referido instrumento de ratificação foi depositado no Secretariado a 22 de Outubro de 1936.

De accôrdo com o disposto no instrumento, essa ratificação é dada sob a seguinte reserva:

Tradução: — "O Governo de Cuba declara não assumir a obrigação imposta pelo artigo 2º do Protocollo quando o menor visado pelo referido artigo — ainda que tenha o direito, ao attingir a maioridade, de repudiar ou recusar a nacionalidade cubana — residir habitualmente em territorio do Estado, estando unido, de facto, a esse ultimo por um laço mais forte do que a outro Estado cuja nacionalidade igualmente possuisse."

De conformidade com as disposições desse Protocollo, a ratificação acima mencionada produzirá seus effeitos 90 dias após haver sido lavrada, pelo Secretario Geral, uma acta certificando que as ratificações e adhesões de dez Membros da Liga das Nações ou Estados não Membros foram depositadas no Secretariado.

Queira acceitar, Senhor Ministro, os protestos de minha alta consideração.

Pelo Secretario geral, o Conselheiro juridico do Secretariado, *L. A. Podestá Costa*.



## DECRETO N. 1.275 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publica a adesão por parte dos Estados maiores federados e não federados á Convenção para unificação de certas regras referentes ao transporte aereo internacional, e ao Protocollo Additional, assignados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adesão por parte dos Estados malaioes federados Négri Sembilan, Pahang, Perak, Selangor, e dos Estados malaioes não federados Jahore, Kedah, Kelantan, Perlis, Trengganu, Brunei, á Convenção para a unificação de certas regras referentes ao transporte aereo internacional e ao Protocollo Additional, assignados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929, conforme comunicação feita pela Legação da Polonia ao Ministerio das Relações Exteriores por nota de 5 do corrente, cuja cópia acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

Prez. 97/Br/56.

A Legação da Polonia cumprimenta attentiosamente o Ministerio das Relações Exteriores e tem a honra de comunicar que o Governo Britannico informou, em 4 de julho proximo passado, o Governo da Polonia, que os Estados abaixo mencionados adheriram á Convenção de unificação de certas regras referentes ao transporte aereo internacional, e ao Protocollo Additional, assignados em Varsovia, a 12 de Outubro de 1929.

1) Estados malaioes.

a) Estados malaioes federados:

Négri Sembilan — Pahang — Perak — Selangor.

b) Estados malaioes não federados:

Jahore — Kedah — Kelantan — Perlis — Trengganu — Brunei.

2) Bornéo do Norte.

3) Sarawak.

4) Tonga.

De conformidade com a alinea 3 do artigo 38 da citada Convenção, a mesma entrará em vigor 90 dias depois da data de 4 de julho do anno corrente.

Rio de Janeiro, 5 de Dezembro de 1936.

---

DECRETO N. 1.276 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Mexico, do Tratado sobre a protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos, (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de Abril de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo da Republica dos Estados Unidos Mexicanos, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas, Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de Abril de 1935 — conforme comunicação feita á Embaixada do Brasil em Washington, pela União Panamericana, por nota de 24 de Outubro ultimo, enviada com o teor da Acta do referido deposito, documentos esses cujas cópia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

TRADUÇÃO OFFICIAL

UNIÃO PANAMERICANA

(Washington, D. C., E. U. A.)

*Lázaro Cárdenas, Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos*

Todos os que virem as presentes saibam:

Que no dia quinze de Abril de mil novecentos e trinta e cinco, foi concluido e firmado,, na cidade de Washington, D. C., Estados Unidos da America, por intermedio de Plenipotencia-

rios devidamente autorizados para esse fim, um **Convenio** sobre a protecção das instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich), nos idiomas inglez, hespanhol, portuguez e francez, sendo os seguintes o texto e a forma do referido Convenio, em hespanhol:

.....  
 .....  
 .....

Que o Convenio annexo foi approvedo pela Camara dos Senadores dos Estados Unidos Mexicanos, aos vinte e tres dias de dezembro de mil novecentos e trinta e cinco.

Em virtude do que, Eu, Lázaro Cárdenas, Presidente Constitucional dos Estados Unidos Mexicanos, usando da faculdade que me concede a linha decima do octogesimo nono Artigo da Constituição Politica, ratifico, acceito e confirmo o referido Convenio, e prometto, em nome da Nação Mexicana, cumpri-lo e observá-lo e fazel-o cumprir e observar.

Em fé do que, mandei passar as presentes, por mim firmadas, selladas com o grande Sello da Nação e referendadas pelo Senhor Engenheiro Eduardo Hay, Secretario das Relações Exteriores, na residencia do Poder Executivo Federal, na cidade do Mexico, aos sete dias do mez de Abril de mil novecentos e trinta e seis. — *Lázaro Cárdenas*.

(Referendado) — O Secretario das Relações Exteriores *Eduardo Hay*.

(Sello) — Certifico.

Cópia.

24 de Outubro de 1936.

Prezado Senhor Embaixador,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excellencia cópias autenticadas da acta do deposito e do instrumento de ratificação pelo Governo da Republica Mexicana do Tratado sobre a Protecção de Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos Historicos, assignado em Washington a 15 de Abril de 1935, bem como a cópia da relação dos monumentos archeologicos mexicanos depositada na União Panamericana pelo Mexico de accordo com o artigo 4 do mesmo tratado. Rogo a vossa Excellencia a gentileza de informar o seu Governo sobre o deposito do instrumento de ratificação e da relação dos monumentos archeologicos mencionados acima.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha mais alta estima e consideração — *L. S. Rowe*, director geral.

A Sua Excellencia o Embaixador do Brasil, Senhor Doutor Oswaldo Aranha — Washington, D. C.

## DECRETO N. 1.277 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito suplementar de 4.000:000\$000 á sub-consignação n. 1 da verba 21ª, subvenções*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere a lei n. 306, de 16 de novembro de 1936, e tendo ouvido a respeito o Ministerio da Fazenda e o Tribunal de Contas, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito de quatro mil contos de réis (4.000:000\$000), suplementar á sub-consignação n. 1, verba 21ª do vigente orçamento, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 1.278 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Guerra, o credito extraordinario de 8.000:000\$000 para despesas decorrentes da actual situação*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, na conformidade do disposto na ultima parte do § 1º do artigo 186 da Constituição e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do regulamento approvado pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio da Guerra, o credito extraordinario de oito mil contos de réis (8.000:000\$), para attender a despesas decorrentes de laterações de effectivo relacionadas com a manutenção da ordem.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*General Eurico Gaspar Dutra.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.279 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1936

*Outorga á Sociedade Energia Electrica Hamburgueza Limitada concessão para o aproveitamento da energia hydraulica da queda d'agua denominada "Cascata do Herval" ou "Cascata Grande", no rio Cadeia, municipio de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe conferem o n. 1 do art. 56 da Constituição Federal e o art. 158 do decreto n. 24.613, de 10 de julho de 1934, e:

Considerando urgente a apresentação de uma solução para os serviços de utilidade publica no municipio de Nova Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul, não soffram maior prejuizo;

Considerando que as difficuldades da situação presente resultam da carencia de combustivel e da imprestabilidade da actual installação thermo-electrica;

Considerando que taes difficuldades seriam removidas pela construcção de uma usina hydro-electrica aproveitando-se a Cascata do Herval;

Decreta:

Art. 1.º É outorgada á Sociedade de Energia Electrica Hamburgueza Limitada concessão para o aproveitamento da energia hydraulica da queda d'agua denominada "Cascata do Herval" ou "Cascata Grande", no rio Cadeia, sita em terreno de propriedade dessa empresa, no municipio de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Paragrapho unico. O aproveitamento destina-se á produção, transmissão e distribuição de energia hydro-electrica para serviços publicos federaes, estaduais e municipaes, para serviços de utilidade publica e para commercio de energia no municipio de Nova Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º A presente concessão sendo outorgada sem que a requerente tenha apresentado todos os documentos exigidos pelo art. 158, alíneas *a* e *b* do Codigo de Aguas caducará si não forem apresentados ao Governo Federal no prazo de sessenta (60) dias ditos documentos.

Art. 3.º A titulo de exigencias preliminares das contidas no art. 158 do Codigo de Aguas, e que, por isso mesmo, deverão ser cumpridas integralmente, sob pena de ficar de nenhum effeito o presente decreto, a concessionaria obriga-se a:

I — Apresentar dentro do prazo de um (1) anno, contado da data da publicação deste decreto, em tres (3) vias:

*a)* estudo hydrologico da região;

*b)* planta geral em escala razoavel de toda a area da propriedade servida pela usina, com indicação de todas as suas installações;

c) plantas em escala de um por dois mil (1:2000) do trecho do rio aproveitado, com indicação dos terrenos marginaes inundados pelo remonte (remous) da barragem. Perfil do rio á montante da barragem, em escala conveniente e justificação do calculo do remonte (remous);

d) plantas em escala de um por cincoenta (1:50) das obras hydraulicas;

e) barragem — methodo de calculo, projecto e justificação do typo adoptado; perfil geologico do terreno no local onde deverá ser construida a barragem. As sondagens para obtenção dos dados necessarios á confecção do perfil acima, deverão ser feitas em numero e profundidade taes que forneçam dados seguros sobre a natureza do terreno, afim de se julgar a perfeita estabilidade da obra;

f) calculo e desenho detalhados dos vertedouros, adufas, comportas, castello d'agua, canal de adducção, conductos, etc.

Descarga maxima utilizada.

Dispositivos que assegurem a conservação dos peixes.

As escalas a serem adoptadas serão as seguintes:

Um por cem (1:100) para as plantas e um por cincoenta (1:50) para as secções transversaes e longitudinaes.

Escala razoavel para os longos canaes de adducção e conductos.

Cubagem de todas as obras e respectivo orçamento;

g) conductos forçados. Calculo e justificação do typo adoptado. Planta e perfil com todas as indicações necessarias, em escalas: para as plantas um por duzentos (1:200), para os perfis escala horizontal um por duzentos (1:200, e escala vertical um por cem (1:100).

Elevação e abaixamento de pressão.

Tempo de fechamento e de ajustagem. GD2 do volante e do rotor do gerador, grão de irregularidade. Protecção de tubulação. Stand-pipe, sem calculo e tempo de oscillação.

Assentamento e fixação por meio de pilares, pontes e blocos de ancoragem; seus calculos e desenhos;

h) contraes; turbinas — justificação do typo adoptado, rendimento em diferentes cargas, em multiplos de 1/4 ou 1/8 até a plena carga. Velocidade caracteristica, de embalagem ou de disparo. Desenho das turbinas. Reguladores e aparelhos de medição. Regulação da velocidade com 25, 50 e 100% de variação de carga. Canal de fuga, vertedouros, etc. Orçamento;

i) geradores — justificação do typo adoptado. Potencia, tensão factor de potencia com que foi calculado, rendimento em diferentes cargas em multiplos inteiros de 1/4 ou 1/8 até a plena carga respectivamente com  $\cos \text{PHI}=1$  e  $\cos \text{PHI}=0.8$ . Frequencia. Regulação da tensão e sua variação. Reguladores. Excitatrizes; typo, potencia, tensão, rendimento e acoplamento; queda de tensão de curto-circuito dos geradores. Detalhes e caracteristicos em escala fornecida pelos fabricantes. Orçamento;

j) transformadores elevadores; as mesmas exigencias feitas aos geradores;

k) installação de distribuição; paineis, numero, fixação e material. Apparelhos de medição e manobra, apparelhos de protecção, apparelhos de controle, apparelhos de synchronismo. Isoladores, cabos e barras. Ligações, terras e schemas completos dos paineis e suas ligações aos geradores e transformadores. Projecto detalhado da central em escala conveniente. Orçamento;

l) apparelhos montaveis fóra dos paineis na alta tensão de transmissão antes e depois das barras geraes. Isoladores, chaves, interruptores, transformadores de corrente e de tensão. Cabos, barras e seguranças, disposições entre si e as paredes;

m) linha de sahida de alta tensão de transmissão. Para-raios, bobinas de choque, ligação a terra. Isoladores. Cabos, interruptores. Protecção contra-tensões. Cálculo mecanico e electrico da linha de transmissão e da rede de distribuição acompanhado de mappa da região em escala razoavel e com detalhes;

n) memoria justificativa incluído orçamento global e detalhado de todas as partes do projecto, bem como das desapropriações a fazer.

II — Assignar o contracto de concessão dentro do prazo de um (1) mez, contado da data da publicação do acto da approvação da respectiva minuta pelo Ministerio da Agricultura.

Art. 4.º A minuta do contracto disciplinar desta concessão, do qual constarão todas as exigencias de ordem tecnica, fiscal, administrativa e penal previstas no Código de Aguas, será preparada pelo Serviço de Aguas do Departamento Nacional da Produção Mineral, e submettida á approvação do Ministerio da Agricultura.

Art. 5.º A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) annos, contados da data da assignatura do registro do respectivo contracto.

Art. 6.º Emquanto a concessionaria gozar da concessão referida no artigo precedente poderá dispôr das reservas de energia de que trata o art. 155 do Código de Aguas.

Art. 7.º O capital a remunerar será o effectivamente invertido nas installações da concessionaria em função de sua industria e concorrendo de fórmula permanente, para produção e transformação de energia electrica.

Art. 8.º As tabellas de preço de energia nos contractos de fornecimento serão fixadas de accordo com o que estabelece a respeito o Código de Aguas, fixando-se tambem no contracto de concessão a justa remuneração do capital, a que se refere o inciso III do art. 180 do mesmo Código.

Art. 9.º Para manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 7.º do presente decreto, será creado um fundo de reserva que proverá ás renovações deprecinadas pela depreciação ou impostas por accidentes.

**Paragrapho unico.** A constituição desse fundo, que se denominará fundo de estabilização, será realizada por quotas especiaes que incidirão sobre as tarifas sob a fórmula de porcentagem. Essas quotas serão determinadas tendo-se em vista a duração media do material a cuja renovação o dito fundo terá de attender, podendo ser modificadas triennialmente, na época da revisão das tarifas.

**Art. 10.** Si a receita da concessionaria fôr insufficiente para remuneração do capital invertido nas installações, na base que fôr estabelecida no contracto de concessão, e, ainda mais, para attender á manutenção dos serviços, os deficits verificados em cada triennio (periodo marcado na lei para revisão de tarifas), serão registrados a debito de uma conta especial intitulada "Lucros a compensar" cujo saldo vencerá os juros que forem fixados para o capital invertido (art. 8.º do presente decreto) saldo que será amortizado em periodo subsequente de tarifas, sendo para isso computado como despesa neste periodo.

**Art. 11.** Si, ao contrario, a receita exceder ás necessidades a que se refere o artigo anterior, a parte excedente será registrada a credito de uma conta, tambem especial, que será denominada "Lucros de compensação".

**Paragrapho unico.** O saldo desta conta será considerado como receita no periodo subsequente de tarifa.

**Art. 12.** Findo o prazo de concessão reverterão para o Municipio de Nova Hamburgo com indemnisação pelo custo historico menos a depreciação, todas as installações de produção de energia da concessionaria, a que se refere a presente concessão.

**Art. 13.** Si o Municipio de Nova Hamburgo não fizer uso do direito de que trata o artigo precedente a concessionaria será assegurada preferencia, em igualdade de condições, para a renovação da concessão.

**Art. 14.** A concessionaria gosará desde a data da assignatura do contracto de concessão, e enquanto este vigorar, dos favores constantes do art. 151 do Codigo de Aguas e das leis especiaes de apoio ás empresas de serviços de utilidade publica.

**Art. 15.** Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

ARTURIO VARGAS.

Odilon Braga.



## DECRETO N. 1.280 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito especial de 250:000\$000, afim de attender ás despesas com os estudos para a construção da ponte internacional sobre o rio Uruguay.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da Lei n. 328, de 28 de novembro de 1936, tendo ouvido o Ministerio da Fazenda e consultado o Tribunal de Contas, na forma do Regulamento approved pelo decreto n. 15.786, de 6 de novembro de 1922, decreta:

Art. 1º. Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de duzentos e cincoenta contos de réis (250:000\$000), para occorrer ás despesas provenientes dos estudos preliminares para a construção da ponte internacional sobre o rio Uruguay.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Mario de Pimentel Brandão.

Arthur de Souza Costa.

## DECRETO N. 1.281 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito especial de 250:000\$000, para aquisição de um immovel sito á rua Senador Pompeu n. 147, nesta capital.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no artigo 1º da lei n. 295, de 5 de novembro de 1936, tendo ouvido o Ministerio da Fazenda e consultado o Tribunal de Contas, na forma do Regulamento approved pelo decreto n. 15.786, de 6 de novembro de 1922, decreta:

Art. 1º. Fica aberto, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 250:000\$000, para adquirir, até esse preço, o immovel sito á rua Senador Pompeu n. 147, nesta capital, pertencente aos herdeiros do espolio de José Pinto Branco, com a area de novecentos e cincoenta e cinco metros e cincoenta centimetros quadrados (955m.250), confrontando: frente na rua Senador Pompeu; lado esquerdo, com o predio n. 149 da rua Senador Pompeu e com o predio

n. 36 da rua Visconde da Gavêa (fabrica de vidros); fundos com o Palacio Itamaraty e lado direito com o predio n. 75 da rua Costa (fabrica de vidros) e com o predio n. 145 da rua Senador Pompeu.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.282 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio das Relações Exteriores um credito especial de 25:403\$200, para pagamento de vencimentos ao Embaixador José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 285, de 28 de outubro de 1936, tendo ouvido o Ministerio da Fazenda e consultado o Tribunal de Contas, na forma do Regulamento approved pelo decreto n. 15.786, de 6 de novembro de 1922, decreta:

Art. 1º. Fica aberto, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 25:403\$200, afim de occorrer ao pagamento dos vencimentos do Embaixador José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, no periodo de 23 de maio a 31 de dezembro do corrente anno, em virtude da lei n. 203, de 18 de maio de 1936.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 1.283 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente, no municipio de Barra de São João, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 27 deste mez*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente, no municipio de Barra de São João, no Estado do Rio de Janeiro, durante o dia 27 deste mez, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

---

## DECRETO N. 1.284 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito de 800:000\$, supplementar á verba 4ª, consignação Pessoal, sub-consignação n. 1, do orçamento vigente*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 273, de 13 de outubro ultimo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórmula do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Artigo unico. Fica aberto, pelo Ministerio das Relações Exteriores, o credito supplementar de oitocentos contos de réis (800:000\$000), para reforço da verba 4ª, consignação Pessoal, sub-consignação n. 1, do vigente orçamento do mesmo ministerio.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 1.285 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede permissão á Radio Sociedade Anonyma Mayrink Veiga para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Radio Sociedade Anonyma Mayrink Veiga, com sede na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) e de accôrdo com o estabelecido no decreto numero 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.411, de 1 de março de 1932, e no decreto numero 24.655, de 41 de julho de 1934,

Decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Radio Sociedade Anonyma Mayrink Veiga, com sede na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936; 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

**Clausulas a que se refere o decreto n. 1.285, desta data**

**I**

Fica assegurado á Radio Sociedade Anonyma Mayrink Veiga o direito de estabelecer, na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

**II**

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

## III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no mínimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admitir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no mínimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocommunicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adelantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permitam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipais applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos ser-

viços de radiocommunicação (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia aprovação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accôrdo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de dez (10) kilometros do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização qque for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe approuver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

#### VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

#### IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas a, b, c, d, i (in fine), j, k e l da clausula III;

b) si não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alinea e da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.286 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936 (\*)

*Concede á Compagnie Internationale des Wagons-Lits et des Grands Express Européens autorização para funcionar na Republica.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma *Compagnie Internationale des Express Européens*, com séde em Bruxellas, Belgica, decreta:

Artigo unico. E' concedida á sociedade anonyma *Compagnie Internationale des Wagons-Lits et des Grands Express Européens* autorização para funcionar na Republica, com os estatutos que apresentou, mediante as clausulas que a este acompanham, assignadas pelo ministro de Estado dos Negocios do Trabalho, Industria e Commercio, obrigando-se a mesma sociedade a observar a Constituição da Republica e demais leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

(\*) Vide publicação dos estatutos no *Diario Official* de 9 de janeiro de 1937.

## DECRETO N. 1.287 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Supprime no regulamento anexo ao decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936, as expressões delle retiradas pelo decreto n. 1.189, de 11 de novembro do mesmo anno.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal, e

Considerando que o Senado Federal, em sessão de 10 de dezembro corrente, approvou o veto parcial opposto pelo Poder Executivo ao projecto que foi convertido em lei sob n. 202, de 2 de março ultimo, resolve:

Resolve:

Art. 1.º Ficam supprimidas no regulamento anexo ao decreto n. 1.137, de 7 de outubro findo, as seguintes expressões, a que se refere o decreto n.1.189, de 11 de novembro preterito;

No art. 19:

“Prestada por terceiro”.

No art. 36, n. 73:

“Desde que os mesmos militares e civis percebam mais de 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis) mensaes e que, a partir de 1935, tenham sido beneficiados com majoração de vencimentos superiores a 14 %.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115ª da Independencia e 48ª da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.288 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Autoriza o cidadão Pedro de Mattos a comprar pedras preciosas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 36, n. 1, da Constituição Federal e tendo em vista o decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, que regula a industria da fisecação do ouro alluvionar e o commercio de pedras preciosas, decreta:

Artigo unico. Fica autorizado o cidadão Pedro de Mattos, residente em Balisa, Estado de Goyaz, a comprar pedras pre-



ciosas em todas as zonas de garimpagem, nos termos do art. 7º do decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115º da Independência e 48º da República.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.289 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede permissão á "Ceará Radio Club, S. A." para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "Ceará Radio Club, S. A.", com sede na cidade de Fortaleza (Estado do Ceará), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1934, no regulamento approved pelo decreto numero 24.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á "Ceará Radio Club, S. A., com sede na cidade de Fortaleza (Estado do Ceará), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115º da Independência e 48º da República.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

Clausulas a que se refere o decreto n. 1.289, desta data

I

Fica assegurado á Ceará Radio Club, S. A. o direito de estabelecer, na cidade de Fortaleza (Estado do Ceará), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

## II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Parágrafo unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

## III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3) no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funcções effectivas de administração;

b) admitir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mêzes, a contar do data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á ap-

provação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia aprovação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de tres (3) kilometros do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização

#### VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multa de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

### VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

### IX

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alneas a, b, c, d, i (in-fine), j, k e l da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alinea e da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936. — *Marques dos Reis*.

---

### DECRETO N. 1.290 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede permissão á Radio Sociedade da Bahia, S. A., para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requerem a "Radio Sociedade da Bahia, S. A.", com sede na cidade do Salvador (Estado da Bahia), e de accordo com o estabelecido no decreto n.º 20.047, de 27

de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto numero 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655 de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á "Radio Sociedade da Bahia, S. A.", com séde na cidade do Salvador (Estado da Bahia), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

#### Clausulas a que se refere o decreto n. 1.290, desta data

##### I

Fica assegurado á "Radio Sociedade da Bahia, S. A.", o direito de estabelecer, na cidade do Salvador (Estado da Bahia), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

##### II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

##### III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admitir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos

outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111), ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantamento, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos, todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos de fiscalização, e, bem assim prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

## IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia aprovação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de cinco (5) kilometros do centro da cidade.

## VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo orgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (100\$), a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos, dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade, ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas a, b, c, d, i, in fine, j, k e l, da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea e da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins, que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos ou se se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se a concessionaria incidir reiteradamente em infracções passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.291 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito suplementar de 2.200:000\$000, para reforço da verba 14ª — Construcções, melhoramentos e aparelhamentos — Sub-consignação n. 34 do art. 3º, annexo n. 7, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 344, de 15 dezembro de 1936, e, tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórmula do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir, ao Ministerio da Viação e Obras Publicas, o credito de 2.200:000\$000 (dous mil e duzentos contos de réis), suplementar á verba 14ª — Construcções, melhoramentos e aparelhamentos — II — Portos e Navegação — Sub-consignação n. 34 — “Proseguimento das obras de melhoramentos nos portos de Itajahy a Laguna, no Estado de Santa Catharina” — do art. 3º, annexo n. 7, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

---



## DECRETO N. 1.292 — NÃO FOI PUBLICADO

## DECRETO N. 1.293 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede permissão ao "Radio Club Paranaense" para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu o "Radio Club Paranaense", com sede na cidade de Curityba (Estado do Paraná), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida ao "Radio Club Paranaense, com sede na cidade de Curityba (Estado do Paraná). permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

**Clausulas a que se refere o decreto n. 1.293, desta data**

**I**

Fica assegurado ao "Radio Club Paranaense" o direito de estabelecer, na cidade de Curityba (Estado do Paraná), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

**II**

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a

juízo do Governo, sem prejuízo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

### III

O concessionario é obrigado a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectiva e de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo, as plantas, orgamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocommunicação (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

O concessionario não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora do concessionario só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de tres (3) kilometros do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor ao concessionario multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Pararagrapho unico A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente ao concessionario ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis ao concessionario os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os efeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, i* (in fine), *j, k* e *l* da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea *e* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admitidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade do concessionario para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se o concessionario incidir reiteradamente em infracções passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.294 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre o credito suplementar de 32:000\$000 á sub-consignação n. 1, da verba 15, do actual orçamento do Ministerio da Viação e Obras Publicas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no artigo unico da lei n. 311, de 19 de novembro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de de Contas, na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publi-

cas o credito de 32:000\$000 (trinta e dois contos de réis), complementar á sub-consignação n. 1, da verba 15ª — Despesas Geraes, annexo n. 7, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.295 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1936

*Transfere de Alegrete para Uruguayana a séde do quartel general da 4ª brigada de cavallaria*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, no uso da attribuição que lhe confere a Constituição, decreta:

Art. 1.º A séde do quartel general do commando da 4ª brigada de cavallaria fica transferida de Alegrete para Uruguayana.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Eurico Gaspar Dutra.*

---

DECRETO N. 1.296 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1936

*Perdôa um official do resto da pena a que foi condemnado*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da competencia que lhe attribue o inciso 3º do art. 56 da Constituição da Republica, resolve perdoar do resto da pena a que foi condemnado, por sentença passada em julgado, o 1º tenente, intendente naval, Waldemar Guaracy de Macedo Siva.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1936. 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Henrique Aristides Guilhem.*

---

## DECRETO N. 1.297 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito suplementar de 4.161:583\$000, para occorrer ao pagamento do subsidio devido aos deputados e senadores, e demais despesas resultantes da prorrogação da sessão legislativa.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização legislativa, constante da lei n. 313, de 22 de novembro de 1936, e, tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 92 do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito, na importancia de quatro mil cento e sessenta e um contos quinhentos e oitenta e tres mil réis (4.161:583\$000), suplementar ás verbas IV e V da lei numero 115, de 13 de novembro de 1935, para occorrer ao pagamento do subsidio devido aos deputados e senadores e demais despesas resultantes da prorrogação da sessão legislativa, até 31 de dezembro do corrente anno.

Art. 2.º Na parte relativa á verba IV (Camara dos Deputados), o credito ficará discriminado da seguinte maneira:

*Pessoal*

## Consignação I — Sub-consignação n. 1:

Subsidio fixo .....	2.610:000\$000
Subsidio variavel .....	885:000\$000
Somma (para subsidio).....	<u>3.495:000\$000</u>

*Material*

## I — Permanente:

I — Aquisição de livros, publicações e encadernações. . . . .	10:000\$000
---	-------------

## II — De consumo:

II — Objectos de expediente .....	10:000\$000
III — Conservação e limpeza do edificio.	5:000\$000
IV — Força, luz, gaz e telephone.....	10:000\$000

## Despesas diversas:

VII — Para os serviços extraordinarios da Secretaria e Tachygraphia.....	27:133\$000
X — Eventuaes. . . . .	20:000\$000
XI — Despesas de prompto pagamento...	24:000\$000
XII — Impressões e publicações dos Annaes e Documentos Parlamentares. . . . .	40:000\$000

Publicações e trabalhos:

Importancia destinada aos trabalhos e publicações, obrigatoriamente feitos na Imprensa Nacional .....	250:000\$000
Somma. . . . .	<u>3.891:133\$000</u>

Art. 3.º Na parte relativa á verba V (Senado Federal) o credito supplementar ficará assim discriminado:

*Pessoal*

Consignação I — Sub-consignação 1:

Subsidio fixo a 21 senadores.....	179:550\$000
Subsidio em diarias a 21 senadores.....	60:900\$000
Somma . . . . .	<u>240:450\$000</u>

*Material*

II — De consumo:

2 — Objectos de expediente.....	5:000\$000
---------------------------------	------------

III — Diversas despesas:

5 — Despesas de portaria, etc.....	5:000\$000
7 — Serviços extraordinarios da Secretaria..	5:000\$000
8 — Eventuaes . . . . .	5:000\$000
Publicações na Imprensa Nacional....	10:000\$000
Somma . . . . .	<u>30:000\$000</u>
	<u>270:450\$000</u>

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Vicente Ráo.

Arthur de Souza Costa.

## DECRETO N. 1.298 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente no municipio de Bôa Esperança, no Estado do Piauhy, durante o dia seis de janeiro vindouro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente, no municipio de Bôa Esperança, no Estado do Piauhy, durante o dia seis de janeiro vindouro, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*

## DECRETO N. 1.299 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente, no municipio de Guarakessaba, no Estado do Paraná, durante o dia 10 de janeiro proximo futuro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente, no municipio de Guarakessaba, no Estado do Paraná, durante o dia 10 de janeiro proximo futuro, afim de serem ali realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Ráo.*



## DECRETO N. 1.300 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os efeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente, no municipio de Borba, no Estado do Amazonas, durante o dia 17 de janeiro proximo futuro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve suspender os efeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente, no municipio de Borba, no Estado do Amazonas, durante o dia 17 de janeiro proximo futuro, afim de serem alli realizadas eleições municipaes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

## DECRETO N. 1.301 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 3.000:000\$000 para a reparação de damnos decorrente de chuvas na região nordestina.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando do autorização contida no art. 1° da lei n.257, de 29 de setembro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórmula do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 3.000:000\$000 (tres mil contos de réis), para attender ás despesas com a reparação dos damnos das grandes chuvas que desabaram na região nordestina do paiz, em junho e julho de 1936.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

*Marques dos Reis,*

## DECRETO N. 1.302 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Instituto Juruena,  
com sede no Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Instituto Juruena, com sede no Districto Federal.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 1.303 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Gymnasio de Tres Corações, em Minas Geraes*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio de Tres Corações, com sede em Tres Corações, Estado de Minas Geraes.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 1.304 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede permissão á Sociedade Radiotransmissora Brasileira para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Sociedade Radiotransmissora Brasileira, com sede na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), e, de accordo com o estabelecido no decreto nume-

ro 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Sociedade Radiotransmissora Brasileira, com séde na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado, dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

#### Clausulas a que se refere o decreto n. 1.304, desta data

##### I

Fica assegurado á Sociedade Radiotransmissora Brasileira o direito de estabelecer, na Cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

##### II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza per indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.



A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111), ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isto, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adeantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos da fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmitir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o pan-americano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das instalações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade, não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposi-

ções contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos, sem prévia approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de dez (10) kilometros do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como lhe aprover, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impôr á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) e cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos, dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

#### VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação, por necessidade ou utilidade publica, e requisições militares.

#### IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effectos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alineas *a, b, c, d, i (in-fine), j, k e l* da clausula III;

b) si não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea c da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta, si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.305 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 5.275:590\$000 para pagamento de desapropriações necessarias ás obras da Estação de D. Pedro II, da Estrada de Ferro Central do Brasil*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 283, de 21 de outubro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórmula do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 5.275:590\$000 (cinco mil duzentos e setenta e cinco contos quinhentos e noventa mil réis), para pagamento de indemnizações pela desapropriação dos imóveis seguintes, situados nesta Capital e necessarios ás obras da nova Estação D. Pedro II, da Estrada de Ferro Central do Brasil: á rua Senador Pompeu, predios ns. 260, 262, 264, 266, 268, 270, 272, 276, 282/282 A, 284, 286, 288, 290, 292 e 296, na importancia de 1.493:372\$000 (mil quatrocentos e noventa e tres contos trezentos e setenta e dous mil réis); á rua dos Cajueiros, predios ns. 1, 3, 5, 7, 9, 13, 4, 6, 8, 10, 16 e 18, na importancia de 612:030\$000 (seis centos e doze contos e vinte e oito mil réis); á rua General Pedra, predios ns. 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 51, 53, 55, 57, 59, 61, 65, 67, 71, 73, 77, 79, 81, 83; 83-A, 85-I, 87, 89, 91, 93-I 93-XV e 95, na importancia de 2.359:836\$000 (dous mil trezentos e cincoenta e nove contos

oitocentos e trinta mil réis); e á rua General Caldwell, predios ns. 57, 59, 61, 64, 68, 70/70-A, 72 e 74, na importancia de 810:360\$000 (oitocentos e dez contos trezentos e sessenta mil réis).

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.306 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede permissão á "Radio Vera Cruz, Sociedade Anonyma", para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a "Radio Vera Cruz, Sociedade Anonyma", com séde na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), e de accordo com o estabelecido no decreto numero 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approvedo pelo decreto n. 21.444, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á "Radio Vera Cruz, Sociedade Anonyma", com séde na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Oficial*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS

*Marques dos Reis.*

---

**Clausulas a que se refere o decreto n. 1.306, desta data****I**

Fica assegurado á "Radio Vera Cruz, Sociedade Anonyma", o direito de estabelcer, na cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

**II**

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

**III**

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funcções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocommunição (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade o direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos



de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permitam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmos e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipais applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á approvação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á approvação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da approvação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos sem prévia approvação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de dez (10) kilometros do centro da cidade.

## VI

No regimen de fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

## VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo orgão fiscalizador, impor á concessionaria, multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Parapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares.

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, for verificada a inobservancia das disposições contidas nas alíneas *a, b, c, d, i* (in fine), *j, k* e *l*, da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea *e* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo:

b) se a concessionaria incidir reiteradamente em infracções passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936. — *Marques dos Reis*.

---

DECRETO N. 1.307 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede permissão ao Radio Club de Rio Claro para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Attendendo ao que requereu o Radio Club de Rio Claro, com sede na cidade de Rio Claro (Estado de São Paulo), e de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1934, no regulamento approved pelo decreto n. 21.441, de 1 de março de 1932, e no decreto numero 24.655, de 11 de julho de 1934,

Decreta:

Artigo unico. Fica concedida ao Radio Club de Rio Claro, com sede na cidade de Rio Claro (Estado de São Paulo), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis*.

---

Clausulas a que se refere o decreto n. 1.307, desta data

I

Fica assegurado ao Radio Club de Rio Claro o direito de estabelecer, na cidade de Rio Claro (Estado de São Paulo), uma estação de ondas médias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

## II

A presente concessão é outórgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, se o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

## III

O concessionario é obrigado a:

a) constituir sua directoria com dois terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funcções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dois terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem prévia audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que fôr determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no regulamento dos serviços de radiocomunicação (decreto n. 21.111) ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen de fiscalização que fôr instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adeantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effeitos de fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o panamericano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á

approvação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo, as plantas, orçamento e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dois (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre todo o acervo da sociedade, para garantia de liquidação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no Regulamento dos Serviços de Radiocommunição (decreto n. 21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

c) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

O concessionario não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos, sem prévia aprovação do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora do concessionario só poderá ser localizada a uma distancia, minima, de um (1) kilometro do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que fôr instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impôr

ao concessionario multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos, dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente ao concessionario ou da publicação do acto no *Diario Official*.

## VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis ao concessionario os preceitos da legislação sobre desapropriação por necessidade ou utilidade publica e requisições militares

## IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alneas *a, b, c, d, i (in fine), j, k e l* da clausula III;

b) se não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alinea *e* da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta nos termos da clausula VII;

c) se, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

Paragrapho 1º. Poderá a concessão ser declarada caduca, a juizo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) se, depois de estabelecido, fôr o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou se se verificar a incapacidade do concessionario para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) se o concessionario incidir reiteradamente em infracções passíveis de multa.

Paragrapho 2º. A concessão será considerada perempta se o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936.

*Marques dos Reis.*

---

## DECRETO N. 1.308 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Lyceu Pernambucano, com séde em Recife, Estado de Pernambuco*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, nos termos do artigo 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Lyceu Pernambucano, com séde em Recife, Estado de Pernambuco.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 1.309 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio Municipal de Mocóca, Estado de São Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio Municipal de Mocóca, com séde em Mocóca, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

## DECRETO N. 1.310 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica os creditos especiaes de 453:500\$000 e 751:522\$271, para pagamento de subvenções e auxilios especiaes a diversas instituições*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere a lei n. 172, de 6 de janeiro de 1936, e tendo ouvido o Ministerio da Fazenda e o Tribunal de Contas a respeito, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de quatrocentos e cinquenta e tres contos e quinhentos mil réis (453:500\$000), para pagamento

de subvenções ás instituições que se habilitaram, no exercício de 1934, de accordo com o art. 5º do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, e na conformidade dos arts. 1º, 2º e 3º da lei n. 172, de 6 de janeiro de 1936.

Art. 2.º Fica igualmente aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de setecentos e cincoenta e um contos quinhentos e vinte e dous mil duzentos e setenta e um réis (751:522\$271), para auxilios especiaes ás instituições de amparo á maternidade e á infancia que se habilitaram em 1936, na fórmula da legislação vigente.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

*Arthur de Souza Costa.*

#### DECRETO N. 1.311 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados de Minas Geraes, Matto Grosso e Goyaz*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxilios, no corrente exercicio, ás instituições nos Estados de Minas Geraes, Matto Grosso e Goyaz, abaixo indicadas, devendo o pagamento, do auxilio, no 2º semestre, ser feito nos termos dodecreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação n. 1, da verba 24ª — Subvenções, art. 3º, annexo 5, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935, complementar pelo decreto n. 1.277, de 22 de dezembro de 1936.

Albergue Santo Antonio — S. João del Rey — Minas Geraes.....	6:000\$000
Asylo de Orphãos "João Emilio" — Juiz de Fôra — Minas Geraes.....	5:000\$000
Asylo Bom Pastor — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	5:000\$000
Asylo S. Vicente de Paulo — Sete Lagoas — Minas Geraes.....	5:000\$000
Asylo Hospital S. Vicente de Paula — Lambary, Minas Geraes . . . . .	10:000\$000



Asylo S. Miguel da Sociedade S. Vicente de Paulo — Santos Dumont — Minas Geraes..	5:000\$000
Assistencia Bom Jesus — Pouso Alegre—Minas Geraes.....	6:000\$000
Associação de Caridade — S. João Nepomuceno — Minas Geraes.....	10:000\$000
Associação das Damas Protectoras da Infancia — Juiz de Fôra — Minas Geraes (2° semestre).....	3:000\$000
Casa de Caridade — Mirahy — Minas Geraes..	3:000\$000
Casa de Caridade (Hospital Santa Isabel) — Diamantina — Minas Geraes.....	12:000\$000
Casa de Caridade — Pará de Minas — Minas Geraes.....	6:000\$000
Casa de Caridade — Baependy — Minas Geraes	8:000\$000
Casa de Caridade — Christina — Minas Geraes	2:000\$000
Collegio S. Domingos — Poços de Caldas — Minas Geraes.....	5:000\$000
Conferencia S. Vicente de Paula — Monte Santo — Minas Geraes.....	3:000\$000
Conferencia S. Francisco de Paula — Ouro Fino — Minas Geraes.....	5:000\$000
Cruz Vermelha — Lavras — Minas Geraes....	12:000\$000
Escola de Economia Domestica N. S. Aparecida — Brasopolis — Minas Geraes.....	12:000\$000
Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Geraes — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	100:000\$000
Faculdade de Direito — Alfenas—Minas Geraes	10:000\$000
Faculdade de Commercio — Bello Horizonte — Minas Geraes.....	5:000\$000
Hospital N. S. das Dores — Ponte nova — Minas Geraes.....	10:000\$000
Hospital S. Salvador — Além Parahyba — Minas Geraes.....	5:000\$000
Hospital N. S. das Graças — Sete Lagoas — Minas Geraes (differença).....	6:000\$000
Hospital de Cataguazes — Cataguazes — Minas Geraes.....	12:000\$000
Hospital de Manhuassú — Manhuassú — Minas Geraes(2° semestre).....	10:000\$000
Instituto Bicalho — Juiz de Fôra — Minas Geraes (2° semestre).....	3:000\$000
Instituto Electro-technico — Itajubá — Minas Geraes.....	20:000\$000
Irmandade N. S. do Perpetuo Soccorro (Santa Casa de Misericordia) — Bom Despacho — Minas Geraes.....	2:000\$000

Orphanato Nossa Senhora de Nazareth — Lafayette — Minas Geraes.....	10:000\$000
Orphanato Nossa Senhora das Dores — Itabira — Minas Geraes (1º semestre).....	3:000\$000
Orphanato Nossa Senhora Auxiliadora — Cachoeira do Campo — Minas Geraes.....	15:000\$000
Patronato S. José — Juiz de Fôra — Minas Geraes.....	12:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Brasopolis — Minas Geraes.....	6:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Conquista — Minas Geraes.....	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Guaranesia — Minas Geraes.....	5:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Perdões — Minas Geraes.....	3:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Lima Duarte — Minas Geraes.....	3:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Sabará — Minas Geraes.....	10:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Santa Rita de Jacutinga — Minas Geraes.....	5:000\$000
Sociedade S. Vicente de Paula — Alvinopolis — Minas Geraes.....	3:000\$000
Sociedade S. Vicente de Paulo — Sacramento — Minas Geraes.....	5:000\$000
Collegio da Immaculada Conceição — S. Luiz de Caceres — Matto Grosso.....	10:000\$000
Collegio N. S. Auxiliadora — Araguayana — Matto Grosso (2º semestre).....	10:000\$000
Collegio Santa Therezinha — Lageado — Matto Grosso (2º semestre).....	18:000\$000
Missão Salesiana entre os indios Chavantes — Matto Grosso.....	30:000\$000
Sociedade Beneficente Corumbaense—Corumbá Matto Grosso (2º semestre).....	10:000\$000
Conferencia S. Vicente de Paula — Santa Luzia — Goyaz.....	3:000\$000
Total.....	472:000\$000

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.  
Gustavo Capanema.

## DECRETO N. 1.312 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio Modelo, com séde em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio Modelo, com séde em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 1.313 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 21.000:000\$000 supplementar á verba 3ª — Estrada de Ferro Central do Brasil — consignação Pessoal — Sub-consignação n. 3 — Pessoal jornalceiro — lettra "a", art. 3º — annexo n. 7 — da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 2º da lei n. 298, de 11 de novembro ultimo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórmula do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica,

Resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 21.000:000\$000 (vinte e um mil contos de réis) supplementar á verba 3ª — Estrada de Ferro Central do Brasil — consignação Pessoal — sub-consignação n. 3 — Pessoal jornaleiro — lettra a, art. 3º — annexo n. 7, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.314 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre o credito supplementar de 549:850\$000, para reforço de diversas verbas do orçamento do Ministerio da Agricultura*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lei n. 350, de 23 de dezembro de 1936, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministerio da Agricultura, o credito supplementar de 549:850\$000, para reforço de diversas verbas do orçamento vigente daquelle ministerio, conforme discriminação abaixo:

*Verba 1ª — Secretaria de Estado*

## Material

## Sub-consignação:

N. 11 — Luz e energia electrica, etc .....	9:800\$000	
N. 14 — Despesas de illumina- ção, etc .....	8:800\$000	18:600\$000

*Verba 3ª — Departamento Nacional da Produção Vegetal*

## Material

## Sub-consignação:

N. 28 — Sobresalentes, combus- tiveis, etc.....	65:000\$000	
N. 30 — Material de conserva- ção, etc.....	40:000\$000	
N. 37 — Artigos de illuminação, etc .....	20:500\$000	
N. 41 — Luz, gaz, etc.....	100:000\$000	
N. 45 — Armazenagens, capata- zias, etc .....	8:100\$000	
N. 46 — Alugueis de casa, etc..	150:000\$000	383:600\$000

*Verba 5ª — Directoria de Estatística da Produção*

## Material

N. 2 — Machinas, etc.....	7:000\$000
N. 5 — Apparelhos e utensilios, etc. ....	5:000\$000

N. 6 — Artigos de expediente, etc. ....	2:000\$000	
N. 8 — Material para trabalho, etc.....	20:000\$000	
N. 9 — Material para trabalho, etc. ....	1:000\$000	35:000\$000

*Verba 6ª — Directoria de Organização e Defesa da Produção*

**Material**

Sub-consignação:

N. 6 — Transporte, etc.....	2:650\$000	
N. 8 — Despesas miudas, etc..	2:000\$000	4:650\$000

*Verba 12ª. — Eventuaes*

Sub-consignação:

N. 1 — Para pagamento, etc.....	108:000\$000	
Total .....	549:850\$000	

Art. 2.º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta dos recursos orçamentarios, inclusive os do art. 27, alinea b, da lei n. 183, de 13 de janeiro de 1936.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1936, 115 da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

*Arthur de Souza Costa.*

**DECRETO N. 1.315 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936**

*Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936, a varias instituições nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade do disposto no art. 24, do decreto n. 20.351, de 21 de agosto de 1931, conceder auxilios, no corrente exercicio, ás instituições nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, abaixo indicadas, devendo o pagamento do auxilio, no segundo semestre, ser

feito nos termos do decreto n. 23.074, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação 1 — da verba 21\* — Subvenções, art. 3º — anexo 5, da lei 115, de 13 de novembro de 1935, suplementada pelo decreto numero 1.277, de 22 de novembro de 1936.

Academia de Commercio "Horacio Berlinck"	
— Jahú — São Paulo.....	5:000\$000
Academia de Ciências e Letras — São Paulo	5:000\$000
Asylo de Orphãs "Coração de Maria" — Piracicaba — São Paulo.....	8:000\$000
Asylo de Orphãs — Campinas — São Paulo	10:000\$000
Asylo "Padre Euclides" — Ribeirão Preto São Paulo .....	4:000\$000
Asylo de Mendicidade D. Maria Jacyntha — São Carlos — S. Paulo.....	12:000\$000
Asylo de Orphãs da Immaculada Conceição — Descalvado — São Paulo.....	5:000\$000
Asylo de Mendigos — Amparo — São Paulo..	2:000\$000
Asylo de São Vicente de Paulo — Rio Claro — São Paulo .....	3:000\$000
Asylo S. José — Xiririca — São Paulo.....	5:000\$000
Associação de Senhoras Christãs — Araçatuba — São Paulo — (2º semestre).....	3:000\$000
Associação Instructiva José Bonifacio — Santos — São Paulo .....	5:000\$000
Associação de Ensino — Ribeirão Preto — São Paulo .....	20:000\$000
Associação de Assistência e Protecção aos Menores — Campinas — São Paulo.....	5:000\$000
Associação Escolas Populares 15 de Novembro — São Paulo .....	30:000\$000
Casa Pia de São Vicente de Paulo — Botucatu São Paulo .....	2:000\$000
Centro Espirita São Vicente de Paula — São Paulo .....	2:000\$000
Centro Espirita Amor e Luz — Guaratinguetá — São Paulo .....	2:000\$000
Collegio de São Vicente de Paulo — Laranjal — São Paulo — (2º semestre) .....	10:000\$000
Collegio de São Benedicto — Campinas — São Paulo .....	5:000\$000
Collegio Jesus, Maria, José, de Santo Amaro — São Paulo — (2º semestre).....	10:000\$000
Conservatorio Dramatico e Musical — São Paulo (2º semestre) .....	10:000\$000
Crèche Baroneza de Limeira — São Paulo....	20:000\$000
Cruzada Pró Infancia — Bebedouro — São Paulo — (2º semestre) .....	5:000\$000
Cruz Vermelha — Santos — São Paulo.....	30:000\$000
Dispensario Medalha Milagrosa e Crèche Catharina Lalouré — São Paulo — (2º semestre) .....	12:000\$000
Escola de Commercio Antonio Rodrigues Alves — Guaratinguetá — São Paulo.....	10:000\$000
Escola Agricola Coronel José Vicente — Lorena — São Paulo .....	10:000\$000
Escola de Commercio — São Carlos — São Paulo .....	5:000\$000

Escola Profissional Patrocinio de São José — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Escola Profissional Feminina Patrocinio de São José — Lorena — São Paulo . . . . .	20:000\$000
Externato São José — São José dos Campos — São Paulo . . . . .	12:000\$000
Externato N. S. Auxiliadora — São Paulo..	10:000\$000
Gotta de Leite — Araraquara — São Paulo..	10:000\$000
Hospital "Feliz Lembrança" — Iguape — São Paulo . . . . .	6:000\$000
Instituto "Arnaldo Vieira de Carvalho" — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	10:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Ribeirão Preto — São Paulo . . . . .	12:000\$000
Instituição Christã Beneficente Verdade e Luz — São Paulo . . . . .	20:000\$000
Instrução Artistica do Brasil — São Paulo..	10:000\$000
Liga das Senhoras Catholicas — São Paulo..	30:000\$000
Orphanato Olavo Ferraz — Santos — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	3:000\$000
Orphanato Santa Veronica — Taubaté — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Patronato São Francisco — Campinas — São Paulo . . . . .	6:000\$000
Pensionato Divina Providencia — Campos do Jordão — São Paulo . . . . .	20:000\$000
Polyclinica de São Paulo — São Paulo . . . . .	2:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Assis — São Paulo . . . . .	2:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Bebedouro — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Descalvado — São Paulo . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Itatiba — São Paulo . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Piracicaba — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Pirassinunga — São Paulo . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Pederneiras — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Queluz — São Paulo . . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — São Simão — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Silveiras — São Paulo . . . . .	3:000\$000
Sociedade Beneficente Amigos da Patria — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Asylo São Vicente de Paulo — Ponta Grossa Paraná . . . . .	10:000\$000
Hospital de Caridade — Antonina — Paraná	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Ponta Grossa — Paraná . . . . .	20:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Paranaguá — Paraná . . . . .	10:000\$000
Associação Beneficente "Joaquim S. Thiago" — São Francisco — Santa Catharina....	1:000\$000

Collegio Sagrado Coração de Jesus — Rio do Sul — Santa Catharina.....	10:000\$000
Asylo de Orphãs Nossa Senhora da Conceição — Pelotas — Rio Grande do Sul.....	20:000\$000
Asylos Pella e Bethania — Taquary — Rio Grande do Sul . . . . .	6:000\$000
Associação Hospitalar — Santo Angelo — Rio Grande do Sul . . . . .	5:000\$000
Associação das Damas de Caridade — Pelotas — Rio Grande do Sul — (2° semestre)	3:000\$000
Bibliotheca Publica Pelotense — Pelotas — Rio Grande do Sul . . . . .	3:000\$000
Bibliotheca Riograndense — Rio Grande — Rio Grande do Sul . . . . .	10:000\$000
Collegio Sagrado Coração de Jesus (mantido pela Sociedade Riograndense de Litteratura e Beneficencia — (São Borja — Rio Grande do Sul . . . . .	10:000\$000
Hospital de Caridade — Passo Fundo — Rio Grande do Sul . . . . .	20:000\$000
Hospital de Montenegro — Rio Grande do Sul	6:000\$000
Santa Casa de Caridade — Uruguayana — Rio Grande do Sul . . . . .	50:000\$000
Santa Casa de Caridade — Bagé — Rio Grande do Sul — (2° semestre) . . . . .	50:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Pelotas — Rio Grande do Sul . . . . .	40:000\$000
Sociedade Porto Alegrense de Auxilios aos Necessitados Spaan — Porto Alegre — Rio Grande do Sul — (2° semestre).....	5:000\$000
Sociedade Caritativa "Irmãs de São José (mantenedora do Collegio São José — Vaccaria — Rio Grande do Sul — (2° semestre) . . . . .	5:000\$000
Sociedade Beneficente São Pedro Canisio — Bom Principio — Rio Grande do Sul	12:000\$000
Sociedade Hospital de Caridade de Santa Rosa — Santa Rosa — Rio Grande do Sul—(2° semestre) . . . . .	12:000\$000
Sociedade Pedagogica Pestalozzi — Canoas — Rio Grande do Sul . . . . .	20:000\$000
Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul — Porto Alegre — R. Grande do Sul	6:000\$000
Total . . . . .	842:500\$000

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.  
Gustavo Capanema.



## DECRETO N. 1.316 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de 56:536\$700 para pagamento de substitutos do professor Alvaro Osorio de Almeida.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere a lei n. 331, de 30 de novembro de 1936, e tendo ouvido o Ministerio da Fazenda e o Tribunal de Contas a respeito, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de cincoenta e seis contos quinhentos e trinta e seis mil e setecentos réis (56:536\$700), para occorrer ao pagamento devido aos substitutos do professor Alvaro Osorio de Almeida, durante o respectivo exercicio nas funcções que lhe competiam nos cathedras de physiologia das Faculdades de Medicina e de Odontologia da Universidade do Rio de Janeiro, desde 8 de novembro de 1934 até 31 de dezembro de 1936, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.317 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Venezuela, do Tratado sobre a protecção das instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington a 15 de abril de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Venezuela, do Tratado sobre a protecção das instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935 — conforme communicação feita pela União Panamericana á Embaixada do Brasil em Washington, por nota de 16 de novembro ultimo, remetida com a Carta de

ratificação e a acta do referido deposito, documentos esses cujas copia e traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

Copia:

16 de novembro de 1936

Exmo. Sr. Encarregado de Negocios:

Tenho a honra de transmittir a V. Ex. copias authenticadas da acta do deposito e do instrumento de ratificação pela Venezuela do Tratado sobre a Protecção de Instituições Artisticas e Monumentos Historicos, assignado em Washington a 15 de abril de 1935.

Rogo a V. Ex. a gentileza de informar o seu Governo sobre o deposito na União Panamericana do instrumento de ratificação acima referido.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e distincta consideração. — *Pedro de Alba*, director geral, interino.

Exmo. Sr. A. B. Bueno do Prado, encarregado de Negocios do Brasil — Embaixada do Brasil, Washington, D. C.

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

União Panamericana — Washington D. C., E. U. A.

ACTA DO DEPOSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO, PELO GOVERNO DA VENEZUELA, DO TRATADO SOBRE A PROTECÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ARTISTICAS E SCIENTIFICAS E MONUMENTOS HISTORICOS.

Os abaixo assignados, Senhor Doutor Don Jacinto Fombona Pachano, Encarregado de Negocios ad interim da Venezuela junto ao Governo dos Estados Unidos da America e Representante da Venezuela no Conselho Directivo da União Panamericana e o Director Geral interino da União Panamericana, reuniram-se, nesta data, afim de proceder ao deposito, na União Panamericana, do instrumento de ratificação, pelo Governo da Venezuela, do Tratado sobre Protecção das Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington a 15 de abril de 1935.

O instrumento de ratificação foi entregue pelo Senhor Encarregado de Negocios da Venezuela ao director Geral, interino, da União Panamericana, de conformidade com o disposto no art. VII do Tratado acima mencionado.

Em firmeza do que, os abaixo assignados, firmam a presente acta, em Washington a 11 de novembro de 1936. (Ass.) *Jacinto Fambona-Pachano*, Encarregado de Negocios *ad interim* da Venezuela. (Sello): (ass.) *Pedro de Alba*, Director Geral, interino, da União Panamericana.

Certifico que o documento acima é copia fiel do original da acta do deposito do instrumento de ratificação, pelo Governo da Venezuela, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington a 15 de abril de 1935. (ass.) *Pedro de Alba*, Director Geral Interino da União Panamericana.

### UNIÃO PANAMERICANA

(Washington, D. C., E. U. A.)

Eleazar López Contreras, Presidente dos Estados Unidos da Venezuela.

Havendo o Congresso Nacional decretado a seguinte lei:

"O Congresso dos Estados Unidos da Venezuela decreta:

Unico. De conformidade com a attribuição 5ª do art. 78 da Constituição Nacional, fica approved, em todas as suas partes o Tratado sobre a Protecção das Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado pela Venezuela a 15 de abril do anno corrente, e cujo teor é o seguinte:

.....

Dado no Palacio Federal Legislativo, em Caracas, aos doze dias do mez de junho de mil novecentos e trinta e cinco, anno 126º da Independencia e 77º da Federação.

O Presidente (L. S. (a) *Antonio R. Costa*.

O Vice-Presidente (a) *Pedro N. Pereira*.

Os Secretarios:

(a) *Cesar Mármol Cuervo*.

(a) *R. David León*."

Pelo que, eu, Eleazar López Contreras, Presidente dos Estados Unidos da Venezuela, ratifico o Tratado acima e ordeno que se publique e seja devidamente cumprida no que diz respeito á Venezuela.

Por mim firmado, sellado com o Grande Sello Nacional e referendado pelo Ministro das Relações Exteriores, dado no Palacio Federal do Capitolio, em Caracas, aos trinta dias do mez de outubro de mil novecentos e trinta e seis, 127º anno da Independencia e 78º da Federação. (ass.) *E. López Contreras*.

(Sello)

Referendado.

O Ministro das Relações Exteriores. (ass.) *E. Gil-Borges.*

Certifico que o documento acima é copia fiel do original do decreto do Presidente dos Estados Unidos da Venezuela, depositado na União Panamericana, ratificando o Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas e Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington a 15 de abril de 1933. (a) *Pedro de Alba*, Director Geral Interino da União Panamericana.

---

DECRETO N. 1.318 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publica a adhesão, por parte do Governo da Gran-Bretanha, para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru, á Convenção Internacional relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, firmada em Paris a 4 de maio de 1910.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão, por parte do Governo da Gran-Bretanha, para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru, á Convenção Internacional relativa ao trafico de mulheres brancas, firmada em Paris a 4 de maio de 1910, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada de França nesta capital, por nota de 2 do corrente, acompanhada da nota da Embaixada britannica em Paris ao Governo francez, documentos esses cujas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

N. 15 — 2 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro.

Por ordem de meu Governo e de conformidade com as disposições do artigo 11 da Convenção Internacional, de 4 de maio de 1910, relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, tenho a honra de remetter a Vossa Excellencia, annexa, copia authentica da nota pela qual o Senhor Embai-

## DECRETO N. 1.312 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio Modelo, com séde em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, nos termos do art. 55, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Collegio Modelo, com séde em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 1.313 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 21.000:000\$000 supplementar á verba 3ª — Estrada de Ferro Central do Brasil — consignação Pessoal — Sub-consignação n. 3 — Pessoal jornalceiro — lettra "a", art. 3º — annexo n. 7 — da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 2º da lei n. 298, de 11 de novembro ultimo, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórmula do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica,

Resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 21.000:000\$000 (vinte e um mil contos de réis) supplementar á verba 3ª — Estrada de Ferro Central do Brasil — consignação Pessoal — sub-consignação n. 3 — Pessoal jornaleiro — lettra a, art. 3º — annexo n. 7, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.314 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre o credito supplementar de 549:850\$000, para reforço de diversas verbas do orçamento do Ministerio da Agricultura*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lei n. 350, de 23 de dezembro de 1936, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, ao Ministerio da Agricultura, o credito supplementar de 549:850\$000, para reforço de diversas verbas do orçamento vigente daquelle ministerio, conforme discriminação abaixo:

*Verba 1ª — Secretaria de Estado*

## Material

## Sub-consignação:

N. 11 — Luz e energia electrica, etc .....	9:800\$000	
N. 14 — Despesas de illumina- ção, etc .....	8:800\$000	18:600\$000

*Verba 3ª — Departamento Nacional da Produção Vegetal*

## Material

## Sub-consignação:

N. 28 — Sobresalentes, combus- tiveis, etc.....	65:000\$000	
N. 30 — Material de conserva- ção, etc.....	40:000\$000	
N. 37 — Artigos de illuminação, etc .....	20:500\$000	
N. 41 — Luz, gaz, etc.....	100:000\$000	
N. 45 — Armazenagens, capata- zias, etc .....	8:100\$000	
N. 46 — Alugueis de casa, etc..	150:000\$000	383:600\$000

*Verba 5ª — Directoria de Estatística da Produção*

## Material

N. 2 — Machinas, etc.....	7:000\$000
N. 5 — Apparelhos e utensilios, etc. ....	5:000\$000

N. 6 — Artigos de expediente, etc. ....	2:000\$000	
N. 8 — Material para trabalho, etc.....	20:000\$000	
N. 9 — Material para trabalho, etc. ....	1:000\$000	35:000\$000

*Verba 6ª — Directoria de Organização e Defesa da Produção*

**Material**

Sub-consignação:

N. 6 — Transporte, etc.....	2:650\$000	
N. 8 — Despesas miudas, etc..	2:000\$000	4:650\$000

*Verba 12ª. — Eventuaes*

Sub-consignação:

N. 1 — Para pagamento, etc.....	108:000\$000	
Total .....	549:850\$000	

Art. 2.º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta dos recursos orçamentarios, inclusive os do art. 27, alinea b, da lei n. 183, de 13 de janeiro de 1936.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1936, 115 da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

*Arthur de Souza Costa.*

**DECRETO N. 1.315 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936**

*Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936, a varias instituições nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade do disposto no art. 24, do decreto n. 20.351, de 21 de agosto de 1931, conceder auxilios, no corrente exercicio, ás instituições nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, abaixo indicadas, devendo o pagamento do auxilio, no segundo semestre, ser

feito nos termos do decreto n. 23.074, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação 1 — da verba 21\* — Subvenções, art. 3º — anexo 5, da lei 115, de 13 de novembro de 1935, suplementada pelo decreto numero 1.277, de 22 de novembro de 1936.

Academia de Commercio "Horacio Berlinck"	
— Jahú — São Paulo.....	5:000\$000
Academia de Ciências e Letras — São Paulo	5:000\$000
Asylo de Orphãs "Coração de Maria" — Piracicaba — São Paulo.....	8:000\$000
Asylo de Orphãs — Campinas — São Paulo	10:000\$000
Asylo "Padre Euclides" — Ribeirão Preto São Paulo .....	4:000\$000
Asylo de Mendicidade D. Maria Jacyntha — São Carlos — S. Paulo.....	12:000\$000
Asylo de Orphãs da Immaculada Conceição — Descalvado — São Paulo.....	5:000\$000
Asylo de Mendigos — Amparo — São Paulo..	2:000\$000
Asylo de São Vicente de Paulo — Rio Claro — São Paulo .....	3:000\$000
Asylo S. José — Xiririca — São Paulo.....	5:000\$000
Associação de Senhoras Christãs — Araçatuba — São Paulo — (2º semestre).....	3:000\$000
Associação Instructiva José Bonifacio — Santos — São Paulo .....	5:000\$000
Associação de Ensino — Ribeirão Preto — São Paulo .....	20:000\$000
Associação de Assistência e Protecção aos Menores — Campinas — São Paulo.....	5:000\$000
Associação Escolas Populares 15 de Novembro — São Paulo .....	30:000\$000
Casa Pia de São Vicente de Paulo — Botucatu São Paulo .....	2:000\$000
Centro Espirita São Vicente de Paula — São Paulo .....	2:000\$000
Centro Espirita Amor e Luz — Guaratinguetá — São Paulo .....	2:000\$000
Collegio de São Vicente de Paulo — Laranjal — São Paulo — (2º semestre) .....	10:000\$000
Collegio de São Benedicto — Campinas — São Paulo .....	5:000\$000
Collegio Jesus, Maria, José, de Santo Amaro — São Paulo — (2º semestre).....	10:000\$000
Conservatorio Dramatico e Musical — São Paulo (2º semestre) .....	10:000\$000
Crèche Baroneza de Limeira — São Paulo....	20:000\$000
Cruzada Pró Infancia — Bebedouro — São Paulo — (2º semestre) .....	5:000\$000
Cruz Vermelha — Santos — São Paulo.....	30:000\$000
Dispensario Medalha Milagrosa e Crèche Catharina Lalouré — São Paulo — (2º semestre) .....	12:000\$000
Escola de Commercio Antonio Rodrigues Alves — Guaratinguetá — São Paulo.....	10:000\$000
Escola Agricola Coronel José Vicente — Lorena — São Paulo .....	10:000\$000
Escola de Commercio — São Carlos — São Paulo .....	5:000\$000



Escola Profissional Patrocinio de São José — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Escola Profissional Feminina Patrocinio de São José — Lorena — São Paulo . . . . .	20:000\$000
Externato São José — São José dos Campos — São Paulo . . . . .	12:000\$000
Externato N. S. Auxiliadora — São Paulo..	10:000\$000
Gotta de Leite — Araraquara — São Paulo..	10:000\$000
Hospital "Feliz Lembrança" — Iguape — São Paulo . . . . .	6:000\$000
Instituto "Arnaldo Vieira de Carvalho" — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	10:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Ribeirão Preto — São Paulo . . . . .	12:000\$000
Instituição Christã Beneficente Verdade e Luz — São Paulo . . . . .	20:000\$000
Instrução Artistica do Brasil — São Paulo..	10:000\$000
Liga das Senhoras Catholicas — São Paulo..	30:000\$000
Orphanato Olavo Ferraz — Santos — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	3:000\$000
Orphanato Santa Veronica — Taubaté — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Patronato São Francisco — Campinas — São Paulo . . . . .	6:000\$000
Pensionato Divina Providencia — Campos do Jordão — São Paulo . . . . .	20:000\$000
Polyclinica de São Paulo — São Paulo . . . . .	2:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Assis — São Paulo . . . . .	2:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Bebedouro — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Descalvado — São Paulo . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Itatiba — São Paulo . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Piracicaba — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Pirassinunga — São Paulo . . . . .	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Pederneiras — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	1:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Queluz — São Paulo . . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — São Simão — São Paulo — (2º semestre) . . . . .	2:500\$000
Santa Casa de Misericordia — Silveiras — São Paulo . . . . .	3:000\$000
Sociedade Beneficente Amigos da Patria — São Paulo . . . . .	10:000\$000
Asylo São Vicente de Paulo — Ponta Grossa Paraná . . . . .	10:000\$000
Hospital de Caridade — Antonina — Paraná	10:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Ponta Grossa — Paraná . . . . .	20:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Paranaguá — Paraná . . . . .	10:000\$000
Associação Beneficente "Joaquim S. Thiago" — São Francisco — Santa Catharina....	1:000\$000

Collegio Sagrado Coração de Jesus — Rio do Sul — Santa Catharina.....	10:000\$000
Asylo de Orphãs Nossa Senhora da Conceição — Pelotas — Rio Grande do Sul.....	20:000\$000
Asylos Pella e Bethania — Taquary — Rio Grande do Sul . . . . .	6:000\$000
Associação Hospitalar — Santo Angelo — Rio Grande do Sul . . . . .	5:000\$000
Associação das Damas de Caridade — Pelotas — Rio Grande do Sul — (2° semestre)	3:000\$000
Bibliotheca Publica Pelotense — Pelotas — Rio Grande do Sul . . . . .	3:000\$000
Bibliotheca Riograndense — Rio Grande — Rio Grande do Sul . . . . .	10:000\$000
Collegio Sagrado Coração de Jesus (mantido pela Sociedade Riograndense de Litteratura e Beneficencia — (São Borja — Rio Grande do Sul . . . . .	10:000\$000
Hospital de Caridade — Passo Fundo — Rio Grande do Sul . . . . .	20:000\$000
Hospital de Montenegro — Rio Grande do Sul	6:000\$000
Santa Casa de Caridade — Uruguayana — Rio Grande do Sul . . . . .	50:000\$000
Santa Casa de Caridade — Bagé — Rio Grande do Sul — (2° semestre) . . . . .	50:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Pelotas — Rio Grande do Sul . . . . .	40:000\$000
Sociedade Porto Alegrense de Auxilios aos Necessitados Spaan — Porto Alegre — Rio Grande do Sul — (2° semestre).....	5:000\$000
Sociedade Caritativa "Irmãs de São José (mantenedora do Collegio São José — Vaccaria — Rio Grande do Sul — (2° semestre) . . . . .	5:000\$000
Sociedade Beneficente São Pedro Canisio — Bom Principio — Rio Grande do Sul	12:000\$000
Sociedade Hospital de Caridade de Santa Rosa — Santa Rosa — Rio Grande do Sul—(2° semestre) . . . . .	12:000\$000
Sociedade Pedagogica Pestalozzi — Canoas — Rio Grande do Sul . . . . .	20:000\$000
Sociedade União Popular do Rio Grande do Sul — Porto Alegre — R. Grande do Sul	6:000\$000
Total . . . . .	842:500\$000

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.  
Gustavo Capanema.

## DECRETO N. 1.316 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de 56:536\$700 para pagamento de substitutos do professor Alvaro Osorio de Almeida.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere a lei n. 331, de 30 de novembro de 1936, e tendo ouvido o Ministerio da Fazenda e o Tribunal de Contas a respeito, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de cincoenta e seis contos quinhentos e trinta e seis mil e setecentos réis (56:536\$700), para occorrer ao pagamento devido aos substitutos do professor Alvaro Osorio de Almeida, durante o respectivo exercicio nas funcções que lhe competiam nos cathedras de physiologia das Faculdades de Medicina e de Odontologia da Universidade do Rio de Janeiro, desde 8 de novembro de 1934 até 31 de dezembro de 1936, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.317 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Venezuela, do Tratado sobre a protecção das instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington a 15 de abril de 1935.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Venezuela, do Tratado sobre a protecção das instituições artisticas e scientificas e monumentos historicos (Pacto Roerich), firmado em Washington, a 15 de abril de 1935 — conforme communicação feita pela União Panamericana á Embaixada do Brasil em Washington, por nota de 16 de novembro ultimo, remetida com a Carta de

ratificação e a acta do referido deposito, documentos esses cujas copia e traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

Copia:

16 de novembro de 1936

Exmo. Sr. Encarregado de Negocios:

Tenho a honra de transmittir a V. Ex. copias authenticadas da acta do deposito e do instrumento de ratificação pela Venezuela do Tratado sobre a Protecção de Instituições Artisticas e Monumentos Historicos, assignado em Washington a 15 de abril de 1935.

Rogo a V. Ex. a gentileza de informar o seu Governo sobre o deposito na União Panamericana do instrumento de ratificação acima referido.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos da minha alta estima e distincta consideração. — *Pedro de Alba*, director geral, interino.

Exmo. Sr. A. B. Bueno do Prado, encarregado de Negocios do Brasil — Embaixada do Brasil, Washington, D. C.

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

União Panamericana — Washington D. C., E. U. A.

ACTA DO DEPOSITO DO INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO, PELO GOVERNO DA VENEZUELA, DO TRATADO SOBRE A PROTECÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ARTISTICAS E SCIENTIFICAS E MONUMENTOS HISTORICOS.

Os abaixo assignados, Senhor Doutor Don Jacinto Fombona Pachano, Encarregado de Negocios ad interim da Venezuela junto ao Governo dos Estados Unidos da America e Representante da Venezuela no Conselho Directivo da União Panamericana e o Director Geral interino da União Panamericana, reuniram-se, nesta data, afim de proceder ao deposito, na União Panamericana, do instrumento de ratificação, pelo Governo da Venezuela, do Tratado sobre Protecção das Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington a 15 de abril de 1935.

O instrumento de ratificação foi entregue pelo Senhor Encarregado de Negocios da Venezuela ao director Geral, interino, da União Panamericana, de conformidade com o disposto no art. VII do Tratado acima mencionado.

Em firmeza do que, os abaixo assignados, firmam a presente acta, em Washington a 11 de novembro de 1936. (Ass.) *Jacinto Fambona-Pachano*, Encarregado de Negocios *ad interim* da Venezuela. (Sello): (ass.) *Pedro de Alba*, Director Geral, interino, da União Panamericana.

Certifico que o documento acima é copia fiel do original da acta do deposito do instrumento de ratificação, pelo Governo da Venezuela, do Tratado sobre a Protecção das Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington a 15 de abril de 1935. (ass.) *Pedro de Alba*, Director Geral Interino da União Panamericana.

### UNIÃO PANAMERICANA

(Washington, D. C., E. U. A.)

Eleazar López Contreras, Presidente dos Estados Unidos da Venezuela.

Havendo o Congresso Nacional decretado a seguinte lei:

"O Congresso dos Estados Unidos da Venezuela decreta:

Unico. De conformidade com a attribuição 5ª do art. 78 da Constituição Nacional, fica approved, em todas as suas partes o Tratado sobre a Protecção das Instituições Artisticas e Scientificas e Monumentos Historicos (Pacto Roerich), firmado pela Venezuela a 15 de abril do anno corrente, e cujo teor é o seguinte:

.....

Dado no Palacio Federal Legislativo, em Caracas, aos doze dias do mez de junho de mil novecentos e trinta e cinco, anno 126º da Independencia e 77º da Federação.

O Presidente (L. S. (a) *Antonio R. Costa*.

O Vice-Presidente (a) *Pedro N. Pereira*.

Os Secretarios:

(a) *Cesar Mármol Cuervo*.

(a) *R. David León*."

Pelo que, eu, Eleazar López Contreras, Presidente dos Estados Unidos da Venezuela, ratifico o Tratado acima e ordeno que se publique e seja devidamente cumprida no que diz respeito á Venezuela.

Por mim firmado, sellado com o Grande Sello Nacional e referendado pelo Ministro das Relações Exteriores, dado no Palacio Federal do Capitolio, em Caracas, aos trinta dias do mez de outubro de mil novecentos e trinta e seis, 127º anno da Independencia e 78º da Federação. (ass.) *E. López Contreras*.

(Sello)

Referendado.

O Ministro das Relações Exteriores. (ass.) *E. Gil-Borges*.

Certifico que o documento acima é copia fiel do original do decreto do Presidente dos Estados Unidos da Venezuela, depositado na União Panamericana, ratificando o Tratado sobre a Protecção das Instituições Artísticas e Scientificas e Monumentos Historicos, firmado em Washington a 15 de abril de 1933. (a) *Pedro de Alba*, Director Geral Interino da União Panamericana.

---

DECRETO N. 1.318 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publica a adhesão, por parte do Governo da Gran-Bretanha, para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru, á Convenção Internacional relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, firmada em Paris a 4 de maio de 1910.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão, por parte do Governo da Gran-Bretanha, para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru, á Convenção Internacional relativa ao trafico de mulheres brancas, firmada em Paris a 4 de maio de 1910, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada de França nesta capital, por nota de 2 do corrente, acompanhada da nota da Embaixada britannica em Paris ao Governo francez, documentos esses cujas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

#### TRADUÇÃO OFFICIAL

N. 15 — 2 de dezembro de 1936.

Senhor Ministro.

Por ordem de meu Governo e de conformidade com as disposições do artigo 11 da Convenção Internacional, de 4 de maio de 1910, relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, tenho a honra de remetter a Vossa Excellencia, annexa, copia authentica da nota pela qual o Senhor Embai-

xador da Gran-Bretanha, em Paris, informou ao Governo francez a adhesão, por parte do Governo britannico, ao Accordo Internacional de 1904 e á Convenção de 1910, relativamente aos territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru.

A data do deposito, nos Archivos do Ministerio francez dos Negocios Estrangeiros, foi a de 7 de setembro de 1936.

Queira acceitar, Senhor Ministro, os protestos de minha muito alta consideração. — *Ormesson*.

Sua Excellencia o Senhor Doutor J. C. de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

### TRADUÇÃO OFFICIAL

Embaixada da Gran-Bretanha — 1 de setembro de 1936

Senhor Ministro.

A pedido do Governo de Sua Majestade na Republica da Australia, tenho a honra de communicar a Vossa Excellencia a intenção do Governo de Sua Majestade, na Republica da Australia, de applicar, aos territorios sob mandato da Nova Guiné e de Nauru, o Accordo Internacional de 1904 e a Convenção Internacional de 1910 relativos ao trafego de mulheres brancas, de conformidade com as disposições do artigo 11 da Convenção de 1910.

Tenho, igualmente, a honra de remetter, em annexo, o decreto n. 21 de 1936 da Nova Guiné e o decreto de 1935 de Nauru e de informar que as Autoridades designadas, de conformidade com o artigo 1.º do Accordo de 1904, são o Administrador da Nova Guiné em Rabaul e o Administrador de Nauru.

Emfim, em applicação do paragrapho 4 do artigo 11 dessa Convenção, tenho a honra de informar a Vossa Excellencia que o processo que se deseja empregar na transmissão das Commissões Rogatorias é o de comunicação directa entre as Autoridades judicarias que, nesses territorios, são as seguintes:

Nova Guiné, o Escrivão da Côrte Central em Rabaul;

Nauru, o Administrador de Nauru.

Tenho a honra de ser, com a mais alta consideração, Senhor Ministro, de Vossa Excellencia, o muito humilde e obediente Servo. — *George Clerk*.

A Sua Excellencia o Senhor Yvon Delbos, Ministro dos Negocios Estrangeiros, Quai d'Orsay, Paris.

Pela copia authentica. O Ministro Plenipotenciario. — Sub-director, *De Reffye*.

---

(Traducção)

## TERRITORIO DE NOVA GUINÉ — N. 21 DE 1936

## DECRETO

*Para emendar o Decreto de Emenda do Codigo Criminal  
1923-1934*

O Conselho Legislativo do Territorio da Nova, Guiné usando dos poderes conferidos pelo "New Guinea Act" 1920-1935, ordena o seguinte:

1º — Este Decreto deve ser citado como Decreto de Emenda ao Codigo Criminal 1936.

O Decreto de Emenda ao Codigo Criminal, 1923-1934 é referido, neste, como o Decreto Principal.

O Decreto Principal, emendado por este, deve ser citado como Decreto de Emenda do Codigo Criminal 1923-1934.

2º — O texto do Decreto Principal fica emendado.

a) inserindo depois dos algarismos e palavras "211 No fim da secção inserir as palavras "com ou sem acoite" os seguintes algarismos e palavras:

"217. Omittir a secção e inserir o seguinte em seu lugar:

"Seduzir moça ou mulher.

217. (1) Quem perseguir, seduzir ou desencaminhar qualquer moça ou mulher, com ou sem seu consentimento, com o fim de outra pessoa ter com ella relações illicitas, dentro ou fóra do Territorio, será culpado, mesmo que um ou alguns dos actos que constituem o crime tenha sido praticado fóra do territorio.

Penalidade: Sete annos de prisão.

(2) Ninguem será condemnado por crime mencionado nesta secção com o depoimento não confirmado de uma testemunha.

"218. Omittir a secção e inserir em seu lugar o seguinte:

"Seduzir moça ou mulher por meio de drogas, etc.

218. (1) Quem, por meio de fraude, violencia, ameaça ou abuso de autoridade, ou por meio de qualquer droga ou inebriante, perseguir, seduzir ou desencaminhar uma moça ou mulher, com o fim de outra pessoa ter com ella relações illicitas, dentro ou fóra do Territorio, será culpado, mesmo que um ou alguns dos actos que constituem o crime tenha sido praticado fóra do territorio.

Penalidade: Dez annos de prisão.

(2) Ninguem será condemnado por crime mencionado nesta secção com o depoimento não confirmado de uma testemunha"; e



b) inserir depois dos alagrismos a palavra "350 no fim da secção accrescentar as palavras "com ou sem acoite". os seguintes alagrismos e palavras:

"361 Omittir a secção".

"362 Omittir a secção".

---

(Traducção)

A ILHA DE NAURU — N. 4 DE 1935

DECRETO

*Para emendar o Codigo Criminal de Quesland, em sua applicação no Territorio, e para outros fins*

Eu, Administrador da Ilha de Nauru, pelo presente decreto, ordeno e proclamo o seguinte:

Titulo:

(1) Este Decreto deve ser citado como o "Decreto de Emenda ao Codigo Criminal 1935".

Definição:

(2) Neste Decreto, a menos que appareça intenção contraria.

"O Codigo Criminal" significa o Primeiro Texto do Codigo Criminal de 1899, do Estado de Queensland, vigente no Territorio.

(3) São revogados os artigos duzentos e dezeseite e dezoito, inclusive, do Codigo Criminal e substituidos pelo seguinte:

Seduzir moça ou mulher:

217. Quem perseguir, seduzir ou desencaminhar qualquer moça ou mulher, com ou sem seu consentimento, com o fim de outra pessoa ter com ella relações illicitas, dentro ou fóra do Territorio, será culpado, mesmo que um ou alguns dos actos que constituem o crime tenha sido praticado fóra do territorio.

Penalidade: Sete annos de prisão.

Seduzir moça ou mulher por meio de drogas:

218. Quem, por meio de fraude, violencia, ameaça ou abuso de autoridade, ou por meio de qualquer droga ou inebriante, perseguir, seduzir ou desencaminhar uma moça ou mulher, dentro ou fóra do Territorio, será culpado, mesmo que um ou alguns dos actos que constituem o crime tenha sido praticado fóra do territorio.

Penalidade: Dez annos de prisão.

Por mim dado no Quartel-General da Administração, Nauru, Pacifico Central, aos dezeséis dias do mez de novembro do anno de mil novecentos e trinta e cinco. — *Rupert C. Garsia*, Administrador da Ilha de Nauru.

---

DECRETO N. 1.319 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publica a adhesão, por parte do Governo da Gran-Bretanha para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru, ao Accordo para a repressão do trafico de mulheres brancas, firmado em Paris, a 18 de maio de 1904.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão, por parte do Governo da Gran-Bretanha para os territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru, ao Accordo para a repressão do trafico de mulheres brancas, firmado em Paris, a 18 de maio de 1904, conforme comunicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada da França nesta Capital, por nota de 2 do corrente, acompanhada da nota da Embaixada britannica, em Paris, ao Governo francez, documentos esses, cujas traducções officiaes acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

TRADUCÇÃO OFFICIAL

Em 2 de dezembro de 1936.

N. 15.

Senhor Ministro:

Por ordem do meu Governo e de conformidade com as disposições do artigo 11 da Convenção Internacional, de 4 de maio de 1910, relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, tenho a honra de remetter a vossa excellencia, annexa, copia authentica da nota, pela qual o senhor Embaixador da Gran-Bretanha, em Paris, informou ao Governo francez a adhesão, por parte do Governo Britannico, ao Accordo Internacional de 1904 e á Convenção de 1910, relativamente aos territorios sob mandato da Nova Guiné e Nauru.

A data do deposito, nos Archivos do Ministerio francez dos Negocios Estrangeiros, foi a de 7 de setembro de 1936. Queira acceitar, senhor Ministro, os protestos de minha muito alta consideração. — *Ormesson*.

A sua excellencia o senhor doutor J. C. de Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

---

Embaixada da Gran-Bretanha.

N. 589 (845/3/36.)

Em 1 de setembro de 1936.

#### TRADUÇÃO

Senhor Ministro:

A pedido do Governo de Sua Magestade, na Republica da Australia, tenho a honra de communicar a vossa excellencia a intenção do Governo de Sua Magestade, na Republica da Australia, de applicar, aos territorios sob mandato da Nova Guiné e de Nauru, o Accordo Internacional de 1904 e a Convenção Internacional de 1910, relativa á repressão do trafico de mulheres brancas, de conformidade com as disposições do artigo 11 da Convenção de 1910.

2. Tenho, igualmente, a honra de remetter, em annexo, o decreto n. 24, de 1936, da Nova Guiné, e o decreto de 1935, de Nauru, e de informar que as Autoridades designadas, de conformidade com o artigo 1º do Accordo de 1904, são o Administrador da Nova Guiné, em Rabaul, e o Administrador de Nauru.

3. Emfim, em applicação do paragrapho 4º do artigo 11 dessa Convenção, tenho a honra de informar a vossa excellencia que o processo que se deseja empregar na transmissão das Comissões Rogatorias é o de communicação directa entre as Autoridades judiciais que, nesses territorios, são as seguintes:

Nova Guiné, o escrivão da Côte Central em Rabaul;

Nauru, o Administrador de Nauru.

Tenho a honra de ser, com a mais alta consideração, senhor Ministro, de vossa excellencia, o muito humilde obediante servo. — *George Clerk*.

A sua excellencia o senhor Yvon Delbos, Ministro dos Negocios Estrangeiros.

Quai d'Orsay, Paris.

Pela copia authentica.

O Ministro Plenipotenciario, sub-director. — *De Reffye*.

---

## DECRETO N. 1.320 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1936

*Faz publica a adesão, por parte de Marrocos, á Convenção relativa á protecção dos cabos submarinos, firmada em Paris, a 14 de março de 1884, ao artigo adicional mesma Convenção, e ainda a Declaração firmada a 1º de dezembro de 1886*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adesão, por parte de Marrocos, á Convenção Internacional para a protecção dos cabos submarinos e ao Artigo Adicional á mesma firmados em Paris, a 14 de março de 1884, bem como á Declaração firmada a 1º de dezembro de 1886 e 25 de março de 1887, conforme communicação feita pelo Ministerio dos Negocios Estrangeiros de França á Embaixada do Brasil em Paris, por nota de 3 de novembro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

Traducção official — Ministerio dos Negocios Estrangeiros.

Sub-Directoria dos Negocios Administrativos e das Uniãoes Internacionaes.

O Ministerio dos Negocios Estrangeiros tem a honra de communicar que, por nota de 15 de outubro de 1936, o Senhor Residente Geral da Republica Franceza em Rabat notificou a adesão, por parte de Marrocos, á Convenção Internacional para a protecção dos cabos submarinos e ao Artigo Adicional, firmados em Paris, a 14 de março de 1884, bem como á Declaração firmada em Paris, a 1º de dezembro de 1886 e 25 de março de 1887 e ao Protocollo de Encerramento firmado em Paris a 7 de julho de 1887.

Essa adesão foi objecto de um "Dahir" sellado a 16 de junho de 1936 e publicado no Boletim Official do Protectorado n. 1.241, de 7 de agosto de 1936, ao mesmo tempo que outro, visando a repressão das infracções á referida Convenção.

Nos termos da alinea III do Protocollo de Encerramento, de 7 de julho de 1887, o Governo francez á encarregado de garantir as disposições legislativas ou regulamentares que devem adoptar em seus respectivos países, de conformidade

com o artigo 12, os Estados que não tendo tomado parte na Convenção a ella desejam adherir. O Governo francez procedeu a esse exame e não tem observação alguma a fazer a respeito.

Paris, 3 de novembro de 1936. — Confere: *Ed. Machado*, 2º secretario. — Conforme: *C. de Oliveira*.

---

DECRETO N. 1.321 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, á Convenção internacional para a unificação de certas regras concernentes ás imunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926 e do Protocollo Addicional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas, a 24 de maio de 1934*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo de Sua Majestade a Rainha dos Paizes Baixos, á Convenção internacional para a unificação de certas regras concernentes ás imunidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926 e do Protocollo Addicional á mesma Convenção, firmado em Bruxellas, a 24 de maio de 1934, ratificação essa extensiva ás Indias Neerlandezas, Surinam e Curaçao, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada da Belgica nesta capital, por nota de 12 de novembro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

Traducção official — Embaixada da Belgica.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1936 — N. 1.817 — 1 annexo.

Senhor Ministro.

Em additamento á minha nota n. 1.824, de 31 de outubro ultimo, lenho a honra de communicar a Vossa Excellencia que o Encarregado de Negocios dos Paizes Baixos em Bru-

xellas transmittiu, ao Senhor Ministro dos Negocios Estrangeiros da Belgica, os instrumentos de ratificação, por parte de Sua Majestade a Rainha, da Convenção Internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immuniidades dos navios de Estado, firmada em Bruxellas, a 10 de abril de 1926 e do Protocollo Adicional a esta Convenção, firmado em Bruxellas, a 24 de maio de 1934.

Essas ratificações são validas para os Paizes Baixos e Curaçao, Indias Neerlandezas e Surinam.

Esses instrumentos havendo sido recebidos, pelo Governo belga, a 8 de julho de 1936, os referidos Actos internacionais deverão entrar em vigor, para os Paizes Baixos e para as mencionadas colonias, a 8 de janeiro de 1937, de conformidade com o disposto no artigo 12 da Convenção.

Ao levar ao conhecimento de Vossa Excellencia as informações precedentes, tenho a honra de remetter-lhe, em annexo, a copia authenticada das ratificações neerlandezas.

Aproveito a oportunidade, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excellencia os protestos de minha mais alta consideração.

*Villenfagne de Sorinnes.*

Sua Excellencia o Senhor Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

Nós Guillermina, pela graça de Deus, Rainha dos Paizes Baixos, Princeza de Orange-Nassau, etc., etc., etc.

A todos os que virem os presentes instrumentos, Salve!

Havendo visto e examinado a Convenção internacional para a unificação de certas regras concernentes ás immuniidades dos navios de Estado, concluida em Bruxellas, a 10 de abril de 1926, bem como o Protocollo Adicional, firmado em Bruxellas, a 24 de maio de 1934, actos cujo teor é o seguinte:

.....

Approvamos, pelos presentes, para os Paizes Baixos, comprehendidas as Indias neerlandezas, Surinam e Curaçao, os Actos supra mencionados. Declaramos serem os mesmos aceites, ratificados e confirmados, e Promettemos que serão inviolavelmente cumpridos.

Em firmeza do que, mandamos passar os presentes instrumentos, por Nós assignados, e ordenamos que fossem revistidos de Nosso sello real.

Dado no Castello de Loo, ao terceiro dia do mez de junho do anno da graça de mil novecentos e trinta e seis.

*Guillermina.*

*De Graeff.*

(Sello).

Copia autentica:

O Secretario Geral do Ministerio dos Negocios Estrangeiros e do Commercio Exterior da Belgica. — *F. van Langhove.*

---

DECRETO N. 1.322 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Suspende os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente, no Estado de São Paulo, durante o dia 31 deste mez, para o fim de ser eleito o Governador do Estado*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve suspender os effeitos do decreto n. 1.259, de 16 do corrente, no Estado de São Paulo, durante o dia 31 deste mez, para o fim de ser eleito o Governador do Estado; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Vicente Rdo.*

---

DECRETO N. 1.323 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei dos Belgas, da Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional, firmada em Varsovia, a 12 de outubro de 1926*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publico o deposito do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei dos Belgas, da Convenção para unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional, firmada em Varsovia, a 12 de outubro de 1926, conforme communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação da Polonia nesta capital, por nota de 5 de dezembro, acompanhada da Acta do referido deposito, documentos esses cujas copia e traducção official acompanham o presente decreto.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Mario de Pimentel Brandão.*

---

Copia — Prez 97|Br. 54.

A Legação da Polonia cumprimenta attentosamente o Ministerio das Relações Exteriores e tem a honra de communicar que, conforme as disposições do artigo 37 da Convenção para unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional — assignada em Varsovia, em 12 de outubro de 1926, — o Representante Diplomatico da Belgica em Varsovia, em 13 de julho a. c., procedeu ao deposito do instrumento de ratificação de Sua Majestade o Rei dos Belgas, concernente á dita Convenção e ao Protocollo Afficional, anexo.

Segundo os termos da al. 2 do artigo 37 da citada Convenção, a mesma deve entrar em vigor no dia 90° depois do deposito do respectivo instrumento de ratificação.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1936.

Traducção official—Acta do deposito do instrumento de ratificação da Convenção para unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional e do protocollo additional, assignados em Varsovia, em 12 de outubro de 1929.

Conforme as disposições do artigo 37 da Convenção para unificação de certas regras relativas ao transporte aereo internacional, assignada em Varsovia, em 12 de outubro de 1929, apresentou-se, hoje, ao edificio do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, Sua Excellencia o Senhor Alexandre Paternotte de la Vaillé, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Belgica, em Varsovia, para proceder ao deposito do instrumento de ratificação por parte de Sua Majestade o Rei dos Belgas concernente á dita Convenção e ao Protocollo Additional anexo.

Este instrumento, depois de examinado e considerado exacto e conforme ao original da dita Convenção, foi confiado ao Governo da Republica da Polonia para ficar depositado no Archivo com a presente acta.

A mencionada Convenção, nos termos da alinea 2, do artigo 37, entrará em vigor, para a Belgica, com o protocollo additional anexo, 90 dias depois do deposito do dito instrumento de ratificação.

Em fé do que, os abaixo assignados lavraram a presente Acta, em um só exemplar, da qual foi enviada uma copia authentica ao Governo de cada uma das Altas Partes Contractantes.

Feito em Varsovia, em 13 de julho de 1936. — *Szembek.*  
— *A. Paternotte de la Vaillé.*

Copia certificada.

Varsovia, 20 de agosto de 1936. — Doutor *Michal Potulickt*, chefe da Divisão Juridica.

---



## DECRETO N. 1.324 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada — Banco dos Proprietários da Parahyba*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, de accordo com a alinea c, art. 17 do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder á Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada — Banco dos Proprietários da Parahyba, autorização para se constituir, na fórmula da mesma lei, e, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura, para funcionar na cidade de João Pessoa, Estado da Parahyba do Norte.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 1.325 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcionar, a Sociedade de Cooperativa de Responsabilidade Limitada, Banco de Credito Popular e Agricola de Santa Catharina.*

O Presidente da Republica resolve, de accordo com as alincas a e c do art. 17 do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder á Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, Banco de Credito Popular e Agricola, de Santa Catharina, autorização para se constituir, na fórmula da mesma lei, e funcionar, com séde em Florianopolis, Estado de Santa Catharina, após registro na Directoria de Organização e Defesa da Produção, do Ministerio da Agricultura.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 1.326 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede autorização para se constituir e funcconar a Coopera-  
tiva Agricola de Colonização*

O Presidente da Republica:

Resolve, de accordo com a letra c, do artigo 17 do decreto n. 24.647, de 10 de julho de 1934, conceder autorização para se constituir na fórmula da lei, á Cooperativa Agricola de Colonização e, após registro na Directoria da Organização e Defesa da Produccão, do Ministerio da Agricultura, funcconar.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

## DECRETO N. 1.327 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 2.000:000\$000 destinado á aquisição de trilhos e accessorios para a Estrada de Ferro Central do Brasil.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1° da lei n. 278, de 20 de outubro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na fórmula do art. 93 do Regimento Geral de Contabilidade Publica,

Resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 2.000:000\$000 (dois mil coatos de réis), destinado á aquisição de trilhos e accessorios para a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.328 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede permissão á Radio Sociedade Triangulo Mineiro para estabelecer uma estação radiodifusora*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Radio Sociedade Triangulo Mineiro, com séde na cidade de Uberaba (Estado de Minas Geraes), e, de accordo com o estabelecido no decreto n. 20.047, de 27 de maio de 1931, no regulamento approved pelo decreto n. 21.111, de 1 de março de 1932, e no decreto n. 24.655, de 11 de julho de 1934, decreta:

Artigo unico. Fica concedida á Radio Sociedade Triangulo Mineiro, com séde na cidade de Uberaba (Estado de Minas Geraes), permissão para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação destinada a executar o serviço de radiodifusão, nos termos das clausulas que com este baixam, assignadas pelo ministro da Viação e Obras Publicas.

Paragrapho unico. O contracto decorrente desta concessão deverá ser assignado, dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste decreto no *Diario Official*, sob pena de ser, desde logo, considerada nulla a concessão.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

---

Clausulas a que se refere o decreto n. 1.328, desta data

## I

Fica assegurado á Radio Sociedade Triangulo Mineiro o direito de estabelecer, na cidade de Uberaba (Estado de Minas Geraes), uma estação de ondas medias, destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidade e orientação intellectual e instructiva, e com subordinação a todas as obrigações e exigencias instituidas neste acto de concessão.

## II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de dez (10) annos, a contar da data do registro do respectivo contracto pelo Tribunal de Contas, e renovavel, por igual periodo, a juizo do Governo, sem prejuizo da faculdade que lhe assegura a legislação vigente de, em qualquer tempo, desapropriar, no interesse geral, o serviço outorgado.

Paragrapho unico. O Governo não se responsabiliza por indemnização alguma, si o Tribunal de Contas denegar o registro do contracto de que trata esta clausula.

## III

A concessionaria é obrigada a:

a) constituir sua directoria com dous terços (2/3), no minimo, de brasileiros natos, attribuindo a estes funcções effectivas de administração;

b) admittir, exclusivamente, operadores e *speakers* brasileiros natos, e bem assim a empregar, effectivamente, nos outros serviços technicos e administrativos, dous terços (2/3), no minimo, de pessoal brasileiro;

c) não transferir, directa ou indirectamente, a concessão, sem previa audiencia do Governo;

d) suspender, por tempo que for determinado, o serviço, todo ou em parte, nos casos previstos no Regulamento dos Serviços de Radiocomunicação (decreto n. 21.111), ou no que vier a reger a materia e obedecer á primeira requisição da autoridade competente, e, havendo urgencia, fazer cessar o serviço em acto successivo á intimação, sem que, por isso, assista á sociedade direito a qualquer indemnização;

e) submeter-se ao regimen da fiscalização que for instituido pelo Governo, bem como ao pagamento, adiantadamente, da quota mensal para as despesas de fiscalização e de quaesquer contribuições que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento sobre a materia;

f) fornecer ao Departamento dos Correios e Telegraphos todos os elementos que este venha a exigir para os effectos da fiscalização, e, bem assim, prestar-lhe, em qualquer tempo, todas as informações que permittam ao Governo apreciar o modo como está sendo executada a concessão;

g) manter sempre em ordem e em dia o registro de todos os programmas e irradiações lidas ao microphone, devidamente authenticadas e com o visto do órgão fiscalizador;

h) obedecer ás posturas municipaes applicaveis ao serviço da concessão;

i) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos de serviço meteorologico, bem como transmittir e receber, nos dias e horas determinados, o programma nacional e o pan-americano;

j) submeter, no prazo de tres (3) mezes, a contar da data do registro do contracto pelo Tribunal de Contas, á aprovação do Governo, o local escolhido para a montagem da estação;

k) submeter, no prazo de seis (6) mezes, a contar da mesma data de que trata a alinea anterior, á aprovação do Governo, as plantas, orçamentos e todas as especificações technicas das installações, inclusive a relação minuciosa do material a empregar;

l) inaugurar, no prazo de dous (2) annos, a contar da data da aprovação de que trata a alinea anterior, o serviço definitivo, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado e reconhecido pelo Governo;

m) submeter-se á resalva de direito da União sobre toño o acervo da sociedade, para garantia de liquidiação de qualquer debito para com ella;

n) submeter-se á resalva de que a frequencia distribuida á sociedade não constitue direito de propriedade, e ficará sujeita ás regras estabelecidas no Regulamento dos Ser-

viços de Radiocomunicação (decreto n. 21.111), ou em outro que vier a ser baixado sobre o assumpto, incidindo sempre sobre essa frequencia o direito de posse da União;

o) submeter-se aos preceitos instituidos nas convenções e regulamentos internacionaes, bem como a todas as disposições contidas em leis, regulamentos e instrucções que existam ou venham a existir, referentes ou applicaveis ao serviço da concessão.

#### IV

A concessionaria não poderá alterar, em qualquer tempo, seus estatutos, sem previa autorização do Governo, assim como se obriga a manter sua estação em perfeito funcionamento, com a efficiencia necessaria e de accordo com as prescripções technicas que estiverem em vigor ou vierem a vigorar.

#### V

Fica estabelecido que a estação transmissora da concessionaria só poderá ser localizada a uma distancia minima de um (1) kilometro do centro da cidade.

#### VI

No regimen de fiscalização que for instituido, fica assegurado ao Governo, quando julgar conveniente, o direito de examinar, como melhor lhe aprouver, os livros, escripturação e tudo que se tornar necessario a essa fiscalização.

#### VII

Pela inobservancia de qualquer das presentes clausulas, em que não esteja prevista a immediata caducidade da concessão, o Governo poderá, pelo órgão fiscalizador, impor á concessionaria multas de cem mil réis (100\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000), conforme a gravidade da infracção.

Paragrapho unico. A importancia de qualquer multa será recolhida á Thesouraria do Departamento dos Correios e Telegraphos, dentro do prazo improrogavel de trinta (30) dias, a contar da data da notificação feita directamente á concessionaria ou da publicação do acto no *Diario Official*.

#### VIII

Em qualquer tempo, são applicaveis á concessionaria os preceitos da legislação sobre desapropriação, por necessidade ou utilidade publica, e requisições militares.

#### IX

A concessão será considerada caduca, para todos os effeitos, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, em todo tempo, fôr verificada a inobservancia das disposições contidas nas alineas a, b, c, d, i (*in-fine*), j, k e l, da clausula III;

b) si não forem pagas, dentro dos prazos estabelecidos, a quota e contribuições a que se refere a alínea e da clausula III, bem como a importancia de qualquer multa imposta, nos termos da clausula VII;

c) si, em qualquer tempo, se verificar o emprego da estação para outros fins que não os determinados na concessão e admittidos pela legislação que reger a materia.

§ 1.º Poderá a concessão ser declarada caduca, a juízo do Governo, sem direito a qualquer indemnização:

a) si, depois de estabelecido, for o serviço interrompido por mais de trinta (30) dias consecutivos, ou si se verificar a incapacidade da concessionaria para executar o serviço, salvo motivo de força maior, devidamente provado e reconhecido pelo Governo;

b) si a concessionaria incidir reiteradamente em infrações passíveis de multa.

§ 2.º A concessão será considerada perempta, si o Governo não julgar conveniente renovar-lhe o prazo.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936. — *Marques dos Reis.*

---

DECRETO N. 1.329 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 715:000\$000, suplementar á sub-consignação n. 4, lettra g, da verba 6ª do vigente orçamento*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 348, de 23 de dezembro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórmula do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica, resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito de 715:000\$000 (setecentos e quinze contos de réis) suplementar á sub-consignação n. 4, lettra g, da verba 6ª, art. 3º, annexo n. 7 — da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935, para distribuição á Estrada de Ferro Bahia e Minas.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

## DECRETO N. 1.330 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede auxílios relativos ao exercício de 1936, a varias instituições nos Estados do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.354, de 31 de agosto de 1931, conceder auxílios, no corrente exercício, ás instituições nos Estados do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, abaixo indicadas, devendo o pagamento do auxilio, no 2º semestre, ser feito nos termos do decreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação n. 1, da verba 21ª — Subvenções — art. 3º, anexo 5 da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935, supplementada pelo decreto n. 1.277, de 22 de dezembro de 1936.

Associação das Irmãs Clarissas — Santarém — Pará . . . . .	5:000\$000
Internato das Educandas Indigenas — Alto Ta- pajós — Pará . . . . .	10:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Belém — Pará. Asylo de Alienados "São Vicente de Paulo" — Porangaba — Ceará . . . . .	60:000\$000 30:000\$000
Associação das Irmãs Terceiras Capuchinhas — Fortaleza — Ceará . . . . .	10:000\$000
Associação Oswaldo Cruz — Fortaleza — Ceará. Associação das Senhoras de Caridade — Crato — Ceará . . . . .	10:000\$000 5:000\$000
Collegio N. S. Auxiliadora — Baturité — Ceará . . . . .	20:000\$000
Collegio Sant'Anna (Escola Normal) — Sobral — Ceará — (2º semestre) . . . . .	10:000\$000
Collegio Salesiano "Domingos Savio" — Batu- rité — Ceará . . . . .	20:000\$000
Dispensario dos Pobres — Sobral — Ceará . . . .	10:000\$000
Escola Apostolica — Baturité — Ceará . . . . .	20:000\$000
Escola Domestica Sagrado Coração de Jesus — Guaramiranga . . . . .	10:000\$000
Escola Normal Rural — Joazeiro — Ceará . . . .	30:000\$000
Faculdade de Pharmacia e Odontologia — For- taleza — Ceará . . . . .	10:000\$000
Patronato de N. S. Auxiliadora — Fortaleza — Ceará . . . . .	12:000\$000
Associação dos Escoteiros do Alecrim — Natal — Rio Grande do Norte . . . . .	8:000\$000
Instituto Commercial "João Pessoa" — João Pessoa — Parahyba — 2º semestre) . . . . .	10:000\$000
Conferencia Vicentina Nossa Senhora da Con- ceição — Campina Grande — Parahyba . . . .	5:000\$000
Abriço Thereza de Jesus — Recife — Pernam- buco . . . . .	10:000\$000

Asylo Bom Pastor — Recife — Pernambuco...	10:000\$000
Associação Mantenedora do Hospital do Centenario — Recife — Pernambuco.....	35:000\$000
Casa de Caridade Immaculada Conceição, da Companhia das Filhas de São Vicente de Paulo — Nazareth — Pernambuco.....	3:000\$000
Casa do Estudante de Pernambuco — Recife — Pernambuco . . . . .	50:000\$000
Collegio Orphanato Nossa Senhora das Dores — Bezerras — Pernambuco.....	6:000\$000
Cruzada de Educação — Recife — Pernambuco.	5:000\$000
Dispensario São José — Floresta dos Leões — Pernambuco . . . . .	3:000\$000
Escola Agricola São Sebastião — Jaboatão — Pernambuco . . . . .	12:000\$000
Escola de Engenharia de Pernambuco — Recife — Pernambuco . . . . .	50:000\$000
Escola Polytechnica de Pernambuco — Recife — Pernambuco . . . . .	30:000\$000
Asylo das Orphãs Desvalidas de N. S. do Bom Conselho — Maceió — Alagoas.....	5:000\$000
Escola Superior de Commercio de Alagoas — Maceió — Alagoas.....	8:000\$000
Federação Alagoana pelo Progresso Feminino — Maceió — Alagoas.....	3:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Penedo — Alagoas . . . . .	15:000\$000
Asylo de Mendicidade "Rio Branco" — Aracajú — Sergipe . . . . .	5:000\$000
Associação Beneficente de Riachuelo (Hospital de Caridade) — Riachuelo — Sergipe....	2:000\$000
Hospital São Vicente de Paulo — Propriá — Sergipe . . . . .	5:000\$000
Orphanato São Christovão — São Christovão — Sergipe . . . . .	6:000\$000
Asylo N. S. de Lourdes — Feira de Sant'Anna — Bahia . . . . .	12:000\$000
Collegio da Immaculada Conceição — Salvador — Bahia . . . . .	8:000\$000
Collegio S. S. Sacramento — Salvador — Bahia	2:000\$000
Escola de Bellas Artes — Salvador — Bahia..	5:000\$000
Faculdade de Sciencias Economicas — Salvador — Bahia . . . . .	10:000\$000
Hospital "Antonio Teixeira Sobrinho" — Jacobina — Bahia . . . . .	3:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Salvador — Bahia.....	12:000\$000
Instituto Historico e Geographico — Salvador — Bahia . . . . .	5:000\$000
Lyceu Salesiano — Salvador — Bahia.....	20:000\$000
Recolhimento de Nossa Senhora dos Invalidos — Santa Amaro — Bahia.....	6:000\$000
Santa Casa de Misericórdia — Esplanada — Bahia . . . . .	12:000\$000



Santa Casa de Misericordia — Oliveira dos Campinhos — Bahia .....	6:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Conquista — Bahia .....	6:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Salvador — Bahia .....	30:000\$000
Santa Casa de Misericordia — São Felix — Bahia .....	12:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Cachoeira — Bahia .....	3:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Alagoinhas — Bahia .....	15:000\$000
Liga Espirito Santense de Protecção e Assistencia á Infancia — Victoria — Espirito Santo	8:000\$030
Obra de Assistencia á Velhice Desamparada "Luiza de Marillac" — Victoria — Espirito Santo .....	3:000\$006
Santa Casa de Misericordia — Cachoeiro de Itapemerim — Espirito Santo.....	5:000\$000
Sociedade Fluminense de Agricultura e Industria Ilapemerim — Espirito Santo.....	3:000\$000
Asylo Santa Leopoldina — Nictheroy — Rio de Janeiro .....	25:000\$000
Associação Mantenedora do "Orphanato São José" — Campos — Estado do Rio de Janeiro .....	5:000\$000
Casa de Caridade — Cantagallo — Rio de Janeiro .....	5:000\$000
Casa de Caridade — Itaborahy — Rio de Janeiro .....	3:000\$000
Casa de Caridade — Macahé — Rio de Janeiro.	12:000\$000
Escola Domestica e Asylo N. S. do Amparo — Petropolis — Rio de Janeiro.....	10:000\$000
Escola Domestica Cecilia Monteiro de Barros — Barra Mansa — Rio de Janeiro.....	5:000\$000
Faculdade de Direito — Nictheroy — Rio de Janeiro .....	50:000\$000
Sociedade de São Vicente de Paulo — Cachoeiro trias Ruraes — Nictheroy — Rio de Janeiro (majoração) .....	25:000\$000
Total .....	<u>884:000\$000</u>

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 1.331 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede auxílios relativos ao exercício de 1936 a varias instituições do Districto Federal*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1934, conceder auxílios, no corrente anno, ás instituições no Districto Federal, abaixo indicadas, devendo o pagamento do auxilio, no 2º semestre, ser feito nos termos do decreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação 1 — da verba 21ª — Subvenções, art. 3º, anno 5, da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935, supplementada pelo decreto n. 1.277, de 22 de dezembro de 1936:

Abrigo Thereza de Jesus — Districto Federal	20:000\$000
Academia de Commercio do Rio de Janeiro — Districto Federal .....	20:000\$000
Amparo Thereza Christina — Districto Federal	6:000\$000
Associação Pró-Matre — Districto Federal..	30:000\$000
Associação Maternal da Polyclinica de Botafogo — Districto Federal (2º semestre)..	10:000\$000
Associação Protectora a Veteranos Invalidos — Districto Federal .....	6:000\$000
Associação Alliança dos Cegos — Districto Federal .....	30:000\$000
Associação Mantenedora da Escola "Barão do Rio Doce — Districto Federal.....	3:000\$000
Asylo de Orphãs Analia Franco — Districto Federal .....	10:000\$000
Asylo Isabel — Districto Federal .....	20:000\$000
Caritas Social — Districto Federal.....	20:000\$000
Casa do Estudante do Brasil — Districto Federal .....	25:000\$000
Casa Santa Ignez — Districto Federal.....	15:000\$000
Centro Espirita Irmã Catharina Districto Federal (2º semestre) .....	10:000\$000
Clinica Infantil — Districto Federal (2º semestre) .....	12:000\$000
Collegio Souza Marques — Districto Federal (2º semestre) .....	10:000\$000
Collegio Luiza de Castro — Districto Federal (2º semestre) .....	5:000\$000
Congregação de Notre Dame — Districto Federal .....	10:000\$000
Cruz Vermelha Brasileira — Districto Federal	100:000\$000
Cruzada Espirita Suburbana — Districto Federal .....	5:000\$000
Curso Oliveira — Districto Federal (2º semestre) .....	5:000\$000
Departamento da Criança no Brasil — Districto Federal .....	30:000\$000
Departamento do Rio de Janeiro da Associação Brasileira de Educação — Districto Federal (2º semestre) .....	20:000\$000

Escola de Marinha Mercante — Districto Federal . . . . .	20:000\$000
Escola Domestica Maria Raythe — Districto Federal . . . . .	25:000\$000
Escola Moderna de Commercio — Districto Federal . . . . .	12:000\$000
Escola Normal de Commercio — Districto Federal . . . . .	12:000\$000
Escola Profissional Santo Adolpho — Districto Federal . . . . .	12:000\$000
Fundação Osorio — Districto Federal . . . . .	20:000\$000
Gymnasio Copacabana — Districto Federal (2º semestre) . . . . .	5:000\$000
Hospital Hanemaniano — Districto Federal (2º semestre) . . . . .	20:000\$000
Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia — Districto Federal . . . . .	50:000\$000
Instituto Protector dos Pobres e Crianças — Districto Federal . . . . .	10:000\$000
Instituto Tachygraphico — Districto Federal (2º semestre) . . . . .	6:000\$000
Irmandade do S. S. da Candelaria (Hospital dos Lazaros) — Districto Federal . . . . .	12:000\$000
Liga Brasileira Contra a Tuberculose — Districto Federal . . . . .	120:000\$000
Obra de S. Vicente de Paulo — Districto Federal (2º semestre) . . . . .	14:000\$000
Orfanato Evangelico — Districto Federal . . . . .	6:000\$000
Orfanato S. José — Districto Federal . . . . .	12:000\$000
Orfanato Presbyteriano — Districto Federal . . . . .	10:000\$000
Patronato das Crianças Pobres da Freguezia de S. João Baptista da Lagôa — Districto Federal . . . . .	10:000\$000
Pequena Cruzada de Santa Therezinha do Menino Jesus — Districto Federal . . . . .	30:000\$000
Serviço de Obras Sociaes (S.O.S.) — Districto Federal . . . . .	20:000\$000
Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro — Districto Federal . . . . .	20:000\$000
Sociedade Brasileira de Chimica — Districto Federal . . . . .	5:000\$000
Sociedade Propagadora de Bellas Artes — Districto Federal . . . . .	30:000\$000
Sodalicio da Sacra Familia — Districto Federal . . . . .	12:000\$000
União dos Cegos no Brasil — Districto Federal (2º semestre) . . . . .	6:000\$000
Total . . . . .	921:000\$000

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 1.332 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a adquirir materiaes destinados á Rêde de Viação Ferrea Federal arrendada ao mesmo Estado, e dá outras providencias.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o que requereu o Estado do Rio Grande do Sul, arrendatario da Rêde de Viação Ferrea Federal do mesmo Estado;

Attendendo aos pareceres prestados no processo respectivo e ao que dispõe o § 2º da clausula I a que se refere o decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928,

Decreta:

Art. 1.º Fica o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, arrendatario da Rêde de Viação Ferrea Federal do mesmo Estado, autorizado a adquirir, em concorrência publica, pela importancia maxima de trinta e sete mil oitocentos e doze contos sessenta e quatro mil e quatrocentos réis (37.812:064\$400), dez (10) locomotivas, com (100) vagões "gradeados, trezentos (300) vagões fechados, quinze (15) vagões tanques e duzentos (200) kilometros de trilhos e respectivos accessorios, para serem empregados na referida Rêde.

Parapho unico. Fica o Governo do Estado do Rio Grande do Sul obrigado a submeter á approvação do Governo Federal, as especificações do material de tracção que houver de adquirir.

Art. 2.º Fica, tambem, autorizado o Governo do mesmo Estado a contractar o fornecimento dos alludidos materiaes para pagamento no prazo de 15 annos, mediante o juro maximo de sete por cento (7 %) ao anno.

Art. 3.º As despesas realmente effectuadas, depois de apuradas em regular tomada de contas, serão levadas á conta do Fundo de Melhoramentos, nos termos da clausula I a que se refere o decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, e lettras a e d da clausula IV, baixada com o decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

Marques dos Reis.

---

## DECRETO N. 1.333 — DE 30 DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 2.537:500\$000, para pagamento de subvenções a The Amazon Telegraph Company, Ltd.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 309, de 18 de novembro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica,

Resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 2.537:500\$000 (dois mil, quinhentos e trinta e sete contos e quinhentos mil réis), para occorrer ao pagamento de subvenções devidas, em 1935 e 1936, a The Amazon Telegraph Company, Limited.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

## DECRETO N. 1.334 — DE 30 DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de 18.000:000\$000, para attender ás necessidades mais urgentes com a restauração da Viação Ferrea Leste Brasileiro e Estrada de Ferro Bahia e Minas*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil usando da autorização contida no art. 1º da lei n. 297, de 9 de novembro de 1936, e tendo ouvido o Tribunal de Contas na forma do art. 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica,

Resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de Rs. 18.000:000\$000 (dezoito mil contos de réis) para attender ás necessidades mais urgentes com a restauração da Viação Ferrea Leste Brasileiro e Estrada de Ferro Bahia e Minas, sendo dezeseis mil contos de réis

(16.000:000\$000) para a primeira e dois mil contos de réis (2.000:000\$000) para a segunda.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independência e 48° da República.

GETULIO VARGAS

*Marques dos Reis*

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.335 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de réis, 64:900\$000 para pagamento das obras realizadas no edificio da Delegacia Fiscal em Goyaz*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 320 de 25 de novembro do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fórmula do regulamento approved pelo decreto n. 15.783 de 8 de novembro de 1922,

Decreta:

Artigo unico — Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 64:900\$000 (sessenta e quatro contos e novecentos mil réis) para pagamento das obras inadiaveis realizadas no edificio em que funciona a Delegacia Fiscal em Goyaz.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independência e 48° da República.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa*

---

DECRETO N. 1.336 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de réis, 3.408:577\$400, para regularizar a despesa feita com a pagamento de 17.500.000 notas de papel-moeda fornecidas pelo American Bank Note á Caixa de Amortização*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida na lei n. 332 de 1° de dezembro do corrente anno, e tendo ouvido o Tribunal de Contas,

na fôrma do regulamento approved pelo decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922.

Decreta:

Artigo unico — Fica aberto, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 3.408:577\$400 (tres mil quatrocentos e oito contos, quinhentos setenta e sete mil e quatrocentos réis), para regularizar a despesa feita com o pagamento de 17.500.000 notas de papel-moeda fornecidas pelo American Bank Note á Caixa de Amortização.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Arthur de Souza Costa.*

---

DECRETO N. 1.337 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede á Companhia Commercio e Navegação autorização para continuar a funcçãoar*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que requereu a Companhia Commercio e Navegação, com séde nesta cidade do Rio de Janeiro, autorizada a funcçãoar pelos decretos ns. 117, de 23 de outubro de 1934, e 227, de 10 de julho de 1935, decreta:

Artigo unico. E' concedida á Companhia Commercio e Navegação autorização para continuar a funcçãoar, com as alterações feitas nos respectivos estatutos, em virtude de deliberação da assembléa geral extraordinaria dos seus accionistas, realizada a 12 de outubro de 1936, ficando a mesma companhia obrigada a cumprir integralmente as leis e regulamentos em vigor.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Agamemnon Magalhães.*

---

## DECRETO N. 1.338 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1936

*Abre ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de 693:500\$000, para pagamento a inspectores do Ensino Secundario*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe confere a lei n. 310, de 18 de novembro de 1936, e tendo ouvido o Ministerio da Fazenda e o Tribunal de Contas a respeito, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Educação e Saude Publica o credito especial de seiscentos e noventa e tres contos e quinhentos mil réis (693:500\$000), para attender á liquidação das folhas de pagamento dos inspectores do Ensino Secundario e diarias, ajudas de custo e gratificações aos mesmos por serviços extraordinarios, referentes ao exercicio de 1935, correndo a respectiva despesa á conta dos recursos orçamentarios vigentes, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

*Arthur de Santa Costa.*

## DECRETO N. 1.339 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1936

*Proroga a delegação de competencia ao Estado de São Paulo, pelo seu respectivo Serviço, para executar, no territorio do Estado, o Codigo de Caça e Pesca*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere a Constituição Federal e;

Considerando achar-se ainda em via de realização o accordo a ser firmado com o Governo do Estado de São Paulo para a execução dos serviços de Caça e Pesca, pelo mesmo Governo, no territorio do Estado, resolve:

Arl. 1°. Fica prorogada a competencia delegada ao Estado de São Paulo, pelo decreto n. 23.834, de 6 de fevereiro de 1934, para executar no territorio do Estado, o Codigo de Caça e Pesca, até 31 de dezembro de 1937.



Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

DECRETO N. 1.340 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituições nos Estados do Maranhão, Ceará, Bahia, São Paulo e Minas Geraes.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolve, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.351, de 31 de agosto de 1931, conceder auxilios, no corrente anno, ás instituições nos Estados do Maranhão, Ceará, Bahia, São Paulo e Minas Geraes, abaixo indicados, devendo o pagamento do auxilio, no 2º semestre, ser feito nos termos do decreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação n. 1 da verba 21ª — Subvenções, art. 3º — annexo 5 da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935, supplementada pelo decreto numero 1.277, de 22 de dezembro de 1936.

Gymnasio Caxiense — Caxias — Maranhão....	12:000\$000
União Beneficente dos Talhadores — S. Luiz — Maranhão (2º semestre) .....	5:000\$000
Gymnasio Sobralense — Sobral — Ceará.....	11:000\$000
Centro Operario Beneficente — Alagoinhas — Bahia (2º semestre) .....	2:000\$000
Orphanato Santa Therezinha do Menino Jesus — São Paulo (2º semestre) .....	5:000\$000
Hospital de Nossa Senhora Aparecida — Divinópolis — Minas Geraes (2º semestre)....	6:000\$000
Irmadade Nossa Senhora da Saude — Diamantina — Minas Geraes .....	6:000\$000
Casa de Caridade — Passa Quatro — Minas Geraes . . . . .	5:000\$000
Escola Normal Santa Therezinha — Caxambú — Minas Geraes .....	12:000\$000
Total.....	64:000\$000

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1936, 115º da Independência e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

## DECRETO N. 1.341 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1936

*Concede auxilios relativos ao exercicio de 1936 a varias instituções nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Matto Grosso.*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil resolveu, na conformidade do disposto no art. 24 do decreto n. 20.381, de 31 de agosto de 1931, conceder auxilios, no corrente exercicio, ás instituções nos Estados do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Districto Federal, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Geraes e Matto Grosso, abaixo indicadas, devendo o pagamento de auxilio, no 2º semestre, ser feito nos termos do decreto n. 23.071, de 14 de agosto de 1933, e correr a despesa por conta da sub-consignação n. 1 — Verba 21ª — Sub-consignações, art. 3.º — annexo n. 5 da lei n. 115, de 13 de novembro de 1935, supplementada pelo decreto n. 1.277, de 22 de dezembro de 1935.

Missão Dominicana — Conceição do Araguaia — Pará. . . . .	25:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Obidos — Pará	15:000\$000
Academia de Commercio — S. Luiz — Maranhão (mojoração). . . . .	4:000\$000
Asylo de Mendicidade — S. Luiz — Maranhão (majoração). . . . .	5:000\$000
Escola de Agronomia — S. Luiz — Maranhão	10:000\$000
União Artistica Operaria Agricola Passagensense — Villa de Passagem Franca — Maranhão. . . . .	5:000\$000
Asylo de Mendicidade — Fortaleza — Ceará (2º semestre). . . . .	6:000\$000
Escola Pio X — Fortaleza — Ceará. . . . .	3:000\$000
Patronato S. João Tahuape — Fortaleza — Ceará. . . . .	20:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Sobral — Ceará. . . . .	25:000\$000
Academia de Commercio de Pernambuco — Recife — Pernambuco. . . . .	10:000\$000
Faculdade de Medicina — Recife — Pernambuco. . . . .	100:000\$000
Orphanato N. S. do Bom Conselho — Bom Conselho — Pernambuco. . . . .	10:000\$000
Sociedade dos Artistas Mecanicos e Liberaes, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios e da Escola Profissional — Recife — Pernambuco (2º semestre). . . . .	2:000\$000
Asylo Bom Pastor — Maceió — Alagoas . . . . .	5:000\$000
Sociedade Amor e Caridade — Viçosa — Alagoas . . . . .	10:000\$000
Associação Promotora da Instrucção — Districto Federal (2º semestre). . . . .	5:000\$000

Asylo dos Pobres S. Vicente de Paula — Avaré — S. Paulo. . . . .	2:000\$000
Asylo de Mendicidade — Sorocaba — S. Paulo (2º semestre). . . . .	2:000\$000
Associação Sanatorios Santa Clara — S. Paulo	20:000\$000
Associação Auxílios aos Necessitados — Santos — S. Paulo (majoração). . . . .	10:000\$000
Pensionato Menino Deus — Pirassununga — S. Paulo. . . . .	5:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Parahybana — S. Paulo. . . . .	2:000\$000
Santa Casa de Misericordia — Atibaia — São Paulo. . . . .	2:000\$000
Sociedade Beneficente (Santa Casa de Misericordia) — Cravinhos — S. Paulo. . . . .	5:000\$000
Tribu de Escoteiros — Piratininga — São Paulo (2º semestre). . . . .	3:000\$000
Asylo S. Vicente de Paula — Lapa — Paraná	5:000\$000
Associação das Damas de Caridade — Caxias — Rio Grande do Sul. . . . .	12:000\$000
Conferencia de S. Vicente de Paula — São Sebastião do Paraíso — Minas Geraes..	2:000\$000
Escola de Architectura — Bello Horizonte — Minas Geraes. . . . .	14:000\$000
Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco de Assis — S. João del Rey — Minas Geraes	5:000\$000
Prelazia de Guajará-Mirim — Guajará-Mirim — Matto Grosso. . . . .	20:000\$000
<b>Total. . . . .</b>	<b>369:000\$000</b>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

*DISPETO N. 1.242 — 27 de dezembro de 1936*

*Abre o credito especial de R\$. 300.000.000 para ser empregado com as obras urgentes de regularização do aeroporto do Rio Ceará, que serve á Capital do Estado do Ceará*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização contida no artigo 1º da lei n. 213, de 12 de junho de 1936 e tendo ouvido o Tribunal de Contas, na fôrma do artigo 93 do Regulamento Geral de Contabilidade Publica,

Resolve abrir ao Ministerio da Viação e Obras Publicas o credito especial de Rs. 300:000\$000 (tresentos contos de réis) destinado á regularização das obras urgentes do Aeroporto do Rio Ceará, que serve a Capital do Estado do Ceará.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Marques dos Reis.*

*Arthur de Souza Costa.*

---

---

## APPENDICE

---

---

---

DECRETO N. 866 — DE 1º DE JUNHO DE 1936

*Concede inspecção permanente ao Gymnasio do Estado, em São João da Boa Vista, Estado de São Paulo*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Resolve, nos termos do art. 55. do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, conceder inspecção permanente ao curso fundamental do Gymnasio do Estado, com séde em São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, 1º de junho de 1936, 115º da Independencia e 48º da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.*

---

DECRETO N. 1.196, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1936 (\*)

*Revigora o decreto n. 125, de 30 de outubro de 1934, e altera a data da contagem dos prazos nelle estipulados*

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 65, n. I da Constituição Federal e

Considerando que, pelo art. 1º do decreto n. 125, de 30 de outubro de 1934, foi outorgado ao engenheiro Américo René Giannetti ou empresa que ele organizar, concessão para aproveitamento progressivo da energia hidráulica;

Considerando que, pelo disposto nos ns. I, II e III do art. 2º do decreto acima referido o concessionario assumiu diversas obrigações a serem satisfeitas em prazos determinados;

Considerando que, em virtude de motivos relevantes extranhos á vontade do concessionário, não é possível o cumprimento das obrigações dentro dos prazos estipulados nos referidos ns. I, II e III do art. 2º do referido decreto;

Considerando já ter o concessionário cumprido algumas das obrigações, constantes do n. I, alinea a, n. II, alíneas a, b e c, e n. III, alíneas a e b do art. 2º do decreto já referido;

---

(\*) Composição aproveitada.

Considerando que nenhuma inconveniencia ha em revigorar a concessão, uma vez que o concessionário já cumpriu diversas obrigações que lhe foram impostas pelo decreto de concessão;

Decreta:

Artigo 1.º Fica revigorado para todos os efeitos o decreto número 125, de 30 de outubro de 1934, contando-se os prazos estipulados no art. 2º ns. I, III, IV, V e VI, a partir da data da publicação do presente decreto.

Artigo 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1936, 115º da Independência e 48º da República.

GETULIO VARGAS.

Odilon Braga.

---

DECRETO N. 1.206 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1936

*Concede ao cidadão brasileiro Miguel Legundes Leiró, a titulo provisório, a lavra das jazidas de areia monasítica, situadas em terrenos de marinha, no municipio de Prado, no Estado da Bahia*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando das attribuições que lhe confere o art. 56, n. 1, da Constituição Federal e, tendo em vista o titulo III, capitulo I, do decreto n. 24.652, de 10 de julho de 1934 (Codigo de Minas);

Decreta:

Art. 1º. Fica concedida ao cidadão brasileiro Miguel Legundes Leiró, a titulo provisório, a lavra das jazidas de areia monasítica, existentes em terrenos de marinha situados em dois trechos da faixa costeira, entre o rio Ombassuaba e a Lagoa da Ponta da Barreira, no municipio de Prado, Estado da Bahia, um no lugar denominado "Ponta da Barreira" e outro no lugar denominado "Paixão".

Paragrapho unico. A parte concedida será correspondente ás áreas de 400 (quatrocentos) metros quadrados, para o deposito de "Ponta da Barreira" e de 150 (cento e cincoenta) metros quadrados para o deposito de "Paixão", a serem demarcadas pelo concessionario nos terrenos de marinha indicados neste artigo.

Art. 2º. O concessionario será obrigado a satisfazer, dentro dos respectivos prazos, as exigencias contidas nos arts. 36, 37, 38 e 39 do Codigo de Minas.

Paragrapho unico. Si o concessionario deixar de satisfazer as exigencias a que alludem os arts. 38 e 39 do citado Codigo, dentro do prazo de seis (6) mezes, contados da data da publicação deste decreto, considera-se abandonada a concessão, para os effeitos legais, salvo motivo justificado de força maior, a juizo do Governo.

Art. 3°. A concessão é feita sob as clausulas geraes contidas no art. 42 do Codigo de Minas, e mais as que forem julgadas convenientes pelo Governo e que serão expressas no titulo definitivo, na forma da lei.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1936, 115° da Independencia e 48° da Republica.

GETULIO VARGAS.

*Odilon Braga.*

---

DECRETO N. 1.227, DE 2 DE DEZEMBRO DE 1936 (\*)

*Aprova a reforma dos estatutos da Associação Beneficente dos Operários e Empregados Civis do Arsenal de Marinha do Pará*

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, atendendo ao que requereu a Associação Beneficente dos Operários e Empregados Civis do Arsenal de Marinha do Pará, associação de classe, com sede em Belém, capital do Estado do Pará, resolve aprovar a reforma de seus estatutos, feita em assembleia geral extraordinária de 5 de setembro de 1934 e retificada na de 4 de julho de 1935.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1936, 115° da Independência e 48° da República.

GETULIO VARGAS

*Arthur de Souza Costa*

---

**Estatutos da Associação Beneficente dos Operários e Empregados do Arsenal de Marinha do Pará**

**CAPITULO I**

Art. 1.° Sob o título "Associação Beneficente dos Operários e Empregados Civis do Arsenal de Marinha do Pará", foi fundada, a 5 de agosto de 1919, uma sociedade civil, com sede e fóro em Belém, capital do Estado do Pará, sem prazo de duração, tendo número ilimitado de sócios e constituída nos termos da lei n. 173, de 10 de setembro de 1893; instalada a 1° de janeiro de 1920 quando foi inaugurado o A. Cp. da Sociedade.

Art. 2.° O objetivo da Associação é facilitar a vida normal a seus membros e respectivas familias e socorrê-los nas ocasiões aflictivas.

---

(\*) Composição aproveitada.



**Art. 3.º** Para a consecução do seu objetivo, a Associação, além de providências da mesma natureza já adotadas e que poderá tomar no futuro outras, também adotadas em Assembléia Geral, procurará:

1º) Manter um armazem, sistema cooperativo, pelo qual se forneçam, por compra, aos associados: artigos de alimentação, vestuário, chapéus, louças, ferragens, medicamentos e mais cousas necessárias ao uso dos associados e de suas famílias, de boa qualidade e por preços ínfimos, para o que importará do estrangeiro ou adquirirá nesta ou em outras praças nacionais, os objetos que lhe convier adquirir, comprando-os a dinheiro ou a crédito, diretamente ao produtor ou concessionário, por junto, eliminando todos os intermediários, para obter ao menor custo;

2º) Proporcionar a cada associado meios para a construção ou aquisição duma casa para sua moradia, mediante consignação até o mesmo saldar a divida com a sociedade;

3º) Prestar aos associados as fianças de que eles precisarem, contanto que disponham de garantias suficientes, e ajudá-los perante os tribunais, repartições, etc., a reivindicar direitos e satisfazer justas pretensões;

4º) Acudir a família do associado com o auxilio pecuniário, por ocasião da morte do chefe e uma pensão mensal ao próprio associado, quando enfermo, impossibilitado de comparecer ao trabalho, e uma pensão ao associado que se invalidar para o trabalho, embora tenha direito a pensão por parte do governo, tendo em vista as disposições destes estatutos;

5º) Manter uma escola primária, com rudimentos de estudos profissionais, para instrução dos filhos e pupilos dos associados, de ambos os sexos, que não possam frequentar as escolas oficiais, por falta de vestuário decente, e instrução dos proprios associados que não tenham podido fazê-la na infancia e reconheçam a necessidade da instrução para seu progresso profissiona;l;

6º) Manter um serviço de assistência médica, farmacêutica e obstétrica para os associados e suas famílias;

7º) Promover convenientemente a regularização, perante a lei, da família do associado que se resentir dessa necessidade, fazendo realizar-se o casamento civil entre os consortes ligados apenas pelo vinculo religioso ou unidos sem formalidades sociais e no caso de impossibilidade legal de atingir a esse objetivo, fazer com que sejam reconhecidas e perfilhadas as crianças nascidas de uniões irregulares;

8º) Conservar uma sociedade denominada "Caridade" na qual se prestem socorros, a juizo da Diretoria, aos ex-funcionários do arsenal e suas dependências reduzidos á situação aflitiva, por molestias ou por outro motivo que os obrigue a mendigar a assistencia pública;

9º) Finalmente, promover perante os poderes públicos e dentro da lei, todas as despesas de direito, as reformas e melhoramentos, necessários ao bem-estar e prosperidade dos associados, contratando um advogado para o serviço da Associação e de seus associados, ficando os honorarios ao critério da Diretoria.

**Art. 4.º** A Associação fará continuar o funcionamento das seguintes secções:

1.ª Secção de suprimentos.

2.ª Secção de fianças.

3.ª Secção de domicílios.

4.ª Secção de montepio.

5.ª Secção de beneficência e assistência médica.

- 6.ª Secção de instrução.
- 7.ª Secção de caridade.
- 8.ª Secção de empréstimo.

Art. 5.º Organizado pela Diretoria e aprovado pela assembléia geral com modificações que esta achar conveniente, será publicado oportunamente um Regulamento Geral estabelecendo regras para a execução de todos os serviços a que se propõe a Associação, o qual entrará em vigor depois de aprovado pela autoridade competente, ficando, assim, incorporado como parte integrante destes estatutos.

## CAPITULO II

### DOS SÓCIOS, SUA ADMISSÃO E CLASSIFICAÇÃO

Art. 6.º Todos os atuais mestres, contra-mestres, operários, aprendizes, serventes, patrões, maquinistas, foguistas, remadores, guardas, taifeiros, porteiros, empregados da secretaria do Arsenal, das Diretorias, da Apontadoria, do Depósito Naval, da Escola de Marinha Mercante da Enfermaria de Marinha e mais secções, que, de futuro, venham a funcionar no Arsenal de Marinha sob a direcção do Inspector, poderão ser admitidos, além dos já existentes desde a instalação da Sociedade, desde que o requeiram ao Presidente, ou sejam propostos por um associado no gozo pleno dos seus direitos sociais; tanto o requerimento como a proposta serão enviados á comissão de sindicância para o devido parecer.

Art. 7.º Para ser admitido como socio e gozar dos beneficios sociais é obrigado a contribuir para os cofres sociais por meio de consigração em folha de pagamento.

Parágrafo único. A mensalidade será dividida em séries A e B, a série A, os não segurados e B, os segurados. As contribuições serão as seguintes:

- a) importância de oitenta mil réis (80\$000) como joia, descontada em 12 prestações mensais no máximo, sendo facultado ao candidato fazer em número menor de prestações, independente da consigração, inclusive os sócios já existentes;
- b) a importância de 3\$000, para os sócios da série A, e 7\$000 para os da série B, paga adiantadamente como mensalidade;
- c) a importância de 3\$600, de anuidade, adiantada e descontada em 12 prestações mensais de \$300;
- d) a importância de 5\$000, para diploma; 3\$000 de estatutos, além da que lhe será descontada obrigatoriamente pelo distintivo, que será, mediante o custo da confecção, acrescido de 10 %;
- e) os sócios admitidos após a aprovação do presente estatuto só terão direito ás vantagens dos beneficios, depois de seis meses de efetividade.

Parágrafo único. A renda proveniente das anuidades será para as despesas com as sessões magnas de posse dos funcionários administrativos e de aniversário da fundação da sociedade; as demais serão applicadas nas despesas gerais.

Art. 8.º No requerimento ou na proposta de admissão lançar-se-á: nome por extenso, idade, naturalidade, estado civil, profissão e residência do candidato, na ocasião da proposta, número de pessoas da família, citando os nomes, idade e grau de parentesco com o proposto e mais quaisquer outras pessoas que vivam permanentemente

sob o seu teto. Declarar-se-á também expressamente que se aceitam todos os deveres e direitos consignados nestes estatutos, assinando dois consócios como testemunhas.

§ 1º. De tôdas as alterações que se derem na família do associado, deverá este dar conhecimento á diretoria, por escrito, com assinatura de dois consócios como testemunhas.

§ 2º. Os sócios titulares são também obrigados a fazer por escrito á associação as declarações que deixaram de fazer ao serem admitidos, por ocasião da instalação da sociedade.

Art. 9º. Denominar-se-ão sócios titulares os que assinarem a ata de instalação da sociedade; fundadores, os que se inscreveram durante o ano de 1919; efetivos, os admitidos depois de 1º de janeiro de 1920; beneméritos, os associados que prestarem relevantes serviços á associação; benfeitores, quaisquer pessoas que doarem á associação importantes somas em dinheiro, ou objetos de grande valor ou lhes prestarem assinalados serviços.

Parágrafo único. O título de — Creador Benemérito — caberá ao Exmo. Sr. almirante José Martini.

Art. 10. Continuarão fazendo parte da Associação os membros civis das repartições que forem ulteriormente desligados da autoridade do inspetor do Arsenal, se continuarem a pagar as taxas estabelecidas nestes estatutos.

§ 1º. Os funcionários das repartições de Marinha, que forem sócios e pedirem demissão ou forem exonerados dos cargos públicos que exerciam ou aposentados, continuarão como sócios, se, a juízo da Diretoria, não forem inconvenientes á Associação e continuarem a pagar as taxas regulamentares.

§ 2º. Os funcionários das demais repartições de Marinha, que requererem ou forem propostos, só serão admitidos no quadro social se tiverem parecer favorável da Comissão de Sindicância e os aceitar a Diretoria.

## CAPÍTULO III

### DOS DIREITOS, DEVERES E PENAS DOS SÓCIOS

Art. 11. São direitos de todos os associados, inclusive os benfeitores:

- a) gozar de tôdas as regalias e vantagens dêstes estatutos;
- b) requerer á Diretoria as convocações das assembléias gerais extraordinárias, indicando o assunto a deliberar, devendo o requerimento ser subscrito, pelo menos, por cinco sócios, no gozo pleno de todos os seus direitos sociais, correndo as despesas da convocação requerida, pelos requerentes, quando não compareçam á assembléia solicitada;
- c) tomar parte nas assembléias gerais, podendo apresentar propostas sobre qualquer assunto;
- d) votar e ser votado;
- e) requerer ao presidente o balanço no cofre da Associação, requerimento que será deferido se houver decorrido três (3) meses do último balanço dado no mesmo cofre. Deferido que seja o requerimento o presidente marcará o dia para a reunião da Diretoria, dando o 1º secretário aviso aos respectivos membros e ao Conselho Fiscal,

informando sobre o fim da convocação. Reunida a mesa, o tesoureiro apresentar-lhe-á todos os títulos, cadernetas, documentos e dinheiros da associação para o devido exame e verificação, e do resultado se lavrará um termo assinado pelos membros presentes, que constará da ata da sessão da Diretoria, a qual procederá de conformidade com o que fôr apurado;

f) requerer á Diretoria os benefícios e vantagens sociais garantidos por estes estatutos;

g) denunciar á Diretoria, havendo provas convincentes, qualquer associado, que por meios ilícitos lesar ou tente lesar a Sociedade.

Art. 12. Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações que a administração contrair, expressa ou intencionalmente, em nome da Sociedade.

§ 1º. Os associados que forem processados ou mesmo condenados, e por isso não puderem cumprir os seus deveres sociais, não serão abandonados e passarão para a sessão de Caridade, prestando-lhes a Sociedade tóda a assistência de que precisarem e ela lhes puder prestar, tendo em vista a letra a, do § 2º, do art. 14. Terminado este impedimento, se os aceitar a assembléa geral, poderão ser admitidos, pagando nova joia.

§ 2º. Os sócios benfeitores consideram-se remidos e não são obrigados a pagamento algum, só tendo direito ao funeral, quando ao montepio contribuírem com as taxas correspondentes.

Art. 13. São deveres dos associados para com a Associação:

a) cumprir rigorosamente as disposições dos presentes estatutos, do regulamento geral e as deliberações das assembléas gerais e da Diretoria;

b) pagar com rigorosa pontualidade todos os compromissos assumidos com a Associação, bem assim as contribuições que lhes competir;

c) aceitar e cumprir fielmente os cargos para os quais forem eleitos, só sendo admitidas escusas por motivos ponderosos;

d) esforçar-se o possível para o engrandecimento moral e material da Associação;

e) os sócios em atraso há mais de tres meses em sua mensalidade só terão direito aos benefícios sociais depois de trinta dias de sua quitação.

Art. 14. Os associados, segundo a gravidade de casos, em matéria social, estão sujeitos a penas por culpas individuais.

§ 1º. Constituem culpas aos associados em geral:

a) perturbar a ordem dos trabalhos, na assembléa geral ou diretoria administrativa, faltando ao respeito devido aos seus funcionários, sobretudo aos seus presidentes;

b) injuriar ou caluniar a outro associado;

c) cometer abuso de confiança na guarda dos dinheiros ou objetos da Associação, recusando-se a entregá-las depois da ordem legal para isso;

d) implantar por meio de intriga ou por calúnias impressas a discórdia no seio da Associação;

e) causar por qualquer forma dano á Associação;

f) cometer por negligência, no exercício de qualquer cargo ou comissão, abuso de mandato;

g) falsificar, alterar documentos ou escrita de livros que transitem pela Secretaria da Associação.

§ 2.º Estas culpas serão punidas com as seguintes penas:

a) expulsão da sociedade, no grau maximo, pelo que perderá o direito a toda e qualquer contribuição que já tenha feito á sociedade;

b) inhabilitação para exercer cargos ou comissões, no grau médio;

c) suspensão dos direitos e vantagens sociais de seis a doze meses, ficando, no entanto, obrigado aos descontos das contribuições sociais que lhe competirem;

d) incorre na pena máxima o infrator da letra c, do art. 14, além da sanção penal, para o crime previsto.

Art. 15. Além da Diretoria, a Assembléia Geral é competente para as imposições das penas, havendo provas convincentes, mandando, entretanto, ouvir o acusado o que tiver de dizer em sua defesa, para o que lhe será concedido o prazo improrrogavel de 15 dias. Findo este, sem que o acusado responda provando cabalmente em contrário a acusação, ser-lhe-á imposta a pena fazendo-se especial menção dessa ocorrência.

§ 1.º Quando o culpado fôr apanhado em flagrante delito, lhe será pela Diretoria imediatamente imposta a pena, que nesse caso será sempre no grau maximo.

§ 2.º Da imposição das penas pela Diretoria haverá recurso para a Assembléia Geral dentro do prazo de vinte dias, contados da data da intimação.

§ 3.º Se o culpado recorrer dentro do prazo legal, terá direito ao fornecimento pela sociedade de certidões das peças transcritas em livros ou documentos sociais que requerer a bem da sua defesa, pagando o que fôr de lei.

§ 4.º Os serviços prestados á Associação, e por ela reconhecidos, serão a atenuante que prevalecerá em favor do associado acusado, não o isentando, porém, das penas em que incorreu.

Art. 16. O associado não poderá dar baixa de sua consignação, enquanto não fôr extinto o seu debito para com a sociedade, mesmo em caso de eliminação, expulsão ou suspenssão.

## CAPITULO IV

### DOS FUNDOS SOCIAIS

Art. 17. O patrimonio social é constituido:

a) pelas joias de admissão e mensalidade;

b) pelos depositos na Caixa Economica e nos Bancos respectivos, juros das apolices e outros titulos que a associação adquirir;

c) pela renda proveniente dos funcionamentos das respectivas secções;

d) pela renda de imóveis, etc., de propriedade da sociedade;

e) pelo produto de espetáculos, concertos, beneficios, diversões, quermesses, loterias, etc., promovidos em auxílio à sociedade, bem assim donativos e outras rendas eventuais;

f) pelo valor das ações que forem emitidas, para as operações da secção de suprimento ou outras; as ações não darão direito a lucros ou outras vantagens.

**Parágrafo único.** As rendas de mensalidades, imóveis, joias, serão recolhidas em bancos, ficando a importância de 300\$000 em mão do Tesoureiro, para atender pequenas despesas, sendo feito o aludido depósito bancário com a clausula "retiradas livres".

## CAPITULO V

### DA ADMINISTRAÇÃO E PODER SOCIAL

**Art. 18.** O governo e direção da Associação Beneficente dos Operários e Empregados Civis do Arsenal do Pará residem na Assembléia Geral, na Diretoria e no Conselho Fiscal.

**Art. 19.** A Associação, enquanto a prática não demonstrar coeficientes mais convenientes, terá como trabalho: dividir os fundos sociais existentes, bem assim todos os saldos apurados mensalmente pela forma seguinte, destinando-se para as secções:

De suprimento . . . . .	45 %
Para beneficência e assistência médica . . . . .	14 %
Para montepio . . . . .	10 %
Para domicílio . . . . .	10 %
Para instrução . . . . .	10 %
Para caridade . . . . .	3 %
Para fundo de reserva . . . . .	5 %
Para empréstimo . . . . .	

**Parágrafo único.** O fundo de reserva destina-se a suprir as despesas inesperadas ou atender à deficiência urgente de crédito em alguma secção e a ser aplicado em imóveis, títulos de boas rendas e de confiança, etc.; ou depositado na Caixa Econômica e em bancos de créditos reconhecidos; correm por essa verba as despesas de regulamentação de família do associado, conforme o § 8º, do art. 3º, os de pleiteação ou reivindicação dos direitos dos mesmos perante as repartições, tribunais, etc., despesas essas que deverão ser posteriormente indenizadas pelo associado.

**Art. 20.** Todos os atos praticados e assinados pela Diretoria, nos casos previstos nos estatutos, obrigam toda associação.

**Art. 21.** Aos membros da Diretoria não cabe responsabilidade pessoal pelos negócios ou transações que realizarem em obediência aos estatutos.

**Art. 22.** Os membros de administração são pessoalmente responsáveis por todos os atos em desacordo com estes estatutos, bem como por sua negligência ou abuso de mandato, pelos quais serão punidos pela assembléia geral.

**Art. 23.** A Assembléia Geral é o poder supremo da associação; compõe-se de todos os sócios em gozo dos direitos sociais, considerada legalmente constituída com a presença de trinta associados, na primeira convocação, com mais de vinte na segunda e mais de quatorze na terceira convocação.

**Art. 24.** As deliberações da assembléia geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos sócios presentes.

**Art. 25.** As assembléias gerais são ordinárias ou extraordinárias.

§ 1.º As assembléias gerais ordinárias são as convocações de 1 a 20 de julho, para a discussão e votação do relatório do Presidente, assim como as contas de sua gestão, já com parecer do Conselho Fiscal, estudo e deliberações de assunto de interesses sociais, inclusive forma de Estatutos etc.; as convocadas de 20 a 31 do mês citado para eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal. Ainda haverá uma sessão magna, a 5 de agosto, para posse dos funcionários eleitos e comemoração da fundação da Associação.

§ 2.º As assembléias gerais extraordinárias são todas as que forem convocadas fóra dêsses prazos, por deliberação da Diretoria ou por solicitação de sócios, não sendo permitido, nestas, tratar-se de assuntos estranhos aos motivos da convocação.

§ 3.º O ano financeiro terminará a 31 de maio.

Art. 26. As convocações das assembléias gerais, quer ordinárias, quer extraordinárias, serão anunciadas pela imprensa com antecedência de três dias, no mínimo, indicando a hora, lugar e objeto da mesma.

Art. 27. Quando á primeira convocação de uma assembléia geral não comparecer número legal de associados para a sua constituição, far-se-á segunda convocação, com dois dias no mínimo de intervalo, e se ainda não comparecer número legal, far-se-á a terceira convocação, que deve ser também com dois dias de intervalo, funcionando então com qualquer número de associados, nunca porém inferior a quinze (15).

Parágrafo único. A assembléia geral convocada para empossar a nova administração e comemoração do aniversário da Associação poderá funcionar com qualquer número.

Art. 28. As assembléias gerais serão presididas: pelo Presidente da Associação e em sua falta pelo 1º secretário e, na falta dêste pelo 2º; se não comparecer nenhum dos funcionários acima, até 35 minutos depois da hora fixada para a reunião e havendo número legal de associados, será aclamado pela assembléia o presidente dentre os socios presentes, dando-se preferência ao relator do Conselho Fiscal.

§ 1.º Em caso de aclamação do Presidente, êste convidará dois associados para completar a mesa, a qual funcionará até o final da reunião.

§ 2.º Iguais disposições serão observadas quando o assunto a discutir e deliberar disser respeito á Diretoria ou qualquer de seus membros; neste caso não poderá ser aclamado presidente, o que fizer parte da Diretoria.

Art. 29. Terminados os trabalhos da Assembléia Geral, será suspensa a sessão para a lavratura da ata respectiva, que deverá ser discutida e votada logo que se reabra a sessão e uma vez aprovada será assinada pela mesa funcionante.

Art. 30. São atribuições da Assembléia Geral:

- a) eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- b) tomar conhecimento de todos os atos praticados pela Diretoria e deliberar a respeito;
- c) discutir, aprovar ou rejeitar o relatório anual do presidente da Diretoria e as contas apresentadas pelo tesoureiro depois do parecer do Conselho Fiscal;

- d) dar posse á Diretoria e ao Conselho Fiscal;
- e) resolver sôbre a reforma dos Estatutos;
- f) tomar conhecimento das representações, denúncias, queixas, ou recursos, dando-lhes ou negando-lhes provimento;
- g) impor pena a quaisquer associados, quando em culpa;
- h) resolver sôbre a alienação dos bens da associação e decidir sôbre a responsabilidade da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 31. A Diretoria administrativa é o poder executivo da associação; compõe-se de cinco membros: presidente, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro e procurador, eleitos por um ano, podendo ser renovado o mandato uma ou mais vezes; não podendo nenhum membro da Diretoria funcionar mais de três anos consecutivamente.

Art. 32. O membro da Diretoria que não comparecer a três sessões consecutivas, é considerado demissionado, sendo declarado vago o seu lugar, designando o presidente um suplente para o substituir, salvo motivo de moléstia, devendo o funcionário comunicar o justo impedimento por escrito á Diretoria.

Art. 33. Serão eleitos juntamente com a Diretoria e Conselho Fiscal, três suplentes para este e cinco para aquela.

Art. 34. Compete á Diretoria:

a) cumprir rigorosamente e fazer cumprir as disposições destes estatutos e do Regulamento geral e as deliberações das assembleias gerais;

b) administrar livremente a associação de acôrdo com todos os poderes de que é investida por força destes estatutos;

c) reunir-se ordinariamente ás 1ª e 4ª segundas-feiras de cada mês, lavrando uma ata da sessão que será discutida e votada e assinada pela mesa;

d) tomar conhecimento das contas do tesoureiro no devido tempo e enviar ao Conselho Fiscal os balanços e balancetes e a escrituração, para o devido parecer, atendendo os pedidos de informação ou documentos feitos pelo aludido Conselho Fiscal;

e) receber as propostas ou petições e resolver sôbre elas, ouvida a Comissão de Sindicância;

f) nomear, demitir ou suspender livremente todos os empregados e fixar-lhes vencimentos;

g) estabelecer os planos das operações sociais, regulamentar todos os serviços e assuntos que não forem da exclusiva competência da Assembléia Geral;

h) empregar como melhor convier os saldos existentes anualmente em benefício do patrimônio social, assim como os saldos da verba de anuidade se os houver;

i) regular as despesas gerais e especiais que julgar necessárias ao andamento dos negócios sociais;

j) designar definitivamente os suplentes que devem preencher os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando os eleitos estiverem impedidos ou renunciarem ao mandato antes de terminado o respectivo prazo;

k) crear as garantias que julgar necessárias a salvaguardar os interesses sociais em todas as operações da associação e deliberar sôbre o desenvolvimento das diversas secções, tendo sempre em vista as disposições dos estatutos;



l) promover todos os atos para que esta associação adquira capacidade jurídica e goze de todas as vantagens oficiais, como a faculdade de obter consignações em folha de pagamento e a de não ser suspensa a consignação senão depois de extinto o débito para com a associação;

m) nomear a Comissão de Sindicância composta de três membros, cujo parecer é secreto, não sendo a Diretoria obrigada a fornecer-lhes a quem quer que seja.

§ 1.º A Diretoria nomeará para a secção de suprimento, um sócio, com atribuições fiscais, que será o diretor da secção e gerente do armazem, sem remuneração alguma, o qual será responsável, perante a associação, tanto pelos géneros nele expostos, como pelas vendas a dinheiro, que deverão ser escripturadas em livro especial para tal fim.

§ 2.º Compete mais á Diretoria a nomeação de um guarda-livros profissional, por ela contratado para fazer a contabilidade geral, com vencimentos pela mesma ajustado; tomando-se dois guarda-livros quando o serviço de armazem se tornar tão considerável que exija um guarda-livros especial.

Art. 35. Compete ao presidente da Associação:

a) representar a associação, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

b) convocar as reuniões de Assembléia Geral e Diretoria, presidindo-as, tendo em vista os termos destes estatutos;

c) despachar todo o expediente da associação e autorizar o pagamento de todas as despesas legais, pondo nos documentos o "pague-se";

d) deliberar sobre os benefícios e socorros sociais e qualquer assunto urgente, comunicando a sua resolução á Diretoria na primeira reunião;

e) apresentar á Assembléia Geral seu relatório anual acompanhado das contas sociais já com o parecer do Conselho Fiscal;

f) velar pela fiel execução da lei, negando apoio e opondo-se ás questões que no futuro venham prejudicar os interesses sociais, podendo mesmo, *ex-officio*, recorrer á Assembléia Geral, motivando devidamente o seu recurso;

g) suspender a sessão quando não possa manter a ordem, a qual não poderá ser reaberta por outro funcionário, tomando imediatamente as providências que o caso exigir;

h) proibir as discussões fora da ordem, retirando mesmo a palavra ao sócio quando assim se faça necessário, a bem da harmonia que deve existir entre os associados;

i) dar as providências necessárias aos pedidos do Conselho Fiscal, rubricar todos os livros da associação, nomear comissões para representar a associação em festas, para as quais for convidada.

Art. 36. Compete ao 1º secretário:

a) substituir o presidente em seus impedimentos;

b) assinar todo o expediente, e conservar em boa ordem o arquivo, do qual é responsável, escripturar os livros da secretaria, registando ou fazendo registar todos os documentos que receber ou expedir;

c) redigir as atas das sessões da Diretoria e Assembléa Geral, respectivamente, ouvindo sempre o presidente;

d) prestar todas as informações que lhe forem solicitadas pelo presidente e Diretoria, auxiliando aquela na elaboração do relatório anual e em todos os atos da administração social;

e) lançar ou fazer lançar nos respectivos livros de registo todas as atas das sessões de Diretoria e Assembléa Geral, bem como a cópia autêntica de toda a correspondência que for expedida pela Diretoria e Assembléa;

f) matricular os sócios e preencher todos os requisitos relativos á matricula dos mesmos, em livro competente.

Art. 37. Compete ao 2º secretário:

a) auxiliar o 1º secretário nas diversas escriturações sociais, toda vez que for necessário;

b) substituir o 1º secretário em seus impedimentos;

c) fazer o apontamento dos trabalhos das sessões e entregar ao 1º secretário para a confecção da ata.

Art. 38. Compete ao tesoureiro:

a) ter sob sua guarda e immediata responsabilidade todos os haveres da sociedade;

b) escriturar ou fazer escriturar todo o movimento financeiro da Associação, de modo a fazer fé em juízo ou fora dele;

c) arrecadar a receita ordinária e eventual da Associação;

d) conservar em mãos apenas as quantias, precisas ás despesas urgentes, a juízo da Diretoria ou do presidente, tendo os demais fundos, obrigatoriamente, em depósito seguro em Banco ou na Caixa Económica, vencendo o maior juro possível;

e) satisfazer a todas as despesas legais com o "pague-se" do presidente, tendo sempre em vista a secção da qual pertence a verba respectiva a dar-se a despesa;

f) fixar impreterivelmente no armazem, até o dia 20 de cada mês, uma demonstração nominal das verbas existentes em cada uma das diversas secções estabelecidas por estes estatutos;

g) apresentar á Diretoria os balancetes semestralmente, e o balanço anual, dentro do prazo legal;

h) passar ao seu sucessor a tesouraria, na presença do Conselho Fiscal e Diretoria, mediante recibo de quitação, de cujo trabalho será lavrada a respectiva ata;

i) atender e endossar todos os documentos que se relacionarem com os dinheiros da Associação, procurando acautelar seus interesses;

j) receber todos os dinheiros da Associação e depositá-los em Banco ou na Caixa Económica, conforme fôr determinado pela Diretoria, não podendo retirar quantia alguma, quando fôr do Banco, senão por meio de cheques, que serão passados pelo secretário e assinado pelo presidente; e quando da Caixa Económica, mediante autorização escrita assinada pelo presidente.

Art. 39. Compete ao procurador:

a) auxiliar o tesoureiro e substituí-lo em seus impedimentos, observando a letra h, do art. 39.

b) ter sob sua guarda e responsabilidade os bens móveis e objetos pertencentes á sociedade que lhe forem confiados pela Dire-

toria, mediante relação em duas vias, ou quando a requerimento do tesoureiro;

c) arrecadar tôda a receita da sociedade que lhe for determinada legalmente e entregá-las ao tesoureiro, de quem haverá a necessária quitação mediante recibo em duplicata, impresso, numerado e assinado por ambos;

d) fazer tôdas as compras que lhes forem ordenadas pela Diretoria ou pelo presidente;

e) auxiliar ao presidente nos pleitos judiciais em que for envolvida a Associação, com procuração especial do mesmo e auxiliado pelo advogado que for contratado;

f) demandar qualquer devedor da Associação, para o que o presidente lhe passará a necessária autorização, ouvida a Diretoria;

g) apresentar, mensalmente, á Diretoria, o balancete da Receita e Despesa a seu cargo, acompanhado dos respectivos documentos e prestar á Diretoria esclarecimento sôbre os pleitos em andamento, dando ao presidente, sempre que lhe seja pedido, uma exposição escrita do que houver feito.

Art. 40. Todos os cargos da Diretoria, Conselho Fiscal e outros da Associação, desempenhados pelos associados, são gratuitos, havendo remuneração, apenas, para auxiliares estranhos que forem ajustados para o serviço do armazem, etc.;

Art. 41. O Conselho Fiscal constitue um órgão de fiscalização do emprêgo dos haveres da Associação; compõe-se do relator, 1º e 2º membros, eleitos dentre os associados pela Assembléa Geral, anualmente, juntamente com a Diretoria administrativa.

Art. 42. Compete ao Conselho Fiscal:

a) examinar tôda a escrituração da Secretaria, Tesouraria e armazem cooperativo, valores em cofre e todos os documentos de Receita e Despesa da Associação, que lhe forem remetidos ou a requerimento próprio;

b) dar seu parecer sôbre negócios sociais, inclusive os balancezes semestrais e balanço anual;

c) propôr qualquer medida que possa interessar o progresso e desenvolvimento social;

d) auxiliar a Diretoria administrativa, podendo mesmo tomar parte em tôdas as suas deliberações;

e) reunir-se quando convocado pelo relator para tratar casos especiais, etc.;

f) representar á Assembléa Geral contra os actos ilegais, praticados pela Diretoria, ou por qualquer funcionário administrativo.

## CAPITULO VI

### SECÇÃO DE SUPRIMENTOS

Art. 43. O armazem cooperativo venderá exclusivamente aos associados.

Art. 44. A Diretoria nomeará também para a secção de suprimentos, por proposta do diretor, os empregados que forem necessários, marcando-lhes os vencimentos e discriminando-lhes as atri-

buções. Estas pessoas poderão ser estranhas á Associação, se assim convier, por não haver associados com lazeres disponíveis para estes trabalhos, podendo a nomeação recahir em membro da Associação se houver meio de conciliar os dias e horas de trabalho destes com o funcionamento do armazem.

Art. 45. A Diretoria é a principal superintendente desta secção, providenciara de acôrdo com a Diretoria da Secção sobre o estabelecimento do armazem, determinando a respeito da escolha da casa para alugar, arrendar ou comprar os artigos que convenham adquirir por compra e onde, os dias e horas em que deverá estar o armazem aberto, para atender ás requisições dos sócios; as providências para que nenhum artigo se venha a deteriorar; as medidas acautelatórias dos interesses da sociedade, de modo que nenhuma compra se faça sem immediato pagamento ou consignação em folha; as listas dos preços e as vantagens que podem auferir os sócios e tudo que conduza a fornecer aos associados artigos bons e mais baratos possível e a prevenir prejuizo aos cofres sociais.

Art. 46. Só póde deixar de pagar à vista quem tiver consignação á sociedade, e suas aquisições serão limitadas pelo saldo que tiver. Excedendo a êste saldo, só lhes poderão ser fornecidos gêneros até a importância igual ao valor da consignação respectiva. Ficando o associado obrigado a indenizá-la logo após o pagamento do arsenal, sob pena de ficar immediatamente suspenso pela Diretoria de abastecer-se de qualquer gênero, até saldar seu débito; em caso de reincidência lhe será cancelada tal concessão por seis meses, depois de saldada a divida.

Parágrafo único. Esgotado que seja o prazo determinado no artigo 46, o associado poderá continuar a fazer o abastecimento do armazem, devendo satisfazer o pagamento no dia do recebimento de seus vencimentos; na falta de tal fato, em caso de reincidência, incorre nas penas cominadas na terminação do artigo acima alludido, salvo casos ponderáveis aceitos pela Diretoria.

Art. 47. Os preços das vendas dos gêneros no armazem serão calculados, acrescentando-se o valor da aquisição dos artigos em grosso, das taxas e impostos que forem pagos, fretes, carros e mais despesas inevitáveis, lançando-se-lhes finalmente uma pequena percentagem para cobrir as perdas possíveis a atender ás despesas de luz, empregados, etc., a qual oscilará entre 3 % a 7 % das despesas totais, que occasionou a entrada do artigo no armazem, podendo elevar-se no maximo a 10 % global, observando-se o art. 72.

Art. 48. É proibido aos associados a compra no armazem de artigos em quantidades superiores ás necessidades de sua familia, com intuito de especulação comercial. Quem assim proceder ficará privado durante dois anos do direito de comprar no armazem social; na reincidencia será eliminado.

Art. 49. O diretor ou gerente do armazem tomará parte nas reuniões da Diretoria, quando se tratar de assunto referente ao mesmo, sendo pela mesma convidado; igualmente os guarda-livros, quando necessários para darem certos e determinados esclarecimentos, não podendo êstes tomar parte nas deliberações.

Parágrafo único. Os gêneros adquiridos pela Associação serão assistidos e conferidas as faturas pelo Conselho Fiscal, com a presença do gerente.

## CAPITULO VII

## SECÇÃO DE FIANÇA E INSTRUÇÃO

Art. 50. As fianças que a Associação prestar aos associados para aluguel de casa e outros fins especiais serão gratuitas e garantidas por conignação em folha de pagamento.

Parágrafo único. As despesas que produzirem as cartas de fiança serão pagas pelos associados.

Art. 51. Para a Secção de Instrução a sociedade ajustará os professores que forem necessários, quer dentro do quadro social, ou pessoas estranhas, marcando-lhes os vencimentos correspondentes. Por motivos econômicos, sempre que fôr possível, a escola funcionará no mesmo prédio de propriedade da Associação, em compartimento separado.

Parágrafo único. A Diretoria nomeará um inspetor de ensino, responsável perante a Associação pelo zelo e competência com que os professores desempenharem seus deveres e encarregado de manter a boa ordem e disciplina entre os alunos; o inspetor pertencerá sempre ao quadro social, sem remuneração alguma.

## CAPITULO VIII

## SECÇÃO DE CARIDADE

Art. 52. A Secção de Caridade dará esmolas ás pessoa sindicadas no § 8º do art. 3º, de acôrdo com os recursos da respectiva secção e conforme o entender de justiça da Diretoria.

## CAPITULO IX

## DA SECÇÃO DE DOMICILIO

Art. 53. A Secção de Domicílio tem por fim a construção ou compra de uma casa para moradia de cada sócio. As operações desta secção vão desde simples barracas (tanto que sejam bem construídas e tão higiênicas e confortáveis quanto possível) até pequenos prédios, cujo valor, incluindo o terreno, não excede a cinco contos de réis (5:000\$000) pagando primeiro no total do valor da compra.

§ 1.º E' licito ao sócio adquirir casa de maior preço, desde que pague por si a diferença entre o máximo estabelecido e o valor do predio adquirido.

§ 2.º Os prédios serão concedidos por antiguidade de inscrição. alternadamente, e ficarão gravados com a cláusula da hipoteca sem juros á Associação até a liquidação do respectivo contrato de habilitação.

Art. 54. O sócio com antiguidade de inscrição e que tenha feito as respectivas contribuições sociais, que desejar construir em terreno proprio, poderá requerer essa pretensão á Diretoria, que resolverá de acôrdo com as finanças sociais, ouvindo antes o Conselho

fiscal. Uma vez deferida, o socio é obrigado a hipotecá-lo sem juros á Associação até a liquidação de seu contrato.

Art. 55. Quando a Associação adquirir um prédio para determinado sócio, a compra será feita em nome do sócio, tudo de acôrdo com as disposições do art. 54.

Art. 56. Tôdas as despesas de conservação, reparos e outras necessidades ao prédio na vigência do contrato com a associação serão custeadas pelo sócio, e se êle não o fizer, a associação mandará fazê-lo independente de qualquer ato do sócio, carregando à sua conta corrente a importância das despesas, acrescidas dos juros de 1 %, no máximo.

Art. 57. Depois que o associado tiver liquidado todos os compromissos e responsabilidades de seu contrato com a associação, esta lhe restituirá o título legal de posse e propriedade absoluta.

Art. 58. Os contratos celebrados entre a associação e o associado serão lavrados nas condições estabelecidas pela diretoria, que designará as cláusulas da responsabilidade do sócio e acautelará os interesses da sociedade.

Art. 59. Enquanto vigorarem os contratos com a associação, nenhuma transação será efetuada, sobre o prédio, sem prévio acôrdo com a diretoria.

Art. 60. A associação facultará aos herdeiros do sócio que falecer a renovação do contrato, afim de poderem os mesmos saldar seus compromissos e entrar na posse do mesmo prédio.

Art. 61. Aos herdeiros do sócio falecido que, por qualquer circunstância ficarem em atraso de pagamento de suas contribuições por prazo maior de 6 meses, a associação venderá o imóvel, adicionando as despesas que tiver, descontando as prestações recebidas e restituindo o saldo que tiver à viuva ou aos herdeiros.

## CAPÍTULO X

### DA SECÇÃO DE MONTEPIO

Art. 62. A secção de montepio tem por fim prestar aos associados êstes beneficios:

1º, acudir à família do associado com um auxílio pecuniário de tresentos mil réis (300\$000), por ocasião da morte dêste para os funerais do sócio falecido;

2º, entregar à família do sócio falecido a importância de cinquenta mil réis (50\$000) para luto;

3º, socorrer o associado que se invalidar para qualquer trabalho, com uma pensão de quarenta mil réis (40\$000), descontando a sua mensalidade;

4º, socorrer o associado quando doente, com a importância de trinta mil réis (30\$000), paga quinzenalmente, ou internar em um hospital como pensionista de 3ª classe, até 30 dias, quando aconselhado pelo médico.

Parágrafo único. Por falecimento do sócio contribuinte ou pensionista, a associação manterá uma pensão de vinte mil réis (20\$000) para a viuva ou filhos dêste, caso não tenha direito ao montepio da Nação; caso contrário, até a percepção do aludido montepio.

**Art. 63.** São considerados herdeiros na forma da legislação em vigor:

1º, a espôsa do sócio, se não estiver divorciada ou simplesmente separada de seu espôso, ao tempo do falecimento dêste;

2º, os filhos e filhas, na falta de espôsa, ou se esta perder o direito à pensão;

3º, a mãe do sócio falecido;

4º, o pae quando decrépito ou inválido;

5º, as irmãs solteiras ou viúvas, que vivam honestamente.

**Parágrafo único.** É lícito ao associado, quando solteiro, instituir como seu herdeiro qualquer pessoa, a qual terá os mesmos direitos que competem à espôsa.

**Art. 64.** A viúva que contraír novas núpcias, ou deixar de viver honestamente, perde direito á pensão.

**Art. 65.** As filhas conservam o direito à pensão, enquanto permanecerem honestamente solteiras ou viúvas, bem assim as irmãs. Os filhos conservam o direito até completarem 21 anos, salvo os que forem física e mentalmente incapazes para o trabalho, que o conservam sempre.

**Art. 66.** A diretoria tem poderes de livre administração do julgamento das habilitações dos herdeiros dos sócios falecidos.

**Art. 67.** O pagamento das pensões só se fará enquanto existirem, na respectiva secção, fundos suficientes. A juízo da diretoria, poder-se-á pagar as pensões com redução dêste, a terça parte já estabelecida nestes estatutos até quando os fundos permitam o pagamento integral.

**Art. 68.** A diretoria é obrigada a tratar ou auxiliar: das percepções de pensões por aposentadorias de sócios; regularização de aposentadoria, etc., toda vez que seja requerido pelo associado, o qual declarará no requerimento aceitar e cumprir o estabelecido no presente estatuto.

**Parágrafo único.** Aos herdeiros de sócios, em tais condições, cabe igualmente o direito de requerer à diretoria o exposto ao associado pelo art. 69, que será aplicado ao herdeiro ou herdeiros requerentes.

## CAPÍTULO XI

### DA SECÇÃO DE BENEFICÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA

**Art. 69.** A secção de beneficência e assistência médica tem por fim prestar aos associados, gratuitamente, serviços médicos, farmacêuticos e obstétricos, consultório ou domicílio, quando em estado de enfermidade do sócio.

**Art. 70.** Só começará a funcionar esta secção quando dispuser dos fundos suficientes.

**Art. 71.** As receitas passadas pelo médico assistente do associado quando enfermo, sem trabalhar, manipuladas ou aviadas na farmácia pertencente à associação, serão gratuitas para os sócios.

**Art. 72.** O fornecimento de drogas e artigos farmacêuticos já preparados, ou receitas manipuladas para sócios, serão fornecidos mediante 3 % do custo adquirido pela sociedade, observando-se o art. 47.

Art. 73. Sempre que fôr possível, os artigos farmacêuticos, principalmente os de maior consumo, serão adquiridos e fornecidos pelo armazem cooperativo da associação.

Parágrafo único. São proibidas as compras de medicamentos e drogas em quantidades superiores à necessidade da família do associado ou pessoas que vivam sob sua responsabilidade imediata, com intuito de comércio, pena da letra c, do § 2º, do art. 14.

## CAPÍTULO XII

### DA SECÇÃO DE EMPRÉSTIMO

Art. 74. A secção de empréstimo só emprestará mediante consignação em folha.

§ 1.º Se algum sócio falecer, for demitido do Arsenal ou deixar de pagar o empréstimo que tiver feito, será rateado por todos os sócios e pago em uma, duas ou três contribuições mensais.

§ 2.º Nenhum empréstimo será feito por prazo maior de 24 meses, nem será emprestada quantia maior a seis meses ao sócio que tiver montepio nem maior que três meses ao que não oferecer essa garantia. A diretoria resolve, sem apelação, a respeito do *quantum* a emprestar e do prazo para a amortização de acôrdo com a lei em vigor.

§ 3.º Os empréstimos serão exclusivamente a auxiliar o sócio que se encontra em situação difícil. Provando-se que algum sócio tomou dinheiro da associação, a baixos juros, para emprestar a estranhos mediante juros maiores ou para de qualquer modo especular com dinheiro da sociedade, ser-lhe-á cassado por dez anos o direito de tomar novo empréstimo, sendo eliminado na reincidência. É vedado o estabelecimento de um sócio em favor de outro.

§ 4.º A diretoria quando tiver suspeita, motivo veemente, mesmo sem prova com valor jurídico, de que o empréstimo solicitado não se destina a atender a necessidade premente do sócio ou família, poderá indeferir o pedido. Os empréstimos aos associados vencerão juros estipulados no art. 34 do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932, e de acôrdo com a tabela de cálculo apenso ao referido decreto.

## CAPÍTULO XIII

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 75. A associação não se envolverá nunca em questões de classes, reivindicações por meios violentos, grêves, pronunciamentos, etc., só lhe sendo permitido agir pelos meios regulares dentro da lei.

Parágrafo único. Os sócios, individualmente, são livres de proceder como entenderem, não envolvendo em seus atos a responsabilidade social, respondendo pessoalmente, perante a lei.

Art. 76. A diretoria tem competência para transferir quantias de uma verba para outra, quando haja urgência, com deficiência em uma e excesso da outra, ouvido o conselho fiscal, dando, porém, co-